



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2155

Quarta-feira - 28 de Dezembro de 2016

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	2	Guaramirim.....	174	Planalto Alegre.....	442
Água Doce.....	3	Guarujá do Sul	177	Pomerode.....	444
Alto Bela Vista.....	9	Herval d'Oeste	178	Ponte Serrada	446
Anchieta	14	Ibiam	182	Porto Belo.....	447
Antônio Carlos	18	Ilhota	187	Pouso Redondo	457
Arabutã	24	Imarui	188	Presidente Castello Branco	474
Arroio Trinta.....	30	Imbituba	216	Presidente Nereu.....	475
Balneário Rincão	31	Indaial.....	226	Princesa	476
Barra Bonita.....	35	Iomerê	234	Salto Veloso.....	479
Barra Velha.....	36	Ipumirim	236	Santa Terezinha do Progresso	484
Biguaçu	37	Itá	285	São Bento do Sul.....	490
Bom Jesus do Oeste	49	Itapiranga.....	289	São Carlos	491
Bom Retiro	50	Jacinto Machado	290	São Domingos.....	494
Brusque.....	55	Joaçaba	292	São João do Oeste	496
Caçador.....	61	Laguna	313	São João do Sul	497
Camboriú.....	62	Lauro Muller	318	São Joaquim	503
Campo Alegre	79	Lebon Regis.....	320	São José.....	504
Campo Erê.....	89	Leoberto Leal.....	337	São Lourenço do Oeste.....	505
Canoinhas.....	91	Lindóia do Sul	340	São Miguel da Boa Vista	506
Capinzal	94	Luzerna	341	São Miguel do Oeste.....	536
Caxambu do Sul.....	97	Macieira	345	Seara	538
Cocal do Sul.....	98	Maracajá	346	Serra Alta	539
Concórdia	100	Maravilha.....	347	Sombrio.....	540
Cordilheira Alta	104	Modelo	349	Sul Brasil	661
Coronel Freitas.....	110	Navegantes.....	350	Tigrinhos	663
Correia Pinto.....	147	Novo Horizonte	351	Timbó	670
Corupá	148	Ouro	352	Três Barras	678
Dionísio Cerqueira	149	Ouro Verde	353	Tunápolis.....	679
Ermo	150	Palma Sola.....	354	Turvo	680
Forquilha.....	151	Palmitos	355	União do Oeste	681
Fraiburgo.....	154	Papanduva.....	383	Urussanga	683
Garopaba.....	158	Paulo Lopes	386	Videira.....	697
Garuva	171	Penha.....	395	Vitor Meireles.....	698
Governador Celso Ramos	172	Petrolândia	436	Xanxerê.....	704
Grão Pará	173	Pinheiro Preto	439	Xaxim.....	707

Associações

FECAM	708
-------------	-----

Consórcios

ARIS	709
CIGA	709
CIMVI.....	713
Consórcio CISAMA.....	715

Abdon Batista

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 107/2016

MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 122/2016

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 107/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TELAS E ALAMBRADOS PARA FECHAMENTO DO PATIO DA GARAGEM DA PREFEITURA MUNICIPAL.

TIPO :Menor preço por ITEM.

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 17 de janeiro de 2017 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 27 de dezembro de 2016

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Água Doce

PREFEITURA

DECRETO Nº 191/2016

DECRETO Nº 191/2016 - DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VINGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.399, de 09 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.399, de 09 de dezembro de 2015, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 18,29 (dezoito reais e vinte e nove centavos) para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para manutenção do departamento.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa 4.4.90.00.00.0679/132 Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

17 SECRETARIA DE URBANISMO	
01 DEPARTAMENTO DE URBANISMO	
15.451.0018.1.017 PAVIMENTAÇÃO, ABERTURA E CONSERVAÇÃO DE VIAS URBANAS	
4.4.90.00.00.0679/132 Aplicações Diretas	
..... R\$ 18,29	
TOTAL	
..... R\$ 18,29	

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica utilizado o provável excesso de arrecadação de Recursos Próprios.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 23 de dezembro de 2016.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 192/2016

DECRETO Nº 192/2016 – DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, CRIA ELEMENTO DE DESPESA, ANULA PARCIALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 18 da Lei nº 2.399 de 09 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.399 de 09 de dezembro de 2015, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 14,59 (catorze reais e cinquenta e nove centavos) para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para Manutenção do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS/SC do Fundo Municipal de saúde.

Art. 2º. Fica criado e suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa: 3.3.90.00.0.1.0633/72 Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE	
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE	
10.303.0042.2.065 MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CAPS/SC	
3.3.90.00.0.1.0633/20 Aplicações Diretas	
..... R\$ 14,59	
TOTA	
..... R\$ 14,59	

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto fica anulado parcialmente o recurso da seguinte dotação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE	
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE	
10.303.0042.2.065 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CAPS/SC	
3.1.90.00.0.1.0633/27 Aplicações Diretas	
..... R\$ 14,59	
TOTAL	
..... R\$ 14,59	

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 23 de dezembro de 2016.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 193/2016

DECRETO Nº 193/2016 – DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016

"DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE - SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e demais normas legais aplicáveis à matéria,

DECRETA:

Art. 1º. Será considerado Ponto Facultativo nas Secretarias de Agricultura, Secretaria de Indústria, Comércio e Urbanismo, Secretaria de Transportes e Infraestrutura Rural e Secretaria de Educação, Cultura e Esporte dia 30 de dezembro de 2016, em virtude do feriado de Primeiro de Ano.

Parágrafo único: A Secretaria de Administração e Fazenda e a Secretaria de Saúde e Promoção Social permanecem com o expediente normal.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam – se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 189 de 22 de dezembro de 2016.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 26 de dezembro de 2016.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 194/2016

DECRETO Nº 194/2016 – DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E CRIA ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.470, de 27 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.399 de 09 de dezembro de 2015, um crédito adicional especial no valor de até R\$ 53.537,24 (cinquenta e três mil e quinhentos e trinta e sete reais e vinte e quatro centavos), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para conclusão das obras do Barracão para Garagem de Máquinas.

Art. 2º. Fica criado e suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa 4.4.90.00.00.0679/186 Aplicações diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

17 SECRETARIA DE URBANISMO	
01 DEPARTAMENTO DE URBANISMO	
15.452.0018.2.046 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE URBANISMO	
4.4.90.00.00.0679/186 Aplicações Diretas... R\$ 53.537,24
TOTAL	R\$ 53.537,24

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica utilizado o provável excesso de arrecadação na rubrica recursos próprios.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 27 de dezembro de 2016
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 195/2016

DECRETO Nº 195/2016 - DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.471, de 27 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº

2.399, de 09 de dezembro de 2015, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 218.774,45 (Duzentos e dezoito mil e setecentos e setenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos) para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para termos aditivos das obras do Passeio Público e Asfalto da Avenida Independência.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa 4.4.90.00.00.0679/132 Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

17 SECRETARIA DE URBANISMO	
01 DEPARTAMENTO DE URBANISMO	
15.451.0018.1.017 PAVIMENTAÇÃO, ABERTURA E CONSERVAÇÃO DE VIAS URBANAS	
4.4.90.00.00.0679/132 Aplicações Diretas	R\$ 218.774,45
TOTAL	R\$ 218.774,45

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica utilizado o provável excesso de arrecadação de recursos próprios.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 27 de dezembro de 2016.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 196/2016

DECRETO Nº 196/2016 - DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

“ANULA PARCIALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.467, de 27 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam anuladas parcialmente as seguintes dotações orçamentárias constantes do orçamento municipal vigente:

1 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE SC	
01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE SC	
01 - CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE SC	
01.031.0001.2.001 - DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES P/MANUTENÇÃO DO TRABALHO LEGISLATIVO	
3.1.91.00.0.1.0000.0/2 – Aplicações Diretas	R\$ 5.250,00
4.4.90.00.0.1.0000.0/5 – Aplicações Diretas	R\$ 3.700,00
3.3.90.00.0.1.0000.0/4 - Aplicações Diretas	R\$ 28.050,00
TOTAL	R\$ 37.000,00

Art. 2º. Os valores anulados conforme artigo 1º deste Decreto serão utilizados para suplementar o seguinte elemento de despesa:

1 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE SC

01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE SC
 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE SC
 01.031.0001.2.001 - DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES P/MA-
 NUTENÇÃO DO TRABALHO LEGISLATIVO
 3.1.90.00.0.10000.0/1 - Aplicações Diretas
 R\$ 37.000,00
 TOTAL
 R\$ 37.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 27 de dezembro de 2016.
 NOVELLI SGANZERLA
 Prefeito Municipal

LEI Nº 2.467/2016

LEI Nº 2.467/2016 - DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ANULAR PAR-
 CIALMENTE E TRANSFERIR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇA-
 MENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço
 saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Munici-
 pal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a
 anular parcialmente as seguintes dotações orçamentárias constan-
 tes do orçamento municipal vigente:

1 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE SC
 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE SC
 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE SC
 01.031.0001.2.001 - DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES P/MA-
 NUTENÇÃO DO TRABALHO LEGISLATIVO
 3.1.91.00.0.1.0000.0/2 – Aplicações Diretas
 ... R\$ 5.250,00
 4.4.90.00.0.1.0000.0/5 – Aplicações Diretas
 ... R\$ 3.700,00
 3.3.90.00.0.1.0000.0/4 - Aplicações Diretas
 ... R\$ 28.050,00
 TOTAL
 R\$ 37.000,00

Art. 2º. Os valores anulados conforme artigo 1º desta Lei serão
 utilizados para suplementar o seguinte elemento de despesa:

1 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE SC
 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE SC
 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE SC
 01.031.0001.2.001 - DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES P/MA-
 NUTENÇÃO DO TRABALHO LEGISLATIVO
 3.1.90.00.0.10000.0/1 - Aplicações Diretas
 R\$ 37.000,00
 TOTAL
 R\$ 37.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 27 de dezembro de 2016.
 NOVELLI SGANZERLA
 Prefeito Municipal

LEI Nº 2.468/2016

LEI Nº 2.468/2016 – DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

“AUTORIZA A BAIXA DE BENS PATRIMONIAIS INSERVÍVEIS DO
 MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. Faço
 saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Munici-
 pal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a
 proceder a baixa no Patrimônio do Município dos seguintes bens
 que, por natureza, utilidade e estado de conservação, foram con-
 siderados inservíveis:

Nº	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ESCOLAS MULTIS- SERIADAS
1145	FOGAO A GAS 4 BOCAS MARCA DAKO
0722	QUADRO NEGRO ESTRUTURA EM MADEIRA
1091	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
1142	VENTILADOR DE TETO BRITANIA
3651	AQUECEDOR DE AR JAMES
1059	QUADRO NEGRO C/ SUPORTE P/ APAGADOR EM TODA A PARTE INFERIOR
0086	MESINHA P/ IMPRESSORA EM MDF BEJE
0103	BALCAO PIA EM FORMICA BRANCA 5 PORTAS 3 GAVETAS BACIA EM INOX 1 CUBA
0041	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
0044	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
0045	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
0046	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
0047	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
0095	MESA PRE ESCOLAR COLETIVA EM FORMICA BRANCA
0106	VENTILADOR DE TETO BRITANIA
0107	AQUECEDOR DE AR NILKO
0112	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
0118	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
0121	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
0125	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
0134	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
0140	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
0185	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
0192	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
0205	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
0446	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
0447	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
0795	BALCAO PIA EM MDF 2 PORTAS 3 GAVETAS BACIA INOX 1 CUBA
0818	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
0905	DVD MARCA LENOX
0916	MESA P/ REFEITORIO EM MADEIRA COLETIVA C/ CAVALETE
1289	DVD OMINICON
2647	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
0800	MESA P/ PROFESSOR EM FORMICA C/ 2 GAVETAS
0835	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
0840	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
0841	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
0475	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
0287	BATEDEIRA BLACK & DECKER
4637	CADEIRA PRE-ESCOLAR EM FORMICA
0330	CADEIRA PRE ESCOLAR EM FORMICA
0348	MIMEOGRAFO COPIATIC
0953	ARMARIO EM MDF 2 PORTAS C/ CHAVE
1302	DVD C/ KARAOKE MARCA LG
3676	FOGAO INDUSTRIAL 2 BOCAS MARCA BRAVO
0429	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA

1191	APARELHO DE SOM MINISYSTEN MARCA PHILCO
1152	LIQUIDIFICADOR ARNO
	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0741	MESINHA EM FERRO BRANCA
0744	NEBOLIZADOR INALAR COMPATC

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 27 de dezembro de 2016.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.469/2016

LEI Nº 2.469/2016 – DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

“AUTORIZA O MUNICÍPIO A RECEBER EM DOAÇÃO BENS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber, por doações das APPs das Escolas Municipais: CEA – Dr. Alvino Raittz, PRODERAD – Projeto de Educação Rural de Água Doce, Centro Educacional Municipal Marcelino Ivo Dalla Costa, Escola Municipal Assentamento 1º de Agosto, Escola Municipal Lindaura Eleutério da Luz, Escola de Colonização Jesuíno Mendes, Escola Municipal Lageado Bonito e Centro Educacional Municipal Frei Silvano, bens adquirido(s) ou produzido(s) com recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) ao Município de Água Doce, para que sejam tombados e incorporados ao seu patrimônio público e destinados às escolas identificadas abaixo, às quais cabe a responsabilidade pela guarda e conservação dos mesmos.

CEA – DR. ALVINO RAITTZ

01 - Chaleira elétrica inox Britânia R\$ 132,22

01 - Cilindro hidro bombas inox para massas R\$ 556,00

PRODERAD – PROJETO DE EDUCAÇÃO RURAL DE ÁGUA DOCE.

01 - Armário dalpra alto com 2 portas ECON cristal R\$ 414,00

01 - Aquecedor Britânia R\$ 149,70

CENTRO EDUCACIONAL MUNICIPAL MARCELINO IVO DALLA COSTA

03 - Armários dalpra 2 portas, ECON bege R\$ 414,00 R\$ 1.242,00

01 - Forno Micro-ondas consul 20 litros – R\$ 436,00

ESCOLA MUNICIPAL ASSENTAMENTO 1º DE AGOSTO

01 - Rádio Tohiba R\$ 248,70

01 - Escada mor alumínio 7 degraus R\$ 137,00

01 - Chaleira elétrica inox Britânia R\$ 112,00

ESCOLA MUNICIPAL LINDAURA ELEUTÉRIO DA LUZ

01 - Ventilador Britânia Protect R\$ 99,50

01 - Liquidificador Arno clic R\$ 188,00

01 - Lavadora Mueller super pop R\$ 265,00

01 - Purificador Latina R\$ 489,90

ESCOLA MUNICIPAL NÚCLEO DE COLONIZAÇÃO JESUÍNO MENDES

01 - Rádio Tohiba R\$ 265,75

01 - Chaleira elétrica inox Britânia R\$ 112,00

01 - Forno Micro-ondas consul 31 litros R\$ 529,00

ESCOLA MUNICIPAL LAGEADO BONITO

01 - Rádio Tohiba R\$ 248,70

01 - Chaleira elétrica inox Britânia R\$ 112,00

01 - Fogão a gás Mueller 5 bocas PR R\$ 828,00

CENTRO EDUCACIONAL MUNICIPAL FREI SILVANO

01 - Armário em MDF 24 p. fechaduras, 2m altura, 1,75mx40 cm R\$ 2.160,00

01 - Mesa para computador em MDF, 2,10x75,00 – R\$ 495,00

01 - Balcão em MDF, tampo de fórmica, com 04 portas e 04 gavetas,

2,10mx80cm – R\$ 980,00

01 - Mesa em MDF cantos arredondados, tampo de fórmica,

2m x 90cm R\$ 720,00

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta do município de Água Doce, inclusive as diretamente relacionadas com transferência e instalação dos bens, através de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Água Doce – SC, 27 de dezembro de 2016.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.470/2016

LEI Nº 2.470/2016 – DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E CRIAR ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.399 de 09 de dezembro de 2015, um crédito adicional especial no valor de até R\$ 53.537,24 (cinquenta e três mil e quinhentos e trinta e sete reais e vinte e quatro centavos), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para conclusão das obras do Barracão para Garagem de Máquinas.

Art. 2º. Fica criado e suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa 4.4.90.00.00.0679/186 Aplicações diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

17 SECRETARIA DE URBANISMO

01 DEPARTAMENTO DE URBANISMO

15.452.0018.2.046 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE URBANISMO

4.4.90.00.00.0679/186 Aplicações Diretas... .. R\$ 53.537,24

TOTAL R\$ 53.537,24

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autorizado a utilizar o provável excesso de arrecadação na rubrica recursos próprios.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 27 de dezembro de 2016
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.471/2016

LEI Nº 2.471/2016 - DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.399, de 09 de dezembro de 2015, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 218.774,45 (Duzentos e dezoito mil e setecentos e setenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos) para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para termos aditivos das obras do Passeio Público e Asfalto da Avenida Independência.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa 4.4.90.00.00.0679/132 Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

17 SECRETARIA DE URBANISMO	
01 DEPARTAMENTO DE URBANISMO	
15.451.0018.1.017 PAVIMENTAÇÃO, ABERTURA E CONSERVAÇÃO DE VIAS URBANAS	
4.4.90.00.00.0679/132 Aplicações Diretas	
..... R\$ 218.774,45	
TOTAL	
..... R\$ 218.774,45	

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autorizado a utilizar o provável excesso de arrecadação de recursos próprios.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 27 de dezembro de 2016.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 84/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 84/2016

Termo Aditivo Ao Contrato de Obras e Serviços de Engenharia n. 84/2016, para execução de recapeamento asfáltico em C.A.U.Q de parte da Avenida Independência no município de Água Doce, que entre si celebram de um lado o Município de Água Doce, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Praça João Macagnan, n. 322, Centro, Água Doce - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.398/0001-90, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. Novelli Sganzerla, brasileiro, casado, portador do CPF n.160.789.509-91, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa ALEXANDRE CALDEIRA EIRELI ME estabelecida na Rua

Duque de Caxias nº537 sala G4-01, CNPJ n. 22.798.043/0001-05, neste ato representado por seu Sócio, Senhor Alexandre Caldeira, brasileiro, solteiro, portador do CPF n 033.034.619-96, doravante denominada CONTRATADA, decidem de comum acordo aditar o predito Contrato.

Justificativa: Através do contrato de execução de obra nº 84/2016 de 04/08/2016 que tem por objeto a realização do Recapeamento asfáltico C.A.U.Q de parte da Avenida Independência com recursos do BADESC através de contrato de empréstimo, em valor de R\$ 630.611,10 contratou a empresa Alexandre Caldeira Eireli ME vencedora do processo licitatório, para proceder a execução destes serviços os quais encontram-se em fase de finalização.

Porém durante a execução dos serviços através de projeto técnico foram necessárias algumas modificações sendo que parte da obra necessitou que fosse realizada nova base o que gerou um acréscimo de valor que até o presente momento não foi estabelecido, devido a férias do responsável pela engenharia da AMMOC.

Diante disto será efetuado um termo aditivo no montante correspondente a 25% do contratado, valor de R\$ 157.652,77 (cento e cinquenta e sete mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e setenta e sete centavos) limite legal estabelecido pela Lei nº 8.666/93, ressalta-se que este termo foi realizado para que ficasse empenhado no caixa o montante gasto com a alteração, no intuito de evitar quaisquer embaraços legais para a próxima administração.

Assim, decidem de comum acordo aditar o predito Contrato, o que o fazem da seguinte forma:

Cláusula Aditiva Primeira: Fica aditado o valor do contrato em R\$ 157.652,77 (cento e cinquenta e sete mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e setenta e sete centavos).

Cláusula Aditiva Segunda: As demais cláusulas do Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E por assim estarem certos e ajustados fazem o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Água Doce, 27 de dezembro de 2016	
NOVELLI SGANZERLA	ALEXANDRE CALDEIRA
Prefeito Municipal	Alexandre Caldeira Eireli – KAENG
Contratante	Contratada

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva	Gláucia Regina Varaschin
CPF: 005.614.419-95	CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
SCHEILA MARA CORSO GIORDANI
OAB 27419

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 45/2016

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 45/2016

Termo Aditivo Ao Contrato de Obras e Serviços de Engenharia n. 45/2016, para execução de pavimentação de passeios públicos na Avenida Independência, no município de Água Doce, que entre si celebram de um lado o Município de Água Doce, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Praça João Macagnan, n. 322, Centro, Água Doce - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.398/0001-90, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. Novelli Sganzerla, brasileiro, casado, portador do CPF n.160.789.509-91, doravante

denominado CONTRATANTE, e a empresa FÓRMULA TOPOGRAFIA LTDA ME, estabelecida na Rua Pedro Henrique da Silva, 568 – Governador Celso Ramos – SC, CNPJ n. 23.155.389/0001-40, neste ato representado por seu Sócio, Senhor VERÍSSIMO PEDRO DA SILVA JUNIOR, brasileiro, portador do CPF n. 023.112.079-62, doravante denominada CONTRATADA, decidem de comum acordo aditar o predito Contrato.

Justificativa: Através do contrato de execução de obra nº 45/2016 de 23/03/2016 que tem por objeto a execução de pavimentação de passeios públicos na Avenida Independência programa Planejamento Urbano do Ministério das Cidades por Intermédio da Caixa Econômica Federal contrato nº 1006412-57/2013 no valor de R\$ 244.486,95 (duzentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e noventa e cinco centavos) onde foi contratada Fórmula Topografia Ltda ME vencedora do processo licitatório. O projeto foi modificado com a finalidade de padronização sendo padronizado em 2,80m e no projeto anterior tinham partes de 2,50m e outras de 2,20m.

Os serviços não foram realizados na sua integralidade porém diante deste aumento será necessário a realização de termo aditivo que tem por finalidade a previsão em orçamento dos valores acrescidos.

Foi necessário também a adequação de alguns locais onde habitualmente trafegam veículos pesados, os quais foram modificadas as bases, substituídas por outras de maior resistência.

Diante disto será efetuado um termo aditivo no montante correspondente a 25% do contratado, valor de R\$ 61.121,73 (sessenta e um mil, limite legal estabelecido pela Lei nº 8.666/93, ressalta-se que este termo foi realizado para que ficasse empenhado no caixa o montante gasto com a alteração, no intuito de evitar quaisquer embargos legais para a próxima administração.

Assim, decidem de comum acordo aditar o predito Contrato, o que o fazem da seguinte forma:

Cláusula Aditiva Primeira: Fica aditado o valor do contrato em R\$ 61.121,73 (sessenta e um mil cento e vinte um reais e setenta e três centavos).

Cláusula Aditiva Segunda: As demais cláusulas do Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E por assim estarem certos e ajustados fazem o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Água Doce, 27 de dezembro de 2016

NOVELLI SGANZERLA VERÍSSIMO	PEDRO DA SILVA JUNIOR
Prefeito Municipal	Fórmula Topografia LTDA ME
Contratante	Contratada

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva	Gláucia Regina Varaschin
CPF: 005.614.419-95	CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
SCHEILA MARA CORSO GIORDANI
OAB 27419

Alto Bela Vista

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.338 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, nos termos das disposições da Letra "b", do art. 5º da Lei Municipal nº 682, de 17 de dezembro de 2015

Considerando a necessidade de adequação orçamentária para o atendimento das despesas em diversas ações Orçamentária;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 188.513,01 (Cento e oitenta e oito mil, quinhentos e reze reais, um centavo), nas seguintes ações orçamentárias:

01.00	GABINETE DO PREFEITO E VICE
01.02	Controle Interno
04	ADMINISTRAÇÃO
04.124	Controle Interno
04.124.0002	Sistema de Controle Interno
04.124.0002.2.003	Atividades do sistema de Controle Interno
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 819,79
01.03	Assessoria de Comunicação e Informação
04	ADMINISTRAÇÃO
04.131	Comunicação Social
04.131.0004	Publicações Oficiais e Publicidade Institucional
04.131.0004.2.004	Atividades Gerais de Comunicação e Informação
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 7.598,00
02.00	GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
02.01	Gerência de Administração e finanças
28	ENCARGOS ESPECIAIS
28.846	Outros Encargos Especiais
28.846.0000	Operações Especiais
28.846.0000.0.0001	Cump. das Obrigações Contrib. e Tributárias – PASEP
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 12.000,00
02.02	Administração Tributária
04	ADMINISTRAÇÃO
04.123	Administração Financeira
04.123.0008	Ação Tributária e Financeira
04.123.0008.2.013	Atividades de Tributação e Administração Financeira
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 4.620,46
03.00	GERÊNCIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO
03.02	Contabilidade e Gestão Financeira

04	ADMINISTRAÇÃO
04.121	Planejamento e Orçamento
04.121.0009	Contabilidade e Gestão Fiscal
04.121.0009.2.014	Atividades de Contabilidade e Gestão Fiscal
3	DESPESAS CORRENTES
3.1.	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 18.139,76
04.00	GERÊNCIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
04.01	Gerência de Agricultura e Meio Ambiente
20	AGRICULTURA
20.608	Promoção da Produção Agropecuária
20.608.0011	Mecanização Agrícola
20.608.0011.2.017	Atividades de Mecanização Agrícola - Pessoal
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 5.955,99
09.00	GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES
09.02	Educação Infantil
12	EDUCAÇÃO
12.365	Educação Infantil
12.365.0043	Promoção e Desenvolvimento da Educação Infantil
12.365.0043.2.074	Atividades Gerais da Educação Infantil
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 4.332,34
12.365.0043.2.075	Atividades da Educação infantil – FUNDEB
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0111	Aplicações Diretas
	R\$ 46.965,61
09.03	Ensino Fundamental
12	EDUCAÇÃO
12.361	Ensino Fundamental
12.361.0044	Promoção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
12.361.0044.2.079	Atividades Gerais do Ensino Fundamental
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0106	Aplicações Diretas
	R\$ 43.999,40
12.361.0044.2.080	Atividades do Ensino Fundamental – FUNDEB
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0106	Aplicações Diretas
	R\$ 44.081,66

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito adicional suplementar aberto nos termos do artigo anterior será utilizado recursos decorrentes do:

Excesso de arrecadação, nos vínculos abaixo:

a) "0.1.0000" - Recursos Ordinários

R\$ 49.134,00 (Quarenta e nove mil Cento e trinta e quatro reais).

b) "0.1.0106" - Recursos Vinc. - Educação Básica

R\$ 92.413,40 (noventa e três mil quatrocentos e treze reais, quarenta centavos)

c) "0.1.0111" - Recursos vinc. ao FUNDEB

R\$ 46.965,61 (Quarenta e seis mil novecentos e sessenta e cinco reais, sessenta e um centavos).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Bela Vista/SC, em 21 de Dezembro de 2016.
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas Publicações

DECRETO Nº 2.339 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, nos termos das disposições da Letra "b", do art. 5º da Lei Municipal nº 682, de 17 de dezembro de 2015

Considerando a necessidade de adequação orçamentária para o atendimento das despesas em diversas ações Orçamentária;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 44.370,58 (Quarenta e quatro mil, trezentos e setenta reais, cinquenta e oito centavos), na seguinte ação orçamentária:

08.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
08.01	Fundo Municipal de Saúde
10	SAÚDE
10.301	Atenção Básica
10.301.0034	Atendimento Equitativo e Universalizado
10.301.0034.2.057	Atividades Gerais da Atenção Básica
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0305	Aplicações Diretas
	R\$ 44.370,58

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito adicional suplementar aberto nos termos do artigo anterior será utilizado recursos decorrentes do:

Excesso de arrecadação, no vínculo abaixo:

"0.1.0305" - Recursos Ordinários

R\$ 44.370,58 (Quarenta e quatro mil trezentos e setenta reais, cinquenta e oito centavos).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Bela Vista/SC, em 23 de Dezembro de 2016.
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas Publicações

DECRETO Nº 2.340 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO DE CARATER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o Servidor Público Municipal, GABRIEL RIBEIRO MATTER, ocupante do cargo de caráter temporário de MÉDICO CLÍNICO GERAL – 20 HORAS, matrícula 802, a partir de 30 de dezembro de 2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto de nomeação 2.267 de 31 de outubro de 2016.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 27 de dezembro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável pelas Publicações

LEI MUNICIPAL N 711 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

AUTORIZA A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITALAR PERITIBA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Autoriza o Executivo Municipal a celebrar Convênio com a Associação Beneficente Hospitalar Peritiba, através do Fundo Municipal de Saúde de Alto Bela Vista – FMS, para estabelecimento de programas de cooperação financeira entre o FMS e a Conveniente, para prestação de serviços básicos de saúde no atendimento de urgência e emergência à população do Município de Alto Bela Vista.

Art. 2º. O convênio terá prazo máximo de vigência de 03 (três) meses a contar de 28 de dezembro de 2016.

Art. 3º. O valor mensal do repasse será de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) sem reajuste.

Art. 4º. Para cobertura das despesas da presente lei serão utilizados recursos do orçamento para o exercício de 2017 na seguinte classificação orçamentária:

08.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
08.01	Fundo Municipal de Saúde
10	Saúde
10.301	Atenção Básica
10.301.0034	Atendimento Equitativo e Universalizado
10.301.0034.2.060	Serviços Médicos, Hospitalares e de Diagnóstico
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.50.00.00.0.3.0301	Aplicações Diretas – Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos - Superávit – Recursos Ordinários
	36.000,00

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ALTO BELA VISTA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita do Município

Registrado e Publicado em data supra.

Fatima Lorete Klein da Silva

Responsável Pelas Publicações

PORTARIA Nº 153 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do inciso II do art. 105 e inciso VIII do art. 196 da Lei Complementar nº 011, de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações; que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º - Concede Licença para Tratar de Assuntos Particulares remunerada ao Servidor Público Municipal, ANDRE SCHNEIDER, matrícula 647, ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, no período compreendido de 1º a 5 de fevereiro 2017, no regime de compensação horária a pedido do servidor através do requerimento protocolado sob o nº 262 de 21 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 21 de dezembro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável pelas publicações

PORTARIA Nº 154 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PELO FALECIMENTO DE MEMBRO DA FAMÍLIA.

CATIA TESSMANN REICHERT Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do Cap. VI, Art. 105, Inciso II da lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença aos Servidores Públicos, IVANDRO SCHONELL, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MAQUINAS AGRICOLAS e, IVANEDIO SCHONELL ocupante de cargo efetivo de OPERADOR DE MOTONIVELADORA, por 05(cinco) dias consecutivos a contar de 27 de dezembro de 2016, em razão do falecimento de membro da família (Mãe).

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, 27 de dezembro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável pelas publicações

Anchieta

PREFEITURA

CONTRATOS FMAS_DEZEMBRO_2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE ANCHIETA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 006/2016

Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE ANCHIETA

Contratada....: CASEMIRO ROSSATTO

Valor : 2.664,59 (dois mil seiscentos e sessenta e quatro reais e

cinquenta e nove centavos)

Vigência : Início: 21/12/2016 Término: 22/06/2017

Recursos : Dotação:

Objeto : Locação de uma casa de mista medindo aproximadamente 90m2, sito nesta cidade de Anchieta - SC, que servirá para abrigar a família da Sra. Janete Lemes, sendo que a mesma se encontra em situação de vulnerabilidade social e o imóvel mencionado será utilizado para abrigar a família por um período de seis meses.

Contratada....: CASEMIRO ROSSATTO

Vigência : Início: 21/12/2016 Término: 22/06/2017

Recursos : Dotação:

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE ANCHIETA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 3º Termo Aditivo - Contrato Nº: 011/2014

Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE ANCHIETA

Contratada....: BETHA SISTEMAS LTDA

Valor : 5.000,00 (cinco mil reais)

Vigência : Início: 26/12/2016 Término: 31/12/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 6/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : 3º Termo Aditivo ao Contrato 011/2014 Ref: Locação de sistema de informática para manutenção das atividades de contabilidade e compras, pago com recursos próprios.

Anchieta, 27 de Dezembro de 2016

ARI PRESTES DE OLIVEIRA - Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO E CONTRATOS PREFEITURA_DEZEMBRO_2016

TOMADA DE PREÇO Nº 5/2016

PROCESSO Nº 67/2016 HOMOLOGAÇÃO: 26/12/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

OBJETO: Contratação de empresa para execução de obra e serviços de engenharia em regime de empreitada global com o fornecimento de material e mão de obra necessária para execução de Passeio Público com Acessibilidade nas Ruas Caçador, Padre Roque, Vereador Geraldo Garlet, Buenos Aries e Guilherme Lazarroto, no centro do Município, totalizando a área de 219,12 m², em conformidade com o memorial descritivo e orçamento.

CONTRATADO: VANDERLEI PERIN - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 36.913,58 (trinta e seis mil novecentos e treze reais e cinquenta e oito centavos)

LEILÃO Nº 1/2016

PROCESSO Nº 66/2016 HOMOLOGAÇÃO: 27/12/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

OBJETO: Leilão para venda de Bens móveis Inservíveis para o Patrimônio Municipal conforme, relação anexa.

CONTRATADO: Eduardo Durigon

VALOR DA DESPESA: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

CONTRATADO: Vagner Ribeiro Rebechi

VALOR DA DESPESA: R\$ 83.750,00 (oitenta e três mil setecentos e cinquenta reais)

CONTRATADO: Claudir Fabi

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.750,00 (quatro mil setecentos e cinquenta reais)

CONTRATADO: Flavio Bortese

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais)

CONTRATADO: Vanderlei Perin

VALOR DA DESPESA: R\$ 60,00 (sessenta reais)

CONTRATADO: Dieison Rech

VALOR DA DESPESA: R\$ 8.000,00 (oito mil reais)

CONTRATADO: Pedro Ribeiro Damasceno

VALOR DA DESPESA: R\$ 20.500,00 (vinte mil quinhentos reais)

CONTRATADO: Francisco Pacheco

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.000,00 (sete mil reais)

CONTRATADO: Jose Gino Ripi

VALOR DA DESPESA: R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais)

CONTRATADO: Giovani Marcos Canci

VALOR DA DESPESA: R\$ 600,00 (seiscentos reais)

Anchieta, 27/12/2016

ARI PRESTES DE OLIVEIRA - Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 046/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Contratada....: VANDERLEI PERIN - ME

Valor : 36.913,58 (trinta e seis mil novecentos e treze reais e cinquenta e oito centavos)

Vigência : Início: 26/12/2016 Término: 24/06/2017

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 5/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de empresa para execução de obra e serviços de engenharia em regime de empreitada global com o fornecimento de material e mão de obra necessária para execução de Passeio Público com Acessibilidade nas Ruas Caçador, Padre Roque, Vereador Geraldo Marlet, Buenos Aries e Guilherme Lazarroto, no centro do Município, totalizando a área de 219,12 m², em conformidade com o memorial descritivo e orçamento.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 1º TERMO ADITIVO - Contrato Nº: 9912389385
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
 Contratada....: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRA-
 FOS - ECT

Valor : 6.000,00 (seis mil reais)

Vigência : Início: 16/12/2016 Término: 16/12/2017

Recursos : Dotação:

Objeto : 1º Termo aditivo ao contrato multiplo Nº 9912389385 Ref: a prestação, pela ECT, de serviços e venda de produtos, que atendam às necessidades da CONTRATANTE, mediante adesão ao(s) ANEXO(s) deste Instrumento contratual que, individualmente, caracteriza(m) cada modalidade envolvida.

Contratada....: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRA-
 FOS

Vigência : Início: 16/12/2016 Término: 16/12/2017

Recursos : Dotação:

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 3º Termo Aditivo - Contrato Nº: 044/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Contratada....: BETHA SISTEMAS LTDA

Valor : 51.200,00 (cinquenta e um mil e duzentos reais)

Vigência : Início: 26/12/2016 Término: 31/12/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 16/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : 3º Termo Aditivo ao Contrato 044/2014 Ref: Loca-
 ção de sistema de informática para manutenção das atividades do
 setor de contabilidade, compras, folha de pagamento, tributação e
 educação, pago com recursos próprios.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 4º Termo Aditivo - Contrato Nº: 10/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Contratada....: V. BERGGIOZZA - ME

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 26/12/2016 Término: 31/12/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : 4º Termo Aditivo ao Contrato 010/2014 Ref: Con-
 tratção de serviço de TRANSPORTE ESCOLAR, para os alunos do
 Ensino Médio, Fundamental e Infantil da Rede Estadual e Municip-
 al, no âmbito do Município de Anchieta. Para o exercício 2017.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 4º Termo Aditivo - Contrato Nº: 011/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Contratada....: DAIANE BRUNA FORGIARINI - ME

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 26/12/2016 Término: 31/12/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : 4º Termo Aditivo ao Contrato 011/2014 Ref: Con-
 tratção de serviço de TRANSPORTE ESCOLAR, para os alunos do
 Ensino Médio, Fundamental e Infantil da Rede Estadual e Municip-
 al, no âmbito do Município de Anchieta. Para o exercício 2017.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 5º Termo Aditivo - Contrato Nº: 012/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Contratada....: ZUPPA - TRANSPORTES E TURISMO LTDA - ME

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 26/12/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : 5º Termo Aditivo ao Contrato 012/2014 Ref: Con-
 tratção de serviço de TRANSPORTE ESCOLAR, para os alunos do
 Ensino Médio, Fundamental e Infantil da Rede Estadual e Municip-
 al, no âmbito do Município de Anchieta. Para o exercício 2017.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 4º Termo Aditivo - Contrato Nº: 014/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Contratada....: FRANCISCO SOMERA - ME

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 26/12/2016 Término: 31/12/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : 4º Termo Aditivo ao Contrato 014/2014 Ref: Con-
 tratção de serviço de TRANSPORTE ESCOLAR, para os alunos do
 Ensino Médio, Fundamental e Infantil da Rede Estadual e Municip-
 al, no âmbito do Município de Anchieta. Para o exercício 2017.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 4º Termo Aditivo - Contrato Nº: 013/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Contratada....: JACIR ANTONIO NERVIS - ME

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 26/12/2016 Término: 31/12/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : 4º Termo Aditivo ao contrato 013/2014 Ref: Con-
 tratção de serviço de TRANSPORTE ESCOLAR, para os alunos do
 Ensino Médio, Fundamental e Infantil da Rede Estadual e Municip-
 al, no âmbito do Município de Anchieta. Para o exercício 2017.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 2º Termo Aditivo - Contrato Nº: 006/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Contratada....: FRANCISCO PACHECO TRANSPORTES - ME

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 26/12/2016 Término: 31/12/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2015

Recursos : Dotação:

Objeto : 2º Termo Aditivo ao Contrato 006/2015 Ref: Con-
 tratção de serviço de TRANSPORTE ESCOLAR, para os alunos do
 Ensino Médio, Fundamental e Infantil da Rede Estadual e Municip-
 al, no âmbito do Município de Anchieta. Para o exercício 2017.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 4º Termo Aditivo - Contrato Nº: 023/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Contratada....: LIZETE MARIA NEITZKE GRIMM 01580654924

Valor : 36.000,00 (trinta e seis mil reais)

Vigência : Início: 26/12/2016 Término: 31/12/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : 4º Termo Aditivo ao Contrato 023/2014 Ref: Con-
 tratção de empresa para prestação de Serviços de Assessoria
 Contábil, em todas as
 áreas da municipalidade. Para o exercício 2017.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 6º Termo Aditivo - Contrato Nº: 14/2012
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
Contratada...: T.O.S. OBRAS E SERVICOS AMBIENTAIS LTDA
Valor : 7.433,25 (sete mil quatrocentos e trinta e três reais e vinte e cinco centavos)
Vigência : Início: 26/12/2016 Término: 17/01/2017
Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2011
Recursos : Dotação:
Objeto : 6º Termo Aditivo ao Contrato 14/2012 Ref: Contratação de empresa especializada para fins de execução de serviços de coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos residenciais e comerciais urbanos do município de Anchieta SC, para o exercício 2017.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 2º Termo Aditivo - Contrato Nº: 029/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
Contratada...: MKANET SERVIÇOS E COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA
Valor : 11.400,00 (onze mil quatrocentos reais)
Vigência : Início: 26/12/2016 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 38/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação de empresa para o fornecimento de serviços de acesso a rede mundial de computadores (INTERNET) 24Hrs, para atender todas as secretarias e autarquias do Município de Anchieta, de acordo com as normas da Anatel.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 2º Termo Aditivo - Contrato Nº: 034/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
Contratada...: LAVORO MEDICINA DO TRABALHO LTDA - ME
Valor : 16.800,00 (dezesesseis mil oitocentos reais)
Vigência : Início: 26/12/2016 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 42/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : 2º Termo Aditivo ao contrato 034/2015 Ref: Contratação de empresa especializada em Medicina do Trabalho para prestação de serviço de orientação ao Município de Anchieta e Autarquias, com a elaboração, atualização e fornecimento (de forma impressa e digital) dos seguintes documentos: PPRa, PCMSO, LTCAT, PPP e execução dos ASOs, para atender as necessidades da secretaria de Administração e Gestão do Município de Anchieta.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 1º Termo Aditivo - Contrato Nº: 042/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
Contratada...: GAIA RODOVIAS LTDA
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 26/12/2016 Término: 30/04/2017
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 2/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : 1º Termo Aditivo ao Contrato 042/2015 Ref: Contratação de empresa para execução de obras e serviços de engenharia, em regime de empreitada global, com fornecimento de material e mão de obra necessária para "Pavimentação Asfáltica, Sinalização Viária e Drenagem Pluvial com área total de 9.032,66m²" e construção de uma ponte com 52,8m², no Município de Anchieta/SC, conforme Convenio do Fundam Nº 2015TR001366 que

celebram o Estado de Santa Catarina e o Município de Anchieta.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 2º Termo Aditivo - Contrato Nº: 024/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
Contratada...: MAXCOPY EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS LTDA
Valor : 11.050,00 (onze mil cinqüenta reais)
Vigência : Início: 26/12/2016 Término: 31/12/2017
Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : 2º Termo Aditivo ao contrato 024/2015 Ref: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de locação de impressoras multifuncionais no sistema de cobrança por página impressa, inclusos serviços de manutenção, preventiva e corretiva, com fornecimento de insumos, peças e acessórios (exceto papel), para atender às necessidades da secretaria de administração, fazenda e educação.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 1º Termo Aditivo - Contrato Nº: 005/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
Contratada...: TRSIS LTDA - ME
Valor : 3.640,00 (três mil seiscentos e quarenta reais)
Vigência : Início: 26/12/2016 Término: 31/12/2017
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2016
Recursos : Dotação:

Objeto : 1º Termo Aditivo ao Contrato 005/2016 Ref: Contratação de empresa para locação de Programas de Informática, para ser utilizado pela secretaria de Agricultura para o Gerenciamento da Produção Primária Municipal de Anchieta-SC, esse sistema vem adequado para os municípios pertencentes à AMEOSC.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 2º Termo Aditivo - Contrato Nº: 030/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
Contratada...: JACSON DISNER & CIA LTDA - ME
Valor : 16.800,00 (dezesesseis mil oitocentos reais)
Vigência : Início: 26/12/2016 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 41/2015
Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de empresa especializada no recolhimento e transporte dos dejetos humanos depositados em fossas sépticas nos órgãos públicos do Município de Anchieta até a estação de tratamento do município de Palma Sola conforme Lei Municipal nº. 2.187/15, pago com recursos próprios.

Anchieta, 27 de Dezembro de 2016
ARI PRESTES DE OLIVEIRA - Prefeito Municipal

LEI Nº. 2.299/2016.
LEI Nº. 2.299/2016.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE ANCHIETA-SC A UTILIZAR RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE BENS PARA PAGAMENTO DO INSS SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso

de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado em nome do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina a utilizar os recursos provenientes de alienação de bens para pagamento de INSS.

Art. 2º Os encargos a que se refere o artigo anterior referem-se a Folha de Pagamento do mês de Dezembro de 2016 da Prefeitura Municipal deste ente federado.

Art. 3º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.216, de 20 de novembro de 2015, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas na presente Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 23 de dezembro de 2016.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei.

Em 23 de dezembro de 2016.

Eduardo Scholtze - Secretário de Administração e Gestão

Antônio Carlos

PREFEITURA

DECRETO Nº 147/2016

DECRETO Nº 000147/16 de 27 de Dezembro de 2016

Abre crédito adicional -suplementar -originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001494/15 de 15 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 146.573,75 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

02.01.04.122.0001.2.001-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 67.915,87

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.361.0004.2.005-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 9.083,06

07 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.01.20.606.0009.2.022-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 10.507,92

08 - SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE

08.01 - SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE

08.01.23.695.0003.2.023-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 1.722,35

08.01.27.812.0002.2.024-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 34.256,49

10 - SECRETARIA DE PLANEJ. E DESENVOLVIMENTO

10.01 - SECRETARIA DE PLANEJ. E DESENVOLVIMENTO

10.01.04.121.0001.2.025-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 23.088,06

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação 146.573,75

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 27 de Dezembro de 2016.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 148/2016

DECRETO Nº 000148/16 de 27 de Dezembro de 2016

Alteração da Lei Orçamentária (remanejamento) no Orçamento programa de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001494/15 de 15 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$

12.296,34 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

08 - SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE

08.01 - SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE

08.01.23.695.0003.2.023-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 1.005,00

10 - SECRETARIA DE PLANEJ. E DESENVOLVIMENTO

10.01 - SECRETARIA DE PLANEJ. E DESENVOLVIMENTO

10.01.04.121.0001.2.025-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 11.291,34

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

08 - SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE

08.01 - SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE

08.01.23.695.0003.2.023-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 1.005,00

10 - SECRETARIA DE PLANEJ. E DESENVOLVIMENTO

10.01 - SECRETARIA DE PLANEJ. E DESENVOLVIMENTO

10.01.04.121.0001.2.025-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 11.039,14

10.01.04.121.0001.2.025-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 252,20

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 27 de Dezembro de 2016.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 149/2016

DECRETO Nº 000149/16 de 27 de Dezembro de 2016

Alteração da Lei Orçamentária (remanejamento) no Orçamento programa de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001494/15 de 15 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 10.792,90 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0007.2.028-3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias 702,19

11.01.10.304.0007.2.031-3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias 190,63

11.01.10.301.0007.2.026-3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias 9.900,08

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.304.0007.2.031-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 190,63
11.01.10.301.0007.2.028-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 702,19
11.01.10.301.0007.2.026-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 9.900,08

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 27 de Dezembro de 2016.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 150/2016

DECRETO Nº 000150/16 de 27 de Dezembro de 2016
Abre crédito adicional -suplementar -originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001494/15 de 15 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 20.423,86 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0007.2.027-3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias 17.611,13

11.01.10.301.0007.2.029-3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias 2.812,73

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação 20.423,86

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 27 de Dezembro de 2016.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

PORTARIA 454/2016

PORTARIA Nº 454/2016.

Exonera Cargo Comissionado.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Exonerar, MARGARIDA LUZIA SCHMITZ KRETZER, do cargo Comissionado de SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL, a partir de 30 de dezembro de 2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 27 de dezembro de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 28 de dezembro de 2016.

PORTARIA N 455/2016

PORTARIA Nº 455/2016.

Exonera Cargo Comissionado.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Exonerar, PEDRO PAULO DOS SANTOS, do cargo Comissionado de SECRETARIO DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS, a partir de 30 de dezembro de 2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 27 de dezembro de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 28 de dezembro de 2016.

PORTARIA N 456/2016

PORTARIA Nº 456/2016.

Exonera Cargo Comissionado.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Exonerar, ALMECI VICENTE MACHADO, do cargo Comissionado de COORDENADOR DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS, a partir de 30 de dezembro de 2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 27 de dezembro de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 28 de dezembro de 2016.

PORTARIA N 457/2016

PORTARIA Nº 457/2016.

Exonera Cargo Comissionado.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos,
no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Exonerar, SEBASTIÃO JOAO PETRY, do cargo Comissionado de SECRETARIO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, a partir de 30 de dezembro de 2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 27 de dezembro de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 28 de dezembro de 2016.

PORTARIA N 458/2016

PORTARIA Nº 458/2016.

Exonera Cargo Comissionado.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos,
no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Exonerar, JULIO CESAR PERSUHN, do cargo Comissionado de COORDENADOR DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, a partir de 30 de dezembro de 2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 27 de dezembro de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 28 de dezembro de 2016.

PORTARIA N 459/2016

PORTARIA Nº 459/2016.

Exonera Cargo Comissionado.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos,
no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Exonerar, JAISSON BASEI, do cargo Comissionado de SECRETARIO DE INDUSTRIA, COMERCIO, TURISMO E ESPORTE, a partir de 30 de dezembro de 2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 27 de dezembro de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 28 de dezembro de 2016.

PORTARIA N 460/2016

PORTARIA Nº 460/2016.

Exonera Cargo Comissionado.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos,
no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Exonerar, OSMAR ARENEU DE SOUZA, do cargo Comissionado de COORDENADOR DE INDUSTRIA, COMERCIO, TURISMO E ESPORTE, a partir de 30 de dezembro de 2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 27 de dezembro de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 28 de dezembro de 2016.

PORTARIA N 461/2016

PORTARIA Nº 461/2016.

Exonera Cargo Comissionado.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos,
no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Exonerar, REMO REMOR BORGHEZAN, do cargo Comissionado de SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, a partir de 30 de dezembro de 2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 27 de dezembro de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 28 de dezembro de 2016.

PORTARIA N 462/2016

PORTARIA Nº 462/2016.

Exonera Cargo Comissionado.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Exonerar, PAULO ANDREY PAULI, do cargo Comissionado de SECRETARIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO, a partir de 30 de dezembro de 2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 27 de dezembro de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 28 de dezembro de 2016.

PORTARIA N 463/2016

PORTARIA Nº 463/2016.

Exonera Cargo Comissionado.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Exonerar, VANESSA TEMARIN DE OLIVEIRA, do cargo Comissionado de COORDENADORA DE ASSISTENCIA SOCIAL, a partir de 30 de dezembro de 2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 27 de dezembro de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 28 de dezembro de 2016.

PORTARIA N 464/2016

PORTARIA Nº 464/2016.

Exonera Cargo Comissionado.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Exonerar, IDINEIA CARLA BIOEU, do cargo Comissionado de SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, a partir de 30 de dezembro de 2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 27 de dezembro de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 28 de dezembro de 2016.

PORTARIA N 465/2016

PORTARIA Nº 465/2016.

Exonera Cargo Comissionado.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Exonerar, MELISSA LONDERO RUPP, do cargo Comissionado de CHEFE DE GABINETE, a partir de 30 de dezembro de 2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 27 de dezembro de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 28 de dezembro de 2016.

PORTARIA N 466/2016

PORTARIA Nº 466/2016.

Exonera Cargo Comissionado.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Exonerar, LIDIANE KOERICH, do cargo Comissionado de DIRETOR DE CONTROLE INTERNO, a partir de 30 de dezembro de 2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 27 de dezembro de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 28 de dezembro de 2016.

PORTARIA N 467/2016

PORTARIA Nº 467/2016.

Exonera Cargo Comissionado.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Exonerar, IRANI HIPOLITO DA SILVA, do cargo Comissionado de PROCURADOR JURIDICO, a partir de 30 de dezembro de 2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 27 de dezembro de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 28 de dezembro de 2016.

PORTARIA N 468/2016

PORTARIA Nº 468/2016.

Cessa Portaria.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - CESSAR, os efeitos da Portaria nº 384/2016, a partir de 26 de dezembro de 2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 27 de dezembro de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 28 de dezembro de 2016.

PROCESSO LICITATÓRIO 79/2016 - DISPENSA DE LICITAÇÃO 07/2016

PROCESSO LICITATÓRIO 79/2016
DISPENSA DE LICITAÇÃO 07/2016

ELIANE NUNES DE OLIVEIRA FOLGANES, presidente da Comissão de Licitações, no uso de suas atribuições legais, justifica o presente termo de Dispensa de Licitação através da fundamentação legal e pelos fatos e considerações que seguem:

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano de Antônio Carlos, SC solicitou abertura de Processo Licitatório cujo objeto era CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA CIVIL

PARA EMPREITADA POR MENOR PREÇO GLOBAL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE EQUIPAMENTOS URBANOS, PISTA DE SKATE, QUADRA DE VÔLEI DE AREIA E EXECUÇÃO DE PASSEIO, DA PRAÇA BRASIL - LOTEAMENTO JARDIM DAS PALMEIRAS, NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS/SC, COM RECURSO DO GOVERNO DO ESTADO/FUNDO SOCIAL, PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA Nº 18091 – PROGRAMA DE TRANSFÊNCIA – 2016006143 – CONSTRUÇÃO DA PRAÇA BRASIL NO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, FIRMADO ENTRE GOVERNO DO ESTADO/FUNDO SOCIAL E O MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS S/C, POR INTERMÉDIO DO BANCO DO BRASIL S/A, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, ART, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E ANEXOS, PARTE INTEGRANTE DESTA EDITAL;

CONSIDERANDO que a Administração, por intermédio de Comissão Permanente de Licitações, lançaram o Processo de Licitação sob o nº 46/2016, Tomada de Preço nº 03/2016 e também o Processo de Licitação sob o nº 66/2016, Tomada de Preço nº 04/2016 os quais, devido a ausência de participantes, foram julgados desertos;

CONSIDERANDO que o citado objeto se faz necessário, haja vista haver no local uma praça instalada de forma precária e que pede uma urbanização para que sejam atendidas as necessidades de lazer das crianças da comunidade local;

RESOLVE: Autorizar a contratação do objeto abaixo descrito.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8666/1993, Artigo 24, inciso V.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA CIVIL PARA EMPREITADA POR MENOR PREÇO GLOBAL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE EQUIPAMENTOS URBANOS, PISTA DE SKATE, QUADRA DE VÔLEI DE AREIA E EXECUÇÃO DE PASSEIO, DA PRAÇA BRASIL - LOTEAMENTO JARDIM DAS PALMEIRAS, NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS/SC, COM RECURSO DO GOVERNO DO ESTADO/FUNDO SOCIAL, PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA Nº 18091 – PROGRAMA DE TRANSFÊNCIA – 2016006143 – CONSTRUÇÃO DA PRAÇA BRASIL NO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, FIRMADO ENTRE GOVERNO DO ESTADO/FUNDO SOCIAL E O MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS S/C, POR INTERMÉDIO DO BANCO DO BRASIL S/A, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, ART, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E ANEXOS, PARTE INTEGRANTE DESTA EDITAL.

CONTRATADO: JULIANO VIEIRA COSTA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 08.861.199/0001-54, sediada na Rua Juvelino Vieira de Souza, s/n, Centro, Urupema, SC.

VALOR : R\$ 49.128,97 (quarenta e nove mil cento e vinte e oito reais e noventa e sete centavos)

FUNDAMENTO DA DESPESA: Dotação: (101) 06.01.1.007.4.4.90.00.

Antônio Carlos, 27 de dezembro de 2016.
ELIANE NUNES DE OLIVEIRA FOLGANES
Presidente da Comissão de Licitações

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 083/2015**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº 083/2015; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS/SC. Contratada: PRO-NORTE TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÃO LTDA EPP; Objeto: O presente termo aditivo consiste na prorrogação do contrato acima enumerado que tem por objeto a contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil para empreitada por menor preço global, com fornecimento de material e mão de obra especializada para restauração da Casa José Luis Hoffmann, localizada no Centro do Município de Antônio Carlos, com recurso de convênio nº. 794966/2013, conforme Processo de Licitação nº 038/2015 – Tomada de Preço nº 006/2015. Prorrogação de Prazo: 90 (noventa) dias. Novo vencimento: 29 de março de 2017.

Antônio Carlos, 27 de dezembro de 2016.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

SEGUNDO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 075/2016**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Segundo Termo Aditivo a Ata de Registro de Preço nº 075/2016; Origem: Pregão Presencial nº 030/2016. Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC. Contratada: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA.; Objeto: O presente termo aditivo por objeto a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preço nº 075/2016, que consiste no Registro de Preços para aquisição parcelada de medicamentos para distribuição gratuita a pacientes da unidade de saúde do Município de Antônio Carlos/SC. Aditamento: Diante da necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, fica alterado o valor do item 127 "DIOSMINA 450 MG, HESPERIDINA 50 MG" para R\$ R\$ 0,410.As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

Antônio Carlos, 27 de dezembro de 2016.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Arabutã

PREFEITURA

DECRETO Nº. 1989/2016

DECRETO Nº 1989, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO E DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito do Município de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando o esgotamento do prazo para a interposição de recursos em face do Resultado e da Classificação Final do Concurso Público nº. 001/2016, conforme dispõe Edital;

Considerando a regularidade das publicações, a garantia de prazos e de meios para a interposição de recursos administrativos, em todas as fases do Concurso Público nº. 001/2016; e

Considerando a regularidade do processo e dos procedimentos adotados na execução de todas as fases do Concurso Público nº. 001/2016 e no cumprimento de todas as normas do Edital e suas alterações, disciplinador da referida seleção pública.

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado e a classificação final, em todos os cargos contemplados no Concurso Público nº. 001/2016, conforme consta dos quadros seguintes:

Agente de Copa e Higienização Alfabetizado				
Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	Nota final
1	458180	Edinir Griesang Petzinger	811.798.399-00	9,10
2	462652	Jessica Ussinger Zanatta	093.271.249-52	8,95
3	463242	Darlice Kleemann	024.464.109-95	8,60
4	463371	Deise Dezzanetti	053.747.709-85	8,55
5	460493	Solange Pereira	043.774.749-28	8,00
6	464090	Ivete Muller Lino Teixeira	627.085.389-34	7,75
7	459068	Erica Bertholdo	368.196.598-65	7,60
8	465109	Noemi Fassbinder Fritsch	061.255.719-71	7,60
9	466210	Rosane Siebeneichler Dressel	027.475.439-86	7,50
10	457267	Beatriz Spessatto	082.143.329-66	7,50
11	458134	Sandra Paula Pires Da Silva Burnier	039.627.015-83	7,45
12	465146	Gislaine Pereira Da Silva Weirich	077.552.259-76	7,25
13	456673	Lucimar Martins Da Conceicao	019.619.175-05	7,15
14	456509	Leticia Macario	831.815.045-72	7,15
15	458479	Solange Lazzarotto Cason	892.482.959-91	6,95
16	459506	Gisele Rute Ebert Dressel	054.694.079-00	6,80
17	456574	Valmi Nied Benelli	057.069.939-80	6,40
18	462720	Rosane Nair Altmann Grosser	025.156.059-74	6,20
19	458272	Ana Claudia De Sousa Ramos	515.443.425-00	6,15
20	464821	Vanessa Felipiak Vieira	065.434.709-33	5,65
21	461472	Lori Iria Nitschke Oliveira Dos Santos	018.616.359-23	5,60
22	460087	Janete Bastian Dannenhauer	019.648.829-07	5,30

Agente de Construção e Manutenção Alfabetizado				
Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	Nota final
1	466603	Eder Roque Dos Santos	008.774.659-08	8,86
2	465081	Neimar Passini	034.037.840-96	8,69
3	461784	Fabiano Rosa Das Neves	974.292.100-82	8,38
4	465126	Mauri Fritsch	065.980.579-06	7,84
5	456508	Adair Nilson Dannenhauer	018.841.899-70	7,62
6	462466	Vinicius Rogerio Lazzarotti	268.371.068-21	7,38

Mecânico Alfabetizado				
Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	Nota final
1	467180	Jean Carlos Einsweiler	057.254.129-54	6,85
2	463719	Rafael Raimundo Roegelin	084.772.939-70	6,69
3	462013	Jefferson Guilherme Selbach	052.389.779-05	6,37

4	463069	Rafael Henrique Nardino	088.550.629-48	6,31
5	463172	Dilmar Aloisio Schneider	430.286.679-91	6,16
6	463890	Rodrigo Rauschkolb	073.441.969-48	6,01
7	466804	Adair Losch	049.146.589-09	5,80
8	463206	Clovis Lienemann	026.195.099-12	5,61
9	466868	Marcelo Luiz Fassbinder	090.728.369-10	5,34

Motorista | Alfabetizado

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	Nota final
1	458177	Paulo Petzinger	771.768.639-20	7,48
2	463037	Rogério Rohde	018.630.869-86	7,34
3	462232	Cristian Benetti	065.146.259-24	7,24
4	458926	Jair Claudiomiro Ebeling	776.086.409-44	7,24
5	464196	Natanael Sonntag	089.657.329-05	7,10
6	456593	Itanei Luciano Da Silva	094.130.009-99	7,02
7	462821	Jackson Scheifler	038.807.979-78	6,92
8	462474	Artemio Baller	418.743.669-34	6,85
9	461702	Renato Haefliger	714.859.299-20	6,83
10	461122	Esmael Dal Pizzol	079.945.809-04	6,76
11	458174	Marcos Rockenbach	687.652.319-53	6,64
12	466833	Moacir Scheer	039.272.149-06	6,63
13	462042	Joel Daeri Tedesco	848.632.699-00	6,63
14	456938	Daniel Goldmeier	064.698.539-60	6,61
15	466279	Carlos Alberto Diogo Da Silva	715.615.959-34	6,45
16	463992	Igor Eduardo Rohde	084.035.159-36	6,35
17	462712	Anderson Cristiano Schmitz	062.437.109-39	6,32
18	462030	Rodrigo Duarte	037.335.069-44	6,27
19	464531	Dirson Wasem	586.249.459-68	6,22
20	458178	Adelmo Moacir Laux	556.075.199-53	6,13
21	463212	Clovis Altair Arend	704.718.009-53	6,12
22	463263	Alex Schmitz	093.596.339-17	6,08
23	462239	Cleberon Francisco Roque De Lima	037.659.649-05	5,93
24	462847	Sergioni Diesel	018.585.509-12	5,86
25	464663	Valdemar Herter	477.301.299-49	5,83
26	466130	Vanderlei Roberto Schrammel	949.966.019-49	5,58
27	463210	Clessio Rodrigo Santori	770.774.589-20	5,47

Agente de Creche | Nível Médio

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	Nota final
1	464770	Carine Altmann Fedrizzi	058.501.229-66	8,70
2	461924	Bianca Danusa Petry	100.465.709-93	8,60
3	464629	Fabiane Lucia Mocelin	042.868.059-30	7,60
4	467498	Bruna Tais Patzlaff Coldebella	095.001.669-17	7,60
5	461273	Eriana Cecchin	095.679.679-62	7,50
6	461263	Jaine Maria Albiero	090.170.429-66	7,10
7	462139	Camila Cristina Nespolo Schwarz	060.895.099-81	7,00
8	465706	Susana Deuner	089.282.289-99	7,00
9	463193	Tainara Schimmelpfennig	088.494.779-37	6,90
10	456500	Darlene Buth	038.807.999-11	6,70
11	461955	Gessica Vanderleia Kochem	081.033.279-56	6,60
12	456503	Keila Daniela Goncalves	091.833.489-64	6,50
13	467302	Tais Ester Marmitt Dias	097.158.879-10	6,50
14	457435	Larissa Teles Da Rocha Knecht	088.342.449-58	6,40
15	467119	Cristiele Schoulten	090.443.269-61	6,40
16	462365	Marieli Da Silva	048.891.439-63	6,40
17	457941	Morgana Cason Weimer	071.529.949-27	6,30
18	457230	Magali Cristina Laux Fassbinder	025.683.649-39	6,30
19	456946	Leticia Katia Kich	088.060.799-80	6,20
20	464874	Bruna Pottratz Cousseau	039.263.949-19	6,10
21	457980	Anelise Rosmari Heinrichs	077.590.759-60	6,10
22	465424	Juciane Salette Soares Baranoski	058.123.109-04	6,00
23	462211	Creici Luciani Petry Otfinoski	047.596.429-27	6,00
24	462813	Elisete Schafer De Andrade	066.464.039-70	5,90
25	467046	Inair De Souza	086.021.019-70	5,90
26	467043	Ana Caroline Patzlaff	092.418.439-69	5,90

27	457956	Gladis Cristina Prediger	063.251.679-88	5,80
28	465595	Iasmin Vanusa Petry	100.448.439-92	5,80
29	461806	Caroline Drumm	080.013.209-28	5,70
30	464373	Adriana Tania Sipp Toffoli	061.389.999-75	5,70
31	457000	Katia Grebin	099.989.369-69	5,70
32	463127	Sabrina Casarotto	105.713.849-51	5,70
33	463239	Joese Dietrich	059.607.149-30	5,60
34	460832	Marceli Usinger Arend	071.941.549-78	5,60
35	466363	Dagmara Tiemann Schwarz	090.478.379-08	5,60
36	465753	Laniele Lueckemeier	012.456.029-69	5,50
37	462914	Lais Franzon	076.714.569-00	5,50
38	464144	Luana Vanessa Kochenborger	073.482.399-19	5,30
39	466997	Neusa Saatkamp Schrammel	749.838.739-53	5,30
40	464785	Daniele Amanda Rufato	079.002.159-56	5,30
41	457623	Elaine Dall Agnol	076.131.669-88	5,30
42	467147	Deise Piva	032.217.469-46	5,20
43	458697	Marina Dall Agnol	103.278.239-09	5,20
44	462889	Rose Cristiane Schrammel Fassbinder	033.873.549-67	5,10
45	463548	Fernanda Evelin Farias Vaszczuck	075.289.649-05	5,10
46	463234	Eduarda Karine Kleemann	105.514.329-77	5,10

Facilitador de Oficinas | Ensino Médio

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	Nota final
1	462777	Greici Fernanda Sonntag	087.936.449-14	6,40
2	462472	Rosa Ost Steffen	771.779.679-15	5,00

Farmacêutico | Nível Superior

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	Nota final
1	459272	Jorge Rodrigues Ferreira Junior	069.170.317-55	8,40
2	461984	Mauricio Zardo	027.510.499-07	8,30
3	467093	Aline Antunes Maciel Bortoluzzi	066.306.469-40	7,60
4	463249	Vanusa Provin	047.946.359-07	7,40
5	465673	Aline Volpato Rodrigues	072.343.969-93	6,90
6	464861	Marta Cristina Borsatti	560.156.409-44	6,60
7	457170	Graziela Milani	023.497.389-73	6,40
8	461863	Elizangela Favaretto	005.569.009-28	6,40
9	462690	Camila Dinorah Kiekow	010.529.329-67	6,00
10	456788	Vanessa Reckers	075.768.109-39	5,80
11	464528	Mariele Camillo	069.479.019-28	5,40

Fiscal de Tributos e Obras | Nível Médio

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	Nota final
1	456487	Maila Kreibin	093.293.199-55	5,80
2	461780	Hilda Geni Alves Paixao	009.474.690-79	5,70
3	462000	Daiane Weirich Rucks	053.897.619-52	5,50
4	466274	Aline Victoria Schmidt	059.481.749-80	5,50
5	465460	Marcia Kreibin	093.363.929-56	5,40
6	466881	Andre Wagner Verardi	045.199.929-07	5,40
7	466995	Cleiton Jair Lermen	052.939.709-92	5,40
8	462014	Eduardo Augusto Böhlke	081.169.289-29	5,40
9	462955	Amanda Jung Guerini	098.039.459-71	5,30
10	462058	Cesar De Almeida	049.778.519-60	5,20
11	457711	Jeferson Elauterio Da Luz Schverz	096.269.819-97	5,20
12	462367	Alexandre Luiz Pereira	041.113.909-60	5,10
13	464890	Pedro Henrique Martini Campanin	085.433.499-82	5,10
14	467131	Luana Elisa Patzlaff	080.040.429-70	5,10
15	456438	Alan Felipiak	047.124.519-47	5,10
16	461143	Marcelo Sucasas	127.948.908-16	5,10
17	462464	Claudimar Benelli	093.269.039-40	5,00

Professor Educação Física | Nível Superior

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	Nota final
1	461499	Sandra Benelli Zulian	066.259.219-04	7,40
2	456727	Eduarda Moscon	083.303.189-90	6,80
3	456534	Daniela Tereza Paludo Gugel	049.363.069-40	6,60
4	463494	Angelica Mendes	084.773.609-10	6,40

5	456953	Gabriela Brandelero	069.416.819-00	6,40
6	462163	Cleide Regina Baron	777.287.189-91	6,20
7	459835	Leonice Marcia Braatz Wildner	023.928.919-66	6,20
8	457096	Dilvana Aparecida Urbanski Scortegagna	070.861.459-04	5,70
9	462899	Erika Katia De Oliveira	291.071.878-66	5,70
10	458485	Graziela Mariani Lermen	047.733.969-70	5,70
11	457562	Rodrigo Luis Busatto	065.275.169-59	5,60
12	463139	Deise Magedanz	009.662.649-67	5,20
13	457934	Roseneide Rodrigues Da Silva	025.028.399-98	5,10
14	457875	Silvane Petzinger	089.202.479-86	5,10

Professor Educação Infantil e Séries Iniciais | Nível Superior

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	Nota final
1	467316	Leandra Christina Coldebella	039.438.689-23	8,40
2	466625	Werenise Schach Ludescher	746.792.950-15	7,60
3	465416	Kátia Franciele Zummach Skolaude	026.682.310-60	7,60
4	462755	Merlin Luci Nath	082.950.209-27	7,40
5	461518	Lais Simon	010.553.549-48	7,40
6	463685	Naiza Elizete Haeffiger	098.180.349-02	7,30
7	465184	Adriane Dannenhauer	045.303.989-86	7,20
8	466665	Nivea Maria Sontag	019.844.929-18	7,20
9	462708	Danieli Florinda Vortmann	087.245.729-00	7,00
10	462446	Beatriz Taiane Wermeier Bauer	069.691.859-58	7,00
11	459421	Tatiane Panissi	011.149.020-04	6,60
12	460628	Charlise Gisele Deuner Dannenhauer	072.807.929-10	6,50
13	460971	Ledir Ines Adams	844.814.719-72	6,50
14	463115	Fernanda Stockmann	044.787.129-30	6,30
15	457361	Joane Camila Schiavini Nicodem	074.982.919-24	6,30
16	466519	Edna Aline Renner	075.077.019-80	6,20
17	462482	Raquel Evangelista	031.712.969-42	6,20
18	463167	Vanessa Jacqueline Kirsten	080.144.279-63	6,20
19	465400	Eliziane Aparecida Fantin Schneider	046.905.499-90	6,10
20	458733	Ederli Carla Rauschkolb Weber	033.968.459-35	6,00
21	466579	Jane De Lurdes Simoni	848.627.859-72	5,90
22	460420	Iloine Sanders Herbich	506.154.750-00	5,90
23	461107	Cleci Toniolo	029.859.719-50	5,90
24	467287	Sabrina Borges Pinheiro Machado	813.479.520-04	5,90
25	457881	Juciane Raimundi	055.779.159-61	5,90
26	457244	Cirlei Da Silveira	093.725.539-48	5,90
27	459503	Cleia Bonassi Metz	081.526.469-03	5,80
28	463237	Patricia Moterle	048.101.699-60	5,80
29	463285	Gabriella Carraro	059.146.339-31	5,70
30	464061	Andreia Aparecida Pereira	043.184.569-78	5,70
31	465312	Sara Patricia Berner Pereira	076.511.139-00	5,50
32	466999	Ivete Presotto Colossi	020.752.569-26	5,40
33	461295	Leticia Luana Castoldi	079.755.729-69	5,30
34	462414	Edineia Regina Mora	078.101.159-01	5,30
35	460146	Tatiane Heinrichs	070.647.439-22	5,20
36	458056	Adriane Marisa Wille	092.498.479-12	5,10
37	464057	Vali Fatima Bet Appel	025.030.069-90	5,10
38	456814	Taise Daiane Fuchs Wentz	082.512.199-06	5,10
39	461790	Elaine Franciscon	034.238.539-99	5,00

Secretário de Escola | Nível Médio

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	Nota final
1	463186	Juliana Comunello	045.268.299-19	8,30
2	463151	Filipe Rossi Daltoe	061.849.189-90	8,10
3	466182	Marcia Capellari	049.145.189-02	7,70
4	465768	Anelise Tatiane Usinger Lermen	063.251.669-06	7,70
5	463803	Maiara Schnarmberger Horst	048.291.199-93	7,40
6	463189	Marilete Maria Feruck	077.206.119-00	7,10
7	465625	Elise Regina Pritsch	075.868.269-78	6,40
8	457750	Edina Patricia Nied	104.407.369-19	5,90
9	457723	Sandra Becegatto Ramos	054.740.369-06	5,70
10	458060	Gilceneia Gilneia Ost	090.230.649-92	5,60

11	459253	Tania Rauschkolb	085.738.649-23	5,40
12	462714	Emilene Beatriz Fassbinder	089.384.069-62	5,10
13	456440	Caroline Cristine Kussler	057.769.899-06	5,00

Técnico em Enfermagem | Nível Médio Técnico

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	Nota final
1	457094	Maira Raquel Schneider	051.895.239-85	7,80
2	457357	Ayume Andara Dos Santos Wolff	059.225.669-38	7,20
3	463255	Lucia Luckemeier	057.069.929-08	7,20
4	461243	Gisele Altevogt Gross	037.173.449-51	7,00
5	459474	Fabiane Schiavini	076.642.649-10	6,60
6	457152	Narcia Marlise Appelt	024.335.799-02	6,50
7	467293	Josiane Altevogt	052.750.399-13	6,40
8	458564	Erediana Rita Martins	026.200.939-02	6,20
9	467155	Monaliza Cassol	093.911.679-00	5,60
10	461801	Silvana Resmini	047.195.529-94	5,60
11	462447	Claudionara Allebrand	066.846.609-09	5,50
12	456905	Valmira Fernanda Wasem Altmann	043.312.829-10	5,50
13	456439	Debora Sebben	073.001.999-33	5,10
14	463064	Nair Rieger Haefliger	031.228.729-19	5,00

Técnico em Esportes | Nível Superior

Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	Nota final
1	465749	Adilson Luis Spagnol	073.025.759-24	7,80
2	463661	Edson Pedroso	832.077.679-15	7,20
3	466244	Ladyr Bortolo Miglioretto Junior	076.681.259-65	7,10
4	463290	Emerson Luiz Bodaneze	646.159.609-72	6,90
5	463226	Joao Batista Reus Biazus De Melo	542.493.419-68	6,90
6	462199	Tais Dilda	075.526.079-12	6,90
7	466123	Cintia Leticia Benelli Sacomori	045.436.239-08	6,80
8	465349	Gabriel Deola	096.083.959-33	6,50
9	462449	Rodrigo Fabiano Beling	044.626.879-81	6,50
10	463363	Claiton Rodrigo Brinckmann	034.711.179-38	6,20
11	467210	Jose Roberto Oliveira Rosa	854.571.086-00	5,90
12	466378	Wilian Luiz Artmann	055.923.009-56	5,90
13	461826	Leonardo Gasparotto	009.524.039-00	5,80
14	458414	Mauricio Jose Kirst	050.956.759-27	5,60
15	458947	Fabiano Giroto	049.946.299-86	5,60
16	464922	Marlon Tadeu Tiemann	069.691.849-86	5,30
17	462737	Gabriela Luiza Schrammel Hollerwerger	063.426.439-70	5,30
18	467114	Giovan Canton	071.770.109-39	5,00

Arabutã - SC, 26 de Dezembro de 2016.

Jackson Luiz Patzlaff
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se.
Em 20 de Dezembro 2016

Carla Sandra Cozer Morche
Responsável Pelas Publicações

DECRETO Nº. 1990/2016

DECRETO Nº 1990, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO E DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº. 001/2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito do Município de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando o esgotamento do prazo para a interposição de recursos em face do Resultado e da Classificação Final do Processo Seletivo Público nº. 001/2016, conforme dispõe Edital;

Considerando a regularidade das publicações, a garantia de prazos e de meios para a interposição de recursos administrativos, em todas as fases do Processo Seletivo Público nº. 001/2016; e

Considerando a regularidade do processo e dos procedimentos adotados na execução de todas as fases do Processo Seletivo Público nº.

001/2016 e no cumprimento de todas as normas do Edital e suas alterações, disciplinador da referida seleção pública.

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado e a classificação final, em todos os cargos contemplados no Processo Seletivo Público nº. 001/2016, conforme consta dos quadros seguintes:

Agente Comunitário de Saúde - MICROÁREA 002 Ensino Fundamental Completo				
Nº Controle	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CPF	Nota Final
1	462132	Naiara Giovana Weber	076.606.559-65	7,10
Agente Comunitário de Saúde - MICROÁREA 005 Ensino Fundamental Completo				
Nº Controle	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CPF	Nota Final
1	458827	Deise Cristina Ackermann Verruck	010.351.759-67	8,40
2	456930	Patricia Wiltgen	088.471.819-09	6,05
Agente Comunitário de Saúde - MICROÁREA 009 Ensino Fundamental Completo				
Nº Controle	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CPF	Nota Final
1	462009	Lilian Maria Feiock	051.057.509-93	7,00

Arabutã - SC, 26 de Dezembro de 2016.

Jackson Luiz Patzlaff

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se.

Em 26 de Dezembro 2016

Carla Sandra Cozer Morche

Responsável Pelas Publicações

Arroio Trinta

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0032/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº 0032/2016 - PR

Tipo: Menor Preço Unitário.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S-500, ÓLEO DIESEL S-10, GASOLINA E ARLA, PARA OS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, PARA O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2017, COM FORNECIMENTO CONTINUADO E PROGRAMADO, PARA O ABASTECIMENTO DA FROTA MUNICIPAL.

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 09h:00 do dia 09/01/2017

Abertura dos Envelopes: Às 09h:30m do dia 09/01/2017

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura através dos e-mails: compras@arroio30.com.br, compras@arroiotrinta.sc.gov.br ou através do Site: www.arroiotrinta.sc.gov.br.

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 27 de Dezembro de 2016

Alcidir Felchilcher

Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0033/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº 0033/2016 - PR

Tipo: Menor Preço Global.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA REESTRUTURAÇÃO DA REDE INTERNA DE INTERNET E REALOCAÇÃO DO SERVIDOR LOCALIZADO NO PAÇO MUNICIPAL.

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 09h:00 do dia 10/01/2017

Abertura dos Envelopes: Às 09h:30m do dia 10/01/2017

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura através dos e-mails: compras@arroio30.com.br, compras@arroiotrinta.sc.gov.br ou através do Site: www.arroiotrinta.sc.gov.br.

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 28 de Dezembro de 2016

Alcidir Felchilcher

Prefeito Municipal

Balneário Rincão

PREFEITURA

DECRETO Nº 470

DECRETO Nº 470, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, NA UNIDADE CÂMARA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Balneário Rincão, DÉCIO GOMES GOES, no uso de suas atribuições legais e especialmente das que lhe são conferidas pelo inciso VI do art. 84 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal nº 247/2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o orçamento do Município, na Unidade Câmara Municipal, nos seguintes elementos de despesas:

01- CÂMARA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCÃO

2.001 - Manutenção da Câmara Municipal de Balneário Rincão

Suplementar:

3.1.90.00.00.00.00.00 0000 Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Anular:

3.3.90.00.00.00.00.00 0000 Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Balneário Rincão (SC), 26 de dezembro de 2016.

DÉCIO GOMES GOES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 471

DECRETO Nº 471, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO PODER LEGISLATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Balneário Rincão, DÉCIO GOMES GOES, no uso de suas atribuições legais e especialmente das que lhe são conferidas pelo inciso VI do art. 84 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal nº 280, de 19 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º - Abre crédito adicional suplementar ao Orçamento da Câmara Municipal, no valor total de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), para orçamento vigente, os seguintes elementos de despesas:

01- CÂMARA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCÃO

2.001 - Manutenção da Câmara Municipal de Balneário Rincão

3.1.90 Aplicações Diretas R\$ 75.000,00

4.6.90 Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

TOTAL R\$ 100.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o pedido, correrá por conta da anulação parcial dos seguintes elementos de despesa:

01- CÂMARA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCÃO

1.001 - Aquisição de área para construção da sede da Câmara Municipal.

4.4.90 Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

1.002 - Aquisição de veículos e equipamentos

4.4.90 Aplicações diretas R\$ 50.000,00

TOTAL R\$ 100.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Balneário Rincão (SC), 26 de dezembro de 2016.

DÉCIO GOMES GOES

Prefeito Municipal

SAMAE - BALNEÁRIO RINCÃO**ADITIVOS DEZEMBRO 2016****EXTRATO DE ADITIVOS**

TERMO ADITIVO Nº. 02 ao Contrato Nº 025/SAMAE/2014 BETHA SISTEMAS. Termo Aditivo de PRORROGAÇÃO ao contrato que tem por objeto contratação de empresa do ramo pertinente locação de software para uso temporário e não exclusivo atendendo as demandas do Samae de Balneário Rincão. . ASSINATURA: 22/12/2016. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr OLIRIO JOSE LINO - Presidente e pela empresa o sr. Ernesto Muniz de Souza Jr

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº. 029/SAMAE/2014. CLARO S/A , Termo Aditivo DE PRORROGAÇÃO do prazo de vigência do Contrato Nº. 029/SAMAE/2014, que prevê o termino em 31/12/2016, por mais 12 meses, ou seja, até 31/12/2017, em face do interesse publico, baseado nos fatos elencados pela SAMAE DE BALNEARIO RINCÃO ASSINATURA: 22/12/2016. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr OLIRIO JOSE LINO - Presidente e pela empresa o sr. Kildare Carneiro Rodrigues

EXTRATOS CONTRATO 38 E 39**EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO Nº. CONTRATO Nº. 038/SAMAE/2016. MULTIBAN LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS LTDA EPP: OBJETO: contratação de empresa do ramo pertinente, para a locação de banheiros químicos para a temporada de verão no atendimento as necessidades do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Balneário Rincão. ASSINATURA: 22/12/2016; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Olirio José Lino – Presidente e pela empresa o Sr. MARCO ANTONIO MACHADO

CONTRATO Nº. 039/SAMAE/2016.; ARBOR LIMPEZA URBANA: OBJETO: contratação de empresa do ramo pertinente, para locação de 3 (três) caminhões com coletor compactador de lixo incluindo motorista, mão de obra mecânica e despesas de manutenção, para atender as necessidades do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Balneário Rincão ASSINATURA: 26/12/2016; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Olirio José Lino – Presidente e pela empresa o Sr. ALINE FERREIRA ASSIS

PORTARIAS DEZEMBRO DE 2016**PORTARIA Nº 26/SAMAE/2016**

OLIRIO JOSÉ LINO, DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO; no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica, com fundamento na Lei Complementar Municipal em vigor, nº 006/2014, pautados nos critérios já elencados estabelecidos pelo artigo 37, IX, da Constituição Federal.

RESOLVE:

Art.1º. Exonerar, a pedido do Contratante GENIVAL MAGÉ , brasileiro, do cargo de gari/coletor.
Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art.3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 16 de novembro de 2016.

OLIRIO JOSÉ LINO
DIRETOR PRESIDENTE

Publicada e registrada nesta Autarquia 16 de novembro de 2016.

RENATA DAROS TORRES
DEPARTAMENTO PESSOAL

PORTARIA Nº 028/SAMAE/2016

OLIRIO JOSE LINO, DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO; no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica, com fundamento na Lei Complementar Municipal em vigor, nº 06/2014, pautados nos critérios já elencados estabelecidos pelo artigo 37, IX, da Constituição Federal.

RESOLVE:

Art.1º Nomear EVERSON LUIZ BARANOSKI, brasileiro, CPF nº 067.254.599-35 para atuar como Gari/Coletor de Lixo; 40 horas semanais;
Art.2º A contratação tem caráter temporário com prazo determinado até 31 de março de 2017;
Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art.4º. Revogam-se as disposições em contrário.
Balneário Rincão, 14 de dezembro de 2016.

OLIRIO JOSE LINO
DIRETOR PRESIDENTE

Publicada e registrada nesta Autarquia 14 de dezembro de 2016.

RENATA DAROS TORRES
DEPARTAMENTO PESSOAL

PORTARIA Nº 029/SAMAE/2016

OLIRIO JOSE LINO, DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO; no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica, com fundamento na Lei Complementar Municipal em vigor, nº 06/2014, pautados nos critérios já elencados estabelecidos pelo artigo 37, IX, da Constituição Federal.

RESOLVE:

Art.1º Nomear ANDERSON VIEIRA CAMILO , brasileiro, CPF nº 089.118.559-36 para atuar como Gari/Coletor de Lixo; 40 horas semanais;
Art.2º A contratação tem caráter temporário com prazo determinado até 31 de março de 2017;
Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art.4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 14 de dezembro de 2016.

OLIRIO JOSE LINO
DIRETOR PRESIDENTE

Publicada e registrada nesta Autarquia 14 de dezembro de 2016.

RENATA DAROS TORRES
DEPARTAMENTO PESSOAL

PORTARIA Nº 030/SAMAE/2016

OLIRIO JOSE LINO, DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO; no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica, com fundamento na Lei Complementar Municipal em vigor, nº 06/2014, pautados nos critérios já elencados estabelecidos pelo artigo 37, IX, da Constituição Federal.

RESOLVE:

Art.1º Nomear NORVESSINO RAFAEL FERREIRA NORONHA, brasileiro, CPF nº 839.006.590-87 para atuar como Gari/Coletor de Lixo;

40 horas semanais;
Art.2º A contratação tem caráter temporário com prazo determinado até 31 de março de 2017;
Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art.4º. Revogam-se as disposições em contrário.
Balneário Rincão, 14 de dezembro de 2016.
OLIRIO JOSE LINO
DIRETOR PRESIDENTE

Publicada e registrada nesta Autarquia 14 de dezembro de 2016.

RENATA DAROS TORRES
DEPARTAMENTO PESSOAL

PORTARIA Nº 031/SAMAE/2016

OLIRIO JOSE LINO, DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO; no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica, com fundamento na Lei Complementar Municipal em vigor, nº 06/2014, pautados nos critérios já elencados estabelecidos pelo artigo 37, IX, da Constituição Federal.

RESOLVE:

Art.1º Nomear MATEUS ADRIANO BERTO DA SILVA, brasileiro, CPF nº 083.333.209-02 para atuar como Gari/Coletor de Lixo; 40 horas semanais;
Art.2º A contratação tem caráter temporário com prazo determinado até 31 de março de 2017;
Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art.4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 14 de dezembro de 2016.

OLIRIO JOSE LINO
DIRETOR PRESIDENTE

Publicada e registrada nesta Autarquia 14 de dezembro de 2016.

RENATA DAROS TORRES
DEPARTAMENTO PESSOAL

PORTARIA Nº 032/SAMAE/2016

OLIRIO JOSE LINO, DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO; no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica, com fundamento na Lei Complementar Municipal em vigor, nº 06/2014, pautados nos critérios já elencados estabelecidos pelo artigo 37, IX, da Constituição Federal.

RESOLVE:

Art.1º Nomear MARCIO DA ROSA, brasileiro, CPF nº 039.142.419-00 para atuar como Motorista; 40 horas semanais;
Art.2º A contratação tem caráter temporário com prazo determinado até 31 de março de 2017;
Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art.4º. Revogam-se as disposições em contrário.
Balneário Rincão, 20 de dezembro de 2016.

OLIRIO JOSE LINO
DIRETOR PRESIDENTE

Publicada e registrada nesta Autarquia 20 de dezembro de 2016.

RENATA DAROS TORRES
DEPARTAMENTO PESSOAL

PORTARIA Nº 033/SAMAE/2016

OLIRIO JOSE LINO, DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO; no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica, com fundamento na Lei Complementar Municipal em vigor, nº 06/2014, pautados nos critérios já elencados

estabelecidos pelo artigo 37, IX, da Constituição Federal.

RESOLVE:

Art.1º Nomear JULIO CESAR MAGÉ, brasileiro, CPF nº 820.720.789-20 para atuar como Motorista; 40 horas semanais;
Art.2º A contratação tem caráter temporário com prazo determinado até 31 de março de 2017;
Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art.4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 21 de dezembro de 2016.

OLIRIO JOSE LINO
DIRETOR PRESIDENTE

Publicada e registrada nesta Autarquia 21 de dezembro de 2016.

RENATA DAROS TORRES
DEPARTAMENTO PESSOAL

PORTARIA Nº 036/SAMAE/2016

OLIRIO JOSE LINO, DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO; no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica, com fundamento na Lei Complementar Municipal em vigor, nº 06/2014, pautados nos critérios já elencados estabelecidos pelo artigo 37, IX, da Constituição Federal.

RESOLVE:

Art.1º Nomear JULIO JOSE BARBOSA DE JESUS brasileiro, CPF nº 811.686.759-87 para atuar como gari/coletor ; 40 horas semanais;
Art.2º A contratação tem caráter temporário com prazo determinado até 31 de março de 2017;
Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art.4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 22 de dezembro de 2016.

OLIRIO JOSE LINO
DIRETOR PRESIDENTE

Publicada e registrada nesta Autarquia 22 de dezembro de 2016.

RENATA DAROS TORRES
DEPARTAMENTO PESSOAL

PORTARIA Nº 036/SAMAE/2016

OLIRIO JOSE LINO, DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO; no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica, com fundamento na Lei Complementar Municipal em vigor, nº 06/2014, pautados nos critérios já elencados estabelecidos pelo artigo 37, IX, da Constituição Federal.

RESOLVE:

Art.1º Nomear EVANDRO CARLOS DIAS brasileiro, CPF nº 893.757.349-00 para atuar como gari/coletor ; 40 horas semanais;
Art.2º A contratação tem caráter temporário com prazo determinado até 31 de março de 2017;
Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art.4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 22 de dezembro de 2016.

OLIRIO JOSE LINO
DIRETOR PRESIDENTE

Publicada e registrada nesta Autarquia 22 de dezembro de 2016.

RENATA DAROS TORRES
DEPARTAMENTO PESSOAL

PORTARIA Nº 034/SAMAE/2016

OLIRIO JOSE LINO, DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE NO

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO; no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica, com fundamento na Lei Complementar Municipal em vigor, nº 06/2014, pautados nos critérios já elencados estabelecidos pelo artigo 37, IX, da Constituição Federal.

RESOLVE:

Art.1º Nomear JOSUE MEDEIROS, brasileiro, CPF nº 062.502.989-59 para atuar comoGari/Coletor; 40 horas semanais;

Art.2º A contratação tem caráter temporário com prazo determinado até 31 de março de 2017;

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Revogam-se as disposições em contrario.

Balneário Rincão, 22 de dezembro de 2016.

OLIRIO JOSE LINO

DIRETOR PRESIDENTE

Publicada e registrada nesta Autarquia 22 de dezembro de 2016.

RENATA DAROS TORRES

DEPARTAMENTO PESSOAL

PORTARIA Nº 035/SAMAE/2016

OLIRIO JOSE LINO, DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO; no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica, com fundamento na Lei Complementar Municipal em vigor, nº 06/2014, pautados nos critérios já elencados estabelecidos pelo artigo 37, IX, da Constituição Federal.

RESOLVE:

Art.1º Nomear JOSE CARLOS CARRADORE brasileiro, CPF nº 645.650.419-87 para atuar como Motorista; 40 horas semanais;

Art.2º A contratação tem caráter temporário com prazo determinado até 31 de março de 2017;

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Revogam-se as disposições em contrario.

Balneário Rincão, 22 de dezembro de 2016.

OLIRIO JOSE LINO

DIRETOR PRESIDENTE

Publicada e registrada nesta Autarquia 22 de dezembro de 2016.

RENATA DAROS TORRES

DEPARTAMENTO PESSOAL

PORTARIA Nº 038/SAMAE/2016

OLÍRIO JOSÉ LINO, DIRETOR PRESIDENTE INTERINO DO SAMAE NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO; no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica, com fundamento na Lei Complementar Municipal em vigor, nº 06/2014, pautados nos critérios já elencados estabelecidos pelo artigo 37, IX, da Constituição Federal.

RESOLVE:

Art.1º. Exonerar PRICILA NOVELI JOAQUIM brasileira, solteira, inscrita no CPF 036.123.649-28, do cargo de ADVOGADA ; do SAMAE de Balneário Rincão, por termino de contrato.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 23 de dezembro de 2016.

OLÍRIO JOSÉ LINO

DIRETOR PRESIDENTE

Publicada e registrada nesta Autarquia 23 de dezembro de 2016.

RENATA DAROS TORRES

Responsável pelo Departamento de Recursos Humanos do Samae

Barra Bonita

PREFEITURA

TERMO ADITIVO 54/2015

4º TERMO ADITIVO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 54/2015

TERMO ADITIVO AO CONTRATO PÚBLICO, BARRA BONITA E NELSON JOSÉ BURATTI, OBJETIVANDO Prestação de serviços de lavagem de veículos, da frota do Município de Barra Bonita/SC, com fornecimento de todos os insumos necessários para a realização dos serviços.

Pelo presente instrumento de contrato, Município de Barra Bonita - SC, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Avenida Buenos Aires CNPJ n. 01.612.527/0001-30, neste ato representado pela Prefeita Municipal em Exercício Sra. ELVIRA RAMOS, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa NELSON JOSÉ BURATTI, com sede na Av. Buenos Aires, centro, do município de BARRA BONITA - SC., CEP: 89909-000, sob o CNPJ n.º 00447827000148, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato, em decorrência do, com fulcro no artigo 57 da Lei nº 8666/93, firmam o presente termo aditivo, com as seguintes cláusulas e condições com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a Cláusula Terceira – Do Prazo do Contrato nº54/2015 passando a vigência até 31/12/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e condições firmadas no contrato ASS/JUR nº54/2015 que origina o presente termo.

E, por estarem justos e aditados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas abaixo identificadas, para que produza seus devidos efeitos jurídicos e legais, comprometendo-se as partes a cumprirem o presente termo aditivo do contrato referido por si, seus sucessores, em juízo e fora dele.

BARRA BONITA, 27 de DEZEMBRO de 2016.

DARCI JOÃO FRIZON

Prefeito Municipal

Contratante

NELSON JOSÉ BURATTI

Contratada

TESTEMUNHAS :

Nome: ALENCAR BARBIERI

CPF – 004.503.869-45

Nome: TAIS DERES

CPF – 078.234.939-00

Visto: _____

MOACIR JOAO HANTT

OAB: 27.542

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº54/2015

CONTRATO Nº: 54/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BARRA BONITA/SC

CONTRATADO: NELSON JOSÉ BURATTI

OBJETO: Prestação de serviços de lavagem de veículos, da frota do Município de Barra Bonita/SC, com fornecimento de todos os insumos necessários para a realização dos serviços.

VIGÊNCIA: 31/12/2016.

ASSINATURA: 14/12/2015.

FUNDAMENTO: LEI 8.666/93 E SUAS POSTERIORES ALTERAÇÕES.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, 14 de DEZEMBRO de 2015.

ELVIRA RAMOS

Prefeita Municipal em Exercício

Barra Velha

PREFEITURA

ATA 001/2016 PP 023/2016 FMS

PREFEITURA DE BARRA VELHA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 029/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2016

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2016

Contratada: CLÉIA MÉRI MACHADO ME Objeto: contratação de empresa para limpeza de fossa das Unidades de Saúde do município.

Valor do Contrato: R\$ 21.300,00

Data de Assinatura: 23/12/2016

Data de Vencimento: 23/12/2017

Barra Velha, 23 de dezembro de 2016.

CLÉIA MERI MACHADO

Pela Empresa Contratada

CLAUDEMIR MATIAS FRANSCISCO Prefeito

Biguaçu

PREFEITURA

DECRETO Nº 228/2016

DECRETO Nº 228/2016 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2016.

Vilson Norberto Alves, Prefeito Municipal de Biguaçu em exercício, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3589/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 7.000,00 (Sete mil reais) por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso: 0.1.35.0181008. A dotação abaixo relacionada:

09. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E TRANSPORTES

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0901.15.452.0009.2087	Manut. dos Serviços de Educação de Trânsito	7.000,00
3.3.90.00/0.1.80.181008	Outras Despesas Correntes	7.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 05 de dezembro de 2016.

Vilson Norberto Alves

Prefeito Municipal em Exercício

Reg. Publ. n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

DECRETO Nº 239/2016

DECRETO Nº 239/2016 DE: 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

Libera recursos orçamentários bloqueados pelo Decreto nº 23/2016.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 1º, §1º c/c artigo 9º da Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF e artigo 15 da Lei Municipal nº 3589/2015 - LDO,

Considerando, que na avaliação do cumprimento das metas de arrecadação até o 5º bimestre de 2016, as fontes ordinárias registraram um déficit de R\$ 4.500.000,00;

Considerando, que o Decreto Municipal nº 23, editado em fevereiro de 2016, bloqueou R\$ 13.690.000,00 de dotações financiadas com recursos ordinários em obediência ao princípio da prudência;

Considerando, que esses números indicam um provável bloqueio de R\$ 4.675.000,00 acima do necessário,

DECRETA:

Art. 1º Fica liberada parcial ou totalmente as dotações financiadas com recursos ordinários abaixo indicados e bloqueadas pelo Decreto Municipal nº 23/2016:

1. UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

AÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2002	Manutenção do Gabinete do Prefeito	9.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	9.000,00
2009	Manutenção da Procuradoria Geral do Município	17.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	7.000,00
4.4.90.00	Investimentos	10.000,00
2006	Manutenção da Gerência de Comunicação	190.150,00

3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	190.150,00
2011	Manutenção da Secretaria de Administração	41.500,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	41.500,00
2014	Manutenção da Secretaria de Fazenda	30.000,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	30.000,00
2018	Manutenção do Ensino Fundamental	357.800,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	270.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	79.000,00
4.4.90.00	Investimentos	8.800,00
2019	Remuneração Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício	300.000,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	300.000,00
2026	Manutenção do Ensino Infantil - Creche	36.000,00
4.4.90.00	Investimentos	36.000,00
2027	Remuneração Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício	400.000,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	400.000,00
2029	Apoio à APAE	37.650,00
3.3.50.00	Transferências a Inst. Privadas s/Fins Lucrativos	37.650,00
2089	Manutenção do Ensino Infantil – Pré Escolar	147.115,00
3.3.50.00	Transferências a Inst. Privadas s/Fins Lucrativos	25.715,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	121.400,00
2031	Ampliação e Manutenção da Biblioteca Pública	3.500,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	3.500,00
1043	Dragagem do Rio e Fixação da Barra	70.500,00
4.4.90.00	Investimentos	70.500,00
2082	Melhoria e Manutenção do Cemitério	15.000,00
4.4.90.00	Investimentos	15.000,00
2084	Melhoria e Manutenção dos Serviços de Coleta de Lixo	260.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	260.000,00
2012	Manutenção da Secretaria de Integração Regional	8.000,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	8.000,00
2049	Manutenção da secretaria de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer	22.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	22.000,00
2060	Manutenção da Secretaria de Assistência Social E Hbitação	10.500,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	10.500,00
2070	Manutenção do Fundo Municipal de Agricultura	17.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	17.000,00
0006	Devolução de Recursos de Convênio	2.700,00
3.3.20.00	Transferências à União	2.700,00

2. UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1008	Construção do Hospital da Comarca de Biguaçu	30.000,00
4.4.90.00	Investimentos	30.000,00

1011	Aquisição de Veículos	60.000,00
4.4.90.00	Investimentos	60.000,00
1010	Construção ou Ampliação de Unidade de Saúde	10.000,00
4.4.90.00	Investimentos	10.000,00
2033	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	15.000,00
4.4.90.00	Investimentos	15.000,00
2034	Ações de Atenção Básica – PABF	219.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	209.000,00
4.4.90.00	Investimentos	10.000,00
2035	Ações de Saúde da Família – PABV/ESF	446.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	441.000,00
4.4.90.00	Investimentos	5.000,00
2036	Ações com Agentes Comunitários de Saúde – PABV/ACS	130.000,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	130.000,00
2037	Ações de Saúde Bucal	410.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	400.000,00
4.4.90.00	Investimentos	10.000,00
2038	Ações de Assistência Farmacêutica Básica	167.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	167.000,00
2039	Núcleos de Apoio à Saúde da Família – PABV/NASF	104.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	104.000,00
2044	Manutenção da UPA	15.000,00
4.4.90.00	Investimentos	15.000,00
	TOTAL	3.581.415,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Biguaçu, 19 de dezembro de 2016.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DECRETO Nº 240/2016

DECRETO Nº 240/2016 DE: 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3589/2015 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 9º, da Lei Municipal nº 3604/2015 - Lei Orçamentária para 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2016, Lei Municipal nº 3604/2015:

01. CÂMARA MUNICIPAL

0101.01.031.0001.2001	Funcionamento e Manutenção da Câmara	344.000,00
	ANULA:	
3.2.90.00/0.1.00.0100000	Juros e Encargos da Dívida	22.000,00
3.3.90.00/0.1.00.0100000	Outras Despesas Correntes	290.000,00
4.6.90.00/0.1.00.0100000	Amortização da Dívida	32.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.0100000	Pessoal e Encargos Sociais	344.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de dezembro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

DECRETO Nº 242/2016

DECRETO Nº 242/2016 DE: 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3589/2015 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 9º, da Lei Municipal nº 3604/2015 - Lei Orçamentária para 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2016, Lei Municipal nº 3604/2015:

02. GABINETE DO PREFEITO

0201.04.122.0001.2002	Manutenção do Gabinete do Prefeito	17.770,00
	ANULA:	
3.1.91.00/0.1.00.0100000	Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00
3.3.90.00/0.1.00.0100000	Outras Despesas Correntes	15.770,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.0100000	Pessoal e Encargos Sociais	17.770,00

0202.04.122.0002.2009	Manut. da Procuradoria Geral do Município	34.590,35
	ANULA:	
3.1.91.00/0.1.00.0100000	Pessoal e Encargos Sociais	4.541,64
3.3.90.00/0.1.00.0100000	Outras Despesas Correntes	18.418,36
4.4.90.00/0.1.00.0100000	Investimentos	11.630,35
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.0100000	Pessoal e Encargos Sociais	34.590,35

0204.04.131.0001.2006	Manutenção da Gerência de Comunicação	10.000,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.0100000	Outras Despesas Correntes	10.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.0100000	Pessoal e Encargos Sociais	10.000,00

03. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

0301.04.122.0002.2011	Manutenção da Secretaria de Administração	78.047,41
	ANULA:	

3.1.91.00/0.1.00.0100000	Pessoal e Encargos Sociais	16.152,17
3.3.90.00/0.1.00.0100000	Outras Despesas Correntes	61.895,24
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.0100000	Pessoal e Encargos Sociais	78.047,41
0301.14.422.0006.2016	Funcionamento e Manutenção do PROCON	4.100,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.0100000	Outras Despesas Correntes	4.100,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.0100000	Pessoal e Encargos Sociais	4.100,00

04. SECRETARIA DA FAZENDA

0401.04.123.0002.2014	Manutenção da Secretaria da Fazenda	47.495,00
	ANULA:	
3.1.91.00/0.1.00.0100000	Pessoal e Encargos Sociais	17.495,00
3.3.90.00/0.1.00.0100000	Outras Despesas Correntes	30.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.0100000	Pessoal e Encargos Sociais	47.495,00

06. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

0601.04.121.0002.2007	Manutenção da Secretaria de Planejamento e Gestão	87.000,00
	ANULA:	
3.1.91.00/0.1.00.0100000	Pessoal e Encargos Sociais	22.000,00
3.3.90.00/0.1.00.0100000	Outras Despesas Correntes	60.000,00
4.4.90.00/0.1.00.0100000	Investimentos	5.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.0100000	Pessoal e Encargos Sociais	87.000,00

07. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

0701.12.306.0003.2017	Oferta de Merenda Escolar – Ensino Fundamental	32.240,00
	ANULA:	
3.1.91.00/0.1.00.0100000	Pessoal e Encargos Sociais	10.970,00
3.3.90.00/0.1.00.0100000	Outras Despesas Correntes	21.270,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.0100000	Pessoal e Encargos Sociais	32.240,00
0701.12.361.0003.2018	Manutenção do Ensino Fundamental	94.423,00
	ANULA:	
3.1.91.00/0.1.01.0101000	Pessoal e Encargos Sociais	7.623,00
3.3.90.00/0.1.01.0101000	Outras Despesas Correntes	78.000,00
4.4.90.00/0.1.01.0101000	Investimentos	8.800,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.01.0101000	Pessoal e Encargos Sociais	94.423,00
0701.12.361.0003.2022	Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental	17.921,00
	ANULA:	
3.1.91.00/0.1.01.0101000	Pessoal e Encargos Sociais	17.921,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.01.0101000	Pessoal e Encargos Sociais	17.921,00
0701.12.363.0003.2023	Manutenção do Centro de Educação Profissional	3.418,00
	ANULA:	
3.1.91.00/0.1.00.0100000	Pessoal e Encargos Sociais	774,50

3.3.90.00/0.1.00.0100000	Outras Despesas Correntes	2.643,50
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.0100000	Pessoal e Encargos Sociais	3.418,00
0701.12.306.0003.2025	Oferta de Merenda Escolar – Ensino Infantil	10.000,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.0100000	Outras Despesas Correntes	10.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.0100000	Pessoal e Encargos Sociais	10.000,00
0701.12.365.0003.2026	Manutenção do Ensino Infantil - Creche	53.450,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.01.0101000	Pessoal e Encargos Sociais	6.201,00
3.1.91.00/0.1.01.0101000	Pessoal e Encargos Sociais	11.159,00
4.4.90.00/0.1.01.0101000	Investimentos	36.090,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.50.00/0.1.01.0101000	Outras Despesas Correntes	53.450,00
0701.12.365.0003.2027	Remuneração dos Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício	134.373,66
	ANULA:	
3.1.91.00/0.1.18.0112000	Pessoal e Encargos Sociais	134.373,66
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.18.0112000	Pessoal e Encargos Sociais	134.373,66
0701.12.366.0003.2028	Manutenção da Educação de Jovens e Adultos	6.792,00
	ANULA:	
3.1.91.00/0.1.01.0101000	Pessoal e Encargos Sociais	5.570,00
3.3.90.00/0.1.01.0101000	Outras Despesas Correntes	222,00
4.4.90.00/0.1.01.0101000	Pessoal e Encargos Sociais	1.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.01.0101000	Pessoal e Encargos Sociais	6.792,00

08. SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

0801.15.452.0009.2082	Melhoria e Manutenção do Cemitério Público	16.750,00
	ANULA:	
3.1.91.00/0.1.00.0100000	Pessoal e Encargos Sociais	1.750,00
4.4.90.00/0.1.00.0100000	Investimentos	15.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.0100000	Pessoal e Encargos Sociais	16.750,00
0801.15.452.0009.2083	Manutenção da Secretaria de Obras e Infraestrutura	20.530,00
	ANULA:	
3.1.91.00/0.1.00.0100000	Pessoal e Encargos Sociais	20.530,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.0100000	Pessoal e Encargos Sociais	20.530,00

09. SECRETARIA DE DESENV. URBANO E TRANSPORTES

0901.26.782.0007.2076	Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Transportes	50.000,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.0100000	Outras Despesas Correntes	50.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.0100000	Pessoal e Encargos Sociais	50.000,00

10. SECRETARIA DE INTEGRAÇÃO REGIONAL

1001.04.122.0002.2012	Manutenção da Secretaria de Integração Regional	15.000,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.0100000	Outras Despesas Correntes	15.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.0100000	Pessoal e Encargos Sociais	15.000,00

11. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

1101.08.241.0006.2053	Atendimento à Pessoa Idosa	3.2 00,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.0100000	Outras Despesas Correntes	2.200,00
4.4.90.00/0.1.00.0100000	Investimentos	1.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.0100000	Pessoal e Encargos Sociais	3.200,00

1101.08.243.0006.2055	Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculo	36.480,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.0100000	Outras Despesas Correntes	36.480,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.0100000	Pessoal e Encargos Sociais	36.480,00

1101.08.243.0006.2056	Proteção Especial de Média Complexidade	32.000,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.0100000	Outras Despesas Correntes	32.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.0100000	Pessoal e Encargos Sociais	32.000,00

1101.08.244.0006.2060	Manutenção da Secretaria de Assistência Social e Habitação	10.500,00
	ANULA:	
3.1.91.00/0.1.00.0100000	Pessoal e Encargos Sociais	300,00
3.3.90.00/0.1.00.0100000	Outras Despesas Correntes	10.200,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.0100000	Pessoal e Encargos Sociais	10.500,00

1101.08.244.0006.2065	Manutenção do Bolsa Família	2.000,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.0100000	Outras Despesas Correntes	2.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.0100000	Pessoal e Encargos Sociais	2.000,00

12. SECRETARIA DE DESENVOLV. ECONÔMICO E INOVAÇÃO TECN.

1201.22.661.0007.2072	Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação Tecnológica	10.000,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.0100000	Outras Despesas Correntes	10.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.0100000	Pessoal e Encargos Sociais	10.000,00

13. SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER

1301.27.122.0005.2049	Manutenção da Secretaria de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer	56.900,00
	ANULA:	
3.1.91.00/0.1.00.0100000	Pessoal e Encargos Sociais	12.900,00
3.3.90.00/0.1.00.0100000	Outras Despesas Correntes	42.000,00
4.4.90.00/0.1.00.0100000	Investimentos	2.000,00

	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.0100000	Pessoal e Encargos Sociais	56.900,00

15. SECRETARIA DE AGRIC., DESENV. RURAL E AQUICULTURA

1501.20.606.0007.2070	Manutenção do Fundo Municipal de Agricultura	72.748,00
	ANULA:	
3.1.91.00/0.1.00.0100000	Pessoal e Encargos Sociais	13.218,00
3.3.90.00/0.1.00.0100000	Outras Despesas Correntes	59.530,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.0100000	Pessoal e Encargos Sociais	72.748,00

18. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1801.10.301.0004.2033	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	78.574,36
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.02.0102000	Pessoal e Encargos Sociais	30.000,00
3.1.91.00/0.1.02.0102000	Pessoal e Encargos Sociais	48.574,36
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.02.0102000	Outras Despesas Correntes	78.574,36

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de dezembro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

DECRETO Nº 243/2016

DECRETO Nº 243/2016 DE: 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

Faz remanejamento de dotação no Orçamento da Secretaria Municipal de Educação para 2016.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, §3º, da Lei Municipal nº 3.589/2015 – Lei de Diretrizes Orçamentárias,

Considerando, que o recurso da fonte 0.1.01.0000000 alocado nas ações de governo de nº, 2017 – Oferta de Merenda Escolar – Ensino Fundamental, 2025 – Oferta de Merenda Escolar – Ensino Fundamental, 2031 - Ampliação e Manutenção da Biblioteca Pública, 2088 - Oferta de Merenda Escolar – Ensino Infantil – Pré-Escolar e 2089 – Manutenção do Ensino Infantil – Pré-Escolar estão acima das necessidades para o exercício de 2016;

Considerando, a necessidade de recursos dessas fontes nas ações de governo de nº 2022 – Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental, 2023 - Manutenção do Centro de Educação Profissional, 2026 - Manutenção do Ensino Infantil – Creche, 2027 - Remuneração dos Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício e 2028- Manutenção da Educação de Jovens e Adultos para atender despesas com folha de pagamento até o final do exercício;

Considerando, que esses remanejamentos de dotações se darão dentro da própria unidade orçamentária Secretaria de Educação e, sem prejuízo das ações programadas para a área da Educação em 2016 e envolvendo ações relacionadas à folha de pagamento,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária para 2016, Lei Municipal nº 3.604/2015:

07. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	REDUÇÃO	
0701.12.306.0003.2017	Oferta de Merenda Escolar – Ensino Fundamental	5.000,00
4.4.00.00	Investimentos	5.000,00

4.4.90.00	Aplicações Diretas	5.000,00
0.1.00.0100000	Recursos Ordinários	5.000,00
0701.12.306.0003.2025	Oferta de Merenda Escolar – Ensino Fundamental	8.900,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	8.900,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	8.900,00
0.1.00.0100000	Recursos Ordinários	8.900,00
0701.13.392.0003.2031	Ampliação e Manutenção da Biblioteca Pública	1.770,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	1.770,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	1.770,00
0.1.01.0101000	Recursos de Impostos para Educação	1.770,00
0701.12.306.0003.2088	Oferta de Merenda Escolar – Ensino Infantil – Pré-Escolar	28.900,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	28.900,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	28.900,00
0.1.00.0100000	Recursos Ordinários	28.900,00
0701.12.365.0003.2089	Manutenção do Ensino Infantil – Pré-Escolar	225.848,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	187.145,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	144.530,00
3.1.91.00	Aplicações Diretas	42.615,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	25.715,00
3.3.50.00	Transferências a Instituições sem Fins Lucrativos	25.715,00
4.4.00.00	Investimentos	12.988,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	12.988,00
0.1.01.0101000	Recursos de Impostos para Educação	225.848,00
	SUPLEMENTAÇÃO	
0701.12.361.0003.2022	Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental	24.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	24.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	24.000,00
0.1.01.0101000	Recursos de Impostos para Educação	24.000,00
0701.12.363.0003.2023	Manutenção do Centro de Educação Profissional	5.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	5.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	5.000,00
0.1.00.0100000	Recursos Ordinários	5.000,00
0701.12.365.0003.2026	Manutenção do Ensino Infantil – Creche	32.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	32.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	32.000,00
0.1.01.0101000	Recursos de Impostos para Educação	32.000,00
0701.12.365.0003.2027	Remuneração dos Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício	208.718,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	208.718,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	208.718,00
0.1.01.0101000	Recursos de Impostos para Educação	208.718,00
0701.12.366.0003.2028	Manutenção da Educação de Jovens e Adultos	700,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	700,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	700,00
0.1.01.0101000	Recursos de Impostos para Educação	700,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de dezembro de 2016.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

LEI COMPLEMENTAR Nº 108/2016

LEI COMPLEMENTAR Nº 108/2016 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALTERA O § 1º, DO ARTIGO 124-G, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 3, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2007 – CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO - E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica alterado o § 1º, do artigo 124-G, da LC n.º 03/2007, passando a vigorar com a seguinte redação:

“§ 1º - O contribuinte fica obrigado a emitir as Notas Fiscais e de serviços diretamente no próprio sistema computacional do Município.”

Art. 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Biguaçu, 27 de dezembro de 2016.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Lei Complementar nº 108/2016, de 27/12/2016

Sancionada em 27/12/2016

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons
Escriturária

LEI COMPLEMENTAR Nº 109/2016

LEI COMPLEMENTAR Nº 109/2016 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

Altera a redação dos artigos 5º, 6º, 9º, 10, 11, 12 e 13, da Lei Complementar nº 14/2009 e da outras providências.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 1º, V, "b", § 3º da Lei Complementar nº 11/2009, de 29 de janeiro de 2009, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Ficam alterados os arts. 5º e 6º, da Lei Complementar nº 14 de 29 de abril de 2009, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º A estrutura organizacional básica da FAMABI, compor-se-á de uma diretoria, equipe técnica, coordenação e gerência.

Art. 6º A Diretoria da FAMABI será composta por um Superintendente, um Procurador Adjunto; um Gerente Administrativo e Financeiro; um Gerente Operacional; dois Assistentes Técnicos, todos de livre nomeação do Prefeito Municipal.”

Art. 2º Ficam alterados os arts. 9º, 10, 11, 11-A, 12, 13, 14, 15, 16, 17 e 18, da Lei Complementar nº 14 de 29 de abril de 2009, passando a vigorar com a seguinte redação:

“SEÇÃO III
DA GERÊNCIA OPERACIONAL

Art. 9º Compete ao Gerente Operacional:

I - Substituir o Superintendente em seus impedimentos;
VI - Emitir autorizações para uso dos recursos naturais no Município,

de acordo com a legislação vigente;

VII - Licenciar as atividades potencialmente poluidoras, em conjunto com o Superintendente da FAMABI no âmbito do Município;

VIII - Opinar em todos os processos relacionados com a instalação de indústrias, empresas ou qualquer outra atividade que possa influir no meio ambiente do território municipal;

X - Analisar e emitir pareceres em projetos e relatórios afins com a área de sua competência;

XI - Vetar, embargar e interditar projetos e obras no âmbito do Município, que firam a legislação do meio ambiente, bem como autuar e ajuizar ações contra os infratores junto às autoridades competentes;

II - Exercer toda e qualquer outra atribuição que lhe forem conferidas pelo Superintendente.

SEÇÃO IV**DO GERENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO**

Art. 10 Compete ao Gerente Administrativo e Financeiro:

I - Administrar e supervisionar a área administrativa e financeira da FAMABI;

II - Coordenar a elaboração da proposta orçamentária da FAMABI;

III - Coordenar e controlar o ponto dos servidores, executar os serviços de recepção, telefonia e os serviços gerais internos à FAMABI;

IV - Receber, expedir, controlar e elaborar todos os expedientes, correspondências, protocolos e processos com trâmite na FAMABI;

V - Formalizar todos os atos oficiais, elaborar a correspondência oficial e preparar os despachos e expedientes do Superintendente;

VI - Exercer outras atividades administrativas correlatas;

VII - Administrar, em conjunto com o Superintendente, os recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente em consonância com legislação específica em vigor, de modo a viabilizar as ações planejadas;

VIII - Administrar, em conjunto com o Superintendente, os recursos financeiros da FAMABI e o registro dos atos e fatos da administração;

IX - Supervisionar e coordenar a área técnica da FAMABI;

X - Coordenar a elaboração do plano anual de ação;

XI - Coordenar a elaboração do plano plurianual de ação, com duração de cinco anos;

XII - Contribuir na definição da política de limpeza urbana, em relação à coleta, reciclagem e disposição do lixo;

XIII - Promover campanhas e programas educativos para conscientizar a população sobre a importância da preservação e recuperação de recursos naturais renováveis. e

XIV - Demais atribuições que lhe forem atribuídas pelo Superintendente.

PROCURADOR-ADJUNTO

Art. 11 Compete ao Procurador Adjunto

I - Supervisionar e coordenar a área jurídica da FAMABI;

II - Elaborar pareceres, contratos, convênios e petições jurídicas;

III - Estudar e elaborar, em conjunto com os órgãos afins da FAMABI, anteprojeto de lei, decretos e regulamentos de interesse da FAMABI, a serem encaminhados ao Chefe do Poder Executivo;

IV - Assessorar a Diretoria e equipe técnica no âmbito do Direito

V - Promover a defesa da FAMABI em juízo e fora dele, de conformidade com as diretrizes jurídicas emanadas da Procuradoria-Geral do Município;

IX - Contribuir nas normas referentes à proteção do patrimônio paisagístico do Município;

XII - Demais atribuições que lhe forem atribuídas pelo Superintendente.

Parágrafo Único - no caso do Procurador Adjunto substituir o Superintendente não será devida qualquer equiparação na remuneração.

ASSISTENTE TÉCNICO**Art. 11-A Compete ao Assistente Técnico**

- I - Elaborar Projetos no âmbito da competência da FAMABI;
- II – Articular com organismos municipais, estaduais, federais, internacionais, públicos e privados, visando obter recursos financeiros e tecnológicos, para desenvolver programas de proteção ao meio ambiente;
- III - Elaborar, implantar e administrar projetos especiais nas áreas de controle da poluição e de proteção dos recursos naturais, bem como os concernentes à criação e administração de parques, reservas e estações ecológicas no Município;
- V - Promover campanhas educacionais e de treinamento, destinadas a sensibilizar a população para os problemas de preservação do meio ambiente;
- VI - Implantar, coordenar e operacionalizar hortos municipais;
- VII - Promover a educação ambiental no âmbito municipal com a implantação de projetos, escola ambiental, cursos de atualizações e técnicos, programas e atividades relacionadas com o objetivo desta FAMABI.
- VIII - Demais atribuições que lhe forem atribuídas pelo Superintendente.

SEÇÃO VI**DA EQUIPE TÉCNICA E DE APOIO**

Art. 12 Além da Diretoria, ainda formarão a equipe técnica e coordenação: oito analistas ambientais; seis fiscais de meio ambiente; um atendente da criança e adolescente; três motoristas; seis operários braçais; um pintor; um escriturário; um coordenador de licenciamento e um coordenador de fiscalização.

I – oito analistas ambientais, com graduação em uma das seguintes áreas: Eng. Ambiental; Eng. Florestal; Eng. Agrônoma; Eng. Sanitarista; Eng. Civil; Biologia; Assistência Social; Geografia; Geologia ou Oceanografia, com as seguintes atribuições:

- a) realizar vistorias técnicas;
- b) fazer laudos e relatórios ambientais provenientes de denúncias;
- c) elaborar pareceres técnicos, autorizações, certidões e licenças ambientais;
- d) integrar equipe multidisciplinar na elaboração de estudos ambientais;
- e) Realizar outras atividades correlatas na sua área de competência.
- f) realizar demais atribuições que lhe forem atribuídas pelo Superintendente.

II – seis Fiscais de Meio Ambiente, com as seguintes atribuições:

- a) realizar os trabalhos de fiscalização no âmbito do Município;
- b) autuar e multar infratores das normas ambientais;
- c) assinar os autos de infração ambiental;
- d) encaminhar os processos de infração ambiental aos técnicos e Diretor Jurídico para elaboração de pareceres, quando necessário;
- e) receber as defesas administrativas e encaminhar o seu trâmite junto a FAMABI;
- f) elaborar relatórios dos processos de infração ambiental e responder ao Ministério Público ou outros órgãos de fiscalização;
- g) fiscalizar empreendimentos, construções e estabelecimentos potencialmente poluidores, emitindo pareceres sobre sua instalação e funcionamento no município;
- h) realizar outras atividades correlatas.

III – Um técnico em Saneamento, com as seguintes atribuições:

- vistorias aos estabelecimentos e emissões de Certidões e Autorizações Ambientais;
- utilizar as normas técnicas federais, estaduais e municipais referentes a critérios de ocupação de solo, saneamento de habitações urbanas e rurais e disposição de resíduos sólidos e líquidos para

exame de planos de loteamentos e com a finalidade de preservar a saúde;

- preenchimento de impressos que documentem as vistorias (folhas de inspeção de informação e outros instrumentos necessários além das notificações incluindo intimações, autos de infração, termos de coleta, apreensão, inutilização e de depósitos de mercadorias). As notificações deverão ser lavrados quando a legislação sanitária vigente não estiver sendo cumprida;
- realizar coleta de amostras de mercadorias para análise e medição de riscos ambientais sempre que se fizer necessários para emissão de parecer quanto as condições sanitárias de um estabelecimento tendo em vista a avaliação de determinantes de processos saúde-enfermidade de consumidores e trabalhadores;
- atendimento de munícipes para receber reclamações e solicitações e efetuar vistorias necessárias para respondê-las;
- atendimento de munícipes para esclarecimento sobre o andamento de processos, e outras atividades e também para prestar orientações quanto as exigências contidas no código sanitário e outras, necessárias para manutenção das condições sanitárias adequadas dos estabelecimentos;
- emitir pareceres técnicos quando solicitados;
- colaborar na manutenção de ordem administrativa, quanto ao fluxo dos processos e outros documentos, respeitando os prazos legais por lei;
- fornecer dados de produção das atividades realizadas, segundo cronograma previamente estabelecido;
- executar outras atribuições afins .

III – Um atendente da criança e adolescente, com as seguintes atribuições:

- a) atender e orientar as crianças e adolescentes dos projetos de educação ambiental da FAMABI;
- b) Realizar outras atividades correlatas na sua área de competência.
- c) realizar demais atribuições que lhe forem atribuídas pelo Superintendente.

IV - Três motoristas;

V - Seis operários braçais;

VI - Um pintor;

VII - Um escriturário;

VIII - Um coordenador de praças e parques;

- a) coordenar os trabalhos realizados na área de implantação, manutenção de praças e parques;
 - b) elaborar e executar o controle dos projetos e da manutenção de praças e parques;
 - c) realizar demais atribuições que lhe forem atribuídas pelo Superintendente.
- ações econômico-financeiras;

IX – Um coordenador de contabilidade;

- a) coordenar os trabalhos realizados na área de contabilidade e escrituração contábil;
- b) registrar os atos contábeis;
- c) controlar operações de financiamento e de investimento; d) promover a prestação, acertos e conciliação de contas;
- e) elaborar e executar o controle de custos dos projetos e da manutenção geral;
- f) controlar o ativo permanente da FAMABI de acordo com as normas legais;
- g) preparar obrigações acessórias, tais como declarações ao fisco ou outros órgãos competentes;
- h) atender solicitações de órgãos fiscalizadores, especialmente o controle externo-TCE/SC;
- i) participar da implantação execução das normas e rotinas de controle interno, em consonância com o sistema de controle interno municipal;
- j) elaborar e manter atualizadas as demonstrações contábeis;
- k) elaborar as demonstrações contábeis e a prestação de contas

anual;
l) prestar assessoria interna à gestão com relação as informações econômico-financeiras;
m) realizar outras atividades correlatas.
§ 1º - As remunerações dos cargos previstos neste Capítulo estão descritas no ANEXO II, que faz parte integrante desta lei.
§ 2º - Enquanto não for realizado concurso público para preenchimento dos cargos da FAMABI, será utilizada a estrutura funcional da Secretaria do Meio Ambiente, enquanto esta não for formalmente extinta.

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons
Escriturária**XI- Um coordenador de licenciamento**

I – dirigir e orientar a coordenação do licenciamento ambiental dos empreendimentos e atividades efetivas ou potencialmente poluidoras industriais e não-industriais;

II – dirigir e orientar o gerenciamento do licenciamento das atividades de exploração dos recursos florestais e seus usos, bem como de conversão para uso alternativo do solo por supressão vegetal;

III – dirigir e orientar o gerenciamento dos recursos hídricos, em especial das ações autorizativas para o uso das águas e para reserva de disponibilidade hídrica;

IV – contribuir com a Gerência Operacional, na execução dos programas, projetos e ações pertinentes à modernização do licenciamento ambiental, da gestão florestal e da gestão de recursos hídricos;

V - realizar, em conjunto com a coordenação de Fiscalização, a execução da fiscalização e do monitoramento dos empreendimentos e atividades licenciados;

III – propor medidas de melhoria contínua para a gestão do licenciamento ambiental;

IV – assessorar o Gerente Operacional no desempenho de suas atribuições e executar programas, projetos e ações por ele determinados.

XII – Um coordenador de fiscalização.

· propor normas e definir procedimentos para orientar as ações de fiscalização, a imposição de sanções e multas;

· planejar, coordenar e controlar a aplicação de normas e políticas, bem como a execução de programas, projetos e ações relacionados à fiscalização e ao monitoramento dos recursos naturais;

· propor a definição de prioridades para a aplicação dos recursos financeiros provenientes das sanções administrativas impostas por meio da FAMABI;

· elaborar laudos que, por meio da celebração de convênio, poderão também subsidiar as ações de licenciamento e fiscalização ambiental de competência dos demais órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA;

SEÇÃO VII**DO CONSELHO FISCAL**

Art. 13 O Conselho Fiscal será constituído de 03 (três) membros efetivos e 03 (três) suplentes, sendo ambas as categorias formadas por 01 (um) representante da Secretária de Receita, e que será o seu Presidente, 01 (um) representante da Secretaria de Administração, 01 (um) representante da Procuradoria, todos de livre nomeação do Chefe do poder Executivo, não podendo receber qualquer remuneração por estas funções, tendo os mesmos mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzido por uma só vez.

Art. 3 Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 27 de dezembro de 2016.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Lei Complementar nº 109/2016, de 27/12/2016
Sancionada em 27/12/2016

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 19 -16

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2016

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: ROTOPLAST INDÚSTRIA DE CLIMATIZADORES LTDA.

Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº. 2433/2016.

Objeto: Eventual aquisição de climatizador marca Rotoplast modelo roto 160.

Valor: R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

Vigência: 20 de dezembro de 2016 a 20 de dezembro de 2017.

Assinatura: 20 de dezembro de 2016 .

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 20 -16

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2016

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: GAMBATTO VEICULOS SÃO MIGUEL LTDA.

Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº. 2433/2016.

Objeto: Eventual aquisição de veículo Doblo Essence 1.8 ano/modelo 2016/2017.

Valor: R\$ 83.460,00 (oitenta e três mil quatrocentos e sessenta reais).

Vigência: 20 de dezembro de 2016 a 20 de dezembro de 2017.

Assinatura: 20 de dezembro de 2016 .

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

1074.12.16 - P. CESSA EF. ANDREIA C. O. DEUCHER

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1074/16 de 21.12.16

Cessa Efeitos da Portaria N.º 312/14 de 02.04.14

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Cessar os efeitos da Portaria n.º 312/14 de 02.04.14, que concedeu uma gratificação mensal, correspondente a 30 % (trinta por cento) do vencimento do cargo a funcionária Andréia Cristina de Oliveira Deucher, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Padrão I – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, para além das suas funções responder pela Chefia da Coordenação de Educação Infantil, a partir do dia 21 de dezembro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
21 de dezembro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

1075.12.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE CELIANE RABELO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1075/16 de 21.12.16

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 14 de dezembro de 2016, a funcionária Celiane Rabelo, Ocupante do cargo de Servente, Padrão I – Nível 1, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
21 de dezembro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

1076.12.16 - P. NOM. RENAN R. BERNIERI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1076/16 de 21.12.16

Nomeia em Caráter Efetivo

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, usando da competência que lhe confere o item I, do artigo 101 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro – SC:

Resolve:

Nomear por concurso Renan Rodrigo Bernieri, nos termos da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC), em virtude de sua classificação 4º lugar no Concurso Público n.º 001/2015, para exercer o cargo de Assistente Administrativo - Padrão I – Nível – 6 do Quadro de Pessoal do Município com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, a contar do dia 21 de dezembro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
21 de dezembro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

1077.12.16 - P. EXON. CRISTIANI MASSUCHETTI
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1077/16 de 21.12.16

Exonera Servidora

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

RESOLVE:

Exonerar a servidora Cristiani Massuchetti, do Cargo de Assessor de Serviços Gerais – Padrão I - Nível – 17, do Quadro de Pessoal do Município, Nomeada através da Portaria n.º 678/16 de 07.07.16, com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social, a contar do dia 21 de dezembro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
21 de dezembro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

1078.12.16 - P. EXON. DAIANA SILVA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1078/16 de 21.12.16

Exonera Servidora

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

RESOLVE:

Exonerar a servidora Daiana da Silva, do Cargo de Chefe de Serviços – Padrão I - Nível – 30, do Quadro de Pessoal do Município, Nomeada através da Portaria n.º 256/14 de 17.03.14, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia 21 de dezembro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
21 de dezembro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

1079.12.16 - P. EXON. DULCEARA FAUSTINO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1079/16 de 21.12.16

Exonera Servidora

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

RESOLVE:

Exonerar a servidora Dulceara Faustino, do Cargo de Assessor de Departamento – Padrão I - Nível – 31, do Quadro de Pessoal do Município, Nomeada através da Portaria n.º 100/13 de 15.01.2013, com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social, a contar do dia 21 de dezembro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
21 de dezembro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

1080.12.16 - P. EXON. FABIANA SIMIANO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1080/16 de 21.12.16

Exonera Servidora

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

RESOLVE:

Exonerar a servidora Fabiana Simiano, do Cargo de Assessor de Departamento – Padrão I - Nível – 31, do Quadro de Pessoal do Município, Nomeada através da Portaria n.º 665/16 de 01.07.2016, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, a contar do dia 21 de dezembro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
21 de dezembro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

1081.12.16 - P. EXON. LUCIANI P. SCHLISTING

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1081/16 de 21.12.16

Exonera Servidora

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

RESOLVE:

Exonerar a servidora Luciani dos Passos Schlichting, do Cargo de Chefe de Serviços – Padrão I - Nível – 30, do Quadro de Pessoal do Município, Nomeada através da Portaria n.º 038/13 de 04.01.2013, com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda - Intendência de Canoas, a contar do dia 21 de dezembro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
21 de dezembro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

1082.12.16 - P. EXON. SUSANA MASSUCHETTI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1082/16 de 21.12.16

Exonera Servidora

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

RESOLVE:

Exonerar a servidora Susana Massuquetti, do Cargo de Chefe de Serviços – Padrão I - Nível – 30, do Quadro de Pessoal do Município, Nomeada através da Portaria n.º 872/13 de 17.09.2013, com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social – Conselho Tutelar, a contar do dia 21 de dezembro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
21 de dezembro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

1083.12.16 - P. EXON. JOSÉ SIMIANO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1083/16 de 21.12.16

Exonera Servidor

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

RESOLVE:

Exonerar o servidor José Simiano, do Cargo de Coordenador do Núcleo Municipal São José – Padrão I - Nível – 35, do Quadro de Pessoal do Município, Nomeada através da Portaria n.º 138/13 de 01.02.2013, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia 21 de dezembro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
21 de dezembro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

1084.12.16 - P. EXON. ELI AP. B. ALTHOFF

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1084/16 de 21.12.16

Exonera Servidora

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

RESOLVE:

Exonerar a servidora Eli Aparecida Borba Althoff, do Cargo de Chefe de Serviços – Padrão I - Nível – 30, do Quadro de Pessoal do Município, Nomeada através da Portaria n.º 56/13 de 08.01.2013, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia 21 de dezembro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
21 de dezembro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

1085.12.16 - P. EXON. GERCINO V. SCHLISTING

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1085/16 de 21.12.16

Exonera Servidor

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

RESOLVE:

Exonerar o servidor Gercino Vargas Schlisting, do Cargo de Chefe de Serviços – Padrão I - Nível – 30, do Quadro de Pessoal do Município, Nomeada através da Portaria n.º 166/13 de 05.02.2013, com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, a contar do dia 21 de dezembro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
21 de dezembro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

1086.12.16 - P. EXON. ALINE FURLAN

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1086/16 de 21.12.16

Exonera Servidora

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

RESOLVE:

Exonerar a servidora Aline Furlan, do Cargo de Assessor de Departamento – Padrão I - Nível – 31, do Quadro de Pessoal do Município, Nomeada através da Portaria n.º 110/16 de 18.01.16, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, a contar do dia 21 de dezembro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
21 de dezembro de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

Brusque

PREFEITURA

DECRETO Nº. 7.921/2016

DECRETO Nº. 7.921, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20º da Lei nº 3.948 de 18.12.15, a Lei nº 3.910 de 04.09.15, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal, em vigência do Município, no valor de R\$ 6.043.762,77 (seis milhões, quarenta e três mil, setecentos e sessenta e dois reais e setenta e sete centavos), para atender a programação abaixo especificada:

04.00 Secretaria de Governo e Gestão Estratégica

04.001 Secretaria de Governo e Gestão Estratégica

0004.0122.005.2308 Manutenção das Ativ. Da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 23.600,00

05.00 Secretaria de Comunicação Social

05.001 Secretaria de Comunicação Social

0004.0131.0145.2006 Manutenção da Secretaria de Comunicação Social

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 326.700,00

09.00 Secretaria Municipal de Educação

09.001 Secretaria Municipal de Educação

0012.0365.0335.2021 Manutenção de Creches

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes

0.1.01.00 Rec. de Impostos e de Transf. De Imp. Educação

VALOR R\$ 125.203,54

0012.0366.0355.2319 Educação de Jovens e Adultos

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes

0.1.01.00 Rec. de Impostos e de Transf. De Imp. Educação

VALOR R\$ 25.000,00

0012.0362.0045.2071 Manutenção e Modernização do Ensino Médio

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes

0.1.01.00 Rec. de Impostos e de Transf. De Imp. Educação

VALOR R\$ 10.000,00

0012.0361.0025.2019 Manutenção Desenvolv. Ensino Fund. Valor. Magistério

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes

0.1.18.00 Transferências do Fundeb – (aplic. Profis.)

VALOR R\$ 1.668.000,00

0.1.01.00 Rec. de Impostos e de Transf. De Imp. Educação

VALOR R\$ 170.627,03

3.1.91.00 Aplic. Dir. Dec. Operações Entre Órgãos – Despesas Correntes

0.1.18.00 Transferências do Fundeb – (aplic. Profis.)

VALOR R\$ 204.000,00

0012.0365.0020.2020 Manutenção da Educação Infantil

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes

0.1.18.00 Transferências do Fundeb – (aplic. Profis.)

VALOR R\$ 1.525.500,00

0.1.01.00 Rec. de Impostos e de Transf. De Imp. Educação

VALOR R\$ 111.622,60

3.3.90.00 Aplicações diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.01.00 Rec. de Impostos e de Transf. De Imp. Educação

VALOR R\$ 36.541,30

0012.0122.0005.2022 Manutenção Administrativa da Secretaria de Educação

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes

0.1.01.00 Rec. de Impostos e de Transf. De Imp. Educação

VALOR R\$ 86.084,83

3.3.90.00 Aplicações diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.01.00 Rec. de Impostos e de Transf. De Imp. Educação

VALOR R\$ 14.200,00

0012.0361.0030.2003 Manutenção do Transporte Escolar
3.3.90.00 Aplicações diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.01.00 Rec. de Impostos e de Transf. De Imp. Educação
VALOR R\$ 214.850,00
11.00 Secretaria Desenvolv. Econômico Trabalho e Renda
11.001 Secretaria Desenvolv. Econômico Trabalho e Renda
0022.0122.0165.2026 Manut. da Secretaria Desenvolv. Econômico Trabalho e Renda
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 21.600,00
13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
0015.0452.0125.2037 Manutenção Geral da Secretaria de Obras
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 167.100,00
3.3.90.00 Aplicações diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 100.00,00
0015.0451.0125.2036 Manutenção e Melhorias do Sistema Viário
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 55.400,00
0015.0452.0305.2066 Manutenção de Praças e Jardins
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 7.150,00
14.00 Encargos Gerais do Município
14.001 Encargos Gerais do Município
0028.0843.0180.2078 Pagamento de Precatórios – EC 62/2009
3.3.90.00 Aplicações diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 282.000,00
21.00 Secretaria de Trânsito e Mobilidade
21.001 Secretaria de Trânsito e Mobilidade
0006.0452.0325.2303 Manutenção e Gestão do Trânsito e Transp. Urbanos
3.3.33.00 Transf. A Estados e ao Dist. Federal – Outras Despesas Correntes
0.3.10.00 Convênio de Trânsito - Militar
VALOR R\$ 36.000,00
3.3.90.00 Aplicações diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 10.000,00
3.1.91.00 Aplic. Dir. Dec. Operações Entre Órgãos – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 15.000,00
19.00 Secretaria de Orçamento e Gestão
19.001 Secretaria de Orçamento e Gestão
0004.0121.0010.2015 Manutenção do Depto. de Finanças e Contabilidade
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 50.000,00
0004.0122.0005.2013 Manutenção da Administração Geral
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 177.200,00
3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Op. Entre Órgãos – Despesas Correntes
0.1.89.00 Alienação de Bens – Outros Programas
VALOR R\$ 572.303,22
65.00 Fundação Cultural de Brusque
65.001 Fundação Cultural de Brusque
0013.0392.0060.2222 Manutenção da Biblioteca
3.3.90.00 Aplicações diretas
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 709,31
65.001 Fundação Cultural de Brusque
0013.0122.0060.2221 Manutenção Administrativa da Fundação Cultural
3.1.91.00 Aplicações diretas decorrentes de operações entre outros órgãos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 2.596,99

75.00 Fundação Municipal do Meio Ambiente
75.001 Fundação Municipal do Meio Ambiente
0018.0122.0160.2216 Manutenção Administrativa da Fundema
3.1.91.00 Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 273,95
40.00 Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque
40.001 Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque
018.0541.0160.2252 Manutenção da Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque
3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Op. Entre Órgãos – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 200,00
50.00 Instituto Brusquense de Planej. e Mobilidade
50.001 Instituto Brusquense de Planej. e Mobilidade
0015.0122.0005.2018 Manutenção Ativ. Do Inst. Brusquense de Planej. e Mobilidade
3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Op. Entre Órgãos – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 4.300,00

I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

04.00 Secretaria de Governo e Gestão Estratégica
04.001 Secretaria de Governo e Gestão Estratégica
0004.0122.005.2308 Manutenção das Ativ. Da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica
3.3.90.00 Aplicação Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 23.600,00
05.00 Secretaria de Comunicação Social
05.001 Secretaria de Comunicação Social
0004.0131.0145.2006 Manutenção da Secretaria de Comunicação Social
3.3.90.00 Aplicação Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 326.700,00
09.00 Secretaria Municipal de Educação
09.001 Secretaria Municipal de Educação
0012.0365.0335.2021 Manutenção de Creches
3.1.91.00 Aplic. Dir. Dec. Operações Entre Órgãos – Despesas Correntes
0.1.01.00 Rec. de Impostos e de Transf. De Imp. Educação
VALOR R\$ 115.000,00
3.3.90.00 Aplicação Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.01.00 Rec. de Impostos e de Transf. De Imp. Educação
VALOR R\$ 9.950,54
4.4.90.00 Aplicação Diretas – Investimentos
0.1.01.00 Rec. de Impostos e de Transf. De Imp. Educação
VALOR R\$ 253,00
0012.0366.0355.2319 Educação de Jovens e Adultos
3.1.91.00 Aplic. Dir. Dec. Operações Entre Órgãos – Despesas Correntes
0.1.01.00 Rec. de Impostos e de Transf. De Imp. Educação
VALOR R\$ 25.000,00
0012.0362.0045.2071 Manutenção e Modernização do Ensino Médio
3.1.91.00 Aplic. Dir. Dec. Operações Entre Órgãos – Despesas Correntes
0.1.01.00 Rec. de Impostos e de Transf. De Imp. Educação
VALOR R\$ 10.000,00
0012.0361.0025.2019 Manutenção Desenvolv. Ensino Fund. Valor. Magistério
3.1.91.00 Aplic. Dir. Dec. Operações Entre Órgãos – Despesas Correntes
0.1.01.00 Rec. de Impostos e de Transf. De Imp. Educação
VALOR R\$ 65.874,68
3.3.90.00 Aplicação Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.01.00 Rec. de Impostos e de Transf. De Imp. Educação
VALOR R\$ 3.536,69
3.3.91.00 Aplic. Dir. Dec. Operações Entre Órgãos – Despesas Correntes
0.1.01.00 Rec. de Impostos e de Transf. De Imp. Educação
VALOR R\$ 99.000,00
4.4.90.00 Aplicação Diretas – Investimentos
0.1.01.00 Rec. de Impostos e de Transf. De Imp. Educação
VALOR R\$ 2.215,66
0012.0365.0020.2020 Manutenção da Educação Infantil
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.01.00 Rec. de Impostos e de Transf. De Imp. Educação

VALOR R\$ 36.541,30
3.1.91.00 Aplic. Dir. Dec. Operações Entre Órgãos – Despesas Correntes
0.1.01.00 Rec. de Impostos e de Transf. De Imp. Educação
VALOR R\$ 104.022,69
3.3.91.00 Aplic. Dir. Dec. Operações Entre Órgãos – Despesas Correntes
0.1.01.00 Rec. de Impostos e de Transf. De Imp. Educação
VALOR R\$ 3.000,00
4.4.90.00 Aplicação Diretas – Investimentos
0.1.01.00 Rec. de Impostos e de Transf. De Imp. Educação
VALOR R\$ 4.599,91
0012.0122.0005.2022 Manutenção Administrativa da Secretaria de Educação
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.01.00 Rec. de Impostos e de Transf. De Imp. Educação
VALOR R\$ 6.000,00
3.1.91.00 Aplic. Dir. Dec. Operações Entre Órgãos – Despesas Correntes
0.1.01.00 Rec. de Impostos e de Transf. De Imp. Educação
VALOR R\$ 82.693,05
3.3.90.00 Aplicação Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.01.00 Rec. de Impostos e de Transf. De Imp. Educação
VALOR R\$ 1.134,62
3.3.50.00 Transf. A Instit. Privadas S/Fins Lucrativos – Outras Despesas Correntes
0.1.01.00 Rec. de Impostos e de Transf. De Imp. Educação
VALOR R\$ 8.200,00
4.4.90.00 Aplicação Diretas – Investimentos
0.1.01.00 Rec. de Impostos e de Transf. De Imp. Educação
VALOR R\$ 2.257,16
0012.0361.0030.2003 Manutenção do Transporte Escolar
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.01.00 Rec. de Impostos e de Transf. De Imp. Educação
VALOR R\$ 150.000,00
3.3.50.00 Transf. A Instit. Privadas S/Fins Lucrativos – Outras Despesas Correntes
0.1.01.00 Rec. de Impostos e de Transf. De Imp. Educação
VALOR R\$ 55.850,00
3.1.91.00 Aplic. Dir. Dec. Operações Entre Órgãos – Despesas Correntes
0.1.01.00 Rec. de Impostos e de Transf. De Imp. Educação
VALOR R\$ 9.000,00
11.00 Secretaria Desenvolv. Econômico Trabalho e Renda
11.001 Secretaria Desenvolv. Econômico Trabalho e Renda
0022.0122.0165.2026 Manut. da Secretaria Desenvolv. Econômico Trabalho e Renda
3.1.91.00 Aplic. Dir. Dec. Operações Entre Órgãos – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 12.200,00
3.3.90.00 Aplicação Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 9.400,00
13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
0015.0452.0125.2037 Manutenção Geral da Secretaria de Obras
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 100.00,00
3.1.91.00 Aplic. Dir. Dec. Operações Entre Órgãos – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 140.000,00
3.3.90.00 Aplicação Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 20.600,00
3.3.91.00 Aplic. Dir. Dec. Operações Entre Órgãos – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 6.500,00
0015.0451.0125.2036 Manutenção e Melhorias do Sistema Viário
3.1.91.00 Aplic. Dir. Dec. Operações Entre Órgãos – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 47.500,00
3.3.90.00 Aplicação Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 7.900,00
0015.0452.0305.2066 Manutenção de Praças e Jardins
3.3.90.00 Aplicação Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 7.150,00

14.00 Encargos Gerais do Município
14.001 Encargos Gerais do Município
0028.0843.0180.2078 Pagamento de Precatórios – EC 62/2009
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 282.000,00

19.00 Secretaria de Orçamento e Gestão
19.001 Secretaria de Orçamento e Gestão
0004.0121.0010.2015 Manutenção do Depto. de Finanças e Contabilidade
3.3.50.00 Transf. A Instit. Privadas S/Fins Lucrativos – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 50.000,00

0004.0122.0005.2013 Manutenção da Administração Geral
3.1.91.00 Aplic. Dir. Dec. Operações Entre Órgãos – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 49.000,00

4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.89.00 Alienação de Bens – Outros Programas
VALOR R\$ 572.303,22

0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 128.200,00

21.00 Secretaria de Trânsito e Mobilidade
21.001 Secretaria de Trânsito e Mobilidade
0006.0452.0325.2303 Manutenção e Gestão do Trânsito e Transp. Urbanos
3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais – Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 25.000,00

65.00 Fundação Cultural de Brusque
65.001 Fundação Cultural de Brusque
0013.0392.0060.2222 Manutenção da Biblioteca
3.1.90.00 Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 709,31

65.001 Fundação Cultural de Brusque
0013.0122.0060.2221 Manutenção Administrativa da Fundação Cultural
3.1.91.00 Aplicações diretas
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 2.596,99

75.00 Fundação Municipal do Meio Ambiente
75.001 Fundação Municipal do Meio Ambiente
0018.0122.0160.2216 Manutenção Administrativa da Fundema
3.1.90.00 Aplicações diretas
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 273,95

40.00 Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque
40.001 Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque
018.0541.0160.2252 Manutenção da Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque
3.3.90.00 Aplicação Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 200,00

50.00 Instituto Brusquense de Planej. e Mobilidade
50.001 Instituto Brusquense de Planej. e Mobilidade
0015.0122.0005.2018 Manutenção Ativ. Do Inst. Brusquense de Planej. e Mobilidade
3.3.90.00 Aplicações diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 4.300,00

II – Excesso de arrecadação do exercício corrente na seguinte receita/vínculo:

0.1.18.00	Transferências do Fundeb – (aplic. Profis.)
Valor Orçado	R\$ 41.241.200,00
Valor arrecadado até a data de 14/12/2016.	R\$ 43.394.732,17
Provável arrecadação até a data de 31/12/2016.	R\$ 44.638.700,00
Excesso de arrecadação até a data de 14/12/2016.	R\$ 2.153.532,17

Provável excesso de arrecadação até a data de 31/12/2016.	R\$ 3.397.500,00
Valor a Utilizar	R\$ 3.397.500,00

II - Superavit financeiro do exercício anterior, conforme disposto no § 1º, I do art. 43 da Lei nº. 4.320/64, apurado na fonte de recurso abaixo:

48.627-2	B.Brasil – PMB/Multas	0.1.10.00	33.971,30
		0.3.10.00	2.505,49
406540-9	B.Brasil – PMB-Renainf/Multas	0.1.10.00	11,14
		0.3.10.00	171,40
249-5	CEF – PMB/Multas	0.1.10.00	3.083,90
TOTAL		0.1.10.00	37.066,36
		0.3.10.00	2.676,89
TOTAL GERAL			39.743,23

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Empenhos à Pagar	0.1.10.00/0.3.10.00	0,00
DDO à Pagar	0.1.10.00/0.3.10.00	0,00
Restos à Pagar	0.1.10.00/0.3.10.00	0,00
TOTAL	0.1.10.00/0.3.10.00	0,00

Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superávit Financeiro	0.3.10.00	39.743,23
Valor a Utilizar	0.3.10.00	39.743,23

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 19/12/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 19 de Dezembro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA

SONIA KNIHS CRESPI

Prefeito Municipal

Procuradora Geral do Município

ROGÉRIO ADILSON LANA

Secretário de Orçamento e Gestão

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefia de Gabinete do Prefeito

Caçador

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.989

DECRETO Nº 6.989, de 27 de dezembro de 2016.

Revoga o Decreto nº 6.933/2016, que Nomeia Comissão Especial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 6.933, de 27 de outubro de 2016, que Nomeia a Comissão de elaboração e aprovação do projeto de implantação do serviço de Datacenter e realizar o cronograma de transferência dos dados para os Servidores da contratada, referente ao Processo Licitatório nº 75/2016, Pregão Presencial nº 43/2016, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para fornecimento de serviços de datacenter para hospedagem, conectividade e serviços à Prefeitura Municipal de Caçador e Secretaria Municipal de Educação, tendo em vista que a homologação do referido processo ocorrerá somente no próximo exercício.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 27 de dezembro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

Camboriú

PREFEITURA

DECRETO N.º 3.186/2016

DECRETO N.º 3.186/2016

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 18 da Lei n.º 2.869 de 01/12/2015-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.862 de 27/10/2015-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII, do artigo 79, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO, a necessidade de ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO, o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Educação.

Órgão: 05 – Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria Municipal de Educação

Função: 12 - Educação

Sub-função: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 0010 – Gestão da Educação com Qualidade

Atividade: 2.036 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

Elemento de Despesa: 3.1.91.00.00 – Aplicações Diretas – Oper. Intra Orçamentárias

Fonte de Recurso: 5.019 – Transferências do FUNDEB - 40%

Código Reduzido: 12

VALOR: R\$ 200.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação parcial da dotação abaixo descrita, pertencente ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Camboriú, na mesma importância, conforme preceituam os artigos 18 e 30 da Lei Municipal n.º 2.869, de 01 de dezembro de 2015 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Órgão: 05 – Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria Municipal de Educação

Função: 12 - Educação

Sub-função: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 0010 – Gestão da Educação com Qualidade

Atividade: 2.036 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

Elemento de Despesa: 3.1.91.00.00 – Aplicações Diretas – Oper. Intra Orçamentárias

Fonte de Recurso: 5.018 – Transferências do FUNDEB - 60%

Código Reduzido: 11

VALOR: R\$ 200.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 21 de dezembro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

DECRETO N.º 3.187/2016

DECRETO N.º 3.187/2016

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 18 da Lei n.º 2.869 de 01/12/2015-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.862 de 27/10/2015-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII, do artigo 79, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO, a necessidade de ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO, o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

Órgão: 06 – Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Função: 08 - Assistência Social

Sub-função: 244 – Assistência Comunitária

Programa: 0011 – Gestão da Inclusão de Desenvolvimento e Assis. Social

Atividade: 2.042 – Man. das Atividades do Fundo de Desenv. e Assis. Social

Elemento de Despesa: 3.1.91.00.00 – Aplicações Diretas Oper. Intra-Orçamentárias

Fonte de Recurso: 0.5000 – Recursos Ordinários

Código Reduzido: 05

VALOR: R\$ 5.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação parcial da dotação abaixo descrita, pertencente ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Camboriú, na mesma importância, conforme preceituam os artigos 18 e 30 da Lei Municipal n.º 2.869, de 01 de dezembro de 2015 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Órgão: 06 – Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Função: 08 - Assistência Social

Sub-função: 244 – Assistência Comunitária

Programa: 0011 – Gestão da Inclusão de Desenvolvimento e Assis. Social

Atividade: 2.042 – Man. das Atividades do Fundo de Desenv. e Assis. Social

Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.5000 – Recursos Ordinários

Código Reduzido: 04

VALOR: R\$ 5.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 21 de dezembro de 2016.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

DECRETO N.º 3.188/2016

DECRETO N.º 3.188/2016

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 18 da Lei n.º 2.869 de 01/12/2015-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.862 de 27/10/2015-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;
CONSIDERANDO, a necessidade de ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;
CONSIDERANDO, o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal Agropecuário.

Órgão: 04 – Fundo Municipal Agropecuário
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal Agropecuário
Função: 20 – Agricultura
Sub-função: 606 – Extensão Rural
Programa: 0008 – Gestão de Apoio a Agropecuária e Agricultura
Atividade: 2.035 – Manutenção do Fundo Municipal Agropecuário
Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 5.0000 – Recursos Ordinários
Código Reduzido: 05
VALOR: R\$ 5.000,00

Órgão: 04 – Fundo Municipal Agropecuário
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal Agropecuário
Função: 20 – Agricultura
Sub-função: 606 – Extensão Rural
Programa: 0008 – Gestão de Apoio a Agropecuária e Agricultura
Atividade: 2.035 – Manutenção do Fundo Municipal Agropecuário
Elemento de Despesa: 3.1.91.00.00 – Aplicações Diretas Oper. Intra Orçamentárias
Fonte de Recurso: 5.0000 – Recursos Ordinários
Código Reduzido: 06
VALOR: R\$ 2.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação parcial da dotação abaixo descrita, pertencente ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Camboriú, na mesma importância, conforme preceituam os artigos 18 e 30 da Lei Municipal n.º 2.869, de 01 de dezembro de 2015 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Órgão: 04 – Fundo Municipal Agropecuário

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal Agropecuário
Função: 20 – Agricultura
Sub-função: 606 – Extensão Rural
Programa: 0008 – Gestão de Apoio a Agropecuária e Agricultura
Atividade: 2.035 – Manutenção do Fundo Municipal Agropecuário
Elemento de Despesa: 3.3.50.00.00 – Transf. a Inst. Prv. Sem Fins Lucrativos
Fonte de Recurso: 5.0000 – Recursos Ordinários
Código Reduzido: 07
VALOR: R\$ 7.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 21 de dezembro de 2016.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

DECRETO N.º 3.189/2016

DECRETO N.º 3.189/2016

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 18 da Lei n.º 2.869 de 01/12/2015-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.862 de 27/10/2015-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;
CONSIDERANDO, a necessidade de ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;
CONSIDERANDO, o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 79.800,00 (setenta e nove mil e oitocentos reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Camboriú.

Órgão: 02 – Prefeitura Municipal de Camboriú
Unidade Orçamentária: 01 – Gabinete da Prefeita
Função: 04 – Administração
Sub-função: 122 – Administração Geral
Programa: 0002 – Gestão Financeira e Administrativa
Atividade: 2.002 – Manutenção do Gabinete da Prefeita e Vice Prefeita
Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 5000 – Recursos Ordinários
Código Reduzido: 04
VALOR: R\$ 36.800,00

Órgão: 02 – Prefeitura Municipal de Camboriú
Unidade Orçamentária: 01 – Gabinete da Prefeita
Função: 04 – Administração
Sub-função: 122 – Administração Geral
Programa: 0002 – Gestão Financeira e Administrativa
Atividade: 2.002 – Manutenção do Gabinete da Prefeita e Vice Prefeita
Elemento de Despesa: 3.1.91.00.00 – Aplicações Diretas – Oper. Intra-Orçamentárias

Fonte de Recurso: 5000 – Recursos Ordinários
Código Reduzido: 05
VALOR: R\$ 2.000,00
Órgão: 02 – Prefeitura Municipal de Camboriú
Unidade Orçamentária: 02 – Procuradoria Geral do Município
Função: 02 – Judiciária
Subfunção: 062 – Defesa do Int. Público no Proc. Judiciário
Programa: 0002 – Gestão Financeira Administrativa
Atividade: 2.007 – Manutenção da Procuradoria Geral do Município
Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 5000 – Recursos Ordinários
Código Reduzido: 24
VALOR: R\$ 15.000,00

Órgão: 02 – Prefeitura Municipal de Camboriú
Unidade Orçamentária: 03 – Secretaria de Administração
Função: 04 – Administração
Subfunção: 122 – Administração Geral
Programa: 0002 – Gestão Financeira e Administrativa
Atividade: 2.013 – Manutenção da Secretaria de Finanças
Elemento de Despesa: 3.1.91.00.00 – Aplicações Diretas –Oper.
Intra-Orçamentárias Fonte de Recurso: 5000 – Recursos Ordinários
Código Reduzido: 54
VALOR: R\$ 5.000,00

Órgão: 02 – Prefeitura Municipal de Camboriú
Unidade Orçamentária: 05 – Secretaria de Planejamento Urbano
Função: 15 –Urbanismo
Subfunção: 452 – Serviços Urbanos
Programa: 0003 – Gestão do Planejamento Urbano
Atividade: 2.015 – Manutenção da Secretaria de Planejamento Urbano
Elemento de Despesa: 3.1.91.00.00 – Aplicações Diretas –Oper.
Intra-Orçamentárias Fonte de Recurso: 5000 – Recursos Ordinários
Código Reduzido: 62
VALOR: R\$ 1.000,00

Órgão: 02 – Prefeitura Municipal de Camboriú
Unidade Orçamentária: 07 – Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
Função: 15 – Urbanismo
Subfunção: 451 – Infra – Estrutura Urbana
Programa: 0006 – Gestão da Infra – Estrutura e Mobilidade Urbana
Atividade: 2.019 – Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
Elemento de Despesa: 3.1.91.00.00 – Aplicações Diretas –Oper.
Intra-Orçamentárias Fonte de Recurso: 5000 – Recursos Ordinários
Código Reduzido: 95
VALOR: R\$ 20.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação parcial da dotação abaixo descrita, pertencente ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Camboriú, na mesma importância, conforme preceituam os artigos 18 e 30 da Lei Municipal n.º 2.869, de 01 de dezembro de 2015 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Órgão: 02 – Prefeitura Municipal de Camboriú
Unidade Orçamentária: 01 – Gabinete da Prefeita
Função: 04 – Administração
Subfunção: 122 – Administração Geral
Programa: 0002 – Gestão Financeira e Administrativa
Atividade: 2.002 – Manutenção do Gabinete da Prefeita e Vice Prefeita
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 5000 – Recursos Ordinários
Código Reduzido: 06
VALOR: R\$ 22.000,00

Órgão: 02 – Prefeitura Municipal de Camboriú
Unidade Orçamentária: 01 – Gabinete da Prefeita
Função: 04 – Administração
Subfunção: 122 – Administração Geral
Programa: 0002 – Gestão Financeira e Administrativa
Atividade: 2.002 – Manutenção do Gabinete da Prefeita e Vice Prefeita
Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 5000 – Recursos Ordinários
Código Reduzido: 07
VALOR: R\$ 16.800,00

Órgão: 02 – Prefeitura Municipal de Camboriú
Unidade Orçamentária: 02 – Procuradoria Geral do Município
Função: 02 – Judiciária
Subfunção: 062 – Defesa do Int. Público no Proc. Judiciário
Programa: 0002 – Gestão Financeira Administrativa
Atividade: 2.007 – Manutenção da Procuradoria Geral do Município
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 5000 – Recursos Ordinários
Código Reduzido: 26
VALOR: R\$ 15.000,00

Órgão: 02 – Prefeitura Municipal de Camboriú
Unidade Orçamentária: 03 – Secretaria de Administração
Função: 04 – Administração
Subfunção: 122 – Administração Geral
Programa: 0002 – Gestão Financeira e Administrativa
Atividade: 2.013 – Manutenção da Secretaria de Finanças
Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 5000 – Recursos Ordinários
Código Reduzido: 56
VALOR: R\$ 5.000,00

Órgão: 02 – Prefeitura Municipal de Camboriú
Unidade Orçamentária: 05 – Secretaria de Planejamento Urbano
Função: 15 –Urbanismo
Subfunção: 452 – Serviços Urbanos
Programa: 0003 – Gestão do Planejamento Urbano
Atividade: 2.015 – Manutenção da Secretaria de Planejamento Urbano
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 5000 – Recursos Ordinários
Código Reduzido: 63
VALOR: R\$ 1.000,00

Órgão: 02 – Prefeitura Municipal de Camboriú
Unidade Orçamentária: 07 – Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
Função: 15 – Urbanismo
Subfunção: 451 – Infra – Estrutura Urbana
Programa: 0006 – Gestão da Infra – Estrutura e Mobilidade Urbana
Atividade: 2.019 – Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 5000 – Recursos Ordinários
Código Reduzido: 96
VALOR: R\$ 20.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 21 de dezembro de 2016.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

TERMO DE CESSÃO DE USO N.º 001/2016 - ÁGUAS DE CAMBORIÚ

TERMO DE CESSÃO DE USO N.º 001/2016

Termo de Cessão de Uso entre a Empresa Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A. e o Município de Camboriú.

CEDENTE: MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 83.102.293/0001-45, com sede à Rua Getúlio Vargas n.º 77, Centro de Camboriú - SC, neste ato representado pela Sr^a. Prefeita Municipal, LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade n.º 4/R - 1.209.969 e inscrita no CPF sob o n.º 486.011.019-68, residente e domiciliada na cidade de Camboriú - SC.

CESSIONÁRIA: ÁGUAS DE CAMBORIÚ SANEAMENTO SPE S.A, Sociedade Anônima Fechada, inscrita no CNPJ sob o n.º 23.397.533/0001-54, com sede na Rua Getúlio Vargas, n.º 112, sala 106, Centro, Camboriú - SC, neste ato representado por seu Administrador, Sr. Ricardo Miranda Barcia Filho, brasileiro, solteiro, advogado, portador da cédula de identidade n.º 3.081.071 e inscrito no CPF sob o n.º 023.390.989-39, com endereço comercial na Rua Paschoal Apostolo Pitsica, n.º 4.876, BL Torre 4, Ap. SL601, Bairro Agrônômica, Florianópolis - SC, bem como Sra. Thais Forest Gallina, brasileira, solteira, engenheira sanitária, portadora da cédula de identidade n.º 5183286-0 e inscrita no CPF sob o n.º 047.529.479-35, com endereço comercial na Rua Getúlio Vargas, n.º 112, sala 106, Bairro Centro, Camboriú - SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Cessão de Uso tem por objeto formalizar a cessão, diretamente à CESSIONÁRIA, de forma gratuita e em razão da assinatura do Contrato de Concessão n.º 016/2015, uma área de 170,51m², localizada na Rua Amor Perfeito, esquina com a Rua Monte Fuji, S/Nº, Bairro Monte Alegre, onde se encontra a Estação de Recalque de Água Tratada - ERAT Monte Fuji, com as seguintes medidas e confrontações: Inicia-se a descrição deste Perímetro no vértice de nº V1 = Ponto de Partida, de coordenada UTM, fuso 22 (X=730846.6815m - Y=7011179.6911m) onde faz frente ao Sul com a Rua Monte Fuji, com um ângulo (interno) de 90º00'00" sentido (Leste/Oeste) e com uma distância de 7.600 metros. Até encontrar o vértice de nº V2. Confrontando ao Sul com a Rua Monte Fuji. Deste segue com um ângulo (interno) de 90º00'00" de coordenada UTM, fuso 22 (X=730839.2285m - Y=7011178.2035m) sentido (Sul/Norte) e com uma distância de 2.000 metros. Até encontrar o vértice de nº V3. Confrontando ao Oeste a Rua Amor Perfeito. Deste segue com um ângulo (interno) de 270º00'00" de coordenada UTM, fuso 22 (X=730838.8370m - Y=7011180.1648m) sentido (Leste/Oeste) e com uma distância de 1.700 metros. Até encontrar o vértice de nº V4. Confrontando ao Sul com a Rua Amor Perfeito. Deste segue com um ângulo (interno) de 90º00'00" de coordenada UTM, fuso 22 (X=730837.1699m - Y=7011179.8320m) sentido (Sul/Norte) e com uma distância de 146.700 metros. Até encontrar o vértice de nº V5. Confrontando ao Oeste com terras da inscrição cadastral 01.02.237.0208.001 do Loteamento Jardim Residencial Condessa, lote 23 de Propriedade da Sra. Simone de Andrada, inscrita no CPF sob o n.º 017.843.979-70. Deste segue com um ângulo (interno) de 90º00'00" de coordenada UTM, fuso de 22 (X=730833.9010m - Y=7011196.2090m) sentido (Oeste/Leste) e com uma distância de 9.300 metros. Até encontrar o vértice de nº V6. Confrontando ao Norte com terras da Cia Votoran. Deste segue com um ângulo (interno) de 90º00'00" de coordenada UTM, fuso

22 (X=730843.0211m - Y=7011198.0294m) sentido (Norte/Sul) e com uma distância de 18.700 metros. Até encontrar o vértice de nº V1 = Ponto Final. Confrontando ao leste com a Rua Amor Perfeito, de propriedade do Município de Camboriú.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO CEDENTE

2.1 O CEDENTE obriga-se por este Termo, na melhor forma de direito, a ceder o uso da área prevista na cláusula primeira à CESSIONÁRIA, sem ônus para o Município de Camboriú, sendo a própria cessionária responsável pela manutenção do sistema de abastecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CESSIONÁRIA

3.1 A CESSIONÁRIA obriga-se a:

I - responsabilizar-se pela guarda e preservação do imóvel, devendo restituí-lo ao CEDENTE, no término da vigência do Termo de Cessão do Uso, em perfeito estado de conservação, a qual ocorrerá por conta exclusiva da CESSIONÁRIA;

II - permitir, a qualquer tempo, a vistoria do CEDENTE no objeto deste termo, tendo seus representantes, para tanto, livre acesso ao local ora cedido;

III - não ceder ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, os direitos e obrigações decorrentes deste instrumento, sem concordância expressa do CEDENTE.

3.2 O imóvel objeto do presente contrato se destina, exclusivamente, ao fim declinado na cláusula primeira, item 1.1, sendo vedado à CESSIONÁRIA dar destinação diversa da aqui pactuada, bem como lhe é proibido o direito de repassar em subtermo ou locar, no todo ou parcialmente, a referida área.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 O presente Termo de Cessão de Uso será celebrado para vigorar na data de sua assinatura e terá vigência durante o prazo que perdurar a concessão relativa ao Contrato n.º 016/2015.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO E ALTERAÇÕES

5.1 As partes poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente contrato se ocorrer comprovado inadimplemento de suas cláusulas ou condições, por mútuo consenso das partes, pela superveniência de normas legais que o torne material ou formalmente inexecutável, ou ainda:

I - quando não for executado o objeto da avença;

II - quando o objeto for utilizado em finalidade diversa da estabelecida no contrato;

III - unilateralmente pelo CEDENTE, caso exista interesse público;

IV - Com o Termo da Concessão relativa ao Contrato n.º 016/2016.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

6.1 Fica eleito o foro da Comarca de Camboriú/SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões que derivem deste termo e que não puderem ser decididas pela via administrativa.

6.2 E, por estarem entre si justos e de pleno acordo, assinam o presente Termo de Cessão de Uso Gratuito, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e a tudo presentes, para todos os efeitos legais.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
Em, 15 de dezembro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS Prefeita Municipal de Camboriú	RICARDO MIRANDA BARCIA FILHO Diretor-Presidente da Empresa Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A
---	--

THAIS FOREST GALLINA
Diretora Executiva da Empresa
Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A

Testemunhas:

1. FELIPE BITTENCOURT WOLFRAM

CPF: 006.824.639-06

2. RAFAELA DE SOUZA

CPF: 079.563.119-77

TERMO DE CESSÃO DE USO N.º 002/2016 - ÁGUAS DE CAMBORIÚ

TERMO DE CESSÃO DE USO N.º 002/2016

Termo de Cessão de Uso entre a Empresa Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A. e o Município de Camboriú.

CEDENTE: MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 83.102.293/0001-45, com sede à Rua Getúlio Vargas n.º 77, Centro de Camboriú - SC, neste ato representado pela Sr^a. Prefeita Municipal, LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade n.º 4/R - 1.209.969 e inscrita no CPF sob o n.º 486.011.019-68, residente e domiciliada na cidade de Camboriú - SC.

CESSIONÁRIA: ÁGUAS DE CAMBORIÚ SANEAMENTO SPE S.A, Sociedade Anônima Fechada, inscrita no CNPJ sob o n.º 23.397.533/0001-54, com sede na Rua Getúlio Vargas, n.º 112, sala 106, Centro, Camboriú - SC, neste ato representado por seu Administrador, Sr. Ricardo Miranda Barcia Filho, brasileiro, solteiro, advogado, portador da cédula de identidade n.º 3.081.071 e inscrito no CPF sob o n.º 023.390.989-39, com endereço comercial na Rua Paschoal Apostolo Pitsica, n.º 4.876, BL Torre 4, Ap. SL601, Bairro Agrônômica, Florianópolis - SC, bem como Sra. Thais Forrest Gallina, brasileira, solteira, engenheira sanitária, portadora da cédula de identidade n.º 5183286-0 e inscrita no CPF sob o n.º 047.529.479-35, com endereço comercial na Rua Getúlio Vargas, n.º 112, sala 106, Bairro Centro, Camboriú - SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Cessão de Uso tem por objeto formalizar a cessão, diretamente à CESSIONÁRIA, de forma gratuita e em razão da assinatura do Contrato de Concessão n.º 016/2015, uma área de 419,89m², localizada na Rua Petúnia, S/Nº, Bairro Monte Alegre, onde se encontra o Reservatório Conde Vila Verde R04, com as seguintes medidas e confrontações: Inicia-se a descrição deste Perímetro no vértice de nº V1 = Ponto de Partida, de coordenada UTM, fuso 22 (X=731197.0459m - Y=7011064.9314m) onde faz frente ao Sul com a Rua Petúnia, com um ângulo (interno) de 80º40'33" sentido (Sul/Norte) e com uma distância de 18.300 metros. Até encontrar o vértice de nº V2. Confrontando ao Oeste com terras da Rua Petúnia. Deste segue com um ângulo (interno) de 99º26'26" de coordenada UTM, fuso 22 (X=731186.8125m - Y=7011080.1026m) sentido (Oeste/Leste) e com uma distância de 8.460 metros. Até encontrar o vértice de nº V3. Confrontando ao Norte com terras da inscrição cadastral 01.02.206.0785.001 do Loteamento Jardim Residencial Albert Hermann Putter, Área Remanescente 02 de Propriedade da Prefeitura Municipal de Camboriú. Deste segue com um ângulo (interno) de 164º23'56" de coordenada UTM, fuso 22 (X=731192.9548m - Y=7011085.9195m) sentido (Oeste/Leste) e com uma distância de 17.900 metros. Até encontrar o vértice de nº V4. Confrontando ao Norte com terras da inscrição cadastral 01.02.206.0785.001 do Loteamento Jardim Residencial Albert Hermann Putter, Área Remanescente 02 de Propriedade da Prefeitura Municipal de Camboriú. Deste segue com um ângulo (interno) de 125º51'17" de coordenada UTM, fuso 22 (X=731212.6899m - Y=7011091.1035m) sentido (Norte/Sul) e com uma distância de 12.300 metros. Até encontrar o vértice de nº V6. Confrontando ao Leste com terras da inscrição cadastral

01.02.206.0785.001 do Loteamento Jardim Residencial Albert Hermann Putter, Área Remanescente 02 de Propriedade da Prefeitura Municipal de Camboriú. Deste segue com um ângulo (interno) de 137º31'33" de coordenada UTM, fuso de 22 (X=731211.7889m - Y=7011078.8365m) sentido (Leste/Oeste) e com uma distância de 20.266 metros. Até encontrar o vértice de nº V1=Ponto Final. Confrontando ao Sul com terras da inscrição cadastral 01.02.2016.0785.001 do Loteamento Jardim Residencial Albert Hermann Putter, Área Remanescente 02, registrada sob a matrícula n.º 77983, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Balneário Camboriú, de propriedade do Município de Camboriú.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO CEDENTE

2.1 O CEDENTE obriga-se por este Termo, na melhor forma de direito, a ceder o uso da área prevista na cláusula primeira à CESSIONÁRIA, sem ônus para o Município de Camboriú, sendo a própria cessionária responsável pela manutenção do sistema de abastecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CESSIONÁRIA

3.1 A CESSIONÁRIA obriga-se a:

I - responsabilizar-se pela guarda e preservação do imóvel, devendo restituí-lo ao CEDENTE, no término da vigência do Termo de Cessão do Uso, em perfeito estado de conservação, a qual ocorrerá por conta exclusiva da CESSIONÁRIA;

II - permitir, a qualquer tempo, a vistoria do CEDENTE no objeto deste termo, tendo seus representantes, para tanto, livre acesso ao local ora cedido;

III - não ceder ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, os direitos e obrigações decorrentes deste instrumento, sem concordância expressa do CEDENTE.

3.2 O imóvel objeto do presente contrato se destina, exclusivamente, ao fim declinado na cláusula primeira, item 1.1, sendo vedado à CESSIONÁRIA dar destinação diversa da aqui pactuada, bem como lhe é proibido o direito de repassar em subtermo ou locar, no todo ou parcialmente, a referida área.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 O presente Termo de Cessão de Uso será celebrado para vigorar na data de sua assinatura e terá vigência durante o prazo que perdurar a concessão relativa ao Contrato n.º 016/2015.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO E ALTERAÇÕES

5.1 As partes poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente contrato se ocorrer comprovado inadimplemento de suas cláusulas ou condições, por mútuo consenso das partes, pela superveniência de normas legais que o torne material ou formalmente inexecutável, ou ainda:

I - quando não for executado o objeto da avença;

II - quando o objeto for utilizado em finalidade diversa da estabelecida no contrato;

III - unilateralmente pelo CEDENTE, caso exista interesse público;

IV - Com o Termo da Concessão relativa ao Contrato n.º 016/2016.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

6.1 Fica eleito o foro da Comarca de Camboriú/SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões que derivem deste termo e que não puderem ser decididas pela via administrativa.

6.2 E, por estarem entre si justos e de pleno acordo, assinam o presente Termo de Cessão de Uso Gratuito, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e a tudo presentes, para todos os efeitos legais.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

Em, 15 de dezembro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS Prefeita Municipal de Camboriú	RICARDO MIRANDA BARCIA FILHO Diretor-Presidente da Empresa Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A
---	--

THAIS FOREST GALLINA

Diretora Executiva da Empresa

Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A

Testemunhas:

1. FELIPE BITTENCOURT WOLFRAM

CPF: 006.824.639-06

2. RAFAELA DE SOUZA

CPF: 079.563.119-77

TERMO DE CESSÃO DE USO N.º 003/2016 - ÁGUAS DE ACMBORIÚ

TERMO DE CESSÃO DE USO N.º 003/2016

Termo de Cessão de Uso entre a Empresa Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A. e o Município de Camboriú.

CEDENTE: MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 83.102.293/0001-45, com sede à Rua Getúlio Vargas n.º 77, Centro de Camboriú - SC, neste ato representado pela Sr^a. Prefeita Municipal, LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade n.º 4/R - 1.209.969 e inscrita no CPF sob o n.º 486.011.019-68, residente e domiciliada na cidade de Camboriú - SC.

CESSIONÁRIA: ÁGUAS DE CAMBORIÚ SANEAMENTO SPE S.A, Sociedade Anônima Fechada, inscrita no CNPJ sob o n.º 23.397.533/0001-54, com sede na Rua Getúlio Vargas, n.º 112, sala 106, Centro, Camboriú - SC, neste ato representado por seu Administrador, Sr. Ricardo Miranda Barcia Filho, brasileiro, solteiro, advogado, portador da cédula de identidade n.º 3.081.071 e inscrito no CPF sob o n.º 023.390.989-39, com endereço comercial na Rua Paschoal Apostolo Pitsica, n.º 4.876, BL Torre 4, Ap. SL601, Bairro Agrônômica, Florianópolis - SC, bem como Sra. Thais Forest Gallina, brasileira, solteira, engenheira sanitária, portadora da cédula de identidade n.º 5183286-0 e inscrita no CPF sob o n.º 047.529.479-35, com endereço comercial na Rua Getúlio Vargas, n.º 112, sala 106, Bairro Centro, Camboriú - SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Cessão de Uso tem por objeto formalizar a cessão, diretamente à CESSIONÁRIA, de forma gratuita e em razão da assinatura do Contrato de Concessão n.º 016/2015, uma área de 26,40m², localizada na Rua Monte Santana, esquina com a Rua Flamboyant, S/Nº, Bairro Monte Alegre, Camboriú/SC, onde se encontra a Estação de Recalque de Água Tratada - ERAT CEI Eurípedes Paula da Silva, com as seguintes medidas e confrontações: Inicia-se a descrição deste Perímetro no vértice de nº V1 = Ponto de Partida, de coordenada UTM, fuso 22 (X=730932.3362m - Y=7010852.1381m) onde faz frente ao Leste com a Rua Monte Santana, com um ângulo (interno) de 90°00'00" sentido (Sul/Norte) e com uma distância de 9.600 metros. Até encontrar o vértice de nº V2. Confrontando ao Leste com terras da Rua Monte Santana. Deste segue com um ângulo (interno) de 90°00'00" de coordenada UTM, fuso 22 (X=730930.2732m - Y=7010861.5138m) sentido (Leste/Oeste) e com uma distância de 2.750 metros. Até encontrar o vértice de nº V3. Confrontando ao Norte com terras da Rua Flamboyant. Deste segue com um ângulo (interno)

de 90°00'00" de coordenada UTM, fuso 22 (X=730927.5874m - Y=7010860.9228m) sentido (Norte/Sul) e com uma distância de 9.600 metros. Até encontrar o vértice de nº V4. Confrontando ao Oeste com terras da inscrição cadastral 01.02.185.0022.001 do Loteamento Jardim Madre Paulina, Escola Municipal Abalor América Madeira. Deste segue com um ângulo (interno) de 90°00'00" de coordenada UTM, fuso 22 (X=730929.6504m - Y=7010851.5471m) sentido (Oeste/Leste) e com uma distância de 2.750 metros. Até encontrar o vértice de nº V1 = Ponto Final. Confrontando ao Oeste com terras da inscrição cadastral 01.02.185.0022.001 do Loteamento Jardim Madre Paulina, Escola Municipal Abalor América Madeira, registrada sob a matrícula n.º 61017, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Balneário Camboriú, de propriedade do Município de Camboriú.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO CEDENTE

2.1 O CEDENTE obriga-se por este Termo, na melhor forma de direito, a ceder o uso da área prevista na cláusula primeira à CESSIONÁRIA, sem ônus para o Município de Camboriú, sendo a própria cessionária responsável pela manutenção do sistema de abastecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CESSIONÁRIA

3.1 A CESSIONÁRIA obriga-se a:

I - responsabilizar-se pela guarda e preservação do imóvel, devendo restituí-lo ao CEDENTE, no término da vigência do Termo de Cessão do Uso, em perfeito estado de conservação, a qual ocorrerá por conta exclusiva da CESSIONÁRIA;

II - permitir, a qualquer tempo, a vistoria do CEDENTE no objeto deste termo, tendo seus representantes, para tanto, livre acesso ao local ora cedido;

III - não ceder ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, os direitos e obrigações decorrentes deste instrumento, sem concordância expressa do CEDENTE.

3.2 O imóvel objeto do presente contrato se destina, exclusivamente, ao fim declinado na cláusula primeira, item 1.1, sendo vedado à CESSIONÁRIA dar destinação diversa da aqui pactuada, bem como lhe é proibido o direito de repassar em subtermo ou locar, no todo ou parcialmente, a referida área.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 O presente Termo de Cessão de Uso será celebrado para vigorar na data de sua assinatura e terá vigência durante o prazo que perdurar a concessão relativa ao Contrato n.º 016/2015.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO E ALTERAÇÕES

5.1 As partes poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente contrato se ocorrer comprovado inadimplemento de suas cláusulas ou condições, por mútuo consenso das partes, pela superveniência de normas legais que o torne material ou formalmente inexecutável, ou ainda:

I - quando não for executado o objeto da avença;

II - quando o objeto for utilizado em finalidade diversa da estabelecida no contrato;

III - unilateralmente pelo CEDENTE, caso exista interesse público;

IV - Com o Termo da Concessão relativa ao Contrato n.º 016/2016.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

6.1 Fica eleito o foro da Comarca de Camboriú/SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões que derivem deste termo e que não puderem ser decididas pela via administrativa.

6.2 E, por estarem entre si justos e de pleno acordo, assinam o presente Termo de Cessão de Uso Gratuito, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e a tudo presentes, para todos os efeitos legais.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

Em, 15 de dezembro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS Prefeita Municipal de Camboriú	RICARDO MIRANDA BARCIA FILHO Diretor-Presidente da Empresa Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A
---	--

THAIS FOREST GALLINA

Diretora Executiva da Empresa

Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A

Testemunhas:

1. FELIPE BITTENCOURT WOLFRAM

CPF: 006.824.639-06

2. RAFAELA DE SOUZA

CPF: 079.563.119-77

TERMO DE CESSÃO DE USO N.º 004/2016 - ÁGUAS DE CAMBORIÚ

TERMO DE CESSÃO DE USO N.º 004/2016

Termo de Cessão de Uso entre a Empresa Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A. e o Município de Camboriú.

CEDENTE: MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 83.102.293/0001-45, com sede à Rua Getúlio Vargas n.º 77, Centro de Camboriú - SC, neste ato representado pela Sr^a. Prefeita Municipal, LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade n.º 4/R - 1.209.969 e inscrita no CPF sob o n.º 486.011.019-68, residente e domiciliada na cidade de Camboriú - SC.

CESSIONÁRIA: ÁGUAS DE CAMBORIÚ SANEAMENTO SPE S.A, Sociedade Anônima Fechada, inscrita no CNPJ sob o n.º 23.397.533/0001-54, com sede na Rua Getúlio Vargas, n.º 112, sala 106, Centro, Camboriú - SC, neste ato representado por seu Administrador, Sr. Ricardo Miranda Barcia Filho, brasileiro, solteiro, advogado, portador da cédula de identidade n.º 3.081.071 e inscrito no CPF sob o n.º 023.390.989-39, com endereço comercial na Rua Paschoal Apostolo Pitsica, n.º 4.876, BL Torre 4, Ap. SL601, Bairro Agrônômica, Florianópolis - SC, bem como Sra. Thais Forest Gallina, brasileira, solteira, engenheira sanitária, portadora da cédula de identidade n.º 5183286-0 e inscrita no CPF sob o n.º 047.529.479-35, com endereço comercial na Rua Getúlio Vargas, n.º 112, sala 106, Bairro Centro, Camboriú - SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Cessão de Uso tem por objeto formalizar a cessão, diretamente à CESSIONÁRIA, de forma gratuita e em razão da assinatura do Contrato de Concessão n.º 016/2015, uma área de 16,400m², localizada na Rua Lírio do Vale, esquina com a Rua Monte Makalu, S/Nº, Bairro Monte Alegre, Camboriú/SC, onde se encontra a Estação de Recalque de Água Tratada - ERAT Monte Makalu - Estação Presurizadora EP - 04, com as seguintes medidas e confrontações: Inicia-se a descrição deste Perímetro no vértice de n.º V1 = Ponto de Partida, de coordenada UTM, fuso 22 (X=731308.2292m - Y=7010542.1286m) onde faz frente ao Leste com a Rua Lírio do Vale, com um ângulo (interno) de 90º00'00" sentido (Oeste/Leste) e com uma distância de 2.700 metros. Até encontrar o vértice de n.º V2. Confrontando ao Sul com a Rua Monte Makalu. Deste segue com um ângulo (interno) de 90º00'00" de coordenada UTM, fuso 22 (X=731310.6858m - Y=7010543.2488m) sentido (Sul/Norte) e com uma distância de 5.500 metros. Até encontrar o vértice de n.º V3. Confrontando ao Leste com a Rua Lírio do Vale. Deste segue com um ângulo (interno) de 90º00'00" de coordenada UTM, fuso

22 (X=731308.4039m - Y=7010548.2531m) sentido (Leste/Oeste) e com uma distância de 2.700 metros. Até encontrar o vértice de n.º V4. Confrontando ao Norte com terras ainda da rua Lírio do Vale. Deste segue com um ângulo (interno) de 90º00'00" de coordenada UTM, fuso 22 (X=731305.9473m - Y=7010547.1329m) sentido (Norte/Sul) e com uma distância de 5.500 metros. Até encontrar o vértice de n.º V1 = Ponto Final. Confrontando ao Oeste com terras da inscrição cadastral 01.02.194.0037.001 do Loteamento Jardim Conde de Villa Verde, Lote 001 de propriedade da Sra. Neusa Maria Justo, de propriedade do Município de Camboriú.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO CEDENTE

2.1 O CEDENTE obriga-se por este Termo, na melhor forma de direito, a ceder o uso da área prevista na cláusula primeira à CESSIONÁRIA, sem ônus para o Município de Camboriú, sendo a própria cessionária responsável pela manutenção do sistema de abastecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CESSIONÁRIA

3.1 A CESSIONÁRIA obriga-se a:

I - responsabilizar-se pela guarda e preservação do imóvel, devendo restituí-lo ao CEDENTE, no término da vigência do Termo de Cessão do Uso, em perfeito estado de conservação, a qual ocorrerá por conta exclusiva da CESSIONÁRIA;

II - permitir, a qualquer tempo, a vistoria do CEDENTE no objeto deste termo, tendo seus representantes, para tanto, livre acesso ao local ora cedido;

III - não ceder ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, os direitos e obrigações decorrentes deste instrumento, sem concordância expressa do CEDENTE.

3.2 O imóvel objeto do presente contrato se destina, exclusivamente, ao fim declinado na cláusula primeira, item 1.1, sendo vedado à CESSIONÁRIA dar destinação diversa da aqui pactuada, bem como lhe é proibido o direito de repassar em subtermo ou locar, no todo ou parcialmente, a referida área.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 O presente Termo de Cessão de Uso será celebrado para vigorar na data de sua assinatura e terá vigência durante o prazo que perdurar a concessão relativa ao Contrato n.º 016/2015.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO E ALTERAÇÕES

5.1 As partes poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente contrato se ocorrer comprovado inadimplemento de suas cláusulas ou condições, por mútuo consenso das partes, pela superveniência de normas legais que o torne material ou formalmente inexecutável, ou ainda:

I - quando não for executado o objeto da avença;

II - quando o objeto for utilizado em finalidade diversa da estabelecida no contrato;

III - unilateralmente pelo CEDENTE, caso exista interesse público;

IV - Com o Termo da Concessão relativa ao Contrato n.º 016/2016.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

6.1 Fica eleito o foro da Comarca de Camboriú/SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões que derivem deste termo e que não puderem ser decididas pela via administrativa.

6.2 E, por estarem entre si justos e de pleno acordo, assinam o presente Termo de Cessão de Uso Gratuito, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e a tudo presentes, para todos os efeitos legais.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

Em, 15 de dezembro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS Prefeita Municipal de Camboriú	RICARDO MIRANDA BARCIA FILHO Diretor-Presidente da Empresa Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A
---	--

THAIS FOREST GALLINA

Diretora Executiva da Empresa

Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A

Testemunhas:

1. FELIPE BITTENCOURT WOLFRAM

CPF: 006.824.639-06

2. RAFAELA DE SOUZA

CPF: 079.563.119-77

TERMO DE CESSÃO DE USO N.º 005/2016 - ÁGUAS DE CAMBORIÚ

TERMO DE CESSÃO DE USO N.º 005/2016

Termo de Cessão de Uso entre a Empresa Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A. e o Município de Camboriú.

CEDENTE: MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 83.102.293/0001-45, com sede à Rua Getúlio Vargas n.º 77, Centro de Camboriú - SC, neste ato representado pela Sr^a. Prefeita Municipal, LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade n.º 4/R - 1.209.969 e inscrita no CPF sob o n.º 486.011.019-68, residente e domiciliada na cidade de Camboriú - SC.

CESSIONÁRIA: ÁGUAS DE CAMBORIÚ SANEAMENTO SPE S.A, Sociedade Anônima Fechada, inscrita no CNPJ sob o n.º 23.397.533/0001-54, com sede na Rua Getúlio Vargas, n.º 112, sala 106, Centro, Camboriú - SC, neste ato representado por seu Administrador, Sr. Ricardo Miranda Barcia Filho, brasileiro, solteiro, advogado, portador da cédula de identidade n.º 3.081.071 e inscrito no CPF sob o n.º 023.390.989-39, com endereço comercial na Rua Paschoal Apostolo Pitsica, n.º 4.876, BL Torre 4, Ap. SL601, Bairro Agrônômica, Florianópolis - SC, bem como Sra. Thais Forest Gallina, brasileira, solteira, engenheira sanitária, portadora da cédula de identidade n.º 5183286-0 e inscrita no CPF sob o n.º 047.529.479-35, com endereço comercial na Rua Getúlio Vargas, n.º 112, sala 106, Bairro Centro, Camboriú - SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Cessão de Uso tem por objeto formalizar a cessão, diretamente à CESSIONÁRIA, de forma gratuita e em razão da assinatura do Contrato de Concessão n.º 016/2015, uma área de 60,37m², localizada na Avenida Santa Catarina, S/Nº, Bairro Taboleiro, Camboriú/SC, onde se encontra a Estação Presurizadora Portal EP10, com as seguintes medidas e confrontações: Inicia-se a descrição deste Perímetro no vértice de n.º V1 = Ponto de Partida, de coordenada UTM, fuso 22 (X=733450.9095m - Y=7010738.7439m) onde faz frente ao Leste com a Avenida Santa Catarina, com um ângulo (interno) de 90º00'02" sentido (Norte/Sul) e com uma distância de 9.206 metros. Até encontrar o vértice de n.º V2. Confrontando ao Leste com a Avenida Santa Catarina. Deste segue com um ângulo (interno) de 90º59'56" de coordenada UTM, fuso 22 (X=733450.4606m - Y=7010729.5486m) sentido (Leste/Oeste) e com uma distância de 8.442 metros. Até encontrar o vértice de n.º V3. Confrontando ao Sul com terras da inscrição cadastral 01.03.002.0189.001 de Propriedade da Loja Maçonica Eduardo Teixeira. Deste segue com um ângulo (interno)

de 85º21'58" de coordenada UTM, fuso 22 (X=733442.0225m - Y=7010729.8132m) sentido (Sul/Norte) e com uma distância de 4.131 metros. Até encontrar o vértice de n.º V4. Confrontando ao Oeste com terras da inscrição cadastral 01.03.002.0789.001 de Propriedade da Loja Maçonica Eduardo Teixeira. Deste segue com um ângulo (interno) de 133º07'28" de coordenada UTM, fuso 22 (X=733442.4854m - Y=7010733.9207m) sentido (Oeste/Leste) e com uma distância de 6.689 metros. Até encontrar o vértice de n.º V5. Confrontando ao Oeste com terras da inscrição cadastral 01.03.002.0214.001 de Propriedade do Sr. Leonardo Anibal Parenti, inscrito no CPF sob n.º 009.748.849-60. Deste segue com um ângulo (interno) de 255º24'41" de coordenada UTM, fuso 22 (X=733447.8486m - Y=7010737.9175m) sentido (Sul/Norte) e com uma distância de 0.979 metros. Até encontrar o vértice de n.º V6. Confrontando ao Oeste com terras da inscrição cadastral 01.03.002.0214.001 de Propriedade do Sr. Leonardo Anibal Parenti, inscrito no CPF sob n.º 009.748.849-60. Deste segue com um ângulo (interno) de 95º05'55" de coordenada UTM, fuso 22 (X=733447.9830m - Y=7010738.8868m) sentido (Oeste/Leste) e com uma distância de 2.930 metros. Até encontrar o vértice de n.º V1 = Ponto Final. Confrontando ao Norte com terras da inscrição cadastral 01.02.0214.001 de Propriedade do Sr. Leonardo Anibal Parenti, inscrito no CPF sob n.º 009.748.849-60, de propriedade do Município de Camboriú.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO CEDENTE

2.1 O CEDENTE obriga-se por este Termo, na melhor forma de direito, a ceder o uso da área prevista na cláusula primeira à CESSIONÁRIA, sem ônus para o Município de Camboriú, sendo a própria cessionária responsável pela manutenção do sistema de abastecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CESSIONÁRIA

3.1 A CESSIONÁRIA obriga-se a:

I - responsabilizar-se pela guarda e preservação do imóvel, devendo restituí-lo ao CEDENTE, no término da vigência do Termo de Cessão do Uso, em perfeito estado de conservação, a qual ocorrerá por conta exclusiva da CESSIONÁRIA;

II - permitir, a qualquer tempo, a vistoria do CEDENTE no objeto deste termo, tendo seus representantes, para tanto, livre acesso ao local ora cedido;

III - não ceder ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, os direitos e obrigações decorrentes deste instrumento, sem concordância expressa do CEDENTE.

3.2 O imóvel objeto do presente contrato se destina, exclusivamente, ao fim declinado na cláusula primeira, item 1.1, sendo vedado à CESSIONÁRIA dar destinação diversa da aqui pactuada, bem como lhe é proibido o direito de repassar em subtermo ou locar, no todo ou parcialmente, a referida área.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 O presente Termo de Cessão de Uso será celebrado para vigorar na data de sua assinatura e terá vigência durante o prazo que perdurar a concessão relativa ao Contrato n.º 016/2015.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO E ALTERAÇÕES

5.1 As partes poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente contrato se ocorrer comprovado inadimplemento de suas cláusulas ou condições, por mútuo consenso das partes, pela superveniência de normas legais que o torne material ou formalmente inexecutável, ou ainda:

I - quando não for executado o objeto da avença;

II - quando o objeto for utilizado em finalidade diversa da estabelecida no contrato;

III - unilateralmente pelo CEDENTE, caso exista interesse público;

IV - Com o Termo da Concessão relativa ao Contrato n.º 016/2016.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

6.1 Fica eleito o foro da Comarca de Camboriú/SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões que derivem deste termo e que não puderem ser decididas pela via administrativa.

6.2 E, por estarem entre si justos e de pleno acordo, assinam o presente Termo de Cessão de Uso Gratuito, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e a tudo presentes, para todos os efeitos legais.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
Em, 15 de dezembro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS Prefeita Municipal de Camboriú	RICARDO MIRANDA BARCIA FILHO Diretor-Presidente da Empresa Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A
---	--

THAIS FOREST GALLINA
Diretora Executiva da Empresa
Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A
Testemunhas:

1. FELIPE BITTENCOURT WOLFRAM
CPF: 006.824.639-06

2. RAFAELA DE SOUZA
CPF: 079.563.119-77

TERMO DE CESSÃO DE USO N.º 006/2016 - ÁGUAS DE CAMBORIÚ

TERMO DE CESSÃO DE USO N.º 006/2016

Termo de Cessão de Uso entre a Empresa Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A. e o Município de Camboriú.

CEDENTE: MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 83.102.293/0001-45, com sede à Rua Getúlio Vargas n.º 77, Centro de Camboriú - SC, neste ato representado pela Sr.ª. Prefeita Municipal, LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade n.º 4/R - 1.209.969 e inscrita no CPF sob o n.º 486.011.019-68, residente e domiciliada na cidade de Camboriú - SC.

CESSIONÁRIA: ÁGUAS DE CAMBORIÚ SANEAMENTO SPE S.A, Sociedade Anônima Fechada, inscrita no CNPJ sob o n.º 23.397.533/0001-54, com sede na Rua Getúlio Vargas, n.º 112, sala 106, Centro, Camboriú - SC, neste ato representado por seu Administrador, Sr. Ricardo Miranda Barcia Filho, brasileiro, solteiro, advogado, portador da cédula de identidade n.º 3.081.071 e inscrito no CPF sob o n.º 023.390.989-39, com endereço comercial na Rua Paschoal Apostolo Pitsica, n.º 4.876, BL Torre 4, Ap. SL601, Bairro Agrônômica, Florianópolis - SC, bem como Sra. Thais Forest Gallina, brasileira, solteira, engenheira sanitária, portadora da cédula de identidade n.º 5183286-0 e inscrita no CPF sob o n.º 047.529.479-35, com endereço comercial na Rua Getúlio Vargas, n.º 112, sala 106, Bairro Centro, Camboriú - SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Cessão de Uso tem por objeto formalizar a cessão, diretamente à CESSIONÁRIA, de forma gratuita e em razão da assinatura do Contrato de Concessão n.º 016/2015, uma área de 37,59m², localizada na Rua Rodolfo da Silva Simas, esquina com a Rua Figueira, S/Nº, Bairro Taboleiro, Camboriú/SC, onde se encontra a Estação de Recalque de Água Tratada - ERAT Rodolfo da Silva Simas - Reservatório 09, com as seguintes medidas e confrontações: Inicia-se a descrição deste Perímetro no vértice de nº V1 = Ponto de Partida, de coordenada UTM, fuso 22 (X=732363.3457m - Y=7010301.2889m) onde faz frente ao Leste com a Rua Rodolfo da Silva Simas, com um ângulo

(interno) de 90º00'00" sentido (Norte/Sul) e com uma distância de 4.000 metros. Até encontrar o vértice de nº V2. Confrontando ao Leste com a Rua Rodolfo da Silva Simas. Deste segue com um ângulo (interno) de 90º00'00" de coordenada UTM, fuso 22 (X=732365.8181m - Y=7010298.1445m) sentido (Leste/Oeste) e com uma distância de 9.400 metros. Até encontrar o vértice de nº V3. Confrontando ao Sul com terras da Rua Figueira. Deste segue com um ângulo (interno) de 90º00'00" de coordenada UTM, fuso 22 (X=732358.4334m - Y=7010292.3379m) sentido (Sul/Norte) e com uma distância de 4.000 metros. Até encontrar o vértice de nº V4. Confrontando ao Oeste com terras da Rua Figueira. Deste segue com um ângulo (interno) de 90º00'00" de coordenada UTM, fuso 22 (X=732355.9564m - Y=7010295.4786m) sentido (Oeste/Leste) e com uma distância de 9.400 metros. Até encontrar o vértice de nº V1 = Ponto Final. Confrontando ao Norte com terras da inscrição cadastral 01.03.077.0142.001 do Loteamento Jardim Bela Vista, Lote 002 de Propriedade do Sr. Altair Mendes, inscrito no CPF sob o n.º 645.373.589-04, de propriedade do Município de Camboriú.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO CEDENTE

2.1 O CEDENTE obriga-se por este Termo, na melhor forma de direito, a ceder o uso da área prevista na cláusula primeira à CESSIONÁRIA, sem ônus para o Município de Camboriú, sendo a própria cessionária responsável pela manutenção do sistema de abastecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CESSIONÁRIA

3.1 A CESSIONÁRIA obriga-se a:

I - responsabilizar-se pela guarda e preservação do imóvel, devendo restituí-lo ao CEDENTE, no término da vigência do Termo de Cessão do Uso, em perfeito estado de conservação, a qual ocorrerá por conta exclusiva da CESSIONÁRIA;

II - permitir, a qualquer tempo, a vistoria do CEDENTE no objeto deste termo, tendo seus representantes, para tanto, livre acesso ao local ora cedido;

III - não ceder ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, os direitos e obrigações decorrentes deste instrumento, sem concordância expressa do CEDENTE.

3.2 O imóvel objeto do presente contrato se destina, exclusivamente, ao fim declinado na cláusula primeira, item 1.1, sendo vedado à CESSIONÁRIA dar destinação diversa da aqui pactuada, bem como lhe é proibido o direito de repassar em subtermo ou locar, no todo ou parcialmente, a referida área.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 O presente Termo de Cessão de Uso será celebrado para vigorar na data de sua assinatura e terá vigência durante o prazo que perdurar a concessão relativa ao Contrato n.º 016/2015.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO E ALTERAÇÕES

5.1 As partes poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente contrato se ocorrer comprovado inadimplemento de suas cláusulas ou condições, por mútuo consenso das partes, pela superveniência de normas legais que o torne material ou formalmente inexecutável, ou ainda:

I - quando não for executado o objeto da avença;

II - quando o objeto for utilizado em finalidade diversa da estabelecida no contrato;

III - unilateralmente pelo CEDENTE, caso exista interesse público;

IV - Com o Termo da Concessão relativa ao Contrato n.º 016/2016.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

6.1 Fica eleito o foro da Comarca de Camboriú/SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões que derivem deste termo e que não puderem ser decididas pela via administrativa.

6.2 E, por estarem entre si justos e de pleno acordo, assinam o presente Termo de Cessão de Uso Gratuito, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e a tudo presentes, para todos os efeitos legais.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
Em, 15 de dezembro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS Prefeita Municipal de Camboriú	RICARDO MIRANDA BARCIA FILHO Diretor-Presidente da Empresa Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A
---	--

THAIS FOREST GALLINA
Diretora Executiva da Empresa
Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A

Testemunhas:

1. FELIPE BITTENCOURT WOLFRAM
CPF: 006.824.639-06

2. RAFAELA DE SOUZA
CPF: 079.563.119-77

TERMO DE CESSÃO DE USO N.º 007/2016 - ÁGUAS DE CAMBORIÚ

TERMO DE CESSÃO DE USO N.º 007/2016

Termo de Cessão de Uso entre a Empresa Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A. e o Município de Camboriú.

CEDENTE: MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 83.102.293/0001-45, com sede à Rua Getúlio Vargas n.º 77, Centro de Camboriú - SC, neste ato representado pela Sr^a. Prefeita Municipal, LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade n.º 4/R – 1.209.969 e inscrita no CPF sob o n.º 486.011.019-68, residente e domiciliada na cidade de Camboriú - SC.

CESSIONÁRIA: ÁGUAS DE CAMBORIÚ SANEAMENTO SPE S.A, Sociedade Anônima Fechada, inscrita no CNPJ sob o n.º 23.397.533/0001-54, com sede na Rua Getúlio Vargas, n.º 112, sala 106, Centro, Camboriú - SC, neste ato representado por seu Administrador, Sr. Ricardo Miranda Barcia Filho, brasileiro, solteiro, advogado, portador da cédula de identidade n.º 3.081.071 e inscrito no CPF sob o n.º 023.390.989-39, com endereço comercial na Rua Paschoal Apostolo Pitsica, n.º 4.876, BL Torre 4, Ap. SL601, Bairro Agrônômica, Florianópolis – SC, bem como Sra. Thais Forest Gallina, brasileira, solteira, engenheira sanitária, portadora da cédula de identidade n.º 5183286-0 e inscrita no CPF sob o n.º 047.529.479-35, com endereço comercial na Rua Getúlio Vargas, n.º 112, sala 106, Bairro Centro, Camboriú – SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Cessão de Uso tem por objeto formalizar a cessão, diretamente à CESSIONÁRIA, de forma gratuita e em razão da assinatura do Contrato de Concessão n.º 016/2015, uma área de 15,00m², localizada na Rua Minas Gerais, S/Nº, Bairro Areais, Camboriú/SC, onde se encontra a Estação de Recalque de Água Tratada – ERAT Centro Múltiplo Uso PCQ 02, com as seguintes medidas e confrontações: Inicia-se a descrição deste Perímetro no vértice de n.º V1 = Ponto de Partida, de coordenada UTM, fuso 22 (X=732091.9043m – Y=7007430.4180m) onde faz frente ao Leste com a Rua Minas Gerais, com um ângulo (interno) de 90°00'00" sentido (Norte/Sul) e com uma distância de 2.000 metros. Até encontrar o vértice de n.º V2. Confrontando ao Leste com a Rua Minas Gerais. Deste segue com um ângulo (interno) de 90°00'00" de coordenada UTM, fuso 22 (X=732091.2583m – Y=7007428.5252m) sentido (Leste/Oeste) e com uma distância de 8.000 metros. Até

encontrar o vértice de n.º V3. Confrontando ao Sul com terras do Centro Múltiplo Uso "Alice Testoni Gomes" da inscrição cadastral 01.08.014.025.001 do loteamento Rodolfo Renaux Bauer, lote 02 de Propriedade do Município de Camboriú, inscrito no CNPJ sob n.º 83.102.293/0001-45. Deste segue com um ângulo (interno) de 90°00'00" de coordenada UTM, fuso 22 (X=732083.6871m – Y=7007431.1093m) sentido (Sul/Norte) e com uma distância de 2.000 metros. Até encontrar o vértice de n.º V4. Confrontando ao Oeste com terras do Centro Múltiplo Uso "Alice Testoni Gomes" da inscrição cadastral 01.08.014.025.001 do loteamento Rodolfo Renaux Bauer, lote 02 de Propriedade do Município de Camboriú, inscrito no CNPJ sob n.º 83.102.293/0001-45. Deste segue com um ângulo (interno) de 90°00'00" de coordenada UTM, fuso 22 (X=732084.3331m – Y=7007433.0021m) sentido (Oeste/Leste) e com uma distância de 8.000 metros. Até encontrar o vértice de n.º V1 = Ponto Final. Confrontando ao Norte com terras da inscrição cadastral 01.08.014.0236.001 do Loteamento Rodolfo Renaux Bauer, Lote 03 de Propriedade do Sr. Ademir Borges Ferreira, inscrito no CPF sob o n.º 627.819.959-91.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO CEDENTE

2.1 O CEDENTE obriga-se por este Termo, na melhor forma de direito, a ceder o uso da área prevista na cláusula primeira à CESSIONÁRIA, sem ônus para o Município de Camboriú, sendo a própria cessionária responsável pela manutenção do sistema de abastecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CESSIONÁRIA

3.1 A CESSIONÁRIA obriga-se a:

I - responsabilizar-se pela guarda e preservação do imóvel, devendo restituí-lo ao CEDENTE, no término da vigência do Termo de Cessão do Uso, em perfeito estado de conservação, a qual ocorrerá por conta exclusiva da CESSIONÁRIA;

II - permitir, a qualquer tempo, a vistoria do CEDENTE no objeto deste termo, tendo seus representantes, para tanto, livre acesso ao local ora cedido;

III - não ceder ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, os direitos e obrigações decorrentes deste instrumento, sem concordância expressa do CEDENTE.

3.2 O imóvel objeto do presente contrato se destina, exclusivamente, ao fim declinado na cláusula primeira, item 1.1, sendo vedado à CESSIONÁRIA dar destinação diversa da aqui pactuada, bem como lhe é proibido o direito de repassar em subtermo ou locar, no todo ou parcialmente, a referida área.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 O presente Termo de Cessão de Uso será celebrado para vigorar na data de sua assinatura e terá vigência durante o prazo que perdurar a concessão relativa ao Contrato n.º 016/2015.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO E ALTERAÇÕES

5.1 As partes poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente contrato se ocorrer comprovado inadimplemento de suas cláusulas ou condições, por mútuo consenso das partes, pela superveniência de normas legais que o torne material ou formalmente inexecutável, ou ainda:

I - quando não for executado o objeto da avença;

II - quando o objeto for utilizado em finalidade diversa da estabelecida no contrato;

III - unilateralmente pelo CEDENTE, caso exista interesse público;

IV - Com o Termo da Concessão relativa ao Contrato n.º 016/2016.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

6.1 Fica eleito o foro da Comarca de Camboriú/SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões que derivem deste termo e que não puderem ser decididas pela via administrativa.

6.2 E, por estarem entre si justos e de pleno acordo, assinam o presente Termo de Cessão de Uso Gratuito, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e a tudo presentes, para todos os efeitos legais.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
Em, 15 de dezembro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS Prefeita Municipal de Camboriú	RICARDO MIRANDA BARCIA FILHO Diretor-Presidente da Empresa Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A
---	--

THAIS FOREST GALLINA
Diretora Executiva da Empresa
Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A

Testemunhas:

1. FELIPE BITTENCOURT WOLFRAM
CPF: 006.824.639-06

2. RAFAELA DE SOUZA
CPF: 079.563.119-77

TERMO DE CESSÃO DE USO N.º 008/2016 - ÁGUAS DE CAMBORIÚ

TERMO DE CESSÃO DE USO N.º 008/2016

Termo de Cessão de Uso entre a Empresa Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A. e o Município de Camboriú.

CEDENTE: MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 83.102.293/0001-45, com sede à Rua Getúlio Vargas n.º 77, Centro de Camboriú - SC, neste ato representado pela Sr^a. Prefeita Municipal, LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade n.º 4/R – 1.209.969 e inscrita no CPF sob o n.º 486.011.019-68, residente e domiciliada na cidade de Camboriú - SC.

CESSIONÁRIA: ÁGUAS DE CAMBORIÚ SANEAMENTO SPE S.A, Sociedade Anônima Fechada, inscrita no CNPJ sob o n.º 23.397.533/0001-54, com sede na Rua Getúlio Vargas, n.º 112, sala 106, Centro, Camboriú - SC, neste ato representado por seu Administrador, Sr. Ricardo Miranda Barcia Filho, brasileiro, solteiro, advogado, portador da cédula de identidade n.º 3.081.071 e inscrito no CPF sob o n.º 023.390.989-39, com endereço comercial na Rua Paschoal Apostolo Pitsica, n.º 4.876, BL Torre 4, Ap. SL601, Bairro Agrônômica, Florianópolis - SC, bem como Sra. Thais Forest Gallina, brasileira, solteira, engenheira sanitária, portadora da cédula de identidade n.º 5183286-0 e inscrita no CPF sob o n.º 047.529.479-35, com endereço comercial na Rua Getúlio Vargas, n.º 112, sala 106, Bairro Centro, Camboriú - SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Cessão de Uso tem por objeto formalizar a cessão, diretamente à CESSIONÁRIA, de forma gratuita e em razão da assinatura do Contrato de Concessão n.º 016/2015, uma área de 17,15m², localizada na Rua São Luiz, S/Nº, Bairro Areais, Camboriú/SC, onde se encontra o Reservatório Morro do Abacaxi, com as seguintes medidas e confrontações: Inicia-se a descrição deste Perímetro no vértice de n.º V1 = Ponto de Partida, de coordenada UTM, fuso 22 (X=731931.0788m – Y=7006984.6243m) onde faz frente ao Oeste com a Rua São Luiz, com um ângulo (interno) de 90°00'00" sentido (Oeste/Leste) e com uma distância de 4.300 metros. Até encontrar o vértice de n.º V2. Confrontando ao Norte com a Rua São Luiz. Deste segue com um ângulo (interno) de 90°00'00" de coordenada UTM, fuso 22 (X=731935.3439m – Y=7006984.1911m) sentido (Norte/Sul) e com uma distância de 4.000 metros. Até encontrar o vértice de n.º V3. Confrontando ao

Leste com terras da inscrição cadastral 01.08.068.0237.001 do Loteamento Jardim Dom Amaro, lote 112 de Propriedade Sr. João Luiz Simas. Deste segue com um ângulo (interno) de 90°00'00" de coordenada UTM, fuso 22 (X=731934.9398m – Y=7006980.2116m) sentido (Leste/Oeste) e com uma distância de 4.300 metros. Até encontrar o vértice de n.º V4. Confrontando ao Sul com a Rua São Luiz. Deste segue com um ângulo (interno) de 90°00'00" de coordenada UTM, fuso 22 (X=731930.6746m – Y=7006980.6447m) sentido (Sul/Norte) e com uma distância de 4.000 metros. Até encontrar o vértice de n.º V1 = Ponto Final. Confrontando ao Oeste com a Rua São Luiz, de propriedade do Município de Camboriú.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO CEDENTE

2.1 O CEDENTE obriga-se por este Termo, na melhor forma de direito, a ceder o uso da área prevista na cláusula primeira à CESSIONÁRIA, sem ônus para o Município de Camboriú, sendo a própria cessionária responsável pela manutenção do sistema de abastecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CESSIONÁRIA

3.1 A CESSIONÁRIA obriga-se a:

I - responsabilizar-se pela guarda e preservação do imóvel, devendo restituí-lo ao CEDENTE, no término da vigência do Termo de Cessão do Uso, em perfeito estado de conservação, a qual ocorrerá por conta exclusiva da CESSIONÁRIA;

II - permitir, a qualquer tempo, a vistoria do CEDENTE no objeto deste termo, tendo seus representantes, para tanto, livre acesso ao local ora cedido;

III - não ceder ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, os direitos e obrigações decorrentes deste instrumento, sem concordância expressa do CEDENTE.

3.2 O imóvel objeto do presente contrato se destina, exclusivamente, ao fim declinado na cláusula segunda, item 2.1, sendo vedado à CESSIONÁRIA dar destinação diversa da aqui pactuada, bem como lhe é proibido o direito de repassar em subtermo ou locar, no todo ou parcialmente, a referida área.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 O presente Termo de Cessão de Uso será celebrado para vigorar na data de sua assinatura e terá vigência durante o prazo que perdurar a concessão relativa ao Contrato n.º 016/2015.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO E ALTERAÇÕES

5.1 As partes poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente contrato se ocorrer comprovado inadimplemento de suas cláusulas ou condições, por mútuo consenso das partes, pela superveniência de normas legais que o torne material ou formalmente inexecutável, ou ainda:

I - quando não for executado o objeto da avença;

II - quando o objeto for utilizado em finalidade diversa da estabelecida no contrato;

III - unilateralmente pelo CEDENTE, caso exista interesse público;

IV - Com o Termo da Concessão relativa ao Contrato n.º 016/2016.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

6.1 Fica eleito o foro da Comarca de Camboriú/SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões que derivem deste termo e que não puderem ser decididas pela via administrativa.

6.2 E, por estarem entre si justos e de pleno acordo, assinam o presente Termo de Cessão de Uso Gratuito, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e a tudo presentes, para todos os efeitos legais.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
Em, 15 de dezembro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS Prefeita Municipal de Camboriú	RICARDO MIRANDA BARCIA FILHO Diretor-Presidente da Empresa Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A
---	--

THAIS FOREST GALLINA
Diretora Executiva da Empresa
Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A

Testemunhas:

1. FELIPE BITTENCOURT WOLFRAM
CPF: 006.824.639-06

2. RAFAELA DE SOUZA
CPF: 079.563.119-77

TERMO DE CESSÃO DE USO N.º 009/2016 - ÁGUAS DE CAMBORIÚ

TERMO DE CESSÃO DE USO N.º 009/2016

Termo de Cessão de Uso entre a Empresa Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A. e o Município de Camboriú.

CEDENTE: MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 83.102.293/0001-45, com sede à Rua Getúlio Vargas n.º 77, Centro de Camboriú - SC, neste ato representado pela Sr^a. Prefeita Municipal, LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade n.º 4/R – 1.209.969 e inscrita no CPF sob o n.º 486.011.019-68, residente e domiciliada na cidade de Camboriú - SC.

CESSIONÁRIA: ÁGUAS DE CAMBORIÚ SANEAMENTO SPE S.A, Sociedade Anônima Fechada, inscrita no CNPJ sob o n.º 23.397.533/0001-54, com sede na Rua Getúlio Vargas, n.º 112, sala 106, Centro, Camboriú - SC, neste ato representado por seu Administrador, Sr. Ricardo Miranda Barcia Filho, brasileiro, solteiro, advogado, portador da cédula de identidade n.º 3.081.071 e inscrito no CPF sob o n.º 023.390.989-39, com endereço comercial na Rua Paschoal Apostolo Pitsica, n.º 4.876, BL Torre 4, Ap. SL601, Bairro Agrônômica, Florianópolis – SC, bem como Sra. Thais Forest Gallina, brasileira, solteira, engenheira sanitária, portadora da cédula de identidade n.º 5183286-0 e inscrita no CPF sob o n.º 047.529.479-35, com endereço comercial na Rua Getúlio Vargas, n.º 112, sala 106, Bairro Centro, Camboriú – SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Cessão de Uso tem por objeto formalizar a cessão, diretamente à CESSIONÁRIA, de forma gratuita e em razão da assinatura do Contrato de Concessão n.º 016/2015, uma área de 276,4212m², localizada na Rua Monte Calvário, Bairro Monte Alegre, na Cidade de Camboriú, representado pelo Lote n.º 06, do Jardim Ana Cristina, onde se encontra a Estação de Recalque de Água Tratada – ERAT Monte Calvário, com as seguintes medidas e confrontações: medindo 14.61m² na frente, ao Sul, com a Rua Monte Carvalho, e com igual metragem nos fundos, ao Norte, com terras de Maria Cunha; estrema a Leste com terras de Jaci Gervasi Neto, e a Oeste com o lote n.º 05, medindo 18,92m², em casa estrema, registrada sob a matrícula n.º 46571, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Balneário Camboriú, de posse do Município de Camboriú.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO CEDENTE

2.1 O CEDENTE obriga-se por este Termo, na melhor forma de direito, a ceder o uso da área prevista na cláusula primeira à CESSIONÁRIA, sem ônus para o Município de Camboriú, sendo a própria

cessionária responsável pela manutenção do sistema de abastecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CESSIONÁRIA

3.1 A CESSIONÁRIA obriga-se a:

I - responsabilizar-se pela guarda e preservação do imóvel, devendo restituí-lo ao CEDENTE, no término da vigência do Termo de Cessão do Uso, em perfeito estado de conservação, a qual ocorrerá por conta exclusiva da CESSIONÁRIA;

II - permitir, a qualquer tempo, a vistoria do CEDENTE no objeto deste termo, tendo seus representantes, para tanto, livre acesso ao local ora cedido;

III - não ceder ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, os direitos e obrigações decorrentes deste instrumento, sem concordância expressa do CEDENTE.

3.2 O imóvel objeto do presente contrato se destina, exclusivamente, ao fim declinado na cláusula primeira, item 1.1, sendo vedado à CESSIONÁRIA dar destinação diversa da aqui pactuada, bem como lhe é proibido o direito de repassar em subtermo ou locar, no todo ou parcialmente, a referida área.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 O presente Termo de Cessão de Uso será celebrado para vigorar na data de sua assinatura e terá vigência durante o prazo que perdurar a concessão relativa ao Contrato n.º 016/2015.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO E ALTERAÇÕES

5.1 As partes poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente contrato se ocorrer comprovado inadimplemento de suas cláusulas ou condições, por mútuo consenso das partes, pela superveniência de normas legais que o torne material ou formalmente inexecutável, ou ainda:

I - quando não for executado o objeto da avença;

II - quando o objeto for utilizado em finalidade diversa da estabelecida no contrato;

III - unilateralmente pelo CEDENTE, caso exista interesse público;

IV - Com o Termo da Concessão relativa ao Contrato n.º 016/2016.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

6.1 Fica eleito o foro da Comarca de Camboriú/SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões que derivem deste termo e que não puderem ser decididas pela via administrativa.

6.2 E, por estarem entre si justos e de pleno acordo, assinam o presente Termo de Cessão de Uso Gratuito, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e a tudo presentes, para todos os efeitos legais.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
Em, 15 de dezembro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS Prefeita Municipal de Camboriú	RICARDO MIRANDA BARCIA FILHO Diretor-Presidente da Empresa Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A
---	--

THAIS FOREST GALLINA
Diretora Executiva da Empresa
Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A

Testemunhas:

1. FELIPE BITTENCOURT WOLFRAM
CPF: 006.824.639-06

2. RAFAELA DE SOUZA
CPF: 079.563.119-77

TERMO DE CESSÃO DE USO N.º 010/2016 - ÁGUAS DE CAMBORIÚ

TERMO DE CESSÃO DE USO N.º 010/2016

Termo de Cessão de Uso entre a Empresa Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A. e o Município de Camboriú.

CEDENTE: MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 83.102.293/0001-45, com sede à Rua Getúlio Vargas n.º 77, Centro de Camboriú - SC, neste ato representado pela Sr^a. Prefeita Municipal, LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade n.º 4/R – 1.209.969 e inscrita no CPF sob o n.º 486.011.019-68, residente e domiciliada na cidade de Camboriú - SC.

CESSIONÁRIA: ÁGUAS DE CAMBORIÚ SANEAMENTO SPE S.A, Sociedade Anônima Fechada, inscrita no CNPJ sob o n.º 23.397.533/0001-54, com sede na Rua Getúlio Vargas, n.º 112, sala 106, Centro, Camboriú - SC, neste ato representado por seu Administrador, Sr. Ricardo Miranda Barcia Filho, brasileiro, solteiro, advogado, portador da cédula de identidade n.º 3.081.071 e inscrito no CPF sob o n.º 023.390.989-39, com endereço comercial na Rua Paschoal Apostolo Pitsica, n.º 4.876, BL Torre 4, Ap. SL601, Bairro Agrônômica, Florianópolis – SC, bem como Sra. Thaís Forest Gallina, brasileira, solteira, engenheira sanitária, portadora da cédula de identidade n.º 5183286-0 e inscrita no CPF sob o n.º 047.529.479-35, com endereço comercial na Rua Getúlio Vargas, n.º 112, sala 106, Bairro Centro, Camboriú – SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Cessão de Uso tem por objeto formalizar a cessão, diretamente à CESSIONÁRIA, de forma gratuita e em razão da assinatura do Contrato de Concessão n.º 016/2015, uma área de 661,50m², localizada na Rua Coqueiros, Bairro Taboleiro, na Cidade de Camboriú, representado pelos Lotes nº 118 e 119 do desmembramento do Jardim Guadalupe, onde se encontra o Reservatório Tabuleiro (R3), com as seguintes medidas e confrontações: medindo 30,20m² na frente ao Sul, com a Rua "A", e nos fundos ao Norte, 23,80m² com terras de João Vieira; estrema a Leste 22,00m², com o lote nº 115, e a oeste 22,10m², registrada sob a matrícula n.º 61120, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Balneário Camboriú, de posse do Município de Camboriú.

1.2 CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO CEDENTE

2.1 O CEDENTE obriga-se por este Termo, na melhor forma de direito, a ceder o uso da área prevista na cláusula primeira à CESSIONÁRIA, sem ônus para o Município de Camboriú, sendo a própria cessionária responsável pela manutenção do sistema de abastecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CESSIONÁRIA

3.1 A CESSIONÁRIA obriga-se a:

I - responsabilizar-se pela guarda e preservação do imóvel, devendo restituí-lo ao CEDENTE, no término da vigência do Termo de Cessão do Uso, em perfeito estado de conservação, a qual ocorrerá por conta exclusiva da CESSIONÁRIA;

II - permitir, a qualquer tempo, a vistoria do CEDENTE no objeto deste termo, tendo seus representantes, para tanto, livre acesso ao local ora cedido;

III - não ceder ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, os direitos e obrigações decorrentes deste instrumento, sem concordância expressa do CEDENTE.

3.2 O imóvel objeto do presente contrato se destina, exclusivamente, ao fim declinado na cláusula primeira, item 1.1, sendo vedado à CESSIONÁRIA dar destinação diversa da aqui pactuada, bem como lhe é proibido o direito de repassar em subtermo ou locar, no todo ou parcialmente, a referida área.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 O presente Termo de Cessão de Uso será celebrado para vigorar

na data de sua assinatura e terá vigência durante o prazo que perdurar a concessão relativa ao Contrato n.º 016/2015.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO E ALTERAÇÕES

5.1 As partes poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente contrato se ocorrer comprovado inadimplemento de suas cláusulas ou condições, por mútuo consenso das partes, pela superveniência de normas legais que o torne material ou formalmente inexecutável, ou ainda:

I - quando não for executado o objeto da avença;

II - quando o objeto for utilizado em finalidade diversa da estabelecida no contrato;

III - unilateralmente pelo CEDENTE, caso exista interesse público;

IV - Com o Termo da Concessão relativa ao Contrato n.º 016/2016.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

6.1 Fica eleito o foro da Comarca de Camboriú/SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões que derivem deste termo e que não puderem ser decididas pela via administrativa.

6.2 E, por estarem entre si justos e de pleno acordo, assinam o presente Termo de Cessão de Uso Gratuito, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e a tudo presentes, para todos os efeitos legais.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

Em, 15 de dezembro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS Prefeita Municipal de Camboriú	RICARDO MIRANDA BARCIA FILHO Diretor-Presidente da Empresa Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A
---	--

THAIS FOREST GALLINA

Diretora Executiva da Empresa

Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A

Testemunhas:

1. FELIPE BITTENCOURT WOLFRAM

CPF: 006.824.639-06

2. RAFAELA DE SOUZA

CPF: 079.563.119-77

TERMO DE CESSÃO DE USO N.º 011/2016 - ÁGUAS DE CAMBORIÚ

TERMO DE CESSÃO DE USO N.º 011/2016

Termo de Cessão de Uso entre a Empresa Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A. e o Município de Camboriú.

CEDENTE: MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 83.102.293/0001-45, com sede à Rua Getúlio Vargas n.º 77, Centro de Camboriú - SC, neste ato representado pela Sr^a. Prefeita Municipal, LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade n.º 4/R – 1.209.969 e inscrita no CPF sob o n.º 486.011.019-68, residente e domiciliada na cidade de Camboriú - SC.

CESSIONÁRIA: ÁGUAS DE CAMBORIÚ SANEAMENTO SPE S.A, Sociedade Anônima Fechada, inscrita no CNPJ sob o n.º 23.397.533/0001-54, com sede na Rua Getúlio Vargas, n.º 112, sala 106, Centro, Camboriú - SC, neste ato representado por seu Administrador, Sr. Ricardo Miranda Barcia Filho, brasileiro, solteiro,

advogado, portador da cédula de identidade n.º 3.081.071 e inscrito no CPF sob o n.º 023.390.989-39, com endereço comercial na Rua Paschoal Apostolo Pitsica, n.º 4.876, BL Torre 4, Ap. SL601, Bairro Agrônômica, Florianópolis – SC, bem como Sra. Thais Forest Gallina, brasileira, solteira, engenheira sanitária, portadora da cédula de identidade n.º 5183286-0 e inscrita no CPF sob o n.º 047.529.479-35, com endereço comercial na Rua Getúlio Vargas, n.º 112, sala 106, Bairro Centro, Camboriú – SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Cessão de Uso tem por objeto formalizar a cessão, diretamente à CESSIONÁRIA, de forma gratuita e em razão da assinatura do Contrato de Concessão n.º 016/2015, uma área de 2.640,00m², localizada na Rua Rodolfo da Silva Simas, Bairro Taboleiro, na Cidade de Camboriú, representada pela Quadra 8 do Loteamento Jardim Bela Vista, onde se encontra os Reservatórios do Centro (R1 e R2), com as seguintes medidas e confrontações: medindo 120,00m² na frente ao Sul, com a projetada Rua F e com igual metragem nos fundos, ao Norte, com terras de herdeiros de Dibo Melo; estrema a leste com a projetada Rua E e a Oeste a projetada Rua G, medindo 22,00m² em ambas as extremas, registrada sob a matrícula n.º 64253, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Balneário Camboriú, de posse do Município de Camboriú.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO CEDENTE

2.1 O CEDENTE obriga-se por este Termo, na melhor forma de direito, a ceder o uso da área prevista na cláusula primeira à CESSIONÁRIA, sem ônus para o Município de Camboriú, sendo a própria cessionária responsável pela manutenção do sistema de abastecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CESSIONÁRIA

3.1 A CESSIONÁRIA obriga-se a:

I - responsabilizar-se pela guarda e preservação do imóvel, devendo restituí-lo ao CEDENTE, no término da vigência do Termo de Cessão do Uso, em perfeito estado de conservação, a qual ocorrerá por conta exclusiva da CESSIONÁRIA;

II - permitir, a qualquer tempo, a vistoria do CEDENTE no objeto deste termo, tendo seus representantes, para tanto, livre acesso ao local ora cedido;

III - não ceder ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, os direitos e obrigações decorrentes deste instrumento, sem concordância expressa do CEDENTE.

3.2 O imóvel objeto do presente contrato se destina, exclusivamente, ao fim declinado na cláusula primeira, item 1.1, sendo vedado à CESSIONÁRIA dar destinação diversa da aqui pactuada, bem como lhe é proibido o direito de repassar em subtermo ou locar, no todo ou parcialmente, a referida área.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 O presente Termo de Cessão de Uso será celebrado para vigorar na data de sua assinatura e terá vigência durante o prazo que perdurar a concessão relativa ao Contrato n.º 016/2015.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO E ALTERAÇÕES

5.1 As partes poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente contrato se ocorrer comprovado inadimplemento de suas cláusulas ou condições, por mútuo consenso das partes, pela superveniência de normas legais que o torne material ou formalmente inexecutável, ou ainda:

I - quando não for executado o objeto da avença;

II - quando o objeto for utilizado em finalidade diversa da estabelecida no contrato;

III - unilateralmente pelo CEDENTE, caso exista interesse público;

IV - Com o Termo da Concessão relativa ao Contrato n.º 016/2016.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

6.1 Fica eleito o foro da Comarca de Camboriú/SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões que derivem deste termo e que não puderem ser decididas pela via administrativa.

6.2 E, por estarem entre si justos e de pleno acordo, assinam o

presente Termo de Cessão de Uso Gratuito, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e a tudo presentes, para todos os efeitos legais.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

Em, 15 de dezembro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS Prefeita Municipal de Camboriú	RICARDO MIRANDA BARCIA FILHO Diretor-Presidente da Empresa Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A
---	--

THAIS FOREST GALLINA

Diretora Executiva da Empresa

Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A

Testemunhas:

1. FELIPE BITTENCOURT WOLFRAM

CPF: 006.824.639-06

2. RAFAELA DE SOUZA

CPF: 079.563.119-77

TERMO DE CESSÃO DE USO N.º 012/2016 - ÁGUAS DE CAMBORIÚ

TERMO DE CESSÃO DE USO N.º 012/2016

Termo de Cessão de Uso entre a Empresa Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A. e o Município de Camboriú.

CEDENTE: MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 83.102.293/0001-45, com sede à Rua Getúlio Vargas n.º 77, Centro de Camboriú - SC, neste ato representado pela Srª. Prefeita Municipal, LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade n.º 4/R – 1.209.969 e inscrita no CPF sob o n.º 486.011.019-68, residente e domiciliada na cidade de Camboriú - SC.

CESSIONÁRIA: ÁGUAS DE CAMBORIÚ SANEAMENTO SPE S.A, Sociedade Anônima Fechada, inscrita no CNPJ sob o n.º 23.397.533/0001-54, com sede na Rua Getúlio Vargas, n.º 112, sala 106, Centro, Camboriú - SC, neste ato representado por seu Administrador, Sr. Ricardo Miranda Barcia Filho, brasileiro, solteiro, advogado, portador da cédula de identidade n.º 3.081.071 e inscrito no CPF sob o n.º 023.390.989-39, com endereço comercial na Rua Paschoal Apostolo Pitsica, n.º 4.876, BL Torre 4, Ap. SL601, Bairro Agrônômica, Florianópolis – SC, bem como Sra. Thais Forest Gallina, brasileira, solteira, engenheira sanitária, portadora da cédula de identidade n.º 5183286-0 e inscrita no CPF sob o n.º 047.529.479-35, com endereço comercial na Rua Getúlio Vargas, n.º 112, sala 106, Bairro Centro, Camboriú – SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Cessão de Uso tem por objeto formalizar a cessão, diretamente à CESSIONÁRIA, de forma gratuita e em razão da assinatura do Contrato de Concessão n.º 016/2015, uma área na Rua Monte Cruzeiro esquina com a Rua Monte Santo Elias, Via Pública do Loteamento Jardim Cordeiro, onde se encontra a Estação de Recalque de Água Tratada – ERAT Monte Cruzeiro, de propriedade do Município de Camboriú.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO CEDENTE

2.1 O CEDENTE obriga-se por este Termo, na melhor forma de direito, a ceder o uso da área prevista na cláusula primeira à CESSIONÁRIA, sem ônus para o Município de Camboriú, sendo a própria

cessionária responsável pela manutenção do sistema de abastecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CESSIONÁRIA

3.1 A CESSIONÁRIA obriga-se a:

I - responsabilizar-se pela guarda e preservação do imóvel, devendo restituí-lo ao CEDENTE, no término da vigência do Termo de Cessão do Uso, em perfeito estado de conservação, a qual ocorrerá por conta exclusiva da CESSIONÁRIA;

II - permitir, a qualquer tempo, a vistoria do CEDENTE no objeto deste termo, tendo seus representantes, para tanto, livre acesso ao local ora cedido;

III - não ceder ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, os direitos e obrigações decorrentes deste instrumento, sem concordância expressa do CEDENTE.

3.2 O imóvel objeto do presente contrato se destina, exclusivamente, ao fim declinado na cláusula primeira, item 1.1, sendo vedado à CESSIONÁRIA dar destinação diversa da aqui pactuada, bem como lhe é proibido o direito de repassar em subtermo ou locar, no todo ou parcialmente, a referida área.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 O presente Termo de Cessão de Uso será celebrado para vigorar na data de sua assinatura e terá vigência durante o prazo que perdurar a concessão relativa ao Contrato n.º 016/2015.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO E ALTERAÇÕES

5.1 As partes poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente contrato se ocorrer comprovado inadimplemento de suas cláusulas ou condições, por mútuo consenso das partes, pela superveniência de normas legais que o torne material ou formalmente inexecutável, ou ainda:

I - quando não for executado o objeto da avença;

II - quando o objeto for utilizado em finalidade diversa da estabelecida no contrato;

III - unilateralmente pelo CEDENTE, caso exista interesse público;

IV - Com o Termo da Concessão relativa ao Contrato n.º 016/2016.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

6.1 Fica eleito o foro da Comarca de Camboriú/SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões que derivem deste termo e que não puderem ser decididas pela via administrativa.

6.2 E, por estarem entre si justos e de pleno acordo, assinam o presente Termo de Cessão de Uso Gratuito, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e a tudo presentes, para todos os efeitos legais.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
Em, 15 de dezembro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS Prefeita Municipal de Camboriú	RICARDO MIRANDA BARCIA FILHO Diretor-Presidente da Empresa Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A
---	--

THAIS FOREST GALLINA
Diretora Executiva da Empresa
Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A

Testemunhas:

1. FELIPE BITTENCOURT WOLFRAM
CPF: 006.824.639-06

2. RAFAELA DE SOUZA
CPF: 079.563.119-77

TERMO DE CESSÃO DE USO N.º 013/2016 - ÁGUAS DE CAMBORIÚ

TERMO DE CESSÃO DE USO N.º 013/2016

Termo de Cessão de Uso entre a Empresa Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A. e o Município de Camboriú.

CEDENTE: MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 83.102.293/0001-45, com sede à Rua Getúlio Vargas n.º 77, Centro de Camboriú - SC, neste ato representado pela Srª. Prefeita Municipal, LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade n.º 4/R – 1.209.969 e inscrita no CPF sob o n.º 486.011.019-68, residente e domiciliada na cidade de Camboriú - SC.

CESSIONÁRIA: ÁGUAS DE CAMBORIÚ SANEAMENTO SPE S.A, Sociedade Anônima Fechada, inscrita no CNPJ sob o n.º 23.397.533/0001-54, com sede na Rua Getúlio Vargas, n.º 112, sala 106, Centro, Camboriú - SC, neste ato representado por seu Administrador, Sr. Ricardo Miranda Barcia Filho, brasileiro, solteiro, advogado, portador da cédula de identidade n.º 3.081.071 e inscrito no CPF sob o n.º 023.390.989-39, com endereço comercial na Rua Paschoal Apostolo Pitsica, n.º 4.876, BL Torre 4, Ap. SL601, Bairro Agrônômica, Florianópolis – SC, bem como Sra. Thais Forest Gallina, brasileira, solteira, engenheira sanitária, portadora da cédula de identidade n.º 5183286-0 e inscrita no CPF sob o n.º 047.529.479-35, com endereço comercial na Rua Getúlio Vargas, n.º 112, sala 106, Bairro Centro, Camboriú – SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Cessão de Uso tem por objeto formalizar a cessão, diretamente à CESSIONÁRIA, de forma gratuita e em razão da assinatura do Contrato de Concessão n.º 016/2015, de uma área na Rua Geraldo J. Soares, Via Pública, Loteamento Panorama III, onde se encontra o Reservatório Sidney, de propriedade do Município de Camboriú.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO CEDENTE

2.1 O CEDENTE obriga-se por este Termo, na melhor forma de direito, a ceder o uso da área prevista na cláusula primeira à CESSIONÁRIA, sem ônus para o Município de Camboriú, sendo a própria cessionária responsável pela manutenção do sistema de abastecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CESSIONÁRIA

3.1 A CESSIONÁRIA obriga-se a:

I - responsabilizar-se pela guarda e preservação do imóvel, devendo restituí-lo ao CEDENTE, no término da vigência do Termo de Cessão do Uso, em perfeito estado de conservação, a qual ocorrerá por conta exclusiva da CESSIONÁRIA;

II - permitir, a qualquer tempo, a vistoria do CEDENTE no objeto deste termo, tendo seus representantes, para tanto, livre acesso ao local ora cedido;

III - não ceder ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, os direitos e obrigações decorrentes deste instrumento, sem concordância expressa do CEDENTE.

3.2 O imóvel objeto do presente contrato se destina, exclusivamente, ao fim declinado na cláusula primeira, item 1.1, sendo vedado à CESSIONÁRIA dar destinação diversa da aqui pactuada, bem como lhe é proibido o direito de repassar em subtermo ou locar, no todo ou parcialmente, a referida área.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 O presente Termo de Cessão de Uso será celebrado para vigorar na data de sua assinatura e terá vigência durante o prazo que perdurar a concessão relativa ao Contrato n.º 016/2015.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO E ALTERAÇÕES

5.1 As partes poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente contrato se ocorrer comprovado inadimplemento de suas

cláusulas ou condições, por mútuo consenso das partes, pela superveniência de normas legais que o torne material ou formalmente inexecutável, ou ainda:

- I - quando não for executado o objeto da avença;
- II - quando o objeto for utilizado em finalidade diversa da estabelecida no contrato;
- III - unilateralmente pelo CEDENTE, caso exista interesse público;
- IV - Com o Termo da Concessão relativa ao Contrato n.º 016/2016.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

6.1 Fica eleito o foro da Comarca de Camboriú/SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões que derivem deste termo e que não puderem ser decididas pela via administrativa.

6.2 E, por estarem entre si justos e de pleno acordo, assinam o presente Termo de Cessão de Uso Gratuito, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e a tudo presentes, para todos os efeitos legais.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
Em, 15 de dezembro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS Prefeita Municipal de Camboriú	RICARDO MIRANDA BARCIA FILHO Diretor-Presidente da Empresa Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A
---	--

THAIS FOREST GALLINA
Diretora Executiva da Empresa
Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A

Testemunhas:

1. FELIPE BITTENCOURT WOLFRAM
CPF: 006.824.639-06

2. RAFAELA DE SOUZA
CPF: 079.563.119-77

TERMO DE CESSÃO DE USO N.º 014/2016 - ÁGUAS DE CAMBORIÚ

TERMO DE CESSÃO DE USO N.º 014/2016

Termo de Cessão de Uso entre a Empresa Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A. e o Município de Camboriú.

CEDENTE: MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 83.102.293/0001-45, com sede à Rua Getúlio Vargas n.º 77, Centro de Camboriú - SC, neste ato representado pela Srª. Prefeita Municipal, LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade n.º 4/R - 1.209.969 e inscrita no CPF sob o n.º 486.011.019-68, residente e domiciliada na cidade de Camboriú - SC.

CESSIONÁRIA: ÁGUAS DE CAMBORIÚ SANEAMENTO SPE S.A, Sociedade Anônima Fechada, inscrita no CNPJ sob o n.º 23.397.533/0001-54, com sede na Rua Getúlio Vargas, n.º 112, sala 106, Centro, Camboriú - SC, neste ato representado por seu Administrador, Sr. Ricardo Miranda Barcia Filho, brasileiro, solteiro, advogado, portador da cédula de identidade n.º 3.081.071 e inscrito no CPF sob o n.º 023.390.989-39, com endereço comercial na Rua Paschoal Apostolo Pitsica, n.º 4.876, BL Torre 4, Ap. SL601, Bairro Agrônômica, Florianópolis - SC, bem como Sra. Thais Forest Gallina, brasileira, solteira, engenheira sanitária, portadora da cédula de identidade n.º 5183286-0 e inscrita no CPF sob o n.º

047.529.479-35, com endereço comercial na Rua Getúlio Vargas, n.º 112, sala 106, Bairro Centro, Camboriú - SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Cessão de Uso tem por objeto formalizar a cessão, diretamente à CESSIONÁRIA, de forma gratuita e em razão da assinatura do Contrato de Concessão n.º 016/2015, uma área de 16.508,91m², localizada no Bairro Santa Regina, nesta Cidade de Camboriú/SC, representada pela ÁREA INSTITUCIONAL 01 do loteamento JARDIM EUROPA, medindo 4,04m e 169,21m ao Norte, com a Rua Projetada 07; ao Sul; com a Área 18, onde mede 219,16m; a Leste com os lotes 151, 152, 153, 154 e 155, onde mede 84,21m e a Oeste com a Rua Projetada 09 - Trecho 01, onde mede 95,01m, registrada sob a matrícula n.º 26644, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Camboriú, de propriedade do Município de Camboriú.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO CEDENTE

2.1 O CEDENTE obriga-se por este Termo, na melhor forma de direito, a ceder o uso da área prevista na cláusula primeira à CESSIONÁRIA, sem ônus para o Município de Camboriú, sendo a própria cessionária responsável pela implantação e manutenção da Estação de Tratamento de Água.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CESSIONÁRIA

3.1 A CESSIONÁRIA obriga-se a:

I - responsabilizar-se pela guarda e preservação do imóvel, devendo restituí-lo ao CEDENTE, no término da vigência do Termo de Cessão do Uso, em perfeito estado de conservação, a qual ocorrerá por conta exclusiva da CESSIONÁRIA;

II - permitir, a qualquer tempo, a vistoria do CEDENTE no objeto deste termo, tendo seus representantes, para tanto, livre acesso ao local ora cedido;

III - não ceder ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, os direitos e obrigações decorrentes deste instrumento, sem concordância expressa do CEDENTE.

3.2 O imóvel objeto do presente contrato se destina, exclusivamente, ao fim declinado na cláusula primeira, item 1.1, sendo vedado à CESSIONÁRIA dar destinação diversa da aqui pactuada, bem como lhe é proibido o direito de repassar em subtermo ou locar, no todo ou parcialmente, a referida área.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 O presente Termo de Cessão de Uso será celebrado para vigorar na data de sua assinatura e terá vigência durante o prazo que perdurar a concessão relativa ao Contrato n.º 016/2015.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO E ALTERAÇÕES

5.1 As partes poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente contrato se ocorrer comprovado inadimplemento de suas cláusulas ou condições, por mútuo consenso das partes, pela superveniência de normas legais que o torne material ou formalmente inexecutável, ou ainda:

- I - quando não for executado o objeto da avença;
- II - quando o objeto for utilizado em finalidade diversa da estabelecida no contrato;
- III - unilateralmente pelo CEDENTE, caso exista interesse público;
- IV - Com o Termo da Concessão relativa ao Contrato n.º 016/2016.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

6.1 Fica eleito o foro da Comarca de Camboriú/SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões que derivem deste termo e que não puderem ser decididas pela via administrativa.

6.2 E, por estarem entre si justos e de pleno acordo, assinam o presente Termo de Cessão de Uso Gratuito, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e a tudo presentes, para todos os efeitos legais.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
Em, 15 de dezembro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS Prefeita Municipal de Camboriú	RICARDO MIRANDA BARCIA FILHO Diretor-Presidente da Empresa Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A
---	--

THAIS FOREST GALLINA
Diretora Executiva da Empresa
Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A

Testemunhas:

1. FELIPE BITTENCOURT WOLFRAM
CPF: 006.824.639-06

2. RAFAELA DE SOUZA
CPF: 079.563.119-77

TERMO DE CESSÃO DE USO N.º 015/2016 - ÁGUAS DE CAMBORIÚ

TERMO DE CESSÃO DE USO N.º 015/2016

Termo de Cessão de Uso entre a Empresa Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A. e o Município de Camboriú.

CEDENTE: MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 83.102.293/0001-45, com sede à Rua Getúlio Vargas n.º 77, Centro de Camboriú - SC, neste ato representado pela Srª. Prefeita Municipal, LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade n.º 4/R – 1.209.969 e inscrita no CPF sob o n.º 486.011.019-68, residente e domiciliada na cidade de Camboriú - SC.

CESSIONÁRIA: ÁGUAS DE CAMBORIÚ SANEAMENTO SPE S.A, Sociedade Anônima Fechada, inscrita no CNPJ sob o n.º 23.397.533/0001-54, com sede na Rua Getúlio Vargas, n.º 112, sala 106, Centro, Camboriú - SC, neste ato representado por seu Administrador, Sr. Ricardo Miranda Barcia Filho, brasileiro, solteiro, advogado, portador da cédula de identidade n.º 3.081.071 e inscrito no CPF sob o n.º 023.390.989-39, com endereço comercial na Rua Paschoal Apostolo Pitsica, n.º 4.876, BL Torre 4, Ap. SL601, Bairro Agrônômica, Florianópolis – SC, bem como Sra. Thais Forest Gallina, brasileira, solteira, engenheira sanitária, portadora da cédula de identidade n.º 5183286-0 e inscrita no CPF sob o n.º 047.529.479-35, com endereço comercial na Rua Getúlio Vargas, n.º 112, sala 106, Bairro Centro, Camboriú – SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Cessão de Uso tem por objeto formalizar a cessão, diretamente à CESSIONÁRIA, de forma gratuita e em razão da assinatura do Contrato de Concessão n.º 016/2015, uma área onde se encontra a Estação Recalque de Água Tratada (ERAT) Monte Calvário, Rua Monte Bonete, Lote 05, Desmembramento sem Denominação Oficial, de posse do Município de Camboriú.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO CEDENTE

2.1 O CEDENTE obriga-se por este Termo, na melhor forma de direito, a ceder o uso da área prevista na cláusula primeira à CESSIONÁRIA, sem ônus para o Município de Camboriú, sendo a própria cessionária responsável pela manutenção do sistema de abastecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CESSIONÁRIA

3.1 A CESSIONÁRIA obriga-se a:

I - responsabilizar-se pela guarda e preservação do imóvel, devendo restituí-lo ao CEDENTE, no término da vigência do Termo de

Cessão do Uso, em perfeito estado de conservação, a qual ocorrerá por conta exclusiva da CESSIONÁRIA;

II - permitir, a qualquer tempo, a vistoria do CEDENTE no objeto deste termo, tendo seus representantes, para tanto, livre acesso ao local ora cedido;

III - não ceder ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, os direitos e obrigações decorrentes deste instrumento, sem concordância expressa do CEDENTE.

3.2 O imóvel objeto do presente contrato se destina, exclusivamente, ao fim declinado na cláusula primeira, item 1.1, sendo vedado à CESSIONÁRIA dar destinação diversa da aqui pactuada, bem como lhe é proibido o direito de repassar em subtermo ou locar, no todo ou parcialmente, a referida área.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 O presente Termo de Cessão de Uso será celebrado para vigorar na data de sua assinatura e terá vigência durante o prazo que perdurar a concessão relativa ao Contrato n.º 016/2015.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO E ALTERAÇÕES

5.1 As partes poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente contrato se ocorrer comprovado inadimplemento de suas cláusulas ou condições, por mútuo consenso das partes, pela superveniência de normas legais que o torne material ou formalmente inexecutável, ou ainda:

I - quando não for executado o objeto da avença;

II - quando o objeto for utilizado em finalidade diversa da estabelecida no contrato;

III - unilateralmente pelo CEDENTE, caso exista interesse público;

IV - Com o Termo da Concessão relativa ao Contrato n.º 016/2016.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

6.1 Fica eleito o foro da Comarca de Camboriú/SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões que derivem deste termo e que não puderem ser decididas pela via administrativa.

6.2 E, por estarem entre si justos e de pleno acordo, assinam o presente Termo de Cessão de Uso Gratuito, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e a tudo presentes, para todos os efeitos legais.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
Em, 15 de dezembro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS Prefeita Municipal de Camboriú	RICARDO MIRANDA BARCIA FILHO Diretor-Presidente da Empresa Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A
---	--

THAIS FOREST GALLINA
Diretora Executiva da Empresa
Águas de Camboriú Saneamento SPE S.A

Testemunhas:

1. FELIPE BITTENCOURT WOLFRAM
CPF: 006.824.639-06

2. RAFAELA DE SOUZA
CPF: 079.563.119-77

Campo Alegre

PREFEITURA

EDITAL Nº 07/2016 RETIFICAÇÃO DO RESULTADO DAS PROVAS ESCRITAS CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 002/2016

EDITAL Nº 07/2016

RETIFICAÇÃO DO RESULTADO DAS PROVAS ESCRITAS

Concurso Público Municipal nº 002/2016

RETIFICA O RESULTADO DAS PROVAS ESCRITAS DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 002/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público a RETIFICAÇÃO DO RESULTADO DAS PROVAS ESCRITAS DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 002/2016.

I – Tendo em vista que após revisão realizada no resultado ora divulgado, verificou-se que não foram computados os pontos relativos às questões anuladas. Sendo assim, RETIFICA-SE o Resultado das Provas Escritas, conforme Anexo I deste edital.

II – Fica estabelecido o prazo de 28 a 30 de dezembro de 2016, para interposição de Recurso contra o Resultado das Provas Escritas. Os pedidos de revisão deverão ser dirigidos à Comissão Examinadora, mediante requerimento encaminhado e protocolado, que deverá ser realizado no Serviço de Protocolo da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC., utilizando o formulário do Anexo III do Edital de Abertura.

III – Mais informações poderão ser obtidas nos sites www.premierconcursos.com.br e www.campoalegre.sc.gov.br ou pelo telefone de Plantão no Serviço de Pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, Fone Celular número 047 99942-5956, no horário comercial das 08h00min as 12h00min e das 13h00min as 17h00min em caráter meramente informativo.

Campo Alegre/SC., 27 de dezembro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI,

Prefeito Municipal

ANEXO I

EDITAL Nº 07/2016

RETIFICAÇÃO DO RESULTADO DAS PROVAS ESCRITAS

Concurso Público Municipal nº 002/2016

Cargo:	PROFESSOR I (Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais)				
Insc.	Nome do Candidato	C.G.	C.E.	Prova Escrita	Resultado
837	ADRIANA PREISLER	30	29,38	59,38	Aprovado
521	ADRIANA TASCHECK SCHREINER	36	40,36	76,36	Aprovado
943	ALESSANDRA APARECIDA LUIZ	36	32,94	68,94	Aprovado
858	ALESSANDRA SUOMINSKI	30	44,02	74,02	Aprovado
530	ALEXANDRA DE FATIMA SOARES RIBEIRO	18	25,62	43,62	Reprovado
622	ALINE SIQUEIRA	27	36,6	63,60	Aprovado
581	ANA CARLA MUEHLMANN	30	33,04	63,04	Aprovado
410	ANA CAROLINA BLODORN	24	32,94	56,94	Aprovado
877	ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA CARVALHO	21	21,96	42,96	Reprovado
393	ANA CLAUDIA GROSSKOPF	21	29,38	50,38	Aprovado
330	ANA PAULA DRANKA TASCHECK	24	36,6	60,60	Aprovado
319	ANA SUFFEZ	21	18,3	39,30	Reprovado
153	ANDREA RIBEIRO BARBOZA	27	51,34	78,34	Aprovado
414	ANDREIA IDA SCHWEDLER	33	36,6	69,60	Aprovado
873	ANDRÉIA KIATKOSKI	27	32,94	59,94	Aprovado
154	ANDRESSA AUGUSTIN	36	47,68	83,68	Aprovado
26	ANDRESSA COELHO DE AVILA	33	44,02	77,02	Aprovado
564	ANELIZE TURECK	27	40,36	67,36	Aprovado
706	ANGELA MARIA DE SOUZA	15	36,7	51,70	Aprovado
396	ANGELA TEREZINHA PACHECO HITEL	27	25,62	52,62	Aprovado
373	ANIVERSINA LOPES AMORIM	27	36,7	63,70	Aprovado
570	BRUNA MARTHA BRUECKHEIMER SEEFELD	33	40,36	73,36	Aprovado
888	CAMILA APARECIDA FERREIRA FARIA	27	36,6	63,60	Aprovado
225	CAMILA MIRANDA DA COSTA	36	32,94	68,94	Aprovado
611	CARLA ALEXANDRE BAGNHUK DA SILVEIRA	30	32,94	62,94	Aprovado
427	CARLA ANDREA VEIGA	27	32,94	59,94	Aprovado
479	CARLA EMANUELE SCHROEDER	30	40,36	70,36	Aprovado
617	CARMEM TEREZINHA KNORST ALVES PEREIRA	36	36,7	72,70	Aprovado
260	CAROLINA DA COSTA TELMA	33	44,02	77,02	Aprovado
284	CELIA CRISTINA QUEIROZ	27	33,04	60,04	Aprovado

582	CELINE FABIANE HINKE	33	51,34	84,34	Aprovado
710	CELMA PRYCILA DO PRADO	24	44,02	68,02	Aprovado
88	CHARLINE DE ANDRADE	30	33,04	63,04	Aprovado
309	CHIRLEI ROBERTA DA CRUZ SILVA	27	47,68	74,68	Aprovado
832	CILMARA APARECIDA TSCHOEKE HUMMELGEN	27	29,28	56,28	Aprovado
640	CIRINEIA SOBCZAK CIRIACO	24	40,26	64,26	Aprovado
541	CLARETE DA LUZ DOS SANTOS CUBAS	18	36,7	54,70	Aprovado
366	CLATIANE OSINSKI	30	29,28	59,28	Aprovado
380	CLAUDICEIA FRANCO DE OLIVEIRA TERRES	27	40,36	67,36	Aprovado
90	CLEIA REIS	27	43,92	70,92	Aprovado
233	CLEIDI CORDEIRO FRIEDRICH	33	40,36	73,36	Aprovado
101	CLEIDIANE MUNHOZ FUCKNER	15	40,36	55,36	Aprovado
652	CLEONICE ANDRADE DE OLIVEIRA	33	33,04	66,04	Aprovado
511	CRISTIANE BAYERL QUOST MARIANO	24	36,6	60,60	Aprovado
502	CRISTIANE DE OLIVEIRA BAYERL	24	32,94	56,94	Aprovado
739	CRISTIANE FONSECA DOS SANTOS LOURENÇO	39	40,36	79,36	Aprovado
810	CRISTIANE TERESINHA DO PRADO	27	36,7	63,70	Aprovado
351	CRISTIANE THOMAS DA SILVA VEIGA	24	47,68	71,68	Aprovado
846	CRISTINA DOS SANTOS DUMS	21	14,64	35,64	Reprovado
199	CRISTINA WOTROBA	18	29,28	47,28	Reprovado
92	DAIANE NIESUKOWSKI	30	36,7	66,70	Aprovado
909	DANIELE PEREIRA DOS SANTOS	18	32,94	50,94	Aprovado
485	DANIELLI GODESCKI GREIN	30	33,04	63,04	Aprovado
775	DARA MUNHOZ	18	32,94	50,94	Aprovado
218	DEONICE TEREZINHA ODIA TELMA	39	36,7	75,70	Aprovado
232	DINACIR GERTLER DREVEK	30	29,28	59,28	Aprovado
610	EDELTRAUD ONIVIA CUBAS FUCKNER	33	40,36	73,36	Aprovado
692	EDICLER ORENICE CUBAS MUNHOZ	18	40,36	58,36	Aprovado
193	EDILENE DE FÁTIMA NENNEMAN	33	29,28	62,28	Aprovado
896	EDIVANE PATRÍCIA MELIM DA SILVA	33	44,02	77,02	Aprovado
676	ELAINE APARECIDA SCHMATZ DE FRANÇA	36	36,6	72,60	Aprovado
663	ELAINE MEYER BAUM	36	29,28	65,28	Aprovado
849	ELIANE HONORIO DA SILVA	27	40,26	67,26	Aprovado
447	ELISANGELA PATRÍCIA BRAND	33	40,36	73,36	Aprovado
245	ELISETE APARECIDA VAZ	27	36,7	63,70	Aprovado
925	ELIZANDRA SOUZA MARTINS	30	44,02	74,02	Aprovado
819	ELSA MARIA VEIGA DE ALMEIDA	27	29,28	56,28	Aprovado
48	EMEANI GOEBEL	27	29,28	56,28	Aprovado
54	EMELYN SORAYA EHLKE	30	32,94	62,94	Aprovado
580	ENI DE FATIMA MACHOVSKI	36	36,6	72,60	Aprovado
102	EVA APARECIDA DA VEIGA ZENFE	21	36,7	57,70	Aprovado
220	EVA SANDRA UHLIG	36	40,36	76,36	Aprovado
791	EVELIN CRISTIAN WEIGLE DA SILVA RIBEIRO	33	44,02	77,02	Aprovado
418	EVILIANE OSNILDA CUBAS MUNHOZ	15	36,7	51,70	Aprovado
25	EVILIN FERRAZ DOS SANTOS	33	40,36	73,36	Aprovado
736	FABIANA ALVES DE ANDRADE BARROZO	36	47,68	83,68	Aprovado
65	FABIANA OLIVEIRA CAMARGO SCHADECK	33	36,7	69,70	Aprovado
49	FABIANE VICENTE BELLI GREFFIN	33	36,7	69,70	Aprovado
461	FERNANDA APARECIDA MATHIAS	36	44,02	80,02	Aprovado
443	FERNANDA CUBAS HÜBNER	30	40,36	70,36	Aprovado
912	FERNANDA RODRIGUES XAVIER	21	36,7	57,70	Aprovado
222	FLÁVIA RAQUEL STAHELIN	36	21,96	57,96	Aprovado
497	FRANCIANE APARECIDA DE CAMPOS BECKER	27	40,26	67,26	Aprovado
673	FRANCIELE PALOMA MAIBERG	36	29,28	65,28	Aprovado
362	GABRIELE QUOST TABERT	33	29,38	62,38	Aprovado
192	GERSON ENGLER	15	32,94	47,94	Reprovado
901	GILIANE REGINA DE OLIVEIRA	30	36,6	66,60	Aprovado
742	GISELE DE FATIMA BATSITA	30	32,94	62,94	Aprovado
524	GISLENE MARIA UHLIG FUCKNER	30	40,26	70,26	Aprovado
868	GLAUCI PADILHA	33	40,36	73,36	Aprovado
799	HELIA DE FATIMA ELIAS PORTELA WALTER	21	36,6	57,60	Aprovado
138	HELOISA TRAIN MALINOVSKI	36	40,36	76,36	Aprovado
477	INEZ SILVANE NEPLL LISZKOVSKI	18	36,7	54,70	Aprovado
813	IONE MARIA TASCHECK LIEBL	24	29,38	53,38	Aprovado

536	ISOLETE TCHOKE ZOELLNER	21	36,7	57,70	Aprovado
435	IZABEL CRISTINA MONTEIRO	27	33,04	60,04	Aprovado
38	JACINTA ZEZOTKO WOYAKEIVICZ	30	36,6	66,60	Aprovado
738	JAMILE ALINE ALVES POCHAI	36	36,7	72,70	Aprovado
275	JANE EDICLEIA BAIL PSCHIEDT	24	36,7	60,70	Aprovado
416	JANE KRAUZER LINZMEYER	21	40,26	61,26	Aprovado
415	JANETE POLINASKI FERREIRA	18	32,94	50,94	Aprovado
219	JANIVIA GLACI SCHOLZE WOHL	36	44,02	80,02	Aprovado
722	JAQUELINE DRANKA	36	36,7	72,70	Aprovado
148	JAQUELINE KRUGER DA ROSA	33	43,92	76,92	Aprovado
757	JENNIFER EMMERICH DE LIMA	21	40,36	61,36	Aprovado
618	JÉSSICA MAIARA DANNA	21	36,7	57,70	Aprovado
662	JÉSSICA MOREIRA MARTINS	39	47,68	86,68	Aprovado
390	JESSICA RIBEIRO	18	29,28	47,28	Reprovado
734	JOCELEIA DALCANAL KIEM	24	40,36	64,36	Aprovado
402	JOICE HLAWATSCH	27	36,7	63,70	Aprovado
851	JOICE MARIA SCHULZE	24	32,94	56,94	Aprovado
620	JOSÉLIA DE F. DE OLIVEIRA	18	14,64	32,64	Reprovado
261	JOSI NEPPEL WOTROBA	36	40,36	76,36	Aprovado
406	JOSIANE DE FÁTIMA LEANDRO SANTOS RANK	39	36,7	75,70	Aprovado
690	JOSIANE PEREIRA GULIK	33	44,02	77,02	Aprovado
784	JOSILIANE OSSOVSKY DOS SANTOS	21	18,3	39,30	Reprovado
112	JUÇARA MARIA PESCHEL	39	36,7	75,70	Aprovado
860	JULIA GRASIELA BORGES	30	43,92	73,92	Aprovado
10	JULIANE FERNANDES	36	36,7	72,70	Aprovado
802	JULIANE TANDLER	30	36,7	66,70	Aprovado
156	JULIANE WATTER DA SILVA	24	44,02	68,02	Aprovado
251	JUSSARA ANTUNES TIBES	30	36,7	66,70	Aprovado
392	JUSSARA PAIVA PAULA	30	44,02	74,02	Aprovado
359	KARIN ELAINE WAGNER DE LIMA	30	44,02	74,02	Aprovado
644	KARIN HINKELDEY	30	47,68	77,68	Aprovado
332	KARINA DA COSTA HANSEN	27	36,7	63,70	Aprovado
181	KATIA VIESNIEWSKY	24	29,28	53,28	Aprovado
619	KEITY DE AVIZ	30	29,28	59,28	Aprovado
446	KELY CRISTIANE FRIEDRICH DREFAHL	24	36,7	60,70	Aprovado
755	KETLIN LUDWINSKY	39	36,7	75,70	Aprovado
915	LAIANE BUENO BOAVENTURA	27	44,02	71,02	Aprovado
769	LAISLA CADENA BATISTA	30	32,94	62,94	Aprovado
205	LECIANE KARINE DE ANDRADE TORRES	30	36,7	66,70	Aprovado
95	LÉIA DE SILVA FELICIANO	30	21,96	51,96	Aprovado
687	LENI RODRIGUES	24	36,7	60,70	Aprovado
707	LILIAN KENOBLAU ARNOLD	36	40,36	76,36	Aprovado
282	LINDAMIR DELLA JUSTINA DOS SANTOS	24	47,68	71,68	Aprovado
329	LISETE MATIOSKI LABAS	36	33,04	69,04	Aprovado
363	LISIANE DE FATIMA ALVES MACHADO PICKIUS	30	40,36	70,36	Aprovado
212	LUANA PEDROCHESKI	33	32,94	65,94	Aprovado
831	LUANA VIESNIEWSKY ROSÁ	36	44,02	80,02	Aprovado
682	LUCENI DE ALMEIDA SANTOS	12	32,94	44,94	Reprovado
43	LUCIA DRYGLA MENDES	30	36,7	66,70	Aprovado
839	LUCIANE DAMAZIO FRANCO	33	33,04	66,04	Aprovado
559	LUCIANE KUIAVA	27	25,62	52,62	Aprovado
680	LUCIELI BATISTA	27	44,02	71,02	Aprovado
486	LUCILDA TEIXEIRA	36	36,7	72,70	Aprovado
911	LUCIMAR MINICOVSKI	27	43,92	70,92	Aprovado
52	LUISE BORSATO	27	36,6	63,60	Aprovado
638	MARCELA JASTROMBEK DUARTE	30	44,02	74,02	Aprovado
630	MARCIA DOLORES RUNSCCHKA	33	21,96	54,96	Aprovado
772	MARCIA MACHOVSKI GRUBER	33	47,68	80,68	Aprovado
460	MARCIA SEMPTICOWSKI	30	47,68	77,68	Aprovado
865	MARCIANE CABRAL	27	40,36	67,36	Aprovado
816	MARGARETE PEREIRA NOGUEIRA	24	47,68	71,68	Aprovado
669	MARIA APARECIDA HUMMELGEN	27	40,36	67,36	Aprovado
315	MARIA CRISTINA BRANCO DA SILVA	21	32,94	53,94	Aprovado
747	MARIA DE FATIMA DA CRUZ	21	44,02	65,02	Aprovado

779	MARIA DE LOURDES DA SILVEIRA	39	47,68	86,68	Aprovado
240	MARIA ELIANE DE SOUZA LUIZ	33	40,26	73,26	Aprovado
817	MARIA IVONE WISCHRAL MADRUGA	15	21,96	36,96	Reprovado
741	MARIA MARGARETE GIESE ROSÁ	27	29,28	56,28	Aprovado
473	MARIA NOGUEIRA DE LIMA SILVA	27	32,94	59,94	Aprovado
298	MARIA SALLETE DE PAULA	24	33,04	57,04	Aprovado
689	MARIA SOFIA CUBAS MACHADO	33	40,36	73,36	Aprovado
301	MARIANA VEIGA	18	33,04	51,04	Aprovado
194	MARIDALVA FURTADO	18	36,7	54,70	Aprovado
322	MARILENE ANTONOVICZ	27	36,7	63,70	Aprovado
752	MARILENE PEREIRA NOGUEIRA	36	32,94	68,94	Aprovado
137	MARINES FERREIRA DE MELLO DO AMARAL	18	33,04	51,04	Aprovado
20	MARINEUSA FORTES	21	44,02	65,02	Aprovado
727	MARISA ELIANE DE LIMA BRANCO	24	44,02	68,02	Aprovado
728	MARLENE DA ROSA TEIXEIRA KNOPIK	24	32,94	56,94	Aprovado
533	MARLI JANE RIBEIRO	27	25,72	52,72	Aprovado
493	MARLI TERESINHA SCHUMACHER DA SILVA SOARES	24	29,28	53,28	Aprovado
469	MICHELE ARIANE RAMOS SOARES NARDO	36	44,02	80,02	Aprovado
906	MICHELI ZANETTI NEPPEL	27	36,6	63,60	Aprovado
613	NARDEN HABIB	33	40,36	73,36	Aprovado
307	NATALIA WOJCIECHOSKY	33	32,94	65,94	Aprovado
708	NELCI CLARICE SIRENA	33	40,36	73,36	Aprovado
405	NEUSA TEREZINHA CHUPEL	15	40,36	55,36	Aprovado
247	NÍLVIA LINDAURA DOS SANTOS CORRÊA	33	36,6	69,60	Aprovado
169	NOELI DE FÁTIMA FERNANDES STUEPP	27	29,28	56,28	Aprovado
288	ODILA ANTUNES	24	44,02	68,02	Aprovado
633	PATRICIA BARBOZA DA SILVA	27	36,7	63,70	Aprovado
340	PATRÍCIA DE CAMPOS	30	32,94	62,94	Aprovado
871	PATRICIA DE OLIVEIRA	24	32,94	56,94	Aprovado
599	PATRICIA MACIEL CHICOUSKI DA CRUZ	27	36,7	63,70	Aprovado
70	PATRICIA SCHOFFEL	27	40,26	67,26	Aprovado
913	PÁVOLA MARCELA MARTINS RODRIGUES	30	32,94	62,94	Aprovado
591	PRISCILA ELAINE SAROVISKI PEREIRA	24	36,7	60,70	Aprovado
950	PRISCILLA PEYERL MOMOLI VARELA	33	33,04	66,04	Aprovado
244	RAQUEL DAVID DOS SANTOS	30	36,7	66,70	Aprovado
279	RAQUEL MUEHLBAUER BLODORN	30	32,94	62,94	Aprovado
683	REGIANE MARIA FAGUNDES TISCHNER	33	47,68	80,68	Aprovado
484	REGIANE ZILMA FUCKNER	33	36,6	69,60	Aprovado
45	REGINA GROSSKOPF	36	44,02	80,02	Aprovado
798	REGINA SOUZA DA COSTA GONÇALVES	21	32,94	53,94	Aprovado
9	RENATA SCHAADT	27	36,7	63,70	Aprovado
833	ROBERTA SOFIA CORDEIRO DA CRUZ	33	36,6	69,60	Aprovado
850	ROSEMERI VIEIRA DE SOUZA	30	44,02	74,02	Aprovado
509	ROSILANE HIRT	33	36,7	69,70	Aprovado
924	ROSILENE MARIA BATISTA FRANCO	27	40,26	67,26	Aprovado
526	RUBIA PABST NEHLS	30	40,36	70,36	Aprovado
333	SABRINA MARIE ROSA	27	44,02	71,02	Aprovado
894	SAMUEL PENTEADO URBAN	36	44,02	80,02	Aprovado
576	SANDRA MARA LANG	30	36,6	66,60	Aprovado
671	SANDRA PATRICIA MAIBERG DO PRADO	30	33,04	63,04	Aprovado
135	SANDRA REGINA KOTOVICZ PRUCHNESKI	39	40,36	79,36	Aprovado
546	SANDRA SCHWARZ	36	44,02	80,02	Aprovado
746	SHEILA CRISTINA MITS	27	36,7	63,70	Aprovado
84	SHEYLA SUCHOMEL ALVES	15	36,6	51,60	Aprovado
701	SILMARA BEAGALKE	24	29,38	53,38	Aprovado
910	SILNEIA LINHARES DE MORAES AGOSTINHAK	18	36,7	54,70	Aprovado
184	SILVANA ROHRBACHER	24	44,02	68,02	Aprovado
927	SILVANE ODI PRUSSAK	24	36,7	60,70	Aprovado
556	SILVANE RAMOS	24	33,04	57,04	Aprovado
459	SILVETE ROSENILDA DERINIEVICZ WOYECIESKOVSKI	27	32,94	59,94	Aprovado
936	SIMONE MICKUS	30	33,04	63,04	Aprovado
715	SIMONE SENN KUROVSKI	36	44,02	80,02	Aprovado
118	SIRLEI LIBMANN DE JESUS	24	36,6	60,60	Aprovado
808	SOLANGE ERDMANN GROSSL	24	29,38	53,38	Aprovado

488	SOLANGE RIBEIRO	27	33,04	60,04	Aprovado
476	SOLANGE TERESINHA STREIT	33	36,7	69,70	Aprovado
409	SONIA BERNADO CORDEIRO	30	36,7	66,70	Aprovado
196	SUELEN APARECIDA HUMMELGEN RIBEIRO	30	40,36	70,36	Aprovado
842	SUÉLI VANESSA DE OLIVEIRA RIBEIRO	27	40,36	67,36	Aprovado
781	SUELYAN CRISTINA AUGUSTIM	36	40,36	76,36	Aprovado
947	SUSI KELEN ALVES MARIANO	30	33,04	63,04	Aprovado
550	SUZIELLY DOS SANTOS MARTINS	33	47,68	80,68	Aprovado
422	TAIS BUBA KOTOVICZ	33	47,68	80,68	Aprovado
765	TATIANA PYKOSZ GNOINSKY	27	25,62	52,62	Aprovado
239	TATIANA REGINA BERTOLDI	21	40,36	61,36	Aprovado
491	TATIANE RESSEL	33	33,04	66,04	Aprovado
696	TEREZINHA APARECIDA FRANCO AUGUSTIN	24	32,94	56,94	Aprovado
763	TEREZINHA APARECIDA PEREIRA NOGUEIRA	33	21,96	54,96	Aprovado
425	VALÉRIA RODRIGUES DE CARVALHO TOMELIN	30	29,28	59,28	Aprovado
216	VANDERLÉIA BUENO DO PRADO LUZ	30	36,7	66,70	Aprovado
132	VANDERLEIA BUTHEVITZ	24	40,36	64,36	Aprovado
252	VANDERLÉIA PRUSSAK BIALOBOK	30	40,36	70,36	Aprovado
94	VANESSA BLASZKOVSKY	27	40,36	67,36	Aprovado
67	VANESSA LIMA AGAPITO	27	29,38	56,38	Aprovado
269	VANESSA MARIA MORAES	39	51,34	90,34	Aprovado
785	VANESSA MAURA BERTOLI RANK	24	40,36	64,36	Aprovado
776	VANESSA STAL BATISTA	33	36,7	69,70	Aprovado
32	VIRGINIA AMANDA NASCIMENTO	36	40,36	76,36	Aprovado
848	VITORIA TELMA	21	40,36	61,36	Aprovado
684	VIVIAN KASZUBOWSKY	18	29,28	47,28	Reprovado
344	VIVIANE DE SOUZA	21	36,6	57,60	Aprovado
709	WALDIRENE WOICHEKOSKI KRUCZKIEWICZ	33	36,6	69,60	Aprovado
267	WANESSA SCHROTH	27	40,36	67,36	Aprovado
Cargo:	PROFESSOR X (Professor de Ensino Religioso)				
Insc.	Nome do Candidato	C.G.	C.E.	Prova Escrita	Resultado
243	CLEITON JESIEL DA MAIA	36	32,94	68,94	Aprovado

EDITAL Nº 07/2016 RETIFICAÇÃO DO RESULTADO DAS PROVAS ESCRITAS PROCESSO SELETIVO MUNICIPAL Nº 003/2016

EDITAL Nº 07/2016

RETIFICAÇÃO DO RESULTADO DAS PROVAS ESCRITAS

Processo Seletivo Municipal nº 003/2016

RETIFICA O RESULTADO DAS PROVAS ESCRITAS DO PROCESSO SELETIVO MUNICIPAL Nº 003/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público a RETIFICAÇÃO DO RESULTADO DAS PROVAS ESCRITAS DO PROCESSO SELETIVO MUNICIPAL Nº 003/2016.

I – Tendo em vista que após revisão realizada no resultado ora divulgado, verificou-se que não foram computados os pontos relativos às questões anuladas. Sendo assim, RETIFICA-SE o Resultado das Provas Escritas, conforme Anexo I deste edital.

II – Fica estabelecido o prazo de 28 a 30 de dezembro de 2016, para interposição de Recurso contra o Resultado das Provas Escritas. Os pedidos de revisão deverão ser dirigidos à Comissão Examinadora, mediante requerimento encaminhado e protocolado, que deverá ser realizado no Serviço de Protocolo da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC., utilizando o formulário do Anexo III do Edital de Abertura.

III – Mais informações poderão ser obtidas nos sites www.premierconcursos.com.br e www.campoalegre.sc.gov.br ou pelo telefone de Plantão no Serviço de Pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, Fone Celular 047 99942-5956, no horário comercial das 08h00min as 12h00min e das 13h00min as 17h00min em caráter meramente informativo.

Campo Alegre/SC, 27 de dezembro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI,
Prefeito Municipal

ANEXO I

EDITAL Nº 07/2016

RETIFICAÇÃO DO RESULTADO DAS PROVAS ESCRITAS



Processo Seletivo Municipal nº 003/2016

FUNÇÃO: Professor I (Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais)					
Insc.	Nome do Candidato	C.Ger	C.Esp	Prova Escrita	Resultado
838	ADRIANA PREISLER	27	21,96	48,96	Reprovado
117	ÁGATA FERNANDA DA SILVA	21	29,38	50,38	Aprovado
324	ALESSANDRA ALVES DA SILVA NAGEL	21	25,62	46,62	Reprovado
933	ALESSANDRA CARVALHO DE ALMEIDA COELHO	27	33,04	60,04	Aprovado
881	ALEXSANDRA APARECIDA NEGOCZEKI	18	18,3	36,30	Reprovado
547	ANDREIA BERTELLI MAIA	18	29,28	47,28	Reprovado
875	ANDRÉIA KIATKOSKI	27	18,3	45,30	Reprovado
155	ANDRESSA AUGUSTIN	21	36,7	57,70	Aprovado
714	ANGELA MARIA DE SOUZA	21	29,28	50,28	Aprovado
375	ANIVERSINA LOPES AMORIM	15	10,98	25,98	Reprovado
213	BRUNA CARDOSO DOS SANTOS	24	18,3	42,30	Reprovado
571	BRUNA MARTHA BRUECKHEIMER SEEFELD	27	36,7	63,70	Aprovado
887	CAMILA APARECIDA FERREIRA FARIA	15	18,3	33,30	Reprovado
601	CARLA EMANUELE SCHROEDER	18	25,62	43,62	Reprovado
629	CATIA JOSIANE GROSSL PESCHEL	15	25,62	40,62	Reprovado
761	CÉLIA REGINA SIMIONI VARELA	21	21,96	42,96	Reprovado
584	CELINE FABIANE HINKE	18	29,38	47,38	Reprovado
96	CHARLINE DE ANDRADE	18	25,62	43,62	Reprovado
310	CHIRLEI ROBERTA DA CRUZ SILVA	15	21,96	36,96	Reprovado
542	CLARETE DA LUZ DOS SANTOS CUBAS	12	25,72	37,72	Reprovado
370	CLATIANE OSINSKI	27	25,62	52,62	Aprovado
607	CLAUDICEIA FRANCO DE OLIVEIRA TERRES	33	29,28	62,28	Aprovado
103	CLEIDIANE MUNHOZ FUCKNER	24	25,62	49,62	Reprovado
501	CRISTIANE DE OLIVEIRA BAYERL	18	25,62	43,62	Reprovado
807	CRISTIANE TERESINHA DO PRADO	12	25,62	37,62	Reprovado
350	CRISTIANE THOMAS DA SILVA VEIGA	27	36,7	63,70	Aprovado
844	CRISTINA DOS SANTOS DUMS	12	21,96	33,96	Reprovado
539	DAIANE NIESUKOWSKI	21	29,38	50,38	Aprovado
82	DANIELE FERREIRA DA SILVA	9	25,62	34,62	Reprovado
774	DARA MUNHOZ	18	25,62	43,62	Reprovado
399	DENISE APARECIDA LEITE	21	25,62	46,62	Reprovado
231	DINACIR GERTLER DREVEK	21	33,04	54,04	Aprovado
558	DJENIFER CAMILA GREIPEL	18	21,96	39,96	Reprovado
693	EDICLER ORENICE CUBAS MUNHOZ	18	22,06	40,06	Reprovado
195	EDILENE DE FÁTIMA NENNEMAN	18	21,96	39,96	Reprovado
527	EDIVANE PATRICIA MELIM DA SILVA	18	33,04	51,04	Aprovado
835	ELAINE APARECIDA SCHMATZ DE FRANÇA	21	25,62	46,62	Reprovado
666	ELAINE MEYER BAUM	30	21,96	51,96	Aprovado
788	ELIANE PEREIRA	15	21,96	36,96	Reprovado
885	ELISANGELA PATRÍCIA BRAND	30	25,72	55,72	Aprovado
518	ELIZANGELA NENEVE DEMARCHI	21	25,62	46,62	Reprovado
50	EMEANI GOEBEL	21	29,28	50,28	Aprovado
578	ENI DE FATIMA MACHOVSKI	18	21,96	39,96	Reprovado
105	EVA APARECIDA DA VEIGA ZENFE	18	25,62	43,62	Reprovado
792	EVELIN CRISTIAN WEIGLE DA SILVA RIBEIRO	36	40,36	76,36	Aprovado
421	EVILIANE OSNILDA CUBAS MUNHOZ	21	10,98	31,98	Reprovado
124	EVILIN FERRAZ DOS SANTOS	12	36,6	48,60	Reprovado
735	FABIANA ALVES DE ANDRADE BARROZO	30	40,26	70,26	Aprovado
99	FABIANA OLIVEIRA CAMARGO SCHADECK	30	21,96	51,96	Aprovado
51	FABIANE VICENTE BELLÍ GREFFIN	18	29,28	47,28	Reprovado
444	FERNANDA CUBAS HÜBNER	18	32,94	50,94	Aprovado
223	FLÁVIA RAQUEL STAHELIN	30	25,62	55,62	Aprovado
674	FRANCIELE PALOMA MAIBERG	15	29,28	44,28	Reprovado
726	GEISI CRISTIANE EICHENDORF LOURENCO	15	25,62	40,62	Reprovado
960	GISELI BECKER WOHL	15	18,3	33,30	Reprovado
525	GISLENE MARIA UHLIG FUCKNER	30	40,26	70,26	Aprovado
97	GRAZIELE FERREIRA DA SILVA EMER	24	29,28	53,28	Aprovado
478	INEZ SILVANE NEPLL LISZKOVSKI	12	25,62	37,62	Reprovado
551	ISOLETE TCHÖKE ZOELLNER	15	25,62	40,62	Reprovado

529	IVETE TELMA	21	21,96	42,96	Reprovado
39	JACINTA ZEZOTKO WOYAKEIVICZ	12	21,96	33,96	Reprovado
504	JANIVIA GLACI SCHOLZE WOHL.	36	36,7	72,70	Aprovado
289	JAQUELINE DA COSTA	21	21,96	42,96	Reprovado
621	JÉSSICA MAIARA DANNA	21	32,94	53,94	Aprovado
495	JOCIMARA DETZ	21	29,38	50,38	Aprovado
37	JOICE FERREIRA DA CRUZ	12	25,62	37,62	Reprovado
408	JOSIANE DE FÁTIMA LEANDRO SANTOS RANK	15	32,94	47,94	Reprovado
590	JOSILIANE OSSOVSKY DOS SANTOS	15	18,3	33,30	Reprovado
235	JUCELIA RIBAS DAS NEVES LOPES	12	21,96	33,96	Reprovado
11	JULIANE FERNANDES	18	40,26	58,26	Aprovado
158	JULIANE WATTER DA SILVA	21	40,36	61,36	Aprovado
758	JULLIANA DRANKA SILVEIRA	30	40,26	70,26	Aprovado
257	JUSSARA ANTUNES TIBES	15	21,96	36,96	Reprovado
432	JUSSARA PAIVA PAULA	18	21,96	39,96	Reprovado
360	KARIN ELAINE WAGNER DE LIMA	27	25,62	52,62	Aprovado
926	KARINA CRISTINA DOS SANTOS	33	36,6	69,60	Aprovado
281	KATIA REGINA FARIAS	15	32,94	47,94	Reprovado
183	KATIA VIESNIEWSKY	30	32,94	62,94	Aprovado
587	LAIANE BUENO BOAVENTURA	15	29,28	44,28	Reprovado
941	LAVINIA PEREIRA	18	25,62	43,62	Reprovado
433	LÉIA DA SILVA FELICIANO	18	25,62	43,62	Reprovado
66	LETICIA BRUNELLO REIZER	24	32,94	56,94	Aprovado
356	LILIA HANSEN	15	33,04	48,04	Reprovado
718	LILIAN KENOBLAU ARNOLD	24	29,38	53,38	Aprovado
378	LIRIANE FRIEDRICH STAHELIN	21	21,96	42,96	Reprovado
770	LUANA VIESNIEWSKY ROSÁ	27	29,28	56,28	Aprovado
197	LUCI LEIDI ODIA	18	21,96	39,96	Reprovado
47	LUCIA DRYGLA MENDES	27	25,62	52,62	Aprovado
809	LUCIELI BATISTA	18	43,92	61,92	Aprovado
121	LUCIMAR ANDRÉA TOZO DA SILVA	21	29,28	50,28	Aprovado
931	LUCIMAR MINICOVSKI	24	25,62	49,62	Reprovado
854	LUCIMARA SOUZA PEREIRA	15	29,28	44,28	Reprovado
631	MARCIA DOLORES RUNSCCHKA	24	25,62	49,62	Reprovado
771	MARCIA MACHOVSKI GRUBER	24	25,62	49,62	Reprovado
820	MARIA IVONE WISCHRAL MADRUGA	12	7,32	19,32	Reprovado
914	MARIA MARGARETE GIESE ROSÁ	15	18,3	33,30	Reprovado
475	MARIA NOGUEIRA DE LIMA SILVA	27	32,94	59,94	Aprovado
642	MARISA HATTENHAUER PERELLES	15	25,62	40,62	Reprovado
534	MARLI JANE RIBEIRO	18	14,64	32,64	Reprovado
600	MARLI TERESINHA SCHUMACHER DA SILVA SOARES	27	14,64	41,64	Reprovado
471	MICHELE ARIANE RAMOS SOARES NARDO	33	44,02	77,02	Aprovado
44	MICHELE FERNANDES	15	14,64	29,64	Reprovado
828	MICHELE HACKBARTH CARLINI	18	29,28	47,28	Reprovado
872	MICHELE MAROS	24	7,32	31,32	Reprovado
616	NARDEN HABIB	27	33,04	60,04	Aprovado
8	NATASHA BEATRIZ MATOS	33	14,64	47,64	Reprovado
508	NELCI T IDALENCIO DETROZ	27	44,02	71,02	Aprovado
918	PÁVOLA MARCELA MARTINS RODRIGUES	18	25,62	43,62	Reprovado
592	PRISCILA ELAINE SAROVISKI PEREIRA	21	36,6	57,60	Aprovado
466	RAQUEL AP MARTINS	27	29,28	56,28	Aprovado
272	RAQUEL MUEHLBAUER BLODORN	18	44,02	62,02	Aprovado
483	REGIANE ZILMA FUCKNER	24	18,4	42,40	Reprovado
834	ROBERTA SOFIA CORDEIRO DA CRUZ	18	25,72	43,72	Reprovado
187	ROGISELE PEREIRA SULIM	27	29,28	56,28	Aprovado
515	ROSILANE HIRT	21	36,6	57,60	Aprovado
352	RUBIA PABST NEHLS	18	40,36	58,36	Aprovado
335	SABRINA MARIE ROSA	24	21,96	45,96	Reprovado
870	SANDRA GISLAINE PEREIRA BONETTI	18	33,04	51,04	Aprovado
675	SANDRA PATRICIA MAIBERG DO PRADO	18	29,28	47,28	Reprovado
136	SANDRA REGINA KOTOVICZ PRUCHNESKI	27	43,92	70,92	Aprovado
116	SILVANA PEREIRA DO ROSARIO CAMARGO	21	10,98	31,98	Reprovado
824	SILVANE BERTI GALKOWSKI	15	25,62	40,62	Reprovado

552	SILVANE RAMOS	30	36,6	66,60	Aprovado
325	SIMONE APARECIDA ALVES DA SILVA	21	25,62	46,62	Reprovado
938	SIMONE MICKUS	24	18,3	42,30	Reprovado
719	SIMONE SENN KUROVSKI	24	29,38	53,38	Aprovado
767	SIOMARA TEREZINHA RINCON DE SOUZA	24	29,28	53,28	Aprovado
120	SIRLEI LIBMANN DE JESUS	24	22,06	46,06	Reprovado
198	SUELEN APARECIDA HUMMELGEN RIBEIRO	21	25,72	46,72	Reprovado
394	SUÉLI CASTILHO RODRIGUES	3	29,28	32,28	Reprovado
949	SUSI KELEN ALVES MARIANO	24	25,62	49,62	Reprovado
424	TAIS BUBA KOTOVICZ	30	29,38	59,38	Aprovado
292	TATIANE LATAUCZESKI	15	32,94	47,94	Reprovado
506	TATIANE MUEHLMANN TELMA	18	29,28	47,28	Reprovado
489	TATIANE RESSEL	18	33,04	51,04	Aprovado
697	TEREZINHA APARECIDA FRANCO AUGUSTIN	18	14,64	32,64	Reprovado
426	VALÉRIA RODRIGUES DE CARVALHO TOMELIN	18	25,62	43,62	Reprovado
217	VANDERLÉIA BUENO DO PRADO LUZ	21	33,04	54,04	Aprovado
569	VANDERLEIA BUTHEVITZ	21	29,28	50,28	Aprovado
256	VANDERLÉIA PRUSSAK BIALOBOK	21	36,7	57,70	Aprovado
787	VANESSA STAL BATISTA	27	29,28	56,28	Aprovado
33	VIRGINIA AMANDA NASCIMENTO	24	33,04	57,04	Aprovado
754	VIVIANE CRISTINA LIEBL FISCHER	27	25,62	52,62	Aprovado
713	WALDIRENE WOICHEKOSKI KRUCZKIEVICZ	15	25,62	40,62	Reprovado
FUNÇÃO: PROFESSOR II (Professor de Educação Física)					
Insc.	Nome do Candidato	C.Ger	C.Esp	Prova Escrita	Resultado
593	ADRIANA NECZYPOR	30	14,64	44,64	Reprovado
151	ADRIELE CRISTINA FRANKE	15	22,06	37,06	Reprovado
163	ANDERSON HENNING	15	25,72	40,72	Reprovado
462	ANDREIK MICHEL WOLLNER	6	10,98	16,98	Reprovado
439	ANDREZA DA ROCHA	15	25,62	40,62	Reprovado
797	ANNIE EVELYN DE LIMA	18	14,64	32,64	Reprovado
114	BRUNA ANNIES	21	18,4	39,40	Reprovado
300	BRUNA JUSTINE KOTOVICZ	21	32,94	53,94	Aprovado
637	CARLOS FRANCISCO ONOFRE	15	25,62	40,62	Reprovado
166	CHEILA TATIANE WOLLNER	15	18,4	33,40	Reprovado
843	CRISTIAN CONDE DA CRUZ	18	18,3	36,30	Reprovado
17	CRISTIANE FLORIANI GASSNER	15	25,62	40,62	Reprovado
56	DALMIR	18	29,28	47,28	Reprovado
543	DJENIFFER NICOLLY MIRANDA VICENTE	18	25,62	43,62	Reprovado
645	GRASIELE DA SILVA	24	14,64	38,64	Reprovado
72	JANINE APARECIDA STELZNER	15	29,38	44,38	Reprovado
794	JÉSSICA CRISTINA WITT	21	29,38	50,38	Aprovado
146	JOÃO LINDOMAR BATISTA	18	25,62	43,62	Reprovado
450	JOSE LUIS CARVALHO	9	18,3	27,30	Reprovado
825	JOSEMAR LIMA DOS SANTOS	27	25,72	52,72	Aprovado
285	JULIANA MARIA PIRES DO PRADO	15	18,3	33,30	Reprovado
702	JULIANO FERREIRA	15	25,62	40,62	Reprovado
75	KELLY SACT	18	21,96	39,96	Reprovado
246	LEANDRO SIEWERT	21	21,96	42,96	Reprovado
358	LISLAYNE TERESINHA DE OLIVEIRA	24	10,98	34,98	Reprovado
579	LUAN DERIK CARLOS DE CASTRO	15	21,96	36,96	Reprovado
900	LUCAS DE FARIAS	24	32,94	56,94	Aprovado
795	MARCIEL SIQUEIRA	21	21,96	42,96	Reprovado
386	MÁRCIO OLIVEIRA DE SOUZA	27	33,04	60,04	Aprovado
815	MARCO AURELIO LEITE BASTOS	21	25,62	46,62	Reprovado
688	NEIDE APARECIDA VIEIRA	18	29,28	47,28	Reprovado
942	PAULO FELLIPE CIPRIANI	27	29,28	56,28	Aprovado
411	RECIERI LUIZ MARTINS	27	21,96	48,96	Reprovado
312	RODRIGO SCHROEDER	24	18,3	42,30	Reprovado
391	ROGÉRIO JORGE SCARPIM	30	21,96	51,96	Aprovado
341	SABRINA RUCKER RIBEIRO	12	29,38	41,38	Reprovado
395	SANTINO JUNIOR MACHADO	18	14,64	32,64	Reprovado

128	VANESSA CRISTINA DE OLIVEIRA LUDWINSKY	21	29,28	50,28	Aprovado
168	WILLIAM COTHOVISKY	30	29,38	59,38	Aprovado
FUNÇÃO: PROFESSOR III (Professor de Artes)					
Insc.	Nome do Candidato	Port.	Leg./C.Esp.	Prova Escrita	Resultado
780	ANDRESSA ALVES MARTINS	18	22,06	40,06	Reprovado
382	BIANCA ROSA	18	21,96	39,96	Reprovado
53	DANDARA NEIDERT	30	40,36	70,36	Aprovado
700	EMELLI TALLITA ROHDE RIBEIRO	27	33,04	60,04	Aprovado
34	JACQUELINE FURMANN COMARELLA	12	29,38	41,38	Reprovado
863	JULIA GRASIELA BORGES	18	21,96	39,96	Reprovado
81	LUANA JACIARA DE LIMA	18	33,04	51,04	Aprovado
304	SUELEN APARECIDA LISBOA	27	25,72	52,72	Aprovado
605	VALDIANE APARECIDA FUCKNER	12	25,62	37,62	Reprovado
FUNÇÃO: PROFESSOR IV (Professor de Inglês)					
Insc.	Nome do Candidato	Port.	Leg./C.Esp.	Prova Escrita	Resultado
505	ANDRESSA CAMILA FIAMONCINI	24	29,38	53,38	Aprovado
144	DAIANA ROSA GOULARTE	33	25,72	58,72	Aprovado
19	GABRIELA ELENITA TURECK	36	36,7	72,70	Aprovado
293	GISELE KUBICHEN	21	14,64	35,64	Reprovado
822	JAINE GRABAS	24	29,28	53,28	Aprovado
648	KENNDRA RAFAELA RANDIG	21	29,28	50,28	Aprovado
250	MARCELE KIRSCHBAUER	33	25,62	58,62	Aprovado
764	MAYARA SCHUMACHER DA SILVA	18	21,96	39,96	Reprovado
14	RAFAELA BAIL	24	32,94	56,94	Aprovado
717	ROSANGELA HRUSCHKA	27	32,94	59,94	Aprovado
407	SONIA BERNADO CORDEIRO	18	40,36	58,36	Aprovado
377	SUELEN ELIZA VIER DREVECK	18	18,3	36,30	Reprovado
FUNÇÃO: PROFESSOR V (Professor de Língua Portuguesa)					
Insc.	Nome do Candidato	Port.	Leg./C.Esp.	Prova Escrita	Resultado
29	ANA PAULA MIRANDA	24	21,96	45,96	Reprovado
537	DIEGO EMANOEL DE OLIVEIRA	21	29,38	50,38	Aprovado
566	FERNANDA DE SOUZA	21	29,28	50,28	Aprovado
806	JÉSSICA LINZMEYER	18	25,72	43,72	Reprovado
948	JOSEFA MARIA DE ALMEIDA	24	18,3	42,30	Reprovado
186	LECIMARA DE ARAÚJO SANTOS	21	21,96	42,96	Reprovado
179	PATRICIA APARECIDA HACKE	18	25,62	43,62	Reprovado
703	SILVIA RAFAELE KERSCHER	9	21,96	30,96	Reprovado
185	TAINAN EDUARDO DE OLIVEIRA	15	33,04	48,04	Reprovado
361	TATIANE LABAS	18	25,72	43,72	Reprovado
670	TEREZINHA APARECIDA POTELICKI	18	18,3	36,30	Reprovado
FUNÇÃO: PROFESSOR VI (Professor de Matemática)					
Insc.	Nome do Candidato	Port.	Leg./C.Esp.	Prova Escrita	Resultado
886	AMANDA BUGGENHAGEN PSCHIEDT	33	25,62	58,62	Aprovado
417	ANDRESSA ARNEMANN CANEPPELE	27	32,94	59,94	Aprovado
429	BRUNA ZIGOVSKI BIAOBOCK	39	32,94	71,94	Aprovado
803	DENISE ESTELA ROHDE	30	25,72	55,72	Aprovado
535	GABRIELA TIBES BUENO	24	18,3	42,30	Reprovado
568	JESSICA ALAUANA DOS PASSOS	36	33,04	69,04	Aprovado
190	JOÃO ALVES FILHO	33	14,64	47,64	Reprovado
238	JOCIMEIA DE FREITAS BISPO MAZZETTO	9	18,3	27,30	Reprovado
400	KARINA ZIGOVSKI	24	21,96	45,96	Reprovado
211	LUCAS PSCHIEDT	33	29,28	62,28	Aprovado
603	LUSMARI LEVERMANN MOREIRA	30	25,62	55,62	Aprovado
437	MARIA INÊS PEREIRA DE MELO	33	18,3	51,30	Aprovado
898	MARLI CARNEIRO NASCIMENTO RADZINSKI	33	25,72	58,72	Aprovado
583	MIGUEL LUCAS GREIN	21	32,94	53,94	Aprovado

290	NIVALDO WILLIAM SOARE BUENO	21	14,64	35,64	Reprovado
145	REGINALDO DE JESUS OLIVEIRA DE LIMA	27	36,7	63,70	Aprovado
46	SILDONIR SOARES DE CAMARGO	24	25,62	49,62	Reprovado
531	TIAGO LOPES RODRIGUES	36	32,94	68,94	Aprovado
12	ZELIA APARECIDA VELOZO DO AMARAL	18	21,96	39,96	Reprovado
FUNÇÃO: PROFESSOR VII (Professor de Ciências)					
Insc.	Nome do Candidato	Port.	Leg./C.Esp.	Prova Escrita	Resultado
258	ELIANE DE CÁSSIA KUBIAKI MACHADO	24	18,3	42,30	Reprovado
647	ISABEL SUCZECK	15	14,64	29,64	Reprovado
790	JÉSSICA JACQUELINE BRÜSKE SEIFFERT	24	18,4	42,40	Reprovado
589	LUCIANE GUNTHER	18	14,64	32,64	Reprovado
786	LUCIANE VIELGOCZ	15	14,64	29,64	Reprovado
308	LUCIANE WOJCIECHOSKY	24	18,3	42,30	Reprovado
691	MARIA SOFIA CUBAS MACHADO	30	18,3	48,30	Reprovado
836	PRISCILA PRIES SCHULZ	18	10,98	28,98	Reprovado
430	TAÍS APARECIDA ODIA UHLIG	33	22,06	55,06	Aprovado
FUNÇÃO: PROFESSOR VIII (Professor de Geografia)					
Insc.	Nome do Candidato	Port.	Leg./C.Esp.	Prova Escrita	Resultado
131	CLAUDIO FERNANDO ZESOTKO	30	29,28	59,28	Aprovado
42	EVANDRO DOS SANTOS DE PAULA	18	21,96	39,96	Reprovado
472	MIRIAN CARVALHO DA SILVA	15	25,62	40,62	Reprovado
296	TANIA KORNATZKI	24	29,28	53,28	Aprovado
FUNÇÃO: PROFESSOR IX (Professor de História)					
Insc.	Nome do Candidato	Port.	Leg./C.Esp.	Prova Escrita	Resultado
699	ABDIEL PELIZZARI MAGNUS	24	36,6	60,60	Aprovado
513	ANDRÉ JUCINEI BARBOSA	12	18,3	30,30	Reprovado
57	CAMILA MICHELE WACKERHAGE	9	25,62	34,62	Reprovado
83	DIEGO JOSE ANDRADE DE OLIVEIRA	21	10,98	31,98	Reprovado
793	GEOVANE KUBIAKI BABIRESKI	24	32,94	56,94	Aprovado
737	GUSTAVO DE CASTRO ALVES MACHADO	24	40,36	64,36	Aprovado
773	JAIR BOETTGER MOTA	24	33,04	57,04	Aprovado
760	JOSIAS GERALDO PINHEIRO	24	33,04	57,04	Aprovado
540	JULIANA PIAZ KOCAN	18	32,94	50,94	Aprovado
165	LARISSA KAIANE CIDRAL MOREIRA	15	29,28	44,28	Reprovado
866	LUANA FARIAS	27	33,04	60,04	Aprovado
649	MAIKE CRISTIANO PEZZINI	24	25,62	49,62	Reprovado
643	MARILEI AMARANTE	21	18,3	39,30	Reprovado
876	MATHEUS JOSÉ HAMANN	21	18,3	39,30	Reprovado
921	RAFAEL HIRT	24	36,6	60,60	Aprovado
62	RICOBERT JOHANSON JUNIOR	15	21,96	36,96	Reprovado
847	SAMUEL FISCHER	15	29,38	44,38	Reprovado

Campo Erê

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO PL 2275/2016

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 43, VI da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

RESOLVE

I - HOMOLOGAR o PROCESSO LICITATÓRIO nº2275/2016, na modalidade Pregão de nº 43/2016 tendo como objeto do presente EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL do TIPO MENOR PREÇO POR LOTE a Recuperação do diferencial do caminhão caçamba Agrale 14000 placa MKL8253 e Chapeação e Pintura do Caminhão Ford Cargo 1317E Placas MJA 3241, com fornecimento de peças novas e mão de obra, pertencentes à Secretaria Municipal de Agricultura e Infraestrutura Rural, com fornecimento de peças e mão de obra, conforme especificações constantes no Anexo III.

II - ADJUDICAR o objeto do certame à (s) licitante (s) identificada (s) no quadro a seguir, onde se especificam inclusive as quantidades e os valores, para execução do objeto acima citado:

Nome da Proponente	Lote	Item	Quantidade	Unitário	Total Item
OFICINA MECANICA TREVO CAMPO ERE LTDA - ME	1	1	1,00	5.416,56	5.416,56
Total dos Proponentes					
Nome da Proponente				Total	
OFICINA MECANICA TREVO CAMPO ERE LTDA - ME				5.416,56	

III - DETERMINAR que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da (s) referida (s) licitante (s).

Campo Erê – SC, Terça-Feira, 20 de dezembro de 2016.
RUDIMAR BORCIONI
Prefeito Municipal

TERMO DE RATIFICAÇÃO DISP. JUST. N. 2242

MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2309/2016
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2242/2016

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato da COMISSÃO DE LICITAÇÕES que dispensou a Licitação com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis:

a) Dispensa de Licitação Nº 2242/2016

b) Objeto: Implantação de pavimentação asfáltica e pintura de sinalização horizontal, na Rua/Travessa Irmão Elizio Locatelli, entre as Ruas Giacomino Cassal e Rua Padre Saporiti, em frete a Igreja Matriz, nesta cidade de Campo Erê - SC.

c) Contratada: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RODOVIARIA - CIDIR
Valor: R\$ 32.325,12 (trinta e dois mil trezentos e vinte e cinco reais e doze centavos);

Publique-se.

Campo Erê, SC, 20 de Dezembro de 2016.
RUDIMAR BORCIONI
Prefeito Municipal

TERMO DE RATIFICAÇÃO DISP. JUST. N. 2243

MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2310/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2243/2016

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato da COMISSÃO DE LICITAÇÕES que dispensou a Licitação com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis:

a) Dispensa de Licitação Nº 2243/2016

b) Objeto: Aquisição de massa asfáltica para ser utilizada na operação tapa buracos, visando a manutenção das vias públicas da cidade de Campo Erê – SC, através da colocação de massa asfáltica nos buracos nas ruas do centro e dos bairros.

c) Contratada: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA - CIDIR

Valor: R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais);

Publique-se.

Campo Erê, SC, 20 de Dezembro de 2016.

RUDIMAR BORCIONI

Prefeito Municipal

Canoinhas

PREFEITURA

COMUNICADO DE DESCLASSIFICAÇÃO EMPRESA VOLPESA LOCAÇÕES E TRANSPORTES LTDA EPP TOMADA DE PREÇOS Nº PMC 24/2016

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
COMUNICADO DE DESCLASSIFICAÇÃO
Processo de Licitação n.º PMC 183/2016
Tomada de Preço n.º PMC 24/2016

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80, com sede na Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, Canoinhas-SC, torna público que a empresa VOLPESA LOCAÇÕES E TRANSPORTE LTDA EPP foi desclassificada no referido certame em virtude do não cumprimento do prazo para a apresentação da negativa de débitos estaduais, concedido com base no artigo 43 §1º da Lei Federal 123/2005. Informações através do telefone (47) 3621 7705 ou no site www.pmc.sc.gov.br.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

Registrada e publicada a presente portaria na Fundação Cultural de Canoinhas "Helmy Wendt Mayer", em 22/12/2016.

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº FMS 35/2016 (PRESENCIAL)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/16
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/16
HOMOLOGAÇÃO: 27/12/16
CONTRATADO: JARDIM COSMÉTICO LTDA - ME
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE FRALDAS GERIÁTRICAS PARA DISTRIBUIÇÃO À PACIENTES COM VÁRIAS PATOLOGIAS EM ATENDIMENTO A ATENÇÃO BÁSICA E DEMAIS PROGRAMAS EXISTENTES NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 63.800,00 (sessenta e três mil e oitocentos reais)

DATA: 27/12/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PORTARIA Nº 08/2016 - FUNDAÇÃO CULTURAL

PORTARIA Nº 08/2016

ALFREDO EIKE BACH, Presidente da Fundação Cultural "Helmy Wendt Mayer" de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; e de acordo com a Lei Municipal nº 3.803 de 18/03/2005;

Resolve:

EXONERAR CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Art.1º - Fica exonerada, VIVIANE MARIA BUENO BORGES DE SOUZA a partir de 31/12/2016 do cargo de Gestora Cultural – 40 horas, junto a Fundação Cultural Helmy Wendt Mayer.

Art.2º - Fica exonerada, TELMA CRISTINE MARROS a partir de 31/12/2016 do cargo de Coordenadora de Museu DASU 2 – 40 horas, junto a Fundação Cultural Helmy Wendt Mayer.

Art.3º - JULIANA PEREIRA GOMES DOS SANTOS a partir de 31/12/2016 do cargo de Coordenadora de Biblioteca DASU 2 – 40 horas, junto a Fundação Cultural Helmy Wendt Mayer.

Art.4º - Fica exonerado, MOYSÉS DE JESUS SILVEIRA a partir de 31/12/2016 do cargo de Diretor Administrativo, DASU 3 – 40 horas, junto a Fundação Cultural Helmy Wendt Mayer.

Art.5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas(SC), 22 de dezembro de 2016.

ALFREDO EIKE BACH
Presidente da Fundação Cultural
Helmy Wendt Mayer

LUIZ AIBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº FMS 35/2016 (PRESENCIAL)

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Total dos Itens Vencedores: 63.800,00

Processo Administrativo:

1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo / Ano: 44/2016

Licitação.....: 35/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE FRALDAS GERIÁTRICAS PARA DISTRIBUIÇÃO À PACIENTES COM VÁRIAS PATOLOGIAS EM ATENDIMENTO A ATENÇÃO BÁSICA E DEMAIS PROGRAMAS EXISTENTES NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 37075	- FRALDAS GERIÁTRICAS DESCARTÁVEIS TAMANHO PEQUENO. - Unidade: UN						
17269	JARDIM COSMÉTICO LTDA - ME	VENEZA	6.000,000	0,0000	1,0000	6.000,00	Venceu	1 *****
17270	TOTAL HEALTH - DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA ME	DESCARPAC	6.000,000	0,0000	1,1000	6.600,00	Desclassif.	2
9711	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	MADIFRAL PLUS	6.000,000	0,0000	1,2900	7.740,00	Desclassif.	3
7998	METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		6.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
9962	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.	BIOFRAL	6.000,000	0,0000	1,2300	7.380,00	Desclassif.	0
Item.....: 2	- 37074	- FRALDAS GERIÁTRICAS DESCARTÁVEIS TAMANHO MÉDIO. - Unidade: UN						
17269	JARDIM COSMÉTICO LTDA - ME	VENEZA	20.000,000	0,0000	1,0000	20.000,00	Venceu	1 *****
17270	TOTAL HEALTH - DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA ME	DESCARPAC	20.000,000	0,0000	1,1000	22.000,00	Perdeu	2
9711	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	MADIFRAL PLUS	20.000,000	0,0000	1,4000	28.000,00	Perdeu	3
7998	METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		20.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
9962	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.	BIOFRAL	20.000,000	0,0000	1,3600	27.200,00	Inabilitado	0
Item.....: 3	- 37073	- FRALDAS GERIÁTRICAS DESCARTÁVEIS TAMANHO GRANDE. - Unidade: UN						
17269	JARDIM COSMÉTICO LTDA - ME	VENEZA	20.000,000	0,0000	0,8600	17.200,00	Venceu	1 *****
17270	TOTAL HEALTH - DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA ME	DESCARPAC	20.000,000	0,0000	0,8700	17.400,00	Perdeu	2
9711	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	MADIFRAL PLUS	20.000,000	0,0000	1,6200	32.400,00	Perdeu	3
7998	METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		20.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
9962	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.	BIOFRAL	20.000,000	0,0000	1,7000	34.000,00	Inabilitado	0
Item.....: 4	- 37071	- FRALDAS GERIÁTRICAS DESCARTÁVEIS TAMANHO EXTRA GRANDE. - Unidade: UN						
17269	JARDIM COSMÉTICO LTDA - ME	VENEZA	20.000,000	0,0000	1,0300	20.600,00	Venceu	1 *****
17270	TOTAL HEALTH - DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA ME	DESCARPAC	20.000,000	0,0000	1,0400	20.800,00	Perdeu	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:	44/2016	Processo Administrativo:	63.800,00
Licitação.....:	35/2016 - PR	1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Modalidade.....:	PREGÃO PRESENCIAL		
Objeto.....:	REGISTRO DE PREÇOS DE FRaldas GERIÁTRICAS PARA DISTRIBUIÇÃO À PACIENTES COM VÁRIAS PATOLOGIAS EM ATENDIMENTO A ATENÇÃO BÁSICA E DEMAIS PROGRAMAS EXISTENTES NO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS, PELO PERIODO DE 01 (UM) ANO.		

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 4	-	37071	-	FRALDAS GERIÁTRICAS DESCARTÁVEIS TAMANHO EXTRA GRANDE.	-	Unidade: UN		
9711	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	MADIFRAL PLUS	20.000.000	0,0000	1,7800	35.600,00	Perdeu	3
7998	METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA		20.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
9962	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.	BIOFRAL	20.000.000	0,0000	1,9400	38.800,00	Inabilitado	0

Canoinhas, Em/...../.....

PAULO CESAR SAFANELLI - - Pregoeiro(a)

MARCIANO FERNANDES CORREA - - EQUIPE DE APOIO

CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS - - EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE

DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO - - 28.754/SC

JOSE CARLOS HERBST - - CRC/SC 031639/O-0

Capinzal

PREFEITURA

1045/2016

PORTARIA Nº 1045, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

Prorroga contrato de servidor por tempo determinado, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178/1999, e 3149/2014, resolve:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora Ariane Surdi, matrícula nº 326917/04.

Art. 2º A servidora exerce as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 14 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 14 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

DECRETO Nº 158/2016

DECRETO No 158, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 513.000,00 (quinhentos e treze mil reais).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.196, de 7 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 513.000,00 (quinhentos e treze mil reais), para reforço das dotações orçamentárias, a seguir especificadas:

0501.04.122.0065.2031	MANUT SECRET EDUCAÇÃO CULT E ESPORTES	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-047	Aplicações Diretas	1001	00	R\$	3.000,00
0501.12.361.0065.2032	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-053	Aplicações Diretas	1001	00	R\$	300.000,00
0501.12.361.0065.2038	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-066	Aplicações Diretas	1022	55	R\$	10.000,00
0501.12.365.0060.2029	MANUTENÇÃO DAS CRECHES E PRÉESCOLAS	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-077	Aplicações Diretas	1018	00	R\$	200.000,00
	Total			R\$	513.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, a anulação parcial do saldo das dotações orçamentárias vinculadas ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Capinzal, no valor de R\$ 513.000,00 (quinhentos e treze mil reais), na forma do quadro a seguir.

0501.04.122.0065.2031	MANUT SECRET EDUCAÇÃO CULT E ESPORTES	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-046	Aplicações Diretas	1001	00	R\$	3.000,00
0501.12.361.0065.2032	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-052	Aplicações Diretas	1001	00	R\$	300.000,00
0501.12.361.0065.2038	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-065	Aplicações Diretas	1001	00	R\$	10.000,00
0501.12.365.0060.2029	MANUTENÇÃO DAS CRECHES E PRÉESCOLAS	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-078	Aplicações Diretas	1019	00	R\$	200.000,00
	Total			R\$	513.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 15 de dezembro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário Interino da Administração e Finanças

DECRETO Nº157/2016

DECRETO Nº 157, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 613.000,00 (seiscentos e treze mil reais).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal nº 3.196, de 7 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 613.000,00 (seiscentos e treze mil reais), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

0801.10.301.0150.2075	MANUTENÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-048	Aplicações Diretas	1064	00	R\$	250.000,00
33900000-009	Aplicações Diretas	1064	00	R\$	350.000,00
0801.10.301.0155.2085	MANUT DA ESTRATÉGIA DA SAÚDE DA FAMÍLIA	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-020	Aplicações Diretas	1064	00	R\$	3.000,00
0801.10.3030150.2082	MANUTENÇÃO ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-027	Aplicações Diretas	1067	00	R\$	10.000,00
	Total			R\$	613.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a anulação parcial do saldo da dotação orçamentária vinculada ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, no valor de R\$ 613.000,00 (seiscentos e treze mil reais), na forma do quadro a seguir.

0801.10.301.0150.2075	MANUTENÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-006	Aplicações Diretas	1002	00	R\$	600.000,00
0801.10.301.0155.2085	MANUT DA ESTRATÉGIA DA SAÚDE DA FAMÍLIA	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-019	Aplicações Diretas	1002	00	R\$	3.000,00
0801.10.3030150.2082	MANUTENÇÃO ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-025	Aplicações Diretas	1067	00	R\$	10.000,00
	Total			R\$	613.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 14 de dezembro de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário Interino da Administração e Finanças

PORTARIA 1019/2016

PORTARIA Nº 1019, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016

Readapta servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no disposto no artigo 23 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica readaptada, conforme laudo médico expedido pela junta médica oficial do município, e memorando nº 32/2016, da Secretaria da Educação, a contar de 20 de outubro de 2016, a servidora Sirley Moschen, matrícula nº 319406/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 8, referência C, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, sem alteração de classe ou referência, no Museu Municipal.

Art. 2º A servidora, até 31 de dezembro de 2016, não deverá realizar atividades que exijam:

- a) Levantamento e/ou transporte manual de carga, excedente a 1 kg durante a jornada de trabalho;
- b) Atividades laborativas que ultrapasse o ângulo de 90º com membros superiores;
- c) Atividade na qual o segurado não tenha autonomia par alternância de postura;
- d) Longos períodos a mesma atividade que exijam movimentos repetitivos.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 20 de outubro de 2016.

Capinzal – SC, em 06 de outubro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 1271/2016

PORTARIA Nº 1271, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 1264/2016 que exonerou a servidora Daniela Juliana Costa, matrícula 334707/03.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 26 de dezembro de 2016.

Capinzal - SC, em 26 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

PORTARIA 982/2016

PORTARIA Nº 982, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar Débora Tobaldini, matrícula nº 397318/02, ocupante do cargo de Chefe de Departamento de Controle e Manutenção, nível CC – 3, conforme o anexo III - A da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 30 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 30 de dezembro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

TERMO ADITIVO 003.2016 AO CONTRATO 169.2016

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Aditivo Nº : TA 0003/2016 C169 - Contrato Nº: 0169/2016	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada...: CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA -EPP	
Valor : 0,00 (zero)	
Vigência : Início: 02/01/2017 Término: 30/06/2017	
Licitação : Processo Licitatório Nº 0073/2016	
Tomada de Preços p/obras e serviços de Engenharia Nº 0046/2016	
Recursos : Dotação:	
Objeto : O objeto do presente termo aditivo é a prorrogação da vigência do contrato original, findando em 30/06/2017, conforme solicitação e justificativa da secretaria responsável e parecer técnico e parecer jurídico em anexo.	
Capinzal, 12 de dezembro de 2016	

Caxambu do Sul

PREFEITURA

PORTARIA Nº 109/2016

PORTARIA Nº 109/2016

“Concede Licença a servidor que especifica”.

ACIR LOURENÇO ROSSETTO, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 71, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001. Considerando a necessidade de acompanhamento à pessoa da família conforme requerimento e atestados apresentados.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família à Servidora JOCILEIA GIRARDI KNAAK, ocupante de funções de técnica de enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de saúde, por um período de 25 dias.

Art. 2º - O período de gozo da licença que trata o art. 1º será do dia 01/12/2016 à 25/12/2016.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos desde 01/12/2016.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul - SC, em 27 de dezembro de 2016.

Registre-se e Publique-se

ACIR LOURENÇO ROSSETTO

Prefeito Municipal.

Cocal do Sul

PREFEITURA

DECRETO SAF/N. 512/16

DECRETO SAF/N. 512/16, de 20 de dezembro de 2016.
DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO, DE OFÍCIO, DE PESSOAS JURÍDICAS E FÍSICAS E ANULAÇÃO DAS TAXAS MUNICIPAIS DECORRENTES DE EFETIVO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE ECONÔMICA.

O Prefeito de Cocal do Sul, no uso da competência que lhe outorga o art. XX, da Lei Orgânica do Município de Cocal do Sul,

Considerando o disposto no art. 73 da Lei nº 303, de 23 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a hipótese de incidência da Taxa de Licença e Localização, bem como no art. 33, da Lei nº 12, de 10 de outubro de 2007, que dispõe sobre o fato gerador do ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Quaisquer Natureza), que definem como fatos geradores das obrigações principais o efetivo exercício de atividade econômica e a prestação de serviços respectivamente;

Considerando os incisos I e II do art. 127, da Lei nº 303 de 23 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a extinção do crédito tributário por ato administrativo;

Considerando a necessidade de revisar de ofício o cadastro econômico municipal em face da existência de inscrições de contribuintes cujos estabelecimentos e suas atividades se encontram inativos, porém sem a devida comunicação ao Setor de Tributação, procedendo assim à suspensão, de ofício e extinção dos créditos tributários quando comprovado a inexistência da referida obrigação tributária;

Considerando que os registros do sistema tributário informatizado da Secretaria Municipal de Finanças, evidenciam a omissão de contribuintes em relação às obrigações tributárias principais e acessórias;

Considerando o objetivo de se evitar novos lançamentos da Taxa de Licença e Localização – TLL - e do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN em face de contribuintes que presumivelmente paralisaram suas atividades, sem a devida comunicação ao Fisco Municipal:

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre a suspensão, de ofício, de inscrições no cadastro econômico da Secretaria de Administração, Planejamento, Fazenda e Finanças Públicas, e extinção do crédito tributário, desde que verificada a inexistência da obrigação que lhe deu origem, em razão de inatividade presumida.

Art. 2º Presume-se inativo, para os fins deste Decreto, o contribuinte da Taxa de Licença e Localização e do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN que estiver inadimplente com o recolhimento do tributo por, no mínimo, 3(três) exercícios consecutivos, e que tal situação tenha sido atestada pelo Setor de Fiscalização do Município, após vistoria “in loco”.

Parágrafo único. Na hipótese de devedor contribuinte do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, não se aplica a presunção de inatividade quando, no período mínimo referido no caput, tenha sido realizada alguma das seguintes operações:

I – emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, Nota Fiscal de Serviços Avulsa;

II – recolhimento, parcelamento ou reparcimento de tributo mobiliário lançado no período de que trata o caput ou;

III – escrituração de documento fiscal eletronicamente.

Art. 3º O contribuinte da TLL também terá suspensão, de ofício, a sua inscrição no cadastro econômico quando, por ato e procedimento administrativo da fiscalização previstos na legislação tributária, for verificado que não está exercendo suas atividades no local indicado no cadastro econômico, observado o disposto no Parágrafo único, do art. 2º, deste Decreto, quando couber.

Art. 4º A suspensão da inscrição no cadastro econômico:

I – impede o lançamento de tributos mobiliários, e:

II – não implica cancelamento dos tributos mobiliários lançados até a data da aplicação da medida, quando não for devidamente comprovado a inatividade no período, seja por ato administrativo ou por ato do próprio contribuinte.

Art. 5º A presunção de que trata o art. 1º deste Decreto é relativa, devendo a Secretaria de Administração, Planejamento, Fazenda e Finanças Públicas, sempre que constatado o funcionamento da atividade, realizar a reativação da inscrição mercantil, o lançamento da TLL e do ISSQN, no caso de contribuinte sujeito também a esse imposto, observado o disposto no art. 173, inciso I, da Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional).

Parágrafo único. A reativação da inscrição também poderá ser realizada a requerimento do contribuinte.

Art. 6º Sem prejuízo de outras restrições previstas na legislação tributária, o contribuinte com inscrição no cadastro econômico suspenso fica impedido de obter Certidão Negativa de Débitos ou Certidões Positivas de Débitos com Efeito de Negativa perante a Fazenda Municipal.

Art. 7º Fica a Secretaria de Administração, Planejamento, Fazenda e Finanças Públicas, por meio do setor de Fiscalização de Tributos, autorizada a realizar a suspensão de ofício das inscrições e cancelamento de créditos tributários que se enquadrarem, na data da publicação deste Decreto, nas hipóteses estabelecidas no seu art. 2º, publicando, uma vez, no Diário Oficial dos Municípios – DOM edital do ato suspensivo das inscrições municipais.

Parágrafo único. No último trimestre de cada exercício, a Secretaria de Administração, Planejamento, Fazenda e Finanças Públicas, publicará uma vez, no Diário Oficial dos Municípios – DOM edital do ato suspensivo das inscrições mercantis municipais.

Art. 8º Sem prejuízo da imediata aplicação do disposto neste Decreto, o titular da Secretaria de Administração, Planejamento, Fazenda e Finanças Públicas, poderá editar Portaria disciplinando os procedimentos de suspensão de inscrições e respectiva reativação, bem como outras regras complementares.

Art. 9º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 20 de dezembro de 2016.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 513/16

DECRETO SAF/Nº. 513/16, de 20 de dezembro de 2016.

DEFINE O VALOR REFERENTE AO LITRO DO OLEO DIESEL PARA COBRANÇA DOS SERVIÇOS COM A ESCAVADEIRA HIDRÁULICA S-90, DESCRITOS NO ARTIGO 8º DA LEI 1.008, DE 24 DE AGOSTO DE 2010.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve,

DECRETAR:

Art. 1º Fica definido o valor referente ao litro do óleo diesel para utilização da máquina – escavadeira hidráulica S-90 – consoante determina o artigo 8º da Lei 1.008, de 24 de agosto de 2010.

a) Litro Óleo Diesel R\$ 2,97 (dois reais e noventa e sete centavos).

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Art. 3º Revogam as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 20 de dezembro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

TERMO ADITIVO 09/2016

TERMO ADITIVO Nº 09/2016, de 13 de dezembro de 2016.
(Merenda)

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº. 08/2015, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, E A APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE COCALDO SUL.

Pelo Segundo Termo Aditivo ao Convênio de repasse de recursos financeiros, nós abaixo assinados, de um lado o MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, estabelecido na Av. Dr. Polidoro Santiago, 519 – C.P. 01, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 95.778.056/0001-88, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. ADEMIR MAGAGNIN, e de outro lado, como ENTIDADE BENEFICIADA, a APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE COCAL DO SUL, entidade sem fins lucrativos, com sede na Rua Ambrósio Dalló, n. 1.464, bairro União, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 00.086.376/0001-60, temos justo e conveniente o que a seguir se descreve.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Fica prorrogado para até 31 de dezembro de 2017, o prazo de vigência do Convênio nº. 08/15, de 07 de outubro de 2015, referente repasse de recursos financeiros a APAE – Associação de pais e Amigos dos Excepcionais de Cocal do Sul, na aquisição de merenda aos alunos da referida entidade.

CLAÚSULA SEGUNDA – DO VALOR DO REPASSE

O Município repassará à Entidade o valor de R\$ 3.006,92(três mil seis reais e noventa e dois centavos), em 12(doze) parcelas mensais, totalizando R\$ 36.083,04(trinta e seis mil oitenta e três reais e quatro centavos), a partir de 01 de janeiro de 2017.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais cláusulas do Convênio nº. 08/15, de 07 de outubro de 2015, permanecem inalteradas.

E, por estarem de acordo, assinam o presente Contrato para que produza os efeitos do direito, em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas idôneas.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 13 de dezembro de 2016.

Testemunhas:

Concórdia

PREFEITURA

ACEPETI 5ª 2015 PARCELA MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio – FMAS ACEPETI, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Concórdia SC, 26 de dezembro de 2016.

Neusa Aparecida Dahmer
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

BOLSA FAMÍLIA- IGD 9ª E 10ª PARCELAS 2016 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio – FMAS/IGD-BF, repasse no valor de R\$ 6.783,66 (seis mil, setecentos e oitenta e três reais e sessenta e seis centavos) referente Índice de Gestão Descentralizada-IGD-BF.

Concórdia SC, 26 de dezembro de 2016.

Neusa Aparecida Dahmer
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

CONVOCAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DAS PROPOSTAS TÉCNICAS CONCORRÊNCIA DE CONCESSÃO Nº 10/2016-PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
CONCORRÊNCIA Nº 10/2016 – PMC
(CONCESSÃO)

CONVOCAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

Objeto: outorga de Concessão de Direito Real de Uso de parte do lote rural n. 888, do 6º Bloco da Colônia Concórdia, Propriedade Rio do Engano, Loteamento Área Industrial, individuado como lote nº 7 (sete), da quadra "A", localizado em Linha São José, neste município.

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Concórdia avisa ao participante, que no dia 29 (vinte e nove) de dezembro de 2016, às 08h30min (oito horas e trinta minutos), na Sala de Licitações da Prefeitura de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, 62, 1º andar, Centro, ocorrerá a sessão pública para divulgação da classificação

final das Propostas Técnicas.

Concórdia, SC, 27 de dezembro de 2016.

CAMILA CRISTINA M. V. NOGUEIRA

Presidente CPL

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 014/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA / MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Rua Leonel Mosele, 62, Centro – CEP 89700-000 Concórdia – SC

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 014/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS, em conformidade com o que dispõe o §2º, do Art. 154 c/c Art. 1292, III, ambos da Lei municipal nº 1766 de 1981 (Código Tributário Municipal – CTM), após esgotadas as tentativas de ciência por outros meios, NOTIFICA aos contribuintes abaixo citados, a comparecer na Seção de Tributação deste município para efetuar o pagamento do valor abaixo ou impetrar recurso administrativo para impugnar o lançamento dos tributos, no prazo de 20 dias contados da publicação deste Edital, conforme prevê o Art. 155 da Lei Municipal nº 1766/81.

ALTEVIR MENDES LOPES SOBRINHO – CPF 727.213.249-34, Rua Caetano Pozzo, Lote 18, Quadra C, Residência 02, Bairro dos Estados, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Contribuição de Melhoria, Edital 03/2016, parcelas 01 a 36, referente imóvel 7550855 – 01.01.197.0400.002, referente imóvel rua Caetano Pozzo, 130, Residência 02, Bairro dos Estados, Concórdia/SC. Valor R\$ 1.605,59

ANA PAULA MACIEL – CPF 063.199.219-78, Rua Santo Isaías, 258, Bairro Santa Rita, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Contribuição de Melhoria, Edital 05/2016, parcelas 01 a 36, referente imóvel 1364251 – 01.06.138.0030, referente Rua Santo Isaías, 268, Bairro Santa Rita, Concórdia/SC. Valor R\$ 2.263,00.

ANGELO SACOMORI – CPF 065.661.469-20, Rua Prefeito Domingos Machado de Lima, 764, Sala 02, Bairro Centro, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Contribuição de Melhoria, Edital 03/2016, parcelas 01 a 36, referente imóvel 1872249 – 01.01.144.0085, referente imóvel Rua Margarida Zucchi Petrolí, S/N, Bairro Arvoredo, Concórdia/SC. Valor R\$ 6.060,00

ANTONIO DE JESUS VARELA DE ALMEIDA – CPF 016.037.089-28, Rua Santo Isaías, 165, Bairro Santa Rita, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Contribuição de Melhoria, Edital 05/2016, parcelas 01 a 36, referente imóvel 1370227 – 01.06.140.0295, referente endereço acima, Concórdia/SC. Valor R\$ 2.263,00.

CLAUDIO SERGIO BOFF – CPF 824.217.909-30, Rua Aurélio Orlando Fontana, 120, Bairro Vista Alegre, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Contribuição de Melhoria, Edital 03/2016, parcelas 01 a 36, referente imóvel 370606, Rua Gerson Luiz Piovesan, S/N, Lot. Bela Vista, Bairro Vista Alegre, Concórdia/SC. Valor R\$ 3.599,39.

DANILO ANTONIO REINA – CPF 181.996.159-15, Rua Leônidas Fávero 612, Bairro Jardim, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Contribuição de Melhoria, Edital 03/2016, parcelas 01 a 36, referente imóvel 227480 – 01.01.096.0018, referente imóvel Rua Leônidas Fávero, S/N, Bairro Arvoredo, Concórdia/SC. Valor R\$ 3.158,40.

DULCIMAR MEIRELES – CPF 004.906.869-58, Rua Santo Isaías, 228, Bairro Santa Rita, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Contribuição de Melhoria, Edital 05/2016, parcelas 01 a 36, referente imóvel 1364685 – 01.06.138.0070, referente endereço acima, Concórdia/SC. Valor R\$ 2.263,00

EDUARDO DE OLIVEIRA – CPF 012.832.559-36, Rua São João, 115, Bairro Santa Rita, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Contribuição de Melhoria, Edital 05/2016, parcelas 01 a 36, referente imóvel 7758758 – 01.06.140.0235.001, Rua Santo Isaías, 105, Bairro Santa Rita, Concórdia/SC. Valor R\$ 2.263,00

ELIANE DE OLIVEIRA GARCIA – Rua Santo Isaías, 217, Bairro Santa Rita, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Contribuição de Melhoria, Edital 05/2016, parcelas 01 a 36, referente imóvel 1367358 – 01.06.139.0404.001, referente endereço acima, Concórdia/SC. Valor R\$ 2.263,00.

GLÁUCIO LUIS MATA MATTOS – CPF 003.621.247-44, Tva Ancelmo Domingos Pagnoncelli, 39, Bairro Vista Alegre, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Contribuição de Melhoria, Edital 03/2016, parcelas 01 a 36, referente imóvel 7490291 – 01.02.032.0029.001, referente endereço acima, Concórdia/SC. Valor R\$ 3.615,31.

IDA ROSA DE MATOS – Rua Santo Isaías, 167, Bairro Santa Rita, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Contribuição de Melhoria, Edital 05/2016, parcelas 01 a 36, referente imóvel 1370308 – 01.06.140.0327, referente endereço acima, Concórdia/SC. Valor R\$ 2.263,00.

IDILSE TRESSINO – CPF 039.811.679-29, Rua Linha Pinheiro Preto, S/N, Bairro Interior, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Contribuição de Melhoria, Edital 03/2016, parcela 01 a 36, referente imóvel 383260 – 01.02.037.0335, Rua Adolpho Alves da Rocha, S/N, Concórdia/SC. Valor R\$ 3.237,01.

IVETE ALVES PEREIRA – Rua Santo Isaías, 277, Bairro Santa Rita, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Contribuição de Melhoria, Edital 05/2016, parcelas 01 a 36, referente imóvel 1367943 – 01.06.139.0464, referente endereço acima, Concórdia/SC. Valor R\$ 2.263,00.

JOÃO FRIGO SOBRINHO – CPF 195.881.009.68 – Rua Santo Isaías, 145, Bairro Santa Rita, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Contribuição de Melhoria, Edital 05/2016, parcelas 01 a 36, referente imóvel 1370065 – 01.06.140.0275.001, referente endereço acima, Concórdia/SC. Valor R\$ 2.263,00.

JOSÉ CAVALLI – CPF 182.910.079-34, Tva Waldomiro Lucas de Mello, 34, Bairro Nazaré, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Contribuição de Melhoria, Edital 05/2016, parcelas 01 a 36, referente imóvel 1364413 – 01.06.138.0050, Rua Santo Isaías, 248, Bairro Santa Rita, Concórdia/SC. Valor R\$ 2.263,00.

MARA MILAN DALL AGNOL – CPF 949.721.179-15, Rua Natal Campanin, 64, Lot. Ouro Verde, Bairro Arvoredo, Concórdia/SC – DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Contribuição de Melhoria, Edital 03/2016, parcelas 01 a 36, referente imóvel 253219 – 01.01.132.0191.001, referente endereço acima, Concórdia/SC. Valor R\$ 4.151,74.

MARISETE DOS SANTOS – CPF 025.095.349-80, Rua Santo Isaías, 267, Bairro Santa Rita, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Contribuição de Melhoria, Edital 05/2016, parcelas 01 a 36, referente imóvel 1367862 – 01.06.139.0454, referente endereço acima, Concórdia/SC. Valor R\$ 2.263,00.

NÉLI TERESINHA SCHIO BORGER – CPF 613.120.539-68, Rua José Albiero, 1141, Bairro Santa Rita, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Contribuição de Melhoria, Edital 05/2016, parcelas 01 a 36, referente imóvel 1369210 – 01.06.140.0122.001, Rua José Albiero, 1141, sala comercial, Concórdia/SC. Valor R\$ 2.263,00.

ONEIDE FÁTIMA SPAGNOLO – CPF 486.233.349-49, Rua Gasparino Kowacic, 242, Bairro Vista Alegre, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Contribuição de Melhoria, Edital 05/2016, parcelas 01 a 36, referente imóvel 1364170 – 01.06.138.0020, referente Rua Santo Isaías, 278, Bairro Santa Rita, Concórdia/SC. Valor R\$ 2.263,00.

ORLINDO DEDEA – CPF 422.480.949-49, Travessa Angico, S/N, Bairro Arvoredo, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Contribuição de Melhoria, Edital 03/2016, parcelas 01 a 36, referente imóvel 229776 – 01.01.102.0235.001, Travessa Angico, 81, Bairro Arvoredo, Concórdia/SC. Valor R\$ 2.631,99.

ROGERIO BECKENBACHH – CPF 563.311.779-49, Rua Natal Campanin, S/N, Lot. Ouro Verde, Bairro Arvoredo, Concórdia/SC – DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Contribuição de Melhoria, Edital 03/2016, parcelas 01 a 36, referente imóvel 203203 – 01.01.072.0110, referente imóvel endereço cima, Concórdia/SC. Valor R\$ 3.114,00.

SAMARA HONORATO – CPF 059.298.109.66, Rua Henrique Klein, 66, Lot. Bela Vista, Bairro Vista Alegre, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Contribuição de Melhoria, Edital 03/2016, parcelas 01 a 36, referente imóvel 372064 – 01.02.032.0042.001, referente imóvel endereço acima, Concórdia/SC. Valor R\$ 4.171,49.

SETEMBRINO MEIRELES – CPF 605.201.169-68, Rua Santo Isaías, 227, Bairro Santa Rita, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Contribuição de Melhoria, Edital 05/2016, parcelas 01 a 36, referente imóvel 1367439 – 01.06.139.0414.001, referente endereço acima, Concórdia/SC. Valor R\$ 2.263,00.

SIDNEI DA COSTA – CPF 033.336.309-40, Rua Prefeito Domingos Machado de Lima, 764, Apto 902, Bairro Centro, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Contribuição de Melhoria, Edital 03/2016, parcelas 01 a 36, referente imóvel 7567219 – 01.01.144.0070, Rua Margarida Zucchi Petrolí, S/N, Concórdia/SC. Valor R\$ 4.040,00

TAYS JAQUELINE FETTER – CPF 058.625.859-07, Rua Romano Ancelmo Fontana, 471, Bairro Centro, Concórdia/SC - DESCRIÇÃO DO DÉBITO: Fato Gerador: Contribuição de Melhoria, Edital 05/2016, parcelas 01 a 36, referente imóvel 1845438 – 01.01.177.0499, Rua Vicenza, 388, Lot. Villa D'Italia, Bairro Jardim, Concórdia/SC. Valor R\$ 4.243,50.

Concórdia, 27 de dezembro de 2016

Leão Marcos Ampessan
Fiscal de Tributos

JOAQUIM PEDRO BARROS BICCA
NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 153/2016 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 153/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO/ FNDE - ESCOLA FREI LENCY, no valor de R\$ 134.011,14 (Cento e trinta e quatro mil e onze reais e quatorze centavos).

Concórdia SC, 27 de Dezembro de 2016.

Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo
Secretário Municipal de Finanças

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 154/2016 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 154/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos 2ª/2016 do CONVÊNIO/ FNDE/PAC I – CMEI

FREY LENCY, no valor de R\$ 212.352,80 (Duzentos e doze mil e trezentos e cinquenta e dois reais e oitenta centavos).

Concórdia SC, 27 de Dezembro de 2016.

Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo
Secretário Municipal de Finanças

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 155/2016 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 155/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos provenientes do Convênio FNDE/PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola, no valor de R\$ 930,00 (novecentos e trinta reais).

Concórdia SC, 27 de Dezembro de 2016.

Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo.
Secretário Municipal de Finanças

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 156/2016 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 156/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos provenientes do Ministério das Cidades/ Termo de Compromisso 800158/2013 – Duplicação da Senador Atílio Xavier Fontana, no valor de R\$ 558.251,11 (quinhentos e cinquenta e oito mil e duzentos e cinquenta e um reais e onze centavos).

Concórdia SC, 27 de Dezembro de 2016.

Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo.
Secretário Municipal de Finanças

EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 255/2016-PMC

Contrato Nº : 255/2016

Aditivo Nº : 2TA CT255/2016/2016

Tipo Aditivo : Outros/Suspensão

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : LGM ELETRIFICAÇÕES LTDA

Licitação : Pregão Presencial 16/2016

Objeto : Contratação de empresa do ramo de instalação e manutenção elétrica, em regime de empreitada global (material e mão de Obra), para execução de readequação de trecho da rede elétrica na Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 26/12/2016 Término: 13/06/2017

Assinatura : 26/12/2016

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 112 - 08.001.1009.344905199000000.01080000

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 11/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Secretaria Municipal de Administração

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO

SELETIVO PÚBLICO Nº 11/2016

Objeto: Processo Seletivo de Provas e Títulos, objetivando a contratação de Médico e Médico Comunitário, do Programa Estratégia Saúde da Família – ESF, a serem contratados, em caráter de tempo determinado nas Unidades de Saúde do Município de Concórdia, SC.

Das inscrições: As inscrições estarão abertas no período de d 4 de janeiro a 2 de fevereiro de 2017, somente via internet, pelo sítio www.concordia.sc.gov.br.

Dos Cargos

I – Médico: 10 vagas;

II – Médico Comunitário, do Programa Estratégia Saúde da Família – ESF: 3 vagas.

A íntegra do presente Edital está publicada no mural interno do Centro Administrativo Municipal, no mural da Câmara Municipal de Vereadores e no sítio www.concordia.sc.gov.br.

Concórdia, SC, 26 de dezembro de 2016.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE CLASSIFICAÇÃO FINAL TOMADA DE PREÇOS C&S Nº 4/2016-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

TOMADA DE PREÇOS CS Nº 4/2016 – PMC

Objeto: contratação de empresa para prestação de serviços técnicos de elaboração de Diagnóstico Socioambiental de parte da bacia hidrográfica do Rio dos Queimados, no perímetro urbano deste Município, de acordo com o Termo de Referência constante no Anexo "A" do Edital.

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE CLASSIFICAÇÃO FINAL

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado da sessão de classificação das propostas de preços e classificação final da licitação em epígrafe, na seguinte conformidade: aberta a sessão pública pela Presidente da Comissão, procedeu-se abertura dos envelopes nº 03 – proposta comercial. Na sequência foram calculados os valores com base nos itens 9.2.5.4, 9.3.11 e 9.4.1 do edital. Após apuração a obteve-se a seguinte classificação final: a licitante RHA ENGENHARIA E CONSULTORIA SS LTDA alcançou a pontuação técnica de 57,69 (cinquenta e sete e sessenta e nove centésimos), alcançou a pontuação comercial de 100 (cem), atingindo assim a nota final classificatória de 74,61 pontos (setenta e quatro e sessenta e um centésimos pontos); a licitante ECOSFERA CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA alcançou a pontuação técnica de 46,63 (quarenta e seis e sessenta e três centésimos), alcançou a pontuação comercial de 91,35 (noventa e um e trinta e cinco centésimos), atingindo assim a nota final classificatória de 64,51 pontos (sessenta e quatro e cinquenta e um centésimos pontos); e a licitante FUNDAÇÃO EDUCACIONAL CRICIÚMA alcançou a pontuação técnica de 23,08 (vinte e três e oito décimos), alcançou a

pontuação comercial de 93,79 (noventa e três e setenta e nove centésimos), atingindo assim a nota final classificatória de 51,36 pontos (cinquenta e um e trinta e seis centésimos pontos). Verifica-se, portanto, que a licitante RHA ENGENHARIA E CONSULTORIA SS LTDA sagrou-se vencedora do certame com a nota final classificatória de 74,61 pontos (setenta e quatro e sessenta e um centésimos). Destaca-se que o valor proposto pela licitante vencedora para execução dos serviços é R\$ 337.000,00 (trezentos e trinta e sete mil reais). A Presidente oficializou que em razão da ausência dos representantes legais das licitantes, fica garantido o prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis, conforme artigo 109, I, "b" da Lei Federal 8.666/1993 a contar desta publicação.

Concórdia, SC, 27 de dezembro de 2016
CAMILA CRISTINA M. V. NOGUEIRA
Presidente da C.P.L

EXTRATO RESCISÃO CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 1/2016-PMC

Contrato Nº : 1CC/2016

Aditivo Nº : 1/2016

Tipo Aditivo : Rescisão Contratual

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : NOVAPELLE BRASIL DISTRIBUIDORA DE COSMETICOS E MEDICAMENTOS LTDA ME

Licitação : Concorrência para Concessões 2/2015

Objeto : Seleção de empresa(s) para outorga de Concessão de Direito Real de Uso de 4 (quatro) lotes de terra nua, conforme previsão expressa nas Leis Complementares Municipais n. 477, de 18 de dezembro de 2006 e n. 253, de 20 de novembro de 2002 e alterações, sendo todos localizados na Área Industrial do Município, com a finalidade exclusiva de implantação e operacionalização de empreendimento do ramo industrial, de acordo com as normas estabelecidas neste Edital e anexos.

Vigência : Início: 08/11/2016 Término: 22/01/2026

Assinatura : 27/12/2016

Valor R\$: 0,00 (Zero)

FMAS PSB BASICA SCFV 3ª PAIF E 1ª 2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio – FMAS/PSB/FNAS/BASICA, repasse no valor de R\$ 25.500,00 (vinte e cinco mil e quinhentos reais), referente PSB Básica FNAS.

Concórdia SC, 23 de dezembro de 2016.

Neusa Aparecida Dahmer
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

PTMC PSE 3ª 2016 PARCELA

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio – FMAS PFMC, PSE R\$ 5.765,20 no valor de (cinco mil e setecentos e sessenta e cinco reais e vinte centavos).

Concórdia SC, 26 de dezembro de 2016.

Neusa Aparecida Dahmer
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

SUAS- IGD 7ª E 12ª 2015 PARCELAS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio – FMAS/IGDSUAS, repasse das parcelas no valor de R\$ 7.015,74 (Sete mil, e quinze reais e setenta e quatro centavos) referente Índice de Gestão Descentralizada-IGD-SUAS.

Concórdia SC, 26 de dezembro de 2016.

Neusa Aparecida Dahmer
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 756/2016

DECRETO Nº 756 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao dispositivo no art. 70 – IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei municipal nº 1.180/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 28.488,00 (vinte e oito mil, quatrocentos e oitenta e oito reais), os quais serão utilizados para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade: 27.812.2508.2.005 – Manutenção das Ações e Projetos da Secretaria da Cultura e Esportes.

Modalidade de Aplicação: 319000 – 68

Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 10.250,00

Projeto/Atividade: 08.244.2504.2.040 – Manutenção do Conselho Tutelar.

Modalidade de Aplicação: 319000 – 127

Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 3.238,00

Projeto/Atividade: 28.843.000.0.002 – Pagamento do PASEP.

Modalidade de Aplicação: 339000 – 141

Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 15.000,00

Art. 2. Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º, serão utilizados recursos do superávit financeiro de 2015.

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 163.000,00 (cento e sessenta e três mil reais), os quais serão utilizados para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 12.361.2506.2.013 – Manutenção da Educação Básica.

Modalidade de Aplicação: 319000 – 27

Fonte de Recursos: 10.01 – Ordinários – R\$ 163.000,00

Art. 4 Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 3º, será anulada parte da seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 12.361.2506.2.013 – Manutenção da Educação Básica.

Modalidade de Aplicação: 319000 – 28

Fonte de Recursos: 10.01 – Ordinários – R\$ 163.000,00

Art. 5º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 126.000,00 (cento e vinte e seis mil reais), os quais serão utilizados para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 12.361.2506.2.022 – Manutenção do Fundeb.

Modalidade de Aplicação: 319000 – 36

Fonte de Recursos: 10.18 – Vinculados – R\$ 163.000,00

Art. 6. Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 5º, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação da Fonte de Recursos Vinculada (10.18)

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 21 de dezembro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

DECRETO N. 757/2016

DECRETO Nº 757/2016

"DISPÕE SOBRE O CALENDÁRIO FISCAL DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA PARA O EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso IV artigo 70 da Lei Orgânica do município, pelo Código Tributário Municipal (Lei nº 11/99 e suas alterações posteriores), pelas Leis Complementares nº 29/2003 e nº 30/2004, e demais legislações pertinentes;

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Calendário Fiscal, definindo tributos, o seu parcelamento, as suas datas de vencimento para recolhimento e outras disposições correlatas para processamento e efetivação da arrecadação dos tributos municipais no exercício de 2017, de conformidade com a Lei Complementar 29/2004, nos termos do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Vencidos os prazos previstos e fixados no Calendário Fiscal para a satisfação do crédito tributário, objeto do presente Decreto, ficam automaticamente sujeitos à atualização monetária, juros de mora e penalidades previstas na legislação tributária, bem como a inscrição do crédito tributário em dívida ativa dos contribuintes ou responsáveis infratores.

Art. 3º Os tributos que serão arrecadados mediante a apuração pelo movimento econômico variável serão recolhidos até a data do vencimento, pelo valor originário desta apuração, e, após o vencimento serão até a data do efetivo pagamento aplicados os dispositivos do Código Tributário Municipal e demais legislações pertinentes.

Art. 4º Os vencimentos constantes do anexo Único deste Decreto serão até a data fixada no Calendário fiscal, podendo o Contribuinte antecipar o seu pagamento.

Art. 5º Os tributos não constantes neste Calendário Fiscal serão pagos por ocasião da entrada dos respectivos requerimentos ou quando da prática do ato que der origem ao seu pagamento.

Art. 6º Conforme preconiza o art. 59 da Lei Complementar nº 029/2003, a atualização monetária para todos os tributos municipais em 2017 fica estipulada em 7,14% (sete vírgula quatorze por cento), considerando o IGPM acumulado nos últimos 12 (doze) meses (Dez/2015 a Nov/2016).

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 26 de dezembro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

ANEXO ÚNICO

CALENDÁRIO FISCAL PARA 2017

MÊS REFERÊNCIA	IPTU/ TadCd / CpdSI	ISSQN	SERV. ÁGUA	TLLFP/ TFVS / TCBM
PARCELAMENTO/VENCIMENTO				
Janeiro		10/02/2017	15/02/2017	
Fevereiro		10/03/2017	15/03/2017	
Março	10/03/2017 (1ª ou cota única)	10/04/2017	15/04/2017	31/03/2017
Abril	10/04/2017	10/05/2017	15/05/2017	
Maio	10/05/2017	10/06/2017	15/06/2017	
Junho	10/06/2017	10/07/2017	15/07/2017	
Julho	10/07/2017	10/08/2017	15/08/2017	
Agosto		10/09/2017	15/09/2017	
Setembro		10/10/2017	15/10/2017	
Outubro		10/11/2017	15/11/2017	
Novembro		10/12/2017	15/12/2017	
Dezembro		10/01/2018	15/01/2018	

*IPTU e CONDE – 20% desconto para pagamento em cota única;
 *ITBI – Vencimento com prazo de 30 dias a partir da emissão da Guia;
 *Os tributos não constantes do Calendário Fiscal serão recolhidos por ocasião da entrada dos respectivos requerimentos ou quando da prática do ato que der origem ao seu pagamento.

CONDE	
Cota Única (20% de desconto)	30/01/2018
Pagamento Parcelado (até 24x)	30/01/2018 – 30/01/2020

Legenda: IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano;
 TadCd - Taxa de Coleta de Lixo;
 CpdSI - Contribuição p/Custeio do Serv. Iluminação Pública;
 ISSQN - Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza;
 SERV. ÁGUA - Taxa pelo Fornecimento de Água;
 TLLFP - Taxa de Licença para Localização Funcionamento e Permanência;
 CONDE - Contribuição de Melhoria;
 TFVS - Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária;
 TCBM - Taxa Corpo de Bombeiros Militar;
 ITBI - Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis Inter Vivos e de Direitos Reais sobre ele incidente.

ALCEU MAZZIONI
 Prefeito Municipal

DECRETO N. 758/2016

DECRETO Nº 758/2016

“DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE VALORES PARA COBRANÇA DE TAXA DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA PARA O EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no inciso IV do art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a tabela de valores das taxas e serviços de fornecimento de água do município para o exercício de 2017, utilizando-se como índice de correção o IGP-M de 7,14% (sete vírgula quatorze por cento) acumulados nos últimos 12 meses, aplicado sobre os valores cobrados em dezembro de 2016, conforme estabelece o Anexo Único.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 26 de dezembro de 2016.

ALCEU MAZZIONI
 Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO
 Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

ANEXO ÚNICO

TABELA DE VALORES DE TAXA DE CONSUMO DE ÁGUA E SERVIÇOS RELACIONADOS

TAXA URBANA - POR M³

Consumo	Preço por m³
Até 10 m³	R\$ 3,87
De 10 a 20 m³	R\$ 4,17
De 20 a 30 m³	R\$ 6,28
De 30 a 40 m³	R\$ 6,78
De 40 a 50 m³	R\$ 8,05
Acima de 50 m³	R\$ 8,73

TAXA RURAL, BARES, RESTAURANTES E HOTÉIS - POR M³

Consumo	Preço por m³
---------	--------------

Até 30 m³	R\$ 2,25
De 30 a 60 m³	R\$ 3,32
Acima de 60 m³	R\$ 4,29

TAXA MÍNIMA DE CONSUMO: R\$ 21,86

Outros Serviços:

a) Restabelecimento de água:

- Serviços de Ligação: R\$ 13,41

- Custo por Falta de Pagamento: R\$ 13,41

b) Desligamento:

- Por solicitação do usuário: R\$ 25,36

c) Consumo de água por circos, parques e outros:

- Custo fixo até 15 dias: R\$ 178,39

- Custo fixo acima de 15 dias: R\$ 216,44 + 14,27 por dia

d) Aferição de Hidrômetro:

- Por solicitação do Usuário: R\$ 8,68

e) Taxa de expediente:

- Emissão de 2ª via da fatura de água: R\$ 4,29

Cordilheira Alta/SC, 26 de dezembro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

DECRETO N. 759/2016

DECRETO Nº 759/2016

“FIXA O PREÇO PÚBLICO PARA UTILIZAÇÃO DOS CENTROS INTEGRADOS DE EDUCAÇÃO, PARA FINS ESPORTIVOS, NO ANO DE 2017, NOS TERMOS DA LEI N. 672/2005, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Orgânica Municipal, Lei n. 672/2005, e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Fica alterado o preço público a ser cobrado pela hora de utilização dos Centros Integrados de Educação para fins esportivos, para o exercício de 2017, nos termos do artigo 1º da Lei n. 672/2005, utilizando-se como índice de correção o IGP-M de 7,14% (sete vírgula quatorze por cento) acumulados nos últimos 12 meses, totalizando a importância de R\$ 19,35 (dezenove reais e trinta e cinco centavos).

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 26 de dezembro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO N. 760/2016

DECRETO Nº 760/2016

“FIXA O PREÇO PÚBLICO A SER COBRADO SOBRE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO EM PROPRIEDADES PARTICULARES, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR N. 95/2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar n. 95/2013, e demais legislações aplicáveis:

DECRETA:

Art. 1º Fica fixado o preço público a ser cobrado sobre a prestação de serviços de máquinas, veículos e equipamentos do Município em propriedades particulares, nos termos do Parágrafo Único do Artigo 3º da Lei Complementar n. 95/2013, conforme Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º O valor que trata o artigo 1º foi corrigido com base no INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 26 de dezembro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

ANEXO ÚNICO

Preço público pela Prestação de Serviços diversos com máquinas, veículos e equipamentos da Municipalidade:

Item	Máquina/Equipamento por hora em R\$	Valor
01	Trator sobre esteiras D41-E	R\$ 247,51
02	Trator sobre Pneus	R\$ 80,27
03	Retroescavadeira	R\$ 120,41
04	Motoniveladora	R\$ 214,06
05	Pá carregadeira	R\$ 160,55
06	Rolo Compactor	R\$ 120,41
07	Caminhão simples	R\$ 80,27
08	Caminhão truck	R\$ 120,41
09	Empréstimo de equipamentos sem uso do trator – preço público fixado por dia de empréstimo	R\$ 26,76

Cordilheira Alta/SC, 26 de dezembro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

EXTRATO RESULTADO DE LICITAÇÃO - PROCESSO 91/2016 - PP 38/2016 - APLICATIVOS DE GESTÃO PÚBLICA, COM ACESSO SIMULTÂNEO DE USUÁRIOS**EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO**

O Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, torna público o resultado da licitação conforme a baixo especifica:

MODALIDADE: Pregão Presencial nº38/2016

JULGAMENTO: Menor preço por lote

PROCESSO: 91/2016

SOLICITANTE: Secretaria de Administração Fazenda e Planejamento e Fundo Municipal da Saúde.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE APLICATIVOS DE GESTÃO PÚBLICA, COM ACESSO SIMULTÂNEO DE USUÁRIOS, E QUE ATENDA AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, OS QUANTITATIVOS E OS SERVIÇOS TÉCNICOS CORRELATOS.

VALOR TOTAL DO PROCESSO R\$121.543,00 (Cento e vinte e um mil e quinhentos e quarenta e três reais) ADJUDICAÇÃO: Decaído o direito de recorrer e considerada aceitável a melhor proposta, a Comissão de Licitações declara vencedora a empresa: Betha Sistemas Ltda, adjudicado em favor da empresa o objeto da licitação em epígrafe. Após publicado este resultado no órgão oficial de publicação do Município, os autos serão caminhados para o Ordenador de Despesas para análise e homologação se assim o decidir;

Cordilheira Alta, SC, em 28 de Dezembro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito

EXTRATO RESULTADO DE LICITAÇÃO - PROCESSO 93/2016 - PPRP 40/2016 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, FRALDAS E PROTETOR SOLAR PARA SUPRIR DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE**EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO**

O Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, torna público o resultado da licitação conforme a baixo especifica:

MODALIDADE: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 40/2016

JULGAMENTO: Menor preço por item

PROCESSO: 93/2016

SOLICITANTE: Fundo Municipal de Saúde.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para possível AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, FRALDAS E PROTETOR SOLAR A FIM DE SUPRIR A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE E MANTER COM AS ATIVIDADES DE SAÚDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA.

VALOR TOTAL DO PROCESSO: R\$ 335.973,06 (trezentos e trinta e cinco mil, novecentos e setenta e três reais com seis centavos).

ADJUDICAÇÃO: Decaído o direito de recorrer e considerada aceitável a melhor proposta, a Comissão de Licitações declara vencedoras as empresas: MED OESTE ORGANIZAÇÃO FARMACEUTIVA EIRELI ME no valor total de R\$5.215,00, empresa AR FIOREZZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA no valor total de R\$ 64.726,55, empresa MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA no valor total de R\$26.808,22, CENTERMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, no valor total de R\$39.812,50, S E R DISTRIBUIDORA LTDA ME, no valor total de R\$22.766,29, ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, no valor total de R\$ 6.445,90, DALMED DISTRIBUIDOR DE MEDICAMENTOS LTDA ME, no valor total de R\$22.424,30, A G KIENEN E CIA LTDA ME, no valor total de R\$62.143,50, DAMEDI DAMBORS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP, no valor total de R\$2.385,40, DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA EPP, no valor total de R\$49.900,00 LITORALM COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS EIRELI ME, no valor total de R\$5.292,60, DRV COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA ME, no valor total de R\$21.047,80, MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI, no valor total de R\$7.005,00, adjudicado em favor das empresas o objeto da licitação em epígrafe. Após publicado este resultado no órgão oficial de publicação do Município, os autos serão encaminhados para o Ordenador de Despesas para análise e homologação se assim o decidir;

Cordilheira Alta, SC, em 26 de Dezembro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito

Coronel Freitas

PREFEITURA

DECRETO Nº 7624/2016

DECRETO N. 7.624, 05 de Outubro de 2016.

Declara de utilidade pública, área que menciona e dá outras providências.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública, parte da área da matrícula Nº 721, destinada a reservatório de água na comunidade de Linha Carola Maia, total de 25m².

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 05 de Outubro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 7633/2016

DECRETO Nº. 7.633, 24 de Outubro de 2016.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA PAGAMENTO DE DESPESA RELATIVA AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente a Lei Nº 2.157/2016;

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a reconhecer e empenhar na dotação própria do Orçamento atual do Fundo Municipal de Saúde, o valor de R\$ 6.616,20 (Seis mil e seiscentos e dezesseis reais e vinte centavos), para pagamento de despesas relativo ao exercício financeiro de 2014, da Secretaria Municipal de Saúde, para a Altermed Material Médico Hospitalar, portadora do CNPJ Nº 00.802.002/0001-02, conforme a seguir discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
AÇÃO 2.083	Altermed Material Médico Hospitalar	R\$ 6.616,20
ELEMENTO 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002		
TOTAL		R\$ 6.616,20

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta da ação acima discriminada.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 24 de Outubro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 7634/2016

DECRETO Nº. 7.634, 24 DE OUTUBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAÇÃO POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Prefeito de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente a Lei Nº 2.158/2016;

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar por anulação de dotação no orçamento do Município, o valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 03.00 – Secretaria de Administração e Finanças.

Unidade: 03.02 – Departamento de Administração e Finanças.

Função: 04 – Administração.

Sub-função: 122– Administração Geral.

Programa: 0003 – Administração Geral.

Ação: 2.003 – Manutenção das Atividades de Administração do Município.

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 90.000,00

Art. 2º. As fontes de recursos para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes da anulação de dotação orçamentária a seguir discriminada:

Órgão: 06.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Unidade: 06.02 – Departamento de Transportes e Obras.

Função: 26– Transporte.

Sub-função: 122– Administração Geral.

Programa: 0013 – Estradas Vicinais.

Ação: 2.044 – Manutenção, Abertura e Conservação de Estradas Vicinais.

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Órgão: 05.00 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

Unidade: 05.01 – Departamento de Agricultura.

Função: 20 – Agricultura.

Sub-função: 606– Extensão Rural.

Programa: 0010 – Agricultura.

Ação: 2.028 – Manutenção e Assistência ao Produtor Rural.

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 24 de Outubro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 7635/2016

DECRETO Nº. 7,635, 24 DE OUTUBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO ADICIONAL POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente a Lei Nº 2.159/2016;

DECRETA

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado para abrir crédito adicional por anulação de dotação no orçamento vigente do

Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 45.721,38 (Quarenta e cinco mil e setecentos e vinte e um reais e trinta e oito centavos), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 07.00 – Fundo Municipal de Saúde.

Unidade: 01 - Departamento de Saúde.

Função: 10 – Saúde.

Sub-função: 301 – Atenção Básica.

Programa: 0022 – Programa Saúde Da Família.

Ação: 2.004 - Manutenção do Programa ESF.

Elemento: 3.1.90.0000000000.01.0664 – Aplicações Diretas R\$ 45.721,38.

Art. 2º. A fonte de recurso para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes de anulações de dotações orçamentárias, a seguir discriminadas:

Órgão: 07.00 – Fundo Municipal de Saúde.

Unidade: 01 - Departamento de Saúde.

Função: 10 – Saúde.

Sub-função: 301 – Atenção Básica.

Programa: 0032 – Saúde Mental.

Ação: 2.104 - Manutenção do Programa NASF.

Elemento: 3.1.90.0000000000.01.0664 – Aplicações Diretas R\$ 45.721,38.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 24 de Outubro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 7636/2016

DECRETO Nº. 7,636, 24 DE OUTUBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAÇÃO POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Excelentíssimo Prefeito de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente a Lei Nº 2.160/2016;

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar por anulação de dotação no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, o valor de R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 07.00 – Fundo Municipal de Saúde.

Unidade: 07.01 – Departamento de Saúde.

Função: 10 – Saúde.

Sub-função: 122– Administração Geral.

Programa: 0019 – Saúde para Todos.

Ação: 2.091 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

Elemento: 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0002 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos.

R\$ 210.000,00

Art. 2º. As fontes de recursos para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes da anulação de dotação orçamentária a seguir discriminada:

Órgão: 06.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Unidade: 06.01 – Departamento de Serviços Urbanos.

Função: 15 – Urbanismo.

Sub-função: 451 – Infra – Estrutura Urbana.

Programa: 0018 – Serviço De Utilidade Pública.

Ação: 2.050 – Manutenção do Departamento de Serviços Urbanos.

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 70.110,00

Órgão: 05.00 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

Unidade: 05.01 – Departamento de Agricultura.

Função: 20 – Agricultura.

Sub-função: 606– Extensão Rural.

Programa: 0010 – Agricultura.

Ação: 2.028 – Manutenção e Assistência ao Produtor Rural.

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 120.000,00

Órgão: 06.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Unidade: 06.01 – Departamento de Serviços Urbanos.

Função: 15 – Urbanismo.

Sub-função: 451 – Infra – Estrutura Urbana.

Programa: 0018 – Serviço De Utilidade Pública.

Ação: 1.066 – Drenagem e Retificação da Sanga que passa ao lado do Loteamento Cinquentenário.

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Órgão: 06.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Unidade: 06.02 – Departamento de Transportes e Obras.

Função: 26 – Transporte.

Sub-função: 782 – Transporte Rodoviário.

Programa: 0013 – Estradas Vicinais

Ação: 1.041 – Aquisição de Máquinas, Veículos, Equipamentos e Mobiliários.

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas
R\$ 2.390,00

Órgão: 06.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Unidade: 06.02 – Departamento de Transportes e Obras.

Função: 25 – Energia.

Sub-função: 752 – Energia Elétrica.

Programa: 0014 – Pavimentação Rural e Praças.

Ação: 1.046 – Iluminação Pública no Interior.

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas
R\$ 1.000,00

Órgão: 06.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Unidade: 06.01 – Departamento de Serviços Urbanos.

Função: 15 – Urbanismo.

Sub-função: 451 – Infra- Estrutura Urbana.

Programa: 0015 – Urbanização Da Cidade.

Ação: 1.056 – Aquisição de Máquinas, Veículos, Equipamentos.

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas
R\$ 1.500,00

Órgão: 04.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Unidade: 04.05 – Departamento de Educação.

Função: 12 – Educação.

Sub-função: 306 – Alimentação e Nutrição.

Programa: 0005 – Todas as Crianças e Adolescentes na Escola.

Ação: 2.008 – Merenda Escolar.

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001 – Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 24 de Outubro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 7637/2016

DECRETO Nº. 7,637, 24 DE OUTUBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAÇÃO POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Prefeito de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente a Lei Nº 2.161/2016;

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar por anulação de dotação no orçamento do Município, o valor de R\$ 76.600,00 (setenta e seis mil e seiscentos reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 04.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Unidade: 04.05 – Departamento de Educação.

Função: 12 – Educação.

Sub-função: 361 – Ensino Fundamental.

Programa: 0005 – Todas as Crianças e Adolescentes na Escola.

Ação: 2.007 – Manutenção do Transporte Escolar.

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001 – Aplicações Diretas.
R\$ 76.600,00

Art. 2º. As fontes de recursos para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes da anulação de dotação orçamentária a seguir discriminada:

Órgão: 02.00 – Gabinete do Prefeito.

Unidade: 02.01 – Chefia de Gabinete.

Função: 04 – Administração.

Sub-função: 122 – Administração Geral.

Programa: 0002 – Gestão Administrativa Superior.

Ação: 1.003 – Aquisição de Veículo para o Gabinete do Prefeito.

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas
R\$ 6.600,00

Órgão: 03.00 – Secretaria de Administração e Finanças.

Unidade: 03.02 – Departamento de Administração e Finanças.

Função: 04 – Administração.

Sub-função: 122 – Administração Geral.

Programa: 0003 – Administração Geral.

Ação: 2.088 – Transferência a Consórcios Públicos, Subvenções, Contribuições e Auxílios.

Elemento: 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos.

R\$ 30.000,00

Órgão: 04.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Unidade: 04.04 – Departamento de Esportes.

Função: 27 – Desporto e Lazer.

Sub-função: 122 – Administração Geral.

Programa: 0007 – Esporte e Lazer para Todos.

Ação: 2.026 – Manutenção do Departamento de Esportes.

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas.
R\$ 20.000,00

Órgão: 06.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Unidade: 06.02 – Departamento de Transportes e Obras.

Função: 26 – Transporte.

Sub-função: 122 – Administração Geral.

Programa: 0013 – Estradas Vicinais.

Ação: 2.044 – Manutenção, Abertura e Conservação de Estradas Vicinais.

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas. R\$ 20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 24 de Outubro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 7638/2016

DECRETO Nº. 7.638, 24 de Outubro de 2016.
EXONERA OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Exonerar a servidora pública municipal Marizete Casagrande ocupante do cargo de Secretária de Assistência Social, nomeada pelo Decreto nº. 7.618/2016, a partir de 01 de Novembro de 2016.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito 24 de Outubro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 7639/2016

DECRETO Nº. 7.639, 24 de Outubro de 2016.
EXONERA OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Exonerar o servidor público municipal Jaime Antonio Favaretto ocupante do cargo de , Diretor do Departamento de Obras, nomeada pelo Decreto nº. 7.068/2015, a partir de 01 de Novembro de 2016.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito 24 de Outubro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 7640/2016

DECRETO Nº. 7.640, 24 de Outubro de 2016.
EXONERA OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Exonerar o servidor público municipal Alexandre Luiz Graciani ocupante do cargo de Diretor do Departamento de Agricultura, nomeado pelo Decreto nº. 7.071/2015, a partir de 01 de Novembro de 2016.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito 24 de Outubro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 7641/2016

DECRETO Nº. 7.641, 24 de Outubro de 2016.
EXONERA OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Exonerar a servidora pública municipal Jaqueline Maria Busnello Cordazzo ocupante do cargo de Diretora do Departamento de Serviços Urbanos, nomeada pelo Decreto nº. 6.715/2014, a partir de 01 de Novembro de 2016.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito 24 de Outubro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 7642/2016

DECRETO Nº. 7.642, 24 de Outubro de 2016.

CONSTITUI COMISSÃO PARA AVALIAR E REGISTRAR AS CONDIÇÕES DE EQUIPAMENTOS DA MUNICIPALIDADE.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, conforme prevê o artigo 217 e seus incisos da lei Orgânica do Município;

DECRETA

Art. 1º. Ficam designados os membros a seguir mencionados para constituir a comissão que deverá proceder a avaliação e registrar as condições dos equipamentos existentes do pátio da garagem municipal, sendo:

Junior Batisti – Diretor do Departamento de Transportes

Roberto Carlos Marafon – Operador de Máquinas II.

Gilberto Roque Fossa – Técnico em Agropecuária.

Rudimar Cavazotto – Mecânico.

Vereadores – Câmara Municipal de Vereadores de Coronel Freitas.

Art. 2º. As avaliações efetivadas pela comissão deverá constar em ata.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 24 de Outubro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 7643/2016

DECRETO Nº. 7.643, 24 DE OUTUBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAÇÃO POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Prefeito de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Nº 2.120/2015;

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar por anulação de dotação no orçamento do Município, o valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 10.00 – Fundo Municipal de Assistência Social.

Unidade: 10.01 – Departamento de Assistência Social.

Função: 08– Assistência Social.

Sub-função: 244 – Assistência Comunitária.

Programa: 0023 – Proteção Social Básica.0

Ação: 2.105 – Manutenção da Assistência Social.

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas.

R\$ 25.000,00

Art. 2º. As fontes de recursos para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes da anulação de dotação orçamentária a seguir discriminada:

Órgão: 10.00 – Fundo Municipal de Assistência Social.

Unidade: 10.01 – Departamento de Assistência Social.

Função: 08– Assistência Social.

Sub-função: 244 – Assistência Comunitária.

Programa: 0023 – Proteção Social Básica.0

Ação: 2.105 – Manutenção da Assistência Social.

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas.

R\$ 25.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 24 de Outubro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 7644/2016

DECRETO Nº. 7.644, 24 de Outubro de 2016.

EXONERA OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Exonerar o servidor público municipal Elixandre Antonio Api ocupante do cargo de Chefe do Setor de Transportes, nomeada pelo Decreto nº. 7.109/2015, a partir de 01 de Novembro de 2016.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito 24 de Outubro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 7645/2016

DECRETO Nº. 7.645, 24 de Outubro de 2016.

EXONERA OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Exonerar o servidor público municipal Diego Luis Varnier ocupante do cargo de Chefe do Setor de Agricultura, nomeada pelo Decreto nº. 6.953/2014, a partir de 01 de Novembro de 2016.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito 24 de Outubro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 7646/2016

DECRETO Nº. 7.646, 24 de Outubro de 2016.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Fica – nomeado Diego Luis Varnier , para o cargo de Diretor de Departamento de Agricultura, conforme anexo III da Lei Municipal Nº. 2079/2015 e suas alterações, a partir de 01 de Novembro de 2016.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito 24 de Outubro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 7647/2016

DECRETO Nº. 7.647, 24 de Outubro de 2016.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Fica – nomeado Elixandre Antonio Api , para o cargo de Diretor de Departamento Municipal de Estrada e Rodagem - DMER, conforme anexo III da Lei Municipal Nº. 2079/2015 e suas alterações, a partir de 01 de Novembro de 2016.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito 24 de Outubro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 7648/2016

DECRETO Nº. 7.648, 01 de Novembro de 2016.

DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Fica Decretado Ponto Facultativo, em todas as repartições públicas do município de Coronel Freitas, no dia 14 de Novembro de 2016.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 01 de Novembro de 2016.

Mauri José zucco

Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 7649/2016

DECRETO Nº. 7.649, 03 de Novembro de 2016.

A PEDIDO EXONERA SERVIDORA.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Exonerar a pedido a servidora pública municipal Isaura Candida Provin, do cargo de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria de Saúde, nomeada pelo decreto nº. 2329/1999, Edital de Concurso Público N. 001/1999, a partir de 02 de Novembro de 2016.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 03 de Novembro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 7649A/2016

DECRETO Nº. 7,649A, 03 DE NOVEMBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAÇÃO POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS.

O Excelentíssimo Prefeito de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Nº 2.120/2015;

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar por anulação de dotação no orçamento do Fundo Municipal de assistência Médica ao Servidor Municipal de Coronel Freitas, o valor de R\$ 2.250,00 (dois mil e duzentos e cinquenta reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 08.01 – Fundo Municipal de Assistência Médica ao Servidor Municipal de Coronel Freitas.

Unidade: 08.01 – Fundo Municipal de Assistência Médica ao Servidor Municipal de Coronel Freitas.

Função: 10 – Saúde.

Sub-função: 122– Administração Geral.

Programa: 0030 – Fundo Municipal de Assistência Médica ao Servidor Municipal de Coronel Freitas.

Ação: 2.055 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Médica ao Servidor Municipal de Coronel Freitas.

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 2.250,00

Art. 2º. As fontes de recursos para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes da anulação de dotação orçamentária a seguir discriminada:

Órgão: 08.01 – Fundo Municipal de Assistência Médica ao Servidor Municipal de Coronel Freitas.

Unidade: 08.01 – Fundo Municipal de Assistência Médica ao Servidor Municipal de Coronel Freitas.

Função: 10 – Saúde.

Sub-função: 122– Administração Geral.

Programa: 0030 – Fundo Municipal de Assistência Médica ao Servidor Municipal de Coronel Freitas.

Ação: 2.055 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Médica ao Servidor Municipal de Coronel Freitas.

Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 2.250,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 03 de Novembro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 7650/2016

DECRETO Nº. 7.650, 04 de Novembro de 2016.

Dispõe sobre a equipe de transição e dá outras providências

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando que um dos pilares da democracia é a alternância harmoniosa do Poder;

Considerando que a transição de governo recomenda a transferência de dados fundamentais para facilitar o desenvolvimento dos programas, projetos e ações do candidato eleito para o cargo de prefeito; e

Considerando a importância de um processo de transição governamental para preservação da continuidade dos serviços públicos visando aos interesses da população municipal;

DECRETA

Art. 1º Ao candidato eleito para o cargo de Prefeito é facultado manifestar seu interesse na constituição de equipe de transição, observadas as disposições deste decreto.

Art. 2º A equipe de transição será integrada por membros que representem:

I – o candidato eleito para o cargo de Prefeito: Izeu Tozetto;

II - o Prefeito: Mauri José Zucco.

§ 1º A coordenação dos trabalhos da equipe de transição será exercida por um dos membros de que trata o inciso II deste artigo, conforme indicação do Prefeito: Clarice Ana Tessaro Zucco – Secretária De Administração e Finanças.

§ 2º Os membros da equipe de transição serão designados pelo Prefeito, sendo os de que trata o inciso I deste artigo, mediante solicitação do Prefeito eleito:

Equipe contábil: Edson Luiz Regoso, Silvana Fatima Gollo Favaretto, Paulo Cesar Strada.

Jurídico: Avelino Bortolon Junior e Bernardo Ibagy Pacheco.

Tesoureiro: Vanderlei Bourscheidt.

Tributos: Leonir Rafaelli e Cassiane Ficagna Carvalho.

§ 3º A equipe de transição poderá convidar para participar de suas reuniões pessoas que, por seus conhecimentos e experiência profissional, possam contribuir para a discussão das matérias em exame.

§ 4º A equipe de transição contará, ainda, com quadro constituído de:

I - profissionais e auxiliares indicados pelo responsável pela coordenação dos trabalhos da equipe;

II – servidores que para esse fim vierem a ser designados pelo

Secretário da Administração: Cassiane Ficagna Carvalho – Técnica em Administração

Art. 3º Compete à equipe de transição:

I - obter informações sobre:

- a) o funcionamento dos órgãos e entidades da administração municipal;
- b) as contas públicas;
- c) os programas e projetos do governo municipal;

II - elaborar os atos de competência do novo Prefeito, a serem editados imediatamente após sua posse.

§ 1º As informações a que se refere o inciso I deste artigo deverão ser disponibilizadas pelo responsável pela coordenação dos trabalhos da equipe de transição.

§ 2º Para apoiar o desempenho de atividades específicas, a equipe de transição poderá contar com a participação de profissionais de reconhecida competência em sua área de atuação.

Art. 4º As informações solicitadas pela equipe de transição deverão ser fornecidas, em tempo hábil e com a necessária precisão, pelas Secretarias do Município, Procuradoria Jurídica e demais órgãos da administração municipal.

Parágrafo único – Os dirigentes dos órgãos e entidades de que trata este artigo deverão acompanhar o atendimento das solicitações formuladas e oferecer à equipe de transição todo o apoio necessário ao desempenho de seus trabalhos.

Art. 5º A Secretaria de Administração, quando solicitada, colocará à disposição dos candidatos eleitos para os cargos de Prefeito e de Vice-Prefeito:

I – locais considerados próprios para as atividades da equipe de transição;

II - a infra-estrutura e o apoio técnico-administrativo necessários ao pleno desempenho de suas atividades no período de transição governamental.

Art. 6º As reuniões de servidores com integrantes da equipe de transição devem ser objeto de agendamento e registro sumário em atas que indiquem os participantes, os assuntos tratados, as informações solicitadas e o cronograma de atendimento das demandas apresentadas.

Art. 7º O Secretário de Administração poderá expedir normas complementares necessárias ao cumprimento deste decreto.

Art. 8º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 04 de Novembro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 7651/2016

DECRETO Nº 7.651, 04 de Novembro de 2016.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO RECURSO DO FNDE BRASIL CARINHOSO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 2.120/2015.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar dotação por excesso de arrecadação, no recurso da FNDE BRASIL CARINHOSO, no orçamento vigente do município, no valor de R\$ 6.463,45 (Seis mil e quatrocentos e sessenta e três reais e quarenta e cinco centavos), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 04.05 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Unidade: 04.05 – Departamento de Educação.

Função: 12 – Educação.

Subfunção: 365 – Educação Infantil.

Programa: 0005 – Todas as Crianças e Adolescentes na Escola.

Ação: 2.019 – Manutenção da Educação Infantil.

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0062 – FNDE R\$ 6.463,45.

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do excesso de arrecadação no DR. 01.0062 – Fundo Nacional De Desenvolvimento Da Educação – FNDE.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 04 de Novembro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 7652/2016

DECRETO Nº 7.652. 04 DE NOVEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAÇÃO POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2015 E POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Prefeito de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Nº 2.120/2015. DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar por superávit financeiro do exercício de 2015 no orçamento do município, o valor de R\$ 6.025,55 (Seis mil e vinte e cinco reais e cinquenta e cinco centavos) e por anulação de dotação no valor de R\$ 4.063,78 (Quatro mil e sessenta e três reais e setenta e oito centavos), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 03.02 – Secretaria De Administração e Finanças.

Unidade: 03.02 – Departamento De Administração e Finanças.

Função: 04 – Administração.

Sub-função: 122– Administração Geral.

Programa: 0003 – Administração Geral.

Ação: 0.000 – Amortização de Dívidas, Precatórios e Sentenças Judiciais.

Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0000 – Aplicações Diretas R\$ 6.025,55

Órgão: 03.02 – Secretaria De Administração e Finanças.

Unidade: 03.02 – Departamento De Administração e Finanças.

Função: 04 – Administração.

Sub-função: 122 – Administração Geral.

Programa: 0003 – Administração Geral.

Ação: 0.000 – Amortização de Dívidas, Precatórios e Sentenças Judiciais.

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 4.063,78

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior no valor de R\$ 6.025,55 (Seis mil e vinte e cinco reais e cinquenta e cinco centavos), são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2015, conforme decreto nº. 7.441/2016 e para cobertura dos créditos suplementares por anulação de dotação no valor de R\$ 4.063,78 (Quatro mil e sessenta e três reais e setenta e oito centavos), são provenientes de dotação orçamentária a seguir descrita:

Órgão: 03.02 – Secretaria De Administração e Finanças.

Unidade: 03.02 – Departamento De Administração e Finanças.

Função: 04 – Administração.

Sub-função: 122 – Administração Geral.

Programa: 0003 – Administração Geral.

Ação: 0.000 – Amortização de Dívidas, Precatórios e Sentenças Judiciais.

Elemento: 3.2.90.0000000000.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 4.063,78

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 04 de Novembro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 7653/2016

DECRETO Nº 7.653, 04 de Novembro de 2016.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO RECURSO DO PNAE NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 2.120/2015.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar dotação por excesso de arrecadação, no recurso da PNAE, no orçamento vigente do município, no valor de R\$ 10.964,44 (Dez mil e novecentos e sessenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 04.05 – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte.

Unidade: 04.05 – Departamento de Educação.

Função: 12 – Educação.

Subfunção: 306 – Alimentação e Nutrição.

Programa: 0005 – Todas as Crianças e Adolescentes na Escola.

Ação: 2.008 – Merenda Escolar.

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0060 – PNAE R\$ 10.964,44

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do excesso de arrecadação no DR. 01.0060 – Programa Nacional de Alimentação Escolar– PNAE.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 04 de Novembro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 7654/2016

DECRETO Nº. 7.654, 04 de novembro de 2016.

DISPÕE SOBRE A DEFINIÇÃO DE PRAZOS PARA ENCERRAMENTO CONTÁBIL DO EXERCÍCIO DE 2016.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando – a necessidade de definição de datas limites para assim possibilitar o cumprimento dos prazos legais estabelecidos para a elaboração e divulgação de demonstrativos contábeis consolidados, bem como propiciar a disponibilização de informações contábeis tempestivas para a tomada de decisão:

DECRETA

Art. 1º. Fica definido o cronograma para encerramento do exercício contábil de 2016 com os prazos e procedimentos:

Cronograma para Fechamento Contábil do Exercício de 2016.

Eventos	Data Limite
Abertura de créditos adicionais	19 /12/2016 (externos)
Emissão de AF - Autorização de Fornecimento e empenhos	30/11/2016 (externos)
Recebimento de notas fiscais	09/12/2016
Emissão de ordens bancárias	30/12/2016
Empenho e pagamento de subvenções sociais	08/12/2016
Prestação de contas de subvenções sociais	23/12/2016
Empenho e pagamento de adiantamento	08/12/2016
Prestação de contas de adiantamento	23/12/2016
Cancelamento de restos a pagar	30/12/2016
Anulação de empenhos	30/12/2016

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 04 de novembro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 7655/2016

DECRETO Nº. 7.655, 04 de Novembro de 2016.

DISPÕE SOBRE O CALENDÁRIO FISCAL DE 2016 PARA OS TRIBUTOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA

Art. 1º. Fica aprovado o Calendário Fiscal para o exercício financeiro de 2017, definindo tributos, sua data de vencimento e parcelamento, para recolhimento, conforme segue:

I - Taxa de Licença para Localização e Permanência com vencimento em 31/03/2017, devendo o seu valor ser quitado em parcela única.

II - Imposto Sobre Serviços – ISS.

a) Trabalho pessoal até o último dia útil de cada mês;

b) Contribuição por estimativa e arbitramento, pagamento no dia 20 do mês subsequente;

c) Empresa – pagamento no dia 20 do mês subsequente.

III - Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis Inter Vivos – ITBI - O recolhimento deverá ser executado no ato da ocorrência do fato gerador do imposto, nos termos da Lei 1.315/2002.

IV - Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, Taxa de Serviços Urbanos.

O pagamento poderá ser efetuado em parcela única ou em até 06(seis) parcelas iguais, nas datas a seguir enumeradas:

a) parcela única – o pagamento deverá ser efetuado até a data de 12/05/2017;

b) 06 (seis) parcelas – o pagamento deverá ser efetuado em 06 (seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas, com vencimento a partir do dia 12/05/2017.

V - Taxa de Vigilância Sanitária com vencimento em 31/03/2017, devendo o seu valor ser quitado em parcela única.

VI - Taxa de Serviços Diversos.

O recolhimento deverá ser executado no ato da ocorrência do fato gerador da taxa, nos termos da Lei 1.315/2002.

VII - Contribuição de Melhoria.

O recolhimento deverá ser executado no ato da ocorrência do fato gerador da contribuição, nos termos da Lei 1.351/2003, de 16/12/2003.

Art. 2º. Os tributos municipais serão recolhidos diretamente na rede bancária autorizada ou em entidades conveniadas com o Município para execução da cobrança.

Art. 3º. Após o prazo fixado para o recolhimento dos tributos, no calendário fiscal para o exercício de 2017, os tributos não liquidados ficam sujeitos às penalidades no Código Tributário Municipal, lei Nº. 1.315/2002 de 24/12/02, bem como a inscrição em Dívida Ativa.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 04 de Novembro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 7656/2016

DECRETO Nº. 7.656, 04 de Novembro de 2016.

DISPÕE SOBRE ADICIONAL POR PRÊMIO ASSIDUIDADE A SERVIDORES MUNICIPAIS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no art. 75, parágrafo único da Lei Municipal N. 2.078/2015;

DECRETA

Art. 1º. Fica concedido adicional por prêmio assiduidade aos servidores municipais de cargo efetivo e estável, previsto em Lei Municipal, relativo ao semestre de Janeiro a Junho de 2016.

Parágrafo Único - Os servidores municipais abaixo relacionados obsequiados pelo artigo 1º. passarão a receber o percentual de 50% (cinquenta por cento) do piso mínimo do município.

Alcimir da Silveira		Lediane C.M Giachini
Antonio M de Cezaro		Ledovino Piasetta
Arceli Bollis		Lenise Nespolo

Arlete Ferrari		Leonice Michele
Camila C. Caron		Luci R Z Pagnussat
Candida Miorando		Lucy Vicentini
Claudete M Petter		Marcia M Ferreira
Cleomar Pagnussat		Margaret T C Grando
Cleonice Toffoli		Mari Lucia O Zanardi
Daguimar A S Graciani		Marines C. Martelli
Daiana Antunes		Marisete Foresti
Daiane Risso		Marivone D Grando
Daniela Tecchio		Marleci L. Fernandes
Darlea De Cezaro		Milton Taglian
Dirceu R da Costa		Nair Pagnoncelli
Edson Luiz Regoso		Nelcy Petrolli
Eleni Pendon		Nelson Dallagasperina
Eli G Daloma		Noema Giacomini
Eliane Trentin		Noemi Begnini
Eliane Moraes		Noemia Zanchetin
Elizandra Lazzaretti		Onilza T. Heghr
Elizangela Dal Santo		Patricia Moretti
Elizete M Pedersetti		Rafael Dal Cortivo
Enolia de Lucca		Rakele C. Cavalli
Fernanda Miorando		Rosa M Tosetto
Francine Golo		Rubia I. D. C. Graciani
Gelci Martinelli		Rute Ane Plaut
Gilda Alberti		Salete Martelli
Gislani Lanfredi		Sedimar Cella
Graciana Fonini		Sidney G. Rosalen
Greici Pansera		Silvana T Bernieri
Guimar Silvestrin		Simone Strada
Idiana Milani		Sodriani Neckel
Inês M G Favaretto		Solange Balbinot
Ivanete F P Vivian		Solange Peretti
Ivanete Bacca		Sueli F. Z Ceccato
Ivete G Martinelli		Tatiane A C Cofsevicz
Ivone Martelli		Tiago Tosetto
Jacques Neckel		Valdecir Carvalho
Janaine Pelizza		Valdir Feijó
Jandineia Tecchio Martinelli		Vanerlei Ceccato
Janete M. B. Zilli		Vania M. Alves Pereira
Jocemara Vieira		Vanuza dos Santos
Joraci Pagnussat		Vera L Mohr
Julcimara Zambiasi		Vilmar Cofsevicz
Juvilete M W Trentin		Wagner Zucco

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 04 de Novembro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 7657/2016

DECRETO Nº 7.657, 04 de Novembro de 2016.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO RECURSO DO CIDE NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 2.120/2015.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar dotação por excesso de arrecadação, no recurso da CIDE, no orçamento vigente do município, no valor de R\$ 18.044,47 (Dezoito mil e quarenta e quatro reais e quarenta e sete centavos), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 06.02 – Secretaria de Transportes, obras e Serviços Urbanos.

Unidade: 06.02 – Departamento de Transportes e Obras.

Função: 26 – Transporte.

Subfunção: 122 – Administração Geral.

Programa: 0013 – Estradas Vicinais.

Ação: 2.044 – Manutenção, Abertura e Conservação de Estradas Vicinais.

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0016 – CIDE R\$ 18.044,47.

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do excesso de arrecadação no DR. 01.0016 – Contribuição De Intervenção do Domínio Econômico– CIDE.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 04 de Novembro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 7658/2016

DECRETO Nº 7.658. 04 DE NOVEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAÇÃO POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2015 NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Prefeito de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Nº 2.120/2015.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar por superávit financeiro do exercício de 2015 no orçamento do município, o valor de R\$ 16.550,00 (Dezesseis mil e quinhentos e cinquenta reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 10.01 – Fundo Municipal de Assistência Social.

Unidade: 10.01 – Departamento De Assistência Social.

Função: 08 – Assistência Social.

Sub-função: 244– Assistência Comunitária.

Programa: 0027 – Conselho Tutelar.

Ação: 2.079 – Manutenção do Conselho Tutelar.

Elemento: 3.1.90.0000000000.03.0000 – Aplicações Diretas R\$ 16.550,00

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior no valor de R\$ 16.550,00 (Dezesseis mil e

quinhentos e cinquenta reais), são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2015, conforme decreto nº. 7.441/2016.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 04 de Novembro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 7659/2016

DECRETO Nº. 7.659, 18 de Novembro de 2016.

ESTABELECE TURNO ÚNICO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA

Art. 1º. Fica estabelecido turno único das 07:00 Horas às 13:00 Horas, a partir de 16 de Dezembro de 2016, com término no dia 22 de Dezembro de 2016, em todas as escolas públicas municipais.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 18 de Novembro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 7660/2016

DECRETO Nº. 7.660, 29 de Novembro de 2016

ESTABELECE LUTO OFICIAL POR DOIS DIAS EM TODO O TERRITÓRIO MUNICIPAL.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando – que o Estado de Santa Catarina decretou luto oficial;

– a suspensão das aulas na rede Estadual de ensino;

DECRETA

Art. 1º. Fica estabelecido luto oficial em todas as repartições públicas do Município de Coronel Freitas, pelo período de dois dias consecutivos, em razão do acidente aéreo ocorrido na madrugada do dia 29/11/2016 na Colômbia, envolvendo a Equipe da Chapecoense de Futebol.

Art. 2º. Fica suspensa as aulas na rede Municipal de ensino na data de 30/11/2016.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 29 de Novembro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 7661/2016

DECRETO Nº. 7.661, 30 de Novembro de 2016

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAÇÃO POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Excelentíssimo Prefeito de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal Nº 2.164.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar por anulação de dotação no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, o valor de R\$ 246.000,00 (duzentos e quarenta e seis mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 07.01 – Fundo Municipal de Saúde.

Unidade: 07.01 – Departamento de Saúde.

Função: 10– Saúde.

Sub-função: 301 – Atenção Básica.

Programa: 0022 – Programa Saúde da Família.

Ação: 2.004 – Manutenção do Programa ESF

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0464 – Aplicações Diretas.

R\$ 80.000,00

Órgão: 07.01 – Fundo Municipal de Saúde.

Unidade: 07.01 – Departamento de Saúde.

Função: 10– Saúde.

Sub-função: 301 – Atenção Básica.

Programa: 0021 – Saúde Bucal.

Ação: 2.102 – Manutenção do Programa Saúde Bucal.

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0464 – Aplicações Diretas.

R\$ 38.000,00

Órgão: 07.01 – Fundo Municipal de Saúde.

Unidade: 07.01 – Departamento de Saúde.

Função: 10– Saúde.

Sub-função: 122 – Administração Geral.

Programa: 0019 – Saúde para Todos.

Ação: 2.091 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0002 – Aplicações Diretas.

R\$ 80.000,00

Órgão: 07.01 – Fundo Municipal de Saúde.

Unidade: 07.01 – Departamento de Saúde.

Função: 10– Saúde.

Sub-função: 122 – Administração Geral.

Programa: 0019 – Saúde para Todos.

Ação: 2.084 – Manutenção do Programa das ACS

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0464 – Aplicações Diretas.

R\$ 48.000,00

Art. 2º. As fontes de recursos para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes da anulação de dotação orçamentária a seguir discriminada:

Órgão: 07.01 – Fundo Municipal de Saúde.

Unidade: 07.01 – Departamento de Saúde.

Função: 10– Saúde.

Sub-função: 301 – Atenção Básica.

Programa: 0022 – Programa Saúde da Família.

Ação: 2.004 – Manutenção do Programa ESF

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0002 – Aplicações Diretas.

R\$ 80.000,00

Órgão: 07.01 – Fundo Municipal de Saúde.

Unidade: 07.01 – Departamento de Saúde.

Função: 10– Saúde.

Sub-função: 301 – Atenção Básica.

Programa: 0019 – Saúde para Todos.

Ação: 2.082 – Aquisição de Veículos, Equipamentos e Mobiliários em Geral.

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0464 – Aplicações Diretas.

R\$ 118.000,00

Órgão: 07.01 – Fundo Municipal de Saúde.

Unidade: 07.01 – Departamento de Saúde.
Função: 10– Saúde.
Sub-função: 122 – Administração Geral
Programa: 0019 – Saúde para Todos.
Ação: 2.091 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0464 – Aplicações Diretas.
R\$ 36.000,00

Órgão: 07.01 – Fundo Municipal de Saúde.
Unidade: 07.01 – Departamento de Saúde.
Função: 10– Saúde.
Sub-função: 301 – Atenção Básica.
Programa: 0022 – Programa Saúde da Família.
Ação: 1.082 – Ampliar, Reformar e Manter as Unidades de Saúde.
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0464 – Aplicações Diretas.
R\$ 12.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 30 de Novembro de 2016.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal
Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 7662/2016

DECRETO Nº. 7.662, 30 de Novembro de 2016

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAR DOTAÇÃO POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS.

O Excelentíssimo Prefeito de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Nº 2.165.
DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar dotação por superávit financeiro do exercício de 2015, no orçamento vigente do Fundo Municipal De Assistência Médica ao Servidor Municipal de Coronel Freitas, no valor de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 08.01 – Fundo Municipal de Assistência Médica ao Servidor Municipal de Coronel Freitas.
Unidade: 08.01 – Fundo Municipal de Assistência Médica ao Servidor Municipal de Coronel Freitas.
Função: 10– Saúde.
Sub-função: 122 – Administração Geral.
Programa: 0030 – Fundo Municipal de Assistência Médica ao Servidor Municipal de Coronel Freitas.
Ação: 2.055 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Médica ao Servidor Municipal de Coronel Freitas.
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000 – Aplicações Diretas.
R\$ 70.000,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 30 de Novembro de 2016.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal
Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 7663/2016

DECRETO Nº. 7.663, 30 de Novembro de 2016

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAÇÃO POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Prefeito de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Nº 2.166.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar por anulação de dotação no orçamento do Município, o valor de R\$ 35.690,00 (trinta e cinco mil e seiscentos e noventa reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 10.01 – Fundo Municipal de Assistência Social.

Unidade: 10.01 – Departamento de Assistência Social.

Função: 08– Assistência Social.

Sub-função: 244 – Assistência Comunitária.

Programa: 0027 – Conselho Tutelar.

Ação: 2.079 – Manutenção do Conselho Tutelar.

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas.

R\$ 35.690,00

Art. 2º. As fontes de recursos para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes da anulação de dotação orçamentária a seguir discriminada:

Órgão: 10.01 – Fundo Municipal de Assistência Social.

Unidade: 10.01 – Departamento de Assistência Social.

Função: 08– Assistência Social.

Sub-função: 244 – Assistência Comunitária.

Programa: 0023 – Proteção Social Básica.

Ação: 2.105 – Manutenção da Assistência Social.

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas.

R\$ 5.000,00

Órgão: 05.01 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

Unidade: 05.01 – Departamento de Agricultura.

Função: 20– Agricultura.

Sub-função: 606 – Extensão Rural.

Programa: 0010 – Agricultura.

Ação: 2.028 – Manutenção e Assistência ao Produtor Rural.

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas.

R\$ 15.000,00

Órgão: 06.02 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Unidade: 06.02 – Departamento de Transportes e Obras.

Função: 26– Transporte.

Sub-função: 122 – Administração Geral.

Programa: 0013 – Estradas Vicinais.

Ação: 2.044 – Manutenção, Abertura e Conservação de Estradas Vicinais.

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas.

R\$ 6.000,00

Órgão: 02.01 – Gabinete do Prefeito.

Unidade: 02.01 – Chefia de Gabinete

Função: 04– Administração.

Sub-função: 122 – Administração Geral.

Programa: 0002 – Gestão Administrativa Superior.

Ação: 2.002 – Manutenção da Estrutura do Gabinete do Prefeito, Vice Prefeito.

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas.

R\$ 5.000,00

Órgão: 11.01 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Unidade: 11.01 – Departamento de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

Função: 04 – Administração.

Sub-função: 122 – Administração Geral.

Programa: 0031 – Incentivo a Indústria, Comércio e Prestação de Serviços.

Ação: 2.056 – Manutenção da Secretaria.

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas.

R\$ 4.690,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 30 de Novembro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 7664/2016

DECRETO Nº. 7.664 30 de Novembro de 2016.

Dispõe Sobre Aposentadoria de Servidor Municipal.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Fica declarado vago a partir de 01 de Dezembro de 2016, o cargo de Técnico em Tributação, ocupado pelo servidor público municipal Leonir Rafaelli, por motivo de aposentadoria por tempo de contribuição, pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, conforme recebimento de carta de concessão de benefício informado pelo servidor no ofício protocolo nº 526 e de acordo com o art. 33, inciso IV da Lei Municipal nº. 2.078/2015 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º. Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no Orçamento Vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 30 de Novembro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 7665/2016

DECRETO Nº. 7.665, 30 de Novembro de 2016.

DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Fica Decretado Ponto Facultativo, em todas as repartições públicas do município de Coronel Freitas, nos dias 23 e 30 de Dezembro de 2016.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 30 de Novembro de 2016.

Mauri José zucco

Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 7666/2016

DECRETO Nº. 7.666, 30 de Novembro de 2016.
EXONERA OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Exonerar o servidor público municipal Alex Sandre Masolini, ocupante do cargo de Secretário de Saúde, nomeado pelo Decreto nº. 7.447/2016, a partir de 30 de Novembro de 2016.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito 30 de Novembro de 2016.

Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 7667/2016

DECRETO Nº. 7.667, 01 de Dezembro de 2016.
EXONERA OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Exonerar a servidora pública municipal Priscila Stanga ocupante do cargo de Diretora do Departamento de Administração e Finanças, nomeada pelo Decreto nº. 6.954/2014, a partir de 22 de Dezembro de 2016.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito 01 de Dezembro de 2016.

Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 7668/2016

DECRETO Nº. 7.668, 01 de Dezembro de 2016.
DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA MOVIMENTAR VERBA POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 2.120/2015.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a movimentar verba por anulação de dotação no orçamento vigente do Município, o valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 01.01 – Câmara de Vereadores.

Unidade: 01.01 – Câmara de Vereadores.

Função: 01 – Legislativa.

Sub - função: 031 – Ação Legislativa.

Programa: 0001 – Processo Legislativo.

Ação: 2.001 – Manutenção da Câmara de Vereadores.

De: Elemento 3.3.90.0000000000.00.0000 – Recursos Ordinários R\$ 11.000,00

Para: Elemento 3.1.90.0000000000.00.0000 – Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

Para: Elemento 3.3.50.0000000000.00.0000 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos R\$ 1.000,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 01 de Dezembro de 2016.

Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 7669/2016

DECRETO Nº. 7.669, 01 de Dezembro de 2016.
EXONERA OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Exonerar a servidora pública municipal Aline Guzzo, ocupante do cargo de Chefe de Setor do Departamento de Cultura, nomeada pelo Decreto nº. 7.550/2016, a partir de 28 de Dezembro de 2016.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito 01 de Dezembro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 7670/2016

DECRETO Nº. 7.670, 01 de Dezembro de 2016.

CONSTITUI COMISSÃO PARA O ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO SELETIVO Nº 03/2016 PARA A CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA

Art. 1º. Fica constituída a comissão para acompanhar o Edital de Processo Seletivo nº 03/2016 para à contratação de profissionais no serviço público municipal, na área de educação e saúde; atuando administrativamente quando necessário e solicitado.

I – Emanuela Cristina Grando – Assistente Administrativo.

II – edson Luiz Regoso – Contador.

III – Simone Zanella Strada – Assistente Administrativo

IV – Eli Guaragni Daloma – Orientador Educacional.

V – Vanuza Janete Moura Dos Santos – Professora de Educação Física.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 01 de Dezembro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 7671/2016

DECRETO Nº. 7.671, 01 de Dezembro de 2016.

EXONERA OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Exonerar a servidora pública municipal Telma Claudia Vailatti ocupante do cargo de Diretora do Departamento de Saúde, nomeada pelo Decreto nº. 7.448/2016, a partir de 16 de Dezembro de 2016.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito 01 de Dezembro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 7672/2016

DECRETO Nº. 7.672, 01 de Dezembro de 2016.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Fica – nomeada Telma Claudia Vailatti, para o cargo de Secretária de Saúde, conforme anexo III da Lei Municipal Nº. 2.079/2015, a partir de 16 de Dezembro de 2016.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito 01 de Dezembro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 7673/2016

DECRETO Nº. 7.673, 01 de Dezembro de 2016.

EXONERA OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Exonerar a servidora pública municipal Clarice Ana Tessaro Zucco ocupante do cargo de Secretária de Administração e Finanças, nomeada pelo Decreto nº. 6.950/2014, a partir de 31 de Dezembro de 2016.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito 01 de Dezembro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 7674/2016

DECRETO Nº. 7.674, 01 de Dezembro de 2016.

EXONERA OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Exonerar a servidora pública municipal Flavia Rolim De Moura ocupante do cargo de Diretora do Departamento de Compras, nomeada pelo Decreto nº. 6.981/2014, a partir de 22 de Dezembro de 2016.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito 01 de Dezembro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 7675/2016

DECRETO Nº. 7.675, 01 de Dezembro de 2016.

EXONERA OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Exonerar o servidor público municipal Junior Batisti ocupante do cargo de Diretor do Departamento de Transportes, nomeado pelo Decreto nº. 7.072/2015, a partir de 31 de Dezembro de 2016.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento

vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito 01 de Dezembro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 7676/2016

DECRETO Nº. 7.676, 01 de Dezembro de 2016.

EXONERA OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Exonerar o servidor público municipal Elixandre Antonio Api ocupante do cargo de Diretor de Departamento Municipal de Estrada e Rodagem - DMER, nomeado pelo Decreto nº. 7.647/2016, a partir de 31 de Dezembro de 2016.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito 01 de Dezembro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 7677/2016

DECRETO Nº. 7.677, 01 de Dezembro de 2016.

EXONERA OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Exonerar o servidor público municipal Diego Luis Varnier ocupante do cargo de Diretor de Departamento de Agricultura, nomeado pelo Decreto nº. 7.646/2016, a partir de 31 de Dezembro de 2016.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação

deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito 01 de Dezembro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 7678/2016

DECRETO Nº. 7.678, 01 de Dezembro de 2016.

EXONERA OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Exonerar o servidor público municipal Nelcir João Zardo ocupante do cargo de, Diretor do Departamento de Esportes, nomeado pelo Decreto nº. 6.661/2014, a partir de 31 de Dezembro de 2016.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito 01 de Dezembro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 7679/2016

DECRETO Nº. 7.679, 01 de Dezembro de 2016.

EXONERA OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Exonerar a servidora pública municipal Daiane Patricia Nazario ocupante do cargo de Chefe de Setor da Secretaria de Saúde, nomeada pelo Decreto nº. 7.523/2016, a partir de 31 de Dezembro de 2016.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito 01 de Dezembro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 7680/2016

DECRETO Nº. 7.680, 01 de Dezembro de 2016.

EXONERA OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Exonerar a servidora pública municipal Claci de Fatima Glanert Mazetto ocupante do cargo de Diretora do Departamento de Educação, nomeada pelo Decreto nº. 7.551/2016, a partir de 28 de Dezembro de 2016.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito 01 de Dezembro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 7681/2016

DECRETO Nº 7.681, 01 de Dezembro de 2016.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO RECURSO DO FNDE, NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 2.120/2015.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar dotação por excesso de arrecadação no orçamento

vigente do município, no valor de R\$ 104,58 (Cento e quatro reais e cinquenta e oito centavos), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 04.05 – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte.
Unidade: 04.05 – Departamento de Educação.
Função: 12 – Educação.
Subfunção: 365 – Educação Infantil.
Programa: 0005 – Todas as Crianças e Adolescentes na Escola.
Ação: 2.019 – Manutenção da Educação Infantil.
Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0062 – FNDE R\$ 104,58

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do excesso de arrecadação no DR. 01.0062 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 01 de Dezembro de 2016.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal
Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 7682/2016

DECRETO Nº. 7.682, 05 de Dezembro de 2016.
DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 65/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2016, DO MUNICÍPIO PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 65/2016 – Pregão Presencial Nº. 25/2016, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Pontocom Brindes LTDA - ME, com o item Nº: 1, no valor de R\$ 11.882,00 (onze mil e oitocentos e oitenta e dois reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 05 de Dezembro de 2016.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal
Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 7683/2016

DECRETO Nº. 7.683, 06 de Dezembro de 2016.
DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 66/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2016, DO MUNICÍPIO PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.
DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 66/2016 – Pregão Presencial Nº. 26/2016, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: CARLOS ENRIQUE LUSSANI - ME, com o item Nº: 1, no valor de R\$ 3.114,65 (três mil e cento e quatorze reais e sessenta e cinco centavos); KLEIN LIVROS E JOGOS EDUCATIVOS LTDA, com os itens Nºs: 2,3,4,5,6,7,8,10,11 e 12, no valor de R\$ 4.739,40 (quatro mil e setecentos e trinta e nove reais e quarenta centavos).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 06 de Dezembro de 2016.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal
Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 7684/2016

DECRETO Nº. 7.684, 06 de Dezembro de 2016.
DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 64/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2016, DO MUNICÍPIO PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 64/2016 – Pregão Presencial Nº. 24/2016, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: GLOBAL NET COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA- ME, com o item Nº: 1, no valor de R\$ 3.590,00 (três mil e quinhentos e noventa reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 06 de Dezembro de 2016.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal
Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 7685/2016

DECRETO Nº 7.685, 09 de Dezembro de 2016.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO RECURSO DA COSIP, NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 2.120/2015.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar dotação por excesso de arrecadação no orçamento vigente do município, no valor de R\$ 17.240,64 (Dezesseite mil e duzentos e quarenta reais e sessenta e quatro centavos), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 06.01 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Unidade: 06.01 – Departamento de Serviços Urbanos.

Função: 25 – Energia.

Subfunção: 752 – Energia Elétrica.

Programa: 0018 – Serviço de Utilidade Pública.

Ação: 2.049 – Manutenção e Melhoria da Iluminação Pública.

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0017 – COSIP R\$ 17.240,64

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do excesso de arrecadação no DR. 01.0017 – Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública – COSIP.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 09 de Dezembro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 7686/2016

DECRETO Nº. 7.686, 09 de Dezembro de 2016.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 67/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2016, DO MUNICÍPIO PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 67/2016 – Pregão Presencial Nº. 27/2016, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: ABAS-TECEDORA GRAL LTDA, com os itens Nºs: 2 e 3, no valor de R\$ 598.200,00 (quinhentos e noventa e oito mil e duzentos reais); PAGANI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA – EPP, com o item Nº: 1, no valor de R\$ 174.000,00 (cento e setenta e quatro mil reais); SAFRA DIESEL LTDA, com o item Nº 4, no valor de R\$ 2.390,00 (dois mil e trezentos e noventa reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 09 de Dezembro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 7687/2016

DECRETO Nº. 7.687, 09 de Dezembro de 2016.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 68/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2016, DO MUNICÍPIO PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 68/2016 – Pregão Presencial Nº. 28/2016, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: ACESSE CONCURSOS LTDA - ME, com o item Nº: 1, no valor de R\$ 5.900,00 (cinco mil e novecentos reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 09 de Dezembro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 7688/2016

DECRETO Nº. 7.688 12 de dezembro de 2016.

DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições

que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, passa a ter a composição a seguir especificada, com a representatividade determinada pelas Leis Municipais Nº. 1.527/07 e 1.777/2011.

I - Representantes do Poder Executivo Municipal e da Secretaria Municipal de Educação:

Cassiane Ficagna Carvalho - Titular.

Paulo Cesar Strada - Suplente.

Vanerlei Ceccato – Titular.

Maria Lucia Ogliari Zanardi – Suplente.

II - Representantes dos Professores da Educação Básica Pública:

Iracy Teresinha Martelli Miorando - Titular.

Ivanete Fatima Pierezan Vivian - Suplente.

III - Representante dos Diretores das Escolas Públicas:

Guiomar Alberto Silvestrin - Titular.

Luci Maria Vicentini Da Silva - Suplente.

IV - Representante dos Servidores Técnico-administrativos das Escolas Públicas:

Jandinéia Tecchio Martinelli- Titular.

Salete Maria Scaravelli Kuhn - Suplente.

V - Representantes dos Pais de Alunos da Educação Básica Pública:

Idiana Maria Milani - Titular.

Fernanda Miorando – Suplente.

Cássia Giroto Zucco – Titular.

Juvilete Maria Wigikoski Trentin – Suplente.

VI - Representantes dos Estudantes da Educação Básica Indicados pela Entidade de Estudantes Secundaristas:

Clemilson Salvador - Titular.

Josiel De Lima Amaro - Suplente.

Raquel Lamp Milani – Titular.

Camila Regina Velasco -Suplente.

VII - Representante do Conselho Municipal de Educação:

Cristine Zanetti - Titular.

Julcimara de Carli - Suplente.

VIII - Representante do Conselho Tutelar:

Katia Lunardi Martinelli – Titular.

Inês Antunes Ribeiro – Suplente.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o decreto n. 7.027/2014.

Gabinete do Prefeito, 12 de Dezembro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 7689/2016

DECRETO Nº. 7.689, 14 de Dezembro de 2016.

DISPÕE SOBRE ADICIONAL POR PRÊMIO ASSIDUIDADE A SERVIDORES MUNICIPAIS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no art. 75, parágrafo único da Lei Municipal N. 2.078/2015;

DECRETA

Art. 1º. Fica concedido adicional por prêmio assiduidade aos servidores municipais de cargo efetivo e estável, previsto em Lei Municipal, relativo ao semestre de Janeiro a Junho de 2016. (servidores que tiveram pedido de revisão).

Parágrafo Único - Os servidores municipais abaixo relacionados obsequiados pelo artigo 2º. passarão a receber o percentual de 50% (cinquenta por cento) do piso mínimo do município.

Aselmo José Zucco

Camar Fatima Valandro Tófoli

Domingos Caetano Klassmann

Eliane Bée Farias Bento

Gilberto Roque Fossa

Josiel De Lima Amaro

Luis Carlos Oss

Nordemar Carlos Bianchi

Virginia Bernardete Jung

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 14 de Dezembro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 7690/2016

DECRETO Nº. 7.690, 15 de Dezembro de 2016.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAÇÃO POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Prefeito de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Nº 2.168/2016. DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar por anulação de dotação no orçamento do Município, o valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 04.05 – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte.

Unidade: 04.05 – Departamento de Educação.

Função: 12 – Educação.

Sub-função: 361 – Ensino Fundamental.

Programa: 0005 – Todas as Crianças e Adolescentes na Escola.

Ação: 2.007 – Manutenção do Transporte Escolar.

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0022 – Aplicações Diretas.

R\$ 40.000,00

Art. 2º. As fontes de recursos para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes da anulação de dotação orçamentária a seguir discriminada:

Órgão: 04.05 – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte.
Unidade: 04.05 – Departamento de Educação.
Função: 12 – Educação.
Sub-função: 361 – Ensino Fundamental.
Programa: 0005 – Todas as Crianças e Adolescentes na Escola.
Ação: 1.009 – Construção e Reforma das Quadras Esportivas nas Escolas.
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0022 – Aplicações Diretas.
R\$ 40.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 15 de Dezembro de 2016.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal
Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 7691/2016

DECRETO Nº 7.691, 15 de Dezembro de 2016.
DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO RECURSO DO FUNDEB NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 2.120/2015.
DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar dotação por excesso de arrecadação, no recurso da FUNDEB, no orçamento vigente do município, no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 04.05 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.
Unidade: 04.05 – Departamento de Educação.
Função: 12 – Educação.
Subfunção: 361 – Ensino Fundamental.
Programa: 0005 – Todas as Crianças e Adolescentes na Escola.
Ação: 2.020 – Manutenção do Ensino Fundamental.
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0018 – FUNDEB R\$ 20,000,00.

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do excesso de arrecadação no DR. 01.0018 – Transferências do FUNDEB – (aplicação na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício na educação básica.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 15 de Dezembro de 2016.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal
Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do

centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 7692/2016

DECRETO Nº. 7.692, 15 DE DEZEMBRO DE 2016
DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAÇÃO POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Prefeito de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente a Lei Nº 2.120/2015;

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar por anulação de dotação no orçamento do Município, o valor de R\$ 75.905,21 (setenta e cinco mil e novecentos e cinco reais e vinte e um centavos), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 04.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.
Unidade: 04.05 – Departamento de Educação.
Função: 12 – Educação.
Sub-função: 361 – Ensino Fundamental.
Programa: 0005 – Todas as Crianças e Adolescentes na Escola.
Ação: 2.020 – Manutenção do ensino Fundamental.
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0018 – Aplicações Diretas.
R\$ 35.905,21

Órgão: 06.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.
Unidade: 06.02 – Departamento de Transportes e Obras.
Função: 26 – Transporte.
Sub-função: 122 – Administração Geral.
Programa: 0013 – Estradas Vicinais.
Ação: 2.044 – Manutenção, Abertura e Conservação de Estradas Vicinais.
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas.
R\$ 10.000,00

Órgão: 04.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.
Unidade: 04.04 – Departamento de Esportes.
Função: 27 – Desporto e Lazer.
Sub-função: 122 – Administração Geral.
Programa: 0007 – Esporte e Lazer para Todos.
Ação: 2.026 – Manutenção do Departamento de Esportes.
Elemento: 1.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas.
R\$ 15.000,00

Órgão: 03.00 – Secretaria de Administração e Finanças.
Unidade: 03.02 – Departamento de Administração e Finanças.
Função: 04 – Administração.
Sub-função: 122 – Administração Geral.
Programa: 0003 – Administração Geral.
Ação: 2.003 – Manutenção das Atividades de Administração do Município.
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas
R\$ 15.000,00

Art. 2º. As fontes de recursos para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes da anulação de dotação orçamentária a seguir discriminada:

Órgão: 04.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.
Unidade: 04.05 – Departamento de Educação.
Função: 12 – Educação.

Sub-função: 361 – Ensino Fundamental.
Programa: 0005 – Todas as Crianças e Adolescentes na Escola.
Ação: 2.020 – Manutenção do ensino Fundamental.
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0019 – Aplicações Diretas.
R\$ 35.905,21

Órgão: 06.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Unidade: 06.02 – Departamento de Transportes e Obras.

Função: 26 – Transporte.

Sub-função: 122 – Administração Geral.

Programa: 0013 – Estradas Vicinais.

Ação: 2.044 – Manutenção, Abertura e Conservação de Estradas Vicinais.

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas.
R\$ 10.000,00

Órgão: 04.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Unidade: 04.04 – Departamento de Esportes.

Função: 27 – Desporto e Lazer.

Sub-função: 122 – Administração Geral.

Programa: 0007 – Esporte e Lazer para Todos.

Ação: 2.026 – Manutenção do Departamento de Esportes.

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas.
R\$ 15.000,00

Órgão: 03.00 – Secretaria de Administração e Finanças.

Unidade: 03.02 – Departamento de Administração e Finanças.

Função: 04 – Administração.

Sub-função: 122 – Administração Geral.

Programa: 0003 – Administração Geral.

Ação: 2.003 – Manutenção das Atividades de Administração do Município.

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas.
R\$ 15.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 15 de Dezembro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 7693/2016

DECRETO Nº. 7.693, 19 de Dezembro de 2016.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 12/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2016, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 12/2016 – Pregão Presencial Nº. 7/2016, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: MECÂNICA JONES LTDA - ME, com os itens Nºs: 1 a 15 no valor de R\$ 10.965,71 (dez mil e novecentos e sessenta e cinco reais e setenta e um centavos).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 19 de Dezembro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 7694/2016

DECRETO Nº. 7.694, 20 de Dezembro de 2016.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 70/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2016, DO MUNICÍPIO PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 70/2016 – Pregão Presencial Nº. 30/2016, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Global Net Comercio e Representações LTDA - ME, com o item Nº: 1 no valor de R\$ 33.480,00 (trinta e três mil e quatrocentos e oitenta reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 20 de Dezembro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 7695/2016

DECRETO Nº. 7.695, 21 de Dezembro de 2016.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAÇÃO POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Excelentíssimo Prefeito de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Nº 2.169/2016.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a

suplementar por anulação de dotação no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, o valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 07.01 – Fundo Municipal de Saúde.
Unidade: 07.01 – Departamento de Saúde.
Função: 10 – Saúde.
Sub-função: 122 – Administração Geral.
Programa: 0019 – Saúde para Todos.
Ação: 2.091 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0002 – Aplicações Diretas.
R\$ 200.000,00

Art. 2º. As fontes de recursos para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes da anulação de dotação orçamentária a seguir discriminada:

Órgão: 07.01 – Fundo Municipal de Saúde.
Unidade: 07.01 – Departamento de Saúde.
Função: 10 – Saúde.
Sub-função: 301 – Atenção Básica.
Programa: 0022 – Programa Saúde da Família.
Ação: 2.004 – Manutenção do Programa ESF.
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0002 – Aplicações Diretas.
R\$ 200.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 21 de Dezembro de 2016.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal
Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 7696/2016

DECRETO Nº. 7.696, 22 de Dezembro de 2016.
REVOGA LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e pelo ordenamento jurídico vigente:

Considerando, que o Município de Coronel Freitas deflagrou o Processo Licitatório n. 69/2016, na modalidade de Pregão Presencial identificado pelo n. 29/2016, para viabilizar a contratação de seguros para sua frota de veículos;

Considerando, que a proposta vencedora apresentou valores extremamente baixos para contratação, porém valores altíssimos de franquia;

Considerando, que tal manobra matemática prejudicou o objetivo da licitação que é contratar a proposta mais vantajosa;

Considerando, a necessidade de se evitar esse tipo de manobra;

DECRETA

Art. 1º. Reconhece o interesse público na revogação do Processo Licitatório n. 69/2016, na modalidade de Pregão Presencial identificado pelo n. 29/2016.

Art. 2º. Revoga o Processo Licitatório n. 69/2016, na modalidade

de Pregão Presencial identificado pelo n. 29/2016.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 22 de Dezembro de 2016.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal
Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 7697/2016

DECRETO Nº. 7.697, 26 de Dezembro de 2016.
EXONERA OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Exonerar a servidora pública municipal Telma Claudia Vailatti ocupante do cargo de Secretária de Saúde, nomeada pelo Decreto nº. 7.672/2016, a partir de 31 de Dezembro de 2016.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito 26 de Dezembro de 2016.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal
Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 7698/2016

DECRETO Nº. 7.698 26 de Dezembro de 2016.
Dispõe Sobre Aposentadoria de Servidora Municipal.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Fica declarado vago a partir de 31 de Dezembro de 2016, o cargo de Odontóloga, ocupado pela servidora pública municipal Margaret Teresinha Ciarini Grando, por motivo de aposentadoria por tempo de contribuição, pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, conforme recebimento de carta de concessão de benefício informado pela servidora no ofício protocolo nº 852 e de acordo com o art. 33, inciso IV da Lei Municipal nº. 2.078/2015 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º. Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação

deste decreto, serão utilizados recursos consignados no Orçamento Vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 26 de Dezembro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 7699/2016

DECRETO Nº 7.699, 26 de Dezembro de 2016.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO RECURSO DO FUNDEB NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 2.120/2015.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar dotação por excesso de arrecadação, no recurso da FUNDEB, no orçamento vigente do município, no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 04.05 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Unidade: 04.05 – Departamento de Educação.

Função: 12 – Educação.

Subfunção: 365 – Educação Infantil.

Programa: 0005 – Todas as Crianças e Adolescentes na Escola.

Ação: 2.019 – Manutenção da Educação Infantil.

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0018 – FUNDEB R\$ 50,000,00.

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do excesso de arrecadação no DR. 01.0018 – Transferências do FUNDEB – (aplicação na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício na educação básica.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 26 de Dezembro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

LEI Nº 2.157/2016

LEI MUNICIPAL Nº. 2.157, 24 DE OUTUBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA PAGAMENTO DE DESPESA RELATIVA AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz Saber – Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a reconhecer e empenhar na dotação própria do Orçamento atual do Fundo Municipal de Saúde, o valor de R\$ 6.616,20 (Seis mil e seiscentos e dezesseis reais e vinte centavos), para pagamento de despesas relativo ao exercício financeiro de 2014, da Secretaria Municipal de Saúde, para a Altermed Material Médico Hospitalar, portadora do CNPJ Nº 00.802.002/0001-02, conforme a seguir discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
AÇÃO 2.083	Altermed Material Médico Hospitalar	R\$ 6.616,20
ELEMENTO 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0002		
TOTAL		R\$ 6.616,20

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta da ação acima discriminada.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 24 de Outubro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.158/2016

LEI MUNICIPAL Nº. 2.158, 24 DE OUTUBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAÇÃO POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Prefeito de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber – Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar por anulação de dotação no orçamento do Município, o valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 03.00 – Secretaria de Administração e Finanças.

Unidade: 03.02 – Departamento de Administração e Finanças.

Função: 04 – Administração.

Sub-função: 122– Administração Geral.

Programa: 0003 – Administração Geral.

Ação: 2.003 – Manutenção das Atividades de Administração do Município.

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 90.000,00

Art. 2º. As fontes de recursos para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes da anulação de dotação orçamentária a seguir discriminada:

Órgão: 06.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.
Unidade: 06.02 – Departamento de Transportes e Obras.
Função: 26– Transporte.
Sub-função: 122– Administração Geral.
Programa: 0013 – Estradas Vicinais.
Ação: 2.044 – Manutenção, Abertura e Conservação de Estradas Vicinais.
Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Órgão: 05.00 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.
Unidade: 05.01 – Departamento de Agricultura.
Função: 20 – Agricultura.
Sub-função: 606– Extensão Rural.
Programa: 0010 – Agricultura.
Ação: 2.028 – Manutenção e Assistência ao Produtor Rural.
Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 24 de Outubro de 2016.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.159/2016

LEI MUNICIPAL Nº. 2.159, 24 DE OUTUBRO DE 2016
DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO ADICIONAL POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber – Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado para abrir crédito adicional por anulação de dotação no orçamento vigente do
Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 45.721,38 (Quarenta e cinco mil e setecentos e vinte e um reais e trinta e oito centavos), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 07.00 – Fundo Municipal de Saúde.
Unidade: 01 - Departamento de Saúde.
Função: 10 – Saúde.
Sub-função: 301 – Atenção Básica.
Programa: 0022 – Programa Saúde Da Família.
Ação: 2.004 - Manutenção do Programa ESF.
Elemento: 3.1.90.0000000000.01.0664 – Aplicações Diretas R\$ 45.721,38.

Art. 2º. A fonte de recurso para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes de anulações de dotações orçamentárias, a seguir discriminadas:

Órgão: 07.00 – Fundo Municipal de Saúde.
Unidade: 01 - Departamento de Saúde.
Função: 10 – Saúde.

Sub-função: 301 – Atenção Básica.
Programa: 0032 – Saúde Mental.
Ação: 2.104 - Manutenção do Programa NASF.
Elemento: 3.1.90.0000000000.01.0664 – Aplicações Diretas R\$ 45.721,38.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 24 de Outubro de 2016.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.160/2016

LEI MUNICIPAL Nº. 2.160, 24 DE OUTUBRO DE 2016
DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAÇÃO POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Excelentíssimo Prefeito de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber – Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar por anulação de dotação no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, o valor de R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 07.00 – Fundo Municipal de Saúde.
Unidade: 07.01 – Departamento de Saúde.
Função: 10 – Saúde.
Sub-função: 122– Administração Geral.
Programa: 0019 – Saúde para Todos.
Ação: 2.091 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.
Elemento: 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0002 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos.
R\$ 210.000,00

Art. 2º. As fontes de recursos para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes da anulação de dotação orçamentária a seguir discriminada:

Órgão: 06.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.
Unidade: 06.01 – Departamento de Serviços Urbanos.
Função: 15 – Urbanismo.
Sub-função: 451 – Infra – Estrutura Urbana.
Programa: 0018 – Serviço De Utilidade Pública.
Ação: 2.050 – Manutenção do Departamento de Serviços Urbanos.
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 70.110,00

Órgão: 05.00 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.
Unidade: 05.01 – Departamento de Agricultura.
Função: 20 – Agricultura.
Sub-função: 606– Extensão Rural.
Programa: 0010 – Agricultura.
Ação: 2.028 – Manutenção e Assistência ao Produtor Rural.
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 120.000,00

Órgão: 06.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços

Urbanos.

Unidade: 06.01 – Departamento de Serviços Urbanos.

Função: 15 – Urbanismo.

Sub-função: 451 – Infra – Estrutura Urbana.

Programa: 0018 – Serviço De Utilidade Pública.

Ação: 1.066 – Drenagem e Retificação da Sanga que passa ao lado do Loteamento Cinquentenário.

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Órgão: 06.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Unidade: 06.02 – Departamento de Transportes e Obras.

Função: 26 – Transporte.

Sub-função: 782 – Transporte Rodoviário.

Programa: 0013 – Estradas Vicinais

Ação: 1.041 – Aquisição de Máquinas, Veículos, Equipamentos e Mobiliários.

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 2.390,00

Órgão: 06.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Unidade: 06.02 – Departamento de Transportes e Obras.

Função: 25 – Energia.

Sub-função: 752 – Energia Elétrica.

Programa: 0014 – Pavimentação Rural e Praças.

Ação: 1.046 – Iluminação Pública no Interior.

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Órgão: 06.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Unidade: 06.01 – Departamento de Serviços Urbanos.

Função: 15 – Urbanismo.

Sub-função: 451 – Infra- Estrutura Urbana.

Programa: 0015 – Urbanização Da Cidade.

Ação: 1.056 – Aquisição de Máquinas, Veículos, Equipamentos.

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 1.500,00

Órgão: 04.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Unidade: 04.05 – Departamento de Educação.

Função: 12 – Educação.

Sub-função: 306 – Alimentação e Nutrição.

Programa: 0005 – Todas as Crianças e Adolescentes na Escola.

Ação: 2.008 – Merenda Escolar.

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 24 de Outubro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.161/2016

LEI MUNICIPAL Nº. 2.161, 24 DE OUTUBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAÇÃO POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Prefeito de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber – Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu

sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar por anulação de dotação no orçamento do Município, o valor de R\$ 76.600,00 (setenta e seis mil e seiscentos reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 04.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Unidade: 04.05 – Departamento de Educação.

Função: 12 – Educação.

Sub-função: 361 – Ensino Fundamental.

Programa: 0005 – Todas as Crianças e Adolescentes na Escola.

Ação: 2.007 – Manutenção do Transporte Escolar.

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001 – Aplicações Diretas. R\$ 76.600,00

Art. 2º. As fontes de recursos para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes da anulação de dotação orçamentária a seguir discriminada:

Órgão: 02.00 – Gabinete do Prefeito.

Unidade: 02.01 – Chefia de Gabinete.

Função: 04 – Administração.

Sub-função: 122 – Administração Geral.

Programa: 0002 – Gestão Administrativa Superior.

Ação: 1.003 – Aquisição de Veículo para o Gabinete do Prefeito.

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 6.600,00

Órgão: 03.00 – Secretaria de Administração e Finanças.

Unidade: 03.02 – Departamento de Administração e Finanças.

Função: 04 – Administração.

Sub-função: 122 – Administração Geral.

Programa: 0003 – Administração Geral.

Ação: 2.088 – Transferência a Consórcios Públicos, Subvenções, Contribuições e Auxílios.

Elemento: 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos.

R\$ 30.000,00

Órgão: 04.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Unidade: 04.04 – Departamento de Esportes.

Função: 27 – Desporto e Lazer.

Sub-função: 122 – Administração Geral.

Programa: 0007 – Esporte e Lazer para Todos.

Ação: 2.026 – Manutenção do Departamento de Esportes.

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas. R\$ 20.000,00

Órgão: 06.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Unidade: 06.02 – Departamento de Transportes e Obras.

Função: 26 – Transporte.

Sub-função: 122 – Administração Geral.

Programa: 0013 – Estradas Vicinais.

Ação: 2.044 – Manutenção, Abertura e Conservação de Estradas Vicinais.

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas. R\$ 20.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 24 de Outubro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.162/2016

LEI MUNICIPAL Nº. 2.162, 16 DE NOVEMBRO DE 2016
DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS, DO PERÍODO 2014-2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

Faz Saber – Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º. Os anexos I, II, III e VII da Lei Municipal nº 1.960/2013, alterado pela Lei Municipal nº. 2.029/2014, que trata do Plano Plurianual para o quadriênio de 2014-2017, passam a vigorar com as ações, respectivas metas físicas e financeiras, na forma dos anexos I a IV da presente Lei, sendo:

I – Anexo 01, que demonstra as Receitas previstas para o período de 2014-2017;

II – Anexo 02, que demonstra os Programas, ações, e metas financeiras para o período de 2014-2017;

III – Anexo 03, que demonstra a Compatibilização das Fontes com a Destinação dos Recursos para o período de 2014-2017;

IV – Anexo 04, Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações para o período de 2014-2017.

Art. 2º. Ficam alteradas as metas físicas e financeiras da Lei 2.141/2016, Lei de Diretrizes Orçamentárias 2017, mantendo compatibilidade com o PPA 2014-2017.

Art. 3º. As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, correrão a conta dos orçamentos vigentes de cada exercício financeiro.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 16 de Novembro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.163/2016

LEI MUNICIPAL Nº. 2.163, 16 DE NOVEMBRO DE 2016
Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Coronel Freitas - SC, para o Exercício de 2017.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber – Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º. O Orçamento Geral do Município de Coronel Freitas para o exercício de 2017 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 32.411.303,07 (trinta e dois milhões e quatrocentos e onze mil e trezentos e três reais e sete centavos).

DOS ORÇAMENTOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Art. 2º. O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 32.411.303,07 (trinta e dois milhões e

quatrocentos e onze mil e trezentos e três reais e sete centavos) e fixa a Despesa em R\$ 32.411.303,07 (trinta e dois milhões e quatrocentos e onze mil e trezentos e três reais e sete centavos), sendo R\$ 1.033.375,00 (um milhão e trinta e três mil e trezentos e setenta e cinco reais) para o Poder Legislativo e R\$ 31.377.928,07 (trinta e um milhão e trezentos e setenta e sete mil e novecentos e vinte e oito reais e sete centavos) para o Poder Executivo.

O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 2.026.019,03 (Dois milhões e vinte e seis mil e dezenove reais e três centavos) fixa a Despesa em R\$ 7.090.788,94 (sete milhões e noventa mil e setecentos e oitenta e oito reais e noventa e quatro centavos).

O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Médica – FMA para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 636.064,00 (seiscentos e trinta e seis mil e sessenta e quatro reais) e fixa a despesa em R\$ 602.375,00 (seiscentos e dois mil e trezentos e setenta e cinco reais).

§ 1º. A Receita da Unidade Gestora Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

PREFEITURA MUNICIPAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	35.006.083,68
1.1. Receita Tributária	4.231.459,78
1.2. Receita de Contribuições	239.580,00
1.3. Receita Patrimonial	219.999,68
1.4. Receita agropecuária	418,20
1.4. Receita de Serviços	48.568,65
1.5. Transferências Correntes	29.787.413,17
1.6. Outras Receitas Correntes	478.644,20
2. RECEITAS DE CAPITAL	79.378,50
2.1. Operações de Crédito	1.100,00
2.2. Alienação de Bens	2.000,00
2.3. Amortização de empréstimo	1.391,50
2.4. Transferências de Capital	75.987,00
Deduções da receita formação do FUNDEB	3.310.223,11
TOTAL	31.775.239,07

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	2.015.640,03
1.1. Receita Tributária	22.651,20
1.2. Receita Patrimonial	22.515,30
1.3. Receita de Serviços	141,00
1.4. Transferências Correntes	1.966.305,73
1.5. Outras Receitas Correntes	4.026,80
2. RECEITAS DE CAPITAL	10.379,00
2.1. Transferências de Capital	10.379,00
TOTAL	2.026.019,03

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - FMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	636.064,00
1.1. Receita de Contribuições	595.710,00
1.2. Receita Patrimonial	38.962,00
1.3 Outras receitas Correntes	1.392,00
TOTAL	636.064,00

§ 2º. As Despesas dos Poderes Executivo e Legislativo serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. Câmara Municipal	1.033.375,00
02. Secretaria Municipal de Administração e Finanças	4.190.200,00
03. Gabinete do Prefeito e do Vice Prefeito	420.000,00
04. Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes	10.615.922,81
05. Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	1.382.200,00
06. Secretaria Municipal de Transp. Obras e Serv. Urbanos	5.482.174,38
07. Secretaria Municipal de Saúde	6.487.632,38
08. Fundo Municipal de Assistência Médica – FMA	602.375,00
09. Fundo Rotativo Habitacional	21.125,00
10. Fundo Municipal de Assistência Social	1.746.098,50
11. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	350.200,00
12. Fundo Municipal da Infância e Adolescência	30.000,00
99. Reserva de Contingência	50.000,00
TOTAL	32.411.303,07

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. LEGISLATIVA	1.033.375,00
04. ADMINISTRAÇÃO	5.010.400,00
06. SEGURANÇA PÚBLICA	173.529,38
08. ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.776.098,50
10. SAÚDE	7.090.007,38
12. EDUCAÇÃO	9.806.788,94
13. CULTURA	341.233,87
15. URBANISMO	2.113.375,00
16. HABITAÇÃO	21.125,00
17. SANEAMENTO	350,00
18. GESTÃO AMBIENTAL	1.840,00
20. AGRICULTURA	1.382.200,00
25. ENERGIA	567.080,00
26. TRANSPORTE	2.628.190,00
27. DESPORTO E LAZER	467.900,00
TOTAL	32.411.303,07

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

0000	Amortização de Dívidas, Precatórios e Sentenças Judiciais
1001	Conclusão Construção sede própria
1002	Aquisição de Móveis, Equipamentos e Mobiliário em Geral
1004	Aquisição de Móveis e Equipamentos
1005	Aquisição de Móveis e Equipamentos
1006	Construção do novo centro administrativo
1007	Construção de pontes e pontilhões
1008	Recuperação de bueiros e pontes
1009	Reforma das quadras esportivas nas escolas
1011	Ampliação e Reformas da rede física do Ensino Infantil e Fundamental
1015	Aquisição de veículos
1021	Aquisição de computadores e instalação de internet
1022	Eventos culturais
1026	Reforma e ampliação dos Vestiários, arquibancada e Copa do Estádio Municipal de Futebol
1030	Aquisição de móveis, equipamentos e implementos esportivos
1031	Construção de Creches
1032	Construção de Abrigo para estudantes
1033	Aquisição de máquina, veículos, equipamentos e mobiliário

1039	Captção, Tratamento e Distribuição de Água do Rio Chapecó
1041	Aquisição de Máquinas, Veículos, Equipamentos e Mobiliário
1042	Pavimentação com pedras irregulares nas comunidades do interior
1043	Pavimentação Asfáltica Rodovia da Integração
1050	Instalação e troca de Lixeiras em todas as Vias Urbanas
1052	Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário
1055	Ampliação e Reforma da Garagem Municipal
1057	Asfaltamento de vias urbanas
1061	Construir Rótula
1063	Instalação de Câmeras de Segurança em Parceria com os Departamentos da Polícia Civil e Militar
1065	Ampliação e Manutenção do Parque de Exposições
1067	Infra-estrutura para área habitacional
1068	Construção de casas populares
1069	Aquisição de áreas de terra
1070	Realização de feiras
1072	Implantação de incubadora e condomínios empresariais
1073	Reformas e adaptações de salas para oficinas
1074	Aquisição de veículo, imobilizado geral equipamentos
1078	Construção de um centro dia para idosos
1081	Construção do ESF IV
1082	Ampliar, reformar e manter as unidades de saúde
1085	Construção de garagem para veículos da saúde
1086	Pavimentação na Linha Cairu
1087	Aquisição de caminhão completo e equip. para combate a incêndios
2001	Manutenção da Câmara de Vereadores
2002	Manutenção da Estrutura do Gabinete do Prefeito, Vice-Prefeito
2003	Manutenção das Atividades de Administração do Município
2004	Manutenção do programa ESF
2005	Manutenção Reforma e Ampliação do Centro Administrativo
2006	Reserva de contingência
2007	Manutenção do Transporte Escolar
2008	Merenda Escolar
2012	Manutenção do Administrativo de Educação
2013	Atendimento Alunos do 2º
2019	Manutenção da educação infantil
2020	Manutenção do ensino fundamental
2021	Manutenção e ampliação do acervo do museu
2022	Organizar os pontos turísticos do município
2023	Manutenção da Departamento da cultura
2026	Manutenção do departamento de esportes
2027	Manutenção das Creches
2028	Manutenção e Assistência ao Produtor Rural
2039	Lei de Incentivos
2044	Manutenção, abertura e conservação de estradas Vicinais
2048	Manutenção do Convênio do Trânsito
2049	Manutenção e Melhoria da Iluminação Pública
2050	Manutenção do Departamento de Serviços Urbanos
2051	Manutenção da Coleta e Destino do Lixo Urbano

2053	Rever, reorgan. e legalizar a ocupação urbana reprimindo a ocupação irregular, Programa meu Cantinho
2054	Manutenção do Fundo Rotativo Habitacional
2055	Manutenção do Fundo municipal de assistência médica as servidores municipais
2056	Manutenção da secretaria
2057	Elaborar e manter o plano estratégico do município de Coronel Freitas
2058	Apoiar e incentivar prioritariamente o associativismo e as pequenas cooperativas
2059	Programa menor aprendiz
2060	Incentivos econômicos, estruturais para empresas existentes e para atração de novas
2061	Manutenção dos programas e projetos previstos no Plano de Ação e Aplicação
2062	Serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos (PAEFI)
2063	Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de PSC/LA
2064	Serviço de proteção social para pessoas deficientes, idosos e suas famílias
2065	Manutenção do programa SCFV
2066	Família substituta
2067	Manutenção do serviço de acolhimento institucional casa lar
2070	Gestão Cadiúnico – IGDM
2072	Gestão SUAS IGDE-SUAS
2073	Manutenção do CRAS/PAIF
2078	Programa de geração de trabalho a renda, segurança alimentar e inclusão produtiva
2079	Manutenção do conselho tutelar
2080	Dinamizar o CRAS
2082	Aquisição de Veículos, Equipamentos e Mobiliários em geral.
2083	Aquisição de Medicamentos
2084	Manutenção do Programa das ACS
2087	Indenizações e restituições
2088	Transferência a consórcios públicos, subvenções, contribuições e auxílios
2091	Manutenção do fundo municipal de saúde
2092	Manutenção da Vigilância em Saúde
2102	Manutenção do Programa saúde bucal
2104	Manutenção do programa NASF
2105	Manutenção da Assistência Social

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES	28.550.564,57
3.1.00.00. – Pessoal e Encargos Sociais	17.510.689,57
3.2.00.00. – Juros e Encargos da Dívida	51.150,00
3.3.00.00. – Outras Despesas Correntes	10.988.725,00
4.0.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	2.174.988,50
4.4.00.00 – Investimentos	2.053.638,50
4.6.00.00 – Amortização da Dívida	121.350,00
9.9.99.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00
TOTAL	30.775.553,07

Art. 3º. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de riscos fiscais representados por passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, abertura de créditos adicionais para despesas não orçadas ou orçadas a menor conforme abaixo:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. Intempéries	50.000,00
SOMA	50.000,00

§ 1º. A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

§ 2º. Não se efetivando até o dia 10/12/2017 os riscos fiscais relacionados aos eventos: Intempéries; Fatos não Previstos em Execução de Obras e Serviços e Campanhas de Saúde; ou se efetivando a cobrança da dívida ativa de acordo com o previsto no Orçamento da Receita, os recursos a eles reservados

poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária, desde que o Orçamento para 2017 tenha reservado recursos para riscos fiscais.

§ 3º. Os recursos da Reserva de Contingência destinados ao evento "Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor" serão utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para abertura de créditos adicionais suplementares para as dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária.

Art. 4º. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação/Fonte de Recursos, para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal (Art. 167,VI da CF).

Parágrafo único. As fontes e destinações de recursos, bem como o detalhamento, poderá sofrer alterações, inclusões ou exclusões, através de ato do Poder Executivo, de acordo com as necessidades.

Art. 5º. O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/1964, a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 10% (dez por cento) da Receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, observado o disposto no art. 43 da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964: I - abrir créditos suplementares à conta do produto de operações de crédito até o limite dos valores autorizados em lei;

II - abrir créditos suplementares à conta dos recursos consignados sob a denominação de Reserva de Contingência, observado o disposto no inciso III do art. 5º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000;

III - adotar, durante a execução orçamentária, as medidas necessárias para ajustar a programação das despesas autorizadas ao efetivo ingresso das receitas, dentro dos limites constitucionais e legais; e

IV - abrir crédito especial durante a execução orçamentária quando as ações já estiverem programadas no Plano Plurianual 2014-2017.

Parágrafo primeiro – Para abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata este artigo, serão utilizados como fontes de recursos, desde que não comprometidos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação em cada uma das destinações de recursos, observada a tendência do exercício, ou proveniente de cancelamento de restos a pagar;

II - o superávit financeiro do exercício anterior apurado em cada uma das destinações de recursos e;

III – O remanejamento de dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Parágrafo segundo - Se excluem desse limite, os créditos adicionais

suplementares autorizados por leis municipais específicas aprovadas no exercício e créditos Extraordinários;

Art. 6º. Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta lei com recursos vinculados a destinações oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º. A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/1964 será realizado por destinação de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LRº 219/2004F e Portaria STN.

§ 2º. O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das destinações de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42º e 50º, I da LRF e Portaria STN nº 219/2004.

Art. 7º. Os recursos oriundos de convênios e seus rendimentos, não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 8º. As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 9º. Durante o exercício de 2017, o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 10. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da federação.

Art. 11. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênios com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 12. A presente Lei vigorará durante o exercício de 2017, a partir de 1º de janeiro.

Gabinete do Prefeito, 16 de Novembro de 2016.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.164/2016

LEI MUNICIPAL Nº. 2.164, 30 DE NOVEMBRO DE 2016
DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAÇÃO POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Excelentíssimo Prefeito de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber – Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a

suplementar por anulação de dotação no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, o valor de R\$ 246.000,00 (duzentos e quarenta e seis mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 07.01 – Fundo Municipal de Saúde.
Unidade: 07.01 – Departamento de Saúde.
Função: 10– Saúde.
Sub-função: 301 – Atenção Básica.
Programa: 0022 – Programa Saúde da Família.
Ação: 2.004 – Manutenção do Programa ESF
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0464 – Aplicações Diretas.
R\$ 80.000,00

Órgão: 07.01 – Fundo Municipal de Saúde.
Unidade: 07.01 – Departamento de Saúde.
Função: 10– Saúde.
Sub-função: 301 – Atenção Básica.
Programa: 0021 – Saúde Bucal.
Ação: 2.102 – Manutenção do Programa Saúde Bucal.
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0464 – Aplicações Diretas.
R\$ 38.000,00

Órgão: 07.01 – Fundo Municipal de Saúde.
Unidade: 07.01 – Departamento de Saúde.
Função: 10– Saúde.
Sub-função: 122 – Administração Geral.
Programa: 0019 – Saúde para Todos.
Ação: 2.091 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0002 – Aplicações Diretas.
R\$ 80.000,00

Órgão: 07.01 – Fundo Municipal de Saúde.
Unidade: 07.01 – Departamento de Saúde.
Função: 10– Saúde.
Sub-função: 122 – Administração Geral.
Programa: 0019 – Saúde para Todos.
Ação: 2.084 – Manutenção do Programa das ACS
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0464 – Aplicações Diretas.
R\$ 48.000,00

Art. 2º. As fontes de recursos para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes da anulação de dotação orçamentária a seguir discriminada:

Órgão: 07.01 – Fundo Municipal de Saúde.
Unidade: 07.01 – Departamento de Saúde.
Função: 10– Saúde.
Sub-função: 301 – Atenção Básica.
Programa: 0022 – Programa Saúde da Família.
Ação: 2.004 – Manutenção do Programa ESF
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0002 – Aplicações Diretas.
R\$ 80.000,00

Órgão: 07.01 – Fundo Municipal de Saúde.
Unidade: 07.01 – Departamento de Saúde.
Função: 10– Saúde.
Sub-função: 301 – Atenção Básica.
Programa: 0019 – Saúde para Todos.
Ação: 2.082 – Aquisição de Veículos, Equipamentos e Mobiliários em Geral.
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0464 – Aplicações Diretas.
R\$ 118.000,00

Órgão: 07.01 – Fundo Municipal de Saúde.
Unidade: 07.01 – Departamento de Saúde.
Função: 10– Saúde.
Sub-função: 122 – Administração Geral
Programa: 0019 – Saúde para Todos.
Ação: 2.091 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0464 – Aplicações Diretas.
R\$ 36.000,00

Órgão: 07.01 – Fundo Municipal de Saúde.

Unidade: 07.01 – Departamento de Saúde.

Função: 10– Saúde.

Sub-função: 301 – Atenção Básica.

Programa: 0022 – Programa Saúde da Família.

Ação: 1.082 – Ampliar, Reformar e Manter as Unidades de Saúde.

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0464 – Aplicações Diretas.
R\$ 12.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 30 de Novembro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.165/2016

LEI MUNICIPAL Nº. 2.165, 30 DE NOVEMBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAR DOTAÇÃO POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS.

O Excelentíssimo Prefeito de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber – Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar dotação por superávit financeiro do exercício de 2015, no orçamento vigente do Fundo Municipal De Assistência Médica ao Servidor Municipal de Coronel Freitas, no valor de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 08.01 – Fundo Municipal de Assistência Médica ao Servidor Municipal de Coronel Freitas.

Unidade: 08.01 – Fundo Municipal de Assistência Médica ao Servidor Municipal de Coronel Freitas.

Função: 10– Saúde.

Sub-função: 122 – Administração Geral.

Programa: 0030 – Fundo Municipal de Assistência Médica ao Servidor Municipal de Coronel Freitas.

Ação: 2.055 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Médica ao Servidor Municipal de Coronel Freitas.

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000 – Aplicações Diretas.
R\$ 70.000,00

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 30 de Novembro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.166/2016

LEI MUNICIPAL Nº. 2.166, 30 DE NOVEMBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAÇÃO POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Prefeito de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber – Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar por anulação de dotação no orçamento do Município, o valor de R\$ 35.690,00 (trinta e cinco mil e seiscentos e noventa reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 10.01 – Fundo Municipal de Assistência Social.

Unidade: 10.01 – Departamento de Assistência Social.

Função: 08– Assistência Social.

Sub-função: 244 – Assistência Comunitária.

Programa: 0027 – Conselho Tutelar.

Ação: 2.079 – Manutenção do Conselho Tutelar.

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas.
R\$ 35.690,00

Art. 2º. As fontes de recursos para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes da anulação de dotação orçamentária a seguir discriminada:

Órgão: 10.01 – Fundo Municipal de Assistência Social.

Unidade: 10.01 – Departamento de Assistência Social.

Função: 08– Assistência Social.

Sub-função: 244 – Assistência Comunitária.

Programa: 0023 – Proteção Social Básica.

Ação: 2.105 – Manutenção da Assistência Social.

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas.
R\$ 5.000,00

Órgão: 05.01 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

Unidade: 05.01 – Departamento de Agricultura.

Função: 20– Agricultura.

Sub-função: 606 – Extensão Rural.

Programa: 0010 – Agricultura.

Ação: 2.028 – Manutenção e Assistência ao Produtor Rural.

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas.
R\$ 15.000,00

Órgão: 06.02 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Unidade: 06.02 – Departamento de Transportes e Obras.

Função: 26– Transporte.

Sub-função: 122 – Administração Geral.

Programa: 0013 – Estradas Vicinais.

Ação: 2.044 – Manutenção, Abertura e Conservação de Estradas Vicinais.

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas.
R\$ 6.000,00

Órgão: 02.01 – Gabinete do Prefeito.

Unidade: 02.01 – Chefia de Gabinete

Função: 04– Administração.

Sub-função: 122 – Administração Geral.

Programa: 0002 – Gestão Administrativa Superior.

Ação: 2.002 – Manutenção da Estrutura do Gabinete do Prefeito, Vice Prefeito.

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas.
R\$ 5.000,00

Órgão: 11.01 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico.
Unidade: 11.01 – Departamento de Desenvolvimento Econômico e Turismo.
Função: 04 – Administração.
Sub-função: 122 – Administração Geral.
Programa: 0031 – Incentivo à Indústria, Comércio e Prestação de Serviços.
Ação: 2.056 – Manutenção da Secretaria.
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas.
R\$ 4.690,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 30 de Novembro de 2016.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.167/2016

LEI MUNICIPAL Nº. 2.167, 06 DE DEZEMBRO DE 2016
DISPÕES SOBRE ALTERAÇÃO DAS DIMENSÕES DA RUA BAHIA DA CIDADE DE CORONEL FREITAS

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber – Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam alteradas as dimensões da Rua Bahia, entre as quadras nº. 06 e 02, entre as Ruas Rio Grande do Sul e Mato Grosso, de acordo com o projeto anexo a esta e conforme descrição a seguir:

I - a área total do trecho é de 2.426,97m²;
II - a nova área da Rua Bahia passará a ter a metragem de 1.576,78m²;
III - a área a ser retirada da na Rua Bahia será de 850,19.m², e será anexada a quadra nº 02.

Art. 2º. As novas confrontações da Rua Bahia, conforme projeto físico territorial, passará a ter as seguintes confrontações:

I - Norte - medindo 97,10 metros com a quadra N. 02 (cemitério).
II - Sul - medindo 100,00 metros, com a quadra N. 06.
III - Leste - medindo 16,26 metros, com a rua Rio Grande do Sul.
IV - Oeste – medindo 16,00 metros, com a Rua Mato Grosso.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 06 de Dezembro de 2016.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.168/2016

LEI MUNICIPAL Nº. 2.168, 15 DE DEZEMBRO DE 2016
DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAÇÃO POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Prefeito de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber – Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar por anulação de dotação no orçamento do Município, o valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 04.05 – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte.
Unidade: 04.05 – Departamento de Educação.
Função: 12 – Educação.
Sub-função: 361 – Ensino Fundamental.
Programa: 0005 – Todas as Crianças e Adolescentes na Escola.
Ação: 2.007 – Manutenção do Transporte Escolar.
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0022 – Aplicações Diretas.
R\$ 40.000,00

Art. 2º. As fontes de recursos para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes da anulação de dotação orçamentária a seguir descriminada:

Órgão: 04.05 – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte.
Unidade: 04.05 – Departamento de Educação.
Função: 12 – Educação.
Sub-função: 361 – Ensino Fundamental.
Programa: 0005 – Todas as Crianças e Adolescentes na Escola.
Ação: 1.009 – Construção e Reforma das Quadras Esportivas nas Escolas.
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0022 – Aplicações Diretas.
R\$ 40.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 15 de Dezembro de 2016.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.169/2016

LEI MUNICIPAL Nº. 2.169, 21 DE DEZEMBRO DE 2016
DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAÇÃO POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Excelentíssimo Prefeito de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber – Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar por anulação de dotação no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, o valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 07.01 – Fundo Municipal de Saúde.
Unidade: 07.01 – Departamento de Saúde.
Função: 10 – Saúde.
Sub-função: 122 – Administração Geral.
Programa: 0019 – Saúde para Todos.
Ação: 2.091 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0002 – Aplicações Diretas.
R\$ 200.000,00

Art. 2º. As fontes de recursos para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes da

anulação de dotação orçamentária a seguir discriminada:

Órgão: 07.01 – Fundo Municipal de Saúde.

Unidade: 07.01 – Departamento de Saúde.

Função: 10 – Saúde.

Sub-função: 301 – Atenção Básica.

Programa: 0022 – Programa Saúde da Família.

Ação: 2.004 – Manutenção do Programa ESF.

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0002 – Aplicações Diretas.

R\$ 200.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 21 de Dezembro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.170/2016

LEI MUNICIPAL Nº. 2.170, 21 DE DEZEMBRO DE 2016

AUTORIZA A BAIXA E INCINERAÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS INSERVÍVEIS DO MUNICÍPIO e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber – Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a baixa dos bens patrimoniais (Listagem anexa à presente Lei), pertencentes ao Poder Executivo do município; os bens que, por sua natureza, utilidade e estado de conservação encontram-se sem valor econômico, tornando-os inservíveis.

Art. 2º. Fica autorizada a incineração dos bens citados no artigo anterior.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 21 de Dezembro de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Correia Pinto

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 29/2016 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 29/2016

EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato de programa, através do estabelecido no convênio de cooperação nº 015/2016

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ABSTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO COM EXCLUSIVIDADE À COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO (CASAN).

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO (CASAN)

CNPJ: 82.508.433/0001-17

O valor de amortização é de 31.753.913,43 (Trinta e um milhões, setecentos e cinquenta e três mil, novecentos e treze reais e quarenta e três centavos)Vigência: 40 (quarenta) anos, contados da assinatura do contrato, em 08 de dezembro de 2016.

Correia Pinto/SC 28 de dezembro de 2016.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

Corupá

PREFEITURA

LEI Nº 2234/2016

LEI Nº 2234/2016

DENOMINA DE "PRAÇA DOS IMIGRANTES" A PRAÇA LOCALIZADA NO ENTRONCAMENTO DA RUA (113) FELIPE SCHMIDT, BAIRRO VILA IZABEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores de Corupá, aprovou e ele sanciona a presente Lei Ordinária:

Art.1º - Fica denominada de "PRAÇA DOS IMIGRANTES", a Praça localizada no entroncamento da Rua (113) Felipe Schmidt, no bairro Vila Izabel.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Corupá (SC), 15 de dezembro de 2016.

LORIANO ROGÉRIO COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos quinze dias do mês de dezembro de 2016.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 077/16

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Tomada de Preço nº 004/16

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 077/16 MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

A empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 03.620.927/0001-12 e Inscrição Estadual nº 253.992.443, estabelecida na Rua Anélio Niccocelli, 1720, bairro Figueirinha – CEP 89270-000, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA VIABILIZAR A EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, EM REGIME DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL, TERRAPLANAGEM, SINALIZAÇÃO VIÁRIA, E OBRAS COMPLEMENTARES DA RUA 04 - ROBERTO SEIDEL - TRECHO 03, (COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS), NO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHAS DE QUANTITATIVOS E DEMAIS ANEXOS QUE FAZEM PARTE INTEGRANTE DESTES PROCESSOS.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO ACRÉSCIMO

Conforme disposto na Cláusula Quarta do Contrato firmado, realiza-se ACRÉSCIMO ao valor total do presente contrato, no valor de R\$ 33.756,28 (Trinta e três mil setecentos e cinquenta e seis reais e vinte e oito centavos) em virtude de adequações e revisão do orçamento referente ao serviço de terraplanagem das calçadas e também de construção de lombadas físicas e sinalização viária, ficando o valor total do contrato em R\$ 523.396,28 (quinhentos e vinte e três mil e trezentos e noventa e seis reais e vinte e oito centavos).

Data da Assinatura: 17/11/2016

Data da Vigência: 16/05/2017

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

CONTRATOS 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
CONTRATO Nº 107/2016.

CONTRATANTE:..Prefeitura Municipal.

CONTRATADO: A.S Junior Instaladora Elétrica Ltda. -EPP

Objeto: implantação de projeto elétrico de entrada de energia elétrica em média tensão 23 kv para frigorífico do P.A Tracutinga no município de Dionísio Cerqueira. .Origem: Processo Licitatório 142/2016 Tomada de Preço: 142/2016. PMDC. Vigência: 27/12/2016 à 31/12/2017. Dionísio Cerqueira 27/12/2016.

Altair Rittes – Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
DÉCIMO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO Nº 007/2012.

CONTRATANTE:..Hospital Municipal.

CONTRATADO: Construtora Oliveira Ltda.

Objeto: Execução da Obra de Reforma do Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira SC.. Origem: Processo Licitatório 014/2012 Concorrência: 014/2012. PMDC. Por esse instrumento fica aditivado o Valor de R\$ 25.880,33 do contrato principal em razão de reprogramação de projeto. Dionísio Cerqueira 27/12/2016.

Altair Rittes – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 107/2016.

CONTRATANTE:..Prefeitura Municipal.

CONTRATADO: Maisativo Intermediação de Ativos Ltda.

Objeto: Prestação de serviços de assessoria na estruturação de leilões públicos .Origem: Processo Licitatório 112/2013 Tomada de Preço: 112/2013. PMDC. Vigência: 27/12/2016 à 31/07/2017. Dionísio Cerqueira 27/12/2016.

Altair Rittes – Prefeito Municipal.

RESOLUÇÃO 07/2016

RESOLUÇÃO Nº 07/2016 do CMDCA

Dispõe sobre deliberação para continuidade e funcionamento do Programa Resgatando Vidas.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Dionísio Cerqueira no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Federal 8.069 de 13 de julho de 1990 – ECA e Lei Municipal 4.410/2015 que cria o CMDCA e O FIA;
Considerando que cabe ao CMDCA, dentro dos parâmetros legais estabelecidos, definir quais os programas e/ou projetos serão beneficiados com recursos do FIA e/ou FMCA;
Considerando que a seleção dos projetos a serem contemplados, deve ser a mais criteriosa e transparente possível;
Considerando que o Projeto Resgatando Vidas não pode ter interrupção devido ao compromisso firmado para tal com o Banco Santander, haja vista a sobra de recurso para execução do mesmo;
Considerando que já firmamos novo termo de compromisso com o Banco Itaú Social que aprovou o Projeto Resgatando Vidas e será o novo coofinanciador;
Considerando a relevância e a importância das ações desenvolvidas pelo Projeto no Município de Dionísio Cerqueira/SC, que

contribuíram significativamente na redução de atos infracionais cometidos por adolescentes;

Considerando a deliberação do colegiado nas Reuniões Ordinárias realizadas por este Conselho;

Considerando o investimento na equipe técnica e oficinheiros durante o período de dois anos, em cursos de capacitação, oficinas de avaliação e construção de projetos;

Considerando o Plano Municipal de Medidas Socioeducativas de acordo com o SINASE (PMASE);

Considerando a responsabilidade municipal em executar o referido plano;

Considerando o Plano Municipal Decenal dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente, elaborado por este Conselho Municipal, com a contribuição da Rede de Atendimento para a continuidade do referido projeto;

Considerando a legalidade para que sejam aditivados os referidos contratos em vigência, conforme cláusula 6º dos mesmos;

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR o aditivo de contrato das empresas responsáveis pela equipe técnica e das oficinas do Projeto Resgatando Vidas, para que se dê continuidade às atividades propostas como programa de atendimento e cumprimento de MSE, PSC e LA, pelo prazo de doze meses.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Dionísio Cerqueira/SC, 12 de dezembro de 2016.

TAÍSE MARIA BORTOLUZZI PIASECKI

Presidente do CMDCA

RESULTADO LICITAÇÕES 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA.

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira. SC comunica aos interessados que o Processo Licitatório 142/2016 Tomada de Preço: 142/2016 PMDC - Objeto: Implantação de projeto elétrico de entrada de energia elétrica em média tensão 23 KV para frigorífico do P.A Tracutinga no município de Dionísio Cerqueira. Vencedor: A.S Junior Instaladora Elétrica Ltda. –EPP – Valor R\$ 400.000,00 – Vigência: 27-12-2016 à 31/12/2017. Dionísio Cerqueira - 27/12/2016.

Altair Rittes – Prefeito Municipal.

Ermo

PREFEITURA

DECRETO N.º 085, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO N.º 085, de 28 de dezembro de 2016.

Determina Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a legislação vigente;

DECRETA:

Art. 1º Ponto facultativo nas Repartições Públicas Municipais nos dias 29 e 30 de dezembro de 2016, tendo em vista as comemorações alusivas ao Final de Ano.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 28 de dezembro de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Forquilha

PREFEITURA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO FMS 43/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 43/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 01/2016

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – BÚRIGO E ESTEVES KRUGER LTDA ME.

DO OBJETO – Contratação de empresas para prestar serviços de comunicação multimídia, para instalação de serviço dedicado de conectividade à internet, e de integração das unidades do Fundo Municipal de Saúde de Forquilha/SC.

DO PRAZO – O presente termo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato FMS 01/2016 de 31/12/2016 para 31/12/2017.

DO VALOR – O valor dos serviços previsto sofrerá um reajuste de 7,13%, de acordo com índice de IGP-M acumulado nos últimos 12 meses, perfazendo o valor global estimado de R\$ 14.642,13 (quatorze mil seiscentos e quarenta e dois reais e treze centavos) para o exercício de 2017.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 e 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 09 de dezembro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO FMS 49/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 49/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS 89/2015

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS FORQUILHINHA

DO OBJETO – credenciamento de prestadores de serviços de assistência à saúde, na área ambulatorial básica (eletivo), por meio de exames laboratoriais, no conjunto de procedimentos dos grupo da Tabela unificada do SUS.

DO PRAZO – O presente termo tem por objetivo a prorrogação da vigência do Contrato FMS nº. 88/2015 de 31/12/2016 para 28/02/2017.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 19 de dezembro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO PMF 137/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 137/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 02/2016

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – BÚRIGO E ESTEVES KRUGER LTDA ME.

DO OBJETO – Contratação de empresas para prestar serviços de comunicação multimídia, para instalação de serviço dedicado de conectividade à internet, e de integração das unidades do Fundo Municipal de Saúde de Forquilha/SC.

DO PRAZO – O presente termo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato PMF 02/2016 de 31/12/2016 para 31/12/2017.

DO VALOR – O valor dos serviços previsto sofrerá um reajuste de 7,13%, de acordo com índice de IGP-M acumulado nos últimos 12 meses, perfazendo o valor global estimado de R\$ 37.031,04 (trinta e sete mil trinta e um reais e quatro centavos) para o exercício de 2017.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 e 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 09 de dezembro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO PMF 139/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 139/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO PMF Nº. 11/2016

CONVENIENTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONVENIADO – ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NOSSA CASA

DO OBJETO – atendimento de crianças em regime de abrigo provisório, conforme previsto na Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da criança e do adolescente, à Associação conveniada.

DO PRAZO – O presente termo tem por objeto a prorrogação da vigência do Convênio nº. 11/PMF/2016 de 31 de dezembro de 2016 para 31 de março de 2017.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Artigos 57 e 116 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 12 de dezembro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

**PUBLICAÇÃO NOTIFICAÇÃO LIMPEZA DE TERRENOS
005/2016**

PUBLICAÇÃO NOTIFICAÇÃO LIMPEZA DE TERRENOS 005/2016

A Secretária de Planejamento do Município de Forquilha-SC, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a Lei Complementar Nº 019 de 11 de Agosto de 2011 no Art. 45 do Código de Posturas, pelo presente, NOTIFICA os contribuintes abaixo relacionados, que encontram-se em local incerto e não sabido, sobre seus imóveis em situação de abandono e com mato alto, para que mantenham seus imóveis em perfeitas condições de habitabilidade e em bom estado de conservação.

CONTRIBUINTE	INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	ENDEREÇO	VALOR	NUMERO DA NOTIFICAÇÃO
ADROALDO VIEIRA DA CRUZ	01.06.031.0095.001	RUA ANTONIO MARCOS VIEIRA	Multa 100 UFM + R\$ 0,039 centavos por metro quadrado do terreno	NOTIFICAÇÃO 659/2016
HERCILIO ANTONIO WAR-MILING	01.06.056.0099.001	RUA PARAGUAI	Multa 100 UFM + R\$ 0,039 centavos por metro quadrado do terreno	NOTIFICAÇÃO 710/2016
IGREJA DO EVANGELHO QUADRANGULAR	01.06.052.0099.001	RUA ESTADOS UNIDOS	Multa 100 UFM + R\$ 0,039 centavos por metro quadrado do terreno	NOTIFICAÇÃO 706/2016
JOÃO BATISTA EUZEBIO	01.06.026.0194.001	RUA ANTONIO MARCOS VIEIRA	Multa 100 UFM + R\$ 0,039 centavos por metro quadrado do terreno	NOTIFICAÇÃO 656/2016
JOÃO BATISTA EUZEBIO	01..06.026.0110.001	RUA ANTONIO MARCOS VIEIRA	Multa 100 UFM + R\$ 0,039 centavos por metro quadrado do terreno	NOTIFICAÇÃO 657/2016
LEONARDO SOUZA NETO	01.06.026.0225.001	RUA ANTONIO MARCOS VIEIRA	Multa 100 UFM + R\$ 0,039 centavos por metro quadrado do terreno	NOTIFICAÇÃO 658/2016
VANDERLEI JULIO JOÃO	01.06.044.0015.001	RUA LUDOVICO ZEFERINO SIL-VEIRA	Multa 100 UFM + R\$ 0,039 centavos por metro quadrado do terreno	NOTIFICAÇÃO 708/2016

Ademir Brandielli Pedro
Secretario interino de Planejamento.

Fraiburgo

PREFEITURA

DECRETO Nº 323/2016

DECRETO Nº 323, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei 2324 de 09 de Dezembro de 2015;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo crédito adicional suplementar para o exercício de 2016 no valor de R\$ 387.812,50 (trezentos e oitenta e sete mil, oitocentos e doze reais e cinquenta centavos), nas seguintes dotações:

08.00 – Secretaria de Saúde		
08.01 – Fundo Municipal de Saúde		
10.302.0010.2.027 – Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial		
3.3.90.00 – Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0454 (123)	R\$	387.812,50
TOTAL	R\$	387.812,50

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

41721332600 - Transf. Recursos do SUS - Quartos Retaguarda Hospital	R\$	387.812,50
TOTAL	R\$	387.812,50

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 324/2016

DECRETO Nº 324, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2324 de 09 de Dezembro de 2015;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo, crédito adicional suplementar para o exercício de 2016, no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

14.00 – Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo		
14.01 – SANEFRAI		
17.512.0027.2.055 – Manutenção do Saneamento Básico		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.3.0900 (14)	R\$	70.000,00
TOTAL	R\$	70.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

14.00 – Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo
--

14.01 – SANEFRAI		
17.512.0027.2.055 – Manutenção do Saneamento Básico		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.3.0900 (16)	R\$	70.000,00
TOTAL	R\$	70.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 001-2016 (ESCOLHA VAGAS AUXILIARES, PROFESSORES E ASG E AAN) 2016

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N. 001/2016

FIAM ESTABELECIDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESCOLHA DE VAGAS DOS CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE PARA O ANO LETIVO DE 2017, E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO, NOS TERMOS DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA N. 0028/2016.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE FRAIBURGO, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER:

Ficam notificados todos classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0028/2016, para a escolha de vagas de acordo com os procedimentos e as condições estabelecidas neste Edital:

1 – DOS PROCEDIMENTOS

1.1 – Os classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0028/2016 deverão observar o calendário abaixo estabelecido para escolha de vagas para o ano letivo de 2016:

Código	Cargo	Convocados	Data Horário
01	Agente de Serviços Gerais (feminino)	1º ao 25º	02/01/2017 às 8h30min
02	Auxiliar de Alimentação e Nutrição (feminino)	1º ao 20º	02/01/2017 às 14 horas
03	Professor da Educação Infantil Habilitado	1º ao 12º	02/01/2017 às 17 horas
04	Auxiliar Educacional da Educação Infantil	1º ao 40º	03/01/2017 às 8h30min
05	Auxiliar Educacional da Educação Infantil	41º ao 85º	03/01/2017 às 14 horas

1.2 – A escolha de vagas e a contratação seguirão rigorosamente a ordem de classificação.

1.3 – Na data e horário estabelecido no item 1.1 os classificados até as colocações especificadas nos quadros acima, deverão dirigir-se à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Fraiburgo, localizado na Avenida Arnaldo Frey, n. 179, Centro, Fraiburgo, SC., para efetivação da escolha de vagas para o ano letivo de 2016.

1.4 – O contrato administrativo poderá estabelecer carga horária de 12 a 40 horas semanais, variando de acordo com a necessidade e interesse do Município de Fraiburgo.

1.5 – As demais normas atinentes ao Edital de Contratação Temporária n. 0028/2016 deverão ser observadas.

2 – DA CONVOCAÇÃO PARA PROVIDENCIAR DOCUMENTOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO

2.1 – Ficam os classificados do Edital de Contratação em Caráter Temporário n. 0028/2016, até as colocações especificadas nos quadros acima, convocados a comparecer em data e local citado para a escolha de vagas e apresentação de documentos necessários para a contratação.

2.2 – Nos mesmos prazos estabelecidos nos quadros acima, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes os candidatos classificados deverão apresentar documentos que servirão para contratação, conforme segue:

I – Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sendo no mínimo:

- a) 01 foto ¾ recente;
- b) Carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- c) Cartão PIS/PASEP;
- d) CPF;
- e) Identidade;
- f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Registro Civil de nascimento ou casamento;
- i) Registro dos filhos menores de 14 anos;
- j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;
- k) Atestado de Saúde Ocupacional;
- l) Diploma de formação escolar e histórico escolar;
- m) Conta bancária (BRADESCO);
- n) Endereço completo (fatura água, luz ou telefone);
- o) Comprovante de vacina da rubéola (quem trabalha com criança);
- p) Carteira de saúde atualizada

Parágrafo Único: Em virtude ao recesso de final de ano, o Atestado de Saúde Ocupacional poderá ser entregue no dia seguinte após a convocação.

2.3 – De acordo com o item 2.1 do Edital de Contratação 028/2016 as exigências de escolaridade são as seguintes:

Cargo / área de atuação	Requisitos de escolaridade e outros
Professor da Educação Infantil – Habilitado	Obrigatório Formação Superior Completa em Pedagogia ou Curso Normal Superior, ou Formação Superior Completa na área de atuação e/ou Licenciatura Plena (Educação Infantil)
Auxiliar Educacional da Educação Infantil	Ensino Médio
Auxiliar de Alimentação e Nutrição	Ensino Fundamental
Agente de Serviços Gerais	Ensino Fundamental

2.4 – De acordo com o item 1.6 do Edital de Contratação nº 028/2016: "A comprovação da escolaridade e demais exigências só será feita quando da convocação para a contratação. A não apresentação, no local, data e horário previsto na convocação, de todos os documentos exigidos implicará na desclassificação do Processo seletivo e imediata convocação do candidato seguinte na ordem de classificação."

2.5 – O não comparecimento no prazo fixado, ou a não entrega dos documentos determinados, implicará em renúncia tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades ao qual foi convocado e implicará renúncia explícita.

2.6 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente ato.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2016.

TANIA DA SILVA FERREIRA
Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA Nº 2375/2016

PORTARIA Nº 2375, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a comunicação interna nº 1404/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir o contrato de GLEICIMER DOMINGUES DE ABREU, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 001.085.049-05, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 30 de dezembro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2376/2016

PORTARIA Nº 2376, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

Revoga Portaria 1992/2014.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0109, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 380/2016 da Secretaria de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria nº 1992 de 31 de outubro de 2014, que ampliou a carga horária da servidora ALESSANDRA DEVENS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 007.693.309-16, nomeada no cargo de provimento efetivo de FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamentode Fraiburgo – SANEFRAI, a partir de 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 23 de dezembro de 2016, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de dezembro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Garopaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 233/2016

DECRETO N.º 233, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALTERA O DECRETO N.º 182 DE 29 DE SETEMBRO DE 2015, QUE "Designa membros para formarem o conselho municipal de saúde e dá outras providências".

PAULO SÉRGIO DE ARAUJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei nº. 1.690, de 28 de dezembro de 2012, e demais legislação vigente,

DECRETA:

Art. 1º - O Inciso I, artigo 1º, do Decreto n.º182, de 29 de setembro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

I - REPRESENTANTES DO GOVERNO

Titular: Cátia de Lourdes Ferreira Marcon

Suplente: Gabriela Rodrigues Pereira

IV - USUÁRIOS

NATA

Titular: Reny Jeferson Baptista

Suplente: Juliano Fronchetti

ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DE GAROPABA

Titular: João Santos da Silva

Suplente: Balbino Frutado

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 27 de dezembro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 28/12/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 234/2016

DECRETO N.º 234, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 119.661,17 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.937 de 02/12/2015 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 119.661,17 (cento e dezenove mil seiscientos e sessenta e um reais e dezessete centavos), no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	106.767,17
12361281.014 - Construção, Ampliação e Ref. De Escolas Ensino Fundamental	106.000,00
4.4.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	50.000,00
4.4.90.0.1.19.000000 - Aplicações Diretas	56.000,00
12361282.021 - Func. E Manutenção do Ensino Fundamental	767,17

3.3.90.0.1.15.000050 - Aplicações Diretas	767,17
14.01 - ENCARGOS GERAIS	12.894,00
2884300.067 - Amortização e Encargos da Dívida Interna	12.894,00
3.2.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	12.894,00

Art. 2º - Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 119.661,17 (cento e dezenove mil, seiscentos e sessenta e um reais e dezessete centavos), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 27 de dezembro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 28/12/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

ERRATA Nº 01 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2016

ERRATA N.º 1: Processo Seletivo Simplificado n.º 003/2016

A Prefeitura Municipal de Garopaba por sua Secretaria de Administração, no uso de suas atribuições, torna público a seguinte alteração na Homologação de Resultado Preliminar do Processo Seletivo Simplificado n.º 003/2016, publicado no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC em 27/12/2016 edição nº 2154 paginas 90 e 91.

FICA HOMOLOGADO a Classificação Preliminar do Processo Seletivo Simplificado, Edital n.º 003/2016, para os seguintes cargos:

Onde se Lê:

PROFESSOR COM LICENCIATURA – 20 HS CR

Classificação	Nome	Inscrição
1	Aniele dos Santos Abreu	31
2	Felipe de Paula Dias	41
3	Adriana Regina Tomé	44
4	Nathália de Oliveira Santos	56
5	Nathália de Oliveira Santos	49

Leiam-se:

PROFESSOR COM LICENCIATURA – 20 HS CR

Classificação	Nome	Inscrição
1	Aniele dos Santos Abreu	31
2	Felipe de Paula Dias	41
3	Adriana Regina Tomé	44
4	Nathália de Oliveira Santos	56
5	Bruna Joana David	49

Os demais itens da homologação permanecem inalterados.

Garopaba, 27 de dezembro de 2016.

Honorato Timóteo Pacheco

Secretário de Administração

Publicada a presente Homologação no DOM/SC em 28/12/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LEI COMPLEMENTAR Nº 2030, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

LEI COMPLEMENTAR Nº 2.030, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 1.598, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011, PARA INSTITUIR O ALVARÁ DIGITAL PROVISÓRIO DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, ASSIM DEFINIDAS NA LEI COMPLEMENTAR Nº123/2006, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Os artigos 8º e 9º da Lei Complementar nº 1.598, de 23 de dezembro de 2011, que regulamente o tratamento diferenciado e

favorecido às microempresas, às empresas de pequeno porte e aos microempresários individuais de que trata a Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 8. A inscrição da microempresa e da empresa de pequeno porte deverá ser realizada, preferencialmente, por meio de sistemas informatizados disponíveis na rede mundial de computadores.

[...]

Art. 9º. O Alvará Digital de Localização e Funcionamento em caráter provisório será concedido ao MEI, após o seu cadastro junto à Secretaria Municipal de Fazenda, exceto nos casos em que o grau de risco da atividade seja considerado elevado.

[...]

§1º. A consulta de viabilidade para verificação da possibilidade de instalação da atividade econômica do MEI será realizada por meio de sistemas informatizados, integrados ao REGIN, o qual será transmitido ao órgão competente da municipalidade, para manifestação no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do dia útil seguinte a transmissão das informações.

§2º. O Alvará Digital Provisório de Localização e Funcionamento não será concedido quando a atividade do MEI não respeitar às normas de uso e ocupação do solo, posturas, segurança pública, vigilância sanitária, tributária, meio ambiente, atividades domiciliares restrições de uso do espaço público.

§3º. Aplica-se subsidiária ao MEI, no que couber, no disposto no artigo 15-A e seguintes, desta Lei Complementar, relativamente à inscrição municipal e a concessão de alvará.

Art. 2º - A Lei Complementar nº 1.598, de 23 de dezembro de 2011, que regulamenta o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas, às empresas de pequeno porte e aos microempresários individuais de que trata a Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, passa a vigorar acrescidas dos seguintes arts. 15-A, 15-B, 15-C e 15-D, compondo a Seção IV do Capítulo II, "DO ALVARÁ DA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE":

SEÇÃO IV

DO ALVARÁ DA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Art. 15-A. Fica criado o Alvará Digital Provisório, caracterizado pela concessão por meio digital de alvará provisório de localização, com prazo de vigência de 30 (trinta) dias, para atividades econômicas em início de atividade no território do município.

§ 1º. O pedido de Alvará Digital Provisório será realizado por meio de sistemas informatizados, integrados ao REGIN, o qual será transmitido ao órgão competente da municipalidade, para manifestação no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do dia útil seguinte a transmissão das informações.

§ 2º. No preenchimento do formulário informatizado, deverão ser informados, no mínimo:

I - Atividade principal e secundárias, de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE;

II - Nome da pessoa jurídica;

III - Endereço completo do estabelecimento;

IV - Inscrição imobiliária;

V - Número de inscrição no CNPJ;

VI - Nome e CPF do empresário, sócios e administradores se for o caso;

VII - Nome do contabilista responsável pela escrita fiscal;

§ 3º. A emissão do alvará digital provisório fica condicionada ao pagamento da respectiva taxa de expedição de alvará, nos termos da Lei Complementar nº 471/93 e suas alterações.

§ 4º. Para a conversão do alvará digital provisório em Alvará Digital por prazo indeterminado, deverá o contribuinte, antes de expirado o prazo de validade do Alvará Digital Provisório, apresentar na repartição competente cópias dos seguintes documentos:

I - Documentos de constituição, devidamente registrado no órgão competente;

II - CNPJ;

III – Documento de identificação com foto do empresário, sócios e administradores se for o caso;

IV - Vistoria do Corpo de Bombeiros;

V – Alvará da Vigilância Sanitária;

VI - Habite-se;

VII – Certidão de propriedade do imóvel, contrato de locação ou autorização do proprietário para o exercício das atividades.

§ 5º. Somente será concedido alvará provisório para as atividades consideradas de baixo risco, de conformidade com o disposto no artigo 11, desta Lei Complementar, aplicando-se subsidiariamente as Resoluções emanadas do Comitê Gestor do Simples Nacional.

§ 6º. O alvará previsto no caput deste artigo não se aplica no caso de atividades eventuais, assim definidas na legislação municipal.

§ 7º. O Poder Público Municipal poderá impor restrições às atividades dos estabelecimentos com Alvará Digital Provisório, no resguardo do interesse público.

§ 8º. Havendo justo motivo, o prazo referido no caput deste artigo poderá ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias, mediante despacho de Secretário Municipal de Fazenda.

§ 9º. Será dispensável a apresentação pelo contribuinte dos documentos e informações exigidos nos incisos I a III do §4º deste artigo, caso seja possível obtê-los por meio dos sistemas informatizados integrados ao REGIN.

§ 10. O não atendimento do disposto no §3º e seguintes deste artigo ensejará o cancelamento da inscrição municipal econômica, tornando sem efeito todos os atos decorrentes do referido cadastro, e importará no encerramento imediato das atividades.

Art. 15-B. Os órgãos competentes deverão providenciar, no prazo de vigência do Alvará Digital Provisório, vistoria no estabelecimento visando à expedição dos demais atos necessários à emissão do alvará digital definitivo, nos termos da legislação pertinente.

Art. 15-C. O Alvará Digital será cancelado se:

I - No estabelecimento for exercida atividade diversa daquela cadastrada;

II - Forem infringidas quaisquer disposições referentes aos controles de poluição, ou se o funcionamento do estabelecimento causar danos, prejuízos, incômodos, ou puser em risco por qualquer forma, a segurança, o sossego, a saúde e a integridade física da vizinhança ou da coletividade;

III - Ocorrer reincidência de infrações às posturas municipais.

IV – For expedido com inobservância de preceitos legais e regulamentares;

V - Ficar comprovada a falsidade ou inexatidão de qualquer declaração ou documento.

Art. 15-D. Sem prejuízo de outras sanções civis, administrativas e penais cabíveis, constitui infração administrativa inserir informações falsas ou inexatas nos sistemas informatizados integrados ao REGIN, apresentar documentos falsos ou sem a observância das legislações federal, estadual ou municipal pertinentes, para obtenção de Alvará Digital.

Penalidade – multa de 4000UFIR

Parágrafo único. Quem, de qualquer modo, concorre para a prática da infração administrativa prevista neste artigo incide na penalidade a esta cominada.

Art. 3º - Esta Lei Complementar entrará em vigor dia 1º de janeiro de 2017.

Art. 4º - Revogam-se as demais disposições em contrário, especialmente, a Lei nº 1.211, de 20 de dezembro de 2007.

Garopaba, 27 de dezembro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 28/12/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

LEI Nº 2028, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

LEI Nº 2.028, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE O TOMBAMENTO DE BENS MÓVEIS, IMÓVEIS MATERIAIS E IMATERIAIS NO MUNICÍPIO DE GAROPABA, CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE GAROPABA E INSTITUI O FUNDO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GAROPABA/SC faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona

a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPÕE SOBRE A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL DO MUNICÍPIO DE GAROPABA CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL INSTITUI O FUNDO DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE GAROPABA.

Artigo 1º - A preservação do patrimônio natural e cultural do Município de Garopaba é dever de todos os seus cidadãos.

Parágrafo Único - O Poder Público Municipal dispensará proteção especial ao patrimônio natural e cultural do Município, segundo os preceitos desta Lei e de regulamentos para tal fim editados.

Artigo 2º - O patrimônio natural e cultural do Município de Garopaba é constituído por bens móveis ou imóveis, de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, existentes em seu território e cuja preservação seja de interesse público, dado o seu valor histórico, artístico, ecológico, bibliográfico, documental, religioso, folclórico, etnográfico, arqueológico, paleontológico, paisagístico, turístico e/ ou científico.

Artigo 3º - O município procederá ao tombamento dos bens que constituem o seu patrimônio natural e cultural segundo os procedimentos e regulamentos desta lei, através do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural.

Artigo 4º - Fica instituído o Livro do Tombo Municipal destinado à inscrição dos bens que o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural considerar de interesse de preservação para o Município.

CAPÍTULO II

CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Artigo 5º - Fica criado o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, de caráter deliberativo e consultivo, integrante da Secretaria Municipal de Cultura.

§ 1º - O conselho será composto pelo Secretário Municipal da Cultura, na condição de Presidente, pelo Chefe de Divisão do Patrimônio Cultural da Secretaria Municipal de Cultura, na condição de Secretário do Conselho Municipal, dez (10) membros efetivos e dez (10) membros suplentes nomeados pelo Prefeito Municipal por indicação do Secretário Municipal de Cultura.

§ 2º - Entre os membros nomeados pelo Prefeito Municipal, deverão ser escolhidos cidadãos representantes das diversas profissões ligadas às áreas de cultura e meio ambiente e da sociedade em geral.

§ 3º - Em cada processo o Conselho poderá ouvir a opinião de especialistas que poderão ser técnico-profissionais da área de conhecimento específico ou representante da comunidade de interesse do bem em análise.

§ 4º - O exercício das funções de Conselheiro é considerado de relevante interesse público e não poderá ser remunerado.

§ 5º - O Conselho elaborará o seu regimento interno no prazo de trinta dias a contar da posse de seus Conselheiros.

CAPÍTULO III

PROCESSO DE TOMBAMENTO

Artigo 6º - Para inscrição no Livro do Tombo será instaurado processo que se inicia por iniciativa:

- a) da Secretaria Municipal de Cultura através da Divisão de Patrimônio Cultural;
- b) do proprietário; e,
- c) de qualquer um do povo.

Observação: A instrução (a montagem com histórico, fotografias antigas e recentes, documentos cartorários, depoimentos, plantas baixas de imóveis, mapas de localização, reportagens de jornais e revistas, cópia de obras de artes etc.) do processo deve ser realizada por funcionário(s) (Historiador, Arquiteto, Geógrafo, Sociólogo, Arqueólogo, Biólogo etc.) da Divisão de Patrimônio Cultural da Secretaria Municipal de Cultura.

Parágrafo único - Nos casos das alíneas "b" e "c" deste artigo, o requerimento será dirigido à Divisão do Patrimônio Histórico Cultural da Secretaria Municipal de Cultura.

Artigo 7º - O Conselho Municipal de Patrimônio Cultural, poderá propor o tombamento "ex-officio" de bens móveis e imóveis já tombados pelo Estado e/ou pela União.

Artigo 8º - Os requerimentos do proprietário, ou de qualquer do povo, poderão ser indeferidos pela Divisão do Patrimônio Cultural com fundamento em parecer técnico, caso em que caberá recurso ao Conselho Municipal do Patrimônio Artístico Cultural de Garopaba.

Parágrafo único - O pedido de tombamento será instruído com documentação e descrição bastante para individualização do bem.

Artigo 9º - Instaurado o processo de tombamento, passam a incidir sobre os bens as limitações ou restrições administrativas próprias do

regime de preservação de bem tombado, até a decisão final.

Artigo 10 - O Conselho Municipal do Patrimônio Artístico e Cultural de Garopaba poderá solicitar à Divisão do Patrimônio Cultural da Secretaria Municipal de Cultura novos estudos, pareceres, vistorias ou qualquer medida que oriente o julgamento.

Artigo 11 - A sessão de julgamento será pública e será concedida a palavra para que seus membros, o proprietário e os particulares que tiverem proposto ou impugnado o tombamento exponham suas razões.

Artigo 12 - Na decisão do Conselho Municipal do Patrimônio Artístico e Cultural de Garopaba que determinar o tombamento deverá constar:

I. Descrição e documentação do bem.

II. Fundamentação das características pelas quais o bem será incluído no Livro do Tombo.

III. Definição e delimitação da preservação e os parâmetros de futuras instalações e utilizações.

IV. As limitações impostas ao entorno e ambiência do bem tombado, quando necessário.

V. No caso de bens móveis, o procedimento para sua saída do Município, e.

VI. No caso de tombamento de coleção de bens, relação das peças componentes da coleção e definição de medidas que garantam sua integridade.

Artigo 13 - A decisão do Conselho Municipal do Patrimônio Artístico e Cultural de Garopaba que determina a inscrição definitiva do bem no(s) Livro(s) do Tombo será publicada no Diário Oficial do Município, oficiada ao Registro de Imóveis para os bens imóveis e ao Registro de Títulos e Documentos para os bens móveis.

Parágrafo único - Havendo restrições impostas aos bens do entorno será oficiado o registro de imóveis para as averbações das matérias respectivas.

Artigo 14 - O tombamento compulsório se fará de acordo com o seguinte processo:

§1º - A Secretaria Municipal de Cultura de Garopaba notificará o proprietário para anuir ao tombamento, dentro do prazo de trinta (30) dias a contar do recebimento da notificação, ou para, se o quiser impugnar, oferecer dentro do mesmo prazo as razões de sua impugnação.

§ 2º - No caso de não haver impugnação dentro do prazo assinado, que é fatal, a Secretaria Municipal de Cultura proferirá decisão a respeito, dentro do prazo de sessenta (60) dias, a contar de seu recebimento. Dessa decisão não caberá recurso.

§ 3º - Se a impugnação for oferecida dentro do prazo assinado, será o processo remetido ao Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, que dará decisão a respeito, dentro do prazo de sessenta (60) dias, a contar do seu recebimento. Dessa decisão não caberá recurso.

Artigo 15 - Se a decisão do Conselho for contrária ao tombamento, imediatamente serão suspensas as limitações impostas pelo artigo 9º da presente lei.

CAPÍTULO IV

PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS TOMBADOS

Artigo 16 - Cabe ao proprietário do bem tombado a sua proteção e conservação, segundo os preceitos e determinações desta Lei e do Conselho Municipal do Patrimônio Artístico e Cultural de Garopaba.

Artigo 17 - O bem tombado não poderá ser descaracterizado.

§ 1º - A restauração, reparação ou alteração do bem tombado, somente poderá ser feita em cumprimento aos parâmetros estabelecidos na decisão do Conselho Municipal do Patrimônio Artístico e Cultural de Garopaba, cabendo à Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria Municipal de Cultura a conveniente orientação e acompanhamento de sua execução.

§ 2º - Havendo dúvida em relação às prescrições do Conselho Municipal do Patrimônio Artístico e Cultural de Garopaba, haverá novo pronunciamento que, em caso de urgência, poderá ser feito, ad referendum, pela Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria Municipal de Cultura.

Artigo 18 - As construções, demolições, paisagismo no entorno ou ambiência do bem tombado deverão seguir as restrições impostas por ocasião do tombamento. Em caso de dúvida ou omissão deverá ser ouvido o Conselho Municipal do Patrimônio Artístico e Cultural de Garopaba.

Artigo 19 - Ouvido o Conselho Municipal do Patrimônio Artístico e Cultural de Garopaba, a Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria Municipal de Cultura, poderá determinar ao proprietário a execução de obras imprescindíveis à conservação do bem tombado, fixando prazo para o seu início e término.

§ 1º - Este ato da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria Municipal de Cultura, será de ofício ou por solicitação de qualquer

do povo.

§ 2º - Se o órgão municipal não determinar as obras solicitadas por qualquer do povo, no prazo de 30 (trinta) dias, caberá recurso ao Conselho Municipal do Patrimônio Artístico e Cultural de Garopaba que decidirá sobre a determinação, no prazo de 15 (quinze) dias.

Artigo 20 - Se o proprietário do bem tombado não cumprir o prazo fixado para início da obra, a Prefeitura Municipal a executará, lançando-se em dívida ativa o montante expendido.

Artigo 21 - As obras de que trata o artigo anterior poderão ser dispensadas de pagamento se o proprietário não puder fazê-lo sem comprometer o próprio sustento e não tiver outro imóvel além do tombado.

Artigo 22 - O Poder Público Municipal pode limitar o uso do bem tombado, de sua vizinhança e ambiência, quando houver risco de dano, ainda que importe em cassação de alvarás.

Artigo 23 - Os bens tombados de propriedade do município podem ser entregues com permissão de uso a particulares, sendo estabelecidas normas precisas para a preservação pelo Conselho Municipal do Patrimônio Artístico e Cultural de Garopaba.

Artigo 24 - No caso de extravio ou furto do bem tombado, o proprietário deverá dar conhecimento do fato ao Conselho Municipal do Patrimônio Artístico e Cultural de Garopaba, no prazo de 48 horas.

Artigo 25 - O deslocamento ou transferência de propriedade do bem móvel tombado deverá ser comunicado à Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria Municipal de Cultura, pelo proprietário, possuidor, adquirente ou interessado.

Parágrafo único - Qualquer venda judicial de bem tombado deverá ser autorizada pelo Município, cabendo a este o direito de preferência.

Artigo 26 - O Poder Público Municipal, ouvido o Conselho Municipal de Patrimônio e Artístico Cultural, poderá reduzir o IPTU e outros impostos municipais dos bens tombados, sempre que seja indispensável à manutenção do bem, de acordo com regulamento que para isto expedirá.

§ 1º - Em nenhum caso a redução poderá ultrapassar 80% do valor do imposto.

§ 2º - A redução de impostos será condicionada à preservação do bem tombado.

§ 3º - A redução que trata este artigo poderá ser revogada a critério da Administração Municipal.

Artigo 27 - As Secretarias Municipais e demais órgãos da Administração Pública direta ou indireta, com competência para a concessão de licenças, alvarás e outras autorizações para construção, reforma e utilização, desmembramento de terrenos, poda ou derrubada de espécies vegetais, deverão consultar previamente a Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria Municipal de Cultura, antes de qualquer deliberação, em se tratando de bens tombados, respeitando as respectivas áreas envoltórias.

CAPÍTULO V DAS PENALIDADES

Artigo 28 - A infração a qualquer dispositivo da presente Lei implicará em multa de até 100 (cem) VRM (Valor de Referência Municipal) e se houver como consequência demolição, destruição ou mutilação do bem tombado de até 1.000 (mil) VRM (Valor de Referência Municipal).

Parágrafo único - A aplicação da multa não desobriga a conservação, restauração ou reconstrução do bem tombado.

Artigo 29 - As multas terão seus valores fixados através de Decreto regulamentar e serão fiscalizadas pela Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria Municipal de Cultura, conforme a gravidade da infração, devendo o montante ser recolhido, à Fazenda Municipal, no prazo de 05 (cinco) dias da notificação, ou no mesmo prazo ser interposto recurso ao Conselho Municipal de Patrimônio e Artístico Cultural.

Artigo 30 - Todas as obras e coisas construídas ou colocadas em desacordo com os parâmetros estabelecidos no tombamento ou sem observância da ambiência ou visualização do bem tombado deverão ser demolidas ou retiradas. Se o responsável não o fizer no prazo determinado pela Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico, o Poder Público o fará e será ressarcido pelo responsável.

Artigo 31 - Todo aquele que, por ação ou omissão, causar dano ao bem tombado responderá pelos custos de restauração ou reconstrução e por perdas e danos, sem prejuízo da responsabilidade criminal.

CAPÍTULO VI FUNDO DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE GAROPABA.

Artigo 32 - Fica instituído o Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural de Garopaba, gerido e representado ativa e passivamente pelo Conselho Municipal de Patrimônio e Artístico Cultural, cujos recursos serão destinados à execução de serviços e obras de manutenção e reparos dos bens tombados, a fundo perdido ou não, assim como a sua aquisição na forma a ser estipulada em regulamento.

Artigo 33 - Constituirão receita do FUNCAM de Garopaba:

I - Dotações orçamentárias;

- II - Doações e legados de terceiros;
- III - O produto das multas aplicadas com base nesta lei;
- IV - Os rendimentos provenientes da aplicação dos seus recursos; e,
- VI - Quaisquer outros recursos ou rendas que lhe sejam destinados.

Artigo 34 - O FUNCAM poderá justar contrato de financiamento ativo ou passivo, bem como celebrar convênios e acordos, com pessoas físicas ou jurídicas tendo por objetivo as finalidades do fundo.

Artigo 35 - O FUNCAM funcionará junto à Secretaria Municipal de Cultura, sob a orientação do Conselho Municipal de Patrimônio e Artístico Cultural,, valendo-se de pessoal daquela unidade administrativa.

Artigo 36 - Aplicar-se-ão ao FUNCAM as normas legais de controle, prestação e tomadas de contas em geral, sem prejuízo de competência específica do Tribunal de Contas.

Artigo 37 - Os relatórios de atividades, receitas e despesas do FUNCAM serão apresentados semestralmente à Secretaria Municipal de Finanças.

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 38 - O Poder Público Municipal elaborará regulamento da presente lei, naquilo que for necessário, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação desta Lei.

Artigo 39 - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Artigo 40 - Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 27 de dezembro de 2016.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 28/12/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

SUGESTÕES PARA BENS IMÓVEIS A SEREM TOMBADOS

- 1) RODA DA SERRARIA MOVIDA Á AGUA DA PEDRA BRANCA.
- 2) MIRANTE DA SILVEIRA.
- 3) RESTAURANTE KUMARAS.
- 4) CASA NA BEIRA DA PRAIA AO LADO DA CASA DO MORONGO
- 5) ENGENHO DE FARINHA DE AREIAS D MACAU.
- 6) BAR DO ZADO.
- 7) IGREJA DE PEDRA DO MACACU.
- 8) IGREJA MATRIZ E ADJACÊNCIAS.
- 9) CAPELA DA PRAÇA 21 DE ABRIL.
- 10) CANOA BALEEIRA.
- 11) CASA AMARELA AOLADO DA CAPELA DA PRAÇA 21 DE ABRIL. SRA. GRIZETE
- 12) GRUTA DE NOSSA SENHORA DE LOURDES.
- 13) FEITIO DA FARINHA
- 14) FEITIO DE ESTEIRA DE JUNCO E TABOA E CHAPÉU DO SIRÍU

LEI Nº 2029, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

LEI Nº 2.029, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL, PREVISTA NO ARTIGO 37, X, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica concedida, de acordo com o art. 37, X, da Constituição Federal, revisão geral anual de 7,38% (sete vírgula trinta e oito por cento) aos servidores ativos, inativos, comissionados e agentes políticos, do Poder Executivo e Legislativo do Município de Garopaba.

Art. 2º. A Revisão prevista na presente Lei será concedida em parcela única, no mês de janeiro do ano de 2017.

Art. 3º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 27 de dezembro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 28/12/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

LEI Nº 2031, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

LEI Nº 2.031, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

“ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 1.931 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015, QUE DISPÕE SOBRE O LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES COMERCIAIS E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CARÁTER PROVISÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. A alínea (a), Inciso IV, do Art. 15, da Lei nº 1.931 de 11 de novembro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 15 [...]

IV – Stand up

a) 02 (dois) pontos em cada Praia, com no máximo 08 unidades cada; na Praia do Centro, com 04 (quatro) pontos com no máximo 08 (oito) unidades de cada.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 27 de dezembro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 28/12/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

LEI Nº 2032, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

LEI Nº 2.032, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

“ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 1.107 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2006, QUE DISPÕE SOBRE O LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES COMERCIAIS E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CARÁTER PROVISÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. A alínea (a), Inciso IV, do Art. 15, da Lei nº 1.931 de 11 de novembro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 15 [...]

III – Banana-boat e disco inflável

a) 02 (dois) pontos na Praia do Centro, com uma unidade cada;

b) [...]

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 27 de dezembro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 28/12/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

LEI Nº 2033, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

LEI Nº 2.033, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

ALTERA A LEI Nº 1.107, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2006, QUE "DISPÕE SOBRE O LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES COMERCIAIS E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CARÁTER PROVISÓRIO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º - O artigo 15, da Lei nº 1.107, de 17 de novembro de 2006, que "Dispõe sobre o licenciamento de atividades comerciais e de prestação de serviços de caráter provisório", passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 15. [...]

[...]

III – Banana-boat e disco inflável:

a) 02 (dois) pontos na Praia do Centro, com uma unidade, cada;

[...]

IV - Stand Up:

a) 04 (quatro) pontos em cada praia, com no máximo 08 (oito) unidades, cada;

[...]

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 27 de dezembro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 28/12/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

LEI Nº 2034, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

LEI Nº 2.034, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

DENOMINA UBS VEREADOR GERALDO NILTOMAR ANTUNES A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO CAMPO D'UNA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada a Unidade Básica de Saúde, localizada no bairro Campo D'Una, como "UBS Vereador Geraldo Niltomar Antunes".

Art. 2º - Fica autorizado o Poder Executivo a confecção de placa alusiva à denominação a ser fixada.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário

Garopaba, 27 de dezembro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 28/12/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

LEI Nº 2035, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

LEI Nº 2.035, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

DENOMINA UBS MARIA DE FERREIRA TEXEIRA A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO BAIRRO RESSACADA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada a Unidade Básica de Saúde, localizada no bairro Ressacada, como "UBS Maria Ferreira Texeira".

Art. 2º - Fica autorizado o Poder Executivo a confecção de placa alusiva à denominação a ser fixada.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário

Garopaba, 27 de dezembro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 28/12/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

LEI Nº 2036, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

LEI Nº 2.036, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

"REGULAMENTA E DISCIPLINA A DEVOLUÇÃO ESPONTÂNEA, EM CARÁTER DE DOAÇÃO, DO SUBSÍDIO DOS VEREADORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GAROPABA/SC faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Os Vereadores, que optarem na devolução do subsídio de forma espontânea, em caráter de doação em espécie, deverão efetuar depósito na conta do fundo Municipal de Saúde, conforme prevê a Lei Municipal nº 738/2001.

§ 1º - A devolução espontânea dos subsídios dos Vereadores, em caráter de doação, deverá ser depositada obrigatoriamente em conta especial a ser aberta pela gestão do Fundo Municipal de Saúde e mantida em agência de estabelecimento oficial de crédito.

§ 2º - A Secretaria do Sistema de Saúde deverá utilizar a totalidade dos recursos desta Lei no setor público de saúde de Garopaba.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 27 de dezembro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 28/12/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

LEI Nº 2037, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

LEI Nº 2.037, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

Autoriza o Poder Executivo a adquirir por desapropriação amigável ou judicial, o BEM IMÓVEL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizada a declaração de Utilidade Pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, do bem imóvel de propriedade do senhor SERGIO LOPES LIMA inscrito no CPF 432.827.339-68, residente e domiciliado na Rua Major Antonio Claudino S. de Medeiros, nº 45, Centro, Município e Comarca de Garopaba, assim especificado:

I – Cadastro do imóvel Registro Geral, Matrícula nº 8.138, livro nº 2-AO: UM TERRENO urbano, situado na cidade de Garopaba, Comarca de Imbituba, Estado de Santa Catarina, designado por lote nº 27 do Loteamento Central, com área de 418,00m² (quatrocentos e dezoito metros quadrados), e com as seguintes medidas e confrontações: frente ao Oeste, onde mede 11,00 metros, confronta com a Rua Alta Freitas Nauck; fundos ao Leste, onde mede 11,00 metros, confronta com o lote nº 28; extremado ao Norte, onde mede 38,00 metros, confronta com lote nº 25; e extremado ao Sul, onde mede 38,00 metros, confronta com os lotes nºs 29, 30 e 31. Dito lote distancia 24,00 metros da Rua 30 de dezembro.

Art. 2º - A área a que se refere o artigo anterior destina-se a ampliação do espaço pertencente ao Município de Garopaba destinado para a construção de uma área de lazer (parque) Municipal.

Art. 3º - É declarada de urgência a desapropriação, para efeito de emissão provisória do Município, na posse da área a ser expropriada.

Art. 4º - A presente declaração de utilidade pública servirá de instrumento da desapropriação e legalização do imóvel a serem processadas posteriormente na forma da legislação vigente.

Art. 5º - O valor da indenização estabelecida na presente Lei é de R\$ 53.800,00 (cinquenta e três mil e oitocentos reais), decorrente de avaliação elaboração por Comissão Permanente de Avaliação Bens Imóveis, instituída através da Portaria n.º 132/2014.

Art. 6º - A partir desta data não será permitido ao proprietário do imóvel caracterizado no Art. 1º desta Lei efetuar naquela área nenhum tipo de serviços ou benfeitorias.

Art. 7º - Fica a Assessoria Jurídica do Município de Garopaba autorizada a adotar as providências necessárias à efetivação da desapropriação de que trata a presente Lei, por via negociada ou judicial.

Art. 8º - A indenização e demais gastos previstos na presente Lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 - Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 27 de dezembro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 28/12/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

LEI Nº 2038, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

LEI Nº 2.038, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

Autoriza o Poder Executivo a adquirir por desapropriação amigável ou judicial, o BEM IMÓVEL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizada a declaração de Utilidade Pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, do bem imóvel de propriedade da senhora AUREA MARIA PHILIPPI, brasileira, separada judicialmente, inscrito no 739.219.209-49, residente e domiciliada na Rua Felipe Schmidt nº 1.949, Centro, em Braço do Norte/SC, assim especificado:

I – Cadastro do imóvel Registro Geral, Matrícula nº 5.389, livro nº 2-AA: UM TERRENO urbano sede do Município e Comarca de Garopaba, Estado de Santa Catarina, em forma retangular, designado por lote nº 26 (vinte e seis) da quadra "B", integrante do "Loteamento Central", o qual mede 11,00 metros na frente e igual metragem nos fundos por 38,00 metros da frente aos fundos em ambos os lados, ou seja 418,00m² (quatrocentos e dezoito metros quadrados), com as seguintes confrontações: fazendo frente ao leste no alinhamento do lado par da Rua Vice Prefeito João Nicomedes Lentz Lauro e fundos ao oeste com o lote nº 25 (vinte e cinco); confrontando no lado direito ao sul com o lote nº 28 (vinte e oito) matriculado sob nº 5.393(R.I Garopaba), divisa essa distante 35,00 metros até a esquina com a Rua 30 de Dezembro; e, no lado esquerdo ao norte com o lote nº 24 (vinte e quatro) matriculado sob nº 5.388 (R.I. Garopaba). Também com propriedade de Abílio Manoel de Lima e de Nicodemos Philippi; e, 01 (um) bloco de apartamento residencial e comercial em alvenaria, situado na Rua Lauro Severiano Muller, esquina com a Rua 30 de dezembro, s/nº, Centro, em Garopaba/SC, contendo 387,28 m² (trezentos e oitenta e sete metros e vinte e oito decímetros quadrados).

Art. 2º - A área a que se refere o artigo anterior destina-se a ampliação do espaço pertencente ao Município de Garopaba destinado para a construção de uma área de lazer (parque) Municipal.

Art. 3º - É declarada de urgência a desapropriação, para efeito de emissão provisória do Município, na posse da área a ser expropriada.

Art. 4º - A presente declaração de utilidade pública servirá de instrumento da desapropriação e legalização do imóvel a serem processadas posteriormente na forma da legislação vigente.

Art. 5º - O valor da indenização estabelecida na presente Lei é de R\$ 53.800,00 (cinquenta e três mil e oitocentos reais), decorrente de avaliação elaboração por Comissão Permanente de Avaliação Bens Imóveis, instituída através da Portaria n.º 132/2014.

Art. 6º - A partir desta data não será permitido ao proprietário do imóvel caracterizado no Art. 1º desta Lei efetuar naquela área nenhum tipo de serviços ou benfeitorias.

Art. 7º - Fica a Assessoria Jurídica do Município de Garopaba autorizada a adotar as providências necessárias à efetivação da desapropriação de que trata a presente Lei, por via negociada ou judicial.

Art. 8º - A indenização e demais gastos previstos na presente Lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 - Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 27 de dezembro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 28/12/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

PORTARIA N.º 1199/2016.

PORTARIA N.º 1199, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o candidato RODRIGO DAS NEVES JACQUES, CPF n.º 917.655.280-20, aprovado e classificado como 1º colocado no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de MECÂNICO.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, de 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de efetuar manutenção, revisão geral, conservação, recuperação e troca de peças de veículos de transporte, tratores e máquinas, a fim de mantê-los operacionalmente em condições de trabalho.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 27 de dezembro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 28/12/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 1200/2016.

PORTARIA N.º 1200, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o candidato MARCUS VINICIUS BUSATO PADILHA, CPF n.º 015.683.009-48, aprovado e classificado como 1º colocado no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, de 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de elaborar e analisar projetos.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 27 de dezembro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 28/12/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 1201/2016.

PORTARIA N.º 1201, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO COMITÊ GESTOR DE PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em cumprimento ao disposto na Lei 1985/2016,

Resolve:

Art. 1º Nomear os membros que constituirão o Comitê Gestor de Parcerias Público Privadas no âmbito do poder executivo municipal, que ocuparão funções conforme artigo 19 e seguintes da Lei Municipal nº 1985/2016:

I - Representante do Gabinete do Prefeito Municipal:

RAFAEL DE SOUZA; matrícula nº 3271.

II - Representante da Secretaria Municipal de Administração:

RONALDO GABRIEL TEIXEIRA; matrícula nº 4734

III – Representante da Procuradoria Geral do Município:

LUCIANA MACHADO TEIXEIRA; matrícula nº 0439

IV – Consultor Externo:

FRANCISCO ALPENDRE, brasileiro, divorciado, executivo, RG 11044222-0, CPF 027664729-75, na qualidade de consultor externo com notória especialização

Art. 2º Fica designado o Sr. Francisco Alpendre para atuar como Presidente do Conselho Gestor de Parcerias Público Privadas, que será remunerado a título de gratificação e jeton, na importância de R\$ 5.000,00, condicionadas à presença em todas as reuniões.

Art. 3º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 27 de dezembro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 28/12/2016, de acordo com a
Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva

CÂMARA MUNICIPAL

LEI 1959/2016

Lei nº 1959/2016, de 15 de dezembro de 2016

Autoriza o Chefe do Poder Legislativo Municipal a conceder abono de Natal aos servidores da Câmara Municipal de Garuva.

Atendendo dispositivos legais contidos no artigo 51 parágrafo 8º da Lei Orgânica Municipal eu, Reginaldo Mews Rosa - Presidente do Poder Legislativo Municipal promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Legislativo Municipal de Garuva, autorizado a conceder aos servidores efetivos e comissionados, abono de Natal no valor de R\$ 1.100,00 (Hum mil e cem reais) que será pago em cota única, no mês de dezembro de 2016.

§ 1º- O abono que trata o "caput" trata-se de abono expressamente desvinculado dos vencimentos, não se incorporando aos vencimentos para quaisquer fins de direito.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações específicas do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Garuva, 15 de dezembro de 2016
Reginaldo Mews Rosa
Presidente da Mesa Diretora

RESOLUÇÃO 26/2016

Resolução nº 0026/2016

Dispõe sobre Exoneração de Servidores.

O Presidente da Câmara Municipal de Garuva, estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e regimentais, em especial ao artigo 8º e 50, paragrafo 3º, inciso II do Regimento Interno desta Casa Legislativa, Resolve:

Art. 1º - Exonerar os Servidores abaixo na data de 30 de dezembro de 2016.

I – Janaina Vitra Athanzio do Cargo Comissionado de Assessor(a) de Comunicação, nomeada pela Resolução 03/2016.

II – Paula Roberta Conte do Cargo Comissionado de Assessor(a) de Comissões, nomeada pela Resolução 04/2016.

III – Maize Cristina de Lima Neves do Cargo Comissionado de Assessor(a) Parlamentar, nomeada pela Resolução 09/2016.

IV – William Gonçalves do Cargo Comissionado de Assessor(a) Parlamentar, nomeado pela Resolução 10/2016.

V – Jéssica da Rocha Vieira do Cargo Comissionado de Assessor(a) Legislativo e Administrativo, nomeada pela Resolução 19/2016.

VI – Cristiano de Pinho do Cargo Comissionado de Assessor(a) de Gabinete, nomeado pela Resolução 22/2016.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Garuva, 21 de dezembro de 2016
Reginaldo Mews Rosa
Presidente da Mesa Diretora

RESOLUÇÃO 28/2016

Resolução nº 0028/2016

Dispõe sobre férias ao Servidor do Poder Legislativo.

Considerando requerimento apresentado pelo Servidor;

Considerando as necessidades do cumprimento dos prazos e obrigações legais, das atividades do Poder Legislativo;

Considerando o vencimento do segundo período aquisitivo do Servidor.

O Presidente da Câmara Municipal de Garuva usando de suas atribuições legais com base no artigo 50, paragrafo 3º, II do Regimento Interno, Resolve:

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor José Carlos Schutz, referente período aquisitivo de 01/01/2015 a 31/12/2015.

§ 1º Fica convertido em abono pecuniário dez (10) dias das férias conforme art. 80, LC 01/98 Estatuto dos Servidores Públicos.

§ 2º O período de gozo das férias será de 02/01/2017 à 21/01/2017.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Garuva, 21 de dezembro de 2016
Reginaldo Mews Rosa
Presidente da Mesa Diretora

RESOLUÇÃO 30/2016

Resolução nº 0030/2016

Dispõe sobre a concessão de abono de Natal aos Servidores da Câmara Municipal de Garuva.

Considerando aprovação do Projeto de Lei Ordinário do Poder Legislativo 07/2016; Considerando o encaminhamento da Redação Final ao Executivo em 22/11/2016; Considerando que houve a sanção tácita originando a Lei 1959/2016, atendendo dispositivo do art. 51, da Lei Orgânica Municipal, conforme e-mail enviado em 14/12/2016;

Considerando a promulgação da Lei 1959/2016 em 16/12/2016.

O Presidente da Câmara Municipal de Garuva, estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e regimentais, em especial ao artigo 50, paragrafo 3º, inciso II do Regimento Interno desta Casa Legislativa, Resolve:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Legislativo Municipal de Garuva, autorizado a conceder aos servidores efetivos e comissionados, abono de Natal no valor de R\$ 1.100,00 (Hum mil e cem reais) que será pago em cota única, no mês de dezembro de 2016.

§ 1º- O abono que trata o "caput" trata-se de abono expressamente desvinculado dos vencimentos, não se incorporando aos vencimentos para quaisquer fins de direito.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações específicas do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Garuva, 27 de dezembro de 2016
Reginaldo Mews Rosa
Presidente da Mesa Diretora

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

ERRATA DE LICITAÇÃO Nº 2 - PREGÃO 49/2016

ERRATA nº 02 DA LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 049/2016

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E PEÇAS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS LEVES DA SECRETARIA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

NO EDITAL, SUBITEM 14.3 ONDE SE LÊ:

14.3 - A prestação do serviço compreenderá:

- a) orçamento imediato;
- b) manutenção preventiva e corretiva do veículo;
- c) reboque/guincho disponível para o resgate do veículo quando for necessário;
- d) veículo reserva em até 24 horas após a solicitação quando verificada a necessidade pelo(a) Secretário(a), nos mesmos padrões do veículo a ser reparado, para os casos de emergência;"

LEIA –SE:

"14.3 - A prestação do serviço compreenderá:

- a) orçamento imediato;
- b) manutenção preventiva e corretiva do veículo;
- c) reboque/guincho disponível para o resgate do veículo quando for necessário;"

NO EDITAL, ANEXO I, DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, ONDE SE LÊ:

"17º A empresa vencedora, poderá terceirizar os seguintes serviços: retifica de motor, transporte de veículos e serviços de lanternagem, funilaria, capotaria, guincho (gratuito), pintura, ar condicionado, geometria, balanceamento, serviços de borracharia, locação de veículo (veículo reserva), desde que atendida às demais exigências deste Edital, permanecendo integralmente responsável pela segurança e integridade física do bem, contra danos materiais, não transferindo a responsabilidade à subcontratada."

LEIA –SE:

17º A empresa vencedora, poderá terceirizar os seguintes serviços: retifica de motor, transporte de veículos e serviços de lanternagem, funilaria, capotaria, guincho, pintura, ar condicionado, geometria, balanceamento, serviços de borracharia, desde que atendida às demais exigências deste Edital, permanecendo integralmente responsável pela segurança e integridade física do bem, contra danos materiais, não transferindo a responsabilidade à subcontratada."

NO EDITAL, ANEXO I, DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, LEIA-SE SUBPRIMINDO O SUBITEM ABAIXO:

"21º A empresa se obriga a providenciar veículo reserva em até 24 horas após a solicitação quando verificada a necessidade pelo(s) Secretário(a), nos mesmos padrões do veículo a ser reparado, para os casos de emergência, durante a manutenção do mesmo;"

NO EDITAL, ANEXO IX, MINUTA DO CONTRATO, SUBITEM 2.11,

ONDE SE LÊ:

"2.11- A prestação do serviço compreende:

- a) orçamento imediato;
- b) manutenção preventiva e corretiva do veículo;
- c) reboque/guincho disponível para o resgate do veículo quando for necessário;
- d) A empresa se obriga a providenciar veículo reserva em até 24 horas após a solicitação quando verificada a necessidade pelo(s) Secretário(a), nos mesmos padrões do veículo a ser reparado, para os casos de emergência, durante a manutenção do mesmo;"

LEIA –SE:

"2.11- A prestação do serviço compreende:

- a) orçamento imediato;
- b) manutenção preventiva e corretiva do veículo;
- c) reboque/guincho disponível para o resgate do veículo quando for necessário;"

NO EDITAL, ANEXO IX, MINUTA DO CONTRATO, SUBITEM 2.23, ONDE SE LÊ:

"2.23- O prazo de devolução do veículo com a devida manutenção deverá ser em conformidade com o tempo estimado para a realização do mesmo serviço pela(s) montadora(s). Quando solicitada a contratada deverá disponibilizar um veículo reserva nos mesmos padrões (se verificada a necessidade pelo Secretário) do veículo a ser consertado no prazo de até 24 horas, durante o período de manutenção do mesmo;"

LEIA –SE:

"2.23- O prazo de devolução do veículo com a devida manutenção deverá ser em conformidade com o tempo estimado para a realização do mesmo serviço pela(s) montadora(s)."

AS DEMAIS INFORMAÇÕES PERMANECEM INALTERADAS.

Os interessados deverão retirar o edital na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou ainda requisitando o mesmo pelo e-mail: licitacaogovernador-celsoramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 26 de Dezembro de 2016.

Mariana de Souza Fernandes
PREGOEIRA

Grão Pará

PREFEITURA

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, fica justificada a quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos, por se tratar o pagamento das despesas abaixo relacionadas de condição imprescindível ao prosseguimento das ações governamentais em especial para o pagamento de combustível para a frota de veículos da Prefeitura Municipal de Grão-Pará, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é uma das responsáveis pelo fornecimento de combustível as Secretarias do Município, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Despesas a serem salgadas mediante a quebra da ordem cronológica de pagamentos:

Fornecedor: Posto Grão-Pará Ltda

Restos a Pagar: RP 1221, 1189, 1211, 1212, 1213, 1214, 1245, 1247, 1248, 1249, 1250, 1253, 1461, 1462, 1464, 1465, 1466, 1468, 1469, 1470, 1472, 1473, 1478, 1487, 1474. OP 310, 311, 312, 320, 321, 372, 373, 641, 642, 643, 797, 798, 812, 813, 852, 853, 883, 879, 882, 884, 924, 995, 996, 1241, 1935, 1937, 1938, 1669, 1939, 1940, 1951, 1952, 2110, 2152, 2140, 3083, 3125, 3827, 3828, 3829, 3604, 3605, 3718, 3683, 1460, 1461, 3802, 4122, 4161, 1332, 1333, 1350, 1485, 1486, 4178, 4179, 4190, 4191, 2154, 2155, 4850, 4857, 4942, 5311, 2529, 2565, 2651, 5310, 5384, 5774, 3079, 5806, 5862, 5863, 6041, 6252, 3058, 3059, 3060, 3061, 3080, 3081, 3194, 3195, 3576, 3577, 3606, 3607, 3624, 3644, 3645, 3717, 4123, 4124, 4125, 4144, 4158, 4167, 4851, 4858, 4878, 4892, 4893, 4898, 4899, 5292, 5296, 5305, 5308, 5309, 5321, 5322, 5376, 5460, 5552, 5833, 5867, 5944, 6018, 6019, 6246, 6253, 6254, 6255 e 6256.

Valor: R\$ 378.908,82

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 27 de dezembro de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Guaramirim

PREFEITURA

DECRETO N. 732/2016

DECRETO Nº. 732/2016

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 313.000,00 (trezentos e treze mil reais).

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 313.000,00 (trezentos e treze mil reais) a ser incluído no orçamento Municipal, aprovado pela lei n. 4387/2016, a saber:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.001	Ensino Fundamental
06.001.0012	Educação
06.001.0012.0361	Ensino Fundamental
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.2024	Transporte Escolar - Ensino Fundamental
3339000000000000	Aplicações Diretas
01190000	Transf.fundeb/fundef(out.desp.ensino)
Total Ação	176.000,00
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0026	Transporte
08.001.0026.0782	Transporte Rodoviário
08.001.0026.0782.0011	Infra-estrutura
08.001.0026.0782.0011.2091	Manutencao e Abertura de Estradas, Canais, Corregos e Valas
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	137.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém da anulação das dotações abaixo relacionadas:

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.005	Educação Infantil - Pré-escolar
06.005.0012	Educação
06.005.0012.0365	Educação Infantil
06.005.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.005.0012.0365.0005.2022	Manutenção e Desenv. das Atividades do Ensino Infantil (pre-escolar)
3319000000000000	Aplicações Diretas
01180000	Transf.fundeb/fundef(remu.magistério)
Total Ação	25.000,00
Código	Descrição

06	Secretaria Municipal de Educação
06.006	Educação Infantil - Creches
06.006.0012	Educação
06.006.0012.0365	Educação Infantil
06.006.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.006.0012.0365.0005.2023	Manutencao e Desenv das Atividades do Ensino Infantil (creches)
3319000000000000	Aplicações Diretas
01180000	Transf.fundeb/fundef(remu.magistério)
Total Ação	151.000,00
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0015	Urbanismo
08.001.0015.0451	Infra-Estrutura Urbana
08.001.0015.0451.0011	Infra-estrutura
08.001.0015.0451.0011.1017	Construcao de Pontes e Pontilhoes
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	137.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 27 de dezembro de 2016.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

LEI N. 4387/2016

LEI Nº. 4387/2016

Abre crédito suplementar no valor de até R\$ 313.000,00 (trezentos e treze mil reais).

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de até R\$ 313.000,00 (trezentos e treze mil reais) a ser incluído no orçamento Municipal, a saber:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.001	Ensino Fundamental
06.001.0012	Educação
06.001.0012.0361	Ensino Fundamental
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.2024	Transporte Escolar - Ensino Fundamental
3339000000000000	Aplicações Diretas
01190000	Transf.fundeb/fundef(out.desp.ensino)
Total Ação	176.000,00
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura

08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0026	Transporte
08.001.0026.0782	Transporte Rodoviário
08.001.0026.0782.0011	Infra-estrutura
08.001.0026.0782.0011.2091	Manutencao e Abertura de Estradas, Canais, Corregos e Valas
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	137.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém da anulação das dotações abaixo relacionadas:

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.005	Educação Infantil - Pré-escolar
06.005.0012	Educação
06.005.0012.0365	Educação Infantil
06.005.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.005.0012.0365.0005.2022	Manutenção e Desenv. das Atividades do Ensino Infantil (pre-escolar)
3319000000000000	Aplicações Diretas
01180000	Transf.fundeb/fundef(remu.magistério)
Total Ação	25.000,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.006	Educação Infantil - Creches
06.006.0012	Educação
06.006.0012.0365	Educação Infantil
06.006.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.006.0012.0365.0005.2023	Manutencao e Desenv das Atividades do Ensino Infantil (creches)
3319000000000000	Aplicações Diretas
01180000	Transf.fundeb/fundef(remu.magistério)
Total Ação	151.000,00
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0015	Urbanismo
08.001.0015.0451	Infra-Estrutura Urbana
08.001.0015.0451.0011	Infra-estrutura
08.001.0015.0451.0011.1017	Construcao de Pontes e Pontilhoes
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	137.000,00

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 27 de dezembro de 2016.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

Guarujá do Sul

PREFEITURA

203/2016

DECRETO Nº 203/2016
AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.455/15 de 26 de novembro de 2015.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 734,57 (setecentos e trinta e quatro reais e cinquenta e sete centavos), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Guarujá do Sul, no exercício de 2016, destinado ao reforço do seguinte item orçamentário:

11- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

04- Coordenação de Programas:

Atividade: 1104.10.301.0010.2.044

3.1.90.00-00.00.255- Aplicações Diretas R\$ 734,57

Soma R\$ 734,57

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional Supelmentar de que trata o artigo 1º, fica utilizado o recurso do Superavit financeiro do exercício de 2015, referente aos FNS, ampliação posto saúde, no valor de R\$ 734,57.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul,

27 de dezembro de 2016.

JOSÉ CARLOS FOIATTO

Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Claudio Inácio Weschenfelder
Secretário Administração e Fazenda

DECRETO Nº. 204/2016

DECRETO N. 204/2016

Declara a revogação do Processo Licitatório n. 49/2016, modalidade Pregão Presencial n. 35/2016 do Município de Guarujá do Sul e dá outras providências.

JOSÉ CARLOS FOIATTO, PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 49 da Lei n. 8666/93.

CONSIDERANDO a ausência de disputa o que não permitiu a escolha de proposta vantajosa para o município;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação do objeto no item 2. DECRETA:

Art. 1º. Fica revogado o Processo Licitatório n. 49/2016, na modalidade de Pregão Presencial n. 35/2016, que tem por objeto Contratação de serviços de máquina para confecção de silagem para atender aos agricultores do município de Guarujá, do Sul através da Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABIENTE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em 27 de dezembro de 2016.
64º ano da Fundação e 54º ano da Instalação.

JOSE CARLOS FOIATTO

Prefeito Municipal

- Certifico que o presente Decreto foi publicado e registrado nesta Secretaria em data supra.

Claudio Inácio Weschenfelder
Secretário de Administração e Fazenda

AVISO DE LICITAÇÃO - PREF 52/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guarujá do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 52/2016 - Pregão Presencial Nº. 37/2016.

Objeto: Contratação de serviços de máquina para confecção de silagem para atender aos agricultores do município de Guarujá do Sul através da Secretaria Municipal de Agricultura.

Propostas e Habilitação: 10/01/2017 (08:15 Documentação - 08:30 Abertura).

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:00 as 13:00, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 e site www.guarujadosul.sc.gov.br.

Guarujá do Sul, SC, 28 de dezembro de 2016.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1434/2016

PORTARIA Nº 1434/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, ao servidor IGOR BERNARDES DA SILVA (Matr. 2744) ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Médico, Nível – 14, Referência "C", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2015 a 18 de agosto de 2016, para serem gozadas a contar de 26 de dezembro de 2016 a 06 de janeiro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 26 de Dezembro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1435/2016

PORTARIA Nº 1435/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 36 (trinta e seis) dias de Licença Prêmio, à servidora CHARLENE RAMPAZZO (Matr. 1008), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo, Nível – 9, Referência "F", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº 281/2011, referente ao período aquisitivo de 18 de agosto de 2012 a 18 de agosto de 2015, para serem gozadas a contar de 26 de dezembro de 2016 a 30 de janeiro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 26 de Dezembro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1436/2016

PORTARIA Nº 1436/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria nº 890/2014, que concedeu Licença Prêmio ao servidor ADRIANO JOSÉ DE ARAÚJO (Matr. 2867), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Motorista, Nível – 7, Referência "C", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, onde se lê: "referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2011 a 18 de agosto de 2012"; leia-se: "referente ao período aquisitivo de 17 de dezembro de 2011 a 16 de dezembro de 2012".

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, ao servidor supracitado, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 17 de dezembro de 2012 a 16 de dezembro de 2013, para serem gozadas a contar de 26 de dezembro de 2016 a 06 de janeiro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 26 de Dezembro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 038/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE
Unidade Gestora: Prefeitura Municipal
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS
Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA
CNPJ/MF Nº 09.427.503/0001-12
Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Sala 1307, Bairro Canto
CONTRATADA

TERMO ADITIVO Nº 038/2016 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao CONTRATO N.º 001/2016, firmado entre o CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA e o MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE, Estado de Santa Catarina, para a prestação continuada de serviços de tecnologia da informação e comunicação pela CONTRATADA.

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Sala 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, nesta Capital e Estado, inscrito no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, neste ato representado pelo Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 912.833.619-49, como CONTRATADA, e o Município de HERVAL D'OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.939.430/0001-38, com sede a Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro, CEP 89610-000, na cidade de HERVAL D'OESTE, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito Senhor NELSON GUINDANI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 501.589.459-72, doravante denominada CONTRATANTE, firmam o presente TERMO ADITIVO ao Contrato Administrativo n.º 001/2016, celebrado em 2016, originário do Processo Licitatório n.º 001/2016, Dispensa de Licitação n.º 001/2016, o que fazem com fundamento nas Cláusulas Segunda (DA DURAÇÃO), Terceira (DO VALOR DO CONTRATO), Quarta (DA FORMA DE PAGAMENTO), Sexta (DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS), Décima Nona (DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO), Vigésima (DA PUBLICAÇÃO), e com fulcro na Lei n.º 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DURAÇÃO PRORROGADA

O presente termo aditivo estabelece a prorrogação do Contrato Administrativo n.º 001/2016, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, sendo sua vigência até 31 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Conforme variações constantes na Resolução CIGA n.º 106, de 28 de julho de 2016, expedida pelo Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, os valores corrigidos dos serviços de tecnologia da informação e comunicação, prestados pelo CIGA, para o exercício 2017, são:

1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC - R\$ 7.140,00
2. Gestão Tributária - Gestão do Cadastro Integrado Municipal (GCIM) - R\$ 2.205,00
3. Gestão Tributária - Gestão do Simples Nacional- R\$ 2.940,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE PAGAMENTO

A CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor total de R\$ 12.285,00 (doze mil duzentos e oitenta e cinco reais), em 12 (doze) parcelas, no valor de R\$ 1.023,75 (mil e vinte e três reais e setenta e cinco centavos), cada uma delas, sendo debitadas mensal, sucessiva e diretamente, até o último dia útil de cada mês, pela CONTRATADA, por meio do Banco do Brasil, Agência n.º 2103-2, Conta Corrente n.º 1700.103-x, de titularidade da CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A CONTRATANTE compromete-se a empenhar os valores decorrentes deste Aditivo ao Contrato de prestação de serviços de acordo com a dotação orçamentária n.º 3.3.93.39 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica), prevista no orçamento do Município para o exercício de 2017, nos termos da Lei Municipal n.º 3.171/2016 de 21/12/2016.

Parágrafo único.

As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO DO PROGRAMA REGISTRO MERCANTIL INTEGRADO REGIN

Os serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, prestados pelo CIGA, referentes a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIM, por meio do programa Registro Mercantil Integrado REGIN, agora passam a ser denominados 'Gestão do Cadastro Integrado Municipal - GCIM', solução desenvolvida pelo CIGA, que mantém inalterados as funções básicas dos serviços já estabelecidos.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo passa a vigor em 1º de janeiro de 2017.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RATIFICAÇÃO

Com as alterações constantes das cláusulas anteriores, ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo n.º 001/2016.

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato deste Termo Aditivo será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, conforme disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo nominadas.

Herval d'Oeste, 26 de dezembro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal
Pelo Município

Gilsoni Lunardi Albino
Diretor Executivo
Pelo CIGA

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia
Agente Administrativo

Fernanda Rosa Socal
Assistente Administrativa CIGA

TERMO DE REAJUSTE Nº 028/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
BUCCO & BUCCO LTDA.
CNPJ/MF Nº 04.731.470/0001-86
Rua Independência Nº 170, Centro
CONTRATADA

TERMO de reajuste Nº 028/2016 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016

Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa BUCCO & BUCCO LTDA., Pessoa Jurídica de Direito Privado estabelecida na Rua Independência Nº 170 – Bairro Centro – Município de Herval d'Oeste - Estado do Santa Catarina inscrita no CNPJ sob nº 04.731.470/0001-86, neste ato representado por seu sócio administrador, Senhor Orlando Bucco, brasileiro, casado, portador do CPF nº 509.252.299-20, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo de Reajuste a Ata de Registro de Preços nº 016/2016, que tem por objeto o eventual fornecimento de Carga de gás de cozinha (GLP) para uso das Secretarias e Fundos Municipais de Herval d'Oeste pelo período de 12 meses, em decorrência do Processo Licitatório nº 054/2016, na Modalidade de Pregão Presencial nº 031/2016 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira – Do Objeto

O Presente termo tem por objeto a revisão dos valores contratados devido à variação de valores de mercado para o fornecimento Carga de gás de cozinha (GLP) de 45 KG para uso das diversas secretarias e fundos da administração municipal pelo período de 12 meses em virtude da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial, o qual foi devidamente comprovado e justificado no processo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES

Considerando que a Contratada comprova documentalmente no pedido que os produtos citados efetivamente sofreram alteração de preço, será concedido ajuste, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	VALOR REGIS-TRADO	%	VALOR REAJUS-TADO
02	Carga de gás GLP 45Kg	Und	SUPERGASBRAS	175,50	12,50	197,43

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 40 inciso XI e no artigo 65, inciso II, alínea d da Lei Federal 8.666, de 21 de junho

de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA QUARTA – Das Disposições Finais

Este reajuste passa a vigorar após a assinatura e publicação deste Termo.

Todos os demais itens e cláusulas da ARP Nº 0016/2016, que não foram modificados por força deste Termo, permanecem em pleno vigor sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 26 de dezembro de 2016.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

CPF: 501.589.459-72

Orlando Bucco

Sócio Administrador

CPF: 509.252.299-20

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

CPF: 687.857.399-87

Vera Lucia da Silva Bilibio

CPF: 600.730.049-87

Ibiam

PREFEITURA

DECRETO Nº 2980/2016

DECRETO Nº 2.980, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

“DECRETA PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CLOVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1.º Fica instituído ponto facultativo na Secretaria da Educação (Centro Educacional Elisiane Titon, Centro de Educação Infantil José Atílio Grassi e Biblioteca Pública) nos dias 26, 27, 28, 29 e 30 de dezembro de 2016.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

CLOVIS JOSÉ BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

PORTARIA Nº 276/2016

PORTARIA Nº 276, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

“DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CLOVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos III, VII, IX e XIX, todos do artigo 88 da Lei Substantiva Municipal; combinado com os artigos 137 a 140 da Lei Municipal nº 255, de 07.01.2004, considerando a Ata de Instalação e início dos trabalhos do Processo de Sindicância – Portaria nº 254/2016, RESOLVE :

Art. 1o. Prorrogar, por 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância, designada pela Portaria nº 254, de 17 de novembro de 2016, publicada no Diário oficial dos Municípios em 29 de novembro de 2016, Edição nº 2133, em face das razões apresentadas na Ata de Instalação e Início dos Trabalhos, de 14 de dezembro de 2016.

Art. 2o. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3o. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

CLOVIS JOSÉ BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

PORTARIA Nº 277/2016

PORTARIA Nº 277, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016

“ESTABELECE ESCALA DE FÉRIAS/2017 PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CLOVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o art. 77 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º. Fica estabelecida a escala de férias/2017, para os servidores constantes e relacionados nos Anexos I, II, III, IV, V e VI, que integra para todos e quaisquer efeitos, a presente Portaria.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.
CLOVIS JOSÉ BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ANEXO I

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E DA FAZENDA

Servidor	Período Aquisitivo (qdo adquire o direito)	Fruição
Adilce Rinaldi	16.01.2016 a 15.01.2017	Pós licença maternidade
Carmelita Chiesa Tragancin	01.01.2015 a 31.12.2015 – 20 dias	18.01.2017 a 27.01.2017 15.02.2017 a 24.02.2017
Carmelita Chiesa Tragancin	01.01.2016 a 31.12.2016	10.07.2017 a 19.07.2017 11.09.2017 a 20.09.2017 16.10.2017 a 25.10.2017
Cleide Teresinha Perosa	06.07.2014 a 05.07.2015 15 dias	20.03.2017 a 04.04.2017
Cleide Teresinha Perosa	06.07.2015 a 05.07.2016	02.05.2017 a 16.05.2017 01.08.2017 a 15.08.2017
Elza Rinaldi Coser	02.01.2014 a 01.01.2015	09.01.2017 a 07.02.2017
Elza Rinaldi Coser	02.01.2015 a 01.01.2016	08.02.2017 a 09.03.2017
Elza Rinaldi Coser	02.01.2016 a 01.01.2017	10.03.2017 a 07.04.2017
Flavia Lenita Pelentir	01.01.2016 a 31.12.2016	INSS
Gelson Luiz Trevisol	02.01.2014 a 01.01.2015	03.04.2017 a 02.05.2017
Gelson Luiz Trevisol	02.01.2015 a 01.01.2016	03.07.2017 a 01.08.2017

Gelson Luiz Trevisol	02.01.2016 a 01.01.2017	02.01.2018 a 31.01.2018
Ires T. T. de Oliveira Xavier	26.01.2015 a 25.01.2016 20 dias	08.05.2017 a 17.05.2017 19.06.2017 a 28.06.2017
Ires T. T. de Oliveira Xavier	26.01.2016 a 25.01.2017	11.09.2017 a 20.09.2017 16.10.2017 a 25.10.2017 20.11.2017 a 29.11.2017
Ivete Ceron Moreira	19.06.2015 a 18.06.2016	02.01.2017 a 12.01.2017 01.02.2017 a 10.02.2017 02.05.2017 a 12.05.2017
Janete Aparecida Felicetti	08.03.2014 a 07.03.2015	INSS
Juliana Lizot	08.01.2016 a 07.01.2017	29.05.2017 a 27.06.2017
Nilza Teresinha Ceron Trevisol	02.06.2015 a 01.06.2016	15.01.2017 a 24.01.2017 13.03.2017 a 22.03.2017 19.07.2017 a 28.07.2017
Rosinei Ceron	14.01.2016 a 13.01.2017	01.08.2017 a 30.08.2017
Rozely Ceron	17.02.2015 a 16.02.2016	02.01.2017 a 31.01.2017

ANEXO II SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Servidor	Período Aquisitivo (qdo adquire o direito)	Fruição
Antonio Recalcatti	01.03.2016 a 28.02.2017	02.03.2017 a 31.03.2017
Arquilino Antonio de Moraes	27.03.2016 a 26.03.2017	03.04.2017 a 02.05.2017
Celio Lucas Ramos	05.01.2015 a 04.01.2016	29. 09.12.2016 a 23.12.2016
Celio Lucas Ramos	05.01.2016 a 04.01.2017	01.02.2017 a 15.02.2017 21.07.2016 a 04.08.2017
Claudinei Peretti	02.01.2016 a 01.01.2017	05.01.2017 a 03.02.2017
Ortenilo Trevisol	01.03.2016 a 29.02.2017	01.09.2017 a 30.09.2017

ANEXO III SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Servidor	Período Aquisitivo (qdo adquire o direito)	Fruição
Angélica Barth da Costa Recalcatti	18.03.2016 a 17.03.2017	01.06.2017 a 30.06.2017
Cristiane Cordeiro de Moraes	12.11.2015 a 11.11.2016	06.03.2017 a 04.04.2017
Daiane Raizel de Meira	13.06.2016 a 12.06.2017	01.03.2018 a 30.03.2018
Giseli Seffer Alves de Anhaia	18.12.2015 a 17.12.2016	02.01.2017 a 31.01.2017
Leila Aparecida Ramos Araldi	13.11.2015 a 12.11.2016	03.04.2017 a 02.05.2017

Debora Rossato	07.06.2015 a 06.06.2016	09.01.2017 a 07.02.2017
Edir Romanatto Dani	10.01.2016 a 09.01.2017	13.03.2017 a 11.04.2017
Ivone Te Trevisol Craco	22.04.2016 a 21.04.2017	03.07.2017 a 01.08.2017
Simara Aparecida Trevisol Slongo	10.01.2016 a 09.01.2017	10.04.2017 a 09.05.2017
Valeria Batista Posanske	10.01.2016 a 09.01.2017	13.02.2017 a 14.03.2017

ANEXO IV SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Servidor	Período Aquisitivo	Fruição
Adriana de Andrade Soares Taiba	01.03.2016 a 29.02.2017	02.01.2017 a 31.01.2017
Agustinho Cecatto	28.02.2016 a 27.02.2017	02.01.2017 a 31.01.2017
Arnaldo Luiz Micheluzzi	11.02.2016 a 10.02.2017	02.01.2017 a 31.01.2017
Cácia Aparecida Gonzatto Araldi	01.01.2016 a 31.12.2016	02.01.2017 a 31.01.2017
Caio Murilo Rinaldi	01.01.2016 a 31.12.2016	02.01.2017 a 31.01.2017
Catarina Maria Dallabrida Borsoi	01.01.2016 a 31.12.2016	02.01.2017 a 31.01.2017
Domingos Machado da Silva	01.03.2016 a 28.02.2017	02.01.2017 a 31.01.2017
Elaine Mariza Piovesan Zanin	01.01.2016 a 31.12.2016	02.01.2017 a 31.01.2017
Eliane Maria Piovesan Recalcatti	01.01.2016 a 31.12.2016	02.01.2017 a 31.01.2017
Fátima Fontana Gonzatto	01.01.2016 a 31.12.2016	02.01.2017 a 31.01.2017
Itamar Romanatto	01.01.2016 a 31.12.2016	02.01.2017 a 31.01.2017
Janete Terres	12.12.2015 a 11.12.2016	02.01.2017 a 31.01.2017
Justina Ines Dalmolin	01.07.2015 a 30.06.2016	02.01.2017 a 31.01.2017
Lorizete Teresinha Lutke-meier Gonzatto	01.01.2016 a 31.12.2016	02.01.2017 a 31.01.2017
Lucena Teresinha Panceri Vieceli	01.01.2016 a 31.12.2016	02.01.2017 a 31.01.2017
Lucila Dalmolin Ciarnoschi	18.02.2015 a 17.02.2016	02.01.2017 a 31.01.2017
Manoela Junges F. Jardim	03.04.2015 a 02.04.2016	02.01.2017 a 31.01.2017
Mônica Tragancin	14.01.2016 a 13.01.2017	02.01.2017 a 31.01.2017
Odete Gonçalves Walter Wille	01.01.2016 a 31.12.2016	02.01.2017 a 31.01.2017
Rodrigo Felicetti Perosa	10.02.2015 a 09.02.2016	02.01.2017 a 31.01.2017
Salete Maria da Silva Andrique	06.10.2015 a 05.10.2016	02.01.2017 a 31.01.2017
Sandra Regina Boesing	01.01.2016 a 31.12.2016	02.01.2017 a 31.01.2017
Sandra Trevisol	01.01.2016 a 31.12.2016	02.01.2017 a 31.01.2017
Waldecira Aparecida Tragancin de Oliveira	01.01.2016 a 31.12.2016	02.01.2017 a 31.01.2017
Wilmar Scuciato	01.01.2016 a 31.12.2016	02.01.2017 a 31.01.2017

ANEXO V SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA, OBRAS E TRANSPORTES

SERVIDOR	Período Aquisitivo (qdo adquire o direito)	Fruição
Antonio Enori Gonçalves da Silva	12.03.2015 a 11.03.2016	01.02.2017 a 02.03.2017
Damir Jose Cardoso	02.01.2016 a 01.01.2017	01.02.2017 a 02.03.2017
Edsson Gomes de Oliveira	05.09.2015 a 04.09.2016	03.04.2017 a 02.05.2017
Francisco da Silva	21.03.2015 a 20.03.2016	02.01.2017 a 31.01.2017
Irley Luiz Lamperti	02.01.2015 a 01.01.2016	INSS
Ivair Ceron	02.01.2016 a 01.01.2017	02.01.2017 a 31.01.2017
Juarez Siqueira	01.03.2015 a 29.02.2016	02.01.2017 a 31.01.2017
Luiz Alvaro Ramos	06.08.2016 a 05.08.2017	01.09.2017 a 30.09.2017
Miguel Ernesto Hetzler	18.02.2016 a 17.02.2017	01.02.2017 a 02.03.2017
Nilton Antonio Romanatto	01.03.2016 a 28.02.2017	03.07.2017 a 01.08.2017
Sergio Moreira	08.03.2016 a 07.03.2017	03.04.2017 a 02.05.2017
Severino Antunes	16.09.2015 a 15.09.2016	02.01.2017 a 31.01.2017
Waldir Antonio Rampon	09.02.2015 a 08.02.2016 15 dias	02.01.2017 a 16.01.2017
Waldir Antonio Rampon	09.02.2016 a 08.02.2017	17.01.2017 a 15.02.2017

ANEXO VI SECRETARIA DA SAÚDE

Servidor	Período Aquisitivo (qdo adquire o direito)	Fruição
Aline Fontana	04.07.2016 a 03.07.2017	INSS
Ana Paula Ortigara	04.10.2015 a 03.10.2016	1º - 12.12.2016 a 21.12.2016 2º - 24.07.2017 a 02.08.2017
Antonio Luis Souza do Amaral	01.11.2015 a 31.10.2016	02.01.2017 a 31.01.2017
Antonio Osmar Oliveira	10.08.2016 a 09.08.2017	01.09.2017 A 30.09.2017
Celia Aparecida da Silva Ramos	03.12.2014 a 02.12.2015 20 dias	22.03.2017 a 10.04.2017
Celia Aparecida da Silva Ramos	03.12.2015 a 02.12.2016	11.04.2017 a 10.05.2017
Deise Santetti Scortegagna	16.01.2015 a 15.01.2016 (20 dias)	2º. 09.12.2016 a 23.12.2016
Deise Santetti Scortegagna	16.01.2016 a 15.01.2017	1º-01.02.2017 a 15.02.2017 2º-21.07.2017 a 04.08.2017
Delcia Maria dos Santos	02.11.2015 a 01.11.2016	02.01.2017 a 31.01.2017

Ivair Zeno Micheluzzi	06.07.2015 a 05.07.2016	01.03.2017 a 10.03.2017 04.04.2017 a 13.04.2017 05.07.2017 a 14.07.2017
Jose Roberto Gonzatto	22.02.2016 a 21.02.2017	01.03.2017 a 10.03.2017 02.08.2017 a 11.08.2017 06.11.2017 a 15.11.2017
Kellyn Regina de Oliveira Reineher	22.01.2015 a 21.01.2016 15 dias	16.01.2017 a 30.01.2017
Kellyn Regina de Oliveira Reineher	22.01.2016 a 21.01.2017	06.02.2017 a 20.02.2017 24.07.2017 a 07.08.2017
Leticia Branger Ferri	04.07.2016 a 03.07.2017	24.07.2017 a 07.08.2017 26.12.2017 a 09.01.2018
Liandro Mengatto	30.06.2015 a 29.06.2016	02.01.2017 a 31.01.2017
Luis Fernando Tragancin Rinaldi	01.06.2016 a 31.05.2017	10.07.2017 a 19.07.2017 23.10.2017 a 01.11.2017 14.02.2018 a 23.02.2018
Maria Solange da Silva Matos Borsoi	01.10.2015 a 30.09.2016	01.02.2017 a 15.02.2017 17.07.2017 a 31.07.2017
Rose Mari Kowalczyk	01.06.2015 a 31.05.2016	20.01.2017 a 03.02.2017 31.05.2017 a 14.06.2017
Salete Maria Balbinote	01.07.2015 a 30.06.2016 15 dias	02.01.2017 a 16.01.2017
Salete Maria Balbinote	01.07.2016 a 30.06.2017	03.07.2017 a 17.07.2017
Silvana Regina Bloot	01.05.2015 a 30.04.2016	02.01.2017 a 31.01.2017
Soeli Aparecida Raizer de Souza	01.05.2015 a 30.04.2016	02.01.2017 a 31.01.2017
Susana Vieira Sarmento	15.09.2015 a 14.09.2016	01.02.2017 a 02.03.2017
Verônica da Costa Silva	04.12.2015 a 03.12.2016	02.01.2017 a 31.01.2017
Waldemar Cordeiro	02.07.2015 a 01.07.2016	20.01.2017 a 03.02.2017 31.05.2017 a 14.06.2017

PORTARIA Nº 278/2016

PORTARIA Nº 278, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CLOVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal; considerando os artigos 59 a 64, da Lei federal nº 8.213, de 24 de Julho de 1991, combinado com o Decreto Federal nº 3.048, de 06 de Maio de 1999 e alterações posteriores, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença para Tratamento de Saúde a ANA PAULA ORTIGARA, servidora efetiva no cargo de Agente Administrativo – Nível 5 – Referência E.

Art. 2º. O afastamento será de conformidade com o Atestado Médico do Dr. Oscar Guido Navia Torrico – CRM-SC 2911, no período de 22 a 30 de dezembro de 2016.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.
CLOVIS JOSÉ BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

PORTARIA Nº 279/2016

PORTARIA Nº 279, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016

“DETERMINA DESCONTO NA FOLHA DE PAGAMENTO DE SERVIDOR QUE MENCIONA, POR DANO CAUSADO AO ERÁRIO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CLOVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere os incisos. VII e XXXIV, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, bem como o art. 45, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004 e Portaria nº 078, de 01 de março de 2005;

Considerando a multa aplicada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, no veículo com código no RENAVAM 1057331942;

Considerando que o ato de notificação, identifica infração praticada pelo motorista;

Considerando que o veículo placa QHM 0725, no dia da infração praticada era dirigido pelo Sr. IVAIR ZENO MICHELUSZI,

Considerando que a infração praticada deve ser atribuída ao motorista com o ônus inerente, RESOLVE:

Art. 1º. Determinar que a multa aplicada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, sob Nº E024658060, seja paga pela Tesouraria do Município.

Art. 2º. Que seja descontado em folha de pagamento do SR. IVAIR ZENO MICHELUSZI, em parcela única no mês de dezembro/2016.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.
CLOVIS JOSÉ BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

PORTARIA Nº 280/2016

PORTARIA Nº 280, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016

“DETERMINA INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DISCIPLINAR CONTRA SERVIDOR MUNICIPAL QUE MENCIONA, NOMEIA COMISSÃO PROCESSANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CLOVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos III, VII, IX e XIX, todos do artigo 88 da Lei Substantiva Municipal; combinado com os artigos 137 a 140 da Lei Municipal nº 255, de 07.01.2004, considerando a Comunicação Interna da Secretaria Municipal da Educação, de 22 de dezembro de 2016, RESOLVE :

Art. 1º. Instaurar Processo Administrativo Disciplinar contra a Servidora Pública MANOELA JUNGES FERNANDES JARDIN, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais – Nível 01, Referência A, para apurar as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos que constam do expediente em anexo, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º. Ficam nomeados os servidores abaixo relacionados para, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão Processante, a saber:

I – Fátima Fontana Gonzatto, servidora pública do município no cargo de Supervisora Escolar;
II – Lucila Dalmolin Ciarnoschi, servidora pública do município no cargo de Professor II;
III – Rodrigo Felicetti Perosa, servidor público do município no cargo de Técnico Educacional;
IV – Carmelita Chiesa Tragancin, servidora pública do município no cargo de Diretora do Departamento de Recursos Humanos.

§ 1º. A Comissão terá um prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período, para realizar os trabalhos e apresentar relatório circunstanciado dos fatos e situações apurados, ficando suspensos e prorrogados quaisquer outros prazos que envolvam a presente matéria.

§ 2º. Os procedimentos formais, na aplicação desta Portaria, serão orientados analogicamente pelo Capítulo do Processo Disciplinar, da Lei Municipal nº 255, de 07.01.2004, no que couber.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 22 DE DEZEMBRO DE 2016.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

PORTARIA Nº 281/2016

PORTARIA Nº 281, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

“RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO COM SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CLOVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, considerando o Contrato de Trabalho nº 005, de 23 de maio de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar rescindido, por decurso de prazo com termo final

em 23.12.2016, o Contrato de Trabalho nº 005/2016, celebrado com MARIANGELA FONSECA.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 23 DE DEZEMBRO DE 2016.
CLOVIS JOSÉ BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

PORTARIA Nº 282/2016

PORTARIA Nº 282, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

“RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO COM SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CLOVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, considerando o Contrato de Trabalho nº 004, de 01 de março de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar rescindido, por decurso de prazo com termo final em 23.12.2016, o Contrato de Trabalho nº 004/2016, celebrado com MARLI FÁTIMA MICHELUZZI DA SILVA MATOS.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 23 DE DEZEMBRO DE 2016.
CLOVIS JOSÉ BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

PORTARIA Nº 283/2016

PORTARIA Nº 283, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

“RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO COM SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CLOVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, considerando o Contrato de Trabalho nº 008, de 12 de setembro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar rescindido, por decurso de prazo com termo final em 23.12.2016, o Contrato de Trabalho nº 008/2016, celebrado com SILMARA TESCK DE OLIVEIRA.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 23 DE DEZEMBRO DE 2016.
CLOVIS JOSÉ BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

PORTARIA Nº 284/2016

PORTARIA Nº 284, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

“RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO COM SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CLOVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, considerando o Contrato de Trabalho nº 003, de 01 de março de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar rescindido, por decurso de prazo com termo final em 23.12.2016, o Contrato de Trabalho nº 003/2016, celebrado com SIMONE DENIZE TREVISOLO SLOGO DE OLIVEIRA.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 23 DE DEZEMBRO DE 2016.
CLOVIS JOSÉ BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

PORTARIA Nº 285/2016

PORTARIA Nº 285, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

“RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO COM SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CLOVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, considerando o Contrato de Trabalho nº 002, de 01 de março de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar rescindido, por decurso de prazo com termo final em 23.12.2016, o Contrato de Trabalho nº 002/2016, celebrado com VERONI DE FÁTIMA BORSOLO MARTELLI.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 23 DE DEZEMBRO DE 2016.
CLOVIS JOSÉ BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Ilhota

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 2015-006 - ADITIVO 2 - TP 001-2015 - DESTINAÇÃO FINAL - RECICLE

Extrato do Segundo Termo Aditivo de Contrato nº 006/2015 – PMI

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Extrato de Contrato nº 006/2015 – PMI

Processo: TP 001/2015.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA SANITÁRIA PARA TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DOMICILIARES DESTE MUNICÍPIO.

FORNECEDOR: Recicle Catarinense

Valor da Tonelada: R\$ 187,20

Média ton/mês: 300

Valor Total: R\$ 56.160,00

Prazo: a partir de 31/12/2016 à 31/01/2017

Assinatura: 26/12/2016

Daniel Christian Bosi

Prefeito Municipal

Imarui**PREFEITURA****DECRETO Nº 87, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.****ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ****DECRETO Nº 87, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.****ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO
MUNICÍPIO DE IMARUÍ, PARA O EXERCÍCIO DE
2017.**

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí,

DECRETA:

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Imaruí, abrangendo a administração direta, seus fundos, órgãos e autarquias, para o exercício financeiro de 2017, estima a Receita em R\$ 24.964.325,00 (vinte e quatro milhões, novecentos e sessenta e quatro mil, trezentos e vinte e cinco reais) e fixa a Despesa em R\$ 24.964.325,00 (vinte e quatro milhões, novecentos e sessenta e quatro mil e trezentos e vinte e cinco reais).

Art. 2º - O Orçamento da Prefeitura de Imaruí para o exercício de 2017, estima a Receita em R\$ 20.995.900,00 (vinte milhões, novecentos e noventa e cinco mil e novecentos reais) e fixa a Despesa para Prefeitura – Poder Executivo em R\$ 16.805.400,00 (dezesseis milhões, oitocentos e cinco mil e quatrocentos reais) e em R\$ 4.190.500,00 (quatro milhões, cento e noventa mil e quinhentos reais) as Transferências Financeiras Concedidas para o Fundo Municipal de Saúde, para o Fundo Municipal de Assistência Social, para a Fundação Municipal de Meio Ambiente, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto e para a Câmara Municipal de Vereadores.

§ 1º - A receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes no anexo integrante desta Lei, como o seguinte desdobramento:

1 - PREFEITURA DE IMARUI	
RECEITAS	
RECEITAS CORRENTES	19.572.700,00
RECEITA DE CAPITAL	1.423.200,00
TOTAL:	20.995.900,00

§ 2º - As Despesas da Prefeitura de Imaruí serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuída da seguinte maneira:



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

1 - PREFEITURA DE IMARUI	
02.00 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL	177.000,00
03.00 - GABINETE DO VICE-PREFEITO MUNICIPAL	105.000,00
04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	325.000,00
05.00 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO	125.000,00
06.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	3.464.500,00
07.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E JUVENTUDE	9.236.500,00
08.00 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	135.000,00
09.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PECUÁRIO	355.600,00
10.00 - SECRETARIA DE PESCA E AQUICULTURA	150.400,00
11.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS	2.587.200,00
12.00 - SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL	108.200,00
13.00 - FUNDO MUN DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	6.000,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.000,00
SOMA:	16.805.400,00
Transferências Financeiras	
TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA AO FMS	2.336.500,00
TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA AO FMAS	447.000,00
TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA À CÂMARA	1.020.000,00
TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA AO SAMAE	212.000,00
TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA À FUNDEMA	175.000,00
SOMA:	4.190.500,00
TOTAL:	20.995.900,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

1 - PREFEITURA DE IMARUI	
02 – JUDICIÁRIA	240.000,00
04 – ADMINISTRAÇÃO	4.131.700,00
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	140.000,00
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	114.200,00
11 – TRABALHO	150.400,00
12 – EDUCAÇÃO	8.801.500,00
13 – CULTURA	125.000,00
15 - URBANISMO	2.305.800,00
17 - SANEAMENTO	40.400,00
20 - AGRICULTURA	350.400,00
23 - COMERCIO E TURISMO	135.000,00
26 - TRANSPORTE	101.000,00
27 - DESPORTO E LAZER	140.000,00
99 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.000,00
SOMA:	16.805.400,00
Transferências Financeiras	



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA AO FMS	2.336.500,00
TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA AO FMAS	447.000,00
TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA À CÂMARA	1.020.000,00
TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA AO SAMAE	212.000,00
TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA À FUNDEMA	175.000,00
SOMA:	4.190.500,00
TOTAL:	20.995.900,00

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

1 - PREFEITURA DE IMARUI	
0002 – GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	732.000,00
0003 – ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS	3.344.500,00
0004 – INCENTIVO ÀS ATIVIDADES ECONOMICAS	135.000,00
0006 – EDUCAÇÃO PARA TODOS	8.971.500,00
0007 – ATIVIDADES CULTURAIS	125.000,00
0008 – ESPORTE É VIDA	140.000,00
0010 – MENOR ASSISTIDO	108.000,00
0011 – ASSISTÊNCIA SOCIAL	6.200,00
0012 – SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	2.447.200,00
0013 – TRÂNSITO SEGURO	140.000,00
0014 – PEQUENO PRODUTOR ASSISTIDO	355.600,00
0015 – APOIO À PESCA	150.400,00
0016 – FORTALECIMENTO DO MUNICIPALISMO	120.000,00
0019 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.000,00
SOMA:	16.805.400,00
Transferências Financeiras	
TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA AO FMS	2.336.500,00
TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA AO FMAS	447.000,00
TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA À CÂMARA	1.020.000,00
TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA AO SAMAE	212.000,00
TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA À FUNDEMA	175.000,00
SOMA:	4.190.500,00
TOTAL:	20.995.900,00

IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS	
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	13.892.300,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.375.000,00
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	100.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.417.300,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	3.883.100,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	2.383.100,00
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	500.000,00
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	30.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	30.000,00



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

SOMA:	16.805.400,00
Transferências Financeiras	
TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA AO FMS	2.336.500,00
TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA AO FMAS	447.000,00
TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA À CÂMARA	1.020.000,00
TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA AO SAMAE	212.000,00
TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA À FUNDEMA	175.000,00
SOMA	4.190.500,00
TOTAL	20.995.900,00

Art. 3º - O Orçamento do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMARUÍ**, para o exercício de 2017, estima a Receita em R\$ 3.009.300,00 (três milhões, nove mil e trezentos reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 2.336.500,00 (dois milhões, trezentos e trinta e seis mil e quinhentos reais) e fixa a Despesa em R\$ 5.345.800,00 (cinco milhões, trezentos e quarenta e cinco mil e oitocentos reais):

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, da forma de legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, bem como Transferências Financeiras Extra Orçamentária, com os seguintes desdobramentos:

2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
RECEITAS	
RECEITAS CORRENTES	2.598.500,00
RECEITAS DE CAPITAL	410.800,00
TOTAL DAS RECEITAS:	3.009.300,00
TRANSF. FINANC. RECEBIDAS DA P.M.I.	2.336.500,00
TOTAL:	5.345.800,00

§ 2º - As Despesas do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMARUÍ**, serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional – programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
14.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	5.335.800,00
99.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
	TOTAL:	5.345.800,00

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10 - SAÚDE	5.335.800,00
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
TOTAL:	5.345.800,00

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
0009 - SAÚDE PARA TODOS	5.335.800,00
0019 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
TOTAL:	5.345.800,00

IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS	
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	5.166.500,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.499.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.667.500,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	169.300,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	169.300,00
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	10.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	10.000,00
	TOTAL:	5.345.800,00

Art. 4º - O Orçamento do **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMARUI**, para o exercício de 2017, estima a Receita em R\$ 415.525,00 (quatrocentos e quinze mil e quinhentos e vinte e cinco reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 447.000,00 (quatrocentos e quarenta e sete mil reais), e fixa a Despesa em R\$ 862.525,00 (oitocentos e sessenta e dois mil e quinhentos e vinte cinco reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, da forma de legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, bem como Transferências Financeiras Extra Orçamentária, com os seguintes desdobramentos:

3 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
RECEITAS	
RECEITAS CORRENTES	315.525,00
RECEITAS DE CAPITAL	100.000,00
TOTAL DAS RECEITAS:	415.525,00
TRANSF. FINANC. RECEBIDAS DA P.M.I.	447.000,00
TOTAL:	862.525,00



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

§ 2º - As Despesas do **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMARUÍ**, serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional – programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

3 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
15.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	852.525,00
99.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
TOTAL:		862.525,00

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

3 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	852.525,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
TOTAL:		862.525,00

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

3 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
0011	ASSISTÊNCIA SOCIAL	852.525,00
0019	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
TOTAL:		862.525,00

IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
	DESPESAS	
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	787.525,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	218.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	569.525,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	65.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	65.000,00
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	10.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	10.000,00
TOTAL:		862.525,00

Art. 5º - O Orçamento da **FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FUNDEMA**, para o exercício de 2017, estima a Receita em R\$ 41.400,00 (quarenta e um mil e quatrocentos reais) as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 175.000,00



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

(cento e setenta e cinco mil reais), e fixa a Despesa em R\$ 216.400,00 (duzentos e dezesseis mil e quatrocentos reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, da forma de legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, bem como Transferências Financeiras Extra Orçamentária, com os seguintes desdobramentos:

9 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	
RECEITAS	
RECEITAS CORRENTES	41.000,00
RECEITA DE CAPITAL	400,00
TOTAL DAS RECEITAS:	41.400,00
TRANSF. FINANC. RECEBIDAS DA P.M.I.	175.000,00
TOTAL:	216.400,00

§ 2º - As Despesas da **FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FUNDEMA**, serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional – programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

9 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE		
17.00	FUNDAÇÃO MEIO AMBIENTE IMARUI	216.400,00
	TOTAL:	216.400,00

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

9 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE		
18 - GESTÃO AMBIENTAL		216.400,00
	TOTAL:	216.400,00

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

9 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE		
0018 - PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL		216.400,00
	TOTAL:	216.400,00

IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

9 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE		
	DESPESAS	
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	185.200,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	100.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	85.200,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	31.200,00



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	31.200,00
	TOTAL:	216.400,00

Art. 6º - O Orçamento do **SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE**, para o exercício de 2017, estima a Receita em R\$ 502.200,00 (quinhentos e dois mil e duzentos reais) as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 212.000,00 (duzentos e doze mil reais), e fixa a Despesa em R\$ 714.200,00 (setecentos e catorze mil e duzentos reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, da forma de legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, bem como Transferências Financeiras Extra Orçamentária, com os seguintes desdobramentos:

8 - SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO		
RECEITAS		
RECEITAS CORRENTES		502.000,00
RECEITA DE CAPITAL		200,00
	TOTAL DAS RECEITAS:	502.200,00
TRANSF. FINANC. RECEBIDAS DA P.M.I.		212.000,00
	TOTAL:	714.200,00

§ 2º - As Despesas do **SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE**, serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional – programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

8 - SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO		
16.00	SAMAE	714.200,00
	TOTAL:	714.200,00

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

8 - SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO		
17	SANEAMENTO	714.200,00
	TOTAL:	714.200,00



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

8 - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
0017 - SANEAMENTO BÁSICO	714.200,00
TOTAL:	714.200,00

IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

8 - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
	DESPESAS
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS
TOTAL:	714.200,00

Art. 7º - O Orçamento da **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**, para o exercício de 2017, estima a Transferência Financeira Recebida da Prefeitura em R\$ 1.020.000,00 (um milhão e vinte mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras Extra Orçamentária, conforme especificações desta Lei, sobretudo conforme disposições contidas no art. 29-A da Constituição da República Federativa do Brasil (1988).

§ 2º - A Despesa do órgão **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional, programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

6 – CÂMARA MUNICIPAL DE IMARUÍ	
01.00	CAMARA DE VEREADORES
TOTAL:	1.020.000,00

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

6 – CÂMARA MUNICIPAL DE IMARUÍ	
01 - LEGISLATIVA	1.020.000,00
TOTAL:	1.020.000,00



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

6 – CÂMARA MUNICIPAL DE IMARUÍ	
0001 - PROCESSO LEGISLATIVO	1.020.000,00
TOTAL:	1.020.000,00

IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

6 – CÂMARA MUNICIPAL DE IMARUÍ		
	DESPESAS	
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	970.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	714.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	256.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	50.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	50.000,00
	TOTAL:	1.020.000,00

Art. 8º – Os Recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo:

§1º - Para efeito desta Lei entende-se por "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§2º A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por Ato Oficial do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificado nesta Lei.

Art. 9º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado por ato próprio, a efetuar transposições de valores de dotações orçamentárias entre elementos de despesas correntes e de capital/modalidades de aplicações, alocados nas mesmas atividades e/ou projetos, até o limite de seu saldo.

Paragrafo único. As Destinações de Recursos, por sua vez, poderão ser alteradas por Ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 10 - O Executivo está autorizado, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, por Ato Oficial, até o limite de 80% (oitenta por cento) da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I – O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

- II – A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;
- III – Superávit financeiro do exercício anterior; e
- IV - O produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-la.

Parágrafo Único. Excetua-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de Leis Municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 11 - As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 12 - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para a abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por Ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 13 - Durante o Exercício de 2017 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei, na forma da legislação vigente.

Art. 14 - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os Governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 15 - Comprovado o interesse público e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 16 - Faz parte integrante desta Lei, os ANEXOS extraídos da Lei Federal nº. 4320/64, bem como os anexos vinculados a Lei Orçamentária Anual e exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 17 - Ficam autorizados os ajustes nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017 e nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2017, que se fizerem necessários em função de transposição de dotações constantes da presente Lei.

Art. 18 – Orçamento Geral do Município de Imaruí para o exercício de 2017, será a nível de modalidade.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

Art. 19- Este Decreto entra em vigor em 1º de janeiro de 2017.

Imaruí, 22 de dezembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 88 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 88 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

CRIA A COMISSÃO DE IMPLANTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA COM A FINALIDADE DE ORGANIZAR O PROCESSO DE CRIAÇÃO E ESCOLHA DOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL QUE INTEGRARÃO O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí,

DECRETA:

Art. 1º. Fica criada a Comissão de Organização do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência que tem por finalidade organizar o processo de implantação do referido conselho municipal e conduzir o processo de escolha dos representantes da Sociedade Civil que integrarão o Conselho Municipal dos Direitos da pessoa com deficiência, bem como adotar as providências necessárias à imediata instalação e funcionamento do referido Conselho.

Art. 2º. A Comissão criada por este decreto tem a seguinte composição: (nominar os integrantes)

I – Ana Claudia Soares dos Santos – Secretaria de Promoção Social
II – Debora B. Catarina – Secretaria Municipal de Administração
III – Debora Raimundo – Centro de Referência de Assistência Social
IV – Jucelia Aparecida Ramos – Estratégia de Saúde da Família
V – Marileia Matos – Sala Multifuncional - Secretaria Municipal da Educação

VI – Gunnar Nascimento Chaves – NAE

VII – Maiara Barreto Vieira - APAE

Art. 3º. Caberá à Secretaria Municipal de Promoção Social assessorar a Comissão e propiciar-lhe todo o apoio necessário ao cumprimento de suas finalidades, inclusive destinando-lhe servidor para atuar como secretário e providenciando material, meios de transporte, divulgação dos atos e espaços para reuniões e funcionamento.

Art. 4º. A Comissão deverá concluir o processo de composição e instalação do CMDPD no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da vigência deste Decreto.

Art. 5º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 22 de dezembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário oficial dos Municípios – DOM.

DECRETO Nº 89 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 89 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

CRIA A COMISSÃO DE IMPLANTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA PESSOA IDOSA COM A FINALIDADE DE ORGANIZAR O PROCESSO DE CRIAÇÃO E ESCOLHA DOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL QUE INTEGRARÃO O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí,

DECRETA:

Art. 1º. Fica criada a Comissão de Organização do Conselho Municipal de Direitos do Idoso com a finalidade de organizar o processo de implantação do referido conselho municipal e o 1º processo de escolha dos representantes da Sociedade Civil que integrarão o

Conselho Municipal dos Direitos da pessoa Idosa, bem como adotar as providências necessárias à imediata instalação e funcionamento do referido Conselho.

Art. 2º. A Comissão criada por este decreto tem a seguinte composição: (nominar os integrantes)

I – Ana Claudia Soares dos Santos – Secretaria de Promoção Social
II – Debora B. Catarina – Secretaria Municipal de Administração
III – Thayse L. de Souza – Centro de Referência de Assistência Social

IV – Vera Lucia Fraga – Núcleo de Apoio a Saúde da Família

V – Vania de Souza Silveira – Secretaria Municipal da Educação

VI – Nair Policarpo da Silva – Associação Grupo Esperança

Art. 3º. Caberá à Secretaria Municipal de Promoção Social assessorar a Comissão e propiciar-lhe todo o apoio necessário ao cumprimento de suas finalidades, inclusive destinando-lhe servidor para atuar como secretário e providenciando material, meios de transporte, divulgação dos atos e espaços para reuniões e funcionamento.

Art. 4º. A Comissão deverá concluir o processo de composição e instalação do CMDI no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da vigência deste Decreto.

Art. 5º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 22 de dezembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário oficial dos Municípios – DOM.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO FMS Nº 015/2013

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO FMS 015/2013

Contratado: Sandra Rosália da Silva Martinho ME (16.403.643/0001-16)

Objeto: Fica aditivada a cláusula sétima que trata do prazo para o término da obra, no seu item 7.1 que passa para a seguinte redação:

Cláusula Sétima - Do Prazo de Execução

7.1. O prazo para a execução do objeto será até o dia 28/12/2016.

Data da Assinatura: 18/11/2016

Mário José Cardoso

Secretário Municipal de Saúde

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO DO CONTRATO FMS Nº 004/2015

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO DO CONTRATO FMS 004/2015

Contratado: Terra Indústria E Comércio De Artefatos De Cimento LTDA ME (09.615.399/0001-90)

Objeto: Fica aditivada a cláusula quarta que trata do valor do contrato, no seu item 4.1 que passa para a seguinte redação:

Cláusula Quarta - Do Preço e Condições de Pagamento e Garantia
4.1. Fica aditivado o valor de R\$ 5.252,33 (cinco mil duzentos e cinquenta e dois reais e trinta e três centavos). O valor total do contrato passa a ser de R\$ 437.982,39 (quatrocentos e trinta e sete mil novecentos e oitenta e dois reais e trinta e nove centavos).

Data da Assinatura: 27/12/2016

Mário José Cardoso
Secretário Municipal de Saúde

LEI Nº 1.956, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ****LEI Nº 1.956, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.****ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO
MUNICÍPIO DE IMARUÍ, PARA O EXERCÍCIO DE
2017.**

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, **LEI**:

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Imaruí, abrangendo a administração direta, seus fundos, órgãos e autarquias, para o exercício financeiro de 2017, estima a Receita em R\$ 24.964.325,00 (vinte e quatro milhões, novecentos e sessenta e quatro mil, trezentos e vinte e cinco reais) e fixa a Despesa em R\$ 24.964.325,00 (vinte e quatro milhões, novecentos e sessenta e quatro mil e trezentos e vinte e cinco reais).

Art. 2º - O Orçamento da Prefeitura de Imaruí para o exercício de 2017, estima a Receita em R\$ 20.995.900,00 (vinte milhões, novecentos e noventa e cinco mil e novecentos reais) e fixa a Despesa para Prefeitura – Poder Executivo em R\$ 16.805.400,00 (dezesseis milhões, oitocentos e cinco mil e quatrocentos reais) e em R\$ 4.190.500,00 (quatro milhões, cento e noventa mil e quinhentos reais) as Transferências Financeiras Concedidas para o Fundo Municipal de Saúde, para o Fundo Municipal de Assistência Social, para a Fundação Municipal de Meio Ambiente, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto e para a Câmara Municipal de Vereadores.

§ 1º - A receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes no anexo integrante desta Lei, como o seguinte desdobramento:

1 - PREFEITURA DE IMARUI	
RECEITAS	
RECEITAS CORRENTES	19.572.700,00
RECEITA DE CAPITAL	1.423.200,00
TOTAL:	20.995.900,00

§ 2º - As Despesas da Prefeitura de Imaruí serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuída da seguinte maneira:



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

1 - PREFEITURA DE IMARUI	
02.00 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL	177.000,00
03.00 - GABINETE DO VICE-PREFEITO MUNICIPAL	105.000,00
04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	325.000,00
05.00 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO	125.000,00
06.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	3.464.500,00
07.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E JUVENTUDE	9.236.500,00
08.00 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	135.000,00
09.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PECUÁRIO	355.600,00
10.00 - SECRETARIA DE PESCA E AQUICULTURA	150.400,00
11.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS	2.587.200,00
12.00 - SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL	108.200,00
13.00 - FUNDO MUN DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	6.000,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.000,00
SOMA:	16.805.400,00
Transferências Financeiras	
TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA AO FMS	2.336.500,00
TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA AO FMAS	447.000,00
TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA À CÂMARA	1.020.000,00
TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA AO SAMAE	212.000,00
TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA À FUNDEMA	175.000,00
SOMA:	4.190.500,00
TOTAL:	20.995.900,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

1 - PREFEITURA DE IMARUI	
02 – JUDICIÁRIA	240.000,00
04 – ADMINISTRAÇÃO	4.131.700,00
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	140.000,00
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	114.200,00
11 – TRABALHO	150.400,00
12 – EDUCAÇÃO	8.801.500,00
13 – CULTURA	125.000,00
15 - URBANISMO	2.305.800,00
17 - SANEAMENTO	40.400,00
20 - AGRICULTURA	350.400,00
23 - COMERCIO E TURISMO	135.000,00
26 - TRANSPORTE	101.000,00
27 - DESPORTO E LAZER	140.000,00
99 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.000,00
SOMA:	16.805.400,00
Transferências Financeiras	



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA AO FMS	2.336.500,00
TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA AO FMAS	447.000,00
TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA À CÂMARA	1.020.000,00
TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA AO SAMAE	212.000,00
TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA À FUNDEMA	175.000,00
SOMA:	4.190.500,00
TOTAL:	20.995.900,00

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

1 - PREFEITURA DE IMARUI	
0002 – GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	732.000,00
0003 – ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS	3.344.500,00
0004 – INCENTIVO ÀS ATIVIDADES ECONOMICAS	135.000,00
0006 – EDUCAÇÃO PARA TODOS	8.971.500,00
0007 – ATIVIDADES CULTURAIS	125.000,00
0008 – ESPORTE É VIDA	140.000,00
0010 – MENOR ASSISTIDO	108.000,00
0011 – ASSISTÊNCIA SOCIAL	6.200,00
0012 – SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	2.447.200,00
0013 – TRÂNSITO SEGURO	140.000,00
0014 – PEQUENO PRODUTOR ASSISTIDO	355.600,00
0015 – APOIO À PESCA	150.400,00
0016 – FORTALECIMENTO DO MUNICIPALISMO	120.000,00
0019 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.000,00
SOMA:	16.805.400,00
Transferências Financeiras	
TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA AO FMS	2.336.500,00
TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA AO FMAS	447.000,00
TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA À CÂMARA	1.020.000,00
TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA AO SAMAE	212.000,00
TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA À FUNDEMA	175.000,00
SOMA:	4.190.500,00
TOTAL:	20.995.900,00

IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS	
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	13.892.300,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.375.000,00
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	100.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.417.300,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	3.883.100,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	2.383.100,00
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	500.000,00
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.000,00



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

SOMA:	16.805.400,00
Transferências Financeiras	
TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA AO FMS	2.336.500,00
TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA AO FMAS	447.000,00
TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA À CÂMARA	1.020.000,00
TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA AO SAMAE	212.000,00
TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA À FUNDEMA	175.000,00
SOMA	4.190.500,00
TOTAL	20.995.900,00

Art. 3º - O Orçamento do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMARUÍ**, para o exercício de 2017, estima a Receita em R\$ 3.009.300,00 (três milhões, nove mil e trezentos reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 2.336.500,00 (dois milhões, trezentos e trinta e seis mil e quinhentos reais) e fixa a Despesa em R\$ 5.345.800,00 (cinco milhões, trezentos e quarenta e cinco mil e oitocentos reais):

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, da forma de legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, bem como Transferências Financeiras Extra Orçamentária, com os seguintes desdobramentos:

2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
RECEITAS	
RECEITAS CORRENTES	2.598.500,00
RECEITAS DE CAPITAL	410.800,00
TOTAL DAS RECEITAS:	3.009.300,00
TRANSF. FINANC. RECEBIDAS DA P.M.I.	2.336.500,00
TOTAL:	5.345.800,00

§ 2º - As Despesas do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMARUÍ**, serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional – programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
14.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	5.335.800,00
99.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
	TOTAL:	5.345.800,00

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10 - SAÚDE	5.335.800,00
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
TOTAL:	5.345.800,00

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
0009 - SAÚDE PARA TODOS	5.335.800,00
0019 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
TOTAL:	5.345.800,00

IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS	
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	5.166.500,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.499.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.667.500,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	169.300,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	169.300,00
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	10.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	10.000,00
	TOTAL:	5.345.800,00

Art. 4º - O Orçamento do **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMARUI**, para o exercício de 2017, estima a Receita em R\$ 415.525,00 (quatrocentos e quinze mil e quinhentos e vinte e cinco reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 447.000,00 (quatrocentos e quarenta e sete mil reais), e fixa a Despesa em R\$ 862.525,00 (oitocentos e sessenta e dois mil e quinhentos e vinte cinco reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, da forma de legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, bem como Transferências Financeiras Extra Orçamentária, com os seguintes desdobramentos:

3 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
RECEITAS	
RECEITAS CORRENTES	315.525,00
RECEITAS DE CAPITAL	100.000,00
TOTAL DAS RECEITAS:	415.525,00
TRANSF. FINANC. RECEBIDAS DA P.M.I.	447.000,00
TOTAL:	862.525,00



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

§ 2º - As Despesas do **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMARUÍ**, serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional – programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

3 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
15.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	852.525,00
99.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
TOTAL:		862.525,00

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

3 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	852.525,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
TOTAL:		862.525,00

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

3 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
0011	ASSISTÊNCIA SOCIAL	852.525,00
0019	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
TOTAL:		862.525,00

IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
	DESPESAS	
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	787.525,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	218.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	569.525,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	65.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	65.000,00
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	10.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	10.000,00
TOTAL:		862.525,00

Art. 5º - O Orçamento da **FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FUNDEMA**, para o exercício de 2017, estima a Receita em R\$ 41.400,00 (quarenta e um mil e quatrocentos reais) as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 175.000,00



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

(cento e setenta e cinco mil reais), e fixa a Despesa em R\$ 216.400,00 (duzentos e dezesseis mil e quatrocentos reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, da forma de legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, bem como Transferências Financeiras Extra Orçamentária, com os seguintes desdobramentos:

9 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	
RECEITAS	
RECEITAS CORRENTES	41.000,00
RECEITA DE CAPITAL	400,00
TOTAL DAS RECEITAS:	41.400,00
TRANSF. FINANC. RECEBIDAS DA P.M.I.	175.000,00
TOTAL:	216.400,00

§ 2º - As Despesas da **FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FUNDEMA**, serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional – programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

9 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	
17.00	FUNDAÇÃO MEIO AMBIENTE IMARUI
TOTAL:	216.400,00

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

9 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	
18 - GESTÃO AMBIENTAL	216.400,00
TOTAL:	216.400,00

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

9 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	
0018 - PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	216.400,00
TOTAL:	216.400,00

IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

9 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	
	DESPESAS
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL
	185.200,00
	100.000,00
	85.200,00
	31.200,00



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	31.200,00
	TOTAL:	216.400,00

Art. 6º - O Orçamento do **SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE**, para o exercício de 2017, estima a Receita em R\$ 502.200,00 (quinhentos e dois mil e duzentos reais) as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 212.000,00 (duzentos e doze mil reais), e fixa a Despesa em R\$ 714.200,00 (setecentos e catorze mil e duzentos reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, da forma de legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, bem como Transferências Financeiras Extra Orçamentária, com os seguintes desdobramentos:

8 - SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO		
RECEITAS		
RECEITAS CORRENTES		502.000,00
RECEITA DE CAPITAL		200,00
	TOTAL DAS RECEITAS:	502.200,00
TRANSF. FINANC. RECEBIDAS DA P.M.I.		212.000,00
	TOTAL:	714.200,00

§ 2º - As Despesas do **SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE**, serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional – programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

8 - SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO		
16.00	SAMAE	714.200,00
	TOTAL:	714.200,00

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

8 - SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO		
17 - SANEAMENTO		714.200,00
	TOTAL:	714.200,00



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

8 - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
0017 - SANEAMENTO BÁSICO	714.200,00
TOTAL:	714.200,00

IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

8 - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
	DESPESAS
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS
TOTAL:	714.200,00

Art. 7º - O Orçamento da **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**, para o exercício de 2017, estima a Transferência Financeira Recebida da Prefeitura em R\$ 1.020.000,00 (um milhão e vinte mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras Extra Orçamentária, conforme especificações desta Lei, sobretudo conforme disposições contidas no art. 29-A da Constituição da República Federativa do Brasil (1988).

§ 2º - A Despesa do órgão **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional, programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

6 – CÂMARA MUNICIPAL DE IMARUÍ	
01.00	CAMARA DE VEREADORES
TOTAL:	1.020.000,00

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

6 – CÂMARA MUNICIPAL DE IMARUÍ	
01 - LEGISLATIVA	1.020.000,00
TOTAL:	1.020.000,00



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

6 – CÂMARA MUNICIPAL DE IMARUÍ	
0001 - PROCESSO LEGISLATIVO	1.020.000,00
TOTAL:	1.020.000,00

IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

6 – CÂMARA MUNICIPAL DE IMARUÍ		
	DESPESAS	
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	970.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	714.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	256.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	50.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	50.000,00
	TOTAL:	1.020.000,00

Art. 8º – Os Recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo:

§1º - Para efeito desta Lei entende-se por "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§2º A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por Ato Oficial do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificado nesta Lei.

Art. 9º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado por ato próprio, a efetuar transposições de valores de dotações orçamentárias entre elementos de despesas correntes e de capital/modalidades de aplicações, alocados nas mesmas atividades e/ou projetos, até o limite de seu saldo.

Paragrafo único. As Destinações de Recursos, por sua vez, poderão ser alteradas por Ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 10 - O Executivo está autorizado, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, por Ato Oficial, até o limite de 80% (oitenta por cento) da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I – O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

- II – A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;
- III – Superávit financeiro do exercício anterior; e
- IV - O produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-la.

Parágrafo Único. Excetua-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de Leis Municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 11 - As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 12 - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para a abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por Ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 13 - Durante o Exercício de 2017 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei, na forma da legislação vigente.

Art. 14 - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os Governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 15 - Comprovado o interesse público e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 16 - Faz parte integrante desta Lei, os ANEXOS extraídos da Lei Federal nº. 4320/64, bem como os anexos vinculados a Lei Orçamentária Anual e exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 17 - Ficam autorizados os ajustes nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017 e nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2017, que se fizerem necessários em função de transposição de dotações constantes da presente Lei.

Art. 18 – Orçamento Geral do Município de Imaruí para o exercício de 2017, será a nível de modalidade.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ

Art. 19- Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2017.

Imaruí, 22 de dezembro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

LEI Nº. 1.955, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

LEI Nº. 1.955, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DENOMINA LOGRADOURO PÚBLICO DESTA CIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - A Rua que inicia ao lado da casa do Senhor Almeri Espíndola, e finda a 40 (quarenta) metros da casa do Senhor Romário Fabio da Silva, antigamente conhecida como rua da barreira, passa a denominar-se: RUA HEITOR MACHADO CARVALHO.

Art. 2º - O setor competente da Municipalidade encarregar-se-á das providências necessárias ao efetivo cumprimento desta Lei, aceitando por doação a faixa de terra onde será estabelecido o logradouro público, devendo o mesmo ser transferido para o município caso faça parte de alguma matrícula.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei onerarão dotações próprias consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se necessário, nos termos da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Imaruí, SC, em 22 de Dezembro de 2016.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PORTARIA GP Nº 920/2016, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 920/2016, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Revogação de Portaria

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições legais, resolve:

REVOGAR:

A Portaria GP Nº 100/2013, que concede licença sem vencimentos para a funcionária SONIA GABRIELA NUNES GOULART.

Imaruí, 22 de Dezembro de 2016.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 22/12/2016

MORGANA MEDEIROS DA SILVEIRA
Coordenadora de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 921/2016, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 921/2016, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exoneração do cargo de Conselheiro Tutelar

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei

Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve a pedido:

EXONERAR:

VIVIANE DE CARVALHO SELVINO do cargo de Conselheiro Tutelar, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 23 de Dezembro de 2016.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 23/12/2016

MORGANA MEDEIROS DA SILVEIRA
Coordenadora de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 922/2016, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 922/2016, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

Designa Servidor Municipal para exercer a função de responsável pela Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

DESIGNAR:

EMANOEL MATOS com CPF: 075.092.059-99, para exercer a função de responsável pela Secretaria de Planejamento e Gestão com efeitos retroativos a partir do dia 01 de dezembro de 2016, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura.

Imaruí, 23 de Dezembro de 2016.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 23/12/2016

MORGANA MEDEIROS DA SILVEIRA
Coordenadora de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 923/2016, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 923/2016, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

Exoneração do cargo de Coordenador de Agricultura

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

ADEMIR BARBOSA CARDOSO do cargo de Coordenador de Agricultura, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 27 de Dezembro de 2016.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 27/12/2016

EMANOEL MATOS
Responsável pela Secretaria de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 924/2016 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 924/2016 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

Nomeação para o cargo de Assistente Administrativo

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, que lhe confere o art. 61, inciso IX, da Lei Orgânica do Município e, considerando o resultado do Concurso Público Edital nº 001/2016, resolve:

NOMEAR:

MURILO MEDEIROS DA SILVA com CPF 066.045.059-36 para exercer o cargo efetivo de Assistente Administrativo na Secretaria Municipal da Administração e Finanças, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 27 de Dezembro de 2016.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 27/12/2016

EMANOEL MATOS
Responsável pela Secretaria de Planejamento e Gestão

PORTARIA GP Nº 925/2016 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA GP Nº 925/2016 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

Nomeação para o cargo de Assistente Administrativo

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, que lhe confere o art. 61, inciso IX, da Lei Orgânica do Município e, considerando o resultado do Concurso Público Edital nº 001/2016, resolve:

NOMEAR:

KARLA MARQUES DE OLIVEIRA com CPF 086.952.219-11 para exercer o cargo efetivo de Assistente Administrativo na Secretaria Municipal da Administração e Finanças, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 27 de Dezembro de 2016.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 27/12/2016

EMANOEL MATOS
Responsável pela Secretaria de Planejamento e Gestão

Imbituba

PREFEITURA

DECRETO PMI Nº 220, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO PMI Nº 220, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Saúde de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.638, de 26 de novembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para reforço de dotações orçamentárias, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA – FMS		
Manutenção da Atenção Básica		
10.301.0014-2.121		
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0002 (0042)	Aplicações Diretas	20.000,00
Total		20.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial da dotação orçamentária abaixo, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA – FMS		
Manutenção da Atenção Básica		
10.301.0014-2.121		
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002 (0048)	Aplicações Diretas	20.000,00
Total		20.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 27 de dezembro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Enelise Silveira

Chefe de Departamento de Atos Normativos

DECRETO PMI Nº 221, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO PMI Nº 221, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Trânsito de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.638, de 26 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais), para reforço das dotações orçamentárias, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE IMBITUBA		
Manutenção do Fundo de Trânsito		
06.181.0017-2.044		
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 (0005)	Aplicações Diretas	39.000,00
Total		39.000,00

Art. O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação de recursos próprios.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 27 de dezembro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Enelise Silveira

Chefe de Departamento de Atos Normativos

DECRETO PMI Nº 222, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO PMI Nº 222, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei, nº 4.638, de 26 de novembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais), para novos itens orçamentários, como segue:

ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO			
Encargos Especiais - Dívida Interna			
28.843.0000-0 0.001			
4.6.90.00.00.00.00.00.0.3.0172 (0189)		Aplicações Diretas	133.000,00
Encargos Especiais – Outros			
28.846.0000-0 0.002			
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0172 (0190)		Aplicações Diretas	967.000,00
Total			1.100.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do superavit financeiro de recursos próprios apurados em exercícios anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 27 de dezembro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Enelise Silveira

Chefe de Departamento de Atos Normativos

DECRETO PMI Nº 223, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO PMI Nº 223, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei, nº 4.638, de 26 de novembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$51.100,00 (cinquenta e um mil e cem reais), para reforço de dotações orçamentárias, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – SEFAZ			
Manutenção da Secretaria da Fazenda			
04.123.0004-2.004			
4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0172 (0188)		Aplicações Diretas	50.000,00
04.123.0004-2.004			
3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0012)		Aplicações Diretas	1.100,00
Total			51.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial da dotação orçamentária abaixo, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – SEFAZ			
Manutenção da Secretaria da Fazenda			
04.123.0004-2.004			
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0172 (0171)		Aplicações Diretas	50.000,00
04.123.0004-2.004			

3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0011)	Aplicações Diretas	1.100,00
Total		51.100,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 27 de dezembro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Enelise Silveira
Chefe de Departamento de Atos Normativos

DECRETO PMI Nº 224, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO PMI Nº 224, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.638, de 26 de novembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 864.489,60 (oitocentos e sessenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e sessenta centavos), para reforço de dotação orçamentária, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PESCA E INFRAESTRUTURA – SEAPI		
Pavimentação de Vias Públicas		
15.451.0007-1.010		
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0817 (0170)	Aplicações Diretas	864.489,60
Total		864.489,60

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Excesso de Arrecadação conforme Primeiro Termo Aditivo ao Convênio com SCPAR Participações e Parcerias S/A e SCPAR Porto de Imbituba S/A.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 27 de dezembro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Enelise Silveira
Chefe de Departamento de Atos Normativos

DECRETO PMI Nº 225, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO PMI Nº 225, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.638, de 26 de novembro de 2015,

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais), para reforço das dotações orçamentárias, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA		
Manutenção do Fundo de Assistência Social		
08.244.0013-2.078		
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (0017)	Aplicações Diretas	30.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0386 (0019)	Aplicações Diretas	3.000,00
Total		33.000,00

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA			
Manutenção do Fundo de Assistência Social			
08.244.0013-2.078			
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (0032)	Aplicações Diretas		30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0386 (0026)	Aplicações Diretas		3.000,00
Total			33.000,00

Imbituba, 27 de dezembro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Enelise Silveira

Chefe de Departamento de Atos Normativos

DECRETO PMI Nº 227, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO PMI Nº 227, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a fixação de prazo para recolhimento de tributo de competência municipal e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor,

DECRETA:

Art. 1º Fica fixado para o dia 10 de março de 2017, o prazo limite para o recolhimento do Imposto Sobre Serviços Fixo - ISSF - para o exercício de 2017, relativo ao pagamento em Cota Única.

§ 1º. O contribuinte terá direito a um desconto de 10% (dez por cento), se recolher o Imposto em sua totalidade até o dia 10 de março de 2017.

§ 2º. Nos casos de opção pelo pagamento de forma parcelada, ficam fixadas as datas das parcelas conforme segue:

I – Primeira parcela: 10 de março de 2017;

II – Segunda parcela: 10 de abril de 2017;

III – Terceira parcela: 10 de maio de 2017.

Art. 2º O contribuinte deverá retirar a guia de recolhimento municipal nos seguintes locais:

1. Em qualquer lugar acessando o sítio da Prefeitura Municipal: www.imbituba.sc.gov.br no link "Guia de ISS", bastando informar CPF e/ou CNPJ do contribuinte.

2. Diretamente no Setor de Fiscalização Tributária localizado no Paço Municipal Prefeito Nelson Souza, sito à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, no horário de atendimento ao público no horário de atendimento ao público.

3. Ou ainda, poderá requerê-lo em tempo hábil pelo endereço eletrônico fiscalizacao@imbituba.sc.gov.br

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 27 de dezembro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Enelise Silveira

Chefe de Departamento de Atos Normativos

DECRETO PMI Nº 228, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO PMI Nº 228, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a fixação de prazo para recolhimento de tributo de competência municipal e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor,

DECRETA:

Art. 1º Fica fixado para o dia 10 de março de 2017, o prazo limite para o recolhimento da Taxa de Fiscalização para Localização de Estabelecimentos - TFLE para o exercício de 2017, relativo ao pagamento em Cota Única.

§ 1º. O contribuinte terá direito a um desconto de 10% (dez por cento), se recolher o tributo em sua totalidade até o dia 10 de março de 2017.

§ 2º. Nos casos de opção pelo pagamento de forma parcelada, ficam fixadas as datas das parcelas conforme segue:

I – Primeira parcela: 10 de março de 2017;

II – Segunda parcela: 10 de abril de 2017.

Art. 2º O contribuinte deverá retirar a guia de recolhimento municipal nos seguintes locais:

1. Em qualquer lugar acessando o sítio da Prefeitura Municipal: www.imbituba.sc.gov.br no link “Guia de Alvará”, bastando informar CPF e/ou CNPJ do contribuinte.
2. Diretamente no Setor de Fiscalização Tributária localizado no Paço Municipal Prefeito Nelson Souza, sito à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, no horário de atendimento ao público.
3. Ou ainda, poderá requerê-lo em tempo hábil pelo endereço eletrônico fiscalizacao@imbituba.sc.gov.br

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 27 de dezembro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Enelise Silveira

Chefe de Departamento de Atos Normativos

DECRETO PMI Nº 229, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO PMI Nº 229, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a fixação de prazo para recolhimento de tributo de competência municipal e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor,

DECRETA:

Art. 1º Fica fixado para o dia 31 de janeiro de 2017, o prazo para o recolhimento da Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos, para o exercício de 2017, relativo ao pagamento em Cota Única.

Parágrafo único - Para esta opção, o contribuinte deverá retirar a guia de recolhimento municipal nos seguintes locais:

1. Em qualquer lugar, acessando pela rede mundial de computadores - Internet, o sítio da Prefeitura Municipal: www.imbituba.sc.gov.br no link “Guia de IPTU” ou ainda “Guias Diversas”, bastando informar CPF e/ou CNPJ do contribuinte.
2. Nas Superintendências Regionais:
 - 2.1. Norte, localizada na Rua Marginal da BR 101, s/nº - Alto Arroio;
 - 2.2. Oeste, localizada na Rua João Paulo, s/nº - Nova Brasília;
 - 2.3. Sul, localizada na Rua João Leopoldino Souza, s/nº - Roça Grande.
3. Diretamente no Departamento de Tributação da Prefeitura, em qualquer um de seus setores ou unidades, localizados no Paço Municipal Prefeito Nelson Souza, sito à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro;
4. Ou ainda, poderá requerê-lo em tempo hábil pelos endereços eletrônicos cadastro@imbituba.sc.gov.br, fiscalizacao@imbituba.sc.gov.br, itbi@imbituba.sc.gov.br, ou ainda, tributos@imbituba.sc.gov.br.

Art. 2º Nos casos de opção pelo pagamento de forma parcelada, ficam fixadas as datas das parcelas conforme segue:

- I – Primeira parcela: 10 de abril de 2017;
- II – Segunda parcela: 10 de maio de 2017;
- III – Terceira parcela: 12 de junho de 2017;
- IV – Quarta parcela: 10 de julho de 2017;
- V – Quinta e última parcela: 10 de agosto de 2017.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 27 de dezembro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Enelise Silveira

Chefe de Departamento de Atos Normativos

DECRETO PMI Nº226, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO PMI Nº226, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a fixação de prazo para recolhimento de tributo de competência municipal e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor,

DECRETA:

Art. 1º Fica fixado para o dia 31 de janeiro de 2017, o prazo limite para o recolhimento do Imposto Predial e Territorial Urbano para o exercício de 2017, relativo ao pagamento em Cota Única com desconto de 20% (vinte por cento).

Parágrafo único - Para obter o desconto nesta opção, o contribuinte deverá retirar a guia de recolhimento municipal nos seguintes locais:

1. Em qualquer lugar, acessando pela rede mundial de computadores - Internet, o sítio da Prefeitura Municipal: www.imbituba.sc.gov.br no link "Guia de IPTU" ou ainda "Guias Diversas", bastando informar CPF e/ou CNPJ do contribuinte.

2. Nas Superintendências Regionais:

2.1. Norte, localizada na Rua Marginal da BR 101, s/nº - Alto Arroio;

2.2. Oeste, localizada na Rua João Paulo, s/nº - Nova Brasília;

2.3. Sul, localizada na Rua João Leopoldino Souza, s/nº - Roça Grande.

3. Diretamente no Departamento de Tributação da Prefeitura, em qualquer um de seus setores ou unidades, localizados no Paço Municipal Prefeito Nelson Souza, sito à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro;

4. Ou ainda, poderá requerê-lo em tempo hábil pelos endereços eletrônicos cadastro@imbituba.sc.gov.br, fiscalizacao@imbituba.sc.gov.br, itbi@imbituba.sc.gov.br, ou ainda, tributos@imbituba.sc.gov.br.

Art. 2º Ao contribuinte que não efetuou o pagamento nos termos do artigo 1º deste Decreto, fica fixado para o dia 10 de abril de 2017, o prazo limite para o recolhimento do Imposto Predial e Territorial Urbano para o exercício de 2017, relativo ao pagamento em Cota Única com desconto de 10% (dez por cento).

Parágrafo único - Para esta opção, caso não receba o carnê físico que será encaminhado ao respectivo endereço de correspondência constante no banco de dados do Sistema Tributário do Município, o contribuinte poderá retirar a guia de recolhimento municipal pelos canais mencionados no art. 1º desde Decreto.

Art. 3º Nos casos de opção pelo pagamento de forma parcelada, ficam fixadas as datas das parcelas conforme segue:

I – Primeira parcela: 10 de abril de 2017;

II – Segunda parcela: 10 de maio de 2017;

III – Terceira parcela: 12 de junho de 2017;

IV – Quarta parcela: 10 de julho de 2017;

V – Quinta e última parcela: 10 de agosto de 2017.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 27 de dezembro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Enelise Silveira

Chefe de Departamento de Atos Normativos

EDITAL Nº 001/2016 - LANÇAMENTO IPTU 2017

EDITAL Nº 001/2016

EDITAL DE LANÇAMENTO**IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO – IPTU****RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2017**

O Prefeito Municipal de Imbituba, no uso das atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 3.019 de 28 de dezembro de 2006, art. 262, § 6º, torna público o lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU do exercício de 2017, incidente sobre a propriedade predial e territorial urbana que tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município, segundo as disposições seguintes:

I – Data do lançamento

O lançamento do IPTU do exercício de 2017 considera-se ocorrido no dia 01 de janeiro de 2017 (§ 3º do art. 246 da LC 3.019 de 28 de Dezembro de 2006).

II – Notificação de Lançamento

Conforme disposto no art. 262 da Lei Complementar nº 3.019/2006 de 28 de dezembro de 2006, a Notificação de Lançamento será entregue juntamente com o documento físico de arrecadação do imposto e conterá todos os elementos necessários à identificação do imóvel, do sujeito passivo e dos critérios utilizados para a determinação da base de cálculo e das alíquotas aplicáveis.

O mesmo documento poderá ser requerido a qualquer tempo em formato diferenciado denominado como "Características do Imóvel – BCI" através dos endereços eletrônicos: cadastro@imbituba.sc.gov.br, fiscalizacao@imbituba.sc.gov.br, itbi@imbituba.sc.gov.br, ou ainda, tributos@imbituba.sc.gov.br desde que contenha a informação da inscrição imobiliária ou do número do cadastro do imóvel junto ao Setor de Cadastro Fiscal e CPF ou CNPJ do requerente e possuidor ou proprietário do imóvel.

III – Prazo; distribuição dos documentos de arrecadação; condições de pagamento.

Fica estipulado em duas fases:

1. Primeira Fase:

Os documentos de arrecadação municipal – Carnês de IPTU – relativos ao exercício de 2017, estarão disponíveis a partir do dia 01 de janeiro de 2017 ou da data da publicação deste Edital nos seguintes locais:

1. Em qualquer lugar, acessando pela rede mundial de computadores - Internet, o sítio da Prefeitura Municipal: www.imbituba.sc.gov.br no link "Guia de IPTU" ou ainda "Guias Diversas", bastando informar CPF e/ou CNPJ do contribuinte.

2. Nas superintendências regionais:

2.1. Norte, localizada na Marginal da BR 101, s/nº - Alto Arroio;

2.2. Oeste, localizada na Rua João Paulo, s/nº - Nova Brasília;

2.3. Sul, localizada na Rua João Leopoldino Souza, s/nº - Roça Grande.

2.4. Diretamente no Departamento de Tributação da Prefeitura, em qualquer um de seus setores ou unidades, localizados no Paço Municipal Prefeito Nelson Souza, sito à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro;

2.5. Ou ainda, poderá requerê-lo em tempo hábil pelos endereços eletrônicos citados acima no item II (Notificação de Lançamento).

Pagamento:

a) À princípio, em se mantendo a modalidade de cobrança nos moldes até então utilizados, o pagamento do imposto poderá ser efetuado em qualquer agência da rede bancária, internet banking (para aqueles que possuem acesso através de suas respectivas contas), casas lotéricas ou postos conveniados.

b) Nesta fase, o Imposto Predial e Territorial Urbano de 2017, por opção do contribuinte, poderá ser pago integralmente até o dia 31/01/2017, com desconto de 20% (vinte por cento) sobre o total

do lançamento do imposto. Esta opção restringe-se as guias que forem retiradas pela Internet ou nos locais citados anteriormente constantes no item 2.

c) Nesta fase, o agente arrecadador não está autorizado a receber a guia de recolhimento do imposto após o vencimento nele especificado. Na inobservância deste item, a diferença apurada será cobrada posteriormente devidamente atualizada monetariamente.

2. Segunda Fase:

Os contribuintes que não efetuaram o pagamento do imposto nas condições estabelecidas na Primeira Fase, terão seus carnês impressos entregues no domicílio tributário ou no endereço de correspondência constante no banco de dados do sistema tributário da prefeitura, sendo que, nesta fase, o desconto previsto para pagamento em cota única é de 10% de desconto sobre o total do lançamento do imposto.

Nos locais que não são atendidos por qualquer serviço de entrega, os objetos ficarão disponíveis nas Agências Comunitárias dos Correios, Sede das Superintendências, ou ainda qualquer outro local que venha a ser definido pelo Governo Municipal que será divulgado na mídia local: internet, jornais e rádios.

Os carnês que, por qualquer razão, não forem entregues no domicílio tributário ou de correspondência do contribuinte até a data especificada, ficarão disponíveis ao contribuinte na Agência Central dos Correios e posteriormente no Paço Municipal Prefeito Nelson Souza, sito à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, no horário de atendimento ao público.

Em caso de não os encontrar, o contribuinte poderá requerer a 2ª via do documento de arrecadação, no mesmo endereço mencionado, junto ao Departamento de Tributação ou obtê-lo diretamente através do sítio da Prefeitura Municipal no seguinte endereço: www.imbituba.sc.gov.br no link "Guia de IPTU" ou "Guias Diversas".

Restando inexitosa quaisquer uma das fases que visam a tentativa de entregar o documento de arrecadação, o contribuinte pode resguardar seu direito, solicitando em tempo hábil, o documento correspondente pelos endereços eletrônicos já citados anteriormente.

Pagamento

a) o pagamento do imposto será efetuado em qualquer agência da rede bancária, internet banking (para aqueles que possuem acesso através de suas respectivas contas), casas lotéricas ou postos conveniados.

b) o Imposto Predial e Territorial Urbano de 2017, poderá ser pago: 1 – Integralmente até o dia 10/04/2017, com desconto de 10% (dez por cento) sobre o total do lançamento do imposto; nesta condição, o agente arrecadador não está autorizado a receber a guia de recolhimento do imposto após a data nele especificado. Na inobservância deste item, a diferença apurada será cobrada posteriormente devidamente atualizada monetariamente.

2 – ou em até 05 (cinco) parcelas mensais e sucessivas, sendo:

- a primeira parcela com vencimento para o dia 10/04/2017;
- a segunda parcela com vencimento para o dia 10/05/2017;
- a terceira parcela com vencimento para o dia 12/06/2017;
- a quarta parcela com vencimento para o dia 10/07/2017; e
- a quinta e última parcela com vencimento para o dia 10/08/2017.

IV – Atraso de pagamento

O não pagamento do imposto até a data fixada neste Edital, na condição parcelada, sujeita o contribuinte aos seguintes acréscimos sobre o valor do tributo atualizado:

a) Multa:

1) nos primeiros sessenta dias de atraso: o percentual cumulativo de 0,33 % (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia, até o limite de 20 % (vinte por cento);

2) após sessenta dias de atraso: o percentual fixo de 20 % (vinte por cento).

(Artigo 405 – Lei Complementar nº 3.019 de 28 de dezembro de 2006)

b) Juros de mora 1 % ao mês.

(Artigo 410 – Lei Complementar nº 3.019 de 28 de dezembro de 2006)

V – Prazo para interposição de reclamação:

a) O contribuinte tem o direito de reclamar do lançamento do imposto conforme disposto nos artigos 158 e 159 da Lei Complementar nº 3.019 de 28/12/2006 e deverá ser dirigida ao Secretário Municipal da Fazenda, em processo regular devidamente protocolizado no Departamento de Protocolo da prefeitura localizado no Paço Municipal Prefeito Nelson Souza, sito à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro. O prazo para reclamação expirará em 10 de maio de 2017.

VI – Situações Adversas ou Eventuais:

a) Nos casos de revisão no lançamento do imposto formalizado através de processo administrativo devidamente deferido, recadastramento e/ou cadastramento de imóveis, será procedido o cálculo do imposto relativo ao ano fiscal e seu vencimento será previsto para trinta dias contados da data da manutenção do cadastro após a finalização do processo que será realizado pelo Setor de Cadastro Fiscal.

b) A manutenção cadastral em locais já tributados em área maior, ressalvados os casos objetos de demandas judiciais, só poderá ser realizada mediante situação fiscal da área maior totalmente desembaraçada e livre de obrigações tributárias.

Imbituba, 27 de dezembro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Ivam Vitório

Secretário Municipal da Fazenda

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO 113/2016 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PMI

PROCESSO Nº 113/2016

DISPENSA Nº 13/2016

Objeto: contratação de empresa especializada em manutenção e fornecimento de vidros e esquadrias para manutenção e fornecimento de peças para as esquadrias do edifício sede da prefeitura municipal de Imbituba/SC em observância ao decreto PMI nº 162, de 17 de outubro de 2016.

Contratada: Esquadritemper Industria e Comercio de Esquadrias LTDA – ME.

Valor Total: R\$ 23.127,02 (Vinte e três mil cento e vinte e sete reais com dois centavos).

Fundamentação Legal: Artigo 24, IV da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 28 de Dezembro de 2016.

Gladis Farias Cândido

Secretária Interina Municipal de Administração

EXTRATO DE REVOGAÇÃO PROCESSO 02/2016 (PGM)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - PGM
REVOGAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que fica revogado o Processo Licitatório nº 02/2016, na modalidade de Pregão Presencial, de nº 02/2016, pois o processo foi caracterizado como deserto.

Imbituba, 28 de dezembro de 2016.

Dilson Petrassem Junior

Pregoeiro Oficial

EXTRATO DE REVOGAÇÃO PROCESSO 109/2016 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
REVOGAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que fica revogado o Processo Licitatório nº 109/2016, na modalidade de Pregão Presencial, de nº 72/2016, pois o processo foi caracterizado como deserto.

Imbituba, 28 de dezembro de 2016.

Dilson Petrassem Junior

Pregoeiro Oficial

EXTRATO: PMI SEFAZ 2013/109 A07

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEFAZ 2013/109 A07

Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA

CNPJ:00.456.865/0001-67

Objeto: Prorrogação do prazo do contrato para até 31 de dezembro de 2017

Valor R\$ 579.194,10 Prazo: 31/12/2017

Fundamento: Processo nº 81/2013 Pregão Presencial 56/2013

Imbituba, 15 de dezembro de 2016.

Ivan Vitória

Secretário Municipal da Fazenda

Contratante

Betha Sistemas Ltda

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: SEMUSA 2014/37 A/02

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEMUSA 2014/37 A/02

Contratada FISIOLIFE CENTRO DE REABILITAÇÃO LTDA

CNPJ 05.745.766/0001-19

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Prazo 31/12/2017.

Fundamento: Processo nº. 48/2014 Inexibibilidade 08/2014

Imbituba, 02 de Dezembro de 2016.

Maria Martins dos Passos Souza

Secretária Municipal de saúde

Credenciante

Centro de Fisioterapia Saude e Beleza Ltda

Representante legal

Credenciada

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03/2016

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável – SEDES, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 9º, XIV, da Lei Complementar nº 140/2011, o Art. 3º, V da Lei Municipal nº 4.215/2013 e a Resolução CONSEMA nº 21 de 14 de maio de 2013, estabelece a documentação necessária para atividade de transplante da espécie *Butia catarinenses*, limitado a Lotes de até 500m² não contíguos. Áreas superiores dependerão de aprovação do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA; Considerando a definição legal de espécie ameaçada de extinção da Medida Provisória nº 2.186/16 de 23 de agosto de 2001 que regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição, os arts. 1º, 8º, alíneas “j”, 10, alínea “c”, 15 e 16, alíneas 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica.

Considerando o disposto na Lei Federal nº 12.651, de 2012, no tocante às restrições de supressão da flora ameaçada de extinção, na forma do seu art. 27.

Considerando o disposto na Lei Federal nº 11.428, de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.

Considerando a Resolução CONSEMA nº 51 de 05 de dezembro de 2014 que reconhece a Lista Oficial das Espécies da Flora Ameaçada de Extinção no Estado de Santa Catarina, em especial o Art. 6º “Nas áreas passíveis de licenciamento, de uso alternativo do solo, a supressão de vegetação que abrigue espécie da flora ameaçada, segundo esta Resolução, dependerá da adoção de medidas compensatórias e mitigadoras que assegurem a conservação da espécie localmente, na Região Hidrográfica, assim definidas pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos ou em Unidade de Conservação do mesmo Bioma”.

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA O TRANSPLANTE:

1. Requerimento do empreendedor, com endereço completo para correspondência e justificativa do pedido.
2. Cópia do título de propriedade do imóvel (escritura, recibo de compra e venda ou inscrição de ocupação do Patrimônio da União, quando a gleba estiver localizada em área de marinha), dos envolvidos na solicitação;
3. Fotocópia da Carteira de Identidade e do CPF, para pessoa física e do Contrato Social, se pessoa jurídica.
4. Procuração para representação do interessado, com firma reconhecida;
5. Certidão de Zoneamento do Uso do Solo, considerando a Lei Orgânica e a Lei de Zoneamento e Uso do Solo (Certidão atualizada, máximo 90 dias, expedida pela Prefeitura Municipal de Imbituba);
6. Recolhimento dos valores de análise, conforme Tabela da SEDES;
7. Declaração de responsabilidade para que o transplante seja realizado preferencialmente no próprio terreno. Em caso de transplante em outra propriedade dependerá de análise dessa Secretaria.

INSTRUÇÕES GERAIS:

8. Transplantes realizados em terrenos distintos, destacamos que as condições edáficas deverão ser as mesmas, além da concordância e responsabilidades do proprietário onde será efetuado o replantio.
9. Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do responsável técnico pelo projeto, elaboração e execução;
10. Levantamento fotográfico dos butiazeiros, número de indivíduos e localização com coordenadas geográficas em escala adequada, dos butiazeiros a serem transplantados e do local a ser realizado o replantio das espécies;
11. Indicação detalhada da técnica de manejo a ser utilizada e as condições edáficas dos locais de origem e replantio.
12. Comprovante de doação para o Município ou termo de responsabilidade do plantio de mudas da mesma espécie (*Butia catarinensis*), na proporção de 10 mudas por indivíduo transplantado.
13. Sempre que julgar necessário a SEDES solicitará estudos, documentos ou informações complementares.

APÓS A REALIZAÇÃO DO TRANSPLANTE O REQUERENTE DEVERÁ:

1. Realizar monitoramento das taxas de sobrevivência em intervalos de 30 (trinta) dias.
2. Apresentar relatório semestral de monitoramento com levantamento fotográfico da situação do replantio até dois anos após o transplante.
3. Realizar replantio de indivíduos que não sobreviveram.
4. Apresentar comprovante de doação para o Município ou termo de responsabilidade do plantio de mudas da mesma espécie (*Butia catarinensis*), na proporção de 10 mudas por indivíduo transplantado que não desenvolver.

PORTARIA PMI/GGP Nº 703/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 703, de 26 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre a destituição de servidora de carreira, do cargo de Auditora Técnica junto a Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei Complementar nº 3.699, de 01 de junho de 2010, Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Destituir, a servidora de carreira abaixo descrita, ocupante de função gratificada, junto a Secretaria Municipal de Saúde.

FG (Lei Complementar nº 3.699, de 01 de junho de 2010) – Auditora Técnica			
Nome	Órgão Superior	CPF	Destituição
Janne Ramos de Souza	SEMUSA	784.792.079-49	29/12/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 26 de dezembro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Gladis Farias Cândido

Secretária Municipal de Administração e Gestão Pública (Interina)

PORTARIA PMI/GGP Nº 704/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 704, de 26 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre a Demissão de Médico Autorizador, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA INTERINA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir por término de contrato, o abaixo relacionado, admitido em 12 de janeiro de 2016, através da PORTARIA PMI/GGP Nº 09, de 12 de janeiro de 2016, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada

na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Guilherme Zimmermann Kummer	Médico Autorizador – 20h	042.694.959-52	02/01/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 26 de dezembro de 2016.

Gladis Farias Cândido

Secretária Municipal de Administração e Gestão Pública (Interina)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Layra Fernandes

Superintendente de Gestão de Pessoal e Inovação

PORTARIA PMI/GGP Nº 705/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 705, de 27 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre a alteração da data de exoneração de Assessor I, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a data de exoneração, para 31 de dezembro de 2016, do Sr. THIAGO AGOSTINHO MARTINS, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 057.851.919-46, do cargo/função de Assessor I, junto a Secretaria Municipal de Saúde, nomeado através da PORTARIA PMI/GGP Nº 115, de 23 de fevereiro de 2015, para exercer o respectivo cargo/função, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 27 de dezembro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Gladis Farias Cândido

Secretária Municipal de Administração e Gestão Pública (Interina)

PORTARIA PMI/GGP Nº 706/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 706, de 27 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora, Sra. ALINE LUDMILA LAUREANO, Fisioterapeuta, inscrita no CPF sob o n.º 054.522.709-73, admitida em 02 de maio de 2011, matrícula nº 5832, referente ao quinquênio devido e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2011 a 2016	04.01.2017 a 04.03.2017
	04.04.2017 a 03.05.2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 27 de dezembro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Gladis Farias Cândido
Secretária Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interina)

PORTARIA PMI/GGP Nº 707/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 707, de 27 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, ao servidor, Sr. CLEBER DE MELO, Técnico em Agrimensura, inscrito no CPF sob o n.º 032.928.989-60, admitido em 15 de maio de 2009, matrícula nº 4982, referente ao quinquênio devido e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2009 a 2014	03.04.2017 a 02.07.2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 27 de dezembro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Gladis Farias Cândido
Secretária Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interina)

PORTARIA PMI/GGP Nº 708/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 708, de 27 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, ao servidor, Sr. LUIZ CARLOS DE SOUZA, Auxiliar de Serviços, inscrito no CPF sob o n.º 507.296.679-87, admitido em 16 de julho de 2002, matrícula nº 1700, referente ao quinquênio devido e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2007 a 2012	02.02.2017 a 01.05.2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 27 de dezembro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Gladis Farias Cândido
Secretária Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interina)

Indaial

PREFEITURA

DECRETO Nº 2338/16

. DECRETO Nº 2338/16

. De 27 de dezembro de 2016

EXONERA DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES / ADEMIR PACKER

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 106/2010 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerado, a partir de 31 de dezembro de 2016, do Cargo em Comissão de Diretor Executivo da Fundação Municipal de Esportes (DEX), nomeado nos termos do Decreto nº 12/09, ADEMIR PACKER.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Município de Indaial, em 27 de dezembro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 2339/16

. DECRETO Nº 2339/16

. De 27 de dezembro de 2016

EXONERA DIRETOR DE ASSISTÊNCIA SOCIAL / SEBASTIÃO CARLOS PEREIRA DA CRUZ

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 83/2008 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerado, a partir de 31 de dezembro de 2016, do Cargo em Comissão de Diretor de Assistência Social (CC-2), nomeado nos termos do Decreto nº 2820/12, SEBASTIÃO CARLOS PEREIRA DA CRUZ.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Município de Indaial, em 27 de dezembro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 2340/16

. DECRETO Nº 2340/16

. De 27 de dezembro de 2016

EXONERA ASSESSOR TÉCNICO / HAROLD VOIGT

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 83/2008 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerado, a partir de 31 de dezembro de 2016, do Cargo em Comissão de Assessor Técnico (CC-6), nomeado nos termos do Decreto nº 98/13, HAROLD VOIGT.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Município de Indaial, em 27 de dezembro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 2341/16

. DECRETO Nº 2341/16

. De 27 de dezembro de 2016

EXONERA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE / ADRIANE MACHADO FERRARI

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 83/2008 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerada, a partir de 31 de dezembro de 2016, do Cargo em Comissão de Secretária Municipal de Saúde (CC-1), nomeada nos termos do Decreto nº 1455/15, ADRIANE MACHADO FERRARI.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Município de Indaial, em 27 de dezembro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 2342/16

. DECRETO Nº 2342/16

. De 27 de dezembro de 2016

EXONERA SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS / CARLOS HENRIQUE NAGEL

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 83/2008 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerado, a partir de 31 de dezembro de 2016, do Cargo em Comissão de Secretário Municipal de Obras (CC-1), nomeado nos termos do Decreto nº 1995/11, CARLOS HENRIQUE NAGEL.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Município de Indaial, em 27 de dezembro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 2343/16

. DECRETO Nº 2343/16

. De 27 de dezembro de 2016

EXONERA DIRETOR DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA / CARLOS JOSÉ KOEHLER

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 83/2008 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerado, a partir de 31 de dezembro de 2016, do Cargo em Comissão de Diretor de Sinalização Viária (CC-2),

nomeado nos termos do Decreto nº 1812/16, CARLOS JOSÉ KOEHLER, retornando o mesmo ao cargo efetivo.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Município de Indaial, em 27 de dezembro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 2344/16

. DECRETO Nº 2344/16

. De 27 de dezembro de 2016

EXONERA ASSISTENTE TÉCNICO / CARMELITA IRIS VICENZI

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 83/2008 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerada, a partir de 31 de dezembro de 2016, do Cargo em Comissão de Assistente Técnico (CC-5), nomeada nos termos do Decreto nº 1849/16, CARMELITA IRIS VICENZI.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Município de Indaial, em 27 de dezembro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 2345/16

. DECRETO Nº 2345/16

. De 27 de dezembro de 2016

EXONERA CHEFE DE DIVISÃO DE CONCILIAÇÃO / DEAN CARLOS KURTZ GRETHER

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 83/2008 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerado, a partir de 31 de dezembro de 2016, do Cargo em Comissão de Chefe de Divisão de Conciliação (CC-3),

nomeado nos termos do Decreto nº 615/13, DEAN CARLO KURTZ GREYER, retornando o mesmo ao cargo efetivo.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Município de Indaial, em 27 de dezembro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 2346/16

. DECRETO Nº 2346/16

. De 27 de dezembro de 2016

EXONERA ASSISTENTE TÉCNICA / ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSI

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 83/2008 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerada, a partir de 31 de dezembro de 2016, do Cargo em Comissão de Assistente Técnica (CC-5), nomeada nos termos do Decreto nº 2102/16, ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSI, retornando a mesma ao cargo efetivo.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Município de Indaial, em 27 de dezembro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 2347/16

. DECRETO Nº 2347/16

. De 27 de dezembro de 2016

EXONERA DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO / DENISE ALVES

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 83/2008 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerada, a partir de 31 de dezembro de 2016, do

Cargo em Comissão de Diretora de Administração da Secretaria de Educação (CC-2), nomeada nos termos do Decreto nº 1634/15, DENISE ALVES, retornando a mesma ao cargo efetivo.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Município de Indaial, em 27 de dezembro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 2348/16

. DECRETO Nº 2348/16

. De 27 de dezembro de 2016

EXONERA ASSISTENTE TÉCNICO / EDENILSON TRAPASOLLI

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 83/2008 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerado, a partir de 31 de dezembro de 2016, do Cargo em Comissão de Assistente Técnico (CC-5), nomeado nos termos do Decreto nº 1845/16, EDENILSON TRAPASOLLI, retornando o mesmo ao cargo efetivo.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Município de Indaial, em 27 de dezembro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 2349/16

. DECRETO Nº 2349/16

. De 27 de dezembro de 2016

EXONERA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO / GIOVANNE HUEBES NICOLLETTI

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 83/2008 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerada, a partir de 31 de dezembro de 2016, do Cargo em Comissão de Secretária Municipal de Educação (CC-1), nomeada nos termos do Decreto nº 1383/10, GIOVANNE HUEBES NICOLLETTI, retornando a mesma ao cargo efetivo.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Município de Indaial, em 27 de dezembro de 2016.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 2350/16

. DECRETO Nº 2350/16

. De 27 de dezembro de 2016

EXONERA DIRETOR DE TRÂNSITO E TRANSPORTE / JAISON CARDOSO DE AGUIAR

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 83/2008 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerado, a partir de 31 de dezembro de 2016, do Cargo em Comissão de Diretor de Trânsito e Transporte (CC-2), nomeado nos termos do Decreto nº 1811/16, JAISON CARDOSO DE AGUIAR, retornando o mesmo ao cargo efetivo.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Município de Indaial, em 27 de dezembro de 2016.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 2351/16

. DECRETO Nº 2351/16

. De 27 de dezembro de 2016

EXONERA ASSISTENTE TÉCNICO / JOSÉ LUIZ OLIVEIRA

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 83/2008 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerado, a partir de 31 de dezembro de 2016, do Cargo em Comissão de Assistente Técnico (CC-5), nomeado nos termos do Decreto nº 1323/15, JOSÉ LUIZ OLIVEIRA.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Município de Indaial, em 27 de dezembro de 2016.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 2352/16

. DECRETO Nº 2352/16

. De 27 de dezembro de 2016

EXONERA ASSISTENTE TÉCNICO / JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 83/2008 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerado, a partir de 31 de dezembro de 2016, do Cargo em Comissão de Assistente Técnico (CC-5), nomeado nos termos do Decreto nº 84/13, JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Município de Indaial, em 27 de dezembro de 2016.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 2353/16

. DECRETO Nº 2353/16

. De 27 de dezembro de 2016

EXONERA CHEFE DE DIVISÃO DO CEPESBI / JULIO CESAR DE SOUZA JR.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 83/2008 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerado, a partir de 31 de dezembro de 2016, do Cargo em Comissão de Chefe de Divisão do CEPESBI (CC-3),

nomeado nos termos do Decreto nº 2237/11, JULIO CESAR DE SOUZA JR..

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Município de Indaial, em 27 de dezembro de 2016.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 2354/16

. DECRETO Nº 2354/16
. De 27 de dezembro de 2016
EXONERA ASSISTENTE TÉCNICO / KARINE KRUEGER

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 83/2008 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerada, a partir de 31 de dezembro de 2016, do Cargo em Comissão de Assistente Técnico (CC-5), nomeada nos termos do Decreto nº 1850/16, KARINE KRUEGER, retornando a mesma ao cargo efetivo.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Município de Indaial, em 27 de dezembro de 2016.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 2355/16

. DECRETO Nº 2355/16
. De 27 de dezembro de 2016
EXONERA SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS / MARCIO ANTONIO FERRARI

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 83/2008 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerado, a partir de 31 de dezembro de 2016, do Cargo em Comissão de Secretário Municipal de Administração e

Finanças (CC-1), nomeado nos termos do Decreto nº 3/09, alterado pelo Decreto nº 3012/12, MARCIO ANTONIO FERRARI.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Município de Indaial, em 27 de dezembro de 2016.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 2356/16

. DECRETO Nº 2356/16
. De 27 de dezembro de 2016
EXONERA DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA SAÚDE / MARIA DE FATIMA MARQUES

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 83/2008 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerada, a partir de 31 de dezembro de 2016, do Cargo em Comissão de Diretora de Administração e Finanças da Saúde (CC-2), nomeada nos termos do Decreto nº 870/14, MARIA DE FATIMA MARQUES, retornando a mesma ao cargo efetivo.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Município de Indaial, em 27 de dezembro de 2016.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 2357/16

. DECRETO Nº 2357/16
. De 27 de dezembro de 2016
EXONERA DIRETORA DE COMPRAS / MARILENI ELISABETH THEINDL

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 83/2008 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerada, a partir de 31 de dezembro de 2016, do

Cargo em Comissão de Diretora de Compras (CC-2), nomeada nos termos do Decreto nº 35/09, MARILENI ELISABETH THEINDL, retornando a mesma ao cargo efetivo.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Município de Indaial, em 27 de dezembro de 2016.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 2358/16

. DECRETO Nº 2358/16

. De 27 de dezembro de 2016

EXONERA DIRETOR DE COLETA, TRATAMENTO E RECICLAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS / MARIO LUIZ PACKER

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 83/2008 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerado, a partir de 31 de dezembro de 2016, do Cargo em Comissão de Diretor de Coleta, Tratamento e Reciclagem de Resíduos Sólidos (CC-2), nomeado nos termos do Decreto nº 18/13, MARIO LUIZ PACKER.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Município de Indaial, em 27 de dezembro de 2016.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 2359/16

. DECRETO Nº 2359/16

. De 27 de dezembro de 2016

EXONERA ASSISTENTE TÉCNICO / MARLENE OLIVER

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 83/2008 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerada, a partir de 31 de dezembro de 2016, do Cargo em Comissão de Assistente Técnico (CC-5), nomeada nos termos do Decreto nº 20/09, MARLENE OLIVER.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Município de Indaial, em 27 de dezembro de 2016.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 2360/16

. DECRETO Nº 2360/16

. De 27 de dezembro de 2016

EXONERA PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO / MIGUEL ANGELO SOAR

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 83/2008 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerado, a partir de 31 de dezembro de 2016, do Cargo em Comissão de Procurador Geral do Município (CC-1), nomeado nos termos do Decreto nº 2137/16, MIGUEL ANGELO SOAR.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Município de Indaial, em 27 de dezembro de 2016.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 2361/16

. DECRETO Nº 2361/16

. De 27 de dezembro de 2016

EXONERA ASSESSOR TÉCNICO / OLACIR JOSÉ NUNES

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 83/2008 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerado, a partir de 31 de dezembro de 2016,

do Cargo em Comissão de Assessor Técnico (CC-6), nomeado nos termos do Decreto nº 99/13, OLACIR JOSÉ NUNES, retornando o mesmo ao cargo efetivo.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Município de Indaial, em 27 de dezembro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 2362/16

. DECRETO Nº 2362/16

. De 27 de dezembro de 2016

EXONERA COORDENADOR DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL E DO ABRIGO INSTITUCIONAL / OSAIR REGINALDO ANACLETO

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 83/2008 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerado, a partir de 31 de dezembro de 2016, do Cargo em Comissão de Coordenador da Proteção Social Especial e Abrigo Institucional (CC-8), nomeado nos termos do Decreto nº 1040/14, OSAIR REGINALDO ANACLETO, retornando o mesmo ao cargo efetivo.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Município de Indaial, em 27 de dezembro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 2363/16

. DECRETO Nº 2363/16

. De 27 de dezembro de 2016

EXONERA COORDENADOR EXECUTIVO DO PROCON / ROBERTO MATHIUSI

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 83/2008 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerado, a partir de 31 de dezembro de 2016, do Cargo em Comissão de Coordenador Executivo do PROCON (CC-2), nomeado nos termos do Decreto nº 2100/16, ROBERTO MATHIUSI, retornando o mesmo ao cargo efetivo.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Município de Indaial, em 27 de dezembro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 2364/16

. DECRETO Nº 2364/16

. De 27 de dezembro de 2016

EXONERA DIRETOR DE INFORMÁTICA E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA / RODRIGO GONZAGA

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 83/2008 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerado, a partir de 31 de dezembro de 2016, do Cargo em Comissão de Diretor de Informática e Modernização Administrativa (CC-2), nomeado nos termos do Decreto nº 2035/16, RODRIGO GONZAGA, retornando o mesmo ao cargo efetivo.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Município de Indaial, em 27 de dezembro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 2365/16

. DECRETO Nº 2365/16

. De 27 de dezembro de 2016

EXONERA DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO / ROGER MICHEL KNIPERS

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 83/2008 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerado, a partir de 31 de dezembro de 2016, do Cargo em Comissão de Diretor de Administração (CC-2), nomeado nos termos do Decreto nº 248/13, ROGER MICHEL KNIPERS.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Município de Indaial, em 27 de dezembro de 2016.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 2366/16

. DECRETO Nº 2366/16
. De 27 de dezembro de 2016
EXONERA CONTROLADOR INTERNO / VLADIMIR STEIMER

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 83/2008 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerado, a partir de 31 de dezembro de 2016, do Cargo em Comissão de Controlador Interno (CC-1), nomeado nos termos do Decreto nº 2177/11, VLADIMIR STEIMER, retornando o mesmo ao cargo efetivo.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Município de Indaial, em 27 de dezembro de 2016.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 2367/16

. DECRETO Nº 2367/16
. De 27 de dezembro de 2016
EXONERA CHEFE DE GABINETE / JOÃO VICENTE SCHROEDER

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 83/2008 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerado, a partir de 31 de dezembro de 2016, do Cargo em Comissão de Chefe de Gabinete (CC-1), nomeado nos termos do Decreto nº 1788/11, JOÃO VICENTE SCHROEDER.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Município de Indaial, em 27 de dezembro de 2016.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 165-2016 ERRATA

MUNICIPIO DE INDAIAL

Errata de Edital

Processo Licitatório nº 165/2016

Edital de Pregão Presencial nº 050/2016-10430

Com Registro de Preços

Objeto: Aquisição de combustíveis gasolina, etanol e óleo diesel com fornecimento em posto de combustível.

1. Corrige-se a redação do número do processo licitatório:

Onde se lê "Processo Licitatório nº 210/2015", passa a contar com a redação "Processo Licitatório nº 165/2016".

2. Corrige-se a redação do número do edital:

Onde se lê "Edital de Pregão (Presencial) nº 083/2015-10430", passa a contar com a redação "Edital de Pregão (Presencial) nº 050/2016-10430".

Entrega dos envelopes: 29/12/2016 as 10:45h.

Abertura das propostas: 29/12/2016 as 11:00h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

Iomerê

PREFEITURA

PORTARIA 2893/2016

PORTARIA Nº 2893 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal MARIA INES COLOMBRO OLTRAMARI, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 20/01/2016 a 19/01/2017 a contar de 02/01/2017 a 31/01/2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 26 de dezembro de 2016.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2894/2016

PORTARIA Nº 2894 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal IRENE OSS BARIHELLO, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 20/01/2016 a 19/01/2017 a contar de 02/01/2017 a 31/01/2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 26 de dezembro de 2016.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2895/2016

PORTARIA Nº 2895 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal IVANIR PEROSA PELLE,

pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 20/01/2016 a 19/01/2017 a contar de 02/01/2017 a 31/01/2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 26 de dezembro de 2016.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2896/2016

PORTARIA Nº 2896 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal LEONILDE FERRONATO FACCIN, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 20/01/2016 a 19/01/2017 a contar de 02/01/2017 a 31/01/2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 26 de dezembro de 2016.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2897/2016

PORTARIA Nº 2897 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal GIOVANA CRESTANI FRANCO, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 15/04/2016 a 14/04/2017 a contar de 02/01/2017 a 31/01/2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 26 de dezembro de 2016.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2898/2016

PORTARIA Nº 2898 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal CRISTIANE PERETTI, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 09/05/2016 a 08/05/2017 a contar de 02/01/2017 a 31/01/2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 26 de dezembro de 2016.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2899/2016

PORTARIA Nº 2899 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal MARISA OSS CENCI, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 09/05/2016 a 08/05/2017 a contar de 02/01/2017 a 31/01/2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 26 de dezembro de 2016.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2900/2016

PORTARIA Nº 2900 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal IZABETE BADO

MARIANI, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 26/02/2016 a 25/02/2017 a contar de 02/01/2017 a 31/01/2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 26 de dezembro de 2016.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2901/2016

PORTARIA Nº 2901 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal ISABELA RECH BISCAIRO, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/02/2015 a 31/01/2016 a contar de 02/01/2017 a 31/01/2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 26 de dezembro de 2016.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2902/2016

PORTARIA Nº 2902 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal DAIANA AMALIA CHAVES, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 02/05/2015 a 01/05/2016 a contar de 02/01/2017 a 31/01/2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 26 de dezembro de 2016.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Ipumirim

PREFEITURA

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016/CMV

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016

Dispõe sobre a realização de Sessão Solene de Posse de Vereadores, Prefeito e Vice- Prefeito fora do recinto da Câmara.

A MESA DA CÂMARA DE VEREADORES DE IPUMIRIM - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o § 2º do art. 39 da Lei Orgânica do Município e Parágrafo Único do art. 10 do Regimento Interno, faz saber a todos os habitantes do Município que Ela promulga o seguinte DECRETO LEGISLATIVO e:

CONSIDERANDO referendado da maioria absoluta dos Vereadores;

CONSIDERANDO que o Plenário da Câmara comporta somente em torno de 50 pessoas;

CONSIDERANDO que a grande maioria da população ficaria impedida de assistir a cerimônia de posse de Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito, em razão do espaço diminuto no Plenário da Câmara.

RESOLVE:

Art. 1º Fixar como local da Sessão Solene de posse de Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito Municipal, no dia 1º de janeiro de 2017, o Centro Esportivo Comunitário, situado na Travessa Fioravante Massolini s/nº, nesta cidade de Ipumirim – SC, às 9h00m.

Art. 2º O presente Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Ipumirim - SC, aos 26 dias do mês de dezembro de 2016

Osmar José Simon
Presidente

Mauro Antonio Gabardo
Vice-Presidente

Gilmar Cavalieri
Primeiro Secretário

Registra-se e publica-se
em 26 de dezembro de 2016

Adriane Cagol Zanella Auxiliar Administrativo

DECRETO N. 2.267 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO NO VALOR DE R\$ 309.175,76.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos dos incisos II e III do artigo 34 da Lei 1.765 de 19 de outubro de 2.015 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.016 – LDO e dá outras providências e combinado com o inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e incisos I e III do § 4º do artigo da Lei Municipal nº 1.772 de 22 de dezembro de 2.015, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2.016 – LOA,

DECRETA

Art. 1º Ficam abertos os seguintes créditos suplementares:

I. Código reduzido 9, Projeto/Atividade 04.122.0003.2.003 - Gestão das Ações do Departamento de Administração, elemento 31900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 3 - SECRETARIA MUN.ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS, Unidade 1 - Departamento Municipal de Administração, no valor de R\$ 3.300,00.

II. Código reduzido 34, Projeto/Atividade 12.306.0012.2.039 - Gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar, elemento 33900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 750,00.

III. Código reduzido 36, Projeto/Atividade 12.361.0012.1.021 - Estruturação e modernização do Ensino Fundamental, elemento 44900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0001 - Recursos MDE 25%, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 58.000,00.

IV. Código reduzido 121, Projeto/Atividade 12.361.0012.1.021 - Estruturação e modernização do Ensino Fundamental, elemento 44900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0063 - Outros Repasses do FNDE, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 40.872,41.

V. Código reduzido 42, Projeto/Atividade 12.361.0012.2.037 - Gestão das Ações do Ensino Fundamental, elemento 33900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0001 - Recursos MDE 25%, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 15.000,00.

VI. Código reduzido 52, Projeto/Atividade 12.365.0012.2.041 - Gestão das Ações do Ensino Infantil, elemento 31900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0001 - Recursos MDE 25%, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 18.500,00.

VII. Código reduzido 86, Projeto/Atividade 08.244.0032.2.096 - Proteção Social Especial de Alta Complexidade, elemento 33900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 11 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, Unidade 1 - Departamento de Assistência Social e Habitação, no valor de R\$ 3.000,00.

VIII. Código reduzido 93, Projeto/Atividade 15.451.0029.1.037 - Mobilidade Urbana e Paisagismo Público., elemento 44900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 14 - SECRETARIA MUN. DE URBANISMO, IND. COMÉRCIO E SERV, Unidade 1 - Departamento de urbanismo, Ind. Comércio e Serviço, no valor de R\$ 28.000,00.

IX. Código reduzido 101, Projeto/Atividade 15.452.0027.2.063 - Gestão das Políticas e Ações de Desenvolvimento Urbano, elemento 31900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 14 - SECRETARIA MUN. DE URBANISMO, IND. COMÉRCIO E SERV, Unidade 1 - Departamento de urbanismo, Ind. Comércio e Serviço, no valor de R\$ 2.700,00.

X. Código reduzido 102, Projeto/Atividade 15.452.0027.2.063 - Gestão das Políticas e Ações de Desenvolvimento Urbano, elemento 33900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 14 - SECRETARIA MUN. DE URBANISMO, IND. COMÉRCIO E SERV, Unidade 1 - Departamento de urbanismo, Ind. Comércio e Serviço, no valor de R\$ 6.000,00.

XI. Código reduzido 2, Projeto/Atividade 10.301.0005.2.024 - Gestão das Políticas e Ações de Saúde Básica, elemento 31900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0002 - Recursos ASPS 15%, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 4.800,00.

XII. Código reduzido 24, Projeto/Atividade 10.302.0005.2.029 - Gestão das Ações de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial, elemento 33900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0002 - Recursos ASPS 15%, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 124.000,00.

XIII. Código reduzido 25, Projeto/Atividade 10.302.0005.2.029 - Gestão das Ações de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial, elemento 33900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0087 - SUS Média e Alta Complexidade, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 4.253,35.

TOTAL GERALR\$ 309.175,76

Art. 2º Os créditos suplementares constantes do artigo anterior serão abertos por conta da seguinte fonte de recursos:

I. Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 43.750,00.

II. Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0001 - Recursos MDE 25%, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 91.500,00.

III. Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0063 – Outros repasses do FNDE, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 40.872,41.

IV. Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0087 – SUS Média e Alta Complexidade, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 4.253,35.

VI. Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0002 - Recursos ASPS 15%, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 128.800,00.

TOTAL GERALR\$ 309.175,76

Art. 3º O presente Decreto terá seus efeitos retroagidos a 19 de dezembro de 2.016.

Ipumirim-SC, 27 de dezembro de 2.016
Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

DECRETO Nº. 2266/2016 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

HOMOLOGA AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO, AVALIAÇÃO DA PROGRESSÃO FUNCIONAL DE DESEMPENHO DOS FUNCIONÁRIOS E AVALIAÇÃO ANUAL.

VALDIR ZANELLA, Prefeito de Ipumirim - SC, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 20 da Lei Complementar nº 001/2002, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município e art. 14 da LC 002/2002, que dispõe sobre a progressão por desempenho dos servidores estáveis da administração direta e indireta e da outras providências e decreto nº 1426/2006, que regulamenta o artigo 22 da Lei Complementar 001/2003.

H O M O L O G A

Art. 1º Fica homologado o resultado da Avaliação do Estágio Probatório, Avaliação da Progressão Funcional por Desempenho dos Servidores Públicos Municipais Estáveis e avaliação anual realizada pelas comissões estabelecidas pelas portarias nº.346/2016 e 451/2016, que nomeia os membros para compor a comissão de avaliação anual, avaliação de estágio probatório e avaliação por desempenho dos servidores.

Parágrafo Único – O resultado de avaliação de estágio probatório é constante do anexo I do presente decreto.

Art. 2º Nos termos do § 7º do art. 22 da Lei Complementar 001/2002, o servidor que não concordar com o conceito do anexo I do presente decreto, no prazo de 10 dias poderá recorrer solicitando reconsideração ao chefe imediato, constante da comissão de avaliação estabelecida pelas portarias nº.346/2016 e 451/2016.

Art. 3º O presente Decreto produzirá efeitos a partir de.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário

Ipumirim - SC, 27 de Dezembro de 2016.

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO 2016.

MATR.	NOME DO SERVIDOR	AV.	Pontos	%	C. F.
2281	Adriano Ribeiro	3º	855	95,00	Excelente
2209	Claudete Maria Ramos	3º	787	87,44	Excelente
2273	Claudiomir Canzi	3º	866	96,22	Excelente
2264	Cleberson da Silva	3º	866	96,22	Excelente
2217	Danieli Bautitz Pereira	3º	878	97,56	Excelente
2187	Diane Favretto	3º	764	84,89	Excelente
2276	Maiara Zatta	3º	856	95,11	Excelente
2216	Margarete C. Corso	3º	855	95,00	Excelente
2292	Mariana R. Cason Machado	3º	867	96,33	Excelente
2277	Marici Venancio	3º	900	100,00	Excelente
2106	Mariluci Ferreira	3º	733	81,44	Excelente
2042	Melania A. Zanella	3º	798	88,67	Excelente
2199	Nilson Vilmor Drehmer	3º	866	96,22	Excelente
2263	Ronei Datsch	3º	866	96,22	Excelente
2040	Patricia Pimentel Bratti	3º	561	62,33	Bom
2215	Silvana da Silva	3º	641	71,22	Bom
2283	Silverio Rauschkolb	3º	855	95,00	Excelente
2290	Valdir Seghetto	3º	855	95,00	Excelente

--	--	--

--	--

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO ANUAL DOS SERVIDORES EFETIVOS 2016

Nº	NOME DO SERVIDOR	Pontos	%	C. Final
1989	Adelar Pedro Schneider	755	83,89	Excelente
1852	Adriana Bortolanza	732	81,33	Excelente
0530	Adriana Cristina Gedoz Raimundi	787	87,44	Excelente
0699	Adriana Cristina Gedoz Raimundi	787	87,44	Excelente
0316	Adriana Giombelli Bordinhon	787	87,44	Excelente
1647	Adriane Muller	665	73,89	Bom
1988	Alison Bianchesi	866	96,22	Excelente
0499	Altair Pedro Falabretti	833	92,56	Excelente
1707	Amarildo Antonio de Marco Filho	653	72,56	Bom
1668	Andressa Lucia Cesco	889	98,78	Excelente
1311	Aneliria Artifon	856	95,11	Excelente
0009	Angela Ticiani	766	85,11	Excelente
2020	Bernadete Fontana Vasselai	878	97,56	Excelente
0013	Carlos Alberto Serafin	641	71,22	Bom
0018	Celso Luiz Alves de Mello	664	73,78	Bom
2037	Claudete Maria Baron	766	85,11	Excelente
1665	Claudete Waslawick Drehmer	809	89,89	Excelente
0544	Claudinei Zganzerla	878	97,56	Excelente
0019	Claudiomir Antonio Accadrolli	900	100,00	Excelente
2019	Claudia Andreia Kammers	766	85,11	Excelente
1659	Clenir Rosa Cumerlatto Bicigo	766	85,11	Excelente
1151	Cleonice Perozin Sontag	854	94,89	Excelente
1680	Cristian Fernando Teles	753	83,67	Excelente
0495	Cristian Rodrigo Cisotto	754	83,78	Excelente
1838	Cristiane Zat Ungaratti	878	97,56	Excelente
1687	Darcimir Augusto Montag	855	95,00	Excelente
1733	Deise Cristina Sinhoratti	551	61,22	Bom
1702	Dinamar C. L. Patzlaff	878	97,56	Excelente
1996	Diogo Weimer	866	96,22	Excelente
1013	Dirlei Fontanella Piscinini	754	83,78	Excelente

1637	Douglas Biffi	766	85,11	Excelente
0491	Edna Luciane Sartori	787	87,44	Excelente
2021	Edson Pedroso	878	97,56	Excelente
1644	Elizangela A Tobin Mertins	742	82,44	Excelente
1284	Eloi Pramio	855	95,00	Excelente
0854	Enezio Luiz Faccin	675	75,00	Bom
0524	Erasmus Canton	787	87,44	Excelente
1971	Fabiana Paludo	789	87,67	Excelente

--	--	--	--	--

HOMOLOGAÇÃO RESULTADO DA AVALIAÇÃO ANUAL DOS SERVIDORES EFETIVOS 2016

Nº	NOME DO SERVIDOR	Pontos	%	C. Final
1654	Fatima Pagno Bussolaro	789	87,67	Excelente
1639	Fernanda Paludo	811	90,11	Excelente
2009	Flaviane Fatima Manica	865	96,11	Excelente
1719	Gabriele Fracasso	900	100,00	Excelente
0041	Gerson Marcos Serafin	844	93,78	Excelente
0042	Gerson Mario Wildner	652	72,44	Bom
2014	Gessi Antunes de Campos	878	97,56	Excelente
0044	Gilmar Antonio Casagrande	866	96,22	Excelente
0482	Gilmar Antonio da Rosa	900	100,00	Excelente
1991	Gilson Barbieri	867	96,33	Excelente
1690	Gilvan Andre Frigeri	788	87,56	Excelente
1643	Giovana Katia Schneider	742	82,44	Excelente
0046	Hedio Meine	878	97,56	Excelente
1041	Ilde Liberatto Baron	766	85,11	Excelente
0059	Israel Cumerlatto	733	81,44	Excelente
1701	Ivete Heller Drehmer	733	81,44	Excelente
0520	Ivone Detofano Lang	866	96,22	Excelente
1882	Ivone Wazlawick Siebeneichler	733	81,44	Excelente
0066	Janete Locatelli	777	86,33	Excelente
0067	Janete Kist Neis	878	97,56	Excelente
1727	Janiel Giron	854	94,89	Excelente
1674	Jean Berton	866	96,22	Excelente
1662	Jocelina Comelli de Andrade	822	91,33	Excelente
1098	Joelson Techio Libano	866	96,22	Excelente
2010	Jorge Adalberto Soares dos Santos	810	90,00	Excelente
1650	Josemara Darleia Teles	845	93,89	Excelente
1696	Juarez Lopes da Silva	831	92,33	Excelente
0492	Jucelene Goldoni Calari	878	97,56	Excelente
1661	Jucimar Montag Rauschkolb	766	85,11	Excelente
0541	Judite Zat Weingartner	788	87,56	Excelente
1720	Juliano Babinski	844	93,78	Excelente
1638	Julie Reginatto	822	91,33	Excelente
1672	Jurandi Bogoni Locatelli	878	97,56	Excelente
0075	Laudecir Francio	878	97,56	Excelente
0496	Laudir Novello	855	95,00	Excelente
1830	Leila Cristina Ferrari	755	83,89	Excelente
1295	Leudenir Trombetta	810	90,00	Excelente

--	--	--	--	--

HOMOLOGAÇÃO DA AVALIAÇÃO ANUAL DOS SERVIDORES EFETIVOS 2016

Nº	NOME DO SERVIDOR	Pontos	%	C. Final
1646	Liliana Marquesi	709	78,78	Bom
0488	Lizandra Slongo Canton	844	93,78	Excelente
0318	Loiri Salete Parizotto Santian	900	100,00	Excelente
0509	Lucia Siebeneichler Kruetzmann	844	93,78	Excelente
1728	Marcia Baron Serafin	844	93,78	Excelente
1664	Marciano Casagrande	866	96,22	Excelente
2008	Marcos Andre Wildner	855	95,00	Excelente

2024	Marcos Giovani Cozer	867	96,33	Excelente
0082	Margareth Baron de Mello	878	97,56	Excelente
0529	Margareth Baron de Mello	878	97,56	Excelente
0514	Maria Alzira de Mello Schroder	822	91,33	Excelente
1714	Mariana da Silveira	834	92,67	Excelente
0087	Marilei Salete Frigeri Carpinelli	878	97,56	Excelente
1710	Marilia Cumerlatto	652	72,44	Excelente
1146	Marisa Rodrigues Lisboa	856	95,11	Excelente
0093	Marisa Rossetto	878	97,56	Excelente
1649	Marisane E. da Luz Raimundi	764	84,89	Excelente
1056	Marli Carmen Grosbelli	900	100,00	Excelente
0100	Mauro Antonio Gabardo	867	96,33	Excelente
2007	Michele F. Accadrolli Dal Bello	800	88,89	Excelente
2015	Mirele Andreia Frigeri	744	82,67	Excelente
1655	Mirte Bonissoni Bedin	855	95,00	Excelente
2012	Moacir Elias Tomazoni	843	93,67	Excelente
1676	Moirá Comboski	844	93,78	Excelente
1965	Nelisse Salete Pagliosa	854	94,89	Excelente
2002	Neudi Teles da Silva	811	90,11	Excelente
0531	Olivo Santian	788	87,56	Excelente
1670	Osvaldo Bonissoni	799	88,78	Excelente
0109	Paulo Roberto de Bortoli	731	81,22	Excelente
1986	Paulo Sergio de Souza	811	90,11	Excelente
1686	Renato dos Santos	822	91,33	Excelente
1684	Rodrigo Marciel Rossatto	787	87,44	Excelente
2003	Rosalia Torres dos Reis	878	97,56	Excelente
0111	Rosane Heemann	878	97,56	Excelente
0588	Rosane Heemann	878	97,56	Excelente
1691	Rosani Salete Guerini Schmidt	856	95,11	Excelente
0538	Roselei Regert	878	97,56	Excelente
1954	Rosmeri Simon Bedin	844	93,78	Excelente
0535	Salete Lecardelli	878	97,56	Excelente

HOMOLOGAÇÃO DA AVALIAÇÃO ANUAL DOS SERVIDORES EFETIVOS 2016				
Nº	NOME DO SERVIDOR	Pontos	%	C. Final
0651	Salete Lecardelli	878	97,56	Excelente
0497	Severino Padia	766	85,11	Excelente
1671	Sidene Derenice Dressel Serafin	867	96,33	Excelente
1642	Solange Maria Boldori Dal Puppo	754	83,78	Excelente
0551	Suzana Giombelli	900	100,00	Excelente
1708	Talitha Zamprogna Berton	831	92,33	Excelente
2004	Tania Maria Baron Langue	821	91,22	Excelente
1983	Telma Batista Tavela	765	85,00	Excelente
1648	Terezinha Lucia Schuertz	719	79,89	Excelente
1715	Valcir Carlos Bonissoni	867	96,33	Excelente
1111	Vanderson Cerutti	856	95,11	Excelente
1964	Vania Locatelli Tedesco	856	95,11	Excelente
1651	Vanderlania Regina C. Perreira	596	66,22	Excelente
1990	Wanderlei Borges de Mello	867	96,33	Excelente
0606	Zenilde P. Nazar	687	76,33	Bom

EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO Nº 14, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016/CMV

EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO Nº 14, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016

Altera, acrescenta e revoga dispositivos da Lei Orgânica do Município de Ipumirim, nos termos que seguem.

A Mesa da Câmara Municipal de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, nos termos do § 2º do art. 45 da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara decreta e ela promulga a seguinte Emenda à Lei Orgânica do Município:

Art. 1º Atribui ao art. 6º da Lei Orgânica do Município a seguinte redação:

“Art. 6º O Município, com o objetivo de integrar a organização, o planejamento e a execução de suas competências constitucionais, visando ao atendimento do interesse público, poderá:

I – consorciar-se com outros municípios, com o Estado e com a União, mediante lei autorizativa;
II – conveniar-se com outros órgãos públicos;
III – formalizar, na forma prevista na legislação federal, parcerias ou acordos de cooperação com organizações da sociedade civil, mediante regime de mútua cooperação, quando houver interesse público recíproco. (NR) ”

Art. 2º Dá nova redação ao art. 7º da Lei Orgânica do Município, nos termos a seguir descritos:

“Art. 7º O Município poderá dividir-se para fins administrativos, em distritos a serem criados, organizados, suprimidos ou fundidos por Lei, após consulta plebiscitária à população diretamente interessada, observada a Legislação Estadual e o atendimento aos requisitos estabelecidos no art. 8º desta Lei Orgânica.

§ 1º A criação do distrito dependerá de aprovação da Câmara Municipal, pelo voto da maioria dos membros, e poderá efetuar-se mediante fusão de dois ou mais distritos, que serão suprimidos nessa hipótese, a verificação dos requisitos do art. 8º desta Lei Orgânica.

§ 2º A extinção do Distrito somente se efetuará mediante consulta plebiscitária à população da área interessada.

§ 3º O distrito terá o nome da respectiva sede, cuja categoria será a vila. (NR) ”

Art. 3º Modifica o texto do art. 12 da Lei Orgânica do Município, que passa a constar da seguinte forma:

“Art. 12. Ao Município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, dentre outras, as seguintes atribuições:

I – legislar sobre assuntos de interesse local;

II – elaborar o Plano Diretor e o Plano Diretor de Desenvolvimento integrado;

III – criar, organizar e suprir distritos, observada a legislação estadual e Lei Orgânica;

IV – manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de cooperação e formas de colaboração para o atendimento do ensino fundamental e da educação infantil;

V – elaborar o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, prevendo receitas e fixando despesas, com base em planejamento adequado;

VI – instituir e arrecadar tributos, bem como aplicar suas rendas;

VII – fixar, fiscalizar e cobrar tarifas ou preços públicos;

VIII – dispor sobre organização, administração e execução dos serviços locais;

IX – dispor sobre administração, utilização e alienação dos bens públicos;

X – organizar o quadro e estabelecer o regime jurídico dos servidores públicos;

XI – organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, serviços públicos locais;

XII – planejar o uso e a ocupação do solo em seu território, especialmente em sua zona urbana;

XIII – estabelecer normas de edificação, de loteamento, arruamento e de zoneamento urbano e rural, bem como as limitações urbanísticas convenientes à ordenação de seu território, observada a lei federal;

XIV – conceder e renovar licença para localização e funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais, prestadores de serviços e quaisquer outros;

XV – cassar licença que houver concedido ao estabelecimento que se tornar prejudicial à saúde, à higiene, ao sossego, à segurança ou aos bons costumes, fazendo cessar a atividade ou determinando o fechamento do estabelecimento;

XVI – estabelecer servidões administrativas necessárias à realização de seus serviços, inclusive à dos seus concessionários;

XVII – adquirir bens, inclusive através de desapropriação, por necessidade, utilidade pública ou por interesse social;

XVIII – regular a disposição, o traçado e as demais condições dos bens públicos de uso comum;

XIX – regular a utilização dos logradouros públicos e, especialmente no perímetro urbano, determinar o itinerário e os pontos de parada dos transportes coletivos;

XX – fixar os locais de estacionamento de táxis e demais veículos;

XXI – regular e conceder, permitir ou autorizar o serviço de transporte coletivo, de táxi e de serviço de carona remunerada gerenciada pelo uso de aplicativo;

XXII – fixar e sinalizar as zonas de silêncio e de tráfego em condições especiais;

XXIII – disciplinar os serviços de carga e descarga e fixar a tonelagem máxima permitida a veículos que circulam em vias públicas municipais;

XXIV – tornar obrigatória a utilização da estação rodoviária;

XXV – sinalizar as vias urbanas e as estradas municipais bem como regulamentar e fiscalizar sua utilização;

XXVI – prover sobre a limpeza das vias e logradouros públicos, renovação e destino do lixo domiciliar e de outros resíduos de qualquer natureza;

XXVII – ordenar as atividades urbanas, fixando condições e horários para funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços, observadas as normas federais pertinentes;

XXVIII – dispor sobre os serviços funerários e de cemitérios;

XXIX – regulamentar, licenciar, permitir, autorizar e fiscalizar a afixação de cartazes e anúncios, bem como a utilização de quaisquer outros meios de publicidade e propaganda, nos locais sujeitos ao poder de polícia municipal;

XXX – prestar assistência à saúde, em especial quanto à execução local do Plano Nacional de Atendimento às Urgências;

XXXI – organizar e manter os serviços de fiscalização necessários ao exercício de seu poder de polícia administrativa;

XXXII – fiscalizar, nos locais de vendas, peso, medidas e condições sanitárias dos gêneros alimentícios;

XXXIII – dispor sobre o depósito de venda de animais e mercadorias em decorrência da transgressão da legislação municipal;

XXXIV – dispor sobre registro, vacinação e captura de animais, com finalidade precípua de erradicar as moléstias de que possam ser portadores ou transmissores;

XXXV – estabelecer e impor penalidades por infração de leis e regulamentos;

XXXVI – promover os serviços de:

a) mercados, feiras e matadouros;

b) construção e conservação de estradas e caminhos municipais;

- c) transportes coletivos estritamente municipais;
- d) iluminação pública;

XXXVII – assegurar a expedição de certidões requeridas às repartições administrativas municipais para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações, estabelecendo os prazos de atendimento.

§ 1º As normas de loteamento e arruamento a que se refere o inciso XIII deste artigo deverão exigir reserva de áreas destinadas a:

I – zonas verdes e demais logradouros públicos;

II – vias de tráfego e de passagem de canalização públicas, de esgotos e de águas pluviais nos fundos de vales;

III – passagem de canalização pública de esgotos de águas pluviais com largura mínima de dois metros nos fundos dos lotes, cujos desníveis são superiores a um metro da frente ao fundo.

§ 2º Nos termos da legislação federal, o Município poderá criar a Guarda Municipal, de caráter civil, uniformizada e armada, para exercer função de proteção municipal preventiva, ressalvadas as competências da União e do Estado de Santa Catarina. (NR) ”

Art. 4º Introdúz nova redação ao art. 13 da Lei Orgânica do Município, nos termos a seguir descritos:

“Art. 13. É de competência administrativa comum do Município, da União e do Estado, o exercício das seguintes medidas:

I – zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

II – cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas com deficiência, bem como fomentar programas de proteção a vítimas de violência doméstica e contra mulher;

III – proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV – impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;

V – proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

VI – proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII – preservar as florestas, a fauna e a flora;

VIII – fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

IX – promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

X – combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

XI – registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;

XII – estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito;

XIII – promover, na forma da legislação federal e estadual, a defesa do consumidor. (NR) ”

Art. 5º Renumerá os incisos do art.22 da Lei Orgânica da seguinte forma:

“Art. 22. Compete à Câmara Municipal, com sanção do Prefeito Municipal, dispor sobre todas as matérias de competência do Município e, especialmente:

I – legislar sobre assuntos de interesse local, inclusive suplementando a legislação federal e estadual;

II – legislar sobre tributos municipais;

III – autorizar isenções e anistias fiscais e a remissão de dívidas;

IV – votar o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual, bem como autorizar a abertura de créditos suplementares e especiais;

V – deliberar sobre operações de crédito;

VI – autorizar a concessão de auxílio e subvenções;

VII – autorizar a concessão de serviços públicos;

VIII – autorizar a concessão do direito real e administrativo de uso de bens municipais;

IX – autorizar a alienação de bens imóveis;

X – autorizar a aquisição de bens imóveis, salvo quando se tratar de doação sem encargo;

XI – criar, transformar e extinguir cargos, empregos e funções públicas, e fixar os respectivos vencimentos;

XII – aprovar o Plano Diretor Municipal;

XIII – delimitar o perímetro urbano;

XIV – autorizar a alteração da denominação de próprios, vias e logradouros públicos;

XV – dispor sobre a criação, organização e supressão de distritos, mediante prévia consulta plebiscitária;

XVI – criar, estruturar e conferir atribuições a Secretários ou Diretores equivalentes e órgãos da administração pública;

XVII – estabelecer normas urbanísticas particularmente as relativas a zoneamento e loteamento. (NR)”

Art. 6º Atribui ao texto do art. 23 da Lei Orgânica do Município a seguinte redação:

“Art. 23. Compete privativamente à Câmara Municipal exercer as seguintes atribuições, dentre outras:

I – eleger sua mesa, bem como destituí-la na forma regimental;

II – elaborar o regimento interno;

III – organizar os serviços administrativos internos e prover os cargos respectivos;

IV – propor a criação ou extinção dos cargos dos serviços administrativos internos e a fixação dos respectivos vencimentos;

V – dar posse ao Prefeito e ao Vice-Prefeito, conhecer de sua renúncia e afastá-los definitivamente do exercício do cargo;

VI – conceder licença ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Vereadores para afastamento do cargo;

VII – autorizar o Prefeito a ausentar-se do Município, por mais de quinze dias, por necessidade do serviço;

VIII – tomar e julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado;

IX – decretar a perda do mandato do Prefeito e dos Vereadores, nos casos indicados na Constituição Federal, nesta Lei Orgânica e na Legislação Federal aplicável;

X – autorizar a realização de operações de créditos de interesse do Município;

XI – proceder a tomada de contas do Prefeito, através de comissão especial, quando não apresentadas à Câmara, nos prazos previstos

nesta Lei Orgânica;

XII – estabelecer e mudar temporariamente o local de suas reuniões;

XIII – convocar o Prefeito e o Secretário do Município ou Diretor equivalente para prestar esclarecimentos, sobre matérias de sua competência, apazando o dia e a hora para o comparecimento;

XIV – deliberar sobre o andamento e a suspensão de suas reuniões;

XV – criar comissão parlamentar de inquérito sobre fato determinado e prazo certo, que se inclua na competência do Município, mediante requerimento de um terço de seus membros;

XVI – conceder título de cidadão honorário ou conferir homenagem a pessoas que reconhecidamente tenham prestado relevantes serviços ao Município, ou nele se destacado pela atuação exemplar na vida pública e particular, mediante proposta de dois terços dos membros da Câmara;

XVII – solicitar a intervenção do Estado no Município;

XVIII – julgar o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores nos casos previstos em lei federal;

XIX – solicitar informações ao Prefeito sobre assuntos referentes à administração;

XX – fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

XXI – autorizar referendo e plebiscito;

XXII – fixar os subsídios dos Vereadores, do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais por lei de iniciativa da Câmara Municipal, observado o que dispõe a Constituição Federal;

XXIII – decidir sobre a perda do mandato de Vereador nos termos desta Lei Orgânica;

XXIV – dispor sobre a sua organização, funcionamento, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros na lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º É fixado em trinta dias, prorrogável por igual período, desde que solicitado e devidamente justificado, o prazo para que os responsáveis pelos órgãos da Administração Direta e Indireta prestem as informações e encaminhem os documentos requisitados pelo Poder Legislativo na forma do disposto na presente Lei Orgânica.

§ 2º O não atendimento ao prazo estipulado no parágrafo anterior faculta ao Presidente da Câmara solicitar, na conformidade da legislação federal, a intervenção do Poder Judiciário para fazer cumprir a Legislação.(NR) ”

Art. 7º O art. 25 da Lei Orgânica do Município passa a constar com o seguinte texto:

“Art. 25. No primeiro ano de cada Legislatura, no dia 1º de janeiro, às nove horas, em Sessão Solene de Instalação, independente do número, sob a presidência do Vereador mais idoso dentre os presentes, os Vereadores prestarão compromisso e tomarão posse.

§ 1º O Vereador que não tomar posse, na reunião prevista neste artigo, deverá fazê-lo no prazo de quinze dias, salvo motivo justo e aceito pela Câmara Municipal, por sua maioria absoluta, sob pena de perda do mandato.

§ 2º No ato de posse os Vereadores deverão desincompatibilizar-se.

§ 3º Na mesma ocasião, e ao término do mandato, deverão fazer declaração de seus bens a qual será transcrita em livro próprio, constando de ata e o seu resumo. (NR) ”

Art. 8º O texto do art. 26 da Lei Orgânica do Município passa a constar com o seguinte texto:

Art. 26. O mandato do Vereador será remunerado:

I – os subsídios dos Vereadores serão fixados por lei de iniciativa da Câmara de Vereadores, observados os limites estabelecidos na Constituição Federal;

II – o subsídio do Presidente da Câmara será fixado por lei específica, em uma legislatura para a subsequente, não podendo ultrapassar o valor de cento e trinta por cento do subsídio fixado para o Vereador;

III – o membro do Poder e o detentor de mandato eletivo serão remunerados exclusivamente por subsídios fixados em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecidos, em qualquer caso, os estabelecidos na Constituição Federal;

IV – as sessões plenárias extraordinárias e as sessões legislativas extraordinárias não serão remuneradas extraordinariamente ou indenizadas;

V – os subsídios são irredutíveis e somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data da revisão da remuneração dos servidores públicos e sem distinção de índices;

VI – o Vereador, em viagem oficial, terá as suas despesas suportadas pela Câmara Municipal, sob a forma de adiantamentos, com posterior comprovação da sua utilização, fazendo jus à percepção de diárias, cujos valores serão definidos por resolução;

VII – É vedada a concessão de ajuda de custo.

Art. 9º O art. 27 da Lei Orgânica do Município passa a constar da seguinte forma:

“Art. 27. É vedado ao Vereador:

I – desde a expedição do Diploma, firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer às cláusulas uniformes, na esfera municipal.

II – desde a posse:

a) sendo servidor público e havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e não havendo compatibilidade, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

b) ser titular de mais de um cargo em mandato eletivo Federal, Estadual ou Municipal;

c) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público do Município, ou nela exercer função remunerada;

d) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I “a” deste artigo. (NR) ”

Art. 10. Modifica a redação do art. 28 da Lei Orgânica do Município:

“Art. 28. Perderá o mandato o Vereador:

I – que infringir qualquer das proibições estabelecidas no art. 27;

II – cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório às instituições vigentes;

III – que se utilizar do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa;

IV – que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à quarta parte das reuniões ordinárias da Câmara, salvo licença ou missão por esta autorizada;

V – que fixar residência fora do Município;

VI – que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

VII – quando decretar a justiça eleitoral, nos casos previstos na Constituição e em lei;

VIII – quando sofrer condenação criminal em sentença definitiva e irrecorrível.

§ 1º Além dos casos definidos no Regimento Interno da Câmara Municipal, considerar-se-á incompatível com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas asseguradas ao Vereador ou a percepção de vantagens ilícitas.

§ 2º Nos casos dos incisos II e III, a perda do mandato será declarada pela Câmara Municipal, mediante deliberação da maioria absoluta de seus membros, por provocação de Vereador ou de bancada, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§ 3º Nos casos previstos nos incisos I e IV a VIII, a perda será declarada pela Mesa da Câmara, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros ou partido político representado na Câmara, assegurada ampla defesa.

§ 4º Extingue-se o mandato de Vereador, e assim será declarado pelo Presidente da Câmara, quando ocorrer falecimento ou renúncia por escrito, tornando-se efetiva depois de lida na primeira sessão ordinária da Câmara Municipal.

§ 5º A renúncia de parlamentar submetido a processo que vise ou possa levar à perda do mandato, nos termos deste artigo, terá seus efeitos suspensos até as deliberações finais de que tratam os §§ 2º e 3º.

§ 6º A Vereadora terá direito à licença-gestante ou adotante de cento e vinte dias, podendo ser prorrogada por mais sessenta dias, sem prejuízo de recebimento do subsídio integral.

§ 7º O Vereador terá direito à licença-paternidade ou adotante de cinco dias, podendo ser prorrogada por mais quinze dias, sem prejuízo de recebimento do subsídio integral. (NR) ”

Art. 11. Altera ao art. 33 da Lei Orgânica do Município com a seguinte redação:

“Art. 33. A Mesa da Câmara compõe-se do Presidente, do Vice-Presidente, do Primeiro Secretário e do Segundo Secretário, os quais se substituirão nessa ordem.

§ 1º Na constituição da Mesa é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da Casa.

§ 2º Na ausência dos membros da Mesa, o Vereador mais idoso assumirá a Presidência.

§ 3º Qualquer componente da Mesa poderá ser destituído de seu cargo pelo voto da maioria absoluta dos membros da Câmara quando faltoso, omissor ou ineficiente no desempenho de suas atribuições regimentais, elegendo-se outro Vereador para a complementação do mandato. (NR)”

Art. 12. O texto do art. 34 da Lei Orgânica do Município passa a ter o texto que segue:

“Art. 34. À Mesa, dentre outras atribuições, compete:

I – tomar todas as medidas necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos;

II – propor projetos que criem ou extingam cargos dos serviços da Câmara e fixem as respectivas remunerações;

III – apresentar projetos de lei dispondo sobre a abertura de créditos suplementares ou especiais, através do aproveitamento total ou parcial das consignações orçamentárias da Câmara;

IV – suplementar, mediante ato, as dotações do orçamento da Câmara, observando o limite da autorização constante da lei orçamentária, desde que os recursos para a sua cobertura sejam provenientes da anulação total ou parcial de suas dotações orçamentárias;

V – devolver à tesouraria da Prefeitura o saldo de caixa existente na Câmara Municipal no final do exercício;

VI – enviar ao Prefeito, até o último dia do mês de fevereiro, as contas do exercício anterior;

VII – nomear, promover, comissionar, conceder gratificações, licenças, por em disponibilidade, exonerar, demitir, apresentar e punir funcionários ou servidores da Secretaria da Câmara Municipal, nos termos da lei;

VIII – declarar a perda do mandato de Vereador de ofício ou por provocação de qualquer de seus membros ou, ainda, de partido político representado na Câmara, nas hipóteses previstas, assegurada plena defesa;

IX – promulgar a Lei Orgânica e suas emendas;

X – representar, junto ao Executivo, sobre necessidade de economia interna;

XI – representar sobre a inconstitucionalidade de lei ou ato municipal por iniciativa própria ou a requerimento de Vereador ou Comissão. (NR)”

Art. 13. O art. 35 da Lei Orgânica do Município é modificado nos seguintes termos:

“Art. 35. Ao presidente da Câmara Municipal, dentre outras atribuições, compete:

I – representar a Câmara Municipal em juízo ou fora dele;

II – dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara;

III – promulgar as resoluções e os decretos legislativos, bem como as leis com sanção tácita ou cujo veto tenha sido rejeitado pelo Plenário;

IV – interpretar e fazer cumprir o regimento interno;

V – fazer publicar os atos da mesa, bem como as leis por ele promulgadas;

VI – declarar a perda de mandato do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, nos casos previstos em lei, salvo as hipóteses dos incisos VI e VII do art. 28;

VII – requisitar o numerário destinado às despesas da Câmara Municipal e aplicar as disponibilidades financeiras no mercado financeiro;

VIII – divulgar, inclusive por meios eletrônicos, todos os dados financeiros, orçamentários e fiscais da Câmara Municipal, observada a forma e os prazos definidos em lei federal;

- IX – solicitar a intervenção no Município nos casos admitidos pela Constituição Estadual e nesta Lei Orgânica;
X – manter a ordem no recinto da Câmara Municipal podendo solicitar a força necessária para este fim;
XI – divulgar, inclusive por meios eletrônicos, o valor nominal do subsídio dos Vereadores e da remuneração dos servidores, bem como das parcelas indenizatórias pagas;
XII – exercer, nos casos de impedimento ou vacância do Prefeito e do Vice-Prefeito, a chefia do Executivo Municipal;
XIII – convocar sessão plenária extraordinária;
XV – recusar proposição apresentada em desacordo com a legislação.

Parágrafo único. Constitui crime de responsabilidade do Presidente da Câmara Municipal, além das disposições contidas no Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, o desrespeito ao § 1º do art. 29-A da Constituição Federal, observado o disposto no art. 29-A, § 3º, da Constituição Federal. (NR) ”

Art. 14. Modifica o art. 36 da Lei Orgânica do Município, conforme segue:

“Art. 36. O Presidente da Câmara Municipal ou seu substituto só terá voto:

I – na eleição da mesa;

II – quando a matéria exigir, para sua aprovação, voto de dois terços dos membros da Câmara Municipal;

III – quando houver empate e se tratar de matéria que exija, para sua aprovação, o voto da maioria simples de votos dos Vereadores presentes na Sessão Plenária.

§ 1º Não poderá votar o Vereador que tiver interesse pessoal na deliberação, anulando-se a votação se o seu voto for decisivo.

§ 2º O voto, nas deliberações da Câmara, será aberto, exceto:

I – na eleição da Mesa;

II – na escolha de homenageados para a concessão de qualquer honraria. (NR)”

Art. 15. Determina nova redação ao art. 37 da Lei Orgânica do Município:

“Art. 37. Independente de convocação, a Sessão Legislativa anual desenvolve-se de 1º de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro.

§ 1º As reuniões marcadas para essas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente quando recaírem em sábados, domingos e feriados.

§ 2º A Sessão Legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei das diretrizes orçamentárias.

§ 3º A Câmara Municipal reunir-se-á em sessões plenárias ordinárias, extraordinárias e solenes, na forma e em datas definidas de acordo com o seu Regimento Interno.

§ 4º As reuniões extraordinárias serão convocadas pelo Presidente da Câmara Municipal em reunião ou fora dela, na forma regimental. (NR) ”

Art. 16. Atribui nova redação ao art. 39 da Lei Orgânica do Município, conforme segue:

“Art. 39. As sessões plenárias da Câmara Municipal deverão ser realizadas em sua sede, observado o que dispõe o inciso XII do art. 23 desta Lei Orgânica Municipal.

§ 1º Por deliberação do plenário, por proposta apresentada por Vereador ou por Bancada, a Câmara Municipal poderá realizar sessão plenária em local externo, desde que justificado o interesse público.

§ 2º O Regimento Interno da Câmara disporá sobre as condições para a realização da sessão plenária prevista no § 1º. (NR) ”

Art. 17. O texto do art. 40 da Lei Orgânica do Município passa a constar com a seguinte redação:

“Art. 40. As sessões plenárias da Câmara Municipal serão abertas, desde que presente um terço de Vereadores. (NR) ”

Art. 18. Estabelece nova redação ao art. 41 da Lei Orgânica do Município:

“Art. 41. A convocação de Sessão Legislativa Extraordinária da Câmara Municipal, com a consequente suspensão do recesso parlamentar, far-se-á:

I – pelo Presidente da Câmara;

II – pelo Prefeito;

III – por requerimento da maioria dos Vereadores;

IV – por comissão representativa.

§ 1º A convocação de Sessão Legislativa Extraordinária justifica-se nos casos de urgência ou de relevante interesse público.

§ 2º Na Sessão Legislativa Extraordinária, a Câmara Municipal somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocada, vedado o pagamento de parcela indenizatória ou de remuneração adicional, em razão da convocação.

§ 3º Na hipótese do inciso II, o Prefeito indicará o período da convocação, que não poderá ser inferior a cinco dias úteis, cabendo à Câmara, pela Mesa, organizar o cronograma de sessões plenárias, de reuniões de Comissão e de audiências públicas necessárias para instrução e deliberação das matérias.

§ 4º A convocação de Sessão Legislativa Extraordinária antecipará a composição das Comissões Permanentes, de acordo com os critérios definidos no Regimento Interno da Câmara.

§ 5º Independentemente de sua origem, a Sessão Legislativa Extraordinária será convocada com antecedência mínima de setenta e duas horas.

§ 6º Formalizada a convocação de Sessão Legislativa Extraordinária, o Presidente da Câmara dará ampla divulgação, inclusive por meios eletrônicos, do período da convocação, do cronograma referido no § 3º deste artigo e dos projetos a serem deliberados, inclusive com as respectivas justificativas.

§ 7º A Sessão Legislativa Extraordinária não gerará, ao Vereador, direito de remuneração adicional ou de pagamento de parcela indenizatória. (NR) ”

Art. 19. Altera a redação do art. 42 da Lei Orgânica do Município, que passa a constar com o seguinte texto:

“Art. 42. A Câmara Municipal terá comissões permanentes e especiais.

§ 1º As comissões permanentes, em razão de sua competência, cabe:

I – discutir e dar pareceres sobre matéria de sua competência na forma do regimento;

II – realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

III – convocar Secretários Municipais ou Diretores equivalentes, para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições;

IV – receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades públicas;

V – solicitar depoimentos de qualquer autoridade ou cidadão;

VI – exercer, no âmbito de sua competência, a fiscalização dos atos do Executivo e da Administração indireta;

VII – acompanhar, junto à Prefeitura, a elaboração da proposta orçamentária, bem como a sua posterior execução;

VIII – apreciar programas de obras e sobre eles emitir parecer.

§ 2º Em cada comissão será assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou blocos parlamentares que participam da Câmara Municipal.

§ 3º As comissões especiais, criadas por deliberação do Plenário, serão destinadas ao estudo de assuntos específicos do interesse do Poder Legislativo e à representação da Câmara Municipal em congressos, solenidades e outros atos públicos. (NR) ”

Art. 20. O art. 46 da Lei Orgânica do Município passa a constar com a redação a seguir transcrita:

“Art. 46. A iniciativa das leis ordinárias e complementares cabe a Vereador, a Comissão, a Bancada, ao Prefeito e aos cidadãos, mediante projeto subscrito por no mínimo cinco por cento de eleitores. (NR) ”

Art. 21. Atribui nova redação ao art. 47 da Lei Orgânica do Município:

“Art. 47. As leis complementares exigem, para sua aprovação, o voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal observados os demais requisitos de votação das leis ordinárias.

Parágrafo único. São leis complementares os códigos, o plano diretor e o estatuto do servidor público. (NR) ”

Art. 22. A redação do art. 51 da Lei Orgânica do Município passa a constar com o seguinte texto:

“Art. 51. É de competência privativa da Câmara Municipal a iniciativa dos projetos de lei que disponham sobre:

I – autorização para abertura de créditos suplementares ou especiais, através do aproveitamento total ou parcial das consignações orçamentárias da Câmara Municipal.

II – organização dos serviços administrativos da Câmara, criação, transformação ou extinção de seus cargos, empregos e funções, assim como a fixação das respectivas remunerações.

Parágrafo único. Os projetos de lei de que trata o inciso II deste artigo não estão sujeitos à sanção do Prefeito Municipal. (NR) ”

Art. 23. Altera o texto do art. 54 da Lei Orgânica do Município, conforme segue:

“Art. 54. O Prefeito poderá solicitar urgência, a qualquer tempo, para apreciação de projetos de sua iniciativa.

§ 1º Indicado e justificado o pedido de urgência na Mensagem enviada à Câmara, se esta não se manifestar sobre proposição em até quarenta e cinco dias, será incluída na ordem do dia da primeira reunião subsequente, sobrestando-se à deliberação quanto aos demais assuntos, para que se ultime a sua votação.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica às matérias referidas no parágrafo único do art. 47 desta Lei Orgânica Municipal, bem como às matérias sujeitas à tramitação sob regime especial, nos termos do Regimento Interno da Câmara. (NR) ”

Art. 24. Modifica o art. 55 da Lei Orgânica do Município:

“Art. 55. Concluída a votação e aprovado o projeto de lei, a Câmara Municipal, no prazo de dez dias, encaminhá-lo-á ao Prefeito Municipal para sanção, sob a forma de autógrafo.

§ 1º Se o Prefeito considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas ao Presidente da Câmara Municipal, os motivos do veto.

§ 2º O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, parágrafo, inciso ou alínea.

§ 3º Decorrido o prazo de quinze dias, o silêncio do Prefeito importará na sanção.

§ 4º O veto será apreciado pela Câmara Municipal dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores, mediante votação aberta, em discussão e votação únicas.

§ 5º Se o veto não for mantido, será o projeto enviado ao Prefeito para promulgação.

§ 6º Esgotado sem deliberação, o prazo estabelecido no § 4º, o veto será colocado na ordem do dia da reunião imediata, sobrestadas as demais proposições até sua votação final, ressalvadas as matérias de que trata o art. 54.

§ 7º Se a lei não for promulgada dentro de quarenta e oito horas pelo Prefeito, nos casos dos parágrafos 3º e 5º, o Presidente da Câmara Municipal o promulgará, e se este não o fizer em igual prazo, caberá ao Vice-Presidente fazê-lo.

§ 8º O prazo previsto no § 4º corre nos períodos de recesso da Câmara Municipal.

§ 9º A manutenção do veto não restaura matéria suprimida ou modificada pela Câmara Municipal.

§ 10. Na Apreciação do veto a Câmara Municipal não poderá introduzir qualquer modificação no texto aprovado.

§ 11. Todos os atos produzidos e publicados pelo Executivo deverão ser copiados e essas cópias encaminhadas à Câmara de Vereadores, no prazo de três dias, após sua publicação. (NR)”

Art. 25. Atribui novo texto ao art. 57 da Lei Orgânica do Município:

“Art. 57. O projeto de lei que receber parecer contrário de todas as Comissões será arquivado, sem deliberação de Plenário. (NR) ”

Art. 26. O art. 59 da Lei Orgânica do Município é modificado nos seguintes termos:

“Art. 59. O projeto de decreto legislativo é a proposição destinada a regular matéria de competência privativa da Câmara Municipal que produza efeitos externos, não dependendo, porém, da sanção do Prefeito. (NR) ”

Art. 27. Dá nova redação ao art. 60 da Lei Orgânica do Município:

“Art. 60. O projeto de resolução é a proposição destinada a regular matéria político-administrativa da Câmara, de sua competência privativa, e não depende de sanção do Prefeito. (NR) ”

Art. 28. A redação do art. 63 da Lei Orgânica do Município é modificada nos seguintes termos:

“Art. 63. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

Parágrafo único. O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas do Estado de Santa Catarina. (NR) ”

Art. 29. Concede ao art. 66 da Lei Orgânica do Município o seguinte texto:

“Art. 66. O julgamento, pela Câmara Municipal, do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado, sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, será feito de acordo com as normas definidas no Regimento Interno, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa. (NR) ”

Art. 30. O art. 69 da Lei Orgânica do Município recebe a seguinte redação:

“Art. 69. As contas da administração direta e indireta do Município serão submetidas ao exame e julgamento, pelo controle externo, nos prazos e na forma definidos em lei ou em resolução definida pelo Tribunal de Contas do Estado.

Parágrafo único. O Prefeito e o Presidente da Câmara, respectivamente ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo, darão ampla divulgação, inclusive por meios eletrônicos, das contas públicas sob sua responsabilidade, nos termos e na forma referidos na legislação federal. (NR) ”

Art. 31. Atribui novo texto ao art. 73 da Lei Orgânica do Município:

“Art. 73. O Prefeito e Vice-Prefeito tomarão posse no dia 1º de janeiro do ano subsequente à eleição, em Sessão Solene da Câmara Municipal, prestando o compromisso de manter, defender e cumprir as Constituições Federal, Estadual, a Lei Orgânica, observar as leis da União, do Estado e do Município, promover o bem geral dos munícipes e exercer o cargo sob a inspiração de democracia, da legitimidade e da legalidade.

§ 1º Se, decorridos dez dias da data fixada para a posse, o Prefeito ou o Vice-Prefeito, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.

§ 2º Enquanto não ocorrer a posse do Prefeito, assumirá o Vice-Prefeito, e na falta ou impedimento deste, o Presidente da Câmara.

§ 3º No ato da posse, anualmente e ao término do mandato, o Prefeito e o Vice-Prefeito farão a entrega da declaração de seus bens, para fins de registro e de divulgação. (NR) ”

Art. 32. A redação do art. 74 da Lei Orgânica do Município passa a constar com o texto que segue:

“Art. 74. Substituirá o Prefeito, no caso de impedimento, e suceder-lhe-á, no de vaga, o Vice-Prefeito.

Parágrafo único. O Vice-Prefeito, além de outras atribuições definidas em lei, auxiliará o Prefeito, quando designado, para missões especiais. (NR) ”

Art. 33. Atribui novo texto ao art. 78 da Lei Orgânica do Município:

“Art. 78. O Prefeito e Vice-Prefeito, quando no exercício do cargo, residirão no Município e não poderão ausentar-se do Município por mais de quinze dias, ou viajar para fora do País sem licença da Câmara Municipal, sob pena de perda do cargo.

§ 1º O Prefeito regularmente licenciado terá o direito a perceber remuneração quando:

I – estiver impossibilitado de exercer o cargo por motivo de doença;

II – em gozo de férias;

III – a serviço ou em missão de representação do Município;

IV – em licença-maternidade ou licença-paternidade.

§ 2º O Prefeito gozará férias anuais de trinta dias, sem prejuízo de remuneração, ficando a seu critério a época para usufruir do descanso.

§ 3º O Prefeito em gozo de férias, não necessitará licença da Câmara Municipal para ausentar-se do Município ou viajar para fora do País. (NR) ”

Art. 34. O art. 85 da Lei Orgânica do Município passa a constar com o seguinte texto:

“Art. 85. A extinção ou a cassação do mandato do Prefeito e do Vice-Prefeito, bem como a apuração dos crimes de responsabilidade do Prefeito ou seu substituto, ocorrerão na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica e na Legislação Federal.

Parágrafo único. A perda do mandato do Prefeito ou do Vice-Prefeito será declarada por meio de decreto legislativo. (NR) "

Art. 35. Concede novo texto ao art. 87 da Lei Orgânica do Município:

"Art. 87. Ao Prefeito compete, entre outras atribuições:

- I – iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica;
 - II – representar o Município em juízo e fora dele;
 - III – sancionar, promulgar e fazer publicar as leis aprovadas pela Câmara Municipal e expedir os regulamentos para a sua fiel execução;
 - IV – vetar, no todo ou em parte, projetos de leis, na forma prevista nesta Lei Orgânica;
 - V – decretar, nos termos da lei, a desapropriação por necessidade de utilidade pública, ou por interesse social;
 - VI – expedir decretos, portarias e outros atos administrativos;
 - VII – permitir ou autorizar o uso de bens municipais por terceiros;
 - VIII – permitir ou autorizar a execução de serviços públicos por terceiros;
 - IX – dispor sobre a organização e o funcionamento da administração municipal na forma da lei;
 - X – prover ou extinguir os cargos públicos municipais, na forma da lei, e expedir os demais atos referentes à situação funcional dos servidores;
 - XI – enviar à Câmara Municipal o projeto do plano plurianual, da lei das diretrizes orçamentárias e da lei do orçamento, nos prazos definidos em lei;
 - XII – encaminhar à Câmara Municipal e ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, até o dia 31 de março de cada ano, a prestação de contas bem como os balanços de exercício financeiro findo;
 - XIII – encaminhar aos órgãos competentes os planos de aplicação e as prestações de contas exigidas em lei;
 - XIV – fazer publicar os atos oficiais;
 - XV – prestar à Câmara Municipal, dentro de trinta dias, as informações solicitadas na forma regimental;
 - XVI – prover os serviços e obras da administração pública;
 - XVII – superintender a arrecadação dos tributos e preços bem como a guarda e aplicação da receita, autorizando as despesas e pagamentos dentro das disponibilidades orçamentárias ou dos créditos votados pela Câmara Municipal;
 - XVIII – colocar à disposição da Câmara Municipal, dentro de dez dias de sua requisição, as quantias que devam ser despendidas de uma só vez até o dia 20 de cada mês, a parcela correspondente ao duodécimo de sua dotação orçamentária;
 - XIX – aplicar multas previstas em lei e contratos, bem como relevá-las quando impostas irregularmente;
 - XX – resolver sobre requerimentos, reclamações ou representações que lhe forem dirigidas;
 - XXI – oficializar, obedecidas as normas urbanísticas aplicáveis, as vias e logradouros públicos, mediante denominação aprovada pela Câmara Municipal;
 - XXII – convocar extraordinariamente a Câmara Municipal quando o interesse da administração o exigir;
 - XXIII – aprovar projetos de edificações e planos de loteamento, arruamento e zoneamento ou para fins urbanos;
 - XXIV – apresentar, anualmente, à Câmara Municipal, relatório circunstanciado, sobre o estado das obras e dos serviços municipais, bem assim o programa da administração para o ano seguinte;
 - XXV – providenciar sobre a administração dos bens do Município e sua alienação, na forma da lei;
 - XXVI – contrair empréstimos e realizar operações de crédito, mediante prévia autorização da Câmara;
 - XXVII – organizar e dirigir, nos termos da lei, os serviços relativos às terras do Município;
 - XXVIII – desenvolver o sistema viário do Município;
 - XXIX – conceder auxílios, prêmios e subvenções, nos limites das respectivas verbas orçamentárias e do plano de distribuição prévia e anualmente aprovado pela Câmara;
 - XXX – providenciar sobre o incremento do ensino;
 - XXXI – estabelecer a divisão administrativa do Município de acordo com a lei;
 - XXXII – solicitar o auxílio das autoridades policiais do Estado para garantia do cumprimento de seus atos;
 - XXXIII – solicitar, obrigatoriamente, autorização à Câmara para ausentar-se do Município por tempo superior a quinze dias, exceto no período de férias, na hipótese de licença gestante ou paternidade ou em caso de moléstia devidamente comprovada;
 - XXXIV – publicar anualmente os valores dos subsídios e da remuneração dos cargos e empregos públicos do Poder Executivo;
 - XXXV – adotar providências para a conservação e salvaguarda do patrimônio municipal;
 - XXXVI – publicar, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, o relatório resumido da execução orçamentária;
 - XXXVII – elaborar o Plano Diretor, obedecidos os princípios constitucionais e o que determinam os arts. 39 a 42 da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, principalmente no que tange à realização das audiências públicas, na forma da lei;
 - XXXVIII – elaborar o Plano Diretor;
 - XXXIX – exercer outras atribuições previstas nesta Lei Orgânica;
 - XL – elaborar, publicar e divulgar o relatório de gestão fiscal do Poder Executivo, nos termos e na forma definidos em lei federal.
- Parágrafo único. O Prefeito poderá delegar por decreto, aos Secretários Municipais ou Diretores equivalentes, funções administrativas que não sejam de sua competência exclusiva. (NR)"

Art. 36. Dá ao art. 93 da Lei Orgânica do Município a seguinte redação:

"Art. 93. Os Secretários Municipais ou Diretores equivalentes são auxiliares diretos do Prefeito e devem ser escolhidos entre os cidadãos residentes no Município de Ipumirim, maiores de dezoito anos, no gozo dos direitos políticos.

Parágrafo único. São atribuições dos Secretários Municipais ou Diretores equivalentes, além de outras estabelecidas por esta Lei Orgânica e nas leis:

- I – exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da administração Municipal na área de sua competência;
- II – referendar os atos e decretos assinados pelo Prefeito, pertinentes a sua área de competência;
- III – apresentar ao Prefeito relatório anual dos serviços relacionados na Secretaria ou Diretoria;
- IV – praticar os atos pertinentes às atribuições que lhe forem outorgadas ou delegadas pelo Prefeito;
- V – expedir instruções para a execução das leis, regulamentos e decretos;

VI – comparecer à Câmara Municipal ou a suas Comissões, nos casos e para os fins indicados nesta Lei Orgânica. (NR) ”

Art. 37. O texto do art. 95 da Lei Orgânica do Município passa a constar com a redação a seguir transcrita:

“Art. 95. Os Secretários ou Diretores equivalentes serão nomeados em cargo de comissão de primeiro escalão, na condição de agentes políticos, devendo apresentarem declaração de bens no ato de posse, anualmente e no ato de exoneração, para fins de divulgação e de registro funcional, sujeitando-se às mesmas incompatibilidades e proibições estabelecidas para os Vereadores.

Parágrafo único. Os Secretários Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídios fixados em parcela única por lei de iniciativa do Poder Legislativo, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecendo em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI da Constituição Federal. (NR) ”

Art. 38. A redação do art. 101 da Lei Orgânica do Município é modificada conforme segue:

“Art. 101. A administração pública direta e indireta, de qualquer dos poderes do Município, obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, e também ao seguinte:

I – os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como os estrangeiros, na forma da lei;

II – somente por lei específica poderão ser criadas empresas públicas;

III – depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada;

IV – ressalvados os casos específicos na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, exigindo-se a qualificação técnica e econômica indispensável à garantia do cumprimento das obrigações.

§ 1º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos da Administração Pública, ainda que não custeadas diretamente por esta, deverão ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, delas não podendo constar símbolos, expressões, nomes ou imagens que caracterizam promoção pessoal de autoridade ou servidores públicos, e serão suspensas noventa dias antes das eleições, ressalvadas as essenciais ao interesse público.

§ 2º A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente:

I – as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços;

II – o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII, da Constituição Federal.

III – a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na administração pública.

§ 3º Os atos de improbidade administrativa importarão na suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, na indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e graduação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

§ 4º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

§ 5º O Poder Executivo e Legislativo publicarão anualmente os valores dos subsídios e da remuneração dos cargos e empregos públicos no âmbito da sua competência. (NR) ”

Art. 39. Inclui o art. 103 na Lei Orgânica do Município com o seguinte texto:

“Art. 103. O Município instituirá Conselho de Política de Administração e remuneração de pessoal integrado por servidores designados pelos respectivos poderes, atendendo as disposições aos princípios e aos direitos que lhe são aplicáveis pela Constituição Federal, dentre os quais, os concernentes a:

I – salário-mínimo capaz de atender às necessidades vitais básicas do servidor e as de sua família, com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte, com reajustes periódicos de modo a preservar-lhe o poder aquisitivo, vedada sua vinculação para qualquer fim, ressalvado o disposto nos arts. 114 e 115 desta Lei Orgânica;

II – irredutibilidade do salário ou vencimento, observado o disposto no art. 113;

III – remuneração dos servidores públicos e os subsídios dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autarquia e fundacional, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebida cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio, em espécie, do Prefeito Municipal;

IV – décimo terceiro salário, com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;

V – remuneração do trabalho noturno superior ao diurno;

VI – salário-família aos dependentes;

VII – duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, na forma da lei;

VIII – repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;

IX – serviço extraordinário com remuneração, no mínimo superior em cinquenta por cento à do normal;

X – gozo de férias anuais remuneradas em, pelo menos, 50% a mais do que o salário normal;

XI – licença remunerada à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias, bem como licença-paternidade, nos termos fixados em lei;

XII – redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

XIII – o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica.

§ 1º A fixação dos padrões de vencimentos e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

I – a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade de cada carreira;

II – os requisitos para investidura;

III – as peculiaridades dos cargos;

§ 2º A lei poderá estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir, e o seguinte:

I – as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;

II – a remuneração dos servidores e os subsídios dos Secretários Municipais somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privada em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

III – a remuneração dos servidores públicos, o subsídio dos agentes políticos, os proventos e pensões pagos pela administração pública municipal não poderão exceder o valor do subsídio mensal do Prefeito;

IV – é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para efeitos de remuneração de pessoal do serviço público;

V – a remuneração dos servidores municipais organizados em carreira serão fixados através de lei do plano de cargos e salários;

VI – a proibição de diferença de salário e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor, religião ou estado civil;

VII – a remuneração do titular quando em substituição ou designação para responder pelo expediente;

VIII – a percepção dos vencimentos e proventos até o último dia do mês a que correspondem;

IX – o vale-transporte, nos casos previstos em lei;

X – a livre associação sindical;

XI – a greve, nos termos e nos limites definidos em lei complementar federal;

XII – a participação nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de decisão e deliberação;

XIII – progresso funcional através de:

a) promoção por tempo de serviço a cada quinquênio;

b) progressão por merecimento.

XIV – nenhum servidor será designado para funções não constantes das atribuições do cargo que ocupa, a não ser em substituição e, se acumulada, com gratificação na forma da lei;

XV – a administração fazendária e seus servidores terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, procedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;

XVI – fica assegurado à servidora pública que seja mãe, tutora, curadora ou responsável pela criação, educação e proteção de excepcional, de qualquer idade, com deficiência comprovada e considerada dependente sócio-educacional, o direito de licenciar-se de parte da jornada de trabalho, sem prejuízo da remuneração, respeitado o cumprimento de vinte horas semanais, mediante regulamentação. (NR) "

Art. 40. O art.119 passa a conter a redação que segue:

"Art. 119. O servidor Municipal será responsável civil, criminal e administrativamente pelos atos que praticar no exercício de cargo ou função ou a pretexto de exercê-lo. (NR) "

Art. 41. Altera a redação do art. 127 da Lei Orgânica do Município, conforme segue:

"Art. 127. O Município poderá realizar obras e serviços de interesse comum, mediante:

I – convênio com a União e com o Estado;

II – parceria com organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para o atendimento de interesse público e recíproco;

III – consórcio com outros municípios. (NR) "

Art. 42. Atribui nova redação ao art. 137 da Lei Orgânica do Município:

"Art. 137. O Município poderá constituir, por lei, guarda municipal, observadas as condições indicadas na legislação federal. (NR) "

Art. 43. Modifica o texto do art. 141 da Lei Orgânica do Município, que passa a contar com a seguinte redação:

"Art. 141. A publicidade dos atos municipais, dos Poderes Executivo e Legislativo, far-se-ão em órgão definido, por lei, como sendo diário oficial, sem prejuízo de divulgação, por meios eletrônicos.

§ 1º Nenhum ato produzirá efeito antes de sua publicação.

§ 2º A publicidade dos atos não normativos, pela imprensa, poderá ser resumida. (NR) "

Art. 44. Renumeros os incisos do art. 148 da Lei Orgânica do Município da seguinte forma:

"Art. 148. São de competência do Município os impostos sobre:

I – propriedade predial e territorial urbana;

II – transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;

III – serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência do Estado, definidos em lei complementar prevista no art. 146 da Constituição Federal.

§ 1º Sem prejuízo da progressividade no tempo a que se refere o art. 182, § 4º, da Constituição Federal, inciso II, o imposto previsto no inciso I poderá:

I – ser progressivo em razão do valor do imóvel;

II – ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.

§ 2º O imposto previsto no inciso II, não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes da fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e a venda desses bens e direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil. (NR) "

Art. 45. Acrescenta o art. 152-A ao texto da Lei Orgânica do Município, nos seguintes termos:

“Art. 152-A. O Município poderá instituir contribuição, na forma da respectiva lei, para o custeio do serviço de iluminação pública, observado o disposto no art. 150, I e III, da Constituição Federal.

Parágrafo único. É facultada a cobrança da contribuição a que se refere o caput, na fatura de consumo de energia elétrica. ”

Art. 46. Dá nova redação ao art. 155 da Lei Orgânica do Município:

“Art. 155. São as seguintes participações em tributos da União e do Estado.

I – o produto da arrecadação do Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pela administração direta, autarquia e fundações municipais;

II – cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre propriedade rural, relativamente aos imóveis nela situados, cabendo a totalidade na hipótese da opção a que se refere o art. 153, § 4º, III da Constituição Federal;

III – cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados no território do Município;

IV – quota-parte do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicações;

V – quota-parte do Fundo de Participação dos Municípios, constituída dos impostos de Renda e de produtos industrializados, arrecadados pela União. (NR) ”

Art. 47. O texto do art. 164 da Lei Orgânica do Município é modificado nos seguintes termos:

“Art. 164. Obedecidas às normas estabelecidas no art. 165 da Constituição Federal, o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei do Orçamento Anual, das diversas unidades gestoras da administração municipal, obedecerão aos seguintes prazos para encaminhamento e votação na Câmara Municipal:

I – o projeto de lei do plano plurianual será encaminhado à Câmara Municipal, pelo Poder Executivo, até 1º de setembro do primeiro ano do mandato;

II – o projeto de lei das diretrizes orçamentárias será encaminhado à Câmara Municipal, pelo Poder Executivo, até o dia 1º de setembro de cada exercício;

III – o projeto de lei do orçamento anual será encaminhado à Câmara Municipal, pelo Poder executivo, até o dia 1º de novembro de cada exercício.

§ 1º A Câmara Municipal apreciará, votará e devolverá ao Executivo Municipal os instrumentos de planejamentos referidos nos incisos deste artigo:

I – o plano plurianual até 31 de outubro do primeiro ano do mandato;

II – a lei de diretrizes orçamentárias até 15 de outubro de cada exercício;

III – o projeto de lei do orçamento anual até o dia 22 de dezembro de cada exercício.

§ 2º Vencidos quaisquer dos prazos estabelecidos no § 1º deste artigo sem que tenha concluída a votação, a Câmara passará a realizar votações diárias até concluírem a votação da matéria objeto da discussão, sobrestando todas as outras matérias em tramitação.

§ 3º Os planos e programas setoriais serão elaborados em consonância com o Plano Plurianual e apreciados pela Câmara Municipal. (NR) ”

Art. 48. Atribui novo texto ao art. 166 da Lei Orgânica do Município:

“Art. 166. Os projetos de lei relativos ao orçamento anual, do plano plurianual e os créditos adicionais serão apreciados pela Câmara Municipal na forma de seu regimento.

§ 1º Caberá à Comissão Permanente de Orçamento e Finanças:

I – examinar e emitir sobre os planos e programas de investimentos e exercer o acompanhamento e fiscalização orçamentária, sem prejuízo das demais comissões da Câmara;

II – examinar e emitir parecer sobre os projetos e as contas apresentadas anualmente pelo Prefeito Municipal;

III – realizar as audiências públicas para todas as leis orçamentárias, na forma de seu regimento interno, incentivando amplamente a população à participação.

§ 2º As emendas ao projeto de lei de orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovados caso:

I – sejam compatíveis com o plano plurianual;

II – indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas as que incidam sobre:

a) dotação para pessoal e seus encargos;

b) serviços da dívida.

III – sejam relacionadas:

a) com correção de erros ou omissões;

b) com dispositivo do texto do projeto de lei.

§ 3º Aplica-se ao processo legislativo orçamentário as normas do orçamento impositivo previstas nos §§ 9º a 18 do art. 166 da Constituição Federal. (NR) ”

Art. 49. O art. 167 da Lei Orgânica do Município é alterado nos seguintes termos:

“Art. 167. O Prefeito poderá enviar Mensagem à Câmara Municipal para propor modificação aos projetos do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual até o início de suas respectivas votações na Comissão de Orçamento e Finanças. (NR) ”

Art. 50. Altera a redação do art. 203 da Lei Orgânica do Município:

“Art. 203. O Município integra o sistema único de saúde, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

- I – descentralização política, administrativa e financeira com direção única em cada esfera de governo;
- II – atendimento integral com prioridade para as ações preventivas e coletivas, adequadas à realidade epidemiológica, sem prejuízo das assistenciais e individuais;
- III – universalização da assistência de igual qualidade dos serviços de saúde à população urbana e rural;
- IV – participação da comunidade.

Parágrafo único. As ações e serviços de saúde serão planejados, executados e avaliados através de equipes interdisciplinares, constituindo-se o Conselho Municipal de Saúde, cuja constituição e competência serão definidas em lei. (NR) ”

Art. 51. Suprime o inciso VII do art. 212 da Lei Orgânica do Município, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 212. O Município, isoladamente ou em cooperação, manterá programas destinados à assistência a pessoa portadora de deficiência e com o objetivo de assegurar:

- I – respeito aos direitos humanos;
- II – tendo discernimento, ser ouvida sempre que esteja em causa o seu direito;
- III – não ser submetida a intromissões arbitrárias e ilegais na vida privada, na família, no domicílio ou na correspondência;
- IV – livre expressão de sua opinião sobre todas as questões, consoante a idade e maturidade;
- V – atendimento médico e psicológico imediato em caso de exploração sexual, tortura, pressão psicológica ou intoxicação por efeito de entorpecentes e drogas;
- VI – gratuidade dos transportes coletivos em linhas municipais, assim classificadas pelos poderes concedentes, aos aposentados por qualquer deficiência;

Parágrafo único. Caso o Município não mantenha estrutura própria para atender ao disposto no Inciso VII deste artigo, poderá conveniar com instituição especializada. (NR) ”

Art. 52. Modifica o teor do art. 214 na Lei Orgânica do Município pelo texto que segue:

“Art. 214. O ensino será ministrado nos seguintes princípios:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III – pluralismo de ideias e de condições pedagógicas;
- IV – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- V – garantia do padrão de qualidade;
- VI – valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;
- VII – promoção da integração escola e comunidade;
- VIII – piso remuneratório profissional definido por lei federal para os profissionais da educação escolar pública. (NR) ”

Art. 53. O texto do art. 215 da Lei Orgânica do Município é alterado conforme segue:

“Art. 215. O dever do Município com a educação será efetivado mediante a garantia de:

- I – ensino infantil e fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiverem acesso na idade própria;
- II – definição pelo Município de formas de colaboração com o Estado, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório;
- III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
- IV – educação infantil para as crianças de zero a cinco anos e onze meses, incluindo programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;
- V – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
- VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;
- VII – atendimento ao educando do ensino fundamental através de programas suplementares de material didático, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo, acionável mediante mandato de injunção.

§ 2º O não oferecimento do ensino obrigatório pelo Município, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola. (NR) ”

Art. 54. Altera a redação do art. 220 da Lei Orgânica do Município:

“Art. 220. O Município aplicará anualmente vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, com observância ao estabelecido no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério, na manutenção e no desenvolvimento do Sistema de Ensino no Município.

§ 1º Os recursos municipais destinados à educação serão aplicados, principalmente, nas escolas públicas, visando ao atendimento das necessidades do Ensino Obrigatório, nos termos do Plano Nacional de Educação.

§ 2º Para garantir o disposto no art. 215, o Município, além da concessão de bolsas de estudo, prestará assistência técnica e financeira às escolas comunitárias, filantrópicas e confessionais.

§ 3º O Município poderá cooperar na manutenção das escolas da rede pública estadual e federal, através da assistência técnica e financeira. A forma de cooperação e repasse financeiro será objeto de convênio com as Associações de Pais e Professores.

§ 4º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere à universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do Plano Nacional de Educação.

§ 5º As cotas municipais da arrecadação da contribuição social do salário-educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica na rede pública municipal de ensino.

§ 6º Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação, como proporção do produto interno bruto. (NR) ”

Art. 55. Altera a redação do art. 221 da Lei Orgânica do Município:

“Art. 221. O Município criará e instalará Conselho Municipal de Educação, cuja constituição e competência serão definidas em lei.
Parágrafo único. O Município poderá participar do Conselho Microrregional de Educação, obedecidas as normas estabelecidas pelos órgãos competentes. (NR) ”

Art. 56. O art. 223 da Lei Orgânica do Município é alterado nos seguintes termos:

“Art. 223. A política cultural de Ipumirim será definida com ampla participação popular, baseada nos seguintes princípios:

I – incentivo e valorização de todas as formas de expressão cultural;

II – integração com as políticas de comunicação, ecológica, educacional e lazer;

III – criação de espaços e equipamentos públicos e privados, destinados a manifestações artísticas e culturais;

IV – preservação da identidade e da memória Ipumirinese;

V – concessão de apoio administrativo, técnico e financeiro às entidades culturais municipais. (NR) ”

Art. 57. Altera o art. 225 da Lei Orgânica do Município, que passa a vigorar da seguinte forma:

“Art. 225. O Departamento Municipal de Cultura será o órgão gestor do Sistema Municipal de Cultura, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes. (NR) ”

Art. 58. Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 59. Revoga os seguintes dispositivos da Lei Orgânica do Município:

I – art. 81;

II – art. 96;

III – arts. 97;

IV – arts. 98;

V – art. 1º Das Disposições Gerais e Transitórias;

VI – art. 2º Das Disposições Gerais e Transitórias;

VII – art. 4º Das Disposições Gerais e Transitórias;

VIII – art. 10 Das Disposições Gerais e Transitórias.

Ipumirim-SC 26 de dezembro de 2016

Osmar José Simon

Presidente

Mauro Antônio Gabardo

Vice-Presidente

Gilmar Cavaliere

Primeiro Secretário

Registra-se e publica-se

Em 26 de dezembro de 2016

Edson Luiz Bogoni

Agente Legislativo

EXTRATO DE CONTRATO Nº 83-2016-VIAGENS ZONTA LTDA - ME/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 83/2016

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2012, Processo de Licitação nº 46/2012, homologado em 14 de maio de 2012.

Objeto: DÉCIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO Nº 50/2012 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA VIAGENS ZONTA LTDA ME, PARA O ANO DE LETIVO DE 2017.

Valor: R\$ 0,01 (Um Centavo)

Assinatura: 26/12/2016 Vigência: 01/01/2017 Á 31/12/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: VIAGENS ZONTA LTDA - ME, situada na RUA 7 DE SETEMBRO, Bairro CENTRO, CIDADE DE LINDÓIA DO SUL-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.788.333/0001-90.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 84-2016-TRANSPORTES COLETIVOS UNIDOS LTDA-ME/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 84/2016

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2012, Processo de Licitação nº 46/2012, homologado em 14 de maio de 2012.

Objeto: SETIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO Nº 51/2012 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA TRANSPORTES COLETIVOS UNIDOS LTDA - ME, PARA O ANO LETIVO DE 2017.

Valor: R\$ 0,01 (Um Centavo)

Assinatura: 26/12/2016 Vigência: 01/01/2017 Á 31/12/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: TRANSPORTES COLETIVOS UNIDOS LTDA-ME, situada na RUA BARÃO DO RIO BRANCO Nº 259, BAIRRO CENTRO, CIDADE DE LINDÓIA DO SUL-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 75.484.311/0001-72.

PORTARIA Nº. 462/2016 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2.016.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS EFETIVOS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei Complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta,

CONCEDE

Fica concedidas férias coletiva para as Servidores Públicos Municipais da Educação, conforme relação abaixo:

Nº	NOME	CARGO	PERÍODO	GOZO
0647	Maria Salete Cristani	Zeladora	2014/2015	05/01/2017 a 24/01/2017
1659	Clenir Rosa C. Bicigo	Zeladora	2015/2016	05/01/2017 a 24/01/2017
1701	Ivete Heller Drehmer	Zeladora	2015/2016	05/01/2017 a 24/01/2017
2037	Claudete Maria Baron	Zeladora	2015/2016	05/01/2017 a 24/01/2017
2006	Marilene Vottri	Zeladora	2015/2016	05/01/2017 a 24/01/2017

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produza efeitos a partir de 05 de Janeiro de 2016.

Ipumirim - SC, 26 de Dezembro de 2.016.

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 465/2016 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

REVOGA PORTARIAS QUE CONCEDEU GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO A SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS EFETIVOS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 84 da Lei Complementar 001/2002 de 27 de Setembro de 2002.

REVOGA

Art. 1º - Ficam revogadas as seguintes portarias que concederam Gratificação de Função, conforme abaixo relacionadas.

Cadastro	Nome do servidor	Nº.Portaria
2034	ELIANA MOCELIN	0310/2016
0528	IONE FARINA	0118/2013
0653	IONE FARINA	0118/2013
0158	LEDA ISABEL BIFFI SPRICIGO	0288/2013

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, a presente portaria produzira efeitos a partir de 31 de Dezembro de 2016.

Ipumirim - SC, 27 de Dezembro de 2.016.

VALDIR ZANELLA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº.461/2016 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2.016.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS EFETIVOS A PEDIDOS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei Complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta,

CONCEDE

Fica concedidas férias coletiva para as Servidores Públicos Municipais da Creche Municipal, conforme relação abaixo:

Nº	NOME	CARGO	PERIODO	GOZO
1665	Claudete W. Drehmer	Aux. de Creche	2015/2016	02/01/2016 a 16/01/2016
1840	Cristiana Z. Ungaratti	Aux. de Creche	2015/2016	02/01/2016 a 16/01/2016
1964	Vania L. Tedesco	Aux. de Creche	2015/2016	02/01/2016 a 16/01/2016
1954	Rosmeri Simon	Aux. de Creche	2015/2016	02/01/2016 a 16/01/2016
2056	Ivete Antunes	Aux. de Creche	2015/2016	02/01/2016 a 16/01/2016
1691	Rosani S. G. Schmidt	Aux. de Creche	2015/2016	02/01/2016 a 16/01/2016
2051	Ivete F. Techio	Aux. de Creche	2015/2016	02/01/2016 a 16/01/2016
1830	Leila C. M. Ferrari	Aux. de Creche	2015/2016	02/01/2016 a 16/01/2016
1671	Sidene D.D. Serafin	Zeladora	2015/2016	02/01/2016 a 16/01/2016
2277	Marici Venancio	Zeladora	2015/2016	02/01/2016 a 16/01/2016

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzira efeitos a partir de 02 de Janeiro de 2016.

Ipumirim - SC, 26 de Dezembro de 2.016.

VALDIR ZANELLA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº.463/2016 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2.016.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS EFETIVOS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei Complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta,

CONCEDE

Fica concedidas férias coletiva para as Servidores Públicos Municipais da Educação, conforme relação abaixo:

Nº	NOME	CARGO	PERIODO	GOZO
0530	Adriane C. G. Raymundi	Professora	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
0699	Adriane C. G. Raymundi	Professora	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017

2020	Bernadete F. Vasselai	Professora	2016/2017	05/01/2017 a 03/02/2017
2063	Caroline Biffi Zulian	Professora	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
2217	Danieli F. B. Perreira	Professora	2016/2017	05/01/2017 a 03/02/2017
1051	Dilviana Cason	Professora	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
1126	Dinamar C. L. Patzlaff	Professora	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
1702	Dinamar C. L. Patzlaff	Professora	2016/2017	05/01/2017 a 03/02/2017
2021	Edson Pedroso	Professor	2016/2017	05/01/2017 a 03/02/2017
0540	Eliane R. B. Rossetto	Professora	2014/2015	05/01/2017 a 03/02/2017
2050	Fernando Hermann	Professor	2016/2017	05/01/2017 a 03/02/2017
2047	Gidiomar Techio	Professor	2016/2017	05/01/2017 a 03/02/2017
0051	Ilse Falabretti Albiero	Professora	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
0612	Ivalene Pellin Klee	Professora	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
0721	Ivalene Pellin Klee	Professora	2015/2015	05/01/2017 a 03/02/2017
2048	Jacinta Melania Spricigo	Professora	2016/2017	05/01/2017 a 03/02/2017
0067	Janete R. Kist Neis	Professora	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
0541	Judite Zat Weingartner	Professora	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
0082	Margareth B. de Mello	Professora	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
0529	Margareth B. de Mello	Professora	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
1763	Mariana R. C. Machado	Professora	2016/2017	05/01/2017 a 03/02/2017
0092	Marisa Pick Baller	Professora	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
2070	Idiane P. Wildner	Professora	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
0097	Marlete Pereira	Professora	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
2044	Marlete Pereira	Professora	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
0531	Olivo Santian	Professor	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
2003	Rosalia T. Reis Techio	Professora	2016/2017	05/01/2017 a 03/02/2017

Nº	NOME	CARGO	PERIODO	GOZO
0111	Rosane Heemann	Professora	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
0588	Rosane Heemann	Professora	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
0538	Roselei Regert	Professora	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
0652	Rosmeri G. Falabretti	Professora	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
0535	Saete Inês Lecardelli	Professora	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
0651	Saete Inês Lecardelli	Professora	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
1111	Vanderson Cerutti	Professor	2016/2017	05/01/2017 a 03/02/2017
1103	Vivia Cenci Formagini	Professora	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
2095	Werenise S. Ludescher	Professora	2016/2017	05/01/2017 a 03/02/2017
1048	Ludimar B. Boldori	Secretaria	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
0318	Loiri Saete P. Saqntian	Professora	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
0528	Ione Farina	Professora	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
0653	Ione Farina	Professora	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
0650	Marli Carmen Grosbelli	Professora	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
1056	Marli Carmen Grosbelli	Professora	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
1311	Aneliria Tecchio	Professora	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
0683	Susimar Inês Peretti	Professora	2016/2017	05/01/2017 a 03/02/2017
1822	Ivanete S. Locatelli	Professora	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
1965	Nelisse Saete Pagliosa	Professora	2016/2017	05/01/2017 a 03/02/2017
1719	Gabriele Fracasso	Professora	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
1696	Juares Lopes da Silva	Professor	2016/2017	05/01/2017 a 03/02/2017
1304	Adriana Ongaratto	Secret. Escola	2013/2014	05/01/2017 a 03/02/2017
2034	Elia C. H. Mocelin	Professora	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017
2052	Patricia Moterle	Professora	2016/2017	05/01/2017 a 03/02/2017
0158	Leda I. Biffi. Spricigo	Professora	2015/2016	05/01/2017 a 03/02/2017

Ipumirim - SC, 26 de Dezembro de 2.016.

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 458/2016 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A TELMA BATISTA TAVELA matrícula 1983, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 02/05/2015 a 01/05/2016 e gozo de 02/01/2017 a 31/01/2017.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 02/01/2017.

Ipumirim - SC, 26 de Dezembro de 2016.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 467/2016 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

REVOGA PORTARIA 052/2016 QUE ALTERA EM CARÁTER TEMPORÁRIO A CARGA HORARIA DE MEMBRO DO MAGISTERIO PUBLICO MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº. 072 de 16 de Dezembro de 2009.

ALTERA CARGA HORARIA

Fica revogada a portaria 052/2016 que alterava temporariamente a carga horária que nomeia a senhora ROSMERI GUERINI FALABRETTI, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade nº. 2.466.467 e CPF sob o nº. 690.608.359-72, residente e domiciliada nesta cidade de Ipumirim – SC, no cargo de provimento efetivo de PROFESSORA – NEM PROFESSOR CLAUDINO LOCATELLI, de 40 horas semanais para 20 horas semanais, auferindo os vencimentos previstos no nível inicial do anexo III, categoria – Ensino Superior da Lei Complementar nº 003/2002.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2017.

Ipumirim - SC, 27 de Dezembro de 2016.

VALDIR ZANELLA

Prefeito

PORTARIA Nº. 468/2016 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

REVOGA PORTARIA 108/2016 QUE ALTERAVA TEMPORARIAMENTE CARGA HORÁRIA E DESIGNA PARA ATUAR COMO PROFESSORA SUBSTITUTA E NA BIBLIOTECA NO NEM PROFESSOR CLAUDINO LOCATELLI E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº. 072 de 16 de Dezembro de 2009.

ALTERA

Fica revogada a portaria 108/2016 que alterava a carga horária da senhora CAROLINE BIFFI ZULIAN, brasileira, portadora da cédula de identidade nº. 3.186.020 e CPF sob o nº. 044.190.599-40, residente e domiciliada nesta cidade de Ipumirim – SC, no cargo de provimento efetivo de PROFESSORA – CIÊNCIAS – CATEGORIA ENSINO SUPERIOR, passando de 30 horas semanais para 20 horas semanais e designa para atuar como Professora Substituta e como responsável da biblioteca do Núcleo Educacional Municipal Professor Claudino Locatelli – Constante do Anexo I, quadro de pessoal dos membros do magistério público municipal, auferindo os vencimentos previstos no nível inicial do anexo III, categoria – Ensino Superior da Lei Complementar nº 003/2002. Voltando para sua carga horária de origem.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2017.

Ipumirim - SC, 27 de Dezembro de 2016.

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº.459/2016 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A RODRIGO MARCIEL ROSSATTO matrícula 1984, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 02/05/2015 a 01/05/2016 e gozo de 02/01/2017 a 31/01/2017.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 02/01/2017.

Ipumirim - SC, 26 de Dezembro de 2016.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº.460/2016 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A MARCOS GIOVANI COZER matrícula 2024-9, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 04/06/2014 a 04/06/2015 e 04/06/2015 a 04/06/2016 e gozo de 02/01/2017 a 31/01/2017.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 02/01/2017.

Ipumirim - SC, 26 de Dezembro de 2016.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº.464/2016 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A ANDRE DOS SANTOS matrícula 1993-3, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 2015 A 2016 e gozo de 02/01/2017 a 31/01/2017.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 02/01/2017.

Ipumirim - SC, 26 de Dezembro de 2016.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº.466/2016 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

REVOGA PORTARIA 117/2013 QUE ALTERA TEMPORARIAMENTE CARGA HORARIA E NOMEIA PARA A FUNÇÃO GRATIFICADA DE DIRETORA DA CRECHE MUNICIPAL PEDACINHO DO CÉU E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº. 072 de 16 de Dezembro de 2009.

ALTERA

Fica revoga a portaria 117/2013 da senhora IVANETE SIEBENEI-CHLER LOCATELLI, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade nº.3.781.249 e CPF sob o nº.039.825.719-10, residente e domiciliada nesta cidade de Ipumirim – SC, no cargo de provimento efetivo de PROFESSORA – ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – CATEGORIA ENSINO SUPERIOR, passando de 40 horas semanais para 20 horas semanais – Nível FG- 03, Constante do Anexo I, quadro de pessoal dos membros do magistério público municipal, auferindo os vencimentos previstos no nível inicial do anexo III, categoria – Ensino Superior da Lei Complementar nº 003/2002.voltando para a carga horária de origem.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2017.

Ipumirim - SC, 27 de Dezembro de 2016.

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 23, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016/CMV

RESOLUÇÃO Nº 23, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Ipumirim, Santa Catarina.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IPUMIRIM – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Inciso III do art. 35 da Lei Orgânica do Município e Alínea f, do Inciso III, do art. 44 do Regimento Interno, faz saber a

todos os habitantes do Município que o Plenário da Câmara Decreta e Ele Promulga a seguinte:

RESOLUÇÃO

TÍTULO I

DA CÂMARA MUNICIPAL

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A Câmara Municipal é o Poder Legislativo do Município de Ipumirim e compõe-se de nove Vereadores.

Art. 2º À Câmara Municipal compete o exercício das seguintes funções:

I – legislar sobre leis de interesse local ou que suplementem a legislação federal ou estadual, no que couber;

II – exercer a fiscalização e o controle externo da administração pública municipal;

III – julgar as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, após manifestação do Tribunal de Contas do Estado e consulta pública;

IV – definir prioridades para as políticas públicas municipais, deliberando sobre os projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual;

V – atuar como órgão mediador das discussões federativas e comunitárias;

VI – administrar-se institucionalmente, exercendo a gestão de seus serviços internos.

§1º A Câmara Municipal exercerá as funções referidas neste artigo com independência e harmonia, em relação ao Poder Executivo, deliberando sobre as matérias de sua competência, na forma prevista neste Regimento.

§2º Não será autorizada a publicação de pronunciamentos que envolvam:

I - ofensas às instituições nacionais;

II - propaganda de guerra;

III - subversão da ordem política ou social;

IV – preconceito de raça, religião ou classe;

V - crimes contra a honra;

VI – incentivo à prática de crimes de qualquer natureza.

Art. 3º A Câmara Municipal tem sua sede localizada na rua Bento Gonçalves, 220, 3º andar - Ipumirim, Santa Catarina, onde serão realizadas as suas atividades institucionais.

§ 1º As atividades da Câmara Municipal realizadas fora da sua sede serão nulas, exceto nos seguintes casos:

I – sessão solene;

II - sessão itinerante;

III – reunião de trabalho e audiência pública de Comissão.

§ 2º Nos casos dos incisos I e II do § 1º, a realização das atividades referidas dependerá da aprovação de requerimento de Vereador aprovado por maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

§ 3º A realização de reunião de trabalho e de audiência pública, nos termos do inciso III do § 1º, depende de deliberação da maioria dos membros de Comissão.

§ 4º Impedido o acesso ao recinto da Câmara Municipal, a Mesa Diretora designará outro local para a realização de suas atividades, enquanto perdurar a situação.

§ 5º Na hipótese do § 4º, as autoridades locais serão notificadas da mudança da sede da Câmara Municipal, com divulgação nos meios de comunicação e por meios eletrônicos.

§ 6º Na sede da Câmara Municipal não poderão ser realizados atos estranhos às suas atividades institucionais, salvo se houver cedência de suas dependências para reuniões cívicas, culturais, desde que não tenham interesse econômico, ou convenções partidárias.

§ 7º Havendo autorização, pela Mesa Diretora, para uso das dependências e dos equipamentos da Câmara Municipal, a entidade cessionária assinará termo de responsabilidade comprometendo-se a:

- I - realizar a devolução no horário acertado;
- II - entregar as dependências em condição de uso, inclusive com a limpeza dos ambientes utilizados;
- III - ressarcir os equipamentos, móveis ou a própria sede, caso haja algum dano material;
- IV - não realizar atividade remunerada.

§ 8º Material de divulgação de partidos políticos somente é admitido no ambiente interno do gabinete de Vereador ou nas ocasiões de cedência da Câmara Municipal para as convenções partidárias.

§ 9º. A Câmara Municipal instituirá o Cadastro Legislativo de Participação Popular com o objetivo de formar um banco de dados para a sua comunicação institucional junto à comunidade, aos cidadãos e às organizações da sociedade civil.

§ 10. O Diário Oficial da Câmara Municipal é o Quadro Mural localizado em sua sede, sem prejuízo da divulgação de seus atos institucionais pelos seus canais eletrônicos, assim considerados:

- I - site constituído como portal de transparência e acesso público às suas informações, dados e ações institucionais;
- II - redes sociais;
- III - rádio ou outra mídia a ser instituída em caráter oficial.

§ 11. A publicidade e a divulgação dos atos, ações e informações institucionais da Câmara Municipal terão caráter informativo, educativo e de orientação social e observarão o princípio da impessoalidade, sendo vedado o uso de nomes, imagens e símbolos que caracterizem promoção pessoal do Presidente e dos Vereadores.

Art. 4º Qualquer cidadão poderá assistir às atividades institucionais da Câmara Municipal, na parte do recinto que lhe é reservada, desde que:

- I - esteja adequadamente trajado;
- II - não porte armas;
- III - conserve-se em atitude respeitosa durante os trabalhos;
- IV - não manifeste apoio ou desaprovação ao que se passa no Plenário;
- V - não interpele qualquer Vereador, salvo em audiências e consultas públicas.

Parágrafo único. O Presidente da Câmara é responsável pela manutenção da ordem interna, cabendo-lhe, quando necessário, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, determinar a retirada do cidadão que não atender ao disposto neste artigo.

Art. 5º A responsabilidade por garantir a segurança da Câmara Municipal compete à Presidência e será feita pelos funcionários.

§ 1º O Presidente poderá requisitar força policial para manter a ordem interna.

§ 2º Se for cometida qualquer infração penal, o Presidente fará a prisão em flagrante do responsável, apresentando-o à autoridade policial competente, para a lavratura do auto de prisão e instauração de inquérito.

§ 3º Na hipótese de não haver flagrante, o Presidente deverá comunicar o fato à autoridade policial competente, de forma imediata.

Art. 6º As bandeiras do Brasil, do Estado de Santa Catarina, do Município de Ipumirim e do Mercosul - Mercado Comum do Sul, deverão estar hasteadas de forma visível e protocolar durante as Sessões Plenárias da Câmara Municipal.

CAPÍTULO II

DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO DA LEGISLATURA E DAS SESSÕES LEGISLATIVAS

Seção I

Da Sessão Preparatória

Art. 7º A Câmara Municipal realizará às nove horas do último dia útil do ano que antecede o início da cada Legislatura, Sessão Preparatória para a posse dos novos Vereadores.

§ 1º A convocação para a Sessão Preparatória será feita pelo Presidente da Câmara, que a presidirá.

§ 2º Na Sessão Preparatória serão observados os seguintes

procedimentos:

I - entrega do diploma eleitoral e da declaração de bens dos Vereadores eleitos;

II - explicação sobre:

- a) o funcionamento da Câmara Municipal e de seus serviços internos;
- b) o ambiente de trabalho parlamentar;
- c) os cargos e funções da Câmara Municipal, com a apresentação de seus respectivos servidores titulares;
- d) a Sessão de Posse;

III - entrega, mediante protocolo, de exemplares da Constituição Federal, da Constituição do Estado de Santa Catarina, da Lei Orgânica Município de Ipumirim e do Regimento Interno da Câmara Municipal.

§ 3º A declaração de bens referida no inciso I do § 2º deve ser renovada anualmente e no final do mandato, mesmo havendo reeleição, podendo ser substituída por cópia da declaração do Imposto de Renda de Pessoa Física.

§ 4º No caso do inciso II do § 2º deste artigo, as orientações relacionadas às atividades institucionais da Câmara e dos Vereadores poderão ser disponibilizadas sob o formato de capacitação contratada para esta finalidade.

§ 5º A legislação referida no inciso III do § 2º poderá ser disponibilizada em formato eletrônico.

§ 6º O Vereador eleito que não comparecer na Sessão Preparatória deverá apresentar justificativa e protocolar os documentos referidos no inciso I do § 2º deste artigo até a Sessão de Posse.

Seção II

Da Sessão de Instalação da Legislatura e Posse

Art. 8º A instalação da Legislatura e a posse dos Vereadores ocorrerão em Sessão Solene às nove horas do dia 1º de janeiro do primeiro ano do mandato, na sede da Câmara Municipal, com qualquer número de Vereadores, sob a presidência do Vereador mais idoso dentre os presentes.

Parágrafo único. Aberta a Sessão Solene, o Presidente adotará as seguintes providências:

I - constituirá, com autoridades convidadas, a Mesa da solenidade;

II - convidará os presentes para a execução do Hino Nacional Brasileiro;

III - convidará um dos Vereadores para atuar como Secretário da Sessão;

IV - proclamará os nomes dos Vereadores diplomados;

V - examinará e decidirá sobre as reclamações atinentes à relação nominal de Vereadores e ao objeto da Sessão, se for o caso;

VI - tomará o compromisso solene dos Vereadores e declarará a respectiva posse, a partir das seguintes formalidades:

a) em pé, juntamente com o Vereador chamado para prestar juramento, proclamará: "Prometo cumprir e fazer cumprir a Constituição Federal, a Constituição do Estado de Santa Catarina, a Lei Orgânica Municipal de Ipumirim, as leis da união, do estado e do município, bem como o Regimento Interno desta Casa Legislativa, exercendo o meu mandato sob a inspiração do patriotismo, da lealdade, da honra e do bem comum";

b) após o chamado, o Vereador, sob juramento, declarará: "Assim o Prometo";

c) concluído o juramento, o Vereador assinará o termo de posse, que será lavrado em ata própria;

VII - instalará a Legislatura, abrindo os trabalhos parlamentares;

VIII - um Vereador, em nome de cada Bancada, poderá utilizar a palavra por até cinco minutos, em ordem alfabética;

IX - encerrada a manifestação dos Vereadores, o Presidente suspenderá a Sessão por quinze minutos;

X - retomada a Sessão de Posse, havendo a presença da maioria absoluta dos parlamentares, o Presidente dará início ao processo de posse do Prefeito e do Vice-Prefeito, seguindo o mesmo rito da posse dos Vereadores e prestando o compromisso, nos seguintes termos: "Prometo manter, defender e cumprir as Constituições Federal, Estadual, a Lei Orgânica, observar as leis da União, do

Estado e do Município, promover o bem geral dos munícipes e exercer o cargo sob a inspiração de democracia, da legitimidade e da legalidade.”;

XI - o Presidente concederá a palavra ao Prefeito pelo tempo de dez minutos para o discurso de posse;

XII – em seguida, convidará os presentes para a execução do Hino do Município de Ipumirim, com a consequente declaração de encerramento da Sessão Solene, convocando os parlamentares presentes para a Sessão de eleição da Mesa Diretora, a ser iniciada em trinta minutos.

Art. 9º O Vereador que não tomar posse na Sessão prevista no art. 8º deverá fazê-lo até o dia 15 de janeiro do mesmo ano, sob pena de renúncia tácita do mandato, salvo motivo justo, aceito pela maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

§ 1º No caso deste artigo, o Vereador que vier a ser empossado posteriormente prestará o compromisso perante a Mesa Diretora.

§ 2º Não será considerado investido no mandato de Vereador quem deixar de prestar o compromisso.

§ 3º O suplente de Vereador convocado para o exercício de mandato na Câmara Municipal prestará, na primeira vez que assumir o mandato, o juramento previsto no art. 8º deste Regimento, perante a Mesa Diretora, ficando dispensado de repeti-lo nas convocações subsequentes.

Seção III

Da Eleição da Mesa Diretora no início da Legislatura

Art. 10. A Sessão de Eleição da Mesa Diretora para o primeiro ano da Legislatura ocorrerá com a presença da maioria absoluta de Vereadores no dia 1º de janeiro do primeiro ano da Legislatura, trinta minutos após o encerramento da Sessão de Posse, prevista no art. 8º, observada ordem e os seguintes procedimentos.

I - a Sessão será aberta pelo Vereador mais idoso, que convidará um dos demais Vereadores para atuar como Secretário;

II – após, será suspensa a Sessão por dez minutos para a inscrição das candidaturas aos cargos da Mesa, realizada sob o formato de chapa;

III – retomada a Sessão, o Presidente adotará as formalidades referidas nos incisos do art. 33 deste Regimento;

IV – concluída a votação, será proclamado o resultado, com a posse imediata dos eleitos.

§ 1º O mandato dos membros da Mesa Diretora é de um ano, admitindo-se, uma única reeleição para o mesmo cargo, na mesma Legislatura.

§ 2º A eleição para a Mesa Diretora para os demais anos da Legislatura será realizada de acordo com os arts. 29 a 33 deste Regimento Interno.

§ 3º O suplente de Vereador, no exercício temporário do cargo, não poderá concorrer a cargos da Mesa Diretora.

Seção IV

Da Legislatura

Art. 11. Legislatura é o período de quatro anos, iniciando-se em 1º de janeiro do primeiro ano e terminando em 31 de dezembro do quarto ano de mandato parlamentar

Parágrafo único. A Legislatura divide-se em quatro Sessões Legislativas.

Seção V

Da Sessão Legislativa

Art. 12. A Sessão Legislativa Ordinária da Câmara Municipal ocorre nos períodos de 1º de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro de cada ano da Legislatura.

§ 1º No período em que a Câmara Municipal não estiver em Sessão Legislativa Ordinária ou Extraordinária, entrará em Recesso Parlamentar.

§ 2º Durante o Recesso Parlamentar a Câmara Municipal não realizará Sessões Plenárias e reuniões de Comissão, porém manterá o atendimento ao público e os Gabinetes dos Vereadores permanecerão em funcionamento.

Art. 13. No dia 1º de fevereiro dos segundo, terceiro e quarto anos da Legislatura, às dezoito horas, a Câmara Municipal reunir-se-á em Sessão Solene de Instalação da Sessão Legislativa Ordinária.

§ 1º Na primeira parte da Sessão, por até quinze minutos, o Prefeito ou o seu representante, apresentará a Mensagem do Poder Executivo para o ano legislativo.

§ 2º Na segunda parte da Sessão, o Líder de cada Bancada poderá usar a palavra por até cinco minutos para manifestar-se sobre a Mensagem do Poder Executivo e sobre sua expectativa quanto ao ano legislativo.

§ 3º As manifestações previstas nos §§ 1º e 2º não admitem apertes.

§ 4º Se o dia da Sessão Solene de Instalação da Sessão Legislativa Ordinária incidir em sábado, domingo ou feriado, sua realização ficará transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário.

Art. 14. Sessão Legislativa Extraordinária é o período de trabalho legislativo da Câmara Municipal, realizado durante o Recesso, mediante convocação, observado o que dispõe o art. 37 da Lei Orgânica do Município.

§ 1º A convocação de Sessão Legislativa Extraordinária far-se-á:

I - pelo Presidente da Câmara;

II – pelo Prefeito;

III – por requerimento da maioria dos Vereadores;

IV – comissão representativa.

§ 2º A convocação de Sessão Legislativa Extraordinária justifica-se nos casos de urgência ou de relevante interesse público.

§ 3º Na Sessão Legislativa Extraordinária, a Câmara Municipal somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocada, vedado o pagamento de parcela indenizatória ou de remuneração adicional, em razão da convocação.

§ 4º Na hipótese do inciso II do § 1º o Prefeito indicará o período da convocação, que não poderá ser inferior a cinco dias úteis, cabendo à Câmara, pela Mesa Diretora, organizar o cronograma de Sessões Plenárias, de reuniões de Comissão e de audiências públicas necessárias para instrução e deliberação das matérias.

§ 5º A convocação de Sessão Legislativa Extraordinária antecipará a composição das Comissões Permanentes, de acordo com os critérios definidos neste Regimento Interno.

§ 6º Independentemente de sua origem, a Sessão Legislativa Extraordinária será convocada com antecedência mínima de vinte e quatro horas.

§ 7º Formalizada a convocação de Sessão Legislativa Extraordinária, o Presidente da Câmara dará ampla divulgação, inclusive por meios eletrônicos, do período da convocação, do cronograma referido no § 4º deste artigo e dos projetos a serem deliberados, inclusive com as respectivas justificativas.

CAPÍTULO III

DOS VEREADORES

Seção I

Do Exercício do Mandato

Art. 15. Os Vereadores são agentes políticos investidos em mandato parlamentar, no âmbito do Município, para uma Legislatura.

Art. 16. Os direitos do Vereador estão compreendidos no pleno exercício de seu mandato, observados os preceitos previstos na Constituição Federal, as normas estabelecidas na Lei Orgânica do Município e neste Regimento Interno.

Parágrafo único. A Câmara Municipal tomará as providências necessárias à defesa de direitos do Vereador, decorrente do exercício do mandato, inclusive, se for o caso, na esfera judicial.

Art. 17. Compete ao Vereador:

- I - participar das discussões e deliberações nas Sessões Plenárias;
- II - votar na eleição da Mesa Diretora;
- III - concorrer aos cargos da Mesa Diretora;
- IV - usar da palavra em Sessão Plenária, nas reuniões de Comissão e nas audiências públicas;
- V - apresentar proposições;
- VI - cooperar com a Mesa para a ordem e eficiência dos trabalhos;
- VII - compor as Comissões como titular ou suplente, conforme indicação do Líder de sua Bancada;
- VIII - exigir o cumprimento deste Regimento Interno e usar os recursos nele previstos.

§ 1º O Vereador não é obrigado a testemunhar perante a Câmara Municipal sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato e sobre as pessoas que lhe confiarem ou delas receberem informações.

§ 2º O suplente de Vereador, quando no exercício do cargo, disporá das competências previstas neste artigo, exceto a prevista no inciso III.

Art. 18. São deveres do Vereador:

- I - comparecer, na hora e no dia designado às Sessões Plenárias e participar da Ordem do Dia, discutindo e votando a matéria em deliberação;
- II - não se eximir de trabalho relativo ao desempenho do mandato;
- III - comparecer na hora e no dia designado às reuniões de Comissão em que for membro titular ou, na condição de suplente da Comissão, for convocado, participando das discussões e, quando nomeado Relator, elaborando o voto condutor do parecer;
- IV - propor ou levar ao conhecimento da Câmara Municipal, medidas que julgar convenientes aos interesses do Município e da população;
- V - impugnar medidas que lhe pareçam prejudiciais ao interesse público;
- VI - comunicar à Mesa Diretora a sua ausência do Município durante o período de Recesso, especificando com dados que permitam sua localização;
- VII - apresentar-se devidamente trajado e postar-se com respeito e decoro;
- VIII - desincompatibilizar-se, nos termos da Constituição Federal e da Lei Orgânica Municipal, e fazer, quando da posse, anualmente e no final do mandato, a declaração pública e escrita de bens;
- IX - conhecer e cumprir as disposições da Constituição Federal, da Constituição do Estado de Santa Catarina, da Lei Orgânica do Município de Ipumirim, bem como deste Regimento Interno.

§ 1º O Vereador que não puder comparecer nas Sessões Plenárias ou nas reuniões de Comissão em que atua como titular deverá justificar, à Mesa Diretora, a ausência, sob pena de responder por quebra de decoro parlamentar.

§ 2º Desde a expedição do diploma, o Vereador não poderá firmar ou manter contrato com a administração pública direta ou indireta do Município ou empresas concessionárias de serviços públicos locais, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes e for precedido de licitação.

Art. 19. A Câmara Municipal instituirá Código de Ética Parlamentar para, respeitado o devido processo e o direito à ampla defesa e ao contraditório, processar e julgar a prática de ato de Vereador que configure quebra de decoro parlamentar.

§ 1º Considera-se procedimento incompatível com o decoro parlamentar, além de outros previstos na legislação federal:

- I - o abuso das prerrogativas parlamentares ou a percepção de vantagens indevidas em decorrência da condição de Vereador;
- II - a transgressão reiterada aos preceitos deste Regimento Interno;
- III - a perturbação da ordem nas Sessões Plenárias, nas audiências públicas ou nas reuniões das Comissões;
- IV - o uso, em discursos ou em votos, nas Comissões, de

expressões ofensivas aos demais Vereadores ou a outra autoridade constituída;

V - o desrespeito ao Presidente e à Mesa Diretora e prática de atos atentatórios à dignidade de seus membros;

VI - o comportamento vexatório ou indigno capaz de comprometer a dignidade da Câmara, na condição de Poder Legislativo do Município.

§ 2º A Mesa Diretora, de ofício, a requerimento de Vereador ou por representação de qualquer cidadão, ao tomar conhecimento de fato que possa configurar as hipóteses de procedimentos incompatíveis com o decoro parlamentar, remeterá a questão para investigação e apreciação pela Comissão de Ética, observado o que dispõe o Código de Ética Parlamentar.

Seção II**Da Licença e da Substituição****Art. 20. O Vereador poderá licenciar-se, mediante requerimento dirigido à Mesa Diretora, nos seguintes casos:**

I - sem direito à remuneração, para tratar de assunto de interesse particular, por prazo determinado, nunca inferior a trinta dias, nem superior a cento e vinte dias, em cada Sessão Legislativa, podendo reassumir a vereança em qualquer tempo, requerendo ao Presidente a suspensão da licença, quando essa não esteja vencida;

II - com direito a optar pelo subsídio de Vereador ou pela remuneração do cargo, quando nomeado para a função de Secretário Municipal, sendo automaticamente licenciado;

III - com direito à remuneração:

- a) para tratamento de saúde;
- b) para usufruir licença-maternidade ou paternidade.

§ 1º A Mesa Diretora instruirá e emitirá parecer sobre os requerimentos de licença.

§ 2º O requerimento de licença será incluído na Ordem do Dia da Sessão Plenária subsequente, para votação, com preferência sobre outra matéria, exceto nos casos do inciso III do caput deste artigo, quando serão deferidos de plano pela Mesa Diretora, pelo prazo indicado em laudo ou em lei.

§ 3º O Vereador licenciado que se afastar do território nacional deverá dar ciência à Mesa Diretora da Câmara sobre seu destino, independentemente de prazo.

§ 4º Nas hipóteses de licença para tratamento de saúde, se o afastamento do Vereador for superior a quinze dias, ou de licença-maternidade, a Câmara Municipal complementará o valor integral do subsídio remuneratório, caso o valor pago pelo benefício previdenciário seja inferior.

Art. 21. Se a licença for superior a quinze dias, o Presidente da Câmara convocará o respectivo Suplente, que substituirá o titular durante o prazo estabelecido.

§ 1º No Recesso, o Suplente será convocado a partir da Sessão Legislativa Extraordinária.

§ 2º Durante o período em que exercer o mandato, o Suplente atuará nas Comissões, de acordo com a indicação do Líder de sua Bancada.

§ 3º As proposições e requerimentos apresentados pelo Suplente, após o retorno do Vereador titular, terão o regimental acompanhamento do Líder da sua Bancada.

§ 4º O Suplente de Vereador, para licenciar-se, precisa estar no exercício do mandato.

§ 5º Será convocado Suplente, por qualquer prazo, quando o Presidente da Câmara assumir o cargo de Prefeito, nos casos previstos na Lei Orgânica do Município.

Seção III**Da Vaga de Vereador****Art. 22. As vagas, na Câmara Municipal, verificar-se-ão em virtude de:**

- I - perda do mandato;
- II - cassação do mandato;

III – renúncia;
IV – falecimento.

§ 1º A perda do mandato de Vereador dar-se-á em decorrência de decisão judicial, observada a legislação federal, mediante declaração da Mesa Diretora.

§ 2º A cassação do mandato de Vereador dar-se-á mediante o devido processo, observado o direito ao contraditório e à ampla defesa, nos casos e de acordo com o processo disciplinado em lei federal.

§ 3º O termo de renúncia do Vereador ao mandato será dirigido à Mesa Diretora, por escrito, independerá de aprovação do Plenário e produzirá seus efeitos a partir da sua publicação oficial.

§ 4º Considera-se, ainda, como renúncia tácita de Vereador:

I – não prestar compromisso no prazo estabelecido neste Regimento;

II – deixar de comparecer a quatro Sessões Plenárias Ordinárias ou Extraordinárias, por Sessão Legislativa, salvo nos casos de licença ou de falta justificada;

III – o Vereador que deixar de comparecer a oito reuniões de Comissão, quando titular, por Sessão Legislativa, salvo nos casos de licença ou de falta justificada.

§ 5º O Suplente que, convocado, não se apresentar para assumir o cargo no prazo de setenta e duas horas, salvo mediante motivo justo aceito pela Mesa Diretora, renunciará ao mandato.

§ 6º A vacância, nos casos previstos nos incisos do § 4º, será declarada em Sessão Plenária pelo Presidente da Câmara.

Art. 23. A extinção do mandato se efetiva pela declaração do ato ou fato extintivo, pelo Presidente da Câmara, inserida em ata.

Parágrafo único. O Presidente da Câmara que deixar de declarar a extinção do mandato de Vereador, nos casos previstos neste Regimento Interno, ficará sujeito às sanções previstas em lei.

Seção IV

Da Remuneração e das Indenizações

Art. 24. O Vereador será remunerado por subsídio mensal, fixado por lei de iniciativa da Mesa Diretora, observados os critérios, impactos e limites estabelecidos na Constituição Federal, na Lei Orgânica Municipal e nas demais leis que se relacionem com a matéria.

§ 1º Durante o Recesso, o Vereador perceberá subsídio mensal independentemente de convocação para Sessão Legislativa Extraordinária.

§ 2º O Suplente convocado para assumir o mandato, a partir da posse, perceberá remuneração proporcional ao tempo em que permanecer na titularidade do cargo, contado em dias.

Art. 25. O Vereador que deixar de comparecer injustificadamente à Sessão Plenária Ordinária ou Extraordinária, ou dela se afastar antes ou durante a Ordem do Dia, ou à reunião de Comissão, terá descontado, de seu subsídio mensal, o valor monetário estabelecido na lei que disporá sobre a sua remuneração.

Art. 26. A Mesa Diretora, até o dia 31 de março da última Sessão Legislativa da Legislatura, proporá projeto de lei dispondo sobre a fixação do subsídio mensal de Vereador, para a Legislatura seguinte, acompanhado de justificativa e dos impactos financeiro e orçamentário.

Art. 27. O Vereador que se afastar do Município a serviço ou em representação da Câmara terá o ressarcimento das despesas que fizer em razão desta incumbência, observadas as regras estabelecidas em resolução editada para esta finalidade.

TÍTULO II

DOS ÓRGÃOS DA CÂMARA MUNICIPAL

CAPÍTULO I

DA MESA DIRETORA

Seção I

Da Composição

Art. 28. A Mesa Diretora é o órgão responsável pela definição das diretrizes e do planejamento da Câmara e compõe-se do Presidente, do Vice-Presidente, do Primeiro Secretário e do Segundo Secretário.

§ 1º O Presidente será substituído, em suas ausências, pelo Vice-Presidente e pelos Secretários, segundo a ordem de hierarquia.

§ 2º Ausentes os membros da Mesa, presidirá a Sessão Plenária o Vereador mais idoso que escolherá, entre seus pares, um Vereador para ser Secretário.

§ 3º Ausentes os Secretários, o Presidente convidará um Vereador para assumir os encargos da Secretaria da Mesa Diretora.

§ 4º A Mesa Diretora reunir-se-á para discutir os assuntos de sua competência, conforme prevê o art. 38 deste Regimento Interno, e deliberar as matérias que estão sob sua gestão:

I – ordinariamente, na primeira segunda-feira do mês, às cinco horas;

II – extraordinariamente, quando o Presidente ou dois de seus membros convocar para tratar matéria urgente.

§ 5º Presentes na reunião da Mesa Diretora a maioria absoluta de seus membros, as decisões serão tomadas pela maioria de votos.

§ 6º As decisões da Mesa Diretora que tenham caráter geral e impessoal serão formalizadas por resolução de mesa, com ampla divulgação, inclusive por meios eletrônicos.

§ 7º As resoluções de mesa terão série numérica sequencial própria, observada a ordem cronológica de sua publicação, sem renovação anual.

§ 8º Qualquer Vereador terá direito à participação e manifestação nas reuniões da Mesa Diretora.

Seção II

Da Eleição, Formação e Modificação

Art. 29. A eleição dos membros da Mesa Diretora, presentes a maioria absoluta dos Vereadores, far-se-á por voto aberto e nominal, realizando-se a escolha por chapas, assegurando-se, tanto quanto possível, a representação proporcional de partidos ou blocos parlamentares com assento na Câmara.

Art. 30. A eleição da Mesa Diretora, para o primeiro ano da Legislatura, far-se-á na mesma data em que se realizar a Sessão de Instalação da Legislatura e Posse, observadas as formalidades previstas neste artigo e no art. 10 deste Regimento Interno.

Parágrafo único. Na hipótese de inexistência de número legal, o Vereador mais idoso, dentre os presentes, permanecerá na presidência e convocará Sessões Plenárias diárias, até que seja eleita a nova Mesa Diretora.

Art. 31. A eleição da Mesa Diretora da Câmara para os demais anos da Legislatura será realizada na última Sessão Plenária Ordinária no mês de dezembro, com preferência sobre as matérias que serão deliberadas na Ordem do Dia, observadas, no que couber, as normas atinentes à eleição da Mesa do início da Legislatura, considerando-se, os eleitos, automaticamente empossados, com início do exercício do mandato em 1º de janeiro do ano subsequente.

Parágrafo único. Enquanto não for definida a eleição, o Presidente convocará Sessões Plenárias diárias, até que seja eleita a nova Mesa Diretora.

Art. 32. A inscrição das chapas contendo a nominata dos candidatos aos cargos da Mesa Diretora deverá ser protocolada junto à Secretaria da Câmara Municipal até o início da Sessão em que deve ser realizada a votação.

§ 1º Para o primeiro ano, a inscrição das chapas deverá ser efetuada durante o prazo de suspensão da Sessão Plenária de que trata o inciso II do art. 10 deste Regimento.

§ 2º A inscrição será por chapa, devendo o pedido conter o nome completo, a assinatura do candidato e o cargo da Mesa que

ocupará.

§ 3º As chapas serão numeradas por ordem de inscrição.

§ 4º Um Vereador não poderá inscrever-se em mais de uma chapa.

Art. 33. A eleição dos membros da Mesa Diretora obedecerá aos seguintes procedimentos:

I - os Vereadores receberão, em via impressa, a numeração das chapas inscritas, contendo a nominata dos integrantes e dos cargos para os quais concorrem;

II - a votação será nominal e aberta, devendo o Vereador pronunciar o número da chapa na qual está votando;

III - encerrada a votação, o Presidente determinará a inclusão do resultado em ata e proclamará vencedora a chapa que obtiver a maioria dos votos dos membros da Câmara Municipal presentes na Sessão;

IV - além da publicação oficial, a nominata dos Vereadores eleitos para a Mesa Diretora será divulgada para a comunidade nos canais de divulgação eletrônica da Câmara Municipal.

Art. 34. Modificar-se-á a composição permanente da Mesa Diretora ocorrendo vaga em qualquer dos cargos que a compõem.

§ 1º Considerar-se-á vago qualquer cargo da Mesa Diretora quando:

I - extinguir-se o mandato do respectivo ocupante ou se este o perder;

II - for o Vereador destituído da Mesa Diretora, por decisão do Plenário;

III - falecer um dos ocupantes da Mesa;

IV - estiver em licença do mandato de Vereador, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias ou para assumir cargo de Secretário Municipal;

V - houver renúncia do cargo da Mesa Diretora pelo titular.

§ 2º Em caso de renúncia total da Mesa Diretora, proceder-se-á nova eleição para completar o mandato pelo tempo restante, na Sessão Plenária imediata, sob a Presidência do Vereador mais idoso dentre os presentes, observadas as formalidades previstas no art. 33 deste Regimento.

§ 3º A renúncia de Vereador ao cargo que ocupa na Mesa Diretora será escrita e assinada, sendo imediatamente aceita, independente de leitura em Plenário.

§ 4º A vacância de um dos cargos da Mesa Diretora determinará, na Sessão Plenária subsequente, a eleição para o cargo vago, observadas as formalidades previstas no art. 33 deste Regimento.

§ 5º No caso do § 4º, se o Vereador eleito for titular de outro cargo da Mesa Diretora, seu cargo de origem será declarado vago, com a consequente eleição para o seu preenchimento.

Art. 35. Os membros da Mesa, isoladamente ou em conjunto, poderão ser destituídos de seus cargos, mediante resolução aprovada em votação aberta e nominal, por dois terços dos membros da Câmara, assegurado o direito de ampla defesa.

§ 1º O membro da Mesa Diretora é passível de destituição quando:

I - faltoso;

II - omissos;

III - ineficiente no desempenho das atribuições de seu cargo;

IV - exorbitar das atribuições a ele conferidas por este Regimento.

§ 2º A deliberação sobre o projeto de resolução que propõe destituição da Mesa ou de um de seus cargos será realizada em Sessão Plenária Extraordinária, especialmente convocada para esta finalidade.

Art. 36. O processo de destituição terá início com a apresentação de representação subscrita por Vereador, lida, pelo seu autor, em qualquer fase da Sessão Plenária, com a exposição dos fatos e fundamentos que embasam o pedido.

§ 1º Oferecida a representação e recebida pelo Plenário, pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores, a mesma será instruída e analisada por Comissão Processante.

§ 2º A Comissão Processante de que trata o § 1º será composta

por três Vereadores sorteados, dentre os desimpedidos, de acordo com o critério da proporcionalidade partidária, não podendo nela constar o autor da representação e o Vereador contra quem ela se dirige.

§ 3º Instalada a Comissão, o acusado será notificado dentro de quarenta e oito horas e terá o prazo de cinco dias para apresentar defesa, por escrito.

§ 4º Findo o prazo de defesa estabelecido no § 3º, a Comissão Processante procederá às diligências necessárias, emitindo seu Parecer no prazo de quinze dias.

§ 5º O acusado, por seu advogado constituído, poderá acompanhar todos os atos e diligências da Comissão Processante.

§ 6º A Comissão Processante, no prazo definido no § 4º, deverá concluir:

I - pela improcedência da representação, se julgá-la infundada;

II - pela procedência, se entender ser o caso de destituição.

§ 7º Se a Comissão Processante concluir pela procedência da representação e consequente destituição, o Parecer deverá conter, em anexo, projeto de resolução com a articulação do seu posicionamento.

§ 8º A representação de que trata este artigo, após publicação e divulgação do Parecer da Comissão Processante, será colocada em discussão e votação em Sessão Plenária Extraordinária, com pauta única, convocada em até cinco dias após o encerramento do prazo de que trata o § 4º.

§ 9º Para a discussão da representação, observar-se-á:

I - o autor e o acusado farão os pronunciamentos iniciais, pelo prazo de dez minutos cada um;

II - cada Vereador, querendo, por uma vez, poderá pronunciar-se sobre as manifestações do autor e do acusado, bem como sobre o processo de destituição, pelo prazo de cinco minutos;

III - após a manifestação dos Vereadores, o autor e o acusado terão três minutos para os pronunciamentos finais;

IV - durante as manifestações de que trata este parágrafo não serão admitidos apartes.

§ 10. Encerrada a discussão, proceder-se-á a votação, que será nominal e aberta.

§ 11. Encerrada a votação, será proclamado o resultado ou com o arquivamento do processo ou com a declaração de destituição do cargo contra quem a representação foi formulada.

§ 12. Decidida pela destituição de membro de cargo da Mesa Diretora, a resolução será publicada e o cargo será declarado vago.

§ 13. O processo previsto neste artigo, inclusive a Sessão Plenária Extraordinária de que trata os §§ 8º a 11, não poderá ser conduzido pelo autor da representação ou pelo Vereador contra quem ela se dirige.

Art. 37. Para o preenchimento dos cargos vagos na Mesa Diretora haverá eleições suplementares na primeira Sessão Plenária Ordinária seguinte àquela na qual se verificarem as vagas, observadas as formalidades do art. 33 deste Regimento Interno.

Seção III

Da Competência

Art. 38. Compete à Mesa Diretora:

I - administrar a Câmara com o objetivo de assegurar o exercício pleno das prerrogativas do Poder Legislativo Municipal;

II - apresentar, relativamente à Câmara Municipal, proposição dispendo sobre:

a) organização e funcionamento institucional;

b) criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções públicas;

c) sistema de remuneração dos seus servidores;

III - elaborar e encaminhar ao Poder Executivo proposta orçamentária da Câmara Municipal, observados os limites constitucionais, com o objetivo de integrar os projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual do Município;

IV - providenciar a suplementação de dotações do orçamento da

Câmara Municipal, observado o limite de autorização constante da lei orçamentária, desde que os recursos para a sua cobertura sejam provenientes do seu próprio orçamento;

V - elaborar o regulamento dos serviços internos;

VI – apresentar, na última Sessão Plenária Ordinária da Sessão Legislativa, relatório dos trabalhos realizados, com as sugestões que entender convenientes;

VII - fixar diretrizes para a divulgação das atividades da Câmara Municipal, inclusive com o uso de seus canais eletrônicos de comunicação;

VIII - decidir sobre os serviços da Câmara Municipal, durante as Sessões Legislativas e nos seus Recessos, e determinar as providências necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos;

IX – propor ação direta de inconstitucionalidade, por iniciativa própria ou a requerimento de Vereador ou de Comissão;

X –decidir sobre as providências e estruturação para o funcionamento da Câmara Municipal, quando suas atividades forem realizadas fora da sede;

XI - elaborar e divulgar a discriminação analítica das dotações orçamentárias da Câmara Municipal e o seu cronograma de desembolso, bem como alterá-los, quando necessário, comunicando ao Prefeito;

XII – adotar as providências cabíveis, por solicitação do interessado, para a defesa judicial e extrajudicial de Vereador contra a ameaça ou a prática do ato atentatório ao livre exercício das prerrogativas constitucionais do mandato parlamentar;

XIII - aplicar a penalidade de censura escrita a Vereador ou a perda temporária do exercício do mandato, observada a forma prevista no Código de Ética Parlamentar;

XIV – declarar a perda definitiva de mandato de Vereador, na forma deste Regimento e da Lei Orgânica do Município;

XV - propor projeto de decreto legislativo que suspenda a execução de norma julgada inconstitucional ou que exorbite o poder regulamentador do Prefeito;

XVI - elaborar relatórios de gestão fiscal e decidir sobre a transparência dos dados e das informações exigíveis pela legislação federal, providenciando as respectivas publicações, inclusive em meios eletrônicos;

XVII – promulgar emenda à Lei Orgânica do Município e determinar a respectiva publicação;

XVIII – dar posse ao Suplente de Vereador, quando convocado para o exercício do mandato, nos termos previstos neste Regimento;

XIX – propor, até 31 de março da última Sessão Legislativa da Legislatura:

a) projeto de lei fixando o valor dos subsídios mensais do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais para o mandato subsequente;

b) projeto de lei fixando o valor do subsídio mensal dos Vereadores para a Legislatura subsequente;

XX – discutir, deliberar e atender às diligências da Ouvidoria Parlamentar e da área legislativa;

XXI – regulamentar e fiscalizar pelo uso legal do Cadastro Legislativo de Participação Popular, previsto no § 10 do art. 3º deste Regimento Interno.

Parágrafo único. Os projetos de lei referidos no inciso XIX observarão os limites constitucionais aplicáveis para a fixação do valor do subsídio mensal, em cada caso, e serão acompanhados dos impactos orçamentário e financeiro.

Subseção I

Do Presidente e do Vice-Presidente

Art. 39. O Presidente dirigirá, ordenará a despesa e representará a Câmara Municipal, nos termos da Lei Orgânica do Município e deste Regimento Interno.

§ 1º Compete ao Presidente:

I – quanto às atividades do Plenário:

a) convocar, abrir, presidir, suspender e encerrar as Sessões Plenárias;

b) conceder ou negar a palavra ao Vereador;

c) determinar ao Primeiro-Secretário, a leitura da ata e das comunicações que entender convenientes;

d) advertir o orador e, no caso de insistência, cassar a palavra, quando:

1. se desviar da matéria em discussão;

2. falar sobre o assunto vencido;

3. faltar com a consideração ou respeito à Câmara, a qualquer de seus membros ou aos poderes constituídos ou a seus titulares;

e) abrir e encerrar as fases da Sessão Plenária e os prazos concedidos aos oradores;

f) definir e organizar as matérias da Ordem do Dia;

g) anunciar a matéria a ser discutida e votada, bem como o resultado das deliberações;

h) determinar a verificação de quórum, a qualquer momento da Sessão Plenária;

i) resolver sobre qualquer questão de ordem ou submetê-la ao Plenário, quando este Regimento for omissivo quanto ao seu encaminhamento;

j) votar, quando a matéria exigir quórum qualificado e quando houver empate em votação de matérias que exijam a maioria de votos dos Vereadores presentes na Sessão Plenária;

k) zelar pelo cumprimento dos prazos estabelecidos em lei;

II – quanto às proposições:

a) determinar, por requerimento do autor, a retirada de proposição que não tenha recebido Parecer de Comissão ou que tenha recebido Parecer contrário;

b) autorizar o arquivamento e o desarquivamento de proposições;

c) declarar a proposição prejudicada, em face de rejeição ou aprovação de outra com o mesmo objetivo;

d) conceder vista de processo e da proposição, observado o disposto neste Regimento;

e) não aceitar emenda ou substitutivo que não tenha pertinência temática com a proposição principal;

f) devolver ao autor proposição em desacordo com o exigido neste Regimento;

g) encaminhar ao Prefeito, em dez dias úteis, a redação final de projeto que tenha sido aprovado em Plenário, com a absorção das emendas, se for o caso, sob a forma de autógrafo legislativo, para sanção ou veto;

h) dar ciência ao Prefeito, no prazo referido na alínea “g”, sobre a rejeição de projeto de sua autoria;

i) promulgar decreto legislativo e resolução, bem como lei com sanção tácita ou cujo veto tenha sido rejeitado pelo Plenário e não promulgada pelo Prefeito;

j) publicar no diário oficial da Câmara ou em seus canais eletrônicos de divulgação, pelo prazo de vinte e quatro horas, os seguintes documentos do processo legislativo:

1. a proposição com a respectiva justificativa;

2. as Emendas, os Pareceres de Comissão e, se houver, o voto em separado;

3. a pauta das matérias que serão deliberadas na Ordem do Dia da Sessão Plenária;

4. a redação final da proposição aprovada em Plenário;

III – quanto à administração da Câmara Municipal:

a) superintender os serviços internos, praticando os atos administrativos e legais necessários ao seu bom funcionamento;

b) administrar e realizar a gestão de pessoas e de cargos da Câmara Municipal, podendo, para tanto, assinar portarias relacionadas ao histórico funcional dos servidores e Vereadores;

c) executar, de acordo com as diretrizes definidas pela Mesa Diretora, a política remuneratória dos servidores da Câmara Municipal;

d) autorizar, nos limites orçamentários, as despesas da Câmara e requisitar o numerário ao Prefeito, nos prazos e percentuais definidos para o duodécimo;

e) proceder as licitações para compras, obras e serviços, formalizar os respectivos contratos e determinar a fiscalização de sua execução;

f) determinar a abertura de sindicância e de processo administrativo

disciplinar;

g) providenciara expedição de certidões que forem requeridas à Câmara, relativas a despachos, atos ou informações expressamente mencionadas, conforme estabelece a Constituição Federal e a nas hipóteses definidas em lei;

h) dar transparência proativa e assegurar o pleno acesso ao cidadão, inclusive nos canais eletrônicos de divulgação da Câmara Municipal, dos atos, dos dados e das ações da Presidência, da Mesa Diretora, de Comissões e de Vereadores, observado o que dispõem os §§ 11 e 12 do art. 3º deste Regimento Interno;

i) encaminhar ao Prefeito e ao Tribunal de Contas do Estado, na forma e nos prazos definidos em lei, os relatórios e as informações necessários para a prestação de contas e para a consolidação dos dados fiscais, financeiros, contábeis e patrimoniais do Município.

§ 2º Compete ainda ao Presidente:

I – designar e nomear, ouvidos os Líderes, os membros de Comissão;

II – designar e nomear os membros de Comissão de Representação Externa;

III – presidir e participar das reuniões ordinárias da Mesa Diretora ou convocá-la extraordinariamente;

IV – representar externamente a Câmara Municipal, em juízo ou fora dele;

V – convocar Suplente de Vereador, nos casos previstos neste Regimento;

VI – promover a apuração de responsabilidades de delitos praticados no recinto da Câmara;

VII – atender às diligências externas solicitadas ao Departamento Legislativo, pelas Comissões e Vereadores;

VIII – encaminhar, monitorar e cobrar o atendimento, pelo Prefeito, de pedido de informação por escrito e de convocação de Secretário Municipal;

IX – dar andamento legal aos recursos interpostos contra suas decisões, sujeitando-as ao Plenário;

X – dar posse, em reunião com a Mesa Diretora, ao Vereador que não for empossado na Sessão de Instalação da Legislatura e Posse e ao Suplente, quando convocado;

XI – licenciar-se da Presidência, quando precisar ausentar-se do Município, por mais de quinze dias, exceto se a ausência for para atender a interesse da Câmara;

XII – declarar extinto o mandato de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador, nos casos previstos na Constituição Federal;

XIII – substituir o Prefeito, no impedimento deste e do Vice-Prefeito, ou sucedê-lo, completando o mandato, ou até que se realizem novas eleições, nos casos definidos na legislação pertinente;

XIV – assinar as atas de Sessão Plenária, os editais, as portarias e a correspondência da Câmara;

XV – gerenciar o uso institucional do Cadastro Legislativo de Participação Popular, nos termos da resolução de mesa editada para sua regulamentação.

Art. 40. Autoriza o Presidente da Câmara:

I – a delegar as atribuições administrativas e de relações externas a outro membro da Mesa Diretora;

II – a apresentar proposições, devendo, quando da respectiva deliberação na Ordem do Dia, afastar-se da Presidência da Sessão Plenária para discutir a matéria;

III – a falar sobre os assuntos da Mesa Diretora e sobre as proposições de interesse institucional da Câmara, sem ser apartado.

Art. 41. Para tomar parte em qualquer discussão, nos casos admitidos neste Regimento Interno, o Presidente deixará o cargo, passando-o a seu substituto legal, e irá falar da tribuna destinada aos oradores.

Parágrafo único. Na condição de Presidente, é vedado ao Vereador:

I – integrar comissões;

II – manifestar-se em Sessão Plenária ou em reunião de Comissão a favor ou contra matéria em tramitação, exceto nos casos dos incisos II e III do art. 40 deste Regimento.

Art. 42. O Presidente da Câmara disporá da prerrogativa de voto nos seguintes casos:

I – deliberação de proposição em que é exigido o quórum da maioria qualificada de dois terços dos Vereadores;

II – desempatar, quando a matéria exigir maioria simples de votos para ser aprovada;

III – eleição da Mesa;

IV – destituição de membro da Mesa;

V – cassação de mandato de Vereador ou de Prefeito.

Parágrafo único. Nas hipóteses deste artigo, o Presidente da Câmara, querendo, após a proclamação do resultado da votação, poderá justificar seu voto, pelo prazo de três minutos, sem aparte dos demais Vereadores.

Art. 43. Cabe ao Vice-Presidente da Câmara substituir o Presidente em seus impedimentos, ausências ou por delegação, na hipótese do inciso I do art. 40 deste Regimento Interno.

§ 1º No caso de impedimento ou ausência do Presidente, o Vice-Presidente assumirá integralmente o exercício da Presidência, registrando-se em ata da Mesa Diretora a transmissão do cargo.

§ 2º No caso do inciso I do art. 40 deste Regimento Interno, a atuação do Vice-Presidente ficará restrita ao limite formalizado na respectiva delegação.

Subseção II

Dos Secretários

Art. 44. Ao Primeiro-Secretário, além de substituir o Vice-Presidente, em suas ausências ou impedimentos, compete:

I – fazer a chamada nominal de Vereadores na aberta Sessão Plenária, registrando as ausências e outras ocorrências sobre o assunto;

II – encerrar o Registro de Presença no final da Sessão Plenária;

III – fazer a chamada de Vereadores em outras ocasiões da Sessão Plenária, por solicitação do Presidente;

IV – registrar impugnações à ata da Sessão Plenária anterior e providenciar a correção, se assim for determinado pelo Plenário;

V – comunicar o expediente da Sessão Plenária, referindo as comunicações do Prefeito e de outras origens, bem como as proposições e demais papéis que devam ser do conhecimento do Plenário;

VI – fazer a inscrição dos oradores;

VII – anotar, em cada proposição, a decisão do Plenário;

VIII – encaminhar e acompanhar, inclusive quanto aos prazos e diligências, a instrução de proposição, de acordo com o critério de identidade temática, junto às Comissões;

IX – superintender a redação da ata, resumindo os trabalhos da Sessão Plenária, e assiná-la juntamente com o Presidente;

X – assinar, com o Presidente, as resoluções de Mesa;

XI – determinar o registro e a publicação:

a) de emendas à Lei orgânica do Município;

b) de decretos legislativos, resoluções e leis promulgadas pelo Presidente da Câmara;

c) de portarias e resoluções de mesa.

XII – acompanhar a execução dos serviços internos da Câmara Municipal e fazer observar o regulamento;

XIII – realizar outras atribuições relacionadas à Mesa Diretora, por solicitação do Presidente da Câmara.

Art. 45. Cabe ao Segundo-Secretário:

I – substituir o Primeiro-Secretário em seus impedimentos ou ausências;

II – atender à delegação do Presidente da Câmara, na hipótese prevista no inciso I do art. 40 deste Regimento Interno.

CAPÍTULO II

DOS LÍDERES

Art. 46. No início de cada Sessão Legislativa cada Bancada indicará

à Mesa Diretora um Líder que falará oficialmente por ela.

§ 1º Considera-se como Bancada a representação partidária com assento na Câmara Municipal.

§ 2º As Bancadas poderão atuar mediante formação de Bloco Parlamentar, desde que haja a comunicação formal e escrita à Mesa Diretora, com a indicação do respectivo Líder.

§ 3º O Líder do Bloco Partidário responderá pelas Bancadas que o integram.

§ 4º O Prefeito poderá indicar um Vereador para representá-lo na Câmara atuando como Líder de Governo.

Art. 47. O Líder, exceto durante a discussão de matéria na Ordem do Dia, poderá usar a palavra na Sessão Plenária para comunicação urgente e inadiável, requerendo o espaço para Comunicação Importante de Líder.

Parágrafo único. Quando solicitada a Comunicação Importante de Líder, a palavra será concedida ao Líder pelo prazo de cinco minutos, que poderá delegá-la a outro Vereador integrante da Bancada ou do Bloco Partidário, conforme o caso.

Art. 48. Compete ao Líder:

I – representar a Bancada ou Bloco Partidário na reunião da Mesa Diretora, quando houver convocação;

II – indicar Vereadores de sua Bancada ou Bloco Partidário para compor as Comissões permanentes e temporárias;

III – indicar a Comissão que o Suplente de Vereador atuará quando de sua convocação para exercício do cargo de Vereador;

IV – acompanhar, manifestar-se regimentalmente e providenciar o andamento das proposições de Vereador ou de Suplente de Vereador quando estiverem ausentes, impedidos ou tiverem deixado o exercício do cargo;

V – solicitar a palavra durante a Sessão Plenária, nos termos do parágrafo único do art. 47 deste Regimento, para Comunicação Importante de Líder;

VI – observadas as disposições deste Regimento Interno, impugnar decisões do Presidente e recorrer ao Plenário quando as prerrogativas da Bancada ou do Bloco Partidário não forem atendidas.

Parágrafo único. Nas hipóteses admitidas neste Regimento, mediante concordância de todos os Líderes, será admitido Acordo de Liderança.

Art. 49. Compete ao Líder de Governo:

I – dispor da Comunicação Importante de Líder, conforme prevê o parágrafo único do art. 47 deste Regimento Interno, apenas para a defesa de interesse do Governo;

II – manifestar-se nas Comissões para esclarecer matérias de iniciativa de Governo, quando solicitado ou por iniciativa própria;

III – fazer a interlocução com o Governo para esclarecimentos, atendimento de diligências e, se for o caso, modificação de matérias que estejam em tramitação na Câmara e que sejam de iniciativa do Prefeito;

IV – requerer o desarquivamento de matérias de iniciativa do Governo;

V – participar de reunião da Mesa Diretora, quando houver convocação.

CAPÍTULO III DAS COMISSÕES

Art. 50. As Comissões são órgãos técnicos, constituídos de Vereadores para, em caráter permanente ou transitório, assessorar, mediante instrução de matérias em tramitação, investigar ou apresentar a Câmara.

Parágrafo único. As Comissões deliberarão pela maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

Art. 51. As Comissões classificam-se, conforme sua natureza, objeto e forma de atuação, em permanentes e temporárias.

Art. 52. A composição dos membros titulares e suplentes das Comissões será feita mediante indicação de Líder, observado, tanto quanto possível, o critério da proporcionalidade partidária.

Parágrafo único. O Presidente da Câmara somente poderá compor Comissão de Representação.

Seção I

Das Comissões Permanentes

Art. 53. As Comissões Permanentes têm por objetivo prestar assessoramento à Câmara, instruindo matérias que lhe forem submetidas, emitindo pareceres ou elaborando projetos relacionados com sua especialidade.

§ 1º As Comissões Permanentes serão formadas por três membros titulares, com mandato de um ano, observada, para sua formação, o que dispõe o art. 52 deste Regimento Interno.

§ 2º As Comissões Permanentes serão formadas no início de cada Sessão Legislativa Ordinária.

§ 3º Formadas as Comissões Permanentes, elas serão instaladas pelo Presidente da Câmara, que divulgará sua composição, inclusive por meios eletrônicos.

§ 4º Na primeira reunião de cada Comissão Permanente haverá a eleição, dentre seus membros, por maioria de votos dentre os presentes, do Presidente e do Vice-Presidente.

§ 5º Cada Comissão Permanente terá dois Vereadores indicados pelos Líderes para exercerem a suplência e atuarem mediante convocação.

Art. 54. São criadas as seguintes Comissões Permanentes na Câmara Municipal:

I – Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final;

II – Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas;

III – Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento e Bem-Estar Social.

Art. 55. Compete à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final:

I – quanto à área de Legislação:

a) examinar e emitir parecer sobre a constitucionalidade, legalidade e regimentalidade de matérias em tramitação;

b) examinar se o autor da proposição tem competência para apresentá-la;

c) responder questionamento formulado pelo Presidente, pela Mesa Diretora ou por Comissão sobre questões que dependam, para sua solução, de interpretação de normas da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Município, do Regimento Interno ou de demais leis em vigor;

II – quanto à área de Justiça:

a) examinar e manifestar-se, sobre a forma de parecer, sobre matérias que se relacionem com:

1. direitos humanos;

2. cidadania;

3. violência doméstica;

4. discriminação de raça, de idade ou de gênero;

5. abuso de poder e desrespeito a direito líquido e certo;

III – quanto à área de Redação Final:

a) propor emendas redacionais nas proposições em tramitação, com o objetivo de corrigir as imperfeições gramaticais ou ortográficas, para eliminar contradições, erros de técnica legislativa, para melhorar a precisão e a clareza ou para dar mais simplicidade ao texto;

b) examinar e corrigir a redação final das proposições aprovadas em Plenário, de acordo com as normas da técnica legislativa.

Parágrafo único. A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final reunir-se-á ordinariamente nas terças-feiras, às dezessete horas, quando houver matéria.

Art. 56. Compete à Comissão de Finanças, Orçamento e Contas Públicas:

I – quanto à área de Orçamento:

a) examinar a admissibilidade, os aspectos formais e os aspectos materiais:

1. dos projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias, do orçamento anual e dos que preveem suas alterações;
2. de emenda e de sugestões populares propostas aos projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias, do orçamento anual e dos que preveem suas alterações;
3. verificar a compatibilidade de nova despesa pública com as leis do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual, bem como seu respectivo impacto orçamentário, quando exigido em lei;
- b) acompanhar a execução do orçamento e verificar a sua regularidade;

II – quanto à área de Finanças:

a) manifestar-se sobre:

1. tributos, bem como incentivos, benefícios e isenções de natureza tributária;
2. renúncia de receita;
3. impacto financeiro das matérias que geram despesa pública;
4. dívida ativa;
5. formação e evolução da dívida pública;
6. despesas e contribuição previdenciária do Regime Próprio de Previdência;

III – quanto à área de Contas Públicas:

a) sobre o Parecer Prévio do Tribunal de Contas:

1. disponibilizar prazo de trinta dias para defesa do responsável pelas contas em julgamento;
2. abrir consulta pública, pelo prazo de sessenta dias, sobre as contas do exercício financeiro em julgamento, para que qualquer contribuinte possa examiná-las e, se for o caso, questionar a legitimidade;
3. apreciar o Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado, sobre as contas em julgamento, posicionando-se a favor ou contra;
4. elaborar projeto de decreto legislativo com o posicionamento favorável ou contrário ao Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado;
5. retificar, após a votação em Sessão Plenária, se for o caso, o projeto de decreto legislativo de que trata o item 4 desta alínea, em redação final;
- b) realizar, sobre a gestão fiscal, as audiências públicas de verificação e atendimento às metas fiscais e examinar o atendimento dos respectivos limites.

Parágrafo único. A Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas reunir-se-á ordinariamente nas quartas-feiras, às dezessete horas, quando houver matéria.

Art. 57. Compete à Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento e Bem-Estar Social:

I – quanto à área de Infraestrutura:

a) manifestar-se sobre:

1. a lei do plano diretor de desenvolvimento integrado;
2. acessibilidade e conforto urbano para as pessoas com deficiência;
3. mobilidade, trânsito e transporte;
4. zoneamento urbano e loteamentos;
5. cultura, patrimônio histórico e cultural e sua conservação;
6. meio ambiente, destinação e processamento de resíduos e áreas de preservação;
7. posturas públicas;
8. obras públicas;
9. cargo, emprego, função pública e plano de carreira;
- b) examinar a eficiência e manifestar-se sobre matérias que se relacionem com serviço público, sua execução e resultados;
- c) manifestar-se sobre o uso de bens públicos por terceiros, por meio de concessões ou de parcerias com organizações da sociedade civil;
- d) examinar e opinar sobre a viabilidade de denominação de bens públicos;

II – quanto à área de Desenvolvimento:

a) examinar e instruir matérias sobre:

1. indústria;
2. comércio;
3. turismo;
4. agricultura;
5. pecuária;

b) manifestar-se sobre a participação do Município em consórcio público;

III – quanto à área de Bem-Estar Social, sobre a Educação, instruir e produzir parecer sobre matéria que se relacione:

- a) à educação infantil;
- b) ao ensino fundamental;
- c) ao plano municipal de educação;
- d) ao sistema municipal de educação;
- e) à gestão democrática do ensino;
- f) à inclusão e educação especial;
- g) a programas e políticas públicas aplicados à educação;

IV – quanto à área de Bem-Estar Social, sobre a Saúde, instruir e produzir parecer sobre matéria que se relacione:

- a) à saúde pública;
- b) ao sistema único de saúde;
- c) à vigilância sanitária;
- d) à saúde de animais;
- e) a programas e políticas públicas aplicados à saúde;

V – quanto às demais áreas de Bem-Estar Social, instruir e produzir parecer sobre matérias que se relacione:

- a) à assistência social;
- b) à criança e ao adolescente;
- c) ao idoso;
- d) a pessoas com deficiência;
- e) programas e políticas públicas aplicadas às temáticas de referidas neste inciso.

§ 1º Cabe à Comissão de que trata este artigo instruir, inclusive com audiência pública, e exarar parecer sobre programas federais e estaduais, com repercussão no Município, que se relacionem com as suas competências.

§ 2º A Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento e Bem-Estar Social reunir-se-á ordinariamente nas quintas-feiras, às dezessete horas, quando houver matéria.

Art. 58. Quando o Prefeito vetar projeto de lei, a apreciação, instrução e produção de parecer será de responsabilidade:

I – da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final se o argumento das razões de Veto for a inconstitucionalidade material ou formal;

II – da Comissão identificada com a área temática da matéria vetada, se o argumento das razões de Veto forem políticas, com a indicação de contrariedade ao interesse público.

§ 1º O prazo para instrução do Veto, pelas Comissões, é de até trinta dias.

§ 2º No caso do inciso II do caput deste artigo, no prazo referido no § 1º, a Comissão responsável pela instrução do Veto realizará audiência pública para debater com a comunidade o argumento das razões de Veto.

Subseção I

Do Presidente

Art. 59. Compete ao Presidente de Comissão Permanente:

I – cuidar para que a proposição que tenha identidade temática com a área de atuação de sua Comissão seja encaminhada para instrução e emissão de Parecer, avocando-a no caso de omissão do Presidente da Câmara;

II – receber a matéria para instrução e designar a Relatoria de proposição para Vereador membro da Comissão;

III – providenciar, junto ao Departamento legislativo, o atendimento de diligências decididas pela Comissão, a fim de instruir a proposição, inclusive quanto à realização de audiência pública, convocação de autoridade governamental ou solicitação de documentação

complementar;

IV – zelar pelo cumprimento dos prazos regimentais aplicados à atuação da Comissão;

V – colocar em deliberação, na Comissão, o voto do Relator, para análise e voto dos demais membros;

VI – determinar o registro em ata da matéria instruída na Comissão, com o voto do Relator e dos demais membros e com a conclusão dos pareceres;

VII – conceder vista aos demais Vereadores da Comissão do processo e da proposição,

observado o disposto neste Regimento;

VIII – solicitar ao Presidente da Câmara a convocação de Vereador Suplente da Comissão quando da ausência ou impedimento de um dos membros titulares;

IX – convocar a Comissão para reunir-se extraordinariamente no caso de urgência;

X – organizar com o Relator o cronograma de ações para a instrução de matéria sujeito a rito especial ou que tenha grande repercussão junto à comunidade;

XI – representar a Comissão em Plenário e nas reuniões da Mesa Diretora, quando houver convocação.

§ 1º O Presidente da Comissão pode exercer a Relatoria de proposição.

§ 2º Cabe recurso da decisão do Presidente de Comissão sobre pedidos de audiência pública, consulta pública, diligência e convocação de autoridade governamental para prestar esclarecimento sobre matéria em tramitação, desde que interposto na própria reunião, com decisão na primeira Sessão Plenária subsequente.

§ 3º Cabe ao Vice-Presidente de Comissão substituir o Presidente de Comissão em seus impedimentos e ausências.

Subseção II

Do Funcionamento

Art. 60. A Comissão Permanente funcionará por meio de reuniões ordinárias ou extraordinárias, observada a seguinte ordem de trabalho:

I – abertura e verificação de presença;

II – discussão e aprovação da ata da reunião anterior;

III – comunicação das matérias encaminhadas pela Mesa Diretora;

IV – designação de Relatorias;

V – discussão sobre realização de audiência pública, consulta pública, diligência ou convocação de autoridade governamental para prestar esclarecimento e as respectivas providências;

VI – apresentação de voto de Relatoria;

VII – discussão e deliberação do voto de Relatoria;

VIII – concessão de vista do processo, da proposição e do voto de Relatoria, se houver solicitação.

§ 1º A designação de Relatorias, prevista no inciso IV, deve ser feita imediatamente à comunicação das matérias a serem instruídas.

§ 2º O Vereador responsável pela Relatoria de proposição terá o prazo de quatorze dias para apresentar seu voto.

§ 3º O prazo de que trata o § 2º ficará suspenso:

I – enquanto a diligência solicitada para a instrução da proposição não for atendida;

II – durante o prazo em que a proposição permanecer em audiência pública;

III – do dia do requerimento de audiência pública até a sua realização;

IV – do dia do requerimento para convocação de autoridade governamental até o comparecimento em reunião de Comissão;

V – durante o prazo em que o profissional da área jurídica da Câmara apresentar a Orientação Técnica sobre a proposição.

§ 4º O prazo para a elaboração da Orientação Jurídica de que trata o inciso V do § 3º é de setenta e duas horas, admitindo prorrogação, por igual prazo, quando se tratar de matéria complexa, sujeita a rito especial ou códigos.

§ 5º Se o Vereador designado para a Relatoria de uma proposição não apresentar seu voto no prazo referido no § 2º deste artigo, o

Presidente da Comissão designará novo Relator.

§ 6º No caso de a proposição tramitar pelo Rito de Urgência, o prazo para o exercício da Relatoria, previsto no § 2º deste artigo, será de sete dias.

§ 7º O voto do Relator deverá conter:

I – cabeçalho, indicando:

a) número do processo;

b) tipo de matéria;

c) número de matéria;

d) nome do Vereador Relator;

e) data do protocolo da matéria;

f) indicação do autor;

g) ementa;

h) conclusão do posicionamento do Relator que poderá ser:

1. favorável à tramitação da matéria;

2. favorável à tramitação da matéria, com emenda;

3. contrário à tramitação da matéria;

II – relato com o histórico processual da matéria;

III – posicionamento pessoal, com os fundamentos de seu voto;

IV – manifestação dos demais Vereadores da Comissão que poderá ser:

a) assinatura, com indicação expressa de acompanhamento ao voto do Relator;

b) assinatura, com indicação expressa de acompanhamento ao voto do Relator, mas com restrições;

c) assinatura, com indicação expressa de discordância do voto do Relator.

§ 8º Se o voto do Relator obtiver:

I – o acompanhamento da maioria dos membros da Comissão, transformar-se-á em Parecer;

II – a discordância da maioria dos membros, caberá ao Presidente de Comissão designar novo Relator.

§ 9º No caso do inciso II do § 8º, o voto do Vereador que originalmente exerceu a Relatoria permanecerá no Processo como voto vencido.

§ 10. O Presidente de Comissão é o último a manifestar-se sobre o voto do Relator.

§ 11. É facultado ao membro de Comissão apresentar seu voto em separado.

Art. 61. Para a proposição que trata de matéria de grande repercussão a Comissão responsável pela análise de seu impacto social deverá realizar audiência pública para debatê-la com a comunidade.

§ 1º O Presidente de Comissão definirá com o Presidente da Câmara a logística, o local, a data e a ampla divulgação da audiência pública de que trata este artigo.

§ 2º Após a publicação e divulgação do edital, a proposição objeto da audiência pública, com sua justificativa, permanecerá à disposição para acesso público, no site da Câmara Municipal, pelo prazo de setenta e duas horas.

§ 3º Na audiência pública será observado:

I – abertura, pelo Presidente de Comissão, com:

a) indicação de autoridades e Vereadores presentes;

b) apresentação da matéria da proposição a ser discutida; e

c) explicação de metodologia a ser observada;

II – após, de acordo com a ordem de inscrição, até oito oradores se manifestarão pelo prazo de cinco minutos, sem apartes;

III – encerrada a manifestação dos oradores inscritos, o Presidente de Comissão passará a palavra aos Vereadores pelo prazo de cinco minutos, sem apartes, na seguinte ordem:

a) Vereadores titulares da Comissão;

b) Vereadores não titulares da Comissão;

c) Vereador designado para Relatoria da proposição.

§ 4º O Vereador Relator da proposição objeto da audiência pública poderá, a qualquer momento, solicitar a palavra para prestar esclarecimento.

§ 5º Encerrada a audiência pública, a Câmara, permanecerá disponível para recebimento de sugestões, pela sociedade, à proposição,

pelo prazo de setenta e duas horas.

§ 6º As sugestões populares serão examinadas, quanto à respectiva viabilidade técnica, pelo Vereador-Relator, em seu voto.

§ 7º A ata da audiência pública, com as manifestações, encaminhamentos e sugestões apresentadas, será publicada e divulgada, inclusive por meios eletrônicos, no prazo de quarenta e oito horas, contado do encerramento do prazo referido no § 5º.

§ 8º Para os fins deste artigo, considera-se matéria de grande repercussão:

I – projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual;

II – projetos de lei que modifiquem as leis referidas no inciso I, quando a alteração relacionar-se com programas sociais;

III – proposições que se relacionem com:

a) plano diretor de desenvolvimento integrado;

b) paisagismo urbano;

c) trânsito e transporte;

d) mobilidade urbana e acessibilidade;

e) transporte coletivo;

f) meio ambiente e preservação ambiental;

g) obras e posturas públicas;

h) tributos e benefícios fiscais;

i) turismo e desenvolvimento regional;

j) demais matérias que a Comissão julgar de amplo interesse público.

§ 9º A audiência pública de que trata este artigo deve ser realizada mesmo que a proposição tramite pelo Rito de Urgência ou seja pautada para deliberação em Sessão Legislativa Extraordinária, cabendo, ao Presidente da Câmara, em conjunto com o Presidente de Comissão, organizar o calendário legislativo para a sua realização.

Art. 62. A proposição que tratar sobre código ou de suas respectivas alterações ficará disponível para consulta pública, no site da Câmara, e para recebimento de sugestão, pela comunidade, sem prejuízo do que dispõe o art. 61 deste Regimento, pelo prazo de quinze dias.

Parágrafo único. Não se aplica ao projeto de que trata este artigo o Rito de Urgência.

Art. 63. Nenhuma proposição será incluída na Ordem do Dia sem parecer de Comissão e sua respectiva divulgação, inclusive por meios eletrônicos, exceto os casos de:

I – veto, após decorrido o prazo de trinta dias de sua distribuição para instrução nas Comissões;

II – projeto de lei com tramitação pelo Rito de Urgência, após decorrido o prazo de trinta dias de sua distribuição para instrução nas Comissões.

Art. 64. As reuniões de Comissão serão públicas e suas atas serão divulgadas, inclusive por meios eletrônicos.

Seção II

Das Comissões Temporárias

Art. 65. A Comissão Temporária destina-se a apreciar assunto relevante ou excepcional ou a representar a Câmara, sendo constituída de cinco membros, exceto quando se tratar de representação externa.

Art. 66. As Comissões Temporárias poderão ser:

I – Especial;

II – Parlamentar de Inquérito;

III – de Representação Externa;

IV – Representativa;

V – Processante.

§ 1º A resolução que instituir Comissão Temporária fixará seu prazo, que poderá ser prorrogado, por solicitação de seus membros, mediante aprovação em Sessão Plenária.

§ 2º As Comissões Temporárias serão extintas:

I – com o atendimento de seu objeto;

II – com o término do prazo definido para o seu funcionamento.

§ 3º Adotar-se-á, na composição das Comissões Temporárias, o critério da proporcionalidade partidária, exceto para a prevista no inciso IV.

Art. 67. As Comissões Temporárias serão constituídas com objeto e prazo de funcionamento definidos:

I – mediante requerimento de Vereador, aprovado pelo Plenário, quando se tratar de Comissão Especial ou de Representação Externa;

II – mediante requerimento subscrito por, no mínimo de um terço de Vereadores, quando se tratar de Comissão Parlamentar de Inquérito.

III – de ofício, pelo Presidente da Câmara, quando se tratar de Comissão Representativa.

Parágrafo único. A Comissão Temporária, uma vez constituída, será instalada pelo Presidente da Câmara no prazo de cinco dias úteis.

Subseção I

Da Comissão Especial

Art. 68. A Comissão Especial será formada para:

I – apresentar proposta de alteração à Lei Orgânica do Município;

II – apresentar proposta de alteração do Regimento Interno ou sua nova versão;

III – tratar de matéria não constante nas atribuições das Comissões Permanentes.

§ 1º O requerimento para a formação de Comissão Especial deverá ser subscrito por, no mínimo, um terço de Vereadores e indicar objeto a ser atendido, com a devida fundamentação.

§ 2º A atuação da Comissão Especial, a sua composição, a escolha do Presidente, a designação de Relatoria e o seu funcionamento, observarão, no que couber, as disposições deste Regimento Interno, quanto às Comissões Permanentes.

§ 3º O Parecer de Comissão Especial será publicado, comunicado aos Vereadores em Sessão Plenária e divulgado, inclusive por meios eletrônicos.

§ 4º No caso de o Parecer de Comissão concluir pela realização de diligências institucionais, pela Câmara Municipal, o mesmo será deliberado na primeira Sessão Plenária subsequente a sua publicação e divulgação.

§ 5º Aplica-se ao Presidente de Comissão Especial, no que couber, as atribuições previstas no art. 59 deste Regimento Interno.

Subseção II

Da Comissão Parlamentar de Inquérito

Art. 69. A Câmara Municipal, a requerimento de um terço dos membros, instituirá Comissão Parlamentar de Inquérito para a apuração de fato determinado e por prazo certo, com poder de investigação próprio de autoridade judicial, além de outros previstos em lei e neste Regimento Interno.

§ 1º Considera-se fato determinado o acontecimento de relevante interesse para a vida pública e a ordem constitucional e legal, econômica e social do Município, que estiver devidamente caracterizado no requerimento de constituição da Comissão.

§ 2º A Comissão Parlamentar de Inquérito, por decisão de seus membros, poderá atuar também durante o Recesso, e terá prazo de cento e vinte dias, prorrogável por mais sessenta dias, mediante deliberação em Sessão Plenária, para conclusão de seus trabalhos.

§ 3º A composição da Comissão Parlamentar de Inquérito será de cinco Vereadores titulares e contará com três Vereadores que permanecerão na suplência e atuarão nos impedimentos e ausências dos titulares.

§ 4º O Vereador que primeiro subscrever o pedido de formação de Comissão Parlamentar de Inquérito a integrará de forma automática, computando sua indicação na proporcionalidade partidária.

§ 5º Obtido o número de assinaturas referido no caput deste artigo,

caberá ao Presidente da Câmara:

I – confirmar que o fato indicado para a formação da Comissão Parlamentar de Inquérito caracteriza-se como determinado, nos termos indicados no § 1º;

II – no prazo de cinco dias úteis, instalar a Comissão Parlamentar de Inquérito;

III – designar os apoios técnico, operacional, logístico e funcional para o funcionamento e o atendimento do objeto da Comissão Parlamentar de Inquérito.

§ 5º Instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito, em sua primeira reunião, será:

I – realizada, dentre seus membros titulares, a eleição do Presidente e do Vice-Presidente;

II – designado, pelo Presidente da Comissão, um membro titular para o exercício da Relatoria;

III – definida, por seus membros, cronograma de trabalho com as ações de investigação a serem desenvolvidas, com aplicação subsidiária, para a respectiva formalização, do Código de Processo Penal.

§ 6º Cabe ao Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito:

I - convocar e dirigir as reuniões;

II - qualificar e compromissar os depoentes;

III - requisitar servidores e diligências;

IV - convocar indiciados e testemunhas para depor;

V - superintender os trabalhos e assinar as correspondências expedidas;

VI - proferir voto de desempate;

VII - representar a Comissão;

VIII - requisitar documentos e informações e determinar quaisquer providências necessárias ao trabalho da Comissão;

IX – requerer ao Plenário a prorrogação de prazo de que trata o § 2º.

§ 7º Ao término dos trabalhos, a Comissão Parlamentar de Inquérito apresentará relatório circunstanciado contendo a descrição resumida de todo o processo, com suas conclusões, que será publicado e divulgado, inclusive por meios eletrônicos, e encaminhado:

I - à Mesa, quando forem indicadas providências de sua alçada;

II – às Comissões Permanentes, conforme o caso, para elaboração de proposição, conforme área de atuação e objeto da providência indicada;

III - ao Ministério Público, com cópia autenticada e rubricada da documentação, para que adote as medidas decorrentes de suas funções institucionais, no caso de conclusão por prática de crime ou de improbidade administrativa;

IV - ao Poder Executivo, para adotar as providências saneadoras de caráter disciplinar, funcional, patrimonial, operacional ou administrativo;

V - à Comissão Permanente que tenha a maior pertinência com a matéria, à qual caberá acompanhar o que foi indicado no inciso III deste parágrafo.

§ 8º Nos casos dos incisos II e III, a remessa será feita pelo Presidente da Câmara, no prazo de cinco dias úteis.

§ 9º No relatório de que trata o § 7º deverão constar depoimentos arrolados, mas não efetivados.

§ 10. Esgotado o prazo previsto no § 2º deste artigo, sem que a Comissão Parlamentar de Inquérito tenha concluído seu Relatório/ Parecer, a sua extinção será automática.

Subseção III

Da Comissão de Representação Externa

Art. 70. A Comissão de Representação Externa será constituída, a requerimento de Vereador, aprovado pelo Plenário, com a incumbência de representar a Câmara em ato para o qual tenha sido convidada ou a que haja de assistir, em razão de interesses institucionais ou que se relacionem ao desenvolvimento do Município.

§ 1º Os integrantes da Comissão de Representação Externa serão designados de ofício pelo Presidente da Câmara, assegurando-se a participação do autor do requerimento de sua criação.

§ 2º O Presidente, se o desejar, integrará automaticamente a Comissão de Representação Externa.

§ 3º A Comissão de Representação Externa apresentará ao Plenário relatório de sua missão, com as conclusões respectivas, que será publicado e divulgado, inclusive por meios eletrônicos.

§ 4º Na primeira Sessão Plenária subsequente ao atendimento da representação que justificou a Comissão, o autor do seu requerimento constitutivo usará a palavra para, em cinco minutos, expor as conclusões de que trata o § 3º deste artigo, com possibilidade de apartes.

Subseção IV

Da Comissão Representativa

Art. 71. A Comissão Representativa é o órgão de representação e atuação da Câmara Municipal, durante o Recesso, e será integrada pelo Presidente da Câmara e mais um Vereador de cada Bancada, indicado na última Sessão Plenária Ordinária de cada Sessão Legislativa.

§ 1º A indicação dos integrantes da Comissão Representativa vale para os dois períodos de Recesso.

§ 2º A Presidência da Comissão Representativa será exercida pelo Presidente da Câmara Municipal, que será substituído, em seus impedimentos, pelos demais membros da Mesa, na ordem regimental.

§ 3º É vedado ao membro da Mesa integrar a Comissão Representativa, exceto para substituir o Presidente, na forma do § 2º deste artigo.

§ 4º Ao Vereador que não integrar a Comissão Representativa será facultada a presença nas suas reuniões, com direito a manifestar-se sobre os temas em debate, porém sem direito a voto.

§ 5º Aplica-se à Comissão Representativa, no que couber, as disposições estabelecidas para as Comissões Permanentes.

Art. 72. Compete à Comissão Representativa:

I - zelar pelas prerrogativas da Câmara Municipal, na condição de Poder Legislativo, pela observância da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Município, do Regimento Interno da Câmara e das garantias neles consignadas;

II - convocar, com o voto da maioria de seus membros, Secretário Municipal para prestar, pessoalmente, informações sobre assuntos compreendidos na área da respectiva Pasta, previamente determinados;

III - autorizar o Prefeito a se afastar do Estado ou do País, na hipótese prevista na Lei Orgânica do Município;

IV - resolver sobre licença de Vereador;

V – dar posse a suplente de Vereador;

VI - exercer a competência administrativa da Mesa da Câmara, em caso de urgência, quando ausentes ou impedidos os respectivos membros;

VII - fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo;

VIII - receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

IX - designar membro para representar a Câmara em eventos de interesse municipal, estadual, nacional e internacional;

X – convocar Sessão Legislativa Extraordinária, nos casos admitidos neste Regimento Interno.

Parágrafo único. Durante a realização de Sessão Legislativa Extraordinária, considerando que o Recesso é suspenso, cessa a atuação da Comissão Representativa, com o retorno da atuação da Mesa Diretora e das Comissões Permanentes.

Subseção V

Da Comissão Processante

Art. 73. A Comissão Processante será formada para instruir as seguintes matérias:

I – julgamento por infração político-administrativa praticada por:

- a) Prefeito;
- b) Vereador;

II – destituição de membro da Mesa Diretora.

§ 1º No caso do inciso I, a formação, o funcionamento, as atribuições e os prazos de atuação da Comissão Processante observarão o que dispõe a legislação federal.

§ 2º No caso do inciso II, a formação, o funcionamento, as atribuições e os prazos de atuação da Comissão Processante observarão o que dispõem os arts. 35 e 36 deste Regimento Interno.

CAPÍTULO IV DO PLENÁRIO

Art. 74. O Plenário é o órgão deliberativo e soberano da Câmara, constituído pela reunião de Vereadores em pleno exercício do mandato, na forma e número legal para deliberar.

Parágrafo único. A reunião dos Vereadores, na forma prevista neste artigo, denomina-se Sessão Plenária.

Art. 75. Cumpre ao Plenário deliberar sobre todas as matérias de competência da Câmara Municipal, nos termos deste Regimento Interno e da Lei Orgânica do Município.

Art. 76. As deliberações de Plenário, desde que estejam presentes, no mínimo, a maioria absoluta de Vereadores, serão tomadas:

I – por maioria simples, sempre que a matéria necessitar o voto de mais da metade dos Vereadores presentes na Sessão Plenária para sua aprovação;

II – por maioria absoluta, sempre que a matéria necessitar dos votos da maioria dos membros da Câmara Municipal para sua aprovação, independentemente do número de Vereadores presentes em Sessão Plenária;

III – por maioria qualificada, sempre que a matéria necessitar dos votos de dois terços dos membros da Câmara Municipal para sua aprovação, independentemente do número de Vereadores presentes em Sessão Plenária.

§ 1º Não havendo indicação de deliberação por maioria absoluta ou por maioria qualificada na Lei Orgânica do Município ou neste Regimento Interno, as deliberações de Plenário serão tomadas por maioria simples.

§ 2º O desempate para aprovação de matéria, pelo voto do Presidente da Câmara, só é necessário no caso do inciso I.

CAPÍTULO V DA OUVIDORIA PARLAMENTAR

Art. 77. A Ouvidoria Parlamentar é o órgão da Câmara Municipal responsável por:

I - receber, examinar e encaminhar aos órgãos competentes as reclamações ou representações de pessoas físicas ou jurídicas sobre:

- a) violação ou qualquer forma de discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;
- b) ilegalidades ou abuso de poder;
- c) mau funcionamento dos serviços legislativos e administrativos da Casa.

II - propor medidas para sanar as violações, as ilegalidades e os abusos constatados;

III - propor à Mesa Diretora, a partir de reclamações e representações que chegam na Câmara:

- a) medidas necessárias à regularidade dos serviços internos;
- b) indicar inovações e melhorias que possam agregar qualidade aos processos internos;
- c) propor a abertura de sindicância ou de processo disciplinar administrativo destinado a apurar irregularidades funcionais ou operacionais;

IV - encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado, ao Ministério Público ou a outro órgão competente as denúncias recebidas que necessitem de investigação;

V - responder aos cidadãos e às entidades quanto às providências

tomadas pela Câmara Municipal sobre os assuntos institucionais de seu interesse;

VI - realizar audiências públicas com segmentos da comunidade, a fim de discutir a ampliação da qualidade do serviço prestado pela Câmara Municipal, bem como sua atuação como Poder Legislativo. Parágrafo único. A Ouvidoria Parlamentar reunir-se-á ordinariamente com a Mesa Diretora, na primeira segunda-feira de cada mês, às dezessete horas e trinta minutos, para expor, deliberar e diligenciar os assuntos de sua competência.

Art. 78. A Ouvidoria Parlamentar é composta de um Ouvidor Geral designado, dentre os Vereadores, pelo Presidente da Câmara, a cada dois anos, no início da primeira e da terceira Sessão Legislativa, vedada a recondução para o período subsequente.

Parágrafo único. Toda iniciativa provocada ou implementada pela Ouvidoria Parlamentar terá ampla divulgação, inclusive por meios eletrônicos.

TÍTULO III DAS SESSÕES PLENÁRIAS CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 79. As Sessões da Câmara Municipal serão:

I - Ordinárias;

II - Extraordinárias;

III – Solenes;

IV – Especiais.

Art. 80. O recinto do Plenário é, em Sessão, privativo de:

I - Vereador;

II - convidados em visitas oficiais;

III - servidores da Câmara Municipal, quando em serviço, em auxílio à Mesa Diretora, podendo, inclusive, manifestar-se para prestar quaisquer esclarecimentos que Presidente solicitar;

IV - cidadãos autorizados pela Mesa Diretora.

Parágrafo único. A Câmara poderá determinar que parte da Sessão Plenária seja destinada à comemoração, homenagem ou recepção de personalidade visitante.

Art. 81. Durante a Sessão, além dos Vereadores, poderão excepcionalmente, mediante autorização da Mesa Diretora, usar da palavra:

I - visitantes recepcionados ou homenageados;

II - Prefeito, quando espontaneamente manifestar interesse;

III – Secretários Municipais, quando convocados ou espontaneamente manifestar interesse.

§ 1º O orador submeter-se-á às seguintes normas:

I - falará de pé, exceto o Presidente, e só por enfermidade poderá obter permissão para falar sentado;

II - dirigir-se-á ao Presidente ou ao Plenário;

III - dará aos Vereadores o tratamento de “Excelência”.

§ 2º O orador não poderá ser interrompido, a não ser para:

I - formulação de questões de ordem;

II – apartes, nas hipóteses admitidas neste Regimento;

III - requerimento de prorrogação da Sessão Plenária.

Art. 82. A sessão poderá ser suspensa:

I - pelo Presidente:

- a) no caso de visita de convidados oficiais, bem como de pessoas ilustres, exceto durante a Ordem do Dia;
- b) em cumprimento de ordem judicial.

II - por decisão do Plenário, a requerimento de Líder, por motivo de interesse público.

§ 1º A suspensão, no caso da alínea “a” do inciso I, será levada a efeito pelo Presidente da Câmara, por tempo indeterminado, sem dedução de tempo reservado à Sessão Plenária, que terá a sua duração regular.

§ 2º A suspensão decidida pelo Plenário, no caso previsto no inciso II, terá duração máxima de trinta minutos, deduzindo-se o tempo

que durar a suspensão daquele reservado à Sessão Plenária.

Art. 83. Qualquer cidadão poderá assistir à Sessão Plenária, desde que não atrapalhe o bom andamento dos trabalhos, sendo proibida qualquer interpelação aos Vereadores.

§ 1º O Presidente, se necessário, fará retirar o cidadão impertinente e que não atenda ao disposto no art. 4º deste Regimento ou determinará a evacuação do recinto reservado à comunidade.

§ 2º Não haverá Sessão Plenária em caráter secreto.

§ 3º Será dada ampla publicidade à Sessão Plenária, inclusive por meios eletrônicos, facilitando-se o trabalho da imprensa, divulgando-se a pauta e o resumo dos trabalhos.

§ 4º A Câmara, anualmente, no mês de janeiro, promoverá o credenciamento dos profissionais de imprensa, devidamente habilitados, interessados em acompanhar as Sessões Plenárias, que terão acesso ao espaço destinado ao Plenário, sem interferir nos andamentos normais dos trabalhos;

§ 5º Ao público em geral, será permitida a captação de áudio e vídeo no espaço reservado à comunidade.

Art. 84. Para os efeitos legais, considerar-se-á presente à Sessão Plenária o Vereador que registrar a presença até o início da Ordem do Dia, participando dos trabalhos do Plenário e das votações.

§ 1º O registro de presença será fechado, pelo Presidente, quando do início da Ordem do Dia, devendo o Primeiro-Secretário assinalar o nome dos Vereadores ausentes, com registro em ata.

§ 2º Ao final da Sessão Plenária, o Primeiro-Secretário registrará o nome dos Vereadores que, embora tenham participado até a hora legal, deixaram de deliberar os trabalhos da Ordem do Dia.

§ 3º A verificação de presença poderá ser requerida por Líder, a qualquer momento da Sessão Plenária.

§ 4º A presença de Vereador em Sessão Solene ou em Sessão Especial será confirmada pela sua assinatura no início dos trabalhos.

CAPÍTULO II

DA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 85. A Câmara Municipal realizará Sessões Plenárias Ordinárias, independentemente de convocação, nos seguintes dias, às dezoito horas.

I – na primeira terça-feira do mês;

II – na primeira quarta-feira do mês;

III – na primeira terça-feira da terceira semana do mês;

IV – na primeira quarta-feira da terceira semana do mês.

Parágrafo único. Se o dia da sessão for feriado ou ponto facultativo, a Sessão Plenária Ordinária será realizada no primeiro dia útil imediato, no mesmo horário.

Art. 86. A Sessão Plenária Ordinária iniciará com a presença de, no mínimo, um terço de Vereadores, assim verificada em chamada nominal.

§ 1º Não havendo número legal, o Presidente aguardará até quinze minutos, persistindo a ausência de Vereadores, será declarada encerrada a Sessão Plenária, lavrando-se ata negativa em que será registrado o nome dos presentes, despachando-se os documentos constantes do Expediente.

§ 2º À hora regimental o Presidente declarará aberta a Sessão Plenária.

Seção II

Do Quórum

Art. 87. Quórum é o número de Vereadores presentes para a realização de Sessão Plenária, reunião de Comissão ou deliberação na Ordem do Dia.

Art. 88. As deliberações serão tomadas de acordo com o que prevê

o art. 76 deste Regimento Interno.

§ 1º São exigidos os votos favoráveis da maioria absoluta de Vereadores para:

I - rejeição de veto;

II - aprovação de projeto de lei complementar;

III – abertura de processo e cassação de mandato de Vereador.

§ 2º São exigidos os votos favoráveis da maioria qualificada de Vereadores para:

I – aprovação de proposta de emenda à Lei Orgânica do Município;

II – rejeição do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado, sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar;

III – abertura de processo e cassação de mandato de Prefeito.

Art. 89. A declaração de quórum, questionada ou não, será feita pelo Presidente logo após a chamada nominal dos Vereadores.

Parágrafo único. Verificada a falta de quórum para a deliberação de matéria da Ordem do Dia, a Sessão Plenária será encerrada.

Seção III

Das Partes da Sessão Plenária Ordinária

Art. 90. A Sessão Plenária Ordinária terá duração máxima de três horas e se realizará pela composição das seguintes partes:

I – Expediente do Dia, com até vinte minutos, o qual se destinará:

a) à aprovação da ata da Sessão Plenária anterior, ficando dispensada a leitura, salvo se houver requerimento verbal de um terço de Vereadores presentes;

b) à leitura dos documentos oficiais endereçados à Câmara Municipal, para os quais seja necessário dar a devida publicidade, que serão lidos de forma resumida;

c) à apresentação de recurso de Vereador contra ato do Presidente;

d) outros comunicados, a juízo do Presidente da Câmara Municipal.

II – Tribuna Popular, na forma regimental, com prazo de vinte minutos;

III – Grande Expediente, com duração máxima de quarenta e cinco minutos;

IV – Intervalo, não superior a dez minutos, desde que solicitado por Líder e deliberado pelo Plenário;

V – Ordem do Dia, para discussão e votação dos projetos da pauta, com duração de até sessenta minutos, admitindo-se prorrogação na hipótese prevista no § 1º do art. 93 deste Regimento;

VI – Explicações Pessoais, para que o Vereador inscrito até trinta minutos antes do início da Sessão Plenária, fale sobre as ações de seu Gabinete;

VII – Comunicação de Bancada, para que o Líder inscrito até trinta minutos antes da Sessão Plenária fale sobre as ações da sua Bancada;

VIII – encerramento da Sessão, podendo o Presidente fazer uso da palavra para informações institucionais da Câmara Municipal.

§ 1º Qualquer Vereador, quando da votação da ata, no Expediente, poderá solicitar retificação.

§ 2º No Grande Expediente, qualquer Vereador poderá usar a palavra, por até quinze minutos, dividindo seu tempo proporcionalmente entre os oradores inscritos perante o Primeiro Secretário da Mesa, até o início da Sessão Plenária, para tratar de tema de interesse público, com repercussão no Município ou para falar sobre proposições que estejam em tramitação na Câmara Municipal.

§ 3º O Presidente da Câmara será incluído na lista de Oradores do Grande Expediente, devendo, durante o uso da palavra, passar a Presidência da Sessão Plenária para o Vice-Presidente.

§ 4º Na Ordem do Dia, durante a Discussão das matérias pautadas para deliberação, o Presidente observará a seguinte ordem e tempo de uso da tribuna:

I – cinco minutos para o Vereador autor ou para o Líder de Governo, quando a matéria for de iniciativa do Prefeito, para explanação inicial da proposição, com descrição de seu objetivo e de sua justificativa;

II – três minutos para cada Vereador que relatou a proposição explanar sobre o Parecer da Comissão que integra;

III – três minutos para o Vereador autor de emenda à proposição explanar o seu objetivo e a sua justificativa;

IV – cinco minutos para o Vereador que desejar manifestar-se sobre a proposição e sobre o seu voto;

V – três minutos para cada Líder encaminhar a votação.

§ 5º Exceto no caso do inciso V do § 4º, o pronunciamento na Ordem do Dia poderá receber aparte, desde que permitido pelo orador, sem acréscimo no tempo de cada manifestação.

§ 6º Para Explicação Pessoal, o tempo de trinta minutos será dividido pelo número de Vereadores inscritos, na forma prevista no inciso VI do caput deste artigo.

§ 7º Cada Líder inscrito usará a palavra por cinco minutos para Comunicação de Bancada, podendo delegar a palavra para outro Vereador de sua Bancada.

§ 8º Exceto durante a Ordem do Dia, o Líder de Bancada poderá, por uma vez, requerer a palavra ao Presidente da Câmara para Comunicação Urgente de Líder, pelo prazo de cinco minutos.

§ 9º. A Comunicação Urgente de Líder só poderá ser requerida para:

I - manifestação sobre situações de urgência que se relacionem à Bancada: e

II - para permitir que algum Vereador da Bancada, se mencionado durante a fala dos demais Vereadores, possa se manifestar.

§ 10. O Primeiro-Secretário da Mesa fará o controle do tempo do uso da palavra, da ordem das manifestações, proferindo as seguintes palavras "com a palavra o Vereador ..., pelo prazo de".

§ 11. As partes da Explicação Pessoal e da Comunicação de Bancada poderão ser suprimidas, por acordo de Líderes.

Subseção I

Da Tribuna Popular

Art. 91. A Câmara Municipal realizará a Tribuna Popular, sempre na primeira sessão ordinária mensal, no horário destinado à palavra livre, para que os munícipes e entidades representativas do Município discorrerem sobre assuntos de interesse do Município pelo espaço de até quinze minutos.

§ 1º. O tempo previsto no caput deste artigo será distribuído entre até três (03) oradores devidamente inscritos mediante ofício ao Presidente da Câmara, com antecedência mínima de dez (10) dias, atendidos os seguintes requisitos:

I - comprovação de regularidade da entidade através da apresentação de seu Estatuto Social e cópia da ata em cuja reunião se deliberou pela inscrição de seu representante; e

II - comprovação de residência e de domicílio eleitoral no Município no caso de inscrição por parte de pessoa física.

§ 2º O requerimento para uso da Tribuna Popular deverá indicar expressamente o tema a ser abordado, sendo proibida a explanação de assuntos que se relacionem:

I – à proposição em tramitação na Câmara;

II – à matéria político-partidária;

III – a assunto relacionado à eleição de cargos públicos, de sindicatos ou de associações;

IV – a temas que agredam ou desrespeitem:

a) a integridade de membros e de instituições públicas;

b) os direitos humanos;

c) promovendo qualquer forma de discriminação.

§ 2º Finda a leitura do Expediente na Sessão Plenária Ordinária, será dada a palavra ao orador inscrito, de acordo com o disposto no neste artigo.

§ 3º O tempo que será ocupado pelo orador denomina-se "Tribuna Popular" e somente poderá ser usado nos termos do art.91.

§ 4º Durante a manifestação do orador na Tribuna Popular, não haverá aparte.

§ 5º Os Vereadores que se inscreverem até às dezessete horas e trinta minutos do dia da Sessão Plenária Ordinária poderão usar a palavra, por até dois minutos, para se manifestar sobre o tema abordado pelo orador da Tribuna Popular.

§ 6º O Presidente da Câmara:

I – indeferirá o requerimento de uso da Tribuna Popular que não atender às condições descritas neste artigo;

II - cortará a palavra e encerrará o pronunciamento do orador na Tribuna Popular, diante de manifestação que contrarie o disposto no § 2º deste artigo.

Subseção II

Da Ordem do Dia

Art. 92. A Ordem do Dia destina-se à discussão e votação de:

I - requerimentos, moções, recursos, cuja deliberação seja de alçada do Plenário;

II – proposições, desde que devidamente instruídas pelas Comissões, com os respectivos Pareceres.

§ 1º Quando, no curso de uma votação de uma proposição, esgotar-se o tempo destinado à Ordem do Dia, esta será prorrogada até que seja concluída a apreciação da matéria.

§ 2º A pauta da Ordem do Dia, com as proposições e respectivas justificativas, juntamente com os pareceres, deverá estar à disposição dos Vereadores e da comunidade, por meios eletrônicos, com antecedência mínima de vinte e quatro horas antes do início da Sessão Plenária.

Art. 93. A realização da Ordem do Dia será condicionada à presença da maioria absoluta dos Vereadores.

Art. 94. As matérias incluídas na pauta da Ordem do Dia deverão ser agrupadas segundo o seguinte critério de prioridade:

I - proposições com prazo legal:

a) vetos e emendas;

b) projetos do Executivo com pedido de urgência;

c) projetos do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual;

d) projetos do Legislativo.

II - matérias com urgência parlamentar;

III - parecer de redação final;

IV - demais matérias, ordenadas segundo a cronologia de suas proposições.

§ 1º Se necessário, a Ordem do Dia poderá ter item único no caso de discussão e votação de proposição que se sujeite a rito especial.

§ 2º Quando a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final se manifestar pela inconstitucionalidade de projeto de lei, o Parecer será discutido e votado com preferência às matérias indicadas nos incisos do caput deste artigo.

§ 3º O projeto de lei em Rito de Urgência e o veto, quando vencidos seus prazos de tramitação, sobrepor-se-ão às demais matérias da Ordem do Dia e impedirão a respectiva deliberação, até que suas votações sejam finalizadas.

Art. 95. A Ordem do Dia só será modificada no caso de:

I - adiamento de votação de proposição, desde que solicitada pelo autor da matéria ou pelo Líder do Governo, no caso dos projetos de autoria do Poder Executivo;

II - inserção de projetos que estejam tramitando pelo Rito de Urgência;

III - inversão de pauta, por acordo de Líderes;

IV - determinação judicial.

Subseção III

Do Aparte

Art. 96. Aparte é a interrupção consentida, breve e oportuna do orador de tribuna para indagação, esclarecimento ou contestação.

§ 1º É vedado ao Presidente ou a qualquer Vereador no exercício da Presidência apartear o orador de tribuna.

§ 2º Durante o Aparte, não ocorrerá suspensão da contagem do prazo de manifestação do orador.

§ 3º O prazo de duração do Aparte não poderá ser superior a um minuto.

Art. 97. Não serão permitidos Apartes:

- I - à palavra do Presidente, quando na direção dos trabalhos;
 - II - paralelos e cruzados;
 - III - quando o Líder esteja encaminhando a votação;
 - IV - na declaração de voto;
 - V - quando a palavra estiver sendo usada para tratar de ata ou de questão de ordem;
 - VI - quando o Vereador já tiver aparteado o orador.
- § 1º O Aparte se subordinará às disposições relativas aos debates, em tudo o que lhes for aplicável.
- § 2º É facultado ao Orador de Tribuna não conceder o aparte.

Subseção IV

Da Suspensão da Sessão

Art. 98. A Sessão Plenária poderá ser suspensa para:

- I - manter a ordem;
 - II - receber visitante ilustre;
 - III - prestar excepcional homenagem de pesar;
 - IV - compor acordo de Líderes.
- § 1º O requerimento de suspensão da Sessão Plenária será decidido pelo Presidente, cabendo recurso, dessa decisão, ao Plenário.
- § 2º O recurso de que trata o § 1º deverá ser interposto por Líder, que exporá as suas razões pelo prazo de dois minutos, com deliberação imediata do Plenário.
- § 3º Não será admitida suspensão de Sessão Plenária durante a fase de votação, na Ordem do Dia, a não ser para manter a ordem.

Subseção V

Da Prorrogação da Sessão Plenária

Art. 99. A Sessão Plenária poderá ser prorrogada para finalizar a discussão e votação de matéria constante da Ordem do Dia, desde que requerida verbalmente por Líder ou proposta pelo Presidente, aprovada pela maioria dos presentes, independentemente de discussão e encaminhamento.

CAPÍTULO III

DA SESSÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA

Art. 100. A Sessão Plenária Extraordinária será convocada de ofício pelo Presidente ou a requerimento de Líder, aprovado pelo Plenário, e se destinará à apreciação de matéria relevante ou acumulada, devidamente especificada no ato de convocação.

Parágrafo único. A Sessão Plenária Extraordinária será convocada com antecedência mínima de quarenta e oito horas.

Art. 101. A Sessão Plenária Extraordinária, observado o quórum referido nos arts. 86 e 93 deste Regimento Interno, terá a duração máxima da Sessão Plenária Ordinária e todo que se seguir à leitura da Ata e do Expediente será dedicado exclusivamente à discussão e votação da matéria que motivou a convocação.

- § 1º Somente serão aceitas pela Mesa Diretora proposições diretamente relacionadas com a matéria constante da convocação.
- § 2º O Presidente da Câmara, no prazo referido no parágrafo único do art. 100 deste Regimento Interno, divulgará, inclusive por meios eletrônicos, a pauta da Sessão Plenária Extraordinária, com os projetos e as respectivas justificativas.

Art. 102. O Presidente convocará Sessão Plenária Extraordinária toda vez que a prorrogação da Sessão Plenária Ordinária não for suficiente para deliberação de matéria considerada urgente, dando ciência aos Vereadores, com registro em ata.

- § 1º No caso de Sessão Plenária Extraordinária determinada de ofício pelo Presidente e não anunciada em Sessão Plenária Ordinária, os Vereadores serão convocados por escrito, mediante protocolo, com antecedência mínima de vinte e quatro horas.
- § 2º A Sessão Plenária Extraordinária não será remunerada ou

indenizada.

Art. 103. O Presidente poderá convocar Sessão Plenária Extraordinária, atendendo solicitação expressa do Prefeito, com indicação da matéria a ser examinada e dos motivos que justifiquem a medida.

CAPÍTULO IV

DA SESSÃO PLENÁRIA SOLENE

Art. 104. A Sessão Plenária Solene destina-se:

- I - instalação da Legislatura;
 - II - posse do Prefeito e Vice Prefeito;
 - III - abertura da Sessão Legislativa;
 - IV - entrega de títulos honoríficos;
 - V - comemoração ou a homenagem relacionada ao município, suas instituições ou pessoas que se destaquem por ações que sejam de interesse público.
- § 1º - A Sessão Solene será aberta pelo Presidente, independente de quórum, tendo tempo de duração indeterminada.
- § 2º - Somente poderão fazer uso da palavra o Presidente, os Vereadores oradores por ele designado, os convidados e homenageados, e autoridades designadas pelo cerimonial.
- § 3º - As Sessões Solenes não serão remuneradas;
- § 4º - As Sessões Solenes poderão ser realizadas fora do recinto da Câmara, nos termos do §2º do art.3º deste Regimento.
- § 5º - Na Sessão Plenária Solene será dispensada a leitura da Ata, a verificação da presença e não haverá Expediente.

CAPÍTULO V

DA SESSÃO PLENÁRIA ESPECIAL

Art. 105. A Sessão Plenária Especial destina-se:

- I - a ouvir Secretário Municipal ou autoridade vinculada ao Prefeito;
 - II - a realização de palestra relacionada ao interesse público, que tenha fim educativo, cultural, de orientação técnica sobre matéria em tramitação ou que se relacione ao funcionamento da Câmara Municipal.
- § 1º A Mesa Diretora organizará a metodologia da Sessão Plenária Especial, com ampla divulgação, inclusive por meios eletrônicos, pelo prazo mínimo de quarenta e oito horas de antecedência.
- § 2º A Sessão Plenária Especial não será remunerada ou indenizada.

CAPÍTULO VI

DA ATA

Art. 106. A Ata é o resumo final da Sessão Plenária e será redigida sob a orientação do Primeiro-Secretário, que a assinará juntamente com o Presidente da Câmara e com os Vereadores presentes, depois de aprovada.

- § 1º As proposições e os documentos apresentados em Sessão Plenária serão indicados em ata sucintamente, salvo requerimento de transcrição integral, realizado por Líder, aprovado pelo Plenário.
- § 2º A transcrição de discurso ou de manifestação na Tribuna, feita por escrito e em termos concisos e regimentais, deverá ser requerida, pelo autor, ao Presidente, que não a negará.
- § 3º Cada Vereador poderá impugnar ou pedir retificação, por requerimento escrito, apresentado até setenta e duas horas da publicação da Ata, que será submetido ao Plenário, sem discussão ou encaminhamento de votação, sendo votado na Sessão Plenária Ordinária seguinte.
- § 4º Sobre a Ata:
 - I - aprovada a impugnação, será lavrada nova Ata;
 - II - aceita a retificação, a Ata será alterada;
 - III - aprovada a ata, será publicada, divulgada e arquivada.
- § 5º Ao encerrar-se a Sessão Legislativa, a Ata da última Sessão Plenária Ordinária será aprovada antes do encerramento desta e assinada pelos Vereadores presentes.

TÍTULO IV
DO PROCESSO LEGISLATIVO
CAPÍTULO I
DOS PROJETOS E DAS PROPOSIÇÕES
Seção I
Das Disposições Preliminares

Art. 107. Proposição é toda matéria sujeita à apreciação do Plenário.

§ 1º São espécies de proposição:

I - proposta de emenda à Lei Orgânica do Município;

II - projeto de lei complementar;

III - projeto de lei ordinária;

IV - projeto de lei delegada;

V - projeto de decreto legislativo;

VI - projeto de resolução;

VII - moção;

VIII - requerimento;

IX - recurso;

X - emenda;

XI - substitutivo.

§ 2º A proposição terá sua tramitação iniciada após o protocolo físico na Secretaria da Câmara, em duas vias escritas e rubricadas pelo proponente, além do envio desta por meio eletrônico (e-mail) institucional, em arquivo que possa ser editado (Word);

§ 3º - Todas as proposições deverão ser apresentadas e protocoladas na Secretaria da Câmara com antecedência mínima de vinte e quatro horas da Sessão Plenária Ordinária, sendo imediatamente incluída na pauta da Sessão Plenária Ordinária, caso contrário, será incluída na pauta da Sessão Plenária Ordinária subsequente;

§ 4º - A proposição que não observar integralmente o disposto no § 2º deste artigo não terá sua tramitação iniciada.

Art. 108. A autoria de proposição, nos limites e prerrogativas admitidos na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município, poderá ser exercida:

I - pelo Prefeito;

II - pela Mesa Diretora da Câmara Municipal;

III - por Comissão Permanente da Câmara Municipal;

IV - por Vereador, individualmente ou em conjunto;

V - por Bancada ou Bloco Partidário;

VI - por eleitores do Município, nos termos definidos pelo art. 53 da Lei Orgânica Municipal.

§ 1º A iniciativa de proposição da Mesa Diretora será assinada pelo Presidente e pelo Primeiro-Secretário, após deliberação em reunião.

§ 2º O projeto de lei de iniciativa popular:

I - será apresentado e defendido nas Comissões e em Sessão Plenária por seu autor popular, assim considerado o primeiro signatário;

II - o autor popular, em Sessão Plenária, usará a palavra na abertura da discussão, na Ordem do Dia, pelo prazo de dez minutos, sem aparte;

III - após manifestação do autor popular, cada Vereador disporá de três minutos para pronunciamento, conforme ordem de inscrição, que deverá ser feita até trinta minutos antes do início da Sessão Plenária.

§ 3º A proposição deverá ser protocolada na Secretaria da Câmara Municipal, devendo ser incluída na pauta da Sessão Plenária Ordinária, nos termos do §3º do art.107.

§ 4º A proposição, com sua justificativa, será publicada e divulgada, pelo prazo de vinte e quatro horas, inclusive por meios eletrônicos, com encaminhamento posterior à Sessão Plenária Ordinária subsequente, para comunicação aos Vereadores.

§ 5º A proposição, cuja redação estiver em desacordo com a técnica legislativa, exceto a de iniciativa popular, será devolvida ao autor para as correções cabíveis.

§ 6º O projeto de lei de iniciativa popular, se for necessário, terá

sua redação revisada e ajustada à técnica legislativa pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

§ 7º A proposição de iniciativa de Vereador poderá ser apresentada individual ou coletivamente e deverá ser acompanhada de justificativa.

§ 8º É considerado autor da proposição, para efeitos regimentais, seu primeiro signatário.

§ 9º Constituem apoio legislativo às assinaturas que se seguirem à primeira, exceto quando se tratar de proposição para a qual a Lei Orgânica Municipal ou este Regimento exigir determinado número de subscritores.

§ 10. A proposição deverá apresentar mensagem escrita de encaminhamento devidamente fundamentada pelo autor.

§ 11. Ao autor caberá o direito de retirada de proposição, mediante indicação escrita, dirigida ao Presidente da Câmara Municipal, até o encerramento da discussão, na Ordem do Dia de Sessão Plenária.

§ 12. Finda a Legislatura, serão arquivadas todas as proposições que estiverem em tramitação na Câmara Municipal, independentemente da fase em que se encontram.

§ 13. Quando, por extravio ou retenção indevida, não for possível o andamento de qualquer proposição, a Mesa Diretora fará reconstituir o respectivo processo.

Seção II

Das Propostas em Espécie

Subseção II

Da Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Município

Art. 109. Proposta de emenda à Lei Orgânica do Município é a proposição destinada a incluir, suprimir ou alterar dispositivos da Lei Orgânica Municipal.

Art. 110. A proposta de emenda à Lei Orgânica Municipal poderá ser apresentada:

I - por um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal;

II - pelo Prefeito;

III - pela Mesa Diretora;

IV - por Comissão Especial constituída para essa finalidade.

§ 1º A proposta de emenda à Lei Orgânica Municipal será deliberada em dois turnos de votação, com interstício de dez dias, sujeitando-se à tramitação por Rito Especial, nos termos do art. 145 deste Regimento Interno.

§ 2º A emenda à Lei Orgânica Municipal será promulgada pela Mesa da Câmara Municipal, com o respectivo número de ordem, no prazo de dez dias, com ampla divulgação, inclusive por meios eletrônicos.

§ 3º A matéria constante de proposta de emenda à Lei Orgânica Municipal rejeitada não poderá ser objeto de nova proposta na mesma Sessão Legislativa.

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda à Lei Orgânica Municipal que:

I - não observar o princípio federativo;

II - tratar de assunto:

a) que não seja de interesse do Município;

b) que discipline matéria administrativa, financeira ou operacional;

c) que seja própria de lei complementar.

III - atentar contra a separação dos Poderes.

§ 5º A emenda à Lei Orgânica Municipal não poderá ser proposta no caso de intervenção no Município.

Subseção II

Dos Projetos de Lei

Art. 111. Projeto de lei é a proposição que tem o objetivo articular matéria legislativa definida na Lei Orgânica do Município como sendo de competência da Câmara Municipal, sujeita à sanção do Prefeito.

§ 1º As matérias referidas no art. 47 da Lei Orgânica do Município serão processadas como projeto de lei complementar, com

aprovação condicionada à maioria absoluta de votos de Vereadores, não admitindo tramitação em Regime de Urgência.

§ 2º A matéria de que trata este artigo, não indicada na Lei Orgânica do Município como lei complementar, será processada como projeto de lei ordinária, com aprovação condicionada à maioria simples de votos dos Vereadores presentes na Sessão Plenária.

§ 3º As leis delegadas serão elaboradas pelo Prefeito, que deverá solicitar a delegação à Câmara Municipal, considerando:

I – que não serão objeto de delegação:

- a) as matérias de competência exclusiva da Câmara Municipal;
- b) as matérias reservadas à lei complementar;
- c) as matérias orçamentárias;

II – que a delegação ao Prefeito terá a forma de decreto legislativo, que especificará seu conteúdo e os termos de seu exercício.

III – que o decreto legislativo poderá determinar a apreciação do projeto, pela Câmara Municipal, que a fará em votação única, vedada qualquer emenda.

Subseção III

Do Projeto de Decreto Legislativo

Art. 112. Projeto de decreto legislativo é a proposição destinada a regular matéria que exceda os limites da economia interna da Câmara Municipal, não sujeitas à sanção do Prefeito, sendo promulgada pelo Presidente da Câmara Municipal, destinando-se a disciplinar os seguintes casos:

I - decisão das contas que o Prefeito deve anualmente prestar, nos termos do art. 31 da Constituição Federal;

II - suspensão de execução de norma julgada inconstitucional;

III - suspensão de ato normativo do Poder Executivo que extrapole o poder regulamentar ou o limite da delegação legislativa;

IV - cassação de mandato;

V - concessão de licença ao Prefeito para afastar-se do cargo ou ausentar-se do Município, nas hipóteses previstas na Lei Orgânica do Município;

VI - demais assuntos de efeitos externos.

Parágrafo único. Para aprovação do projeto de decreto legislativo será exigido, em votação única, o voto favorável da maioria simples de Vereadores presentes na Sessão Plenária, salvo disposição em contrário na Constituição Federal.

Subseção IV

Do Projeto de Resolução

Art. 113. Projeto de resolução é a proposição destinada a regular matéria de economia interna e de natureza político-administrativa da Câmara Municipal, não sujeita à sanção do Prefeito, sendo promulgada pelo Presidente da Câmara, destinando-se a disciplinar os seguintes casos:

I - decisão de recurso;

II - destituição de membro da Mesa Diretora;

III - normas regimentais;

IV - concessão de licença a Vereador;

V - conclusão de Comissões Temporárias;

VI - todo e qualquer assunto institucional, de caráter geral ou pessoal;

VII - organização dos serviços internos da Câmara Municipal.

Parágrafo único. Para aprovação do projeto de resolução será exigido, em votação única, o voto favorável da maioria simples de votos dos Vereadores presentes na Sessão Plenária.

Subseção V

Da Moção

Art. 114. Moção é a proposição em que é sugerida a manifestação da Câmara sobre determinado assunto.

Parágrafo único. São espécies de Moção:

I - de Aplauso;

II – de Apoio;

III – de Repúdio;

IV – de Apelo.

§ 1º A Moção deverá ser formulada por escrito e subscrita por Vereador ou Líder, quando a autoria for de Bancada.

§ 2º O autor deve protocolar Moção até vinte e quatro horas antes da hora de início da Sessão Plenária, para ser divulgada, lida no Expediente e, independente de parecer da Comissão, ser deliberada em discussão e votação única, considerando-se aprovada, caso obtenha o voto favorável da maioria simples de Vereadores.

Subseção VI

Do Requerimento

Art. 115. Requerimento é todo pedido verbal ou escrito, feito por Vereador, Líder ou Presidente de Comissão, ao Presidente da Câmara Municipal, sobre assunto relacionado às matérias disciplinadas neste Regimento.

§ 1º O requerimento por escrito deverá ser protocolado vinte e quatro horas antes da hora de início da Sessão Plenária para, independentemente de parecer da Comissão, ser deliberado em discussão e votação única, considerando-se aprovado, caso obtenha o voto favorável da maioria simples de Vereadores.

§ 2º Quanto à competência para decidi-lo, o requerimento deve ser dirigido ao Presidente ou ao Plenário, conforme dispõem os arts. 116 a 119 deste Regimento Interno.

Art. 116. Será da alçada do Presidente da Câmara Municipal e verbais os requerimentos que solicitarem:

I - a palavra ou desistência dela;

II - leitura de qualquer matéria para conhecimento do Plenário;

III - envio de votos de pesar;

IV - retirada, pelo autor, de requerimento escrito ainda não submetido à deliberação do Plenário;

V - verificação de quórum para discussão ou votação;

VI - informações sobre os trabalhos ou a pauta da Ordem do Dia;

VII - requisição de documentos, processos, livros ou publicações existentes na Câmara Municipal, relacionados com a proposição em discussão no Plenário.

Art. 117. Será da alçada do Presidente da Câmara Municipal e escrito o requerimento que solicitar:

I - renúncia de membro da Mesa da Câmara Municipal;

II - audiência de Comissão, quando o pedido for apresentado por outra;

III - juntada ou desentranhamento de documentos;

IV - cópias de documentos existentes nos arquivos da Câmara Municipal;

V - informações ao Prefeito;

VI - arquivamento ou desarquivamento de proposição.

Art. 118. O requerimento verbal será da alçada do Plenário e será votado, sem discussão, admitindo-se encaminhamento de votação, quando tratar de:

I - destaque de matéria para votação;

II - alteração no processo de votação, nos casos em que não for vedada a sua realização de forma nominal ou simbólica;

III - adiamento de votação;

IV - audiência de Comissão para assuntos em pauta;

V - prorrogação da Sessão Plenária para concluir a discussão ou votação das matérias da Ordem do Dia;

VI – alteração da pauta da Ordem do Dia.

Parágrafo único. O requerimento de que trata este artigo será aprovado pelo voto da maioria simples dos Vereadores presentes na Sessão Plenária.

Art. 119. O requerimento escrito será de alçada do Plenário, discutido e votado quando tratar de:

I - voto de louvor e congratulações;

II - manifestação de protesto;

III - inserção de documentos em Ata;
IV - informação sobre atos da Mesa Diretora, da Presidência ou da Câmara Municipal;
V - urgência parlamentar;
VI - constituição de Comissão.
Parágrafo único. O requerimento de que trata este artigo será aprovado pelo voto da maioria simples de Vereadores presentes na Sessão Plenária.

Art. 120. Os requerimentos ou petições de entidades ou municípios serão lidos no Expediente da Sessão Plenária e encaminhados:
I - à Ouvidoria Parlamentar, caso trate de matéria referida no art. 77 deste Regimento Interno;
II - à área legislativa, caso se relacione à matéria em tramitação.

Subseção VII Do Recurso

Art. 121. Da decisão ou omissão do Presidente, caberá recurso ao Plenário nas seguintes matérias:
I - Questão de Ordem;
II - Representação ou proposição de qualquer Vereador, de Líder, de Comissão ou da Mesa Diretora;
III - das matérias de sua alçada referidas nos arts. 116 e 117 deste Regimento Interno;
IV - rejeição de proposição.
Parágrafo único. Não se concederá efeito suspensivo a recurso, prevalecendo à decisão impugnada até ser proferida nova decisão pelo Plenário.

Art. 122. O recurso deve ser formulado por escrito, devendo ser proposto dentro do prazo dois dias úteis, contados da ciência da decisão.
§ 1º Apresentado o recurso, o Presidente deverá, dentro do prazo de dois dias úteis, acatá-lo, reconsiderando a decisão inicialmente tomada, ou encaminhá-lo, no mesmo prazo, à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, que terá o prazo de dois dias úteis para emitir Parecer.
§ 2º Emitido o Parecer, o recurso será incluído na pauta da Ordem do Dia da Sessão Plenária Ordinária ou Extraordinária seguinte, para deliberação do Plenário.
§ 3º Provido o recurso, o Presidente deverá observar a decisão do Plenário, devendo cumpri-la, sob pena de sujeitar-se a processo de destituição.

Subseção VIII Da Emenda e da Mensagem Retificativa

Art. 123. Emenda é proposição apresentada por Vereador, por Comissão, pela Bancada ou pela Mesa, que visa a alterar projeto em tramitação.
§ 1º A emenda pode ser:
I - supressiva, quando seu objetivo é retirar artigo ou unidade superior ao artigo;
II - substitutiva ou subemenda, é a proposição apresentada como sucedânea de outra emenda;
III - aditiva, quando seu objetivo é acrescentar dispositivo;
IV - redacional, quando seu objetivo é corrigir erros redacionais relacionados à técnica legislativa.
§ 2º A emenda será admitida:
I - por Comissão, quando inserida no respectivo Parecer;
II - por Vereador ou Líder, quando a matéria estiver em tramitação nas Comissões, exceto no caso de Rito Especial;
III - por Líder, quando a matéria estiver em discussão, na Ordem do Dia, exceto no caso de Rito Especial.
§ 3º O Presidente não admitirá emenda que não guarde pertinência com a matéria da proposição original.
§ 4º A emenda à Redação Final somente será admitida para evitar incorreção, incoerência, contradição ou absurdo manifesto no

projeto já aprovado.

Art. 124. Substitutivo é a proposição apresentada por Vereador, por Líder, por Comissão ou pela Mesa para substituir outra proposição sobre o mesmo assunto.
§ 1º Não será permitido mais de um Substitutivo à mesma proposição, sem prévia retirada do anteriormente apresentado.
§ 2º A apresentação de substitutivo segue o que determina o § 2º do art. 123 deste Regimento Interno.

Art. 125. O Prefeito poderá encaminhar, até o início da votação da matéria de sua iniciativa, na Ordem do Dia de Sessão Plenária, Mensagem Retificativa para substituir o texto normativo original.
§ 1º No caso dos projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, a Mensagem Retificativa poderá ser encaminhada pelo Prefeito, à Câmara, até o início da votação do parecer na Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas.
§ 2º A Mensagem Retificativa substituirá o projeto em tramitação, reiniciando os prazos processuais legislativos, inclusive quando se tratar de matéria em Regime de Urgência.

CAPÍTULO II DA TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÃO Seção I Das Disposições Gerais

Art. 126. A Proposição apresentada até vinte e quatro horas antes do horário de início da Sessão Plenária será divulgada e comunicada no Expediente e despachada de plano, pelo Presidente, que a encaminhará às Comissões Permanentes competentes para a análise e instrução da matéria.
§ 1º São Comissões Permanentes competentes para analisar e instruir aquelas que tiverem sua área de atuação identificada com o tema da proposição.
§ 2º A critério da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, a proposição poderá ser encaminhada para a área jurídica da Câmara para emissão de orientação técnica.

Art. 127. Conforme o seu tipo, a proposição se sujeitará aos seguintes ritos:
I - Rito Ordinário;
II - Rito de Urgência;
III - Rito Especial.

Art. 128. A proposição será apreciada inicialmente pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, quanto aos aspectos legal e constitucional, que concluirá pelo arquivamento quando:
I - versar sobre assuntos alheios à competência da Câmara Municipal;
II - delegar a outro poder atribuições privativas da Câmara Municipal;
III - fizer referência à lei, decreto, regulamento ou qualquer outro dispositivo legal, sem se fazer acompanhar de sua transcrição;
IV - faça menção a contratos, convênios ou a cláusulas de contratos ou de concessões, sem a sua transcrição por extenso;
V - conter expressões ofensivas;
VI - for inconcludente;
VII - tiver sido rejeitada e novamente apresentada fora dos preceitos da Lei Orgânica Municipal.
§ 3º Sobrevindo parecer de inconstitucionalidade da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, o projeto será incluído na Ordem do Dia da Sessão Plenária subsequente, para deliberação, precedido de Discussão Especial.
§ 4º Na Discussão Especial, o Vereador somente poderá manifestar-se sobre o parecer de inconstitucionalidade emitido pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.
§ 5º A decisão do Plenário que acolher os termos do parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final pela ilegalidade

ou inconstitucionalidade da matéria implicará o arquivamento da matéria.

§ 6º Rejeitado o parecer, o projeto retomará o seu trâmite normal, devendo seguir à apreciação das demais Comissões Competentes.

§ 7º Após haver tramitado na Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, tendo recebido emenda ou substitutivo, a ela retornará a proposição para análise quanto aos aspectos de legalidade e constitucionalidade, sendo, posteriormente, encaminhado diretamente à Mesa Diretora para sua inclusão na Ordem do Dia.

§ 8º Os pareceres de Comissão serão disponibilizados, inclusive por meios eletrônicos, aos Vereadores e à comunidade, até vinte e quatro horas antes da hora de início da Sessão Plenária, em cuja Ordem do Dia tenham sido incluídos, sendo lidos e discutidos em Plenário.

Art. 129. Se houver uma ou mais proposição constituindo processos distintos que tratem da mesma matéria, deverão ser apensados para a tramitação.

Parágrafo único. Votada uma proposição, todas as demais que tratem do mesmo assunto serão consideradas prejudicadas e remetidas ao arquivo.

Seção II

Da Discussão e da Votação

Subseção I

Das Disposições Preliminares

Art. 130. A Discussão é a fase dos trabalhos destinada aos debates em Sessão Plenária, na Ordem do Dia, acerca das proposições a serem votadas.

Parágrafo único. Para a Discussão das matérias observar-se-ão a forma, a ordem e os tempos definidos no art. 90 deste Regimento Interno.

Art. 131. A Votação será imediata à Discussão e definirá politicamente a aprovação ou rejeição da matéria.

Parágrafo único. As proposições serão submetidas a turno único de votação, excetuada a proposta de emenda à Lei Orgânica Municipal.

Art. 132. O Vereador presente à Sessão Plenária deverá abster-se de votar quando tiver ele próprio parente afim ou consanguíneo até terceiro grau ou interesse manifesto na deliberação, sob pena de nulidade da votação se o seu voto for decisivo para o resultado da votação.

§ 1º O Vereador que se considerar impedido de votar, nos termos do presente artigo, fará a devida justificativa ao Presidente, computando-se, todavia, sua presença para efeito de quórum.

§ 2º Não será admitida a abstenção injustificada, cabendo ao Presidente da Câmara, nesse caso, declarar o Vereador ausente.

Subseção II

Do Pedido de Vista

Art. 133. Pedido de vista é um instrumento regimental concedido ao Vereador para acessar o processo e a proposição, antes de manifestar-se, na comissão e em Plenário.

§1º O pedido de vista de processo em tramitação na Câmara será deferido ao Vereador nas seguintes condições:

I – na comissão em que for membro ou que esteja atuando em substituição de vereador titular, após o voto do relator, pelo prazo de sete dias;

II – em sessão plenária, durante a fase de discussão, na ordem do dia, pelo prazo de sete dias.

§2º O pedido de que trata este artigo será deferido pelo Presidente da Comissão ou da Câmara, conforme preveem os incisos I e II deste artigo, independentemente de deliberação, e será aproveitado por todos os demais vereadores, sendo vedado um segundo pedido de vista.

§3º No caso de o projeto de lei tramitar pelos ritos de urgência e especial, o prazo para vista do processo será de dois dias.

Subseção III

Da Votação

Art. 134. São dois os processos de votação:

I - simbólico;

II – nominal.

Parágrafo único. A Mesa Diretora poderá adotar sistema eletrônico de votação na Sessão Plenária para viabilizar o acompanhamento do cidadão sobre o voto do Vereador pelo site da Câmara.

Art. 135. O processo simbólico será a regra geral para a votação.

§ 1º No processo simbólico de votação, mediante consulta do Presidente da Câmara, o Vereador contrário à proposição se manifestará e o favorável permanecerá sentado.

§ 2º Ao anunciar o resultado da Votação, o Presidente declarará o número de votos favoráveis e o número de votos contrários à proposição, proclamando o respectivo resultado.

§ 3º Havendo dúvida sobre o resultado, a verificação será feita por meio de chamada nominal.

§ 4º Salvo deliberação contrária do Plenário, na votação simbólica serão registrados, em Ata, o número de votos favoráveis e o número de votos contrários à aprovação da proposição.

Art. 136. A votação nominal será procedida pela chamada dos Vereadores presentes, que responderão, um a um, “sim” ou “não”, conforme sua disposição em votar favorável ou contrário à proposição.

Parágrafo único. O resultado da votação nominal será consignado em Ata com o registro de voto de cada Vereador.

Subseção IV

Do Destaque

Art. 137. Destaque é o ato de separar uma proposição de um grupo ou parte do texto de uma proposição para possibilitar sua votação isolada pelo Plenário.

§ 1º O requerimento de Destaque será dirigido ao Presidente, na forma verbal, apresentado por Líder, antes de iniciada a votação da matéria na Ordem do Dia.

§ 2º Da decisão do Presidente cabe recurso ao Plenário que será, sem discussão, imediatamente deliberado.

Subseção V

Da Votação de Emenda e da Redação Final

Art. 138. Havendo emenda, esta será votada preferencialmente ao respectivo substitutivo, bem como ao projeto original.

§ 1º As emendas serão lidas e votadas uma a uma, respeitada a preferência para as emendas de Comissão, na ordem direta de apresentação.

§ 2º Admitir-se-á pedido de preferência para a votação de emenda, respeitado o que dispõe o § 1º deste artigo.

§ 3º A requerimento de Líder ou mediante proposta do Presidente as emendas poderão ser votadas de forma global ou em grupos devidamente especificados.

§ 4º Rejeitado o projeto original, a emenda ou o substitutivo aprovado restarão prejudicados.

§ 5º O substitutivo será votado preferencialmente em relação ao projeto original.

Art. 139. Concluída a votação com a aprovação da matéria, a proposição será encaminhada para a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final para parecer de Redação Final.

§ 1º No parecer de Redação Final constará:

I - o texto definitivo da proposição com as emendas aprovadas integradas em seus artigos, parágrafos, incisos ou alíneas; ou

II – o texto da proposição coma absorção da redação integral do substitutivo.

§ 2º O prazo para a elaboração do parecer de Redação Final é de até sete dias.

§ 3º A Redação Final da proposição será publicada e divulgada, inclusive por meios eletrônicos, pelo prazo de vinte e quatro horas.

§ 4º Quando, após a divulgação da Redação Final, verificar-se inexistência de texto:

I – a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final procederá à respectiva correção;

II – a Mesa dará conhecimento ao Plenário;

III – não havendo impugnação, considerará aceita a correção;

IV – aprovada a correção, o Presidente da Câmara fará a devida comunicação ao Prefeito, se o projeto já tiver sido encaminhado à sanção.

§ 5º Definida a Redação Final, o Presidente da Câmara terá o prazo de dez dias úteis para encaminhar o autógrafo legislativo ao Prefeito.

§ 6º Considera-se autógrafo legislativo a assinatura do Presidente da Câmara na Redação Final da proposição, que servirá de referência para o Prefeito vetar ou sancionar.

§ 7º A resolução e o decreto legislativo serão promulgados pelo Presidente no prazo de quarenta e oito horas, após a divulgação da sua Redação Final.

Subseção VI

Da Verificação de Votação

Art. 140. É permitido ao Líder solicitar a verificação do resultado da votação, se não concordar com aquele proclamado pelo Presidente.

§ 1º Requerida a verificação de votação, será realizada a contagem, sempre pelo processo nominal.

§ 2º Não será admitido mais de uma verificação de votação.

§ 3º Requerida a verificação, nenhum Vereador poderá ingressar ou ausentar-se do Plenário até ser proferido o resultado.

Subseção VII

Do Adiamento de Votação

Art. 141. O adiamento da votação de proposição poderá ser formulado até o momento da votação da matéria em Plenário, por meio de requerimento verbal, apresentado por Líder, devendo ser especificado o número de Sessões Plenárias Ordinárias do adiamento proposto, não podendo superior a três.

§ 1º Apresentado o requerimento de adiamento de votação, o Presidente:

I - dará a palavra ao autor para que justifique, sem aparte, pelo prazo de três minutos;

II – colocará o requerimento em deliberação plenária, com aprovação condicionada à maioria de votos dos Vereadores presentes na Sessão.

§ 2º Não será admitida a apresentação de requerimento de adiamento de votação para o projeto de lei em rito de urgência.

Subseção VIII

Do Arquivamento

Art. 142. O arquivamento de proposição ocorrerá até o encerramento da sua discussão:

I - a requerimento escrito proposto pelo autor, despachado de plano pelo Presidente, desde que não tenha recebido emenda ou substitutivo;

II - pelo Líder da Bancada, no caso de o autor não estar no exercício do cargo de Vereador;

III - por requerimento escrito do autor ou do Líder da Bancada, sujeito à deliberação do Plenário, quando a proposição tenha recebido emenda ou substitutivo.

§ 1º A proposição de autoria da Mesa ou de Comissão Permanente só poderá ser arquivada mediante requerimento subscrito pela

maioria dos respectivos membros.

§ 2º A proposição arquivada na forma deste artigo somente poderá ser reapresentada, pelo mesmo autor, na Sessão Legislativa subsequente, que terá a preferência para a nova proposição.

§ 3º Não poderá ser desarquivada a proposição considerada inconstitucional ou que tenha recebido parecer contrário de todas as Comissões.

Art. 143. No final de cada Legislatura serão arquivados os processos relativos às proposições que, na data de encerramento, não tenham sido submetidas à discussão.

CAPÍTULO III

DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA PELO RITO ESPECIAL

Seção I

Dos Projetos de Lei do Plano Plurianual, das Diretrizes e do Orçamento Anual

Art. 144. Recebido e protocolado o projeto de lei do orçamento anual, o Presidente da Câmara determinará a sua publicação e divulgação, inclusive por meios eletrônicos, pelo prazo de vinte e quatro horas.

§ 1º A tramitação do projeto de lei do orçamento anual será formalizada pelo seguinte rito especial:

I – realizada a divulgação de que trata o caput deste artigo, o projeto de lei do orçamento anual, seus anexos e a exposição de motivos que o acompanha, serão comunicados e disponibilizados aos Vereadores, por meio eletrônico, na Sessão Plenária Ordinária subsequente;

II – comunicado em Sessão Plenária, o projeto de lei do orçamento anual será encaminhado para a Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas, que adotará os seguintes procedimentos:

a) definirá, pelo seu Presidente, um dos Vereadores titulares para o exercício da Relatoria;

b) designado o Relator, o mesmo confirmará se o projeto de lei do orçamento anual possui os documentos e anexos exigidos em lei, para a sua tramitação;

c) não havendo a documentação e os anexos exigidos em lei, a Comissão solicitará ao Presidente da Câmara que seja requerido ao Prefeito a complementação;

d) confirmados os documentos e anexos necessários para a tramitação da matéria, o Relator proporá à Comissão um cronograma de ações para a instrução do projeto de lei do orçamento anual, com a definição de datas para a realização de audiências públicas, recebimento de propostas pela comunidade e apresentação de emendas parlamentares;

e) aprovado o cronograma, o Presidente da Comissão o disponibilizará para a Mesa Diretora, para fins de divulgação, inclusive por meios eletrônicos, e comunicação aos Vereadores;

f) realizadas as audiências públicas, a Comissão aguardará quarenta e oito horas para recebimento de propostas pela comunidade, que deverão ser protocoladas na Câmara, com a identificação de seu signatário;

g) esgotado o prazo de recebimento de propostas pela comunidade, as mesmas serão disponibilizadas aos Vereadores, por meio eletrônico, para análise e conversão em emenda parlamentar;

h) além das emendas decorrentes de propostas da comunidade, os Vereadores poderão propor outras emendas parlamentares, observadas as restrições do art. 167 da Constituição Federal, no prazo de setenta e duas horas, após o término do prazo previsto na alínea "f" deste inciso;

i) o Relator, em seu voto, examinará o conteúdo e a forma do projeto de lei e de seus Anexos, além das emendas parlamentares;

j) não serão admitidas emendas parlamentares ao projeto de lei do orçamento anual após o início da votação do parecer na Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas;

k) aprovado o voto do Relator, o mesmo converter-se-á em parecer, que será encaminhado ao Presidente da Câmara para publicação e divulgação, inclusive por meios eletrônicos, pelo prazo de vinte

e quatro horas;

III – finalizada a instrução na Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas, o Presidente da Câmara, depois de divulgado o parecer, incluirá a matéria para Discussão e Votação na Ordem do Dia de Sessão Plenária.

§ 1º Aplica-se aos projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e dos que o modificam, o rito especial descrito neste artigo.

§ 2º As normas previstas para a tramitação ordinária de projetos de lei serão observadas naquilo que esta Seção não dispuser em contrário.

Seção II

Da Proposta de Emenda à Lei Orgânica Municipal

Art. 145. Recebida e protocolada a proposta de emenda à Lei Orgânica Municipal, nos termos do art. 110 deste Regimento Interno, o Presidente da Câmara determinará a sua publicação e divulgação, inclusive por meios eletrônicos, pelo prazo de vinte e quatro horas.

§ 1º A tramitação da proposta de Emenda à Lei Orgânica Municipal será formalizada de acordo com o seguinte rito especial:

I – realizada a divulgação de que trata o caput deste artigo, a proposta de emenda à Lei Orgânica Municipal, com sua justificativa, será comunicada e disponibilizada aos Vereadores, por meio eletrônico, na Sessão Plenária Ordinária subsequente;

II – comunicada em Sessão Plenária, a proposta será examinada e instruída por Comissão Especial constituída exclusivamente para esta finalidade, mediante a observação dos seguintes procedimentos:

a) designação, pelo Presidente da Comissão Especial, de um dos Vereadores titulares para exercer a Relatoria;

b) se a Proposta propuser alteração de conteúdo da Lei Orgânica do Município que não decorra de Emenda à Constituição Federal ou decisão judicial, a Comissão deverá fazer audiência pública para debater a matéria com a comunidade;

c) os Vereadores poderão apresentar emenda à proposta de emenda à Lei Orgânica Municipal, na Comissão Especial, antes da votação do voto do Relator, desde que subscrita por um terço dos membros da Câmara;

d) o Relator, no seu voto, analisará a forma e o conteúdo da proposta de emenda à Lei Orgânica Municipal, bem como das emendas apresentadas;

e) aprovado o voto do Relator, o mesmo converter-se-á em parecer, que será encaminhado ao Presidente da Câmara para publicação e divulgação, inclusive por meios eletrônicos, pelo prazo de vinte e quatro horas;

III – finalizada a instrução na Comissão Especial, o Presidente da Câmara, depois de divulgado o parecer, incluirá a matéria na Ordem do Dia de Sessão Plenária.

§ 1º As normas previstas para a tramitação ordinária de projetos de lei serão observadas, naquilo que esta Seção não dispuser em contrário.

§ 2º A proposta de emenda à Lei Orgânica Municipal será discutida e votada em dois turnos, em Sessões Plenárias com intervalo mínimo de dez dias, e a sua aprovação dependerá do voto favorável de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

§ 3º A Emenda à Lei Orgânica Municipal, depois de aprovada, definida sua Redação Final e divulgada, inclusive por meios eletrônicos, pelo prazo de vinte e quatro horas, será numerada, promulgada e publicada pela Mesa Diretora.

Seção III

Do Alteração do Regimento Interno

Art. 146. Recebido e protocolado projeto de resolução com o objetivo de alterar o Regimento Interno, o Presidente da Câmara determinará a sua publicação e divulgação, inclusive por meios eletrônicos, pelo prazo de vinte e quatro horas.

§ 1º A tramitação do projeto de resolução de alteração do

Regimento Interno será formalizada de acordo com o seguinte rito especial:

I – realizada a divulgação de que trata o caput deste artigo, o projeto de resolução de alteração do Regimento Interno, com sua justificativa, será comunicado e disponibilizado aos Vereadores, por meio eletrônico, na Sessão Plenária Ordinária subsequente;

II – comunicado em Sessão Plenária, o projeto de resolução será examinado e instruído por Comissão Especial constituída exclusivamente para esta finalidade, mediante a observação dos seguintes procedimentos:

a) designação, pelo Presidente da Comissão Especial, de um dos Vereadores titulares para exercer a Relatoria;

b) os Vereadores poderão apresentar emenda ao projeto de resolução que altera o Regimento Interno, na Comissão Especial, antes da votação do voto do Relator;

c) o Relator, no seu voto, analisará a forma e o conteúdo do projeto de resolução que altera o Regimento Interno, bem como das emendas apresentadas;

d) aprovado o voto do Relator, o mesmo converter-se-á em parecer, que será encaminhado ao Presidente da Câmara para publicação e divulgação, inclusive por meios eletrônicos, pelo prazo de vinte e quatro horas;

III – finalizada a instrução na Comissão Especial, o Presidente da Câmara, depois de divulgado o parecer, incluirá a matéria na Ordem do Dia de Sessão Plenária.

§ 1º As normas previstas para a tramitação ordinária de projetos de lei serão observadas, naquilo que esta Seção não dispuser em contrário.

§ 2º O projeto de resolução de alteração do Regimento Interno será discutido e votado na Sessão Plenária subsequente e a sua aprovação dependerá do voto favorável da maioria simples de votos dos Vereadores presentes na Sessão.

§ 3º A resolução que altera o Regimento Interno será numerada e promulgada pelo Presidente da Câmara.

§ 4º Aplica-se o rito especial previsto neste artigo para proposta de novo Regimento Interno.

Seção IV

Do Veto

Art. 147. Comunicado o Veto, pelo Prefeito, a Câmara observará o seguinte rito especial para a sua deliberação:

I – recebido e protocolado, o veto e suas razões serão publicadas e divulgadas, inclusive por meios eletrônicos, pelo prazo de vinte e quatro horas;

II – realizada a divulgação de que trata o inciso I, o veto, com suas razões, será comunicado e disponibilizado aos Vereadores, por meio eletrônico, na Sessão Plenária Ordinária subsequente;

III – comunicado em Sessão Plenária, o veto seguirá para:

a) Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, se sua argumentação for de inconstitucionalidade de projeto de lei ou de parte dele;

b) Comissão Permanente, cuja competência se identifique com o projeto de lei vetado, se a argumentação for de contrariedade ao interesse público;

IV – distribuído o veto, o Presidente da Comissão que o instruirá designará Relator para exame de suas razões;

V – no caso da alínea “b” do inciso III deste artigo, a Comissão deverá realizar audiência pública para debater com a comunidade as razões de contrariedade do interesse público apresentadas pelo Prefeito;

VI – apresentado o voto do Relator, o mesmo será deliberado na Comissão e, se aprovado, converter-se-á em parecer, que será publicado e divulgado, inclusive por meios eletrônicos, pelo prazo de vinte e quatro horas;

VII – com a divulgação do parecer de Comissão, o veto será incluído na Sessão Plenária subsequente, para discussão e votação;

VIII – o veto deixará de prevalecer pelo voto da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

Parágrafo único. Nos termos do inciso VIII do caput deste artigo, havendo empate na votação plenária, o veto será acatado.

Seção V

Do Julgamento de Contas do Prefeito

Art. 148. Recebido e protocolado o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado, sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, a Câmara Municipal procederá ao julgamento, observado o rito especial que segue:

I – o presidente da Câmara Municipal determinará a divulgação da conclusão do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado, pelo prazo de vinte e quatro horas, inclusive por meios eletrônicos, e providenciará a sua inclusão no Expediente da primeira Sessão Plenária subsequente;

II – após constar do Expediente, o Parecer Prévio será encaminhado para a Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas, para a devida instrução;

III – a Comissão solicitará ao Presidente da Câmara Municipal que providencie a notificação do ordenador de despesas que está sendo julgado para apresentar defesa escrita no prazo de trinta dias;

IV – a Comissão disponibilizará as contas do exercício em julgamento para consulta pública, pelo prazo de sessenta dias, para que qualquer contribuinte possa examiná-las e apresentar impugnação questionando a respectiva legitimidade;

V – recebida a defesa ou encerrado o prazo, sem o exercício do direito de defesa, e esgotado o prazo da consulta pública, a Comissão designará Relator, dentre seus membros titulares, para a elaboração de voto, no prazo de quinze dias, que poderá concluir:

a) pela concordância com o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado;

b) pela discordância do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado;

VI – aprovado o voto na Comissão, o mesmo se tornará parecer e, após a sua divulgação, pelo prazo de vinte e quatro horas, inclusive por meios eletrônicos, o processo será encaminhado para a Ordem do Dia da Sessão Plenária subsequente para julgamento;

VII – o Presidente da Câmara Municipal notificará o ordenador de despesa em julgamento para que, por seu advogado constituído, realizar, na Sessão Plenária, defesa oral pelo prazo de quinze minutos;

VIII – durante a defesa oral não será admitida qualquer interrupção ou aparte;

IX – concluída a defesa oral, cada Vereador disporá de três minutos para se manifestar sobre o julgamento, sem interrupções ou apartes;

X – encerrada a manifestação dos Vereadores, o Presidente procederá ao processo de votação, que será nominal;

XI – o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado somente deixará de prevalecer mediante voto contrário de dois terços dos membros da Câmara;

XII – o resultado do julgamento das contas, com o respectivo decreto legislativo, será encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado.

§ 1º O voto do Relator, referido no inciso V do caput deste artigo, deverá, em anexo, conter projeto de decreto legislativo com o registro do resultado concluído em seu voto.

§ 2º A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, quando do parecer de Redação Final, corrigirá o texto do decreto legislativo, se o resultado da votação em Plenário contrariar o parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas.

§ 3º As normas previstas para a tramitação ordinária de projetos de lei serão observadas naquilo que esta Seção não dispuser em contrário.

Seção VI

Do Projeto de Consolidação

Art. 149. As leis municipais serão reunidas em Consolidações,

integradas por volumes contendo matérias conexas ou afins, constituindo em seu todo a Consolidação da Legislação Municipal.

§ 1º A consolidação consistirá na integração de todas as leis pertinentes a determinada matéria num único diploma legal, revogando-se formalmente as leis incorporadas à consolidação, sem modificação do alcance nem interrupção da força normativa dos dispositivos consolidados.

§ 2º Os projetos de consolidação de leis poderão ser propostos pelo Prefeito, por Vereador, por Comissão ou por Bancada.

Art. 150. A tramitação dos projetos de consolidação observará o seguinte rito especial:

I – protocolado, o projeto de consolidação, com sua justificativa, será divulgado, pelo prazo de vinte e quatro horas, inclusive por meios eletrônicos, comunicado aos Vereadores no Expediente da Sessão Plenária subsequente e disponibilizado aos Vereadores;

II – comunicado em Sessão Plenária, o projeto de consolidação será examinado e instruído pela Comissão Permanente, cuja competência se identifica com a temática tratada, mediante a observação dos seguintes procedimentos:

a) designação, pelo Presidente da Comissão, de um dos Vereadores titulares para exercer a Relatoria;

b) os Vereadores poderão apresentar emenda ao projeto de consolidação, na Comissão, antes da votação do voto do Relator;

c) o Relator, no seu voto, analisará a forma do projeto de consolidação, bem como das emendas apresentadas;

d) aprovado o voto do Relator, o mesmo converter-se-á em parecer, que será encaminhado ao Presidente da Câmara para publicação e divulgação, inclusive por meios eletrônicos, pelo prazo de vinte e quatro horas;

III – finalizada a instrução na Comissão, o Presidente da Câmara, depois de divulgado o parecer, incluirá a matéria na Ordem do Dia de Sessão Plenária;

IV – depois de aprovado o projeto, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final revisará a forma e examinará o texto articulado da consolidação, observada o art. 13 da Lei Federal nº 95, de 1998, e sua subsequente alteração, no parecer de Redação Final.

§ 1º As normas previstas para a tramitação ordinária de projetos de lei serão observadas naquilo que esta Seção não dispuser em contrário.

§ 2º O projeto de consolidação será discutido e votado na Sessão Plenária subsequente e a sua aprovação dependerá do voto favorável da maioria simples de votos dos Vereadores presentes na Sessão.

§ 3º Se uma das leis absorvidas pela consolidação for lei complementar, a aprovação do projeto dependerá do voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

§ 4º Na primeira Sessão Legislativa de cada Legislatura, a Mesa da Câmara Municipal promoverá a atualização da Consolidação das Leis Municipais, incorporando às coletâneas que a integram as emendas à Lei Orgânica do Município, leis, decretos legislativos e resoluções promulgadas durante a Legislatura imediatamente anterior, ordenados e indexados sistematicamente.

Seção VII

Do Projeto de Lei Complementar

Art. 151. A lei complementar dispõe sobre matéria de maior complexidade e amplitude social, com indicação no art. 50 da Lei Orgânica Municipal.

§ 1º Lei complementar somente pode ser alterada pela aprovação de projeto de lei complementar.

§ 2º O projeto de lei complementar não admite rito de urgência.

§ 3º A lei complementar será aprovada pelo voto da maioria absoluta dos membros da Câmara.

§ 4º As normas previstas para a tramitação ordinária de projetos de lei serão observadas naquilo que esta Seção não dispuser em contrário.

Seção VIII**Da Sustação de Ato do Poder Executivo**

Art. 152. Qualquer Vereador ou Líder de Bancada poderá propor projeto de decreto legislativo para sustar ato normativo do Prefeito que exorbite o poder regulamentar ou extrapole os limites da delegação legislativa.

§ 1º O autor do projeto de decreto legislativo de que trata este artigo deverá, na justificativa, indicar, com o respectivo fundamento, o ato normativo objeto da sustação pretendida.

§ 2º Protocolado o projeto de decreto legislativo, o mesmo se sujeitará ao seguinte rito especial:

I – será publicado e divulgado pelo prazo de vinte e quatro horas, inclusive por meios eletrônicos;

II - após a divulgação, será incluído na Sessão Plenária subsequente para comunicação aos Vereadores;

III – realizada a comunicação plenária, o projeto de decreto legislativo, com a sua justificativa, será encaminhado para a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, para instrução;

IV – recebido o projeto de decreto legislativo, o Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final:

a) designará um Relator para elaborar o voto-base para o parecer da Comissão;

b) solicitará ao Presidente da Câmara Municipal a notificação do Prefeito para que, no prazo de quinze dias, apresente defesa técnica, por escrito, sobre a argumentação do autor para a sustação do ato normativo;

c) delibere o voto-base do Relator e parecer;

V – recebido o parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, o Presidente da Câmara determinará sua divulgação, pelo prazo de vinte e quatro horas, inclusive por meios eletrônicos, e incluirá a matéria para deliberação na Ordem do Dia da Sessão Plenária subsequente;

VI – a aprovação do projeto de decreto legislativo dependerá do voto da maioria dos Vereadores presentes na Sessão Plenária;

VII – rejeitado o projeto de decreto legislativo, a matéria será arquivada;

VIII – aprovado o projeto de decreto legislativo, o texto receberá Redação Final, será promulgado e publicado pelo Presidente da Câmara, com notificação ao Prefeito;

IX – com a publicação do decreto legislativo, na forma prevista neste artigo, o ato normativo impugnado é sustado, cessando seus efeitos a partir dessa data.

§ 3º O prazo para a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final instruir o projeto de decreto legislativo é de trinta dias, incluído o prazo de defesa de que trata a alínea “b” do inciso IV do § 2º deste artigo.

§ 4º O prazo entre a solicitação de notificação do Prefeito, pelo Presidente da Comissão ao Presidente da Câmara, e o recebimento da notificação pelo Prefeito não contará no prazo indicado no § 3º deste artigo.

CAPÍTULO IV**DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA PELO RITO DE URGÊNCIA****Seção I****Do Rito de Urgência**

Art. 153. O Prefeito poderá indicar, mediante justificativa que explique o prejuízo que a comunidade terá, diante de uma eventual demora na deliberação de projeto de lei de sua iniciativa, a tramitação pelo Rito de Urgência.

§ 1º Não é admitido o Rito de Urgência para as proposições que se sujeitam a Rito Especial.

§ 2º A ausência da justificativa referida no caput deste artigo determinará a tramitação da matéria pelo Rito Ordinário.

Art. 154. O Presidente da Câmara, atendido o que dispõe o art. 153 deste Regimento Interno, determinará a tramitação do projeto de lei de iniciativa do Prefeito pelo Rito de Urgência, que imporá

às Comissões o prazo de quarenta e cinco dias para a instrução e elaboração de pareceres.

§ 1º A tramitação pelo Rito de Urgência não dispensará, quando for o caso, a realização de audiência pública e a participação popular.

§ 2º Esgotado o prazo referido no caput deste artigo, o Presidente da Câmara determinará a inclusão do projeto de lei, com ou sem Parecer, na Ordem do Dia da Sessão Plenária subsequente, sobressaindo-se às demais matérias até que seja finalizada a sua votação.

§ 3º As normas previstas para a tramitação ordinária de projetos de lei serão observadas, naquilo que esta Seção não dispuser em contrário.

Seção II**Da Urgência Parlamentar**

Art. 155. O Líder poderá requerer, por escrito, enquanto a matéria está em tramitação nas Comissões, para projeto de lei de autoria de Vereador de sua Bancada, urgência parlamentar, com a respectiva justificativa.

§ 1º Apresentado o requerimento de urgência parlamentar, o Presidente da Câmara suspenderá a tramitação da matéria até que o Plenário decida sobre o deferimento ou não, sem discussão, em votação única.

§ 2º Deliberado o requerimento de que trata este artigo, a partir da data da sua aprovação, aplica-se ao projeto de lei o disposto no art. 153 deste Regimento Interno.

TÍTULO V**DA CONCESSÃO DE TÍTULO HONORÍFICO**

Art. 156. A entrega de Título Honorífico será feita em Sessão Solene, especialmente convocada para esse fim.

Parágrafo único. Poderão fazer uso da palavra o Presidente, os Vereadores e os convidados e autoridades designadas pelo cerimonial.

Art. 157. Para discutir o projeto de decreto legislativo para concessão de título honorífico, cada Vereador poderá dispor de até cinco minutos.

Art. 158. O Vereador que propõe a concessão de Título Honorífico, deverá expor, na justificativa, as qualidades excepcionais da pessoa que se desejar homenagear e da relevância dos serviços que tenha prestado para o Município.

Art. 159. A Câmara Municipal elaborará decreto legislativo dispondo sobre os tipos de Título Honorífico e as condições para a sua concessão.

TÍTULO VI**DA ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO PARLAMENTAR**

Art. 160. A atividade de fiscalização parlamentar, junto à administração pública, será realizada, de acordo com o art. 50 da Constituição Federal, mediante:

I – pedido de informação;

II – convocação de Secretário Municipal ou de autoridade equivalente;

III – Comissão Parlamentar de Inquérito.

Parágrafo único. O funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito está previsto no art. 69 deste Regimento Interno.

CAPÍTULO I**DO PEDIDO DE INFORMAÇÃO PARLAMENTAR**

Art. 161. Qualquer Vereador poderá encaminhar, por intermédio da Mesa, pedido de informação sobre fato determinado relacionado à atuação da administração pública municipal, cuja fiscalização seja de interesse ao Poder Legislativo, no exercício de suas atribuições

constitucionais.

§ 1º Recebido o pedido de informação, será publicado, divulgado, inclusive por meios eletrônicos e comunicado no Expediente da Sessão Plenária subsequente e encaminhado, independentemente de deliberação do Plenário, ao Prefeito.

§ 2º Encaminhado o pedido de informação, se este não for atendido no prazo de trinta dias, o Presidente da Câmara, sem prejuízo da apuração de responsabilidade do Prefeito, por omissão, quando solicitado pelo Autor, reiterá-lo-á.

§ 3º Não cabem em pedido de informação providências a tomar, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósitos da autoridade a que se dirige.

§ 4º A Mesa tem a faculdade de não receber pedido de informação formulado de modo inconveniente, genérico ou que contrarie o disposto neste artigo, cabendo recurso ao Plenário.

§ 5º O pedido de informação será por escrito e deverá ser protocolado na Secretaria da Câmara Municipal.

CAPÍTULO II

DA CONVOCAÇÃO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL OU AUTORIDADE VINCULADA AO PREFEITO

Art. 162. O Secretário Municipal ou autoridade vinculada ao Prefeito poderá ser convocado pela Câmara Municipal, para prestar informações sobre assunto administrativo de sua responsabilidade, em Comissão ou em Sessão Especial.

§ 1º A convocação será encaminhada ao Prefeito, pelo Presidente, mediante ofício, com indicações precisas e claras das questões a serem respondidas.

§ 2º A convocação deverá ser atendida no prazo de dez dias, cabendo ao Presidente da Câmara definir, com o Prefeito, a data do comparecimento da autoridade convocada.

§ 3º O convocado terá o prazo de até trinta minutos para fazer sua exposição, atendo-se exclusivamente ao assunto da convocação, sem aparte ou interrupção.

§ 4º Concluída a exposição, terá início a interpelação pelos Vereadores, observada a ordem dos itens formulados, e para cada item a ordem de inscrição do Vereador, assegurada a preferência ao Vereador autor do item em debate.

§ 5º O Vereador terá três minutos para formular perguntas sobre o temário, excluído o tempo das respostas que poderão ser dadas uma a uma ou, no final, a todas.

§ 6º As perguntas deverão ser objetivas e sucintas, sendo vedado qualquer comentário posterior, na mesma Sessão Plenária.

Art. 163. O Prefeito, Secretário Municipal ou Diretor de Autarquia ou de Órgão equivalente poderão comparecer espontaneamente à Câmara ou à Comissão para prestarem esclarecimentos, após entendimentos com o Presidente, que marcará dia e hora para recebê-lo, aplicando-se, no que couber, as normas do artigo anterior.

TÍTULO V

DA INDICAÇÃO E DO PEDIDO DE PROVIDÊNCIA

Art. 164. Indicação é a proposição em que o Vereador sugere medidas de interesse público ao Poder Executivo Municipal, relacionadas a políticas públicas, programas de governo ou proposição de matérias legislativas que sejam privativas do Prefeito.

§ 1º A Indicação será publicada, divulgada, inclusive por meios eletrônicos, e comunicada, aos demais Vereadores, no Expediente da Sessão Plenária subsequente, com consequente envio, pelo Presidente, ao Prefeito.

§ 2º O autor da Indicação, quando se tratar de matéria de grande impacto social, poderá requerer, antes de seu envio ao Prefeito, que a Comissão Permanente responsável pela análise de seu conteúdo realize audiência pública para debater sua proposta com a comunidade.

Art. 165. Pedido de Providência é o requerimento proposto por

Vereador para reparos urbanos, consertos de equipamentos públicos ou melhorias sociais na cidade e no interior do Município.

§ 1º O Pedido de Providência poderá ser dirigido ao Prefeito ou a outros órgãos estaduais, federais ou concessionárias de serviço público com atuação no Município.

§ 2º Recebido e protocolado o Pedido de Providência, o mesmo será publicado, divulgado, inclusive por meios eletrônicos, e comunicado, aos demais Vereadores, no Expediente da Sessão Plenária subsequente, com consequente envio, pelo Presidente, ao seu destino.

§ 3º O autor do Pedido de Providência, quando se tratar de assunto de grande impacto social, poderá requerer, antes de seu envio ao Prefeito, que a Comissão Permanente responsável pela análise de seu conteúdo realize audiência pública para debater sua proposta com a comunidade.

TÍTULO VI

DOS ANAIS DA CÂMARA

Art. 166. Todos os trabalhos em Plenário deverão ser gravados para que constem expressa e fielmente, nos ANAIS da Câmara, nos termos da Resolução nº 2 de 21 de agosto de 1997.

§ 1º As gravações poderão ser revistas pelos oradores, num prazo de vinte e quatro horas;

§ 2º Antes da respectiva Sessão, só poderão ser fornecidas certidões ou cópias dos pronunciamentos, com expressa autorização dos oradores;

§ 3º. Não será autorizada a publicação de pronunciamentos que envolverem ofensas às Instituições Nacionais, propaganda de guerra, de subversão a ordem pública ou social, de preconceitos de raças, religião ou classe, que configurem crimes contra a honra ou contiverem incitamento a prática de crimes de qualquer natureza.

TÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 167. A Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com sua consequente atualização, será aplicada subsidiariamente a este Regimento Interno, quanto à elaboração, alteração, redação e consolidação das leis municipais.

Art. 168. Salvo disposição regimental em contrário, os prazos assinalados em dias serão contados como dias corridos.

§ 1º Exclui-se do cômputo o dia inicial e inclui-se o do dia final.

§ 2º Os prazos, salvo disposição em contrário, ficarão suspensos durante os períodos de Recesso da Câmara Municipal.

Art. 169. O Código de Ética Parlamentar, de que trata o § 2º do art. 19 deste Regimento Interno, será elaborado e promulgado em resolução própria, no prazo de cento e oitenta dias, contado da vigência deste Regimento Interno.

Art. 170. A Secretaria da Câmara Municipal reproduzirá periodicamente este Regimento Interno, enviando cópias à Biblioteca Pública Municipal, ao Prefeito, a cada um dos Vereadores e às entidades interessadas.

Parágrafo único. Além do que dispõe o caput deste artigo, a Câmara manterá em seu site versão eletrônica do Regimento Interno.

Art. 171. Os casos não previstos neste Regimento serão encaminhados pela Mesa Diretora para deliberação do Plenário e as soluções constituirão precedentes regimentais, que deverão ser registrados em livro próprio.

§ 1º Os precedentes regimentais servirão de jurisprudência administrativa para casos futuros com iguais características.

§ 2º O processo de revisão deste Regimento Interno considerará os precedentes regimentais utilizados, nos termos deste artigo, para a supressão de omissões.

Art. 172. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos sendo gerados a partir de 1º de janeiro de 2017.

Art.173. Fica revogada a Resolução nº 12 de 20 de dezembro de 2004.

Ipumirim – SC, 27 de dezembro de 2016
Osmar José Simon
Presidente

Registra-se e publica-se
Em 27 de dezembro de 2016

Edson Luiz Bogoni
Agente Legislativo

Itá

PREFEITURA

ADITIVOS DIA 01 A 26/12

Aditivo Nº : 2AD 86/2015
Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
Contratada...: EMSO EMPRESA DE MEDICINA E SEG. OCUPACIONAL LTDA.
Valor : 89.000,00 (oitenta e nove mil reais)
Vigência : Início: 01/12/2016 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 21/2015
Objeto : Aditivo de suspensão do contrato para o mês de dezembro de 2016 e aditamento para o ano de 2017.
LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Aditivo Nº : 2AD 112/2015
Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
Contratada...: LAGO DO URUGUAI TRANSPORTES LTDA
Valor : 11.662,00 (onze mil seiscentos e sessenta e dois reais)
Vigência : Início: 06/12/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 37/2015
Objeto : Aditivo de valor devido solicitação/justificativa da Secretaria Municipal de Educação, informando que durante o ano letivo de 2016, houve greve na rede estadual e com isso a necessidade de reposição das aulas, acarretando no aumento das quilometragens de linhas.
LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Aditivo Nº : 7AD 19/2014
Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
Contratada...: TRANSP.COL.VALE URUGUAI LTDA
Valor : 7.760,80 (sete mil setecentos e sessenta reais e oitenta centavos)
Vigência : Início: 06/12/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2014
Objeto : Aditivo de valor devido a solicitação da Secretaria Municipal de Educação, informando que durante o ano letivo de 2016, houve greve na rede estadual e com isso a necessidade de reposição das aulas;
LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Aditivo Nº : 1AD 98/2016
Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
Contratada...: CRI- COLETA, RECICLAGEM E INDUST DE LIXO LTDA ME
Valor : 48.723,63 (quarenta e oito mil setecentos e vinte e três reais e sessenta e três centavos)
Vigência : Início: 16/12/2016 Término: 16/01/2017
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 8/2016
Objeto : aditivo de prazo e valor devido o Processo Licitação n. 062/2016, Concorrência n. 007/2016, encontra-se em andamento, em fase de recursos, pendente ainda de abertura de propostas e homologação.
LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Aditivo Nº : 8AD 31/2015
Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
Contratada...: LOSS CONSTRUÇÕES E PRÉ-MOLDADOS LTDA EPP
Valor : 24.322,20 (vinte e quatro mil trezentos e vinte e dois reais e vinte centavos)
Vigência : Início: 21/12/2016 Término: 10/02/2017
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 13/2014
Objeto : Aditivo de valor considerando parecer do Departamento de Engenharia, afirmando que em virtude de adequações de ordem técnica, necessita acrescentar itens que constavam somente no memorial descritivo e não na planilha orçamentária.
LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Aditivo Nº : 2AD 84/2015
Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
Contratada...: ESTACAO FLORESTA, ASSESSORIA AMBIENTAL E TURISMO L
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 12/12/2016 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 22/2015
Objeto : Aditivo de prazo e valor para continuação da prestação do serviço em 2017.
LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Aditivo Nº : 2AD 30/2015
Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
Contratada...: MERLIN SISTEMAS DE ENSINO LIMITADA
Valor : 326.000,00 (trezentos e vinte e seis mil reais)
Vigência : Início: 12/12/2016 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2015
Objeto : Aditivo de prazo e valor para continuação da prestação dos serviços no ano de 2017.
LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Aditivo Nº : 1AD 50/2016
Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
Contratada...: FABIO JEAN D AVILA DOS SANTOS 91505364949
Valor : 12.000,00 (doze mil reais)
Vigência : Início: 15/12/2016 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 23/2016
Objeto : Aditivo de prazo e valor devido a necessidade de continuação na prestação do serviço para o ano 2017.
LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Aditivo Nº : 1AD 12/2016
Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
Contratada...: NEUDY DA COSTA MEI
Valor : 11.520,00 (onze mil quinhentos e vinte reais)
Vigência : Início: 15/12/2016 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 6/2016
Objeto : Aditivo de tempo e valor devido a necessidade da prestação dos serviços para o ano 2017.
LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Aditivo Nº : 7AD 171/2012
 Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
 Contratada...: CRI- COLETA, RECICLAGEM E INDUST DE LIXO LTDA ME
 Valor : 501.368,76 (quinhentos e um mil trezentos e sessenta e oito reais e setenta e seis centavos)
 Vigência : Início: 15/12/2016 Término: 26/12/2017
 Licitação : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 9/2012
 Objeto : Aditivo de prazo e valor devido a necessidade de continuação da prestação do serviço em 2017.
 LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Aditivo Nº : 5AD 31/2014 - Contrato Nº: 31/2014
 Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
 Contratada...: CETRIC CENTRAL DE TRAT. RES. SÓL. DE CHAPECÓ LTDA.
 Valor : 78.881,90 (setenta e oito mil oitocentos e oitenta e um reais e noventa centavos)
 Vigência : Início: 15/12/2016 Término: 31/12/2017
 Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2014
 Objeto : Aditivo de prazo e valor devido a necessidade de continuação da prestação do serviço para o ano 2017.
 LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Aditivo Nº : 6AD 64/2013 - Contrato Nº: 64/2013
 Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
 Contratada...: RADIO BELOS MONTES DE SEARA LTDA - EPP
 Valor : 27.483,12 (vinte e sete mil quatrocentos e oitenta e três reais e doze centavos)
 Vigência : Início: 19/12/2016 Término: 31/12/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 17/2013
 Objeto : Aditivo de prazo e valor devido a necessidade de continuação da execução dos serviços prestados para 2017.
 LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Aditivo Nº : 3AD 177/2014 - Contrato Nº: 177/2014
 Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
 Contratada...: MAISATIVO INTERMEDIACÃO DE ATIVOS LTDA
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 19/12/2016 Término: 31/12/2017
 Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 9/2014
 Objeto : Aditivo de prazo devido a necessidade de continuação da prestação dos serviços em 2017.
 LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Aditivo Nº : 4AD 160/2013 - Contrato Nº: 160/2013
 Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
 Contratada...: PERSONAL NET TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO LTDA
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 19/12/2016 Término: 31/12/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 42/2013
 Objeto : Aditivo de prazo devido a necessidade da continuação da prestação do serviço em 2017.
 LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Aditivo Nº : 3AD 107/2015 - Contrato Nº: 107/2015
 Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
 Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA
 Valor : 134.909,88 (cento e trinta e quatro mil novecentos e nove reais e oitenta e oito centavos)
 Vigência : Início: 19/12/2016 Término: 31/12/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 33/2015

Objeto : Aditivo de prazo e valor devido a necessidade de continuação da prestação do serviço em 2017.
 LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Aditivo Nº : 1AD 3/2016 - Contrato Nº: 3/2016
 Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
 Contratada...: VUPT PROVEDORA DE INTERNET LTDA - ME
 Valor : 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)
 Vigência : Início: 19/12/2016 Término: 31/12/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 41/2015
 Objeto : Aditivo de prazo e valor devido a necessidade de continuação da prestação do serviço para o ano 2017.
 LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Aditivo Nº : 8AD 80/2013 - Contrato Nº: 80/2013
 Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
 Contratada...: G10 AGÊNCIA DE TURISMO E VIAGENS LTDA - ME
 Valor : 61.655,04 (sessenta e um mil seiscentos e cinquenta e cinco reais e quatro centavos)
 Vigência : Início: 19/12/2016 Término: 31/12/2017
 Licitação : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2013
 Objeto : Aditivo de prazo e valor devido a necessidade de continuação da prestação do serviço para o ano 2017.
 LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Aditivo Nº : 7AD 16/2014 - Contrato Nº: 16/2014
 Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
 Contratada...: TRANSPORTES KROMBAUER LTDA ME
 Valor : 147.808,40 (cento e quarenta e sete mil oitocentos e oito reais e quarenta centavos)
 Vigência : Início: 19/12/2016 Término: 31/12/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2014
 Objeto : Aditivo de prazo e valor devido a necessidade de continuação da prestação do serviço no ano de 2017.
 LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Aditivo Nº : 7AD 17/2014 - Contrato Nº: 17/2014
 Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
 Contratada...: TRANSPORTES COLETIVOS PREDIGER LTDA - ME
 Valor : 80.522,00 (oitenta mil quinhentos e vinte e dois reais)
 Vigência : Início: 19/12/2016 Término: 31/12/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2014
 Objeto : Aditivo de prazo e valor devido a necessidade de continuação na prestação do serviço no ano 2017.
 LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Aditivo Nº : 8AD 19/2014 - Contrato Nº: 19/2014
 Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
 Contratada...: TRANSP.COL.VALE URUGUAI LTDA
 Valor : 109.174,40 (cento e nove mil cento e setenta e quatro reais e quarenta centavos)
 Vigência : Início: 19/12/2016 Término: 31/12/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2014
 Objeto : Aditivo de prazo e valor devido a necessidade de continuação da execução do serviço no ano de 2017.
 LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Aditivo Nº : 3AD 112/2015 - Contrato Nº: 112/2015
 Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
 Contratada...: LAGO DO URUGUAI TRANSPORTES LTDA
 Valor : 80.262,00 (oitenta mil duzentos e sessenta e dois reais)
 Vigência : Início: 19/12/2016 Término: 31/12/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 37/2015
 Objeto : Aditivo de prazo e valor devido a necessidade de

continuação da prestação do serviço para o ano 2017.
LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Aditivo Nº : 7AD 18/2014 - Contrato Nº: 18/2014
Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
Contratada...: LAGO DO URUGUAI TRANSPORTES LTDA
Valor : 164.547,00 (cento e sessenta e quatro mil quinhentos e quarenta e sete reais)
Vigência : Início: 19/12/2016 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2014
Objeto : Aditivo de prazo e valor devido a necessidade de continuação da prestação dos serviços para o ano 2017.
LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Aditivo Nº : 5AD 38/2014 - Contrato Nº: 38/2014
Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
Contratada...: TRANSPORN TRANSPORTES LTDA
Valor : 59.700,00 (cinquenta e nove mil e setecentos reais)
Vigência : Início: 19/12/2016 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2014
Objeto : Aditivo de prazo e valor devido a necessidade de continuação da prestação do serviço para o ano de 2017.
LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Aditivo Nº : 7AD 14/2014 - Contrato Nº: 14/2014
Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
Contratada...: TRANSPORN TRANSPORTES LTDA
Valor : 71.982,00 (setenta e um mil novecentos e oitenta e dois reais)
Vigência : Início: 19/12/2016 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2014
Objeto : Aditivo de prazo e valor devido a necessidade da continuação da prestação do serviço para o ano 2017.
LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Aditivo Nº : 7AD 24/2014 - Contrato Nº: 24/2014
Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
Contratada...: TRANSPORN TRANSPORTES LTDA
Valor : 69.505,20 (sessenta e nove mil quinhentos e cinco reais e vinte centavos)
Vigência : Início: 19/12/2016 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2014
Objeto : Aditivo de prazo e valor devido a necessidade de continuação da execução dos serviços prestados para o ano de 2017.
LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Aditivo Nº : 1AD 29/2016 - Contrato Nº: 29/2016
Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
Contratada...: TRANSPORN TRANSPORTES LTDA
Valor : 138.840,00 (cento e trinta e oito mil oitocentos e quarenta reais)
Vigência : Início: 19/12/2016 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 14/2016
Objeto : Aditivo de prazo e valor devido a necessidade de continuação da prestação do serviço para o ano de 2017.
LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Aditivo Nº : 2AD 75/2015 - Contrato Nº: 75/2015
Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
Contratada...: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES AURORA DAS BORBOLETAS
Valor : 60.000,00 (sessenta mil reais)
Vigência : Início: 26/12/2016 Término: 31/12/2017

Objeto : Aditivo de prazo e valor devido a necessidade de continuação na prestação do serviço para o ano de 2017.
Contratada...: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES AURORA DAS
Vigência : Início: 26/12/2016 Término: 31/12/2017

Aditivo Nº : 2AD 76/2015 - Contrato Nº: 76/2015
Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
Contratada...: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES ALTO DA COLINA
Valor : 60.000,00 (sessenta mil reais)
Vigência : Início: 26/12/2016 Término: 31/12/2017
Objeto : Aditivo de prazo e valor devido a necessidade de continuação da prestação do serviço para o ano de 2017.
Contratada...: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES ALTO DA COLINA
Vigência : Início: 26/12/2016 Término: 31/12/2017
LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Aditivo Nº : 2AD 94/2015 - Contrato Nº: 94/2015
Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
Contratada...: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES BELA ADOLFO KONDER
Valor : 60.000,00 (sessenta mil reais)
Vigência : Início: 26/12/2016 Término: 31/12/2017
Objeto : Aditivo de prazo e valor devido a necessidade de continuação da prestação do serviço para o ano de 2017.
Contratada...: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES BELA ADOLFO
Vigência : Início: 26/12/2016 Término: 31/12/2017
LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Aditivo Nº : 2AD 58/2015 - Contrato Nº: 58/2015
Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
Contratada...: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES UNIÃO DE RIO ENGANO E R
Valor : 60.000,00 (sessenta mil reais)
Vigência : Início: 26/12/2016 Término: 31/12/2017
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 3/2015
Objeto : Aditivo de prazo e valor devido a necessidade de continuação da prestação do serviço para o ano de 2017.
LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Aditivo Nº : 1AD 2/2016 - Contrato Nº: 2/2016
Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
Contratada...: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES RIO UVÁ
Valor : 60.000,00 (sessenta mil reais)
Vigência : Início: 26/12/2016 Término: 31/12/2017
Objeto : Aditivo de prazo e valor devido a necessidade de continuação da prestação do serviço para o ano 2017.
Contratada...: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES RIO UVÁ
Vigência : Início: 26/12/2016 Término: 31/12/2017
LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

ATA DE RECEBIMENTO DE RECURSO DA EMPRESA CRI

ATA DE RECEBIMENTO DE RECURSO REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 062/2016 EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº. 007/2016, DO MUNICIPIO DE ITA. Às 09h30min do dia vinte e sete do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações, designada pelo Decreto nº 004 de 21 de janeiro de 2016, sob a Presidência do Senhor Delso Minski estando presentes os membros Senhoras Silvine Carla Mertins e Marta Bender Sartoretto para o ato de recebimento de recurso quanto a fase de habilitação da empresa CRI – COLETA E INDUSTRIALIZAÇÃO DE RESÍDUOS LTDA, protocolada tempestivamente no dia vinte e seis de dezembro de dois mil e dezesseis sob o número 275. Lido e analisado o recurso, a comissão deliberou em não dar provimento ao recurso e encaminhar todo o processo licitatório bem como o recurso para a autoridade

superior para análise e parecer. Em nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a sessão, lavrando-se esta ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos presidente e membros da Comissão, a qual será publicada no mural público do Município de Itá, na página do Município na internet www.ita.sc.gov.br e no diário oficial do Municípios DOM.

Delso Minski
Presidente

Silviane Carla Mertins
Membro

Marta Bender Sartoretto
Membro

**AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 091/2016,
TOMADA DE PREÇOS Nº 017/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 091/2016

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 017/2016

A Prefeita Municipal de Itá - SC, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Tomada de Preços, no dia 26 de janeiro de 2017, visando a contratação de empresa do ramo de construção civil para reforma e ampliação do Centro Comunitário de Linha Pin-dorama. As propostas serão recebidas até às 08h30min do dia 26 de Janeiro de 2017 e abertas as 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508. Itá - SC, 27 de dezembro de 2016.

LEIDE MARA BENDER
Prefeita Municipal

Itapiranga

PREFEITURA

DECRETO Nº 245 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 245 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga SC, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.004 de 15 de dezembro de 2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga-SC, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação", na seguinte fonte de Recurso 120 - Recursos de Impostos para Educação 25%, no valor de R\$ 118.550,00 (cento e dezoito mil quinhentos e cinquenta reais) e na fonte de recurso 107 - Transferência de recursos do Fundeb, no valor de R\$ 80.206,00 (oitenta mil e duzentos e seis reais), e na fonte de recurso 108 - Transferência de recursos do Fundeb 40%, no valor de R\$ 15.550,00 (quinze mil quinhentos e cinquenta reais):

06.01 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto - Ensino Fundamental
12.361.0066.2029- Manut. e Desenv. das Atividades da Educação do Ensino Fundamental
31.90.00.00.00.00.00.0120 - Aplicações diretas
..... R\$ 73.200,00
33.90.00.00.00.00.00.0120 - Aplicações diretas
..... R\$ 350,00

06.02 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto - Educação Infantil
12.365.0070.2034- Manutenção das Atividades da Educação Infantil
31.90.00.00.00.00.00.0120 - Aplicações diretas
..... R\$ 45.000,00
31.90.00.00.00.00.00.0107 - Aplicações diretas
..... R\$ 80.206,00
33.90.00.00.00.00.00.0108 - Aplicações diretas
..... R\$ 15.550,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 26 de dezembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretário Municipal de Administração.

DECRETO Nº 246 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 246 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga SC, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.004 de 15 de dezembro de 2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga-SC, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação", na seguinte fonte de Recurso 120 - Recursos de Impostos para Educação 25%, no valor de R\$ 71.760,00 (setenta um mil e setecentos e sessenta reais) e na fonte de recurso 107 - Transferência de recursos do Fundeb, no valor de R\$ 50.250,00 (cinquenta mil duzentos e cinquenta reais):

06.01 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto - Ensino Fundamental
12.361.0066.2029- Manut. e Desenv. das Atividades da Educação do Ensino Fundamental
31.90.00.00.00.00.00.0107 - Aplicações diretas
..... R\$ 50.250,00
31.90.00.00.00.00.00.0120 - Aplicações diretas
..... R\$ 23.300,00

06.02 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto - Educação Infantil
12.365.0070.2034- Manutenção das Atividades da Educação Infantil
31.90.00.00.00.00.00.0120 - Aplicações diretas
..... R\$ 48.460,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 26 de dezembro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretário Municipal de Administração.

Jacinto Machado

PREFEITURA

DECRETO Nº. 116 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº. 116 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA UNIDADE PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO EM CURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTÔNIO JOÃO DE FÁVERI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Artigo 11º, I, da Lei Municipal nº. 802 de 23 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar na dotação orçamentária da Unidade Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, abaixo discriminada, por conta do provável excesso de arrecadação, provenientes de recursos próprios, no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), como segue:

Órgão: 06 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade: 01 – DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Atividade: 2.033 – Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Modalidade de Aplicação: (77) – 3.3.90.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

TOTAL R\$ 50.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados à suplementação do artigo anterior, correrão por conta do provável excesso de arrecadação de recursos próprios (vinculação 00.0080) da Unidade Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, creditados nas contas correntes da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado.

Parágrafo Único: A suplementação de que trata o artigo 1º deste Decreto fica condicionada e limitada à arrecadação efetiva do recurso.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 12 de dezembro de 2016.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

DECRETO Nº. 117 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº. 117 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA UNIDADE PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO EM CURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTÔNIO JOÃO DE FÁVERI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Artigo 11º, I, da Lei Municipal nº. 802 de 23 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar na dotação orçamentária da Unidade Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, abaixo discriminada, por conta do provável excesso de arrecadação, provenientes de recursos próprios, no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), como segue:

Órgão: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E FINANÇAS

Unidade: 01 – DIRETORIA GERAL DA ADM. E PLANEJAMENTO

Atividade: 2.005 – Manutenção dos Serviços Administrativos e de Planejamento

Modalidade de Aplicação: (10) – 3.3.90.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

TOTAL R\$ 50.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados à suplementação do artigo anterior, correrão por conta do provável excesso de arrecadação de recursos próprios (vinculação 00.0080) da Unidade Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, creditados nas contas correntes da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado.

Parágrafo Único: A suplementação de que trata o artigo 1º deste Decreto fica condicionada e limitada à arrecadação efetiva do recurso.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 12 de dezembro de 2016.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

DECRETO Nº. 118 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº. 118 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO EM CURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTÔNIO JOÃO DE FÁVERI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Artigo 11º, I, da Lei Municipal nº. 802 de 23 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado no exercício de 2016, na importância de R\$ 320.000,00 (Trezentos e vinte mil reais), por conta do provável excesso de Arrecadação no exercício em curso, na seguinte dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão: 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade: 01 – DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO

Atividade: 2.008 – Manutenção da Educação Básica

Modalidade de Aplicação: (28) – 3.1.90.00.00.00.0092 – Aplica-
ções Diretas R\$ 320.000,00
TOTAL R\$ 320.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados à suplementação do artigo anterior, correrão por conta do provável excesso de arrecadação de Recursos Oriundos do FUNDEB no valor de R\$ 320.000,00 (Trezentos e vinte mil reais) da Unidade Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, creditados na conta corrente 10.188-5, Agência 2.192-X do Banco do Brasil.

Parágrafo Único: A suplementação de que trata o artigo 1º deste Decreto fica condicionada e limitada à arrecadação efetiva do recurso.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 12 de dezembro de 2016.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

Joaçaba

PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 01 CONTRATO Nº 04/2016/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 01

CONTRATO Nº 04/2016/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS. CONTRATADO: CONSULTORIO ODONTOLÓGICO MASCHIO E KRUGER LTDA ME.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 04/2016, proveniente do Processo de Licitação nº 02/2016, homologado no dia 20 de abril de 2016, que tem como objeto a prestação dos serviços constantes na Tabela do Anexo II, da lei Complementar N.º 279/2014, correspondente a sua especialidade de: ODONTOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 01 CONTRATO Nº 05/2016/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 01

CONTRATO Nº 05/2016/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS. CONTRATADO: NNR – NEUROLOGIA E NEUROCIRURGIA RAGNINI S/S LTDA ME.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 05/2016, proveniente do Processo de Licitação nº 02/2016, homologado no dia 20 de abril de 2016, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: NUTRIÇÃO, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 01 CONTRATO Nº 06/2016/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 01

CONTRATO Nº 06/2016/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS

SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS. CONTRATADO: UNIMED JOAÇABA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 06/2016, proveniente do Processo de Licitação nº 02/2016, homologado no dia 20 de abril de 2016, que tem como objeto a prestação dos serviços constantes na Tabela CBHPM Edição 2014, correspondentes a sua especialidade de: SERVIÇOS DE IMAGEM – ULTRASSONOGRAFIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 01 CONTRATO Nº 07/2016/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 01

CONTRATO Nº 07/2016/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS. CONTRATADO: CAROLINE MATTEVI NUTRIÇÃO CLINICA LTDA ME. OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 07/2016, proveniente do Processo de Licitação nº 02/2016, homologado no dia 20 de abril de 2016, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: NUTRIÇÃO, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 01 CONTRATO Nº 08/2016/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 01

CONTRATO Nº 08/2016/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS. CONTRATADO: CLINICA SAMPAIO S/S LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 08/2016, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2016, homologado no dia 03 de junho de 2016, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: GINECOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo

do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 01 CONTRATO Nº 09/2016/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 01

CONTRATO Nº 09/2016/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS. CONTRATADO: C.A.M. SERVIÇOS MÉDICOS S/S LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 09/2016, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2016, homologado no dia 03 de junho de 2016, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: PNEUMOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 01 CONTRATO Nº 10/2016/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 01

CONTRATO Nº 10/2016/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS. CONTRATADO: CLINICA MÉDICA SÃO LUCAS S/S LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 10/2016, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2016, homologado no dia 03 de junho de 2016, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: UROLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 01 CONTRATO Nº 11/2016/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 01

CONTRATO Nº 11/2016/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: CLINIMED – CLINICA MEDICA CAPINZAL SOCIEDADE SIMPLES EPP.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 11/2016, proveniente do Processo de Licitação nº 04/2016, homologado no dia 20 de outubro de 2016, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: GASTROENTEROLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 01 CONTRATO Nº 12/2016/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 01

CONTRATO Nº 12/2016/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS. CONTRATADO: CLINICA DO APARELHO DIGESTIVO REBELATTO S/S ME.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 12/2016, proveniente do Processo de Licitação nº 05/2016, homologado no dia 23 de novembro de 2016, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: GASTROENTEROLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02 CONTRATO Nº 03/2015/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02

CONTRATO Nº 03/2015/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS. CONTRATADO: CONSULTORIO ODONTOLOGICO WYZYKOWSKI LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 03/2015, proveniente do Processo de Licitação nº 01/2015, homologado no dia 09 de setembro de 2015, que tem como objeto a prestação dos serviços constantes na Tabela do Anexo II, da lei Complementar N.º 279/2014, correspondente a sua especialidade de: ODONTOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02 CONTRATO Nº 04/2015/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02
CONTRATO Nº 04/2015/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: REABILITAR FISIOTERAPIA LTDA.
OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 04/2015, proveniente do Processo de Licitação nº 01/2015, homologado no dia 09 de setembro de 2015, que tem como objeto a prestação dos serviços constantes na tabela AMB 1992, não possuindo código na referida tabela, sua lacuna será preenchida pela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de: FISIOTERAPIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02 CONTRATO Nº 05/2015/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02
CONTRATO Nº 05/2015/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: ORAL.MD-CLINICA ODONTOLÓGICA LTDA. – ME.
OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 05/2015, proveniente do Processo de Licitação nº 01/2015, homologado no dia 09 de setembro de 2015, que tem como objeto a prestação dos serviços constantes na Tabela do Anexo II, da lei Complementar N.º 279/2014, correspondente a sua especialidade de: ODONTOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02 CONTRATO Nº 06/2015/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02
CONTRATO Nº 06/2015/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: SCHINATO REPRESENTAÇÕES LTDA.
OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 06/2015, proveniente do Processo de Licitação nº 01/2015, homologado no dia 09 de setembro de 2015, que tem como objeto a prestação dos serviços constantes na Resolução nº. 02/2013, editada pelo Conselho de

Administração do PLASS, correspondente a sua especialidade de: PSICOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03 CONTRATO Nº 01/2014/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03
CONTRATO Nº 01/2014/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: INTEGRAL CLINICA ODONT. LTDA – ME
OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 01/2014, proveniente do Processo de Licitação nº 01/2014, homologado no dia 24 de fevereiro de 2014, que tem como objeto a prestação dos serviços constantes na Tabela do Anexo II, da lei Complementar N.º 238/2013, correspondente a sua especialidade de: ODONTOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03 CONTRATO Nº 02/2014/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03
CONTRATO Nº 02/2014/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: EING E MARCA CLINICA DE FISIOTERAPIA S/S LTDA.
OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 02/2014, proveniente do Processo de Licitação nº 01/2014, homologado no dia 24 de fevereiro de 2014, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela AMB 1992, e, não possuindo código na referida tabela, sua lacuna será preenchida pela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: FISIOTERAPIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03 CONTRATO Nº 03/2014/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03

CONTRATO Nº 03/2014/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: CLINICA DE PEDIATRIA DRA. ANGELA FRARES S/S LTDA

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 03/2014, proveniente do Processo de Licitação nº 01/2014, homologado no dia 24 de fevereiro de 2014, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: PEDIATRIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03 CONTRATO Nº 05/2014/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03

CONTRATO Nº 05/2014/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: ECOGRAFIA DIGITAL JOAÇABA LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 05/2014, proveniente do Processo de Licitação nº 01/2014, homologado no dia 24 de fevereiro de 2014, que tem como objeto a prestação dos serviços constantes na tabela CBHPM Edição 2014, correspondentes a sua especialidade de: SERVIÇO DE IMAGEM - ULTRASSONOGRAFIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03 CONTRATO Nº 06/2014/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03

CONTRATO Nº 06/2014/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: ODONTO MAIS VIDA S/S LTDA. OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 06/2014, proveniente do Processo de Licitação nº 01/2014, homologado no dia 24 de fevereiro de 2014, que tem como objeto a prestação dos serviços constantes na Tabela do Anexo II, da lei Complementar N.º 238/2013, correspondente a sua especialidade de: ODONTOLOGIA, no qual se

adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03 CONTRATO Nº 08/2014/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03

CONTRATO Nº 08/2014/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO FILHAS DE SÃO CAMILO.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 08/2014, proveniente do Processo de Licitação nº 01/2014, homologado no dia 24 de fevereiro de 2014, que tem como objeto a prestação dos serviços constantes na Resolução 01/2013, correspondente a sua especialidade de: SERVIÇOS MÉDICO HOSPITALAR, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03 CONTRATO Nº 09/2014/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03

CONTRATO Nº 09/2014/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: CENTRO DE REABILITAÇÃO ACQUAFISIO LTDA – ME.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 09/2014, proveniente do Processo de Licitação nº 01/2014, homologado no dia 24 de fevereiro de 2014, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela AMB 1992, e, não possuindo código na referida tabela, sua lacuna será preenchida pela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: FISIOTERAPIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03 CONTRATO Nº 10/2014/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03
CONTRATO Nº 10/2014/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: LMC CONSULTÓRIO MÉDICO LTDA. OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 10/2014, proveniente do Processo de Licitação nº 01/2014, homologado no dia 24 de fevereiro de 2014, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: ORTOPEDIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03 CONTRATO Nº 11/2014/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03
CONTRATO Nº 11/2014/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: CLINICA ODONTOMEDI LRS LTDA. OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 11/2014, proveniente do Processo de Licitação nº 01/2014, homologado no dia 24 de fevereiro de 2014, que tem como objeto a prestação dos serviços constantes na Tabela do Anexo II, da lei Complementar N.º 238/2013, correspondente a sua especialidade de: ODONTOLOGIA e na Resolução 03/2013 e na Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de: DERMATOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03 CONTRATO Nº 12/2014/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03
CONTRATO Nº 12/2014/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: HOSPITAL SÃO ROQUE SOCIEDADE BENEFICIENTE. OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 12/2014, proveniente do Processo de Licitação nº 02/2014, homologado no dia 11 de abril de 2014, que tem como objeto a prestação dos serviços constantes na Resolução 01/2013, correspondente a sua especialidade de: SERVIÇOS MÉDICO HOSPITALAR, no qual se adita a CLÁUSULA

SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03 CONTRATO Nº 13/2014/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03
CONTRATO Nº 13/2014/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: KEILLA KARLOH ME.
OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 13/2014, proveniente do Processo de Licitação nº 02/2014, homologado no dia 11 de abril de 2014, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela AMB 1992, e, não possuindo código na referida tabela, sua lacuna será preenchida pela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: FISIOTERAPIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03 CONTRATO Nº 14/2014/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03
CONTRATO Nº 14/2014/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: ALINE D'CASSIA BROCARD & CIA LTDA ME.
OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 14/2014, proveniente do Processo de Licitação nº 02/2014, homologado no dia 11 de abril de 2014, que tem como objeto a prestação dos serviços constantes na Tabela do Anexo II, da lei Complementar N.º 238/2013, correspondente a sua especialidade de: ODONTOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03 CONTRATO Nº 15/2014/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03

CONTRATO Nº 15/2014/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: FISIOCENTER FISIOTERAPIA & ACADEMIA LTDA.
OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 15/2014, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2014, homologado no dia 13 de maio de 2014, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela AMB 1992, e, não possuindo código na referida tabela, sua lacuna será preenchida pela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: FISIOTERAPIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03 CONTRATO Nº 16/2014/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03

CONTRATO Nº 16/2014/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: FAHECE – FUNDAÇÃO DE APOIO AO HEMOSC E CEPON
OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 16/2014, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2014, homologado no dia 13 de maio de 2014, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela AMB 1992, e, não possuindo código na referida tabela, sua lacuna será preenchida pela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: HEMOTERAPIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03 CONTRATO Nº 17/2014/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03

CONTRATO Nº 17/2014/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: COMUNIDADE TERAPEUTICA DIGNIDADE PARA VIDA.
OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 17/2014, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2014, homologado no dia 13 de maio de 2014, que tem como objeto a prestação dos serviços constantes

na Resolução 01/2013, correspondente a sua especialidade de: CENTRO DE REABILITAÇÃO DE DEPENDENTES QUÍMICOS, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03 CONTRATO Nº 18/2014/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03

CONTRATO Nº 18/2014/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: M. D. SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 18/2014, proveniente do Processo de Licitação nº 04/2014, homologado no dia 13 de junho de 2014, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: DERMATOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03 CONTRATO Nº 19/2014/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03

CONTRATO Nº 19/2014/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: ALEXSSANDRA JORGE ME
OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 19/2014, proveniente do Processo de Licitação nº 04/2014, homologado no dia 13 de junho de 2014, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela do Anexo II, da lei Complementar N.º 238/2013, correspondentes a sua especialidade de: ODONTOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03 CONTRATO Nº 20/2014/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03

CONTRATO Nº 20/2014/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: JMS TESTA CLINICA MÉDICA E NEFROLOGIA SOCIEDADE SIMPLES – ME

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 20/2014, proveniente do Processo de Licitação nº 05/2014, homologado no dia 23 de julho de 2014, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: NEFROLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03 CONTRATO Nº 21/2014/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03

CONTRATO Nº 21/2014/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: DEON SERVIÇOS MÉDICOS SS LTDA

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 21/2014, proveniente do Processo de Licitação nº 05/2014, homologado no dia 23 de julho de 2014, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: GINECOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03 CONTRATO Nº 23/2014/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03

CONTRATO Nº 23/2014/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: DORE CLINICA DE TRATAMENTO E CONDICIONAMENTO FÍSICO LTDA – ME

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 23/2014, proveniente do Processo de Licitação nº 07/2014, homologado no dia 18 de dezembro de 2014, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela AMB 1992, e, não possuindo código na referida tabela, sua lacuna será preenchida pela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a

sua especialidade de: FISIOTERAPIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04 CONTRATO Nº 02/2013/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04

CONTRATO Nº 02/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: INSTITUTO CATARINENSE DA CIRCULAÇÃO – EIRELI.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 02/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 02/2013, homologado no dia 18 de abril de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de: CIRURGIA VASCULAR, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04 CONTRATO Nº 03/2013/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04

CONTRATO Nº 03/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: CLÍNICA SAÚDE DA MULHER S/S LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 03/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 02/2013, homologado no dia 18 de abril de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de: GINECOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04 CONTRATO Nº 04/2013/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04
CONTRATO Nº 04/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: CEPAC CENTRO DE PESQUISA EM ANÁLISES CLÍNICAS S/C.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 04/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 02/2013, homologado no dia 18 de abril de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela AMB 1992 e, não possuindo código na referida tabela, sua lacuna será preenchida pela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de: ANÁLISES CLÍNICAS E PATOLÓGICAS, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04 CONTRATO Nº 05/2013/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04
CONTRATO Nº 05/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: HOSPITAL E MATERNIDADE SÃO MIGUEL S/S LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 05/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 02/2013, homologado no dia 18 de abril de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Resolução nº 01/2013, correspondente a sua especialidade de: SERVIÇOS MÉDICOS HOSPITALARES, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04 CONTRATO Nº 06/2013/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04
CONTRATO Nº 06/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: DANIELLE COCO POZZEBON – ME.
OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 06/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 02/2013, homologado no dia 18 de abril de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela

CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de: CLÍNICA GERAL, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04 CONTRATO Nº 07/2013/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04
CONTRATO Nº 07/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: CEFISIO – CENTRO DE FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO S/S LTDA ME.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 07/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2013, homologado no dia 03 de junho de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela AMB 1992 e, não possuindo código na referida tabela, sua lacuna será preenchida pela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de: FISIOTERAPIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04 CONTRATO Nº 09/2013/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04
CONTRATO Nº 09/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: CLINICA DURAN S/S LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 09/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2013, homologado no dia 03 de junho de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela do Anexo II, da lei Complementar N.º 205 de 16 de setembro de 2011, correspondente a sua especialidade de: ODONTOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04 CONTRATO Nº 10/2013/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04
CONTRATO Nº 10/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: CLINICA ODONTOLOGICA PILATI LTDA ME.
OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 10/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2013, homologado no dia 03 de junho de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela do Anexo II, da lei Complementar N.º 205 de 16 de setembro de 2011, correspondente a sua especialidade de: ODONTOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04 CONTRATO Nº 11/2013/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04
CONTRATO Nº 11/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: CLINICA DURAN S/S LTDA.
OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 11/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2013, homologado no dia 03 de junho de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de: OTORRINOLARINGOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04 CONTRATO Nº 12/2013/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04
CONTRATO Nº 12/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: BITTENCOURT & ZAGO SAUDE DENTAL S/S LTDA.
OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 12/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2013, homologado no dia 03 de junho de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela do Anexo II, da lei Complementar N.º 205 de 16 de setembro de 2011, correspondente a sua especialidade de: ODONTOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO,

nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04 CONTRATO Nº 13/2013/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04
CONTRATO Nº 13/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: ROTHBARTH & ROTHBARTH SERVIÇOS MÉDICOS S/S LTDA ME.
OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 13/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2013, homologado no dia 03 de junho de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de: GASTROENTEROLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04 CONTRATO Nº 15/2013/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04
CONTRATO Nº 15/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: CLINICA REVIVER LTDA
OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 15/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2013, homologado no dia 03 de junho de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Resolução nº 01/2013, correspondente a sua especialidade de: SERVIÇOS MÉDICOS HOSPITALARES, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04 CONTRATO Nº 16/2013/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04
CONTRATO Nº 16/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: CLINICA DE CIRURGIA VASCULAR E ENDOVASCULAR LTDA

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 16/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 04/2013, homologado no dia 17 de julho de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de: CIRURGIÃO VASCULAR, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04 CONTRATO Nº 17/2013/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04
CONTRATO Nº 17/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: INARA PINTO SAAVEDRA & CIA LTDA – ME
OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 17/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 04/2013, homologado no dia 17 de julho de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de: DERMATOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04 CONTRATO Nº 18/2013/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04
CONTRATO Nº 18/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: BORDIGNON & BENETTI LTDA – ME
OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 18/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 04/2013, homologado no dia 17 de julho de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de: CLINICA GERAL, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato

original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04 CONTRATO Nº 19/2013/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04
CONTRATO Nº 19/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: L & L CONSULTORIO MÉDICO LTDA ME.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 19/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 04/2013, homologado no dia 17 de julho de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de: ORTOPEDIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04 CONTRATO Nº 20/2013/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04
CONTRATO Nº 20/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: CLINICA FEMINA LTDA ME

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 20/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 04/2013, homologado no dia 17 de julho de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de: GINECOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04 CONTRATO Nº 21/2013/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04
CONTRATO Nº 21/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA - FUNOESC
OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 21/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 04/2013, homologado no dia 17 de julho de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Resolução 01/2013, correspondente a sua especialidade de: SERVIÇOS MÉDICOS HOSPITALARES, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04 CONTRATO Nº 22/2013/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04
CONTRATO Nº 22/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: SAJO – SERVIÇO DE ANESTESIOLOGIA JOAÇABA S/S LTDA
OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 22/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 04/2013, homologado no dia 17 de julho de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de: ANESTESIOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04 CONTRATO Nº 23/2013/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04
CONTRATO Nº 23/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: CLINICA DE OLHOS DR. LUIZ CARLOS B. PINTO LTDA ME
OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 23/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 04/2013, homologado no dia 17 de julho de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de:

OFTALMOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04 CONTRATO Nº 24/2013/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04
CONTRATO Nº 24/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: BUCO IMAGEM SERVIÇO DE DIAGNOSTICO DE IMAGEM BUCAL DE JOAÇABA SC LTDA.
OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 24/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 04/2013, homologado no dia 17 de julho de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela do Anexo II, da lei Complementar N.º 205 de 16 de setembro de 2011 e suas alterações, correspondentes a sua especialidade de: SERVIÇOS DE IMAGEM DE RAIO-X ODONTOLÓGICO E ORTODONTICO, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05 CONTRATO Nº 02/2012/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05
CONTRATO Nº 02/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: CENTRO DE RADIODIAGNÓSTICO SÃO MIGUEL LTDA
OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 02/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 01/2012, homologado no dia 27 de agosto de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços constantes na tabela CBHPM Edição 2014, correspondentes a sua especialidade de: SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM – RAIO-X, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016
JULIO CESAR BISSANI
Diretor-executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05 CONTRATO Nº 03/2012/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05
CONTRATO Nº 03/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: NADIA APARECIDA LORENCETTE ANATOMIA PATOLÓGICA LTDA

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 03/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 01/2012, homologado no dia 27 de agosto de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da tabela AMB 1992, e, não possuindo código na referida tabela, sua lacuna será preenchida pela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: CITOPATOLOGIA, ANATOMOPATOLOGIA E ANÁLISES CLÍNICAS, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05 CONTRATO Nº 04/2012/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05
CONTRATO Nº 04/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: LABORATÓRIO SÃO MIGUEL S/S LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 04/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 01/2012, homologado no dia 27 de agosto de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da tabela AMB 1992, e, não possuindo código na referida tabela, sua lacuna será preenchida pela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: CITOPATOLOGIA, ANÁLISES CLÍNICAS E PATOLÓGICAS, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05 CONTRATO Nº 05/2012/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05
CONTRATO Nº 05/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: G. PASTEUR LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS E PATOLÓGICAS LTDA. OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 05/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 01/2012,

homologado no dia 27 de agosto de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da tabela AMB 1992, e, não possuindo código na referida tabela, sua lacuna será preenchida pela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: ANÁLISES CLÍNICAS E PATOLÓGICAS, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05 CONTRATO Nº 06/2012/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05
CONTRATO Nº 06/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: SIIM – SERVIÇO INTEGRADO DE IMAGEM S/S LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 06/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 01/2012, homologado no dia 27 de agosto de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços constantes na tabela CBHPM Edição 2014, correspondentes a sua especialidade de: SERVIÇO DE IMAGEM, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05 CONTRATO Nº 07/2012/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05
CONTRATO Nº 07/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: SERVITOM – SERVIÇO DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE CORPO INTEIRO JOAÇABENSE S/S LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 07/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 01/2012, homologado no dia 27 de agosto de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços constantes na tabela CBHPM Edição 2014, correspondentes a sua especialidade de: SERVIÇO DE IMAGEM - TOMOGRAFIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05 CONTRATO Nº 09/2012/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05
CONTRATO Nº 09/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: ULTRASSONOGRRAFIA E RADIOLOGIA GUTTIERREZ LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 09/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 01/2012, homologado no dia 27 de agosto de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços constantes na tabela CBHPM Edição 2014, correspondentes a sua especialidade de SERVIÇO DE IMAGEM - ULTRASSONOGRRAFIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05 CONTRATO Nº 10/2012/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05
CONTRATO Nº 10/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: UNIMED JOAÇABA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 10/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 01/2012, homologado no dia 27 de agosto de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela do Anexo I do presente instrumento, correspondentes a sua especialidade de ANÁLISES CLÍNICAS, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05 CONTRATO Nº 11/2012/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05
CONTRATO Nº 11/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: CLÍNICA WESOLOSKI LTDA.
OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 11/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 01/2012, homologado no dia 27 de agosto de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela

do Anexo II, da lei Complementar N.º 205 de 16 de setembro de 2011, correspondentes a sua especialidade de: SERVIÇOS DE IMAGEM DE RAIO-X ODONTOLÓGICO E ORTODÔNTICO, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05 CONTRATO Nº 12/2012/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05
CONTRATO Nº 12/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: SENDIG – SERVIÇO DE ENDOSCOPIA DIGESTIVA S/S LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 12/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 01/2012, homologado no dia 27 de agosto de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços constantes Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: SERVIÇOS DE ENDOSCOPIA DIGESTIVA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05 CONTRATO Nº 14/2012/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05
CONTRATO Nº 14/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: VITA SAÚDE SEGURANÇA DO TRABALHO EPP.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 14/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 01/2012, homologado no dia 27 de agosto de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: PEDIATRIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05 CONTRATO Nº 15/2012/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05
CONTRATO Nº 15/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: CARDIOLIFE CLÍNICA CARDIOLOGICA S/S LTDA
OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 15/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 01/2012, homologado no dia 27 de agosto de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: CARDIOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05 CONTRATO Nº 18/2012/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05
CONTRATO Nº 18/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: VITAL CLÍNICA DO CORAÇÃO S/S LTDA.
OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 18/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 01/2012, homologado no dia 27 de agosto de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: CARDIOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05 CONTRATO Nº 19/2012/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05
CONTRATO Nº 19/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: A.J. ANESTESIA LTDA
OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 19/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 01/2012, homologado no dia 27 de agosto de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: ANESTESIOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro

de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016

JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05 CONTRATO Nº 20/2012/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05
CONTRATO Nº 20/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: CLÍNICA DASSI LTDA
OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 20/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 01/2012, homologado no dia 27 de agosto de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: PEDIATRIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05 CONTRATO Nº 21/2012/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05
CONTRATO Nº 21/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: ZILIO E SARTORI S/S LTDA ME
OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 21/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 02/2012, homologado no dia 04 de setembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: GASTROENTEROLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05 CONTRATO Nº 24/2012/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05
CONTRATO Nº 24/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: RRR – SERVIÇO DE NUTRIÇÃO S/S LTDA.
OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 24/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 02/2012, homologado no dia 04 de setembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: NUTRIÇÃO, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05 CONTRATO Nº 25/2012/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05
CONTRATO Nº 25/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: RUGGERO CARON & CIA LTDA.
OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 25/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 02/2012, homologado no dia 04 de setembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: ONCOLOGIA E PSICOTERAPIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05 CONTRATO Nº 26/2012/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05
CONTRATO Nº 26/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: BB SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.
OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 26/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 02/2012, homologado no dia 04 de setembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: ONCOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de

2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05 CONTRATO Nº 27/2012/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05
CONTRATO Nº 27/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: CLÍNICA ALUAR DE OLIVEIRA PINTO SC LTDA – ME.
OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 27/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 02/2012, homologado no dia 04 de setembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: CLÍNICA GERAL, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05 CONTRATO Nº 28/2012/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05
CONTRATO Nº 28/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: ENEMARA CRISTIANE PRETTO & CIA LTDA ME.
OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 28/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 02/2012, homologado no dia 04 de setembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: PNEUMOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05 CONTRATO Nº 29/2012/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05
CONTRATO Nº 29/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: CENTRO DE FISIOTERAPIA E TRAUMATOLOGIA ORTOPÉDICA CEFITO LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 29/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 02/2012, homologado no dia 04 de setembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da tabela AMB 1992, e, não possuindo código na referida tabela, sua lacuna será preenchida pela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: FISIOTERAPIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05 CONTRATO Nº 30/2012/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05
CONTRATO Nº 30/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: J. E. CURSOS E ASSESSORIA EM ORTODONTIA LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 30/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 02/2012, homologado no dia 04 de setembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela do Anexo II, da lei Complementar N.º 205 de 16 de setembro de 2011, correspondentes a sua especialidade de: ODONTOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05 CONTRATO Nº 31/2012/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05
CONTRATO Nº 31/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: ORTOPEDISTAS ASSOCIADOS S/S LTDA.
OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 31/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 02/2012, homologado no dia 04 de setembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços

da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: ORTOPEDIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05 CONTRATO Nº 34/2012/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05
CONTRATO Nº 34/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO ZILIO LTDA – ME.
OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 34/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2012, homologado no dia 25 de setembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela do Anexo II, da lei Complementar N.º 205 de 16 de setembro de 2011, correspondentes a sua especialidade de: ODONTOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05 CONTRATO Nº 36/2012/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05
CONTRATO Nº 36/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: SAMECLIN – FISIOTERAPIA E SAÚDE LTDA.
OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 36/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2012, homologado no dia 25 de setembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela AMB 1992, e, não possuindo código na referida tabela, sua lacuna será preenchida pela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: FISIOTERAPIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05 CONTRATO Nº 37/2012/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05

CONTRATO Nº 37/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: CENTRO DE FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO JOAÇABA LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 37/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2012, homologado no dia 25 de setembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela AMB 1992, e, não possuindo código na referida tabela, sua lacuna será preenchida pela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: FISIOTERAPIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05 CONTRATO Nº 38/2012/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05

CONTRATO Nº 38/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: CLÍNICA DE FISIOTERAPIA BEM ESTAR LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 38/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2012, homologado no dia 25 de setembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela AMB 1992, e, não possuindo código na referida tabela, sua lacuna será preenchida pela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: FISIOTERAPIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05 CONTRATO Nº 42/2012/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05

CONTRATO Nº 42/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: CLÍNICA DE OLHOS DR. LAURENCE NOGUEIRA S/S LTDA ME.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 42/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2012, homologado no dia 25 de setembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços

da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: OFTALMOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05 CONTRATO Nº 43/2012/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05

CONTRATO Nº 43/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: INSTITUTO DO SONO SÃO MIGUEL S/S LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 43/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2012, homologado no dia 25 de setembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: POLISSONOGRAMA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05 CONTRATO Nº 44/2012/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05

CONTRATO Nº 44/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: AUDIOMED CENTRO DE DIAGNÓSTICO OTONEUROLÓGICO LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 44/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2012, homologado no dia 25 de setembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela AMB 1992 e, não possuindo código na referida tabela, sua lacuna será preenchida pela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: FONOAUDIOLOGIA E OTORRINOLARINGOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05 CONTRATO Nº 45/2012/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05
CONTRATO Nº 45/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: PSICOVIDA – CLÍNICA DE PSICOLOGIA LTDA.
OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 45/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2012, homologado no dia 25 de setembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela AMB 1992 e, não possuindo código na referida tabela, sua lacuna será preenchida pela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: PSICOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05 CONTRATO Nº 46/2012/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05
CONTRATO Nº 46/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: CITOFOPI – CLÍNICA INTEGRADA DE TERAPIA OCUPACIONAL, PSICOLOGIA E FONOAUDIOLOGIA LTDA.
OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 46/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2012, homologado no dia 25 de setembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela AMB 1992 e, não possuindo código na referida tabela, sua lacuna será preenchida pela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: PSICOLOGIA E FONOAUDIOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05 CONTRATO Nº 47/2012/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05
CONTRATO Nº 47/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: JOÃO OTÁVIO CASTEGNARO NETO
OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 47/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2012, homologado no dia 25 de setembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços

da Tabela do Anexo II, da lei Complementar N.º 205 de 16 de setembro de 2011, correspondentes a sua especialidade de: ODONTOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05 CONTRATO Nº 48/2012/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05
CONTRATO Nº 48/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: CLÍNICA ODONTOLÓGICA COSTENARO E SIFFERT SS LTDA.
OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 48/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2012, homologado no dia 25 de setembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela do Anexo II, da lei Complementar N.º 205 de 16 de setembro de 2011, correspondentes a sua especialidade de: ODONTOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05 CONTRATO Nº 49/2012/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05
CONTRATO Nº 49/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: MULTICLÍNICA ODONTOLÓGICA SC LTDA.
OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 49/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2012, homologado no dia 25 de setembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela do Anexo II, da lei Complementar N.º 205 de 16 de setembro de 2011, correspondentes a sua especialidade de: ODONTOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05 CONTRATO Nº 50/2012/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05
CONTRATO Nº 50/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: FONOAUDIOLOGIA CLÍNICA LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 50/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2012, homologado no dia 25 de setembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela AMB 1992, e, não possuindo código na referida tabela, sua lacuna será preenchida pela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: FONOAUDIOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05 CONTRATO Nº 51/2012/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05
CONTRATO Nº 51/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: BARBIERI CLÍNICA ODONTOLÓGICA LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 51/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 04/2012, homologado no dia 13 de dezembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela do Anexo II, da lei Complementar N.º 205 de 16 de setembro de 2011, correspondente a sua especialidade de: ODONTOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05 CONTRATO Nº 54/2012/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05
CONTRATO Nº 54/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: CLÍNICA FRANCIO LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 54/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 04/2012, homologado no dia 13 de dezembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de:

UROLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05 CONTRATO Nº 55/2012/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05
CONTRATO Nº 55/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: CLÍNICA IBS LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 55/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 04/2012, homologado no dia 13 de dezembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de: CLÍNICA GERAL, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05 CONTRATO Nº 56/2012/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05
CONTRATO Nº 56/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: CLÍNICA DENTÁRIA MAESTRI.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 56/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 04/2012, homologado no dia 13 de dezembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela do Anexo II, da lei Complementar N.º 205 de 16 de setembro de 2011, correspondente a sua especialidade de: ODONTOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05 CONTRATO Nº 57/2012/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05

CONTRATO Nº 57/2012/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: FISIOTERAPIA HOSPITALAR E HOMECARE S/S LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 57/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 04/2012, homologado no dia 13 de dezembro de 2012, que tem como objeto a prestação dos serviços da

Tabela AMB 1992 e, não possuindo código na referida tabela, sua lacuna será preenchida pela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de: FISIOTERAPIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2017, a contar de 01 de janeiro de 2017, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 23/12/2016.

Joaçaba (SC), 23 de dezembro de 2016

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 0004/2016 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 0004/2016

PROCESSO LICITATÓRIO 0080/2016

PROTOCOLO Nº 3678/2016

Objeto: ENERGIA ELÉTRICA PARA AS ÁREAS ADMINISTRATIVA E TÉCNICA DO SIMAE, PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

Fundamento Legal: Artigo 24, XXII, Lei 8666/93.

Declaração de Dispensa em 27/12/2016.

Joaçaba/SC, 28 de dezembro de 2016.

Aluir Flemming – Diretor Presidente do SIMAE.

HOMOLOGAÇÃO TP 0004/2016 - SIMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 4/2016 - TP Processo Administrativo: 45/2016 Processo de Licitação: 45/2016 Data do Processo: 09/08/2016
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretor Presidente, Aluir Flemming, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 45/2016
b) Licitação Nr.: 4/2016-TP
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 27/12/2016
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE REDE LOCALIZADA NA AV. CAETANO BRANCO, EM JOAÇABA E NA RODOVIA SC 453, ENTRE LUZERNA E LINHA ESTREITO.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

VIGA - PAVIMENTACAO E OBRAS LTDA. (7362)

1 EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE ABERTURA DE VALA, ASSENTAMENTO DE TUBULAÇÃO, EMBASAMENTO DE TUBULAÇÃO, REATERRO, COMPACTAÇÃO, RETIRADA E REPOSIÇÃO DE PAVIMENTO E CALÇADA PARA ASSENTAMENTO DE REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, E SEUS DEVIDOS SERVIÇOS E DISPOSITIVOS COMPLEMENTARES, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. - Marca: VIGA	SV	1,00	0,0000	241.612,26	241.612,26
---	----	------	--------	------------	------------

Total do Fornecedor: 241.612,26

Total Geral: 241.612,26

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.051.4.4.90.00.00.00.00 (14)

Aluir Flemming - Diretor Presidente

Laguna

PREFEITURA

CONTRATOS E ADITIVOS 2016

EXTRATOS 22/12/2016

CONTRATO Nº 001/2016 – FIV

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO IRMÃO VERA

CONTRATADA: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
OBJETO: O objeto do presente contrato refere-se à contratação de empresa especializada para renovação da apólice de seguro dos veículos da frota da Fundação Irmã Vera.

VIGÊNCIA: 12 Meses

VALOR: R\$ 710,18 (setecentos e dez reais e dezoito centavos).

DATA: 10/10/2016

CONTRATO Nº 001/2016 – FMAS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADA: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
OBJETO: O objeto do presente contrato refere-se à contratação de empresa especializada para renovação da apólice de seguro dos veículos da frota da Secretaria de Assistência Social.

VIGÊNCIA: 12 Meses

VALOR: R\$ 8.414,98 (oito mil quatrocentos e quatorze reais e noventa e oito centavos).

DATA: 10/10/2016

CONTRATO Nº 003/2016 – FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
OBJETO: O objeto do presente contrato refere-se à contratação de empresa especializada para renovação da apólice de seguro dos veículos da frota da Secretaria de Saúde.

VIGÊNCIA: 12 Meses

VALOR: R\$ 16.568,63 (dezesseis mil quinhentos e sessenta e oito reais e sessenta e três centavos).

DATA: 10/10/2016

CONTRATO Nº 30/2016 – PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

CONTRATADA: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
OBJETO: O objeto do presente contrato refere-se a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro para os veículos da frota Municipal e Fundos de Laguna/SC.

VIGÊNCIA: 12 Meses

VALOR: R\$ 36.310,21 (trinta e seis mil trezentos e dez reais e vinte e um centavos).

DATA: 10/10/2016

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 007/2015 - PML

LOCATÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

LOCADORA: MARILENE RIBEIRO JOAQUIM AGUIAR

ADITIVO DE PRAZO: Prorrogada a vigência do contrato até o dia 31/12/2016

DATA: 17/11/2016

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 009/2014 - PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

CONTRATADA: PAULO UHLMANN ME

ADITIVO DE PRAZO: Prorrogada a vigência do contrato até o dia 30/04/2017

DATA: 16/12/2016

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 022/2014 - PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

CONTRATADA: CONSTRUÇÕES VITÓRIA LTDA - ME

ADITIVO DE PRAZO: Prorrogada a vigência do contrato até o dia 31/05/2017

DATA: 16/12/2016

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 051/2014 – PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

CONTRATADA: CONRE CONSTRUÇÕES E REFORMAS LTDA. EPP

ADITIVO DE PRAZO: Prorrogado o presente contrato até o dia 31/04/2017

DATA: 16/12/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (GEÓLOGO)

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE

CONTRATADA: FERNANDO ANTÔNIO REMOR GUEDES

ADITIVO DE PRAZO: Prorrogada a vigência do contrato até o dia 01/01/2017.

DATA: 16/12/2016

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 17/2014 - PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

CONTRATADA: MAGAPAVI CONSTRUTORA TERRAPLANAGEM E PAVIMENTADORA LTDA

ADITIVO DE PRAZO: Prorrogado o prazo do Contrato até o dia 31/12/2017

ADITIVO DE VALOR: R\$896.642,52 (oitocentos e noventa e seis mil seiscentos e quarenta e dois reais e cinquenta e dois centavos)

DATA: 02/12/2016

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2013 - FLC

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA

CONTRATADA: MAGAPAVI CONSTRUTORA TERRAPLANAGEM E PAVIMENTADORA LTDA

ADITIVO DE PRAZO: Prorrogada a vigência até o dia 26/06/2017.

DATA: 21/12/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS n.º 003/2016

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE MEIO AMBIENTE

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de licenças de uso, não exclusiva, mediante contratação de empresa para licenciamento do direito de uso dos aplicativos de Compras, Procuradoria e Tributos com acessos simultâneos, em ambiente Windows, e Protocolo Fly em ambiente web utilizando banco de dados relacional.

VIGÊNCIA: Até 31/07/2017

VALOR: R\$ 21.252,68 (vinte mil duzentos e cinquenta e dois reais e sessenta e oito centavos).

DATA: 20/12/2016

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 023/2016 - PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

CONTRATADA: ANTONIO DE OLIVEIRA BORGES - ME

ADITIVO DE PRAZO: Prorrogada a vigência até o dia 31/12/2016

DATA: 26/10/2016

OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 058/2013 - PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

CONTRATADA: MAGAPAVI CONSTRUTORA TERRAPLANAGEM E PAVIMENTADORA LTDA

ADITIVO DE VALOR: R\$ 502.054,77 (quinhentos e dois mil

cinquenta e quatro reais e setenta e sete centavos)
DATA: 14/12/2016

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 006/2014 - FMS
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADA: MADECRIL MADEIRAS E CONSTRUÇÕES LTDA
ADITIVO DE PRAZO: Prorrogada a vigência até o dia 06/03/2017.
DATA: 02/12/2016

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 055/2014 – PML
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA
CONTRATADA: SETEP CONSTRUÇÕES S.A
ADITIVO DE PRAZO: Vigência até o dia 20/12/2016
DATA: 16/11/2016

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 023/2016 - PML
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA
CONTRATADA: ANTONIO DE OLIVEIRA BORGES - ME
ADITIVO DE PRAZO: Vigência até o dia 31/03/2017
DATA: 16/12/2016

NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 037/2013 - PML
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA
CONTRATADA: SERRANA ENGENHARIA LTDA
ADITIVO DE PRAZO: Vigência até o dia 15/12/2016
DATA: 28/10/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 014/2016 – PML
COMPROMISSÁRIA: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA
COMPROMITENTE: PAPELARIA TUBARÃO LTDA. EPP
OBJETO: O objeto desta ATA é registro de preços para eventual contratação de empresas para aquisição de "MATERIAL DE EXPEDIENTE".
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
VALOR TOTAL MÁXIMO: 92.020,45
DATA: 06/05/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 014/2016 – PML
COMPROMISSÁRIA: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA
COMPROMITENTE: JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME
OBJETO: O objeto desta ATA é registro de preços para eventual contratação de empresas para aquisição de "MATERIAL DE EXPEDIENTE".
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
VALOR TOTAL MÁXIMO: 132.906,65
DATA: 06/05/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 014/2016 – PML
COMPROMISSÁRIA: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA
COMPROMITENTE: CÉLIA REGINA W. SANI - ME
OBJETO: O objeto desta ATA é registro de preços para eventual contratação de empresas para aquisição de "MATERIAL DE EXPEDIENTE".
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
VALOR TOTAL MÁXIMO: 91.296,35
DATA: 06/05/2016

CONVÊNIO Nº 017/2016 - FMAS
CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONVENIENTE: FUNDAÇÃO HERMON - CENTRO DE ENSINO HERMON

OBJETO: O objeto do presente convênio compreende o repasse de valores da CONCEDENTE à CONVENIENTE relativo à reposição de uniforme dos tamanhos faltantes para as crianças e adolescentes que frequentam o Centro de Ensino Hermon e reforma da Kombi que realiza o transporte dos beneficiados em virtude do projeto "APOIO FINANCEIRO A ENTIDADE "CENTRO DE ENSINO HERMON" PARA OFERTA DE SCFV".
VALOR: R\$ 13.769,19 (treze mil setecentos e sessenta e nove reais e dezessete centavos).

DATA: 15/12/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 017/2016 – PML
COMPROMISSÁRIA: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA
COMPROMITENTE: ALVO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-ME
OBJETO: O objeto desta ATA é registro de preços para eventual contratação de empresas especializadas para prestação de serviços de "LAVAGEM, LUBRIFICAÇÃO, TROCA DE ÓLEO, FILTROS E FLUIDOS," dos veículos da Prefeitura Municipal, secretarias, Fundações e Fundos da Prefeitura Municipal e Laguna/SC.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
VALOR TOTAL MÁXIMO: R\$ 44.285,70
DATA: 24/06/2016

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 005/2014-PML
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA
CONTRATADA: BRASIL LEASING LOCAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI ME
ADITIVO DE PRAZO: Vigência até o dia 31/12/2017
DATA: 28/11/2016

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 088/2013 –FMS
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADA: BRASIL LEASING LOCAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI ME
ADITIVO DE PRAZO: Vigência até o dia 31/12/2017
DATA: 28/11/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2016 - FMS
COMPROMISSÁRIA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMPROMITENTE: DITRENT POSTOS E LOGÍSTICA LTDA
OBJETO: Constitui objeto da presente Ata, a eventual aquisição pela COMPROMISSÁRIA e fornecimento pela COMPROMITENTE de combustível para a frota da Secretaria Municipal de Saúde (DIESEL S10).
VIGÊNCIA: 12 Meses.
VALOR TOTAL MÁXIMO: R\$ 59.800,00 (cinquenta e nove mil e oitocentos reais)
DATA: 04/11/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2016 – FMS
COMPROMISSÁRIA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMPROMITENTE: PREMIUN INFORMATICA EIRELI - EPP
OBJETO: O objeto desta ATA é registro de preços para eventual contratação de empresa para fornecimento de "EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE", para a Secretaria de Saúde do município.
VIGÊNCIA: 12 Meses.
VALOR TOTAL MÁXIMO: R\$ 236.150,56
DATA: 13/12/2016

CONTRATO Nº 001/2016 – FUMREBOM
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS - FUMREBOM.
CONTRATADA: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
OBJETO: Constitui objeto do presente contrato, a aquisição pelo CONTRATANTE e fornecimento pela CONTRATADA de combustível para a frota do Corpo de Bombeiros do Município de Laguna (DIESEL S10 E GASOLINA COMUM).
VIGÊNCIA: Até 30/05/2017
VALOR: R\$ 10.381,65 (dez mil trezentos e oitenta e um reais e sessenta e cinco centavos).
DATA: 10/10/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2016 – FMS
COMPROMISSÁRIA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMPROMITENTE: DONDOTEC ASSISTÊNCIA A EQUIPAMENTOS ODONTOMÉDICOS LTDA EPP
OBJETO: O objeto desta ATA é registro de preços para eventual

contratação de empresa para fornecimento de "EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE", para a Secretaria de Saúde do município.

VIGÊNCIA: 12 Meses.

VALOR TOTAL MÁXIMO: 132.863,00

DATA: 13/12/2016

DECRETO Nº 4.803/16

DECRETO Nº 4.803 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 5º da Lei Municipal nº 1.875 de 16/12/2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, transpostos os valores de dotação orçamentária no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Laguna, no valor de R\$ 930.000,00 (novecentos e trinta mil reais), na seguinte dotação:

Órgão: 09 - Poder Executivo

Unidade: 06 - Secretaria de Educação e Esporte

Proj/Atividade: 2.040 – Manutenção e Melhoria do Ensino Fundamental

Elementos da Despesa:

93 - 3.1.90.11.00.00.00.00.01.0001 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 330.000,00

94 - 3.1.90.13.00.00.00.00.01.0001 - Obrigações Patronais R\$ 600.000,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor da seguinte dotação:

Órgão: 09 - Poder Executivo

Unidade: 06 - Secretaria de Educação e Esporte

Proj/Atividade: 2.040 – Manutenção e Melhoria do Ensino Fundamental

Elementos da Despesa:

100 - 3.3.90.30.00.00.00.00.01.0001 - Material de Consumo R\$ 50.000,00

105 - 3.3.90.39.00.00.00.00.01.0001 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 880.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.804/16

DECRETO Nº 4.804 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 5º da Lei Municipal nº 1.875 de 16/12/2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, transpostos os valores de

dotação orçamentária no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Laguna, no valor de R\$ 910.000,00 (novecentos e dez mil reais), na seguinte dotação:

Órgão: 09 - Poder Executivo

Unidade: 06 - Secretaria de Educação e Esporte

Proj/Atividade: 2.047 – Manter e Melhorar a Qualidade do Ensino Infantil

Elementos da Despesa: 143 - 3.1.90.11.00.00.00.00.01.0001 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 910.000,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor da seguinte dotação:

Órgão: 09 - Poder Executivo

Unidade: 06 - Secretaria de Educação e Esporte

Proj/Atividade: 2.047 – Manter e Melhorar a Qualidade do Ensino Infantil

Elementos da Despesa:

147 - 3.3.90.30.00.00.00.00.01.0001 - Material de Consumo R\$ 480.000,00

149 - 3.3.90.39.00.00.00.00.01.0001 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 430.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.805/16

DECRETO Nº 4.805 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 5º da Lei Municipal nº 1.875 de 16/12/2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, transpostos os valores de dotação orçamentária no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Laguna, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), na seguinte dotação:

Órgão: 09 - Poder Executivo

Unidade: 07 - Secretaria de Obras e Saneamento

Proj/Atividade: 2.017 – Manutenção dos Serviços Inerentes à Secretaria de Obras e Saneamento

Elemento da Despesa: 172 - 3.1.90.11.00.00.00.00.01.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 80.000,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor da seguinte dotação:

Órgão: 09 - Poder Executivo

Unidade: 07 - Secretaria de Obras e Saneamento

Proj/Atividade: 2.017 – Manutenção dos Serviços Inerentes à Secretaria de Obras e Saneamento

Elemento da Despesa: 180 - 3.3.90.39.00.00.00.00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 80.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.806/16

DECRETO Nº 4.806 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 6º da Lei Municipal nº 1.875 de 16/12/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Laguna, no valor de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais), na seguinte classificação:

Órgão: 09 – Prefeitura Municipal de Laguna

Unidade: 16 – Secretária de Administração e serviços Públicos

Projeto/Atividade: 2.023 – Controle e extensão da rede de iluminação pública.

Elemento da Despesa: 398 – 3.3.90.39.00.00.00.00.01.0000 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 900.000,00

Art. 2º Para atender a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica utilizado em igual valor, recursos decorrentes do excesso de arrecadação da Receita 4.1.2.3.0.00.00.00.00 – Contribuição Para Custeio do Serviço de Iluminação Pública.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1143/2016

PORTARIA RH Nº 1143/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR, DÉBORA CRISTINA CARDOSO do Cargo em comissão de Diretor de Escola, DAE 1, na EEB. José de Souza Guimarães, Figueira, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 20 de Dezembro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1145/2016

PORTARIA RH Nº 1145/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

Conceder adicional de titulação, no percentual de 8% (oito por cento), a Servidora CLAUDIONE FERNANDES DE MEDEIROS, de acordo com o Art. 14 da Lei Complementar nº 330/2015, com efeitos financeiros a partir de 01/01/2017.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 22 de Dezembro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1146/2016

PORTARIA RH Nº 1146/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

EXONERAR, MARILENE GLUCK, do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Desenvolvimento Rural e Assistência Técnica, DS 3, com lotação na Secretaria de Transporte, Obras, Pesca, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 23 de Dezembro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1147/2016

PORTARIA RH Nº 1147/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO, IBERÊ AGUIAR JAQUES, do cargo de Secretário Municipal de Turismo, Lazer e Comunicação, NE, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 26 de Dezembro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1148/2016

PORTARIA RH Nº 1148/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR, ANDERSON PASSOS DA ROCHA do cargo em comissão de Coordenador Municipal de Defesa Civil, CG 3, com lotação na Secretaria de Transporte, Obras, Pesca, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 26 de Dezembro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1149/2016

PORTARIA RH Nº 1149/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR, LILIAN MARCONDES DA SILVA MACHADO do Cargo em comissão de Diretor de Escola, DAE 1, no C.E.I. Pequeno Cisne - CAIC, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 26 de Dezembro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1150/2016

PORTARIA RH Nº 1150/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, JACKSON BARBOSA SIQUEIRA para exercer o cargo em comissão de Coordenador Municipal de Defesa Civil, CG 3, com lotação na Secretaria de Transporte, Obras, Pesca, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 27 de Dezembro de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Lauro Muller

PREFEITURA

EXTRATO 2016 DE ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO DEZEMBRO

EXTRATO 005/2016 DE ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 67/2013 PMLM

Processo licitatório nº 28/2013 – Tomada de preço 02/2013

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO NA ÁREA DE INFORMÁTICA, PARA LOCAÇÃO DE SOFTWARES DE GESTÃO PÚBLICA PARA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA, COM ACESSO SIMULTÂNEO DE USUÁRIOS, COM SUPORTE TÉCNICO, INSTALAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO DE FUNCIONÁRIOS JÁ INCLUSOS ALTERAÇÕES LEGAIS E MANUTENÇÃO CORRETIVAS SE HOVEREM, INCLUINDO MIGRAÇÃO DE TODOS OS SISTEMAS ORA EM USO, CONFORME CARACTERÍSTICAS DESCRITAS NO ANEXO I DO PRESENTE EDITAL.

Contratado: Betha

Contratante: Município de Lauro Muller Prazo de vigência: 31/12/2016 á 18/4/2017

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeitura Municipal

EXTRATO 005/2016 DE ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 77/2013 PMLM

Processo licitatório nº 54/2013 – Inexigibilidade 13/2013

Objeto: DISPONIBILIZAÇÃO DO SISTEMA FLY TRANSPARÊNCIA, NA MODALIDADE SOFTWARE COMO SERVIÇO, POR MEIO DE CONEXÃO VIA INTERNET.

Contratado: Betha

Contratante: Município de Lauro Muller Prazo de vigência: 31/12/2016 á 20/5/2017

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeitura Municipal

EXTRATO 005/2016 DE ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 68/2013 PMLM

Processo licitatório nº 28/2013 – Tomada de preço 02/2013

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO NA ÁREA DE INFORMÁTICA, PARA LOCAÇÃO DE SOFTWARES DE GESTÃO PÚBLICA PARA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA, COM ACESSO SIMULTÂNEO DE USUÁRIOS, COM SUPORTE TÉCNICO, INSTALAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO DE FUNCIONÁRIOS JÁ INCLUSOS ALTERAÇÕES LEGAIS E MANUTENÇÃO CORRETIVAS SE HOVEREM, INCLUINDO MIGRAÇÃO DE TODOS OS SISTEMAS ORA EM USO, CONFORME CARACTERÍSTICAS DESCRITAS NO ANEXO I DO PRESENTE EDITAL.

Contratado: tecnologia Prestação de serviço de informática.

Contratante: Município de Lauro Muller Prazo de vigência: 31/12/2016 á 18/4/2017

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeitura Municipal

EXTRATO 005/2016 DE ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 67/2013 HMLM

Processo licitatório nº 47/2013 – TOMADA DE PREÇO 47/2014

Objeto: O objeto da presente contrato é a contratação de serviço especializado na área de informática, para locação de softwares de gestão pública para Administração Direta e Indireta, com acesso simultâneo de usuários, integrados, conforme características descritas no ANEXO I do edital.

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA Contratante: Hospital Municipal Henrique Lage Prazo de vigência: 31/12/2016 á 28/6/2017

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeitura Municipal

TERMO ADITIVO Nº003 /2016 AO CONTRATO Nº 01/FMMA/2013
Processo licitatório nº 01/2013 – TOMADA DE PREÇO 75/2014

Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do contrato nº01/FMMA/2013 que tem por contratação de serviço especializado na área de informática, para locação de softwares de gestão pública para Administração Direta e Indireta, com acesso simultâneo de usuários, integrados, bem como demais obrigações constantes no processo licitatório TP nº 01/2013.

CONTATADO : BETHA SISTEMAS TLDA CONTRATANTE : Município de Lauro Muller Prazo de vigência: 31/12/2016 á 31/12/2017

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeitura Municipal

TERMO ADITIVO Nº003 /2016 AO CONTRATO Nº 03/2014.

Objeto: . O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do contrato nº03/2014 que tem por contratação de serviço especializado na área de informática, para locação de softwares de gestão pública para Administração Direta e Indireta, com acesso simultâneo de usuários, integrados.

CONTATADO : BETHA SISTEMAS TLDA CONTRATANTE : Município de Lauro Muller Prazo de vigência: 31/12/2016 á 31/12/2017

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeitura Municipal

EXTRATO 002/2016 DE ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 143/2015 PMLM

Processo licitatório nº 50/2015 – Pregão Presencial 50/2015

Objeto: implantação de sistema de telefonia digital (pabx) baseado em servidor ip, contendo software para gerenciamento da plataforma ip e equipamentos em comodato para o funcionamento de 30 ramais, 30 linhas analógicas, 60 ligações simultâneas sip fixo e móvel brasil geral com 12.500 minutos mês, 01 link de internet de que garanta 1mb dedicado para atender a administração municipal

CONTATADO INOVA SOLUCOES EM TELECOMUNICACOES LTDA
CONTRATANTE : Município de Lauro Muller Prazo de vigência: 31/12/2016 á12/5/2017

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeitura Municipal

EXTRATO 002/2016 DE ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 64/2013 PMLM

Processo licitatório nº 31/2013 – Pregão CARTA CONVITE 31/2013

Objeto: Constitui objeto do presente Termo Contratual a contratação de empresa do ramo pertinente contratação de empresa do ramo pertinente locação de software para gestão na área da saúde com implantação do sistema, instalação, configuração e treinamento dos usuários e manutenção mensal, com migração de todos os dados dos sistemas ora em uso, de acordo com as necessidades da Administração da Prefeitura Municipal de Lauro Muller. CONTATADO CERTA SISTEMAS INFORMATIZADOS LTDA

CONTRATANTE : Município de Lauro Muller Prazo de vigência: 31/12/2016 á 8/11/2017

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeitura Municipal

EXTRATO Nº002 /2016 AO CONTRATO Nº92/2015.

Processo licitatório nº 21/2013 – Pregão 21/2015

Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada em prestação de serviços técnicos, implantação e operacionalização de sistema de informática na modalidade ASP transferênciade conhecimento em gestão de tributo municipal, com vistas à disponibilização e utilização da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica e Declaração Mensal de

Serviços Eletrônica, e apoio técnico especializado, conforme termo de referencia e demais anexos
CONTATADO IBAM INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
CONTRATANTE : Município de Lauro Muller Prazo de vigência:
31/12/2016 á 10/3/2018
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeitura Municipal

Lebon Régis

PREFEITURA

PORTARIA Nº 356/2016

PORTARIA Nº 356 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, ADEMILSON OLIVEIRA DA LUZ, do cargo de Motorista, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, a partir de 15/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 357/2016

PORTARIA Nº 357 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, FRANCISCO RODIGHERI, do cargo de Agente de Saúde, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, a partir de 15/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 358/2016

PORTARIA Nº 358 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, GRACIELI ALVES PEREIRA, do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, a partir de 15/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 359/2016

PORTARIA Nº 359 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, JOÃO CARLOS RIZZO MOREIRA, do cargo de Motorista, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, a partir de 15/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 360/2016

PORTARIA Nº 360 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, MELIZA SABINI, do cargo de Assistente Social, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, a partir de 15/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 361/2016

PORTARIA Nº 361 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, ROSANA APARECIDA RIZZO, do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, a partir de 15/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 362/2016

PORTARIA Nº 362 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, RU-THIANI FLOPAS, do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, a partir de 15/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 363/2016

PORTARIA Nº 363 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, THAIS SPOCZAK DOS SANTOS, do cargo de Auxiliar de Enfermagem, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, a partir de 15/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 364/2016

PORTARIA Nº 364 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, JANETE APARECIDA GRANEMANN, do cargo de Agente de Saúde, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, a partir de 15/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 365/2016

PORTARIA Nº 365 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, MAICON SZYNDROWSKI, do cargo de Agente de Defesa Civil, com lotação na Secretaria de Administração, a partir de 15/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 366/2016

PORTARIA Nº 366 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, DAMIAN MAIBERG DE SOUZA, do cargo de Professor com Faculdade, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 15/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 367/2016

PORTARIA Nº 367 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO,

ELIANE NERCOLINI, do cargo de Professor com Faculdade, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 15/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 368/2016

PORTARIA Nº 368 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, IAN-DRA MARIA DAVID PRETO, do cargo de Professor com Faculdade, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 15/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 369/2016

PORTARIA Nº 369 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, KATIUSCIA LUIZ, do cargo de Professor com Faculdade, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 15/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 370/2016

PORTARIA Nº 370 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, MARIANA CARLIN DOS SANTOS, do cargo de Professor com Faculdade, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 15/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 371/2016

PORTARIA Nº 371 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, SOELI DA COSTA ANTUNES, do cargo de Professor com Faculdade, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 15/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 372/2016

PORTARIA Nº 372 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, ADRIANE MALLMANN, do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 15/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 373/2016

PORTARIA Nº 373 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, ANARA CRISTINA CORREA DE SOUZA, do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 15/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 374/2016

PORTARIA Nº 374 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, DILACI FATIMA HOFFMANN MARTIOL, do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 15/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 375/2016

PORTARIA Nº 375 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, ELOIR TEREZINHA DE OLIVEIRA MORAES, do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 15/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 376/2016

PORTARIA Nº 376 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, JOSIELE DO ROSARIO, do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 15/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 377/2016

PORTARIA Nº 377 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, KARLA KAUANE DE OLIVEIRA, do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 15/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 378/2016

PORTARIA Nº 378 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, LEIDIANE GRANEMANN DA COSTA, do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 15/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 379/2016

PORTARIA Nº 379 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, SIRLEI TEREZINHA BAUERLE, do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 15/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 380/2016

PORTARIA Nº 380 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, LARISSA BISSONI DE SOUZA, do cargo de Nutricionista, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 15/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 381/2016

PORTARIA Nº 381 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, JOCELI FATIMA RIBEIRO ALVES DOS SANTOS, do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 15/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 382/2016

PORTARIA Nº 382 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, JUSARA BINELLO, do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 15/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 383/2016

PORTARIA Nº 383 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, ALAN TELES PITT, do cargo de Motorista de Veículo Escolar, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 15/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 384/2016

PORTARIA Nº 384 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, LEODIR DO ROSARIO, do cargo de Motorista de Veículo Escolar, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 15/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 385/2016

PORTARIA Nº 385 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, JOEL ALMIR DE SOUZA, do cargo de Motorista de Veículo Escolar, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 15/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 386/2016

PORTARIA Nº 386 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, PATRICIA DE OLIVEIRA, do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 15/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 387/2016

PORTARIA Nº 387 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, RODRIGO PONTES FERNANDES, do cargo de Motorista de Veículo Escolar, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 15/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 388/2016

PORTARIA Nº 388 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, JOSE CAMARGO FERREIRA, do cargo de Operador de Maquinas Pesadas, com lotação na Secretaria de Serviços Municipais, a partir de 15/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 389/2016

PORTARIA Nº 389 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, MARCIA FERNANDES DE PAULA, do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Assistência Social, a partir de 15/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 390/2016

PORTARIA Nº 390 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, ROSANGELA DA SILVA, do cargo de Psicólogo, com lotação na Secretaria de Assistência Social, a partir de 15/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 391/2016

PORTARIA Nº 391 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, DANIELE JACIARA TELLES DA COSTA, do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer, a partir de 15/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 392/2016

PORTARIA Nº 392 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, CRISTIANE CARLIN MULLER, do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 15/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 393/2016

PORTARIA Nº 393 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, ELIANE SCLEDER CEZAR, do cargo de Orientador Social, com lotação na Secretaria de Assistência Social, a partir de 15/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 394/2016

PORTARIA Nº 394 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, LUANA DE FATIMA RIBEIRO SEMANN, do cargo de Orientador Social, com lotação na Secretaria de Assistência Social, a partir de 15/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 395/2016

PORTARIA Nº 395 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, MARIA RODRIGUES DE MARAFIGO DA CRUZ, do cargo de Orientador

Social, com lotação na Secretaria de Assistência Social, a partir de 15/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 396/2016

PORTARIA Nº 396 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR, ALINE PRADO FRANÇA, do cargo de Diretor de Departamento, com lotação na Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer, a partir de 15/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 397/2016

PORTARIA Nº 397 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR, EDINEIA RODRIGUES DOS SANTOS, do cargo de Diretor de Departamento, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, a partir de 15/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 398/2016

PORTARIA Nº 398 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1º. EXONERAR, GILMAR CRISTORIO PRATES, do cargo de Diretor de Departamento, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 15/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 399/2016

PORTARIA Nº 399 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1º. EXONERAR, VILARIN VERONEZE, do cargo de Diretor de Departamento, com lotação na Secretaria de Serviços Municipais, a partir de 15/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 400/2016

PORTARIA Nº 400 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1º. EXONERAR, ZENITA TOBIAS DE LIMA, do cargo de Diretor de Departamento, com lotação na Secretaria de Assistência Social, a partir de 15/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 401/2016

PORTARIA Nº 401 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, NELIA GABRIEL DOS SANTOS, do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Administração, a partir de 30/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 402/2016

PORTARIA Nº 402 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, EDUARDO CREPALDI, do cargo de Médico, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, a partir de 30/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 403/2016

PORTARIA Nº 403 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, ADAIR DA SILVA MATTOS, do cargo de Ass. De Orçamento e Controle, com lotação na Secretaria de Administração, a partir de 30/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 404/2016

PORTARIA Nº 404 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI, do cargo de Secretário de Administração, com lotação na Secretaria de Administração, a partir de 30/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 405/2016

PORTARIA Nº 405 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, ELIZABETE SPAUTZ, do cargo de Diretor de Departamento, com lotação na Secretaria de Administração, a partir de 30/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 406/2016

PORTARIA Nº 406 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, MARIZA GRANEMANN DE MELLO, do cargo de Secr. De Gab. Do Prefeito, com lotação na Secretaria de Administração, a partir de 30/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 407/2016

PORTARIA Nº 407 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, TAINA GRAZZIOTIN, do cargo de Diretor de Departamento, com lotação na Secretaria de Administração, a

partir de 30/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 408/2016

PORTARIA Nº 408 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, THACYANA CANALLE, do cargo de Diretor de Departamento, com lotação na Secretaria de Administração, a partir de 30/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 409/2016

PORTARIA Nº 409 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, VIVIANE APARECIDA DA SILVA, do cargo de Diretor de Departamento, com lotação na Secretaria de Administração, a partir de 30/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 410/2016

PORTARIA Nº 410 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, ENY APARECIDA TRAMONTINA COFERRI, do cargo de Secretario de Educação, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 30/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 411/2016

PORTARIA Nº 411 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, ALESSANDRO GRANEMANN SOUZA, do cargo de Agente Administrativo, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 30/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 412/2016

PORTARIA Nº 412 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, DINIR MENDES DE LIMA, do cargo de Diretor de Departamento, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura

e Desporto, a partir de 30/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 413/2016

PORTARIA Nº 413 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, ALFREDO GUESSER ROSA, do cargo de Diretor de Departamento, com lotação na Secretaria de Serviços Municipais, a partir de 30/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 414/2016

PORTARIA Nº 414 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, OSMAR PADILHA PUTTKAMMER, do cargo de Secretário de Obras, com lotação na Secretaria de Serviços Municipais, a partir de 30/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 415/2016

PORTARIA Nº 415 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, SEBASTIÃO MACIEL ROSA, do cargo de Diretor de Departamento, com lotação na Secretaria de Serviços Municipais, a partir de 30/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 416/2016

PORTARIA Nº 416 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, JOÃO BATISTA DE BAIRROS, do cargo de Diretor de Departamento, com lotação na Secretaria de Serviços Municipais, a partir de 30/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 417/2016

PORTARIA Nº 417 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, VALDEMIR PEDROZO, do cargo de Secretário de Agricultura, com lotação na Secretaria de Agricultura e Pecuária,

a partir de 30/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 418/2016

PORTARIA Nº 418 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, ROSANE REGINA DE SOUZA, do cargo de Secretário do Bem Estar Social, com lotação na Secretaria de Assistência Social, a partir de 30/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 419/2016

PORTARIA Nº 419 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, FRANCISCO JUCELINO RIBEIRO, do cargo de Secretário de Saúde, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, a partir de 30/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 420/2016

PORTARIA Nº 420 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, JOCIVANIA PESENTI, do cargo de Diretor de Departamento, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, a partir de 30/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 421/2016

PORTARIA Nº 421 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, NARCISO LUIZ ANDRADE, do cargo de Secretaria Mun. De Juventude, Esporte e Lazer, com lotação na Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer, a partir de 20/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 422/2016

PORTARIA Nº 422 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

ALTERA CARGA HORARIA DE FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao funcionário OSMAR PADILHA PUTTKAMMER, Secretário de Obras, lotado na Secretaria de Serviços Municipais,

aumento de carga horaria de 35 horas semanais para 40 horas semanais, com efeitos retroativos a 18/01/2016, com vencimentos consignados em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 423/2016

PORTARIA Nº 423 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PREMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao funcionário TITO HURBEM DE MELO, Engenheiro Civil, com lotação na Secretaria de Administração, LICENÇA PREMIO (18 DIAS), cf. Art. 96 do Estatuto dos Servidores, a partir de 14/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 424/2016

PORTARIA Nº 424 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PREMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao funcionário ABDIAS DA SILVA MEDEIROS MACHADO, Agente de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria de Serviços Municipais, LICENÇA PREMIO (18 DIAS), cf. Art. 96 do Estatuto dos Servidores, a partir de 12/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 425/2016

PORTARIA Nº 425 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PREMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária NADEJE FRANCIO ROCHA, Odontólogo, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, LICENÇA PREMIO (18 DIAS), cf. Art. 96 do Estatuto dos Servidores, a partir de 01/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 426/2016

PORTARIA Nº 426 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao funcionário FERNANDO PADILHA KUHNEN, Ocupante do cargo de Advogado, com lotação na Secretaria de Administração, 20 dias de FÉRIAS, a partir de 20/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 427/2016

PORTARIA Nº 427 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PREMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao funcionário ITACIR LUIZ RIZZO, Encarregado Dpto Pessoal, com lotação na Secretaria de Administração, LICENÇA PREMIO (18 DIAS), cf. Art. 96 do Estatuto dos Servidores, a partir de 01/11/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 428/2016

PORTARIA Nº 428 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PREMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária DANIELLE GHILARDI, Enfermeira, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, LICENÇA PREMIO (18 DIAS), cf. Art. 96 do Estatuto dos Servidores, a partir de 13/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 429/2016

PORTARIA Nº 429 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE AUXILIO MATERNIDADE

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária ANDREIA ALVES DO AMARAL, Agente de Saúde, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, LICENÇA MATERNIDADE, a partir de 15/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 430/2016

PORTARIA Nº 430 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PREMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao funcionário ITACIR LUIZ RIZZO, Encarregado Dpto Pessoal, com lotação na Secretaria de Administração, LICENÇA PREMIO (18 DIAS), cf. Art. 96 do Estatuto dos Servidores, a partir de 13/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 21 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 21 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 431/2016

PORTARIA Nº 431 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PREMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao funcionário ANDERSON MARQUES, Fisioterapeuta, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, LICENÇA PREMIO (18 DIAS), cf. Art. 96 do Estatuto dos Servidores, a partir de 14/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 21 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 21 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 432/2016

PORTARIA Nº 432 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR A PEDIDO, ADAIR DA SILVA MATTOS, do cargo de Técnico em Contabilidade, com lotação na Secretaria de Administração, a partir de 31/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 21 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 21 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 433/2016

PORTARIA Nº 433 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE MANDATO ELETIVO, CENERI FERLIN, do cargo de Vice Prefeito, com lotação no Gabinete do Vice Prefeito, a partir de 31/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 21 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 21 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 434/2016

PORTARIA Nº 434 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE MANDATO ELETIVO, LUDOVINO LABAS, do cargo de Prefeito, com lotação no Gabinete do Prefeito, a partir de 31/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 21 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 21 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos

Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 435/2016

PORTARIA Nº 435 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PREMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao funcionário JUNIOR CEZAR MATOS, Tesoureiro, com lotação na Secretaria de Administração, LICENÇA PREMIO (18 DIAS), cf. Art. 96 do Estatuto dos Servidores, a partir de 01/11/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 21 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 21 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 436/2016

PORTARIA Nº 436 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PREMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao funcionário JUNIOR CEZAR MATOS, Tesoureiro, com lotação na Secretaria de Administração, LICENÇA PREMIO (18 DIAS), cf. Art. 96 do Estatuto dos Servidores, a partir de 14/12/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 21 de dezembro de 2016.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 21 de dezembro de 2016 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Leoberto Leal

PREFEITURA

DECRETO N.º 139/2016

DECRETO N.º 139, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO FISCAL POR CONTA DE PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO”

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 8º Inciso I da Lei nº 1.200 de 10 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas dotações do Orçamento Fiscal Vigente, no valor de R\$ 29.700,00 de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	03	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	12.200,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	12.200,00
Função	04	Administração	12.200,00
Sub-função	122	Administração Geral	12.200,00
Programa	0003	Gestão Geral e Administrativa	12.200,00
Projeto/Atividade	2.003	Funcionamento e Manutenção da SACF	12.200,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	12.200,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	12.200,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	12.000,00
Modalidade Aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	200,00
Fonte de Recurso	0.1.000	Recursos Ordinários	12.200,00
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	500,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	500,00
Função	12	Educação	500,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	500,00
Programa	0004	Educação é Tudo	500,00
Projeto/ Atividade	2.004	Funcionamento e Manutenção da SECD – Ensino Fundamental	500,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	500,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Despesas com pessoal e Encargos Sociais	500,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	500,00
Fonte de Recurso	0.1.0001	Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação	500,00
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	12.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	12.000,00
Função	26	Transporte	12.000,00
Sub-função	782	Transporte Rodoviário	12.000,00
Programa	09	Revitalização das Estradas	12.000,00
Atividade	2.028	Funcionamento e Manutenção da Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos	12.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	12.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	12.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	12.000,00
Fonte de Recurso	0.1.000	Recursos Ordinários	12.000,00
Órgão	07	SECRETARIA DA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	5.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	5.000,00
Função	20	Agricultura	5.000,00
Sub-função	606	Extensão Rural	5.000,00
Programa	11	Revitalização da Agricultura Familiar	5.000,00
Projeto/Atividade	2.030	Manutenção e Funcionamento da Secretaria da Agropecuária e Meio Ambiente	5.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	5.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	5.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	5.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	5.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			29.700,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do provável excesso de arrecadação verificado na seguinte

fonte:

Fonte/Detalhamento	Fonte/Detalhamento	Valor
Recursos Ordinários/Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos	0.1.0000.00	29.700,00
TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO		29.700,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 27 de dezembro de 2016.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

DECRETO N.º 140/2016

DECRETO N.º 140, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 8º, Inciso II da Lei nº 1.200 de 10 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da Seguridade Social, no valor de R\$ 4.000,00, de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.000,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	4.000,00
Função	10	Saúde	4.000,00
Sub-Função	301	Atenção Básica	4.000,00
Programa	0006	Saúde com Excelência	4.000,00
Projeto/ Atividade	2.015	Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - FMS	4.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	4.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	4.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	4.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0002.0	Receita de Imposto e de Transferência de Impostos - Saúde	4.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			4.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, nas seguintes dotações com a seguinte classificação e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.000,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	4.000,00
Função	10	Saúde	4.000,00
Sub-Função	301	Atenção Básica	4.000,00
Programa	0006	Saúde com Excelência	4.000,00
Projeto/ Atividade	2.015	Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - FMS	4.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	4.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	4.000,00
Modalidade de aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	4.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0002.0	Receita de Imposto e de Transferência de Impostos - Saúde	4.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			4.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 27 de dezembro de 2016.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

DECRETO N.º 141/2016

DECRETO Nº 141, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 8º, Inciso I da Lei nº 1.200, de 10 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento fiscal vigente, no valor de R\$ 15.000,00 de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	15.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	15.000,00
Função	12	Educação	15.000,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	15.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	15.000,00
Projeto/ Atividade	2.008	Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Fundamental	15.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	15.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	15.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	15.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0019.0	Transferências do FUNDEB	15.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			15.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do provável excesso de arrecadação verificado no exercício na seguinte fonte:

Fonte	Código Fonte	Valor
Transferências do FUNDEB	0.1.0019	15.000,00
TOTAL DO PROVÁVEL EXCESSO		15.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 27 de dezembro de 2016.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Lindóia do Sul

PREFEITURA

IXEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 03/2016 FMS

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL – SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2016

Ronaldo Piscini Secretário do Fundo Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul, SC, torna público que ratificou o ato do responsável pelas Licitações e Contratos, que declarou inexigível a licitação, nos termos do artigo 25, caput, da Lei nº 8.666/93, para serviços atendimento médico de urgência e emergência.

Valor : R\$ 26.375,40 (vinte e seis mil trezentos e setenta e cinco reais e quarenta centavos).

Beneficiada: Beneficência Camiliana do Sul – Hospital São Francisco – Concórdia.

Vigência: 31/12/2017.

Lindóia do Sul, SC, 26 de dezembro de 2016.

Ronaldo Piscini

Secretário Municipal de Saúde e Ação Social

Luzerna

PREFEITURA

3º TERMO ADITIVO A ARP FMS Nº 039/2014

3º TERMO ADITIVO

ATA DE REGISTRO DE PREÇO FMS Nº 039/2014

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 111/2014

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 067/2014

Aos 20 (vinte) dias do mês de dezembro do ano de 2016, presentes de um lado, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato por sua Gestora GABRIELA MAZZARINO, e a empresa ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada a Rua Dona Leopoldina, nº 26, Centro, no Município de Joinville/SC CEP 89.201-095, inscrita no CNPJ sob o nº 79.283.065/0001-41, neste ato representado por seu representante legal RONALDO BENKENDORF, brasileiro, maior, capaz, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº 2.768.759-7 SESP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 751.256.849-53, residente e domiciliado a Rua Senador Felipe Schmidt, nº 363, apt. 601, Centro, na cidade de Joinville/SC, doravante denominado FORNECEDOR 1, têm entre si justo e contratado o presente CONTRATAÇÃO, DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS AMBIENTES DO ESF'S E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, CONFORME NORMAS E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E EM SEUS ANEXOS, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DA APLICAÇÃO DA CORREÇÃO INFLACIONÁRIA

O presente Termo Aditivo tem por objeto, com a concordância de ambas as partes, majorar o valor da Ata de Registro de Preço 039/2014/FMS, aplicando-lhe a correção inflacionária representada pelo acumulado do INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor dos últimos 12 (doze) meses, contados da data de apresentação da proposta 30 de setembro de 2016, sendo que o FORNECEDOR 1 receberá por pessoa o valor de R\$ 4.107,90 (quatro mil cento e sete reais noventa centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA

DA RETIFICAÇÃO

O Termo Aditivo ainda objetiva corrigir o disposto no 2º Termo Aditivo aplicado os seguintes valores:

I. Valor unitário mensal R\$ 4.070,81 para R\$ 4.050,62 devido desde 01 de janeiro de 2016;

II. Valor unitário mensal R\$ 4.050,62 para R\$ 4.107,90 devido desde 30 de setembro de 2016;

Tal valores justificam-se devido o 1º Termo Aditivo referir-se ao impacto da Convenção Coletiva de Trabalho - CCT que recai apenas sobre os itens que eram convencionados. Já o 2º Termo Aditivo refere-se a aplicação do INPC, devendo incidir tão somente nos itens não abrangidos pela CCT (1º TA).

Deste modo, aplicou o INPC de forma errônea, ao incidir sobre todos os itens da Ata, sendo preciso devolver ao Município a diferença de R\$ 20,19/mês, que aplicados desde DEZ 2015 até 29 SET 2016 fecham o valor total unitário de R\$ 181,04/bruto. Esse valor multiplicado pelas 2 pessoas, é igual a R\$ 362,07.

Ainda, a CONTRATADA deverá receber a partir de 30 SET 2016 calculados até DEZ 2016 a diferença unitária de R\$ 57,28, fechando o valor total unitário de R\$ 173,75/bruto. Esse valor multiplicado pelas 2 pessoas, é igual a R\$ 347,50.

Portanto, compensando os valores dispostos acima, o FORNECEDOR

1 deverá devolver a CONTRATANTE o valor de R\$ 14,58/bruto.

CLÁUSULA TERCEIRA

DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições firmadas no Ata e/ou Aditivos permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 20 de dezembro de 2016.

GABRIELA MAZZARINO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA – FMS
CONTRATANTE

RONALDO BENKENDORF

ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA
FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

DECRETO 2303

DECRETO Nº 2303 de 26 de dezembro de 2016.

"ALTERA O "CAPUT" DO ART. 8º E ANEXO I DO DECRETO Nº 2061 DE 01 DE JULHO DE 2015 QUE "DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO INCENTIVO FINANCEIRO REFERENTE A CRIAÇÃO DO COMPONENTE MUNICIPAL DO PROGRAMA DE MELHORIA DO ACESSO E QUALIDADE NA ATENÇÃO BÁSICA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE - PMAQ - AB/MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art.1º- O "caput" do art. 8º do Decreto nº 2061 de 01 de julho de 2015 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.8º- O valor do incentivo referido neste Decreto será repassado aos servidores em atividade na Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, independentemente da categoria profissional, conforme relação de funções públicas exercidas, descritas no Anexo I deste Decreto, mediante rubrica específica em folha de pagamento."

Art. 2º- Altera a redação do Anexo I do Decreto nº 2061 de 01 de julho de 2015 passando a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO I

Relação de funções públicas com direito ao recebimento e repasse dos recursos do PMAQ-AB

Agente Comunitário de Saúde

Assistente Social (prestando atendimento na Secretaria de Saúde)
Auxiliar de Serviços Gerais (não terceirizado, com atuação na Secretaria de Saúde)

Atendente em Farmácia
 Auxiliar de Enfermagem
 Auxiliar de Odontologia
 Diretora do Departamento de Saúde e Bem Estar Social
 Enfermeira
 Farmacêutico
 Fiscal Técnico Sanitarista
 Instrutora de Atividade Física
 Médico Clínico Geral
 Médico Generalista
 Motorista
 Odontólogo
 Psicólogo (prestando atendimento na Secretaria de Saúde)
 Secretário Municipal de Saúde e Bem Estar Social
 Técnico Administrativo (prestando atendimento na Secretaria de Saúde)
 Técnico de Controle do ESF
 Técnico de Enfermagem

Art.3º - As demais disposições do Decreto nº 2061 de 01 de julho de 2015 permanecem inalteradas.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 26 de dezembro de 2016.
 MOISÉS DIERSMANN
 Prefeito de Luzerna

DECRETO 2304

DECRETO Nº 2304 de 26 de dezembro de 2016.
 "DECRETA PONTO FACULTATIVO NO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art.1º- Fica decretado PONTO FACULTATIVO nas Repartições Públicas Municipais, no dia 30 de dezembro de 2016.

Art.2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário do Decreto nº 2296 de 13 de dezembro de 2016.

Luzerna(SC), 26 de dezembro de 2016.
 MOISES DIERSMANN
 Prefeito de Luzerna

EXTRATO DE CONVÊNIO 0012015 - SEGUNDO TERMO ADITIVO - UPA

EXTRATO DE CONVÊNIO
 PML 2016

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 001/2015 - Segundo Termo Aditivo
 CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA
 CONVENIENTE : MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
 OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência para mais 12 (doze) meses, a contar de 02 de janeiro de 2017.

Luzerna(SC), 20 de dezembro de 2016.

MOISÉS DIERSMANN Prefeito de Luzerna CONCEDENTE	NELSON GUINDANI Prefeito de Herval d'Oeste CONVENIENTE
---	--

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 112/2016 - PP 079/2016 - LIVROS DE INGLÊS - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA
 EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
 Processo Licitatório 112/2016 - PML
 Pregão Presencial nº 079/2016 – PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

- 1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 112/2016, nos seguintes termos:
 - Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preços
 - Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para aquisição de livros de inglês destinados à manutenção das atividades do ensino infantil e fundamental das unidades de ensino do Município de Luzerna.
 - Proponente(s) Vencedora(s):
 - * DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPEIS E LIVROS S/A
 - Valor total: R\$22.039,70

Luzerna (SC), 27 de dezembro de 2016.
 MOISES DIERSMANN
 Prefeito Municipal

TERMO DE CONVÊNIO 023/2016

TERMO DE CONVÊNIO Nº 023/2016

TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA FINANCEIRA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE FREI ROGÉRIO, OBJETIVANDO O CUSTEIO DE DESPESAS DE MANUTENÇÃO, PARA O ACOLHIMENTO DE IDOSOS DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC)".

I - IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES

O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.613.428/0001-72, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, com sede administrativa sita a Av. 16 de fevereiro, 151, neste Município de Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Rua Beno Dresch, 360, Bairro Vila Alemanha, neste Município de Luzerna(SC), doravante denominado CONVENIADO e a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE FREI ROGÉRIO, com sede em Curitiba, na Rua Praça Josefinha Amorin, nº 1, no Centro de Curitiba(SC), inscrita no CNPJ sob o nº 83.754.341/0001-80 neste ato representado por seu Presidente DANIEL MARTARELLO, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 1.064.677, inscrito no CPF/MF sob o nº 384.675.509-53, residente e domiciliado na cidade e Comarca de Curitiba(SC), doravante denominado CONVENIENTE.

As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado o presente TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA FINANCEIRA, conforme determina o art. 35 da Lei nº 10.741, de 1º de Outubro de 2003 - Estatuto do Idoso, subordinado à Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar Federal nº 101 de 04 de maio de 2000 e ao Decreto nº 1889 de 18 de setembro de 2014 e autorizado pela Lei nº 1483 de 15 de dezembro de 2016, que se regerá pelas cláusulas seguintes, pelas condições dispostas nas normativas descritas no presente, que convencionaram, articularam e estipularam, acordando de livre e espontânea vontade, passando assim a expor:

II - DO OBJETO DO CONVÊNIO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objeto do TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA FINANCEIRA é o repasse pelo MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) para a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE FREI ROGÉRIO,

de recursos financeiros destinados ao custeio de despesas de manutenção, para o acolhimento de idosos, incluindo as despesas de alimentação, cama, mesa, banho, produtos de higiene/pessoal, produtos de limpeza, água, luz, telefone/internet, serviço de terceiros, pagamento de profissionais, em padrão de habitação compatível com suas necessidades, bem como provê-los com alimentação regular e higiene indispensáveis às normas sanitárias e com estas condizentes, de acordo com a Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso) e sua regulamentação.

§ 1º - O atendimento será em regime de internato, sendo que o CONVENIADO declara que os demais dados dos(as) idoso(as) estão corretos na ficha de entrevista e laudo médico, no relatório do enfermeiro, que são partes integrantes como anexos a este instrumento.

§ 2º - Fica autorizada a participação do idoso abrigado com o seu benefício na proporção de até setenta por cento (70%) do valor líquido, para pagamento ao CONVENIENTE e até trinta por cento (30%) para depósito em conta poupança em nome do abrigado, para pagamento das outras despesas.

III - DOS COMPROMISSOS DAS PARTES

DO CONVENIADO:

CLÁUSULA SEGUNDA - É direito do CONVENIADO:

I. Receber para os idosos abrigados, atendimento cotidiano de acordo com as normas estabelecidas na Lei nº 10.741, além de normas específicas e das determinações expressas neste Convênio. Caberá ao CONVENIADO:

- Promover, mensalmente, até o dia 30 (trinta) do mês vencido, o repasse dos recursos financeiros, objeto deste Convênio;
- Contribuir mensalmente, no período de acolhimento, com parcelas iguais no valor de R\$ 1.274,00 (hum mil duzentos e setenta e quatro reais) mensais, por idoso acolhido que possuir benefício de um salário mínimo sem descontos, e, quando o idoso não tiver nenhum benefício fica o Município responsável pelo pagamento de R\$ 1.960,00 (hum mil e novecentos e sessenta reais) mensais, sendo acordado e fixado que quando o idoso tiver um desconto consignado ao seu benefício ficará a cargo do Município o pagamento da diferença descontada, até o limite 70% (setenta por cento) do valor líquido do benefício, nos meses em que perdurar o referido desconto.
- Ofertar atendimento de saúde aos idosos acolhidos, quando apresentarem problemas de saúde não atendidos pelas Unidades Básicas do Município onde está localizado a CONVENIENTE.
- Total responsabilidade pela aquisição ou entrega de fraldas, remédios, pomadas, bem como demais objetos necessários que venham a ser solicitados pelo contratado para uso do idoso abrigado.
- Custeios ou responsabilização pelos gastos de saúde, quando necessários, e em caso de necessidade de serviços externos de saúde, assumir os custos ou providenciar pessoa para acompanhamento hospitalar;
- Assumir exclusivamente os gastos e responsabilidades pelas aquisições de roupas e objetos de uso pessoal;
- Manter contato por meio de visitas periódicas ao INTERNO/ABRIGADO, em intervalos preferencialmente não superiores a 1(um) mês;
- Informar à CONVENIENTE, de imediato, toda mudança de endereço e ou telefones seus e dos demais dados e de contato familiares apresentados junto da Ficha de Inscrição;

DA CONVENIENTE:

CLÁUSULA TERCEIRA - Caberá à CONVENIENTE:

I. Manter padrões de habitação compatíveis com as necessidades dos idosos atendidos, bem como provê-los com alimentação regular e higiene indispensável às normas sanitárias e com estas condizentes, sob pena da Lei, conforme estabelecimento no § 3º do art. 37 e inciso I do Parágrafo Único do art. 48 da Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003.

II. Oferecer atendimento de moradia digna adotando os princípios estabelecidos no art. 49 da Lei nº 10.741 de 1º de outubro de

2003, conforme descrito abaixo:

- Preservação dos vínculos familiares, com suporte do Setor de Assistência Social do CONVENIADO para localização dos familiares e transporte das visitas quando necessário;
- Atendimento personalizado e em pequenos grupos;
- Manutenção do idoso na mesma instituição, salvo em casos de força maior;
- Participação do idoso nas atividades comunitárias, de caráter interno e externo;
- Observância dos direitos e garantia dos idosos;
- Preservação da identidade do idoso e oferecimento de ambientes de respeito e dignidade.

III. Primar pelo pleno cumprimento de suas obrigações segundo o que estabelece o art. 50 da Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003, conforme descrito abaixo:

- Observar os direitos e as garantias de que são titulares os idosos expressos em lei;
 - Fornecer alimentação suficiente;
 - Oferecer instalação física em condições adequadas de habitabilidade;
 - Diligenciar no sentido da preservação dos vínculos familiares, com suporte do Setor de Assistência Social do CONVENIADO para localização dos familiares e transporte das visitas quando necessário;
 - Oferecer acomodação apropriada para recebimento de visitas;
 - Proporcionar cuidados a saúde, conforme a necessidade do idoso;
 - Promover atividades educacionais, esportivas, culturais e de lazer;
 - Propiciar assistência religiosa àqueles que desejem;
 - Comunicar à autoridade competente de saúde toda ocorrência de idoso portador de doença infectocontagiosa;
 - Providenciar ou solicitar que o Ministério Público requirite os documentos necessários ao exercício da cidadania àqueles que não tiverem, na forma da lei;
 - Manter arquivos de anotações onde constem data e circunstância do atendimento, nome do idoso, responsável, parentes, endereço, cidade, relação de seus pertences e demais dados que possibilitem sua identificação e a individualização do atendimento;
 - Comunicar ao Ministério Público, para as providências cabíveis, a situação de abandono moral ou material por parte dos familiares;
 - Garantir convivência comunitária;
 - Provisão das necessidades de saúde da pessoa idosa, com atendimento básico no ESF do qual a Associação faz parte.
- IV. Promover a fiel aplicação dos recursos recebidos, com o pagamento das despesas previstas no objeto deste instrumento;
- V. Prestar contas das parcelas recebidas, até o 10º dia útil subsequente ao recebimento, mediante emissão de respectivo recibo, para recebimento das parcelas subsequentes;
- VI. Comunicar, prévia e imediatamente ao Município CONVENIADO, qualquer alteração havida, inerente ao presente instrumento.

IV - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

CLÁUSULA QUARTA - O presente Convênio será custeado pelo pagamento mensal de R\$ 1.960,00 (hum mil e novecentos e sessenta reais) podendo ser utilizada a quantia de 70% (setenta por cento) do valor do benefício do idoso, quando este possuir benefício, cabendo ao CONVENIADO arcar com o valor excedente, bem como também quando o idoso tiver um desconto consignado ao benefício ficará a cargo do Município o pagamento da diferença descontada, assegurado o cumprimento dos direitos e obrigações das partes expressas neste Convênio.

CLÁUSULA QUINTA - As partes convencionam, que a data base de correção do valor é sempre o mês de janeiro de cada ano, (data de reajuste/revisão dos Convênios de abrigamento firmados pela CONVENIENTE), sendo que o índice de correção será a média entre a inflação aferida pelo IGPM-FGV e o aumento do custo efetivo

total do serviço pelo CONVENIENTE, formulado por meio de planilha própria, sendo comunicado o CONVENIADO por meio de ofício para ajuste do valor.

DA DOTAÇÃO

CLÁUSULA SEXTA - As despesas provenientes da execução deste Convênio correrão por conta da dotação orçamentária: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - Atividade: 12.002.08.241.0026.2087 - Administração e Execução do Fundo do Idoso - Categoria Econômica - 3.3.50 - Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos - Fonte: 00 - Recursos Ordinários - Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos Ordinários.

V - DA RESCISÃO

CLÁUSULA SÉTIMA - Poderá o presente instrumento ser rescindido pelo CONVENIADO, desde que motivada e mediante aviso por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência.

CLÁUSULA OITAVA - A rescisão motivada pela CONVENIENTE deve ser avisada previamente ao CONVENIADO e encaminhada por escrito para a Secretaria Municipal de Assistência Social num prazo mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência;

CLÁUSULA NONA - Caso o CONVENIADO já tenha realizado o pagamento pelo serviço e mesmo assim, requisiute a rescisão do presente contrato, terá o valor da quantia paga devolvido, deduzindo-se 1% de taxas administrativas, desde que fiquem quitados os valores do período de internamento.

VI - DO PRAZO

CLÁUSULA DÉCIMA - O presente Convênio terá vigência de até 12 (doze) meses, podendo o mesmo ser rescindido e/ou prorrogado por igual período a qualquer tempo, com início de vigência em 01 de janeiro de 2017.

VII - DAS CONDIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Fica pactuado entre o CONVENIADO e a CONVENIENTE, a ausência de qualquer tipo de relação de subordinação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Salvo com a expressa autorização do CONVENIADO, não pode a CONVENIENTE transferir ou subcontratar os serviços previstos neste instrumento, sob o risco de ocorrer à rescisão imediata.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Qualquer modificação que afete os termos, condições ou especificações do presente TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA FINANCEIRA, deverá ser objeto de alterações por escrito com consentimento de ambas as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Fica autorizada a possibilidade do idoso ABRIGADO, ser fotografado ou filmado para uso de imagem em arquivo interno, bem como em publicação e/ou veiculação através de site ou redes sociais do CONVENIENTE, veiculação destas imagens/vídeos pela imprensa ou em outro material institucional ou de mídia.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - O presente instrumento não assegura ao CONVENIADO qualquer direito de VAGA, sendo que para cada idoso ABRIGADO, deverá ser previamente solicitado à CONVENIENTE sobre a existência ou não de vaga para acolhimento.

VIII - DAS OBRIGAÇÕES DO ABRIGADO(A)-INTERNO(A)

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - O ABRIGADO também assume perante o CONTRATADO, obrigações de:

I. Manter comportamento condizente e adequado dentro do que preconiza as normas previstas no Estatuto do Idoso e demais normas aplicáveis;

II. Obedecer ao regulamento interno da instituição;

III. Autoriza desde já sua participação no custeio da mensalidade, com o valor de até no máximo 70% (setenta por cento) de seu benefício de Assistência Social (LOAS) e/ou previdenciário de Aposentadoria/Pensão.

IX - DOS IMPREVISTOS

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Declara o CONVENIADO, que está ciente das condições que o ABRIGADO se encontra, podendo ocorrer que o ABRIGADO não de adapte dentro da instituição já que a mesma tem rotinas e normas estabelecidas, e que, também, pode haver ocorrências imprevistas tais como: choro, depressão, agressividade, lesões, tristeza, doenças, quedas, quedas com fraturas ou hematomas, aborrecimentos, entre outras, inclusive até mesmo tentativa de suicídio e/ou óbito.

§ 1º - Sempre que houver alguma ocorrência, ou seja, qualquer fato que venha a criar qualquer desconforto ao ABRIGADO a CONVENIENTE está autorizado a tomar as providências necessárias por primeiro, sendo que após entrará em contato com o CONVENIADO na pessoa do responsável/representante, inclusive este declara estar ciente que poderá ser a qualquer dia e horário.

§ 2º - Em caso de ocorrência do óbito do ABRIGADO, o CONVENIADO por meio do representante/responsável será comunicado devendo este custear todas as despesas com os serviços do funeral.

X - DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas de presente Convênio, as partes elegem o foro da Comarca de Curitiba(SC).

E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firmou-se o presente TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA FINANCEIRA, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas a tudo inteiradas.

Luzerna(SC), 27 de dezembro de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

CONVENIADO

RG: 11/C-3.427.769

CPF: 024.651.199-07

Fone: (49) 3551-4700

DANIEL MARTARELLO

Presidente da ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE FREI ROGÉRIO

CONVENIENTE

RG: 1.064.677

CPF: 384.675.509-53

Fone: (49) 3245-0425

TESTEMUNHAS:

1.	2.
Nome: ADILES BEAL	Nome: _____
RG: 11/C-741.681	RG: _____
CPF: 014.922.999-28	CPF: _____
Fone: (49) 3522 7836	Fone: (49) _____

Macieira

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0015/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0015/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0048/2016

O Prefeito Municipal de Macieira/SC, o Sr. EMERSON ZANELLA, através da Prefeitura Municipal de Macieira/SC, torna pública a Dispensa de Licitação nº 0015/2016 para a contratação direta dos serviços e fornecimento de materiais para manutenção da iluminação pública do Município de Macieira, Através do CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA, em conformidade com o artigo 24, XXVI da Lei 8666/93 e alterações subsequentes.

Contrato Administrativo nº 0045/2016

Vigência do Contrato: 31/12/2017

Valor Total do Contrato: R\$ 19.800,00 (dezenove mil e oitocentos reais), conforme aprovação da Assembléia Geral.

Pagamento: Em até 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços, entrega e emissão da Nota Fiscal.

Macieira, 26 de dezembro de 2016.

Rejane Spanholo Abraão

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

PUBLICAÇÃO RESUMIDA — CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0046/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Prefeitura Municipal de Macieira. Contrato Administrativo nº 0046/2016. Objeto: Entrega de recursos financeiros a serem disponibilizados pelo CONTRATANTE ao Consórcio Público CONTRATADO para atendimento do objeto do Contrato de Programa especificado na cláusula primeira, relativo ao Rateio Fixo das Despesas do "Programa Integrado de Ações de Proteção e Gestão do Meio Ambiente – PROAMA", previamente aprovado em Assembléia Geral do Consórcio, para o exercício de 2017, na ação: Manutenção do Desenvolvimento da Preservação e Conservação Ambiental.

Contratada: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA.

Valor de despesas fixas: R\$ 13.041,60 (treze mil quarenta e um reais com sessenta centavos).

Vigência: Até 31/12/2016.

Macieira, 26 de dezembro de 2016.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO RESUMIDA — CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0044/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Prefeitura Municipal de Macieira. Contrato Administrativo nº 0044/2016. Objeto: Licença de uso do software ESCOLAVIANET® – SISTEMA DE GESTÃO ESCOLAR, com a prestação dos serviços de suporte, atualização e atendimento técnico, para o exercício de 2017.

Contratada: CONTROLLER TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA ME

Valor de despesas fixas: R\$ 3.435,24 (três mil quatrocentos e trinta e cinco reais com vinte e quatro centavos), divididos em iguais parcelas mensais. Vigência do Contrato: Até 31/12/2017.

Macieira, 26 de dezembro de 2016.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO RESUMIDA — CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0047/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Prefeitura Municipal de Macieira. Contrato Administrativo nº 0047/2016. Objeto: Entrega de recursos financeiros a serem disponibilizados pelo CONTRATANTE ao Consórcio Público CONTRATADO para atendimento do objeto do Contrato de Programa especificado na cláusula primeira, relativo ao Rateio Fixo das Despesas para desenvolvimento dos Projetos e Ações do Programa de Licitações Compartilhadas - PROLICITA", previamente aprovado em Assembléia Geral do Consórcio, para o exercício de 2017, na ação: Desenvolvimento e Gestão de contratações compartilhadas.

Contratada: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA.

Valor de despesas fixas: R\$ 27.456,00 (vinte e sete mil quatrocentos e cinquenta e seis reais).

Vigência: Até 31/12/2016.

Macieira, 27 de dezembro de 2016.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Maracajá

PREFEITURA

LEI 1079/2016

LEI Nº 1079 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

ACRESCENTA PARÁGRAFO ÚNICO AO ART. 19 DA LEI 985, DE 12 DE JUNHO DE 2014, "DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ, ESTABELECE NORMAS GERAIS DE ENQUADRAMENTO, INSTITUI TABELA DE VENCIMENTOS", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município de Balneário Arroio do Silva, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O Art. 19 da Lei nº 985, de 12 de junho de 2014 que "DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ, ESTABELECE NORMAS GERAIS DE ENQUADRAMENTO, INSTITUI TABELA DE VENCIMENTOS", passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

" Art. 19

Parágrafo único. Excetua-se do disposto no caput deste Artigo o Servidor que atingir o Teto Salarial em razão das Normas Gerais de Enquadramento, concedendo-o o percentual de 2%(dois por cento) ano a ano sobre a Remuneração do Cargo a título de Progressão Funcional por Tempo de Serviço e Desempenho até a sua vagância que será automaticamente extinto."(NR)

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.

Art. 3º Fica o Departamento de Pessoal encarregado de proceder às anotações e aos procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento da presente Lei.

Art. 4º Permanecem inalteradas as demais disposições estabelecidas na Lei nº 985, de 12 de junho de 2014.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 22 de Dezembro de 2016.

Wagner da Rosa Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração em 22 de Dezembro de 2016.

Rosane Savi Costa
Secretária de Administração

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 895/2016

DECRETO Nº 895, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016

Dispõe sobre a baixa de dívida junto ao Departamento de Tributação e Fiscalização do Município de Maravilha/SC e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto autorizado o Setor de Tributação a proceder à baixa de dívida em decorrência da Lei Complementar nº 10/2003, Lei Municipal nº 2.918/2004, art. 25 da Lei Municipal nº 1.942/1993, Lei Municipal nº 3.001/2005 e Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 25/2009, conforme relação e valores abaixo discriminados:

Cadastro	Contribuinte	Ano	Imposto	Valor R\$
452800-0	AIRTO PROVENZI	2015	IPTU	272,99
902600-0	ARI KRIESER	2015	IPTU	300,88
20900-0	DANIEL GUDIEL	2014 e 2015	IPTU	868,24
144400-0	GEMA R. POSSAMAI/ALDO POSSAMAI	2015	IPTU	284,54
35700-0	ITO BREUNIG	2015	IPTU	232,23
477300-0	JOÃO A. SEHN/MARLENE SEHN	2015	IPTU	70,00
477300-0	JOÃO A. SEHN/MARLENE SEHN	2008 a 2009	C. MEL.	1.286,85
118800-0	AMBROSIO BATISTELLO	2010	C. MEL.	2.319,90
275700-0	DILCEO SPADER	2009 a 2011	C. MEL.	1.613,67
469500-0	IRINEU WOLFART	2012 a 2013	C. MEL.	2.301,45
246900-0	ORLANDO GRELLMANN	2008	C. MEL.	298,85
252100-0	ORLANDO GRELLMANN	2008	C. MEL.	321,55
407502-0	ANTONIA SIBILA SCHWERTZ	2010 a 2012	C. MEL.	2.762,40
51300-0	AUTOMOVEIS MARAVILHA LTDA	2008	C. MEL.	1.787,81
50800-0	AUTOMOVEIS MARAVILHA LTDA	2008	C. MEL.	5.050,12
115400-0	JOCELI M. MALLMANN NEUNFELD	2010 a 2012	C. MEL.	2.755,20
4142	PIMENTA DOCE COM. DE CALÇ. LTDA	2015	ISSRE	72,54
50200-0	LENOIR FOLMER	1995 e 1996	IPTU	1.739,93

Art. 2º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 26 de dezembro de 2016.

SANDRO DONATI

Registrado e publicado na data supra.

Prefeito Municipal Em Exercício

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

PROCESSO LICITATÓRIO N. 124/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Processo Licitatório n. 124/2016 Modalidade de Pregão Presencial n. 037/2016

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Interino do Município de Maravilha - SC, SANDRO DONATI, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de jardinagem para o Município de Maravilha – SC, cujo processo licitatório é regido pela Lei n. 10.520/02, Lei Complementar Federal n.123/06, subsidiariamente pela Lei n. 8.666/93 e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até às 14 horas do dia 11 de janeiro de 2017, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 13 h às 19 horas. Maravilha - SC, 27 de dezembro de 2016. SANDRO DONATI – Prefeito Interino de Município de Maravilha.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 125/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Administrativo n. 125/2016

Inexigibilidade n. 044/2016

Contratada: Soc. Beneficente Hospitalar Maravilha

Valor global: 2.255.303,40

Contrato Administrativo n. 081/2016

Vigência: 31/12/2017.

O Senhor Prefeito Interino do Município de Maravilha - SC, SANDRO DONATI, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que deflagrou processo de inexigibilidade para contratação de serviços de plantão médico-hospitalar, para o ano de 2017. Município de Maravilha - SC, 27 de dezembro de 2016. SANDRO DONATI – Prefeito Interino do Município de Maravilha.

Modelo

PREFEITURA

CONTRATO 040-2014 - TERMO ADITIVO 04-2016 - NEXO SOLUÇÕES - PRAZO

TERMO ADITIVO Nº 004/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 040/2014

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 040/2014, QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE MODELO E A EMPRESA NEXO SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA ME, NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93, OBJETIVANDO A ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA QUARTA DO CONTRATO SUPRA CITADO.

Termo Aditivo Contratual, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua do Comércio nº 1304, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.021.832/0001-11, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor RICARDO LUIS MALDANER, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa NEXO SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA ME, neste ato representada pelo Senhor JORGE LUIS KAMMLER, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Processo de Licitação Nº 357/2014 – Pregão nº 010/2014, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO

Fica aditado o contrato nº 040/2014 de 31.03.2014, constante da Cláusula Quarta, com a PRORROGAÇÃO da vigência. O prazo de vigência deste Contrato Administrativo será de mais 12 (doze) meses, contado a partir do dia 1º de janeiro de 2017 e terminando em 31/12/2017, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos de acordo com o estabelecido em Lei (Art. 57, incisos II e IV da 8.666/93), a critério e conveniência administrativa,

Que inicialmente, o término estava previsto para o dia 31 de dezembro de 2014; e com o Termo Aditivo nº 001/2014 de 29/12/2014 o prazo terminaria em 31/12/2015; e com o Termo Aditivo nº 003/2015 de 29/12/2015 o prazo terminaria em 31/12/2016; porém, com este aditivo de 12 (doze) meses o prazo terminará em 31 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente termo aditivo decorre de autorização da administração municipal, que faz parte integrante do presente do presente contrato, e encontra amparo legal nos artigos 57 e 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e Condições, firmadas inicialmente no Contrato Administrativo Nº 040/2014 de 31.03.2014.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de MODELO-SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Modelo (SC), aos 27 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE MODELO Ricardo Luís Maldaner Prefeito Municipal - Contratante	NEXO SOLUÇÕES INTEL. LTDA Jorge Luis Kammler Representante - Contratada
--	---

Testemunhas:

Nome:	Nome:
-------	-------

Visto

GILNEI ROBERTO VOGEL OAB/SC Nº 11.283 - Assessor Jurídico	
--	--

Navegantes

PREFEITURA

DECRETO Nº 246 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO Nº 246 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016
DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO SALDO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do art. 18, da Lei nº 3057 de 04/12/2015:

DECRETA:

Art. 1 º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder transferência do saldo do excesso de arrecadação da fonte de recursos abaixo discriminada até a importância de R\$ 50.771,71 (Cinquenta Mil, Setecentos e Setenta e Um Reais e Setenta e Um Centavos) para a seguinte dotação:

Fonte de Recursos: 10000 – Recursos Ordinários
17 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
03 – Diretoria de Pavimentações
26.782.0019 – 1.039 – Pavimentação de Vias Públicas
181 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 50.771,71

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 27 DE DEZEMBRO DE 2016.
Roberto Carlos de Souza
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 27 de Dezembro de 2016.

Nádia Bráz Bins
Secretária de Administração e Logística

EXTRATO CONTRATUAL Nº 081/2016 FMS - RETIFICADO DATA.

Prefeitura Municipal de Navegantes

Secretaria de Administração

Contrato Nº.: 081/2016 – RETIFICADO (data).

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: CELK SISTEMA LDA

CNPJ: 03.434.978/0001-50

Vigência : Início: 27/04/2016 Término: 27/04/2017 (12 meses).

Licitação : Tomada de Preço 68/2015.

Valor Total: R\$ 392.000,00

Recursos : Dotação: 2.093.3.3.90.00.00.00.00.00.

Objeto : TOMADA DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO PARA FORNECIMENTO DE SISTEMA PARA GESTÃO PÚBLICA DA SAÚDE, COMPREENDENDO SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS, GERENCIAMENTO DO BANCO DE DADOS, PRESTAÇÃO DE PLANEJAMENTO E IMPLANTAÇÃO COM INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, TREINAMENTO, CUSTOMIZAÇÃO, MIGRAÇÃO DE DADOS ORIUNDOS DE SISTEMAS LEGADOS, SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO CORRETIVA, EVOLUTIVA E LEGAL DO SOFTWARE DE GESTÃO PÚBLICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

Navegantes, 27 de abril de 2016.

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO 2º TA A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2016

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

EXTRATO ADITIVO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2016 – REGISTRO DE PREÇOS

2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

DETENTOR: BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUÇÕES LTDA ME

OBJETO: O objeto do presente Termo Aditivo de Ata de Registro de Preços, consiste no acréscimo do quantitativo para os itens 32, 33 e 34 referente ao objeto – AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMA E/OU CONSTRUÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE HABITAÇÃO QUE SERÁ DOADO ÀS FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL E QUE ESTEJAM COM SUAS RESIDÊNCIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO, PRECÁRIO E OU INSALUBRE, RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC

Fundamento Legal: fundamento no item 6.8 e 7.3 da referida ata, no artigo 65, II § 1º da Lei 8.666/93, no artigo 11 do Decreto Municipal Nº 1.694/2009 e na vigência da Ata que é até o dia 30/11/2017.

VALOR: R\$ 441,20 (Quatrocentos e quarenta um reais e vinte centavos).

Novo Horizonte/SC, em 26 de Dezembro de 2016 – Pregoeiro-ARNO GOLDSCHMIDT

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL FMS Nº 001/16

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

EXTRATO HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 001/2016

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 001/2016 - SRP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 001/2016

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 27/12/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

OBJETO: O objeto do presente Edital é a seleção de propostas para a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviço hospitalar de Plantão e Emergência médica para atendimento dos Municípios de Novo Horizonte, no âmbito das especialidades da Instituição contratada, incluindo os serviços de Plantão em Obstetrícia, através do seu corpo clínico e em suas dependências e instalações, com vistas a complementar a rede de atendimento hospitalar SUS e demais condições constante nos anexos do presente edital;

CONTRATADO: FUNDAÇÃO HOSPITALAR SÃO LOURENÇO

VALOR DA DESPESA: R\$ 746,48 (Setecentos e quarenta e seis reais e quarenta e oito centavos) ref. a 02 atendimentos.

DATA: 27/12/2016 - DIRCEU MEZOMO - Secretario De Saude E Promoção Social/gestor Fms.

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 036/16 - PR Nº 023/16

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2016

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 26/12/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMA E/OU CONSTRUÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE HABITAÇÃO QUE SERÁ DOADO ÀS FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL E QUE ESTEJAM COM SUAS RESIDÊNCIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO, PRECÁRIO E OU INSALUBRE, RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme quantitativos estimados e especificações constantes do Edital e seus anexos.

CONTRATADO: BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 441,20 (Quatrocentos e quarenta um reais e vinte centavos).

DATA: 26/12/2016 - ELI MARIOTT - Prefeito Municipal.

RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO TA 001 AO CA Nº 001/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO TERMO ADITIVO, PUBLICADO EM 26/12/2016 – DOM/SC, Edição nº 2153, página 369 no item Valor.

Termo Aditivo Nº : 001 ao Contrato Administrativo Nº: 001/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada...: CONSORCIO DE INFORMATICA NA GESTAO PUBLICA MUNICIPAL - CIGA

Valor : 5.880,00 (Cinco mil oitocentos e oitenta reais).

Vigência : Início: 23/12/2016 Término: 31/12/2017

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 12/2015

Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00 (12)

Objeto : O presente termo aditivo estabelece a prorrogação do Contrato Administrativo n.º 001/2016, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, sendo sua vigência até 31 de dezembro de 2017 –Prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pela

CONTRATADA, que disponibiliza:-Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC;-2.Gestão Tributária - Gestão do Cadastro Integral Municipal (GCIM);-3.Gestão Tributária - Gestão do Simples Nacional.

Novo Horizonte/SC, em 27 de Dezembro de 2016 – Eli Mariott – Prefeito Municipal

Ouro

PREFEITURA

TERMO DE DOAÇÃO COM ENCARGOS Nº 24143/2016

TERMO DE DOAÇÃO COM ENCARGOS Nº 24143/2016

Que entre si celebram a UNIÃO, por intermédio do MINSITÉRIO DAS MULHERES. DA IGUALDADE RACIAL E DOS DIREITOS HUMANOS e a PREFEITURA DE OURO/SC

DO OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo a doação, MINISTERIO DAS MULHERES. DA IGUALDADE RACIAL E DOS DIREITOS HUMANOS, de bens móveis, cujas características constam do Anexo a este Termo, para serem utilizados exclusivamente na execução das atribuições legais do Conselho Tutelares do Município de OURO/SC.

DESCRIÇÃO DO BEM: Impressora Funcional Marca Samsung, Modelo SL-M3375FD

VALORES: R\$ 1.645,00 (um mil, seiscentos e quarenta e cinco reais).

DATA DE ASSIANTURA: 27/12/2016.

Ouro Verde

PREFEITURA

EXTRATO ADITIVO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO AO ADITIVO I DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO Nº. 0041/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: HYPER NET TELECOMUNICAÇÕES LTDA – ME

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE ACESSO À INTERNET, NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS. Onde se lê 30/03/2016 á 31/12/2016 .Passa a ser Vigência de 30/03/2016 á 30/03/2017. Amparo legal, Lei Federal nº. 8.666/93 Ouro Verde, 20 de dezembro de 2016. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE DE RETIFICAÇÃO AO ADITIVO I DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO Nº. 0042/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADO: HYPER NET TELECOMUNICAÇÕES LTDA – ME

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE ACESSO À INTERNET, NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS. Onde se lê 30/03/2016 á 31/12/2016 .Passa a ser Vigência de 30/03/2016 á 30/03/2017. Amparo legal, Lei Federal nº. 8.666/93 Ouro Verde, 20 de dezembro de 2016. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE DE RETIFICAÇÃO AO ADITIVO I DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO Nº. 0043/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: HYPER NET TELECOMUNICAÇÕES LTDA – ME

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE ACESSO À INTERNET, NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS. Onde se lê 30/03/2016 á 31/12/2016 .Passa a ser Vigência de 30/03/2016 á 30/03/2017. Amparo legal, Lei Federal nº. 8.666/93 Ouro Verde, 20 de dezembro de 2016. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal

Palma Sola

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 105/2016

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 105/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PALMA SOLA

CONTRATADA: DARIVA FOGOS E PESCA LTDA-ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE FOGOS DE ARTÍFICIOS

VALOR TOTAL: 35.368,00

VIGÊNCIA: 31/12/2016

ASSINATURA: 23/12/2016

FUNDAMENTADO: Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.

Domingos Lirio Locatelli

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 106/2016

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 106/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PALMA SOLA

CONTRATADA: OK EVENTOS E MONTAGEM LTDA - ME

OBJETO: LOCAÇÃO DE ESTRUTURA COMPLETA PARA REALIZAÇÃO DE SHOW COM CARLOS E JADER

VALOR TOTAL: 23.140,00

VIGÊNCIA: 31/12/2016

ASSINATURA: 27/12/2016

FUNDAMENTADO: Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.

Domingos Lirio Locatelli

Prefeito Municipal

Palmitos

PREFEITURA

LEI 3.940/2016

LEI Nº. 3.940/2016.
De 23 de dezembro de 2016.

DECLARA BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS DO PATRIMÔNIO MUNICIPAL E AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROMOVER A SUA DESTINAÇÃO ADEQUADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município de Palmitos – SC, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:

Art. 1º Ficam declarados inservíveis os bens móveis pertencentes ao patrimônio municipal, descritos nos anexos desta Lei.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a promover a destinação adequada dos bens móveis inservíveis relacionados nos anexos desta Lei.

Art. 3º Os valores mínimos dos bens declarados inservíveis serão os considerados no laudo de avaliação da Comissão nomeada pelo Prefeito.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, em 23 de dezembro de 2016.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Paulino Parisotto

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

ANEXO I

Equipamentos de informática/eletrônicos

Quant.	nº de Pat.	Descrição	Qualificação
01	3609	MICROCOMPUTADOR AMD DURON	Irrecuperável
01	3976	ESTABILIZADOR MARCA STABILUX	Irrecuperável
01	4026	IMPRESSORA MATRICIAL MARCA EPSON LX 300	Irrecuperável
01	4034	ESTABILIZADOR MARCA SMS	Irrecuperável
01	4056	IMPRESSORA MARCA APOLLO	Irrecuperável
01	4058	ESTABILIZADOR MARCA PHOENIX	Irrecuperável
01	4095	ESTABILIZADOR MARCA PHOENIX	Irrecuperável
01	4405	IMPRESSORA MARCA HP 840C	Irrecuperável
01	4485	IMPRESSORA MARCA HP 840C	Irrecuperável
01	4928	MICROCOMPUTADOR	Irrecuperável
01	5301	MONITOR LABORATORIO	Irrecuperável
01	5364	MICROCOMPUTADOR INTEL CELERON 2.53GHZ 504MB	Irrecuperável
01	5378	IMPRESSORA MATRICIAL MARCA EPSON FX 2190	Irrecuperável
01	5427	ESTABILIZADOR MARCA ENERMAX	Irrecuperável
01	5645	ESTABILIZADOR MARCA SMS	Irrecuperável
01	5890	ESTABILIZADOR MARCA ENERMAX	Irrecuperável

01	5931	MICROCOMPUTADOR INTEL PENTIUM DUAL 1.80 GHZ 1GB	Irrecuperável
01	5932	MONITOR LCD MARCA AOC 17 POL	Irrecuperável
01	5970	MICROCOMPUTADOR INTEL CELERON 2.53 GHZ 224MB	Irrecuperável
01	5971	MONITOR MARCA SAMSUNG 15 POL	Irrecuperável
01	5972	ESTABILIZADOR MARCA SMS	Irrecuperável
01	6107	IMPRESSORA MARCA HP 840C	Irrecuperável
01	6163	NOBREAK MARCA SMS	Irrecuperável
01	6226	ESTABILIZADOR MARCA SMS	Irrecuperável
01	6228	IMPRESSORA MARCA HP 840C	Irrecuperável
01	6246	ESTABILIZADOR MARCA FORCELINE	Irrecuperável
01	6257	ESTABILIZADOR MARCA SMS	irrecuperável
01	6297	IMPRESSORA MARCA HP LASER JET 1018	Irrecuperável
01	6340	ESTABILIZADOR MARCA SMS	Irrecuperável
01	6347	MICROCOMPUTADOR	Irrecuperável
01	6349	ESTABILIZADOR MARCA SMS	Irrecuperável
01	6350	ESTABILIZADOR MARCA SMS	Irrecuperável
01	6362	ESTABILIZADOR MARCA PHOENIX	Irrecuperável
01	6373	MICROCOMPUTADOR SERVIDOR NET	Irrecuperável
01	6375	ESTABILIZADOR MARCA SMS	Irrecuperável
01	6377	MONITOR MARCA LG 17 POL	Irrecuperável
01	6386	MONITOR MARCA SAMSUNG 17 POL	Irrecuperável
01	6391	IMPRESSORA MARCA HP PSC 1410	Irrecuperável
01	6396	MONITOR MARCA AOC 15 POL	Irrecuperável
01	6402	MICROCOMPUTADOR INTEL CELERON 3.00GHZ	Irrecuperável
01	6412	ESTABILIZADOR MARCA SMS	Irrecuperável
01	6691	MICROCOMPUTADOR INTEL CELERON D	Irrecuperável
01	6705	ESTABILIZADOR MARCA SMS	Irrecuperável
01	6711	MICROCOMPUTADOR INTEL CELERON D POSITIVO	Irrecuperável
01	6713	ESTABILIZADOR MARCA MICROSOL	Irrecuperável
01	6718	MICROCOMPUTADOR INTEL CELERON 3.20GHZ 492MB	Irrecuperável
01	6723	MONITOR MARCA CCE 15 POL	Irrecuperável
01	6726	MICROCOMPUTADOR CCE INTEL CELERON D	Irrecuperável
01	6734	ESTABILIZADOR MARCA SMS	Irrecuperável
01	6735	ESTABILIZADOR MARCA BST 1200	Irrecuperável
01	6747	ESTABILIZADOR MARCA SMS	Irrecuperável
01	6820	MONITOR LCD MARCA AOC 17 POL	Irrecuperável
01	6822	ESTABILIZADOR MARCA SMS	Irrecuperável
01	6824	IMPRESSORA MARCA HP LASER JET 1020	Irrecuperável

01	6832	MONITOR LCD MARCA AOC 17 POL	Irrecuperável
01	6834	IMPRESSORA MATRICIAL MARCA EPSON LX 300	Irrecuperável
01	6869	MONITOR LCD AOC 17 POL	Irrecuperável
01	6873	ESTABILIZADOR MARCA SMS	Irrecuperável
01	6940	MICROCOMPUTADOR INTEL CELERON 2.80GHZ 480MB	Irrecuperável
01	6941	MONITOR MARCA PROVIEW 17 POL	Irrecuperável
01	6959	MICROCOMPUTADOR GENUINE INTEL 1.60 GHZ	Irrecuperável
01	7062	MICROCOMPUTADOR PENTIUM DUAL 1.80 GHZ	Irrecuperável
01	7065	ESTABILIZADOR MARCA SMS	Irrecuperável
01	7069	ESTABILIZADOR MARCA NHS	Irrecuperável
01	7084	MICROCOMPUTADOR COREO DUO 2.2 2GB	Irrecuperável
01	7200	MONITOR LCD MARCA AOC 17 POL	Irrecuperável
01	7223	MICROCOMPUTADOR	Irrecuperável
01	7233	MONITOR LCD "17" SANSUNG	Irrecuperável
01	7246	MICROCOMPUTADOR	Irrecuperável
01	7258	NOBREAK MARCA FORCELINE	Irrecuperável
01	7266	NOTEBOOK TELA DE "14" COM 1.6 GHZ, MEMORIA DE 2GB	Irrecuperável
01	7827	ESTABILIZADOR 300VA PRETO	Irrecuperável
01	7830	MONITOR LCD 17"	Irrecuperável
01	7876	MICROCOMPUTADOR, PROCESSADOR DUAL CORE 2.5GHZ	Irrecuperável
01	7882	MONITOR LCD 17"	Irrecuperável
01	7885	MONITOR LCD 17"	Irrecuperável
01	7893	ESTABILIZADOR 300 VA MARCA MICROSOL	Irrecuperável
01	7900	IMPRESSORA LASER HP 1005.	Irrecuperável
01	7904	IMPRESSORA LASER HP 1005	Irrecuperável
01	7961	GABINETE PRETO 4 BAIAS COM FONTE, MOUSE ÓPTICO, HD WD 320 GB 7200 RPM 8 MB, CAIXA DE SOM	Irrecuperável
01	7962	MONITOR LCD 17"	Irrecuperável
01	7967	AUTOTRAFO UNIVERSAL BIVOLT 1050VA	Irrecuperável
01	7971	AUTOTRAFO UNIVERSAL BIVOLT 1050VA	Irrecuperável
01	8072	ESTABILIZADOR 300 VA	Irrecuperável
01	8073	MICROCOMPUTADOR COM PROCESSADOR CORE 2 QUAD	Irrecuperável
01	8075	ESTABILIZADOR 300VA	Irrecuperável
01	8086	MICROCOMPUTADOR COM PROCESSADOR INTEL CORE 2 QUAD	Irrecuperável
01	8092	MONITOR LCD 18.5" MARCA ACER	Irrecuperável
01	8095	ESTABILIZADOR 300VA	Irrecuperável
01	8097	ESTABILIZADOR 300VA	Irrecuperável
01	8112	ESTABILIZADOR 300VA	Irrecuperável

01	8154	ESTABILIZADOR NHS 300W	Irrecuperável
01	8257	IMPRESSORA DESKEJET HP D2460/D1660	Irrecuperável
01	8298	MONITOR LCD 17"	Irrecuperável
01	8519	MICROCOMPUTADOR CORE I3 3.10GHZ, HDD SEAGATE 500GB, GABINETE COLETEK	Irrecuperável
01	8520	MICROCOMPUTADOR CORE I3 3.10GHZ, HDD SEAGATE 500GB, GABINETE COLETEK	Irrecuperável
01	8521	MICROCOMPUTADOR CORE I3 3.10GHZ, HDD SEAGATE 500GB, GABINETE COLETEK	Irrecuperável
01	8522	MICROCOMPUTADOR CORE I3 3.10GHZ, HDD SEAGATE 500GB, GABINETE COLETEK	Irrecuperável
01	8523	MICROCOMPUTADOR CORE I3 3.10GHZ, HDD SEAGATE 500GB, GABINETE COLETEK	Irrecuperável
01	8524	MONITOR LCD 18.5" MARCA AOC	Irrecuperável
01	8525	MONITOR LCD 18.5" MARCA AOC	Irrecuperável
01	8526	MONITOR LCD 18.5" MARCA AOC	Irrecuperável
01	8527	MONITOR LCD 18.5" MARCA AOC	Irrecuperável
01	8528	MONITOR LCD 18.5" MARCA AOC	Irrecuperável
01	8550	MONITOR LCD 18.5" MARCA AOC	Irrecuperável
01	8551	MONITOR LCD 18.5" MARCA AOC	Irrecuperável
01	8558	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL HP	Irrecuperável
01	8575	ESTABILIZADOR 300 WATS SPEED BIVOLT MARCA SMS	Irrecuperável
01	8578	ESTABILIZADOR 300 WATS SPEED BIVOLT MARCA SMS	Irrecuperável
01	8601	ESTABILIZADOR 300 WATS SPEED BIVOLT MARCA SMS	Irrecuperável
01	8606	MONITOS LCD 18.5" MARCA AOC	Irrecuperável
01	8610	ESTABILIZADOR 300 WATS SPEED BIVOLT MARCA SMS	Irrecuperável
01	8705	IMPRESSORA MULTIFUNCIONALMARCA HP	Irrecuperável
01	8751	NOTEBOOK, PROCESSADOR CORE 2 DUO CACHE 2 MB, HD 320GB, MEMORIA RAM 4GB, DDR3, TELA DE 14 POLEGADAS, MARCA POSITIVO.	Irrecuperável
01	8832	ESTABILIZADOR 300 WATS SPEED BIVOLT MARCA	Irrecuperável
01	8850	ESTABILIZADOR 300 VA PRETO MARCA ADF-TRONIK	Irrecuperável
01	8855	MICROCOMPUTADOR COM GABINETE ATX 4 BAIAS, GRAVADOR DE DVD E CD, HD 500GB, PROCES- SADOR AMD PHENOM II X4 840 3.2 2MB AM3, COM MOUSE OPTICO, TECLADO E CAIXAS DE SOM	Irrecuperável
01	8856	MICROCOMPUTADOR COM GABINETE ATX 4 BAIAS, GRAVADOR DE DVD E CD, HD 500GB, PROCES- SADOR AMD PHENOM II X4 840 3.2 2MB AM3, COM MOUSE OPTICO, TECLADO E CAIXAS DE SOM	Irrecuperável
01	8861	ESTABILIZADOR 300 VA PRETO MARCA MAGNETICS	Irrecuperável
01	8862	ESTABILIZADOR 300 VA PRETO MARCA MAGNETICS	Irrecuperável
01	8863	MONITOR LCD 18.5" MARCA AOC	Irrecuperável
01	8864	MICROCOMPUTADOR COM GABINETE ATX 4 BAIAS, GRAVADOR DE DVD E CD, HD 500GB, PROCES- SADOR AMD PHENOM II X4 840 3.2 2MB AM3, COM MOUSE OPTICO, TECLADO E CAIXAS DE SOM	Irrecuperável
01	8889	IMPRESSORA HP DESKJET NA COR PRETA.	Irrecuperável
01	9015	MICRO COMPUTADOR, AMD X 4 3.0 500HD DE MEMORIA, 4 GB, KIT GABINETE MAUSE TECLADO, CX SOM, GRAVADOR DE DVD, FONTE ATX 500W	Irrecuperável
01	9063	MONITOR AOC 18.5 LED	Irrecuperável
01	9091	MONITOR LCD 18.5" MARCA AOC	Irrecuperável
01	9408	MICROCOMPUTADOR COM PROCESSADOR COM 04 NÚCLEOS, CAPACIDADE MÁXIMA ATÉ 16GB DE MEMÓRIA DDR3, COM TECLADO, MOUSE E CAIXAS DE SOM.	Irrecuperável
01	9425	ESTABILIZADOR 300 WATS MARCA SMS	Irrecuperável

01	9465	IMPRESSORAMULTIFUNCIONAL MARCA HP MODELO F4480	Irrecuperável
01	9496	MICROCOMPUTADOR COM GABINETE ATX 4 BAIAS, GRAVADOR DE DVD E CD, HD 500GB, PROCES- SADOR AMD PHENOM II X4 840 3.2 2MB AM3, COM MOUSE OPTICO, TECLADO E CAIXAS DE SOM	Irrecuperável
01	9716	MONITOR LED 18.5"	Irrecuperável
01	10521	MICROCOMPUTADOR, COM MONITOR, TECLADO E CAIXAS DE SOM	Irrecuperável
01	10522	MICROCOMPUTADOR, COM MONITOR, TECLADO E CAIXAS DE SOM	Irrecuperável

ANEXO II
Mobiliário escolar

Quant.	nº. de Pat.	Descrição	Qualificação
01	30	CADEIRA PRE-ESCOLAR EM MADEIRA	Inservível
01	35	CADEIRA PRE-ESCOLAR EM MADEIRA	Inservível
01	40	CADEIRA PRE-ESCOLAR EM MADEIRA	Inservível
01	366	CARTEIRA ESCOLAR EM MADEIRA	Inservível
01	401	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	434	CADEIRA ESCOLAR EM MADEIRA	Inservível
01	491	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	590	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	684	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	1211	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	1521	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	1560	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	1566	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	1582	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	1595	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	1599	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	1613	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	1653	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	1665	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	1673	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	1697	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	1700	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	1704	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	1706	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	1708	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	1725	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	1731	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	1750	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	1760	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	1764	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível

01	1765	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	1792	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	1800	MESA P/ PROFESSOR EM MADEIRA 3 GAVETAS	Inservível
01	1802	QUADRO NEGRO	Inservível
01	1812	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	1822	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	1823	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	1829	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	1832	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	1837	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	1855	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	1856	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	1864	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	1886	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	1929	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	1935	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	1958	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	1983	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	2006	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	2017	QUADRO NEGRO	Inservível
01	2079	MESA P/PROFESSOR EM MADEIRA 3 GAVETAS	Inservível
01	2099	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	2114	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	2134	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	2241	CADEIRA PRÉ-ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	2256	CADEIRA PRÉ-ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	2275	CADEIRA PRÉ-ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	2281	MESA PRÉ-ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	2374	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	2442	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	2463	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	2466	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	2475	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	2492	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	2537	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	2544	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	2567	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	2573	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível

01	2707	MESA PRE-ESCOLAR EM MADEIRA	Inservível
01	2761	BERÇO EM MADEIRA	Inservível
01	2764	BERÇO EM MADEIRA	Inservível
01	2776	BERÇO EM MADEIRA	Inservível
01	2867	CADEIRA PRE-ESCOLAR EM MADEIRA	Inservível
01	2877	CADEIRA PRE-ESCOLAR EM MADEIRA	Inservível
01	2889	BANQUINHO EM MADEIRA PARA REFEITÓRIO	Inservível
01	2890	BANQUINHO EM MADEIRA PARA REFEITÓRIO	Inservível
01	2915	CADEIRA PRE-ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	2917	CADEIRA PRE-ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	2922	CADEIRA PRE-ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	2931	CADEIRA PRE-ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	2944	BALCÃO EM MADEIRA 2 PORTAS DE CORRER/ TROCADOR	Inservível
01	2949	BANQUINHO EM MADEIRA	Inservível
01	2951	MESA PRE-ESCOLAR EM MADEIRA	Inservível
01	2958	MESA PRE-ESCOLAR EM MADEIRA	Inservível
01	2963	MESINHA EM MADEIRA PARA REFEITÓRIO	Inservível
01	2964	MESINHA EM MADEIRA PARA REFEITÓRIO	Inservível
01	2968	MESA PRE-ESCOLAR EM MADEIRA	Inservível
01	2977	MESA P/ REFEITÓRIO EM MADEIRA	Inservível
01	2978	MESA P/ REFEITÓRIO EM MADEIRA	Inservível
01	2979	MESA P/ REFEITÓRIO EM MADEIRA	Inservível
01	2980	MESA P/ REFEITÓRIO EM MADEIRA	Inservível
01	3151	QUADRO NEGRO	Inservível
01	3352	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	3371	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	3378	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	3394	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	3395	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	3406	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	3415	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	3421	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	3433	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	3437	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	3456	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	3467	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	3479	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	3495	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível

01	3499	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	3500	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	3503	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	3505	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	3529	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	3571	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	3776	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	3777	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	4014	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	4159	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	4166	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	4167	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	4590	CADEIRA PRÉ-ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	4593	CADEIRA PRÉ-ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	4599	CADEIRA PRÉ-ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	4609	CADEIRA PRÉ-ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	4618	CADEIRA PRÉ-ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	4619	CADEIRA PRÉ-ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	4620	CADEIRA PRÉ-ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	4626	CADEIRA PRÉ-ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	4663	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	4668	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	4681	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	4619	CADEIRA PRE-ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	4704	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	4713	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	4715	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	4720	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	4721	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	4722	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	4723	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	4724	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	4725	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	4727	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	4729	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	4730	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	4732	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	4734	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível

01	4735	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	4741	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	4763	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	4766	MESA PRÉ-ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	4767	MESA PRÉ-ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	4774	MESA PRÉ-ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	4835	CARTEIRA PRE-ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	4851	CARTEIRA PRE-ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	4852	CARTEIRA PRE-ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	4853	CARTEIRA PRE-ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	4864	CADEIRA PRE-ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	4865	CADEIRA PRE-ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	4867	CADEIRA PRE-ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	4874	CADEIRA PRE-ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	4877	CADEIRA PRE-ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	4878	CADEIRA PRE-ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	4912	CARTEIRA PRE-ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	4948	CARTEIRA PRE-ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	4949	CARTEIRA PRE-ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	4975	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	5104	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	5127	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	5140	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	5167	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	5189	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	5191	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	5204	CARTEIRA ESCOLAR EM MDF	Inservível
01	5223	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	5249	QUADRO BRANCO PARA SALA DE AULA	Inservível
01	5268	QUADRO BRANCO PARA SALA DE AULA	Inservível
01	5421	MESA P/ REFEITÓRIO EM MADEIRA	Inservível
01	5431	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	5434	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	5436	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	5438	CADEIRA PRE-ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	5453	CADEIRA PRE-ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	5457	CADEIRA PRE-ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	5458	CADEIRA PRE-ESCOLAR EM FORMICA	Inservível

01	5460	CADEIRA PRE-ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	5466	CADEIRA PRE-ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	5470	CADEIRA PRE-ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	5477	CADEIRA PRE-ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	5478	CADEIRA PRE-ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	5482	CARTEIRA PRE-ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	5483	CARTEIRA PRE-ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	5484	CARTEIRA PRE-ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	5491	CARTEIRA PRE-ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	5493	CARTEIRA PRE-ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	5496	CARTEIRA PRE-ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	5497	CARTEIRA PRE-ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	5499	CARTEIRA PRE-ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	5501	CARTEIRA PRE-ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	5502	CARTEIRA PRE-ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	5507	MESA PRÉ-ESCOLAR REDONDA EM FÓRMICA	Inservível
01	5513	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	5515	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	5529	CADEIRA PRE-ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	5532	CADEIRA PRE-ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	5535	CADEIRA PRE-ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	5536	CADEIRA PRE-ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	5537	CADEIRA PRE-ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	5538	CARTEIRA PRE-ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	5539	CARTEIRA PRE-ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	5541	CARTEIRA PRE-ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	5542	CARTEIRA PRE-ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	5543	CARTEIRA PRE-ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	5546	CARTEIRA PRE-ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	5554	CARTEIRA PRE-ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	5557	CARTEIRA PRE-ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	5558	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	5603	BERÇO EM MADEIRA	Inservível
01	5704	CADEIRA PRE-ESCOLAR EM MADEIRA	Inservível
01	5716	BERÇO EM MADEIRA	Inservível
01	5717	BERÇO EM MADEIRA	Inservível
01	5718	BERÇO EM MADEIRA	Inservível
01	5719	BERÇO EM MADEIRA	Inservível

01	5720	BERÇO EM MADEIRA	Inservível
01	5721	BERÇO EM MADEIRA	Inservível
01	5729	CADEIRA PRE-ESCOLAR EM MADEIRA	Inservível
01	5731	CADEIRA PRE-ESCOLAR EM MADEIRA	Inservível
01	5753	CADEIRA PRE-ESCOLAR EM MADEIRA	Inservível
01	5773	CADEIRA PRE-ESCOLAR EM MADEIRA	Inservível
01	5774	BERÇO EM MADEIRA	Inservível
01	5981	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	5982	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	5983	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	6043	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	6044	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	6046	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
01	6268	CADEIRA ESCOLAR EM MADEIRA	Inservível
01	6644	CADEIRA ESCOLAR EM FÓRMICA	Inservível
01	6689	CARTEIRA ESCOLAR EM MADEIRA	Inservível
01	6701	CADEIRA ESCOLAR EM FÓRMICA	Inservível
01	6752	MESA PRÉ-ESCOLAR EM FÓRMICA	Inservível
01	6753	MESA PRÉ-ESCOLAR EM FÓRMICA	Inservível
01	6930	CARTEIRA ESCOLAR EM MDF	Inservível
01	6983	CARTEIRA ESCOLAR EM FÓRMICA	Inservível
01	6993	MESA REDONDA EM FÓRMICA PRÉ ESCOLAR	Inservível
01	7110	CADEIRA PRÉ-ESCOLAR EM MADEIRA	Inservível
01	7182	CARRINHO DE BEBÊ	Inservível
01	7183	CARRINHO DE BEBÊ	Inservível
01	7184	CARRINHO DE BEBÊ	Inservível
01	7187	CARRINHO DE BEBÊ	Inservível
01	7188	CARRINHO DE BEBÊ	Inservível
01	7564	QUADRO BRANCO PARA PINCEL MOLDURA EM ALUMINIO MEDINDO 1,50 X 1,20	Inservível
01	7609	QUADRO BRANCO PARA PINCEL MOLDURA EM ALUMINIO MEDINDO 1,20 X 0,90	Inservível
01	7612	MESA PARA PROFESSOREM MELAMINIA NACOR BRANCACOM 03 GAVETAS MEDINDO 1,20 X 0,60 X 0,75	Inservível
01	7614	MESA PARA PROFESSOREM MELAMINIA NACOR BRANCACOM 03 GAVETAS MEDINDO 1,20 X 0,60 X 0,75	Inservível
01	7618	ARMARIO EM MELAMINIA NA COR BRANCA, COM 02 PORTAS COM CHAVE, 03 PRATELEIRAS INTERNA, MEDINDO 1,60 X 0,92 X 0,43	Inservível
01	7622	MESA OITAVADA, EM FÓRMICA COM 110CM DE DIAMETRO, TUBO 7/8	Inservível
01	7623	MESA OITAVADA, EM FÓRMICA COM 110CM DE DIAMETRO, TUBO 7/8	Inservível
01	7624	MESA OITAVADA, EM FÓRMICA COM 110CM DE DIAMETRO, TUBO 7/8	Inservível
01	7625	MESA OITAVADA, EM FÓRMICA COM 110CM DE DIAMETRO, TUBO 7/8	Inservível

01	7627	MESA OITAVADA, EM FÓRMICA COM 110CM DE DIAMETRO, TUBO 7/8	Inservível
01	7629	MESA OITAVADA, EM FÓRMICA COM 110CM DE DIAMETRO, TUBO 7/8	Inservível
01	7630	MESA OITAVADA, EM FÓRMICA COM 110CM DE DIAMETRO, TUBO 7/8	Inservível
01	7633	CARTEIRA ESCOLAR INFANTIL PARA MESA OITAVADA, EM FÓRMICA TUBO 7/8	Inservível
01	7635	CARTEIRA ESCOLAR INFANTIL PARA MESA OITAVADA, EM FÓRMICA TUBO 7/8	Inservível
01	7637	CARTEIRA ESCOLAR INFANTIL PARA MESA OITAVADA, EM FÓRMICA TUBO 7/8	Inservível
01	7649	CARTEIRA ESCOLAR INFANTIL PARA MESA OITAVADA, EM FÓRMICA TUBO 7/8	Inservível
01	7651	CARTEIRA ESCOLAR INFANTIL PARA MESA OITAVADA, EM FÓRMICA TUBO 7/8	Inservível
01	7652	CARTEIRA ESCOLAR INFANTIL PARA MESA OITAVADA, EM FÓRMICA TUBO 7/8	Inservível
01	7681	CARTEIRA ESCOLAR INFANTIL PARA MESA OITAVADA, EM FÓRMICA TUBO 7/8	Inservível
01	7682	CARTEIRA ESCOLAR INFANTIL PARA MESA OITAVADA, EM FÓRMICA TUBO 7/8	Inservível
01	7683	CARTEIRA ESCOLAR INFANTIL PARA MESA OITAVADA, EM FÓRMICA TUBO 7/8	Inservível
01	7684	CARTEIRA ESCOLAR INFANTIL PARA MESA OITAVADA, EM FÓRMICA TUBO 7/8	Inservível
01	7685	CARTEIRA ESCOLAR INFANTIL PARA MESA OITAVADA, EM FÓRMICA TUBO 7/8	Inservível
01	7686	CARTEIRA ESCOLAR INFANTIL PARA MESA OITAVADA, EM FÓRMICA TUBO 7/8	Inservível
01	7687	CARTEIRA ESCOLAR INFANTIL PARA MESA OITAVADA, EM FÓRMICA TUBO 7/8	Inservível
01	7688	CARTEIRA ESCOLAR INFANTIL PARA MESA OITAVADA, EM FÓRMICA TUBO 7/8	Inservível
01	7689	CARTEIRA ESCOLAR INFANTIL PARA MESA OITAVADA, EM FÓRMICA TUBO 7/8	Inservível
01	7690	CARTEIRA ESCOLAR INFANTIL PARA MESA OITAVADA, EM FÓRMICA TUBO 7/8	Inservível
01	7691	CARTEIRA ESCOLAR INFANTIL PARA MESA OITAVADA, EM FÓRMICA TUBO 7/8	Inservível
01	7692	CARTEIRA ESCOLAR INFANTIL PARA MESA OITAVADA, EM FÓRMICA TUBO 7/8	Inservível
01	7693	CARTEIRA ESCOLAR INFANTIL PARA MESA OITAVADA, EM FÓRMICA TUBO 7/8	Inservível
01	7694	CARTEIRA ESCOLAR INFANTIL PARA MESA OITAVADA, EM FÓRMICA TUBO 7/8	Inservível
01	7695	CARTEIRA ESCOLAR INFANTIL PARA MESA OITAVADA, EM FÓRMICA TUBO 7/8	Inservível
01	7696	CARTEIRA ESCOLAR INFANTIL PARA MESA OITAVADA, EM FÓRMICA TUBO 7/8	Inservível
01	7697	CARTEIRA ESCOLAR INFANTIL PARA MESA OITAVADA, EM FÓRMICA TUBO 7/8	Inservível
01	7698	CARTEIRA ESCOLAR INFANTIL PARA MESA OITAVADA, EM FÓRMICA TUBO 7/8	Inservível
01	7699	CARTEIRA ESCOLAR INFANTIL PARA MESA OITAVADA, EM FÓRMICA TUBO 7/8	Inservível
01	7700	CARTEIRA ESCOLAR INFANTIL PARA MESA OITAVADA, EM FÓRMICA TUBO 7/8	Inservível
01	7701	CARTEIRA ESCOLAR INFANTIL PARA MESA OITAVADA, EM FÓRMICA TUBO 7/8	Inservível
01	7702	CARTEIRA ESCOLAR INFANTIL PARA MESA OITAVADA, EM FÓRMICA TUBO 7/8	Inservível
01	7708	CARTEIRA ESCOLAR INFANTIL PARA MESA OITAVADA, EM FÓRMICA TUBO 7/8	Inservível
01	7709	CARTEIRA ESCOLAR INFANTIL PARA MESA OITAVADA, EM FÓRMICA TUBO 7/8	Inservível
01	7716	CARTEIRA ESCOLAR INFANTIL PARA MESA OITAVADA, EM FÓRMICA TUBO 7/8	Inservível
01	7727	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL EM FÓRMICA TUBO 7/8	Inservível
01	7734	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL EM FÓRMICA TUBO 7/8	Inservível
01	7735	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL EM FÓRMICA TUBO 7/8	Inservível
01	7742	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL EM FÓRMICA TUBO 7/8	Inservível

01	7743	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL EM FÓRMICA TUBO 7/8	Inservível
01	7748	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL EM FÓRMICA TUBO 7/8	Inservível
01	7751	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL EM FÓRMICA TUBO 7/8	Inservível
01	7752	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL EM FÓRMICA TUBO 7/8	Inservível
01	7775	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL EM FÓRMICA TUBO 7/8	Inservível
01	7777	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL EM FÓRMICA TUBO 7/8	Inservível
01	7779	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL EM FÓRMICA TUBO 7/8	Inservível
01	7780	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL EM FÓRMICA TUBO 7/8	Inservível
01	7781	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL EM FÓRMICA TUBO 7/8	Inservível
01	7782	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL EM FÓRMICA TUBO 7/8	Inservível
01	7783	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL EM FÓRMICA TUBO 7/8	Inservível
01	7787	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL EM FÓRMICA TUBO 7/8	Inservível
01	7790	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL EM FÓRMICA TUBO 7/8	Inservível
01	7791	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL EM FÓRMICA TUBO 7/8	Inservível
01	7795	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL EM FÓRMICA TUBO 7/8	Inservível
01	7796	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL EM FÓRMICA TUBO 7/8	Inservível
01	7797	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL EM FÓRMICA TUBO 7/8	Inservível
01	7798	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL EM FÓRMICA TUBO 7/8	Inservível
01	7806	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL EM FÓRMICA TUBO 7/8	Inservível
01	7817	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL EM FÓRMICA TUBO 7/8	Inservível
01	7820	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL EM FÓRMICA TUBO 7/8	Inservível
01	8171	CADEIRA ESCOLAR EM FÓRMICA NA COR BRANCA	Inservível
01	8172	CADEIRA ESCOLAR EM FÓRMICA NA COR BRANCA	Inservível
01	8175	CADEIRA ESCOLAR EM FÓRMICA NA COR BRANCA	Inservível
01	8176	CADEIRA ESCOLAR EM FÓRMICA NA COR BRANCA	Inservível
01	8177	CADEIRA ESCOLAR EM FÓRMICA NA COR BRANCA	Inservível
01	8778	CADEIRA ESCOLAR EM FÓRMICA NA COR BRANCA	Inservível
01	9110	MESA PRÉ-ESCOLAR EM FÓRMICA	Inservível
01	9111	MESA PRÉ-ESCOLAR EM FÓRMICA	Inservível
01	9113	MESA PRÉ-ESCOLAR EM FÓRMICA	Inservível
01	9114	MESA PRÉ-ESCOLAR EM FÓRMICA	Inservível
01	9115	MESA PRÉ-ESCOLAR EM FÓRMICA	Inservível
01	9116	MESA PRÉ-ESCOLAR EM FÓRMICA	Inservível
01	9118	MESA PRÉ-ESCOLAR EM FÓRMICA	Inservível
01	9121	CADEIRA PRÉ-ESCOLAR EM FÓRMICA	Inservível
01	9123	MESA PRÉ-ESCOLAR CENTRAL EM FÓRMICA REDONDA	Inservível
01	9132	MESA PRÉ-ESCOLAR EM FÓRMICA	Inservível
01	9133	MESA PRÉ-ESCOLAR EM FÓRMICA	Inservível

01	9134	MESA PRÉ-ESCOLAR EM FÓRMICA	Inservível
01	9135	MESA PRÉ-ESCOLAR EM FÓRMICA	Inservível
01	9147	CADEIRA PRÉ-ESCOLAR EM FÓRMICA	Inservível
01	9451	CADEIRA PRÉ-ESCOLAR EM FÓRMICA	Inservível
01	9452	CADEIRA PRÉ-ESCOLAR EM FÓRMICA	Inservível
01	9453	CADEIRA PRÉ-ESCOLAR EM FÓRMICA	Inservível
01	9454	CADEIRA PRÉ-ESCOLAR EM FÓRMICA	Inservível
01	9455	MESA PRÉ-ESCOLAR EM FÓRMICA	Inservível
01	9457	MESA PRÉ-ESCOLAR EM FÓRMICA	Inservível
01	9458	MESA PRÉ-ESCOLAR EM FÓRMICA	Inservível
01	9459	MESA PRÉ-ESCOLAR EM FÓRMICA	Inservível
01	9598	CADEIRA ALTA DE ALIMENTAÇÃO PARA BEBÊ MARCA TUTTY BABY	Inservível
01	9599	CADEIRA ALTA DE ALIMENTAÇÃO PARA BEBÊ MARCA TUTTY BABY	Inservível
01	9600	CADEIRA ALTA DE ALIMENTAÇÃO PARA BEBÊ MARCA TUTTY BABY	Inservível
01	9601	CADEIRA ALTA DE ALIMENTAÇÃO PARA BEBÊ MARCA TUTTY BABY	Inservível
01	9602	CADEIRA ALTA DE ALIMENTAÇÃO PARA BEBÊ MARCA TUTTY BABY	Inservível
01	9603	CADEIRA ALTA DE ALIMENTAÇÃO PARA BEBÊ MARCA TUTTY BABY	Inservível
01	9604	CADEIRA ALTA DE ALIMENTAÇÃO PARA BEBÊ MARCA TUTTY BABY	Inservível
01	9605	CADEIRA ALTA DE ALIMENTAÇÃO PARA BEBÊ MARCA TUTTY BABY	Inservível
01	9606	CADEIRA ALTA DE ALIMENTAÇÃO PARA BEBÊ MARCA TUTTY BABY	Inservível

ANEXO III

Mobiliário em geral

Quant.	nº. de Pat.	Descrição	Qualificação
01	327	ARMARIO EM MDF 2 PORTAS	Inservível
01	423	MESA P/COMPUTADOR EM MDF	Inservível
01	425	CADEIRA GIRATORIA ESTOFADA EM CORVIN	Inservível
01	431	MESA P/COMPUTADOR EM MDF	Inservível
01	1397	MESINHA EM MADEIRA P/TELEFONE	Inservível
01	1551	BALCAO EM MADEIRA 4 PORTAS DE CORRER E 4 GAVETAS	Inservível
01	1903	MESA P/COMPUTADOR EM MDF	Inservível
01	1904	ESTANTE EM MADEIRA	Inservível
01	1912	MESA P/ COMPUTADOR EM MDF 3 GAVETAS	Inservível
01	1920	CADEIRA GIRATÓRIA ESTOFADA EM TECIDO	Inservível
01	1928	ARMARIO EM AÇO 2 PORTAS	Inservível
01	2025	ESTANTE EM AÇO	Inservível
01	2284	MESINHA EM MADEIRA	Inservível
01	2489	ARMARIO EM AÇO 2 PORTAS	Inservível
01	2664	SUPORTE PARA TV E VÍDEO EM FERRO	Inservível

01	2693	ARMARIO DE COLUNA 3 PORTAS E 1 GAVETA	Inservível
01	2703	CADEIRA EM MADEIRA	Inservível
01	2894	ESTANTE EM MADEIRA	Inservível
01	2957	ARMARIO EM MADEIRA 2 PORTAS DE CORRER	Inservível
01	3006	CADEIRA EM MADEIRA ESTILO COLONIAL	Inservível
01	3008	CADEIRA EM MADEIRA ESTILO COLONIAL	Inservível
01	3024	CADEIRA EM MADEIRA ESTILO COLONIAL	Inservível
01	3026	CADEIRA EM MADEIRA ESTILO COLONIAL	Inservível
01	3028	CADEIRA EM MADEIRA ESTILO COLONIAL	Inservível
01	3037	CADEIRA EM MADEIRA ESTILO COLONIAL	Inservível
01	3039	CADEIRA EM MADEIRA ESTILO COLONIAL	Inservível
01	3041	CADEIRA EM MADEIRA ESTILO COLONIAL	Inservível
01	3045	CADEIRA EM MADEIRA ESTILO COLONIAL	Inservível
01	3049	CADEIRA EM MADEIRA ESTILO COLONIAL	Inservível
01	3063	CADEIRA EM MADEIRA ESTILO COLONIAL	Inservível
01	3065	CADEIRA EM MADEIRA ESTILO COLONIAL	Inservível
01	3083	CADEIRA EM MADEIRA ESTILO COLONIAL	Inservível
01	3091	CADEIRA EM MADEIRA ESTILO COLONIAL	Inservível
01	3102	CADEIRA EM MADEIRA ESTILO COLONIAL	Inservível
01	3105	CADEIRA EM MADEIRA ESTILO COLONIAL	Inservível
01	3106	CADEIRA EM MADEIRA ESTILO COLONIAL	Inservível
01	3110	CADEIRA EM MADEIRA ESTILO COLONIAL	Inservível
01	3599	ESTANTE EM AÇO	Inservível
01	3605	CADEIRA FIXA ESTOFADA EM TECIDO	Inservível
01	3623	MESA PARA COMPUTADOR EM MDF	Inservível
01	3631	LONGARINA EM FERRO ESTOFADA EM TECIDO 3 LUGARES	Inservível
01	3656	BALCÃO PIA EM MADEIRA 4 PORTAS	Inservível
01	3669	BANCO EM MADEIRA COM ENCOSTO	Inservível
01	3670	BANCO EM MADEIRA COM ENCOSTO	Inservível
01	3693	MESA P/ ESCRITÓRIO EM MADEIRA 3 GAVETAS	Inservível
01	3789	LONGARINA EM FERRO ESTOFADA EM CORVIN 3 LUGARES	Inservível
01	3793	LONGARINA EM FERRO ESTOFADA EM CORVIN 3 LUGARES	Inservível
01	3796	LONGARINA EM FERRO ESTOFADA EM CORVIN 3 LUGARES	Inservível
01	3799	LONGARINA EM FERRO ESTOFADA EM CORVIN 3 LUGARES	Inservível
01	3803	LONGARINA EM FERRO ESTOFADA EM CORVIN 3 LUGARES	Inservível
01	3807	LONGARINA EM FERRO ESTOFADA EM CORVIN 4 LUGARES	Inservível
01	3825	MESA P/COMPUTADOR EM MADEIRA 3 GAVETAS	Inservível
01	3941	CADEIRA GIRATORIA ESTOFADA EM CORVIN	Inservível

01	3953	ARQUIVO EM AÇO 2 GAVETAS	Inservível
01	3955	MESINHA PARA MAQUINA DE ESCRIVER	Inservível
01	3958	CADEIRA GIRATÓRIA ESTOFADA EM TECIDO	Inservível
01	3983	ARQUIVO EM AÇO 4 GAVETAS	Inservível
01	3989	MESA PARA DESENHO	Inservível
01	4018	CADEIRA FIXA ESTOFADA EM TECIDO COM ENCOSTO DE BRAÇO	Inservível
01	4020	MESA P/ ESCRITÓRIO EM MADEIRA 3 GAVETAS	Inservível
01	4029	MESA P/ COMPUTADOR EM MDF	Inservível
01	4041	ESTANTE EM MADEIRA	Inservível
01	4053	MESA ME MADEIRA 6 GAVETAS	Inservível
01	4059	MESA P/ ESCRITÓRIOS/ GAVETAS	Inservível
01	4062	CADEIRA GIRATORIA ESTOFADA EM TECIDO	Inservível
01	4069	MESA P/ ESCRITÓRIO EM MDF FORMATO L 2 GAVETAS	Inservível
01	4077	ESTANTE EM MADEIRA	Inservível
01	4078	ESTANTE EM MADEIRA	Inservível
01	4089	MESA P/ESCRITORIO EM MADEIRA 6 GAVETAS	Inservível
01	4098	CADEIRA GIRATÓRIA ESTOFADA EM CORVIN	Inservível
01	4099	CADEIRA FIXA ESTOFADA EM TECIDO	Inservível
01	4100	MESA P/ COMPUTADOR EM FORMICA	Inservível
01	4103	CADEIRA GIRATÓRIA ESTOFADA EM TECIDO	Inservível
01	4126	CADEIRA FIXA EM MADEIRA	Inservível
01	4157	CADEIRA GIRATÓRIA ESTOFADA EM TECIDO	Inservível
01	4164	ESTANTE EM AÇO	Inservível
01	4174	POLTRONA FIXA ESTOFADA EM CORVIN	Inservível
01	4180	MESA P/ IMPRESSORA EM MDF	Inservível
01	4194	CADEIRA GIRATORIA ESTOFADA EM TECIDO	Inservível
01	4200	POLTRONA FIXA ESTOFADA EM CORVIN	Inservível
01	4245	ESTANTE EM AÇO	Inservível
01	4253	ESTANTE EM AÇO	Inservível
01	4254	ESTANTE EM AÇO	Inservível
01	4268	CADEIRA UNIVERSITÁRIA ESTOFADA EM TECIDO	Inservível
01	4287	CADEIRA UNIVERSITÁRIA ESTOFADA EM TECIDO	Inservível
01	4319	ARMARIO EM AÇO 2 PORTAS	Inservível
01	4351	CADEIRA GIRATÓRIA ESTOFADA EM TECIDO	Inservível
01	4373	ESTANTE EM FERRO PARA LIVROS	Inservível
01	4377	ESTANTE EM FERRO PARA LIVROS	Inservível
01	4381	ESTANTE EM FERRO PARA LIVROS	Inservível
01	4383	ESTANTE EM FERRO PARA LIVROS	Inservível

01	4390	BANCO EM MADEIRA	Inservível
01	4393	MURAL EM MADEIRA	Inservível
01	4401	MESA P/ ESCRITÓRIO EM MADEIRA 3 GAVETAS	Inservível
01	4427	CADEIRA GIRATÓRIA ESTOFADA EM CORVIN	Inservível
01	4437	MESA P/ ESCRITÓRIO EM MDF 2 GAVETAS	Inservível
01	4439	MESINHA EM MADEIRA	Inservível
01	4445	MESA PARA COMPUTADOR EM MDF	Inservível
01	4482	MESINHA EM FÓRMICA	Inservível
01	4489	MESA P/ COMPUTADOR EM MDF 2 GAVETAS	Inservível
01	4494	MURAL EM MADEIRA	Inservível
01	4522	ARMARIO EM FÓRMICA 2 PORTAS	Inservível
01	4526	POLTRONA GIRATÓRIA ESTOFADA EM TECIDO COM ENCOSTO DE BRAÇO	Inservível
01	4635	MESA EM MDF	Inservível
01	4898	CADEIRA FIXA ESTOFADA EM TECIDO	Inservível
01	4898	CADEIRA FIXA ESTOFADA EM TECIDO	Inservível
01	4903	CADEIRA FIXA ESTOFADA EM TECIDO	Inservível
01	5207	MESA P/COMPUTADOR EM MDF	Inservível
01	5208	MESA P/COMPUTADOR EM MDF	Inservível
01	5231	ARMARIO EM MADEIRA 2 PORTAS	Inservível
01	5232	ARMARIO EM MADEIRA 2 PORTAS	Inservível
01	5283	CADEIRA GIRATÓRIA ESTOFADA EM TECIDO	Inservível
01	5331	MESA EM MDF 4 LUGARES	Inservível
01	5442	MESA EM MDF 3 GAVETAS	Inservível
01	5443	CADEIRA GIRATÓRIA ESTOFADA EM TECIDO	Inservível
01	5454	ARMARIO EM MDF GUARDA VOLUMES 15 PORTAS	Inservível
01	5592	SUORTE PARA TV, VÍDEO E DVD EM FERRO	Inservível
01	5622	MESA ANTROPOMETRICA EM FERRO	Inservível
01	5623	MESA EM MADEIRA	Inservível
01	5636	CADEIRA FIXA ESTOFADA EM TECIDO	Inservível
01	5690	ESTANTE EM AÇO	Inservível
01	5702	BANQUINHO EM MADEIRA PARA REFEITÓRIO	Inservível
01	5777	MACA EM MADEIRA	Inservível
01	5779	ESCADA EM FERRO 2 DEGRAUS	Inservível
01	5780	MESA P/ ESCRITÓRIO EM FERRO 5 GAVETAS	Inservível
01	5785	ESTANTE EM MADEIRA PARA REMÉDIOS	Inservível
01	5792	MESA EM MADEIRA	Inservível
01	5793	MESINHA EM MADEIRA	Inservível
01	5817	MESA P/ ESCRITORIO EM MADEIRA 2 GAVETAS	Inservível

01	5860	MESA P/ ESCRITORIO EM MDF 2 GAVETAS	Inservível
01	5887	BANQUINHO EM FERRO	Inservível
01	5891	BALCÃO EM FÓRMICA 2 PORTAS E 10 GAVETAS	Inservível
01	5915	MOCHO ODONTOLOGICO ESTOFADO EM CORVIN	Inservível
01	5917	BALCAO EM MDF TAMPO EM FORMICA 1 PORTA	Inservível
01	5936	ARMARIO EM MADEIRA 2 PORTAS	Inservível
01	5954	CADEIRA FIXA ESTOFADA EM TECIDO	Inservível
01	5955	MESA P/ESCRITORIO EM MADEIRA 2 GAVETAS	Inservível
01	5974	MESA P/ESCRITORIO EM MDF 3 GAVETAS	Inservível
01	6000	ARMARIO EM MDF 2 PORTAS C/CHAVE	Inservível
01	6018	BALCAO PIA EM MDF 5 PORTAS E 4 GAVETAS	Inservível
01	6027	BALCAO PIA EM MDF 2 PORTAS E 4 GAVETAS	Inservível
01	6028	ESTANTE EM AÇO	Inservível
01	6029	ESTANTE EM AÇO	Inservível
01	6031	ESTANTE EM AÇO	Inservível
01	6032	ESTANTE EM AÇO	Inservível
01	6077	CADEIRA FIXA ESTOFADA EM TECIDO	Inservível
01	6094	ARQUIVO DE AÇO 4 GAVETAS	Inservível
01	6135	BALCAO PIA EM FORMICA 5 PORTAS E 4 GAVETAS	Inservível
01	6137	MESA EM FORMICA PARA COZINHA	Inservível
01	6164	ARQUIVO EM AÇO 4 GAVETAS	Inservível
01	6171	BALCAO EM FORMICA PARA FARMACIA	Inservível
01	6217	CADEIRA FIXA ESTOFADA EM TECIDO	Inservível
01	6224	ARMARIO EM MADEIRA 2 PORTAS DE CORRER	Inservível
01	6239	ARQUIVO DE AÇO 4 GAVETAS	Inservível
01	6244	BALCAO EM MADEIRA PARA RECEPÇÃO	Inservível
01	6263	ARMARIO EM MDF 2 PORTAS	Inservível
01	6293	MESA P/ESCRITORIO EM FORMICA 3 GAVETAS	Inservível
01	6310	BALCAO PIA EM FORMICA 12 PORTAS E 22 GAVETAS / LABORATORIO	Inservível
01	6319	LONGARINA ESTOFADA EM TECIDO 5 LUGARES	Inservível
01	6324	CADEIRA FIXA ESTOFADA EM TECIDO	Inservível
01	6325	CADEIRA FIXA ESTOFADA EM TECIDO	Inservível
01	6326	CADEIRA FIXA ESTOFADA EM TECIDO	Inservível
01	6331	CADEIRA FIXA ESTOFADA EM TECIDO	Inservível
01	6351	MESA P/ COMPUTADOR BANCADA EM MDF PARA ATENDENTE	Inservível
01	6352	MESA P/ COMPUTADOR BANCADA EM MDF PARA ATENDENTE	Inservível
01	6353	MESA P/ COMPUTADOR BANCADA EM MDF PARA ATENDENTE	Inservível
01	6354	MESA P/ COMPUTADOR BANCADA EM MDF PARA ATENDENTE	Inservível

01	6357	MACA EM FERRO ESTOFADA EM CORVIN	Inservível
01	6358	BALCÃO PIA EM MDF 2 PORTAS 3 GAVETAS	Inservível
01	6365	ARMARIO EM MDF 4 PORTAS E 10 GAVETAS	Inservível
01	6366	ESTANTE EM AÇO	Inservível
01	6367	ESTANTE EM AÇO	Inservível
01	6371	ESTANTE EM AÇO	Inservível
01	6394	ESTANTE EM AÇO	Inservível
01	6404	CADEIRA ESTOFADA EM CORVIN	Inservível
01	6408	BALCAO PIA EM MDF 7 PORTAS E 4 GAVETAS	Inservível
01	6409	FOGAO A GAS MARCA CLARICE 4 BOCAS	Inservível
01	6414	CADEIRA FIXA ESTOFADA EM CORVIN	Inservível
01	6415	CADEIRA FIXA ESTOFADA EM CORVIN	Inservível
01	6416	CADEIRA FIXA ESTOFADA EM CORVIN	Inservível
01	6417	CADEIRA FIXA ESTOFADA EM CORVIN	Inservível
01	6418	MESA REDONDA EM FORMICA 4 LUGARES	Inservível
01	6419	ARMARIO EM MDF 2 PORTAS	Inservível
01	6420	CAMA EM MADEIRA P/SOLTEIRO	Inservível
01	6421	CAMA EM MADEIRA P/SOLTEIRO	Inservível
01	6448	CADEIRA ESTOFADA EM CORVIN	Inservível
01	6545	CADEIRA UNIVERSITÁRIA ESTOFADA EM TECIDO	Inservível
01	6556	CADEIRA UNIVERSITARIA ESTOFADA EM TECIDO	Inservível
01	6573	CADEIRA UNIVERSITÁRIA ESTOFADA EM TECIDO	Inservível
01	6603	CADEIRA UNIVERSITARIA ESTOFADA EM TECIDO	Inservível
01	6609	CADEIRA UNIVERSITÁRIA ESTOFADA EM TECIDO	Inservível
01	6614	CADEIRA UNIVERSITÁRIA ESTOFADA EM TECIDO	Inservível
01	6617	CADEIRA UNIVERSITÁRIA ESTOFADA EM TECIDO	Inservível
01	6737	ESTANTE EM AÇO	Inservível
01	6739	CADEIRA FIXA ESTOFADA EM TECIDO COM ENCOSTO DE BRAÇO	Inservível
01	6758	CADEIRA FIXA ESTOFADA EM TECIDO	Inservível
01	6770	BALCÃO PIA EM FÓRMICA 3 PORTAS E 2 GAVETAS	Inservível
01	6881	BALCÃO EM MDF 2 PORTAS	Inservível
01	6884	ARMARIO EM MDF 2 PORTAS COM CHAVE	Inservível
01	6944	MESA P/COMPUTADOR EM MDF	Inservível
01	6945	MESA PARA ESCRITÓRIO EM MDF 2 GAVETAS	Inservível
01	6952	CADEIRA GIRATORIA ESTOFADA EM TECIDO	Inservível
01	6958	MESA PARA ESCRITÓRIO EM MDF 3 GAVETAS	Inservível
01	6985	BANCO EM FERRO ESTOFADO EM CORVIN 4 LUGARES	Inservível
01	6994	ESTANTE EM AÇO	Inservível

01	6995	ESTANTE EM AÇO	Inservível
01	6996	ESTANTE EM AÇO	Inservível
01	6997	ESTANTE EM AÇO	Inservível
01	6998	ESTANTE EM AÇO	Inservível
01	7001	ESTANTE EM FERRO	Inservível
01	7002	ESTANTE EM FERRO	Inservível
01	7030	CADEIRA GIRATÓRIA ESTOFADA EM TECIDO	Inservível
01	7115	BANCO EM MADEIRA	Inservível
01	7116	BANCO EM MADEIRA	Inservível
01	7133	MESA P/ COMPUTADOR 1,20 X 0,60 X 0,75 COM TECLADO REBAIXADO	Inservível
01	7139	MESA P/ COMPUTADOR 1,20 X 0,60 X 0,75 COM TECLADO REBAIXADO	Inservível
01	7140	MESA P/ COMPUTADOR 1,20 X 0,60 X 0,75 COM TECLADO REBAIXADO	Inservível
01	7146	MESA P/ COMPUTADOR 1,20 X 0,60 X 0,75 COM TECLADO REBAIXADO	Inservível
01	7147	MESA P/ COMPUTADOR 1,20 X 0,60 X 0,75 COM TECLADO REBAIXADO	Inservível
01	7154	CADEIRA GIRATÓRIA MODELO 4004 REVESTIDA EM TECIDO AZUL MARCA CAVALETTI	Inservível
01	7178	CADEIRA GIRATÓRIA MODELO 4004 REVESTIDA EM TECIDO AZUL MARCA CAVALETTI	Inservível
01	7195	ESTANTE DE AÇO DESMONTÁVEL COM 6 PRATELEIRAS, COR CINZA PANDIN	Inservível
01	7196	ESTANTE DE AÇO DESMONTÁVEL COM 6 PRATELEIRAS, COR CINZA PANDIN	Inservível
01	7203	CADEIRA GIRATÓRIA CAVALETTI	Inservível
01	7210	ARMARIO 02 PORTAS EM MELAMINIA	Inservível
01	7505	CADEIRA GIRATÓRIA MARCA CAVALETTI	Inservível
01	7526	ESTANTE EM AÇO	Inservível
01	7537	ESCRIVANINHA EM MADEIRA COM 3 GAVETAS	Inservível
01	7538	ESCRIVANINHA EM MADEIRA COM 3 GAVETAS	Inservível
01	7539	TRIBUNA EM MADEIRA MEDINDO 1,10 BASE X 0,90 LARGURA X 1,10 ALTURA	Inservível
01	7541	QUADRO COM FOTO DOS PREFEITOS	Inservível
01	7542	QUADRO COM FOTO DOS PREFEITOS	Inservível
01	7543	QUADRO COM FOTO DOS PREFEITOS	Inservível
01	7544	QUADRO COM FOTO DOS PREFEITOS	Inservível
01	7545	QUADRO COM FOTO DOS PREFEITOS	Inservível
01	7546	QUADRO COM FOTO DOS PREFEITOS	Inservível
01	7547	QUADRO COM FOTO DOS PREFEITOS	Inservível
01	7548	QUADRO COM FOTO DOS PREFEITOS	Inservível
01	7549	QUADRO COM FOTO DOS PREFEITOS	Inservível
01	7550	QUADRO COM FOTO DOS PREFEITOS	Inservível
01	7551	QUADRO COM FOTO DOS PREFEITOS	Inservível
01	7552	QUADRO COM FOTO DOS PREFEITOS	Inservível

01	7553	QUADRO COM FOTO DOS PREFEITOS	Inservível
01	7554	QUADRO COM FOTO DOS PREFEITOS	Inservível
01	7563	MOLDURA PARA COLOCAÇÃO DA FOTO DO PREFEITO	Inservível
01	7823	MESA COM 03 GAVETAS NA COR BRANCA 1.200 X 600 X 740	Inservível
01	7854	ESTANTE DE AÇO NA COR CINZA, COM 03 PRATELEIRAS	Inservível
01	7864	ARQUIVO DE AÇO 04 GAVETAS	Inservível
01	7871	MOCHO GIRATÓRIO ESTOFADO EM CORVIM	Inservível
01	7908	CADEIRA GIRATÓRIA EM POLIPROPILENO NA COR AZUL.	Inservível
01	7982	ESTANTE EMAÇO COM 6 PRATELEIRAS NA COR CINZA	Inservível
01	8003	CADEIRA GIRATÓRIA ESTOFADA EM TECIDO NA COR AZUL	Inservível
01	8010	CADEIRA FIXA ESTOFADA, COM ENCOSTO FIXO	Inservível
01	8011	CADEIRA FIXA ESTOFADA, COM ENCOSTO FIXO	Inservível
01	8131	ARQUIVO DE AÇO 4 GAVETAS	Inservível
01	8195	CADEIRA FIXA DE APROXIMAÇÃO NA COR AZUL MARCA CAVALETTI	Inservível
01	8196	CADEIRA FIXA DE APROXIMAÇÃO NA COR AZUL MARCA CAVALETTI	Inservível
01	8197	CADEIRA FIXA DE APROXIMAÇÃO NA COR AZUL MARCA CAVALETTI	Inservível
01	8198	CADEIRA FIXA DE APROXIMAÇÃO NA COR AZUL MARCA CAVALETTI	Inservível
01	8199	CADEIRA FIXA DE APROXIMAÇÃO NA COR AZUL MARCA CAVALETTI	Inservível
01	8200	CADEIRA FIXA DE APROXIMAÇÃO NA COR AZUL MARCA CAVALETTI	Inservível
01	8201	CADEIRA FIXA DE APROXIMAÇÃO NA COR AZUL MARCA CAVALETTI	Inservível
01	8202	CADEIRA FIXA DE APROXIMAÇÃO NA COR AZUL MARCA CAVALETTI	Inservível
01	8218	MESA RETANGULAR EM BP NA COR MOGNO	Inservível
01	8256	ARMARIO EM MDF DE DUAS PORTAS COM CHAVENA COR BEGE	Inservível
01	8323	CADEIRA GIRATÓRIA REVESTIDA EM TECIDO NA COR AZUL	Inservível
01	8324	ARMÁRIO COM 02 PORTAS E CHAVE NA COR BRANCA	Inservível
01	8326	ARQUIVO EM AÇO COM 04 GAVETAS	Inservível
01	8327	LONGARINA COM 3 LUGARES	Inservível
01	8559	MESA SECRET. C/03 GTAS 120X600X74 AZ	Inservível
01	8560	MESA SECRET. C/03 GTAS 120X600X74 AZ	Inservível
01	8598	CONUNTO EM L, EM AGLOMERADO 25MM, REVESTIDA EM FÓRMICA NA COR AZUL	Inservível
01	8636	CADEIRA SECRETÁRIA FIXA METALCAD	Inservível
01	8667	CADEIRA FIXA ESTOFADA NA COR AZUL	Inservível
01	8668	CADEIRA FIXA ESTOFADA NA COR AZUL	Inservível
01	8670	CADEIRA FIXA ESTOFADA NA COR AZUL	Inservível
01	8767	ARMARIO DE AÇO COM 2 PORTAS	Inservível
01	8803	ARMARIO COM 2 PORTAS EM AGLOMERADO NA COR MOGNO, MARCA M PRETTO	Inservível
01	8881	ARQUIVO EM AÇO COM 4 GAVETAS	Inservível

01	8893	ARMARIO 2 PORTAS EM MELAMINIA NA COR BRANCA MARCA DELLUS	Inservível
01	8999	MESA PARA ESCRITÓRIO COM 3 GAVETAS	Inservível
01	9003	CADEIRA FIXA 4 PÉS	Inservível
01	9031	CONJUNTO DE COZINHA E PIA DE INOX	Inservível
01	9035	ARMARIO ALTO 2 PORTAS BEGE	Inservível
01	9037	CADEIRA ESC. T. PRETTO	Inservível
01	9042	LONGARINA SEC. 3 LUGARES COR PRETO	Inservível
01	9043	LONGARINA SEC. 3 LUGARES COR PRETO	Inservível
01	9044	LONGARINA SEC. 3 LUGARES COR PRETO	Inservível
01	9046	MESA COM 3 GAVETAS	Inservível
01	9076	LONGARINA SEC. 3 LUGARES COR PRETO	Inservível
01	9256	CADEIRA UNIVERSITÁRIA NA COR BRANCA	Inservível
01	9261	CADEIRA UNIVERSITÁRIA NA COR BRANCA	Inservível
01	9413	CADEIRA GIRATÓRIA SECRETÁRIA COM BASE A GÁS NA COR AZUL	Inservível
01	9482	BALCÃO 2 PORTAS COM BACIA EM INOX, MARCA DACHERÍ	Inservível
01	9551	CADEIRA GIRATÓRIA COM REVESTIMENTO DE COURO ECOLÓGICO, COM APOIO DE BRAÇO	Inservível
01	9552	CADEIRA GIRATÓRIA COM REVESTIMENTO DE COURO ECOLÓGICO, COM APOIO DE BRAÇO	Inservível
01	9554	CADEIRA GIRATÓRIA COM REVESTIMENTO DE COURO ECOLÓGICO, COM APOIO DE BRAÇO	Inservível
01	9607	CADEIRA UNIVERSITÁRIA PRETA REVESTIDA DE PANAMÁ	Inservível
01	9626	CADEIRA UNIVERSITÁRIA PRETA REVESTIDA DE PANAMÁ	Inservível
01	9635	CADEIRA UNIVERSITÁRIA PRETA REVESTIDA DE PANAMÁ	Inservível
01	9651	CADEIRA UNIVERSITÁRIA PRETA REVESTIDA DE PANAMÁ	Inservível
01	9652	CADEIRA UNIVERSITÁRIA PRETA REVESTIDA DE PANAMÁ	Inservível
01	9698	CONUNTO EM L, EM AGLOMERADO 25MM, REVESTIDA EM FÓRMICA NA COR AZUL	Inservível
01	9720	ARQUIVO DE AÇO 4 GAVETAS	Inservível
01	9730	CADEIRA GIRATÓRIA REVESTIDA EM TECIDO NA COR AZUL	Inservível
01	9839	MULTIUSO TULIPA MRF	Inservível
01	9868	ARQUIVO DE AÇO COM QUATRO GAVETAS, MARCA CELI	Inservível
01	10458	MESA EM PVC, MARCA TRAMONTINA, RIVIERA QUADRADA	Inservível

ANEXO IV Eletrodomésticos

Quant.	nº. de Pat.	Descrição	Qualificação
01	335	VENTILADOR DE TETO MARCA LOREN SID	Inservível
01	336	VENTILADOR DE TETO MARCA LOREN SID	Inservível
01	437	VENTILADOR DE TETO MARCA LOREN SID	Inservível
01	570	VENTILADOR DE TETO MARCA LOREN SID	Inservível
01	571	VENTILADOR DE TETO MARCA LOREN SID	Inservível
01	617	VENTILADOR DE TETO MARCA TRON	Inservível

01	722	VENTILADOR DE TETO MARCA LOREN SID	Inservível
01	723	VENTILADOR DE TETO MARCA LOREN SID	Inservível
01	1202	VENTILADOR DE TETO	Inservível
01	1741	VENTILADOR DE TETO MARCA LOREN SID	Inservível
01	1742	VENTILADOR DE TETO MARCA LOREN SID	Inservível
01	2167	VENTILADOR DE TETO MARCA LOREN SID	Inservível
01	2304	FORNO ELÉTRICO MARCA ITC	Inservível
01	2562	FREEZER MARCA PROSDOCIMO	Inservível
01	2688	FORNO ELÉTRICO MARCA NARDELLI	Inservível
01	2689	FREEZER MARCA PROSDÓCIMO	Inservível
01	2694	LIQUIDIFICADOR MARCA BRITANIA	Inservível
01	3002	CENTRIFUGA DE ROUPAS MARCA ARNO	Inservível
01	4060	REFRIGERADOR MARCA CONSUL 280 LTS	Inservível
01	4189	APARELHO DE AR CONDICIONADO MARCA CONSUL 10.000	Inservível
01	4463	APARELHO DE AR CONDICIONADO MARCA CONSUL 10000BTUS	Inservível
01	4815	FREEZER MARCA ELETROLUX H 500L	Inservível
01	4956	BEBEDOURO MARCA MASTER FRIO	Inservível
01	5391	LAVADORA DE ROUPAS MARCA ELDORADO	Inservível
01	5578	VENTILADOR MARCA BRITANIA	Inservível
01	5612	FOGAO INDUSTRIAL 4 BOCAS COM FORNO MARCA DAKO	Inservível
01	5618	AQUECEDOR MARCA BRITANIA 1200	Inservível
01	5626	VENTILADOR MARCA BRITANIA	Inservível
01	5715	VENTILADOR DE PAREDE MARCA TRON	Inservível
01	5794	VENTILADOR DE TETO MARCA LOREN SID	Inservível
01	5830	VENTILADOR DE TETO MARCA LOREN SID	Inservível
01	5847	LAVADOURA DE ROUPAS MARCA MUELLER	Inservível
01	5848	VENTILADOR MARCA BRITANIA	Inservível
01	5849	VENTILADOR DE TETO MARCA LOREN SID	Inservível
01	5850	VENTILADOR DE TETO MARCA LOREN SID	Inservível
01	5851	VENTILADOR MARCA BRITANIA	Inservível
01	5873	AQUECEDOR MARCA MONDIAL	Inservível
01	5956	VENTILADOR MARCA BRITANIA	Inservível
01	6019	FOGAO A GAS MARCA BRASLAR 4 BOCAS	Inservível
01	6021	LIQUIDIFICADOR MARCA WALITA	Inservível
01	6058	AQUECEDOR MARCA BRITANIA 1000	Inservível
01	6071	AQUECEDOR MARCA BRITANIA 1000	Inservível
01	6153	VENTILADOR DE TETO MARCA LOREN SID	Inservível
01	6154	VENTILADOR DE TETO MARCA LOREN SID	Inservível

01	6292	APARELHO DE AR CONDICIONADO MARCA ELECTROLUX 7500 BTUS	Inservível
01	6335	BEBEDOURO MARCA LATINA ELETRONIC	Inservível
01	6364	VENTILADOR CIRCULADO DE AR MARCA MALLORY	Inservível
01	6407	REFRIGERADOR MARCA CONSUL 280 LITROS	Inservível
01	6798	APARELHO DE AR CONDICIONADO MARCA ELECTROLUX 7500	Inservível
01	6893	REFRIGERADOR MARCA CONSUL	Inservível
01	6895	APARELHO DE AR CONDICIONADO MARCA ELECTROLUX 7500	Inservível
01	6939	VENTILADOR MARCA BRITANIA B30S	Inservível
01	6991	FOGÃO INDUSTRIAL MARCA DAKO 4 BOCAS	Inservível
01	7032	VENTILADOR DE COLUNA MARCA VENTISOL	Inservível
01	7070	CLIMATIZADOR DE AR MARCA ELECTROLIX	Inservível
01	7565	VENTILADOR ARNO ALIVIO 30CM	Inservível
01	7566	VENTILADOR ARNO ALIVIO 30CM	Inservível
01	7569	VENTILADOR MALLORY BOREAL 30CM	Inservível
01	7570	VENTILADOR MALLORY BOREAL 30CM	Inservível
01	7571	VENTILADOR MALLORY BOREAL 30CM	Inservível
01	7835	CENTRIFUGA CONSUL	Inservível
01	7838	FOGÃO INDUSTRIAL A GÁS 06 BOCAS;	Inservível
01	7929	CIRCULADOR DE AR MARCA BRITÂNIA	Inservível
01	8163	CENTRIFUGA DE ROUPA MARCA MUELLER	Inservível
01	8250	LAVADORA DE ROUPA CONSUL	Inservível
01	8274	FILTRO DE ÁGUA	Inservível
01	8340	CLIMATIZADOR DE AR 9.000 BTUS MODELO SPLIT	Inservível
01	8341	CLIMATIZADOR DE AR 9.000 BTUS MODELO SPLIT	Inservível
01	8589	CENTRIFUGA TURBO KIN	Inservível
01	8622	CLIMATIZADOR DE AR SPLIT 12.000BTU Q/F ELECT	Inservível
01	8682	CLIMATIZADOR DE AR MASTER UNIVERSAL	Inservível
01	8823	PURIFICADORDE ÁGUA COM FILTRO, MARCA LATINA	Inservível
01	8939	CLIMATIZADOR DE AR MITSUO 12.000BTUS	Inservível
01	8962	PURIFICADOR DE ÁGUA MARCA LATINA	Inservível
01	9002	CLIMATIZADOR DE AR SPLIT 12.000 BTU Q/F ELEC	Inservível
01	9281	APARELHO MICROONDAS 30 LITROS NA COR BRANCA, MARCA MIDEA.	Furtado
01	9330	FOGÃO INDUSTRIAL 4 BOCAS, DUAS SIMPLES E DUAS DUPLA.	Inservível
01	9466	LAVADORA DE ROUPA PLUS MARCA MULLER DE 4,5KG	Inservível
01	9549	LAVADORA DE ROUPAS DE 4KG MARCA WANKE	Inservível
01	9676	BEBEDOURO ELÉTRICO COM FILTRO	Inservível
01	9736	CLIMATIZADOR DE AR ELECTROLUX 12.000 BTUS	Inservível
01	9841	VENTILADORES ARGE PAREDE 60 CM OSCILANTE 6020/6050 PR BIV ARGE	Inservível

01	9844	VENTILADORES ARGE PAREDE 60 CM OSCILANTE 6020/6050 PR BIV ARGE	Inservível
01	9846	CLIMATIZADOR 12.000BTUS Q/F MARCA ELECTROLUX	Inservível

ANEXO V

Equipamentos de áudio, vídeo e foto

Quant.	nº. de Pat.	Descrição	Qualificação
01	1388	VIDEO CASSETE MARCA PANASONIC 5 HEAD	Inservível
01	2092	TELEVISOR MARCA PANASONIC 20POL	Inservível
01	2250	VIDEO CASSETE MARCA SANYO 4 HEAD	Inservível
01	2641	TELEVISOR MARCA SANYO 20POL	Inservível
01	3142	VIDEO CASSETE MARCA PHILCO 4 HEAD	Inservível
01	5212	RECEPTOR DE PARABOLICA MARCA CENTURY	Inservível
01	5582	CAIXA DE SOM MARCA FRAHN CS1015	Inservível
01	5585	APARELHO DE SOM MINISYSTEM MARCA PHILIPS AZ 1017	Inservível
01	5589	APARELHO DE SOM MINISYSTEM MARCA TOSHIBA	Inservível
01	5591	APARELHO DE DVD MARCA PHILIPS	Inservível
01	5602	APARELHO DE SOM MINISYSTEM MARCA PHILIPS AZ 1017	Inservível
01	6620	APARELHO DE DVD MARCA ROADSTAR	Inservível
01	6621	MESA DE SOM MARCA WATTSON MXS 6II	Inservível
01	6627	AMPLIFICADOR DE SOM MARCA DOBSOM GSA-2400	Inservível
01	6635	RECEPTOR PARA MICROFONE DE CABEÇA MARCA KARSECT COM MICROFONE	Inservível
01	6738	APARELHO DE SOM MINISYSTEM MARCA BRITANIA BS 190	Inservível
01	6951	CAMERA DIGITAL MARCA SONY 4.1 MP	Inservível
01	6990	VIDEO CASSETE MARCA PANASONIC 5 HEAS	Inservível
01	8215	APARELHO DATA SHOW MARCA LG	Inservível
01	8237	CAMERA DIGITAL SAMSUNG 12.2 MP	Inservível
01	8339	APARELHO DE DATA SHOW 2.000 LUX	Inservível
01	8697	MONITOR DE TELEVISOR 24" MARCA LG	Inservível
01	8933	CAMERA DIGITAL SAMSUNG ST67 14.2MP	Inservível
01	9667	APARELHO DE SOM MARCA BRITANIA	Inservível
01	9806	CAMERA DIGITAL ES95 16.1 MARCA SANSUNG	Inservível
01	9827	CAMERA DIGITAL ES95 SAMSUNG 16.1	Inservível
01	9849	RADIO AM/FM, COM DISPOSITIVOS DE CD PLAYER, MARCA BRITANIA	Inservível
01	9957	APARELHO DE DVD, MARCA BRITÂNIA	Inservível
01	9958	APARELHO DE DVD, MARCA BRITÂNIA	Inservível

ANEXO VI

Demais Bens

Quant.	nº. de Pat.	Descrição	Qualificação
--------	-------------	-----------	--------------

01	3236	PLACAR ELETRONICO MARCA JDJ	Inservível
01	3602	MOTO BOMBA A GASOLINA MARCA STHIL P 840	Inservível
01	3718	TALHA MANUAL COM CAVALETE EM FERRO	Inservível
01	5627	APARELHO NEBULIZADOR MARCA NEVONI	Inservível
01	5635	GABINETE ODONTOLOGICO COMPLETO MARCA OLSEN	Inservível
01	5782	FOCO AUXILIAR 1 LAMPADA	Inservível
01	6183	AUTO CLAVE MARCA CRISOFOLI VITALE 21	Inservível
01	6295	CONTADOR DE CELULAS MARCA LEUCOTRON T-P	Inservível
01	6298	DEIONIZADOR DE AGUA MARCA QUIMIS	Inservível
01	6300	CENTRIFUGA PARA SANGUE MARCA PRESVAC DSC-16 RV	Inservível
01	6302	AGITADOR DE TUBOS MARCA PHOENIX AP 56	Inservível
01	6305	DILUIDOR DE SANGUE MARCA CELM DA-500	Inservível
01	6306	MICRO CENTRIFUGA KHT 400	Inservível
01	6307	HOMOGENEIZADOR DE SANGUE MARCA PHOENIX AP 22	Inservível
01	6308	CENTRIFUGA PARA SANGUE DIGITAL MARCA PARSEC CT 0603	Inservível
01	6422	CENTRAL TELEFONICA MARCA INTELBRAS MODULARE	Inservível
01	7914	DISTRIBUIDOR DE ADUBO LÍQUIDO COM BOMBA LOBULAR CAPACIDADE DE 3.000 LITROS.	Inservível
01	7915	DISTRIBUIDOR DE ADUBO LÍQUIDO COM BOMBA LOBULAR CAPACIDADE DE 4.000 LITROS.	Inservível
01	7916	DISTRIBUIDOR DE ADUBO LÍQUIDO COM BOMBA LOBULAR CAPACIDADE DE 4.000 LITROS.	Inservível
01	8064	RELÓGIO PONTO BIOMÉTRICO MARCA SUPER FÁCIL	Inservível
01	8392	AUTO CLAVE EM AÇO MARCA GNATUS 21 LITROS	Inservível
01	5734	APARELHO NEBULIZADOR MARCA NEVONI	Inservível
01	5778	MOCHO FIXO COM ACENTO GIRATÓRIO	Inservível
01	5786	AMALGAMADOR MARCA ULTRMAT 2	Inservível
01	5787	AQUECEDOR DE AR MARCA MONDIAL	Inservível
01	5788	FOTOPOLIMERIZADOR KM 50 R	Inservível
01	5789	MOCHO ODONTOLOGICO GIRATÓRIO ESTOFADO EM CORVIN	Inservível
01	5790	GABINETE ODONTOLÓGICO COMPLETO MARCA DABI ATLANTE	Inservível
01	5791	MESINHA AUXILIAR INOX COM RODINHAS	Inservível
01	5829	AUTO CLAVE MARCA CICLO TOTAL	Inservível
01	5835	MACA EM FERRO ESTOFADA EM CORVIN PARA EXAME GINECOLOGICO	Inservível
01	6048	MAQUINA DE COSTURA SINGER ELETRICA	Inservível
01	7091	AUTO CLAVE DIGITAL MARCA STERMAX 12 LTS	Inservível
01	7848	MESA OPERADORA MODELO TI NKT4245 COM MÓDULO DE 64 TECLAS, NA COR GRAFITE, MARCA INTELBRAS	Inservível
01	7849	CENTRAL TELEFONICA DIGITAL MARCA INTELBRAS IMPACTA	Inservível
01	7919	FOCO CLÍNICO	Inservível
01	7920	FOCO CLÍNICO	Inservível

01	8231	LIXEIRA DEINOX 30 LITROS TRAMONTINA	Inservível
01	8233	LIXEIRA DEINOX 30 LITROS TRAMONTINA	Inservível
01	9744	OXIMETRO DE DEDO CHOICE	Inservível
01	9006	CENTRAL TELEFÔNICA	Inservível

ANEXO VII

CERTIDÃO

Eu, Aline Carina Pöttker, servidora pública municipal, matrícula nº 959801, responsável pelo Departamento de Patrimônio, CERTIFICO que a descrição dos bens constantes nos anexos I a VII foi feita de acordo com o que consta na descrição de cada bem no sistema Betha Patrimônio, sendo que nem todos possuem identificação como marca, modelo, etc.. Em razão do prazo decorrido desde o cadastro dos bens há dificuldade em complementar esses cadastros falhos.

Município de Palmitos, em 06 de dezembro de 2016.

ALINE CARINA POTTKER

Mat. 959801

Responsável pelo Setor de Patrimônio

Município de Palmitos/SC

LEI COMPLEMENTAR 075/2016

LEI COMPLEMENTAR Nº. 075/2016. De 23 de dezembro de 2016.	REEDITA O ART. 1º, MODIFICA O ART. 10 E O ART. 4º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 053/2013, QUE CRIOU O PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO DE CONSTRUÇÕES IRREGULARES E CLANDESTINAS E REVOGA O ART. 2º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 068/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município de Palmitos – SC, que a Câmara de vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:
--	---

Art. 1º Fica reeditado o artigo 1º da Lei Complementar nº 053/2013, de 07 de agosto de 2013.

Art. 2º O artigo 10 da Lei Complementar nº 053/2013, de 07 de agosto de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10. Os interessados em promover a regularização de suas obras deverão providenciar o protocolo do requerimento de que trata o artigo 4º, da Lei Complementar nº 053/2013, de 07 de agosto de 2013, com toda a documentação ali referida, até o dia 31 de março de 2017.”

Art. 3º Fica excluída a alínea ‘e’, do inciso VIII do art. 4º, da Lei Complementar nº 053/2013, de 07 de agosto de 2013.

Art. 4º Ficam acrescidos os incisos XI e XII ao art. 4º, da Lei Complementar nº 053/2013, de 07 de agosto de 2013, com as seguintes redações:

“Art.4º...

...

“XI – Atestado de aprovação de projeto preventivo contra incêndio emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina, conforme as Normas para Segurança contra Incêndio e Pânico(NSCI), de acordo com a Lei Estadual nº 16.157, de 20/12/2013.”

“XII – Projeto do sistema de tratamento de esgoto sanitário para atendimento da edificação ou adequação do sistema existente, quando for o caso, composto de fossa-séptica, filtro-anaeróbico e sumidouro, conforme estabelecido na Lei Complementar nº 023/2009 – Plano Diretor Participativo do Município de Palmitos – Sc e alterações, incluindo o memorial de cálculo de dimensionamento e plantas dos detalhes construtivos do mesmo”.

LEI COMPLEMENTAR Nº. 075/2016.

De 23 de dezembro de 2016.

Art. 5º Fica revogado o artigo 2º, da Lei Complementar nº 068/2015, de 08 de maio de 2015.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, em 23 de dezembro de 2016.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Paulino Parisotto

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

PROCESSO 19/2016 SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 19/2016. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 07/2016. Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ESF - ÁREA 03. Data da entrega dos envelopes: 09/01/2017 até as 08:30 horas. Data da abertura: 09/01/2017 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 27 de Dezembro de 2016. Norberto Paulo Gonzatti – Prefeito Municipal.

Papanduva

PREFEITURA

1º TERMO DE RETIFICAÇÃO - PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 031/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 031/2016

TERMO ADITIVO AO CONTRATO 031/2016, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA E RICARDO JULIANO RUDNICK

1º Termo de Retificação

DO OBJETO

O presente Termo de Retificação tem por objetivo retificar o extrato publicado no dia 23/12/2016, edição nº 2152 do DOM/SC, pg 555 onde lê-se "este contrato que passa a vigorar até a data de 31 de janeiro de 2017" leia-se "este contrato que passa a vigorar até a data de 31 de dezembro de 2017".

Papanduva (SC), 27 de dezembro de 2016

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 038/2016

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 038/2016

TERMO ADITIVO AO CONTRATO 038/2016, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA E A EMPRESA DERPA USINA DE ASFALTO LTDA EPP

Pelo presente Termo, de um lado a Prefeitura Municipal de Papanduva estado de Santa Catarina. Inscrita no CNPJ 83.102.533/0001-01, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. Dario Schicovski e de outro lado a empresa DERPA USINA DE ASFALTO LTDA EPP, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob Nº 10.752.454/0001-72, com sede na Rodovia BR 476 Km 354, s/n – Colônia Rio Vermelho - Invernadinha – União da Vitória/PR, neste ato representado pelo Sr. Decio Pacheco Junior, residente e domiciliado em União da Vitória/PR, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato nº 038/2016, para constar a seguinte alteração:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO CONTRATO PRINCIPAL

Este aditamento contratual fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 038/2016, datado de 21 de junho de 2016, referente ao processo licitatório na modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 055/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E JUSTIFICATIVA

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do contrato 038/2016 objeto do Processo Licitatório na modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 055/2016; Considerando a necessidade da continuidade destes serviços; Considerando o princípio da economicidade; Considerando que o inciso II do artigo 57 da Lei Federal 8.666/93 em vigor admite prorrogações, adita-se este contrato que passa a vigorar até a data de 31 de março de 2017.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Está amparado no Artigo 65 inciso § 1º da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DEMAIS CLÁUSULA CONTRATUAIS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado, permanecem vigendo em sua integralidade.

E, por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Papanduva (SC), 27 de dezembro de 2016

Dario Schicovski

Decio Pacheco Junior

PELA CONTRATANTE

PELA CONTRATADA

Testemunhas :

Ricardo Zenfe

Otavio Hunka

Matricula: 2675

Matricula: 611

De Acordo:

Visto e aprovado pela Procuradoria Jurídica

Orlando Marcelo Vieira

Procurador Jurídico

OAB/SC 14035B

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO N. 007/2016, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.**

Decreto Legislativo n. 007/2016, de 19 de dezembro de 2016.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a firmar Convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Papanduva - APAE.

Girseliano Moreira da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Papanduva, nos termos do artigo 33, inciso VIII, alínea 'e', do Regimento Interno,
Faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Papanduva aprovou e ele, promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Papanduva (SC), visando o estabelecimento de condições adequadas para o atendimento de pessoas portadoras de deficiência na escola especial mantida pela Associação, conforme termo de convênio que fica fazendo parte integrante deste decreto.

Art. 2º. Para fazer face as despesas decorrentes da aplicação deste Decreto Legislativo serão usados recursos do orçamento de 2017.

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Papanduva, em 19 de dezembro de 2016.

Girseliano Moreira da Silva
Presidente

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicado no átrio de publicações desta Câmara e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Valdecir Vaneski
Vice-Presidente

Alois Mikalovicz
1º Secretário

Djana Paula Matioski
2ª Secretária

CONVÊNIO Nº _____/2016.

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA E ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DA PAPANDUVA/SC.

Aos _____ dias do mês de _____ de dois mil e dezesseis, a Prefeitura Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.533/0001-01, com sede na Rua Sérgio Glevinski nº 134, centro, Papanduva-SC, representada neste ano pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Senhor Dario Schicovski, residente em Papanduva-SC, inscrito no CPF sob nº 248.839.219-72, e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Papanduva, inscrita no CNPJ sob nº 79.357778/0001-02, com sede na Rua Basílio Heuko nº 1035, Papanduva-SC, neste ato representada pela Presidente Senhora Ana Rita Mikalovicz, residente na Rua Tenente Ary Rauem, 98, Papanduva-SC, inscrita no CPF

sob nº 631.465.689-34, resolvem CELEBRAR o presente Termo, de acordo com o Decreto Legislativo nº _____, com as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O presente convênio tem por objeto a cessão de servidores a cargo da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, bem como garantir a cooperação técnico-pedagógica entre as partes, visando o estabelecimento de condições adequadas para o atendimento das pessoas portadoras de Deficiência na Escola Especial mantida pela ASSOCIAÇÃO, em conformidade com as diretrizes de Educação Especial e Lei Orgânica Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO:

As despesas decorrentes da execução do presente Termo correrão à conta do orçamento do Município de 2017.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

I - Ceder à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, até 07 (sete) servidores municipais para desempenharem funções na referida Associação, cumprindo uma jornada de trabalho, conforme segue:

02(dois) Professores (auxiliares de transporte escolar) - 20 horas semanais

01(um) Motorista - 40 horas semanais

03 (três) Auxiliares de Serviços Gerais - 40 horas semanais

01(um) Fisioterapeuta - 12 horas semanais

II- Autorizar treinamento específico, se necessário, ao desempenho das atividades pelos servidores cedidos.

III- Realizar controle da movimentação do pessoal em exercício na Escola Especial, através da Gerência de Administração.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO:

I- Garantir matrícula a todo educando Portador de Deficiência mental, (moderada, severa e profunda) viabilizando atendimento contínuo, como também aos portadores de atraso no desenvolvimento neuropsimotor, com até 03 (três) anos de idade cronológica (de acordo com o previsto na Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1.989), Distúrbio Global do Desenvolvimento e Deficiência Múltipla. Na impossibilidade do atendimento, a ASSOCIAÇÃO deverá encaminhar Exposição de motivos aos órgãos Competentes.

II- Encaminhar ao responsável pelo Departamento de Pessoal da Prefeitura, o Mapa de Pessoal e frequência dos Servidores cedidos, sempre no 25º dia útil do mês, ou conforme solicitações.

III- Propiciar o devido treinamento, se necessário, aos servidores cedidos pela PREFEITURA, a fim de que seja cumprido com o estabelecido na cláusula primeira deste convênio.

CLÁUSULA QUINTA - DA DENÚNCIA:

A APAE e o MUNICÍPIO poderão propor, a qualquer tempo, a denúncia do presente Convênio, se não for cumprida qualquer de suas Cláusulas, ou por mútuo acordo.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA:

O prazo de vigência do presente convênio será pelo período com efeitos a contar de 01.02.2017 até o final do ano letivo junto com os demais profissionais da educação, podendo ser prorrogado por decisão das partes, em cada exercício.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO:

Os partícipes elegem o Foro e Comarca de Papanduva, para dirimir

quaisquer dúvidas ou litígios oriundos da execução deste Termo.

E, por estarem, assim, justos e acordados assinam o presente Convênio com as testemunhas abaixo relacionadas.

Papanduva, 24 de novembro de 2017.

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

Ana Rita Mikalovicz
Presidente da APAE

TESTEMUNHAS

Fábio José Padilha
CEP: 030.911.539-67

Valdeci Becker
CPF: 036.983.679-04

Paulo Lopes**PREFEITURA****DECRETO Nº 61/2016.**

DECRETO Nº 61/2016.

Revoga o decreto 47/16, autoriza a anulação e suplementação de dotações no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 5º da Lei 1.659/2015 – LOA,

DECRETA:

Art. 1º - Fica revogado o Decreto nº 47/2016, no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), na sua totalidade.

Art. 2º - Abre crédito adicional suplementar por conta do superávit do exercício anterior da fonte 0300.000000 – Recursos Próprios – no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), conforme especificação a seguir:

0801 – SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E SERVIÇOS URBANOS R\$ 40.000,00
26.782.0008.2.033 – Manutenção da Secretaria de Obras R\$ 40.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0300.000000 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

0702 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL R\$ 60.000,00
08.244.0007.2027 – Atendimento às Famílias Carentes R\$ 60.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0300.000000 – Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

0501 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO R\$ 5.000,00
12.367.0004.2.022 – Atendimento ao Deficiente R\$ 5.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00.0300.000000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

0201 – GABINETE DO PREFEITO R\$ 25.000,00
04.122.0002.2004 – Manutenção do Gabinete do Prefeito R\$ 25.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.0300.000000 – Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Art. 3º - Para operacionalizar o artigo 1º e 2º deste Decreto, fica remanejada a dotação, no limite de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), conforme especificação abaixo:

0801 – SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E SERVIÇOS URBANOS R\$ 40.000,00
26.782.0008.2.033 – Manutenção da Secretaria de Obras R\$ 40.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0300.000000 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

0702 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL R\$ 60.000,00
08.244.0007.2027 – Atendimento às Famílias Carentes R\$ 60.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0300.000000 – Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

0501 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO R\$ 5.000,00
12.367.0004.2.022 – Atendimento ao Deficiente R\$ 5.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00.0300.000000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

0201 – GABINETE DO PREFEITO R\$ 25.000,00

04.122.0002.2004 – Manutenção do Gabinete do Prefeito R\$ 25.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0300.000000 – Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Art. 4º - O disposto no artigo 3º desta Lei será atendido pela anulação da dotação abaixo identificada, no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais):

0801 – SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E SERVIÇOS URBANOS R\$ 130.000,00

26.782.0008.1.035 – Pavimentação de Ruas R\$ 130.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0300.000000 – Aplicações Diretas R\$ 130.000,00

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 28 de dezembro de 2016.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Sec. Mun. de Administração

ERRATA PORTARIA Nº 408/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PAULO LOPES
ERRATA

Na Portaria nº 408/2016 de 06 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina no dia 09/12/2016, onde se lê "PORTARIA Nº 408/2016" Leia-se "PORTARIA Nº 409/2016", Permanecendo o restante do texto sem alteração.

Município de Paulo Lopes - SC, 22 de dezembro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

ERRATA PORTARIA Nº 409/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PAULO LOPES
ERRATA

Na Portaria nº 409/2016 de 06 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina no dia 09/12/2016, onde se lê "PORTARIA Nº 409/2016" Leia-se "PORTARIA Nº 410/2016", Permanecendo o restante do texto sem alteração.

Município de Paulo Lopes - SC, 22 de dezembro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

ERRATA PORTARIA Nº 410/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PAULO LOPES

ERRATA

Na Portaria nº 410/2016 de 06 de Novembro de 2016, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina no dia 16/12/2016, onde se lê "PORTARIA Nº 410/2016" Leia-se "PORTARIA Nº 408/2016", onde se lê "matrícula nº 11283" Leia-se "matrícula nº 11281", onde se lê " 06 de novembro" Leia-se 01 de Dezembro" Permanecendo o restante do texto sem alteração.

Município de Paulo Lopes - SC, 22 de dezembro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

ERRATA PORTARIA Nº 412/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PAULO LOPES

ERRATA

Na Portaria nº 412/2016 de 12 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina no dia 16/12/2016, onde se lê "matrícula nº 11284" Leia-se "matrícula nº 11283", onde se lê " 12 de novembro" Leia-se "12 de dezembro" Permanecendo o restante do texto sem alteração.

Município de Paulo Lopes - SC, 22 de dezembro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

ERRATA PORTARIA Nº 414/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PAULO LOPES

ERRATA

Na Portaria nº 414/2016 de 13 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina no dia 16/12/2016, onde se lê "13 de novembro" Leia-se "13 de dezembro" Permanecendo o restante do texto sem alteração.

Município de Paulo Lopes - SC, 22 de dezembro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 20/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PAULO LOPES

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº. 20/2016

Ata nº20/2016; Processo nº63/2016; Objeto: O registro de preço para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no suprimento de materiais e equipamentos odontológicos para abastecer os consultórios da Rede Municipal de Saúde. Contratante: MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; Contratadas: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, valor: R\$ 1.215,73 (um mil duzentos e quinze reais e setenta e três centavos), METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, valor: R\$ 283,56 (duzentos e oitenta e três reais e cinquenta e seis centavos), ISAMED MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES LTDA ME, valor: R\$ 2.511,56 (dois mil e quinhentos e onze reais e cinquenta e seis centavos), OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA, valor: R\$ 8.820,00 (oito mil oitocentos e vinte reais), L. M. LADEIRA & CIA LTDA , valor R\$ 4.155,45 (quatro mil cento e cinquenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos), TATA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA SAUDE, ODONTO-MEDICO LTDA - ME, valor: R\$ 1.113,00 (um mil cento e treze reais), DENTÁRIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENSE LTDA, valor: R\$ 6.365,88 (seis mil, trezentos e sessenta e cinco reais e oitenta e oito centavos), AGILE DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS DESCARTAVEIS S&M LTDA, valor: R\$ 2.413,64 (dois mil quatrocentos e treze reais e sessenta e quatro centavos), MEGA DENTAL IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS EIRELI-ME, valor: R\$ 15.316,88(quinze mil trezentos e dezesseis reais e oitenta e oito centavos), EMIGE MATERIAIS ODONTOLOGICOS LTDA, valor R\$ 976,28 (novecentos e setenta e seis reais e vinte oito centavos), DENTAL OESTE EIRELI EPP, valor: R\$ 14.683,55 (quatorze mil, seiscentos e oitenta e três reais e cinquenta e cinco centavos), DELTA SHOP DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME, valor: R\$ 9.558,40 (nove mil quinhentos e cinquenta e oito reais e quarenta centavos), DENTAL OPEN - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA EPP , valor: R\$ 19.142,41 (dezenove mil cento e quarenta e dois reais e quarenta e um centavos) e DENTAL CREMER PRODUTOS ODONTOLOGICOS S.A, valor: R\$ 10.631,97 (dez mil seiscentos e trinta e um reais e noventa e sete centavos); Data da Assinatura: 23 de dezembro de 2016. Validade: 12 (doze) meses.

PORTARIA Nº 419/2016ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 419/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve.

AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Pública Municipal - CLT, Valdete Correia de Souza Fernandes, brasileira, portadora do CPF nº 043.354.119-95, matrícula nº 10263 ocupante do Cargo de Agente Comunitária de Saúde, até 31/03/2016 conforme benefício nº 6148372405 em anexo.

Município de Paulo Lopes – SC, em 16 de Dezembro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 420/2016ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 420/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:
DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Edinéia Dilma Borges Rodrigues, portadora do CPF nº 927.572.519-53, matrícula 11182, ocupante do Cargo de Professora, contratada pela Portaria nº 058/2016, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes – SC, em 16 de dezembro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 421/2016ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 421/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:
DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Maria Constancia da Silveira, portadora do CPF nº 031.483.249-19, matrícula 11183, ocupante do Cargo de

Professora, contratada pela Portaria nº 059/2016, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes – SC, em 16 de dezembro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 422/2016ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 422/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:
DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Ariana Marilene Fortunato Alexandre, portadora do CPF nº 055.872.229-69, matrícula 11184, ocupante do Cargo de Professora, contratada pela Portaria nº 060/2016, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes – SC, em 16 de dezembro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 423/2016ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 423/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:
DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Maurilia Pereira Vieira, portadora do CPF nº 039.005.189-63, matrícula 11185, ocupante do Cargo de Professora, contratada pela Portaria nº 061/2016, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes – SC, em 16 de dezembro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 424/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 424/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, **RESOLVE:**

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Alessandra Ana Fernandes de Souza, portadora do CPF nº 024.387.309-35, matrícula 11186, ocupante do Cargo de Professora, contratada pela Portaria nº 062/2016, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes – SC, em 16 de dezembro de 2016.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 425/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 424/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, **RESOLVE:**

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Alessandra Ana Fernandes de Souza, portadora do CPF nº 024.387.309-35, matrícula 11186, ocupante do Cargo de Professora, contratada pela Portaria nº 062/2016, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes – SC, em 16 de dezembro de 2016.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 426/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 426/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, **RESOLVE:**

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Vera Lúcia Rodrigues Nunis, portadora do CPF nº 501.909.549-49, matrícula 11188, ocupante do Cargo de Professora, contratada pela Portaria nº 064/2016, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime

Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes – SC, em 16 de dezembro de 2016.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 427/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 427/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, **RESOLVE:**

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Cláudia Cardomone, portadora do CPF nº 111.615.108-18, matrícula 11189, ocupante do Cargo de Professora, contratada pela Portaria nº 065/2016, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes – SC, em 16 de dezembro de 2016.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 428/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 428/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, **RESOLVE:**

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Adna Aparecida Cardoso, portadora do CPF nº 059.067.829-90, matrícula 11190, ocupante do Cargo de Professora, contratada pela Portaria nº 066/2016, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes – SC, em 16 de dezembro de 2016.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 429/2016ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 429/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, **RESOLVE:**

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Marli Borges Carboni, portadora do CPF nº 520.632.839-15, matrícula 11192, ocupante do Cargo de Professora, contratada pela Portaria nº 305/2016, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes – SC, em 16 de dezembro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 430/2016ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 430/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, **RESOLVE:**

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Karina Andréia Tavares, portadora do CPF nº 072.880.719-01, matrícula 11204, ocupante do Cargo de Professora, contratada pela Portaria nº 109/2016, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes – SC, em 16 de dezembro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 431/2016ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 431/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, **RESOLVE:**

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Noemi Aparecida da Silva Machado, portadora do CPF nº 050.480.909-18, matrícula 11206, ocupante do Cargo de Professora, contratada pela Portaria nº 111/2016, a disposição

da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes – SC, em 16 de dezembro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 432/2016ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 432/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, **RESOLVE:**

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Eva Antoria Almeida, portadora do CPF nº 008.235.949-04, matrícula 11268, ocupante do Cargo de Professora, contratada pela Portaria nº 335/2016, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes – SC, em 16 de dezembro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 433/2016ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 433/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, **RESOLVE:**

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Tânia Ramos da Silva, portadora do CPF nº 017.711.319-77, matrícula 11269, ocupante do Cargo de Professora, contratada pela Portaria nº 337/2016, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes – SC, em 16 de dezembro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 434/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 434/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, rESOLVE:

AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, ao Servidor Público Municipal, efetivo e estável, Carlos Eduardo Moisés, brasileiro, portador do CPF nº 916.119.209-06 matrícula nº 1009 ocupante do Cargo de Assistente Administrativo II, à disposição da Secretaria Municipal de Educação, até 25/01/2017, conforme benefício nº 6147394685.

Município de Paulo Lopes – SC, em 19 de Dezembro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 435/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 435/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, rESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, a Servidora Pública Municipal, Juliana Cristina Derner, brasileira, efetiva e estável, portadora do CPF nº 023.643.329-66, matrícula nº 808, ocupante do Cargo de Psicóloga, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde com gozo no período de 19/12/2016 á 17/01/2017, referente ao quinquênio 02/07/2003 á 01/07/2008, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 19 de Dezembro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 436/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 436/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve.

CONCEDER LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Pública Municipal, Aline Rosa da Silva Santos, brasileira, portadora do CPF nº 066.921.669-00, matrícula nº 11201, ocupante do Cargo de Professora, à disposição da Secretaria Municipal de Educação, de

09/12/2016 a 02/01/2017.

Município de Paulo Lopes – SC, em 19 de Dezembro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 437/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 437/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, rESOLVE:

CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO DE 180 dias, a Servidora Pública Municipal, Lorena Lucas Puerta, brasileira, portadora do CPF nº 045.978.139-18 matrícula nº 11262, ocupante do Cargo de Professora, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral da Previdência Social – RGPS, no período de 15/12/2016 à 12/06/2017, conforme atestado e parecer jurídico em anexo.

Município de Paulo Lopes SC em 19 de dezembro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretario Municipal de Administração

PORTARIA Nº 438/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 438/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve.

CONDEDER LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE, ao Servidor Público Municipal, efetivo e estável, Ademir Manoel Cabral, brasileiro, portador do CPF nº 251.972.239-87, matrícula nº 748, ocupante do Cargo de Motorista, à disposição da Secretaria Municipal de Saúde, de 20/12/2016 a 02/01/2017.

Município de Paulo Lopes – SC, em 20 de Dezembro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 439/2016ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 439/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve.

AMPLIAR LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Pública Municipal, efetiva, Priscila Tzelikis Duarte, brasileira, portadora do CPF nº 053.898.709-05, matrícula nº 11200, ocupante do Cargo de Fisioterapeuta, à disposição da Secretaria Municipal de Saúde, até 05/01/2017, conforme benefício nº 6169303771.

Município de Paulo Lopes – SC, em 20 de Dezembro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 440/2016ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 440/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, rESOLVE:
DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Janete Dilma Borges Rodrigues, portadora do CPF nº 916.117.099-20, matrícula 11274, ocupante do Cargo de Professora, contratada pela Portaria nº 380/2016, a disposição da Secretaria Municipal de Assistência Social, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes – SC, em 16 de dezembro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 441/2016ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 441/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, rESOLVE:
DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Karyne Angelo de Brida da Silva, portadora do CPF nº 018.053.549-81, matrícula 11275, ocupante do Cargo de

Professora, contratada pela Portaria nº 385/2016, a disposição da Secretaria Municipal de Assistência Social, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes – SC, em 20 de dezembro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 442/2016ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 442/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, rESOLVE:
EXONERAR A PEDIDO, Aldo Laurentino, brasileiro, ocupante do Cargo em Comissão de Secretário Municipal de Agricultura, portador do CPF nº 245.478.919-15, matrícula nº 10732, nomeado pela Portaria nº 365/2014, por motivos pessoais, conforme documento em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, 20 de dezembro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 443/2016ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 443/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, rESOLVE:
AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Pública Municipal, efetiva e estável, Sirlene Nascimento, brasileira, portadora do CPF nº 887.602.869-20, matrícula nº 155, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, à disposição da Secretaria Municipal de Educação, até 24/01/2017, conforme benefício nº 6166520607 em anexo.

Município de Paulo Lopes – SC, em 21 de Dezembro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 444/2016ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 444/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, **RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, a Servidora Pública Municipal, Marilete Santos de Souza Borges, brasileira, efetiva e estável, portadora do CPF nº 432.263.539-34, matrícula nº 13, ocupante do Cargo de Assistente Social, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde com gozo no período de 22/12/2016 à 20/01/2017, referente ao quinquênio de 01/03/2005 à 28/02/2010, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 22 de Dezembro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 445/2016ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 445/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, **RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO, Guilherme Tavares de Jesus, brasileiro, ocupante do Cargo em Comissão de Assessor Jurídico, portador do CPF nº 066.969.819-93, matrícula nº 11171, nomeado pela Portaria nº 033/2016, por motivos pessoais, conforme documento em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, 23 de dezembro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 446/2016ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 446/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, **RESOLVE:**

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 347/2016, que designou Secretário de Transporte, Obras e Serviços Urbanos, o Servidor Público Municipal, efetivo, Haylor Fraga Carginin, brasileiro, portador

do CPF nº 690.482.589-87, matrícula nº 11211, conforme requerimento em anexo.

Município de Paulo Lopes-SC, em 26 de Dezembro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 447/2016ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 447/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, **RESOLVE:**

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 259/2016, que Alterou carga horária da Servidora Pública Municipal, efetiva e estável, Janete dos Anjos Medeiros Lourenço, brasileira, portadora do CPF nº 613.396.609-20, matrícula nº 694, ocupante do Cargo de Professora, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, com efeito, a partir de 16/12/2016.

Município de Paulo Lopes-SC, em 26 de dezembro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 448/2016ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 447/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, **RESOLVE:**

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 259/2016, que Alterou carga horária da Servidora Pública Municipal, efetiva e estável, Janete dos Anjos Medeiros Lourenço, brasileira, portadora do CPF nº 613.396.609-20, matrícula nº 694, ocupante do Cargo de Professora, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, com efeito, a partir de 16/12/2016.

Município de Paulo Lopes-SC, em 26 de dezembro de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 449/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 449/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, rESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 262/2016, que Alterou carga horária da Servidora Pública Municipal, efetiva e estável, Silvani de Oliveira Martins, brasileira, portadora do CPF nº 881.491.020-00, matrícula nº 10883, ocupante do Cargo de Professora, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, com efeito, a partir de 16/12/2016.

Município de Paulo Lopes-SC, em 26 de dezembro de 2016.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira

Secretário Municipal de Administração

Penha

PREFEITURA

2848

LEI Nº 2848/2016

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA DIVULGAÇÃO DE LISTAGENS DE PACIENTES QUE AGUARDAM POR CONSULTAS COM ESPECIALISTAS, EXAMES E CIRURGIAS NA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE PENHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, Prefeito Municipal, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo obrigado a divulgar por meio eletrônico e com acesso irrestrito, bem como nas unidades de saúde do município, as listagens dos pacientes que aguardam por consultas com especialistas, exames e cirurgias na rede pública de saúde do Município de Penha.

Parágrafo Único - A divulgação deverá garantir o direito de privacidade dos pacientes, sendo divulgado apenas o número do Cartão Nacional de Saúde-CNS.

Art. 2º - Todas as listagens serão disponibilizadas pela Secretaria Municipal de Saúde, que deverá seguir rigorosamente a ordem de inscrição para a chamada dos pacientes, salvo nos procedimentos emergenciais, assim atestados por profissional competente.

Art. 3º - As informações a serem divulgadas devem conter:

- I - a data de solicitação da consulta, do exame ou da intervenção cirúrgica;
- II - aviso do tempo médio previsto para atendimento aos inscritos;
- III - relação dos inscritos habilitados para o respectivo exame, consulta ou procedimento cirúrgico;
- IV - relação dos pacientes já atendidos, através da divulgação do número do Cartão Nacional de Saúde-CNS.

Art. 4º - As informações disponibilizadas deverão ser especificadas para o tipo de exame, consulta ou cirurgia aguardada e abranger todos os candidatos inscritos nas diversas unidades de saúde do município, entidades conveniadas ou qualquer outro prestador de serviço que receba recursos públicos municipais.

Art. 5º - Publicada as informações, a listagem será classificada pela data de inscrição, separando os pacientes inscritos dos já beneficiados, sem qualquer tipo de restrição permitido acesso universal, na forma do regulamento.

Art. 6º - Todas as unidades de saúde do município ficam obrigadas a tomar pública, a cada mês, a quantidade de pacientes atendidos, a movimentação do número de inscrições das listagens e a situação atual de cada paciente em relação à sua respectiva lista.

Art. 7º - O Poder Executivo deverá divulgar os dados de produção e de filas de todos os procedimentos agregados pela cidade pelas coordenadorias de saúde e pelas supervisões técnicas de saúde mensalmente.

Parágrafo único - Os dados dos exames individuais deverão ser publicados quinzenalmente.

Art. 8º - Fica desde já autorizada a alteração da situação do

paciente inscrito na listagem de espera com base no critério de gravidade do estado clínico.

Art. 9º - Os recursos e instalações do sistema público de saúde no município serão utilizados para atender, os candidatos regularmente inscritos em lista de espera.

Art. 10 - É de responsabilidade da equipe da unidade de saúde à qual o paciente está vinculado a manutenção ou a execução do mesmo na respectiva listagem.

Art. 11 - A inscrição em listagem de espera não confere ao paciente ou à sua família o direito subjetivo à indenização se a consulta, o exame ou a cirurgia não se realizar em decorrência de alteração justificada da ordem previamente estabelecida.

Art. 12 - Para comprovação do tempo de espera pelo paciente escrito na listagem correspondente, o mesmo receberá, no ato da solicitação da consulta, exame ou cirurgia, um protocolo de inscrição, independentemente de solicitação, onde deverá constar impresso mecanicamente, a numeração própria, a sua posição na respectiva listagem e as informações necessárias para consultá-la.

Art. 13 - Fica a cargo do Poder Executivo a criação de um serviço gratuito para consulta telefônica às listagens referidas na presente lei, tendo por base o número do protocolo de inscrição referido no artigo anterior.

Art. 14 - O Poder Executivo realizará periodicamente, através dos meios adequados de comunicação social, campanhas de esclarecimento público dos benefícios esperados a partir da vigência desta Lei.

Parágrafo Único - Deverão as unidades de saúde do município fixar em local visível os tópicos principais desta Lei, como: número da Lei, possibilidades de alteração da situação do paciente inscrito e informações necessárias para consultar as listagens.

Art. 15 - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de sessenta dias.

Art. 16 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Penha, 20 de dezembro de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração, aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

2849

LEI Nº 2849/2016

ALTERA A DENOMINAÇÃO DA RUA SÃO PAULO, DO LOTEAMENTO DE PROPRIEDADE DE EUGÊNIO KRAUSE

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, Prefeito Municipal, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterada a denominação da Rua São Paulo, do Loteamento de Propriedade de Eugênio Krause, deste Município, para Rua Domingos Manoel Corrêa.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Penha, 20 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração, aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

2850

LEI Nº 2850/2016

ALTERA O ARTIGO 1º, PARÁGRAFO 1º, DA LEI ORDINÁRIA Nº 2662, DE 2013

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, Prefeito Municipal, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O parágrafo 1º, do artigo 1º, da Lei nº 2662, de 14 de novembro de 2013, passa a vigorar de acordo com a seguinte redação:

...

Art. 1º....

§1º RUA NICOLAU DOS SANTOS, a rua projetada A que parte da Rua Inácio Francisco de Souza até confrontar-se com a Rua projetada B, medindo 148,00 metros de extensão e 8,00 metros de largura."

...

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Penha, 20 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração, aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

2851

LEI Nº 2851/2016

DÁ DENOMINAÇÃO OFICIAL À RUA DO LOTEAMENTO JARDIM SOL NASCENTE

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, Prefeito Municipal, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada a Rua projetada "C", com extensão de 77 m, do Loteamento Jardim Sol Nascente, deste Município, como Rua Jean Carlo de Borba, entre a Rua Florianópolis e a Avenida Prefeito Eugênio Krause.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Penha, 20 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração, aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

2852

LEI Nº.2852/2016

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTARE DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, Prefeito Municipal, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no art. 167, II, da Constituição Federal; e de conformidade com o art. 41, I da Lei nº. 4.320/64 autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$370.000,00 (Trezentos e setenta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias, como segue:

Órgão: 05 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
Unidade Orçamentária: 01 – DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Programa de Trabalho: 04.122.0004

Atividade: 2.008– Funcionamento e Manutenção do Departamento de Recursos Humanos

Recurso: Próprios

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00 (023) – Aplicações Diretas
..... R\$140.000,00

Órgão: 06 – SECRETARIA DA FAZENDA

Unidade Orçamentária: 02 – DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE

Programa de Trabalho: 28.843.0000

Encargos Especiais: 0.004– Pagamento da Dívida Pública Municipal
Recurso: Próprios

Elemento: 3.2.90.00.00.00.00 (036) – Aplicações Diretas
..... R\$110.000,00

Órgão: 06 – SECRETARIA DA FAZENDA

Unidade Orçamentária: 02 – DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE

Programa de Trabalho: 28.845.0000
Encargos Especiais: 0.005– Contribuição ao PASEP
Recurso: Próprios
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (038) – Aplicações Diretas
..... R\$120.000,00

Art.2º - Assuplementações das dotações decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias, como segue:

Órgão: 10 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade Orçamentária: 02 – DEPARTAMENTO DE ENSINO
Programa de Trabalho: 12.365.0304
Projeto: 1.007– Construção, Ampliação e Reforma de Creches
Recurso: Próprios
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (069) – Aplicações Diretas
..... R\$ 370.000,00

Art.3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha, 20 de dezembro de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração, aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

2853

LEI Nº 2853/2016
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DA PRAINHA DE SÃO MIGUEL

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, Prefeito Municipal, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública da Associação de Moradores e Amigos da Prainha de São Miguel, com a sigla AMAPRAI-NHA, inscrita sob o CNPJ nº 08.772.192/0001-66, com sede na Rua Arno Becker, nº 1129, Prainha de São Miguel, bairro Gravata, na Cidade de Penha, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Cessarão os efeitos da declaração de utilidade pública no caso de substituição dos fins estatutários ou negar-se a entidade de prestar os serviços neles compreendidos.

Art. 3º Nos termos da Lei Municipal nº2198/08, a entidade deverá encaminhar, anualmente, à Câmara de Vereadores de Penha, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - Relatório anual de atividades;

II - Declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - Cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - Balancete contábil

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário

Penha, 21 de dezembro de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração, aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil

e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

2854

LEI Nº 2854/2016
DENOMINA CENTRO ESPORTIVO E RECREATIVO MALVINO MANOEL FLOR FILHO

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, Prefeito Municipal, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada CENTRO ESPORTIVO E RECREATIVO MALVINO MANOEL FLOR FILHO, a área de lazer esportivo localizada na Rua Antônio João Caldeira, no bairro de Gravatá, Município de Penha.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Penha, 20 de dezembro de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração, aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

2855

LEI Nº 2855/2016
DENOMINA CENTRO EDUCACIONAL INFANTIL PROFESSORA ORLANDINA BENTO MENDES

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, Prefeito Municipal, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada CENTRO EDUCACIONAL INFANTIL PROFESSORA ORLANDINA BENTO MENDES, a Creche Municipal, situada na Rua Antônio João Caldeira, Bairro de Gravatá, Município de Penha.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Penha, 20 de dezembro de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração, aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

431

2º TERMO ADITIVO Nº 431/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 318/2016

Pelo presente 2º Termo Aditivo nº 431/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 318/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) , ADERLITA ANACLETO, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 939.832.639-68, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: João Ludgero dos Santos, nº 500, Centro, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº318/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

ADERLITA ANACLETO
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

432

TERMO ADITIVO Nº 432/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 176/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 432/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 176/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) , ADRIANA MARIA MEDEIROS DA SILVA, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 035.452.339-28, residente e domiciliado(a) na cidade de Balneário Piçarras/SC, Rua: Lealdina Gonçalves, nº 32, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº176/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

ADRIANA MARIA MEDEIROS DA SILVA
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

433

TERMO ADITIVO Nº 433/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 178/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 433/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 178/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a)ADRIANA PAULINO PEREIRA, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 808.696.109-53, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Gal. Julião M. Neiva de Lima, nº566, Centro, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº178/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

ADRIANA PAULINO PEREIRA
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

434

2º TERMO ADITIVO Nº 434/2016– PMP
AO CONTRATO Nº 301/2016

Pelo presente 2º Termo Aditivo nº 434/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 301/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado,

neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) , ADRIELLY ANDREA DA SILVA, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 074.875.299-40, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Antonio Herculano Espindula, nº 154, Centro, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº301/2016 fica prorrogado até 03/02/2017

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

ADRIELLY ANDREA DA SILVA
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

435

TERMO ADITIVO Nº 435/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 217/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 435/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 217/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) ALESSANDRA DE SOUZA AMARO WERMUTH, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 030.619.249-73, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Emidio de Souza Soares, nº 597, Armação, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº217/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

ALESSANDRA DE S. AMARO WERMUTH
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

436

TERMO ADITIVO Nº 436/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 219/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 436/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 219/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) ALEXANDRA LUCIA ALBANO CORDEIRO, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 041.242.429-05, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Rio do Sul, nº 71, Armação, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº219/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

ALEXANDRA L. ALBANO CORDEIRO
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

437

TERMO ADITIVO Nº 437/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 310/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 437/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 310/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) ANA CAROLINA YAGI DOS SANTOS RANGUET, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 071.624.629-52, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: José João Batista, nº 439, Centro, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº310/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

ANA CAROLINA Y. DOS SANTOS RANGUET
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

438

TERMO ADITIVO Nº 438/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 291/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 438/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 291/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) ANA LÚCIA VIEIRA MAIA, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 028.575.649-45, residente e domiciliado(a) na cidade de Balneário Piçarras/SC, Rua José Francisco Carvalho, nº 165, Santo Antônio, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº291/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

ANA LÚCIA VIEIRA MAIA
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

439

TERMO ADITIVO Nº 439/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 262/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 439/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 262/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) ANDRESSA ADELAIDE CORRÊA DOS SANTOS, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº034.907.149-70, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Anastácio Alves, nº 359, Nossa Senhora de Fátima, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº262/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

ANDRESSA ADELAIDE C. DOS SANTOS
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

440

TERMO ADITIVO Nº 440/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 98/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 440/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 98/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) ANGELITA MARIA DUARTE PEREIRA, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 540.732.789-91, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Reinaldo Amaro de Castro, nº 49, Centro, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº98/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

ANGELITA MARIA DUARTE PEREIRA
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

441

2º TERMO ADITIVO Nº 441/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 139/2016

Pelo presente 2º Termo Aditivo nº 441/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 139/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) ARIANE VIEGAS LUIZA, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 063.818.109-71, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, LT Itatiba, nº 92, Praia de São Miguel, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 139/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

ARIANE VIEGAS LUIZA
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

442

TERMO ADITIVO Nº 442/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 197/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 442/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 197/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190,

nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) ARIELE VIEGAS LUIZA, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 093.415.269-14, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, LT. Itatiba, nº 92, Praia de São Miguel, neste ato denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 197/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

ARIELE VIEGAS LUIZA
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

443

TERMO ADITIVO Nº 443/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 306/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 443/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 306/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) BARBARA BRENDA PEREIRA, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 108.189.919-09, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Duque de Caxias, nº 154, Centro, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 306/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

BARBARA BRENDA PEREIRA
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

444

TERMO ADITIVO Nº 444/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 47/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 444/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 47/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) BENTA KELLER, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 775.870.819-68, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Luiz Lopes Gonzaga, nº 345,Armação, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº47/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

BENTA KELLER
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

445

2ºTERMO ADITIVO Nº 445/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 324/2016

Pelo presente 2º Termo Aditivo nº 445/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 324/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) BRUNA ALESSANDRA DO NASCIMENTO VIEIRA, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 059.370.149-60, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Rufina Alexandrina Rita, nº 109,Centro, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº324/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

BRUNA ALESSANDRA DO N. VIEIRA
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

446

2º TERMO ADITIVO Nº 446/2016– PMP
AO CONTRATO Nº 275/2016

Pelo presente 2º Termo Aditivo nº 446/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 275/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) , CAMILA CAROLL BENTO, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 084.596.889-09, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Augusto Teodoro, nº 135, Praia Grande, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº275/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

CAMILA CAROLL BENTO
CONTRATADO(A)

TESTEMUNHA

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

447

2º TERMO ADITIVO Nº 447/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 272/2016

Pelo presente 2º Termo Aditivo nº 447/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 272/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) , CAMILA CORDEIRO MACIEL, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 066.963.039-01, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, AV Antonio Joaquim Tavares, nº 485, Centro, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 272/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

CAMILA CORDEIRO MACIEL
CONTRATADO(A)

TESTEMUNHA

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

448

TERMO ADITIVO Nº 448/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 138/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 448/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 138/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a)) Sr.(a) CAMILA CRISTINA MANGORRA, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 071.556.849-37, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Tacaré, nº 50, Santa Lídia, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 138/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

CAMILA CRISTINA MANGORRA
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

449

TERMO ADITIVO Nº 449/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 121/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 449/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 121/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a)) Sr.(a) CARLA CRISTINE DA SILVA ANGÉLICA, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 073.947.169-45, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: José Antonio da Silva, nº 93, Centro, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 121/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

CARLA CRISTINE DA S.ANGÉLICA
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

450

TERMO ADITIVO Nº 450/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 410/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 450/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 410/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste

ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr(a)) CARLA IRENE CARLOS, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 055.000.279-05, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Luiz Gonzaga Medeiros, Armação,, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº410/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

CARLA IRENE CARLOS
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

451

2ºTERMO ADITIVO Nº 451/2016– PMP
AO CONTRATO Nº 270/2016

Pelo presente 2º Termo Aditivo nº 451/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 270/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr(a) , CAROLINE CASAGRANDE BENTO, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 080.953.259-02, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Avelino Manuel Ferreira, s/nº, Centro, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº270/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

CAROLINE CASAGRANDE BENTO
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

452

TERMO ADITIVO Nº 452/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 277/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 452/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 277/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr(a) CHEILA CATIANE GONÇALVES, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 068.715.889-30, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Manoel Bernardino Ferreira, nº140, Centro neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº277/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

CHEILA CATIANE GONÇALVES
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

453

TERMO ADITIVO Nº 453/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 288/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 453/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 288/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr(a) MONICA MARIA DOS SANTOS, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 276.271.418-42, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Julia Costa Flores, nº 550, Gravatá neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº288/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

MONICA MARIA DOS SANTOS
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

454

2ºTERMO ADITIVO Nº 454/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 265/2016

Pelo presente 2º Termo Aditivo nº 454/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 265/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) , CIBELE MARIA DE CARVALHO, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 051.250.649-39, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Inácio Francisco de Souza, nº 982, Gravatá, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº265/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

CIBELE MARIA DE CARVALHO
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

455

TERMO ADITIVO Nº 455/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 134/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 455/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 134/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a)) CLAUDIA REGINA DE SOUZA VIEIRA, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 025.436.759-30, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Monte Castelo, s/nº, Centro neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº134/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

CLAUDIA REGINA DE SOUZA VIEIRA
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

456

TERMO ADITIVO Nº 456/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 133/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 456/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 133/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) CRISTIANE MARILENA DA SILVA, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 006.980.909-77, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, AV. Curitiba, nº 1813, Nossa Senhora de Fátima neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº133/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

CRISTIANE MARILENA DA SILVA
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

457

TERMO ADITIVO Nº 457/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 101/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 457/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 101/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a)) DAIANE REIS, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 004.928.779-63, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Pedro Domiciano Prereira, nº 4, Armação neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 101/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

DAIANE REIS
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

458

TERMO ADITIVO Nº 458/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 167/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 458/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 167/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190,

nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a)) MYRCEA HELOISA WAGNER, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 967.209.059-53, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: João Medeiros, nº 290, Centro neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 167/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

MYRCEA HELOISA WAGNER
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

459

TERMO ADITIVO Nº 459/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 131/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 459/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 131/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a)) DANIELY COSTA LINDOZO, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 056.836.419-85, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Prefeito Abelardo Correa, nº 204, Centro neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 131/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

DANIELY COSTA LINDOZO
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

460

TERMO ADITIVO Nº 460/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 103/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 460/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 103/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a)) DEISI DE FATIMA DOMINGUES, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 089.275.999-26, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, AV. Eugenio Krause, nº 4326, Armação neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº103/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

DEISI DE FATIMA DOMINGUES
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

461

TERMO ADITIVO Nº 461/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 158/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 461/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 158/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) DEOCONDINA MARIA RAISER, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 698.931.369-20, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Antonio Constantino Duarte, nº 501, Centro neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº158/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

DEOCONDINA MARIA RAISER
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

462

TERMO ADITIVO Nº 462/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 43/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 462/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 43/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a)) DILMARA FRANCISCO, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 969.605.669-91, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Tijucas, nº 364, Gravatá neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº43/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

DILMARA FRANCISCO
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

463

2º TERMO ADITIVO Nº 463/2016– PMP
AO CONTRATO Nº 252/2016

Pelo presente 2º Termo Aditivo nº 463/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 252/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) , DILZA DE FÁTIMA NODA SERRANA, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 570.032.380-04, residente e domiciliado(a) na cidade de Navegantes/SC, Rua: Secretário José Schubert Júnior, nº 464, Centro, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº252/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

DILZA DE FÁTIMA NODA SERRANA
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

464

TERMO ADITIVO Nº 464/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 34/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 464/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 34/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) TATIANE MIRA DA SILVA SANTOS, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 901.793.829-34, residente e domiciliado(a) na cidade de São Francisco do Sul/SC, Rua: Vicente Souza Oliveira, nº 201, Acaraneste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº34/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

TATIANE MIRA DA SILVA SANTOS
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

465

TERMO ADITIVO Nº 465/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 114/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 465/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 114/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a)) EDIANI BENTO, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 049.231.819-07, residente e domiciliado(a) na cidade de Balneário Piçarras/SC, Rua: Azaléias, nº 128, Nossa Senhora da Paz neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº114/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

EDIANI BENTO
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

466

TERMO ADITIVO Nº 466/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 326/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 466/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 326/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190,

nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) NAIARA THAIS NICOLAU, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 065.258.329-69, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, AV. José Cesário Pereira Neto, nº 182, Centro neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº326/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

NAIARA THAIS NICOLAU
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

467

TERMO ADITIVO Nº 467/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 08/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 467/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 08/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a)) ÉDNA ANACLETO, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 854.275.439-53, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Nereu de Assis, nº 212, Armação neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº08/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

ÉDNA ANACLETO
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

468

TERMO ADITIVO Nº 468/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 182/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 468/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 182/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a)) ELAINE DA LUZ, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 062.387.239-04, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Nilo Anastácio Vieira, nº 761, Centro neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº182/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

ELAINE DA LUZ
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

469

TERMO ADITIVO Nº 469/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 408/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 469/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 408/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a)) ELISABETE SCHINEIDER, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 196.362.508-04, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Clara M. Emmerich Pereira, nº 90, Centro neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº408/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

ELISABETE SCHINEIDER
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

470

TERMO ADITIVO Nº 470/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 141/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 470/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 141/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a)) ÉRICA LEITE ARAÚJO MATEUS, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 070.007.839-82, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Emidio de Souza, nº481,Armação neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº141/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

ÉRICA LEITE ARAÚJO MATEUS
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

471

TERMO ADITIVO Nº 471/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 172/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 471/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 172/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) TATIANE GADOTTI, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 035.784.739-36, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Inácio Francisco de Souza, nº 3930,Gravatá neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº172/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

TATIANE GADOTTI
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

472

TERMO ADITIVO Nº 472/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 396/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 472/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 396/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a)) EVELIN CAVALCANTE CONCEIÇÃO, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 299.609.418-25, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Laureço Francisco de Souza, nº 373,Armação neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº396/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

EVELIN CAVALCANTE CONCEIÇÃO
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

473

TERMO ADITIVO Nº 473/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 196/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 473/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 196/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a)) EVELYN DO CARMO MACIEL VITORINO CAMILO, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 328.081.898-26, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: José Antônio Gaudino, nº 138, Gravatá neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº196/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

EVELYN DO CARMO MACIEL V. CAMILO
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

474

2ºTERMO ADITIVO Nº 474/2016– PMP
AO CONTRATO Nº 292/2016

Pelo presente 2ºTermo Aditivo nº 474/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 292/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta

Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a), FABIANA OLIVEIRA SILVA BERNARDO, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 280.432.768-03, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua Lourival de Souza, nº 508, Armação, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº292/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

FABIANA OLIVEIRA SILVA BERNARDO
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

475

TERMO ADITIVO Nº 475/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 185/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 475/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 185/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a)) FERNANDA DE OLIVEIRA OLEGÁRIO PETZOLD, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 029.306.559-41, residente e domiciliado(a) na cidade de Navegantes/SC, Rua: Victor Konder, nº 160, Gravatá neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº185/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

FERNANDA DE O. OLEGÁRIO PETZOLD
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

476

TERMO ADITIVO Nº 476/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 309/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 476/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 309/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a)) GABRIELA DOS REIS, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 090.301.399-19, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Edson J. Batista, nº 44, Centro neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 309/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

GABRIELA DOS REIS
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

477

TERMO ADITIVO Nº 477/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 32/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 477/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 32/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a)) GIOVANA CLÉIA PEREIRA, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 082.985.129-10, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Jacinto José de Souza, nº 77, Armação neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 32/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

GIOVANA CLÉIA PEREIRA
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

478

2º TERMO ADITIVO Nº 478/2016– PMP
AO CONTRATO Nº 263/2016

Pelo presente 2º Termo Aditivo nº 478/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 263/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a), GIZELI DA SILVA DOMINGUES, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 061.516.389-29, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Heloi Adriano, nº 232, Armação, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 263/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

GIZELI DA SILVA DOMINGUES
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

479

TERMO ADITIVO Nº 479/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 307/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 479/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 307/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a)) GREICE PAMELA BAADE, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 067.410.349-19, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Tiradentes, nº724, Centro neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº307/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

GREICE PAMELA BAADE
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

480

TERMO ADITIVO Nº 480/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 409/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 480/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 409/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) HALINE FERREIRA BEBER, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 052.383.779-83, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Lealdina L. Gonçalves, nº 241, Santo Antônio neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº409/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

HALINE FERREIRA BEBER
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

481

2º TERMO ADITIVO Nº 481/2016– PMP
AO CONTRATO Nº 242/2016

Pelo presente 2º Termo Aditivo nº 481/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 242/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a), INDIANARA DOS PASSOS, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 081.318.509-27, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Alfeu Jerônimo da Conceição, nº 287, Centro, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº242/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

INDIANARA DOS PASSOS
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

482

2º TERMO ADITIVO Nº 482/2016– PMP
AO CONTRATO Nº 275/2016

Pelo presente 2º Termo Aditivo nº 482/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 275/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta

Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) , INDIANARA MENDES, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 092.721.999-99, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Manoel Celestino, nº 19, Nossa Senhora da Paz, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº275/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

INDIANARA MENDES
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

483

TERMO ADITIVO Nº 483/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 113/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 483/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 113/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) INGRAÇA CIROSE ARAGÃO DA SILVA, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 051.251.409-70, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Manoel Alexandre Pinto, nº 100, Santa Lídia neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº113/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

INGRAÇA C. ARAGÃO DA SILVA
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

484

TERMO ADITIVO Nº 484/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 79/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 484/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 79/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) ISABELA MONTIBELLER DE SOUZA KUEHN, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 034.760.789-65, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: José Osair Waltrick, nº 272, Centro neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº79/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

ISABELA M. DE SOUZA KUEHN
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

485

2º TERMO ADITIVO Nº 485/2016– PMP
AO CONTRATO Nº 18/2016

Pelo presente 2º Termo Aditivo nº 485/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 18/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) , IVELISE LUZIA SOARES DA COSTA, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 072.012.479-48, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Tiradentes, nº 556, Apto 3, Nossa Senhora de Fátima, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº18/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

IVELISE LUZIA SOARES DA COSTA
CONTRATADO (A)

486

TERMO ADITIVO Nº 486/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 79/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 486/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 79/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) ISABELA MONTIBELLER DE SOUZA KUEHN, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 034.760.789-65, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: José Osair Waltrick, nº 272, Centro neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº79/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

ISABELA M. DE SOUZA KUEHN
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

487

TERMO ADITIVO Nº 487/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 105/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 487/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 105/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº

83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) IVONETE IRACEMA DA SILVA, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 008.719.879-70, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Eurico João de Freitas, nº 115, Santa Lídia neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº105/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

IVONETE IRACEMA DA SILVA
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

488

TERMO ADITIVO Nº 488/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 168/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 488/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 168/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) JANAINA FERNANDA VIEIRA DIAS, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 005.634.669-79, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: São Paulo, nº 200, Centro neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº168/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

JANAINA FERNANDA VIEIRA DIAS
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

489

2º TERMO ADITIVO Nº 489/2016– PMP
AO CONTRATO Nº 226/2016

Pelo presente 2º Termo Aditivo nº 489/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 226/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) , TEREZA JAZINSKI, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 861.226.579-72, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Ilhota, Esq. Com Alfredo Brunetti, Centro, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº226/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

TEREZA JAZINSKI
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

490

TERMO ADITIVO Nº 490/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 317/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 490/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 317/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) JEFERSON ADRIANO ODELI, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 066.564.089-74, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: José Osair Waltrick, nº 396, Centro neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº317/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

JEFERSON ADRIANO ODELI
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

491

TERMO ADITIVO Nº 491/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 255/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 491/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 255/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) JENIFER DE SOUZA CALDEIRA, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 059.392.109-70, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Antonio J. Martins, nº 99, Armação neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº255/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

JENIFER DE SOUZA CALDEIRA
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

492

TERMO ADITIVO Nº 492/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 163/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 492/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 163/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) JOSIANE DE BORBA BENTO, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 038.250.129-21, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Ponta Porã, nº 889, Centro neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 163/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

JOSIANE DE BORBA BENTO
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

493

TERMO ADITIVO Nº 493/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 130/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 493/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 130/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) JULIANA DONATILIA GOMES, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 069.516.819-37, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Lourival de Souza, nº 134, Armação neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 130/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

JULIANA DONATILIA GOMES
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

494

TERMO ADITIVO Nº 494/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 130/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 494/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 130/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) JULIANA DONATILIA GOMES, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 069.516.819-37, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Lourival de Souza, nº 134, Armação neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 130/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

JULIANA DONATILIA GOMES
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

495

TERMO ADITIVO Nº 495/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 81/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 495/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 81/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº

83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) JULIANA JACINTO, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 021.609.889-01, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: João Ludgero dos Santos, nº 129, Centro neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº81/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

JULIANA JACINTO
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:
DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

496

2º TERMO ADITIVO Nº 496/2016– PMP
AO CONTRATO Nº 244/2016

Pelo presente 2º Termo Aditivo nº 496/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 244/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a), LEILA MARIA DO NASCIMENTO FERREIRA, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 214.751.052-15, residente e domiciliado(a) na cidade de Navegantes/SC, Rua: Tem. Nildo Batista, nº 12, Centro, neste ato denominado (a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº244/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

LEILA MARIA DO NASCIMENTO FERREIRA
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

497

2º TERMO ADITIVO Nº 497/2016– PMP
AO CONTRATO Nº 12/2016

Pelo presente 2º Termo Aditivo nº 497/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 12/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a), LEILA MORAES DE SOUZA, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 410.894.996-04, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Brasília, nº 211, Centro, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº12/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

LEILA MORAES DE SOUZA
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

498

TERMO ADITIVO Nº 498/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 144/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 498/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 144/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) LEONELA DE SOUSA NASCIMENTO ROMÃO, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 051.421.829-01, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Timóteo Perfeito Flores, nº 3257, Gravatá neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº144/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

LEONELA DE SOUSA N. ROMÃO
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

499

2º TERMO ADITIVO Nº 499/2016– PMP
AO CONTRATO Nº 86/2016

Pelo presente 2º Termo Aditivo nº 499/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 86/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) , LETICIA CLEDINEIA BENTO, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 051.771.879-00, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Umbelino Alberto Lessa, nº 982, Armação, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº86/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

LETICIA CLEDINEIA BENTO
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

500

TERMO ADITIVO Nº 500/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 42/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 500/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 42/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) LILIAN REGINA DIAS, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 594.192.379-15, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: João Antônio Pinto, nº 57,Armação neste ato denominada(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº42/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

LILIAN REGINA DIAS
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

501

2º TERMO ADITIVO Nº 501/2016– PMP
AO CONTRATO Nº 229/2016

Pelo presente 2º Termo Aditivo nº 501/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 229/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) , THALITA NAIR PEREIRA, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 065.293.639-39, residente e domiciliado(a) na cidade de Balneário Piçarras/SC, Rua: Francelino O. de Souza, nº 206, Centro, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº229/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

THALITA NAIR PEREIRA
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

502

TERMO ADITIVO Nº 502/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 266/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 502/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 266/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) LÚCIA DE SANTANA DA SILVA, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 042.115.309-17, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Ver. João Manoel Bento, s/nº, São Cristovão neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 266/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

LUCIA DE SANTANA DA SILVA
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

503

TERMO ADITIVO Nº 503/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 135/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 503/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 135/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº

83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) LUCIANA FAGUNDES DO NASCIMENTO, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 045.421.159-76, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Estrada Geral Santa Lúcia – João Batista Bento, nº 53, Santa Lúcia neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 135/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

LUCIANA FAGUNDES DO NASCIMENTO
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

504

2º TERMO ADITIVO Nº 504/2016 – PMP
AO CONTRATO Nº 258/2016

Pelo presente 2º Termo Aditivo nº 504/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 258/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) , LUCIANA NATIARA ROSA, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 009.680.239-16, residente e domiciliado(a) na cidade de Balneário Piçarras/SC, Rua: Gaivota, nº 527, Itacolomi, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 258/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

LUCIANA NATIARA ROSA
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

505

TERMO ADITIVO Nº 505/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 171/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 505/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 171/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) LUCIANA DUTRA SILVA THOMSEN, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 288.988.638-70, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: João Vieira, nº 705, Centro neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 171/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

LUCIANA DUTRA SILVA THOMSEN
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

506

2º TERMO ADITIVO Nº 506/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 304/2016

Pelo presente 2º Termo Aditivo nº 506/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 304/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) , MANUELA VICENTE, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 097.738.469-11, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Alberto Simão, nº 110, Armação, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 304/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

MANUELA VICENTE
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

507

TERMO ADITIVO Nº 507/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 321/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 507/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 321/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) MARI ISABEL DOS PASSOS DA ROSA, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 617.294.189-53, residente e domiciliado(a) na cidade de Balneário Piçarras/SC, Rua: Antônio João Batista, nº 100, Centro neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 321/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

MARI ISABEL DOS PASSOS DA ROSA
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

508

TERMO ADITIVO Nº 508/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 184/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 508/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 184/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) MARIA DA PENHA SANTOS DA SILVA, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 497.102.575-87, residente e domiciliado(a) na cidade de Navegantes/SC, AV. Itapocoroi, nº 2198, Armação neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 184/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

MARIA DA PENHA SANTOS DA SILVA
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

509

TERMO ADITIVO Nº 509/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 150/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 509/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 150/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) MARIA ESERALDINA MARTINS, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 028.330.259-39, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Mário José Tiago, nº 223, Nossa senhora de Fátima neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 150/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

MARIA ESERALDINA MARTINS
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

510

TERMO ADITIVO Nº 510/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 290/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 510/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 290/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) MARIA ISABEL TRAVASSO DE PONTES, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 901.888.969-53, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua Silvério Gonçalves, nº 12, Centro neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 290/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

MARIA ISABEL TRAVASSO DE PONTES
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

511

2º TERMO ADITIVO Nº 511/2016– PMP
AO CONTRATO Nº 249/2016

Pelo presente 2º Termo Aditivo nº 511/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 249/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) , MARIA TEREZA BENTO, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 049.571.459-38, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Jovino Manoel Francisco, nº 738, Centro, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 249/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

MARIA TEREZA BENTO
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

512

TERMO ADITIVO Nº 512/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 223/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 512/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 223/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) MARIANA CRISTINA BENTO, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 065.713.639-50, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Rosa Cordeiro, nº 668, Armação neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 223/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

MARIANA CRISTINA BENTO
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

513

2º TERMO ADITIVO Nº 513/2016– PMP
AO CONTRATO Nº 235/2016

Pelo presente 2º Termo Aditivo nº 513/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 235/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a), MARILENE CLAUDINO, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 023.381.379-90, residente e domiciliado(a) na cidade de Navegantes/SC, Rua: Lauro Anastácio Couto, nº 524, Centro, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 235/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

MARILENE CLAUDINO
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

514

TERMO ADITIVO Nº 514/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 108/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 514/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 108/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº

83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) MICHELLE DE JESUS PEREIRA, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 004.299.199-48, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Curitiba, nº 616, Centro neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº108/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

MICHELLE DE JESUS PEREIRA
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

515

TERMO ADITIVO Nº 515/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 14/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 515/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 14/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) NISIA MARIA PINTO, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 810.025.059-68, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Inácio Francisco de Souza, nº 566, Armação neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº14/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

NISIA MARIA PINTO
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

516

2º TERMO ADITIVO Nº 516/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 233/2016

Pelo presente 2º Termo Aditivo nº 516/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 233/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) , PAOLA BUSS DE SANTANA, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 048.302.891-63, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Nilo Anastácio, nº 2691, Centro, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº233/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

PAOLA BUSS DE SANTANA
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

517

TERMO ADITIVO Nº 517/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 204/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 517/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 204/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) PEDRO JOSÉ VICENTE JÚNIOR, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 999.446.349-72, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Reinaldo Amaro de Castro, nº 50, Centro neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo

e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº204/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

PEDRO JOSÉ VICENTE JUNIOR
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

518

TERMO ADITIVO Nº 518/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 107/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 518/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 107/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) REJANE BITTENCOURT, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 800.324.789-68, residente e domiciliado(a) na cidade de Barra Velha/SC, Rua: Ataliba Adam, nº 1145, Itajuba neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº107/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

REJANE BITTENCOURT
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

519

TERMO ADITIVO Nº 519/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 271/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 519/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 271/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) RENATA TEREZINHA DA SILVA, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 007.262.080-35, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: José Adriano Francisco, nº 478, Praia Alegre neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº271/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

RENATA TEREZINHA DA SILVA
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

520

TERMO ADITIVO Nº 520/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 284/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 520/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 284/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) ROSELI VALTRICH PONICK, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 920.802.609-44, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Antônio José Waltrick, nº 771, Armação neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº284/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

ROSELI VALTRICH PONICK
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

521

2º TERMO ADITIVO Nº 521/2016– PMP
AO CONTRATO Nº 269/2016

Pelo presente 2º Termo Aditivo nº 521/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 269/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a), ROSENEIDE FÁTIMA FRANÇA FLOHR, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 856.565.009-00, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Vila Nova, nº 159, Centro, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 269/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

ROSENEIDE FÁTIMA FRANÇA FLOHR
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

522

TERMO ADITIVO Nº 522/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 419/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 522/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 419/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190,

nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) ROSENÍ DE ANDRADE SIQUEIRA MATUZAKI, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 051.906.599-92, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Estrada Geral Santa Lidia, nº 3877, Santa Lidia neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 419/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

ROSENI DE ANDRADE SIQUEIRA MATUZAKI
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

523

TERMO ADITIVO Nº 523/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 194/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 523/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 194/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) ROSIMERI RAMOS GODOY, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 029.198.259-09, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Maria de Lourdes Couto Cabral, nº 263, Gravatá neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 194/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

ROSIMERI RAMOS GODOY
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

524

TERMO ADITIVO Nº 524/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 154/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 524/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 154/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) ROSYNARA EYNG, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 028.145.459-06, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Estrada Geral Santa Lídia, nº 6088, Santa Lídia neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 154/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

ROSYNARA EYNG
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

525

2º TERMO ADITIVO Nº 525/2016- PMP
AO CONTRATO Nº 143/2016

Pelo presente 2º Termo Aditivo nº 525/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 143/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) , SAMILA SIMÕES, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 074.659.799-19, residente e domiciliado(a) na cidade de Balneário Piçarras/SC, Rua: Ladislau Pires, nº 296, Centro, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 143/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

SAMILA SIMÕES
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

526

TERMO ADITIVO Nº 526/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 16/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 526/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 16/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) SANDRA BERNADETE DE SOUZA AZEVEDO, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 584.200.299-04, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Julia da Costa Flores, nº 114, Gravatá neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 16/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

SANDRA BERNADETE DE SOUZA AZEVEDO
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

527

TERMO ADITIVO Nº 527/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 44/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 527/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 44/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) SANDRA MARA FERREIRA TORRES, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 070.027.149-02, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Margarida Vieira, nº 1009, Armação neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 44/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

SANDRA MARA FERREIRA TORRES
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

528

TERMO ADITIVO Nº 528/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 51/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 528/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 51/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) SHARLENE MARIA KRUGER, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 029.747.839-70, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Avelino João Reis, nº 45, Centro neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 51/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

SHARLENE MARIA KRUGER
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

529

TERMO ADITIVO Nº 529/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 39/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 529/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 39/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) SILVANA DO NASCIMENTO, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 043.127.239-58, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Nilo Anastácio Vieira, nº 2000, Centro neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 39/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

SILVANA DO NASCIMENTO
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

530

TERMO ADITIVO Nº 530/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 180/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 530/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 180/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190,

nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) SÔNIA MARA SCHULER, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 996.369.219-20, residente e domiciliado(a) na cidade de Navegantes/SC, Rua: MANOEL Deodoro Arcari, nº335, Centro neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº180/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

SONIA MARA SCHULER
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

531

TERMO ADITIVO Nº 531/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 170/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 531/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 170/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) SUELLEN CORREIA DA SILVEIRA, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 010.431.959-39, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Vila Nova, nº 575, Centro neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº170/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

SUELLEN CORREIA DA SILVEIRA
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

532

TERMO ADITIVO Nº 532/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 341/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 532/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 341/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) SUZANA VITORINO CARDOSO CURSINO, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 045.777.059-74, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: João Mariano Furtado, nº 232, Praia de Armação do Itapocoroy neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº341/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

SUZANA VITORINO CARDOSO CURSINO
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

533

2ºTERMO ADITIVO Nº 533/2016- PMP
AO CONTRATO Nº 63/2016

Pelo presente 2ºTermo Aditivo nº 533/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 63/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a), TAIANE NILSA LEITE, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 100.380.219-27, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Silvério Gonçalves, nº 803, Centro, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº63/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

TAIANE NILSA LEITE
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

534

TERMO ADITIVO Nº 534/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 159/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 534/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 159/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) THAYSE DA COSTA SOUZA, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 047.821.999-70, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Francisco da Costa Flores, nº 205, Centro neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº159/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

THAYSE DA COSTA SOUZA
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

535

TERMO ADITIVO Nº 535/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 165/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 535/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 165/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) VALQUIRIA ALBINO, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 003.565.829-06, residente e domiciliado(a) na cidade de Balneário Piçarras/SC, Rua: Mario Neto, nº 603, Centro neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº165/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

VALQUIRIA ALBINO
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

536

TERMO ADITIVO Nº 536/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 246/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 536/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 246/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) VANESSA LACI DA SILVA, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº041.650.819-73, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: José Meisen, nº 275, São Nicolau neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº246/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

VANESSA LACI DA SILVA
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

537

2º TERMO ADITIVO Nº 537/2016– PMP
AO CONTRATO Nº 195/2016

Pelo presente 2º Termo Aditivo nº 537/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 195/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) , VANESSA RHENIUS THREISS, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 058.427.169-76, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: João Firmino Bittencourt, nº 396, Centro, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº195/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

VANESSA RHENIUS THREISS
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

538

2º TERMO ADITIVO Nº 538/2016– PMP
AO CONTRATO Nº 278/2016

Pelo presente 2º Termo Aditivo nº 538/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 278/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta

Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a), VERA LUCIA DE SOUZA SINESTRI, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 004.496.519-24, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Juscelino Kubitschek Oliveira, nº 409, Centro, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº278/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

VERA LUCIA DE SOUZA SINESTRI
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

539

TERMO ADITIVO Nº 539/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 280/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 539/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 280/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) VIVIAN GRAZIELA SERPA SANTOS, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 035.403.499-52, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Umbelino Alberto Lessa, nº965,Armação neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº280/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

VIVIAN GRAZIELA SERPA SANTOS
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

540

TERMO ADITIVO Nº 540/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 100/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 540/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 100/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) VIVIANE BATHKE INOCÊNCIO, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 019.365.459-85, residente e domiciliado(a) na cidade de Navegantes/SC, Rua: Paraguai, nº 413, Gravatá neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 100/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

VIVIANE BATHKE INOCÊNCIO
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

541

2º TERMO ADITIVO Nº 541/2016- PMP
AO CONTRATO Nº 63/2016

Pelo presente 2º Termo Aditivo nº 541/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 63/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a), VIVIANE SCHAEFER, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 098.124.679-63, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Estrada Geral Santa Lidia, s/nº, Santa Lidia, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 63/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

VIVIANE SCHAEFER
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

542

TERMO ADITIVO Nº 542/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 06/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 542/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 06/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) ROMÁRIO JOÃO BENTO, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 084.139.399-09, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Inácio Francisco de Souza, s/nº, Gravatá neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 06/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

ROMÁRIO JOÃO BENTO
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

543

2º TERMO ADITIVO Nº 543/2016– PMP
AO CONTRATO Nº 132/2016

Pelo presente 2º Termo Aditivo nº 543/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 132/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a), CLÉO JUVENAL GONÇALVES, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 040.563.419-66, residente e domiciliado(a) na cidade de Navegantes/SC, Rua: Andre Schumacher, nº 532, Gravatá, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº132/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

CLÉO JUVENAL GONÇALVES
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

544

TERMO ADITIVO Nº 544/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 218/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 544/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 218/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) SANDRA REGINA GONÇALVES, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 009.359.239-69, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, BR 101, São Nicolau neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº218/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

SANDRA REGINA GONÇALVES
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

545

2º TERMO ADITIVO Nº 545/2016– PMP
AO CONTRATO Nº 222/2016

Pelo presente 2º Termo Aditivo nº 545/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 222/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a), LEANDRO FERREIRA DOS SANTOS, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 047.338.559-74, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Tereza Krause, nº 2955, Centro, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº222/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

LEANDRO FERREIRA DOS SANTOS
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

546

TERMO ADITIVO Nº 546/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 187/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 546/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 187/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190,

nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) JOICE CARDOSO, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 052.063.899-94, residente e domiciliado(a) na cidade de Navegantes/SC, Rua: Conselheiro João Gaya, nº 854, Centro neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº187/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

JOICE CARDOSO
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

547

TERMO ADITIVO Nº 547/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 205/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 547/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 205/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) GISELLY TABORDA LIMA QUADROS, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 004.250.699-90, residente e domiciliado(a) na cidade de Navegantes/SC, Rua: Loureci Soares da Silva, nº 3063, Centro neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº205/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

GISELLY TABORDA LIMA QUADROS
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

548

TERMO ADITIVO Nº 548/2016 - PMP
AO CONTRATO Nº 05/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 548/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 05/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) ELISANDRA PAULINA, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 069.637.669-59, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Laci Batista Ferreira, nº 156, Gravatá neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº05/2016 fica prorrogado até 03/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 15 de dezembro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

ELISANDRA PAULINA
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

LEI COMPLEMENTAR 104

LEI COMPLEMENTAR Nº 104/2016

DISPÕE SOBRE A REMUNERAÇÃO DO PREFEITO, VICE-PREFEITO E SECRETÁRIOS DO MUNICÍPIO DE PENHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, Prefeito Municipal, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A remuneração Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários do Município de Penha será estabelecida nos termos desta Lei.

Art. 2º - Para efeito do disposto no art. 34, inciso XIX da Lei Orgânica Municipal c/c o caput do art. 82 do Regimento Interno, fixa-se o subsídio em parcela única para:

I. Prefeito no valor de R\$ 14.500,00 (quatorze mil e quinhentos

reais).

II. Vice-Prefeito no valor de R\$ 7.250,00 (sete mil duzentos e cinquenta reais)

III. Secretário Municipal no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Art. 3º - A remuneração fixada pela presente Lei em parcela única poderá ser revista anualmente, sempre na mesma data e sem distinção de índices, coincidentemente com a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos municipais.

Parágrafo Único No pagamento da remuneração observar-se-á os critérios e limites estabelecidos no artigo 37, inciso X da Constituição Federal e na Lei Complementar 101/2000.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor em 01/01/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Penha/Sc, 08 de julho de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração, aos oito dias do mês de julho do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

Petrolândia

PREFEITURA

DECRETO Nº. 125/2016

DECRETO Nº. 125 de 13 de Dezembro de 2016.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do Artigo 85 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 1636 de 15 de Dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente a importância de R\$ 11.100,00 (Onze mil reais) das seguintes dotações do orçamento vigente:

Órgão 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade 01 – Secretaria de Educação e Cultura

Proj./Atividade – 2.022 – Manutenção do Ensino Fundamental

Elemento de Despesa – 3.3.90.00.00.00.00.00 – (62) Aplicações Diretas

Recursos - 0.1.0114 – Recursos Fundeb 40% R\$ 1.100,00

Órgão 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade 01 – Secretaria de Educação e Cultura

Proj./Atividade – 2.022 – Manutenção do Ensino Fundamental

Elemento de Despesa – 4.4.90.00.00.00.00.00 – (71) Aplicações Diretas

Recursos - 0.1.0114 – Recursos Fundeb 40% R\$ 10.000,00

Art. 2º. Fica suplementada por conta da anulação do Artigo 1º. a importância de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais) na seguinte dotação do orçamento vigente:

Órgão 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade 01 – Secretaria de Educação e Cultura

Proj./Atividade – 2.022 – Manutenção do Ensino Fundamental

Elemento de Despesa – 3.1.90.00.00.00.00.00 – (57) Aplicações Diretas

Recursos - 0.1.0113 – Recursos Fundeb 60% R\$ 11.100,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, em 13 de Dezembro de 2016.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 126/2016

DECRETO Nº. 126, de 20 de Dezembro de 2016.

SUPLEMENTA MODALIDADES DE APLICAÇÃO DO ORÇAMENTO DE 2016 POR CONTA DE ANULAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº. 1.636/2015, de 15 de dezembro de 2015 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular os saldos das seguintes modalidades de aplicação do orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Petrolândia:

Órgão 04: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade 01: Secretaria de Educação e Cultura

Proj./Atividade: 2.022 Manutenção do Ensino Fundamental

Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00.00.00.00 – (60) Aplicações Diretas

Recursos: 0.1.0133 Recursos Ordinários R\$ 15.000,00

Art. 2º. Por conta dos recursos acima anulados, fica suplementada a seguinte modalidade de aplicação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Petrolândia:

Órgão 13: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade 01: Fundo Municipal de Assistência Social

Proj./Atividade: 2.013 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00 – (6) Aplicações Diretas

Recursos: 0.1.0080 Recursos Ordinários R\$ 15.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA, em 20 de Dezembro de 2016.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 127/2016

DECRETO Nº. 127, de 20 de Dezembro de 2016.

SUPLEMENTA MODALIDADES DE APLICAÇÃO DO ORÇAMENTO DE 2016 POR CONTA DE ANULAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº. 1.636/2015, de 15 de dezembro de 2015 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular os saldos das seguintes modalidades de aplicação do orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Petrolândia:

Órgão 04: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade 01: Secretaria de Educação e Cultura

Proj./Atividade: 2.022 Manutenção do Ensino Fundamental

Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00 – (73) Aplicações Diretas

Recursos: 0.1.0133 Recursos Ordinários R\$ 41.950,00

Órgão 04: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade 01: Secretaria de Educação e Cultura

Proj./Atividade: 2.023 Manutenção do Ensino Infantil

Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00 – (86) Aplicações Diretas

Recursos: 0.1.0133 Recursos Ordinários R\$ 16.500,00

Órgão 04: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade 01: Secretaria de Educação e Cultura

Proj./Atividade: 2.023 Manutenção do Ensino Infantil

Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00 – (93) Aplicações Diretas

Recursos: 0.1.0133 Recursos OrdináriosR\$ 10.000,00

Art. 2º. Por conta dos recursos acima anulados, ficam suplementadas as seguintes modalidades de aplicação do orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Petrolândia:

Órgão 02: GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO

Unidade 01: Gabinete do Prefeito e Vice

Proj./Atividade: 2.002 Manutenção do Gabinete do Prefeito, Vice Prefeito

Elemento de Despesa : 3.1.90.00.00.00.00.00 – (1) Aplicações Diretas

Recursos: 0.1.0132 Recursos Ordinários R\$ 11.450,00

Órgão 03: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Unidade 01: Secretaria de Administração

Proj./Atividade: 2.003 Manutenção da Secretaria de Administração

Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00 – (9) Aplicações Diretas

Recursos: 0.1.0132 Recursos Ordinários R\$ 30.000,00

Órgão 03: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Unidade 01: Secretaria de Administração

Proj./Atividade: 2.041 Contribuição ao PASEP

Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00 – (52) Aplicações Diretas

Recursos: 0.1.0132 Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

Órgão 03: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Unidade 01: Secretaria de Administração

Proj./Atividade: 2.042 Pagamento de Inativos e Pensionistas

Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00.00.00.00 – (54) Aplicações Diretas

Recursos: 0.1.0132 Recursos Ordinários R\$ 17.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA, 20 de Dezembro de 2016.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 128/2016

DECRETO Nº. 128, de 20 de Dezembro de 2016.

SUPLEMENTA MODALIDADES DE APLICAÇÃO DO ORÇAMENTO DE 2016 POR CONTA DE ANULAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº. 1.636/2015, de 15 de dezembro de 2015 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular os saldos da seguinte modalidade de aplicação do orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Petrolândia:

Órgão 04: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade 01: Secretaria de Educação e Cultura

Proj./Atividade: 2.022 Manutenção do Ensino Fundamental

Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00.00.00.00 – (60) Aplicações Diretas

Recursos: 0.1.0133 Recursos Ordinários R\$ 12.000,00

Art. 2º. Por conta dos recursos acima anulados, ficam suplementada a seguinte modalidade de aplicação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Agricultura de Petrolândia:

Órgão 09 – FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Unidade 01 – Fundo Municipal de Agricultura

Proj./Atividade – 2.031 Manutenção do Fundo da Agricultura

Elemento de Despesa : 3.1.90.00.00.00.00.00 – (1) Aplicações Diretas

Recursos: 0.1.0080 Recursos Ordinários R\$ 12.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 20 de Dezembro de 2016.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 129/2016

DECRETO Nº. 129, de 20 de Dezembro de 2016.

SUPLEMENTA MODALIDADES DE APLICAÇÃO DO ORÇAMENTO DE 2016 POR CONTA DE ANULAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº. 1.636/2015, de 15 de dezembro de 2015 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular os saldos da seguinte modalidade de aplicação do orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Petrolândia:

Órgão 04: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade 01: Secretaria de Educação e Cultura

Proj./Atividade: 2.022 Manutenção do Ensino Fundamental

Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00.00.00.00 – (60) Aplicações Diretas

Recursos: 0.1.0133 Recursos Ordinários R\$ 130.00,00

Art. 2º. Por conta dos recursos acima anulados, ficam suplementadas as seguintes modalidades de aplicação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Petrolândia:

Órgão 12: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 01: Fundo Municipal de Saúde

Proj./Atividade: 2.010 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00.00.00.00 – (3) Aplicações Diretas

Recursos: 0.1.0134 Recursos Ordinários R\$ 95.000,00

Órgão 12: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 01: Fundo Municipal de Saúde

Proj./Atividade: 2.010 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Elemento de Despesa: 3.3.50.00.00.00.00.00 – (8) Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos

Recursos: 0.1.0134 Recursos Ordinários R\$ 35.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA, 20 de Dezembro de 2016.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 130/2016

DECRETO Nº. 130, de 20 de Dezembro de 2016.

ESTABELECE HORÁRIO DE EXPEDIENTE E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS E DA SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso VII, Artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido horário de expediente para a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, a partir de 02 de Janeiro de 2017, por tempo indeterminado, das 07:00 às 13:00 horas.

Art. 2º. O horário de expediente estabelecido para a Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, a partir do dia 02 de Janeiro de 2017, será das 07:00 às 13:00 horas, por tempo indeterminado.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº. 052, de 04 de Julho de 2016.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 20 de Dezembro de 2016.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

Pinheiro Preto

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.511, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

DECRETO Nº 4.511, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.863 de 17 de novembro de 2015.

DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Id-uso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 7.631,71 (Sete mil, seiscentos e trinta e um reais e setenta e um centavos), nas dotações orçamentárias a seguir:

Órgão: 02 – Chefia do Executivo

Unidade Orçamentária: 2005 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Função: 20 - Agricultura

Subfunção: 608 – Promoção da Produção Agropecuária

Programa: 20 – Assistência ao Produtor Rural

Atividade: 1.13 – Aquisição de Veículo, Máquinas e Implementos Rurais.

Modalidade de Aplicação: 4.4.90-0000

Fonte 334 R\$ 7.178,59

Órgão: 02 – Chefia do Executivo

Unidade Orçamentária: 2005 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Função: 20 - Agricultura

Subfunção: 606 – Extensão Rural

Programa: 20 – Assistência ao Produtor Rural

Atividade: 2.40 – Manutenção de atividade de apoio a agricultura

Modalidade de Aplicação: 3.3.90-0000

Fonte 334 R\$ 453,12

Total Suplementado R\$ 7.631,71

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro do Balanço da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto de 2015, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 – Balanço Patrimonial. (Conta C.E.F nº 647.115-1 – CONVÊNIO EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o decreto nº 4393/2016.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO Nº 049/2016

TERMO ADITIVO Nº 049/2016

CONTRATO ADITADO Nº 227/2012

Termo aditivo de Contrato de SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa CONSTRUTORA JOSÉ REINALDO LTDA, autorizado através do Processo nº 203/2012, Licitação 019/2012, modalidade TOMADA DE PREÇOS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede) Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: EUZÉBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: Empresa: CONSTRUTORA JOSÉ REINALDO LTDA

CNPJ-MF nº 05.140.822/0001-91

Endereço: Rua Airton Senna da Silva, 890- Fraiburgo/SC

Representada por: Heldes Regalin

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO CONTRATO A SER ADITADO

O presente contrato tem por objeto Execução, pela contratada, de obra de engenharia, consistente na pavimentação com pedras irregulares de ruas do Loteamento Público Tranquilo Benjamin Guzzi (C, D). Na forma do Projeto Básico aprovado através do Processo nº 203/2012, Licitação n. 019/2012, modalidade TOMADA DE PREÇOS.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO ADITAMENTO

2.1. Considerando que o contrato firmado através da licitação nº 016/2014 tem seu termo final para 30/03/2016;

2.2. Considerando a necessidade de prorrogação do prazo para a conclusão da obra;

2.3. Considerando o pedido de prazo protocolado junto a Gerência de Filial Desenvolvimento Urbano e Rural-Chapecó/SC.

As partes acima epigrafadas acordam PRORROGAR O PRAZO do Contrato de execução de obra de engenharia 227/2012, onde seu término será para 30/06/2017.

O presente termo aditivo tem data retroativa para 31/03/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA: DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 As demais cláusulas do contrato nº 227/2012, continuam inalteradas.

3.2 E, por assim acordarem, firmam este instrumento de aditamento, em três vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 23 de Agosto de 2016.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

CONSTRUTORA JOSÉ REINALDO LTDA

HELDES REGALIN

TESTEMUNHAS:

1)

Nome:

CPF:

2)

Nome:

CPF:

TERMO ADITIVO Nº 095/2016

TERMO ADITIVO Nº 095/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 188/2016

Termo Aditivo celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e RODRIGO ZANELLA, autorizado através do Processo nº 118/2016, Licitação nº 038/2016, modalidade TOMADA DE PREÇOS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: EUZÉBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: RODRIGO ZANELLA

CPF n.º 018.202.689-26

Endereço: Avenida Marechal Costa e Silva, nº 511 – Centro – Pinheiro Preto – SC.

Representada por: RODRIGO ZANELLA

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO CONTRATO A SER ADITADO

Licitação nº 038/2016, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, contrato nº 188/2016, cujo objeto visa a prestação de serviços técnicos profissionais na área de pedreiro.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO ADITAMENTO

Considerando a necessidade da administração pública em contratação de mais horas de prestação de serviço de pedreiro;

Considerando a quantidade estimada na licitação não ser suficiente para suprir a demanda de serviços;

Fica o contrato Administrativo nº 188/2016 acrescidos do montante de R\$ 381,10 (trezentos e oitenta e um reais e dez centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA: DISPOSIÇÃO FINAL

As demais cláusulas do contrato 188/2016 continuam inalteradas.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento de aditamento, em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 22 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

RODRIGO ZANELLA

TESTEMUNHAS:

1)

Nome:

CPF:

2)

Nome:

CPF:

TERMO ADITIVO Nº 099/2016

TERMO ADITIVO nº 099/2016

LICITAÇÃO N. 011/2016

MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º: 269/2016

Termo aditivo do Contrato de EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA, contratação de empresa para execução de obra de engenharia, consistente na pavimentação com pedras irregulares de trecho de estrada municipal, parte da rua "J", localizada no Bairro Tranquilo Guzzi, no Município de Pinheiro Preto, firmado pelo Município de Pinheiro Preto e a empresa POLICENO COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA ME, autorizado através do Processo n. 147/2016 e Licitação n. 011/2016, modalidade TOMADA DE PREÇOS, ficando as partes sujeitas, além do presente contrato, aos ditames do edital de licitação declinado e da Lei 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por:

CONTRATADA: POLICENO COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA ME

CNPJ-MF n.º E OU CPF. 09.428.416/0001-80

Endereço: Rua Prefeito José Acco, 250 Bairro Dona Helena

Ibicaré-SC

Representada por: José Luiz Policeno da Silva

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO CONTRATO A SER ADITADO

O presente contrato tem por objeto a execução de obra de engenharia, consistente na pavimentação com pedras irregulares de trecho de estrada municipal, parte da rua "J", localizada no Bairro Tranquilo Guzzi, no Município de Pinheiro Preto num total de 447,21m² (quatrocentos e quarenta e sete, vinte e um metros quadrados).

CLÁUSULA SEGUNDA: DO ADITAMENTO

2.1. Considerando a execução física das obras de pavimentação em pedras na rua J foi verificada a execução de serviços além dos previstos no contrato inicial, conforme planilhas em anexo, com a finalidade de além de cumprir o projeto de fazer a união com o calçamento existente, verificou-se que não serão executados os itens de compactação de solo e colocação de pedrisco em passeios, sendo que as glosas e aditivos não prejudicaram no objetivo da obra.

2.2. Considerando o deferimento do engenheiro responsável pela fiscalização da obra;

Fica o Contrato Administrativo nº 269/2016, acrescido no montante de R\$ 1.805,10 (Um mil, oitocentos e cinco reais, com dez centavos) conforme parecer técnico. Logo, o valor global da referida obra, no contrato administrativo nº 269/2016, passa a ser R\$ 22.580,25 (Vinte e dois mil, quinhentos e oitenta reais com vinte e cinco centavos)

CLÁUSULA TERCEIRA: DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1. As demais cláusulas do contrato nº 269/2016, continuam inalteradas.

3.2 E, por assim acordarem, firmam este instrumento de aditamento, em três vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 29 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

POLICENO COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA ME

TESTEMUNHAS:

1)

Nome:

CPF:

2)

Nome:

CPF:

Planalto Alegre

PREFEITURA

DECRETO 4635/2016

DECRETO Nº 4635/2016 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2016.

DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, REDUÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e em conformidade com a Lei Municipal nº 760/2015, etc;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar, no orçamento do MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE, no valor de R\$ 67.100,00 (sessenta e sete mil e cem reais), para as dotações orçamentárias constantes do Anexo I deste Decreto.

Art. 2º. Os recursos para cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o Art. 1º, serão anulados dentro das categorias de programação de despesa do orçamento vigente, no valor correspondente, nas dotações constantes do Anexo I deste decreto.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre/SC, em 09 de dezembro de 2016.

PLINIO DALLACORTE

Prefeito

ANEXO I							
DECRETO Nº 4635/2016							
SUPLEMENTAÇÕES							
Entidade:	PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO ALEGRE						
Data da Suplementação	Mov.	Tipo Movimento	Valor R\$	Despesa	Proj/Ativ.	Elemento	Recurso
09/12/2016	1	Adicionar	5.200,00	157	2	31900000000000	1058 - Salário Educação
09/12/2016	2	Subtrair	3.200,00	47	2	44900000000000	1058 - Salário Educação
09/12/2016	2	Subtrair	2.000,00	46	2	33900000000000	1058 - Salário Educação
09/12/2016	1	Adicionar	9.000,00	80	2	31900000000000	1152 - PAIF - RECURSOS DO FNAS
09/12/2016	2	Subtrair	4.000,00	83	2	33900000000000	1052 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assi
09/12/2016	2	Subtrair	5.000,00	89	2	44900000000000	1652 - ALTA INVESTIMENTO - TRANSF. RECURSOS SUAS
TOTAL DA ENTIDADE			14.200,00				
Entidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE						
Data da Suplementação	Mov.	Tipo Movimento	Valor R\$	Despesa	Proj/Ativ.	Elemento	Recurso
09/12/2016	1	Adicionar	50.000,00	3	2	31900000000000	1002 - RECURSOS DE IMPOSTOS PARA SAUDE - 15%
09/12/2016	2	Subtrair	50.000,00	4	2	33900000000000	1002 - RECURSOS DE IMPOSTOS PARA SAUDE - 15%
09/12/2016	1	Adicionar	2.000,00	11	2	33900000000000	1064 - PAB FIXO ATENÇÃO BÁSICA
09/12/2016	2	Subtrair	2.000,00	7	2	31900000000000	1164 - ESF - ATENÇÃO BÁSICA
09/12/2016	1	Adicionar	900,00	3	2	31900000000000	1002 - RECURSOS DE IMPOSTOS PARA SAUDE - 15%
09/12/2016	2	Subtrair	900,00	4	2	33900000000000	1002 - RECURSOS DE IMPOSTOS PARA SAUDE - 15%
TOTAL DA ENTIDADE			52.900,00				
TOTAL DO DECRETO							67.100,00

Planalto Alegre/SC, em 09 de dezembro de 2016.
 PLINIO DALLACORTE
 Prefeito.

Registre-se e Publique-se.

DECRETO 4636/2016

DECRETO Nº 4636/2016 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PROVENIENTE DE PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PLINIO DALLACORTE, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 760/2015, etc;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar, no orçamento do MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE, no valor de R\$ 257.350,00 (duzentos e cinquenta e sete mil trezentos e cinquenta reais), para a dotação orçamentária constante do Anexo I deste Decreto:

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito Adicional Suplementar provenientes do provável excesso de arrecadação são oriundos das fontes constantes do Anexo I.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre/SC, em 09 de dezembro de 2016.

PLINIO DALLACORTE

Prefeito

ANEXO I							
DECRETO Nº 4636/2016							
SUPLEMENTAÇÕES							
Entidade:	PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO ALEGRE						
Data da Suplementação	Mov.	Tipo Movimento	Valor R\$	Despesa	Proj/Ativ.	Elemento	Recurso
09/12/2016	1	Adicionar	30.000,00	65	2	31900000000000	1018 - Transferências do FUNDEB - 60%
09/12/2016	1	Adicionar	10.000,00	66	2	33900000000000	1019 - Transferências do FUNDEB - 40%
09/12/2016	1	Adicionar	17.500,00	1	2	31900000000000	1000 - Recursos Ordinários
09/12/2016	1	Adicionar	40.800,00	5	2	31900000000000	1000 - Recursos Ordinários
09/12/2016	1	Adicionar	5.500,00	25	2	31900000000000	1000 - Recursos Ordinários
09/12/2016	1	Adicionar	650,00	73	2	31900000000000	1000 - Recursos Ordinários
09/12/2016	1	Adicionar	50.000,00	125	2	31900000000000	1000 - Recursos Ordinários
09/12/2016	1	Adicionar	15.100,00	105	2	31900000000000	1000 - Recursos Ordinários
09/12/2016	1	Adicionar	71.400,00	55	2	31900000000000	1001 - Receitas de Impostos e de Transferência de Imposto
09/12/2016	1	Adicionar	6.800,00	79	2	31900000000000	1000 - Recursos Ordinários
TOTAL DA ENTIDADE			247.750,00				
Entidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE						
Data da Suplementação	Mov.	Tipo Movimento	Valor R\$	Despesa	Proj/Ativ.	Elemento	Recurso
09/12/2016	1	Adicionar	9.600,00	3	2	31900000000000	1002 - RECURSOS DE IMPOSTOS PARA SAUDE - 15%
TOTAL DA ENTIDADE			9.600,00				
TOTAL DO DECRETO							257.350,00

Planalto Alegre/SC, em 09 de dezembro de 2016.

PLINIO DALLACORTE

Prefeito.

Registre-se e Publique-se.

Pomerode

PREFEITURA

1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 016 / 2015 – 34FP - PRORROGAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE

1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 016 /
2015 – 34FP
PRORROGAÇÃO

Processo Administrativo n.º 005 / 2015.
Convite p/ Compras e Serviços n.º 004 / 2015.
Contratante: FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE.
Contratado: MARIA IZILDA ALVES 00188814833.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS DE DECORAÇÃO DO PARQUE MUNICIPAL DE EVEN-
TOS E ADJACÊNCIAS, PÓRTICOS DO MUNICÍPIO, PRAÇAS E O
PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE, BEM COMO
A DECORAÇÃO DOS VEÍCULOS, CARROÇAS, REBOQUES, ENTRE
OUTROS PARA A EDIÇÃO DA 34ª FESTA POMERANA, A REALIZAR-
SE DE 12 A 22 DE JANEIRO DE 2017, CONFORME DISPOSIÇÕES
CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Permanece inalterado o valor total contratado para a realização da
edição da 34ª Festa Pomerana – R\$30.000,00 (trinta mil reais).
Justificativa: Prorrogação de execução contratual, sem reajuste,
para a edição da 34ª Festa Pomerana, a ser realizada no período
de 12 a 22 de Janeiro de 2017, em conformidade com a Cláusula
Sexta do Contrato Administrativo n.º 016/2015 e Lei Federal n.º
8.666/93.

Pomerode / SC, 09 de Dezembro de 2016.
DARLI BAHR BERNADINO
Presidente da FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE

1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 049 / 2016 - ALTERAÇÃO CONTRATUAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 049 /
2016
ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Processo Administrativo n.º 079 / 2016.
Pregão Presencial n.º 044 / 2016.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE / SC.
Contratada: IPM SISTEMAS LTDA.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE
LICENÇA DE SOFTWARES DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, COM
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO, TREI-
NAMENTO E SUPORTE TÉCNICO PARA SISTEMA INFORMATIZADO
EM AMBIENTE WEB, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO
EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Justificativa: Alteração contratual em conformidade com a Cláusula
Décima do Contrato Administrativo n.º 049/2016 e artigo 65, II da
Lei Federal n.º 8.666/93, com supressão e acréscimo de módulos
de gestão pública.

Pomerode / SC, 21 de Dezembro de 2016.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

5.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 077 / 2014 - PRAZO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

5.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 077 /
2014
PRAZO

Processo Administrativo n.º 118 / 2014.
Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 010 /
2014.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratado: L.C. EMPREITEIRA DE MÃO-DE-OBRA LTDA - ME.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DA COBER-
TURA DA QUADRA ESPORTIVA DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
MUNICIPAL PROFESSORA NOEMI VIEIRA DE CAMPOS SCHROE-
DER, LOCALIZADA NA RUA DOS ATIRADORES, N.º 5427, BAIR-
RO TESTO CENTRAL ALTO, POMERODE/SC, COM ÁREA TOTAL DE
772,40 METROS QUADRADOS, ATRAVÉS DE RECURSOS DO FUN-
DO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO □ FNDE /
TERMO DE COMPROMISSO PAC2 10335/2014 E CONTRAPARTIDA
DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, COM FORNECIMENTO DE MA-
TERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE
COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA
ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE
SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO.
Prorrogação – 60 dias – prazo final – 06/03/2017.
Justificativa: Prorrogação de execução contratual em conformidade
com a Cláusula Sexta do Contrato Administrativo n.º 077/2014 e
Lei Federal n.º 8.666/93, em virtude de atraso na liberação dos
recursos do Convênio FNDE.

Pomerode / SC, 15 de Dezembro de 2016.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

7.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 048 / 2015 - PRAZO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE OBRAS - SEOB
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

7.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 048 /
2015
PRAZO

Processo Administrativo n.º 073 / 2015.
Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 002 /
2015.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratado: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA RICARDO KRUEGER - BAIRRO TESTO REGA, POMERODE/SC, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA ANEXOS AO EDITAL, COM RECURSOS DO FUNDO DE APOIO AOS MUNICÍPIOS □ FUNDAM.

Prorrogação – 60 dias – prazo final – 04/03/2017.

Justificativa: Prorrogação de execução contratual por mais 60 (sessenta) dias, em virtude da demora no pagamento das medições, conforme justificativa anexa e de acordo com o disposto na Cláusula Sexta do Contrato Administrativo n.º 048/2015 e Lei Federal n.º 8.666/93.

Pomerode / SC, 20 de Dezembro de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 049 / 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 049 / 2016

Processo Administrativo n.º 079 / 2016.

Pregão Presencial n.º 044 / 2016.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE / SC.

Contratada: IPM SISTEMAS LTDA.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE SOFTWARES DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO, TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO PARA SISTEMA INFORMATIZADO EM AMBIENTE WEB, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Valor total contratado: R\$411.919,89 (quatrocentos e onze mil, novecentos e dezenove reais e oitenta e nove centavos).

Prazo de Vigência: 12 meses – Prazo final: 20/12/2017.

Pomerode / SC, 21 de Dezembro de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

TERMO DE REVOGAÇÃO CONCORRÊNCIA N.º 002 / 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA

TERMO DE REVOGAÇÃO TOTAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 091 / 2015

CONCORRÊNCIA PARA CONCESSÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE PÚBLICO N.º 002 / 2015

OBJETO - DELEGAÇÃO, EM CARÁTER DE EXCLUSIVIDADE, DE CONCESSÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO URBANO DE PASSAGEIROS DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Em 07/12/2015, o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC emitiu a INSTRUÇÃO NORMATIVA N.TC-0022/2015, a qual “Estabelece procedimentos para o controle e orientação referente à etapa de planejamento das Concessões Administrativas e Patrocinadas (denominadas de Parcerias Público-Privadas - PPP) e das Concessões Comuns, a serem exercidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina”.

Desta forma, em atendimento aos novos procedimentos trazidos pela Instrução Normativa N.TC-0022/2015 e verificando incompatibilidades com o edital lançado, declaro TOTALMENTE REVOGADA a Licitação na modalidade CONCORRÊNCIA PARA CONCESSÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO N.º 002 / 2015, com base nos termos do Artigo 49 da Lei n.º 8.666/93, em sua atual redação, para que produza os efeitos legais.

A REVOGAÇÃO do citado certame é possível, conforme as prerrogativas do art. 49 da Lei Federal n.º 8.666/93:

“Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentada”.

Pomerode / SC, 23 de Dezembro de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

Ponte Serrada

PREFEITURA

EXTRATO SISTEMA 2017

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 001/2017
PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2017

O Município de Ponte Serrada torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, sob a forma CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE APLICATIVOS DE GESTÃO PÚBLICA, COM ACESSO SIMULTANEO DE USUÁRIOS, E QUE ATENDA AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICA, OS QUANTITATIVOS E OS SERVIÇOS TÉCNICOS CORRELATOS DESCRITOS NESTE EDITAL E EM SEU ANEXO I.

Recebimento de Envelopes: até as 08:50MIN do dia 12/01/2017. Abertura: às 09h00min horas do dia 12/01/2017.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h00min às 13:00min, ou pelo telefone (0XX49) 34350122

Ponte Serrada, 27 de Dezembro de 2016.

EDUARDO COPPINI
PREFEITO MUNICIPAL

Porto Belo

PREFEITURA

DECRETO Nº 1.479 - 2016

DECRETO Nº 1.479, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, ÁREA DE TERRAS LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE PORTO BELO.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições legais conferidas pelo Art. 41, III da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e,
Considerando o art. 5º, inciso XXIV, da Constituição da República Federativa do Brasil;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública para fins de desapropriação amigável ou judicial, nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21/06/45 e suas alterações, a área de propriedade de Danilo Vianna, residente e domiciliado na Rua Deputado Heitor Alencar Furtado, nº 3320, Condomínio Mossugue, Curitiba, - PR, o imóvel a seguir descrito:

I – Parte de um imóvel urbano situado na Rua Antônio José De Aquino, nº 814, no Bairro Araçá com área de 133,81 m², matriculado sob o nº 16.518, medindo 89,21m x 1,5m, com as seguintes coordenadas: X 745208,7702, Y 6996694,4947, e X 745284,5354, Y 6996647,3891.

Art. 2º O Poder Público Municipal em função do caráter de urgência da desapropriação, poderá requerer judicialmente a imissão provisória na posse do bem.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo – SC, aos 23 dias do mês de dezembro de 2016.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO
PREFEITO DE PORTO BELO

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 074-2016

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 074, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.

Altera a Redação do Caput do Artigo 59 da Lei Orgânica do Município de Porto Belo e dá outras providências. Autor: Vereador Elias Cabral

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente lei:

Art. 1º Fica alterada a redação do caput do Artigo 59 da Lei Orgânica do Município de Porto Belo, o qual passará a vigorar com a seguinte nova redação:

“Art. 59 - No primeiro ano de cada legislatura, a primeiro de janeiro, às dezoito horas, independente de convocação, sob a Presidência do Vereador mais idoso entre os presentes, os Vereadores eleitos reunir-se-ão em Reunião Solene, com a seguinte ordem do dia: □

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o artigo 6º do Regimento Interno da Câmara de Vereadores Municipal de Porto Belo.

Porto Belo - SC, aos 26 dias do mês de dezembro de 2016.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO
Prefeito de Porto Belo

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 075 - 2016

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 075, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.

“ALTERA ARTIGOS QUE ESPECIFICA DA LEI COMPLEMENTAR 33/2011, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS □.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente lei:

Art. 1º O Art. 19 da Lei Complementar 33/2011 fica alterado, o qual passará a ter a seguinte redação:

Art. 19 O Macrozoneamento do Município de Porto Belo divide-se em:

- I - Macrozona Rural de Proteção Ambiental - MRPA;
- II - Macrozona Rural de Ocupação Orientada- MRO;
- III - Macrozona Urbana de Proteção Ambiental - MUPA;
- IV - Macrozona Urbana de Ocupação Orientada 1 - MUO1;
- V - Macrozona Urbana de Ocupação Orientada 2 - MUO 2
- VI - Macrozona Urbana de Consolidação 1 - MUCON1;
- VII - Macrozona Urbana de Consolidação 2 - MUCON2;
- VIII - Macrozona Urbana de Consolidação 3 □ MUCON3
- IX - Macrozona Urbana de Qualificação 1 - MUQ 1;
- X - Macrozona Urbana de Qualificação 2 - MUQ 2;
- XI - Macrozona Urbana de Qualificação 3 - MUQ 3;
- XII - Macrozona Urbana de Qualificação 4 □ MUQ4
- XIII - Macrozona Urbana de Qualificação 5 - MUQ 5
- XIV - Macrozona Urbana de Qualificação 6 - MUQ 6
- XV - Macrozona Urbana de Qualificação 7 - MUQ 7
- XVI - Zona Especial de Interesse Turístico e Ambiental - ZEITA
- XVII - Zona Especial de Interesse Turístico e Ambiental 1 - ZEITA 1
- XVIII - Zona Especial de Interesse Turístico e Ambiental 2 - ZEITA 2
- XIX - Zona Especial de Interesse Turístico e Ambiental 3 - ZEITA 3
- XX - Zona Especial de Interesse Turístico e Ambiental 4 - ZEITA 4
- XXI - Zona Especial de Interesse Turístico e Ambiental 5 - ZEITA 5
- XXII - Zona Especial de Interesse Turístico e Ambiental 6 - ZEITA 6
- XXIII - Zona Especial de Interesse Turístico e Ambiental 7 - ZEITA 7
- XXIV - Zona Especial de Interesse Turístico e Ambiental 8 - ZEITA 8
- XXV - Zona Especial de Interesse Turístico e Ambiental 9 - ZEITA 9
- XXVI - Macrozona Urbana de Indústrias e Serviços - MUIS;
- XXVII - Zona Especial de Conservação Ambiental - ZECA;
- XXVIII - Zona Especial de Interesse Social - ZEIS;
- XXIX - Zona Especial de Ocupação Tradicional - ZEOT;
- XXX - Setor de Mineração - SEMIN;
- XXXI - Eixo Urbano - EU;
- XXXII - Eixo de Serviços - ES;
- XXXIII - Semieixos.

Art. 2º Acresce o Art. 25-A na Lei Complementar 33/2011, que passará a ter a seguinte redação:

Art. 25-A Ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água natural na área urbana consolidada, será mantida faixa não edificável com largura mínima de 15 (quinze) metros de cada lado.

Art.3º Cria a Seção VI - A e acrescenta o Art. 33 - A e 33 - B na Lei Complementar 33/2011, que passarão a ter a seguinte redação:

SEÇÃO VI - A

MACROZONA URBANA DE CONSOLIDAÇÃO 3

Art. 33-A - A Macrozonas Urbana de Consolidação 3 apresenta a seguinte característica:

- I - Área localizada no perímetro urbano, com características de centro econômico e político, dotada de boas condições de

infra-estrutura.

Art. 33-B - A Macrozona Urbana de Consolidação 3 tem como objetivos mínimos orientar as políticas públicas no sentido de:

I - Promover a consolidação da ocupação urbana e a manutenção da paisagem urbana horizontal, diversificando os usos, garantindo a qualidade de vida e otimizando a infra-estrutura existente.

Art. 4º Cria a Seção XI - B e acrescenta o Art. 43 - C e 43 - D na Lei Complementar 33/2011, que passarão a ter a seguinte redação:

SEÇÃO XI-B

MACROZONA DE QUALIFICAÇÃO 7

Art. 43-C - A Macrozona Urbana de Qualificação 7 apresenta as seguintes características:

I - Área localizada no perímetro urbano, com potencial restrito para adensamento construtivo.

Art. 43-D A Macrozona Urbana de Qualificação 7 tem como objetivos mínimos orientar as políticas públicas no sentido de:

I - Qualificar a paisagem urbana existente, com empreendimentos de ocupação horizontal e de menor densidade;

II - Gerar recursos financeiros, por meio da venda de potencial construtivo, para política de saneamento básico, habitação de interesse social, implantação de infraestrutura urbana, equipamentos urbanos e política de recuperação ambiental.

III - Tornar este local em uma área tipicamente residencial, permitindo-se pousadas e similares, com baixo gabarito.

IV - Criar área de amortização entre o Parque da Lagoa do Perequê e a Avenida Hironido Conceição dos Santos.

Art. 5º Acresce o Art. 57-A na Lei Complementar 33/2011, que passará a ter a seguinte redação:

Art. 57 - A. Serão delimitadas as seguintes Zonas Especiais de Interesse Turístico e Ambiental - ZEITA com parâmetros estabelecidos no Anexo III desta Lei:

I - ZEITA 01: Área compreendida e limitada pela Avenida Hironido Conceição dos Santos, Rua Itapema, canal de ligação entre a Lagoa do Perequê e o Rio Perequê e o Rio Pereque;

II - ZEITA 02: Área compreendida e limitada pelo Rio Pereque, canal de ligação entre a Lagoa do Perequê e o Rio Perequê, Rua Gentil Coelho até a projeção da Avenida Senador Atilio Fontana, Avenida Senador Atilio Fontana, Oceano Atlântico e rio Perequezinho;

III - ZEITA 03: Área de Marinha/Acrescido de Marinha entre o Rio Perequezinho e o limite leste do loteamento Parque Residencial Porto Belo;

IV - ZEITA 04: Área de Marinha/Acrescido de Marinha ao longo do Costão das Vieiras iniciando no limite leste do Loteamento Parque Residencial Porto Belo indo até final do Costão/início da praia do centro.

V - ZEITA 05 : Área compreendida pela Praia Porto Belo Centro, delimitada pela Linha Limite dos Terrenos de Marinha a partir do início da Praia do Centro a oeste, Rua Gaspar Laus Neto, Avenida Governador Celso Ramos, Rua Manoel Felipe da Silva Neto, Rua Manoel Felipe da Silva, Avenida Governador Celso Ramos, até o final da praia do centro a leste/pracha do início do calçadão da Enseada Encantada;

VI - ZEITA 06 : Área compreendida entre a Avenida Governador Celso Ramos e o Oceano Atlântico entre o início do calçadão da Enseada Encantada até o curso d'água ao lado da Pioneira da Costa;

VII - ZEITA 07: Área entre o curso d'água ao lado da Pioneira da Costa até o limite norte e o Iate Club Porto Belo, limitada pela Avenida Governador Celso Ramos e Rua Pedro Jacinto Dias;

VIII - ZEITA 08: Área compreendida pelo Costão do Araçá, entre o Oceano Atlântico, Rua Pedro Jacinto Dias, Rua Domingos João dos Santos, com incio na Pioneira da Costa até o curso d'água que passa ao lado do Posto de Saúde do Araçá;

IX - ZEITA 09: Área entre o Oceano Atlântico, Rua Domingos João dos Santos, Rua Antônio José D'Aquino iniciando no curso d'água que passa ao lado do Posto de Saúde do Araçá até a divisa com a APA do ARAÇÁ.

Art. 6º Fica alterado o Art. 64 na Lei Complementar 33/2011, que passará a ter a seguinte redação:

Art. 64. O Eixo de Acesso apresenta a seguinte característica:

I - Desenvolve-se ao longo da Avenida Governador Celso Ramos, desde o trevo da BR - 101 até a intersecção com a Avenida Hironido Conceição dos Santos, com largura de 300 (trezentos) metros em cada margem, a partir do meio fio, sobrepondo-se a todas as macrozonas adjacentes, inclusive sobre a MUPA, com exceção da Zona Especial de interesse Social - ZEIS.

Art. 7º Fica alterado o Art. 89 na Lei Complementar 33/2011, que passará a ter a seguinte redação:

Art. 89 [...]

I - Macrozona Urbana de Proteção Ambiental - MUPA;

II - Macrozona Urbana de Ocupação Orientada 1 - MUO1;

II - Macrozona Urbana de Ocupação Orientada 2 - MUO 2

IV - Macrozona Urbana de Consolidação 1 - MUCON1;

V - Macrozona Urbana de Consolidação 2 - MUCON2;

VI - Macrozona Urbana de Consolidação 3 - MUCON3

VII - Macrozona Urbana de Qualificação 1 - MUQ 1;

VIII- Macrozona Urbana de Qualificação 2 - MUQ 2;

IX- Macrozona Urbana de Qualificação 3 - MUQ 3;

X - Macrozona Urbana de Qualificação 4 - MUQ4

XI - Macrozona Urbana de Qualificação 5 - MUQ 5

XII- Macrozona Urbana de Qualificação 6 - MUQ 6

XIII- Macrozona Urbana de Qualificação 6 - MUQ 7

XIV- Macrozona Urbana de Indústrias e Serviços - MUIS;

Art. 8º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 26 dias do mês de dezembro de 2016.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 076 - 2016

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 076, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.

"ALTERA ARTIGOS QUE DA LEI COMPLEMENTAR 33/2011, ALTERA ARTIGOS QUE ESPECIFICA DA LEI COMPLEMENTAR 34/2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS□.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente lei:

Art. 1º O Art. 260 e 261, incisos V e VI da Lei Complementar 33/2011 fica alterado, o qual passará a ter a seguinte redação:

Art. 260 São considerados empreendimentos de impacto:

I - as edificações destinadas aos usos comerciais e serviços com área construída igual ou superior a 10.000m2 (dez mil metros quadrados)

II - os empreendimentos habitacionais horizontais com área superior a 20.000m2 (vinte mil metros quadrados) ou com mais de 50 (cinquenta) frações destinadas a unidades habitacionais;

III - os empreendimentos industriais com área construída superior a 5.000m2 (trez mil metros quadrados);

IV - os empreendimentos com mais de 100 (cem) vagas de estacionamento.

V - Suprimido

VI - Suprimido

VII - Os empreendimentos habitacionais verticais com mais de 100 (cem) frações destinadas à unidades habitacionais, exceto quando os destinados ao programa minha casa minha vida.

Art. 261- [...]

V - terminais de transporte;

VI - transportadora; com mais de 10 (dez) veículos de transportes.

Art. 2º O §2º do Art. 14 da Lei Complementar 34/2011 passará a ter a seguinte redação:

Art. 14 [...]

§ 2º Só poderão ser inscritos no Poder Executivo Municipal os profissionais devidamente registrados e habilitados pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA, seção Santa Catarina, e CAU-BR Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

Art.3º Altera os incisos VI e IX e suprime o inciso VII do Art. 23 da Lei Complementar 34/2011, que passarão a ter a seguinte redação: Art. 23. [...]

VI - Projeto arquitetônico aprovando com as saídas de emergências da edificação através de declaração do corpo de bombeiros do Estado de Santa Catarina.

VII - Suprimido

[...]

IX - Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou RRT de projeto e ART ou RRT de execução quando da solicitação do Alvará de Construção.

Art. 4º O Art. 114 da Lei Complementar 34/2011 passará a ter a seguinte redação:

Art. 114. A altura máxima para muros em lotes construídos é de 2,20m (dois metros e vinte centímetros), até o alinhamento frontal da obra e após o alinhamento frontal da obra segue a altura máxima permitida em seu zoneamento.

Art. 5º Ficam alterados os Artigos 146 à 152 da Lei Complementar 34/2011, que passarão a ter a seguinte redação:

Art. 146. Consideram-se residências geminadas, duas unidades de moradias contíguas, que possuam uma parede comum.

SEÇÃO II

DAS VILAS PARALELAS AO ALINHAMENTO PREDIAL

Art. 147. Consideram-se vilas paralelas ao alinhamento predial as situadas ao longo de logradouros públicos, geminadas ou não, em regime de condomínio, as quais não poderão ser em número superior a 20 (vinte) unidades de moradia.

Art. 148. (suprimido)

SEÇÃO III

DAS VILAS TRANSVERSAIS AO ALINHAMENTO PREDIAL

Art. 149. Consideram-se vilas transversais ao alinhamento predial, geminadas ou não, em regime de condomínio, aquelas cuja disposição exija a abertura de faixa de acesso, as quais não poderão ser em número superior a 20 (vinte) unidades de moradia.

Art. 150. As vilas transversais ao alinhamento predial, deverão obedecer às seguintes condições:

I - o acesso se fará por uma faixa com a largura de no mínimo 5 (cinco) livre.

[...]

III – Suprimido

[...]

Art. 151. (Suprimido)

SEÇÃO IV

DOS CONJUNTOS RESIDENCIAIS E CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS

Art. 152. Consideram-se conjuntos residenciais ou condomínios horizontais os que tenham mais de 20 (vinte) unidades de moradia, sendo fechados ou não.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 26 dias do mês de dezembro de 2016.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

LEI MUNICIPAL Nº 2.466/2016

LEI MUNICIPAL Nº 2.466, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Cria o Programa ☐Saber, Nunca é Demais☐ para os Alunos da Rede Municipal de Ensino de Porto Belo e dá outras providências. Autor: Vereador Estevão B. Guerreiro - Maninho

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa ☐Saber, nunca é demais☐ a ser implantado na rede municipal de ensino de Porto Belo.

Art. 2º São Objetivos do Programa:

I - Possibilitar acesso de todos os alunos ao acervo cultural, artístico e turístico do Município;

II - Promover a valorização do patrimônio histórico, paisagístico e ambiental;

III - Garantia de democratização das informações culturais, artísticas, turísticas e históricas;

IV - desenvolver nos alunos uma compreensão integrada do conhecimento cultural, histórico, artístico e ambiental;

V - Estimular e fortalecer a consciência crítica sobre a problemática ambiental, cultural, social existente no Município;

VI - incentivar a participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do patrimônio histórico, cultural e paisagístico.

Art. 3º O Programa ☐Saber, nunca é demais☐ consiste na realização de visitas monitoradas dos alunos da rede municipal de ensino aos parques, praças, ruas, bairros históricos, monumentos, quando existentes, museu, biblioteca, entre outros.

Parágrafo Único: Caberá a Secretaria Municipal de Educação preparar roteiros de visitas, por região, bem como escala de participação das escolas no Projeto, de forma que todas as escolas possam participar do Programa.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 5º. O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação;

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 22 dias do mês de dezembro de 2016.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

LEI MUNICIPAL Nº 2.467 - 2016 - LOA

LEI MUNICIPAL Nº 2.467, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito Municipal de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, faço saber que submeto a apreciação da Câmara de Vereadores o presente Projeto de Lei:

DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Art. 1º. O Orçamento Geral do Município de Porto Belo para o exercício de 2017 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 86.548.180,00 (oitenta e seis milhões quinhentos e quarenta e oito mil e cento e oitenta reais), sendo R\$ 67.379.360,00 (sessenta e sete milhões, trezentos setenta e nove mil, trezentos e sessenta reais) do Orçamento Fiscal, e R\$ 19.168.820,00 (dezenove milhões, cento e sessenta e oito mil e oitocentos e vinte reais) do Orçamento da Seguridade Social.

Parágrafo único. Para efeito deste artigo entende-se por Seguridade

Social o conjunto de ações destinadas a assegurar o direito à saúde, à previdência social e à assistência social, que serão executadas através das entidades abaixo relacionadas e respectivos valores:

ENTIDADE	VALOR ORÇADO
Fundo Municipal de Saúde	11.554.740,00
Fundo Municipal da Assistência Social	2.311.080,00
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	171.000,00
Fundo Municipal de Educação (Conselho Tutelar)	210.000,00
Fundo Previdenciário Capitalizado	3.241.000,00
Fundo Previdenciário Financeiro	1.681.000,00
TOTAL	19.168.820,00

DO ORÇAMENTO CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

Art. 2º. O Orçamento do Município para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 86.548.180,00 (oitenta e seis milhões quinhentos e quarenta e oito mil e cento e oitenta reais) e fixa a Despesa para a Administração Direta em R\$ 81.047.130,00 (oitenta e um milhões, quarenta e sete mil e cento e trinta reais) e para a Administração Indireta em R\$ 5.501.050,00 (cinco milhões, quinhentos e um mil e cinquenta reais).

§ 1º A Receita do Município será realizada mediante a arrecadação de tributos, contribuições, rendas, receita de serviços e demais receitas correntes e de capital, na forma da Legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	63.862.180,00
1.1. Receita Tributária	20.248.500,00
1.2. Receita de Contribuições	3.050.000,00
1.3. Receita Patrimonial	1.733.400,00
1.6. Receita de Serviços	8.000,00
1.7. Transferências Correntes	36.625.480,00
1.9. Outras Receitas Correntes	2.196.800,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	20.200.000,00
2.1. Operações de Crédito	500.000,00
2.4. Transferência de Capital	19.700.000,00
7. RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.486.000,00
TOTAL	86.548.180,00

§ 2º As Despesas do Município serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

Entidade	Despesa
Prefeitura Municipal	33.387.312,00
Fundo Municipal de Saúde	11.554.740,00
Fundo Municipal da Assistência Social	2.311.080,00
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	171.000,00
Fundo Municipal de Educação	26.430.998,00
Fundo Munic. Reequip. Corpo de Bombeiros	535.000,00
Câmara de Vereadores	1.735.000,00
Fundo Previdenciário Capitalizado	3.241.000,00
Fundo Previdenciário Financeiro	1.681.000,00
Fundação Municipal de Esportes	792.000,00

Entidade	Despesa
Fundação Municipal de Cultural	636.500,00
Fundação Municipal de Turismo	3.189.550,00
Fundação Municipal do Meio Ambiente	883.000,00
TOTAL	86.548.180,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. Legislativa	1.735.000,00
02. Judiciária	2.051.862,00
04. Administração	6.888.500,00
06. Segurança Pública	1.045.000,00
08. Assistência Social	2.692.080,00
09. Previdência Social	4.785.000,00
10. Saúde	11.554.740,00
12. Educação	26.220.998,00
13. Cultura	636.500,00
14. Direitos da Cidadania	9.000,00
15. Urbanismo	19.447.450,00
18. Gestão Ambiental	883.000,00
20. Agricultura	2.215.500,00
23. Comércio e Serviços	3.189.550,00
27. Desporto e Lazer	792.000,00
28. Encargos Especiais	2.352.000,00
99. Reserva de Contingência	50.000,00
TOTAL	86.548.180,00

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0001. Processo Legislativo	1.735.000,00
0002. Ações Judiciárias	2.051.862,00
0003. Administração e Planejamento	7.227.500,00
0004. Segurança Pública	1.010.000,00
0005. Proteção Social Básica	1.574.200,00
0006. Proteção Social Especial Média Complexidade	311.880,00
0007. Proteção Social Especial Alta Complexidade	611.000,00
0008. Regime Próprio de Previdência	4.922.000,00
0009. Vigilância em Saúde	207.000,00
0010. Atenção Básica	8.631.350,00
0011. Assistência Farmacêutica	251.500,00
0012. Média e Alta Complexidade	2.464.890,00
0013. Merenda Escolar	1.480.000,00
0014. Ensino Fundamental	17.012.498,00
0016. Direitos da Criança e do Adolescente	171.000,00
0017. Educação Infantil	7.610.400,00
0018. Educação de Jovens e Adultos	13.000,00
0019. Educação Especial	105.100,00
0020. Difusão Cultural	636.500,00
0021. Obras e Serviços Públicos	18.829.450,00
0024. Pesca e Agricultura	2.215.500,00
0025. Gestão Moderna, Estratégica e Integrada no Turismo	2.100.000,00
0026. Desenvolvimento Econômico pelo Turismo	1.089.550,00
0027. Desporto e Lazer	792.000,00
0029. Conselho Tutelar	210.000,00
0030. Controle do Meio Ambiente	883.000,00
0097. Encargos Especiais	2.352.000,00
9999. Reserva de Contingência	50.000,00
TOTAL	86.548.180,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA DA DESPESA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES	54.109.420,00
3.1.00.00 Pessoal e Encargos Sociais	37.258.000,00
3.2.00.00 Juros e Encargos da Dívida	400.000,000
3.3.00.00 Outras Despesas Correntes	20.451.420,00
4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL	25.303.760,00
4.4.00.00 Investimentos	24.003.760,00
4.6.00.00 Amortização da Dívida	1.300.000,00
9.0.00.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.135.000,00
TOTAL	86.548.180,00

DO ORÇAMENTO DAS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL

Art. 3º. O Orçamento da Prefeitura Municipal para o exercício de 2017 estima a receita em R\$ 58.623.100,00 (cinquenta e oito milhões, seiscentos e vinte e três mil e cem reais) e fixa a despesa em R\$ 33.387.312,00 (trinta e três milhões, trezentos e oitenta e sete mil e trezentos e doze reais) proporcionando um superávit de R\$ 25.235.788,00 (vinte e cinco milhões, duzentos e trinta e cinco mil e setecentos e oitenta e oito reais), para cobertura dos déficits Orçamentários das demais entidades da Administração direta e indireta.

§ 1º A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, contribuições, rendas, receita de serviços e demais receitas correntes e de capital, na forma da Legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, da seguinte forma:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	45.123.100,00
1.1. Receita Tributária	19.925.000,00
1.2. Receita de Contribuições	1.700.000,00
1.3. Receita Patrimonial	487.000,00
1.4. Receita de Serviços	3.000,00
1.7. Transferências Correntes	20.827.800,00
1.9. Outras Receitas Correntes	2.180.300,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	13.500.000,00
2.1. Operações de Crédito	500.000,00
2.4. Transferências de Capital	13.000.000,00
TOTAL	58.623.100,00

§ 2º A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
02. Gabinete do Prefeito	4.027.862,00
03. Secretaria de Administração	2.720.000,00
04. Secretaria da Fazenda	4.451.500,00
05. Secretaria de Transportes Obras e Serviços Públicos	18.829.450,00
06. Secretaria de Planejamento Urbano	1.093.000,00
07. Secretaria de Pesca e Aquicultura	1.849.000,00
18. Secretaria de Agricultura e Pecuária	366.500,00
99. Reserva de Contingência	50.000,00
TOTAL	33.387.312,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
02. Judiciária	2.051.862,00
04. Administração	6.751.500,00
06. Segurança Pública	510.000,00
14. Direitos da Cidadania	9.000,00
15. Urbanismo	19.447.450,00
20. Agricultura	2.215.500,00
28. Encargos Especiais	2.352.000,00
99. Reserva de Contingência	50.000,00
TOTAL	33.387.312,00

III - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	16.555.450,00
4.0.00.00 – Despesas de Capital	16.781.862,00
9.0.00.00 – Reserva de Contingência	50.000,00
TOTAL	33.387.312,00

DO ORÇAMENTO DA CÂMARA DE VEREADORES

Art. 4º. O Orçamento da Câmara de Vereadores para o exercício de 2017 fixa a despesa orçamentária em R\$ 1.735.000,00 (um milhão setecentos e trinta e cinco mil reais), que será coberta com a Transferência Financeira (duodécimo) repassada pela Prefeitura.

§ 1º A Despesa da Câmara de Vereadores será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. Legislativa	1.735.000,00
TOTAL	1.735.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	1.695.000,00
4.0.00.00 – Despesas de Capital	40.000,00
TOTAL	1.735.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 5º. O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde - FMS para o exercício de 2017 estima a receita em R\$ 2.711.500,00 (dois milhões, setecentos e onze mil e quinhentos reais) e fixa a despesa orçamentária em R\$ 11.554.740,00 (onze milhões, quinhentos cinquenta e quatro mil, setecentos e quarenta reais), proporcionando um déficit de R\$ 8.843.240,00 (oito milhões, oitocentos e quarenta e três mil duzentos e quarenta reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial, de transferência da União e do Estado, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	2.611.500,00
1.3. Receita Patrimonial	41.500,00
1.7. Transferências Correntes	2.570.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	100.000,00
2.4. Transferências de Capital	100.000,00

TOTAL	2.711.500,00
-------	--------------

§ 2º A Despesa do FMS será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
10. Saúde	11.554.740,00
TOTAL	11.554.740,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	11.361.390,00
4.0.00.00 – Despesas de Capital	193.350,00
TOTAL	11.554.740,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 6º. O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 345.080,00 (trezentos e quarenta e cinco mil e oitenta reais) e fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 2.311.080,00 (dois milhão, trezentos e onze mil e oitenta reais), proporcionando um déficit de R\$ 1.966.000,00 (um milhão novecentos e sessenta e seis mil) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial, transferências correntes e capital, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	295.080,00
1.3. Receita Patrimonial	5.200,00
1.7. Transferências Correntes	289.880,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	50.000,00
2.4. Transferências de Capital	50.000,00
TOTAL	345.080,00

§ 2º A Despesa do FMAS será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
08. Assistência Social	2.311.080,00
TOTAL	2.311.080,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	2.222.080,00
4.0.00.00 – Despesas de Capital	89.000,00
TOTAL	2.311.080,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 7º. O Orçamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 171.000,00 (cento e setenta mil reais), proporcionando um déficit

de R\$ 156.000,00 (cento e cinquenta e seis mil reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial e transferências correntes, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	15.000,00
1.3. Receita Patrimonial	5.000,00
1.7. Transferências Correntes	10.000,00
TOTAL	15.000,00

§ 2º A Despesa do FIA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
08. Assistência Social	171.000,00
TOTAL	171.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	171.000,00
TOTAL	171.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 8º. O Orçamento do Fundo Municipal de Educação para o exercício de 2017 estima a receita em R\$ 17.150.000,00 (dezessete milhões, cento e cinquenta mil reais) e fixa a despesa orçamentária em R\$ 26.430.998,00 (vinte e seis milhões, quatrocentos e trinta mil, novecentos e noventa e oito reais), proporcionando um déficit de R\$ 9.280.998,00 (nove milhões, duzentos e oitenta mil, novecentos e noventa e oito reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial, receita de serviços e outras receitas correntes, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	13.000.000,00
1.3. Receita Patrimonial	73.200,00
1.7. Transferências Correntes	12.926.800,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	4.150.000,00
2.4 Transferência de Capital	4.150.000,00
TOTAL	17.150.000,00

§ 2º A Despesa do Fundo Municipal de Educação será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
08. Assistência Social	210.000,00
12. Educação	26.220.998,00
TOTAL	26.430.998,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 Despesas Correntes	21.219.500,00
4.0.00.00 Despesas de Capital	5.211.498,00
TOTAL	26.430.998,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTOS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

Art. 9º. O Orçamento do Fundo Municipal de Reequipamentos do Corpo de Bombeiros Militar - FUMREBOM para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 315.000,00 (trezentos e quinze mil reais) e fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 535.000,00 (quinhentos e trinta e cinco mil reais) proporcionando um déficit de R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais) que deverá ser coberto com a transferência financeira da Prefeitura.

§ 1º A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial e de transferência de capital, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	15.000,00
1.3. Receita Patrimonial	15.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	300.000,00
2.4 Transferência de Capital	300.000,00
TOTAL	315.000,00

§ 2º A Despesa do FUMREBOM será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
06. Segurança	535.000,00
TOTAL	535.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	120.000,00
4.0.00.00 – Despesas Capital	415.000,00
TOTAL	535.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO CAPITALIZADO

Art. 10. O Orçamento do Fundo Previdenciário Capitalizado para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 3.241.000,00 (três milhões, duzentos e quarenta e um mil reais) e fixa a Despesa Orçamentária no mesmo valor.

§ 1º A Receita será realizada mediante arrecadação de receitas de contribuições previdenciárias, patrimoniais, outras receitas correntes e receitas intra-orçamentárias correntes discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	1.755.000,00
1.2. Receita de Contribuições	750.000,00
1.3. Receita Patrimonial	1.005.000,00
7. RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	1.486.000,00
7.2 Receita de Contribuições	1.100.000,00
7.9 Outras Receitas Correntes	240.000,00
TOTAL	3.241.000,00

§ 2º A Despesa do Fundo Previdenciário Capitalizado será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
04. Administração	96.000,00
09. Previdência Social	3.145.000,00
TOTAL	3.241.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	161.000,00
4.0.00.00 – Despesas de Capital	5.000,00
9.0.00.00 - Reserva de Contingência	3.075.000,00
TOTAL	3.241.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO FINANCEIRO

Art. 11. O Orçamento do Fundo Previdenciário Financeiro para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 1.681.000,00 (um milhão, seiscentos e oitenta e um mil reais) e fixa a Despesa Orçamentária no mesmo valor.

§ 1º A Receita será realizada mediante arrecadação de receitas de contribuições previdenciárias, patrimoniais, outras receitas correntes e receitas intra-orçamentárias correntes discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	681.000,00
1.2. Receita de Contribuições	600.000,00
1.3. Receita Patrimonial	81.000,00
7. RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	1.000.000,00
7.2 Receita de Contribuições	1.000.000,00
TOTAL	1.681.000,00

§ 2º A Despesa do Fundo Previdenciário Financeiro será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
04. Administração	41.000,00
09. Previdência Social	1.640.000,00
TOTAL	1.681.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	1.668.000,00
4.0.00.00 – Despesas de Capital	3.000,00
9.0.00.00 - Reserva de Contingência	10.000,00
TOTAL	1.681.000,00

DO ORÇAMENTO DAS ENTIDADES DE ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

Art. 12. O Orçamento da Fundação Municipal de Esportes para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 201.000,00 (duzentos e um mil reais), fixa a Despesa Orçamentária em R\$ R\$ 792.000,00

(setecentos e noventa e dois mil reais) proporcionando um déficit de R\$ 591.000,00 (quinhentos e noventa e um mil reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial, de serviços e outras receitas correntes, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	1.000,00
1.3. Receita Patrimonial	1.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	200.000,00
2.4 Transferência de Capital	200.000,00
TOTAL	201.000,00

§ 2º A Despesa da Fundação Municipal de Esportes será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
27. Desporto e Lazer	792.000,00
TOTAL	792.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	567.000,00
4.0.00.00 – Despesas de Capital	225.000,00
TOTAL	792.000,00

DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

Art. 13. O Orçamento da Fundação Municipal de Cultura para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais) e fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 636.500,00 (seiscentos e trinta e seis mil e quinhentos reais), proporcionando um déficit de R\$ 634.500,00 (seiscentos e trinta e quatro mil e quinhentos reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º A Receita será realizada mediante arrecadação de receita patrimonial, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	1.500,00
1.3. Receita Patrimonial	1.500,00
TOTAL	1.500,00

§ 2º A Despesa da Fundação Municipal de Cultura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
13. Cultura	636.500,00
TOTAL	636.500,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
---------------	-------

3.0.00.00 – Despesas Correntes	621.500,00
4.0.00.00 – Despesas de Capital	15.000,00
TOTAL	636.500,00

DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE TURISMO

Art. 14. O Orçamento da Fundação Municipal de Turismo para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 2.164.000,00 (dois milhões cento e sessenta e quatro mil reais) e fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 3.189.550,00 (três milhões, cento e oitenta e nove mil e quinhentos e cinquenta reais), proporcionando um déficit de R\$ 1.025.550,00 (hum milhão vinte e cinco mil e quinhentos e cinquenta reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e Transferências de Capital, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	264.000,00
1.1 Receita Tributária	240.000,00
1.3 Receita Patrimonial	13.000,00
1.6 Receita de Serviços	5.000,00
1.7 Transferências Correntes	1.000,00
1.9 Outras Receitas Correntes	5.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	1.900.000,00
2.4 Transferência de Capital	1.900.000,00
TOTAL	2.164.000,00

§ 2º A Despesa da Fundação Municipal de Turismo será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
23. Comércio e Serviços	3.430.550,00
TOTAL	3.430.550,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	948.000,00
4.0.00.00 – Despesas de Capital	2.241.550,00
TOTAL	3.189.550,00

DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Art. 15. O Orçamento da Fundação Municipal do Meio Ambiente para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 883.000,00 (oitocentos e oitenta e três mil reais), proporcionando um déficit de R\$ 783.000,00 (setecentos e oitenta e três mil e duzentos reais) que deverá ser coberto com a Transferência Financeira da Prefeitura.

§ 1º A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas, receita de serviços e outras receitas correntes, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	100.000,00
1.1. Receita Tributária	83.500,00
1.3. Receita Patrimonial	5.000,00
1.9. Outras Receitas Correntes	11.500,00

TOTAL	100.000,00
-------	------------

§ 2º A Despesa da Fundação Municipal do Meio Ambiente será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
18. Gestão Ambiental	883.000,00
TOTAL	883.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONOMICA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	799.500,00
4.0.00.00 – Despesas de Capital	83.500,00
TOTAL	883.000,00

Art. 16. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento dos passivos contingentes, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art 5º, Portaria STN nº 163/2001, art 8º e demonstrativo de riscos fiscais e providências da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2017, conforme abaixo:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Passivos Contingentes – RPPS	100.000,00
Outros Passivos Contingentes	35.000,00
TOTAL	135.000,00

§ 1º A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite para cada evento de passivos contingentes especificados no demonstrativo de riscos fiscais e providências.

§ 2º Não se efetivando até o dia 10/12/2017 os passivos contingentes e demais riscos fiscais previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender os demais riscos fiscais passivos, desde que tenha reserva de recursos financeiros para os mesmos.

Art. 17. Os recursos da Reserva de Contingência dos Fundos Previdenciários, não tratados no artigo anterior, serão destinados à formação de reservas matemáticas, visando garantir o pagamento dos benefícios previdenciários futuros.

Art. 18. O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/1964, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 40% (quarenta por cento) do orçamento das despesas, utilizando como fontes de recursos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;

III - o produto de operações de crédito autorizadas.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei Federal nº 4.320/1964 será realizado em cada fonte de recurso identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LRF.

§ 2º O controle da execução orçamentária será realizado de forma

a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos e respectivos detalhamentos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da LRF.

§ 3º Excluem-se deste limite, os créditos adicionais, decorrentes de Leis Municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 19. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite apurado no Balanço do exercício anterior, por conta do superávit financeiro, através de Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo único. Os créditos adicionais suplementares abertos por conta do superávit financeiro, não contarão para apuração do limite disposto no artigo anterior.

Art. 20. Fica o Poder Executivo autorizado a transpor, remanejar ou transferir recursos dentro da mesma categoria de programação, através de Decreto do Chefe do Poder Executivo, nos limites estabelecidos no artigo 18 desta Lei.

Parágrafo único. Para efeito do disposto neste Artigo, entende-se por categoria de programação o órgão, a unidade, a função, a subfunção, o programa e a ação, podendo ser projeto, atividade ou operação especial.

Art. 21. As destinações de recursos, aprovados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, para atender às necessidades de execução do orçamento, por decreto do Poder Executivo.

Art. 22. As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 23. Os saldos provenientes dos créditos adicionais especiais e extraordinários, abertos nos últimos 4 (quatro) meses do exercício, podem ser reabertos para o exercício seguinte, mediante ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, conforme dispositivos da Lei Federal 4.320/1964.

Art. 24. Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso de arrecadação poderão ser utilizados como fontes de recurso para abertura de créditos adicionais suplementares, por ato do Chefe do Poder Executivo ou para os créditos especiais através de autorização legislativa específica.

Art. 25. Durante o exercício de 2017 o Executivo Municipal está autorizado a:

I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor.

Art. 26. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 27. Fica o Executivo Municipal Autorizado a firmar convênio com os Governos Federal, Estaduais e Municipais, diretamente ou através de seus órgãos da Administração direta ou indireta, bem como, CASAN, CIASC, FUNSET, IBAM, FECAM, CNM, AMFRI, UFSC, UDESC e demais Universidades e Faculdades.

Art. 28. Fica o Executivo Municipal autorizado a transferir recursos Orçamentários a instituições privadas sem fins lucrativos, de

caráter educativo, cultural, assistencial, recreativo, saúde, esportivo e de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo, demonstrando o montante máximo dos repasses.

Parágrafo único. A transferência de recursos financeiros às instituições privadas sem fins lucrativos está condicionada a observância do Artigo 29 a 32 e 53 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2017.

Art. 29. A presente Lei irá vigorar durante o exercício de 2017, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2017.

Porto Belo (SC), aos 27 dias do mês de dezembro do ano de 2016.
EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO
Prefeito de Porto Belo

PORTARIA Nº 2.358, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016

PORTARIA Nº 2.358, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, declara a vacância do cargo público do servidor FRANCISCO DE OLIVEIRA, a partir de 01/01/2017, e dá outras providências.

Porto Belo, 28 de novembro de 2016.
Evaldo José Guerreiro Filho
Prefeito Municipal

Pouso Redondo

PREFEITURA

105

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO
CNPJ 83.102.681/0001-26
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

DECRETO Nº 105/2016 de 17/11/2016.
Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.584/14 de 06/12/14.

DECRETA:

Art. 1º — Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária, consignada no Orçamento Corrente do Município, usando como recursos o Provável Excesso de Arrecadação, como segue:

11. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
11.01.2.035.3.3.90— Manutenção do Fundo Municipal de Saúde (23) 4.4.90.00.00.00.00.0136. — Aplicações Diretas
..... R\$ 15.000,00

TOTAL R\$ 15.000,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 17 de novembro de 2016.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

107

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO
CNPJ 83.102.681/0001-26
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

DECRETO Nº 107/2016 de 28/11/2016.

Aprova Desmembramento de área de terras e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Federal nº. 6.766, de 19 de Dezembro de 1979 e Lei Complementar N.º 009/2010 de 14 de dezembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o projeto de Desmembramento de uma área de propriedade do Sr. MOISES CARDOSO e ADRIANA BEIRÃO CARDOSO, situado à Rua do Hipódromo, Arroio Grande, Município de Pouso Redondo, Santa Catarina, de matrícula nº 17.505.

Art. 2º Fica a PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO, autorizado a desmembrar:

PROPRIETÁRIOS: Moisés Cardoso e Adriana Beirão Cardoso

LOCAL: Rua do Hipódromo
BAIRRO: Arroio Grande
CIDADE: POUSO REDONDO – SC
MATRÍCULA: nº 17.505
DECLIVIDADE MÉDIA DO IMÓVEL: 4,1%

Um terreno urbano situado à margem da Rua do Hipódromo do bairro Arroio Grande, município de Pouso Redondo - SC com uma área de 29.500,00 m² (Vinte e Nove Mil e Quinhentos Metros Quadrados), do qual serão desmembradas 05 novas parcelas, formando uma diferente área remanescente. As medidas e confrontações destes terrenos são as seguintes:

DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO ATUAL DO IMÓVEL

Área: 29.500,00 m²

NORTE – Em uma linha medindo 398,00 metros com terras de Célio Bertoli e Luzia Gonçalves Bertoli (Matr. Nº 16.027);

SUL – Em uma linha medindo 333,00 metros com terras de Espólio de Vilso Gottardi e Evanilde Gottardi;

LESTE – Uma linha medindo 103,70 metros com a Rua do Hipódromo;

OESTE - Em uma linha medindo 80,79 metros com terras de LZK CONSTRUTORA LTDA.

DESCRIÇÃO DO DESMEMBRAMENTO

Área 01 (Desmembrada) – Área = 374,50 m²

NORTE – Em uma linha medindo 35,00 metros confrontando com a área 02 (ora desmembrada)

SUL – Em uma linha medindo 25,00 metros confrontando com terras de Espólio de Vilso Gottardi e Evanilde Gottardi;

LESTE – Em uma linha medindo 16,00 metros confrontando com a Rua do Hipódromo;

OESTE - Em uma linha medindo 12,50 metros confrontando a área 06 (remanescente).

Área 02 (Desmembrada) – Área = 500,00 m²

NORTE – Em uma linha medindo 45,00 metros confrontando com a área 06 (remanescente);

SUL – Em uma linha medindo 35,00 metros confrontando com a área 01 (ora desmembrada);

LESTE – Em uma linha medindo 16,00 metros confrontando com a Rua do Hipódromo;

OESTE - Em uma linha medindo 12,50 metros confrontando a área 06 (remanescente).

Área 03 (Desmembrada) – Área = 471,00 m²

NORTE – Em uma linha medindo 38,80 metros confrontando com a área 04 (ora desmembrada);

SUL – Em uma linha medindo 28,00 metros confrontando com a área 06 (remanescente);

LESTE – Em uma linha medindo 18,00 metros confrontando com a Rua do Hipódromo;

OESTE - Em uma linha medindo 14,00 metros confrontando a área 06 (remanescente).

Área 04 (Desmembrada) – Área = 601,50 m²

NORTE – Em uma linha medindo 49,60 metros confrontando com a área 05 (ora desmembrada)

SUL – Em uma linha medindo 38,80 metros confrontando com a área 03 (ora desmembrada);

LESTE – Em uma linha medindo 17,20 metros confrontando com a

Rua do Hipódromo;
OESTE - Em uma linha medindo 13,50 metros confrontando a área 06 (remanescente).

Área 05 (Desmembrada) – Área = 744,00 m²

NORTE – Em uma linha medindo 60,70 metros confrontando com terras de Célio Bertoli e Luzia Gonçalves Bertoli (Matr. Nº 16.027);
SUL – Em uma linha medindo 49,60 metros confrontando com a área 04(ora desmembrada);
LESTE – Em uma linha medindo 17,20 metros confrontando com a Rua do Hipódromo;
OESTE - Em uma linha medindo 13,50 metros confrontando a área 06 (remanescente).

Área 06 (Remanescente) – Área = 26.809,00 m²

NORTE – Em uma linha medindo 337,30 metros com terras de Célio Bertoli e Luzia Gonçalves Bertoli (Matr. Nº 16.027);
SUL – Em uma linha medindo 308,00 metros com terras de Espólio de Vilso Gottardi e Evanilde Gottardi;
LESTE – Em 05 linhas, a primeira medindo 41,00 metros confrontando com as áreas 05,04 e 03 (ora desmembradas), a segunda medindo 28,00 metros confrontando com a área 03 (ora desmembrada), a terceira medindo 19,30 metros confrontando com a Rua do Hipódromo, a quarta medindo 45,00 metros confrontando com a área 02 (ora desmembrada) e a quinta medindo 25,00 metros confrontando com as áreas 02 e 01 (oras desmembradas);
OESTE - Em uma linha medindo 80,79 metros com terras de LZK CONSTRUTORA LTDA.

Art. 3º A área de terras de que trata este decreto encontra-se devidamente registradas no CRI de Trombudo Central, Matrícula nº 17.505, com uma área total de 29.500,00 m² (vinte nove mil e quinhentos metros quadrados), de propriedade do Sr. MOISÉS CARDOSO, brasileiro, agricultor, inscrito no CPF sob nº 887.203.069-20 casado pelo regime de comunhão parcial de bens pela vigência da Lei nº 6515/77 com ADRIANA BEIRÃO CARDOSO, brasileira, agricultura, inscrita no CPF sob nº 021.296.359-70, ambos residentes e domiciliados no município de Pouso Redondo.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Pouso Redondo (SC), 28 de novembro de 2016.
NAIR GOULART
Prefeita Municipal

108

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO
CNPJ 83.102.681/0001-26
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

DECRETO Nº 108/2016 de 28/11/2016.
Retifica numeração de residência e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município.

Considerando que em vistoria “in loco” foi constatado que a numeração correta da residência deverá ser nº 715.

Considerando que não se trata de erro material e sim de erro formal da Administração Pública do qual o contribuinte não deve arcar com prejuízos advindos por este fator.

Considerando que os fatos ensejadores do cancelamento se encontram devidamente comprovados junto a municipalidade, sem

a necessidade de abrir prazo para notificações e ampla defesa por se tratar de retificação direta confirmada através do Departamento de Planejamento.

DECRETA:

Art. 1º - Fica retificado a numeração da residência localizada a Rua Constantino Antônio Maximiano, imóvel pertencente a Sra. Sirlene Mondini, habite-se nº 016/2014, Registrada no Cartório de Imóveis de Trombudo Central sob matrícula do imóvel nº 14.096, que passa definitivamente a ser nº 715.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pouso Redondo, 28 de novembro de 2016.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

109

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO
CNPJ 83.102.681/0001-26
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

DECRETO Nº 109/2016 de 28/11/2016.

Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.584/14 de 06/12/14.

DECRETA:

Art. 1º — Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária, consignada no Orçamento Corrente do Município, usando como recursos o Provável Excesso de Arrecadação, como segue:

11. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.2.035.3.3.90– Manutenção do Fundo Municipal de Saúde			
(04)	3.3.90.00.00.00.00.00.0101.	–	Aplicações Diretas
	R\$ 440.000,00	
(12)	3.1.90.00.00.00.00.00.0134.	–	Aplicações Diretas
	R\$ 100.000,00	
(13)	3.1.90.00.00.00.00.00.0134.	–	Aplicações Diretas
	R\$ 100.000,00	

TOTAL R\$ 640.000,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 28 de novembro de 2016.
NAIR GOULART
Prefeita Municipal

111

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

DECRETO Nº 111/2016 de 08/12/2016.

“Veda o comércio de bebidas em garrafas e copos de vidro durante a realização do Natal na Praça de 2016”.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO que, no período de 02 a 23 de dezembro de 2016, está ocorrendo Natal na Praça 2016, na Praça Gotlieb Reif e seus entornos;

CONSIDERANDO a necessidade de coibir o uso de garrafas e copos de vidro em razão da segurança e do perigo que esses materiais podem causar durante as festividades que se realizará na área central da referida localidade;

DECRETA:

Art. 1º - Fica vedado o comércio de qualquer espécie de bebidas em garrafas e copos de vidro, pelos comerciantes da área central da Rua 23 de Julho e ruas adjacentes, no período de 02 a 23 de dezembro de 2016, durante a realização do Natal na Praça 2016.

Parágrafo Único – Durante esse período, os comerciantes deverão comercializar bebidas servidas em latas, garrafas pets e copos plásticos.

Art. 2º - O Setor de fiscalização deverá notificar os comerciantes abrangidos pelo presente decreto.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 28 de novembro de 2016.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

115

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

DECRETO Nº 115/2016 de 06/12/2016.

Homologa Inscrições do Processo Seletivo Edital nº001/2016 e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

1º - Ficam homologadas as inscrições do Processo Seletivo Edital nº 001/2016 Deferidas conforme Anexo I deste Decreto.

ANEXO I – HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

Agente de Organização Escolar				
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Situação Inscrição
1	500350	20/03/1990	Adriane Giselle Baasch	Deferida/Homologada
2	501594	09/05/1992	Adriano Do Nascimento	Deferida/Homologada
3	495325	03/12/1990	Aline Nunes De Aquino Cardoso	Deferida/Homologada
4	498791	14/07/1997	Angelica Aparecida Jesuino Sardo	Deferida/Homologada
5	491698	19/10/1999	Bruna Beletti	Deferida/Homologada
6	502387	03/07/1998	Bruna Pereira	Deferida/Homologada
7	499759	25/05/1997	Bruno Mohr	Deferida/Homologada
8	502431	20/09/1994	Carlos Afonso Feldhaus Filho	Deferida/Homologada
9	496272	07/07/1999	Cristiane Da Silva Porto	Deferida/Homologada
10	493515	09/01/1984	Daiane Alves Da Luz Correa	Deferida/Homologada

11	502644	26/05/1999	Daniela Franzoi	Deferida/Homologada
12	496504	27/07/1999	Daniela Grocinotti	Deferida/Homologada
13	495652	28/12/1998	Danielli Andrade	Deferida/Homologada
14	495275	29/10/1994	Debora Solidario Linhares	Deferida/Homologada
15	493951	27/01/1990	Diego Rafael Manchein	Deferida/Homologada
16	492487	22/05/1996	Elaine Cristina Da Silva	Deferida/Homologada
17	495130	17/08/1990	Elisiane Maciel	Deferida/Homologada
18	502685	14/10/1962	Ester Sebold	Deferida/Homologada
19	493443	28/01/1998	Fabiana Aparecida Lopes Dos Santos	Deferida/Homologada
20	501155	17/11/1985	Francine Hoffmann	Deferida/Homologada
21	501721	28/12/1993	Francine Soares Fioravante	Deferida/Homologada
22	500313	16/08/1998	Igor Bini	Deferida/Homologada
23	502828	16/02/1991	Itamara Da Silveira	Deferida/Homologada
24	499249	26/09/1997	Jaqueline Xavier	Deferida/Homologada
25	500707	10/08/1992	Jessica Julia Martins	Deferida/Homologada
26	493456	30/06/1988	Joao Fernando Mateus De Sousa	Deferida/Homologada
27	500577	19/08/1996	Joice Mara De Andrade	Deferida/Homologada
28	494751	17/11/1986	Josiane Eyng Licheski	Deferida/Homologada
29	493061	26/05/1983	Jozeli Dos Anjos Bonassa	Deferida/Homologada
30	498401	12/06/1998	Juliana Cachoeira	Deferida/Homologada
31	503044	25/09/1992	Kauana Kasminie Bertoldi	Deferida/Homologada
32	500557	01/03/1997	Liandro Kramel	Deferida/Homologada
33	491477	25/05/1995	Luana Camargo	Deferida/Homologada
34	495184	29/05/1995	Maiara Iglkowski Manerich	Deferida/Homologada
35	494040	28/10/1999	Marceli Souza	Deferida/Homologada
36	498572	06/10/2000	Maria Cherpers Holanda	Deferida/Homologada
37	496594	03/02/1998	Maria Eduarda Poleza	Deferida/Homologada
38	494958	14/03/1987	Maridiane Braga	Deferida/Homologada
39	499211	19/07/1998	Monica Ines Schlosser	Deferida/Homologada
40	494015	13/11/2000	Natalia Miranda Constantino	Deferida/Homologada
41	496992	19/05/1991	Patricia Silva Natel	Deferida/Homologada
42	502646	09/06/1999	Patrik Butzke	Deferida/Homologada
43	497524	05/02/2000	Rafael Vieira	Deferida/Homologada
44	502845	11/05/1999	Renata Freitas	Deferida/Homologada
45	495229	11/06/2000	Ricardo Da Silva	Deferida/Homologada
46	497039	08/03/1996	Ricardo Antonio Berto	Deferida/Homologada
47	500679	26/12/1998	Sthefani Cristofolini Lopes Fortes	Deferida/Homologada
48	493118	11/04/1991	Suellen Marquez De Souza	Deferida/Homologada
49	500455	23/07/1991	Tamara Cristina Vanzelli De Franca	Deferida/Homologada
50	498569	01/03/1977	Zenita Cherpers	Deferida/Homologada

Agente de Serviços Gerais

Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Situação Inscrição
1	499824	05/04/1974	Adriana De Fatima De Liz	Deferida/Homologada
2	495257	25/04/1982	Adriana Sutil Lopes Cardoso	Deferida/Homologada
3	493494	18/12/1968	Aladir Hastrit Mohr	Deferida/Homologada
4	499591	01/09/1986	Alini Charieli Da Cunha	Deferida/Homologada
5	499855	15/12/1989	Amanda De Fatima Prado Da Luz	Deferida/Homologada
6	497733	17/09/1981	Carla Gizeli Da Rosa	Deferida/Homologada
7	498122	11/05/1972	Claudeti Peron Fiamoncini	Deferida/Homologada

8	500895	23/09/1997	Claudioneia Da Rosa Vidal	Deferida/Homologada
9	502825	18/06/1966	Cleusa Monteiro Rufino	Deferida/Homologada
10	495360	27/05/1983	Clodomir Cardoso	Deferida/Homologada
11	501277	02/01/1989	Daiana Aparecida Pereira	Deferida/Homologada
12	500448	22/07/1983	Denise De Souza	Deferida/Homologada
13	501371	12/07/1982	Edivaldo Eigen	Deferida/Homologada
14	503001	19/03/1982	Eduardo Magalhaes Capeletto	Deferida/Homologada
15	499444	14/10/1972	Eliane Boll Dobrantz	Deferida/Homologada
16	498224	30/12/1978	Eliane Bonessi	Deferida/Homologada
17	493916	13/04/1989	Eliane Leite De Almeida	Deferida/Homologada
18	495205	12/05/1985	Eva Tormes	Deferida/Homologada
19	501896	15/05/1981	Eziziani Barbosa	Deferida/Homologada
20	493029	02/12/1980	Eziziela Barbosa	Deferida/Homologada
21	493028	27/02/1995	Fabiula Dos Santos	Deferida/Homologada
22	497040	16/05/1994	Francieli Adriano	Deferida/Homologada
23	502070	28/07/1989	Grasieli Da Rosa Vidal	Deferida/Homologada
24	502027	22/09/1972	Ironita Dos Santos Da Silva	Deferida/Homologada
25	498991	26/06/1966	Ivone De Liz	Deferida/Homologada
26	497153	06/04/1979	Izabel Aparecida Rais Krueger	Deferida/Homologada
27	494213	12/12/1969	Jane Lucoli Schollemberg	Deferida/Homologada
28	493718	16/10/1978	Janete Sothe	Deferida/Homologada
29	501699	10/12/1988	Jaqueline Aparecida Klegin Payerl	Deferida/Homologada
30	500635	19/06/1992	Josiane Regina Klegin	Deferida/Homologada
31	493422	29/06/1991	Karla Edite Moreira Constante	Deferida/Homologada
32	502848	30/07/1992	Leia Borges	Deferida/Homologada
33	499008	24/04/1977	Luciana Franca Da Paz	Deferida/Homologada
34	493761	04/02/1977	Luizia Salvador Rosa	Deferida/Homologada
35	494563	05/05/1970	Maike ziele poleza	Deferida/Homologada
36	502656	02/05/1979	Maria Poleza	Deferida/Homologada
37	493409	17/07/1962	Marilde Aparecida Pereira Goncalves	Deferida/Homologada
38	494707	03/03/1975	Marilza Andrade Schmoegel	Deferida/Homologada
39	495167	07/12/1966	Matilde Moreira Dos Santos	Deferida/Homologada
40	502123	30/03/1984	Nadia Aparecida De Lima	Deferida/Homologada
41	494283	26/09/1995	Nadini Rafaela Da Silva	Deferida/Homologada
42	493237	25/09/1992	Patricia Aparecida Buss Schlosser	Deferida/Homologada
43	496993	16/09/1983	Pricila Dos Santos	Deferida/Homologada
44	498117	02/11/1992	Raquel De Quadros	Deferida/Homologada
45	498955	07/09/1997	Tairini Thives Cardoso	Deferida/Homologada
46	500876	14/08/1996	Tais Carolina Elias	Deferida/Homologada
47	497656	16/03/1994	Tatiana Kocian	Deferida/Homologada
48	498814	11/09/1989	Tatiana Zaror Nunes	Deferida/Homologada
49	500609	21/10/1966	Zenilda Da Silva	Deferida/Homologada
Borracheiro				
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Situação Inscrição
1	499147	24/08/1984	Fabio Junior Prado	Deferida/Homologada
Estagiário Nível Médio para Creche				
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Situação Inscrição
1	502529	03/12/1999	Alexssandra Sabel Farias	Deferida/Homologada

2	495062	10/02/2000	Ana Caroline Da Silva Pereira	Deferida/Homologada
3	501780	09/02/2001	Ana Kettlele Fuck	Deferida/Homologada
4	495075	29/08/1999	Barbara Pereira	Deferida/Homologada
5	497532	08/01/2000	Barbara Wersdörfer Lamin	Deferida/Homologada
6	495541	18/05/1998	Dayane Szczepkowski	Deferida/Homologada
7	494634	18/05/1999	Diuli Amanda Fagundes Da Motta	Deferida/Homologada
8	495097	25/02/2001	Djulieli De Freitas	Deferida/Homologada
9	500177	15/03/2001	Eduarda Kuerten Porfiro	Deferida/Homologada
10	501275	06/03/2001	Eduarda Stringari Tavares	Deferida/Homologada
11	502515	27/03/1997	Eliziana Aparecida Santos Lima	Deferida/Homologada
12	495111	26/10/2000	Greice Keli Aparecida Zanluca	Deferida/Homologada
13	497920	31/12/2000	Jaqueline Steinhäuser Gutz	Deferida/Homologada
14	497406	12/01/2001	Jessica Kokovski	Deferida/Homologada
15	497846	14/12/1998	Joelma Mondini	Deferida/Homologada
16	493929	06/07/2000	Luana Souza	Deferida/Homologada
17	498731	14/02/2000	Luana Stern	Deferida/Homologada
18	497855	30/12/2000	Luiza Azevedo	Deferida/Homologada
19	498661	17/03/2000	Marina Constante Mollo	Deferida/Homologada
20	496377	19/12/2000	Raquel Cardoso De Leodor	Deferida/Homologada
21	495461	05/04/1998	Solange Gottardi	Deferida/Homologada
Estagiário Nível Superior para Creche (4ª fase)				
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Situação Inscrição
1	495908	02/01/1998	Diessica Muniz Pereira	Deferida/Homologada
2	497708	11/06/1997	Karine Regis Da Silva	Deferida/Homologada
3	494651	15/05/1998	Luana Goulart	Deferida/Homologada
4	501825	16/12/1998	Tainara Dobrantz	Deferida/Homologada
Estagiário Nível Superior para Creche (5ª fase)				
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Situação Inscrição
1	503026	15/10/1996	Tayna Da Silveira	Deferida/Homologada
Nutricionista				
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Situação Inscrição
1	497278	03/02/1995	Andreza Tischner	Deferida/Homologada
2	502064	24/12/1988	Bruna Taufenbach	Deferida/Homologada
3	503097	19/10/1992	Camila Garcia	Deferida/Homologada
4	492079	18/06/1991	Claudia Schena	Deferida/Homologada
5	492713	04/10/1995	Eliani Correa	Deferida/Homologada
6	498633	19/08/1994	Jocilene Hoepers	Deferida/Homologada
7	495135	11/03/1988	Maira Fachini Bolduan	Deferida/Homologada
Professor Anos Iniciais (habilitado)				
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Situação Inscrição
1	495486	19/11/1994	Ana Caroline Cardozo Stringari	Deferida/Homologada
2	494771	13/10/1989	Bruna Lais Prada	Deferida/Homologada
3	500884	25/06/1988	Cheila Nilsen das Neves	Deferida/Homologada
4	493098	05/09/1967	Eliani Pontizelli	Deferida/Homologada
5	496648	10/08/1988	Elisane De Fatima Felicio	Deferida/Homologada
6	492606	16/08/1966	Eni Oliveira Branco	Deferida/Homologada

7	492781	01/10/1993	Fabiula Nicolletti	Deferida/Homologada
8	491674	16/12/1992	Franciane Regina Serafim	Deferida/Homologada
9	495172	20/02/1979	Jose Souza	Deferida/Homologada
10	494903	02/01/1959	Maria Iracy Jones	Deferida/Homologada
11	499498	12/01/1960	Mario Luchtenberg	Deferida/Homologada
12	495577	17/10/1961	Marize Teresinha Figueiredo	Deferida/Homologada
13	494276	24/12/1994	Patricia Murara	Deferida/Homologada
14	498599	24/03/1985	Rafaela Cristiani Machado	Deferida/Homologada
15	500773	22/09/1965	Rosangela Althoff Miranda	Deferida/Homologada
16	496850	22/12/1973	Zaira Geni Gonzaga	Deferida/Homologada

Professor Anos Iniciais (não-habilitado)

Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Situação Inscrição
1	491917	09/11/1988	Ana Claudia Moratelli	Deferida/Homologada
2	499688	22/12/1993	Ana Paula Bini	Deferida/Homologada
3	495337	18/05/1988	Edinara Machado	Deferida/Homologada
4	494534	02/07/1973	Irani Miranda	Deferida/Homologada
5	494598	25/03/1987	Juliana Pintarelli Avi	Deferida/Homologada
6	501199	02/09/1997	Larissa Estela Schneider	Deferida/Homologada
7	495153	30/10/1994	Morgana Ribeiro	Deferida/Homologada
8	492010	26/01/1997	Tainara Woelcker Ezidio	Deferida/Homologada
9	492094	23/11/1994	Thais Figueredo	Deferida/Homologada

Professor de Artes (habilitado)

Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Situação Inscrição
1	502227	18/12/1990	Andressa Concentius	Deferida/Homologada

Professor de Artes (não-habilitado)

Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Situação Inscrição
1	494529	30/03/1997	Jaqueline Schlosser	Deferida/Homologada
2	499439	20/08/1997	Leticia De Souza	Deferida/Homologada

Professor de Ciências (habilitado)

Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Situação Inscrição
1	502745	15/06/1983	Cintia Jardim Da Silva	Deferida/Homologada
2	498299	05/04/1976	Geovanio Hoffmann	Deferida/Homologada
3	500387	21/11/1972	Maike Cristiane Voss Bichels	Deferida/Homologada
4	491731	05/03/1987	Pamela Gomes Regueira	Deferida/Homologada

Professor de Ciências (não-habilitado)

Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Situação Inscrição
1	501200	02/09/1997	Larissa Estela Schneider	Deferida/Homologada

Professor de Educação Física (recreador) (habilitado)

Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Situação Inscrição
1	498907	26/12/1989	Afonso Bianchet	Deferida/Homologada
2	500355	23/02/1995	Marcos Vinicius Bauchspiess De Almeida	Deferida/Homologada
3	497211	11/04/1994	Nilsara Floriani Pereira	Deferida/Homologada
4	491696	03/05/1974	Nilvo Da Silva	Deferida/Homologada
5	502581	05/03/1986	Vanessa Campregheer	Deferida/Homologada

	Professor de Educação Física (recreador) (não-habilitado)			
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Situação Inscrição
1	500566	12/08/1994	Jardel Alexandre	Deferida/Homologada
2	503102	08/05/1993	Luiz Ricardo Da Silva Ribeiro	Deferida/Homologada
3	500500	23/09/1983	Maristela Goncalves De Gois	Deferida/Homologada
	Professor de Educação Infantil (habilitado)			
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Situação Inscrição
1	493041	05/02/1978	Adriana Da Cruz	Deferida/Homologada
2	501300	16/05/1995	Aline Clarinda Goetten De Lima	Deferida/Homologada
3	500885	25/06/1988	Cheila Nilsen das Neves	Deferida/Homologada
4	495027	04/11/1989	Cibele Cristina Fiamoncini	Deferida/Homologada
5	498799	20/05/1994	Claudia Regina Neumann	Deferida/Homologada
6	498827	07/11/1991	Cristiana Da Silva De Souza	Deferida/Homologada
7	499733	25/05/1989	Cristiani De Sousa	Deferida/Homologada
8	494548	18/03/1995	Deize Dal Pra May	Deferida/Homologada
9	493134	05/09/1967	Eliani Pontizelli	Deferida/Homologada
10	502328	02/12/1989	Elisabete Da Silva	Deferida/Homologada
11	496649	10/08/1988	Elisane De Fatima Felicio	Deferida/Homologada
12	492782	01/10/1993	Fabiula Nicolletti	Deferida/Homologada
13	496267	09/02/1996	Fernanda Aparecida Betoni	Deferida/Homologada
14	500379	17/09/1986	Fernanda Do Carmo Ferreira Belli	Deferida/Homologada
15	491675	16/12/1992	Franciane Regina Serafim	Deferida/Homologada
16	502113	04/01/1976	Ivanir Mauricio De Brito Fronza	Deferida/Homologada
17	497439	08/05/1986	Janaina Tambosi	Deferida/Homologada
18	497384	11/08/1993	Jaqueline Rodrigues De Brito	Deferida/Homologada
19	499963	13/12/1990	Jociani Carla Grosch Menke	Deferida/Homologada
20	501141	13/07/1982	Josiane Da Cunha	Deferida/Homologada
21	500629	18/01/1981	Jucelia Alves Dos Santos	Deferida/Homologada
22	495601	25/08/1995	Julia Hasse	Deferida/Homologada
23	498239	21/05/1989	Juliana Salete Loat	Deferida/Homologada
24	498245	06/04/1985	Kelly Cristina Dziuba	Deferida/Homologada
25	499812	14/04/1995	Laresa Alexandre	Deferida/Homologada
26	492202	09/07/1988	Leila Almeida Ferreira	Deferida/Homologada
27	495098	21/08/1978	Leziane Pasold	Deferida/Homologada
28	491719	06/03/1978	Lindacir A.borges	Deferida/Homologada
29	497509	20/02/1985	Lucimere Vogel De Almeida	Deferida/Homologada
30	496502	19/05/1994	Maria Karolina Peters Simplicio Zils	Deferida/Homologada
31	499572	04/04/1988	Michele Gutz Bertoli	Deferida/Homologada
32	494277	24/12/1994	Patricia Murara	Deferida/Homologada
33	500713	22/09/1965	Rosangela Althoff Miranda	Deferida/Homologada
34	500222	27/12/1965	Rosiani Mgeni Muller Pires De Moraes	Deferida/Homologada
35	499954	17/09/1988	Sinara Cardoso De Aguiar	Deferida/Homologada
36	501956	11/11/1973	Sueli Klaumann Da Cunha	Deferida/Homologada
37	496048	08/12/1994	Vanessa Joaquim	Deferida/Homologada
38	491743	17/07/1981	Viviane Apolinario	Deferida/Homologada
39	497142	22/12/1973	Zaira Geni Gonzaga	Deferida/Homologada
	Professor de Educação Infantil (não-habilitado)			

Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Situação Inscrição
1	493878	21/10/1988	Adriana Ferreira Barbosa	Deferida/Homologada
2	501247	25/07/1990	Aline Vieira Dellani	Deferida/Homologada
3	491918	09/11/1988	Ana Claudia Moratelli	Deferida/Homologada
4	499689	22/12/1993	Ana Paula Bini	Deferida/Homologada
5	501235	01/07/1994	Andressa Senem	Deferida/Homologada
6	491937	25/05/1996	Bianca Aparecida Elvira Poleza Souza	Deferida/Homologada
7	500695	28/11/1989	Caroline Verdi	Deferida/Homologada
8	491780	06/03/1985	Catiane De Jesus	Deferida/Homologada
9	500054	06/01/1969	Cirlene Moraes Estevao	Deferida/Homologada
10	494130	17/03/1994	Debora Lucia Esser Berri	Deferida/Homologada
11	495338	18/05/1988	Edinara Machado	Deferida/Homologada
12	495458	19/03/1998	Eduarda Tauana Senem Martins	Deferida/Homologada
13	498511	19/03/1964	Elsa Helena Reif	Deferida/Homologada
14	499799	24/04/1995	Fabiana Da Silva Do Carmo	Deferida/Homologada
15	495382	20/12/1988	Fabiana Hillmann Trentini	Deferida/Homologada
16	492773	19/05/1991	Fabrini Coelho De Liz	Deferida/Homologada
17	501810	10/08/1990	Fernanda De Andrade	Deferida/Homologada
18	498794	24/07/1990	Franciele Miranda Fernandes	Deferida/Homologada
19	493932	20/04/1995	Gilmara Alves	Deferida/Homologada
20	498033	14/08/1991	Gislaine Draprinchinski Rech	Deferida/Homologada
21	500471	02/07/1973	Irani Miranda	Deferida/Homologada
22	492438	30/09/1984	Jacira Moura Lopes	Deferida/Homologada
23	491145	15/03/1994	Janelize Schlosser Trentini	Deferida/Homologada
24	494614	18/01/1986	Janice Beirao	Deferida/Homologada
25	492976	16/04/1987	Jaqueline Büchling	Deferida/Homologada
26	494069	02/04/1997	Jeice Tatiana Moih Zanella	Deferida/Homologada
27	495211	22/06/1986	Joice Ionceck Nunes	Deferida/Homologada
28	497905	16/03/1986	Joice Suelen De Andrade	Deferida/Homologada
29	499676	28/05/1994	Juliana Da Silva	Deferida/Homologada
30	494599	25/03/1987	Juliana Pintarelli Avi	Deferida/Homologada
31	494583	04/10/1990	Juliana Schwarz	Deferida/Homologada
32	497147	10/10/1989	Karini Da Silva Borba	Deferida/Homologada
33	499109	04/07/1995	Katia Kuhn	Deferida/Homologada
34	496435	23/03/1997	Luana Marcellos	Deferida/Homologada
35	493387	31/10/1986	Luciane Peters	Deferida/Homologada
36	492309	01/03/1982	Lucimar Da Silva Porto	Deferida/Homologada
37	492295	08/11/1969	Magrid Nagel Martins	Deferida/Homologada
38	498448	28/11/1976	Marcia Regina Da Silva	Deferida/Homologada
39	500026	08/07/1993	Patricia Schepers	Deferida/Homologada
40	498600	24/03/1985	Rafaela Cristiani Machado	Deferida/Homologada
41	492351	27/05/1992	Scheila Almeida Ferreira	Deferida/Homologada
42	502795	11/03/1968	Selma Bichels Blasius	Deferida/Homologada
43	495187	08/08/1974	Silvia Costa	Deferida/Homologada
44	496437	28/03/1996	Silvia Farias	Deferida/Homologada
45	502464	09/02/1979	Sirlene Moik	Deferida/Homologada
46	492011	26/01/1997	Tainara Woelcker Ezidio	Deferida/Homologada
47	498906	17/05/1993	Vanessa Diana Correa	Deferida/Homologada
48	495655	23/01/1984	Vania Cardoso Schmitz	Deferida/Homologada
49	501309	25/10/1980	Zuleica Amancio	Deferida/Homologada

	Professor de Geografia (habilitado)			
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Situação Inscrição
1	500167	12/10/1984	Andre Araldi	Deferida/Homologada
2	500853	18/01/1987	Roi Hentoni Klein	Deferida/Homologada
	Professor de Geografia (não-habilitado)			
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Situação Inscrição
1	498095	03/07/1995	Diego Weiss	Deferida/Homologada
	Professor de História (habilitado)			
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Situação Inscrição
1	500166	12/10/1984	Andre Araldi	Deferida/Homologada
2	498843	04/01/1994	Briana Beatriz Beirao	Deferida/Homologada
3	498034	14/08/1991	Gislaine Draprinchinski Rech	Deferida/Homologada
	Professor de História (não-habilitado)			
	Não há candidatos neste cargo			
	Professor de Inglês (habilitado)			
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Situação Inscrição
1	501434	03/10/1986	Leticia Marques Dos Santos	Deferida/Homologada
2	499539	12/02/1962	Mario Antonio Flores Moran	Deferida/Homologada
	Professor de Inglês (não-habilitado)			
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Situação Inscrição
1	502873	04/05/1992	Elaine Debiazi	Deferida/Homologada
	Professor de Língua Portuguesa (habilitado)			
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Situação Inscrição
1	501435	03/10/1986	Leticia Marques Dos Santos	Deferida/Homologada
2	493750	04/08/1973	Roseli Figueiredo	Deferida/Homologada
	Professor de Língua Portuguesa (não-habilitado)			
	Não há candidatos neste cargo			
	Professor de Matemática (habilitado)			
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Situação Inscrição
1	500842	07/02/1995	Barbara Maria Feller	Deferida/Homologada
2	499862	26/01/1993	Janaina Giacomozzi Cardozo Feldaus	Deferida/Homologada
3	498645	18/08/1979	Leandro Ferreira Vieira	Deferida/Homologada
	Professor de Matemática (não-habilitado)			
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Situação Inscrição
1	494067	02/01/1995	Junior Stopa	Deferida/Homologada
2	491713	14/06/1977	Valdir Razini	Deferida/Homologada
	Professor II (habilitado)			
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Situação Inscrição
1	495487	19/11/1994	Ana Caroline Cardozo Stringari	Deferida/Homologada
2	494549	18/03/1995	Deize Dal Pra May	Deferida/Homologada

3	501422	18/10/1985	Ducineia Bauner	Deferida/Homologada
4	493205	29/01/1989	Fabiana Goulart De Souza	Deferida/Homologada
5	497385	11/08/1993	Jaqueline Rodrigues De Brito	Deferida/Homologada
6	494904	02/01/1959	Maria Iracy Jones	Deferida/Homologada
7	499499	12/01/1960	Mario Luchtenberg	Deferida/Homologada
8	499574	04/04/1988	Michele Gutz Bertoli	Deferida/Homologada
9	497087	19/06/1976	Moniege Nunes Farias	Deferida/Homologada
10	495939	22/10/1986	Silvana Gottardi Correa	Deferida/Homologada
11	491806	17/07/1981	Viviane Apolinario	Deferida/Homologada
Professor II (não-habilitado)				
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Situação Inscrição
1	496428	21/10/1988	Adriana Ferreira Barbosa	Deferida/Homologada
2	501248	25/07/1990	Aline Vieira Dellani	Deferida/Homologada
3	491938	25/05/1996	Bianca Aparecida Elvira Poleza Souza	Deferida/Homologada
4	491788	06/03/1985	Catiane De Jesus	Deferida/Homologada
5	499148	12/09/1994	Cristiane Trentini	Deferida/Homologada
6	499040	14/08/1995	Daniela Ribeiro De Oliveira	Deferida/Homologada
7	495459	19/03/1998	Eduarda Tauana Senem Martins	Deferida/Homologada
8	498512	19/03/1964	Elsa Helena Reif	Deferida/Homologada
9	499804	24/04/1995	Fabiana Da Silva Do Carmo	Deferida/Homologada
10	499904	20/12/1988	Fabiana Hillmann Trentini	Deferida/Homologada
11	492774	19/05/1991	Fabrini Coelho De Liz	Deferida/Homologada
12	498795	24/07/1990	Franciele Miranda Fernandes	Deferida/Homologada
13	494615	18/01/1986	Janice Beirao	Deferida/Homologada
14	494070	02/04/1997	Jeice Tatiana Moih Zanella	Deferida/Homologada
15	499044	16/03/1986	Joice Suelen De Andrade	Deferida/Homologada
16	494584	04/10/1990	Juliana Schwarz	Deferida/Homologada
17	497148	10/10/1989	Karini Da Silva Borba	Deferida/Homologada
18	493388	31/10/1986	Luciane Peters	Deferida/Homologada
19	492296	08/11/1969	Magrid Nagel Martins	Deferida/Homologada
20	498449	28/11/1976	Marcia Regina Da Silva	Deferida/Homologada
21	497800	05/05/1995	Mariani Pereira	Deferida/Homologada
22	492953	31/12/1957	Odete Silveira Machado	Deferida/Homologada
23	492352	27/05/1992	Scheila Almeida Ferreira	Deferida/Homologada
24	499025	15/02/1982	Viviane Goetten De Souza	Deferida/Homologada
25	501311	25/10/1980	Zuleica Amancio	Deferida/Homologada

2º - As inscrições INDEFERIDAS Anexo II deste Decreto

ANEXO II

Inscrições Indeferidas não processadas por falta de pagamento da taxa de inscrição
Edital 001/2014 Processo Seletivo

491064	491978	493414	493899	495083	496725	497121	498276	498798	499935	500574	501220	502256
491076	492595	493438	494003	495442	496851	497127	498435	499003	499936	500626	501513	502398
491077	492935	493749	494041	495464	496960	497200	498437	499007	499953	500671	501514	502465
491146	492939	493773	494112	495498	496997	497362	498537	499068	500045	500696	501812	502784
491692	492974	493825	494320	495707	497030	497793	498592	499080	500172	500703	501955	502796
491703	493128	493827	494336	495897	497045	497799	498688	499250	500202	500988	502006	502987
491875	493301	493828	494425	496165	497061	497832	498760	499392	500390	501140	502044	503110
491876	493360	493829	494964	496434	497084	497929	498761	499614	500391	501219	502217	

Art. 3º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 06 de dezembro de 2016.
NAIR GOULART
Prefeita Municipal

119

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 119/2016 de 23/10/2016

Concede Progressão Funcional, conforme Plano de Carreira e Remuneração dos servidores Público Municipal.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei 1.972/07 de 17/05/2007:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedida progressão funcional aos servidores abaixo relacionados:

MATRICULA	NOME	CARGO	TIPO	DATA
101004	Catarina Ruprest da Silva	Agente de Serviços Gerais	Progressão Funcional	10/2016
100803	Leide Aline Giordani Verdi	Agente Administrativo	Progressão Funcional	10/2016
203004	Maria Arlene Verdi da Silva	Agente de Serviços Gerais	Progressão Funcional	10/2016

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 23 de outubro de 2016.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

120

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº. 120/2016 de 27/10/2016

Nomeia membros para compor COMISSÃO ORGANIZADORA DE PROCESSO SELETIVO e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º — Ficam nomeados TAYSE VENDRAMIN MARCHI, TEOTONIO R. BONESSI, NEUMA ANDERLE FELIZARI e ELIZIANE DO CARMO, para, sob a Presidência da primeira, compor a Comissão Organizadora do Concurso Público declarado aberto pelo Edital de Licitação Pregão Presencial nº 016/2016, do processo nº 028/2016 para realização de Processo Seletivo nº 001/2016.

Parágrafo Único — Fica designada a Sra. TAYSE VENDRAMIN MARCHI, como representante da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, para intermediar assuntos referentes ao concurso entre comissão organizadora e empresa realizadora do concurso.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 27 de outubro de 2016.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

121

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO
CNPJ 83.102.681/0001-26
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133
www.pousoredondo.sc.gov.br
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

DECRETO Nº 121/2016 DE 27/12/2016

Determina atendimento expediente interno no âmbito do Prédio da Prefeitura Municipal, entre os dias 27 a 30 de dezembro de 2016 e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o a necessidade de efetuar o fechamento contábil para entrega de dados ao novo gestor.

CONSIDERANDO que não causa danos a população o estabelecimento de expediente interno neste período.

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado expediente exclusivamente interno no período entre 27 à 30 de dezembro de 2016, no âmbito do Prédio da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo.

Art. 2º - Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pouso Redondo, 27 de dezembro de 2016.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

121

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO
CNPJ 83.102.681/0001-26
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 121/2016 DE 01/11/2016

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeada RAQUEL KURTH BATISTA, brasileira, portadora do CPF: 042.301.199-50, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de PROFESSOR, nível de vencimento 540-B001, do Grupo 07 – Classe I - NS, do plano de classificação de Cargos da Administração Direta do município de Pouso Redondo e demais legislações aplicáveis à espécie, com carga horária de 20 horas semanais.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este Artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2014.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 01 de novembro de 2016.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

122

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO
CNPJ 83.102.681/0001-26
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 122/2016 DE 01/11/2016

Exonera Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Exonerar por aposentadoria a Servidora HELENA VENTURI, na data de 01/11/2016, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR, do Grupo Ocupacional 07 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislações aplicáveis à espécie.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 01 de novembro de 2016.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

123

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO
CNPJ 83.102.681/0001-26
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 123/2016 DE 08/11/2016

Concede Férias a Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Conceder Férias a Servidora CATARINA RUPREST DA SILVA, lotado nesta Prefeitura, no período de 08/11/2016 à 07/12/2016, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 08 de novembro de 2016.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

124

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO
CNPJ 83.102.681/0001-26
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 124/2016 DE 16/11/2016

Exonera Servidor e dá outras providências.

CLEISON FRONZA, Prefeito em Exercício do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Exonerar por aposentadoria o Servidor ALFREDO FELICIANO, na data de 16/11/2016, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MAQUINA MOTONIVELADORA, do Grupo Ocupacional 11 - Secretaria Transporte Obras e Serviços Gerais, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislações aplicáveis à espécie.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 16 de novembro de 2016.

CLEISON FRONZA
Prefeito em Exercício

125

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 125/2016 DE 17/11/2016

Concede Férias a Servidor e dá outras providências.

CLEISON FRONZA, Prefeito em Exercício do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Conceder Férias a Servidora YARA MAFALDA DO NASCIMENTO, lotado nesta Prefeitura, no período de 17/11/2016 à 16/12/2016, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 17 de novembro de 2016.

CLEISON FRONZA
Prefeito em Exercício

126

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 126/2016 DE 18/11/2016

Concede Férias a Servidor e dá outras providências.

CLEISON FRONZA, Prefeito em Exercício do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Conceder Férias a Servidor MANOEL ANDRADE, lotado

nesta Prefeitura, no período de 18/11/2016 à 17/12/2016, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 18 de novembro de 2016.

CLEISON FRONZA
Prefeito em Exercício

127

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 127/2016 DE 28/11/2016

Concede Férias a Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Conceder Férias a Servidora VALNETE MARIA ZONTA, lotado nesta Prefeitura, no período de 28/11/2016 à 12/12/2016, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 28 de novembro de 2016.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

128

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 128/2016 DE 28/11/2016

Concede Férias a Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Conceder Férias ao Servidor JUPITER DA COSTA VARGAS FILHO, lotado nesta Prefeitura, no período de 28/11/2016 à 07/12/2016, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 28 de novembro de 2016.

NAIR GOULART
Prefeita Municipal

129

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA Nº 129/2016 DE 29/11/2016

Concede Férias a Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Conceder Férias ao Servidor GENUARIO DALMARCO, lotado nesta Prefeitura, no período de 29/11/2016 à 28/12/2016, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 29 de novembro de 2016.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

ADITIVO 02 HOSPITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

www.pousoredondo.sc.gov.br

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47-3545-1133

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

2º TERMO ADITIVO

2º TERMO ADITIVO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO E A SOCIEDADE HOSPITALAR COMUNITÁRIA ANNEGRET NEITZKE DE POUSO REDONDO

Celebram o 2º Termo Aditivo ao Convênio aprovado pela Lei nº 3636/2015, a PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade, Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Bairro Independência, CEP 89172-000, Pouso Redondo – SC, (47) 3545-1133, CNPJ 83.102.681/0001-26, representada neste ato pelo sua prefeita Sra. NAIR GOULART, doravante denominada simplesmente PREFEITURA, e a SOCIEDADE HOSPITALAR COMUNITÁRIA ANNEGRET NEITZKE, Pessoa Jurídica de Direito Privado sem fins lucrativos, com endereço à Rodovia BR 470, Km 176, nesta cidade de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 83.632.828/0001-90, neste ato representado pelo seu Presidente VALDIR FIGUEREDO, CPF 379.461.299-04, visando assentar os seguintes compromissos, deveres, direitos e obrigações, resolvem na melhor forma de direito, aditar o convênio, para fazer constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica alterada a seguinte cláusula do Termo de Convênio, aprovado pela Lei Municipal nº 2.521, de 26 de novembro de 2013, que passam vigor com a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO

O prazo de vigência do presente Convênio terá prazo de vigência a partir de 31 de dezembro de 2016 a 30 de abril de 2017, podendo ser prorrogado pela vontade de ambas as partes.

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas permanecem inalteradas, podendo ser alteradas a qualquer momento por decisão das partes com antecedência mínima de 30 (trinta dias).

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em três vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

Testemunhas

Neuma Anderle Felizari

CPF 818.495.249-04

Tayse Vendramin Marchi

CPF 056.653.669-27

SOCIEDADE HOSPITALAR COMUNITÁRIA ANNEGRET NEITZKE**PLANO DE TRABALHO PARA CONVÊNIO 2017.****POUSO REDONDO 22 DE DEZEMBRO DE 2016.****PLANO DE TRABALHO PARA CONVÊNIO (COM REPASSE DE RECURSO FINANCEIRO)**

Este plano de trabalho tem por objetivo a especificação das metas para a redação do futuro termo de convênio, contém todo o detalhamento das responsabilidades assumidas pelo proponente e órgão concedente.

1 - DADOS CADASTRAIS**ÓRGÃO/ENTIDADE PROPONENTE:** Sociedade Hospitalar Comunitária Annegret Neitzke .**CNPJ:** 83.632.828.0001/90**Endereço:** Rodovia BR 470 KM 176 Caixa Postal 14, snº, Arroio Grande.**Cidade:** Pouso Redondo**Estado:** Santa Catarina**CEP:** 89172-000**DDD/Fone:** 47 3545-1229**Esfera Administrativa Municipal****Conta Corrente:** 00000310-5 Banco-código do Banco: 003 Agência-código: 4440.**Nome do responsável:** Valdir Figueiredo**CPF:** 379.461.299-04**RG:** 433.747-6**Órgão expedidor:** SSP-SC emitido em 18/02/2000**Cargo/função:** Presidente**Endereço:** Estrada Geral Alto Pombinhas, snº.**Cidade:** Pouso Redondo**Estado:** Santa Catarina**CEP:** 89.172-000**2 – ORGÃO CONCEDENTE:****NOME:** Prefeitura Municipal de Pouso Redondo**CNPJ:** 83.102.681/0001-26**Qualificação:** Executor**Esfera administrativa Municipal****Endereço:** Rua Antônio Carlos Thiesen, 74, Arno Sieverdt.**CEP:** 89.172-000**3 - DESCRIÇÃO DO PROJETO****Título do Projeto:** Projeto de Lei nº 2.636/2015 de 15/12/2016**Período de execução:** 31 de Dezembro de 2016 á 30 de Abril de 2017.**Identificação do Objeto:** A manutenção da instituição e especificamente o plantão de atendimento de urgência e emergência e/ou intercorrências clínicas que necessitem de atendimento imediato.

Justificativa da Proposição: Considerando que a Sociedade Hospitalar Comunitária Annegret Neitzke é uma entidade localizada no âmbito do município, que se destaca no atendimento de referência prestado aos munícipes e acidentados que trafegam pela Rodovia BR 470, necessitando de atendimento imediato em regime de plantão 24 horas, como forma de sistematizar, de forma eficiente, o atendimento da Saúde no âmbito municipal justifica-se o presente projeto de lei.

4 - OBRIGAÇÕES DOS PARTICÍPIES**Caberá a Sociedade Hospitalar Comunitária Annegret Neitzke:**

- Manter em suas instalações o serviço de pronto atendimento de urgência e emergência, garantindo o pleno funcionamento nas 24 horas diárias, promovendo a recuperação física dos atendidos.
- Manter os equipamentos necessários ao fiel cumprimento dos termos ora firmados, em perfeito estado de funcionamento e manutenção;
- Disponibilizar sempre que necessário pessoal á execução do objeto desde Convênio, responsabilizando-se por todo e qualquer vínculo empregatício, obrigações trabalhistas e previdenciárias advindas destes, exceto os profissionais que atuarem a cargo do município.
- Apresentar mensalmente ao Município, até o decimo dia útil do mês subsequente ao do vencido, a relação dos atos e intervenções efetuadas para fins do atendimento á clausula segunda desde convenio.
- Encaminhar mensalmente á contabilidade do Fundo Municipal de Saúde e Controle Interno relatório das atividades e dos serviços prestados conforme conveniado os recursos.

Caberá a Prefeitura Municipal de Pouso Redondo:

- Assegurar o aporte dos recursos financeiros e ceder servidores sempre que necessário nos prazos previstos no convênio em anexo;
- Acompanhar, vistoriar, controlar e fiscalizar a execução dos serviços a que se refere o presente plano de trabalho;

5 - METAS, ETAPAS OU FASES (CRONOGRAMA)

A seguir são descritas as etapas, ações e prazos utilizados para implementação do Plano de Trabalho, claramente descritos no cronograma de execução:

Etapas	Ações e Prazos
Plantões Médicos	Em regime de plantão 24 horas
Consultas	Em regime de plantão 24 horas
Exames de Radiografia	Conforme Necessidade
Despesas	Conforme Necessidade
Responsabilidade Técnica	1 Profissional Responsável técnico durante a validade do presente Plano de Trabalho.
Bens de Consumo	Conforme Necessidade
Acessória e Capacitação	Conforme Necessidade dos Colaboradores.

6 - PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

O presente plano de trabalho é baseado no Projeto de Lei nº 2.636/2015 de 15/12/2015, do qual o município através do 1º Termo Aditivo fica responsável em repassar mensalmente à Sociedade Hospitalar Comunitária Annegret Neitzke o valor de até R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais) cujo valor poderá ser reajustado, desde que comprove a real necessidade. Desse modo fica responsável a entidade através do presente Plano de Trabalho a aplicação dos recursos nas seguintes necessidades:

- Plantões Médicos, devendo fazer constar detalhadamente os dias e carga horaria trabalhada através da emissão de competente documento fiscal;
- Atendimentos individualizados, sendo considerado o valor de R\$ 30,00 (Trinta Reais) para cada um, devendo constar o nome, CPF, endereço, telefone e assinatura do atendido, mediante relatório.
- Utilização do Equipamento de Radiografia no Pronto Atendimento, ao custo individual por exame de R\$ 50,00 (Cinquenta Reais) independente da espécie, devendo constar nome, CPF, endereço, telefone, assinatura do atendido;
- Pagamento das despesas com telefone, combustível dos veículos que atenderem ao Pronto Atendimento, Internet, manutenção das dependências do Pronto Atendimento, coleta de lixo comum e contaminado, material de higiene, limpeza e expediente (Papel, toner e etc.), alimentação, aquisição de roupas (uniformes, roupas de cama, toalhas de banho, pijamas, cortinas e cobertores) todos relacionados ao pronto atendimento;
- Anotação de Responsabilidade Técnica ART, para funcionamento da Sociedade Hospitalar Comunitária Annegret Neitzke.
- Utilização com bens de consumo perecíveis pertinentes ao objeto do convênio;
- Assessoria e assistência de consultoria de capacitação e promoção de seminários e congêneres voltada para a área da saúde, com indicação do profissional, sua qualificação, controle das horas trabalhadas e o valor

7 – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Concedente : Prefeitura Municipal de Pouso Redondo			
1º Parcela 10/01/16	2º Parcela 10/02/16	3º Parcela 10/03/16	4º Parcela 10/04/16
Até R\$ 150.000,00	Até R\$ 150.000,00	Até R\$ 150.000,00	Até R\$ 150.000,00
Proponente: Sociedade Hospitalar Comunitária Annegret Neitzke			
1º Parcela 10/01/16	2º Parcela 10/02/16	3º Parcela 10/03/16	4º Parcela 10/04/16
Até R\$ 150.000,00	Até R\$ 150.000,00	Até R\$ 150.000,00	Até R\$ 150.000,00

8 - DO PRAZO

A vigência do presente Plano de Trabalho se dá a partir do dia 31 de Dezembro de 2016 á 30 de Abril de 2017, podendo ser prorrogado pela vontade ambas as partes.

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 02-2014

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO N° 02/2015

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA)
OBJETO:	Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Contrato nº 02/2015, embasado nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93, firmado em 31 de dezembro de 2014, prorrogando sua vigência até o dia 31 de dezembro de 2017.
VIGÊNCIA:	20/12/2016 à 31/12/2017.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

Presidente Nereu

PREFEITURA

NONO ADITIVO AO CONTRATO 38/2014

NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº38/2014 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA DE PRESIDENTE NEREU E A EMPRESA DJK TERRAPLANAGEM EIRELI ME

Por este instrumento público de contrato, de um lado a PREFEITURA DE PRESIDENTE NEREU, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 83.102.699/0001-28, com sede à Praça Leão Dehon, n. 50, Centro, Presidente Nereu – SC, neste ato representado pelo prefeito municipal, Sr. Antonio Francisco Comandoli, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE de outro lado, a empresa DJK TERRAPLANAGEM EIRELI ME, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 19.795.332/0001-38, e Inscrição Estadual sob o n.º 257.283.137, com sede à Rua Walter Kriek, nº 980, Concor dia, na cidade de Lontras, neste ato representada pelo Sr DJONY KAHL, portador(a) da cédula de identidade n.º 4.833.882-6 e do C.P.F. n.º 061.948.799-20, doravante denominada simplesmente CONTRATADA e, firmam o presente termo de contrato, concernente à Tomada de Preços nº 27/2014.

Os contraentes enunciam as seguintes cláusulas e condições que regerão o contrato em harmonia com os princípios e normas da legislação aplicável à espécie, especialmente a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, doravante denominada Lei, que as partes declaram conhecer, subordinando-se, incondicional e irrestritamente, às suas estipulações.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui o objeto do presente contrato, PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS HEXAGONAIS DE CONCRETO, DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO DE PASSEIOS EM PAVER E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DAS RUAS JACÓ KALBUSCH, PADRE JORGE E DONA PERPÉtua CONFORME PROPOSTA TRANSFERÊNCIA 006660, PROGRAMA TRANSFERÊNCIA 2013000640 PACTO PELOS MUNICÍPIOS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

Fica aditado o prazo do contrato nº 38/2014 até 30 de junho de 2017, podendo ser prorrogado por mais períodos até o limite da lei 8666/93, com o valor do processo licitatório 27/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas do contrato permanecem inalterada.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente termo foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que vai assinado pelos contraentes.

PRESIDENTE NEREU, 27 de dezembro de 2016.

PREFEITURA MUN. PRES. NEREU
ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI
Prefeito Municipal
Contratante

DJONY KAHL
Gerente da
DJK TERRAPLANAGEM EIRLI ME
Contratada

Valdeci José Comandoli
CPF:018.560.459-51

Elisandra Dela Beneta Knihs
CPF:065.001.199-67

QUARTO ADITIVO AO CONTRATO Nº 38/2015

QUARTO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº 38/2015 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU E A EMPRESA DJK TERRAPLANAGEM EIRELI

Por este instrumento público de contrato, de um lado o MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 83.102.699/0001-28, com sede à Praça Leão Dehon, n. 50, Centro, Presidente Nereu – SC, neste ato representado pelo prefeito municipal, Sr. Antonio Francisco Comandoli, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE de outro lado, a empresa DJK TERRAPLANAGEM EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 19.795.332/0001-38, com sede à rua Walter Kriek, nº 98, bairro Concor dia, na cidade de Lontras-SC, neste ato representada pelo(a) Sr. Djone Kahl, portador da cédula de identidade n.º4.833.882.6 e do C.P.F. n.º 061.948.799-20, doravante denominada simplesmente CONTRATADA e, firmam o presente termo de contrato, concernente à Tomada de Preços nº 39/2015.

Os contraentes enunciam as seguintes cláusulas e condições que regerão o contrato em harmonia com os princípios e normas da legislação aplicável à espécie, especialmente a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, doravante denominada Lei, que as partes declaram conhecer, subordinando-se, incondicional e irrestritamente, às suas estipulações.

CLÁUSULA PRIMEIRA (DO OBJETO) –

Constitui o objeto do presente contrato, PAVIMENTAÇÃO DOS PASSEIOS EM PAVER, SINALIZAÇÃO VIÁRIA DAS RUAS DESEMBARGADOR ERICO TORRES, MATILDESCHAEFFER E 22 DE JULHO.

CLÁUSULA SEGUNDA DO ADITIVO AO PRAZO

Fica aditado o prazo de execução do presente de 02 de janeiro de 2017 à 30 de junho de 2017, prorrogável na forma do art. 57, §1º da LeiFederal nº 8.666/93 e por mais períodos.

CLÁUSULA DAS DEMAIS CLAUSULAS

As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente termo foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

PRESIDENTE NEREU, 27 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI
CONTRATANTE

DJONE KAHL
DJK TERRAPLANAGEM EIRELI
CONTRATADA

Testemunhas:

VALDECI JOSÉ COMANDOLI
018.560.459-51

ELISANDRA DELA BENETA KNIHS
065.001.199-67

Princesa

PREFEITURA

DECRETO Nº 239, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº. 239, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OLI DO NASCIMENTO, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 6º e 7º, da Lei Orçamentária Anual nº. 806, de 27 de Novembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 7.000,00 (Sete mil reais), destinado a acrescentar valor na seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 07 ☐ SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES

UNIDADE: 07.01 – DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, URBANISMO

PROJ./ATIV.: 15.452.0044.2.044 ☐ Manutenção Ser. Iluminação Pública

MODALIDADE:	3.3.90.00.00.1.0004-	Aplicações Diretas (133)	R\$	7.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0004 – Cosip				
TOTAL			R\$	7.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao valor de R\$ 7.000,00 (Sete mil reais), de que trata o artigo 1º desta Lei, fica utilizado o provável excesso de arrecadação na fonte de recurso acima citada.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PRINCESA - SC, 28 de dezembro de 2016.

Oli do Nascimento

Prefeito Municipal

DECRETO Nº238/2016

DECRETO Nº. 238, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A BAIXA DE DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL, ATRAVÉS DE CANCELAMENTO DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

OLI DO NASCIMENTO, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em conformidade ao art. 43, da Lei Complementar nº18, de 17 de dezembro de 2013 e o disposto no § 3º inciso II, do art.198, do Código Tributário Nacional.

DECRETA

Art. 1º. Autoriza a Secretaria Municipal da Fazenda, através do Departamento de Tributos e Fiscalização e a Contabilidade a baixar o valor total de R\$ 218,24 (duzentos e dezoito reais e vinte e quatro centavos) da Dívida Ativa Tributária, referente a débitos de Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN, pertinentes ao econômico 184.

Art. 2º. Os contribuintes, receitas e valores de que trata o artigo 1º do referido decreto são os seguintes:

Contribuinte	Economico	Receita/Ano	Valor Total	Motivo da baixa
Darcy Busata	184	ISSQN fixo 09,10,11 e 12/2015	218,24	Débitos posteriores ao óbito do contribuinte
TOTAL			218,24	Débitos posteriores ao óbito do contribuinte

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, em 27 de dezembro de 2016.

OLI DO NASCIMENTO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº238/2016

DECRETO Nº. 238, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A BAIXA DE DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL, ATRAVÉS DE CANCELAMENTO DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

OLI DO NASCIMENTO, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em conformidade ao art. 43, da Lei Complementar nº18, de 17 de dezembro de 2013 e o disposto no § 3º inciso II, do art.198, do Código Tributário Nacional.

DECRETA

Art. 1º. Autoriza a Secretaria Municipal da Fazenda, através do Departamento de Tributos e Fiscalização e a Contabilidade a baixar o valor total de R\$ 218,24 (duzentos e dezoito reais e vinte e quatro centavos) da Dívida Ativa Tributária, referente a débitos de Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN, pertinentes ao econômico 184.

Art. 2º. Os contribuintes, receitas e valores de que trata o artigo 1º do referido decreto são os seguintes:

Contribuinte	Economico	Receita/Ano	Valor Total	Motivo da baixa
Darcy Busata	184	ISSQN fixo 09,10,11 e 12/2015	218,24	Débitos posteriores ao óbito do contribuinte
TOTAL			218,24	Débitos posteriores ao óbito do contribuinte

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, em 27 de dezembro de 2016.

OLI DO NASCIMENTO

Prefeito Municipal

EDITAL Nº005/2016 NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE MULTA

EDITAL Nº 005/2016

DATA: 27 de dezembro de 2016

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE MULTA

O MUNICÍPIO DE PRINCESA, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob nº 01.612.836/0001-00, sito na Rua Rio Grande do Sul esquina com Rua Nossa Senhora de Fátima, 545, na cidade de Princesa, comarca de São José do Cedro (SC), neste ato representado por sua Fiscal Taís Regina Sasso, vem por meio deste efetuar Notificação:

Nome do Sujeito Passivo: LEONIR VALDEMAR SPIRONELLO

CPF: 656.494.869-72

Motivo: Não cumprimento do contrato nº 25/2010 PM, de 12 de abril de 2010, que dispõe:

Contrato de doação com encargos de área localizada na Linha Vista Alta, interior do município de Princesa, SC, com a área de 30.000 m², para a implantação de uma empresa no ramo industrial de frigorífico e abatedouro de suínos e bovinos.

Conforme "ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO" datada de 16 de junho de 2015 ficou decidido os seguintes termos:

- 1) Ratificar a decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitações em 12 de dezembro de 2013;
- 2) Manter a decisão de rescindir o contrato nº 25/2010-PM;
- 3) Manter a decisão de aplicar ao donatário, Sr Leonir Valdemar Spironello, a penalidade de suspensão do direito de licitar junto ao Município de Princesa/SC, pelo prazo de 2 (dois) anos (cláusula nona, alínea "b"); e
- 4) Manter a decisão de aplicar a penalidade de multa, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) (cláusula nona, alínea "d").

O Sr. Leonir Valdemar Spironello foi comunicado da decisão em 15 de fevereiro de 2016, por correspondência com aviso de recebimento - AR. O valor, da multa fora atualizado conforme o art. 194 da Lei Complementar nº 548, de 03 de maio de 2010 – Código de Posturas e Lei Complementar 018/2013 – Código Tributário Municipal, os valores são atualizados mensalmente.

Origem e Natureza do Crédito não Tributário: Contrato nº 25/2010 PM, de 12 de abril de 2010. Cláusula Oitava – Da Inexecução e da Rescisão. Cláusula Nona – Das Penalidades.

Fundamentação Legal: O contrato tem seu respectivo fundamento na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Montante devido pelo sujeito passivo: R\$ 11.500,00

Desta forma, fica o sujeito passivo notificado para efetuar o pagamento do Débito apurado, conforme acima descrito, no valor de R\$: 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais), ou, nos termos do artigo 52, da Lei Municipal nº 018/2013, apresentar IMPUGNAÇÃO no prazo de até 30 (trinta) dias da intimação.

Princesa – SC, 27 de dezembro de 2016.

Fiscal de Tributos

EXTRATO DE EDITAL 106.2016 ALTERADO

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC

Processo Licitatório nº 106/2016 PM

Dispensa de Licitação nº 19/2016 PM

O MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC torna público que realizará licitação, na modalidade Dispensa, do tipo menor preço por item, destinado a "AQUISIÇÃO DE DIREITO DE EXPLORAÇÃO DE ROCHA DE BASALTO ALTERADO (CASCALHO), PELO PERÍODO DE 10 (DEZ) ANOS OU ATÉ SE EXAURIEM OS RECURSOS, LOCALIZADO EM PARTE DO LOTE RURAL Nº 04, COM ÁREA DE 13.800,00 M², DE PROPRIEDADE DO SR. INÁCIO KAFER, SITUADO NA LINHA MOQUÉM, NO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC.", sendo regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e demais legislação correlata. Cópia do edital e maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail compras@princesa.sc.gov.br ou no endereço eletrônico www.princesa.sc.gov.br. Princesa/SC, 26 de dezembro de 2016. Oli do Nascimento – Prefeito Municipal

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO 1 AG ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME

Extrato de Publicação de Contrato/Termo aditivo

Contratada:AG ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - ME

Contrato: 15/2016-PM

Termo aditivo: 2016/41-PM

Processo Licitatório:14/2016-PM

Tomada de preço: 1/2016-PM

Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e demais legislação.

Objeto:Contratação de Pessoa Jurídica para PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES em trechos do perímetro urbano do Município de Princesa/SC, totalizando 6.244,86 m², incluindo fornecimento de materiais, conforme memorial descritivo, planilhas orçamentárias e quantitativas, cronograma físico financeiro e anotação de responsabilidade técnica - ART integrantes do Edital.

Data da Assinatura:22/12/2016

Data da Publicação: 27/12/2016

Vigência:de 12/06/2016 a 31/12/2016.

Valor Total do termo aditivo: R\$ 8.038,43 (oito mil, trinta e oito reais e quarenta e três centavos).

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO 2 AG ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME

Extrato de Publicação de Contrato/Termo aditivo

Contratada:AG ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - ME

Contrato: 15/2016-PM

Termo aditivo: 2016/39-PM

Processo Licitatório:14/2016-PM

Tomada de preço:1/2016-PM

Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e demais legislação.

Objeto:Contratação de Pessoa Jurídica para PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES em trechos do perímetro urbano do Município de Princesa/SC, totalizando 6.244,86 m², incluindo fornecimento de materiais, conforme memorial descritivo, planilhas orçamentárias e quantitativas, cronograma físico financeiro e anotação de responsabilidade técnica - ART integrantes do Edital.

Data da Assinatura:22/12/2016

Data da Publicação: 27/12/2016

Vigência:de 12/06/2016 a 31/12/2016.

Salto Veloso

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 134/2016

DECRETO Nº 134/2016 - DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.
ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.562/2015 de 21/12/2015; DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 12.910,57 (Doze Mil Novecentos e Dez Reais e Cinquenta e Sete Centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 2.042 – MANUT. DOS SERVIÇOS URBANOS
Modalidade de Aplicação: 3390.00. – APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 12.910,57
Fonte: 1100.00000
RED: 103

Art. 2º - Ficam reduzidos o mesmo valor de Anulação das seguintes Dotações Orçamentárias:

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 2.042 – MANUT. DOS SERVIÇOS URBANOS
Modalidade de Aplicação: 3171.00. – APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 1.000,00
Fonte: 1100.00000
RED: 99

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 2.042 – MANUT. DOS SERVIÇOS URBANOS
Modalidade de Aplicação: 3190.00. – APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 2.164,53
Fonte: 1100.00000
RED: 100

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 2.042 – MANUT. DOS SERVIÇOS URBANOS
Modalidade de Aplicação: 3191.00. – APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 970,25
Fonte: 1100.00000
RED: 101

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 2.042 – MANUT. DOS SERVIÇOS URBANOS
Modalidade de Aplicação: 3372.00. – APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 8.275,79
Fonte: 1100.00000
RED: 165

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 2.042 – MANUT. DOS SERVIÇOS URBANOS
Modalidade de Aplicação: 3393.00. – APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 500,00
Fonte: 1100.00000
RED: 105

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 21 de Dezembro de 2016.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 135/2016

DECRETO Nº 135/2016, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.
ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.562/2015 de 21/12/2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 18.800,87 (Dezoito Mil Oitocentos Reais e Oitenta e Sete Centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 1.010 – OBRAS DE INFRA ESTRUTURA URBANA
Modalidade de Aplicação: 4490.00. - APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 18.800,87
Fonte: 1134.00000
RED: 98

Art. 2º - Para suporte de que se trata o Artigo anterior, fica utilizado o mesmo valor do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 21 de Dezembro de 2016.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 136/2016

DECRETO Nº 136/2016 - DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.
ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.562/2015 de 21/12/2015; DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 84.158,96 (Oitenta e Quatro Mil, Cento e Cinquenta e Oito Reais e Noventa e Seis Centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 002 – CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 2.036 – MANUT. DAS ATIV. DO ENS. FUNDAMENTAL

Modalidade de Aplicação: 3390.00. – APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 9.158,96

Fonte: 1119.00000

RED: 42

Órgão: 002– CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2.038 – MANUT. DAS ATIV. EWDUCAÇÃO INFANTIL

Modalidade de Aplicação: 3390.00. – APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 25.000,00

Fonte: 1101.00000

RED: 57

Órgão: 002– CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2.046 – MANUT. DA SEC. DE OBRAS

Modalidade de Aplicação: 3390.00. – APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 50.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 115

Art. 2º - Ficam reduzidos o mesmo valor de Anulação das seguintes Dotações Orçamentárias:

Órgão: 002– CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2.036 – MANUT. DAS ATIV. DO ENS. FUNDAMENTAL

Modalidade de Aplicação: 3390.00. – APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 9.158,96

Fonte: 1119.00000

RED: 38

Órgão: 002– CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2.038 – MANUT. DAS ATIV. EWDUCAÇÃO INFANTIL

Modalidade de Aplicação: 3191.00. – APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 25.000,00

Fonte: 1101.00000

RED: 55

Órgão: 002– CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2.046 – MANUT. DA SEC. DE OBRAS

Modalidade de Aplicação: 3390.00. – APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 50.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 113

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 21 de Dezembro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 137/2016

DECRETO Nº 137/2016, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPRAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.562/2015 de 21/12/2015; DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e Cinco Mil Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2.022 – MANUT. DAS ATIV. AD. E FINANCEIRAS

Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 25.000,00

Fonte: 1300.00000

RED: 170

Art. 2º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso - SC, 21 de Dezembro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 138/2016

DECRETO Nº 138/2016 - DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.562/2015 de 21/12/2015; DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 002– CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2.038 – MANUT. DAS ATIV. EDUC. INFANTIL

Modalidade de Aplicação: 3190.00. – APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 10.000,00

Fonte: 1118.00000

RED: 54

Art. 2º - Ficam reduzidos o mesmo valor de Anulação das seguintes Dotações Orçamentárias:

Órgão: 002– CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2.038 – MANUT. DAS ATIV. EDUC. INFANTIL

Modalidade de Aplicação: 3191.00. – APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 10.000,00

Fonte: 1118.00000

RED: 55

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 21 de Dezembro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 139/2016

Decreto n. 139, de 27 de dezembro de 2016.

ATUALIZA O VALOR DE REFERÊNCIA FISCAL.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e artigo 200 do Código Tributário Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica reajustado o valor da VRF (Valor de Referência Fiscal), para o exercício de 2017, no percentual de 7,38% (sete virgula trinta e oito por cento), representado pela variação do INPC entre os meses de dezembro de 2015 a novembro de 2016, passando a unidade ter o valor de R\$ 186,86 (cento e oitenta e seis reais e

oitenta e seis centavos).

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso (SC), 27 de dezembro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 140/2016

Decreto n.º 140, de 27 DE DEZEMBRO de 2016.

Altera Tabela de Serviços Municipais, autorizados pela Lei nº 650/93, de 28 de fevereiro de 1993.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, e com fundamento nas disposições do inciso I, do art. 23, combinado com o art. 38 da Lei Orgânica do Município de Salto Veloso-SC, e em conformidade com a Lei nº 650/93 de 28 de fevereiro de 1993;

Decreta:

Art. 1º. Fica alterada a tabela de serviços de máquinas e outros prestados pela Prefeitura de Salto Veloso, de acordo com o que segue:

TABELA DE SERVIÇOS		
DESCRIÇÃO	UND	VALOR EM R\$
Trator de esteira FD-9	H	87,14
Carregadeira	H	60,85
Motoniveladora	H	60,85
Escavadeira hidráulica	H	120,80
Retroescavadeira traçada	H	61,40
Trator de pneu serviço geral	H	46,48
Trator traçado distribuidor adubo	H	38,45
Trator traçado distribuidor de adubo 5.000l	H	48,00
Caminhão distribuidor adubo 12.000l	Carga	37,50
Caminhão distribuidor adubo traçado	Km	2,10
Forrageira estacionária	H	22,58
Forrageira de linha	H	28,51
Caminhão Caçamba 10 tn	H	33,27
Caminhão Caçamba 6 tn	H	25,00
Secagem de fossa	Carga	23,77
Inseminação artificial	un	26,74
Taxa Capela Mortuária	un	53,00

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 136/2015.

Salto Veloso (SC), 27 de dezembro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 141/2016

Decreto n. 141, de 27 de dezembro de 2016.

ATUALIZA O VALOR VENAL DOS IMÓVEIS PARA FINS DE INCIDÊNCIA DO IPTU.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, artigo 18 do Código Tributário Municipal e Súmula 160 do STJ,

DECRETA:

Art. 1º. Fica reajustado o valor venal dos imóveis em relação ao Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana – IPTU, para o exercício de 2017, em 7,38% (sete virgula trinta e oito por cento), representado pela variação do INPC entre os meses de dezembro de 2016 a novembro de 2017.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº. 135/2015.

Salto Veloso (SC), 27 de dezembro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 142/2016

DECRETO N.º 142, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

Fixa taxa de expediente de Serviços Municipais.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito de Salto Veloso/SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 104 da Lei Orgânica do Município de Salto Veloso-SC,

DECRETA:

Art. 1º. Fixa taxa de expediente para os serviços prestados pela Prefeitura de Salto Veloso, que serão taxados com referência no Valor de Referência Fiscal –VRF, fixado pelo Decreto n.º 266, de 27 de dezembro de 2016, de acordo com a seguinte tabela:

TABELA DE PREÇOS		
DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VRF (R\$ 186,86)	VALOR EM R\$
Expedição de Alvará de Construção	31,20%	58,30
Expedição de Habite-se	22,69%	42,40
Expedição de Histórico Escolar (2ª via)	5,67%	10,60
Expedição de Autorização para Desmembramento de Imóvel	31,20%	58,30

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº. 156/2014.

Salto Veloso (SC), 27 de dezembro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 020/2016 - IPRESVEL

PORTARIA N.º 020/2016

ALTERA PORTARIA Nº 006/2014, DE 02 DE SETEMBRO DE 2014, QUE CONCEDE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PERMANENTE, EM CARÁTER INTEGRAL, A MARIA IVANIR VITORAZZI PERÃO.

TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI, Diretora-Executiva do IPRESVEL – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Salto Veloso, nomeada pela Portaria n.º 003, de 9 de maio de 2014, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 77, inciso I, da Lei Complementar n.º 035, promulgada em 23 de setembro de 2015,

Considerando a reavaliação pericial constante no Laudo Médico Oficial Circunstanciado nº 03/2016,

RESOLVE:

Alterar a Portaria nº 006/2014, de 02 de setembro de 2014, que concedeu aposentadoria por invalidez permanente, em caráter

integral, à MARIA IVANIR VITORAZZI PERÃO, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Limpeza Urbana, lotada na Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo, sob o Regime Jurídico Estatutário, passando a ser considerada aposentadoria por invalidez com proventos proporcionais, fundamentada no art. 40, §1º, inciso I, da Constituição da República, c/c o art. 1º, da Emenda Constitucional nº 70/2012, perfazendo a importância de R\$1.348,37 (um mil, trezentos e quarenta e oito reais e trinta e sete centavos), a contar de 02 de janeiro de 2017.

Salto Veloso, 27 de dezembro de 2016.

TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI
Diretora-Executiva

PORTARIA N.º 021/2016 - IPRESVEL

PORTARIA N.º 021/2016

ALTERA PORTARIA Nº 009/2014, DE 02 DE SETEMBRO DE 2014, QUE CONCEDE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PERMANENTE, EM CARÁTER INTEGRAL, A LUIS PERETI.

TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI, Diretora-Executiva do IPRESVEL – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Salto Veloso, nomeada pela Portaria n.º 003, de 9 de maio de 2014, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 77, inciso I, da Lei Complementar n.º 035, promulgada em 23 de setembro de 2015,

Considerando a reavaliação pericial constante no Laudo Médico Oficial Circunstanciado nº 06/2016,

RESOLVE:

Alterar a Portaria nº 009/2014, de 02 de setembro de 2014, que concedeu aposentadoria por invalidez permanente, em caráter integral, a LUIS PERETI, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Viveirista Florestal, lotado na Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente, sob o Regime Jurídico Estatutário, passando a ser considerada aposentadoria por invalidez com proventos proporcionais, fundamentada no art. 40, §1º, inciso I, da Constituição da República, c/c o art. 1º, da Emenda Constitucional nº 70/2012, perfazendo a importância de R\$576,90 (quinhentos e setenta e seis reais e noventa centavos), a contar de 02 de janeiro de 2017.

Salto Veloso, 27 de dezembro de 2016.

TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI
Diretora-Executiva

PORTARIA N.º 022/2016 - IPRESVEL

PORTARIA N.º 022/2016

ALTERA PORTARIA Nº 004/2014, DE 21 DE AGOSTO DE 2014, QUE CONCEDE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PERMANENTE, EM CARÁTER INTEGRAL, A MARIA HELENA NESI LAZZARI.

TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI, Diretora-Executiva do IPRESVEL – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Salto Veloso, nomeada pela Portaria n.º 003, de 9 de maio de 2014, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 77, inciso I, da Lei Complementar n.º 035, promulgada em 23 de setembro de 2015,

Considerando a reavaliação pericial constante no Laudo Médico Oficial Circunstanciado nº 02/2016,

RESOLVE:

Alterar a Portaria nº 004/2014, de 21 de agosto de 2014, que concedeu aposentadoria por invalidez permanente, em caráter integral, à MARIA HELENA NESI LAZZARI, servidora pública municipal,

ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Limpeza, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, passando a ser considerada aposentadoria por invalidez com proventos proporcionais, fundamentada no art. 40, §1º, inciso I, da Constituição da República, c/c o art. 1º, da Emenda Constitucional nº 70/2012, perfazendo a importância de R\$968,93 (novecentos e sessenta e oito reais e noventa e três centavos), a contar de 02 de janeiro de 2017.

Salto Veloso, 27 de dezembro de 2016.

TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI
Diretora-Executiva

PORTARIA N.º 023/2016 - IPRESVEL

PORTARIA N.º 023/2016

ALTERA PORTARIA Nº 008/2014, DE 02 DE SETEMBRO DE 2014, QUE CONCEDE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PERMANENTE, EM CARÁTER INTEGRAL, A SALUTE VITALI.

TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI, Diretora-Executiva do IPRESVEL – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Salto Veloso, nomeada pela Portaria n.º 003, de 9 de maio de 2014, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 77, inciso I, da Lei Complementar n.º 035, promulgada em 23 de setembro de 2015,

Considerando a reavaliação pericial constante no Laudo Médico Oficial Circunstanciado nº 05/2016,

RESOLVE:

Alterar a Portaria nº 008/2014, de 02 de setembro de 2014, que concedeu aposentadoria por invalidez permanente, em caráter integral, à SALUTE VITALI, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Limpeza Urbana, lotada na Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo, sob o Regime Jurídico Estatutário, passando a ser considerada aposentadoria por invalidez com proventos proporcionais, fundamentada no art. 40, §1º, inciso I, da Constituição da República, c/c o art. 1º, da Emenda Constitucional nº 70/2012, perfazendo a importância de R\$1.327,61 (um mil, trezentos e vinte e sete reais e sessenta e um centavos), a contar de 02 de janeiro de 2017.

Salto Veloso, 27 de dezembro de 2016.

TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI
Diretora-Executiva

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA N. 010/2016**

PORTARIA N. 010, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016

Dispõe sobre a exoneração da servidora comissionada Gabriela Bissani do cargo de Assessora Executiva Parlamentar da Câmara Municipal de Vereadores de Salto Veloso e dá outras providências.

SANTO CIVIERO, Presidente da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Salto Veloso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais cominações legais, RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a partir do dia 31 de dezembro de 2016, a servidora Gabriela Bissani do cargo comissionado de Assessora Executiva Parlamentar da Câmara Municipal de Vereadores de Salto Veloso.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, passando a produzir efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 27 de dezembro de 2016.

SANTO CIVIERO

Presidente da Mesa Diretora

PORTARIA N. 011/2016

PORTARIA N. 011, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a exoneração da servidora comissionada Gabriela Bissani da função de responsável pelo setor de compras e licitações da Câmara Municipal de Vereadores de Salto Veloso e dá outras providências.

SANTO CIVIERO, Presidente da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Salto Veloso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais cominações legais, RESOLVE:

Art. 1º - Fica determinada a exoneração da servidora comissionada Gabriela Bissani da função de responsável pelo setor de compras e licitações da Câmara Municipal de Salto Veloso.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria n. 007 de 30 de abril de 2015 e demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, 22 de dezembro de 2016.

SANTO CIVIERO

Presidente da Mesa Diretora

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

DECRETO 108/2016

DECRETO Nº 108/2016

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, por excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015 e dá outras providências

JACOB GILMAR JUNGES, O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1269/2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, por excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1269, de 27 de novembro de 2015, no valor de até R\$ 17.906,00 (dezesete mil novecentos e seis reais).

100.00.00.00.00 Receitas Correntes

170.00.00.00.00 Transferencias Correntes

172.00.00.00.00 Transferencias Intergovernamentais

1.7.2.1.0.00.00.00 Transferencias da União

1.7.2.1.33.00.00 Transferências de Recursos do sistema único da Saúde - SUS

138 – Transferências de Recursos do sistema único da Saúde - SUS

Art. 2º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso, de que trata a Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015, no valor de até R\$ 17.906,00 (dezesete mil novecentos e seis reais) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.2.025000 Fundo Municipal de Saúde				
09	0138	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Direta	7.400,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 19 de Dezembro de 2016.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

DECRETO Nº 109/2016

DECRETO Nº 109/2016

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, por excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015 e dá outras providências

JACOB GILMAR JUNGES, O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1269/2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, por excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1269, de 27 de novembro de 2015, no valor de até R\$ 2.035,69 (dois mil e trinta e cinco reais e sessenta e nove centavos).

4100.00.00.00.00 Receitas

4170.00.00.00.00 Transferências Correntes

4176.00.00.00.00 Transferencias de Convenios

4176.20.00.00.00 Transf. Conv. Est. Dist. Fed e suas Entidades

4176.29.90.00.00 Outras Transferencias de Convenio dos Estados

122 – Transferencias de Convenios

Art. 2º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso, de que trata a Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015, no valor de até R\$ 2.035,69 (dois mil e trinta e cinco reais e sessenta e nove centavos) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico				
--	--	--	--	--

03.01 Dpto de Administração			
061220009.2.005000 Manutenção do convênio SSP/Trânsito			
19	0112	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas
			2.035,69

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 19 de Dezembro de 2016.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

LEI 1308/2016 LOA

LEI Nº 1308 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO-SC, PARA O EXERCÍCIO 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso X, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º. O Orçamento Geral do Município de Santa Terezinha do Progresso - SC, para o exercício de 2017, estima à receita e fixa a despesa em R\$ 12.760.000,00 (doze mil setecentos e sessenta reais), sendo R\$ 9.222.850,00 (nove milhões duzentos e vinte e dois mil oitocentos e cinquenta reais) do Orçamento Fiscal e R\$ 3.537.150,00 (três milhões quinhentos e trinta e sete mil cento e cinquenta reais) do Orçamento de Seguridade Social.

Art. 2º. O Orçamento do Município para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 12.760.000,00 (doze mil setecentos e sessenta reais) e fixa a despesa para o Poder Legislativo em R\$ 705.000,00 (setecentos e cinco mil reais), para o Fundo Municipal de Saúde em R\$ 2.787.000,00 (dois milhões setecentos e oitenta e sete mil reais) e para o Poder Executivo, incluído os outros Fundos Municipais como Unidades Orçamentárias a que estão vinculados, em R\$ 9.268.000,00 (nove milhões duzentos e sessenta e oito mil reais).

§ 1º. A Receita do Município será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de Legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

RECEITAS DO ORÇAMENTO - TODAS AS FONTES DE RECURSOS	
1 – RECEITAS CORRENTES	13.380.900,54
1.1 Receitas Tributárias	303.981,60
1.2 Receitas de Contribuições	47.352,61
1.3 Receita Patrimonial	92.028,11
1.4 Receita de Serviços	79.310,48
1.5 Transferências Correntes	12.820.227,14
1.6 Outras Receitas Correntes	38.000,60
2 – RECEITAS DE CAPITAL	1.351.268,28
2.1 Operações de Crédito	
2.2 Alienação de Bens Moveis	55.000,00
2.4 Transferências de Capital	1.296.268,28
3 – DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-1.972.168,82
3.1 Dedução para o FUNDEB	-1.972.168,82
TOTAL (1+2-3)	12.760.000,00

§ 2º. A Despesa dos Poderes Executivo e Legislativo serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

DESPESAS DO ORÇAMENTO – TODAS AS FONTES	
PODER LEGISLATIVO	705.000,00
01 – Câmara Municipal de Vereadores	705.000,00
PODER EXECUTIVO	9.268.000,00
02 – Gabinete do Prefeito Municipal	730.000,00
03 – Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico	1.391.600,00
04 – Secretaria de Educação	3.631.716,09
06 – Secretaria de Infraestrutura	1.565.983,91

08 – Reserva de Contingência	80.000,00
10 – Fundo Municipal de Assistência Social	750.150,00
11 – Fundo Municipal da Infância e Adolescência	40.000,00
12 – Fundo Municipal desenvolvimento da Agropecuária	1.078.550,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2.787.000,00
09 – Fundo Municipal de Saúde	2.787.000,00
TOTAL	12.760.000,00

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	V
01 – Legislativa	705.000,00
04 – Administração	1.930.600,00
06 – Segurança Pública	56.000,00
08 – Assistência Social	790.150,00
10 – Saúde	2.787.000,00
12 – Educação	3.631.716,09
13 – Cultura	65.000,00
15 – Urbanismo	522.183,91
17 – Saneamento	240.000,00
20 – Agricultura	1.073.550,00
24 – Comunicações	5.000,00
26 – Transporte	803.800,00
27 – Desporto e Lazer	70.000,00
99 – Reserva de Contingência	80.000,00
TOTAL	12.760.000,00

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	R
0001 Processo Legislativo	705.000,00
0006 Gestão Administrativa Superior	630.000,00
0009 Administração Geral	1.391.600,00
0018 Criança na Escola	3.631.716,09
0021 Esporte e Vida	100.000,00
0025 Saúde para Todos	2.787.000,00
0028 Assistência Social	790.150,00
0040 Obras e Serviços Públicos	1.565.983,91
0048 Pequeno Produtor Assistido	1.078.550,00
0099 Reserva de Contingência	80.000,00
TOTAL	12.760.000,00

IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA – RECURSOS TOTAIS	
DESPESAS CORRENTES	10.296.518,70
3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	5.757.256,09
3.2.00.00 – Juros e Encargos da Dívida	2.000,00
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes	4.537.262,61
DESPESAS DE CAPITAL	1.678.481,30
4.4.00.00 – Investimentos	1.670.481,30
4.5.00.00 – Inversões Financeiras	0,00
4.6.00.00 – Amortização da Dívida	8.000,00
Reserva de Contingência	80.000,00
9.9.99.99 – Reserva de Contingência	80.000,00
TOTAL	12.760.000,00

Art. 3º. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, ao atendimento dos passivos contingentes e os riscos fiscais, previstos no anexo integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 4º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a transferências e os remanejamentos de dotações de um elemento de despesa para outro, através de Decreto, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 5º. O Poder Executivo Municipal está autorizado, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 10% da Receita estimada, utilizando como fontes de recursos, desde que não comprometidos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II – a anulação de saldo de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;
 III – o superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo único. Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares ou especiais, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 6º. As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa, ficando facultado ao Poder Executivo Municipal, através de Decreto, promover adaptações na classificação das fontes de recursos, inclusive em relação ao Plano Plurianual, desde que não comprometa o equilíbrio orçamentário e financeiro do Município.

Art. 7º Os saldos provenientes dos créditos adicionais especiais, abertos nos últimos 4 (quatro) meses do exercício anterior, podem ser reabertos para o exercício seguinte, mediante ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, conforme dispositivos da lei Federal nº 4.320/64.

Art. 8º. Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 9º. Durante o exercício de 2017 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamentos de programas priorizados nesta Lei.

Art. 10. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 11. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênios, acordos, ajustes ou similares com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017, e vigorará durante o exercício de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 27 de Dezembro de 2016.

JACOB GILMAR JUNGES
 PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

JULIANO POCHMANN
 Secretario de Gestão e Des. Econômico
 Matrícula nº

LEI 1309/2016 SUPLEMENTAÇÃO

LEI Nº 1309 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

Autoriza o poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015, no valor de até R\$ 81.960,00 (oitenta e um mil novecentos e sessenta reais).

03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico					
03.01 Depto de Administração					
041220009.2.003000 Manutenção das atividades do Depto de Administração					
11	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	26.290,00	
04.00 Secretaria de Educação					
04.01 Dpto de Educação					
123610018.2.008000 Manutenção das atividades da Secretaria de Educação					
31	0101	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	31.950,00	
04.00 Secretaria de Educação					
04.02 Fundeb					
123610018.2.011000 Manutenção do Transporte Escolar FUNDEB					
62	0101	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	19.160,00	

06.00 Secretaria de Infraestrutura					
06.02 Depto de Serviços Urbanos					
267820040.2.033000 Manutenção das atividades de serviços urbanos					
76	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	3.760,00	
10.00 Fundo Municipal de Assistência Social					
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social					
082440028.2.028000 Assistência Social					
101	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	800,00	

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º desta Lei, serão provenientes de anulação de dotação orçamentárias constates do orçamento vigente, conforme Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015, no valor de até R\$ 81.960,00 (oitenta e um mil novecentos e sessenta reais), a seguir especificados:

02.00 Gabinete do Prefeito Município					
02.02 Depto de Cultura, Esporte e Turismo					
133920021.2.0020000 Manutenção das atividades de Administração Superior do Município					
1	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	5.700,00	
2	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	2.300,00	
03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico					
03.01 Depto de Administração					
041230007.0.001000 Pagamento de financiamentos e parcelamentos					
26	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	5.000,00	
03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico					
03.02 Depto de Fazenda					
041230007.2.003000 Manutenção das atividades do Depto de Administração					
12	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	1.200,00	
04.00 Secretaria de Educação					
04.01 Depto de Educação					
123610018.2.008000 Manutenção das atividades da Secretaria de Educação					
32	0101	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	7.805,40	
34	0101	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	3.923,00	
04.00 Secretaria de Educação					
04.01 Depto de Educação					
123610018.2.014000 Manutenção de Creche					
41	0101	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	897,05	
04.00 Secretaria de Educação					
04.01 Depto de Educação					
123610018.2.054000 Merenda escolar para creche					
49	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	212,12	
04.00 Secretaria de Educação					
04.01 Depto de Educação					
123610018.2.014000 Merenda escolar para ensino fundamental					
49	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	21,59	
04.00 Secretaria de Educação					
04.02 FUNDEB					
123610018.2.009000 Manutenção das atividades de Educação Infantil					
53	0101	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	4.148,68	
04.00 Secretaria de Educação					
04.02 FUNDEB					

123610018.2.010000 Manutenção das atividades de Ensino Fundamental - FUNDEB				
61	0101	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	1.153,19
04.00 Secretaria de Educação				
04.02 FUNDEB				
123610018.2.011000 Manutenção do Transporte Escolar - FUNDEB				
64	0101	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	924,01
06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.01 Depto de Obras				
267820040.2.032000 Manutenção das atividades de estradas de rodagem				
67	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	8.813,56
06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.02 Depto de Serviços Urbanos				
267820040.2.036000 Manutenção, melhoria e ampliação da iluminação publica				
84	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	8.596,81
10.00 Fundo Municipal de Assistência Social				
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social				
082440028.2.028000 Assistencia Social				
90	0100	3.3.50.00.00.0000	Aplicações Diretas	1.200,00
10.00 Fundo Municipal de Assistência Social				
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social				
082440028.2.058000 Manutenção da atividades do CRAS				
105	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	2.037,85
11.00 Fundo Municipal da Infância e Adolescencia				
10.01 Fundo Municipal da Infância e Adolescência				
082440028.2.049000 Manutenção da atividades do FIA				
107	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	20.636,74
12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
206060048.1.020000 Aquisição de maquinas e equipamentos agrícolas e rodoviaros				
108	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	2.500,00
12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
206060048.2.041000 Implantação e manutenção de rede de distribuição de água nas comunidades do interior				
117	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	1.000,00
12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
206060048.2.038000 Manutenção das atividades do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
112	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	3.890,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 27 de Dezembro de 2016.

JACOB GILMAR JUNGES

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

JULIANO POCHMANN

Secretario de Gestão e Des. Econômico

Matricula nº

São Bento do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 1549/2016

DECRETO Nº 1549, DE 27 DE DEZEMBRO 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.628/2015 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 – Assistência Social

Atividade: 2.037 – Gestão da Administrativa da SEMAS

(331) 3.3.90.36.00.00.00 0100 - Outros Serv de Terc – Pess Fisica R\$ 3.400,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 – Assistência Social

Atividade: 2.037 – Gestão da Administrativa da SEMAS

(333) 3.3.90.39.00.00.00 0100 - Outros Serv de Terc – Pess Jurid R\$ 3.400,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 27 de dezembro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

São Carlos

PREFEITURA

DECRETO 101/2016

DECRETO Nº 101/2016, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.
QUE DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

“DECRETA”

Ar. 1º - Fica exonerado, por motivo de aposentadoria por tempo de serviço junto ao INSS, o senhor JAIME JOSÉ HOFF do cargo de Professor, com 20 horas semanais.

Art. 2º - Fica revogado em seu inteiro teor o Decreto nº 096/2002 de 28 de fevereiro de 2002.

Art. 3º - Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 20 de outubro de 2016.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito, 26 de dezembro de 2016.

CLEOMAR WEBER KUHN

Prefeito

Registre-se e publique-se

DECRETO 102/2016

DECRETO Nº 102/2016, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.
QUE DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

“DECRETA”

Ar. 1º - Fica exonerada, por motivo de aposentadoria por tempo de serviço junto ao INSS, a senhora ELDI GELSI NICHTERWITZ PORTELA do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 horas semanais.

Art. 2º - Fica revogado em seu inteiro teor o Decreto nº 055/2003 de 12 de maio de 2003.

Art. 3º - Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 26 de agosto de 2016.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito, 26 de dezembro de 2016.

CLEOMAR WEBER KUHN

Prefeito

Registre-se e publique-se

DECRETO 90/2016

DECRETO Nº 090/2016, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.
QUE DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

“DECRETA”

Ar. 1º - Fica exonerado o senhor ALECSSANDRO DANI SCALCON do cargo de Diretor da Fundação Cultural, com 40 horas semanais.

Art. 2º - Fica revogado em seu inteiro teor o Decreto nº 035/2015 de 22 de junho de 2015.

Art. 3º - Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito, 14 de dezembro de 2016.

CLEOMAR WEBER KUHN

Prefeito

Registre-se e publique-se

DECRETO 92/2016

DECRETO Nº 092/2016, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.
QUE DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

“DECRETA”

Ar. 1º - Fica exonerada, por motivo de aposentadoria por tempo de serviço, a senhora ELISABETH LAND HOFF do cargo de Professor, com 40 horas semanais.

Art. 2º - Ficam revogados em seu inteiro teor os Decretos nº 0043/2013 de 03 de maio de 2013 e 082/2002 de 28 de fevereiro de 2002.

Art. 3º - Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 17 de outubro de 2016.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito, 23 de dezembro de 2016.

CLEOMAR WEBER KUHN

Prefeito

Registre-se e publique-se

DECRETO 93/2016

DECRETO Nº 093/2016, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.
QUE DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

“DECRETA”

Ar. 1º - Fica exonerada, à pedido, o senhor VALMIR LUIZ NORONHA do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 horas semanais.

Art. 2º - Fica revogado em seu inteiro teor o Decreto nº 064/2013 de 03 de maio de 2013.

Art. 3º - Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 10 de outubro de 2016.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito, 23 de dezembro de 2016.

CLEOMAR WEBER KUHN

Prefeito

Registre-se e publique-se

DECRETO 94/2016

DECRETO Nº 094/2016, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.
QUE DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

“DECRETA”

Ar. 1º - Fica exonerado, a senhora MARGARETE SANTOS TRINDADE SIGNORI do cargo de Conselheiro Tutelar, com 40 horas semanais.

Art. 2º - Fica revogado em seu inteiro teor o Decreto nº 076/2012 de 02 de julho de 2012

Art. 3º - Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 09 de janeiro de 2016.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito, 23 de dezembro de 2016.

CLEOMAR WEBER KUHN

Prefeito

Registre-se e publique-se

DECRETO 96/2016

DECRETO Nº 096/2016

“DISPÕE SOBRE UNIFICAÇÃO DE IMÓVEL URBANO EM NOME DE GENIR CARLO ELY, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CLEOMAR WEBER KUHN, Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º. Fica, pelo presente ato, APROVADO e CERTIFICADO a UNIFICAÇÃO dos imóveis urbanos matriculados sob nº 12.304 e 12.303, registradas junto ao Cartório de Registro de Imóveis de São Carlos, de propriedade de GENIR CARLOS ELY, sendo Parte do lote urbano nº 01 com área de 1.775,25 m² e lote urbano nº 01-E com área de 302,10 m², ambos na quadra nº 93. Da unificação, resultará o lote urbano nº 01 com área total de 2.077,35 m².

DA ÁREA

Refere-se o presente memorial descritivo, (baseado em dados coletados nas Matrículas nºs 12.304 e 12.303, registradas junto ao Cartório de Registro de Imóveis de São Carlos) ao projeto de unificação dos lotes urbanos: Parte do lote urbano nº 01 com área de 1.775,25 m² e lote urbano nº 01-E com área de 302,10 m², ambos na quadra nº 93. Da unificação, resultará o lote urbano nº 01 com área total de 2.077,35 m².

Parte do lote urbano nº 01 (matrícula nº 12.304) = 1.775,25 m²

Lote urbano nº 01 E (matrícula nº 12.303) = 302,10 m²

Unifica: lote urbano nº 01 = 2.077,35 m²

MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES CONFORME MATRÍCULA Nº 12.304:

Situação existente: Parte do lote urbano nº 01, da quadra 93 com área de 1.775,25 m², com uma casa de madeira mista com área de 104,76 m², coberta com telhas de barro, com porão de tijolos, situada na Rua Monteiro Lobato, na zona de ocupação e densificação urbana prioritária 02 – ZODUP 02 a uma distância de 20,80 m da esquina da Rua Monteiro Lobato com a Rua Castelo Branco nesta cidade de São Carlos, Estado de Santa Catarina com as seguintes confrontações:

Norte: Com o lote urbano nº 01-D, onde mede 34,00 m;

Sul: Com os lotes urbanos nºs 02 e 01-E, onde mede 19,00 m e 14,21 m respectivamente;

Leste: Com a Rua Monteiro Lobato, onde mede 63,92 m;

Oeste : Com o Lajeado Moraes e com parte do lote urbano nº 02, onde mede 4,00 m;

MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES CONFORME MATRÍCULA Nº 12.303:

Situação existente: lote urbano nº 01-E, da quadra 93 com área de 302,10 m², sem benfeitorias, situada na esquina na Rua Monteiro Lobato com a Rua Castelo Branco, na zona de ocupação e densificação urbana prioritária 02 – ZODUP 02 a uma distância de nesta cidade de São Carlos, Estado de Santa Catarina com as seguintes confrontações:

Norte: Com o lote urbano nº 01, onde mede 14,21 m;

Sul: Com a Rua Castelo Branco, onde mede 16,00 m;

Leste: Com a Rua Monteiro Lobato, onde mede 20,08 m;

Oeste : Com parte do lote urbano nº 02, onde mede 20,00 m.

MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES DA SITUAÇÃO PROPOSTA

Situação Proposta: Lote urbano nº 01, com área de 2.077,35 m², com uma casa de madeira mista com área de 104,76 m², coberta com telhas de barro, com porão de tijolos, localizado na Rua Castelo Branco, esquina com a Rua Monteiro Lobato junto à quadra nº 93, confronta:

Norte: Com o lote urbano nº 01-D, onde mede 34,00 m;

Sul: Com o lote urbano nº 02 e Rua Castelo Branco, onde mede

19,00 e 16,00 m respectivamente;
Leste: Com a Rua Monteiro Lobato, onde mede 84,00 m;
Oeste : Com o Lajeado Moraes e com o lote urbano nº 02 onde mede 24,00 m.

São Carlos/SC, em 26 de dezembro de 2016.
CLEOMAR WEBER KUHN
Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA MATÉRIA			
Mural Público Municipal			
de	___/___/___	a	___/___/___
DOM <input type="checkbox"/> Diário Oficial dos Municípios www.diariomunicipal.sc.gov.br			
Edição nº		de	___/___/___
Responsável pela Publicação			

DECRETO 98/2016

DECRETO Nº 098/2016, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.
QUE DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

“DECRETA”

Ar. 1o - Fica exonerada, à pedido, a senhora TATIANE MACHRY ECKERT do cargo de Telefonista, com 40 horas semanais.

Art. 2º - Fica revogado em seu inteiro teor o Decreto nº 095/2008 de 28 de março de 2008.

Art. 3º - Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 4o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 11 de fevereiro de 2016.

Art. 5o - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito, 26 de dezembro de 2016.
CLEOMAR WEBER KUHN
Prefeito

Registre-se e publique-se

DECRETO 99/2016

DECRETO Nº 099/2016, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016.
QUE DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

“DECRETA”

Ar. 1o - Fica exonerada, por motivo de aposentadoria por tempo de serviço junto ao INSS, a senhora JOIZE FATIMA HIRSCH do cargo de Técnico em Educação, com 40 horas semanais.

Art. 2º - Fica revogado em seu inteiro teor o Decreto nº 129/1990 de 13 de agosto de 1990.

Art. 3º - Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 4o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 13 de novembro de 2016

Art. 5o - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito, 26 de dezembro de 2016.
CLEOMAR WEBER KUHN
Prefeito

Registre-se e publique-se

EXT TA BOTTINI

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
EXTRATO DE TERMO DE AJUSTE
Contrato Nº: 07/2015- PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE AJUSTE
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Contratada: BOTTINI IND. DE MÓVEIS LTDA.
Objeto...: CONCESSÃO REMUNERADA DE USO DE BEM PÚBLICO COM ENCARGOS ,
POR 10(DEZ) ANOS
Licitação...: CONCORRÊNCIA N.101/2014
Vigência: 10.03.2025

SAO CARLOS-sc, 27 de dezembro de 2016
CLEOMAR WEBER KUHN
PREFEITO MUNICIPAL

São Domingos

PREFEITURA

CONTRATO PREFE 047/2016

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2016

NÚMERO CONTRATO: PREFE n. 047 DE 27/12/2016

VALOR TOTAL CONTRATO: R\$ 782.982,99

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 27/12/2016

DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE UM BARRACÃO PARA GARAGEM MUNICIPAL COM OFICINA, OBJETO DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO N. 2015032001 FIRMA-DO COM A AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S. A. – BADESC.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADO: MOLDASA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRÉ-FABRICADOS SUL AMERICANA LTDA. ME

CNPJ n. 15.987.122/0001-90

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 05 meses após ordem de serviço

DECRETO 2489 21 12 2016 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2016 PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 2489, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2016 PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; pela Lei Orçamentária Anual nº 1.776, de 26/11/15;

DECRETA:

Art. 1º Abre crédito adicional pelo superávit financeiro e adiciona o valor de R\$ 1.591,92 (um mil, quinhentos e noventa e um reais e noventa e dois centavos), na seguinte programação de despesa:

08.00 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO				
28.846.0000.0.001 – Dívida Fundada Interna				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
32900000	Aplicações Diretas	151	03.0000	1.591,92

Art. 2º Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º, será utilizado recurso proveniente do superávit financeiro do exercício anterior no valor de R\$ 1.591,92 (um mil, quinhentos e noventa e um reais e noventa e dois centavos) da Fonte de 03.0000 – recursos ordinários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos-SC, 21 de dezembro de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária de Administração e Fazenda - Designada

PORTARIA Nº 2068, 13 DE DEZEMBRO DE 2016 INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, DESIGNA COMISSÃO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº 2068, 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, DESIGNA COMISSÃO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 116-D, alínea f da Lei Orgânica Municipal e o art. 125 da Lei Complementar n. 045/2012 em combinação com o art. 37 da Constituição Federal;

· Considerando as informações prestadas pela Secretaria Municipal de Saúde acerca da ocorrência de acidente de trânsito ocasionado pelo servidor público Wilson Antonio Bolzani;

· Considerando que, de acordo com as informações prestadas pela Secretaria Municipal de Saúde o servidor Wilson Antonio Bolzani já esteve envolvido em mais de quatro acidentes de trânsito, conduzindo veículos da referida secretaria;

- Considerando o Relatório de acidente de trânsito anexo às informações prestadas, expedido pelo 2º Batalhão de Polícia Militar de Xanxerê/SC;
- Considerando a determinação do Prefeito Municipal para que sejam adotadas as medidas necessárias para a apuração dos fatos nos termos previstos no Estatuto dos Servidores;
- Considerando o que dispõe os artigos 130 e 131 da Lei Complementar Municipal nº 0045, de 14 de novembro de 2012 - Estatuto dos Servidores;

RESOLVE:

Art. 1º INSTAURAR Processo Administrativo Disciplinar, em face de Wilson Antonio Bolzani, ocupante do cargo de provimento efetivo de motorista, matrícula nº 1874, tendo em vista a informação de ocorrência de acidente de trânsito envolvendo o referido servidor.

Art. 2º NOMEAR a Comissão Disciplinar, conforme segue:

I - Alyne Nayara Lammel, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, matrícula nº 1756, presidente;

II – Juliana Dutra, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Tributário, matrícula nº 197699, membro;

III – Paula Natana Comachio, servidora pública municipal, Secretária Municipal de Administração e Fazenda designada, matrícula nº 1703, membro;

Art. 3º FIXAR o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, com a apresentação do relatório pela Comissão.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 13 de dezembro de 2016.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio
Secretária Municipal de Administração e Fazenda designada

São João do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 146/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 146/2016

Partes: Município de São João do Oeste e Auto Mecânica Griebeler Ltda- Me

ORIGEM: Pregão Presencial nº 90/2016

OBJETO: "Contratação de serviços de hora mecânica, para manutenção dos veículos e máquinas pesadas das diversas Secretarias do Município de São João do Oeste".

VALOR: 15.800,00

PRAZO:02.01.2017 até 31.12.2016

São João do Oeste – 28 de Dezembro de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 146/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 146/2016

Partes: Município de São João do Oeste e Gambatto Veículos São Miguel- LTDA

ORIGEM: Pregão Presencial nº 90/2016

OBJETO: "Contratação de serviços de hora mecânica, para manutenção dos veículos e máquinas pesadas das diversas Secretarias do Município de São João do Oeste".

VALOR: 9.000,00

PRAZO:02.01.2017 até 31.12.2016

São João do Oeste – 28 de Dezembro de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 146/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 146/2016

Partes: Município de São João do Oeste e Mecânica Levamar- LTDA- ME

ORIGEM: Pregão Presencial nº 90/2016

OBJETO: "Contratação de serviços de hora mecânica, para manutenção dos veículos e máquinas pesadas das diversas Secretarias do Município de São João do Oeste".

VALOR: 65.000,00

PRAZO:02.01.2017 até 31.12.2016

São João do Oeste – 28 de Dezembro de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 146/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 146/2016

Partes: Município de São João do Oeste e Neri Paulo Rasch- Me

ORIGEM: Pregão Presencial nº 90/2016

OBJETO: "Contratação de serviços de hora mecânica, para manutenção dos veículos e máquinas pesadas das diversas Secretarias do Município de São João do Oeste".

VALOR: 13.350,00

PRAZO:02.01.2017 até 31.12.2016

São João do Oeste – 28 de Dezembro de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 146/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 146/2016

Partes: Município de São João do Oeste e Nestor Aloísio Bracht- Me

ORIGEM: Pregão Presencial nº 90/2016

OBJETO: "Contratação de serviços de hora mecânica, para manutenção dos veículos e máquinas pesadas das diversas Secretarias do Município de São João do Oeste".

VALOR: 28.500,00

PRAZO:02.01.2017 até 31.12.2016

São João do Oeste – 28 de Dezembro de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

São João do Sul

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 01/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 01/2016

REGISTRO DE PREÇOS 14/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVO.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul

CONTRATADA: MARVI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ 387.250,00

Processo Licitatório nº. 66/2016 – Pregão Presencial nº 33/2016 de 07/12/2016

São João do SUL, 19 de Dezembro de 2016

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 02/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 02/2016

REGISTRO DE PREÇOS 14/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVO.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul

CONTRATADA: SÃO JOÃO DO SUL AUTO POSTO LTDA

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ 553.750,00

Processo Licitatório nº. 66/2016 – Pregão Presencial nº 33/2016 de 07/12/2016

São João do SUL, 19 de Dezembro de 2016

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 110/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 110/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ORGANIZAÇÃO, ARBITRAGEM E PREMIAÇÃO A FIM DA REALIZAÇÃO DA 18ª TAÇA CIDADE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL/SC.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: LIGA ATLÉTICA VALE DO MAMPITUBA

VIGÊNCIA: 23/11/2016 à 31/12/2016.

VALOR: R\$ 21.914,00 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 059/2016 – Pregão Presencial nº 28/2016 de 08/11/2016, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0601 – 27.812.0130.2041 – 3.3.90.52.40.00.00.00.0080; 0601 – 27.812.0130.2041 – 3.3.90.39.99.00.00.00.0080.

São João do Sul, 23 de Novembro de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 112/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 112/2016

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO (MESA DE REUNIÕES), E ELETRODOMÉSTICOS PARA A ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL VILA VELHA II LOCALIZADA EM VILA CONCEIÇÃO E PARA A SEC. MUN DE ASSIST. SOCIAL, MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: GOLD COMPUTADORES LTDA EPP

VIGÊNCIA: 01/12/2016 à 31/12/2016.

VALOR: R\$ 5.288,50 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 60/2016 – Pregão Presencial nº 29/2016 de 16/11/2016, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0501 – 12.361.0128.1066 – 4.4.90.52.42.00.00.00.0098; 0501 – 12.361.0128.1066 – 4.4.90.52.12.00.00.00.0101; 0801 – 08.244.0125.2013 – 4.4.90.52.12.00.00.00.0061; 0801 – 08.244.0125.2013 – 4.4.90.52.34.00.00.00.0061.

São João do Sul, 01 de Dezembro de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 113/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 113/2016

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO (MESA DE REUNIÕES), E ELETRODOMÉSTICOS PARA A ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL VILA VELHA II LOCALIZADA EM VILA CONCEIÇÃO E PARA A SEC. MUN DE ASSIST. SOCIAL, MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: HAYA INFORMÁTICA LTDA - ME

VIGÊNCIA: 01/12/2016 à 31/12/2016.

VALOR: R\$ 3.761,50 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 60/2016 – Pregão Presencial nº 29/2016 de 16/11/2016, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0501 – 12.361.0128.1066 – 4.4.90.52.06.00.00.00.0101; 0801 – 08.244.0125.2013 – 4.4.90.52.12.00.00.00.0061.

São João do Sul, 01 de Dezembro de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 114/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 114/2016

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 64/2016

OBJETO: Ficam aditado o quantitativo do contrato original que tem por objeto a contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis automotivos (Óleo Diesel Comum) para abastecimento dos veículos oficiais da Frota Municipal de São João Sul/SC. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: SÃO JOÃO DO SUL AUTO POSTO LTDA

VALOR: R\$ 6.997,10 – Total.

São João do Sul, 06 de Dezembro de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 115/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 115/2016

OBJETO: Ficam aditados os quantitativos do contrato original tem por objetivo a aquisição de AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

CONTRATADO: LEONIR RAUPP ESPINDOLA - ME

VALOR: R\$ 6.016,57 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 40/2016 – Pregão Presencial nº 016/2016 de 12/07/2016, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0501 – 12.306.0128.2035 – 3.3.90.30.07.00.00.00.0103.

São João do Sul, 06 de Dezembro de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 118/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 118/2016

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 65/2016

OBJETO: As partes resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito, rescindir parcialmente, a partir da data da assinatura do presente Termo, o Contrato 65/2016 celebrado em 28/07/2016.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: MARVI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA

VALOR: R\$ 4.500,00 – Total.

São João do Sul, 08 de Dezembro de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 119/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 119/2016

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 65/2016

OBJETO: Ficam aditado o quantitativo do contrato original que tem por objeto a contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis automotivos (Óleo S10) para abastecimento dos veículos oficiais da Frota Municipal de São João Sul/SC.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: MARVI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA

VALOR: R\$ 4.499,04 – Total.

São João do Sul, 08 de Dezembro de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 120/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 120/2016

2º Termo Aditivo ao Contrato nº 65/2016

OBJETO: As partes resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito, rescindir parcialmente, a partir da data da assinatura do presente Termo, o Contrato 65/2016 celebrado em 28/07/2016.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: MARVI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA

VALOR: R\$ 7.073,52 – Total.

São João do Sul, 15 de Dezembro de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 121/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 121/2016

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 04/2016

OBJETO: As partes resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito, rescindir parcialmente, a partir da data da assinatura do presente Termo, o Contrato 04/2016 celebrado em 04/01/2016.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: MARVI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA

VALOR: R\$ 1.500,00 – Total.

São João do Sul, 15 de Dezembro de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 122/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 122/2016

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PARA REALIZAÇÃO DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO EM ÁREAS DO MUNICÍPIO A FIM DE CONTEMPLAR PROJETOS DE VIABILIZAÇÃO DE EDIFICAÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL E AMPLIAÇÃO DE TRECHO DA RODOVIA SJS 345 – ACESSO AO MEMORIAL FREI ADERCIIDE.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: ALAERCIO ZANONI

VIGÊNCIA: 16/12/2016 à 31/12/2016.

VALOR: R\$ 14.500,00 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 69/2016 – Dispensa de Licitação nº 10/2016 de 16/12/2016, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0501 – 12.361.0128.2029 – 3.3.90.39.05.00.00.00.0102; 0901 – 26.782.0135.2051 – 3.3.90.39.05.00.00.00.0080.

São João do Sul, 16 de Dezembro de 2016.

JOAO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 125/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 125/2016

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 30/2016

OBJETO: Alteração quantitativa referente a prestação de serviços de Engenharia, originalmente contratados através do Termo Original, em razão da necessidade de cadastramento de projetos junto ao SICONV.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: LITORAL SUL CONSULTORIA E PROJETOS DE ENGENHARIA EIRELI

VALOR: R\$ 15.000,00 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 013/2016 – Carta Convite nº 05/2016 de 23/02/2016, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0501 – 12.361.0128.2029 – 3.3.90.39.05.00.00.00.0102; 0901 – 26.782.0135.2051 – 3.3.90.39.05.00.00.00.0080.

São João do Sul, 20 de Dezembro de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 126/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 126/2016

OBJETO: contratação de show musical da banda Tchêruts no dia 23/12/2016, a partir das 21h, na praça central de São João do Sul, em comemoração às festividades de emancipação político administrativo do município de São João do Sul.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: DIEGO CARDOSO CHERUTI - TCHERUTS EVENTOS

VIGÊNCIA: 20/12/2016 à 30/12/2016.

VALOR: R\$ 3.000,00 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 70/2016 – Inexigibilidade de Licitação nº 01/2016 de 20/12/2016, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0601 – 13.392.0129.2039 – 3.3.90.23.00.00.00.3080.

São João do Sul, 20 de Dezembro de 2016.

JOAO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 130/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 130/2016

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 81/2016

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo o acréscimo de quantitativo referente ao Termo inicialmente pactuado: "aquisição de seixo rolado para recuperação e conservação de vias públicas do município de São João do Sul.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: EMPREITEIRA E TRANSPORTADORA SÃO ROQUE LTDA - ME

VALOR: R\$ 9.942,40 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 046/2016 – Pregão Presencial nº 020/2016 de 24/08/2016, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0901 – 26.782.0135.2051 – 3.3.90.30.51.00.00.00.0080.

São João do Sul, 22 de Dezembro de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 127/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 127/2016

OBJETO: Locação de palco, iluminação e sonorização, para comemoração em alusão a emancipação do município

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: W.E.EVENTOS E SONORIZAÇÃO LTDA ME

VIGÊNCIA: 20/12/2016 à 31/12/2016.

VALOR: R\$ 2.750,00 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 71/2016 – Dispensa de Licitação nº 11/2016 de 20/12/2016, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0601 – 13.392.0129.2039 – 3.3.90.23.00.00.00.3080.

São João do Sul, 20 de Dezembro de 2016.

JOAO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

EXTRATO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE SERVIÇO TEMPORÁRIO CONTRATOS DO MES NOVEMBRO DE 2016

EXTRATO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE SERVIÇO TEMPORÁRIO

CONTRATOS DO DIA 03 DE NOVEMBRO DE 2016

CONTRATO Nº 117/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: CYNTHIA MOTA ETCHANDY LIMA

OBJETO: Prestação de serviços na função de Médica no ESF (Estratégia Saúde da Família) para atuar na unidade de saúde Central da Secretaria Municipal de Saúde, deste Município, com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 03/11/2016 a 30/12/2016

VALOR MENSAL: R\$: 5.075,40

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº 1616/2011 e Lei Ordinária Municipal nº. 006/2012.

São João do Sul, em 03 de novembro de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria no dia três do mês de novembro ano de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretária Municipal de Administração e Finanças.

EXTRATO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE SERVIÇO TEMPORÁRIO

CONTRATOS DO DIA 14 DE NOVEMBRO DE 2016

CONTRATO Nº 118/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

CONTRATADO: MARIA GABRIELA CONSTANTE BAUER

OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora na EEB. Vila Velha II da Secretaria Municipal de Educação, deste Município, com carga horária de 20h/semanais.

VIGÊNCIA: de 14/11/2016 a 21/12/2016

VALOR MENSAL: R\$: 1.099,34

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº 1616/2011 e Lei Ordinária Municipal nº. 005/2009.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 128/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 128/2016

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 52/2016

OBJETO: aquisição de materiais de expediente (material gráfico) para a secretaria municipal de agricultura e meio ambiente, secretaria municipal de administração e gabinete do prefeito

CONTRATADO: GRAFICA 3 M LTDA - EPP

VALOR: R\$ 8.725,51 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 28/2016 – Carta Convite nº 010/2016 de 12/05/2016, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0201 – 04.122.0122.2003 – 3.3.90.30.16.00.00.00.0080; 0301 – 04.122.0123.2004 – 3.3.90.30.16.00.00.00.0080; 1001 – 20.606.0133.2046 – 3.3.90.16.00.00.00.0080.

São João do Sul, 22 de Dezembro de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

São João do Sul, em 14 de novembro de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria no dia quatorze do mês de novembro ano de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretária Municipal de Administração e Finanças.

PORTARIA Nº 194 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 194 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2016.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1063 de 01 de novembro de 2002 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Licença para Tratamento de Saúde, junto ao INSS, para a servidora ALZENIR CARDOSO BORBA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I, a contar da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 05 de novembro de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos cinco dias do mês de novembro de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 196 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 196 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2016.

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

JOÃO RUBENS DOS SANTOS Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso V do artigo 55, da Lei Orgânica do Município c/c o artigo 71 da Lei 1063, de 01 de novembro de 2002 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, alterado pela Lei nº 1551 de 10 de agosto de 2010;

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio para a servidora ALESSANDRA SCARIOT BENDO TEIXEIRA, ocupante do cargo efetivo de Professora, por 01 (um) mês, no período de 18/11/2016 a 17/12/2016, referente ao período aquisitivo 2010/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
18 de novembro de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 197 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 197 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2016.

“EXONERAR SERVIDOR”

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IX do artigo 55, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Exonerar o servidor PAULO SÉRGIO PEREIRA SALA do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Esporte, a contar de 22/11/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 22 de novembro de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de novembro de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 198 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 198 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2016.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1063 de 01 de novembro de 2002 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Licença para Tratamento de Saúde, junto ao INSS, para o servidor LUIZ CARLOS CARDOSO, ocupante do cargo de Pedreiro, a contar da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 26 de novembro de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de novembro de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 191 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 191 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016.

“CONCEDE FÉRIAS”

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para a servidora GISELE ALVES PEREIRA, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Setor de Serviços Sociais, no período de 01/11/2016 a 30/11/2016, referente ao período

aquisitivo 2015/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do sul,
01 de novembro de 2016.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria no primeiro dia do mês de novembro do ano de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 192 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 192 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016.
"CONCEDE FÉRIAS"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para o servidor DONIZETE PEREIRA ALEXANDRE ocupante do cargo efetivo de Motorista I, no período de 01/11/2016 a 30/11/2016, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
01 de novembro de 2016.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro do ano de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 192 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 192 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016.
"CONCEDE FÉRIAS"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para o servidor DONIZETE PEREIRA ALEXANDRE ocupante do cargo efetivo de Motorista I, no período de 01/11/2016 a 30/11/2016, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
01 de novembro de 2016.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro do ano de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 193 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 193 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016.
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal, de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 55, da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 7º, §6º da Lei Complementar 06/2012, Plano de Cargos e Carreira dos Servidores Públicos Municipais de São João do Sul;

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional por Tempo de Serviço, para o servidor FRANCISCO BAUER DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de Mecânico TSA, Nível-1, Amplitude de Referência DC, para Amplitude de Referência DD.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
01 de novembro de 2016.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro do ano de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 195 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº. 195 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2016.
"CONCEDE FÉRIAS"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para a servidora BRUNA JOÃO MARTINS, ocupante das atribuições do cargo de Agente Comunitária de Saúde, no período de 09/11/2016 a 08/12/2016, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
09 de novembro de 2016.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária de Administração e Finanças

REGISTRO DE PREÇOS 13/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 01/2016
REGISTRO DE PREÇOS 13/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE VEÍCULOS (CAÇAMBAS) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul
CONTRATADA: HIDRAMACO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA ME.

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ 23.723,00

Processo Licitatório nº. 54/2016 – Pregão Presencial nº 25/2016
de 07/10/2016

São João do SUL, 21 de outubro de 2016

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

São Joaquim

PREFEITURA

DECRETO Nº 350/2016

DECRETO Nº 350/2016

"QUE ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO A SER VERIFICADO ATÉ O DIA 31/12 NA FONTE DE RECURSOS PRÓPRIOS, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016, LEI Nº 4.383/2015 DE 23/12/2015"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam abertos no corrente exercício Créditos para as seguintes dotações orçamentárias:

03 – PODER EXECUTIVO

03.03 – SECRETARIA DA FAZENDA

(10)3.3.90.00.00.00.00.2.004-0160 – Aplicações Diretas 250.000,00

03.06 – SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS

(40)3.3.90.00.00.00.00.2.009-0160 – Aplicações Diretas 50.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 300.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação a ser verificado até 31/12 na Fonte de Recursos Próprios.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de

São Joaquim, 26 de Dezembro de 2016.

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI

Prefeito Municipal.

São José

PREFEITURA

EDITAL DE CITAÇÃO

EDITAL DE CITAÇÃO

Ante a frustração de tentativa de citação pessoal, encontrando-se o servidor indiciado em local incerto e não sabido, a Comissão de Processos Disciplinares, em razão do Processo Administrativo Disciplinar nº 029/2016, CONVOCA E CITA, nos termos do artigo 191 da Lei Municipal nº 2248/1991, o servidor JOSÉ RODOLFO GIL BIANCHINI, matrícula 876, ocupante do cargo de "AGENTE COMUNITÁRIO DA SAÚDE", para comparecer perante esta Comissão, instalada em sala da Procuradoria- Geral do Município de São Jose, situada na Avenida Acioni Souza Filho, nº 403 – Beira Mar São José, Bairro Praia Comprida, na cidade de São José, no horário das 13:00h as 18:00h, a fim de pessoalmente ou por seu procurador devidamente habilitado, tomar conhecimento do referido processo administrativo disciplinar, acompanhar a sua tramitação e apresentar defesa, no prazo de 10 (dez) dias, para os fatos a ele atribuídos que caracterizam a infração disciplinar prevista no artigo 163 da Lei Municipal 2248/1991, sob pena de REVELIA.

São José, 07 de dezembro de 2016.

KARINA DA SILVA GRACIOSA

Comissão de Processos Disciplinares

Membro - Relator

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.577, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5.577, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar, por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2016, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro de 2015, e de acordo com o art. 43, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, proveniente do excesso de arrecadação, no orçamento vigente, no valor de R\$ 72.920,00 (setenta e dois mil, novecentos e vinte reais), na seguinte dotação orçamentária:

09.00	SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU		
09.01	SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU		
09.01.27.812.4511.1.062	157	Aplicação Direta	R\$ 72.920,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0034			

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o artigo anterior, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro de 2015 e o art. 43, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 27 de dezembro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.578, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5.578, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar por superávit financeiro, no orçamento programa de 2016, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro de 2015, e de acordo com o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, por superávit financeiro, no orçamento vigente, criando-se a modalidade de aplicação e adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 9.338,23 (nove mil, trezentos e trinta e oito reais e vinte e três centavos), na seguinte dotação orçamentária:

09.00	SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU		
09.01	SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU		
09.01.27.812.4511.1.062	203	Aplicação Direta	R\$ 9.338,23
4.4.90.00.00.00.00.0.3.0000			

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do superávit financeiro, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro de 2015 e o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 27 de dezembro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

BALANÇO ORÇAMENTARIO

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	18.465.082,89	18.465.082,89	1.623.956,05	8,79	8.937.080,48	9.528.002,41
RECEITAS CORRENTES	14.698.522,89	14.698.522,89	1.469.465,35	10,00	8.006.263,20	6.692.259,69
RECEITA TRIBUTÁRIA	311.767,09	311.767,09	61.490,60	19,72	348.209,52	-36.442,43
IMPOSTOS	303.955,18	303.955,18	59.577,99	19,60	332.153,73	-28.198,55
TAXAS	7.281,91	7.281,91	1.912,61	26,27	16.055,79	-8.773,88
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	530,00	530,00	0,00	0,00	0,00	530,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	19.080,00	19.080,00	4.796,82	25,14	24.276,92	-5.196,92
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	19.080,00	19.080,00	4.796,82	25,14	24.276,92	-5.196,92
RECEITA PATRIMONIAL	20.814,00	20.814,00	29.468,77	141,58	141.793,99	681,24
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	20.814,00	20.814,00	29.468,77	141,58	141.793,99	681,24
RECEITA DE SERVIÇOS	83.422,00	83.422,00	9.043,73	10,84	50.583,22	32.838,78
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14.211.739,80	14.211.739,80	1.359.833,47	9,57	7.417.072,20	6.794.667,60
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	14.120.119,80	14.120.119,80	1.344.207,60	9,52	7.354.706,18	6.765.413,62
TRANSF. DE CONV.	91.620,00	91.620,00	15.625,87	17,06	62.366,02	29.253,98
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	51.700,00	51.700,00	4.831,96	9,35	24.327,35	27.372,65
MULTAS E JUROS DE MORA	21.959,00	21.959,00	753,96	3,43	4.746,86	17.212,14
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4.000,00	4.000,00	556,16	13,90	1.782,01	2.217,99
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	19.141,00	19.141,00	681,26	3,56	3.592,45	15.548,55
RECEITAS DIVERSAS	6.600,00	6.600,00	2.840,58	43,04	14.206,03	-7.606,03
RECEITAS DE CAPITAL	3.766.560,00	3.766.560,00	154.490,70	4,10	930.817,28	2.835.742,72
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	900.000,00	900.000,00	73.033,78	8,11	252.291,12	647.708,88
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	900.000,00	900.000,00	73.033,78	8,11	252.291,12	647.708,88
ALIENAÇÃO DE BENS	31.800,00	31.800,00	0,00	0,00	147.300,00	-115.500,00
ALIENAÇÃO DE BENS MOVEIS	31.800,00	31.800,00	0,00	0,00	147.300,00	-115.500,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.834.760,00	2.834.760,00	81.456,92	2,87	531.226,16	2.303.533,84
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	2.834.760,00	2.834.760,00	81.456,92	2,87	531.226,16	2.303.533,84
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	18.465.082,89	18.465.082,89	1.623.956,05	8,79	8.937.080,48	9.528.002,41
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	18.465.082,89	18.465.082,89	1.623.956,05	8,79	8.937.080,48	9.528.002,41
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	18.465.082,89	18.465.082,89	1.623.956,05	8,79	8.937.080,48	9.528.002,41
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.086.782,37	—	—	891.616,79	—
Superávit Financeiro	—	1.051.782,37	—	—	891.616,79	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	35.000,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	18.465.082,89	19.962.237,60	1.303.512,34	9.444.903,63	10.517.333,97	2.081.611,61	8.234.973,07	11.727.264,53	7.982.628,93
DESPESAS CORRENTES	11.955.099,77	12.539.093,45	1.196.022,34	7.846.174,22	4.692.919,23	1.437.798,82	7.293.016,17	5.246.077,28	7.118.922,24
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.129.210,52	6.085.974,04	865.924,89	4.341.306,79	1.744.667,25	866.146,73	4.341.084,90	1.744.889,14	4.260.965,55
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	904,42	1.862,62	137,38	1.862,62
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.825.889,25	6.451.119,41	330.097,45	3.502.867,43	2.948.251,98	570.747,67	2.950.069,65	3.501.050,76	2.856.094,07
DESPESAS DE CAPITAL	6.504.983,12	7.418.144,15	107.490,00	1.598.729,41	5.819.414,74	643.812,79	941.956,90	6.476.187,25	863.706,69
INVESTIMENTOS	6.504.983,12	7.418.144,15	107.490,00	1.598.729,41	5.819.414,74	643.812,79	941.956,90	6.476.187,25	863.706,69
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	18.465.082,89	19.962.237,60	1.303.512,34	9.444.903,63	10.517.333,97	2.081.611,61	8.234.973,07	11.727.264,53	7.982.628,93
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	18.465.082,89	19.962.237,60	1.303.512,34	9.444.903,63	10.517.333,97	2.081.611,61	8.234.973,07	11.727.264,53	7.982.628,93
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	700.344,44	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	18.465.082,89	19.962.237,60	1.303.512,34	9.444.903,63	—	2.081.611,61	8.935.317,51	—	7.982.628,93

FONTE:

SAO MIGUEL DA BOA VISTA, 27/12/2016

Gilnei Antonio Guth Prefeito Municipal	Serlei Fatima Puntel Contadora - CRC-SC 021.445/0 -3	Silvio Richardt Secretario Administracao e Fazenda
---	---	---

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO SUBFUNÇÃO

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SAL (e) = (d/Total d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	18.465.082,89	19.962.237,60	1.303.512,34	9.444.903,63	10.517.333,97	2.081.611,61	8.234.973,07	11,7
Legislativa	644.213,50	644.213,50	102.867,46	506.613,41	137.600,09	107.308,87	499.413,88	6,06
Ação Legislativa	644.213,50	644.213,50	102.867,46	506.613,41	137.600,09	107.308,87	499.413,88	6,06
Administração	2.070.907,04	2.162.850,76	235.205,75	1.603.057,24	559.793,52	290.671,37	1.522.209,23	18,48
Administração Geral	1.162.906,44	1.254.850,16	121.540,71	997.560,46	257.289,70	175.795,13	919.112,40	11,16
Administração Financeira	845.000,60	845.000,60	104.213,05	557.403,90	287.596,70	105.424,25	555.003,95	6,74
Controle Interno	63.000,00	63.000,00	9.451,99	48.092,88	14.907,12	9.451,99	48.092,88	0,58
Assistência Social	634.568,98	720.981,33	64.994,49	414.319,05	306.662,28	82.792,06	362.512,31	4,40
Assistência ao Portador de Deficiência	5.671,00	5.671,00	0,00	4.435,00	1.236,00	0,00	4.435,00	0,05
Assistência à Criança e ao Adolescente	105.500,82	93.361,67	15.945,14	16.035,14	77.326,53	9.145,14	9.235,14	0,11
Assistência Comunitária	523.397,16	621.948,66	49.049,35	393.848,91	228.099,75	73.646,92	348.842,17	4,24
Saúde	3.116.323,10	3.525.075,06	292.003,30	2.231.020,23	1.294.054,83	389.928,14	1.993.682,28	24,21
Atenção Básica	3.043.491,10	3.436.025,65	273.212,19	2.187.920,20	1.248.105,45	370.177,03	1.950.885,40	23,69
Vigilância Sanitária	59.580,00	70.797,41	18.731,11	41.897,03	28.900,38	19.691,11	41.618,88	0,51
Vigilância Epidemiológica	13.252,00	18.252,00	60,00	1.203,00	17.049,00	60,00	1.178,00	0,01
Educação	3.698.798,27	3.779.620,47	254.826,62	1.627.015,87	2.152.604,60	333.645,21	1.413.208,72	17,16
Alimentação e Nutrição	180.264,00	186.574,08	23.487,89	120.998,74	65.575,34	26.920,39	112.533,99	1,37
Ensino Fundamental	2.374.334,92	2.441.503,99	168.189,97	1.038.171,05	1.403.332,94	241.327,63	994.890,62	12,08
Ensino Médio	40.810,00	44.938,75	8.949,55	27.930,81	17.007,94	8.949,55	27.930,81	0,34
Ensino Profissional	15.000,00	15.000,00	670,00	3.760,00	11.240,00	670,00	3.625,00	0,04
Ensino Superior	182.000,00	182.000,00	14.682,49	72.481,28	109.518,72	14.545,00	71.781,36	0,87
Educação Infantil	906.389,35	909.603,65	38.846,72	363.673,99	545.929,66	41.232,64	202.446,94	2,46
Cultura	96.500,00	96.500,00	7.724,70	33.019,75	63.480,25	11.836,70	30.189,75	0,37
Difusão Cultural	96.500,00	96.500,00	7.724,70	33.019,75	63.480,25	11.836,70	30.189,75	0,37
Urbanismo	1.310.906,00	1.971.468,91	14.097,45	1.285.689,50	685.779,41	623.661,31	945.372,07	11,48
Infra-Estrutura Urbana	1.310.906,00	1.971.468,91	14.097,45	1.285.689,50	685.779,41	623.661,31	945.372,07	11,48
Habituação	213.500,00	213.500,00	0,00	0,00	213.500,00	0,00	0,00	0,00
Habituação Urbana	213.500,00	213.500,00	0,00	0,00	213.500,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	1.922.966,00	2.053.014,02	206.050,50	824.638,35	1.228.375,67	109.403,59	615.083,59	7,47
Abastecimento	90.000,00	90.000,00	0,00	12.825,73	77.174,27	0,00	12.825,73	0,16
Extensão Rural	1.653.779,90	1.783.827,82	187.326,33	747.345,72	1.036.482,10	94.262,42	541.373,96	6,57

C

R\$ 1,00

DO

(a-d)

27.264,53

44.799,62

44.799,62

40.641,53

35.737,76

89.996,65

14.907,12

58.469,02

1.236,00

84.126,53

73.106,49

31.392,78

85.140,25

29.178,53

17.074,00

66.411,75

74.040,09

46.613,37

17.007,94

11.375,00

10.218,64

07.156,71

66.310,25

66.310,25

26.096,84

26.096,84

13.500,00

13.500,00

37.930,43

77.174,27

42.453,86

ontinua 1/2

Conti

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SAL (e) =
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Agricultura	18.465.082,89	19.962.237,60	1.303.512,34	9.444.903,63	10.517.333,97	2.081.611,61	8.234.973,07	11.7
Promoção da Produção Agropecuária	1.922.966,00	2.053.014,02	206.050,50	824.638,35	1.228.375,67	109.403,59	615.083,59	1,4
Indústria	179.186,20	179.186,20	18.724,17	64.466,90	114.719,30	15.141,17	60.883,90	0,74
Promoção Industrial	850.000,00	850.000,00	0,00	0,00	850.000,00	0,00	0,00	0,00
Produção Industrial	414.400,00	414.400,00	0,00	0,00	414.400,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	435.600,00	435.600,00	0,00	0,00	435.600,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Rodoviário	3.434.450,00	3.466.693,28	119.351,73	720.085,58	2.746.607,70	113.341,58	707.575,08	2,7
Desporto e Lazer	3.434.450,00	3.466.693,28	119.351,73	720.085,58	2.746.607,70	113.341,58	707.575,08	2,7
Desporto Comunitário	145.400,00	145.400,00	3.282,55	52.438,00	92.962,00	3.282,55	52.438,00	0,64
Encargos Especiais	145.400,00	145.400,00	3.282,55	52.438,00	92.962,00	3.282,55	52.438,00	0,64
Serviço da Dívida Interna	321.550,00	327.920,27	3.107,79	147.006,65	180.913,62	15.740,23	93.288,16	1,13
Outras Transferências	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	904,42	1.862,62	0,02
Outros Encargos Especiais	181.800,00	179.800,00	0,00	128.800,00	51.000,00	13.758,95	79.237,31	0,96
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	139.750,00	146.120,27	3.107,79	16.206,65	129.913,62	1.076,86	12.188,23	0,15
	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	18.465.082,89	19.962.237,60	1.303.512,34	9.444.903,63	10.517.333,97	2.081.611,61	8.234.973,07	11.7

FONTE:

SAO MIGUEL DA BOA VISTA, 27/12/2016

Gilnei Antonio Guth
Prefeito Municipal

Serlei Fatima Puntel
Contadora - CRC-SC 021.445/O -3

Silvio Richardt
Secretário Administrativo e Fazenda

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

nuação 2/2

DO

(a-d)

27.264,53

37.930,43

18.302,30

50.000,00

14.400,00

35.600,00

59.118,20

59.118,20

92.962,00

92.962,00

34.632,11

137,38

00.562,69

33.932,04

5.000,00

27.264,53

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2015 A OUTUBRO/2016

PRRO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016
	Nov/2015	Dez/2015	Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016	Maio/2016	Jun/2016	Jul/2016	Ago/2016	Sep/2016	Out/2016	TOTAL (Últ. 12 Mes.)
RECEITAS CORRENTES (I)	884.904,19	1.266.416,86	991.218,94	1.088.817,45	829.245,37	893.114,56	1.143.075,40	911.309,03	1.024.975,66	860.017,64	812.591,87	931.882,60	11.663.573,57
RECEITA TRIBUTÁRIA	24.947,72	65.828,23	25.551,47	29.934,52	42.801,03	37.794,48	80.727,15	15.861,19	43.489,49	32.745,01	24.248,26	37.272,12	460.780,67
I.P.T.U.	766,63	333,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	788,72	38,97	29,78	0,00	316.382,09
I.R.R.F.	14.416,48	41.422,34	22.175,07	14.347,41	16.991,69	18.594,15	16.684,59	751,05	29.771,78	14.855,77	15.347,66	15.984,79	28.040,18
I.S.S.	4.834,48	14.504,22	1.494,56	2.619,26	7.055,91	2.721,03	6.516,57	10.559,81	7.468,55	3.165,11	6.499,96	13.803,01	168.180,00
I.T.B.I.	4.226,64	8.900,00	1.773,90	3.955,12	3.000,00	5.500,00	32.363,05	3.200,00	5.156,50	13.990,53	1.800,00	6.162,57	58.300,00
Outras Receitas Tributárias	301,49	668,24	107,94	8.972,73	5.123,79	1.582,09	2.676,11	6.117,3	283,94	694,63	570,86	1.341,75	54.060,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.542,24	2.476,44	2.555,36	2.444,96	2.530,37	2.324,67	2.439,55	2.415,17	2.484,56	2.285,46	2.521,12	2.275,70	22.935,30
RECEITA PATRIMONIAL	11.482,91	11.622,84	9.882,53	12.785,93	13.927,55	12.015,79	13.822,47	13.253,75	17.537,94	17.660,61	15.981,30	13.163,15	29.296,60
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.080,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	53.264,00
RECEITA DE SERVIÇOS	5.051,46	12.781,53	1.251,64	3.727,80	5.686,29	7.217,22	8.274,08	0,00	6.291,10	6.808,37	5.315,19	3.728,54	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	838.096,67	1.166.803,95	946.326,33	1.038.869,97	761.904,55	835.986,04	1.035.996,71	872.460,37	963.437,83	815.600,51	762.410,16	872.726,97	69.325,06
Cota-Parte do FPM	477.453,38	807.350,66	521.721,09	653.119,36	396.716,85	471.611,14	627.129,00	518.110,14	574.515,35	465.840,62	378.821,49	459.849,62	10.906.620,06
Cota-Parte do ICMS	232.694,17	227.162,06	279.499,63	228.116,72	230.706,34	237.206,95	229.444,69	226.690,31	233.944,55	231.076,79	248.619,36	258.216,56	6.352.243,60
Cota-Parte do IPVA	3.337,95	2.122,98	7.137,14	5.992,48	9.173,34	9.917,83	12.220,61	10.902,46	15.274,82	14.656,11	8.674,36	11.366,20	2.854.381,33
Cota-Parte do ITR	14,20	0,00	41,22	0,00	6,58	22,13	32,81	21,03	6,48	62,88	296,48	633,39	1.137,20
Outras Transferências Correntes	74.751,32	70.027,42	87.551,05	103.841,49	79.310,09	67.275,85	119.136,88	70.305,30	84.036,91	60.049,14	76.842,53	88.212,95	1.170,28
Transferências da LC 61/1989	3.585,78	3.540,75	4.388,64	3.389,35	3.309,08	3.395,39	3.855,75	2.294,35	3.117,38	3.150,08	3.449,53	3.945,96	990.140,73
Transferências da LC 87/1996	964,73	964,73	973,79	973,79	973,79	973,79	973,79	973,79	973,79	973,79	973,79	973,79	41.122,04
Transferências do FUNDEB	45.290,14	46.635,35	48.013,77	43.636,78	41.705,48	45.588,86	43.203,18	43.162,99	41.568,55	42.791,10	43.732,62	49.628,60	69.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.183,19	6.903,87	2.651,61	1.054,27	2.493,58	3.776,36	1.815,44	4.028,71	1.757,74	1.917,68	2.115,84	2.716,12	12.720,00
DEDUÇÕES (II)	143.610,88	156.324,53	162.752,14	178.318,19	128.177,59	144.624,07	174.731,16	151.798,21	125.790,38	143.151,84	128.366,80	146.936,86	1.784.820,54
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	143.610,88	156.562,42	162.752,14	178.318,19	128.177,59	144.624,07	174.731,16	151.798,21	125.790,38	143.151,84	128.366,80	146.936,86	1.784.820,54
Deduções de Receita do IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.437.340,49
Deduções de Receita do IPTU_Educação	0,00	-68,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções de Receita do IPTU_Saúde	0,00	-41,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-127,28
RECEITA CORRENTE LIQUIDA (III) = (I - II)	741.293,31	1.110.092,33	828.466,80	910.499,26	701.067,78	754.490,49	968.344,24	759.510,82	899.185,28	736.865,80	684.225,07	784.945,74	9.578.989,92

FONTE:

SAO MIGUEL DA BOA VISTA, 27/12/2016

Ginei Antonio Guth
Prefeito Municipal

Serlei Fatima Puntel
Contadora - CRC-SC 021.445/0 - 3

Silvio Richardt
Secretário Administrativo e Fazenda



DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENACAO DE ATIVOS E APLICAO DE RECURSOS

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENACÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: MUNICÍPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)				SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)	
RECEITA DE CAPITAL								
ALIENAÇÃO DE ATIVOS		31.800,00				126.800,00	-95.000,00	
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		0,00				0,00	0,00	
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		31.800,00				126.800,00	-95.000,00	
TOTAL		31.800,00				126.800,00	-95.000,00	
DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)		DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
Despesas de Capital		172.367,81	124.848,89	48.855,94	48.855,94	0,00	0,00	123.511,87
Investimentos		172.367,81	124.848,89	48.855,94	48.855,94	0,00	0,00	123.511,87
TOTAL		172.367,81	124.848,89	48.855,94	48.855,94	0,00	0,00	123.511,87
SALDO FINANCEIRO A APLICAR		Em 2015 (h)	Em 2016 (i) = (b) - (e+f)				SALDO ATUAL (j) = (h+i)	
		3.923,99	77.944,06				81.868,05	

FONTE:

SAO MIGUEL DA BOA VISTA, 27/12/2016

Gilnei Antonio Guth
Prefeito Municipal

Serlei Fatima Puntel
Contadora - CRC-SC 021.445/0 -3

Silvio Richardt
Secretario Administrativo e Fazenda

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PUBLICO - PRIVADAS

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2016/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)					R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016		SALDO TOTAL (c) = (a + b)	
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)		

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

SAO MIGUEL DA BOA VISTA, 27/12/2016

Gilnei Antonio Guth Prefeito Municipal	Serlei Fatima Puntel Contadora - CRC-SC 021.445/0 -3	Silvio Richardt Secretario Administracao e Fazenda
---	---	---

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENCAO E DESENVOLVIEMTNO DO ENSINO - MDE

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	334.879,18	334.879,18	334.417,73	99,86
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	24.793,18	24.793,18	28.268,13	114,02
1.1.1- IPTU	28.040,18	28.040,18	44.110,75	157,31
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	106,00	106,00	19,61	18,50
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	1.060,00	1.060,00	342,93	32,35
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	212,00	212,00	80,26	37,86
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	(4.625,00)	(4.625,00)	(16.285,42)	352,12
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	54.060,00	54.060,00	76.941,67	142,33
1.2.1- ITBI	54.060,00	54.060,00	76.941,67	142,33
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	87.846,00	87.846,00	63.723,97	72,54
1.3.1- ISS	58.300,00	58.300,00	61.902,77	106,18
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	106,00	106,00	1.821,20	1.718,11
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	11.615,00	11.615,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	17.825,00	17.825,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	168.180,00	168.180,00	165.483,96	98,40
1.4.1- IRRF	168.180,00	168.180,00	165.483,96	98,40
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	14.998.170,18	14.998.170,18	7.622.125,42	50,82
2.1- Cota-Parte FPM	9.624.767,58	9.624.767,58	5.067.434,56	52,65
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	9.522.357,58	9.522.357,58	4.868.555,14	51,13
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	40.330,00	40.330,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	62.080,00	62.080,00	198.879,42	320,36
2.2- Cota-Parte ICMS	5.117.572,60	5.117.572,60	2.404.525,10	46,99
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	12.720,00	12.720,00	9.737,90	76,56
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	69.000,00	69.000,00	33.995,51	49,27
2.5- Cota-Parte ITR	1.610,00	1.610,00	1.123,00	69,75
2.6- Cota-Parte IPVA	172.500,00	172.500,00	105.309,35	61,05
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	15.333.049,36	15.333.049,36	7.956.543,15	51,89

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO

	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	115.646,00	115.646,00	92.901,52	80,33
5.1- Transferências do Salário-Educação	53.000,00	53.000,00	54.324,15	102,50
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	15.158,00	15.158,00	10.259,00	67,68
5.4- Transferências Diretas - PNATE	47.064,00	47.064,00	21.673,76	46,05
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	424,00	424,00	6.644,61	1.567,13
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	479.286,00	479.286,00	368.473,70	76,88
6.1- Transferências de Convênios	471.481,42	471.481,42	361.954,66	76,77
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	7.804,58	7.804,58	6.519,04	83,53
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	—	0,00	3.817,96	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	594.932,00	594.932,00	465.193,18	78,19

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.437.340,49	2.437.340,49	1.484.647,24	60,91
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.368.476,97	1.368.476,97	973.710,72	71,15
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.023.514,52	1.023.514,52	480.904,14	46,99
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	2.544,00	2.544,00	1.947,50	76,55
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	7.983,00	7.983,00	6.799,13	85,17
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	322,00	322,00	224,53	69,73
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	34.500,00	34.500,00	21.061,22	61,05
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	611.575,35	611.575,35	445.273,83	72,81
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	610.515,35	610.515,35	443.232,03	72,60
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	1.060,00	1.060,00	2.041,80	192,62
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.826.825,14	-1.826.825,14	-1.041.415,21	57,01
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	611.575,35	622.150,66	445.990,97	71,69	445.990,97	71,69
13.1- Com Educação Infantil	119.575,35	119.575,35	115.969,44	96,98	115.969,44	96,98
13.2- Com Ensino Fundamental	492.000,00	502.575,31	330.021,53	65,67	330.021,53	65,67
14- OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	611.575,35	622.150,66	445.990,97	71,69	445.990,97	71,69
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						445.990,97
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %						100,16
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %						0,00
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						-0,16
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016 *						0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS	
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ^a	3.833.262,34		3.833.262,34		1.989.135,79	51,89
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	538.933,35	538.933,35	203.232,05	37,71	197.670,04	36,68
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.236.532,92	2.252.174,23	905.052,60	40,19	880.781,64	39,11
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	492.000,00	502.575,31	330.021,53	65,67	330.021,53	65,67
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.744.532,92	1.749.598,92	575.031,07	32,87	550.760,11	31,48
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.775.466,27	2.791.107,58	1.108.284,65	39,71	1.078.451,68	38,64
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						-1.041.415,21
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)						2.041,80
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)						-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						-1.039.373,41
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))						2.117.825,09
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %						26,62
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	53.212,00	53.212,00	15.237,67	28,64	12.656,56	23,79
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	870.120,00	935.300,89	503.493,55	53,83	322.100,48	34,44
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	923.332,00	988.512,89	518.731,22	52,48	334.757,04	33,86
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	3.698.798,27	3.779.620,47	1.627.015,87	43,05	1.413.208,72	37,39

MUNICÍPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (j)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	1.100,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	1.100,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		10.575,31	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		443.232,03	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		435.556,21	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		435.556,21	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		2.041,80	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		20.292,93	0,00

SAO MIGUEL DA BOA VISTA, 27/12/2016

Gilnei Antonio Guth
Prefeito Municipal

Serei Fatima Puntel
Contadora - CRC-SC 021.445/0 -3

Sílvia Richardt
Secretaria Administração e Fazenda

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIARIAS DO REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receltas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receltas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS					
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2015
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR							
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS							
Plano Financeiro							0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras							0,00
Recursos para Formação de Reserva							0,00
Outros Aportes para o RPPS							0,00
Plano Previdenciário							0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro							0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial							0,00
Outros Aportes para o RPPS							0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS							
Valor							0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS							
			PERÍODO DE REFERÊNCIA				
			2016		2015		
Caixa			0,00			0,00	Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA		
	2016		2015
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2016
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS			Até o Bimestre/2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Receta de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receta Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Recetas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Recetas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receta de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00
(XI) = (VIII + IX - X)			

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

SAO MIGUEL DA BOA VISTA, 27/12/2016

Gilnei Antonio Guth Prefeito Municipal	Serlei Fatima Puntel Contadora - CRC-SC 021.445/0 -3	Silvio Richardt Secretario Administracao e Fazend
---	---	--

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E OPERACOES DE CREDITO E DESPESA DE CAPITAL

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
					R\$ 1,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)		900.000,00	252.291,12		
			647.708,88		
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	7.418.144,15	1.598.729,41	941.956,90	0,00	5.819.414,74
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	7.418.144,15	1.598.729,41	941.956,90	0,00	5.819.414,74
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)		-6.518.144,15	-	-	-5.171.705,86

FONTE:

SAO MIGUEL DA BOA VISTA, 27/12/2016

Gilnei Antonio Guth Prefeito Municipal	Serlei Fatima Puntel Contadora - CRC-SC 021.445/0 -3	Silvio Richardt Secretario Administracao e Fazenda
---	---	---

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Ago 2016 (B)	Em 31 Out 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	179.257,34	252.291,12
DEDUÇÕES (II)	1.090.556,06	2.151.760,39	1.700.335,30
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.112.786,63	2.343.392,09	1.962.410,44
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	22.230,57	191.631,70	262.075,14
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.090.556,06	-1.972.503,05	-1.448.044,18
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	179.257,34	252.291,12
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.090.556,06	-2.151.760,39	-1.700.335,30

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2016 (C - A)
VALOR	451.425,09	-609.779,24

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	97.899,84

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Ago 2016 (B)	Em 31 Out 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

SAO MIGUEL DA BOA VISTA, 27/12/2016

Gilnei Antonio Guth
Prefeito Municipal

Serlei Fatima Puntel
Contadora - CRC-SC 021.445/0 -3

Silvio Richardt
Secretario Administracao e Fazenda

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMARIO

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	14.677.708,89	7.864.469,21	7.495.555,68
Receita Tributária	311.767,09	348.209,52	253.375,75
I.P.T.U.	23.415,18	27.825,33	22.631,31
I.S.S.	58.300,00	61.902,77	37.377,83
I.T.B.I.	54.060,00	76.941,67	53.981,58
I.R.R.F.	168.180,00	165.483,96	125.683,37
Outras Receitas Tributárias	7.811,91	16.055,79	13.701,66
Receita de Contribuição	19.080,00	24.276,92	22.306,25
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	19.080,00	24.276,92	22.306,25
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	20.814,00	140.031,02	124.636,40
(-) Aplicações Financeiras	20.814,00	140.031,02	124.636,40
Transferências Correntes	14.211.739,80	7.417.072,20	8.629.754,08
F.P.M.	8.256.290,61	4.093.723,84	4.934.510,00
I.P.V.A	138.000,00	84.248,13	101.827,38
I.C.M.S.	4.094.058,08	1.923.620,96	2.301.500,97
Convênios	91.620,00	62.366,02	52.921,91
Outras Transferências Correntes	1.631.771,11	1.253.113,25	1.238.993,82
Demais Receitas Correntes	135.122,00	74.910,57	-1.409.880,40
Dívida Ativa	19.141,00	3.592,45	1.958,23
Diversas Receitas Correntes	115.981,00	71.318,12	-1.411.838,63
RECEITAS DE CAPITAL (II)	3.766.560,00	930.817,28	100.000,00
Operações de Crédito (III)	900.000,00	252.291,12	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	31.800,00	147.300,00	0,00
Transferências de Capital	2.834.760,00	531.226,16	100.000,00
Convênios	2.834.760,00	531.226,16	100.000,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	2.834.760,00	531.226,16	100.000,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	17.512.468,89	8.395.695,37	7.595.555,68

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	12.539.093,45	7.846.174,22	8.020.981,81	7.293.016,17	7.306.535,49
Pessoal e Encargos Sociais	6.085.974,04	4.341.306,79	4.204.191,41	4.341.084,90	4.203.649,75
Juros e Encargos da Dívida (IX)	2.000,00	2.000,00	0,00	1.862,62	0,00
Outras Despesas Correntes	6.451.119,41	3.502.867,43	3.816.790,40	2.950.068,65	3.102.885,74
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	12.537.093,45	7.844.174,22	8.020.981,81	7.291.153,55	7.306.535,49
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	7.418.144,15	1.598.729,41	1.652.314,94	941.956,90	1.579.206,54
Investimentos	7.418.144,15	1.598.729,41	1.652.314,94	941.956,90	1.579.206,54
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	7.418.144,15	1.598.729,41	1.652.314,94	941.956,90	1.579.206,54
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	5.000,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	19.960.237,60	9.442.903,63	9.673.296,75	8.233.110,45	8.885.742,03

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-2.447.768,71	-1.047.208,26	-2.077.741,07	162.584,92	-1.290.186,35
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	891.616,79	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	891.616,79	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-4.822.244,83

SAO MIGUEL DA BOA VISTA, 27/12/2016

Gilnei Antonio Guth
Prefeito Municipal

Serlei Fatima Puntel
Contadora - CRC-SC 021.445/0 -3

Silvio Richardt
Secretario Administracao e Fazenda

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGAO

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS							
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015						
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I) EXECUTIVO ADMINISTRAÇÃO DIRETA ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO GABINETE DO PREFEITO SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA SECRETARIA DE AGRICULTURA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORT SECRETARIA DE ESTRADAS DE RODAGEM SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	22.230,57	12.499,57	-	9.731,00	158.161,72	29.221,46	156.828,20	156.828,20	10.441,27	20.113,71	29.844,71	
	0,00	22.230,57	12.499,57	0,00	9.731,00	158.161,72	29.221,46	156.828,20	156.828,20	10.441,27	20.113,71	29.844,71	
	0,00	22.230,57	12.499,57	0,00	9.731,00	158.161,72	29.221,46	156.828,20	156.828,20	10.441,27	20.113,71	29.844,71	
	0,00	2.383,47	2.383,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	2.256,91	2.256,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	3.235,94	3.235,94	0,00	0,00	0,00	646,77	646,77	646,77	0,00	0,00	0,00	
	0,00	642,78	642,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	10.007,81	276,81	0,00	9.731,00	158.161,72	8.398,00	142.365,91	142.365,91	4.448,00	19.745,81	29.476,81	
	0,00	309,52	309,52	0,00	0,00	0,00	1.960,75	1.960,75	1.600,75	0,00	380,00	0,00	
	0,00	3.394,14	3.394,14	0,00	0,00	0,00	18.215,94	12.214,77	12.214,77	5.633,27	367,90	367,90	
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	22.230,57	12.499,57	0,00	9.731,00	158.161,72	29.221,46	156.828,20	156.828,20	10.441,27	20.113,71	29.844,71	

Fonte:

FONTE:

SAO MIGUEL DA BOA VISTA, 27/12/2016

Gilnei Antonio Guth Prefeito Municipal	Serlei Falina Puntel Contadora - CRC-SC 021.445/0-3	Silvio Richardt Secretario Administrativo e Fazenda
---	--	--

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		18.465.082,89		
Previsão Atualizada		18.465.082,89		
Receitas Realizadas		8.937.080,48		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		891.616,79		
DESPESAS				
Dotação Inicial		18.465.082,89		
Créditos Adicionais		1.497.154,71		
Dotação Atualizada		19.962.237,60		
Despesas Empenhadas		9.444.903,63		
Despesas Liquidadas		8.234.973,07		
Despesas pagas		7.982.628,93		
Superavit Orçamentário		700.344,44		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		9.444.903,63		
Despesas Liquidadas		8.234.973,07		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		9.880.752,89		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		97.899,84	-609.779,24	-622,86
Resultado Primário		-4.822.244,83	162.584,92	-3,37
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	187.383,18	10.441,27	156.828,20	20.113,71
EXECUTIVO	187.383,18	10.441,27	156.828,20	20.113,71
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	22.230,57	0,00	12.499,57	9.731,00
EXECUTIVO	22.230,57	0,00	12.499,57	9.731,00
TOTAL:	209.613,75	10.441,27	169.327,77	29.844,71
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		2.117.825,09	25%	26,62
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		445.990,97	60%	100,16
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		252.291,12	647.708,88	
Despesa de Capital Líquida		941.956,90	6.476.187,25	

Continua 1/2

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14					R\$ 1,00
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA					2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores					
Receitas Previdenciárias (IV)					0,00
Despesas Previdenciárias (V)					0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)					0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS					Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos					147.300,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos					48.855,94
					-115.500,00
					123.511,87
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE					Limite Constitucional Anual
					% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos					15,00
					19,13
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP					Valor apurado no exercício corrente
Total das despesas/RCL (%)					0,00

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SAO MIGUEL DA BOA VISTA, 27/12/2016

Gilnei Antonio Guth
Prefeito Municipal

Serlei Fatima Puntei
Contadora - CRC-SC 021.445/0 -3

Silvio Richardt
Secretario Administracao e Fazenda

DEMOSTRATIVO DA PROJECAO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDENCIA

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2015 a 2089

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=("d" exercício anterior) + (c)
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2015 a 2089

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 30/10/2016 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

SAO MIGUEL DA BOA VISTA, 27/12/2016

Gilnei Antonio Guth
Prefeito Municipal

Serlei Fatima Puntel
Contadora - CRC-SC 021.445/0 -3

Silvio Richardt
Secretario Administrativo

DEMOSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM ACOES E SERVIÇO PUBLICOS DE SAUDE

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE							
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100			
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	305.439,18	305.439,18	373.136,20	122,16			
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	23.415,18	23.415,18	27.880,13	119,07			
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	54.060,00	54.060,00	79.641,67	147,32			
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	58.300,00	58.300,00	69.418,96	119,07			
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	168.180,00	168.180,00	193.913,76	115,30			
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	212,00	212,00	1.858,49	876,65			
Dívida Ativa dos Impostos	1.060,00	1.060,00	342,93	32,35			
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	212,00	212,00	80,26	37,86			
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	14.895.760,18	14.895.760,18	9.212.034,77	61,84			
Cota-Parte FPM	9.522.357,58	9.522.357,58	6.147.235,29	64,56			
Cota-Parte ITR	1.610,00	1.610,00	1.158,92	71,98			
Cota-Parte IPVA	172.500,00	172.500,00	111.721,85	64,77			
Cota-Parte ICMS	5.117.572,60	5.117.572,60	2.899.884,26	56,67			
Cota-Parte IPI-Exportação	69.000,00	69.000,00	41.322,76	59,89			
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	12.720,00	12.720,00	10.711,69	84,21			
Desoneração ICMS (LC 87/96)	12.720,00	12.720,00	10.711,69	84,21			
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	15.201.199,36	15.201.199,36	9.585.170,97	63,06			
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE							
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS				
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100			
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	578.858,60	578.858,60	605.103,51	104,53			
Provenientes da União	501.225,60	501.225,60	553.756,09	110,48			
Provenientes dos Estados	77.633,00	77.633,00	51.347,42	66,14			
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	59.580,00	59.580,00	0,00	0,00			
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00			
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	906,00	906,00	1.472,78	162,56			
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	639.344,60	639.344,60	606.576,29	94,87			
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)		% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	2.738.501,10	3.157.383,31	2.548.791,12	80,72	2.425.498,58	76,82	123.292,54
Pessoal e Encargos Sociais	1.304.553,15	1.365.762,57	1.256.142,95	91,97	1.256.142,95	91,97	0,00
Outras Despesas Correntes	1.433.947,95	1.791.620,74	1.292.648,17	72,15	1.169.355,63	65,27	123.292,54

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100	
		3.157.383,31	2.548.791,12	80,72	2.425.498,58	76,82	123.292,54
DESPESAS DE CAPITAL	377.822,00	414.675,00	126.226,46	30,44	74.228,13	17,90	51.998,33
Investimentos	377.822,00	414.675,00	126.226,46	30,44	74.228,13	17,90	51.998,33
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.116.323,10	3.572.058,31	2.675.017,58	74,89	2.499.726,71	69,98	175.290,87
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	639.937,60	1.053.882,65	715.710,51	26,76	638.496,58	25,54	77.213,93
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	579.857,60	993.802,65	715.710,51	26,76	638.496,58	25,54	77.213,93
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	60.080,00	60.080,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES ³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	639.937,60	1.053.882,65	715.710,51	26,76	638.496,58	25,54	77.213,93
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	2.476.385,50	2.518.175,66	1.959.307,07	73,24	1.861.230,13	74,46	98.076,94
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS							
(VI%) = (VIh / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% ⁴			20,44				
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [V/(h) - (15 x IIIb)/100]			521.531,42				

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA						PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
Inscritos em 2015	9.990,13	1.801,41	9.008,12	982,01		0,00	
TOTAL	9.990,13	1.801,41	9.008,12	982,01		0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º							
	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS						
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)				
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2015	0,00		0,00		0,00		
TOTAL (VIII)	0,00		0,00		0,00		
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26							
	LIMITE NÃO CUMPRIDO						
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)				
	-	-			-		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
			Até o Bimestre (l)	% (l/Total l) *100	Até o Bimestre (m)	% (m/Total m) *100	
Atenção Básica	3.043.491,10	3.482.008,90	2.630.334,56	98,33	2.456.466,84	98,27	
Vigilância Sanitária	59.580,00	71.797,41	43.480,02	1,63	42.081,87	1,68	
Vigilância Epidemiológica	13.252,00	18.252,00	1.203,00	0,04	1.178,00	0,05	
TOTAL	3.116.323,10	3.572.058,31	2.675.017,58	100,00	2.499.726,71	100,00	
						173.867,72	
						1.398,15	
						25,00	
						175.290,87	

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE:

4Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o

Continuação 3/4

Continuação 4/4

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2016/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

SAO MIGUEL DA BOA VISTA, 27/12/2016

Gilnei Antonio Guth Prefeito Municipal	Serlei Fatima Puntel Contadora - CRC-SC 021.445/0 -3	Silvio Richardt Secretario Administracao e Fazenda
---	---	---

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

EDITAL Nº. 025/2016 EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DÉBITOS

EDITAL Nº. 025/2016

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DÉBITOS

O Prefeito Municipal do Município de São Miguel do Oeste, no uso das atribuições conferidas pelo art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, do Código Tributário Municipal (Lei 4.200/1997) e suas alterações, e do Código Tributário Nacional, NOTIFICA os contribuintes relacionados abaixo, tendo em vista que foram encontrados em notificações anteriores, com débitos pendentes referente aos créditos tributários e não tributários vencidos e inscritos no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2016, referentes aos seguintes Tributos: IPTU, ISSQN, ISS, TFL, e demais créditos tributários.

Os créditos tributários e não tributários em débitos, foram acrescidos da multa de 2 % (dois por cento) a cada 30 dias, até o limite de 6% (seis por cento), além de juros de 1% ao mês e correção monetária atualizada pela variação do IGP-M. O envio das Certidões de Dívida Ativa à Procuradoria Municipal, para os procedimentos de execução fiscal das dívidas, far-se-á independentemente de nova notificação.

ALDO MARCIO ANTUNES
ALINI DASSI
AVANT GARDE TRANSPORTES EIRELI EPP
AIRTON LUIZ ZANELLA
ASSOC. reg. De Coop. Agric. Peq.
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DA AGR.
ALAN PATRICK PUHLE
ADRIANA FLORES
ASSESSORIA CENTRAL DE COBRANÇAS
ALVICIO CARVALHO
ANGELICA SIMONE BOTELEIRO LOPES
AVITO DARCI CORREA ME
ANTONIO MARQUIOR
ALCANCE TECNOLOGIA LTDA ME
ANTONIO CARLOS BENINCA JUNIOR
ARLINDO JOAO CASARIL
ALEXANDRE LAZAROTTO ME
ALMEIDA E FILHO EMP. DE MÃO DE OBRA
AROLDJOSE DA SILVA
ADRIANA FLORES
ADEMIR F. DA SILVA E ELENIR B. DA SILVA
ANDRE AUGUSTO CORBARI
ARM TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS DE ENGENHARIA SA
BIBIANE REGINA MALLMA
CLAUDIR RAUTA
COOPERATIVA REGIONAL DE HABITAÇÃO
CLAUDINEI LUIS ALBANESE – ME
CARLOS DELLAZARI MEI
COOPERATIVA HABITACIONAL OSTE
CLAIRTON ANTONIO GELLER & CIA LTDA
CRISTIANO CAMARGO
COMERCIO DE ALIMNETOS SANTIL LTDA
CAROLINE MARIN
CLEBER VOLPATO ME
COOPERATIVA DE TRANSPORTES DE FRIOS SÃO MIGUEL
CLAUDIR AURELIO MULLER ME
COPETTI E LASAROTO LTDA ME
COOPERATIVA REGIONAL COOPERFRONTEIRA

CARMELINDO DE FREITAS NORONHA MEI
CENIRA MACHADO SOARES
CACILDA MORAES DOS SANTOS
CLEBER FRANCISCO CASTAGNA
DEVID BALDIN
DIRCEU SHAFFER
DOMINGOS FRANCISCO VEIGA
ELSON THOMAS ME
ELISIANE DA SILVA
EDER BUENO DA SILVA
ELISETTE TERESINHA
EDELAR ELANDIR SCHMIDT
EXATA RECUP. DE CREDITOS LTDA ME
ENY ESPIRITO SANTO
ELTON VICENTIN
ELITON FONTANA
ELIANDRO MARCOS DE OLIVEIRA SIMON
ELISANDRA NARA DRESCH
ELISEU LUIS HOFFMANN MEI
ELIANE CAMARGO
FABIO CRISTIANO CANTU MEI
FABIO WEINMAN
FABRICA DE VASOS SÃO MIGUEL LTDA ME
FERNANDA BRAGAGNOLO FAE
FERNANDO LUIZ DUTKIEVICZ
FLOR DE PANO MODA FASHION EIRELI
GLACI FILIPPINI
GICELI APARECIDA DOS SANTOS
GRECIANE BASSO
GEOVANDRO REINISCH EIRELI ME
GENTIL RONCATO
GLAISON IVAN DISEGNA MEI
GILMAR MOREIRA SOTELI
HOFFMANN & MAFFIOLETTI INFORMATICA E SISTEMAS LTDA
HELENA TOMAZ DA SILVA
IZANETE GONÇALVES
IRMAOS CAMERA TRANSPORTES LTDA
IVONETE ALVES DA SILVA
ITACIR WOLFART
IDEAL COM. VEREJ. DE PROD. FARM. LTDA
JOSE RODRIGUES DE MORAIS
JONAS DUARTE TEIES MEI
JESSICA CAROLINA NEUMANN
JUSSARA FATIMA RECH
JANETE TEREZINHA WATHIR PEROZZO
JOAO DOS SANTOS
JUAREZ ANTONIO SALVADOR
JOCEMAR CELESTE ZOLOTTO ME
JUREMA DE MOURA JANCZESKI
JOSE CIQUELERO
JAISSON FABIANO LAGO
JOAO PEDRO MORAES ME
JOSE PAULINHO PUTTI ME
JUSTINA SILVA DO NASCIMENTO HELER
JANE M. G. MERIGO ME
JEAN PAUL DOUCE
J&G COBR. EXTRAJUD. E INF. CADASTRAIS LTDA ME
K&C MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
LUIZ ANTONIO SILVESTRE
LORENO IVO TORAL
LONIR ANTONIO MINOZZO
LORENZINI & LORENZINI LTDA ME

LUIS WESOLOSKI
LORENZINI INDUSTRIA E TRANSP. LTDA
LANCHONETE E PANIF. PONTO DA AMIZADE LTDA ME
LUIZ FORCHESATTO
LOURDES GOMES
LUCIANE BANG ME
LEONIR PAGANINI
LENIR MARIA MARCHETTI
LUPENZZO COM. DE CONF. LTDA ME
LUCIA HAMERSCHMITT
MARIA APARECIDA SOARES
MARIA MADALENA CARVALHO DOS SANTOS
MARIA KASTERING
MECANICA E CHAPEAÇÃO KLEIN LTDA ME
JOSE MARONE KIST MEI
MARISTELA BATISTA PEREIRA DE SOUZA
MERCADO E AÇOUGUE WEBER LTDA ME
MARIA DO CARMO VARANDAS SOTTO
MARCIO JOSE MANTO
MOACYR VICENTE CATTO
MARGARETE MARLI DUMKE ME
MEYBLE CRISTINA BORTONCELLO
MOBILE COM. CEL. EQUIP. ELETRÔNICOS LTDA
MUDANÇAS E TRANSPORTES SMO LTDA
MARIA CELIA SOUTHER
MARCON REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA ME
MARILSE FATIMA TONIOLLI
MARIA MADALENA CARVALHO DOS SANTOS
MARINAVA ROSSETTI ME
MOACIR JOAO DUTRA
MOACIR TRES ME
MARCOS VALADAR DOS SANTOS
MARIA MANN SOS SANTOS
NELI TORMAN
NILTON CESAR DA SILVA MEI
OSMAR FREIDER
OESTE PERFURAÇÕES DE ROCHA LTDA
OGF CONS. AMBIENTAL E ENGENHARIA LTDA
ODAIR CORDEIRO
ORDEM ESPERITUALISTA CRISTÃ MURAJÓ DO AMANHACER
OPTIFOX INDUSTRIA E COMERCIO DE ÓCULOS LTDA ME
PEDRO REGINALDO DE ACBERNZ E FAGUNDES LTDA ME
PAULO ALBERTONI MEI
PEDRO PAULO SANTOS
PEDRO ZANELLA
PAULO SERGIO DA SILVA DE SOUZA MEI
PATHO DIG. CENT. DE DIAG. MEDICO PATOLÓGICO SS LTDA
PEDRO DELLA FLORA
PROPTICA COM. DE PRODUTOS ÓTICOS LTDA ME
PAULO CESAR ORSATTO
RICARDO ALBERTONI MEIROSANE MARILEI PEDROTTI DOS SANTOS
REPRESENTAÇÕES TOFFOLI LTDA ME
RUDINEI MACARI
ROSANE HERBERT
REGINA LOURDES BETELLA CASAGRANDE
RAQUEL GREGGIO
REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS WEBER LTDA
REFRIGERAÇÃO SÃO MIGUEL LTDA ME
SIDINEI REINKE
SILVA & VIRTES LTDA ME
SERGIO DOS SANTOS DUTRA ME
SANDREIA BATTISTI
SIQUEIRA TELECOM. E INFORMÁTICA LTDA
SADIOMAR ANTONIO DEZORDI
TOFFOLI ARQUITETURA E CONST. LTDA
TRANSPORTES BRESSA LTDA ME
TIAGO GHENO MUCHA ME
TECBAU CONSTRUTORA LTDA

TRANS BORTOLOTTO LTDA ME
TERESINHA IRIA KOJOROSKI
TRAPO FINO COUNTRY STORE LTDA ME
TEREZINHA GLECIR DA SILVA BARBOSA
TRANSPORTES RAFA LTDA ME
VALDENIR PAULA BRESSA
VINICIUS BECKER CAMPANHONI
VINICIUS ERNI PALLAS
VIDRAÇARIA KISSMANN E OLIVEIRA LTDA ME
VILMAR DA SILVA
VALMIR LUIZ MELLA ME
ALMI TEREZINHA LEHMANN SCMITZ
VALMOR KOSMANN MEI
VANESSA DALL AGNOL
VANDERLUCIO DA SILVA
VITORIO CRUZ CARDOSO
W. NUNES ME
WELYNTHON RODRIGO BABETTO
WILLIAN MARTIN LEDUR

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em 16 de dezembro de 2016.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO
Secretário da Fazenda

Seara

PREFEITURA

DECRETO Nº 1175

DECRETO Nº 1175, de 26 de dezembro de 2016

Abre créditos adicionais suplementares por excesso de arrecadação no valor de R\$ 53.699,04.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, e no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do art. 31 da Lei 1844, de 18 de novembro de 2015 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2016 – LDO e dá outras providências, e combinado com alínea “a”, do inciso IV, do art. 4º da Lei 1798 de 22 de dezembro de 2015, que Estima a Receita e Fixa a Despesa para o exercício de 2016 e com o inciso II § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64, de 17 de março de 1964,

DECRETA

Art. 1º Ficam abertos os seguintes créditos adicionais suplementares:

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Departamento de Ensino

Projeto Atividade: 2.009 Gestão das Políticas e Ações Vinculadas ao Ensino Fundamental

Modalidade: 52 – 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0004 Aplicações Diretas R\$ 11.000,00

Projeto Atividade: 2.014 Gestão das Políticas e Ações Vinculadas em Creche e Pré-Escola

Modalidade: 56 – 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0004 Aplicações Diretas R\$ 43.699,04

TOTAL
R\$ 53.699,04

Art. 2º O crédito adicional suplementar constante no artigo anterior será aberto por conta da seguinte fonte de recursos:

Fonte Financiadora: Fonte 0.1.0004 – Fundeb 60,00%
..... R\$ 53.699,04

TOTAL GERALR\$ 53.699,04

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara-SC, 26 de dezembro de 2016.

LACI GRIGOLO

Prefeita de Seara

Registra-se e Publica-se

Em 26 de dezembro de 2016

Ademir Verza

Secretário de Administração

DECRETO Nº 1176

DECRETO Nº 1176, 27 DE DEZEMBRO DE 2016

Anula saldo de empenhos não liquidados e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e nos termos do inciso X, artigo 108 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado ao Departamento de Contabilidade a realizar anulação de todos os saldos de empenhos não liquidados existentes até a data de 31 de dezembro de 2016.

Parágrafo único. Ficam excluídos do caput do presente artigo os saldos não liquidados de obras, cujos contratos encontram-se em vigor.

Art. 2º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 27 de dezembro de 2016

LACI GRIGOLO

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 27 de dezembro de 2016

Ademir Verza

Secretário de Administração

DECRETO Nº 1177

DECRETO Nº 1177, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

Homologa Resolução nº 01/2016 do Conselho Municipal de Educação – CME que desativa Escola Municipal e dá outras providências

A PREFEITA MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 108, inciso X, da Lei Orgânica do Município e nos termos do § 1º do art. 9º da Lei 1115, de 15 de novembro de 2007, que dispõe sobre a criação do Sistema Municipal de Ensino do Conselho Municipal de Educação e dá outras providências,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologa a Resolução nº 01, de 27 de dezembro de 2016 do Conselho Municipal de Educação – CME que autorizar a desativação da ENM – Escola Núcleo Municipal de Gramado, estabelecida na Comunidade de Gramado, Município de Seara-SC, para os anos letivos de 2016 à 2020, que passa a fazer parte integrante ao presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara-SC, 27 de dezembro de 2016.

LACI GRIGOLO

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 27 de dezembro de 2016

Ademir Verza

Secretário de Administração

Serra Alta

PREFEITURA

RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 014/2016-FMS

PROCESSO Nº 014/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2016

FRANCISCO ARTUR BOTH, PREFEITO MUNICIPAL DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em seu cargo e com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores, RATIFICA

RATIFICO a dispensa de licitação para a Contratação direta do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS AMOSC, com CNPJ nº: 01.336.261/0001-40, para a prestação de serviços de saúde especializados de referência e de maior complexidade a nível ambulatorial para a população do Município de Serra Alta integrante da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina – AMOSC, em conformidade com as diretrizes do SUS, assegurando o estabelecimento de um sistema de referência e contra-referência, com fundamento no Parecer Jurídico e da Comissão de Licitação, tendo como base o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações dadas pelas Leis Federais nº 8.883/94 e nº 9.648/98.

E autorizo o empenho da despesa, no valor total de R\$ 184.000,00 (Cento e oitenta e quatro mil reais) oriundos do CONTRATO DE RATEIO (manutenção) nº121/2016 no valor de R\$ 10.800,00 (Dez mil e oitocentos reais) e CONTRATO DE RATEIO (serviços) nº172/2016 no valor de R\$ 173.200,00 (Cento e setenta e três mil e duzentos reais), em favor da Empresa CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS AMOSC, cujo pagamento far-se-á em doze parcelas mensais de janeiro até dezembro/2017) com recursos próprios do orçamento vigente para o ano de 2017 no Projeto Atividade: 10.01.2.800 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde – Despesa 08- 3.3.9.3 DR 0002/ Despesa 01- 3.1.7.1 DR 0002.

Serra Alta, 27 de Dezembro de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Sombrio

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR 046/2016

LEI COMPLEMENTAR Nº 046, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ANEXOS IV, V e VI, DA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR N.º 39, DE 30 DE JUNHO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º. Os Anexos IV e V de que trata o artigo 6º, caput, e o Anexo VI do parágrafo 2º, do artigo 6º, da Lei Municipal nº 39/2015, passarão ter a redação dos Anexos IV, V e VI, parte integrantes da presente Lei.

Art. 2º. Os cargos extintos a partir da entrada em vigor da presente Lei Complementar, que estiverem ocupados por servidores com estabilidade temporária, na forma da legislação pertinente, serão extintos somente quando vagarem.

Art. 3º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Município de Sombrio - SC, 22 de dezembro de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

ANEXO IV

NOMINATA DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

GRUPOS:

DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR - CÓDIGO: DAS

DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO INTERMEDIÁRIO - CÓDIGO: DAI

Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	NÍVEL
GABINETE DO PREFEITO		
01	Chefe de Gabinete	DAS – 03
01	Coordenador do Planejamento	DAS - 03
01	Procurador	DAS – 02
01	Assessor Jurídico	DAS – 01
01	Assessor de Comunicação Social	DAS – 01
01	Coordenador da Defesa Civil	DAI – 02
01	Coordenador do PROCON	DAI – 02
SECRETARIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO		
01	Secretário de Finanças e Administração	DAS – 02
01	Gerente de Administração	DAS – 03
01	Gerente de Finanças	DAS - 03
01	Diretor de Recursos Humanos	DAI – 02
01	Diretor de Serviços Administrativos	DAI – 02
01	Diretor de Contabilidade	DAI – 02
01	Diretor de Arrecadação e Tributação	DAI - 02
01	Diretor de Fiscalização	DAI - 02
01	Chefe de Secretaria Geral	DAI– 01
01	Chefe de Controle e Patrimônio	DAI– 01

01	Diretor de Compras	DAI – 02
01	Diretor de Finanças	DAI – 02
01	Chefe de Licitações e Contratos	DAI – 01
01	Chefe de Setor de Empenhos	DAI – 01
01	Chefe de Cadastro	DAI – 01
SECRETARIA DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS		
01	Secretário de Obras, Infraestrutura e Serviços Urbanos	DAS – 02
01	Gerente de Obras	DAS – 03
01	Diretor de Obras e Infraestrutura	DAI – 02
01	Diretor de Serviços Urbanos	DAI – 02
01	Diretor de Trânsito	DAI – 02
01	Diretor de Estradas e Rodagens	DAI – 02
01	Chefe do Setor de Serviços Gerais	DAI – 01
01	Chefe do Setor de Manutenção de Veículos	DAI – 01
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		
01	Secretário de Educação, Cultura e Esportes	DAS – 02
01	Gerente de Educação	DAS – 03
01	Diretor Administrativo da Educação	DAI – 02
01	Chefe de Assessoramento de Informática	DAI – 01
01	Chefe de Administração de Educação Infantil	DAI – 01
01	Chefe de Administração do Ensino Fundamental	DAI – 01
01	Diretor de Orientação Pedagógica	DAI – 02
01	Diretor de Assessoria Técnica Administrativa	DAI – 02
01	Diretor de Transporte Escolar	DAI – 02
01	Diretor de Merenda Escolar	DAI – 02
01	Gerente de Esporte	DAS – 03
01	Diretor de Esporte	DAI – 02
01	Gerente de Cultura e Eventos	DAS – 03
01	Diretor de Cultura e Eventos	DAI – 02
SECRETARIA DE SAÚDE, DIREITOS SOCIAIS E CIDADANIA		
01	Secretário Municipal de Saúde, Direitos Sociais e Cidadania	DAS – 02
01	Gerente de Serviços Administrativos da Saúde	DAS – 03
01	Gerente de Controle, Avaliação, Auditoria e Planejamento em Saúde	DAS – 03
01	Gerente de Transp., Controle e Suprimentos de Materiais e Manutenção	DAS – 03
01	Gerente de Serviços de Saúde Bucal	DAS – 03
01	Diretor Administrativo da Saúde	DAI – 02
01	Diretor de Vigilância Sanitária	DAI – 02
01	Diretor de Prevenção e Erradicação de Doenças Infecto-Contagiosas	DAI – 02
01	Chefe de Atendimento de Serviços Especializados	DAI – 01
01	Chefe de Serviços Administrativos da Saúde	DAI – 01
01	Chefe de Atendimento e Protocolo	DAI – 01
01	Gerente do Desenvolvimento Social e Ação Comunitária	DAS – 03
01	Diretor da Criança e do Adolescente	DAI – 02
01	Chefe Administrativo da Criança e do Adolescente	DAI – 01
01	Diretor de Grupos Sociais e Ação Comunitária	DAI – 02
01	Diretor de Assessoria Técnica	DAI – 02
01	Coordenador do CEAC	DAI – 02
01	Coordenador do Cadastro Único	DAI – 01
SECRETARIA DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE		
01	Secretário de Agricultura, Desenvolvimento Econômico e M. Ambiente	DAS – 02
01	Diretor de Serviços de Apoio à Agricultura	DAI – 02
01	Chefe de Serviços de Apoio à Agricultura	DAI – 01
01	Diretor de Extensão Rural	DAI – 02
01	Gerente do Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente	DAS – 03
01	Diretor de Indústria e Comércio	DAI – 02
01	Diretor de Turismo	DAI – 02
01	Diretor de Desenvolvimento da Pesca e Preservação Ambiental	DAI – 02

ANEXO V

TABELA DE SUBSÍDIOS/VENCIMENTOS DOS CARGOS COMISSIONADOS

QUANTIDADE	DENOMINAÇÃO	NÍVEL	REMUNERAÇÃO R\$
------------	-------------	-------	--------------------

05	Secretário	DAS – 02	Lei Inic. Câmara
01	Chefe de Gabinete	DAS – 03	4.246,22
01	Coordenador do Planejamento	DAS – 03	4.246,22
12	Gerente	DAS – 03	4.246,22
01	Procurador Jurídico	DAS – 02	7.125,89
02	Assessor	DAS – 01	3.184,66
29	Diretor	DAI – 02	2.717,08
15	Chefe	DAI – 01	1.769,26
01	Coordenador do Cadastro Único	DAI – 01	1.769,26
01	Coordenador do CEAC	DAI – 02	2.717,08
01	Coordenador da Defesa Civil	DAI – 02	2.717,08
01	Coordenador do PROCON	DAI – 02	2.717,08

OBS: Remuneração com valores atualizados até março de 2016, inclusive.

ANEXO VI

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS COMISSIONADOS

Valores praticados em março de 2016

QTDE	ESPECIFICAÇÃO	NIVEL	VALOR R\$	ATRIBUIÇÕES
01	Chefe de Gabinete	DAS – 03	4.246,22	Coordenação de procedimentos administrativos atinentes ao Gabinete do Prefeito e suas assessorias; Operacionalizar a captura e remessa de informações gerenciais solicitadas pelo Chefe do Poder Executivo; Informar os órgãos da Administração Municipal acerca de decisões administrativas, agendamentos e atos de ordem institucional; Gerir os processos de agendamento das atividades do Gabinete do Prefeito e cumprir com as atribuições previstas em leis e regulamentos atinentes ao setor; Registrar requerimentos e solicitações de pessoas físicas e jurídicas, de interesse social e institucional; Zelar pelo patrimônio público disponibilizado ao Gabinete do Prefeito.
01	Coordenador do Planejamento	DAS- 03	4.246,22	Coordenação executiva e operacional das ações do planejamento estratégico, da elaboração do Plano Plurianual e legislação orçamentária pertinente; Coordenação gerencial e funcional dos servidores e técnicos colocados à disposição dos serviços de planejamento; Proposição de programas e políticas públicas para o atendimento das ações das secretarias de governo, fundos municipais e autarquia; Proposição de ações administrativas para o incremento de receitas próprias e elaboração de projetos, em parceria com os órgãos de gestão interna, para a captação de recursos; Outras, de natureza administrativa e funcional, determinadas pelo Chefe do Poder executivo.
12	Gerente	DAS – 03	4.246,22	Coordenação gerencial de procedimentos administrativos e operacionais da área de atuação; Gerenciamento funcional e hierárquico dos servidores lotados na secretaria pertinente; Execução de atribuições designadas pelo secretário da pasta e prestar-lhe contas; Responder técnica e administrativamente pelos processos atinentes; Zelar pelo patrimônio público disponibilizado à sua área de atuação.
01	Procurador Jurídico	DAS – 02	7.125,89	Representação do município judicial e extrajudicial, na forma da legislação pertinente; Assessoramento Jurídico dos órgãos municipais, dos assuntos do Gabinete do Prefeito e dos Secretários Municipais sobre assuntos de interesse público; Gerenciamento funcional e hierárquico dos servidores lotados na Procuradoria; Controle de processos judiciais e execuções de qualquer natureza de interesse do Município
02	Assessor	DAS – 01	3.184,66	Assessoramento em atividades específicas das áreas de Comunicação Social, Assessoria Jurídica e Assessoria Especial dos assuntos do Gabinete do Prefeito; Programação e execução de serviços e atividades de interesse público em conjunto com os órgãos de governo; Coordenação funcional de procedimentos operacionais atinentes a sua área de assessoramento;

29	Diretor	DAÍ - 02	2.717,08	Coordenação funcional de procedimentos administrativos e operacionais do departamento de sua atuação; Gerenciamento funcional e hierárquico dos servidores lotados no departamento; Execução de atribuições designadas pelo superior hierárquico e prestar-lhe contas; Responder técnica e administrativamente pelos processos atinentes; Zelar pelo patrimônio público disponibilizado ao departamento.
14	Chefe	DAÍ - 01	1.769,26	Coordenação funcional de procedimentos administrativos e operacionais da Seção; Gerenciamento funcional e hierárquico dos servidores lotados na seção; Execução de atribuições designadas pela Chefia de Departamento ou superior hierárquico e prestar-lhe contas; Responder técnica e administrativamente pelos processos atinentes; Zelar pelo patrimônio público disponibilizado à seção.
01	Coordenador do Cadastro Único	DAÍ - 01	1.769,26	Coordenação funcional de procedimentos administrativos e operacionais dos cadastros do sistema de proteção social do município; Execução de atribuições designadas pela Chefia de Departamento ou da diretoria correspondente e prestar-lhe contas; Responder técnica e administrativamente pelos processos atinentes; Zelar pelo patrimônio público disponibilizado aos serviços de sua atribuição.
01	Coordenador do CEAC	DAÍ - 02	2.717,08	Coordenação funcional de procedimentos administrativos e operacionais dos serviços de atendimento à criança; Gerenciamento funcional e hierárquico dos servidores lotados no CEAC; Execução de atribuições designadas pelo superior hierárquico e prestar-lhe contas; Responder técnica e administrativamente pelos processos atinentes; Zelar pelo patrimônio público disponibilizado aos serviços do CEAC.
01	Coordenador da Defesa Civil	DAÍ - 02	2.717,08	Coordenação funcional das ações da Defesa Civil no atendimento e na prevenção de desastres, situações de emergência e de calamidades. Gerenciamento funcional e hierárquico dos servidores e voluntários a serviço da Defesa Civil. Coordenação da elaboração de relatórios, registros e demais procedimentos pertinentes. Prestar informações e encaminhar procedimentos estabelecidos pela defesa Civil do Estado. Zelar pelo patrimônio público disponibilizado aos serviços da Defesa Civil.
01	Coordenador do PROCON	DAÍ - 02	2.717,08	Coordena as atividades dos serviços de proteção ao consumidor, na forma da legislação pertinente. Coordena a elaboração e execução de campanhas de interesse social e de cidadania. Prestar informações e encaminhar procedimentos estabelecidos pelos órgãos públicos de defesa do consumidor. Zelar pelo patrimônio público disponibilizado aos serviços do PROCON.

LEI 2301/2016

0

LEI Nº 2301, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.**APROVA O PLANO MUNICIPAL DE CULTURA E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor **Zênio Cardoso**, no exercício de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Fica aprovado o Plano Municipal de Cultura (PMC), constante do documento anexo, com duração de 10 (dez) anos.

Art. 2º. A partir da vigência desta Lei, o Município de Sombrio deverá, com base no Plano Municipal de Cultura, elaborar planos decenais correspondentes.

Art. 3º. O Poder Legislativo, por intermédio das comissões afins, acompanhará a execução do Plano Municipal de Cultura.

Art. 4º. O Município, através do Conselho Municipal de Política Cultural, acompanhará e opinará sobre a execução e implementação de projetos ou programas estratégicos programados pela Fundação Cultural de Sombrio.

Art. 5º. Cabe ao Conselho Municipal de Política Cultural coordenar o processo de avaliação setorial a cada dois anos e avaliação geral do Plano Municipal de Cultura, a cada 5 (cinco) anos.

Art. 6º. O Plano Plurianual do Município de Sombrio será elaborado de modo a dar suporte às metas constantes do Plano Municipal de Cultura e dos respectivos planos decenais.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Sombrio, 22 de dezembro de 2016.

Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

1

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO

PLANO MUNICIPAL DE CULTURA DE SOMBRIO - SC

Sombrio, novembro de 2016.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Valmir Daminelli

Vice-Prefeito

Rosângela Garcia Margute

Gerente de Cultura

Conselho Municipal de Política Cultural

Presidente : **Rosângela Garcia Margute**

1º Vice: **Marcia Regina Da Silva Coelho**

2º Vice: **Creice Pereira Bristot**

1º Secretário : **Graziela Caetano Da Rosa**

2º Secretário : **Queli Tais Pereira Medeiros**

1º Tesoureiro : **Ricardo Davi Ayres**

2º Tesoureiro : **Lutiane Espelocim De Lima**

Suplentes: **Clair Hahn Fermiano**

Zená Pereira De Souza

Marinei Gomes Santos

Conselho Fiscal: **Marielis Matheus Tavares**

Diana Schirlei De Souza

3

Ana Maria da Silva Claudino



J.L. DA SILVEIRA BATISTA - ME

Jaime Luis da Silveira Batista

Empresário e Coordenador da Equipe Técnica

Odécia Almeida de Souza

Historiadora – Equipe Técnica

Sibeli Cardoso Borba Machado

Historiadora – Equipe Técnica



GESTÃO 2014

Evandro Scaini

Presidente

Zênio Cardoso

Vice- Presidente

GESTÃO 2015

Antônio João de Fáveri

Presidente

Eclair Alves Coelho

Vice- Presidente

Cristiane Tonetto Biléssimo

Coordenadora de Turismo e Cultura

*A*presentação

Com base na dimensão da transversalidade da Cultura, a Administração Pública Municipal de Sombrio implantou legalmente no ano de 2014 o Sistema Municipal de Cultura, que tem a missão de garantir, ampliar e universalizar os direitos culturais dos cidadãos previstos na Constituição Federal, na perspectiva do desenvolvimento social e humano.

Uma das ações previstas na Lei do Sistema Municipal de Cultura Nº 2191/14 é a elaboração do Plano Municipal de Cultura. Ação que também está institucionalizada pela Lei Federal nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, que institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, em seu artigo terceiro, parágrafos § 2º e § 3º esta lei explicita que a vinculação dos Estados, Distrito Federal e Municípios às diretrizes e metas do Plano Nacional de Cultura far-se-á por meio de termo de adesão voluntária, na forma do regulamento. Os entes da Federação que aderirem ao Plano Nacional de Cultura deverão elaborar os seus planos decenais até um ano após a assinatura do termo de adesão voluntária.

Deste modo, o município de Sombrio apresenta seu Plano Municipal de Cultura que estabelece princípios, objetivos, ações e metas para o desenvolvimento cultural do município para dez anos (2016 a 2026), e foi construído com base em discussões ocorridas nas Conferências Municipais e Estaduais de Cultura e consolidadas no Conselho Municipal de Política Cultural (CNPC) durante os anos de 2013, 2014 e 2015. Por isso, o PMC reflete anseios e demandas de todo o município, com respaldo do poder público e da sociedade civil.

O intuito da Administração Municipal é estimular um debate entre os participantes da diversidade cultural: cidadãos, artistas, representantes de culturas tradicionais e populares, produtores, gestores culturais e consumidores de cultura. Um debate sobre instrumentos de planejamento que permitam ampla participação social na elaboração e na execução de políticas públicas.

A finalidade do Plano de Cultura é de planejar programas, projetos e ações culturais que valorizem, reconheçam, promovam e preservem a diversidade cultural existente no município e na região. E, desta forma, assegurar a continuidade das políticas para além das gestões governamentais.

Para a construção do Plano Municipal de Cultura, muitas pessoas foram envolvidas, incluindo-se profissionais de órgãos públicos como da Prefeitura e a Câmara Municipais, mas prioritariamente foi elaborado com a participação da sociedade civil. Assim, este Plano é resultado de um esforço conjunto e que revela, antes de tudo, desde os anseios

mais simples da sociedade às estratégias e possibilidades do poder público, que orientarão a execução e direcionamentos das políticas públicas de cultura para este município.

O presente trabalho objetiva elencar, da maneira mais clara e coerente cabíveis, as possibilidades e as potencialidades culturais da comunidade sombriense.

A compilação terá início com um diagnóstico do que até aqui foi materializado em termos de ações desenvolvimentistas referentes ao seguimento social aqui contemplado.

Esse panorama apresentado indica as potencialidades culturais do município, bem como trata de relaciona-las sob a perspectiva de uma aproximação de propósitos com os valores e potencialidades econômicos mais proeminentes do mesmo.

Assim sendo, é mister relacionar este potencial cultural local evidenciando a materialidade e imaterialidade patrimonial sombriense. Essa tarefa primordial é consolidada então, no formato das produções artístico-culturais da gente sombriense, segmentadas em seus vários ramos de atuação, tais como a literatura, o artesanato, a música ou nosso conjunto arquitetônico mais característico.

Segue o presente destacando a “importância fundamental” de se criar um aparato legal e adequado à execução deste Plano Municipal de Cultura.

Relacionar objetivos, metas e diretrizes em conformidade com o ofício pretendido é, portanto, uma necessidade existencial do mesmo.

Gestar todo o melindroso processo que aqui se descreve é outra mediada pontual a ser referida. Isto será explicitado por intermédio de um conjunto de informações que de conta de indicar a feição do Sistema Municipal de Cultura, além de como implantá-lo, e ainda dar conta de indicar a forma de capacitação do gesto/operador da “empreitada cultural” aqui posta.

Adiante relacionadas serão as medidas possíveis, suficientemente capazes de atender tal demanda. Uma atenta observação dos verbos de ação delinearão os acertados passos desta caminhada. Igualmente substantivos fundamentais, tais como sustentabilidade, equilíbrio, consonância, turismo, economia, fomento, estruturação e acessibilidade agregarão valor às flexões verbais indicadas como pertinentes à feitura desse Plano.

Segue o presente informando o caráter um universal de acessibilidade que o congrega e o contempla. Esta possibilidade ampla de acessar o sistema será melhor explicitada na forma de editais, por sua vez, estes serão as cartilhas informativas de como “buscar” os recursos que o sistema, em sua integralidade, oferta.

Indicados serão também os recursos materiais (humanos/financeiros) cuja pertinência seja apontada, como também serão informados os mecanismos e fontes de

financiamento de todo o sistema.

Por fim, o plano avaliação, vigilância e construir, dentro da realidade



indicará a forma sistemática de monitoramento daquilo que se projetou cultural de Sombrio.

*P*alavras da Coordenadora de Turismo e Cultura da AMESC

No ano de 2015 completo 10 anos de trabalho na Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense, tenho aprendido diariamente ao longo destes anos, eu sempre acreditei no desenvolvimento turístico da região Caminho dos Canyons. Nesta caminhada com o tempo fui percebendo que era impossível tratar de turismo sem sistematizar as áreas culturais dos municípios, tratei de articular todas as estratégias possíveis para coordenar o fortalecimento regional integrado do turismo e da cultura na AMESC.

Especificamente neste dois anos de trabalho para a implementação dos Sistemas Municipais de Cultura que nos foram possibilitados pelas gestões de presidência do prefeito Evandro Scaini e do prefeito Antônio João de Fáveri, o objetivo da AMESC foi munir os gestores culturais de capacitação e assessoria para um processo eficiente e coerente de implantação dos SMCs, ou seja, não buscamos dar “receitas prontas” e sim ensinar a construí-las. Alguns gestores souberam aproveitar as oportunidades e produziram um processo de planejamento participativo e democrático.

A AMESC buscou oferecer os instrumentos e mecanismos necessários de forma igualitária para cada município realizar seu planejamento cultural para os próximos 10 anos. Porém, é preciso ter clareza que esse processo não se encerra por aqui, com a entrega deste material, porque é necessário dar continuidade no processo de inventariação e diagnóstico situacional da cultura em cada município e validação deste plano junto a sua população, assim como é preciso atualizá-lo e reformulá-lo constantemente, pois, do contrário será só mais um “plano de gaveta”, sem nenhuma ação efetiva e enriquecedora para o fortalecimento das áreas culturais.

Reforço que o cumprimento das metas e ações destes planos dependem principalmente dos gestores e atores culturais que conduzirem, monitorarem e fiscalizarem a

8

sua execução. Se houver acomodação e falta de comprometimento, as políticas públicas previstas não se efetivarão.

Sabemos que infelizmente algumas áreas, como por exemplo a cultura, ainda não são prioritárias para alguns administradores, mas, para mudar esta realidade é preciso “vestir” literalmente a “camisa da cultura” e provar que ela é parte integrante e indispensável do desenvolvimento do Estado, e que este, tem o compromisso de garantir com que os direitos culturais previstos na Constituição Federal de 1988 sejam cumpridos.

Coloco-me a disposição como Coordenadora de Cultura e Turismo da AMESC, para contribuir com a execução destes planos, buscando novas capacitações, informações e parcerias que venham a somar e tornar cada vez mais a região “Caminho dos Canyons” referência de Gestão Pública Cultural.

Cristiane Biléssimo

Coordenadora de Turismo e Cultura da AMESC

*P*alavras do Prefeito



O município de Sombrio vem trabalhando na cultura local contemplando diferentes argumentos preconizados pela Rede de Integração Cultural de Santa Catarina, com o objetivo de efetivar sua prática nos parâmetros da contemporaneidade.

Os argumentos definem o papel da cultura de forma a envolver diversos aspectos do dorso que a compõe: o argumento da totalidade que refere-se à própria construção histórica do município reunindo resultados e conhecimento humanos; o argumento da finalidade que configura-se na ação do gestor cultural em promover, desenvolver as atividades artísticas-culturais, resgatando-as e protegendo o patrimônio cultural com vistas no desenvolvimento social e humano das comunidades. O argumento da transversalidade, que alcança o patamar de uma gestão pública de cultura enquanto instrumento de ação do poder público, promovendo melhoria da qualidade de vida da população, contribuindo com o desenvolvimento econômico. O argumento do processo criativo que ultrapassa criadores e artistas para centrar suas ações também na comunidade, respondendo a uma necessidade social. O argumento do crescimento humano por meio de atividades de lazer e de entretenimento, expandindo as capacidades humanas, a criatividade, a criticidade a elevação da autoestima pelo reconhecimento. O argumento da democracia com a aquisição de direitos: expressão cultural, acesso aos bens culturais, à memória cultural, correspondendo aos preceitos da cidadania. O argumento do desenvolvimento econômico, que enquanto cultura fundamenta no setor terciário da economia, passando a configurar-se em um fator e uma condição de desenvolvimento.

Desse modo, o município de Sombrio, busca de forma incessante atingir a estes argumentos alcançando em maior ou menor proporção delinear suas ações dentro destes. Já

10

efetiva-se um significativo percentual de ações da gestão cultural local, que, por meio de oficinas, eventos, resgate e promoção da história e do aspecto social, tem alcançado importantes respostas das comunidades envolvidas. Tem se buscado a superação das dificuldades, possibilitando ações que culminem em efetividade a objetivos elencados.

O município visa alcançar a integração das comunidades, promover situações e atitudes que correspondam ao intuito de abranger a fatia de artistas, criadores, multiplicadores e outros já associados às artes, mas também incorporar a cultura como elemento do cotidiano a todo cidadão. Entende-se que se a cultura não chegar a todos os lares como componente essencial à vida da comunidade ela não terá razão de ser.

Prefeito de Sombrio
Zênio Cardoso

***P**alavras da Gestora Municipal*



Cultura é uma palavra que na língua Latina era usada para se referir ao cultivo, a agricultura. Atualmente esta palavra comporta muitos significados, incluindo o conhecimento, a arte, as crenças, a lei, a moral, os costumes e todos os hábitos e aptidões adquiridos pelos homens em suas relações com as sociedades e o meio onde vive.

Como Gestora Cultural estou buscando constantemente novos métodos para trabalhar e divulgar a Cultura do município de Sombrio, com apoio do prefeito Zênio Cardoso que vem investindo e fortalecendo as atividades desenvolvidas na Casa da Cultura e Ponto de Cultura Açor Sul Catarinense, espaço este que é aberto para as pessoas que gostam e participam das atividades culturais oferecidas pelo Município.

Temos o Conselho Municipal de Cultura em funcionamento, e realizamos na Casa da Cultura projetos como: Som, Voz e Harmonia, Grupo de Dança Ágape e Grupo Açor Sul Catarinense que cada vez mais estão fortalecidos. No município existem diferentes grupos e artistas, artesãos que manifestam suas artes e produções na região e no Estado, como por exemplo o Grupo Pacheco e os Corais.

Na Casa da Cultura são oferecidas várias oficinas e isso tem sido de grande valia para a comunidade sombriense, pois as pessoas buscam aprimoramento cultural, físico, mental e intelectual. É um local para organizar e valorizar o potencial dos artistas de Sombrio, acredito que esse espaço além de abrir portas para muitos profissionais, também faz uma enorme diferença na sociabilidade das pessoas devido a integração, a alegria, o comprometimento, o aconchego que proporciona promovendo assim uma melhor qualidade de vida.

Além disso realizamos bienalmente o Arraial Fest, (Festa Cultural, de negócios e entretenimento), apoiamos os escritores na divulgação de suas obras, os grupos folclóricos e

12

artesões que precisam de espaço para divulgar seus trabalhos.

Em 2013 organizamos o Seminário de Cultura, onde foram reunidos muitos atores e gestores culturais e iniciamos a implantação do Sistema Municipal de Cultura.

Hoje estamos elaborando o Plano Municipal de Cultura (PMC) que se constitui como um plano de políticas públicas com diretrizes, metas e objetivos dos segmentos culturais para os próximos dez anos.

Saliento que o PMC é uma ferramenta importante e indispensável que garante a inserção do município de Sombrio no Sistema Nacional de Cultura. Suas principais demandas são: sistematizar os programas e ações das políticas públicas para a cultura do município; elencar um conjunto de ações futuras e proporcionar aos cidadãos a oportunidade de participar cada vez mais e em melhores condições da vida cultural e artística do município.

Gerente de Cultura de Sombrio

Rosângela Garcia Margute

13

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Núcleos terciários de colonização açoriana surgidos após - 1880, em Santa Catarina, resultantes da expansão dos descendentes de açorianos.....	30
Mapa 2: Interativo de Santa Catarina	Erro! Indicador não definido.
Mapa 3: Município de Sombrio.....	Erro! Indicador não definido.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Aspectos gerais e históricos do município de Sombrio.....	36
--	----

14

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 População total de Sombrio, no período de 1980 a 2010.....**Erro! Indicador não definido.**

15

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Tridimensionalidade da Cultura.....	20
Figura 2: Estrutura do Sistema Nacional de Cultura	21
Figura 3 Bandeira de Sombrio.....	38
Figura 4: Brasão de Sombrio.....	39
Figura 5: Vista frontal antes e depois da igreja Santo Antônio de Pádua.	59
Figura 6: Busto de Padre João Reitz, na praça da matriz.	59
Figura 7: Grupo Açor Sul Catarinense	66
Figura 8: Pedra dos Santos Mota.....	67
Figura 9: Furnas de Sombrio	85
Figura 10: Morro da Moça.....	86

SUMÁRIO

<i>Apresentação</i>	4
<i>Palavras do Prefeito</i>	9
<i>Palavras da Gestora Municipal</i>	11
1 O PLANO MUNICIPAL DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE SOMBRIO.....	17
1.1 INTRODUÇÃO.....	19
1.2 CONCEITOS E DISCUSSÕES SOBRE CULTURA E CULTURA POPULAR.....	19
1.3 A IMPORTÂNCIA DO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA	253
1.4 CONCEPÇÃO DE POLÍTICA CULTURAL	24
2 SOBRE A REGIÃO E O MUNICÍPIO	275
2.1 POVOAMENTO VICENTISTA E AÇORIANO EM SANTA CATARINA	28
2.2 IMIGRAÇÃO EUROPEIA EM SANTA CATARINA A PARTIR DO SÉCULO XIX.....	29
2.3 HISTÓRICO DO MUNICÍPIO	30
2.3.1 Gentílico.....	34
2.3.2 Formação Administrativa	34
2.3.3 Dados Gerais do município.....	36
2.3.4 Símbolos.....	37
2.3.4.1 Bandeira	Erro! Indicador não definido.
2.3.4.1.1 Cores da Bandeira	38
2.3.4.1.2 Significado do Brasão do Município de Sombrio	39
2.3.4.2 Hino do Município	40
2.3.4.2.1 Letra do Hino de Sombrio	40
2.3.5 Legislação do Município	39
2.3.5.1 Lei de criação do Município	39
2.3.5.2 Lei de Criação do Departamento de Cultura.....	39
2.3.5.3 Lei de Criação do Sistema Municipal de Cultura	Erro! Indicador não definido.
2.3.5.4 Outras leis ou decretos com temas relacionados a cultura.....	420
2.3.5.4.1 Capítulo específico da Lei Orgânica que trate sobre a Cultura	420
2.3.5.4.2 Lei que dispõe sobre a preservação do patrimônio natural e cultural do Município de Sombrio.....	43
2.3.5.4.3 Item do Plano Diretor que trata do Patrimônio Cultural/Material	43

	17
2.4 DADOS GEOGRÁFICOS	44
2.4.1 Principais distâncias	Erro! Indicador não definido.
2.4.2 Área Física.....	45
2.5 DADOS ECONÔMICOS.....	Erro! Indicador não definido.
2.6 DADOS POPULACIONAIS.....	47
3 DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DA CULTURA NO MUNICÍPIO	48
3.1 O PATRIMÔNIO CULTURAL.....	52
3.1.1 Patrimônio Cultural Material	575
3.1.1.1 Arquitetura Religiosa	586
3.1.1.2 Monumentos	59
3.1.1.3 Espaços Culturais.....	61
3.1.1.3.1 Video Locadoras	64
3.1.1.3.2 Lan Hause	64
3.2 O PATRIMÔNIO IMATERIAL	64
3.2.1 Manifestações Folclóricas	65
3.2.1.1 Grupo Açor Sul Catarinense	65
3.2.1.2 Prêmio Cultura Popular - 100 anos de Mazzaropi	67
3.2.1.3 Terno de reis do Grupo Pacheco	68
3.2.2 Memória dos lugares	Erro! Indicador não definido.
3.2.2.1 Furnas de sombrio.....	85
3.2.2.2 Morro da Moça	86
3.2.3 Celebrações Religiosas	88
3.2.4 Festas	89
3.2.5 Religiões e igrejas presentes no município	93
3.2.6 Centros de Estudo.....	97
4 A GESTÃO PÚBLICA DA CULTURA: DESAFIOS E ENFRENTAMENTOS.....	98
4.1 PATRIMÔNIO CULTURAL: Inter-relação entre a dimensão Material e Imaterial	98
5 DIRETRIZES E PRIORIDADES.....	99
6 METAS E AÇÕES	99
7 RESULTADOS E IMPACTOS ESPERADOS.....	112
7.1 RECURSOS MATERIAIS HUMANOS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS E NECESSÁRIOS	113
7.2 MECANISMOS E FONTES DE FINANCIAMENTO	113
7.3 INDICADORES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	114

18

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 114

1 O PLANO MUNICIPAL DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE SOMBRIO

1.1 INTRODUÇÃO

A sociedade é o resultado de processos culturais, ou seja, da construção humana. A compreensão da sociedade somente é possível se nos referirmos a agrupamentos humanos específicos cada um com sua cultura, sua visão de humanidade e de mundo.

É por meio da cultura que o indivíduo formará sua **escala de valores**, sua visão do mundo; sua relação com a sociedade e com o ambiente, definindo o referencial para o **contrato social**, feito por **regras legais ou morais**, que determinará a maneira de agir de uma pessoa ou de uma coletividade.

A cultura abrange todas as esferas da atividade humana, das relações sociais às técnicas de produção e de trabalho, da moral à religião, da linguagem às artes, dos hábitos e costumes ao imaginário, da ciência à filosofia. Nesta perspectiva, podemos considerar que existem muitas “culturas” que construídas historicamente reúnem todos os resultados das experiências humanas e todo o conhecimento humano.

Dimensão Simbólica: É relacionada à capacidade de criar e simbolizar da humanidade, dando uma amplitude universal aos direitos do homem como ser, individual e coletivo.

Dimensão Cidadã: Assegura a produção e o acesso aos bens universais, como também, o direito à participação, ao acompanhamento e fiscalização na execução das políticas culturais, para que haja anuência nas decisões do poder público e sociedade.

Dimensão econômica: Organização de cadeias produtivas haja em vista que a cultura é um dos segmentos que mais cresce no mundo, sendo um dos principais fatores de desenvolvimento econômico e social; Coloca a cultura como fonte imprescindível da nova economia.

A cultura como elemento fundamental para a humanização. Portanto, o crescimento econômico deve estar associado à identidade e à diversidade das comunidades envolvidas.



Figura 1: Tridimensionalidade da Cultura
Fonte: SNC

Com base nestes conceitos e na dimensão da tridimensionalidade da Cultura, a Administração Pública Municipal procede a criação e implantação do Sistema Municipal de Cultura, que terá a missão de garantir, ampliar e universalizar os direitos culturais dos cidadãos previstos na Constituição Federal, na perspectiva do desenvolvimento social e humano.

Considerando para isso as determinações do Artigo 216-A da Constituição Federal que estabelece em função da criação do Sistema Nacional de Cultura, que os Estados e Municípios deverão organizar seus respectivos Sistemas de Cultura em leis próprias, obedecendo às estruturas definidas no Sistema Nacional:

§ 2º Constitui a estrutura do Sistema Nacional de Cultura, nas respectivas esferas da Federação:

- I - órgãos gestores da cultura;
- II - conselhos de política cultural;
- III - conferências de cultura;
- IV - comissões intergestores;
- V - planos de cultura;
- VI - sistemas de financiamento à cultura;
- VII - sistemas de informações e indicadores culturais;
- VIII - programas de formação na área da cultura; e
- IX - sistemas setoriais de cultura.

O Sistema Nacional de Cultura (SNC) é um instrumento de gestão compartilhada

de políticas públicas de cultura entre os entes federados e a sociedade civil. Seu principal objetivo é fortalecer as políticas culturais da União, Estados, Distrito Federal e municípios por meio de institucionalização e ampliação da participação social para promover desenvolvimento humano, social e econômico, com pleno exercício dos direitos culturais e amplo acesso a bens e serviços culturais.

É uma estrutura que integra, articula e organiza a gestão cultural, aproximando as três esferas de governo e a sociedade civil.



Figura 2: Estrutura do Sistema Nacional de Cultura
Fonte: SNC

1.2 CONCEITOS E DISCUSSÕES SOBRE CULTURA E CULTURA POPULAR

Em um país tão grande como o Brasil sabemos que existiram e existem diferentes formas de viver, sentir e fazer cultura, diante de toda esta diversidade. Neste contexto, inicialmente busca-se refletir sobre a concepção antropológica de cultura apresentada por Brandão, o autor enfatiza que a cultura está no que nós fazemos ao transformarmos as coisas da natureza em objetos da cultura, por meio do nosso trabalho. Ela se manifesta em tudo o que nós nos transformamos ao criarmos as nossas próprias formas simbólicas e reflexivas de convivermos uns com os outros. (BRANDÃO 2008, p. 31).

Brandão (2008) destaca que nós estamos acostumados a atribuir qualidades às diferentes culturas humanas, porém ele justifica que as culturas humanas são diferentes e essa

diversidade não deve gerar desigualdades, pois, geralmente, tomamos modelos comparativos, tendo como referência a nossa própria cultura, e isso faz com que diante das diversas manifestações culturais, o nosso olhar muitas vezes seja de estranhamento.

No entanto, precisamos compreender que as diferentes formas de produção cultural são variações das sociedades, e devemos respeitá-las e problematizá-las, entendendo as dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais que estão intrínsecas nos produtos e principalmente, nos produtores culturais.

A partir desta concepção de cultura, cabe-nos reflexões sobre o conceito de Cultura Popular. Santos (1986) apresenta uma reflexão sobre a trajetória histórica deste conceito, reforçando a definição de que a Cultura Popular sempre esteve contraposta a existência de uma cultura de elite: a cultura erudita.

Arantes (1988) destaca que para muitos pesquisadores as manifestações culturais “tradicionais” são como resíduo da cultura “cultura” de outras épocas, filtrada ao longo do tempo pelas sucessivas camadas da estratificação social.

Outros autores tratam desta dualidade contraditória em relação ao conceito de cultura popular, citando que a vertente folclorista busca eternizar a cultura popular como tradição que deveria ser cristalizada em seu tempo e espaço. Neste viés, a cultura popular se converteria em um passado inarredável, completo, no presente. (ARANTES, 1988. p. 17).

No livro *Cultura Popular no Brasil* os autores conceituam cultura popular como sinônimo de cultura do povo, uma prática própria de grupos subalternos da sociedade. Entretanto estes autores problematizam a visão da cultura popular tratada como algo pitoresco, arcaico, anacrônico, inculto. Enfim algo superado e em estado de deterioração. (AYALA e AYALA, 2002, p. 10).

Partindo desse pressuposto, pode-se dizer que o meio rural é considerado o local privilegiado desta cultura considerada popular, devido à suposição de que o homem do campo seria mais conservador, tradicional, ingênuo, rude e inculto, atributos tidos por muitos como caracterizadores do folclore. E, assim, os folcloristas na década de 1950 no Brasil viam a modernização e a urbanização das cidades como uma ameaça ao desaparecimento das tradições populares que para eles só sobreviveriam em um ambiente “isolado e atrasado”. Por isso, ocorreram alguns movimentos nesta época para registrar e preservar estas tradições. (AYALA e AYALA, 2002, p.18).

ARANTES (1988) contribui com esta reflexão afirmando que pensar a “cultura popular” como sinônimo de “tradição” é reafirmar constantemente a ideia de que a sua *Idade*

de Ouro deu-se no passado. Em consequência disso, as sucessivas modificações que necessariamente passaram esses objetos, concepções e práticas não podem ser compreendidas, senão como empobrecedoras. Aquilo que se considera como tendo tido vigência plena no passado só pode ser interpretado, no presente, como curiosidade.

Contrapondo-se a ideia de cultura popular apenas como tradição, Canclini (2000), salienta que atualmente as culturas camponesas e tradicionais já não representam a parte majoritária da cultura popular. As tradições se reinstalam mesmo além das cidades em um sistema interurbano e internacional de circulação cultural.

Para Canclini (2000), essa preocupação dos folcloristas com a conservação costuma vir acompanhada da noção de folclore como um conjunto de objetos, de produtos cristalizados, pouco importando o contexto social e quem os produz. Um dos primeiros obstáculos para o conhecimento folclórico procede do recorte do objeto de estudo. Deste modo, o folclore era concebido como propriedade grupos indígenas ou camponeses isolados e autossuficientes, cujas técnicas simples e a pouca diferenciação social os preservariam de ameaças modernas. Os folcloristas deste período se interessam mais pelos bens culturais objetos, lendas, músicas que pelos os agentes que os geram e consomem. (CANCLINI, 2000, p. 211).

Na obra *O que é folclore?* Brandão (1982) estabelece o percurso histórico desta denominação que já foi entendida entre tantas outras formas, enquanto cultura primitiva. Como uma disciplina diferenciada de uma ciência, a Antropologia ou ainda como uma nomenclatura dada à cultura popular.

Entretanto Brandão segue argumentando que no decorrer dos anos a ideia de folclore apenas como tradição popular estendeu-se a outras dimensões. Dimensões mais atuais, associadas à vida do povo, à sua capacidade de criar e recriar. A partir daí tudo aquilo que, existindo como forma peculiar de sentir e pensar o mundo existe também como costumes e regras de relações sociais. (BRANDÃO, 1982 p. 30).

Fica evidente, portanto, que não podemos perceber no folclore e na cultura popular as tradições que os ligam apenas ao passado, devemos evitar os reducionismos nas concepções de cultura. Destaca-se aqui que ocorreram modificações na forma de pensar a cultura popular. Ayala e Ayala (2002) no livro *Cultura Popular no Brasil* relatam as experiências de vários pesquisadores sobre o folclore brasileiro, como também o fez em suas propostas Amadeu Amaral para as mudanças de sentido na abordagem. O autor enfatiza a necessidade de que os registros e a análise de uma manifestação cultural popular levassem em conta outras manifestações, os costumes, as crenças e as práticas que as acompanhassem e

explicassem, ou seja, aquilo que podemos chamar de contexto cultural.

O Folclore passa a ser definido conforme Brandão (1982) “como uma linguagem que o uso torna coletiva”, são símbolos normatizados através dos quais as classes populares se expressam e repassam de geração em geração e modificam de acordo como o contexto social.

Se seguirmos uma visão inicial acerca da concepção de folclore, contribuiremos para priorizar os produtos em detrimento dos produtores e, assim, a valorização se daria pela sua repetição e não pela sua transformação. Canclini (2000) nos alerta que é possível construir uma nova perspectiva de análise do tradicional ou popular levando em conta suas interações com a cultura da elite e com as indústrias culturais.

E, é neste sentido, que Canclini (2000) discute a ideia de que a luta pela manutenção da tradição enquanto “pureza absoluta” da cultura popular significa estagnação. Ele defende os hibridismos culturais, no seu entendimento o que existe de melhor é o misturado, as identidades híbridas são mais interessantes, pois mudam, são criativas e flexíveis.

Do mesmo modo, atualmente existem estudiosos que consideram as transformações das culturas em diferentes temporalidades e contextos sociais. Ayala e Ayala (2002) concordam que as práticas culturais populares, na verdade, modificam-se juntamente com o contexto social em que estão inseridas, sem que isso implique necessariamente sua extinção.

Arantes (1988) contribui com esta discussão afirmando que embora se procure ser fiel à “tradição”, ao “passado”, é impossível deixar de agregar novos significados e conotações ao que se tenta reconstruir. Para ele, essa forma de pensar a cultura pressupõe que ela seja passível de cristalização, permanecendo imutável no tempo a despeito das mudanças que ocorrem na sociedade. (ARANTES 1988, p. 21).

O autor reforça ainda que a Cultura é um processo dinâmico; transformações (positivas) ocorrem, mesmo quando intencionalmente se visa congelar o tradicional para impedir a sua deterioração. (ARANTES 1988, p. 21).

Neste viés, é preciso considerar a cultura popular enquanto produção também no presente. Assim, se a delimitação da cultura popular não pode estar baseada exclusivamente no tipo de interesses da classe que veicula, também não pode ser feita a partir de características que a vinculem rigidamente ao passado. Critérios como a origem rural, o caráter tradicional, a antiguidade, a preservação pela imitação, a manutenção de concepções ou práticas arcaicas, próprias a condições de existência já extintas ou em vias de desaparecimento, resultam em um enfoque que congela a cultura no passado. Esquecendo que,

como toda cultura, ela só se mantém na medida em que for reproduzida, reelaborada permanentemente, e que necessariamente se transforma quando se modificam as condições históricos-sociais no âmbito das quais é produzida. (AYALA E AYALA, 2002, p. 62).

1.3 A IMPORTÂNCIA DO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA

O Plano Municipal de Cultura organiza, regula e norteia a execução da política Municipal de Cultura. Sua organização é de responsabilidades do órgão gestor da política cultural, que submete à aprovação do Conselho de Política Cultural, reafirmando o princípio democrático e participativo. Deve ser construído com base nas diretrizes deliberadas pelas Conferências Municipais de Cultura e nas estratégias formuladas pelo Conselho de Política Cultural.

Neste sentido o Plano de Cultura envolve o planejamento e a implementação de políticas de longo prazo (10 anos) para a proteção e promoção da diversidade cultural. Com a aprovação do plano, pela Câmara de Vereadores, esse processo avança politicamente, ganha estabilidade jurídica e tem assegurado a sua continuidade enquanto política de Estado.

Dentre as principais finalidades do Plano Municipal de Cultura estão:

- O fortalecimento institucional e a definição de políticas que assegurem o direito constitucional à cultura;
- A proteção e a promoção do patrimônio e da diversidade étnica, artística e Cultural;
- A ampliação do acesso à produção e fruição da cultura em todo o território;
- A inserção da cultura em modelos sustentáveis de desenvolvimento socioeconômico;
- O estabelecimento de um sistema público e participativo de gestão, acompanhamento e avaliação das políticas culturais.

1.4 CONCEPÇÃO DE POLÍTICA CULTURAL

As políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado.

São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos.

As especificidades das políticas públicas culturais precisam ultrapassar os objetivos da promoção das artes e da proteção do patrimônio para alcançar o desenvolvimento pleno das comunidades, a gestão pública da cultura se coloca deste modo, como instrumento de ação para incrementar atividades em todos os setores da administração e oferecer perspectivas novas para os mesmos, no sentido da melhoria da qualidade de vida da população, da qualidade das relações humanas e sociais, da valorização dos espaços comunitários, da humanização da vida urbana, da abertura de alternativas de desenvolvimento econômico.

2 SOBRE A REGIÃO E O MUNICÍPIO

Na história dos municípios que compõe a Associação dos Municípios do Extremo Sul de Santa Catarina percebe-se a presença de diferentes grupos indígenas e de várias etnias que migraram para povoar e colonizar o Sul do Brasil

Com a preocupação de apresentar de forma geral algumas percepções sobre a história do povoamento de Santa Catarina, é importante neste trabalho dialogar com historiadores que refletem sobre este assunto.

Acredita-se que a partir dessas reflexões, será possível repensar o processo de constituição dos municípios desta região, oferecendo visibilidade as contribuições culturais expressadas pelas etnias presentes no povoamento dos municípios.

No entanto antes de tratar especificamente do povoamento europeu no estado de Santa Catarina é imprescindível destacar a existência de muitas pesquisas arqueológicas em diferentes regiões do estado revelando a presença de grupos humanos pré-históricos e indígenas. Estes grupos que ocuparam sucessivamente o território catarinense estabeleceram seus modos de vida próprios e suas relações com o ambiente, muitas das quais perpetuam nos dias atuais.

Sabe-se que comumente a historiografia brasileira reproduz as ideias eurocêntricas de descobrimento, conquista e colonização, desvalorizando a presença dos grupos humanos que viveram no período anterior ao povoamento europeu.

Sobre a ocupação indígena no extremo sul do Estado de Santa Catarina Carola e Dassi (2014, p. 51) afirmam que no século XVI e XVII “dentre os povos que habitavam a região da bacia do rio Araranguá, os Guarani (Carijó) eram preferidos pelos bandeirantes e missionários”, sendo útil quando se submetiam a mão de obra escrava e inútil quando resistiam ao seu “suposto destino natural”.

Sendo que no século XVIII e XIX estudos arqueológicos registram a presença de outro grupo indígena neste território, os Xokleng, nômades sazonais que “no inverno deslocavam-se para o planalto serrano em busca do pinhão e caça nas matas de araucária, nos demais períodos do ano percorriam trilhas pela mata atlântica” coletando e caçando (CAROLA; DASSI, 2014, p. 53-54). Desta forma pode-se considerar que o território do extremo sul catarinense foi ocupado primeiramente por estes grupos que se fixavam ou circulavam pela região.

2.1 POVOAMENTO VICENTISTA E AÇORIANO EM SANTA CATARINA

O povoamento do território catarinense está intimamente ligado, ao ciclo dos descobrimentos marítimos ibéricos. De acordo com Piazza¹ após dissolvida a União Ibérica, a coroa portuguesa logo tratou de alargar seu território e suas fronteiras, para isso, contou com os bandeirantes, e isto significou uma série de expedições dentro do contexto “bandeirantismo” paulista. Assim, o litoral percorrido por essas “bandeiras” passou a ser conhecido e conseqüentemente, ocorreu a ocupação.

Resultaram desses bandeirismos as fundações vicentistas de São Francisco, Desterro e Laguna.

As povoações localizadas em São Francisco, Ilha de Santa Catarina e Laguna foram as bases para conquista portuguesa do Sul. A captura de índios e as tentativas de encontrar minas de ouro e prata motivaram os paulistas a realizar contínuas expedições ao Sul.²

Durante o século XVIII dar-se-á, definitivamente, a exploração das minas de ouro e pedras preciosas, especialmente no centro-oeste do Brasil, no atual estado de Minas Gerais. Para garantir o abastecimento da população que vivia em função desta exploração e que, praticamente, não se dedicava à agricultura e à pecuária é que a Região Sul do Brasil foi incorporada à economia do Brasil Colonial.

Os paulistas que vinham ao Sul caçar índios para vendê-los como escravos nos mercados de São Vicente e Bahia, aos poucos, foram se fixando no litoral de Santa Catarina. Assim, provavelmente em 1658. Manoel Lourenço de Andrade transferiu-se com toda sua família, escravos e agregados para o Rio São Francisco.³

É importante considerar, como fator de ocupação humana, em toda a região que vai de Laguna até o Rio Grande do Sul, em plano cronológico, inicialmente os indígenas verdadeiros donos da terra, posteriormente o povoamento luso-açórico-vicentista, seguindo-se dos africanos introduzidos para o trabalho escravo. E depois, no século XX, se destacar a ampla influência do elemento germânico, italiano, polonês e de outras etnias, quando, também, mais efetivamente se define o fenômeno da colonização.

¹ Walter Piazza 1983.

² (SANTOS, 1995, p. 42).

³ Idem.

Na história do processo de colonização do Sul do Brasil, a presença cultural de base açoriana merece grande destaque, pois estes fizeram parte de um ousado projeto português na tentativa de uma ocupação permanente no Sul.

O arquipélago dos Açores situado no meio do oceano Atlântico foi povoado pelos portugueses no início do século XV. No entanto, quando Portugal decidiu proceder a emigração de parte da população do arquipélago, as ilhas apresentavam problemas decorrentes de uma densidade demográfica elevada. Havia escassez de terras agricultáveis e de criação e, não raro, a miséria era vivida por muita gente. O governo português imaginou resolver de uma só vez dois problemas; reduzindo a pressão demográfica e suas consequências no arquipélago, prometendo a infraestrutura necessária aos seus projetos de expansão e de domínio no sul do Brasil.

Os açorianos desembarcaram inicialmente na Ilha de Santa Catarina (Desterro), e posteriormente ocuparam as vizinhanças de Laguna e alguns casais foram orientados para seguir para o Rio Grande do Sul.

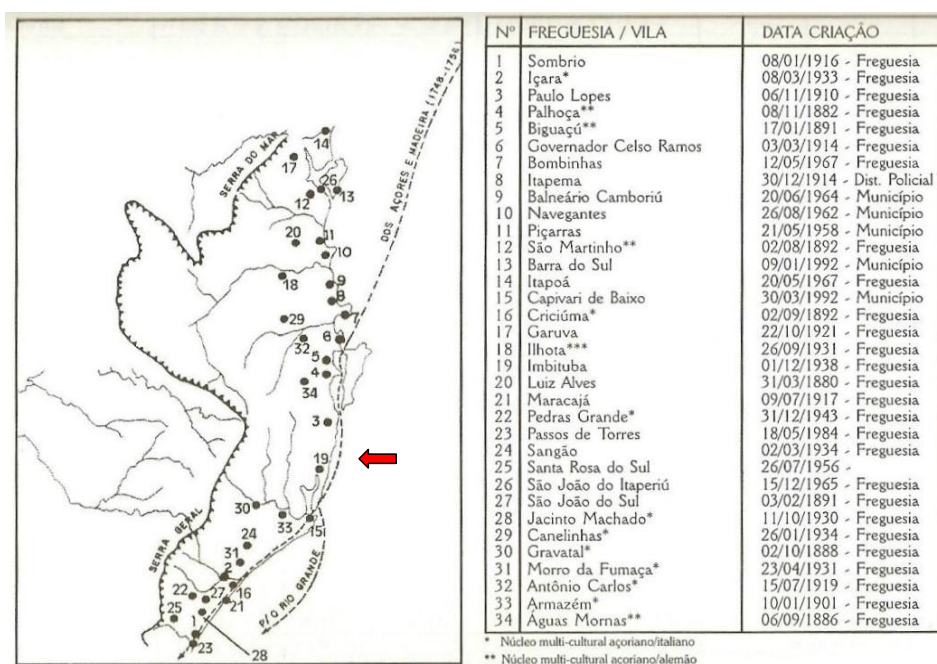
Aos imigrantes foi prometido grande ajuda, representada por transporte gratuito, terras, ferramentas, armas, animais, farinha, isenção do serviço militar, etc. Contudo, essas promessas nem sempre foram cumpridas. Havia falta de tudo e o dinheiro que a metrópole oferecia não era suficiente, a ocupação de casas devolutas não solucionava a carência de habitação. Muitos casais, então, foram hospedados pelos moradores da vila do Desterro. Mais tarde, passou a ser obrigação das famílias açorianas já instaladas o acolhimento das novas famílias que chegavam.

Além disso, os colonos enfrentaram dificuldades na organização da agricultura, tiveram que aprender outras técnicas de cultivo em terras tão diferentes das que deixaram em Açores. Trocaram o trigo pelo cultivo da mandioca, modificando assim seus hábitos alimentares. A farinha de mandioca foi suficiente não só para o sustento cotidiano como para abastecer as tropas e o Rio Grande do Sul.

Sabe-se que o vaivém dos tropeiros dava-se, entre o norte e o sul e vice-versa, com isso surgia um importante intercâmbio econômico e social por meio dos contatos, em especial entre as comunidades que nasciam. Verdadeiras tropas carregadas de produtos e mercadorias passavam com novas notícias, com utilidades e futilidades que os centros maiores ofereciam. Isto fez nascer e crescer os sítios de pouso, que depois vieram a se constituir em cidades. Ao “caminho do gado”, deu sua origem além de Araranguá, os núcleos de povoamento como São Joaquim, Lages, Curitiba, Bom Jesus, Mafra, Porto União e

diversos outros municípios.

No vale do Araranguá, em decorrência da estrada dos Conventos, deu-se um grande impulso no desenvolvimento econômico e social da região. Esta estrada que cortava o vale do Araranguá, seguia do Morro dos Conventos em direção à Serra Geral, e daí aos campos de Curitiba chegando posteriormente a São Paulo. O caminho dos tropeiros permitiu ao extremo sul de Santa Catarina consolidar-se como um ponto de passagem, interligando a economia do planalto com a própria produção que se instalava em função da ocupação açoriana.



Mapa 1 - Núcleos terciários de colonização açoriana surgidos após - 1880, em Santa Catarina, resultantes da expansão dos descendentes de açorianos
Fonte: Casa da Cultura

2.2 IMIGRAÇÃO EUROPEIA EM SANTA CATARINA A PARTIR DO SÉCULO XIX

O autor Rémond⁴ destaca que no século XIX a Europa parece superpovoada, o continente não possui produção agrícola suficiente para abastecer toda a população, levando-se em conta o desenvolvimento de sua indústria, não pode oferecer trabalho a um número maior de pessoas. Os efeitos desse impulso demográfico são agravados pela adoção industrial das máquinas, que provoca a falta de trabalho, por motivos tecnológicos.

Percebe-se, então, que as consequências sociais desse crescimento demográfico resultam no pauperismo, no desemprego crônico, na baixa dos salários, levando parte da população europeia a ver na emigração uma saída para encontrarem, em outras terras, o trabalho, a fortuna e a liberdade.

O grosso da emigração europeia, portanto, será constituído principalmente de camponeses sem terra, de operários sem trabalho, de burgueses arruinados. As grandes levas de emigração coincidem com as crises econômicas que atingem a Europa: os países que contribuem mais substancialmente para esse movimento de emigração são os mais atingidos pela falta de trabalho e miséria.⁵

Grande parte destes emigrantes, como informa Rémond⁶, vem para o continente americano, em proporções desiguais para a América do Sul e para a América do Norte, cerca de 8 milhões de pessoas, principalmente espanhóis, italianos e alemães, dirigiram-se para a América do Sul.

Segundo Pedro (1998), a vinda no século XIX, de alemães, de italianos e de poloneses marcou, portanto, uma outra fase na história do povoamento catarinense.

Estes imigrantes europeus num período de sessenta anos vão quadruplicar e encontrarão uma sociedade já preparada para subjugar elementos negros. É por isso que ao se isolar, eles vão preterir, com mais violência aqueles que já eram alvos de preconceito pelos demais componentes desta sociedade. Por outro lado, em especial, os alemães e italianos, já expropriados em sua área de origem traziam as representações da sociedade burguesa, calcada na superioridade racial da colonização européia, onde o discurso do trabalho livre e branco como portador do progresso e identificado com a civilização já estava dado. Isto reforçou o isolamento destes em relação aos africanos e seus descendentes. (PEDRO, 1998, p. 22-23).

Piazza (1983), ressalta que a província de Santa Catarina, por volta de 1820, restringia-se a uma faixa de povoamento entre o mar e as encostas do planalto, como tentativa

⁴ René Remond século XIX...

⁵ RÉMOND, 1997, p. 198.

⁶ Idem.

de efetivar um crescimento social e econômico como um todo. Só cabia uma ação: a intensificação da colonização e pode-se dizer que até 1840, Santa Catarina foi a única Província a iniciar um programa de imigração baseado na Provisão de 8 de abril de 1823, que permitia dar terras aos agricultores.

Estas idéias, visando o progresso da Capitania e depois Província de Santa Catarina só vão ter seguimento, anos mais tarde, porquanto, de um lado representavam tais povoações uma área de apoio sócio-econômico para região, e, de outra parte, uma base a qualquer operação militar. Em 1828, o governo Imperial ordenava ao Presidente da Província de Santa Catarina, que instalassem os colonos alemães enviados, em duas colônias, mas, na execução o serão numa única.⁷

De acordo com Piazza⁸ a partir de 1840 e 1850, após D. Pedro de Alcântara ser elevado ao título de “Imperador do Brasil”, inicia-se um novo ciclo no processo colonizador brasileiro. Dentro desta política de colonização, algumas medidas são adotadas para favorecer o processo colonizador, como se vê na Lei referente às terras devolutas, de 28 de outubro de 1848, que estabelece: A cada uma das Províncias do Império ficam concedidas no mesmo, ou em diferentes lugares de seu território, seis léguas em quadra de terra devolutas, as quais serão exclusivamente destinadas a colonização e, não poderão ser arroteadas por braços escravos.

Mais adiante, outros vão migrar para o vale do rio Itajaí ou para o vale do rio Tubarão ou para os seus formadores, ou ainda, para o vale do rio Araranguá. Assim, se fixam nas povoações de Belchior e Pocinho, no médio curso do Itajaí-açu, antes de 1850, e mais tarde, no vale do Armazém, tributário do rio Tubarão, e, no século XX, fundam Forquilha, no Sul de Santa Catarina.⁹

Desta forma, percebe-se a presença marcante desses imigrantes na formação de colônias no interior de Santa Catarina, bem como mais tarde, na miscigenação desses, em várias partes do Estado e, conseqüentemente, no extremo sul do país.

2.3 HISTÓRICO DO MUNICÍPIO

De acordo com SANTOS (2014)¹⁰, dentre tantas histórias, conta-se que a cidade de Sombrio foi nomeada não por ser um lugar sombrio do termo assustador, mas sim por possuir enormes figueiras que propiciavam sombra para os que ali passavam. No livro “Sombrio 85

⁷PIAZZA, 1983, p. 245.

⁸ Idem.

⁹ (PIAZZA, 1983, p. 247).

¹⁰ Taise Correia dos Santos et. al. (2014, p 232)

anos”, o autor confirma esta afirmação: “Outra hipótese levantada, a aceita pelo autor, é de que os tropeiros, ao tangerem o gado pela região, alimentavam suas boiadas junto à lagoa, antes de se aventurarem na subida da serra, utilizando a sombra das figueiras para repousarem” (FARIAS, 2000).

Conforme Farias (2000), “a ocupação humana de Sombrio é tão antiga quanto a presença dos indígenas no litoral catarinense [...] já havia índios na região litorânea de Santa Catarina há pelo menos 1.500 anos”.

Os primeiros habitantes, os grupos indígenas, “foram aos poucos sendo eliminados ou afastados das terras sombrienses a partir do momento em que os primeiros brancos de origem europeia chegaram à região no século XVII” (FARIAS, 2000). A cerca de 1500 anos o sítio de Sombrio era ocupado pelos grupos humanos denominados Xokleng e Guarani (carijós ou cariós). Estes grupos nativos, com suas tradições seminômades, eram os guardiões ou sentinelas destas paragens sul-catarinenses.

O imenso volume de água doce desafiou a coragem e instigou a curiosidade dos povoadores de origem européia ou seus descendentes. Bandeirantes, tropeiros, lagunistas, sorocabanos, incluíram nossa região em seus “roteiros” e “itinerários”, a partir do já distante século XVIII.

Aos irmãos Rodrigues, Manoel e Luciano, donatários da sesmaria local, vieram somar esforços e braços para se valerem da terra “ofertada”, famílias vindas da zona fronteira, do Estado Gaúcho. Publicações locais indicam que o primeiro morador a realmente fixar-se no sítio sombriense foi João José Guimarães “seduzido” pela informação de que ao redor do “Morro Sombrio” existiam terras férteis e devolutas.

Conta-se que após um ataque dos índios à sua fazenda, em Chimarrão, tendo eles matado sua esposa, João José foge para Sombrio com alguns dos seus filhos e com escravos. As Furnas serviram de abrigo à família por muito tempo. “João José foi, pois o primeiro proprietário de terras sombrienses, adquirindo do Estado, em 1833, vasta extensão de terras com 1130 braças de frente por 3000 de fundos, indo do litoral até o travessão geral” (FARIAS, 2000).

João José Guimarães gostou do lugar e veio com sua família, se estabelecendo às margens da Lagoa de Sombrio. Guimarães permaneceu em terras sombrienses por muitos anos, até possuir terras do governo. Suas filhas se casaram com aventureiros que passavam por Sombrio. Aos poucos, foram chegando novos imigrantes em busca de terras para plantações, dedicando-se exclusivamente à agricultura. O povoado foi se expandindo e a presença do homem branco foi tomando conta da região.

Com o povoamento surgiram as primeiras plantações e, de acordo com Farias (2000, p. 131), “a mais antiga produção agrícola do município de Sombrio foi a mandioca, base da economia até a década de 1950 [...] utilizada para a produção do polvilho (...) a redução [...] deve estar concentrada na área que foi desmembrada de Sombrio para formar o município de Balneário Gaivota”.

No que se refere ao processo de organização do município, quanto ao seu caráter de ente federativo, Sombrio foi declarado e oficializado distrito de Araranguá no ano de 1914. Já a LEI 133 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1953, emancipou Sombrio de seu “município-mãe”, e no dia 02 de abril de 1954, o Tenente Amintas Melo, é indicado como “prefeito provisório” do município recém instalado, até a data de 1955.

Quando a declaração da Lei que emancipou o Município de Sombrio, presidia a Assembleia Legislativa Catarinense, o senhor Deputado Volnei Colaço de Oliveira.

Deste modo, a sonhada Lirianópolis, do Padre João Reitz, ou a ancestral Terra das Figueiras, da sombra do rio e do morro sombrio, dos tropeiros, elegia e empossava o primeiro prefeito, ainda no ano de 1954. Tratava-se da figura do Senhor Santelmo Borba.

O pequeno sítio, “descoberto” em 1723 pelos tropeiros, itinerantes de uma trilha de mais de 300 km, ligando Viamão, no Rio Grande do Sul a catarinense Laguna, que nos tempos dos célebres visitantes franceses (Saint-Hilaire) ainda possuía um “status” de vilarejo (1820), ligado a Araranguá. Finalmente torna-se independente do ponto de vista geopolítico e, principalmente, sociocultural.

2.3.1 Gentílico

Sombriense.

2.3.2 Formação Administrativa

Distrito criado com a denominação de Sombrio, pela lei municipal nº 141, de 02-01-1914, subordinado ao município de Passo do Sertão.

Pela lei municipal nº 225, de 12-11-1924, o distrito de Sombrio é extinto.

Pela lei municipal nº 253, de 12-01-1926, é criado novamente o distrito de Sombrio, subordinado ao município de Passo do Sertão.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito denominado Morro do Sombrio figura no município de Araranguá.

No quadro anexo ao decreto-lei estadual nº 86, de 31-03-1938, o distrito volta a denominar-se Sombrio e continua a pertencer ao município de Araranguá.

No quadro fixado para vigorar no período de 1944-1948, o distrito permanece no município de Araranguá.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1950, o distrito de Sombrio permanece no município de Araranguá.

Elevado à categoria de município com a denominação de Sombrio, pela lei estadual nº 133, de 30-12-1953, desmembrado de Araranguá. Sede no antigo distrito de Sombrio. Constituído de 2 distritos: Sombrio e Passo do Sertão. Desmembrado de Araranguá. Instalado em 04-04-1954.

Pela lei municipal nº 1, de 24-11-1955, é criado o distrito de Santa Rosa e anexado ao município de Sombrio.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o município é constituído de 3 distritos: Sombrio, Passo do Sertão e Santa Rosa.

Pela lei estadual nº 801, de 20-12-1961, desmembra do município de Sombrio o distrito de São João do Sul ex-Passo do Sertão. Elevado à categoria de município.

Em divisão territorial datada de 1-I-1979, o município de Sombrio é constituído de 2 distritos: Sombrio e Santa Rosa. Pela lei estadual nº 1109, de 04-01-1988, desmembra do município de Sombrio o distrito de Santa Rosa do Sul ex-Santa Rosa. Elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 1-VI-1995, o município é constituído de distrito sede. Pela lei nº 696, de 05-06-1989, é criado o distrito de Nova Guarita e anexado ao município de Sombrio. Em divisão territorial datada de 15-VII-1997, o município é constituído de 2 distritos: Sombrio e Nova Guarita. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 14-V-2001.

Alterações toponímicas distritais: Sombrio para Morro do Sombrio alterado, em 1933. Morro do Sombrio para Sombrio alterado, em 1938.

Transferência distrital: Transfere o distrito de Sombrio do município de Passo do Sertão para o de Araranguá em 1933.

Com a intensificação das atividades econômicas, a ocupação do litoral foi muito grande, provocando em 30 de agosto de 1990, a promulgação da lei nº 770, que criou o distrito de Balneário Gaivota. Depois deste ato, cresceu a mobilização da população local, interessada na emancipação do então distrito de Sombrio. Este movimento culminou com a criação da Comissão de Emancipação de Balneário Gaivota. Cumprindo todos os passos

determinados pela legislação vigente, tal comissão viu coroada de êxito sua iniciativa e esforços, quando em 29 de dezembro de 1995.

2.3.3 Dados Gerais do município

Quadro 1 - Aspectos gerais e históricos do município de Sombrio

Aspectos Gerais e Históricos	
Localização - Mesorregião IBGE	Sul Catarinense
Coordenadoria Regional do SEBRAE/SC	Regional Sul
Associação dos Municípios	AMESC - Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense
Secretaria de Desenvolvimento Regional de SC	SDR-Araranguá
Área territorial (km²)	143
Distância da Capital (km)	234
Altitude (metros)	15
População Total 2010	26.613
Densidade demográfica 2010 (hab/km²)	186,43
Data de fundação	30/12/1953
Colonização	Portuguesa, italiana e alemã.
Gentílico	Sombriense
Número de Eleitores	19.425

Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2012. - Governo do Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado do Planejamento, 2012. - Unidade de Gestão Estratégica do SEBRAE/SC (UGE), Estrutura Organizacional das Coordenadorias Regionais. - Federação Catarinense de Municípios (FECAM). - Santa Catarina Turismo S/A (SANTUR).

O Município de Sombrio quanto a sua condição ou status geopolítico, está localizado no extremo sul catarinense, pertencendo, portanto, à AMESC – Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense – como também à Microrregião de Araranguá, dentro da unidade federativa do estado de Santa Catarina.

Limita-se ao Sul com seu “Município-filho” Santa Rosa do Sul; ao Norte divisa-se com o “Município-mãe” Araranguá, e também com Ermo; seu limite a Oeste é Jacinto

Machado; já a Leste, seus domínios geopolíticos fazem “fronteira” com outro “município-filho”, Balneário Gaivota.

Suas coordenadas geográficas são 29° 06’ 45’ Sul e 49° 37’ 48’ Oeste.

Com um clima classificado como mesodérmico úmido, Sombrio é sazonalmente acometida por verões quentes e invernos brandos, com uma temperatura média anual atingindo a casa dos 15° Celsius. Indicar índice pluviométrico e detalhes sobre relevo, hidrografia, estradas.

Com uma altitude média de 15 metros Sombrio encontra-se singularmente encravada em uma zona de rara beleza paisagística, onde os contrastes evidenciados pela Serra do mar, a Planície Costeira e o potencial aquífero e existentes molduram uma reconhecida zona de variedade de espécies (fauna e flora).

O Rio Laje e a Lagoa de Sombrio são garantias de abastecimento de água potável, não só para a comuna em questão, como também serve de manancial abastecedor deste bem de valor inestimável para cidades circunvizinhas.

Sua distância do limítrofe Estado do Rio Grande do Sul é de 30 Km, e da capital catarinense, Florianópolis, dista 243 km.

Nesse território bem delineado, onde vivem 28.589 habitantes, segundo estimativa do IBGE - 2014, a base da economia está assentada na agricultura (fumo, arroz, banana, mandioca, milho) das pequenas propriedades, na prestação de serviços, na pequena indústria manufatureira e na pecuária “equinocultura, bovinocultura, avicultura e suinocultura”.

A síntese destas considerações ora feitas aponta estar Sombrio, nesta sua jornada político emancipatória de meio século, trilhando um caminho adequado, mostrando ter potencial para atender às necessidades de sua gente, como também para receber aos turistas e investidores que a ele desejarem aliar-se.

2.3.4 Símbolos

2.3.4.1 Bandeira



Figura 3 Bandeira de Sombrio
Fonte: Casa da Cultura

2.3.4.1.1 Cores da Bandeira

- a) Vermelho: Representa a bravura e pujança do povo;
- b) Verde – Representa a vegetação exuberante;
- c) Amarelo – Representa o sol e a riqueza do município;
- d) Azul – Representa o céu, o mar e a paz reinante entre os filhos de Sombrio.

A Bandeira de Sombrio foi criada na Administração de Arlindo Cunha e foi instituída em vinte de junho de 1973 pela Lei Municipal nº 190.

2.3.4.2 Brasão



Figura 4: Brasão de Sombrio
Fonte: Casa da Cultura

2.3.4.1.2 Significado do Brasão do Município de Sombrio

Na parte superior do Brasão tem raios de sol e um guarda-sol que sugerem a praia e os veranistas, na parte central do lado esquerdo temos o símbolo da indústria e ao lado direito o símbolo do comércio.

Quanto aos elementos centrais que constam no Brasão, conforme a referida lei acima mencionada e citada por Farias (2000, p. 210): [...] nesta parte, a presença da mandioca e da banana que representam, juntamente com o fumo, cujas folhas se fazem presentes à

40

esquerda e à direita na parte externa do polígono, os principais produtos agrícolas do município. A imagem de um exemplar da raça bovina, inserido nesta parte, no centro, representam o rebanho da referida raça que é o maior do sul do estado.

Na parte superior externa as torres simbolizando os três poderes (legislativo, executivo e judiciário).

O Brasão de Sombrio foi instituído por meio da Lei Municipal nº 407 foi criado na Administração de José João Scheffer em três de dezembro de 1979.

2.3.4.2 Hino do Município

O Hino Municipal de Sombrio tem a Letra e a Música composta por Hilda Borba da Silva (cidadã Sombriense) e foi instituído oficialmente pela Lei Municipal nº 216, de 22 de novembro de 1973.

2.3.4.2.1 *Letra do Hino de Sombrio*

Composição: Hilda Borba da Silva

Salve Sombrio terra querida
Pedacinho do Brasil
Teu progresso se acelera
O teu povo é varonil
Os teus campos são mais verdes
O teu céu é cor de anil

Avante Sombrio avante
Para frente marchar
Vamos todos, todos unidos
Para a glória conquistar

A natureza generosa
Enfeitou-te com primor

Deu-te praias, campos e matas
Belas furnas te ofertou
E nas águas do teu lago
O teu céu se espelhou

As tuas cores representam
Esperança, paz e amor
Teu escudo lembra o trabalho
Teus produtos o teu labor
As belezas naturais
Que destacadas com valor

A tua infância e juventude
Preparando hoje estão
Os caminhos que no futuro
Resolutos prosseguirão
No compasso do gigante
Construindo a nação

2.3.5 Legislação do Município

2.3.5.1 Lei de criação do Município

A instalação do município de Sombrio aconteceu com a Lei Estadual nº 133, de 30 de Dezembro de 1953.

2.3.5.2 Lei de Criação do Departamento de Cultura

Lei Nº 1985 de 01 de março de 2012. Dispõe sobre a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal.

2.3.5.3 Outras leis ou decretos com temas relacionados a cultura.

Lei nº 2191 de 09 de dezembro de 2014. Dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura de Sombrio e da outras providências.

2.3.5.3.1 Capítulo específico da Lei Orgânica que trate sobre a Cultura

DA CULTURA

Art. 143 – O Município deverá guiar-se pela concepção de cultura como expressão de valores e símbolos sociais, que perpassam as diferentes atividades humanas, incluindo as expressões artísticas como forma de manifestação

cultural do povo. (Numeração dada pela Emenda à Lei Orgânica nº. 8, de 2000)

Art. 144 – Ao Poder Público Municipal caberá elevar a cultura da sociedade garantindo a todos o pleno exercício

dos direitos culturais, especialmente: (Numeração dada pela Emenda à Lei Orgânica nº. 8, de 2000)

I- Liberdade na criação e expressão artística;

II- Livre acesso à educação artística e desenvolvimento da criatividade;

III- Amplo acesso a todas as formas de expressão cultural, visando a ampliar a consciência crítica do cidadão,

fortalecendo-o enquanto agente cultural transformador da sociedade.

]

IV- Acesso as informações e memória cultural do povo;a) Criação da casa da cultura;

b) Criação do museu municipal;

Art. 145 - Serão considerados patrimônio cultural do Município, passíveis de tombamentos e proteção, as obras,

objetos, documentos, edificações, monumentos naturais que contem memória cultural dos diferentes segmentos

culturais. (Numeração dada pela Emenda à Lei Orgânica nº. 8, de 2000)

Art. 146 – O Município estimularão desenvolvimento das ciências, letras e artes, subvencionando pesquisa de

relevante interesse e premiando obras e trabalhos apresentados em concursos promovido pelo Governo, em

colaboração com as entidades representativas do meio artístico-cultural. (Numeração dada pela Emenda à Lei

Orgânica nº. 8, de 2000)

Art. 147 – A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento d bens e valores culturais, garantindo as

tradições costumes das diferentes origens da população. (Numeração dada pela Emenda à Lei Orgânica nº. 8, de

2000)

Seção III

2.3.5.3.2 *Lei que dispõe sobre a preservação do patrimônio natural e cultural do Município de Sombrio*

LEI Nº 1.402 DE 20 DE MARÇO DE 2003
DISPÕE SOBRE A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL DO MUNICÍPIO DE SOMBRIO, CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE SOMBRIO – COMPAC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
LEI Nº 2170 DE 09 DE SETEMBRO DE 2014. DISPÕE SOBRE PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, AMBIENTAL-NATURAL, PAISAGÍSTICO E ARQUITETÔNICO DO MUNICÍPIO DE SOMBRIO E CRIA O CONSELHO DO PATRIMÔNIO AMBIENTALE CULTURAL DO MUNICÍPIO DE SOMBRIO.

2.3.5.3.3 *Item do Plano Diretor que trata do Patrimônio Cultural/Material*

CAPÍTULO IV

DO PATRIMÔNIO PAISAGÍSTICO, HISTÓRICO, CULTURAL E ARQUEOLÓGICO

Art. 84. São diretrizes gerais da política do patrimônio paisagístico, histórico, cultural e arqueológico:

I. coordenação, integração e execução das políticas de pesquisa, sistematização e salvaguarda do patrimônio paisagístico, histórico, cultural e arqueológico;

II. elaboração, definição e execução da política pública de conservação do patrimônio paisagístico, histórico, cultural e arqueológico;

III. mapeamento, identificação e registro, nos suportes adequados, dos bens culturais tangíveis e intangíveis do Município;

IV. fomento de parcerias que visem ao desenvolvimento de técnicas, métodos e pesquisas que impactem positivamente a conservação do patrimônio paisagístico, histórico, cultural e arqueológico;

V. fomento de parcerias que visem à inversão de recursos na recuperação, utilização e disponibilização pública de bens do patrimônio paisagístico, histórico, cultural e arqueológico caros à memória social urbana do Município;

VI. fomento às pesquisas e estudos que aprimorem o alcance e a efetividade dos suportes legais de registro e salvaguarda dos bens do patrimônio paisagístico, histórico, cultural e arqueológico, especialmente o instrumento jurídico do tombamento;

VII. incremento às publicações relativas à memória e ao patrimônio paisagístico, histórico,

cultural e arqueológico do Município;
VIII. criação de legislação municipal específica de conservação e salvaguarda dos bens do patrimônio paisagístico, histórico, cultural e arqueológico;
IX. georreferenciamento das informações pertinentes à política de patrimônio paisagístico, histórico, cultural e arqueológico, especialmente localização de bens de valor histórico, projeção de áreas envoltórias, bens em estudos de tombamento e projeção de respectivas áreas envoltórias, áreas ou bens de interesse cultural passíveis de tombamento ou de qualquer outra forma de salvaguarda, situação de conservação dos imóveis tombados ou relacionados para o tombamento.

2.3.5.3.4 Lei Nº 1810 de 17 de junho de 2009.

Cria o Fundo Municipal de Cultura.

CNPJ do Fundo: 11.763.830/0001-97

2.3.5.3.5. Lei nº 862 de 19 de abril de 1993.

Dispõe sobre a Criação do Conselho Municipal de Cultura e dá outras Providências.

2.3.5.3.5]6. Decreto Nº 056 de 10 de maio de 1993.

Dispõe sobre eleição do Conselho Municipal de Cultura

2.3.5.3.7 Decreto nº 128 de 22 de agosto de 2001

Dispõe sobre a nomeação do Conselho Municipal de Cultura.

2.3.5.3.8 Decreto nº 15614 de setembro de 2009.

Dispõe sobre a nomeação do Conselho Municipal de Cultura.

2.4 DADOS GEOGRÁFICOS

O Município de Sombrio quanto a sua condição ou status geopolítico, está localizado no extremo sul catarinense, pertencendo, portanto, à AMESC – Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense – como também à Microrregião de Araranguá, dentro da unidade federativa do estado de Santa Catarina.

Com um clima classificado como mesotérmico úmido, Sombrio é sazonalmente acometida por verões quentes e invernos brandos, com uma temperatura média anual

atingindo a casa dos 15º Celsius. Indicar índice pluviométrico e detalhes sobre relevo,

hidrografia, estradas.

Com uma altitude média de 15 metros Sombrio encontra-se singularmente encravada em uma zona de rara beleza paisagística, onde os contrastes, evidenciadas pela Serra do mar, a Planície Costeira e o potencial aquífero e existentes molduram uma reconhecida zona de variedade de espécies (fauna e flora).

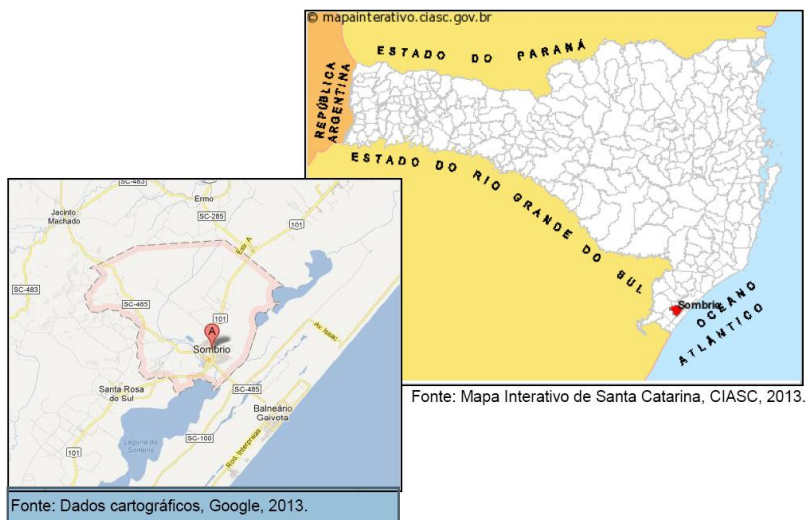
O Rio Laje e a Lagoa de Sombrio são garantias de abastecimento de água potável, não só para a comuna em questão, como também serve de manancial abastecedor deste bem de valor inestimável para cidades circunvizinhas. Um registro em especial deve aqui ser feito: a Lagoa de Sombrio, 16,368 km de comprimento, seus 5 metros de largura, seu perímetro de 54 Km e sua profundidade máxima de 3 metros, é a maior do Estado Catarinense, das de água doce.

2.4.1 Área Física

Sombrio é um município brasileiro localizado no extremo sul de Santa Catarina, no litoral, a 7 km do mar. Distante 240 km de Florianópolis e 230 km de Porto Alegre. Limita-se ao Sul com seu município filho Santa Rosa do Sul, ao norte com município mãe Araranguá e Ermo, a oeste com Jacinto Machado, leste com faz fronteira com município filho Balneário Gaivota.

Seus bairros:

São Luiz, São José, Centro, Raizeira, Retiro da União, São Francisco, Morretinho, Morro do Cipó, Januária, Parque das Avenidas, Nova Guarita, Boa Esperança, Nova Brasília, São Pedro, Furnas, São Camilo.



Mapa 2: Interativo de Santa Catarina
Mapa 3: Município de Sombrio

2.5 DADOS ECONÔMICOS

- **Confecções**

Sombrio destaca-se no setor de confecções, onde diversas empresas produzem artigos de vestuário que são vendidos para diversos estados do Brasil, e grandes redes de lojas.

Algumas empresas adotaram o sistema de terceirização de algumas etapas da produção, o que proporcionou o surgimento de várias empresas de cunho familiar. Isso promoveu mais oportunidades de emprego e renda para famílias inteiras.

A formação de mão de obra especializada tem o apoio da Prefeitura, por meio da Sec. Ind. Comércio, que promove desde 2002 o Curso de Formação em Costura Industrial.

- **Calçados**

O setor calçadista de Sombrio também é destaque. Com diversas empresas do ramo, a cidade conta com uma tradição de muitos anos na fabricação de calçados, sendo que a produção se destina basicamente ao mercado interno. Conta com algumas empresas de destaque nacional.

- **Cerâmica**

O setor cerâmico de Sombrio é composto por empresas que fabricam principalmente tijolos e telhas esmaltadas. Possui empresas que conseguiram se firmar no cenário nacional, desenvolver e aprimorar seu produto.

- **Móveis**

O setor moveleiro também possui empresas que se destacam por sua inovação. A cada ano, são lançados produtos, sempre acompanhando as tendências de estilo. Os produtos são vendidos com mais frequência nos estados do Sul, chegando também a São Paulo e Rio de Janeiro.

- **Alimentos**

A indústria alimentícia está representadas por empresas do setor de bebidas, sorvetes, laticínios e fécula de mandioca.

Agropecuária

O setor agrícola é responsável por grande parte da economia do município. Destacam-se as culturas de arroz, fumo, Maracujá e banana. Na pecuária, destaque para criação extensiva de gado leiteiro e de corte, para a avicultura de corte (em sistema integrado com empresas do setor), e suinocultura.

Comércio

Sombrio é sinônimo de Turismo de Compras, onde dois centros atacadistas e um outlet foram criados às margens da BR 101, sendo ponto de referência para lojistas da Região, e de Cidades do interior do RS, que se deslocam para a cidade a fim de abastecer suas lojas de varejo com as confecções produzidas na cidade. Com estes dois empreendimentos, a geração de empregos foi fomentada, direta e indiretamente, uma vez que o setor produtivo de confecções se desenvolveu fantasticamente.

No comércio em geral, a cidade conta com grande variedade de opção, sendo referência para pessoas de outras cidades da região, que recorrem a Sombrio para comprar em sua diversificada praça.

2.6 DADOS POPULACIONAIS

A população de Sombrio apresentou, no ano de 2010, crescimento de 15,90% desde o

Censo Demográfico realizado em 2000. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010 a população da cidade alcançou 26.613 habitantes, o equivalente a 0,43% da população do Estado. O gráfico a seguir demonstra a evolução populacional do município nos últimos Censos.

População estimada 2016 ⁽¹⁾	29.340
População 2010	26.613
Área da unidade territorial 2015 (km²)	143,329
Densidade demográfica 2010 (hab/km²)	185,68
Código do Município	4217709
Gentílico	Sombriense
Prefeito	

ZÊNIO CARDOSO

Fonte: <http://www.cptec.inpe.br/>

3 DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DA CULTURA NO MUNICÍPIO

O Município de Sombrio conta com uma estrutura administrativa que possui um órgão gestor de cultura veiculado com a Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Meio Ambiente, onde a Gerência de Cultura centraliza a gestão e produção das atividades culturais na Casa da Cultura. A Casa da Cultura de Sombrio conta com o Ponto de Cultura instalado em seu estabelecimento, uma parceria da Prefeitura Municipal e o Ministério da Cultura. O local conta com exposições permanentes, como fotos antigas, que mostram um pouco da história de Sombrio e fotos atuais que mostram faces humana, natureza e cultura de Sombrio. Conta também com utensílios e roupas de época, de origem açoriana. Na Casa da Cultura também tem um espaço reservado à Tocata, músicos do Grupo Açor Sul que tocam músicas típicas dos Açores. Além de todas essas atrações para visitantes a Casa da Cultura ainda oferece oficinas de dança, violão, guitarra, violino, pintura, artesanatos, informática, ballet, capoeira, entre outras.

Não teria como falar da Casa da Cultura sem citar o grupo de dança açoriana que há 17 anos desenvolve trabalhos no município. Graças ao Grupo Açor Sul, houve a conquista do Ponto de Cultura no município de Sombrio que instalado assim na Casa da Cultura. Desde o seu surgimento em maio de 1999 até os dias de hoje o grupo se preocupa em manter as tradições açorianas, evidenciando-as por meio de danças típicas dos açores, divulgando o município em diversas cidades onde se apresentam.



Figura: Casa da Cultura de Sombrio
Fonte: Casa da Cultura de Sombrio

EXPOSIÇÃO DE FOTOS - HISTÓRIA DE SOMBRIO



EXPOSIÇÃO DE OBJETOS DE TRADIÇÃO DE ORIGEM AÇORIANA E VESTIDOS DAS REALEZAS DO ARRAIAL FEST.



Na área cultural o município também dispõe da Biblioteca Pública que foi criada sob a Lei 2060404/72, por sugestão do Exmo Dr. Pedro Lisboa, juiz de direito da comarca e

um grupo de pessoas que pertenciam a vanguarda de integração comunitária de Sombrio. Em 1º de maio de 1972, foi realizada uma solenidade para a inauguração do prédio, situado na Avenida Getúlio Vargas, 46 no centro de Sombrio.

No ano de 1990 através de um concurso foi escolhido o nome do Pe. João Reitz para nomear a biblioteca passando a mesma a se chamar Biblioteca Pública Municipal “Cônego João Reitz”.

Em 1992, as atividades retornaram para avenida Nereu Ramos. A partir daí, foram desenvolvidas várias atividades como exposições, videoteca, oficina de teatro, palestras e entre outras, tudo para proporcionar a população um maior incentivo à leitura.

No ano de 2004, o prédio ao lado da biblioteca explodiu, danificando seriamente a estrutura da edificação. Após cinco meses fechada, por estar sem condições de uso, a administração alugou um prédio no centro da cidade para que a biblioteca voltasse a funcionar.



Figura: Biblioteca Pública de Sombrio
Fonte: Casa de Cultura de Sombrio

Outro lugar de memória de Sombrio é o Circuito Cultural Religioso que se encontra na área central do município em uma das avenidas principais. O calçadão de Sombrio foi projetado no outono de 1998 pelo artista plástico Jone Cezar de Araújo com o intuito de evidenciar a memória da cidade por meio de obras que representam a história e a tradição do município. Ainda fizeram parte da equipe técnica, Leopoldo Renato Alves e Silvana Correia.

Ao todo são 14 mosaicos que ilustram a história do município, com menções aos habitantes nativos, os índios Carijós, figuras importantes como João José de Guimarães, Padre João Reitz, Santo Antônio de Pádua padroeiro do município.

Também têm as lendas e contos regionais como o Boto Tanso (companheiro dos pescadores), e a do Chico do Mato (defensor dos índios), além das imagens de outras etnias como, a afro-brasileira, indígena, italiana e alemã, ilustrando a economia do município os engenhos, olarias e cestarias, não menos importante as manifestações culturais como boi-de-mamão, pau-de-fitas e Arraial Fest. Isso tudo relatado através de um engenhoso sobrepor de pedras e azulejos coloridos ao qual formam as obras expostas no chão.



Desde que aqui chegaram os primeiros habitantes, provenientes dos Açores e de Portugal continental, trouxeram em sua bagagem, além de muitos sonhos, uma rica cultura que se manifesta através da música, da religiosidade, das danças e do linguajar bem característico da nossa cidade. À medida que chegavam a nossa região, se aculturavam em relação às suas origens. Absorveram a cultura local, notadamente a indígena, e nessa miscigenação cultural surgiu a cultura sombriense. Este espaço de humanização busca preservar essa memória sombriense! Se orgulhe de ter nascido nesta rica terra!



Figura : Foto de acervo do calçadão.
Fonte: Casa de Cultura, 2016

Calçadão de Sombrio é apresentado à história da cidade. Tapetes feitos em mosaico de cerâmica e painéis de ferro com esculturas que retratam a saga dos imigrantes revelam as histórias de açorianos e portugueses que trouxeram na bagagem além de sonhos, uma imensa contribuição cultural.

O Calçadão, que inicialmente foi construído na Avenida Nereu Ramos, num projeto do ex-prefeito Leopoldo Renato Alves da Silva e inaugurado em abril de 2000, foi reconstruído, tendo como base o plano original, na Avenida Getúlio Vargas, no trecho entre a Rua Antônio Inácio da Rosa até a Igreja Matriz.

Para completar o quadro de Mosaicos em frente a Igreja foi feito por Podinho e o artista Zé Bandido, que buscaram retratar o Sagrado Coração de Jesus e homenagear o Apostolado da Oração através da arte.



É destaque no setor cultural do município atividades relacionada à gastronomia e ao artesanato, sendo que estes segmentos desenvolveram em função principalmente do associativismo e das atividades turísticas no município.

Outras atividades culturais historicamente realizadas pela administração bialmente são o Arraial Fest, Festa Italiana, as festas com motivações religiosos católicas como as festas em honra ao Padroeiro Santo Antônio de Pádua, no dia 13 de junho e entre outras atividades que envolvem as comemorações juninas, natalinas e festividades municipais.

Compreende-se, no entanto, que muito desenvolvimento foi obtido para o setor da cultura, mas há muito o que se fazer principalmente em relação a participação da sociedade civil na gestão cultural.

3.1 O PATRIMÔNIO CULTURAL

Para estabelecer as discussões e referências necessárias para a elaboração do Plano municipal de Cultura é fundamental debater as definições referentes à categoria “Patrimônio Cultural”, que assim como os conceitos da categoria Cultura foi concebido de diferentes formas ao longo do tempo e em diferentes lugares e autores a categoria “Patrimônio Cultural” também apresenta variadas interpretações.

Os estudos sobre as noções de Patrimônio Cultural são apresentados pela historiadora francesa Choay (2001), em retrospecto temporal e espacial a autora demonstra que o surgimento da noção de patrimônio, ainda que restrita aos bens edificados é datada do período pós- revolucionário francês.

Neste contexto, Nogueira descreve que na França nos anos finais do século XVIII e sucessivamente nas demais nações europeias “a noção de patrimônio está estritamente vinculada a ideia de nação e formação do Estado Nacional” (2000, p. 290).

Citando Fonseca (1997), Nogueira (2000) acrescenta que:

Diante da perda e da necessidade de coibir e proteger do vandalismo dos revolucionários as propriedades do Estado, da nobreza ou do clero, a consolidação e a institucionalização da prática preservacionista consubstanciou-se quando o interesse político, calcado na ideia de um “patrimônio de todos”, garantiu um estatuto legitimador do poder estatal. (NOGUEIRA, 2000, p. 290).

Fica evidente, portanto, que a preservação, inicialmente de bens materiais como as edificações reconhecidas oficialmente como patrimônios culturais, dá-se inicialmente no processo de Revolução Industrial na Europa. Conforme Camargo, são as sociedades industriais a partir do século XVIII e XIX, que se remetem ao patrimônio cultural “como herança e identidade cultural que não se quer perder” ou ainda como “identidade nacional que se quer afirmar ou reafirmar” (2002, p. 15).

O autor salienta que este modelo de preservação era “conduzido como política de Estado”, ou seja, diante das transformações que a industrialização foi provocando no cenário urbano, foi “inventado e forjado o conceito de patrimônio nacional”, e estes monumentos “seriam a materialização da identidade nacional e, por meio deles, os cidadãos se reconheceriam” (CAMARGO, 2002, p. 21).

Contudo Choay realiza uma discussão sobre as imbricações que a industrialização causou na concepção de patrimônio cultural, a autora enfatiza a realidade francesa, no entanto seu pensamento é atual para as diferentes nações. Para Choay, com a industrialização e modernização os bens patrimoniais passaram de “objeto de culto a indústria”, ou seja, “os monumentos e o patrimônio histórico adquirem dupla função, obras que proporcionam saber e prazer, postas à disposição de todos, mas também produtos culturais, fabricados, empacotados

e distribuídos para serem consumidos” (2001, p. 211).

Neste contexto de políticas públicas, foram estabelecidas para desenvolver a indústria patrimonial e sucessivamente a economia urbana, associando assim turismo e patrimônio cultural, e atualmente esta especulação da indústria patrimonial representa “uma parte crescente do orçamento e da renda das nações”. (CHOAY, 2001, p.225).

No mesmo sentido, Camargo salienta que no século XIX na Europa se intensificou as relações entre Turismo e Patrimônio Cultural, alguns fatores favoreceram esse fenômeno foram a expansão do transporte ferroviário e náutico, e, assim, as literaturas de viagens realizadas por burgueses que se embreavam aos lugares desconhecidos, os romances escritos a partir das descrições destes lugares e as próprias expedições científicas se consolidaram como “instrumento de difusão e fixação do repertório dos bens patrimoniais: o guia de turismo” (2002, p. 63).

Em relação ao Brasil, Camargo (2002) destaca que antes do século XX não se tem discussões concisas nem sobre a noção de patrimônio nem tão pouco sobre políticas de preservação ou possibilidade de consolidação de atrativos turísticos.

Nogueira destaca que somente a partir década de 1930 a ideia de patrimônio se dissipa no Brasil como “emergência do Nacional”. Neste período, as “classes políticas e intelectuais” hegemônicas institucionalizaram serviços para tratar do Patrimônio Histórico Nacional, estes órgãos seguiram inicialmente as premissas herdadas do discurso preservacionista francês, voltadas para o “resgate do passado no sentido de cristalizar os elementos do nacionalismo na construção da identidade nacional”. (2000, p. 291).

Considerando que essa missão de “resgate”, fosse de algum modo possível diante das transformações que as relações identitárias sofrem no decorrer do tempo e nos diferentes espaços e instituições culturais.

Segundo Lemos, “somente em 1936 é que realmente ganhamos um projeto digno de elogios”. O escritor Mário Andrade apresenta um anteprojeto de lei encomendado pelas autoridades da época, que entendia “por Patrimônio Artístico Nacional todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, e a organizações sociais e a particulares nacionais, a particulares estrangeiros

residentes no Brasil”. Expressando assim sua concepção “totalidade” e pluralidade do Patrimônio Cultural Brasileiro (2000, p.37-39).

Em seu projeto inovador para o período, Andrade pretendia incluir outros aspectos ao considerado patrimônio da nação, como “catalogar todas as manifestações culturais do

homem brasileiro, não só seus artefatos, mas também registrar a sua música, seus usos, seus costumes, assim como o seu saber e o seu saber-fazer”. (LEMOS, 2000, p. 41).

Embora seu projeto tenha registrado importantes aspectos e manifestações do patrimônio imaterial brasileiro não foi implantado na íntegra, pois teria assustado as autoridades que trataram de criar um Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, que conforme Lemos (2000) este serviço considerava o Patrimônio Histórico e Artístico nacional como sendo “o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”.

Com o estabelecimento do Estado Novo no Brasil, Vargas articula medidas para tornar o patrimônio, atrativo político, no entanto durante a ditadura varguista “o turista deveria ver o que o governo ditatorial determinava” e o que o Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP, produzia e veiculava, como bens do patrimônio nacional (CAMARGO, 2002, p. 87-88).

Camargo enfatiza que por muito tempo na história do Brasil, o Patrimônio Cultural “foi eleito e construído pela elite e era um atrativo para a própria elite. Ela pode decodificá-lo e usufruir dele em viagens.” Para outras classes “seria um instrumento de pregação cívica nas escolas, um eco dos grandes feitos, da ordem, do sentimento religioso dos brasileiros, da concórdia etc” (2002, p. 90).

É somente na década de 1980 é que a noção de patrimônio cultural começa a ser ampliada no Brasil englobando além dos bens arquitetônicos produzidos pela elite e pela história oficial, “os bens de origem popular, os seus fazeres, e bem mais recentemente, o patrimônio imaterial, como as festas, as danças, as procissões, a gastronomia, etc” (CAMARGO, 2002, p. 91-92).

De acordo com Camargo, “a preservação, a classificação ou o tombamento de objetos móveis e imóveis decorre do significado simbólico que atribuímos a eles” (2002, p. 29). E, por isso, o autor sugere que a seleção destes bens precisa ser negociada com uma participação maior e mais significativa das diferentes e diversas comunidades que produzem

bens culturais, porque assim seria dado possibilidades para a expressão destes segmentos sociais (2002, p. 93).

Varine-Bohan (1974, p.4), define que patrimônio cultural se constitui pelo que o homem fabricou, geralmente com a natureza e seus conhecimentos, para responder às

necessidades de sua vida e de seu desenvolvimento.

No mesmo sentido, Lemos citando as contribuições de Varine-Boham para o entendimento da abrangência do Patrimônio Cultural, dividindo-o em três categorias de elementos: A primeira envolve os “elementos pertencentes à natureza”, sobre e com os quais a produção cultural se realiza, como por exemplo, as águas que movem as rodas de moendas dos engenhos ou o solo que fertiliza e produz a mandioca. O segundo grupo de elementos elencados pelo autor, “refere-se ao conhecimento, às técnicas e ao saber fazer”, compreendendo assim “os elementos não tangíveis do Patrimônio Cultural”, aqueles que também definidos como Patrimônio Imaterial, que relaciona “toda a capacidade de sobrevivência do homem no seu meio ambiente”, saber cultivar e beneficiar a mandioca ou saber tocar e cantar uma moda de viola, por exemplo. (2000, p. 8-10).

E, ainda como terceiro grupo de elementos que constitui o Patrimônio Cultural Lemos, destaca “os bens culturais que englobam toda sorte de coisas, objetos e artefatos e construções obtidas a partir do meio ambiente e do saber fazer”, ou seja o Patrimônio Cultural Material, neste caso poderia se exemplificar citando a estrutura física e os maquinários do engenho de farinha ou cana de açúcar. (2000, p. 8-10).

Um dos documentos oficiais que expressa a conceituação do Patrimônio Cultural no Brasil é a Constituição Federal de 1988, pois no seu Art. 216, estabelece que:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação à memória dos diferentes grupos formadores de sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I- A forma de expressão;
- II- Os modos de criar, fazer e viver;
- III- As criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV- As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V- Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 2010).

No entanto, os estudos que enfocam a imaterialidade do patrimônio cultural são recentes, principalmente no Brasil, onde a própria legislação que registra os patrimônios culturais imateriais é datada do ano 2000. O Decreto N. 3551 de 04 de agosto de 2000, institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Este decreto, no seu primeiro artigo estabelece as categorias dos livros de registro da cultura imaterial em suas especificidades:

Art. 1º Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.

§ 1º Esse registro se fará em um dos seguintes livros:

I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

§ 2º A inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira. (BRASIL, 2000)

Observa-se, aqui, que as definições de Patrimônio Cultural nas legislações atuais compreendem a dimensão material e imaterial. Como imaterial tem-se claro a relação com as formas de expressão os modos de criar, fazer e viver, voltados ao cotidiano, ao trabalho, a religiosidade, ao lazer e a outras práticas da vida social. Porém, como já discutido, as preocupações e promoções em relação ao Patrimônio Cultural por muito tempo evidenciaram apenas os bens tangíveis, principalmente os arquitetônicos.

Como atualmente estas noções sofreram alterações e introduziram no contexto os bens imateriais, a questão que se apresenta é a importância de desvencilhar a concepção ainda enraizada da “sacralização da memória em pedra e cal” (NOGUEIRA, 2007) para poder dar visibilidade e problematizar as inter-relações entre os bens materiais e imateriais. Percebendo o patrimônio cultural como propulsor para a produção de conhecimento a partir de problematizações e conexões entre o passado e o presente e entre as diferentes culturas.

Camargo reforça que “o valor simbólico que atribuímos aos objetos ou artefatos é decorrente da importância que lhes atribui a memória coletiva. E é esta memória que nos impele a desvendar seu significado histórico-social, refazendo o passado em relação ao presente, e a inventar o patrimônio dentro de limites possíveis, estabelecidos pelo conhecimento” (2002, p. 31).

3.1.1 Patrimônio Cultural Material

Resumidamente pode-se dizer que o conjunto que compõe o patrimônio material de uma cidade são os aspectos mais concretos da vida humana, e que fornecem informações sobre as pessoas por meio de sua cultura material. De acordo com o IPHAN, o Patrimônio Material é formado por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Eles estão

divididos em bens imóveis – núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais – e móveis – coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

No município de Sombrio podemos citar como exemplo de Patrimônios Culturais Materiais algumas arquiteturas religiosas, comerciais e monumentos.

3.1.1.1 Arquitetura Religiosa

A Igreja de Santo Antônio de Pádua de Sombrio pode ser considerada um patrimônio importante para o município. Em 31 de maio de 1940 começou a ser construída, tendo sua obra concluída em março 1948.

Sobre a construção da Matriz o padre Reitz (1948, p. 59) diz que:

Um novo e majestoso templo, em traços góticos, há de surgir sob uma das amenas elevações de Sombrio. Terá 45,05 metros de comprimento total e 18,46 metros de largura. O cruzeiro medirá 25,80 metros de largo e a nave central 31,04 x 10,46 metros. Uma esguia torre de 45 metros de altura indicará perenemente ao povo o caminho do céu.

O interior da igreja possui pinturas no teto com imagens de anjos e santos e atrás do altar tem uma parede esculpida. Estas pinturas e escultura existentes na igreja matriz de Sombrio são obras de Zé Diabo, que é um artista cujo nome verdadeiro é José Fernandes, hoje com 73 anos, nasceu e morou a vida toda em Orleans é pintor e escultor.





Figura 5: Vista frontal antes e depois da igreja Santo Antônio de Pádua.
Fonte: Casa da Cultura, 2015.

Portal Caiuru

Casa Paroquial – Onde Morava o Pe. João Reitz

Casa do Sr. Delfino (sapataria)

Casa do Sr. Protásio Cunha

Engenho de arroz – Guarita

Alambique – Peroba

Réplica da Tocha Olímpica 2016 / Produzida por aluno da escol

Tafona – Januária

3.1.1.2 Monumentos



Figura 6: Busto de Padre João Reitz, na praça da matriz.

Fonte: Acervo Casa da Cultura, 2015

Em 1988 foi erigido um busto e bronze, com efígie de Padre João Adão Reitz, na praça da matriz, por ocasião do 50º ano de criação da paróquia de Santo Antônio de Pádua, (bodas de ouro).

Este busto foi doado à comunidade de Sombrio pelo seu irmão, Padre Raulino Reitz e esculpido por uma artista alemã, amiga do mesmo.

Cristo ressuscitado – Obra vasada mostrando a luz (Monumento criado por Podinho)



Monumento Bíblico no Centro da Cidade.



Monumento pela passagem da Tocha Olímpica em Sombrio dia 09 de Julho de 2016.



Monumento divisa bairro Raizeira ao Centro- Raiz de uma Figueira



**Monumento que que liga a Rod. SC 449 – José Tiskoski com a Getúlio Vargas .
Inauguração da SC 449 José Tiskoski (Pedra Fundamental).**



3.1.1.3 Espaços Culturais

Casa da Cultura



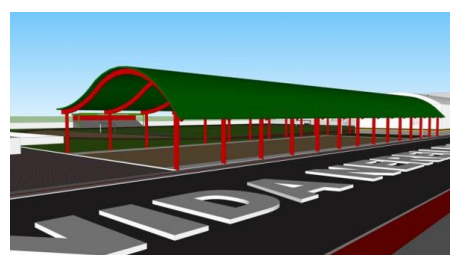
Ginásio Rogério Valerim



Calçadão Centro



Centro de Eventos Multiuso (Não inaugurado)



Ginásio Lauro Coelho – Bairro Januária

63

**Ginásio Irineu****Ginásio Enio Costa****Ginásio Alcione Silveira Pereira****Ginásio Ibraim Júlio Eufrásio**

Ginásio CAIC - Padre Humberto Oening
Ginásio João Macário Daniel (Bairro Guarita)
Ginásio Catulo – Claudionor Santos
Ginásio Fioravante Minatto
Ginásio Escola Jovem
Quadra Cidadã
Ginásio Iemes
Amja – Associação de Moradores Januária
CITI

3.1.1.3.1 Vídeo Locadoras

a) GALVAO VIDEO E REVISTARIA

Av. Getúlio Vargas, 816 - Nova Brasília Sombrio, SC | CEP: 88960-000.

3.1.1.3.2 Lan Hause

LEGENTES LAN HOUSE

Av Nereu Ramos 308 – centro sombrio / CEP 88960-000.

3.2 O PATRIMÔNIO IMATERIAL

O Decreto 3551 de 04 de agosto de 2000, institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Este decreto, no seu primeiro artigo estabelece as categorias dos livros de registro da cultura imaterial em suas especificidades.

Art. 1º Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.

§ 1º Esse registro se fará em um dos seguintes livros:

I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

§ 2º A inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira

Entende-se que o patrimônio imaterial é aquele que revela práticas cotidianas, rituais, manifestações saberes e fazeres transmitidos espontaneamente de geração em geração com sua essência e não algo produzido para representar uma identidade criada para atrair ou consolidar um produto turístico-cultural.

Do mesmo modo, a definição proposta na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial promovida pela UNESCO em 2003, explica as características e representações do patrimônio imaterial.

Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Esse patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (UNESCO, 2003, p. 3).

O documento da UNESCO reporta ao direito à memória, o direito que foi consagrado em lei no Brasil a partir da Constituição Cidadã de 1988.

3.2.1 Manifestações Folclóricas

3.2.1.1 Grupo Açor Sul Catarinense

O grupo Açor Sul Catarinense é um dos poucos divulgadores da cultura portuguesa no Brasil. Através das suas músicas e danças, leva a cada evento que participa um pouco desta tradição.

Atualmente o grupo é composto por 40 integrantes, divididos entre os músicos responsáveis pela “Tocata”, como é chamada a banda que anima com instrumentos as

apresentações, e os dançarinos que elaboram as coreografias.

Durante sua trajetória, o grupo já se apresentou em inúmeros eventos culturais realizados em cidades espalhadas por todo país, inclusive, no arquipélago dos Açores, em Portugal. Mas é em municípios litorâneos de Santa Catarina, como Laguna, Florianópolis, São Francisco do Sul entre outros, que ele mais realiza seus trabalhos.

Duas vezes por semana os integrantes se reúnem na casa da cultura de Sombrio para ensaiar. Em eventos importantes do município, como a Festa de Santo Antônio e o Arraial Fest, que ocorrem a cada dois anos, o grupo sempre marca presença.

Tudo começou no ano de 1999, quando a professora de uma turma da 4ª série do ensino fundamental de Sombrio, Clair Hahn Fermiano, resolveu formar um grupo de dança com seus alunos após estudarem a chegada, uso e costumes dos imigrantes açorianos de Santa Catarina.



Figura 7: Grupo Açor Sul Catarinense
Fonte: Casa da Cultura

Com a empolgação e empenho dos estudantes e da pedagoga, o grupo com o tempo acabou fazendo sucesso, crescendo e sendo convidado para participar de vários eventos. Entre esses, um convite especial para participar pela primeira vez do 6º Açor no arquipélago dos Açores, em Portugal.

A princípio houve um impacto por parte dos alunos, mas incentivados pela professora e pelos pais, aceitaram o convite e partiram para os ensaios. Em 2003, o grupo recebeu o primeiro troféu chamado Açorianidade.

O grupo baila coreografias de várias ilhas do Arquipélago dos Açores, bem como, danças açorianas com influência do litoral de Santa Catarina.

3.2.1.2 Prêmio Cultura Popular - 100 anos de Mazzaropi

A senhora Pedra dos Santos Mota, de Sombrio, mais conhecida por Dona Pedrinha, artesã no trançado de Palha de butiá, recebeu este ano, o prêmio Mestre da Cultura Popular - Ed.100 anos de Mazzaropi.

O Prêmio é instituído pela Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura que tem como objetivo reconhecer a atuação de Mestres e Grupos por iniciativas exemplares, que envolvam as expressões da Cultura Popular brasileira.

Indicada pelo Ponto de Cultura Açor Sul Catarinense, ela concorria entre os 1800 inscritos, que no final foram premiadas apenas 350 iniciativas de Mestre



Figura 8: Pedra dos Santos Mota
fonte: Casa da Cultura, 2015

Reconhecida como um trabalho de fortalecimento do saber fazer no município, Dona Pedrinha recebeu dez mil reais como premiação, mas o que conta é o reconhecimento do próprio Ministério da Cultura que a incentivou a se inscrever para expor seu artesanato nas cidades Sede da Copa e também na Feira Criativa e Solidária da TEIA Nacional dos Pontos de Cultura que acontecerá em Natal/RN em maio de 2014.

Esta ação foi também uma promoção e reconhecimento da herança da cultura açoriana na região.

Mestres do Saber Ananilson Souza : Mestre Monsueto(em memória) e grupos de Capoeiras : Resistência, Grilhões da Liberdade .Personalidades que fazem parte de nossa história : Primeiro Guarda Livros Sr. Galdino, Natalino, Luiz Guarda, Antonio do Correio, Tuta, Cata, Maneca da Goiaba, Chiquinho, entre outros

Temos na Casa da Cultura alguns cadastros de artesões e pessoas que realizam trabalhos manuais que participam de feiras e exposições com a casa da Cultura:

Marta Darós- patchwork em geral;
Zená pereira – biscuit, madeira e porongo;
Nilda Maria – patchwork em toalhas;
Pedra dos Santos – chapéu de palha;
Elisângela Colangdi- biscuit;
Françoise Cardoso- patchwork, mdf, crochê;
Nelson Muller- madeira, porcelana fria;
Maria José - decorações;
Marise Nunes – Chinelos, tiaras, laços;
Edivânia Simão- artesanato geral;
Moises Marques- artesanato geral;
Vera Lucia Llantada- telas, bonecas;
Raquel Santos- jornal;
Simone dos Santos- trabalho manuais;
Maria Colares- patchwork geral;
Sonia Alves- pintura em tela;
Adriana Costa- tecido e outros;
Adriana Ramos-patchwork;
Niura- artesanato em geral;
Suzie Valerim- patchwork.
Flavia Borges – MDF , pintura em tela e outros
Damila – Artesanato em geral
Maria do Chá – Chás e patchwork em geral
Jucélia Bez – artesanato em geral
Terezinha – Pintura em tecido

3.2.1.3 Terno de reis do Grupo Pacheco



O terno de reis e o boi-de-mamão da família Pacheco faz parte do patrimônio cultural do Município de Sombrio, que através de folguedos e cantorias evidenciam as origens açorianas do local.

Comunitária Cultural e Recreativa 10ª do Jacaré



Sociedade carnavalesca Carijós



3.2.Bandas e músicos de Sombrio

70

Banda **Nativa**
Moby Dick Band
Joaquim e Rafael
Banda Mediassete
Banda Sujeito a Multa
Os Severinos
Ramon e Lessandro
Banda Eletro Rover
Banda Sons da Terra
Saturnos
Edinho e Edimar
Os Falcões
Gabriel Valim
Eda
Jair Garcia
Jair Guimarães
Elis Amorim
Raquel Mendes
Natanael
Dilson Garcia

Vinil Pra K7



Tio Lino e Zezinho

71



Marcello Vgnalle e Banda



Eliege e Luan



Banda Los Marisqueiros



Julian Garcia

72



Leo Vignalle



Los Vinales



Guilherme Dias e Tratamento Vip

73



Dj André
Dj Diego Correa
Dj Marlon Mattos
Dj Maicon Quadros
Dj Edinho

PROJETOS DA CASA DA CULTURA

GRUPO DE DANÇA ÁGAPE



GRUPO SOM, VOZ E HARMONIA

74



**OFICINAS NA CASA DA CULTURA
GRUPO DE DANÇA SOUTY STALY**

75



76



Ballet, capoeira, artesanato, ritmos juvenil e infantil , dança açoriana, informática, inglês, aeróbica e violão.

77

CORAL**Coral da Melhor Idade****Associação Coral de Sombrio****Iemes Encanto**

78

Grupo Pacheco**Fanfarra****Casa da cultura- Sombrio****Fanfarra****Escola Iemes**

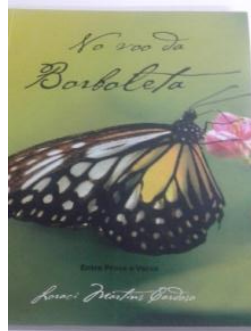
Fanfarra**Escola Ensino Básico Catulo da Paixão Cearense****Fanfarra e Grupo de Dança CEAC****Orquestra Harmonia Angelical**

**Obras de Escritores Sombrienses e
Livros lançados na Casa da Cultura.**

Aline Bauer



Loraci Martins Cardoso



Delonei Joel dos Santos e Ricardo Santos Pereira



João da Silva



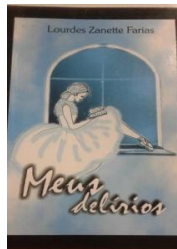
Arnaldo Estevan



Arlindo Cunha

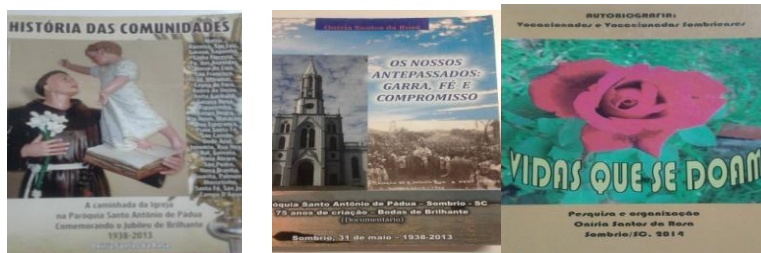


Lourdes Zanette Farias



82

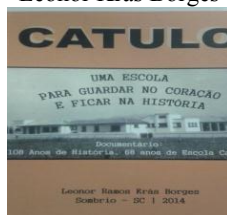
Oníria Santos da Rosa



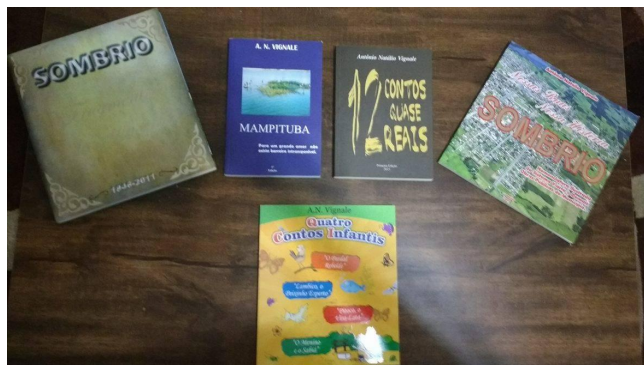
Maria Terezinha Araujo



Leonor Krás Borges



Antonio Natalino Vignale



83

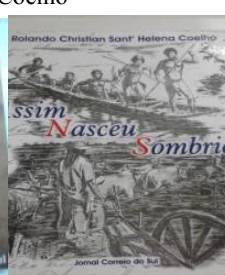
Sonia Tiscoski da Silva



Lucir Vefago Goulart



Rolando Christian Sant'Helena Coelho



Edimilson Colares



Clair Hann Fermiano



Nilton Matos Pereira



Silvia Canto



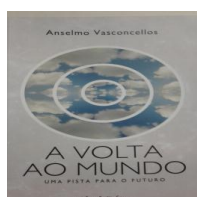
Aurelino Pereira



Valdinei Teixeira



Anselmo Vasconcelos



Franco Alves Santos da Silva



Xixo Muralha
Adriano Gonçalves

Memória dos lugares

A cidade é agraciada por belas paisagens naturais, muitas delas servem como atrativo turístico. Além de serem lugares repletos de história, são lugares agradáveis de estar.

1.1.1.1 Furnas de sombrio



Figura 9: Furnas de Sombrio
Fonte: Casa da Cultura, 2015.

As Furnas são grutas que encontram-se situadas a 2 km do centro da sede do município, junto a BR-101. A maior delas possui dezessete metros de abertura e área total de 1.118 metros quadrados. Sobre as furnas, Reitz diz: “Sombrio se pode gloriar por ter uma tal maravilha nos seus arredores. As furnas de Sombrio são um dos inúmeros lugares brasileiros que atraem turistas”.

Abertas a visitas, a maior, possui uma espécie de altar onde muitos visitantes

deixam lembranças, mensagens de agradecimento por graças alcançadas e velas que são acesas por aqueles que visitam o local. Atualmente ampliou-se muito o número de imagens dentro da fuma principal, estas já estão espalhadas por todas as paredes e até no mesmo chão.

A história das Furnas de Sombrio é permeada de fatos, suposições e lendas que as tornam instigante, tanto quanto sua formação esculpida pela natureza. Está na oralidade local que alguns viajantes relatavam que teriam visto assombrações na entrada da gruta; outros

afirmavam ter testemunhado o surgimento de bolas de fogo no interior da mesma. Isto demonstra a crença em mitos e superstições típicos dos descendentes açorianos.

1.1.1.2 Morro da Moça

Morro da Moça Situado na divisa entre os municípios de Sombrio e Santa Rosa do Sul tem uma paisagem ímpar, o qual fica isolado de três lados, sendo o último ligado até meia altura com o Morro da Garuva. À parte superior é redonda trazendo exuberante vegetação.



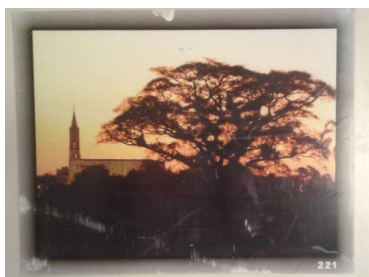
Figura 10: Morro da Moça
Fonte: Casa de Cultura

A origem do nome Morro da Moça é permeada por contos e lendas. A origem do nome Morro da Moça segundo os moradores mais antigos, quando ainda era mata fechada em sua volta, após às 18h00min ninguém se atrevia a passar por lá, pois quem passava chegava no final do caminho muito assustado pelos fantasmas que apareciam. Outra lenda sobre o seu nome, Morro da Moça foi contada pelos habitantes locais, pois diziam que uma vez que outra

87

aparecia em cima do morro, uma moça acenando um lenço branco.

“FIGUEIRAS DE SOMBRIO”



Fotografo: Fabiana Gomes Silveira

Titulo da obra: fazendo parte da história, envolvendo a própria beleza.

Imagem: rodovia sc 485, saída de sombrio em sentido a Balneário Gaivota.



Fotografo: Rislaine Corrêa da Silva

Titulo da obra: Repouso na tarde mansa

Imagem: galpão- em linha floresta em sombrio



Fotografo: Luciano Vignale Alves

Titulo da obra: Renascer

Imagem: terreno da pedreira, próximo as furnas e lagoa de sombrio

Celebrações Religiosas

FESTA DE SANTO ANTONIO: Celebrado pelos católicos, com missas, apresentações culturais, show com padres e cantores locais. Festa que envolve toda região;

Paróquia celebra Festa do Padroeiro Santo Antônio.



Procissão Corpus Cristi



Corpus Christ Igreja Matriz Procissão luminosa.



Festa do Apostolado da Oração no Bairro São José e Centro . Também acontece em todas as comunidades



FESTA DE SÃO SEBASTIÃO : Celebrado por católicos, com missa, caminhada até a comunidade de Figueirinha; (Realizada atualmente no município de Balneário Gaivota).



DIA DO EVANGÉLICO – Todas as igrejas fazem algum evento.

FESTAS E EVENTOS CIVIS

Festa Italiana: Danças, comidas típicas. Envolvendo pessoas da região.



Caldo Verde – Grupo Açor Sul Catarinense
Festas Juninas Escolares

Natal Encantado: Apresentações culturais trazidas pelas escolas, casa da cultura, APAE, CITI, CEAC, CEIS do município e região.





Arraial Fest: Shows, danças típicas, exposições de fotografia e de artesanato. Paralelamente, acontece a Feira Industrial e Comercial de Sombrio (FEINDES).

Símbolos do Arraial Fest: Realezas , Chaleira e Mascotes.



Arraial Fest: Iniciou em 1993, a festa era anualmente a partir de 2000 passou a Acontecer a cada dois anos é uma festa que recheada de atrações culturais locais, regionais e nacional. Envolve todas as comunidades Sombriense, a região da AMESC e outros Estados.

Rodeios: Realizado diversas vezes durante o ano, evento que envolve todas as comunidades da região da AMESC.

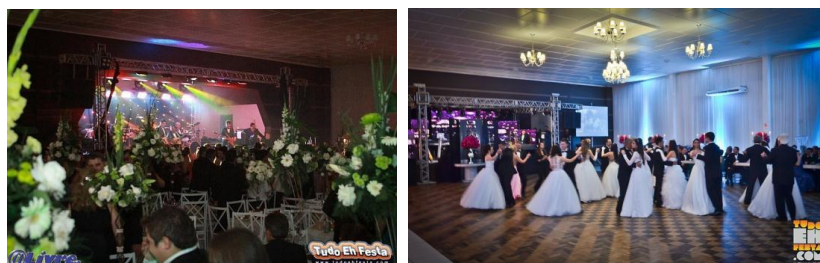
CTG Espora de Prata

CTG Presilha Sombriense

CTG Sul Catarinense



Baile de Debutantes (Sombrio t nis Clube)



Baile Sarau (Sombrio t nis Clube)



Desfile sete de Setembro

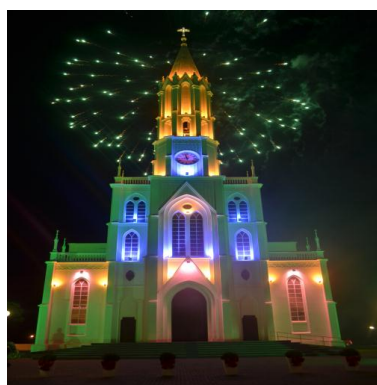


Jantar de Namorados, Jantar dos Pais, Jantar das Mães, Bingo da APAE.

Estes eventos acontecem anualmente, na cidade de Sombrio. Realizadas em salões e centro de eventos.

1.1.2 Igrejas e templos presentes no município

Paróquia Santo Antônio de Pádua



A Paróquia Santo Antônio de Pádua é composta pelas seguintes comunidades:

Bom Jesus - Palmeira
Divino Pai Eterno - Praia Onda Azul
Nossa Senhora Aparecida - Anita Garibaldi
Nossa Senhora das Graças - Guarita
Nossa Senhora de Fátima
Nossa Senhora do Bom Parto - Centro Balneário Gaivota
Nossa Senhora dos Navegantes - Praia Santa Fé
Nossa Senhora Mãe dos Homens - Rua Nova
Nossa Senhora Mãe dos Homens - Santa Fé
Santa Luzia - Parque das Avenidas
Santo Antônio de Pádua (Matriz) - Centro Sombrio
Santo Expedito - Jardim Ultramar
São Brás - Lagoa de Fora
São Cristóvão - Raizeira
São Francisco de Assis - São Francisco
São José - Rio Novo
São Luiz - São Luiz
São Pedro - Lagoinha
São Pedro - São Pedro
São Sebastião - Figueirinha

PARÓQUIA SÃO JOÃO PAULO II



15 comunidades fazem parte da Paróquia São João Paulo II. São elas: Januária, Nova Brasília, São José, Morretinho, Campo d'água, São Camilo, Boa Esperança, Retiro da União, Morro do Cipó, Sanga Negra, Maracanã, Linha Floresta, Vista Alegre, Garuva e Garuva nova. Na comunidade de Morretinho também tem um espaço dedicado à nossa senhora da Salete, com uma pequena capela aberta, onde mensalmente celebra-se missa.

No município de Sombrio existem diferentes crenças e práticas religiosas. Cita-se abaixo algumas delas:

Testemunho de Jeová;

Universal do Reino de Deus;



Igreja Internacional da Graça de Deus



Igreja Evangélica Assembleia de Deus Gideões Missionários



Igreja Quadrangular

Igreja Bola de Neve

Igreja Batista Shekinah



Igreja Viva do Brasil

Igreja Evangélica Assembleia de Deus



Igreja Evangel. A. de Deus Cons. Caminhando com Cristo

IUPSOM

Igreja Viva do Brasil

Igreja Global

Instituição Espiritualista Nosso Lar

Igreja Adventista do Sétimo Dia



Igreja Evangélica Luterana do Brail

Sheicho-no- ie

Meuadsom Território Jovem

Vida Para Nações Sombrio

Centro Espírita Celeiro de Luz



Centro de Umbanda

Benzedeiras : D. Jove, D. Filomena, D. Noca, D. Maria e sr. José, D. Maria Piava ,
D. Geni, Maria Cristóvão, Vó Ernestina, Sr. Chico.

1.1.3 Centros de Estudo



IFC - Em 05 de abril de 1993, foi criada a Escola Agrotécnica Federal de Sombrio por meio da Lei nº. 8.670, de 30 de junho de 1993, com o objetivo de atuar como uma Unidade de Ensino Descentralizada da Escola Técnica Federal de Santa Catarina, localizada em Florianópolis, tendo sido transformada em Autarquia Federal, com a mesma denominação de Escola Agrotécnica Federal de Sombrio, em 16 de novembro de 1993, por meio da Lei nº. 8.731, tendo entrado em funcionamento em 28 de março de 1994.

Com a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, transformou-se em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Câmpus Sombrio, Apesar de carregar o nome de Sombrio, a sede do Câmpus fica localizada no Município de Santa Rosa do Sul que foi emancipado após a criação da Escola.

Também em meados de 2008, com a necessidade de expandir as ações, efetivamente para o Município de Sombrio, que desponta como polo microrregional, foi criada a unidade descentralizada urbana, denominada inicialmente Núcleo Avançado de Sombrio, posteriormente Unidade Urbana de Sombrio e partir da expansão da Rede Federal, através da [Portaria 505/2014](#) do Ministério da Educação passa a ser denominado Câmpus Avançado de Sombrio (conf. [Portaria/MEC 1.074/2014](#))

O movimento de criação deste campus busca apresentar soluções técnicas para os arranjos produtivos locais, proporcionando o acesso e gerando novas tecnologias a partir da formação do jovem que cursa o ensino médio integrado ao curso técnico de informática e fomentando as carreiras de nível superior com cursos de Tecnólogo em Gestão de Redes de Computadores, Tecnólogo em Gestão de Turismo e Licenciatura em Matemática.

Além dos cursos regulares, também são ofertados cursos nas modalidades de Formação Inicial e Continuada – FIC e desenvolvidas atividades de pesquisa e extensão ligadas a projetos concebidos pelo corpo de servidores da instituição.

A correta estruturação de todos os ambientes, a gestão adequada do bem público e a

necessidade de atendimento dos anseios da sociedade com relação ao Campus requer uma crescente disponibilização de recursos humanos, financeiros e de bens, fator que serve de mola propulsora para que o Campus esteja em constante mudança e crescimento.



UNINTER – EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA EM SOMBRIO /SC

2 A GESTÃO PÚBLICA DA CULTURA: desafios e enfrentamentos

2.1 PATRIMÔNIO CULTURAL: Inter-relação entre a dimensão Material e Imaterial

O Brasil vive um momento único em relação ao estabelecimento de políticas públicas voltadas para o patrimônio cultural material e imaterial e para consolidação do acesso à cultura como um direito fundamental dos cidadãos. Durante a III Conferência Nacional de Cultura realizada em Brasília entre os dias 27 de novembro e 01 de dezembro de 2013, cerca de 2000 gestores e produtores culturais discutiram e priorizaram propostas para estabelecer uma Política de Estado dentro do Sistema Nacional de Cultura. Cabe citar que dentro do Eixo 3: Cidadania e Direitos Culturais a proposta 3.30 tem como objetivo:

Criar diretrizes de fomento para a preservação e manutenção do Patrimônio Material e Imaterial, (de acordo com as Leis n.10.639/2003, 11.645/2008, o Decreto n. 6.040/2007, o decreto-Lei n. 25/1937, a Lei 11.904/2009, o Decreto n. 8.124/2013, o Decreto n. 3.551/2000 e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho- OIT) que contemplem: a garantia de preservação e recuperação de bens tombados e realização de estudos para o tombamento de outros prédios históricos junto ao IPHAN, através do FNC; b) garantia de utilização cultural e social dos bens do patrimônio material tombado (casas, casarões, prédios pertencentes ao poder público casas tradicionais de matriz africana); c) criação de um programa de incentivo à transmissão dos saberes populares e à preservação do patrimônio cultural material e imaterial de referencia para as culturas tradicionais; d) Aprimoramento do registro de bens imateriais.

Várias leituras revelam que a cultura material não deve ser dissociada da cultura imaterial. Neste contexto, cabe revisitar o inovador trabalho realizado por Mario de Andrade no Brasil na década de 30, em relação ao registro do patrimônio imaterial, Andrade (1981, p.44 apud NOGUEIRA 2007, p. 257), afirma que os sentidos amplos e diversificados dado à

palavra arte- “habilidade com que o engenho humano se utiliza da ciência, das coisas e dos fatos”, revelam uma ideia de patrimônio cultural que se expressa tanto em sua forma material quanto em sua forma imaterial ou intangível. A partir da compreensão de um conceito amplo de cultura com foco na produção de conhecimento e no processo criativo é impossível mensurar a distinção entre o que é material e imaterial na relação do patrimônio com a comunidade que o produziu.

Lemos (1987) explica que em relação ao patrimônio cultural no Brasil a preocupação é algo muito recente. Uns ou outros às vezes no decorrer da história solicitava que um monumento arquitetônico fosse defendido. Segundo ele, somente em 1936 é que realmente ganhou-se um projeto “digno de elogios”. O escritor Mário Andrade, que pretendia incluir outros aspectos ao considerado patrimônio da nação, como catalogar todas as manifestações culturais do homem brasileiro, não só seus artefatos, mas também registrar a sua música, seus usos, seus costumes, assim como o seu saber e o seu saber-fazer.

Atualmente outros trabalhos apontam para o estabelecimento das inter-relações entre a cultura material e a imaterial. Possas, (1993, p. 233) apresenta um trabalho sobre a produção de conhecimentos histórico tendo como base as praças da cidade, ao explicar sua metodologia deixa claro que a modificação do olhar dos professores e dos alunos após as problematizações provocadas, acaba por desenvolver o olhar para a percepção das conjunturas que estão por trás dos patrimônios edificados. Está relação que existe entre o bem material seu uso cotidiano, os saberes e os fazeres que revelam sua essência são necessários para o reconhecimento das pluralidades existentes em nossa cultura e assim passando a valorizá-las e respeitá-las.

A pesquisadora Paula Landim (2001), desenvolve um estudo sobre a percepção e preservação do patrimônio arquitetônico urbano, embora defina sua discussão nos bens edificados, ela cita a importância da preservação do entorno do bem que representam um conjunto de relação. Para a autora nenhum elemento material existe de forma independente, a cultura material está enraizada nas relações cotidianas da humanidade com o meio em que está inserida, em seus saberes e fazeres. Deste modo afirma:

A cidade compreende mais do que o olho pode ver, mais do que o ouvido pode escutar: disposições e perspectivas que esperam ser exploradas, haja visto que a cidade que percorremos como transeuntes se apresenta aos poucos, por partes, sendo impossível uma visão da sua totalidade. Nenhum elemento é independente, revela-se sempre ligado ao meio ambiente, à sequência de acontecimentos que o determinaram à lembrança de experiências passadas. Cada habitante tem relações com partes definições de sua cidade, a imagem que se tem dela está impregnada de lembranças e significações. (Landim, 2001, p.3)

Landim, (2001) destaca ainda que em relação a preservação do patrimônio arquitetônico as mentalidades vêm se modificando, pois por muito tempo o interesse era garantir a preservação de construções representativas das classes dominantes ou de bens que representassem a identidade nacional consolidada pelos interesses de poucos. No entanto a autora salienta que hoje alguns buscam a preservação de edificações representativas da história das cidades, preserva-se para garantir as permanências dos modos de se habitar, dos modos de construir do cotidiano e essas relações revelam-se como patrimônios imateriais da cidade.

Vale ressaltar ainda a preocupação da autora sobre as políticas de proteção ao bem cultural, pois em nossos tempos verifica-se uma massificação e padronização que tende a destruir e descaracterizar os elementos constitutivos de nossa cultura em suas diferentes especificidades:

Supõem-se que esta política deva respeitar além dos valores históricos, culturais e estéticos, também os ambientes e as características que compõem a consciência coletiva da comunidade. O desrespeito a estes aspectos tem provocado o crescimento desenfreado das cidades, com altos custos para a paisagem urbana e a arquitetura. Como consequência, temos um processo de massificação que destrói a cultura popular e compromete o equilíbrio emocional da população, no momento que esta perde seus referenciais urbanos em espaços de tempo curto demais para uma assimilação saudável das mudanças ocorridas. (Landim, 2001.p.1)

Outros espaços onde a inter-relação entre as dimensões material e imaterial do patrimônio cultural precisam estar inter-relacionar, são os museus e as escolas, estes espaços devem criar projetos educativos e sociais que levem os indivíduos a refletirem sobre os saberes e os fazeres que estão intrínsecos no objeto material. As práticas museológicas e educativas necessitam tem como foco a produção do conhecimento cultural a partir dos bens tangíveis e intangíveis.

A museologia e a educação consideradas como histórico-socialmente condicionadas, assumem, em cada período histórico características que são resultado das ações do homem, no mundo, fazendo com que possamos considerá-las como possibilidade e não como determinação. Daí, a necessidade de contextualizá-las, situando-as no tempo e no espaço compreendendo-as como ação social e cultural. A contemporaneidade não comporta mais modelos de desenvolvimento tecnológico e científico dissociados dos referenciais culturais de um povo. Cultura e desenvolvimento mais do que nunca, têm que andar de mãos dadas. (SANTOS, 2000, p. 3)

Contudo, conclui-se que enquanto pesquisadores e educadores temos um longo caminho a percorrer para conseguir desvencilhar a concepção ainda enraizada da “sacralização da memória em pedra e cal” (NOGUEIRA, 1995). Perceber o patrimônio

cultural como vetor para a produção de conhecimento, partindo como defende Santos (2001. p.12) de questionamentos e comparações para estabelecer conexões entre o passado e o presente, entre a arte e a ciência, entre uma cultura e outra.

Observa-se ainda, que existem muitos desafios a serem enfrentados no que tange a definição e o reconhecimento dos bens culturais materiais e imateriais que devem ser preservados ou registrados em uma determinada sociedade, pois vivemos em um sistema econômico que prima pela materialidade e pelo poder. Assim, resta-nos um compromisso social acima de tudo de lutar para garantir a permanência dos saberes e fazeres e das manifestações culturais que também produzem e estão intrínsecas a cultura material que fazem parte da memória individual e coletiva, constituindo e fortalecendo a identidade cultural dos diferentes grupos sociais que compõe a sociedade brasileira.

3 DIRETRIZES E PRIORIDADES

- a) Organizar e Sistematizar a Gestão Pública da Cultura no município;
- b) Promover ações que resultem na Preservação do Patrimônio Cultural material e imaterial do município;
- c) Criar mecanismos de fomento ao desenvolvimento Artístico-Cultural;
- d) Promover ações de integração entre Economia, Cultura e Turismo buscando consolidar produtos culturais gerando assim renda e desenvolvimento;
- e) Sistematizar mecanismos de divulgação, comunicação fruição da Cultura Local.

4 METAS E AÇÕES

	1. GESTÃO PÚBLICA DA CULTURA	
	OBJETIVO GERAL	Organizar e Sistematizar a Gestão Pública da Cultura no município.
	DOCUMENTO BASE	Relatório da Conferência Municipal de Cultura

102

METAS E DIRETRIZES	PRIORIDADES E AÇÕES	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	RESULTADOS	RESPONSÁVEIS	PRAZO
Implantação do Sistema Municipal de Cultura (SMC).	Implantação do Sistema Municipal de Cultura e sucessiva adesão ao Sistema Nacional de Cultura, como instrumento de gestão articulada e compartilhada entre Estado e Sociedade criando condições para cultura deixar de ser um componente periférico para ocupar definitivamente seu espaço como um dos vetores centrais do processo de desenvolvimento do município, do estado e do país;	Promover a autonomia administrativa dos segmentos culturais.	Maior fruição cultural no município.	Prefeitura Municipal Órgão Gestor da Cultura	1 ano
	Instituição de um Órgão Gestor de Cultura específico Secretaria de Cultura				
	Reformulação do Conselho de Política Cultural, órgão constituído de maneira paritária, que representará a articulação entre o poder público e a sociedade organizada;	Criar espaço de participação social institucionalizada para elaboração, fiscalização, acompanhamento, avaliação, execução das políticas públicas de cultura.	Promoção da gestão democrática da cultura.	Prefeitura Municipal Órgão Gestor da Cultura Conselho Municipal de Política Cultural	1 ano
	Estruturação do Plano Municipal de Cultura instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da Política Municipal de Cultura;	Desenvolver um instrumento de planejamento estratégico que organize, regule e norteie a execução da Política Municipal de Cultura.	Garantia legal de execução de metas e prioridades definidas pelo plano ao longo de dez anos.	Sociedade Civil Organizada	1 ano

103

	O Poder Público deverá cumprir o acordo federativo e executar as etapas da instituição do Sistema Municipal de Cultura, assim como promoverá a motivação da comunidade a fim de expressar sua cidadania participando ativamente de todo processo de desenvolvimento cultural do município;	Promover a interação entre o poder público e a sociedade civil na elaboração das políticas públicas de cultural.	Promoção da gestão democrática da cultura.		Permanente
	Regulamentação do Sistema de Financiamento a Cultura formado pelo conjunto dos instrumentos de financiamento público da cultura, tanto para as atividades desenvolvidas pelo Estado, como para apoio e incentivo a programas, projetos e ações culturais realizadas pela Sociedade. Este sistema irá criar principalmente o Fundo Municipal de Cultura constituído por lei.	Garantir que existam no orçamento anual do poder público recursos destinados exclusivamente aos segmentos culturais.	Partilha e transferência de recursos de forma equitativa para fortalecimento da cultura local.	Prefeitura Municipal Órgão Gestor da Cultura Conselho Municipal de Política Cultural	1 ano
Garantir à acessibilidade nos equipamentos e bens culturais.	Viabilização e adequação de espaços culturais e bens públicos às pessoas com necessidades especiais, crianças e idosos;	Adequar os equipamentos culturais de infraestrutura adequada a acessibilidade de portadores de necessidades especiais, crianças e idosos.	Aumento da frequência de visitantes e usuários aos equipamentos culturais e promoção de acessibilidade a diferentes públicos.	Prefeitura Municipal Órgão Gestor da Cultura	3 anos
Capacitar agentes e Gestores Culturais	Promoção de cursos de capacitação para gestores culturais e membros da cadeia produtiva da cultura através de parcerias com instituições de Ensino;	Capacitar periodicamente os gestores e agentes culturais.	Adoção de práticas de gestão cultural eficientes e qualificadas.		Permanente

104

	Manutenção e Capacitação dos educadores, bibliotecários e agentes do setor público e da sociedade civil para atuação como agentes de difusão da leitura, contadores de histórias e mediadores de leitura em escolas, bibliotecas e museus, entre outros equipamentos culturais e espaços comunitários;	Capacitar diferentes agentes multiplicadores da preservação da cultura material e imaterial local.	Maior qualificação profissional dos agentes culturais	Prefeitura Municipal Órgão Gestor da Cultura Conselho Municipal de Política Cultural Instituições Parceiras	
	Desenvolvimento de um programa municipal de capacitação para elaboração e captação de projetos culturais;	Organizar equipe e programa qualificado elaboração e captação de projetos culturais	Aprovação e financiamento de novos projetos culturais.		Permanente
	Disponibilização por parte da administração pública de profissionais para assessorar a cadeia produtiva da cultura a organizarem os registros de associações por segmentos culturais, (designando servidor no setor);	Promover assessoria e capacitação para a cadeia produtiva da cultura.	Organização formal da cadeia produtiva da cultura.		
	Em parceria com instituições como EPAGRI, SENAR, SENAI E SEBRAE implantar um programa de capacitação dos artesãos locais a fim de melhorar a qualidade dos produtos, estimulando o associativismo e orientando sobre estratégias de ampliação de mercado.	Qualificar os artesãos locais a fim de promover, organização, diversificação e ampliação de mercado.	Melhoria, organização e diversificação da produção artesanal local e fortalecimento da identidade cultural artesanal de Sombrio.	Prefeitura Municipal Órgão Gestor da Cultura Conselho Municipal de Política Cultural Instituições Parceiras	Permanente

2. PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

105

	OBJETIVO GERAL	Promover ações que resultem na Preservação do Patrimônio Cultural material e imaterial do município.			
	DOCUMENTO BASE	Relatório da Conferência Municipal de Cultura			
METAS E DIRETRIZES	PRIORIDADES E AÇÕES	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	RESULTADOS	RESPONSÁVEIS	PRAZO
Promover ações para desenvolver pesquisas, inventários e registros do patrimônio material e imaterial do município.	Realização de inventário cultural da cidade, destacando e cadastrando o potencial histórico-cultural e artístico referente à memória material e imaterial local;	Inventariar o histórico culturalmente o município de Sombrio.	Identificação, potencialização e preservação do patrimônio material e imaterial do município.	Prefeitura Municipal Órgão Gestor da Cultura Conselho Municipal de Política Cultural Instituições Parceiras	3 anos
	Realização de inventário artístico do município cadastrando artesãos, artistas plásticos, músicos, grupos folclóricos, grupos de danças, cantores e escritores;				
	Promoção do registro da memória dos antigos moradores por meio de entrevistas e gravações;	Registrar o patrimônio Imaterial.	Preservação da memória dos moradores do município.		Permanente
	Incentivo a pesquisas e elaboração de materiais didáticos e de difusão referentes a conteúdos multiculturais e de educação patrimonial;	Fornecer subsídios didáticos para as instituições de ensino do município e região em relação aos conteúdos culturais.	Incremento na área de pesquisas e produção cultural para divulgação visando preservação.		
	Estabelecimento de parcerias com instituições universitárias e de pesquisa da região para realização dos projetos culturais do município;	Articular acordos de cooperação e parceria com instituições de ensino da região para promoção de projetos e programas culturais.	Envolvimento da sociedade civil em atividades culturais por meio de oportunidades geradas por instituições de ensino regionais.	Prefeitura Municipal Órgão Gestor da Cultura	

106

Organizar projetos que promovam a identificação e valorização de bens e saberes culturais.	Promoção do reconhecimento por parte da comunidade da necessidade de preservação e manutenção dos patrimônios culturais arquitetônicos, e incentivo à restauração por parte da iniciativa privada;	Motivar a comunidade e a iniciativa privada para a manutenção e restauração de bens culturais.	Restauração de bens materiais relevantes para o município.	Conselho Municipal de Política Cultural	Permanente
	Organização de projetos escolares e com a comunidade que valorizem as tradições do município como as brincadeiras da infância, as práticas artesanais de cultura, entre outros temas de relevância histórica;	Envolver os setores da educação formal na preservação e difusão cultural por meio de projetos multidisciplinares.	Motivação quanto a valorização cultural desde a infância.	Prefeitura Municipal Órgão Gestor da Cultura Departamento de Educação	
	Organização de campanhas de motivação para doação de acervos significativos para a casa da cultura de Sombrio e participação da comunidade na organização das exposições de longa, média e curta duração;	Estimular a doação de acervos históricos para o museu da cidade.	Aumento do número de acervos culturais relevantes para a preservação da história do município.	Prefeitura Municipal Órgão Gestor da Cultura Conselho Municipal de Política Cultural Instituições Parceiras	
	Organização de políticas públicas para tombamentos de bens patrimoniais que referenciem a memória da coletividade salvaguardando estes patrimônios para o conhecimento das próximas gerações;	Garantir o cumprimento da legislação específica quanto a preservação dos bens culturais.	Garantia de preservação de patrimônios culturais materiais e imateriais do município.	Prefeitura Municipal Órgão Gestor da Cultura Conselho Municipal de Política Cultural	Permanente
	Construção de monumentos significativos sobre a história da cidade e suas memórias	Viabilizar a construção e revitalização de monumentos e espaços históricos no município.	Ampliação do número de equipamentos culturais.	Prefeitura Municipal	
	Revitalização de praças, monumentos e lugares de memória		Manutenção de equipamentos culturais.	Órgão Gestor da Cultura	

107

	Criação e implantação do Arquivo Público Municipal para preservar o patrimônio documental;	Implantar o Arquivo Público Municipal.	Preservação do patrimônio documental do município.	Prefeitura Municipal Órgão Gestor da Cultura	Permanente
	Reforma e ampliação, informatização e compra de novos acervos para a Biblioteca Pública Municipal. Estabelecendo parcerias com o governo federal e estadual.	Investir na atualização da Biblioteca Pública Municipal.	Aumento do número de leitores e qualidade de acervo da Biblioteca Pública Municipal.		Permanente
	Garantia por meio de projetos comunitários da identidade do Arraial Fest.	Viabilizar apresentações de cunho tradicional do município	Garantia da preservação das atrações durante o evento.	Prefeitura Municipal Órgão gestor da cultura	Permanente
	Construção de um centro de cultura em memória que englobe: teatro, cinema, salas para oficinas, salas de exposição, auditório, etc. Assim como dar manutenção aos equipamentos culturais existentes.				Permanente

	3 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO-CULTURAL				
	OBJETIVO GERAL	Criar mecanismos de fomento ao desenvolvimento Artístico-Cultural			
	DOCUMENTO BASE	Relatório da Conferência Municipal de Cultura			
METAS E DIRETRIZES	PRIORIDADES E AÇÕES	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	RESULTADOS	RESPONSÁVEIS	PRAZO
	Incentivar a Regularização dos Produtores Culturais Promover ações Culturais específicas para a infância Promoção de campanhas e concursos de produção literária;	Criar concursos e campanhas anuais de produção literária para diferentes públicos.	Identificação de talentos locais e incentivo à leitura.	Prefeitura Municipal Órgão Gestor da Cultura Conselho Municipal de Política Cultural Instituições Parceiras	Permanente

108

Fomentar a criação, produção e inovação das linguagens artísticas e culturais.	Promoção e incentivo para publicações literárias.	Implantar programa de incentivo a publicação de obras literárias, científicas e artísticas de autores locais.	Reconhecimento e valorização dos autores locais. Incentivar o hábito de ler e escrever. Aumento de atores e obras culturais, além da qualificação destas produções.	Prefeitura Municipal Órgão Gestor da Cultura Conselho Municipal de Política Cultural	Permanente
	Organização de grupos de teatro amador junto à comunidade;	Incentivar a prática teatral no município.	Existência de grupo de teatro no município.		
	Organização e reativação por parte do poder público e da comunidade cultural de festivais e mostra de música e dança com periodicidade anual;	Promover eventos culturais municipais e estimular a participação em eventos regionais;	Criação de habito na população para participação em eventos culturais e garantia de espaços para que os atores culturais locais possam expressar sua arte.	Instituições Parceiras	Permanente
	Fortalecimento de as aulas de música no município;	Investir e estimular a formação de grupos, oficinas e escolas musicais e de dança no município.	Identificação dos talentos existentes para a área de dança e música e oportunizar o desenvolvimento de novos talentos. Além de garantir a existência de opções de lazer e cultura para a população.		Permanente
	Manutenção e apoio a grupos de cantos;				
	Fortalecimento de oficinas ou escolas de dança;				
	Apoio os grupos de Boi-de-mamão municipal já que esta é uma tradição cultural do município;				
	Apoio aos grupos de danças folclóricos no município; Açor Sul Catarinense e outros...				
	Fortalecimento da fanfarra escolares e da casa da cultura; Oportunizar acesso a cultura aos deficientes. Promover ações para incentivar intercâmbio cultural e Turístico				

109

	Promoção de exposições itinerantes de artesanato; Busca de espaços para organização de exposições de artesãos e artistas plásticos locais e regionais; Potencialização do artesanato por meio da Casa de Cultura;	Incentivar e estimular a produção artesanal local.	Crescimento da produção artesanal e qualificação desta produção, além de valorização dos artistas locais.		Permanente
	Viabilizar espaços públicos para exposição e difusão de artista, contemplando todas as áreas culturais.				Permanente
Criar e desenvolver programas de financiamentos para os diferentes segmentos culturais.	Elaboração de programas, editais e planos específicos para os segmentos culturais;			Prefeitura Municipal Órgão Gestor da Cultura	Permanente
	Elaboração de Projetos de captação de recursos junto ao governo Federal, estadual e a iniciativa privada para potencializar os segmentos culturais.	Organizar mecanismos de financiamentos e capacitação de recursos para os projetos dos segmentos culturais.	Garantia da distribuição equitativa de recursos para o setor cultural.	Conselho Municipal de Política Cultural Instituições Parceiras	
	Aplicar nas escolas, pontos de cultura, associações, os saberes e fazeres, através de oficinas como: crochê, tricô, tapeçaria entre outras atividades artesanais. Apresentar a cultura Local em eventos de diferentes áreas, promovendo a interação Turística e Cultural (Projeto Integrado)				

	4. ECONOMIA, CULTURA E TURISMO	
	OBJETIVO GERAL	Promover ações de integração entre Economia, Cultura e Turismo buscando consolidar produtos culturais gerando assim renda e desenvolvimento.

110

	DOCUMENTO BASE	Relatório da Conferência Municipal de Cultura			
METAS E DIRETRIZES	PRIORIDADES E AÇÕES	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	RESULTADOS	RESPONSÁVEIS	PRAZOS
Estabelecer a inter-relação entre a cultura e o turismo gerando benefícios e sustentabilidade para ambos os setores.	Organização de feiras de produtos coloniais oriundos da agricultura familiar;	Organizar feiras e espaços para comercialização de produtos culturais.	Complementação de renda familiar e continuidade dos saberes fazeres locais.	Prefeitura Municipal Órgão Gestor da Cultura Conselho de Políticas Culturais	Permanente
	Organização de roteiros religiosos, gastronômicos e arquitetônicos que possibilitem que o turista permaneça maior tempo no município e consiga apropriar-se de sua identidade cultural;	Criar, consolidar e potencializar produtos e atrativos turístico-culturais do município.	Promoção da permanência do turista por mais tempo no município.	Prefeitura Municipal Órgão Gestor da Cultura Conselho de Políticas Culturais	3 anos
	Instituição de programas integrados de mapeamento do potencial turístico cultural;		Apropriação da identidade cultural local.	Instituições Parceiras	
	Promoção da divulgação e marketing de produtos, contextos urbanos, destinos e roteiros turístico-culturais;	Criar estratégias de marketing para potencializar os atrativos e produtos turísticos e culturais locais.	Aumento de visitante e valorização por parte dos habitantes do município.	Prefeitura Municipal Órgão Gestor da Cultura Conselho de Políticas Culturais	Permanente
	Investimentos na realização de festas tradicionais do município Arraial Fest, Festa Italiana, Festa de Santo Antônio, Rodeio Crioulo, Festa da Figueirinha, como produto turístico-cultural espaço para comercialização e divulgação do potencial cultural do município;	Preservar os eventos turísticos e culturais tradicionais no município.	Manutenção de culturas tradicionais.	Prefeitura Municipal Órgão Gestor da Cultura Conselho de Políticas Culturais Iniciativa Privada	

111

	Fomento do Turismo Ecológico, Religioso e de Compras através da Regionalização do turismo integrando a região turística “Caminho do Canyons”;	Aderir ao programa de regionalização turística e cultural implantado no estado de Santa Catarina visando desenvolvimento integrado da região.	Crescimento econômico, turístico e cultural integrado da região do extremo sul catarinense.	Prefeitura Municipal Órgão Gestor da Cultura	Permanente
	Elaboração de projetos e buscar recursos públicos e privados para investir em infraestrutura turística e cultural adequada: sinalização, saneamento, acessibilidade.	Captar recursos para melhoria da infraestrutura local.	Melhoria da infraestrutura local e sucessivo aumento de fluxo de visitantes.	Prefeitura Municipal Órgão Gestor da Cultura	
	Promoção do turismo cultural sustentável, aliando estratégias de preservação patrimonial e ambiental com ações de dinamização econômica e fomento às cadeias produtivas da cultura.	Aliar práticas de preservação ambiental e sustentabilidade em todas as ações de gestão cultural.	Desenvolvimento com respeito ao ambiente natural e cultural.	Prefeitura Municipal Órgão Gestor da Cultura	

	5. CULTURA E COMUNICAÇÃO				
	OBJETIVO GERAL	Sistematizar mecanismos de divulgação, comunicação fruição da Cultura Local.			
	DOCUMENTO BASE	Relatório da Conferência Municipal de Cultura			
METAS E DIRETRIZES	PRIORIDADES E AÇÕES	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	RESULTADOS	RESPONSÁVEIS	PRAZOS
Promover a cultura digital.	Promoção do acesso à cultura digital por meio de instalação de pontos de internet sem fio e instalação de tele centros comunitários;	Oportunizar acesso à cultura digital	Incidência de percentuais elevados de inclusão digital.	Prefeitura Municipal Órgão Gestor da Cultura	

112

	Criação de políticas públicas para o acesso gratuito de alta velocidade à internet;				Permanente
	Implantação de um sistema digital de comunicação do acervo fotográfico digital do município;	Criar sistema digital de divulgação do acervo municipal	Diversificação dos meios de acesso aos elementos da cultura e memória local.		
Divulgar bens, conteúdos e valores oriundos das criações artísticas e culturais do município.	Criação de instrumentos de divulgação das manifestações culturais locais;	Criar diversos tipos de instrumentos de divulgação das manifestações culturais locais;	Efetivação de mecanismos de divulgação dos conteúdos culturais locais.	Prefeitura Municipal Órgão Gestor da Cultura Conselho Municipal de Política Cultural Instituições Parceiras	
	Fortalecer página na rede social que comunique as atividades do Conselho de Políticas Culturais;				
	Organização de um calendário de eventos culturais anual e integrado com divulgação local e regional;	Sistematiza e organizar a realização de eventos culturais.	Organização para evitar choques de eventos e disputa de públicos. Divulgação integrada de eventos culturais.		
	Disponibilização de informações sobre as leis e regulamentos que regem a atividade cultural no Município, no Estado e no País e a gestão pública das políticas culturais dando transparência a dados e indicadores sobre gestão e investimentos públicos; Buscar parceiros com rádios locais para programações de ações Culturais	Promover a transparência administrativa na gestão cultural.	Comunicação de dados da administração pública da cultura.	Prefeitura Municipal Órgão Gestor da Cultura	

5 RESULTADOS E IMPACTOS ESPERADOS

Após sua implantação, o Plano Municipal de Cultura deverá resultar na garantia dos direitos culturais à população municipal, entre eles a produção, a fruição, a participação e

o acesso à cultura em suas variadas dimensões, por meio de programas específicos para cada segmento cultural.

Estima-se com a execução do plano a promoção de maior autonomia do Órgão Gestor de Cultura e a democratização de recursos financeiros, criando de uma Política Cultural Municipal que tenha continuidade independente da gestão de governo.

5.1 RECURSOS MATERIAIS HUMANOS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS E NECESSÁRIOS

Como recursos materiais, a execução do plano conta com os equipamentos culturais públicos, com proposta de parceria para ocupação de espaços da iniciativa privada para desenvolvimento de ações culturais.

Gestores públicos, técnicos e especialistas capacitados e com experiência na gestão cultural comporão o quadro de funcionários municipais, sendo primordial o incentivo ao trabalho conjunto com o Conselho Municipal de Política Cultural, artistas, produtores e agentes culturais visando à qualificação e a democratização da gestão municipal.

5.2 MECANISMOS E FONTES DE FINANCIAMENTO

O financiamento se efetivará por meio de dotação orçamentária específica para a gestão pública da cultura, bem como com recursos do Fundo Municipal de Cultura para o fomento da área no município, estabelecidos na Lei Orçamentária Anual. Parcerias deverão ser firmadas como complemento de recursos, buscando transferências federais e/ou estaduais; doações e legados; e outras receitas legalmente incorporáveis ao Fundo.

O Fundo Municipal de Cultura poderá financiar projetos culturais apresentados por pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, com ou sem fins lucrativos mediante fixação de programas ou editais, os projetos deverão ser aprovação pelo Conselho Municipal de Políticas Culturais que deverá levar em conta a adequação

orçamentária, a viabilidade de execução e a capacidade técnico-operacional do proponente, além das diretrizes e prioridades definidas anualmente pelo Conselho.

5.3 INDICADORES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Como indicadores serão utilizadas as informações contidas no conteúdo do Plano Municipal de Cultura de Sombrio, fortalecidos por dados obtidos junto ao IBGE e outras fontes de informações. O Plano Municipal de Cultura de Sombrio tem validade por 10 (dez) anos a partir da data de sua publicação, tendo avaliação geral a cada 5 (cinco) anos e avaliação setorial a cada dois anos em fórum específicos de cada segmento cultural.

Compete ao Conselho Municipal de Política Cultural a fiscalização para assegurar a integração, funcionalidade e racionalidade do sistema e a coerência das políticas públicas da cultura. Cabe ao órgão Gestor de Cultura disponibilizar acesso a estatísticas, indicadores e outras informações para o acompanhamento do desempenho do Plano.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, A. **O que é cultura popular**. 13 ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988.

AYALA, M.; AYALA, M. I. N. **Cultura popular no Brasil: perspectiva de análise**. 2. ed São Paulo: Ed. Ática, 2002.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é folclore**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BRANDÃO, C. R.. **Viver de Criar Cultura, Cultura Popular, Arte e Educação**. In: SALTO PARA O FUTURO. Cultura Popular e Educação. Brasília: TV ESCOLA/SEED/MEC, 2008, p. 25-38.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil. 1988**. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 fev. 2010.

LANDIM, Paula. **Percepção e Preservação do Patrimônio Arquitetônico**. In: V Seminário Nacional. I Encontro Latino Americano de Preservação e Revitalização Ferroviária. Anais. Piracicaba, SP, 2001.

BRASIL. **Decreto no. 3551 de 04 de agosto de 2000.** Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Acesso em 22 de julho de 2012. (Camargo 2002, p. 31).

CANCLINI, N. G. **Cultura Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.
CAROLA, C. R.; DASSI, N. **Era uma vez o rio Mãe Luzia.** Criciúma, SC: UNESC, 2014.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: Estação Liberdade, UNESP, 2001.
FARIAS, Vilson Francisco de. Sombrio: 85 anos: **natureza, história e cultura: para o ensino fundamental.** Sombrio: Ed. do autor, 2000.

IBGE. **Perfil das Cidades Brasileiras.** Disponível em: <www.ibge.gov.com.br>. Acesso em: 11 nov, 2015.

LEMONS, C. A. C. **O que é Patrimônio histórico.** São Paulo: Brasiliense, 2000.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. **Inventário e Patrimônio Cultural no Brasil.** In: História de São Paulo, v. 26 n. 2, p. 257-268, 2007.

_____. **O Patrimônio em questão.** Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História. PUC-SP, vol. 20, 2000. Disponível em:<<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10820/8038>>. Acesso em: 23 jan. 2015.

_____. **O SPHAN e a Redescoberta do Brasil: a sacralização da memória em pedra e cal.** PUC-SP: Dissertação de Mestrado, 1995.

POSSAS, Lúcia M. V. **Rastreamento de pistas – a observação nas praças da cidade.** In Revista Brasileira de História 25/26: Memória, história e historiografia. São Paulo: Marco Zero/Anpuh, 1993. p. 233-259.

PEDRO, J. M. et al. **Negro em Terra de Branco; Escravidão e Preconceito em Santa Catarina no Século XIX.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

PIAZZA, W. F. **Santa Catarina: Sua História.** Ed. da UFSC e Ed. Lunardeli. 1983.

REITZ, P. Raulino. **Paróquia de Sombrio: ensaio de uma monografia paroquial.** Sombrio: 1948.

RÉMOND, R. **O Século XIX: 1915 – 1914.** 7. ed. São Paulo: Cultrix, 1997
SANTOS, J. L. **O que é Cultura.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

SANTOS, Sílvia Coelho. **Índios e Brancos no Sul do Brasil**. Porto Alegre: Editora Movimento, 1995.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. **MUSEU E EDUCAÇÃO: conceitos e métodos**. 2001. [HTTP://www.rem.org.br/download/MUSEU E EDUCA O conceitos _todos _Porto _Alegre%5B1%5D](http://www.rem.org.br/download/MUSEU_E_EDUCA_O_conceitos_todos_Porto_Alegre%5B1%5D). Acesso em 15 de abril de 2013.

TEIXEIRA, CARINE OLIVEIRA. **SOMBRIO – SC: memória, identidade e patrimônio em diálogo com a educação**. Monografia: Criciúma: UNESC, 2009.

SANTOS, Taise Correia dos. ET AL. PATRIMÔNIO MATERIAL EDIFICADO DE SOMBRIO (SANTA CATARINA, BRASIL): **MEMÓRIA E IDENTIDADE**. Revista Tecnologia e Ambiente, v. 21, 2014, Criciúma, Santa Catarina.

UNESCO. **Convenção para a salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Paris, 17 de Outubro de 2003. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ConvencaoSalvaguarda.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

VARINE-BOHAN, H. **A experiência internacional**: notas de aula. São Paulo: FAU-USP, 1974.

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO 281/2016

DECRETO Nº.281, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016

Dispõe sobre a designação de servidores para exercer as funções de pregoeiro e equipe de apoio nas licitações realizadas na modalidade Pregão no Município de Sul Brasil-SC.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei 10.520 de 17.07.2002.

DECRETA:

Art. 1º. Fica designado a Servidora Municipal LORENI LISTON MARTINS, para exercer a função de pregoeiro nos processos licitatórios na modalidade Pregão, em conformidade com o disposto no artigo 2º, inciso IV da Lei Federal 10.520 de 17 de julho de 2002.

Art. 2º. Ficam designados os Servidores Municipais abaixo relacionados para integrarem a equipe de apoio nos processos licitatórios na modalidade Pregão, em conformidade com o disposto no artigo 2º, inciso IV da Lei Federal 10.520 de 17 de julho de 2002:

I – JOSÉ REZENDE;

II – CLAUDEMIR SAUGO;

III – PAULO CESAR HÜBNER.

Art. 3º. As atribuições do pregoeiro e da equipe de apoio inclui, entre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 5º. Fica revogado as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 21 de dezembro de 2016.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Data Supra:

DIEGO GUSTAVO KIRCH
Diretor de Administração

DECRETO 288/2016

DECRETO Nº 288/2016 DE 27/12/2016

“FICA ABERTO CRÉDITO ADICIONAL DE ESPECIE SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na em especial ao disposto na Lei nº 1072/2015 de 17 de dezembro de 2015 e Lei nº 1.072/2015 de 17 de Dezembro de 2015, Lei Orçamentária Anual.

Artigo 1o – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Suplementar por EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E SUPERÁVIT FINANCEIRO no valor de R\$ 4.875,46 (Quatro mil oitocentos e setenta e cinco reais e oitenta e seis centavos), destinados a suplementar a seguintes Atividades do Orçamento Municipal vigente:

04.01.0012.306.0006.2.014- Alimentação Escolar

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00 (39)	0.1.00.001060	Outras Despesas Corrente – Aplic. Diretas (1060)	R\$ 4.650,50
3.3.90.00 (234)	0.1.00.003060	Outras Despesas Corrente – Aplic. Diretas (3060)	R\$ 225,36

Artigo 2o – Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto no artigo 1o no valor de R\$ R\$ 4.875,46 (Quatro mil oitocentos e setenta e cinco reais e oitenta e seis centavos), proveniente Excesso de Arrecadação apurado no Exercício de 2016, referente a receita estimada a menor fonte de Recurso: 1062- PNAE Programa de Alimentação Escolar e Superávit Financeiro no exercício de 2015 no valor de R\$ 225,36. 3060- PNAE.

RECEITA PREVISTA/ SUPLEMENTADO	BLOCO/FR	ARRECADADA ATÉ 12/2016	VALOR ARRECADADO A MAIOR ATÉ DEZEMBRO DE 2016
R\$ 25.330,00	PNAE/1060	R\$ 29.936,17	R\$ 4.606,17

Artigo 3º – Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,
aos 27 de dezembro de 2016..

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal
Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

PAULO CESAR HUBNER
Contador CRC/SC 024848/O-0

Tigrinhos

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 041-2016

EXTRATO DE CONTRATO
MUNICIPIO DE TIGRINHOS

Processo Licitatório nº. 039/2016

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado contrato nº. 041/2016 com a EMPRESA BRUBRINQ IND. E COM. DE BRINQUEDOS LTDA EPP – CNPJ: 02.448.442/0001-20, para execução do projeto de revitalização da praça municipal com instalação de playground e mobiliário urbano, conforme projeto, no valor de R\$ 105.907,32.

TIGRINHOS/SC, em 28 de Dezembro de 2016.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

PORTARIA 249/2016

PORTARIA Nº. 249/2016.

CONCEDE ESTABILIDADE FUNCIONAL NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SR. GILBERTO CYBULSKI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, digníssimo Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica Municipal e Art. 216 da Lei Municipal Complementar nº 035/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ESTABILIDADE funcional na Secretaria Municipal de Saúde ao Servidor Público Municipal Sr. GILBERTO CYBULSKI, efetivo no cargo de MOTORISTA, 40 (quarenta) horas semanais, cadastrado sob matrícula nº 396/01, passando a ser servidor estável na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 27 de Dezembro de 2016, conforme Artigo 216 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos – Lei Municipal Complementar nº 035/2015.

Lei Municipal Complementar nº 035/2015

Art. 216 Fica assegurado ao servidor publico ocupante de cargo efetivo a estabilidade na Secretaria Municipal, comprovando o exercício de suas funções há mais de 10 (dez) anos. Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e sete de dezembro de dois mil e dezesseis.

PORTARIA 250/2016

PORTARIA Nº. 250/2016.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE INTERESSES PARTICULARES PARA O SERVIDOR MUNICIPAL SR. GURIEL MARCELO GOTARDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Inciso VI, do Artigo 68, da Lei Orgânica e Lei Complementar Nº. 035/2015.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida Licença sem vencimento para tratamento de interesses particulares ao Servidor Público efetivo Sr. GURIEL MARCELO GOTARDO, Operador, 40 horas semanais, matrícula sob nº. 471/01, pelo período de (01) um ano, a partir de 29 de Dezembro de 2016, previsto no Art. 107 da Lei Complementar nº 035/2010, de 03 de Novembro de 2015 – Estatuto dos servidores Público de Tigrinhos/SC, conforme requerimento apresentado e deferido.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e sete de dezembro de dois mil e dezesseis.

Caroline Farinon

Secretaria Municipal da Administração
e Fazenda.

PORTARIA 251/2016

PORTARIA Nº. 251/2016.

EXONERA A SERVIDORA MUNICIPAL SRA. CLEISE HONAISSER, OCUPANTE DO CARGO COMISSONADO DE DIRETOR GERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, digníssimo Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonera a Servidora Pública Sra. CLEISE HONAISSER, do cargo comissionado de DIRETOR GERAL, cadastrada sob a matrícula nº. 291/03, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 30/12/2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e sete de dezembro de dois mil e dezesseis.

Caroline Farinon

Secretaria Municipal da Administração
e Fazenda.

PORTARIA 252/2016

PORTARIA Nº. 252/2016.

EXONERA A SERVIDORA MUNICIPAL SRA. CRISTIANI GISLAINE MÜLLER, OCUPANTE DO CARGO COMISSIONADO DE SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, digníssimo Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonera a Servidora Pública Sra. CRISTIANI GISLAINE MÜLLER, do cargo comissionado de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTENTE SOCIAL, cadastrada sob a matrícula nº. 542/01, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, a partir de 30/12/2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 27 DE DEZEMBRO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e sete de dezembro de dois mil e dezesseis.

Caroline Farinon
Secretaria Municipal da Administração
e Fazenda.

PORTARIA 253/2016

PORTARIA Nº. 253/2016.

EXONERA O SERVIDOR MUNICIPAL SR. DILMAR JOSE SIMONETTI, OCUPANTE DO CARGO COMISSIONADO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, digníssimo Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonera o Servidor Público Sr. DILMAR JOSE SIMONETTI, do cargo comissionado de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS, cadastrado sob a matrícula nº. 515/01, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a partir de 30/12/2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 27 DE DEZEMBRO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e sete de dezembro de dois mil e dezesseis.

Caroline Farinon
Secretaria Municipal da Administração
e Fazenda.

PORTARIA 254/2016

PORTARIA Nº. 254/2016.

EXONERA A SERVIDORA MUNICIPAL SRA. DIONE ALINE ALBERTI NUNES DILL, OCUPANTE DO CARGO TEMPORÁRIO DE PSICOLOGA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, digníssimo Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonera a Servidora Pública Sra. DIONE ALINE ALBERTI NUNES DILL, do cargo Temporário de PSICOLOGA, cadastrada sob a matrícula nº. 545/01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 30/12/2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 27 DE DEZEMBRO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e sete de dezembro de dois mil e dezesseis.

Caroline Farinon
Secretaria Municipal da Administração
e Fazenda.

PORTARIA 255/2016

PORTARIA Nº. 255/2016.

EXONERA A SERVIDORA MUNICIPAL SRA. ELISANGELA MARIA BECKERT ROSSATTO, OCUPANTE DO CARGO COMISSIONADO DE DIRETOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, digníssimo Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonera a Servidora Pública Sra. ELISANGELA MARIA BECKERT ROSSATTO, do cargo comissionado de DIRETOR, cadastrada sob a matrícula nº. 446/03, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, a partir de 30/12/2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 27 DE DEZEMBRO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e sete de dezembro de dois mil e dezesseis.

Caroline Farinon
Secretaria Municipal da Administração
e Fazenda.

PORTARIA 256/2016

PORTARIA Nº. 256/2016.

EXONERA A SERVIDORA MUNICIPAL SRA. IARA GOHLKE, OCUPANTE DO CARGO COMISSIONADO DE DIRETORA GERAL DE ESCOLA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, digníssimo Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonera a Servidora Pública Sra. IARA GOHLKE, do cargo comissionado de DIRETORA GERAL DE ESCOLA, cadastrada sob a matrícula nº. 475/01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 30/12/2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 27 DE DEZEMBRO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e sete de dezembro de dois mil e dezesseis.

Caroline Farinon
Secretaria Municipal da Administração
e Fazenda.

PORTARIA 257/2016

PORTARIA Nº. 257/2016.

EXONERA A SERVIDORA MUNICIPAL SRA. IZOLDI AVANI ZILKE, OCUPANTE DO CARGO COMISSIONADO DE DIRETOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, digníssimo Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonera a Servidora Pública Sra. IZOLDI AVANI ZILKE, do cargo comissionado de DIRETOR, cadastrada sob a matrícula nº. 409/01, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, a partir de 30/12/2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 27 DE DEZEMBRO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e sete de dezembro de dois mil e dezesseis.

Caroline Farinon
Secretaria Municipal da Administração
e Fazenda.

PORTARIA 258/2016

PORTARIA Nº. 258/2016.

EXONERA A SERVIDORA MUNICIPAL SRA. JANE SIRLEI TIMM ANDRETTA, OCUPANTE DO CARGO COMISSIONADO DE COORDENADOR GERAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, digníssimo Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonera a Servidora Pública Sra. JANE SIRLEI TIMM ANDRETTA, do cargo comissionado de COORDENADORA GERAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL, cadastrada sob a matrícula nº. 531/01, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a partir de 30/12/2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 27 DE DEZEMBRO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e sete de dezembro de dois mil e dezesseis.

Caroline Farinon
Secretaria Municipal da Administração
e Fazenda.

PORTARIA 259/2016

PORTARIA Nº. 259/2016.

EXONERA A SERVIDORA MUNICIPAL SRA. LAURETE TERESINHA WRZESINSKI WISSMANN, OCUPANTE DO CARGO COMISSIONADO DE ASSESSOR ESPECIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, digníssimo Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonera a Servidora Pública Sra. LAURETE TERESINHA WRZESINSKI WISSMANN, do cargo comissionado de ASSESSOR ESPECIAL, cadastrada sob a matrícula nº. 522/01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 30/12/2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 27 DE DEZEMBRO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e sete de dezembro de dois mil e dezesseis.

Caroline Farinon
Secretaria Municipal da Administração
e Fazenda.

PORTARIA 260/2016

PORTARIA Nº. 260/2016.

EXONERA A SERVIDORA MUNICIPAL SRA. LUANA GUILHERME LOBLER, OCUPANTE DO CARGO COMISSIONADO DE ASSESSOR DE ADMINISTRAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, digníssimo Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonera a Servidora Pública Sra. LUANA GUILHERME LOBLER, do cargo comissionado de ASSESSOR DE ADMINISTRAÇÃO, cadastrada sob a matrícula nº. 513/01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 30/12/2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 27 DE DEZEMBRO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e sete de dezembro de dois mil e dezesseis.

Caroline Farinon
Secretaria Municipal da Administração
e Fazenda.

PORTARIA 261/2016

PORTARIA Nº. 261/2016.

EXONERA A SERVIDORA MUNICIPAL SRA. MARIANE LUIZE DE OLIVEIRA, OCUPANTE DO CARGO TEMPORÁRIO DE ASSISTENTE SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, digníssimo Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonera a Servidora Pública Sra. MARIANE LUIZE DE OLIVEIRA, do cargo Temporário de ASSISTENTE SOCIAL, cadastrada sob a matrícula nº. 544/01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 30/12/2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 27 DE DEZEMBRO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e sete de dezembro de dois mil e dezesseis.

Caroline Farinon
Secretaria Municipal da Administração
e Fazenda.

PORTARIA 262/2016

PORTARIA Nº. 262/2016.

EXONERA A SERVIDORA MUNICIPAL SRA. MARILENE LUCIA MARTELLO BAGNARA, OCUPANTE DO CARGO TEMPORÁRIO DE PSICOLOGA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, digníssimo Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonera a Servidora Pública Sra. MARILENE LUCIA MARTELLO BAGNARA, do cargo Temporário de PSICOLOGA, cadastrada sob a matrícula nº. 549/01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 30/12/2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 27 DE DEZEMBRO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e sete de dezembro de dois mil e dezesseis.

Caroline Farinon
Secretaria Municipal da Administração
e Fazenda.

PORTARIA 263/2016

PORTARIA Nº. 263/2016.

EXONERA O SERVIDOR MUNICIPAL SR. MARIO BONETTO, OCUPANTE DO CARGO COMISSIONADO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, digníssimo Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonera o Servidor Público Sr. MARIO BONETTO, do cargo comissionado de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, cadastrado sob a matrícula nº. 528/01, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a partir de 30/12/2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 27 DE DEZEMBRO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e sete de dezembro de dois mil e dezesseis.

Caroline Farinon
Secretaria Municipal da Administração
e Fazenda.

PORTARIA 264/2016

PORTARIA Nº. 264/2016.

EXONERA A SERVIDORA MUNICIPAL SRA. MARLI FÁTIMA AGOSTINI, OCUPANTE DO CARGO COMISSIONADO DE SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, digníssimo Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonera a Servidora Pública Sra. MARLI FÁTIMA AGOSTINI, do cargo comissionado de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, cadastrada sob a matrícula nº. 410/01, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a partir de 30/12/2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 27 DE DEZEMBRO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e sete de dezembro de dois mil e dezesseis.

Caroline Farinon
Secretaria Municipal da Administração
e Fazenda.

PORTARIA 265/2016

PORTARIA Nº. 265/2016.

EXONERA O SERVIDOR MUNICIPAL SR. MILTON MOSER, OCUPANTE DO CARGO COMISSIONADO DE DIRETOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, digníssimo Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonera o Servidor Público Sr. MILTON MOSER, do cargo comissionado de DIRETOR, cadastrado sob a matrícula nº. 506/01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 30/12/2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 27 DE DEZEMBRO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e sete de dezembro de dois mil e dezesseis.

Caroline Farinon
Secretaria Municipal da Administração
e Fazenda.

PORTARIA 266/2016

PORTARIA Nº. 266/2016.

EXONERA O SERVIDOR MUNICIPAL SR. SÉRGIO ORTOLAN, OCUPANTE DO CARGO COMISSIONADO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, digníssimo Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonera o Servidor Público Sr. SÉRGIO ORTOLAN, do cargo comissionado de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, cadastrado sob a matrícula nº. 396/03, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, a partir de 30/12/2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 27 DE DEZEMBRO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e sete de dezembro de dois mil e dezesseis.

Caroline Farinon
Secretaria Municipal da Administração
e Fazenda.

PORTARIA 267/2016

PORTARIA Nº. 267/2016.

EXONERA A SERVIDORA MUNICIPAL SRA. SIMONE TABORDA GÄLZER, OCUPANTE DO CARGO COMISSIONADO DE DIRETOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, digníssimo Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonera a Servidora Pública Sra. SIMONE TABORDA GÄLZER, do cargo comissionado de DIRETOR, cadastrada sob a matrícula nº. 403/01, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, a partir de 30/12/2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 27 DE DEZEMBRO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e sete de dezembro de dois mil e dezesseis.

Caroline Farinon
Secretaria Municipal da Administração
e Fazenda.

PORTARIA 268/2016

PORTARIA Nº. 268/2016.

EXONERA O SERVIDOR MUNICIPAL SR. UBALDO CARLOS RENCK, OCUPANTE DO CARGO COMISSONADO DE ASSESSOR JURÍDICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, digníssimo Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonera o Servidor Público Sr. UBALDO CARLOS RENCK, do cargo comissionado de ASSESSOR JURÍDICO, cadastrado sob a matrícula nº. 457/01, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, a partir de 30/12/2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 27 DE DEZEMBRO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e sete de dezembro de dois mil e dezesseis.

Caroline Farinon
Secretaria Municipal da Administração
e Fazenda.

PORTARIA 269/2016

PORTARIA Nº. 269/2016.

EXONERA A SERVIDORA MUNICIPAL SRA. ANGELICA ROANI WOLFF, OCUPANTE DO CARGO COMISSONADO DE COORDENADOR DOS PROGRAMAS CRAS/CREAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, digníssimo Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonera a Servidora Pública Sra. ANGELICA ROANI WOLFF, do cargo comissionado de COORDENADOR DOS PROGRAMAS CRAS/CREAS, cadastrada sob a matrícula nº. 530/01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 30/12/2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 27 DE DEZEMBRO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e sete de dezembro de dois mil e dezesseis.

Caroline Farinon
Secretaria Municipal da Administração
e Fazenda.

PORTARIA 270/2016

PORTARIA Nº. 270/2016.

PROCEDE A RECONDUÇÃO DA SERVIDORA SRA. VERA LÚCIA BACZINSKI AO SEU CARGO EFETIVO DE TÉCNICA EM CONTABILIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, digníssimo Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Art. 1º. Reconduz a servidora Sra. VERA LÚCIA BACZINSKI ao cargo efetivo de TÉCNICA EM CONTABILIDADE, cadastrada na matrícula nº. 83/01, com carga horária de 40 (quarenta) semanais, cumprido com as devidas atribuições, a partir de 30/12/2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 27 DE DEZEMBRO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e sete de dezembro de dois mil e dezesseis.

Caroline Farinon
Secretaria Municipal da Administração
e Fazenda.

PORTARIA 271/2016

PORTARIA Nº. 271/2016.

EXONERA A SERVIDORA MUNICIPAL SRA. CAROLINE FARINON, OCUPANTE DO CARGO COMISSONADO DE SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, digníssimo Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonera a Servidora Pública Sra. CAROLINE FARINON, do cargo comissionado de SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA, cadastrada sob a matrícula nº. 546/01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 30/12/2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 27 DE DEZEMBRO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e sete de dezembro de dois mil e dezesseis.

Caroline Farinon
Secretaria Municipal da Administração
e Fazenda.

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 043/2016**

PORTARIA 043/2016

CONCEDE LICENÇA DE 01 (UM) DIA DE SEU TRABALHO COMO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS À SERVIDORA CLARICE CAMPOS SCHAFFER DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIGRINHOS.

SALETE TERESINHA SAUSEN, Presidente da Câmara de Vereadores de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a alínea "a", inciso III, do art. 23 do Regimento Interno da Câmara de Vereadores.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA remunerada de seu trabalho como Auxiliar de Serviços Gerais, à Servidora Efetiva da Câmara de Vereadores de Tigrinhos, CLARICE CAMPOS SCHAFFER, matrícula n. 29/08, nos termos do inciso V, do art. 123 da Lei Municipal Complementar nº 035/2015, (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), 01 dia, indicado pela Justiça Eleitoral, em conformidade com a Lei n. 9.504/97, regulamentado pela Res. TSE n. 22.747/08, por conta do serviço prestado na realização das Eleições de 2016 e conforme Declaração apresentada.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA DE VEREADORES DE TIGRINHOS, EM 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

Salette Teresinha Sausen

Presidente

Timbó

PREFEITURA

ATA INEXIGIBILIDADE Nº 104.2016 - PMT - LIZ SERVIÇOS ONLINE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 104/2016 - PMT

Às nove horas, do vigésimo primeiro dia do mês de dezembro de dois mil e dezesseis, na sala do setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ-SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 1894, de 1º de março de 2016, para análise dos documentos constantes do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 104/2016 PMT.

Aberta a sessão foram analisados os documentos integrantes deste processo de inexigibilidade apresentados pela empresa LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA:

Ato Constitutivo (5ª alteração contratual)	Lei 8.666/93 Art. 27 I c/c Art. 28
Certidão Simplificada - JUCESC	
Certidão Negativa de Débitos do Município de Timbó/SC Certidão Negativa de Débitos de Itapema/SC (domicílio da contratada)	Art. 29, III - Lei 8.666/93, Art. 193 Código Tributário Nacional e Art. 50 da LC Municipal 142/98
Certidão Negativa de Débitos Estaduais	Lei 8.666/93 Art. 29 III
Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União	Lei 8.666/93 Art. 29 III
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	Lei 8.666/93 Art. 29 V
Cartão CNPJ	Lei 8.666/93 Art. 29, I
Certidão de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) (emitida pela Caixa Econômica Federal)	Lei 8.666/93 Art. 29, IV e Lei 8.036/90 art. 27 "a"
Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial	
Declaração da empresa proponente, de que não possui em seu quadro de empregados, trabalhadores menores de dezoito anos realizando trabalhos noturnos, perigosos e insalubres, e de menores de dezesseis anos trabalhando em qualquer tipo de função	Lei 8.666/93, art. 27, V
Declaração sob as penas da lei, de que a licitante não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública	
Declaração 051/2016 de exclusividade expedida pelo órgão competente	Lei 8666/93 art. 25 I
Proposta Comercial	

Da análise destes documentos observa-se que a empresa está com a documentação regular.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

MARLISE THEILACKER Presidente	BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO Membro	LOURDES MOSER Membro
----------------------------------	---------------------------------------	-------------------------

PORTARIA NO 2132, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

PORTARIA No 2132, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera os Servidores Públicos Municipais ocupantes de cargos em comissão no SAMAE, a contar de 30 de dezembro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso I, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com fundamento no art.50, inciso I da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, combinado com o artigo 12 da Lei Complementar nº 212, de 21/12/2001,

RESOLVE:

Art.1º Exonerar os Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, a contar de 30 de dezembro do corrente:

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ – SAMAE		
NOME	CARGO EM COMISSÃO / SÍMBOLO	PORT.DE NOMEAÇÃO
Waldir Girardi	Diretor Presidente / DAS-1	04, de 02/01/2013

Carla Tatiana Raduenz Geisler	Diretor de Departamento-Administrativo/Financeiro/CC-2	16, de 02/01/2013
Maria Carolina Schwarz Berri	Assessor Jurídico / CC-2	16, de 02/01/2013
Edson Adam	Diretor de Departamento-Operação, Manutenção e Expansão / CC-2	62, de 21/01/2013
Walter Mazzi	Chefe de Divisão - Esgotamento Sanitário / CC-3	62, de 21/01/2013
Luciano Germano Giovanella	Chefe de Divisão-Resíduos Sólidos / CC-3	1711, de 03/08/2015
Silvio Sandro Sdrigotti	Chefe de Divisão - Tratamento de Água / CC-3	16, de 02/01/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 16 de Dezembro de 2016; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 2134, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

PORTARIA No 2134, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

Dispensa da Função Gratificada, Servidores Públicos Municipais, lotados na Administração Direta e Indireta, a contar de 31 de dezembro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990 e com base no Art. 11, § 3º, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, acrescentado pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, combinado com o disposto no artigo 21 da Lei Complementar nº 196, de 29/12/00; LC 199/01; LC 290/05; LC 458/14; LC 469/15,

RESOLVE:

Art.1º DISPENSAR DA FUNÇÃO GRATIFICADA os seguintes Servidores Públicos Municipais, a contar de 31 de dezembro do corrente:

FG-1 (50%)	NOME	LOTAÇÃO	PORTARIA
	Luciana Raquel Bottner	Fazenda e Adm.	030/2013
	Valmor Pasold Junior	Fazenda e Adm.	030/2013
	Sandra Helena Dallabona	Fazenda e Adm.	030/2013
	Silvana Vicente Roepke	Fazenda e Adm.	030/2013
	Carlos Bras Busarello	Saúde	030/2013
	Dilma Tomelin Girardi	Saúde	030/2013
	Jean Messias Vargas Rodrigues	Planejamento	030/2013
	Samara Cristina Lazarini	Planejamento	030/2013
	Jean Carlos Scoz	Saúde	892/2014
	Cristiane Elisabeth Longo Andrade	Assistência Social	939/2014
	Alberto Klitzke Neto	Obras	1449/2015
	Mauro Schumann	Obras	1449/2015
	Emidio Ribeiro	Obras	1612/2015
	Carlos Piazza	Obras	2092/2016
	Joacir Antônio Ribeiro	Desenvolvimento	1814/2015
	Odair Antônio Custódio	Desenvolvimento	1814/2015
	Valdir Ribeiro	Desenvolvimento	1814/2015
	Márcio Elisio	FME	2093/2016
FG-2 (40%)	NOME	LOTAÇÃO	PORTARIA
	Adriana Milena Giovanella Frankenberger	Fazenda e Adm.	030/2013
	Horst Sonntag	Fazenda e Adm.	030/2013
	Sandro Edemir Gramm	Trânsito	030/2013
	Moacyr Cristofolini Junior	Planejamento	1399/2014
	Maurício Dias	Obras	030/2013
	Schirley Suely Hochleitner Kremer	Fazenda e Adm.	1297/2014
	Bruna de Andrade	Administração	1320/2014
	Emmerson Cleiton Nardelli	Trânsito	1322/2014
	Priscila Aparecida Parri Zaminiani	Saúde	1613/2015
	Elenise Pisetta	Assistência Social	2032/2016
	Sueli de Oliveira Tamanini	Educação	029/2013
	Cleide Maria Uber Borth	Educação	029/2013

	Cleidenir Teske	Educação	029/2013
	Luiza Maria Felipe Antonio	Educação	029/2013
	Rosely Maier Hartmann	Educação	029/2013
	Jucineide Mengara Longo	Educação	177/2013
	Glaucia Pupo Endo Prestes	Educação	856/2014
	Shirley Regina Kroenke	Educação	1000/2014
	Simone Nolli	Educação	1117/2014
	Alfroh Postai	Educação	2104/2016
FG-3 (30%)	NOME	LOTAÇÃO	PORTARIA
	Grasiele Campregher	Saúde	030/2013
	Angela Preuss	Saúde	030/2013
	Marlise Theilacker	Procuradoria	030/2013
	Andressa Giulia Busarello Nunes	Saúde	220/2013
	Kathia Elisa Gumz Howe	Administração	796/2014
	Daniela R. Witthoeft Krambeck	Administração	921/2014
	Alex Sandro Silva	Saúde	1966/2016
	Jovina Marilei Berri	Educação	029/2013
	Maria Aparecida Ferreira Schiochet	Educação	029/2013
	Rosangela C. Machado Bertram	Educação	029/2013
	Cleusa Van Boemmel Zermiani	Educação	029/2013
	Miryam Ruprecht Pacher	Educação	1650/2015
	Clarice Ana Andreazza	Educação	1652/2015
	Taise Pasquali Schlei	Educação	1652/2015
	Patricia Conzatti Arndt	FCT	1026/2014
FG-4 (20%)	NOME	LOTAÇÃO	PORTARIA
	Solange Liesemberg	Fazenda e Adm.	479/2013
	Scheila Heloisa Berndt Zickhur	Administração	1180/2014
	Jeferson Carlos Siega	Saúde	892/2014
	Elisete Gadotti	Administração	1683/2015
	Katia Maas	Educação	029/2013
	Marcos Friske	Educação	029/2013
	Dione Kaspareit Busarello	Educação	346/2013
	Rose Helena Lurwig Slomp	Educação	856/2014
	Sandra Regina Dallabona Schmitt	Educação	1652/2015
	Marly Adam	Educação	1652/2015
	Anna Maria Keutmann Teske	Educação	1652/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 16 de dezembro de 2016; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº 2133, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

PORTARIA Nº 2133, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera Servidores Públicos Municipais ocupantes de cargo em Comissão na Administração Direta e Indireta, a contar de 31 de dezembro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com fundamento no art.50, Inciso II, da Lei Complementar no 01, de 22/10/93, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º EXONERAR os Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, a contar de 31 de dezembro do corrente:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA E INSTITUCIONAL

NOME	CARGO EM COMISSÃO / SÍMBOLO	PORT.DE NOMEAÇÃO
Maria Ramos Gonzaga Pellin	Secretária Municipal / DAS-1	004/2013
Marise Teresinha Heinig	Assessor Institucional de Captação de Recursos/DAS-2	003/2013
Jaime Joel Avendano Jara	Assessor Institucional de Comunicação Social/DAS-2	003/2014
Daniel Agostini Neto	Assessor Institucional de Relações Internas/DAS-2	003/2015
Marcos Ramos do Nascimento	Diretor do Depto de Articulação Política e Institucional/CC-2	183/2013
Sócrates Prado de Oliveira	Supervisor da Divisão da Imprensa e Comunicação/CC-3	003/2013
Ana Paula Voltolini	Assessor Executivo de Gabinete/CC-3	1552/2015
Ana Carolina Campi Sperb	Assessor da Divisão de Imprensa e Comunicação/CC-4	003/2013
João Carlos de Liz	Assessor de Serviços Nível I/CC-5	1174/2014
Jessica Christine Bilck Bolsoni	Assessor de Serviços Nível I/CC-5	003/2013

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

NOME	CARGO EM COMISSÃO / SÍMBOLO	PORT.DE NOMEAÇÃO
Jean Pierre Bezerra Museka	Procurador-Geral do Município/DAS-1	004/2013
Giscard Ataides Wolter Bertoldi	Assessor Institucional da Procuradoria Geral do Município/DAS-2	006/2013
Pamela Ap. Campregheer Floriano	Diretor do Dep. Jurídico/CC-2	1127/2014
Osvaldo Roberto Brodwolf	Coordenador Geral do Procon/CC-2	1879/2016
Mariana Carol Martins	Assessor de Serviços Nível I/CC-5	283/2013
Guilherme Augusto Tomaselli	Coordenador de Servicos - Nivel I/CC-6	2024/2016

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

NOME	CARGO EM COMISSÃO / SÍMBOLO	PORT.DE NOMEAÇÃO
Maria Angélica Faggiani	Secretaria Municipal da Fazenda e Administração/DAS-1	1757/2015
Graciela Inês Uber Gomes	Assessora Institucional de Controladoria/DAS-2	1450/2015
Simone Barth Cristelli	Diretora do Departamento de Recursos Humanos/CC-2	007/2013
Rose Mery Dalcanele	Diretor do Depto da Administração/CC-2	843/2014
Osmair de Castilho	Diretor do Depto da Fazenda/CC-2	2075/2016
Christiane Martina Pellin	Assessor da Fazenda e Administração/CC-2	1453/2015
José Roberto Carvalho Jesus	Assessor de Custos e Patrimônio/CC-2	007/2013
Denielle Cristiane Parno	Supervisor da Divisão de Tributação e Fiscalização/CC-3	1928/2016
Giseli Slomp	Assessor de Previdência/CC-3	007/2013
Neusa M. Fernandes Machado	Assessor de Serviços Nível I/CC-5	007/2013

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

NOME	CARGO EM COMISSÃO / SÍMBOLO	PORT.DE NOMEAÇÃO
Sergi Frederico Mengarda	Secretário Municipal de Educação/DAS-1	002/2013
Gladis Terezinha L. Boanentura	Assessor do Depto. de Ensino/CC-2	1574/2015
Ingrid Wetzel Correa	Assessor do Depto. de Ensino/CC-2	2091/2016
Marcia Withoeft Mellies	Diretor do Depto de Ensino/CC-2	1540/2015
Vânia Regina Lenzi Zoboli	Diretor de Unidade Escolar/CC-2	008/2013
Mabel Demonti Mengarda	Diretor de Unidade Escolar/CC-2	1897/2016
Jonas Weege	Diretor de Unidade Escolar/CC-2	1495/2015
Claracy Maria Ferrari Butzke	Diretor de Unidade Escolar/CC-2	008/2013
Clarice Lenzi Vicente	Diretor de Unidade Escolar/CC-2	1723/2015
Lindalva Menestrina Dalpiaz	Coordenadora de Núcleo de Educação Infantil/CC-4	1456/2015
Debora Maria Costa Furatado	Coordenadora de Núcleo de Educação Infantil/CC-4	1552/2015
Marlene Joepsen Bertram	Coordenadora de Núcleo de Educação Infantil/CC-4	1651/2015
Charlene Voltolini Alves de Souza	Coordenadora de Núcleo de Educação Infantil/CC-4	1834/2016
Rubia Manuele Campregheer	Assessor de Serviços Nível I/CC-5	2091/2016

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

(Fundo Municipal de Saúde)

NOME	CARGO EM COMISSÃO / SÍMBOLO	PORT.DE NOMEAÇÃO
Alfredo João Berri	Secretário Municipal de Saude/DAS-1	002/2013
Edilson Mlynarczyk	Assessor Institucional de Saúde do Trabalhador/DAS-2	1929/2016
Eduardo Espindola	Assessor Institucional de Política Pública de Saúde/DAS-2	1202/2014
Alcides Aurélio Scoz	Supervisor da Divisão de Apoio Administrativo – Saúde/CC-3	2091/2016
Adelma Antunes Ruas de Souza	Supervisor da Divisão de Serviços e Políticas de Saúde/CC-3	009/2013
Walmor Tessarolo	Assessor de Serviços Nível I/CC-5	2002/2016

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
(Fundo Municipal de Assistência Social)

NOME	CARGO EM COMISSÃO / SÍMBOLO	PORT.DE NOMEAÇÃO
Deise Adriana Nicholetti Mendes	Secretário Municipal de Assistência Social/DAS-1	2091/2016
Mariane L. Keutmann Stedile	Assessor de Serviços Nível I/CC-5	020/2015

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE

NOME	CARGO EM COMISSÃO / SÍMBOLO	PORT.DE NOMEAÇÃO
Fabiano Martins Adriano	Secretário Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente/DAS-1	002/2013
Sandra Regina Batista	Assessor de Meio Ambiente/CC-2	022/2013
Nilton Theilacker	Diretor do Depto de Planejamento e Urbanismo/CC-2	011/2013
Wiegold Starke	Coordenador de Defesa Civil/CC-2	2091/2016
Márcio do Prado Lima	Supervisor da Divisão de Fiscalização de Trânsito e Transporte/CC-3	011/2013
Silvia Saul Museka	Supervisor da Divisão de Expediente/CC-3	022/2013
Ricardo Longo Orsi	Supervisor da Divisão de Planejamento/CC-3	022/2013
Otomar Meyer	Supervisor da Divisão de Urbanismo/CC-3	011/2013
Thais Christina de Oliveira	Assessor de Serviços Nível I/CC-5	1321/2014

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

NOME	CARGO EM COMISSÃO / SÍMBOLO	PORT.DE NOMEAÇÃO
Orlei Adazir Pedron	Secretario Municipal de Obras e Serviços Urbanos/DAS-1	004/2013
Atomir Sebastião Rufino	Diretor do Depto. de Obras e Serviços Urbanos/CC-2	2091/2016
Ivanir Rodrigues Sozin	Supervisor da Divisão de Obras/CC-3	2052/2016
Renato Niess	Supervisor da Divisão de Apoio Adm. – Obras/CC-3	1076/2014
Barbara Luiza Poffo de Azevedo	Supervisor da Divisão de Serviços Urbanos/CC-3	1116/2014
Marco Antonio Longo	Assessor da Divisão de Obras/CC-4	2098/2016
Elias Antonio Zatelli	Assessor da Divisão de Serviços Urbanos/CC-4	1617/2015

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

NOME	CARGO EM COMISSÃO / SÍMBOLO	PORT.DE NOMEAÇÃO
Márcia da Rocha	Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico /DAS-1	2091/2016
José Rogaciano dos Santos	Diretor do Depto de Agropecuária/CC-2	1434/2014
Gelásio Fiamoncini	Supervisor da Divisão de Agropecuária e Patrulha Mecanizada/CC-3	1601/2015
Ana Paula Batista Rodrigues da Rosa	Supervisor da Divisão de Indústria, Comércio e Serviços/CC-3	2026/2016
Euclides Moser	Assessor de Serviços Nível I/CC-5	013/2013
Rafaela dos Santos Guedes	Assessor de Serviços Nível I/CC-5	013/2013
Talassa Natana Muller	Coordenador de Servicos - Nivel I/CC-6	1457/2015

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FME

NOME	CARGO EM COMISSÃO / SÍMBOLO	PORT.DE NOMEAÇÃO
Martinho de Souza Filho	Diretor Presidente FME / DAS-1	2091/2016
Sidney Alexandre Reinhold	Diretor de Departamento/CC-2	014/2013
Adilson Mesch	Chefe de Divisão/CC-3	2091/2016

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ - FCT

NOME	CARGO EM COMISSÃO / SÍMBOLO	PORT.DE NOMEAÇÃO
Jorge Revelino Ferreira	Diretor Presidente/DAS-1	004/2013
Jarbas Dallabrida	Diretor Depto Cultura/CC-2	025/2013
Flávia Elise Cipriani	Diretora Depto de Turismo/CC-2	998/2014
Inês Klaumann	Chefe de Divisão/CC-3	857/2014
Luiz Roberto Lenzi	Chefe de Divisão de Música/CC-3	027/2013
Waldemar Roberto Simon	Chefe de Divisão/CC-3	1540/2015
Eleonora Klotz	Assessor Serviços Nivel I/CC-5	027/2013
Gian Telles	Assessor Serviços Nivel I/CC-5	1937/2016

Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Timbó - TIMBOPREV

NOME	CARGO EM COMISSÃO / SÍMBOLO	PORT.DE NOMEAÇÃO
Carmelinde Brandt	Diretor Administrativo-Financeiro / CC-2	1877/2016

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 16 de dezembro de 2016; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº 2126, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016

PORTARIA Nº 2126, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2016

Altera a data do término do período de contratação de Servidoras lotadas na Administração Direta.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15 de março de 2013, nº 3320, de 07 de novembro de 2013, nº 3506, de 13 de junho de 2014, nº 3679, de 1º de dezembro de 2014, nº 3852, de 1º de junho de 2015, nº 4047, de 15 de dezembro de 2015, nº 4184, de 13 de abril de 2016 e nº 4224, de 13 de junho de 2016, e,

Considerando que, de acordo com as mais recentes decisões do Supremo Tribunal Federal, as gestantes ocupantes de cargo em comissão ou as contratadas por prazo determinado têm direito à estabilidade provisória determinada pelo art. 10, inciso II, letra 'b' do ADCT da Constituição Federal de 1988, desde a confirmação da gravidez até 5 (cinco) meses após o parto, devendo ser preservada, nesse período, a integridade do vínculo jurídico com a Administração Pública, conforme decisão a seguir colacionada:

"SERVIDORA PÚBLICA GESTANTE OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO – ESTABILIDADE PROVISÓRIA (ADCT/88, ART. 10, II, "b") – CONVENÇÃO OIT Nº 103/1952 – INCORPORAÇÃO FORMAL AO ORDENAMENTO POSITIVO BRASILEIRO (DECRETO Nº 58.821/66) – PROTEÇÃO À MATERNIDADE E AO NASCITURO – DESNECESSIDADE DE PRÉVIA COMUNICAÇÃO DO ESTADO DE GRAVIDEZ AO ÓRGÃO PÚBLICO COMPETENTE – RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. - O acesso da servidora pública e da trabalhadora gestantes à estabilidade provisória, que se qualifica como inderrogável garantia social de índole constitucional, supõe a mera confirmação objetiva do estado fisiológico de gravidez, independentemente, quanto a este, de sua prévia comunicação ao órgão estatal competente ou, quando for o caso, ao empregador. Doutrina. Precedentes. - As gestantes – quer se trate de servidoras públicas, quer se cuide de trabalhadoras, qualquer que seja o regime jurídico a elas aplicável, não importando se de caráter administrativo ou de natureza contratual (CLT), mesmo aquelas ocupantes de cargo em comissão ou exercentes de função de confiança ou, ainda, as contratadas por prazo determinado, inclusive na hipótese prevista no inciso IX do art. 37 da Constituição, ou admitidas a título precário – têm direito público subjetivo à estabilidade provisória, desde a confirmação do estado fisiológico de gravidez até cinco (5) meses após o parto (ADCT, art. 10, II, "b"), e, também, à licença-maternidade de 120 dias (CF, art. 7º, XVIII, c/c o art. 39, § 3º), sendo-lhes preservada, em consequência, nesse período, a integridade do vínculo jurídico que as une à Administração Pública ou ao empregador, sem prejuízo da integral percepção do estipêndio funcional ou da remuneração laboral. Doutrina. Precedentes. Convenção OIT nº 103/1952. - Se sobrevier, no entanto, em referido período, dispensa arbitrária ou sem justa causa de que resulte a extinção do vínculo jurídico-administrativo ou da relação contratual da gestante (servidora pública ou trabalhadora), assistir-lhe-á o direito a uma indenização correspondente aos valores que receberia até cinco (5) meses após o parto, caso inexistisse tal dispensa. Precedentes." (RE 634093 AgR/DF – DISTRITO FEDERAL. AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. RELATOR MINISTRO CELSO MELLO. Julgamento 22/11/2011 – Segunda Turma – Dje 232 de 07.12.2011)

Considerando a existência de servidoras que estão ou estarão usufruindo do benefício da prorrogação da licença maternidade, direito assegurado pela Lei Municipal n. 2.559, de 09 de março de 2009, que consiste na concessão pelo poder público municipal de licença remunerada de 60 (sessenta) dias a contar da data do término da licença maternidade de 120 (cento e vinte) dias prevista no inciso XVIII do art. 7º da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a data do término do período de contratação das servidoras abaixo relacionadas:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
CONTRATO	NOME	DATA TÉRMINO
3991822 - 2	TAMARA TAISE BUSARELLO	31/01/2017
4040793 - 0	TATIANE PINTO MARQUES JANKE	24/03/2017
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (Fundo Municipal de Saúde)		
CONTRATO	NOME	DATA TÉRMINO
185493-0	CHEILA CRISTINA GIOTTI PEREIRA	31/01/2017
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (Fundo Municipal de Assistência Social)		
CONTRATO	NOME	DATA TÉRMINO
355534-0	LETICIA TANCON BUZZI	03/03/2017
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO		
CONTRATO	NOME	DATA TÉRMINO
4040851-0	LENITA SIQUEIRA DE MATTOS PEREIRA	31/01/2017

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de novembro de 2016; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA
Prefeito de Timbó/SC em exercício

PORTARIA Nº 2127, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2016

PORTARIA Nº 2127, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2016

Altera a data do término do período de contratação de Servidoras lotadas na Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15 de março de 2013, nº 3320, de 07 de novembro de 2013, nº 3506, de 13 de junho de 2014, nº 3679, de 1º de dezembro de 2014, nº 3852, de 1º de junho de 2015, nº 4047, de 15 de dezembro de 2015, nº 4184, de 13 de abril de 2016 e nº 4224, de 13 de junho de 2016, e,

Considerando que, de acordo com as mais recentes decisões do Supremo Tribunal Federal, as gestantes ocupantes de cargo em comissão ou as contratadas por prazo determinado têm direito à estabilidade provisória determinada pelo art. 10, inciso II, letra 'b' do ADCT da Constituição Federal de 1988, desde a confirmação da gravidez até 5 (cinco) meses após o parto, devendo ser preservada, nesse período, a integridade do vínculo jurídico com a Administração Pública, conforme decisão a seguir colacionada:

"SERVIDORA PÚBLICA GESTANTE OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO – ESTABILIDADE PROVISÓRIA (ADCT/88, ART. 10, II, "b") – CONVENÇÃO OIT Nº 103/1952 – INCORPORAÇÃO FORMAL AO ORDENAMENTO POSITIVO BRASILEIRO (DECRETO Nº 58.821/66) - PROTEÇÃO À MATERNIDADE E AO NASCITURO – DESNECESSIDADE DE PRÉVIA COMUNICAÇÃO DO ESTADO DE GRAVIDEZ AO ÓRGÃO PÚBLICO COMPETENTE – RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. - O acesso da servidora pública e da trabalhadora gestantes à estabilidade provisória, que se qualifica como inderrogável garantia social de índole constitucional, supõe a mera confirmação objetiva do estado fisiológico de gravidez, independentemente, quanto a este, de sua prévia comunicação ao órgão estatal competente ou, quando for o caso, ao empregador. Doutrina. Precedentes. - As gestantes – quer se trate de servidoras públicas, quer se cuide de trabalhadoras, qualquer que seja o regime jurídico a elas aplicável, não importando se de caráter administrativo ou de natureza contratual (CLT), mesmo aquelas ocupantes de cargo em comissão ou exercentes de função de confiança ou, ainda, as contratadas por prazo determinado, inclusive na hipótese prevista no inciso IX do art. 37 da Constituição, ou admitidas a título precário – têm direito público subjetivo à estabilidade provisória, desde a confirmação do estado fisiológico de gravidez até cinco (5) meses após o parto (ADCT, art. 10, II, "b"), e, também, à licença-maternidade de 120 dias (CF, art. 7º, XVIII, c/c o art. 39, § 3º), sendo-lhes preservada, em consequência, nesse período, a integridade do vínculo jurídico que as une à Administração Pública ou ao empregador, sem prejuízo da integral percepção do estipêndio funcional ou da remuneração laboral. Doutrina. Precedentes. Convenção OIT nº 103/1952. - Se sobrevier, no entanto, em referido período, dispensa arbitrária ou sem justa causa de que resulte a extinção do vínculo jurídico-administrativo ou da relação contratual da gestante (servidora pública ou trabalhadora), assistir-lhe-á o direito a uma indenização correspondente aos valores que receberia até cinco (5) meses após o parto, caso inocorresse tal dispensa. Precedentes." (RE 634093 AgR/DF – DISTRITO FEDERAL. AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. RELATOR MINISTRO CELSO MELLO. Julgamento 22/11/2011 – Segunda Turma – Dje 232 de 07.12.2011)

Considerando a existência de servidoras que estão ou estarão usufruindo do benefício da prorrogação da licença maternidade, direito assegurado pela Lei Municipal n. 2.559, de 09 de março de 2009, que consiste na concessão pelo poder público municipal de licença remunerada de 60 (sessenta) dias a contar da data do término da licença maternidade de 120 (cento e vinte) dias prevista no inciso XVIII do art. 7º da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a data do término do período de contratação das servidoras abaixo relacionadas:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
CONTRATO	NOME	DATA TÉRMINO
3987639 – 3	ADRIANA FURLANI ZATELLI	03/04/2017
4040812 – 0	ADRIELLE SOUZA COELHO	31/03/2017
4040784 – 0	ALESSANDRA PICAGEVICZ	17/03/2017
3979725-06	ANDRESSA DE ANDRADE	31/01/2017
4018958 – 1	BIANCA MATOS COSTA	14/03/2017
4040924 – 0	DANIELI TAVARES	31/01/2017
386650 – 4	EDNA DA SILVEIRA CARDOSO DA FONSECA	30/04/2017
3990400 – 1	FRANCIELE MOREIRA DOS SANTOS	07/05/2017
275468 – 5	GISELE PACHECO DA SILVA	05/02/2017
302589-05	JENNIFER CAETANO MASCHIO BRUCKER	31/01/2017
4013492 – 0	JOSELAINE MACIEL PADILHA DE LIMA	25/12/2016
3994660 – 01	JOYCE APARECIDA PAUL SUPTITZ	02/06/2017

3995933-03	MAISA WISENTEINER	31/07/2017
3999327 – 02	PATRICIA MATTIELLO ANDREAZZA	31/01/2017
1078976 – 1	ROSANE APARECIDA RAMELA	28/04/2017
384135 – 4	ROSIMERI FERREIRA DA SILVA	14/05/2017
4030923 – 1	VANESSA FERRARI FARIAS	17/03/2017
293458 - 08	VANUSA WOLTER DE FREITAS	31/01/2017
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		
CONTRATO	NOME	DATA TÉRMINO
4040807-0	ANA LYGIA PANOCH	27/02/2017

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 09 de dezembro de 2016; 147º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 64 2016 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 64/2016 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de equipamentos destinados a limpeza e conservação das praças, parques e jardins, conservação das vias públicas e área externa do Parque Central.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Infoplan Ltda Me; ADL Comercial Eireli Epp; MM Comercio de Equipamentos Ltda Me; Cicampo Maquinas Ferramentas Ltda Me; Danna Comercial Eireli Me; Tecnoforte Eireli Epp e Comercio de Maquinas Pirabeiraba Ltda - Epp.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 36.828,00 (trinta e seis mil oitocentos e vinte e oito reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 27/09/2017

Timbó, 27/09/2016

SERGI FREDERICO MENGARDA

Secretário de Desenvolvimento Econômico

ORLEI ADAZIR PEDRON

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

Três Barras

PREFEITURA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 15/2016

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 15/2016

Vigência: 26/12/2016 a 25/03/2017.

Conveniente: Fundo Municipal de Saúde – CNPJ nº 11.491.075/0001-39.

Conveniada: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE TRÊS BARRAS, inscrita no CNPJ 83.627.596/0001-81.

Objeto: Implantação e adequação física para serviços de leitos de atenção psicossocial na Fundação Hospitalar do Município de Três Barras/SC.

Valor: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

ELOI JOSE QUEGE.

PREFEITO MUNICIPAL.

Três Barras - SC, 27 de dezembro de 2016.

Art. 1º. CONCEDER licença para tratar de assuntos particulares à servidora WANDA CASEMIRA BECKERT, matrícula 56421-5, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, pelo prazo de 02 (dois) anos, com efeitos a contar de 01 de janeiro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras – SC, 23 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

Maurício de Souza Dobrochinski

Ouvidor

PORTARIA Nº 847 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 847 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras – SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o teor do requerimento utuado sob nº 1450/2016;

CONSIDERANDO, o que preconiza o artigo 80 da Lei Complementar nº 138/2009;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença para tratar de assuntos particulares à servidora VIVIANNE PAILO COLLARES, matrícula 126020-0, ocupante do cargo de Engenheira Civil, pelo prazo de 02 (dois) anos, com efeitos a contar de 01 de janeiro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras – SC, 23 de dezembro de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

Maurício de Souza Dobrochinski

Ouvidor

PORTARIA Nº 848 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

PORTARIA Nº 848 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras – SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o teor do requerimento utuado sob nº 1449/2016;

CONSIDERANDO, o que preconiza o artigo 80 da Lei Complementar nº 138/2009;

RESOLVE:

Tunápolis

PREFEITURA

DECRETO 1857/2016

Decreto nº 1857/2016 de 28 de dezembro de 2016.

Determina a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 120.656,79 (Cento e vinte mil seiscientos e cinqüenta e seis reais e setenta e nove centavos), alterando a Lei Orçamentária nº 1.244/2015, e contém outras providências.

ENOÍ SCHERER, Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as disposições da Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária nº 1244/2015;

DECRETA:

Art. 1º O Chefe do Poder Executivo Municipal, determina a proceder a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor R\$ 120.656,79 (Cento e vinte mil seiscientos e cinqüenta e seis reais e setenta e nove centavos), alterando a LOA – Lei Orçamentária Anual nº 1.244 de 09 de dezembro de 2015 para reforçar as dotações abaixo indicada para o atendimento das despesas concernentes à manutenção, coordenação e desenvolvimento das atividades, em conformidade com as prescritas em Lei conforme segue:

Entidade:	PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS		
Órgão:	03.00	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS	
Unidade:	03.02	ENCARGOS GERAIS	
Proj./Ativ	28.843.0000.2.004	Manutenção da Dívida Fundada Interna	
4.6.90.00.00.00.00.1104	Aplicações Diretas (32)		120.656,79

Art. 2º Servirá de recursos para o que trata o artigo anterior, o excesso de arrecadação, causado nesta fonte de recursos no valor de R\$ 120.656,79 (Cento e vinte mil seiscientos e cinqüenta e seis reais e setenta e nove centavos).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tunápolis – SC, 28 de dezembro de 2016.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado
em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff
Técnico em Controladoria Interna

Turvo

PREFEITURA

PORTARIA 310/2016

PORTARIA Nº 310/16, de 19 de Dezembro de 2016.
EXONERA SERVIDORES DE CARGO EM COMISSÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o estabelecido na Lei Complementar nº 009/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar o Servidor Roberto Carlos Patel, CPF nº 652.650.099-49, matrícula nº 0695, ocupante do cargo em comissão de Secretário Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo.

Art. 2º - Exonerar a Servidora Valdete Cordeiro, CPF nº 021.878.789-88, matrícula nº 1246, ocupante do cargo em comissão de Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo.

Art. 3º - Exonerar o Servidor Nestor Reco, CPF nº 477.669.809-91, matrícula nº 0510, ocupante do cargo em comissão de Secretário Municipal de Saúde, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo.

Art. 4º - Exonerar a Servidora Cintia Aparecida Silveira Brigido, CPF nº 041.474.519-18, matrícula nº 3725, ocupante do cargo em comissão de Secretária Municipal de Indústria, Agroindústria, Comércio, Trabalho e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo.

Art. 5º - Exonerar o Servidor Aristides Spilere, CPF nº 298.559.859-15, matrícula nº 2799, ocupante do cargo em comissão de Secretário Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo.

Art. 6º - Exonerar o Servidor Adair Constante, CPF nº 636.982.429-15, matrícula nº 3726, ocupante do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Administração e Finanças, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo.

Art. 7º - Exonerar a Servidora Valeria de Lourdes Scarabelot, CPF nº 050.135.059-41, matrícula nº 3711, ocupante do cargo em comissão de Diretora do Departamento de Pessoal, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo.

Art. 8º - Exonerar a Servidora Josiane Patel Biz Tomaz, CPF nº 029.425.969-45, matrícula nº 0996, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Divisão de Tesouraria, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo.

Art. 9º - Exonerar a Servidora Talita Manenti Roque, CPF nº 074.816.239-96, matrícula nº 3002, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Divisão de Compras e Licitações, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo.

Art. 10º - Exonerar a Servidora Odete Manenti Martins, CPF nº 757.970.709-87, matrícula nº 2747, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Divisão de Agroindústria, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo.

Art. 11º - Exonerar o Servidor Augusto Gabriel Simon, CPF nº

076.027.919-59, matrícula nº 3702, ocupante do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Transportes e Obras, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo.

Art. 12º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tornando seus efeitos legais a partir do dia 31 de dezembro de 2016. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 19 de dezembro de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

União do Oeste

PREFEITURA

7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADM. Nº 53/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 53/2013

Sétimo Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n.º 53/2013, que fazem de um lado o MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE, com sede na Avenida São Luiz, n.º 531, inscrita no CNPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Senhor EVERALDO LUIS CASONATTO, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa COOPERATIVA DOS ENGENHEIROS AGRONOMOS E DE PROFISSIONAIS EM DESENVOLVIMENTO RURAL E AMBIENTAL DE SANTA CATARINA – UNEAGRO/SC, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 01.298.337/0001-90, com sede na Rua Ilhéus, n.º 46 – Sala 1101, Centro, Florianópolis - SC, representada neste ato, pelo seu Representante Legal Sr. DIOGENES ELEISON Y CASTRO, engenheiro agrônomo, portador da Cédula de Identidade nº 13/R 212212 expedida pela Secretaria do Estado de Segurança Pública e inscrito no CPF-MF sob o nº 196.809.020-72, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, acordam firmar o presente Termo Aditivo, fundamentado na Cláusula Terceira do contrato principal e Art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, conforme segue:

Cláusula Primeira. Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato supra citado, aditado pelos 1º, 2º, 3º, 4º e 5º Termo Aditivo, por mais 10 meses, passando a vigor até 31 de outubro de 2016.

Cláusula Segunda. A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA pela prestação dos serviços o valor de R\$ 36.990,00 (trinta e seis mil, novecentos e noventa reais), divididos em 10 parcelas de R\$ 3.699,00 (Três mil seiscentos e noventa e nove reais) cada, a serem pagas até o décimo dia do mês subsequente ao vencido, mediante a prestação dos serviços e mediante apresentação de nota fiscal, devidamente recebida e aceita pela municipalidade.

As despesas decorrentes da prestação dos serviços, objeto do presente termo aditivo

correrão à conta da Dotação do orçamento do Município para o exercício de 2017, com a seguinte classificação:

Órgão – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade – FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Projeto Atividade – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA AGRICULTURA

Cód. Red. – 85 - 3.3.90.00.00.00.00

Cláusula Terceira. As demais cláusulas do Contrato Administrativo n.º 53/2013 permanecem inalteradas e válidas.

UNIÃO DO OESTE, 27 de dezembro de 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

DIOGENES ELEISON Y CASTRO

UNEAGRO/SC

CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____

Nome: Marília Miorelli

CPF: 057.672.509-95

02. _____

Nome: Silvane Lazzeri Piana

CPF: 000.246.779-81

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO 17/2016

RESOLUÇÃO Nº. 17 de 27 de dezembro de 2016.

DISPÕE SO PONTO FACULTATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE UNIÃO DO OESTE.

ORIBERTO LUIZ GIACHINI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 46., Inciso IV do Regimento Interno e,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica por esta resolução determinado ponto facultativo no dia 30 de dezembro de 2016.

§ 1º. Para os efeitos de que trata o Artigo Anterior, não haverá expediente na Câmara Municipal de Vereadores de União do Oeste.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões do Legislativo de União do Oeste SC, em 27 de dezembro de 2016.

ORIBERTO LUIZ GIACHINI

Presidente

Registrada e publicada em data supra.

Urussanga

PREFEITURA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 132/2016/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Contrato: 132/2016
Data de assinatura: 26/12/2016
Processo de Licitação: 18/2016/FMS
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: LABOR-PRÓ PRÓTESE DENTÁRIA LTDA - ME
CNPJ/CPF: 17.864.478/0001-16
Objeto: Prestação de serviço de confecção e manutenção de prótese dentária.
Vigência prorrogada até 31/03/2017.
Valor Global do Aditivo: R\$ 17.040,00.

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO N. 72/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Contrato: 72/2016
Data de assinatura: 27/12/2016
Processo de Licitação: 01/2016
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: EDN TRANSPORTES LTDA ME
CNPJ/CPF: 11.343.536/0001-81
Objeto: prestação de serviço de transporte escolar municipal.
Vigência prorrogada até 31/12/2017.
Valor Global do Aditivo: R\$ 92.700,00.

CÂMARA MUNICIPAL

RELATÓRIO DE ATIVIDADES - QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA

PODER LEGISLATIVO URUSSANGUENSE
RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO ANO DE 2016
QUARTA Sessão Legislativa da Décima Sétima Legislatura

MESA DIRETORA:

PRESIDENTE: Vereadora VANIR ZULEIMA MAZZUCO CACCIATORI/PMDB
VICE-PRESIDENTE: Vereador ELSON ROBERTO RAMOS/PMDB
PRIMEIRA SECRETÁRIA: Vereadora Izoete Duarte Vieira Gastaldon/PP
SEGUNDO SECRETÁRIO: VEREADOR MARCOS ROBERTO SILVEIRA/PT

DEMAIS VEREADORES:

- DANIELA PIACENTINI VISINTIM/PMDB
- EVANDRO DE REZENDE/PT (SUPLENTE)
- JOEL GASPARD RODRIGUES/PT (SUPLENTE)
- JOSÉ CARLOS JOSÉ/PP (SUPLENTE)
- JUCEMAR SANGALETTI/PMDB
- LUIZ CARLOS CARDOSO/PMDB (SUPLENTE)
- Odivaldo Bonetti/PP
- Omero De Bona/PP
- Rozemar Sebastião/PSD
- WILSON ADRIANI JOAQUIM/PT (SUPLENTE)

COMISSÕES PERMANENTES, CONSTITUÍDAS POR MEIO DO ATO DA MESA DIRETORA Nº 10, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016, APÓS CONCORDÂNCIA E INDICAÇÃO DAS LIDERANÇAS DAS BANCADAS PARTIDÁRIAS COM REPRESENTAÇÃO NA CÂMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
REUNIÕES REALIZADAS ÀS SEGUNDAS-FEIRAS, ÀS 17H (DEZESSETE HORAS)
PRESIDENTE: VEREADOR ELSON ROBERTO RAMOS/PMDB
VICE-PRESIDENTE: VEREADOR ODIVALDO BONETTI/PP

SECRETÁRIA: VEREADORA DANIELA PIACENTINI VISINTIM/PMDB
SUPLENTE: VEREADOR MARCOS ROBERTO SILVEIRA/PT

COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTO
REUNIÕES REALIZADAS ÀS SEGUNDAS-FEIRAS, ÀS 16:30H (DEZESSEIS HORAS E TRINTA MINUTOS)
PRESIDENTE: VEREADOR Omero DE BONA/PP
VICE-PRESIDENTE: VEREADOR JUCEMAR SANGALETTI/PMDB
SECRETÁRIA: VEREADORA IZOLETE DUARTE VIEIRA GASTALDON/PP
SUPLENTE: VEREADORA DANIELA PIACENTINI VISINTIM/PMDB

COMISSÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
REUNIÕES REALIZADAS ÀS SEGUNDAS-FEIRAS, ÀS 16H (DEZESSEIS HORAS)
PRESIDENTE: VEREADOR MARCOS ROBERTO SILVEIRA/PT
VICE-PRESIDENTE: VEREADOR ROZEMAR SEBASTIÃO/PSD
SECRETÁRIO: VEREADOR JUCEMAR SANGALETTI/PMDB
SUPLENTE: VEREADOR ODIVALDO BONETTI/PP

DELIBERAÇÕES DO PLENÁRIO QUANTO ÀS MATÉRIAS CONSTANTES NA ORDEM DO DIA DAS REUNIÕES:

- PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 02 DE FEVEREIRO DE 2016, E QUE CONTOU COM A PARTICIPAÇÃO DO PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, EM OBSERVÂNCIA AO QUE DETERMINA O ART. 45, INCISO XXI, DA LEI ORGÂNICA.

Ordem do Dia:

Moção nº 01/2016 – Envia moção de congratulação à Rádio e Fundação Marconi, em razão de sua atuação ao longo de sessenta e cinco anos nas áreas de comunicação, jornalismo e entretenimento (Autoria – Vereadores Daniela Piacentini Visintim/PMDB, Elson Roberto Ramos/PMDB, Izoete Duarte Vieira Gastaldon/PP, Jucemar Sangaletti/PMDB, Marcos Roberto Silveira/PT, Odivaldo Bonetti/PP, Omero De Bona/PP, Rozemar Sebastião/PSD e Vanir Zuleima Mazzucco Cacciatori/PMDB). Em observância ao disposto no parágrafo único do art. 240, do Regimento Interno, esta proposição, em razão de ser subscrita por todos os Vereadores, foi considerada automaticamente aprovada.

· SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 10 DE FEVEREIRO DE 2016, EM RAZÃO DO FERIADO DE CARNAVAL, E QUE CONTOU COM A PARTICIPAÇÃO DO SENHOR ANDRÉ NICHELE, GERENTE DA RÁDIO E FUNDAÇÃO MARCONI, PARA RECEBIMENTO DA MOÇÃO Nº 01/2016.

Ordem do Dia:

Requerimento nº 01/2016 – Requer licença do exercício de vereança por período de 30 (trinta) dias, de 15 de fevereiro a 16 de março de 2016, para tratar de assuntos de interesse particular (Autoria – Vereadora Daniela Piacentini Visintim/PMDB). Requerimento incluso na Ordem do Dia, com dispensa de parecer. Aprovado por unanimidade.

· TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2016.

Ordem do Dia:

Indicação nº 01/2016 – Sugere ao Poder Executivo que, por meio do setor competente, seja providenciada a construção de uma área de lazer ou desportiva no terreno baldio, de propriedade da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Ernesto Bettiol, Centro, esquina com a Rua Dr. José Caruso Mac Donald, tendo-se em vista o seu estado de abandono (Autoria – Vereador Odivaldo Bonetti/PP). Aprovada por unanimidade.

Moção nº 02/2016 – Solicita o envio de Moção de Aplausos à atleta urussanguense Luiza Mazon Freitas, por alcançar a marca de estar entre os dez melhores do Brasil no ranking da Confederação Brasileira de Tênis (CBT), bem como primeira colocada no Estado de Santa Catarina na Primeira Classe (Autoria – Vereadora Izoete Duarte Vieira Gastaldon/PP). Inclusa na Ordem do Dia, com dispensa de parecer. Aprovada por unanimidade.

· QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2016, E QUE CONTOU COM A PARTICIPAÇÃO DA SENHORITA LUIZA MAZON FREITAS, PARA RECEBIMENTO DA MOÇÃO Nº 02/2016.

Ordem do Dia:

Projeto de Lei PE nº 49/2015 – Altera a redação do §1º, do art. 80, da Lei nº 777, e 30 de dezembro de 1980 (Código Tributário do Município de Urussanga), e dá outras providências (Autoria – Poder Executivo). Retirado pelo autor.

Projeto de Decreto Legislativo PDL nº 02/2016 – Outorga título honorífico de Cidadão Honorário de Urussanga ao Senhor João Luiz Piva, e dá outras providências (Autoria – Vereadora Daniela Piacentini Visintim/PMDB). Aprovado por unanimidade.

Projeto de Decreto Legislativo nº 03/2016 – Outorga o Diploma Mulher Cidadã Urussanguense, e dá outras providências, (Autoria – Mesa Diretora). Incluso na Ordem do Dia, com dispensa de parecer. Aprovado por unanimidade.

Indicação nº 02/2016 – Sugere ao Poder Executivo que, por meio do setor competente, seja providenciada a limpeza e o desassoreamento do Rio Caeté (Bairro da Estação), em Urussanga, fazendo a retirada de acúmulos de sujeira, entulhos, detritos, capinzais e outros resíduos responsáveis pela obstrução da água do leito do referido rio, evitando, consequentemente, ainda mais alagamentos e prejuízos materiais aos munícipes residentes naquela localidade (Autoria – Vereador Odivaldo Bonetti/PP). Aprovada por unanimidade.

Indicação nº 03/2016 – Sugere ao Poder Executivo que, por meio do setor competente, seja providenciada a limpeza e desassoreamento do Rio dos Americanos, que corta o Centro do Município de Urussanga, em razão da quantidade de sujeira e entulhos existentes ao longo do referido rio, evitando, consequentemente, futuros alagamentos, bem como possíveis prejuízos aos munícipes (Autoria – Vereador Odivaldo Bonetti/PP). Aprovada por unanimidade.

· QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 1º DE MARÇO DE 2016.

Ordem do Dia:

Projeto de Decreto Legislativo nº 01/2016 – Outorga à Rádio e Fundação Marconi, o Diploma do Mérito de Urussanga, e dá outras providências (Autoria – Vereador Odivaldo Bonetti/PP). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 02/2016 – Solicita o envio de expediente ao Senhor Emerson Cesconetto, Coordenador do PROCON de Urussanga, convidando-o a participar de sessão da Câmara Municipal, para explanar a respeito dos trabalhos da entidade (Autoria – Vereador Marcos Roberto Silveira/PT). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 03/2016 – Solicita o envio de expediente ao Poder Executivo para que seja apresentada à Casa Legislativa relação atualizada de todos os servidores contratados e efetivos do Poder Executivo Municipal, inclusive contendo o número total de servidores do quadro da Prefeitura de Urussanga (Autoria – Vereadores Izoete Duarte Vieira Gastaldon/PP, Odivaldo Bonetti/PP e Omero De Bona/PP). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 04/2016 – Solicita o envio de expediente ao Poder Executivo para que sejam prestadas informações à Casa Legislativa a respeito do convênio SICONV nº 82930181/0001-10, firmado entre o Ministério do Esporte e o Clube Atlético De Villa, viabilizada por meio do Município de Urussanga, por meio da emenda parlamentar nº 19730009, contendo, inclusive, data do convênio firmado, data do repasse das parcelas ao Município, bem como datas dos repasses dos valores ao Clube beneficiado (Autoria – Vereadora Izoete Duarte Vieira Gastaldon/PP). Aprovado por unanimidade.

· SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 8 DE MARÇO DE 2016, TRANSFORMADA EM ESPECIAL EM RAZÃO DA ENTREGA DO DIPLOMA MULHER CIDADÃ URUSSANGUENSE ÀS SENHORAS DAIZI BERNARDES MARTINS, MARIA DE LOURDES CAMPOS VENDRAMINI, MARIA ISABEL BETTIOL FELTRIN, ROSA MIOTELLO, ROSEMERI APARECIDA MAFRA DA SILVA E STELA MARIS DE AGOSTIN TALAMINI.

Ordem do Dia:

Em virtude da transformação da Sexta Reunião Ordinária em Especial, não haverá matéria para votação na Ordem do Dia.

· SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 2016.

Ordem do Dia:

Projeto de Lei PL nº 01/2016 – Denomina via pública "Angelo Zanin", no Município de Urussanga, e dá outras providências (Autoria – Vereadores Elson Roberto Ramos/PMDB e Izoete Duarte Vieira Gastaldon/PP). Matéria constante na Ordem do Dia, conforme art. 179, do Regimento Interno, em razão de solicitação do pedido de adiamento de votação em Sessão Ordinária do dia 1º de março de 2016. Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 05/2016 – Requer licença do exercício de

vereança por período de 30 (trinta) dias, de 16 de março a 14 de abril de 2016, para tratar de assuntos de interesse particular (Autoria – Vereador Elson Roberto Ramos/PMDB). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 06/2016 – Solicita o envio de expediente ao Poder Executivo para que seja apresentada à Casa Legislativa relação original e eventuais substituições de famílias beneficiadas com as casas populares "Conjunto Habitacional Bom Jesus II", que estão sendo construídas no Bairro Bom Jesus, neste Município (Autoria – Vereadores Izoete Duarte Vieira Gastaldon/PP, Odivaldo Bonetti/PP e Omero De Bona/PP). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 07/2016 – Solicita o envio de Ofício à Senhora Scheila Zomer Bosa, Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Urussanga (CDL), convidando-a a participar de Reunião, em data de sua conveniência, para falar sobre possíveis mudanças na legislação municipal, objetivando diminuir taxas/alvarás municipais, além de incentivar o comércio local (Autoria – Vereadores Izoete Duarte Vieira Gastaldon/PP, Odivaldo Bonetti/PP e Omero De Bona/PP). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 08/2016 – Solicita o envio de expediente ao Poder Executivo para que seja apresentada à Casa Legislativa cópia do Contrato de Concessão de Uso firmado entre a Prefeitura Municipal de Urussanga e a Empresa Bem Produções para a utilização do palco localizado no Parque Ado Cassetari Vieira, para o evento da "Festa do Vinho", inclusive com cópia da licitação realizada e cópia do contrato firmado entre a empresa supracitada e os artistas (Autoria – Vereadores Izoete Duarte Vieira Gastaldon/PP, Odivaldo Bonetti/PP, Omero De Bona/PP e Rozemar Sebastião/PSD). Aprovado por unanimidade.

Moção nº 03/2016 – Manifesta congratulação aos Policiais Militares Cabo Edno Carmélio Dutra (Matrícula nº 924549-9), Soldado Mário Rodrigues Neto (Matrícula nº 930325-1) e Soldado Daniel Souza Lock (Matrícula nº 932964-1) (Autoria – Vereadores Luiz Carlos Cardoso/PMDB e Marcos Roberto Silveira/PT). Aprovado por unanimidade.

Indicação 04/2016 – Sugere ao Poder Executivo que, por meio do setor competente, seja transformada a Praça D'Itália em um Centro de Eventos, aproveitando a estrutura da referida Praça no Parque Municipal Ado Cassetari Vieira, para melhor atender à grande demanda nas Festas do Vinho e Retorno Alle Origini, bem como providenciar a construção de um pátio para estacionamento na referida área (Autoria – Vereador Omero De Bona/PP). Aprovado por unanimidade.

Indicação nº 05/2016 – Sugere ao Poder Executivo que, por meio do setor competente (SAMA), seja providenciada a instalação de 1 (um) hidrante na Praça Anita Garibaldi, Centro do Município de Urussanga, e de 1 (um) hidrante no Bairro De Villa (Autoria – Vereador Odivaldo Bonetti/PP). Aprovado por unanimidade.

· OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 22 DE MARÇO DE 2016, QUE CONTOU COM A PARTICIPAÇÃO DO CABO EDNO CARMÉLIO DUTRA E DOS SOLDADOS DANIEL SOUSA LOCK E MÁRIO RODRIGUES NETO, DA POLÍCIA MILITAR DE CRICIÚMA, PARA RECEBIMENTO DA MOÇÃO Nº 03/2016.

Ordem do Dia:

Projeto de Lei PE nº 01/2016 – Autoriza o Poder Executivo do Município de Urussanga a contratar treinadores para desenvolver o Projeto "Quem Luta não Briga", e dá outras providências (Autoria – Poder Executivo). Aprovado por unanimidade.

Projeto de Lei PE nº 02/2016 – Autoriza o Poder Executivo do

Município de Urussanga a contratar instrutores para desenvolver o Projeto "Escola de Artes", e dá outras providências (Autoria – Poder Executivo). Incluso na Ordem do Dia, com dispensa de parecer. Aprovado por unanimidade.

Projeto de Decreto Legislativo nº 04/2016 – Concede Medalha do Mérito de Urussanga ao Senhor Ruberval Francisco Pilotto, e dá outras providências (Autoria – Vereador Marcos Roberto Silveira/PT). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 09/2016 – Solicita o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Décio Góes, Presidente da Associação dos Municípios da Região Carbonífera – AMREC, com solicitação de construção de um Centro de Zoonoses para atendimentos dos Municípios associados; e que a Câmara providencie ampla divulgação aos Presidentes das Câmaras de Vereadores dos Municípios associados à AMREC, para que os providenciem seus requerimentos, dada a importância do assunto (Autoria – Vereador Marcos Roberto Silveira/PT). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 10/2016 – Solicita o envio de Ofício ao Superintendente Regional-Sul do Departamento Estadual de Infraestrutura – DEINFRA, Senhor Lourival Pizzolo, solicitando providências no acesso do Loteamento Scussel, localizado na Rodovia SC-108, nas proximidades da empresa PLAZON, no sentido de instalar meios físicos que obriguem a redução de velocidade por parte dos veículos que trafegam naquela Rodovia, com a instalação de trevo ou colocação de lombadas (Autoria – Vereador Rozemar Sebastião). Aprovado por unanimidade.

· NONA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 29 DE MARÇO DE 2016, QUE CONTOU COM A PARTICIPAÇÃO DA SENHORA SCHEILA ZOMER BOSA, PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DIRIGENTES LOJISTAS – CDL DE URUSSANGA, EM ATENDIMENTO AO REQUERIMENTO Nº 07/2016.

Ordem do Dia:

Projeto de Lei PE nº 03/2016 – Abre crédito especial adicional no orçamento vigente, e dá outras providências (Autoria – Poder Executivo). Aprovado por unanimidade.

Projeto de Lei PE nº 04/2016 – Abre crédito especial adicional no orçamento vigente, e dá outras providências (Autoria – Poder Executivo). Aprovado por unanimidade.

Projeto de Lei PE nº 05/2016 – Concede revisão geral anual, e dá outras providências (Autoria – Poder Executivo). Projeto incluso na Ordem do Dia, com dispensa de parecer. Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 11/2016 – Solicita o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Décio Góes, Presidente da Associação dos Municípios da Região Carbonífera – AMREC, com solicitação de criação de um Consórcio Público de Manutenção e Recuperação de Estradas Vicinais, Córregos e Rios, para atendimentos dos Municípios associados; e que a Câmara providencie ampla divulgação aos Presidentes das Câmaras de Vereadores dos Municípios associados à AMREC, para que os providenciem seus requerimentos, dada a importância do assunto (Autoria – Vereador Marcos Roberto Silveira/PT). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 12/2016 – Requer licença do exercício de vereança por período de 30 (trinta) dias, de 1º de abril a 30 de abril de 2016, para tratar de assuntos de interesse particular (Autoria – Vereadora Izoete Duarte Vieira Gastaldon/PP). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 13/2016 – Solicita o envio de Ofício ao

Superintendente Regional-Sul do Departamento Estadual de Infraestrutura – DEINFRA, Senhor Lourival Pizzolo, solicitando serviços de roçada nas laterais da Rodovia SC 108, trecho que compreende o Município de Urussanga a Orleans, visto que as placas de sinalização verticais e os abrigos de passageiros, em sua maioria, encontram-se encobertos pela vegetação, dificultando a visualização dos que se utilizam desta Rodovia (Autoria – Vereadora Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori/PMDB). Aprovado por unanimidade.

Indicação nº 06/2016 – Sugere ao Poder Executivo que, determine ao setor competente a execução de serviços de pavimentação (lajotamento) na Rua Robélia Feliciades Brasil Teotônio, na localidade de Santana, neste Município (Autoria – Vereador Luiz Carlos Cardoso/PMDB). Aprovada por unanimidade.

· DÉCIMA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 05 DE ABRIL DE 2016.

Ordem do Dia:

Indicação nº 07/2016 – Sugere ao Poder Executivo que, por meio do setor competente, providencie a construção de vias de acesso (adequando-se à Lei de Acessibilidade) onde forem necessárias, inclusive no Parque Municipal, para que os deficientes físicos e qualquer cidadão possam locomover-se livremente pelo Município de Urussanga (Autoria – Vereador José Carlos José/PP). Aprovada por unanimidade.

Indicação nº 08/2016 – Sugere ao Poder Executivo Municipal que interceda junto ao Departamento Estadual de Infraestrutura – DEINFRA, para que seja providenciada a colocação de lombadas eletrônicas, mais especificamente em frente ao estabelecimento comercial denominado Faquim Auto Center (apenas referência), e para que restaure as pinturas das faixas de pedestres junto à Rodovia SC-108, no trajeto do trevo da Empresa Minaplast (apenas referência) até o Bairro Nova Itália, no Município de Urussanga (Autoria – Vereador José Carlos José/PP). Aprovada por unanimidade.

· DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 12 DE ABRIL DE 2016.

Ordem do Dia:

Requerimento nº 14/2016 – Solicita o envio de ofício à Empresa Força e Luz de Urussanga Ltda – EFLUL, solicitando, com urgência, os serviços de poda da árvore que está localizada na Praça Longarone, ao lado do Fórum da Comarca de Urussanga, Centro da Cidade (Autoria – Vereadora Daniela Piacentini Visintim/PMDB). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 15/2016 – Requer licença do exercício de vereança por período de 30 (trinta) dias, de 15 de abril a 14 de maio de 2016, para tratar de assuntos de interesse particular (Autoria – Vereador Jucemar Sangaletti/PMDB). Aprovado por unanimidade.

Indicação nº 09/2016 – Sugere ao Poder Executivo Municipal que seja providenciada a ampliação do prazo de validade das certidões negativas emitidas pelo Poder Executivo Municipal para 180 (cento e oitenta) dias (Autoria – José Carlos José/PP). Aprovada por unanimidade.

· DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 19 DE ABRIL DE 2016.

Ordem do Dia:

Requerimento nº 16/2016 – Requer que seja enviado ofício à Senhora Maria Aparecida Toloy, Professora de Artes do CAPS de Urussanga, convidando-a para participar de Reunião Ordinária para

falar sobre a função do Artiterapeuta (Autoria – Vereador Marcos Roberto Silveira/PT). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 17/2016 – Requer seja realizada Audiência Pública, para tratar dos assuntos relacionados a debater a minuta de projeto de lei complementar que altera a área de APP nas margens do Rio dos Americanos na área urbana do Município de Urussanga, esclarecendo e debatendo o projeto, sua importância e a implantação das construções relacionadas (Autoria – Vereador Marcos Roberto Silveira/PT, enquanto Presidente da Comissão Permanente de Obras e Serviços Públicos). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 18/2016 – Requer seja enviado ofício ao Cabo Rosiano Soratto, da Polícia Militar de Urussanga, convidando-o, em data de sua conveniência, a comparecer nesta colenda Casa Legislativa, para falar sobre o Programa Educacional de Resistência às Drogas – PROERD, em Urussanga (Autoria – Vereadora Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori/PMDB). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 20/2016 – Requer seja expedido ofício convidando a Senhora Graziela Cristina Luiz Damasceno Gabriel, Presidente da Associação Catarinense dos Conselheiros Tutelares dos Direitos da Criança e do Adolescente da Região Carbonífera, a participar de Sessão Ordinária desta Casa Legislativa, em data de sua conveniência, no intuito de explanar acerca das atividades dos Conselhos Tutelares na região da AMREC (Autoria – Vereadora Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori/PMDB). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 21/2016 – Requer o envio de expediente ao Poder Executivo Municipal para que sejam remetidas à Casa Legislativa informações referentes às despesas empenhadas e não pagas até o presente momento referentes ao ano de 2015, a saber: a) valores de restos a pagar que se encontram pendentes referentes ao exercício de 2015; b) cópia dos comprovantes de empenho referente aos credores com despesas empenhadas e não pagadas referentes ao ano de 2015; c) que seja encaminhado relatório do Controle Interno da Prefeitura Municipal de Urussanga, com a análise sobre o volume de restos a pagar referentes ao exercício de 2015 (Autoria – Vereador Rozemar Sebastião/PSD). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 22/2016 – Requer o envio de expediente ao Poder Executivo Municipal, solicitando que seja encaminhada à Casa Legislativa cópia de todas as licenças ambientais expedidas pela Fundação Ambiental do Município de Urussanga – FAMU, desde de o início de seu funcionamento até a presente data (Autoria – Vereadores José Carlos José/PP, Odivaldo Bonetti/PP, Omero De Bona/PP e Rozemar Sebastião/PSD). Aprovado por unanimidade.

Moção nº 04/2016 – Envia Moção de Congratulação aos fundadores e membros do Grupo de Escoteiros de Urussanga, que completa neste ano seu 30º aniversário de fundação (Autoria – Vereadora Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori/PMDB). Aprovada por unanimidade.

Indicação nº 10/2016 – Sugere ao Poder Executivo Municipal, por meio do setor competente, que proceda a nova medição da área de terras que compreende o “Parque Municipal Ado Cassetari Vieira”, de propriedade da Prefeitura Municipal de Urussanga (Autoria – Vereadores Daniela Piacentini Visintim/PMDB, Elson Roberto Ramos/PMDB, Luiz Carlos Cardoso/PMDB, Marcos Roberto Silveira/PT e Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori/PMDB). Aprovada por unanimidade.

Indicação nº 11/2016 – Sugere ao Poder Executivo Municipal que seja providenciada a alteração do artigo 26, alínea “g” e §1º, da Lei nº 777/1977 – Código Tributário Municipal, para isentar o contribuinte aposentado e pensionista do pagamento de IPTU (Autoria – Vereador José Carlos José/PP). Aprovada por unanimidade.

Indicação nº 12/2016 – Sugere ao Poder Executivo Municipal que seja instituída uma Comissão Especial para promover estudos quanto à reformulação do Código Tributário Municipal (Autoria – Vereadores Daniela Piacentini Visintim/PMDB, Elson Roberto Ramos/PMDB, José Carlos José/PP, Luiz Carlos Cardoso/PMDB, Marcos Roberto Ramos/PT, Odivaldo Bonetti/PP, Omero De Bona/PP, Rozemar Sebastião/PSD e Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori/PMDB). Aprovada por unanimidade.

· DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 26 DE ABRIL DE 2016, QUE CONTOU COM A PARTICIPAÇÃO DO SENHOR EVANDRO CARLOS RODRIGUES, DIRETOR TÉCNICO DO GRUPO DE ESCOTEIROS DE URUSSANGA, PARA RECEBIMENTO DA MOÇÃO Nº 04/2016.

Ordem do Dia:

Projeto de Decreto Legislativo nº 06/2016 – Outorga o Título Honorífico de Cidadão Honorário de Urussanga ao Senhor Jorge Luiz da Silva, e dá outras providências (Autoria – Vereadora Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori/PMDB). Aprovado por unanimidade.

Projeto de Decreto Legislativo nº 11/2016 – Aprova a prestação de contas do Município de Urussanga, relativas ao exercício de 2014, conforme parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (Autoria – Comissão de Finanças, Tributação e Orçamento). Aprovado por unanimidade.

Moção nº 05/2016 – Solicita o envio de Moção de Congratulação ao Urussanga Futebol Clube, em razão da comemoração de seus 85 (oitenta e cinco) anos de atividade, completados no dia 19 de abril de 2016 (Autoria – Vereador Odivaldo Bonetti/PP). Aprovada por unanimidade.

· DÉCIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 3 DE MAIO DE 2016, QUE CONTOU COM A PARTICIPAÇÃO DO SENHOR ROSIANO SORATTO, CABO DA POLÍCIA MILITAR DE URUSSANGA, PARA EXPLANAR SOBRE O PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS – PROERD, NO MUNICÍPIO, EM ATENDIMENTO AO REQUERIMENTO Nº 18/2016.

Ordem do Dia:

Projeto de Decreto Legislativo PDL nº 05/2016 – Outorga o Diploma do Mérito de Urussanga ao Senhor Fausto Bortolot, e dá outras providências (Autoria – Vereadora Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori/PMDB). Aprovado por unanimidade.

Projeto de Decreto Legislativo PDL nº 07/2016 – Outorga Título Honorífico de Cidadão Benemérito de Urussanga ao Senhor Murilo João Nesi, e dá outras providências (Autoria – Vereadora Izoete Duarte Vieira Gastaldon/PP). Aprovado por unanimidade.

Projeto de Decreto Legislativo PDL nº 08/2016 – Outorga Título Honorífico de Cidadão Benemérito de Urussanga ao Senhor Oscar De Bona, e dá outras providências (Autoria – Vereador Omero De Bona/PP). Aprovado por unanimidade.

Projeto de Resolução PR nº 01/2016 – Revoga a Resolução nº 11, de 21 de fevereiro de 2014, a qual constitui e nomeia membros de comissão de avaliação de servidor público em estágio probatório (Autoria – Mesa Diretora). Aprovado por unanimidade.

Projeto de Resolução PR nº 02/2016 – Extingue 1 (uma) vaga do cargo de Oficial Legislativo (Símbolo PE-03) do Quadro Permanente de Pessoal da Câmara Municipal de Urussanga, prevista no Anexo I, da Resolução nº 11, de 31 de maio de 2006 (Autoria – Mesa Diretora). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 23/2016 – Solicita o envio de Ofício ao Presidente do Urussanga Futebol Clube, convidando-o a participar de Reunião Ordinária, em data de sua conveniência, para discutir sobre as atividades do Clube em seus 85 (oitenta e cinco) anos de atividades (Autoria – Vereador Odivaldo Bonetti/PP). Aprovado por unanimidade.

Moção nº 06/2016 – Envia Moção de Congratulação ao Minerasil Futebol Clube de Santana, em razão da comemoração de seus 71 anos (setenta e um) anos de fundação, data celebrada em 1º de maio de 2016 (Autoria – Vereador Luiz Carlos Cardoso/PMDB). Aprovada por unanimidade.

Indicação nº 13/2016 – Solicita o envio de expediente ao Prefeito Municipal sugerindo que a devolução anual com relação às sobras do duodécimo pela Câmara Municipal de Urussanga ao Poder Executivo seja feita trimestralmente e que os valores sejam diretamente repassados ao Hospital Nossa Senhora da Conceição (Autoria – Vereadores Odivaldo Bonetti/PP, Rozemar Sebastião/PSD, Daniela Piacentini Visintim/PMDB, Marcos Roberto Silveira/PT – Membros da Comissão Especial instituída pela Resolução nº 18/2013 –, José Carlos José/PP, Luiz Carlos Cardoso/PMDB, Omero De Bona/PP e Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori/PMDB). Aprovada por unanimidade.

· DÉCIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE 2016, QUE CONTOU COM A PARTICIPAÇÃO DO SENHOR ADEMIR LOPES, PRESIDENTE DO MINERASIL FUTEBOL CLUBE, PARA RECEBIMENTO DA MOÇÃO Nº 06/2016.

Ordem do Dia:

Projeto de Lei PL nº 02/2016 – Denomina via pública “Professora Vania Piovesan Damiani”, no Município de Urussanga, e dá outras providências (Autoria – Vereadora Daniela Piacentini Visintim/PMDB). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 24/2016 – Solicita o envio de expedientes ao Superintendente Regional-Sul do Departamento Estadual de Infraestrutura, Senhor Lourival Pizzolo, e ao Presidente do Departamento Estadual de Infraestrutura, Senhor Wanderley Teodoro Agostini, requisitando que estes intercedam urgentemente no sentido de serem feitos os devidos reparos ou a retirada do redutor de velocidade existente na Rodovia SC-108, compreendido no trecho Urussanga a Orleans, próximo à Igreja Católica, no Município de Urussanga (Autoria – Vereadores Izoete Duarte Vieira Gastaldon/PP, Odivaldo Bonetti/PP e Omero De Bona/PP). Aprovado por unanimidade.

Indicação nº 14/2016 – Sugere ao Poder Executivo que seja providenciada, por meio do setor competente, a construção de uma parada de ônibus, bem como a implementação de abrigo na Rua Pedro Joaquim, no Bairro Bela Vista, uma vez que carece que um local adequado para que os estudantes possam aguardar o transporte escolar com segurança (Autoria – Vereadora Izoete Duarte Vieira Gastaldon/PP). Aprovada por unanimidade.

Indicação nº 15/2016 – Sugere ao Poder Executivo que seja providenciada, por meio do setor competente, a construção de uma parada de ônibus, bem como a implementação de abrigo na Rodovia Francisco João Pereira (próximo à morada de Leonir Favro), no Bairro Rio Carvalho, neste Município, uma vez que carece que um local adequado para que os estudantes possam aguardar o transporte escolar (Autoria – Vereadora Izoete Duarte Vieira Gastaldon/PP). Aprovada por unanimidade.

Indicação nº 16/2016 – Sugere ao Poder Executivo, juntamente à Comissão Municipal de Trânsito, que seja providenciada, com urgência, a instalação de lombada na Travessa Narciso Gonçalves

(em frente ao Prédio "Bertan"), no Bairro Bela Vista, neste Município, bem como providencie a colocação de placa indicativa de trânsito sobre referida lombada (Autoria – Vereadora Izoete Duarte Vieira Gastaldon/PP). Aprovada por unanimidade.

· DÉCIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 17 DE MAIO DE 2016, QUE CONTOU COM A PARTICIPAÇÃO DO SENHOR ALAN APOLINÁRIO, PRESIDENTE DO URUSSANGA FUTEBOL CLUBE, PARA RECEBIMENTO DA MOÇÃO Nº 05/2016 E EM ATENDIMENTO AO REQUERIMENTO Nº 23/2016.

Ordem do Dia:

Projeto de Decreto Legislativo nº 10/2016 – Outorga Título Honorífico de Cidadão Honorário de Urussanga ao Senhor Luiz Carlos Zen, e dá outras providências (Autoria – Vereador Omero De Bona/PP). Aprovado por oito votos favoráveis e uma abstenção.

Requerimento nº 25/2016 – Requer que seja enviado ofício à Senhora Simone Luiz Cândido, Presidente do Grupo de Estudos e Apoio à Adoção de Içara, convidando-a para participar de reunião ordinária, para falar sobre conscientização de adoção (Autoria – Vereador Marcos Roberto Silveira/PT). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 26/2016 – Solicita o envio de ofício à Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina – Núcleo Regional de Criciúma, na pessoa do Defensor Público Diego Torres, convidando-o a participar de Reunião Ordinária, em data de sua conveniência, para falar sobre suas atividades no Estado (Autoria – Vereadora Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori/PMDB). Aprovado por unanimidade.

Moção nº 07/2016 – Envia Moção de Congratulação à nova Diretoria da Associação Comercial e Industrial de Urussanga – ACIU, que tomou posse em prestigiada solenidade, no dia 2 de maio de 2016 (Autoria – Vereador Elson Roberto Ramos/PMDB). Aprovada por unanimidade.

· DÉCIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 24 DE MAIO DE 2016.

Ordem do Dia:

Projeto de Decreto Legislativo nº 09/2016 – Outorga Título Honorífico de Cidadã Honorária à Senhora Maria de Los Angeles Mojoren Luis, e dá outras providências (Autoria – Vereador Rozemar Sebastião/PSD). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 27/2016 - Requer licença do exercício de vereança por período de 30 (trinta) dias, de 1º de junho a 30 de junho de 2016, para tratar de assuntos de interesse particular (Autoria – Odivaldo Bonetti/PP). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 28/2016 – Solicita o envio de expediente ao Chefe do Poder Executivo Municipal, para que seja encaminhada a esta Casa Legislativa cópia integral do processo de licitação nº 06/2015 e dos respectivos contratos nº 128/2015, 129/2015, 130/2015, 131/2015, 132/2015 e 133/2015 (Autoria – Vereadores Izoete Duarte Vieira Gastaldon/PP, Odivaldo Bonetti/PP e Omero De Bona/PP). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 29/2016 – Requer licença do exercício de vereança por período de 60 (sessenta dias), de 23 de maio de 2016 a 21 de julho de 2016, para tratamento de saúde (Autoria – Vereador Jucemar Sangaletti/PMDB). Aprovado por unanimidade.

Moção nº 08/2016 – Envia Moção de Apelo ao Excelentíssimo Senhor Deputado Gelson Merísio, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, quanto à aceleração na colocação do Projeto de Emenda à Constituição do Estado – PEC nº

0002/2016 em pauta de discussão em Plenário (Autoria – Vereadores Daniela Piacentini Visintim/PMDB, Elson Roberto Ramos/PMDB, Izoete Duarte Vieira Gastaldon/PP, Jucemar Sangaletti/PMDB, Marcos Roberto Silveira/PT, Odivaldo Bonetti/PP, Omero De Bona/PP, Rozemar Sebastião/PSD e Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori/PMDB). Aprovada por unanimidade.

· DÉCIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 31 DE MAIO DE 2016, QUE CONTOU COM A PARTICIPAÇÃO DO SENHOR ADROALDO ECHAMENDI DE BRIDA, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE URUSSANGA – ACIU, PARA RECEBIMENTO DA MOÇÃO Nº 07/2016.

Ordem do Dia:

Projeto de Lei PE nº 06/2016 – Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária do Município de Urussanga, para o exercício de 2017 (Autoria – Poder Executivo). Aprovado por unanimidade.

· DÉCIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 7 DE JUNHO DE 2016.

Ordem do Dia:

Substitutivo Global nº 01/2016 ao Projeto de Lei PE nº 07/2016 – Altera dispositivo da Lei nº 2.530, de 15 de dezembro de 2011, cria e denomina o CEO – Centro de Especialidades Odontológicas, modifica a nomenclatura no CRESBE, e dá outras providências (Autoria – Daniela Piacentini Visintim/PMDB). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 30/2016 – Solicita que seja enviado expediente à Secretária de Assistência Social, Senhora Elisangela Cordova de Oliveira, convocando-a a comparecer a Reunião Ordinária nesta Casa Legislativa para falar sobre a atual situação do Programa Estadual de Regularização Fundiária denominado "Lar é Legal", no Município de Urussanga (Autoria – Vereadores Izoete Duarte Vieira Gastaldon/PP, Joel Gaspar Rodrigues/PP e Omero De Bona/PP). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 31/2016 – Solicita o envio de expediente ao Chefe do Poder Executivo Municipal, para que seja encaminhado a esta Casa Legislativa o relatório das ações promovidas pela Secretaria de Agricultura após a aprovação do programa denominado "Porteira Aberta" nesta Casa, inclusive contendo a relação de beneficiários, o tipo do trabalho prestado, a data e a hora (Autoria – Vereadores Izoete Duarte Vieira Gastaldon/PP, Joel Gaspar Rodrigues/PP e Omero De Bona/PP). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 32/2016 – Requer licença da vereança por 30 (trinta) dias para tratamento de saúde, a partir de 6 de junho de 2016 (Autoria – Vereador Marcos Roberto Silveira/PT). Incluso na Ordem do Dia, conforme art. 139, do Regimento Interno. Aprovado por unanimidade.

Indicação nº 17/2016 – Sugere ao Poder Executivo, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, seja prestada homenagem à enfermeira Terezinha Fernandes Meira ("In Memoriam"), fixando seu retrato em local de fácil visualização na Unidade Básica de Saúde de Santana, neste Município (Autoria – Vereador Luiz Carlos Cardoso/PMDB). Aprovada por unanimidade.

Indicação nº 18/2016 – Sugere ao Poder Executivo que, junto ao setor competente (SAMAE), sejam viabilizados estudos no sentido de promover a instalação de rede de água encanada no Bairro Rio Carvão Baixo, Comunidade de Santo Expedito (Autoria – Vereador Rozemar Sebastião/PSD). Aprovada por unanimidade.

Indicação nº 19/2016 – Sugere ao Chefe do Poder Executivo Municipal que providencie o repasse de recursos financeiros às Escolas da Rede Municipal de Ensino e aos Centros de Educação Infantil, através de convênio firmado com as Associações de Pais e Professores (Autoria – Vereador Joel Gaspar Rodrigues/PP). Aprovada por unanimidade.

· VIGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 14 DE JUNHO DE 2016, QUE CONTOU COM A PARTICIPAÇÃO DOS SENHORES FERNANDO HOLLANDA RIBEIRO E SÉRGIO CHAMOUN, DEFENSORES PÚBLICOS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – NÚCLEO REGIONAL DE CRICIÚMA, EM ATENDIMENTO AO REQUERIMENTO Nº 26/2016.

Ordem do Dia:

Não houve matérias.

· VIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 21 DE JUNHO DE 2016, QUE CONTOU COM A PARTICIPAÇÃO DA SENHORA GRAZIELA CRISTINA LUIZ DAMASCENO GABRIEL, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DOS CONSELHEIROS TUTELARES DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DA REGIÃO CARBONÍFERA, NO INTUITO DE EXPLANAR ACERCA DAS ATIVIDADES DOS CONSELHOS TUTELARES NA REGIÃO DA AMREC, EM ATENDIMENTO AO REQUERIMENTO Nº 20/2016.

Ordem do Dia:

Projeto de Lei PE nº 13/2016 - Autoriza o Poder Executivo do Município de Urussanga a suplementar dotações do orçamento vigente, e dá outras providências (Autoria - Poder Executivo). Projeto incluso na ordem do dia, com dispensa de parecer. Aprovado por unanimidade.

Projeto de Lei PL nº 03/2016 – Altera dispositivos da Lei Municipal nº 2.080, de 7 de junho de 2005, e dá outras providências (Autoria – Vereador Marcos Roberto Silveira/PT). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 33/2016 – Solicita o envio de expediente ao Poder Executivo Municipal para que encaminhe à Casa Legislativa todas as informações relacionadas ao processo que culminou nas aquisições de áreas de terra em 2007/2008/2009, localizadas em Urussanga Baixa (São Pedro), neste Município, destinadas a implantação de indústrias (Autoria – Vereador Elson Roberto Ramos/PMDB). Aprovado por unanimidade.

· VIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 28 DE JUNHO DE 2016.

Ordem do Dia:

Projeto de Lei PL nº 05/2016 – Fixa os subsídios dos agentes políticos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Urussanga, para o quadriênio 2017/2020, e dá outras providências (Autoria – Vereadores Daniela Piacentini Visintim/PMDB, Elson Roberto Ramos/PMDB, Evandro de Rezende/PT, Izoete Duarte Vieira Gastaldon/PP, Joel Gaspar Rodrigues/PP, Luiz Carlos Cardoso/PMDB, Omero De Bona/PP, Rozemar Sebastião/PSD e Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori/PMDB). Projeto incluso na ordem do dia, com dispensa de parecer. Aprovado por unanimidade.

Indicação nº 20/2016 – Solicita ao Prefeito Municipal de Urussanga a alteração do posicionamento do estacionamento na Rua Voluntários do Hospital, no Bairro Centro (Autoria – Vereador Evandro de Rezende/PT). Aprovada por unanimidade.

· VIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA

5 DE JULHO DE 2016, TRANSFORMADA EM SESSÃO SOLENE EM RAZÃO DA ENTREGA DE HONRARIAS AOS SEGUINTE HOMENAGEADOS: ARNALDO JESUS BEZ BATTI – DIPLOMA DO MÉRITO; DORIVALDO APOLINÁRIO JOÃO – CIDADANIA HONORÁRIA; JOÃO LUIZ PIVA – CIDADANIA HONORÁRIA; JORGE LUIZ DA SILVA – CIDADANIA HONORÁRIA; LUIZ CARLOS ZEN – CIDADANIA HONORÁRIA; MARIA DE LOS ANGELES MOREJON LUIS – CIDADANIA HONORÁRIA; MURILO JOÃO NESI – CIDADANIA BENEMÉRITA; PADRE JIOVANI MANIQUE BARRETO – CIDADANIA BENEMÉRITA; RÁDIO E FUNDAÇÃO MARCONI – DIPLOMA DO MÉRITO; VALDIR DE BETTIO – CIDADANIA BENEMÉRITA.

Ordem do Dia:

Não houve matérias.

· VIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 12 DE JULHO DE 2016, QUE CONTOU COM A PARTICIPAÇÃO DO SENHOR ANTÉRIO ANTÔNIO CAMBRUZZI, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AGRICULTORES DE BELVEDERE BAIXO E ALTO, EM ATENDIMENTO AO TERMO DE INSCRIÇÃO Nº 02/2016.

Ordem do Dia:

Requerimento nº 34/2016 – Requer o envio de expediente ao Poder Executivo Municipal para que, por meio da Comissão Municipal de Trânsito, seja realizado levantamento do número de veículos que acessam o Bairro Bom Jesus, via SC-445, em período não inferior a 12 horas e em dia útil da semana, devendo ser os veículos classificados em transporte coletivo (ônibus, micro-ônibus e vans) e outros (carros, motos e caminhões) (Autoria – Vereador Wilson Adriani Joaquim/PT). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 35/2016 – Requer o envio de expediente ao Poder Executivo Municipal para que, por meio dos setores competentes (Secretaria de Saúde, Secretaria da Educação e Setor de Planejamento), sejam realizados levantamentos sobre o número de pessoas atendidas mensalmente na Unidade Básica de Saúde do Bairro Bom Jesus, bem como o número de alunos matriculados na Creche e na Escola do referido Bairro, além do número de moradias existentes no Bairro Bom Jesus 1, Bom Jesus 2 e Loteamento São João (Autoria – Vereador Wilson Adriani Joaquim/PT). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 36/2016 – Requer seja encaminhado expediente ao Poder Executivo Municipal, reiterando o teor do Requerimento nº 31/2016, no sentido de solicitar relatório das ações promovidas pela Secretaria de Agricultura após a aprovação do programa denominado “Porteira Aberta” nesta Casa, inclusive contendo a relação de beneficiários, o tipo do trabalho prestado, a data e hora (Autoria – Vereadores Izoete Duarte Vieira Gastaldon/PP, Odivaldo Bonetti/PP e Omero De Bona/PP). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 37/2016 – Requer o envio de expediente ao Presidente da Associação Empresarial de Urussanga – ACIU, Senhor Adroaldo Echamendi De Brida, convidando-o a participar de Reunião Ordinária nesta Casa Legislativa, em data de sua conveniência, para falar sobre as tratativas da implantação da área industrial no Município de Urussanga (Autoria – Vereador Omero De Bona/PP). Aprovado por unanimidade.

Indicação nº 21/2016 – Sugere ao Poder Executivo Municipal que, através do setor competente, providencie a pavimentação do trecho que liga a empresa denominada Industria e Comércio Madeiras WF (apenas referência) ao asfalto (Estrada Geral Rio América) ou que sejam efetuadas melhorias na manutenção, no alargamento e na colocação de materiais adequados para que as transportadoras possam ter acesso às empresas instaladas naquela localidade (Autoria – Vereador Odivaldo Bonetti/PP). Aprovado por unanimidade.

Moção nº 10/2016 – Envia Moção de Congratulação à Senhorita Claudia Marchet, pela conquista do Concurso Miss Eco Urussanga, realizado em 14 de maio de 2016, em Criciúma (Autoria – Vereador Elson Roberto Ramos/PMDB). Aprovado por unanimidade.

· VIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 2 DE AGOSTO DE 2016, QUE CONTOU COM A PARTICIPAÇÃO DA SENHORITA CLÁUDIA MARCHETT, PARA RECEBIMENTO DA MOÇÃO Nº 10/2016.

Ordem do Dia:

Indicação nº 22/2016 – Sugere ao Departamento Municipal de Trânsito de Urussanga que providencie a colocação de placas indicativas na “Rodovia dos Imigrantes Trevisano”, via pública situada nos Bairros De Villa e São Pedro, neste Município (Autoria – Vereador Wilson Adriani Joaquim/PT). Aprovada por unanimidade.

· VIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 9 DE AGOSTO DE 2016.

Ordem do Dia:

Requerimento nº 38/2016 – Requer ao Poder Executivo Municipal que encaminhe a esta Casa Legislativa relação contendo todos os recursos recebidos pelo Município de Urussanga, através de emendas/programas estaduais e federais na vigência do atual mandato, inclusive com dados relacionados a datas, valores, obra investida e quem viabilizou o recurso (Autoria – Vereador Omero De Bona/PP). Aprovado por unanimidade.

Indicação nº 23/2016 – Sugere ao Poder Executivo Municipal que, por meio do setor competente, providencie a colocação de coletores de lixo nas duas ruas adjacentes (onde há várias residências) da Rua Lauro Zawaski, no Loteamento Vila Romana, Bairro Barro Preto, neste Município (Autoria – Vereador Omero De Bona/PP). Aprovado por unanimidade.

· VIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 16 DE AGOSTO DE 2016.

Ordem do Dia:

Moção nº 11/2016 – Envia Moção de Congratulação a atletas urussanguenses, integrantes da Seleção Catarinense de Karatê, em razão da atuação na última etapa classificatória do Campeonato Brasileiro (Autoria – Vereadora Daniela Piacentini Visintim/PMDB). Aprovada por unanimidade.

· VIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 23 DE AGOSTO DE 2016.

Ordem do Dia:

Emenda Modificativa nº 01/2016 ao Projeto de Lei PL nº 06/2016 – Denomina vias públicas com distintos nomes, no loteamento José Scussel, no Bairro Palmeira do Meio, Município de Urussanga, e dá outras providências (Autoria – Vereadora Daniela Piacentini Visintim/PMDB). Aprovada por unanimidade.

Projeto de Lei PL nº 06/2016 – Denomina vias públicas com distintos nomes, no loteamento José Scussel, no Bairro Palmeira do Meio, no Município de Urussanga, e dá outras providências (Autoria – Vereadora Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori/PMDB). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 39/2016 – Solicita o envio de Ofício ao Senhor Algemiro da Silva Damásio Filho, Presidente da APAE do Município

de Urussanga, para falar sobre a Semana Nacional do Excepcional e sobre as ações da entidade (Autoria – Vereador Elson Roberto Ramos/PMDB). Aprovado por unanimidade.

· VIGÉSIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 30 DE AGOSTO DE 2016, QUE CONTOU COM A PARTICIPAÇÃO DA SENHORA CRISTIANE D'ACAMPORA GUZZI, FONOAUDIÓLOGA DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE URUSSANGA, EM ATENDIMENTO AO REQUERIMENTO Nº 39/2016.

Ordem do Dia:

Projeto de Resolução nº 03/2016 – Aprova a proposta orçamentária da Câmara Municipal de Urussanga, para o exercício de 2017 (Autoria – Mesa Diretora). Aprovado por unanimidade.

· TRIGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 6 DE SETEMBRO DE 2016.

Ordem do Dia:

Requerimento nº 40/2016 - Solicita o envio de Ofício ao Senhor Altair Lourival de Melo, Presidente da Coopercojal, para falar sobre o projeto “Coopercojal nas Escolas” (Autoria – Vereador Jucemar Sangaletti/PMDB). Aprovado por unanimidade.

· TRIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 13 DE SETEMBRO DE 2016.

Ordem do Dia:

Projeto de Lei Complementar PE nº 02/2016 – Dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos municipais de Urussanga, e estabelece outras providências (Autoria – Poder Executivo). Projeto incluso na ordem do dia, com dispensa de parecer. Aprovado por unanimidade.

Projeto de Lei Complementar PE nº 03/2016 – Estabelece a estrutura administrativa organizacional setorial da Prefeitura Municipal de Urussanga, e estabelece outras providências (Autoria – Poder Executivo). Projeto incluso na ordem do dia, com dispensa de parecer. Aprovado por unanimidade.

Projeto de Lei PE nº 15/2016 – Inclui o Título VII-A e altera a redação dos arts. 1º, 17, 30, 34, 43, 45, 47 e 53 da Lei nº 1.763, de 12 de dezembro de 2000, e dá outras providências (Autoria – Poder Executivo). Projeto incluso na ordem do dia, com dispensa de parecer. Aprovado por unanimidade.

Projeto de Lei PE nº 16/2016 – Dispõe sobre o quadro de empregos públicos e o regime jurídico aplicado aos empregados públicos vinculados aos programas federais implementados no âmbito do Município de Urussanga, e estabelece outras providências (Autoria – Poder Executivo). Projeto incluso na ordem do dia, com dispensa de parecer. Aprovado por unanimidade.

Projeto de Lei PE nº 17/2016 – Dispõe sobre o quadro geral de pessoal e o plano de carreira e vencimentos dos servidores públicos municipais de Urussanga, e estabelece outras providências (Autoria – Poder Executivo). Projeto incluso na ordem do dia, com dispensa de parecer. Aprovado por unanimidade.

· TRIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 20 DE SETEMBRO DE 2016, QUE CONTOU COM A PARTICIPAÇÃO DA SENHORITA NATÁLIA MANDELLI BORTOLOTO, PARA RECEBIMENTO DA MOÇÃO Nº 12/2016.

Ordem do Dia:

Não houve matérias.

· TRIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 27 DE SETEMBRO DE 2016, QUE CONTOU COM A PARTICIPAÇÃO DOS SENHORES RICARDO ALEXANDRE NOWASK, RANGEL QUAGLIOTTO E RANGEL DE LORENZI RITA, RESPECTIVAMENTE, PRESIDENTE, VICE-PRESIDENTE E COORDENADOR FINANCEIRO DA COMISSÃO ORGANIZADORA DA XVI FESTA DO VINHO, PARA APRESENTAREM A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO REFERIDO EVENTO, REALIZADO DE 10 A 14 DE AGOSTO DE 2016, EM CUMPRIMENTO AO QUE DETERMINA A LEI Nº 2.511, DE 18 DE AGOSTO DE 2011, E CONSIDERANDO A MENSAGEM Nº 30/2016.

Ordem do Dia:

Projeto de Lei PL nº 07/2016 – Denomina via pública “José Zape-
lini”, no Município de Urussanga, e dá outras providências (Autoria – Vereador Odivaldo Bonetti/PP). Aprovado por unanimidade.

Indicação nº 24/2016 – Sugere ao Poder Executivo a realização de estudos no sentido da instalação de câmeras de videomonitoramento em frente à Escola Vincenzo De Villa e no trevo de acesso ao Bairro de Villa (Autoria – Vereador Marcos Roberto Silveira/PT). Aprovada por unanimidade.

· TRIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 4 DE OUTUBRO DE 2016, QUE CONTOU COM A PARTICIPAÇÃO DO SENHOR ALTAIR LORIVAL DE MELO, PRESIDENTE DA COOPERATIVA ENERGÉTICA COCAL – COOPERCOCAL, PARA FALAR SOBRE O PROJETO “COOPERCOCAL NAS ESCOLAS”, EM ATENDIMENTO AO REQUERIMENTO Nº 40/2016.

Ordem do Dia:

Não houve matérias.

· TRIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 11 DE OUTUBRO DE 2016.

Ordem do Dia:

Projeto de Lei PE nº 18/2016 – Altera a redação do art. 3º, da Lei nº 1.898, de 28 de maio de 2002, com a finalidade de alterar a composição do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Autoria – Poder Executivo). Aprovado por unanimidade.

· TRIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016.

Ordem do Dia:

Parecer da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação, pela ilegalidade do Projeto de Lei PL nº 08/2016, de autoria do Vereador Wilson Adriani Joaquim/PT – Denomina via pública “Antônio Redivo”, no Município de Urussanga, e dá outras providências (Autoria – Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação, na forma do art. 91, do Regimento Interno). Aprovado o parecer por unanimidade, de forma que o Projeto de Lei PL nº 08/2016 foi arquivado.

Requerimento nº 41/2016 – Solicita o envio de ofício ao Senhor Henrique Gastaldon, Presidente da Comissão Municipal de Trânsito de Urussanga, para tratar da prestação de contas de final de mandato (Autoria – Vereador Marcos Roberto Silveira/PT). Aprovado por unanimidade.

Indicação nº 25/2016 – Sugere ao Poder Executivo Municipal que isente de impostos as instituições educacionais de educação básica que concedem bolsas de estudos a alunos nela matriculados,

restringindo-se às instituições sediadas neste Município (Autoria – Vereador Marcos Roberto Silveira/PT). Aprovada por unanimidade.

Indicação nº 26/2016 – Solicita ao Poder Executivo Municipal que verifique o cumprimento da Lei nº 1.814, de 20 de junho de 2001, que dispõe sobre a implantação do ensino da Língua Italiana aos alunos do ensino fundamental, e dá outras providências (Autoria – Vereador Marcos Roberto Silveira/PT). Aprovada por unanimidade.

· TRIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 25 DE OUTUBRO DE 2016.

Ordem do Dia:

Não houve matérias.

· TRIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 1º DE NOVEMBRO DE 2016.

Ordem do Dia:

Não houve matérias.

· TRIGÉSIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 8 DE NOVEMBRO DE 2016.

Ordem do Dia:

Projeto de Lei PE nº 20/2016 – Autoriza o parcelamento dos débitos inscritos em dívida ativa, ajuizados ou não, ou notificados de ofício, referente a impostos, taxas e contribuição de melhoria e concede redução dos valores de juros e multas incidentes sobre os débitos, e dá outras providências (Autoria – Poder Executivo). Aprovado por unanimidade.

Substitutivo Global nº 01 ao Projeto de Lei PL nº 09/2016 – Estabelece regras para colocação de mesas de bilhar e pebolim em espaços abertos no município de Urussanga, e dá outras providências (Autoria – Vereador Wilson Adriani Joaquim/PT). Reprovado por unanimidade.

Projeto de Lei PL nº 10/2016 – Denomina via pública “Afonso Rosso”, no Bairro São Pedro, Município de Urussanga, e dá outras providências (Autoria – Vereador Jucemar Sangaletti/PMDB). Aprovado por unanimidade.

Projeto de Lei PL nº 12/2016 – Declara de utilidade pública a Associação Alpha Karatê, com sede no Município de Urussanga, e dá outras providências (Autoria – Vereador Marcos Roberto Silveira/PT). Projeto incluso na Ordem do Dia, com dispensa de parecer. Aprovado por unanimidade.

Projeto de Lei PL nº 13/2016 – Declara de utilidade pública o Foto Clube Urussanga, com sede no Município de Urussanga, e dá outras providências (Autoria – Vereador Marcos Roberto Silveira/PT). Projeto incluso na Ordem do Dia, com dispensa de parecer. Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 42/2016 – Solicita envio de ofício ao Diretor da Empresa VTech Soluções, convidando-o a participar de uma reunião ordinária, para discutir sobre “Projeto Segurança para Todos”, com sistema de implantação de câmera de monitoramento (Autoria – Vereador Elson Roberto Ramos/PMDB). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 43/2016 – Solicita envio de expediente ao Excentíssimo Senhor Raimundo Colombo, Governador do Estado de Santa Catarina; ao Senhor César Augusto Grubba, Secretário de Estado da Segurança Pública de Santa Catarina; ao Senhor Coronel

Paulo Henrique Hemm, Comandante Geral da Polícia Militar de Santa Catarina; e ao Senhor Tenente Coronel Darci Rodrigues Junior, Comandante da Guarnição Especial de Içara (Geic), solicitando providências urgentes, no que tange à reposição do efetivo de policiais militares no município de Urussanga (Autoria – Vereadores Daniela Piacentini Visintim/PMDB, Elson Roberto Ramos/PMDB, Izoete Duarte Vieira Gastoaldon/PP, Jucemar Sangaletti/PMDB, Marcos Roberto Silveira/PT, Odivaldo Bonetti/PP, Omero de Bona/PP, Rozemar Sebastião/PSD e Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori/PMDB). Aprovado por unanimidade.

· QUADRAGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 16 DE NOVEMBRO DE 2016.

Ordem do Dia:

Moção nº 14/2016 – Envia Moção de Congratulação à Direção do Hospital São José de Criciúma, pela comemoração de seus 80 (oitenta) anos de fundação (Autoria – Vereador Elson Roberto Ramos/PMDB). Aprovada por unanimidade.

· QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2016.

Ordem do Dia:

Projeto de Lei PE nº 19/2016 – Elege o ente regulador dos serviços de saneamento do Município de Urussanga (Autoria – Poder Executivo). Aprovado por unanimidade.

Projeto de Lei PL nº 14/2016 – Denomina via pública “Francisco Feltrin”, no Bairro Pirago, no Município de Urussanga, e dá outras providências (Autoria – Vereador Omero De Bona/PP). Aprovado por unanimidade.

Moção nº 15/2016 – Envia Moção de Congratulação aos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Urussanga (Autoria – Vereadora Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori/PMDB). Aprovada por unanimidade.

· QUADRAGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016, QUE CONTOU COM A PARTICIPAÇÃO DO SENHOR VALMÍCIO DE PIERI, DIRETOR DA EMPRESA VTECH SOLUÇÕES, PARA TRATAR DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO, EM ATENDIMENTO AO REQUERIMENTO Nº 42/2016.

Ordem do Dia:

Projeto de Lei PE nº 22/2016 – Estima a receita e fixa a despesa do Município de Urussanga para o exercício de 2017 (Autoria – Poder Executivo). Matéria única consoante ao disposto no art. 318, do Regimento Interno. Aprovado por unanimidade.

· QUADRAGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 6 DE DEZEMBRO DE 2016, QUE CONTOU COM A PARTICIPAÇÃO DA SENHORA MARIA APARECIDA TOLOY, PROFESSORA DE ARTES DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DE URUSSANGA, PARA FALAR SOBRE AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO PROFISSIONAL ARTETERAPEUTA; E DO SENHOR HENRIQUE GASTALDON, PRESIDENTE DA COMISSÃO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE URUSSANGA, PARA APRESENTAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE FINAL DE MANDATO DA ATUAL GESTÃO – EM ATENDIMENTO, RESPECTIVAMENTE, AOS REQUERIMENTOS Nº 16 E 41/2016.

Ordem do Dia:

Projeto de Lei PE nº 21/2016 – Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COMPEDE e o

Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Autoria – Poder Executivo). Aprovado por unanimidade.

Projeto de Resolução nº 04/2016 – Institui o Regimento Interno da Câmara Municipal de Urussanga, no Estado de Santa Catarina, e dá outras providências (Autoria – Comissão instituída e constituída por meio da Resolução nº 3, de 8 de abril de 2015, para reformulação da Lei Orgânica do Município e do Regimento Interno da Câmara Municipal de Urussanga). Projeto incluso na Ordem do Dia, com dispensa de parecer. Aprovado por unanimidade.

Projeto de Emenda Global à Lei Orgânica do Município de Urussanga nº 02/2016 (Autoria – Comissão instituída e constituída por meio da Resolução nº 3, de 8 de abril de 2015, para reformulação da Lei Orgânica do Município e do Regimento Interno da Câmara Municipal de Urussanga). Projeto incluso na Ordem do Dia, com dispensa de parecer. Aprovado por unanimidade, em primeira votação, conforme art. 28, §1º, da Lei Orgânica.

Requerimento nº 44/2016 – Solicita o envio de ofício à Senhora Heloisa Ricken Ângelo, Extensionista Rural da Epagri de Urussanga, convidando-a a participar de Reunião Ordinária, em data de sua conveniência, para apresentação de contas à sociedade urussanguense dos trabalhos desenvolvidos no presente ano (Autoria – Vereadora Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori/PMDB). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 45/2016 – Solicita o envio de expediente ao Poder Executivo Municipal, para que através do setor competente, encaminhe a esta Casa Legislativa, relatório pormenorizado das ações promovidas pela Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), abrangendo o Centro de Especialidade Odontológica – CEO, realizadas na gestão 2013/2016 (Autoria – Vereadores Daniela Piacentini Visintim/PMDB, Elson Roberto Ramos/PMDB, Jucemar Sangaletti/PMDB e Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori/PMDB). Aprovado por unanimidade.

Indicação nº 27/2016 – Sugere à Comissão Municipal de Trânsito que realize estudo de trafegabilidade no acesso do Bairro Rio América Baixo, a fim de aumentar a segurança do trecho (Autoria – Vereador Marcos Roberto Silveira/PT). Aprovada por unanimidade.

Indicação nº 28/2016 – Sugere ao chefe do Poder Executivo que regulamente a criação, estruturação e atribuição de uma intendência no Bairro São Pedro, por meio de Lei Ordinária de competência privativa do Executivo, conforme art. 48, parágrafo único, da Lei Orgânica Municipal (Autoria – Vereador Omero De Bona/PP). Aprovada por unanimidade.

· QUADRAGÉSIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

Ordem do Dia:

Projeto de Decreto Legislativo nº 12/2016 – Outorga ao Senhor Antonio Euclides de Lorenzi Cancelier o Diploma do Mérito de Urussanga, e dá outras providências (Autoria – Vereador Omero De Bona/PP). Aprovado por unanimidade.

· QUADRAGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2016.

Ordem do Dia:

Projeto de Lei PE nº 27/2016 – Abre crédito adicional especial no orçamento vigente, e dá outras providências (Autoria – Poder Executivo). Projeto incluso na Ordem do Dia, com dispensa de parecer. Aprovado por unanimidade.

Projeto de Lei PE nº 23/2016 – Dispõe sobre a criação do órgão executivo de trânsito no Município de Urussanga, Estado de Santa Catarina – URUTRAN, e da Junta Administrativa de Recursos de Infração – JARI, e dá outras providências (Autoria – Poder Executivo). Projeto incluso na Ordem do Dia, com dispensa de parecer. Aprovado por unanimidade.

Projeto de Lei PL nº 11/2016 – Dispõe sobre a criação do programa de controle de uso de drogas e de bebida alcoólica e a realização de exame toxicológico obrigatório aos motoristas do serviço público municipal do Município de Urussanga (Autoria – Vereador Rozemar Sebastião/PSD). Projeto incluso na Ordem do Dia, com dispensa de parecer. Aprovado por seis votos favoráveis e duas abstenções.

Projeto de Emenda Global à Lei Orgânica do Município de Urussanga nº 02/2016 (Autoria – Comissão instituída e constituída por meio da Resolução nº 3, de 8 de abril de 2015, para reformulação da Lei Orgânica do Município e do Regimento Interno da Câmara Municipal de Urussanga). Aprovado por unanimidade, em segunda votação, conforme art. 28, §1º, da Lei Orgânica.

Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 08/2016 – Acrescenta-se ao art.19, o inciso VII, e dá nova redação ao inciso I, do art. 20, da Lei Orgânica do Município de Urussanga, e dá outras providências (Autoria – Vereadores Daniela Piacentini Visintim/PMDB, Elson Roberto Ramos/PMDB e Jucemar Sangaletti/PMDB). Projeto incluso na Ordem do Dia, com dispensa de parecer. Rejeitado por cinco votos favoráveis e quatro contrários, com desempate da Presidente.

· PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

Ordem do Dia:

Projeto de Lei Complementar PE nº 04/2016 – Altera o artigo 80, caput, e o §1º; acrescenta o §3º; e dá nova redação ao Anexo II, da Lei nº 777, de 30 de dezembro de 1980 – Código Tributário do Município de Urussanga, e dá outras providências (Autoria – Poder Executivo). Projeto incluso na Ordem do Dia, com parecer da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação e dispensa do parecer das demais comissões. Reprovado por quatro votos favoráveis e quatro abstenções.

Projeto de Lei PE nº 28/2016 – Altera a redação do art. 23, §3º, da Lei nº 2.777, de 27 de setembro de 2016, e dá outras providências (Autoria – Poder Executivo). Projeto incluso na Ordem do Dia, com parecer da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação e dispensa do parecer das demais comissões. Aprovado por unanimidade.

Projeto de Lei PL nº 15/2016 – Denomina via pública “Romildo Miotello”, no Município de Urussanga, e dá outras providências (Autoria – Vereador Elson Roberto Ramos/PMDB). Projeto incluso na Ordem do Dia, com parecer da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação e dispensa do parecer das demais comissões. Aprovado por unanimidade.

RELATÓRIO RESUMIDO

REUNIÕES ORDINÁRIAS: Foram realizadas 45 (quarenta e cinco) reuniões ordinárias, ocorridas às terças-feiras, às 19h (dezenove horas), no Plenário da Câmara Municipal de Urussanga.

REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS: Foi realizada uma reunião extraordinária, no dia 27 de dezembro de 2016.

REUNIÕES ESPECIAIS: Sexta Reunião Ordinária, realizada no dia 8 de março de 2016, transformada em Especial em razão da entrega do Diploma Mulher Cidadã Urussanguense às Senhoras Daizi

Bernardes Martins, Maria de Lourdes Campos Vendramini, Maria Isabel Bettiol Feltrin, Rosa Miotello, Rosemeri Aparecida Mafra da Silva e Stela Maris de Agostin Talamini.

SESSÃO SOLENE: Vigésima Terceira Reunião Ordinária, realizada no dia 5 de julho de 2016, transformada em Sessão Solene em razão da entrega de honrarias aos seguintes homenageados: Arnaldo Jesus Bez Batti – Diploma do Mérito; Dorivaldo Apolinário João – Cidadania Honorária; João Luiz Piva – Cidadania Honorária; Jorge Luiz Da Silva – Cidadania Honorária; Luiz Carlos Zen – Cidadania Honorária; Maria de Los Angeles Morejon Luis – Cidadania Honorária; Murilo João Nesi – Cidadania Benemérita; Padre Jiovani Manique Barreto – Cidadania Benemérita; Rádio e Fundação Marconi – Diploma do Mérito e Valdir De Bettio – Cidadania Benemérita.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS – METAS FISCAIS: Para atender ao que determina o art. 9º, §4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, foram realizadas Audiências Públicas com o objetivo de demonstrar e avaliar o cumprimento das Metas Fiscais do Município. As audiências foram realizadas com a anuência do Presidente da Câmara Municipal de Urussanga, Vereadora Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori/PMDB; do Presidente da Comissão Permanente de Finanças, Tributação e Orçamento, Vereador Omero De Bona/PP; e do Coordenador do Controle Interno da Prefeitura Municipal, Senhor César Roberto Michels. A primeira foi realizada no dia 29 de fevereiro de 2016, com referência ao terceiro quadrimestre de 2015. A segunda, por sua vez, foi realizada no dia 30 de maio de 2016, com referência ao primeiro quadrimestre de 2016. A terceira, por seu turno, foi realizada no dia 26 de setembro de 2016, com referência ao segundo quadrimestre de 2016.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS – ASSUNTOS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO: Audiência Pública realizada em 5 de maio de 2016, na Câmara Municipal de Urussanga, convocada pela Comissão Permanente de Obras e Serviços Públicos, conforme Requerimento nº 17/2016, com o objetivo de discutir a minuta de projeto de lei complementar que altera o limite de áreas de preservação permanente às margens do Rio dos Americanos, no Município de Urussanga, esclarecendo e debatendo o tema, sua importância e consequente implantação.

PROJETOS DE LEI DO PODER EXECUTIVO – PE:

Apresentados : 28

Emendas : 03

Veto : 00

Aprovados : 22

Arquivados : 00

Rejeitados : 00

Pendentes de Votação : 00

Devolvido ao Executivo : 06

PROJETOS DE LEI DO PODER LEGISLATIVO – PL:

Apresentados : 15

Emendas : 03

Aprovados : 12

Arquivados : 01

Rejeitados : 01

Retirados : 01

Pendentes de Votação : 00

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR DO PODER EXECUTIVO – PLC:

Apresentados : 04

Emendas : 00

Aprovados : 02

Arquivados : 00

Rejeitados : 01

Retirados : 01

Pendentes de Votação : 00

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR DO PODER LEGISLATIVO – PLC:

Apresentados : 01
Emendas : 00
Aprovados : 00
Arquivados : 01
Rejeitados : 00
Retirados : 00
Pendentes de Votação : 00

PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO – PDL:

Apresentados : 12
Emendas : 00
Aprovados : 12
Arquivados : 00
Rejeitados : 00
Retirados : 00
Pendentes de Votação : 00

REQUERIMENTOS:

Apresentados : 45
Emendas : 00
Aprovados : 44
Arquivados : 00
Rejeitados : 00
Retirados : 01
Pendentes de Votação : 00

INDICAÇÕES:

Apresentados : 28
Emendas : 00
Aprovados : 28
Arquivados : 00
Rejeitados : 00
Retirados : 00
Pendentes de Votação : 00

MOÇÕES:

Apresentados : 15
Emendas : 00
Aprovados : 15
Arquivados : 00
Rejeitados : 00
Retirados : 00
Pendentes de Votação : 00

PARTICIPAÇÕES NAS REUNIÕES ORDINÁRIAS:

· Primeira Reunião Ordinária, realizada no dia 02 de fevereiro de 2016, que contou com a participação do Prefeito Municipal de Urussanga, em observância ao que determina o art. 45, inciso XXI, da Lei Orgânica.

· Segunda Reunião Ordinária, realizada no dia 10 de fevereiro de 2016, em razão do feriado de Carnaval, e que contou com a participação do Senhor André Nichele, Gerente da Rádio e Fundação Marconi, para recebimento da Moção nº 01/2016.

· Quarta Reunião Ordinária, realizada no dia 23 de fevereiro de 2016, e que contou com a participação da Senhorita Luiza Mazon Freitas, para recebimento da Moção nº 02/2016.

· Oitava Reunião Ordinária, realizada no dia 22 de março de 2016, que contou com a participação do Cabo Edno Carmélio Dutra e Dos Soldados Daniel Sousa Lock e Mário Rodrigues Neto, da Polícia Militar De Criciúma, para recebimento da Moção nº 03/2016.

· Nona Reunião Ordinária, realizada no dia 29 de março de 2016, que contou com a participação da Senhora Scheila Zomer Bosa,

Presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas – CDL de Urussanga, em atendimento ao Requerimento nº 07/2016.

· Décima Terceira Reunião Ordinária, realizada no dia 26 de abril de 2016, que contou com a participação do Senhor Evandro Carlos Rodrigues, Diretor Técnico do Grupo de Escoteiros de Urussanga, para recebimento da Moção nº 04/2016.

· Décima Quarta Reunião Ordinária, realizada no dia 3 de maio de 2016, que contou com a participação do Senhor Rosiano Soratto, Cabo da Polícia Militar de Urussanga, para explanar sobre o Programa Educacional de Resistência às Drogas – PROERD, no Município, em atendimento ao Requerimento nº 18/2016.

· Décima Quinta Reunião Ordinária, realizada no dia 10 de maio de 2016, que contou com a participação do Senhor Ademir Lopes, Presidente do Minas Futebol Clube, para recebimento da Moção nº 06/2016.

· Décima Sexta Reunião Ordinária, realizada no dia 17 de maio de 2016, que contou com a participação do Senhor Alan Apolinário, Presidente do Urussanga Futebol Clube, para recebimento da Moção nº 05/2016 e em atendimento ao Requerimento nº 23/2016.

· Décima Oitava Reunião Ordinária, realizada no dia 31 de maio de 2016, que contou com a participação do Senhor Adroaldo Echamendi De Brida, Presidente da Associação Empresarial De Urussanga – ACIU, para recebimento da Moção nº 07/2016.

· Vigésima Reunião Ordinária, realizada no dia 14 de junho de 2016, que contou com a participação dos Senhores Fernando Hollanda Ribeiro e Sérgio Chamoun, Defensores Públicos da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina – Núcleo Regional de Criciúma, em atendimento ao Requerimento nº 26/2016.

· Vigésima Primeira Reunião Ordinária, realizada no dia 21 de junho de 2016, que contou com a participação da Senhora Graziela Cristina Luiz Damasceno Gabriel, Presidente da Associação Catarinense dos Conselheiros Tutelares dos Direitos da Criança e do Adolescente da Região Carbonífera, no intuito de explanar acerca das atividades dos Conselhos Tutelares na região da AMREC, em atendimento ao Requerimento nº 20/2016.

· Vigésima Quarta Reunião Ordinária, realizada no dia 12 de julho de 2016, que contou com a participação do Senhor Antério Antônio Cambuzzi, Presidente da Associação de Moradores e Agricultores de Belvedere Baixo e Alto, em atendimento ao Termo de Inscrição nº 02/2016.

· Vigésima Quinta Reunião Ordinária, realizada no dia 2 de agosto de 2016, que contou com a participação da Senhorita Cláudia Marchett, para recebimento da Moção nº 10/2016.

· Vigésima Nona Reunião Ordinária, realizada no dia 30 de agosto de 2016, que contou com a participação da Senhora Cristiane D'Acamora Guazzi, fonoaudióloga da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Urussanga, em atendimento ao Requerimento nº 39/2016.

· Trigésima Segunda Reunião Ordinária, realizada no dia 20 de setembro de 2016, que contou com a participação da Senhorita Natália Mandelli Bortolotto, para recebimento da Moção nº 12/2016.

· Trigésima Terceira Reunião Ordinária, realizada no dia 27 de setembro de 2016, que contou com a participação dos Senhores Ricardo Alexandre Nowask, Rangel Quagliotto e Rangel de Lorenzi Rita, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Coordenador Financeiro da Comissão Organizadora da XVI Festa do Vinho, para apresentarem a prestação de contas do referido evento, realizado

de 10 a 14 de agosto de 2016, em cumprimento ao que determina a Lei nº 2.511, de 18 de agosto de 2011, e considerando a Mensagem nº 30/2016.

- Trigesima Quarta Reunião Ordinária, realizada no dia 4 de outubro de 2016, que contou com a participação do Senhor Altair Lorival de Melo, presidente da Cooperativa Energética Cocal – Cooperco, para falar sobre o projeto “Cooperco nas Escolas”, em atendimento ao Requerimento nº 40/2016.

- Quadragésima Segunda Reunião Ordinária, realizada no dia 29 de novembro de 2016, que contou com a participação do Senhor Valmício De Pieri, diretor da empresa Vtech Soluções, para tratar de implantação de sistema de monitoramento, em atendimento ao Requerimento nº 42/2016.

- Quadragésima Terceira Reunião Ordinária, realizada no dia 6 de dezembro de 2016, que contou com a participação da Senhora Maria Aparecida Toloy, Professora de Artes do Centro de Atenção Psicossocial de Urussanga, para falar sobre as atividades desenvolvidas pelo profissional Arteterapeuta; e do Senhor Henrique Gastaldon, Presidente da Comissão Municipal de Trânsito de Urussanga, para apresentar a prestação de contas de final de mandato da atual gestão – em atendimento, respectivamente, aos Requerimentos nº 16 e 41/2016.

CURSOS E ESPECIALIZAÇÕES DE VEREADORES E SERVIDORES:

- A Vereadora Izoete Duarte Vieira Gastaldon/PP participou, nos dias 24 a 26 de fevereiro de 2016, do curso “Planejamento e orientações para o último ano de mandato”, promovido pela CEAP – Treinamento Profissional e Gerencial Ltda, em Florianópolis – SC;

- O Vereador Rozemar Sebastião/PSD participou, nos dias 24 a 26 de fevereiro de 2016, do XVI Encontro Nacional de Legislativos Municipais, promovido pela União de Vereadores do Brasil – UVB, em Florianópolis – SC;

- A Servidora Andresa Baldessar dos Santos participou, nos dias 6 a 8 de abril de 2016, do V Congresso Brasileiro de Direito Eleitoral, promovido pelo Instituto Paranaense de Direito Eleitoral – IPRADE, em Curitiba – PR;

- O Servidor Filipe Echamendi Possamai participou, nos dias 27 a 29 de abril de 2016, do III Congresso Nacional de Direito Eleitoral, promovido pela empresa Décio Itiberê Advogados Associados, em Porto Alegre – RS;

- Os Servidores Alexandre Maragno da Silva, Cristiane Barichelo Carara, Gislaíne Dominga Damin Ariati e Larissa Xavier Teixeira participaram, nos dias 25 a 29 de maio de 2016, do XXXI Congresso Brasileiro de Servidores de Câmaras Municipais e XI Encontro Nacional de Vereadores, promovido pela Associação Brasileira de Servidores de Câmaras Municipais – ABRASCAM, em Fortaleza – CE;

- A Vereadora Izoete Duarte Vieira Gastaldon/PP participou, nos dias 22 a 24 de junho de 2016, do Fórum Nacional da Mulher Parlamentar, promovido pela União de Vereadores do Brasil – UVB, em Porto Alegre – RS.

CONTRATOS:

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 03/2015

Data da Assinatura: 27/01/2016

Contratante: Câmara Municipal de Urussanga

Contratada: Jefferson Pereira Minato Serviços – ME

CNPJ da Contratada: 07.407.145/0001-50

Base Legal: Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93

Objeto: Locação de “software” para gerenciamento e publicação de

conteúdo online com informações de interesse público

Valor Total: R\$1.760,00 (um mil, setecentos e sessenta reais)

Término do Contrato: 26/01/2017

Dotação Orçamentária: Despesa 2.001 / Elemento 3.3.90.39.11.00.00.00

Contrato nº 01/2016

Data da Assinatura: 04/04/2016

Contratante: Câmara Municipal de Urussanga

Contratada: Rádio e Fundação Marconi

CNPJ da Contratada: 75.565.697/0001-47

Base Legal: Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993

Objeto: Prestação de serviço de transmissão radiofônica das Sessões Ordinárias, Extraordinárias, Especiais e Solenes da Câmara Municipal de Urussanga, e veiculação de spots de chamada e de informação sobre o conteúdo transmitido

Valor Total: R\$ 3.000,00 (três mil reais)

Término do Contrato: 30/06/2016

Dotação Orçamentária: Despesa 2.001 / Elemento 3.3.90.39.90.00.00.00

Contrato nº 02/2016

Data da Assinatura: 26/04/2016

Contratante: Câmara Municipal de Urussanga

Contratada: Paulo Donizete Matias (Blog Paulo Matias)

CNPJ da Contratada: 22.194.052/0001-89

Base Legal: Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993

Objeto: prestação de serviço de publicações legais e institucionais da CONTRATANTE, em blog da CONTRATADA, disponível na internet, cujos conteúdos serão gerados pela Assessoria de Imprensa da CONTRATANTE, nos meses de abril, maio e junho de 2016

Valor Total: R\$1.200,00 (um mil e duzentos reais)

Término do Contrato: 30/06/2016

Dotação Orçamentária: 2.001 (Despesa) / 3.3.90.39.90.00.00.00 (Elemento)

Contrato nº 03/2016

Data da Assinatura: 01/05/2016

Contratante: Câmara Municipal de Urussanga

Contratada: Softcam Soluções Ltda ME

CNPJ da Contratada: 24.092.271/0001-82

Base Legal: Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993

Objeto: Implantação, sob regime de execução direta, do Portal “Web Câmara”

Valor Total: R\$5.753,64 (cinco mil, setecentos e cinquenta e três reais e sessenta e quatro centavos)

Término do Contrato: 01/05/2017

Dotação Orçamentária: 2.001 (Despesa) / 3.3.90.39.11.00.00.00 (Elemento)

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 04/2013

Data da Assinatura: 01/09/2016

Contratante: Câmara Municipal de Urussanga

Contratada: Betha Sistemas Ltda

CNPJ da Contratada: 00.456.865/0001-67

Base Legal: Art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93

Objeto: Fornecimento de licença de uso de Sistemas de Gestão Pública (prorrogação contratual por doze meses, e reajuste pelo IGP-M FGV).

Valor Global: R\$14.639,28 (quatorze mil, seiscentos e trinta e nove reais e vinte e oito centavos)

Término: 31/08/2017

Dotação Orçamentária: Despesa 2.001 / Elemento 3.3.90.39.11.00.00.00

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 08/2015

Data da Assinatura: 20/10/2016
Contratante: Câmara Municipal de Urussanga
Contratada: Engeplus Telecom Ltda
CNPJ da Contratada: 80.995.822/0001-99
Base Legal: Art. 24, inciso II, c/c 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993
Objeto: Prestação de serviços referente ao provimento de internet banda larga, no plano empresarial por fibra óptica, 2M full, com velocidade de 2 (dois) megabytes tanto de upload como de download
Valor Global: R\$ 5.880,00 (cinco mil, oitocentos e oitenta reais)
Término: 19/10/2017
Dotação Orçamentária: Despesa 2.001 / Elemento 3.3.90.39.47.00.00.00

dos gabinetes dos partidos políticos com representação na Décima Oitava Legislatura.

Câmara Municipal de Urussanga, 27 de dezembro de 2016.
VANIR ZULEIMA MAZZUCO CACCIATORI
Presidente

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 09/2015
Data da Assinatura: 15/12/2016
Contratante: Câmara Municipal de Urussanga
Contratada: Vigilância Triângulo Ltda
CNPJ da Contratada: 79.894.168/0001-48
Base Legal: Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de instalação, ativação, configuração, locação e treinamento de equipamentos de circuito fechado de televisão (CFTV)
Valor Global: R\$4.944,00 (quatro mil, novecentos e quarenta e quatro reais)
Término do Contrato: 14/12/2017
Dotação Orçamentária: Despesa 2.001/ Elemento 3.3.90.39.77.00.00.00

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 10/2015
Data da Assinatura: 15/12/2016
Contratante: Câmara Municipal de Urussanga
Contratada: Vigilância Triângulo Ltda
CNPJ da Contratada: 79.894.168/0001-48
Base Legal: Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de segurança patrimonial privada, por meio de monitoramento à distância de alarme microprocessado
Valor Global: R\$3.036,00 (três mil e trinta e seis reais)
Término do Contrato: 14/12/2017
Dotação Orçamentária: Despesa 2.001/ Elemento 3.3.90.39.77.00.00.00

AÇÕES DA MESA DIRETORA:

- Implementação do sistema de monitoramento ostensivo na Câmara Municipal de Urussanga, em execução aos Contratos Administrativos nº 09 e 10/2015;
- Implementação de lixeiras para seleção de lixo, na Câmara Municipal de Urussanga;
- Aquisição de impressora multifuncional para a sala de Contabilidade;
- Manutenção do telhado do prédio da Câmara Municipal;
- Conclusão das atividades da Comissão instituída e constituída por meio da Resolução nº 3, de 8 de abril de 2015, para reformulação da Lei Orgânica do Município e do Regimento Interno da Câmara Municipal de Urussanga, com protocolo do Projeto de Resolução nº 04/2016, que "Institui o Regimento Interno da Câmara Municipal de Urussanga, no Estado de Santa Catarina, e dá outras providências" – aprovado em 6 de dezembro de 2016 –; e do Projeto de Emenda Global à Lei Orgânica do Município de Urussanga nº 02/2016 – aprovado por unanimidade, em primeira votação, conforme art. 28, §1º, da Lei Orgânica, em 6 de dezembro de 2016;
- Reestruturação dos espaços da Câmara Municipal para alocação

Videira

PREFEITURA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0370/16

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0370/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CLAUDETE MEDEIROS

CPF: 064.061.429-93

VIGÊNCIA: de 11 de outubro de 2016 até 30 de dezembro de 2016

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Vitor Meireles

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 031/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 31/2016 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

Aos 21 de Dezembro de 2016, no Departamento de Compras, do município de Vitor Meireles, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº. 31/2016, na Ata de Julgamento de Preços homologada em 21/12/2016, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o selecionar propostas objetivando Registro de Preços para AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, para uso pela Secretaria de Educação, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

1.2 As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

3044.9 - SUPERMERCADO 1 DE MAIO EIRELI - EPP						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00002	KG	ABOBORA KABUTIA	BONALCOLSI	150,00	2,99	448,50
00003	KG	ACHOCOLATADO EM PO 1KG	NEILAR	300,00	6,00	1.800,00
00005	PACOTE	ACUCAR MASCAVO 500G	GUIMARAES	100,00	5,99	599,00
00008	PACOTE	AMEIXA PRETA SECA SEM CAROCO PCT 100G	FELIZ	40,00	4,66	186,40
00010	PACOTE	ARROZ INTEGRAL PARBOLIZADO PCT 1KG	DALFOVO	100,00	3,95	395,00
00014	KG	BANANA BRANCA	BONACOLSI	500,00	3,25	1.625,00
00017	LITRO	BEBIDA LACTEA 1L	LACTO VALE	1.100,00	2,89	3.179,00
00023	KG	CARNE DE FRANGO MOIDA	BELETTI	400,00	9,14	3.656,00
00028	UN	DOCE DE LEITE 1KG	NECTAR	120,00	7,80	936,00
00030	PACOTE	FARINHA DE MILHO EM FLOCOS	MOMIL	400,00	4,00	1.600,00
00033	PACOTE	FARINHA DE TRIGO INTEGRAL 1KG	NODESTE	100,00	4,00	400,00
00041	KG	LARANJA	BONACOLSI	800,00	2,99	2.392,00
00042	KG	LARANJA LIMA	BONACOLSI	300,00	3,89	1.167,00
00047	KG	MAMAO FORMOSA	BONACOLSI	350,00	5,47	1.914,50
00051	KG	MELANCIA	BONALCOLSI	400,00	1,63	652,00
00065	UN	POLPA DE FRUTA 200G	AURORA	250,00	3,88	970,00
00068	UN	REPOLHO	BONALCOLSI	300,00	1,48	444,00
00070	KG	TOMATE CLASSE MEDIA	BONACOLSI	700,00	3,70	2.590,00
Total do Fornecedor: 24.954,40 (VINTE E QUATRO MIL E NOVECENTOS E CINQUENTA E QUATRO REAIS E QUARENTA CENTAVOS)						

3992.6 - ELETROMOVEIS E MERCADO LUIZINHO LTDA EPP						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00001	UN	ABACAXI	PEROLA	150,00	4,89	733,50
00004	UN	ACUCAR BAUNILHA 100G	APTI	150,00	1,64	246,00
00006	PACOTE	ACUCAR REFINADO EMB 5KG	ALTO ALEGRE	300,00	11,99	3.597,00
00007	PACOTE	ALHO PACOTE 100 GRAMAS	KALUKI	300,00	3,05	915,00
00016	KG	BATATA INGLES-CLASSE 2 - TIPO ESPECIAL	INGLESA	1.000,00	2,05	2.050,00
00025	KG	CENOURA-CLASSE-1- CATEGORIA 1	CLASSE 1	400,00	2,85	1.140,00
00036	UN	FERMENTO DE BOLO EM PO QUIMICO LATA 100 GRAMAS	FLESCHMANN	250,00	1,75	437,50
00045	KG	MACA FUJI	FUGI	1.200,00	6,17	7.404,00
00048	UN	MANTEIGA 200G	COLONIAL	50,00	6,47	323,50
00052	KG	MELAO	AMARELO	250,00	4,68	1.170,00
00053	PACOTE	MILHO PARA PIPOCA TIPO PREMIUM 500G	SEVEGNANI/YOKI	100,00	2,50	250,00
00057	PACOTE	OREGANO	APTI/DA CASA	50,00	4,42	221,00
00058	DUZIA	OVOS DE GALINHA	KALUKI	600,00	5,00	3.000,00
00060	KG	PEPINO SALADA	SALADA	400,00	2,24	896,00

00063	KG	PIMENTAO VERDE	VERDI	150,00	4,84	726,00
00071	UN	VINAGRE DE ALCOOL FRASCO 900ML	HEINIG/CHEMIM	200,00	1,35	270,00
Total do Fornecedor: 23.379,50 (VINTE E TRES MIL E TREZENTOS E SETENTA E NOVE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)						

11770.6 - ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA. ME

Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00009	UN	AMIDO DE MILHO CAIXA COM 500 GRAMAS	neilar	100,00	3,35	335,00
00019	UN	CAFE EMB.500GR	ouro	600,00	7,88	4.728,00
00024	KG	CEBOLA BRANCA	in natura	500,00	1,79	895,00
00031	PACOTE	FARINHA DE MILHO OU FUBA TIPO GROSSA 5KG	sinha	120,00	12,95	1.554,00
00034	UN	FARINHA LACTEA 400G	nutribom	50,00	11,60	580,00
00035	KG	FEIJAO CARIOQUINHA	super 10	200,00	8,40	1.680,00
00038	UN	FLOCOS DE MILHO COM ACUCAR 250G	gold clacker	400,00	4,90	1.960,00
00043	CAIXA	LEITE INTEGRAL LONGA VIDA CAIXA C/ 12 UND	piracanjuba	700,00	25,95	18.165,00
00054	UN	MUCILON DE ARROZ LT 400GR	nutribom	30,00	10,00	300,00
00055	UN	MUCILON MULTICEREAIS LATA 400GR	nutribom	80,00	9,90	792,00
Total do Fornecedor: 30.989,00 (TRINTA MIL E NOVECIENTOS E OITENTA E NOVE REAIS)						

12051.0 - CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME

Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00011	PACOTE	ARROZ PARBOLIZADO TIPO 1 5KG	SUPER 10	250,00	11,00	2.750,00
00012	PACOTE	AVEIA EM FLOCOS FINOS 200G	NEILAR	80,00	1,70	136,00
00013	UN	AZEITE DE OLIVA 250ML	LISBOA	80,00	11,00	880,00
00015	KG	BANANA CATURRA	IN NATURA	1.500,00	2,40	3.600,00
00018	PACOTE	BISCOITO SALGADO TIPO CREAM CRACKER	PRODASA	1.200,00	3,59	4.308,00
00020	UN	CANELA EM PO	NEILAR	80,00	1,90	152,00
00026	PACOTE	COLORAU pacote 100 gramas	SINHA	350,00	1,30	455,00
00029	PACOTE	FARINHA DE MANDIOCA ESPECIAL TIPO 1 GRUPO SECAEXTRA FINA CLASSE BRANCA	SUPER 10	200,00	4,90	980,00
00032	PACOTE	FARINHA DE TRIGO EMB. 5KG	TRES CO-ROAS	300,00	8,79	2.637,00
00037	UN	FERMENTO DE PAO INSTANTANEO EMBALAGEM 500GRAMAS	APIT	70,00	12,50	875,00
00039	PACOTE	GELATINA (EMB 1KG)	NEILAR	100,00	6,99	699,00
00044	LITRO	LEITE ZERO LACTOSE 1L	LAGUIRU	100,00	4,00	400,00
00046	PACOTE	MACARRAO PARAFUSO 1KG	OGLIARI	800,00	4,10	3.280,00
00049	UN	MARGARINA CREMOSA COM SAL 500G	PRIME	300,00	3,10	930,00
00050	PACOTE	MASSA COM OVOS TIPO ALETRIA,-CABELO DE ANJO OU FITILHOS 500G	ROSANE	300,00	3,15	945,00
00056	UN	OLEO DE SOJA	SOYA	500,00	3,59	1.795,00
00062	UN	PIMENTA EM PO	NEILAR	60,00	2,00	120,00
00064	PACOTE	PO PARA PUDIM COM SABOR BAUNILHA	NEILAR	200,00	6,10	1.220,00
00066	PACOTE	POLVILHO AZEDO	CALDAO	200,00	6,00	1.200,00
00069	PACOTE	SAL REFINADO	MIRAMAR	300,00	1,30	390,00
Total do Fornecedor: 27.752,00 (VINTE E SETE MIL E SETECENTOS E CINQUENTA E DOIS REAIS)						

12171.1 - ALINE RAITZ ME

Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00021	KG	CARNE BOVINA SEM OSSO / PATINHO	machado	250,00	16,30	4.075,00
00022	KG	CARNE BOVINA MOIDA SEM GORDURA- TIPO 1	machado	900,00	15,00	13.500,00
00027	KG	COXA E SOBRE COXA DE FRANGO CONGELADO COM OSSO SEM TEMPERO	lar	1.000,00	5,60	5.600,00
00040	KG	ISCAS DE GADO - ACEM	machado	250,00	13,28	3.320,00
00059	KG	PEITO DE FRANGO SEM OSSO	lar	250,00	8,30	2.075,00
00061	KG	PERNIL SUINO SEM PELE	antinhas	400,00	9,20	3.680,00
00067	PACOTE	QUEIJO PRATO FATIADO DE PRIMEIRA QUALIDADE 500G	lactovale	300,00	12,85	3.855,00
Total do Fornecedor: 36.105,00 (TRINTA E SEIS MIL E CENTO E CINCO REAIS)						

Total da Licitação: 143.179,90 (CENTO E QUARENTA E TRES MIL E CENTO E SETENTA E NOVE REAIS E NOVENTA CENTAVOS)

1.3 Este instrumento não obriga a PMVM a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, nos termos do Artigo 65, Inciso II, Alínea "d" da Lei nº. 8.666/93 e, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, a PMVM solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº. 31/2016 e seus anexos;
- b) Proposta das Licitantes.

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará por 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, nos termos do § 3º, Inciso III do Artigo 15 da Lei nº. 8.666/93.

4 DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 A entrega dos produtos será nas escolas e será parcelada sendo que o prazo de entrega será de 05 (cinco) dias após o recebimento da Ordem de Compra.

5 DO PAGAMENTO E REAJUSTE

5.1 O Pagamento será realizado de acordo com a quantia dos produtos entregues e apresentação da nota fiscal, sendo que só será realizado o pagamento após todos os itens solicitados ter sido entregues.

5.2 Os preços serão reajustados, com base no índice de variação de preço repassada pela distribuidora, sendo de responsabilidade da empresa vencedora comprovar tal variação mediante apresentação de Notas Fiscais de compras emitidas até 10 dias anteriores a licitação e Nota de Compras com valores reajustados.

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

6.1 A PMVM poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a PMVM não aceitar a sua justificativa;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificadas pela PMVM.

7 DAS PENALIDADES

7.1 Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta ata estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:
I – Advertência;

II – Multa:

1- De 5,0% (cinco por cento) do valor da ordem de compra por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados na Ata (do respectivo fornecedor);

2- De até 40% (quarenta por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;

III – Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração não superior a 05 (cinco) anos, na modalidade Pregão, aplicada segundo a natureza e gravidade da falta cometida, com a consequente rescisão contratual;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso III, com a consequente rescisão contratual.

Parágrafo Único: As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação.

7.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a empresa fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

7.3 Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a fornecedora tiver direito, ou cobrados judicialmente.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 A fornecedora não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da PMVM.

8.2. Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade de Presidente Getúlio - SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Vitor Meireles - SC, em 21 de Dezembro de 2016.

COMISSÃO:

VALDELI JOSÉ SEBASTIÃO – Pregoeiro

JAIR WIPPEL – Equipe de Apoio

LUIS CARLOS BOING – Equipe de Apoio

ALINE RAITZ ME

MICHEL BERNARDINO DA SILVA

Contratada

ELETROMOVEIS E MERCADO LUIZINHO LTDA EPP

TIAGO LUIZ FOSSA

Contratada

ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA. ME

DIEGO BARBOSA DE OLIVEIRA

Contratada

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME

CLEITON DE SOUZA

Contratada

SUPERMERCADO 1 DE MAIO EIRELI - EPP

ERLEI JOSE CHIQUITO

Contratada

<61>

Decreto n.º 079/2016

DECRETO N.º 079/2016

Suplementa Dotações Orçamentárias por provável excesso de arrecadação e Estabelece Outras Providências.

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidos pela Lei Municipal nº 0947, de 04/12/2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária, pelo provável excesso de arrecadação:

0301 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.004.0004 – Sentenças Judiciais

33000000.00 – Outras Despesas Correntes

33900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.0005 – Recursos Ordinários - Precatórios R\$ 3.750,76

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 21 de Dezembro de 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Decreto n.º 080/2016

DECRETO 080/2016

Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Providências.

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidos pela Lei Municipal nº 0967, de 08/12/2016.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

0301 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.123.003.2003 – Manutenção da Administração e Finanças

33000000.00 – Outras Despesas Correntes

33900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.0000 – Recursos Ordinários R\$ 8.000,00

0401 – SECRETARIA DE AGRICULTURA, SILV., PEC. E MEIO AMBIENTE

20.606.006.2006 – Manutenção da Agricultura, Silv. Pec. e Meio Ambiente

33000000.00 – Outras Despesas Correntes

33900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.0000 – Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

0701 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

26.782.014.2033 - Manutenção de Obras e Serviços Públicos

31000000.00 – Pessoal e Encargos Sociais

31900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 18.000,00

Art. 2º - Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias:

0601 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.010.2022 - Manutenção do Ensino Fundamental

31000000.00 – Pessoal e Encargos Sociais

31900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.0100 – Educação 25% R\$ 20.000,00

0601 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.010.2020 - Manutenção da Educação Infantil (creches)

31000000.00 – Pessoal e Encargos Sociais

31900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.0100 – Educação 25% R\$ 16.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 22 de dezembro de 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ___/___/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 271/2016

P O R T A R I A Nº 271/2016

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 27, da Lei Complementar Municipal nº 048/2009, de 23 de dezembro de 2009,

Nome: AURELIA SOETHE

Cargo: PROFESSOR NÍVEL II

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Progressão por Nova Habilitação ou Titulação, pela conclusão do Curso de Pós-Graduação "Lato-Sensu" em Ciências Biológicas e Educação Ambiental na Metadisciplinaridade na Associação Educacional Frei Nivaldo Liebel Ltda – Celer Faculdades, passando de Professor Nível II para Professor Nível III, com efeitos a partir de

01 de dezembro de 2016, dentro da Secretaria de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de dezembro de 2016, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

PORTARIA Nº 272/2016

P O R T A R I A Nº 272/2016

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 39, inciso II, da Lei Municipal nº 880/2014, de 05 de maio de 2014, férias aos conselheiros tutelares abaixo relacionados, conforme cronograma estipulado:

Nome Funcionário	Período Aquisitivo			Período Concedido		
Elair Rodrigues Pereira	10/01/2016	a	09/01/2017	10/01/2017	a	08/02/2017
Magali Bona Lanznaster	10/01/2016	a	09/01/2017	09/02/2017	a	10/03/2017
Marlene Howe	10/01/2016	a	09/01/2017	13/03/2017	a	11/04/2017
Izabel Chiminelli	10/01/2016	a	09/01/2017	03/07/2017	a	01/08/2017
Carina Raitz Lunelli	10/01/2016	a	09/01/2017	01/11/2017	a	30/11/2017

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Xanxerê

PREFEITURA

DECRETO Nº AJG 208/2016

DECRETO Nº AJG 208/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelos incisos III e VII do Artigo 69 da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº AJG 3.821/2015 de 14.12.2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica pelo presente decreto aberto crédito adicional suplementar no orçamento geral do Município, no valor de R\$ 396.715,00 (Trezentos e noventa e seis mil setecentos e quinze reais) para a suplementação da seguinte programação de despesa:

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.0701.12.361.1002.2038 – Manutenção das atividades do Ensino Fundamental

07.0701.12.361.1002.2038.33900000.0101 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.0701.12.365.1002.2041 – Manutenção da educação infantil

07.0701.12.365.1002.2041.33900000.0101 – Aplicações Diretas R\$ 47.715,00

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, CULTURA E LAZER

09.0901.13.392.1301.2043 – Manutenção das atividades culturais

09.0901.13.392.1301.2043.33900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

10 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

10.1001.28.846.2800.2018 – Amortização da dívida e encargos municipais

10.1001.28.846.2800.2018.33900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 184.000,00

10.1001.28.846.2800.2018.46900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 120.000,00

Art. 2º - Para satisfazer a abertura do crédito adicional especial de que trata o artigo anterior serão anulados parcialmente as seguintes programações de despesas:

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.0701.12.361.1002.2038 – Manutenção das atividades do Ensino Fundamental

07.0701.12.361.1002.2038.44900000.0101 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.0701.12.365.1002.2041 – Manutenção da educação infantil

07.0701.12.365.1002.2041.44900000.0101 – Aplicações Diretas R\$ 47.715,00

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, CULTURA E LAZER

09.0901.13.392.1301.2043 – Manutenção das atividades culturais

09.0901.13.392.1301.2043.44900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

10 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

10.1001.28.846.2800.2018 – Amortização da dívida e encargos municipais

10.1001.28.846.2800.2018.32900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 304.000,00

Art. 3º - Fica pelo presente decreto aberto crédito adicional suplementar no orçamento geral do Município, no valor de R\$ 129.245,16 (cento e vinte e nove mil duzentos e quarenta e cinco reais e dezesseis centavos) para a suplementação da seguinte programação de despesa:

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.0701.12.365.1002.2041 – Manutenção da educação infantil

07.0701.12.365.1002.2041.33900000.1137 – Aplicações Diretas R\$ 36.000,00

07.0701.12.365.1002.2041.44900000.1137 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

12 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

12.1201.08.244.0801.2068 – Manutenção Proteção Social Alta Complexidade – União

12.1201.08.244.0801.2068. 33900000.0335– Aplicações Diretas R\$ 53.245,16

Art. 4º - A suplementação de que trata o artigo anterior, tem sua origem no excesso de arrecadação apurado até o mês de novembro do corrente exercício na fonte de recursos "37" – Outras transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e no superávit financeiro do exercício anterior na fonte "35" Transferência do Sistema único de Assistência Social/SUAS - União

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 04 de novembro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº AJG 223/2016

DECRETO Nº AJG 223/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelos incisos III e VII do Artigo 69 da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº AJG 3.821/2015 de 14.12.2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica pelo presente decreto aberto crédito adicional suplementar no orçamento geral do Município, no valor de R\$ 73.382,06 (Setenta e três mil trezentos e oitenta e dois reais e seis centavos) para a suplementação da seguinte programação de despesa:

10 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

10.1001.28.846.2800.2018 – Amortização da dívida e encargos municipais

10.1001.28.846.2800.2018.33900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 1.965,15

10.1001.28.846.2800.2018.46900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 71.416,91

Art. 2º - Para satisfazer a abertura do crédito adicional especial de

que trata o artigo anterior serão anulados parcialmente as seguintes programações de despesas:

10 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

10.1001.28.846.2800.2018 – Amortização da dívida e encargos municipais

10.1001.28.846.2800.2018.32900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 73.382,06

Art. 3º - Fica pelo presente decreto aberto crédito adicional suplementar no orçamento geral do Município, no valor de R\$ 65.090,42 (sessenta e cinco mil e noventa reais e quarenta e dois centavos) para a suplementação da seguinte programação de despesa:

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.0701.12.361.1002.2039 – Manutenção do Transporte Escolar Fundamental

07.0701.12.361.1002.2039.33900000.1162 – Aplicações Diretas R\$ 65.090,42

Art. 4º - A suplementação de que trata o artigo anterior, tem sua origem no excesso de arrecadação apurado até o mês de novembro do corrente exercício na fonte de recursos "62" – Transferências de Convênios – Estado/Educação.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê, SC, 13 de dezembro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

EXTRATO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 0058/2016

Extrato 1º Aditivo ao Contrato nº 0058/2016

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: ASK LTDA EPP.

Objeto: Aquisição e Instalação de Equipamentos Permanentes destinados a Academia ao Ar Livre, compreendendo 12 kits com 09 aparelhos, a serem instalados em diversos pontos do Município de Xanxerê.

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Originário para até 30 de Junho de 2017, contados a partir de 01 de Janeiro de 2017, Conforme Art. 57, § 1º, Inciso II, da Lei 8.666/93 e alterações.

Xanxerê-SC, 27 de dezembro de 2016. Ademir José Gasparini – Prefeito Municipal.

EXTRATO 9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0032/2012

Extrato 9º Aditivo ao Contrato nº 0032/2012

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: Bolognesi Engenharia Ltda.

Objeto: Construção de parte da Rede Coletora do centro da cidade, estação elevatória, linha de recalque, interceptor, estação de tratamento e ligações domiciliares, no Município de Xanxerê.

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato originário, para até 31 de Dezembro de 2017, contados a partir de 01 de Janeiro de 2017, conforme prorrogação da Vigência do Termo de Compromisso nº 0514/2009.

Xanxerê-SC, 27 de Dezembro de 2016. Ademir J. Gasparini - Prefeito Municipal

EXTRATO ADITIVOS CONTRATOS Nº 0019/16 E 0021/15

Extrato 2º Aditivo ao Contrato nº 0019/2016

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: Bianca Transportes Ltda ME.

Objeto: Tem por objeto a Prestação dos Serviços de Transporte Escolar na Linha 04.

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato originário por mais 12 meses, contados a partir de 01/01/2017 vigorando até 31/12/2017, de acordo com ofício da Secretaria Municipal de Educação anexo ao processo.

Xanxerê-SC, 27 de dezembro 2016. Ademir J. Gasparini - Prefeito Municipal.

Extrato 3º Aditivo ao Contrato nº 0021/2015

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: Bianca Transportes Ltda ME.

Objeto: Tem por objeto a Prestação dos Serviços de Transporte Escolar na Linha 28.

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato originário por mais 12 meses, contados a partir de 01/01/2017 vigorando até 31/12/2017, de acordo com ofício da Secretaria Municipal de Educação anexo ao processo.

Xanxerê-SC, 27 de dezembro 2016. Ademir J. Gasparini - Prefeito Municipal.

TERMO DE DISTRATO AO CONTRATO Nº 0060/2011

TERMO DE DISTRATO – CONTRATO – 0060/2011 – PMX

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 0060/2011/PMX

Pelo presente termo de Distrato Contratual, o Município de Xanxerê/SC, com sede na Rua Dr. José de Miranda Ramos, nº 455, inscrito no CNPJ sob o nº 83.009.860/0001-13, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ADEMIR JOSÉ GASPARINI, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê/SC, inscrito no CPF sob o nº 386.038.889-49 e Registro Geral nº 1.015.291, neste ato denominado DISTRATANTE e, PLANAGRO CONSULTORIA E PLANEJAMENTOS DE SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica, com sede a Rua Papa João XXIII, 524, Centro, na cidade de Xanxerê - SC, inscrita no CNPJ sob n.º 83.228.452/0001-52, doravante denominada DISTRATADA, tem justo e decidido, nos termos do art. 79, inciso I, da Lei 8.666/93, o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente termo tem por objeto a rescisão do Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia nº 0060/2011, firmado em 08 de agosto de 2011, cujo objeto era a Elaboração e Execução de Projeto para Regularização Fundiária da chácara 242 do Bairro São Romero, conforme especificações constantes no Memorial Descritivo e Croqui, e demais informações contidas neste Contrato, no Edital e seus anexos. Com recursos oriundos do Termo de Compromisso nº 0321813-18/2010/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA, originário da Licitação de Modalidade Pregão Presencial nº 0086/2011, constante do Processo Administrativo de Licitação nº 0120/2011.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA SUPRESSÃO DE VALOR

Fica suprimido do Contrato Originário o Valor de R\$ 5.286,00 (Cinco mil e duzentos e oitenta e seis reais) referente aos serviços não executados, não havendo assim mais valores a serem pagos para a empresa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

Destarte, nos termos no art. 79, inciso I da Lei Federal nº 8.666/93, declaro rescindido o Contrato de Prestação de Serviços nº 0060/2011.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

Para dirimir as questões do presente instrumento, é competente o foro da Comarca de Xanxerê, Estado de Santa Catarina.

Xanxerê/SC, 26 de dezembro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

Xaxim

PREFEITURA

Decreto 460

DECRETO Nº 460/2016

Institui a Comissão de Avaliação de Projetos instituídos pela Lei nº 4031/2014 e dá outras providências.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município e na forma do Art. 5º da Lei nº. 4.031/2014, suas alterações e demais normas vigentes,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto Instituída a Comissão de avaliação dos Projetos apresentados em decorrência da Lei Nº 4031, de 09 de dezembro de 2014, que institui o Programa de Adoção de Logradouros e Praças públicas e Áreas Verdes, que será composta pelos seguintes Membros:

- a) Presidente – Otavio João Skrzypczak, CPF nº 767.673.109-72;
- b) Secretário – Aline Chiodi, CPF nº 071.518.119-00;
- c) Membro - Catiane Geovane Curtarelli Soccol, CPF nº 006.466.089-32;

Parágrafo único – A investidura dos membros da Comissão não excederá a um ano.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 22 de Dezembro de 2016.

IDACIR ANTONIO ORSO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra.

Luís Antonio Cipriani

Procurador Geral do Município

Decreto 461

DECRETO Nº 461/2016

DETERMINA A LIBERAÇÃO DOS LOTES DE TERRENOS OFERECIDOS EM GARANTIA PARA A EXECUÇÃO DAS OBRAS DE INFRAESTRUTURA DE PARCELAMENTO DO SOLO URBANO DENOMINADO "LOTEAMENTO VIDEIRAS" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IdacirAntonioOrso, Prefeito Municipal de Xaxim, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 9º 'caput' da lei 6.766/79, e ainda,

Considerando a vistoria realizada junto ao Empreendimento, dando conta da execução de 20% das obras de infraestrutura;

Considerando o disposto Artigo 85, I, "a" da Lei nº 4068 de 28 de abril de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam liberados da garantia a que se refere o Decreto nº

088/2015, os seguintes lotes, todos do loteamento denominado "Videiras", aprovado pela Lei nº 4.042/2015, com matrícula no CRI sob o nº 21.801 e então caucionados em favor da Administração Pública Municipal de Xaxim:

I – Da quadra 703 – lotes: 271;

II – Da quadra 707 – lotes: 306, 307, 308 e 309;

Art. 2º. A liberação referida no artigo anterior dar-se-á automaticamente por força do presente Decreto.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas eventuais disposições em contrário.

Xaxim, 22 de Dezembro de 2016.

IdacirAntonioOrso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Luís Antônio Cipriani

OAB/SC 35.698 – Procurador-geral

Associações

FECAM

RESOLUÇÃO Nº 014/2016 - DOAÇÃO DE VEÍCULO

RESOLUÇÃO Nº 14/2016

A Presidente da Federação Catarinense de Municípios – FECAM, SISI BLIND, Prefeita de São Cristóvão do Sul, no uso de suas atribuições estatutárias, com fulcro no artigo 7º, inciso V, da Resolução de Compras nº 11/2016,

RESOLVE:

1- Doar para a Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na Rua General Liberato Bittencourt, 1885, Sala 1.301, Canto, CEP: 88.070-800, na cidade de Florianópolis/SC, o veículo marca Volkswagen, modelo Parati 1.6 SURF, Álcool/Gasolina, ano 2008, modelo 2009, RENAVAL 982843160, Chassi 9BWGB05WX9T096145, sob o n. de patrimônio 982843160-000.

2- Esta Resolução entra em vigor nesta data “ad referendum” da Assembleia Geral.

Florianópolis, SC, 27 de dezembro de 2016.

SISI BLIND

Prefeita de São Cristóvão do Sul

Presidente da FECAM

Consórcios

ARIS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA REABERTURA DE PREGÃO 014/2016

CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO DE REABERTURA REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2016

Senhores licitantes,

Tendo em vista o processo licitatório nº 115/2016, referente ao Pregão Presencial nº 14/2016, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telecomunicações, CONVOCAMOS as empresas: WIK-TEL Serviços de Telecomunicações Eireli, CNPJ nº 07.783.609/0001-23 e ALGAR MULTIMÍDIA S.A., CNPJ nº 04.622.116/0001-13, para reabertura da sessão, que ocorrerá no dia 05/01/2017 às 14 horas, na Sala de Reuniões da ARIS, situada na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 12º andar, Bairro: Canto, Florianópolis – SC.

Florianópolis, 27 de dezembro de 2016.

Luiz Aurélio de Oliveira

Pregoeiro

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 09/2013

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 09/2013.

Quarto termo aditivo ao contrato nº 09/2013, celebrado entre a Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS e a empresa 14 BRASIL TELECOM CELULAR S.A.

A Agência Reguladora de Intermunicipal de Saneamento – ARIS, inscrita no CNPJ sob nº 11.400.360/0001-05, estabelecida na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, Canto, município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE, representada pelo Diretor Geral, Sr Adir Faccio e a empresa 14 BRASIL TELECOM CELULAR S.A, inscrita no CNPJ sob nº 05.423.963.0001-11, com sede no setor Comercial norte, quadra 03, BL A – Brasília-DF, doravante denominada CONTRATADA, representada pelo seu representante legal, Sr. Gustavo Teles Azar, resolvem firmar o presente Termo Aditivo, segundo as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA:

A Cláusula quinta passa a vigorar com a seguinte redação:

“A vigência do contrato fica prorrogada até o dia 31/12/2017, com fulcro no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93”.

Ficam mantidas e ratificadas as demais Cláusulas do Termo de Contrato ora aditado.

E, por assim estarem de pleno acordo, lavra-se o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, assinando as partes o presente aditivo na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Florianópolis, 27 de dezembro de 2016.

Adir Faccio

Diretor Geral da ARIS

Gustavo Teles Azar

Representante Legal da 14 Brasil Telecom Celular S.A.

Magnus Caramori

Procurador Jurídico da ARIS

TERMO DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 115/2016 - PREGÃO - 14/2016

TERMO DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 115/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2016

Após análise da documentação apresentada referente ao Pregão Presencial nº 14/2016, o pregoeiro responsável adjudica a empresa vencedora: TELEFÔNICA BRASIL S.A., CNPJ: 02.558.157/0001-62, cujo objeto é o fornecimento de Serviços de Telefonia Móvel (SMP) sob demanda, em sistema pós pago, para originar e receber chamadas, locais e de longa distância nacional, em todos os estados da federação, enviar e receber mensagens de texto (SMS) e acessar a internet, conforme edital constante nos autos.

Florianópolis, 22 de dezembro de 2016.

Luiz Aurélio de Oliveira

Pregoeiro

CIGA

Extrato de Contrato n. 418 - Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste

EXTRATO DE CONTRATO Nº 418/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste

CNPJ: 83.021.873/0001-08

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1Âº TERMO ADITIVO AO CONTRATO 279/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 18.420,00 (dezoito mil e quatrocentos e vinte reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 21 de dezembro de 2016.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 419 - Prefeitura Municipal de Siderópolis

EXTRATO DE CONTRATO Nº 419/2017
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Siderópolis
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Siderópolis
CNPJ: 82.929.407/0001-62
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 04/2016
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 8.040,00 (oito mil e quarenta reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 22 de dezembro de 2016.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 420 - Prefeitura Municipal de Campos Novos

EXTRATO DE CONTRATO Nº 420/2017
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Campos Novos
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campos Novos
CNPJ: 82.939.232/0001-74
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 203/2015
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 17.865,00 (dezesete mil e oitocentos e sessenta e cinco reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 01 de dezembro de 2016.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 421 - Câmara Municipal de Alto Bela Vista

EXTRATO DE CONTRATO Nº 421/2017
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Alto Bela Vista
CONTRATANTE: Câmara Municipal de Alto Bela Vista
CNPJ: 11.493.326/0001-14
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO

CONTRATO 02/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Programa Gestão das Câmaras de Vereadores: promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; inclusão digital das Câmaras de Vereadores; disponibilização de informações e serviços ao cidadão; acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; economia dos recursos públicos. - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 3.024,00 (três mil e vinte e quatro reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 23 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 422 - Prefeitura Municipal de Navegantes

EXTRATO DE CONTRATO Nº 422/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Navegantes

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Navegantes

CNPJ: 83.102.855/0001-50

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 263/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo

Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 36.600,00 (trinta e seis mil e seiscentos reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 23 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 423 - Prefeitura Municipal de Celso Ramos

EXTRATO DE CONTRATO Nº 423/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Celso Ramos

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Celso Ramos

CNPJ: 78.493.343/0001-22

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 7.560,00 (sete mil e quinhentos e sessenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 16 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 424 - Prefeitura Municipal de Balneário Rincão

EXTRATO DE CONTRATO Nº 424/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Balneário Rincão

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão

CNPJ: 17.243.084/0001-97

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 05/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 7.860,00 (sete mil e oitocentos e sessenta reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 20 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 425 - Prefeitura Municipal de Ibiam

EXTRATO DE CONTRATO Nº 425/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Ibiam

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ibiam

CNPJ: 01.612.745/0001-74

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 02/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e

Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 1.680,00 (um mil e seiscentos e oitenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 19 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 426 - Prefeitura Municipal de Ibiam

EXTRATO DE CONTRATO Nº 426/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Ibiam

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ibiam

CNPJ: 01.612.745/0001-74

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 03/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 19 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 427 - Prefeitura Municipal de Treze Tílias

EXTRATO DE CONTRATO Nº 427/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Treze Tílias

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Treze Tílias

CNPJ: 82.777.251/0001-41

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 88/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ?

GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 8.580,00 (oito mil e quinhentos e oitenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 19 de dezembro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CIMVI**RESOLUÇÃO Nº 183 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016**

RESOLUÇÃO Nº 183, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Autoriza a anulação de empenhos inscritos em Restos a Pagar.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto, com base na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar a anulação dos empenhos relacionados abaixo, os quais encontram-se inscritos em restos a pagar, conforme segue:

Empenhos do Exercício de 2013		
Número do Empenho	Valor da Anulação	Justificativa
012	R\$ 585,25	Despesa não realizada
025	R\$ 120,00	Despesa não realizada
029 – Parcela 01	R\$ 151,85	Despesa não realizada
218	R\$ 58,33	Despesa não realizada
323	R\$ 2.392,40	Despesa em duplicidade
337	R\$ 1.468,88	Despesa em duplicidade
338	R\$ 848,15	Despesa não realizada
339	R\$ 3.363,66	Despesa não realizada

Empenhos do Exercício de 2014		
Número do Empenho	Valor da Anulação	Justificativa
003	R\$ 30,20	Despesa não realizada
006	R\$ 397,18	Despesa não realizada – Contrato Rescindido (Distrato)

017	R\$ 30,00	Despesa não realizada – Valor empenhado a maior
033	R\$ 716,89	Despesa não realizada
175	R\$ 23,87	Despesa não realizada
399	R\$ 199,37	Despesa não realizada
463	R\$ 58,55	Despesa não realizada
466	R\$ 26.210,85	Despesa não realizada

Empenhos do Exercício de 2015

Número do Empenho	Valor da Anulação	Justificativa
001	R\$ 30,00	Credor renunciou ao crédito, conforme anexo
002	R\$ 50,00	Credor renunciou ao crédito, conforme anexo
004	R\$ 200,00	Despesa não realizada
023	R\$ 1.383,28	Despesa não realizada
031	R\$ 272,70	Despesa não realizada
053	R\$ 950,00	Despesa não realizada
060	R\$ 18.222,16	Despesa não realizada
109	R\$ 7,24	Despesa não realizada
218	R\$ 39.636,54	Despesa não realizada
286	R\$ 178,58	Despesa não realizada
342	R\$ 50,00	Despesa não realizada
351	R\$ 30,00	Despesa não realizada
406	R\$ 172,80	Despesa não realizada
476	R\$ 30,00	Despesa não realizada
506	R\$ 4.178,49	Despesa não realizada – Licitação por Registro de Preços
507	R\$ 34,00	Despesa não realizada
635	R\$ 53,34	Despesa não realizada

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Timbó, 22 de dezembro de 2016.

HARTWIG PERSUHN

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 184 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016

RESOLUÇÃO Nº 184, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016.

Aumenta a carga horária semanal de Arlete Regilene Scoz, ocupante do emprego público de confiança de Gestor de Serviços do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto do CIMVI, e fundamentado nos artigos 3º, § 3º, e 46, §§ 3º e 4º, do Regulamento do Quadro de Pessoal, aprovado pela Resolução nº 98, de 10/07/14; e

Considerando que o item 13.7 do Protocolo de Intenções e do Contrato de Consórcio Público, bem como o art. 52, § 4º, do Estatuto, autorizam o aumento da carga horária regular, até o limite de 40 (quarenta) horas semanais, com o respectivo aumento proporcional da remuneração;

Considerando-se a grande demanda de trabalho junto ao CIMVI, especialmente em razão da mudança do escritório da Gestão de Cultura, Esporte e Turismo para a cidade de Pomerode, bem como diante da disponibilidade do empregado para atuação em tempo integral;

Considerando-se a aprovação da alteração de carga horária pela 39ª Assembleia Geral Extraordinária do CIMVI, realizada nesta data;

RESOLVE:

Art. 1º - Aumentar de 35 (trinta e cinco) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da empregada ARLETE REGILENE SCOZ, ocupante do emprego público de confiança de Gestor de Serviços desde 13/06/2016, na forma da Resolução nº 155/16, adotando-se o enquadramento abaixo, a contar de 01/01/2017:

CARGA HORÁRIA SEMANAL ANTERIOR	SALÁRIO MENSAL ANTERIOR	CARGA HORÁRIA SEMANAL ALTERADA	SALÁRIO MENSAL ALTERADO
35 horas	5.842,20	40 horas	6.676,80

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Timbó, 22 de dezembro de 2016.

HARTWIG PERSUHN

Presidente do CIMVI

CONSÓRCIO CISAMA

CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA - CISAMA 01/2017

Ofício 154/2016 Lages, 27 de dezembro de 2016.

CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA – CISAMA

Senhor (a) Prefeito (a),

Com nossas saudações vimos através deste, convocar Vossa Excelência e o(a) Vice Prefeito(a) para a Assembleia Geral Ordinária do Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense - CISAMA a ser realizada no dia 06 de janeiro de 2017 (sexta-feira) com início às 15:30 horas e encerramento às 17:00 horas na Sede da Associação dos Municípios da Região Serrana - AMURES, sito à Rua Otacílio Vieira da Costa, 112 – Centro – Município de Lages tendo a seguinte pauta:

1. Leitura, discussão e aprovação da ata anterior;
2. Apresentação do marco legal do CISAMA e encaminhamentos para aprovação;
3. Eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal para o mandato de 06 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017;
4. Situação dos Programas, Projetos e encaminhamentos;
5. Assuntos Gerais;

Atenciosamente

Humberto Luiz Brighenti

Presidente do CISAMA

RESOLUÇÃO Nº. 30 , DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

RESOLUÇÃO nº. 30 , de 27 de dezembro de 2016

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO FUNSERRA, NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016, APROVADO ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO Nº 019/2015 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015.

O presidente do CISAMA – Consorcio Intermunicipal Serra Catarinense, Prefeito HUMBERTO LUIZ BRIGHENTHI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social e Resolução nº 019/2016 de 18 de dezembro de 2016;

RESOLVE:

Artigo 1º. Fica aberto, no corrente exercício, crédito no valor de R\$ 4.333,33 (Quatro mil trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos) para as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 01- CISAMA		
Unidade: 02- FUNSERRA		
Proj/Atividade : 2.008– Meio Ambiente (Funterra)		
Dotação	Descrição do Elemento	Valor
(14) 3.3.90.00.00.00.02.0000	Aplicações Diretas	4.333,33
TOTAL DE SUPLEMENTAÇÕES		4.333,33

Artigo 2º. Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação da seguinte fonte de recursos do Funterra.

§ 1º – Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes do Fun-serra, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

FONTE DE RECURSOS		
Recursos	Descrição da Fonte	Valor
00.02.0000	Recursos Funterra	4.333,33
TOTAL FONTE DE RECURSOS		4.333,33

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Presidente do CISAMA